



Anais da FVJ & Ciência 2022.2
Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

ANAIS
ISSN 2763-8375
Ano 3 - Volume 3 - Edição 2

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Aracati-CE - Dezembro – 2022

ISSN 2763-8375

Centro Universitário do Vale do Jaguaribe

Aracati-CE

2022.2

Local: Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Antonio Henrique Dummar Antero, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Reitor

Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitora Acadêmica

Francisco Garcia de Sousa Junior, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitor de Operações e Expansão

Prof. Lutiano Almeida Elmiro, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Pró-Reitor Administrativo e Financeiro

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Editor Chefe

Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes, Centro Universitário do Vale do Jaguaribe
Editor Adjunto

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes;
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias;
Prof. Dr. Rodolfo de Melo Nunes;
Bibliotecária Jeovania Maria de Sousa
Auxiliar de Biblioteca Iranildo Rodrigues da Costa
Auxiliar Administrativo Kevlia Maria Moreira Ribeiro
Comissão Organizadora dos Anais FVJ & Ciência (UNIJAGUARIBE)

Profa. Dra. Abda de Souza Medeiros
Profa. Dra. Anielle Torres de Melo
Profa. Dra. Darcielle Bruna Dias Elias Prof.
Prof. Dr. Kamillo Karol Ribeiro e Silva
Profa. Dra. Márcia Skibick Araújo
Conselho Editorial

Expediente

Endereço postal – Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Rodovia Ce-040 S/N, Km 138. Bairro Aeroporto – Aracati-CE.

Fone: (88) 3421-9750

Idioma - Língua Portuguesa (Brasil)

Contato Principal

Prof. Dr. Albano Oliveira Nunes

Doutor em Engenharia de Teleinformática

E-mail: albano@fvj.br

Apresentação

O evento “FVJ & Ciência”, ocorre com periodicidade semestral sendo organizado pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Objetivando tornar público à comunidade as atividades de pesquisa desenvolvidas por discentes e seus respectivos orientadores de graduação e pós-graduação em diversas áreas de estudo. Os trabalhos selecionados durante o evento são compilados em uma coletânea, oferecendo assim uma oportunidade para a comunidade acadêmica e geral conhecerem o trabalho de pesquisa realizado na instituição.

Missão e Objetivos

A FVJ & Ciência tem por missão a difusão e promoção do conhecimento nas diversas áreas do conhecimento de forma multidisciplinar, a saber: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Educacionais e Ciências Humanas.

Através do meio digital, a FVJ & Ciência busca a divulgação da produção científica relevante, de forma gratuita, aberta a todos os interessados.

Abordagens

Tipologias teórico-empíricas (levantamentos, estudos de caso, experimentos) e teóricas (ensaios teóricos, proposição de modelos), utilizando análises quantitativas e qualitativas.

Temas de interesse

Os temas devem articular tendências teóricas estruturantes que propiciem forte base conceitual para a produção de conhecimento das diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, contribuição ao avanço científico.

Periodicidade: Semestral

Centro de Gestão e Hospitalidade
Administração
Ciências Contábeis

Administração

O MARKETING DOS PRODUTOS SUL-COREANOS: A HALLYU E SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO E CONSUMO DOS JOVENS BRASILEIROS

**Alice Altina Lima dos Santos¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alice.santos@fvj.br),
Orientadora² Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).**

RESUMO

O presente artigo tem como propósito verificar e compreender como se caracteriza a disseminação da cultura sul coreana e abordar sobre o potencial de influência do consumo de produtos sul coreanos, compreendendo os estímulos causados pela Onda Coreana e, assim, evidenciar o perfil dos jovens brasileiros consumidores desse fenômeno, por meio de produções de entretenimento audiovisuais no contexto global. Por intermédio de uma investigação bibliográfica e descritiva, examinaremos o potencial de influência do consumo desses produtos culturais sul coreanos, descrevendo as características da Hallyu nas particularidades, crenças e atitudes desses consumidores. Também serão considerados os resultados de um questionário aplicado, levando em consideração os relatos obtidos para interpretar e entender a relação desse grupo de jovens com o objetivo de estudo e, a seguir abordaremos sobre o consumo como forma de expressão e entretenimento dos jovens brasileiros. Desse modo, compreendemos a identificação da Onda Coreana e reconhecemos a Hallyu como um fenômeno cultural em que o entretenimento expõe de maneira significativa os produtos coreanos ao mercado internacional, visando desenvolver uma conexão com seus consumidores.

Palavras-chave: onda coreana; consumidores; influência; jovens; produtos.

INTRODUÇÃO

A Hallyu consiste em uma variedade de produtos, como entretenimento, tecnologia, cosméticos, vestuário e alimentos e, possui características que expressam sua cultura, história e arte. Esse fenômeno de difusão global de bens culturais sul-coreanos que está se desenvolvendo a um ritmo sem precedentes em todo o mundo, se tornando uma considerável manifestação midiática nomeada Hallyu - em português, Onda Coreana – foi originada no final da década de 1990 tendo como intuito uma estratégia de desenvolvimento econômico baseada no soft power.

Além disso, a divulgação da cultura Hallyu no contexto global ocorreu por meio dos fluxos midiáticos, como sites, redes sociais e canais abertos pela internet, ampliando-se mediante os mais variados elementos presentes no cotidiano dos jovens (SANTANA, 2018). Por conseguinte, a internet se tornou o principal instrumento de disseminação e consumo da Onda Coreana.

De acordo com Souza (2015, p.298), “o esforço conjunto de empresários e governantes para transformar a cultura nacional em um produto a ser ofertado nos mercados externos para incrementar a economia sul-coreana originou o primeiro movimento da Onda Coreana, neste momento, ainda restrita à esfera asiática”.

É importante observar que, os estímulos causados pelos produtos asiáticos apresentam diferentes sensações, mediante as linhas de produções de entretenimento atraindo diferentes tipos de consumidores, sendo a maior parte, jovens. Estes consumidores revelam características distintas, seja pela posição geográfica, classe social, gênero, experiência acadêmica e demais aspectos que distinguem os jovens brasileiros. O presente trabalho tem como propósito geral compreender a influência da Hallyu no desempenho dos jovens consumidores brasileiros.

MARCO TEÓRICO

A propagação da cultura Hallyu mediante a disseminação de seus bens de consumo, por meio de fluxos midiáticos são apresentados no entretenimento sucessivamente dentro de um plano de personalização e visibilidade à vista de países próximos, e é por intermédio dessas produções audiovisuais que a Coreia do Sul descreve sua história utilizando os sentimentos que desejam transmitir para o mundo, tendo o controle sobre sua respectiva narrativa (MANZUR, 2014) como estado. A definição da cultura sul-coreana como fator importante no contexto global é exatamente as aplicações dos bens de consumos culturais, produtos industrializados, até mesmo assuntos governamentais, econômicos e, sociais provenientes desse fenômeno.

A fim de fundamentar os impactos que a Onda Coreana é capaz de desempenhar sobre os jovens consumidores brasileiros, é interessante compreender o que o marketing expõe como impacto nos hábitos do consumidor e, de que maneira ele manipula através desses princípios com intenção de reconhecer os estímulos do consumidor.

O marketing se baseia no comportamento do consumidor e, compreende o reconhecimento e satisfação das necessidades humanas e sociais do indivíduo como uma vantagem competitiva, reduzindo a probabilidade de decisões ruins e falhas na comercialização dos produtos ou serviços que são ofertados pelas organizações, assim, obtendo lucro. Além disso, é importante ressaltar que existem diversos termos para o marketing, perante as concepções sociais e gerenciais.

Por isso, levando em consideração as finalidades adotadas pelo marketing nesta prática de influência, comércio e procura, compete discorrer, a seguir, acerca de como ocorrem essas demandas com base nas necessidades e desejos do consumidor. Assim, percebemos que as influências externas e internas geram necessidades e desejos no ser humano, capacitando as pessoas a agir à sua maneira através de uma série de processos de influências. Para isso, existem dois princípios que agem nessa influência nas necessidades de consumo. Primeiro, a de impulso, que evidencia os desejos biológicos, gerando uma condição de incômodo e inquietação, onde o indivíduo busca diminuir o estresse e, quanto o princípio da expectativa, relaciona-se aos aspectos psicológicos que impulsiona o hábito do ser humano, baseado no entendimento de que determinadas escolhas poderão resultar em repercussões distintas para o indivíduo.

Bem como, Kotler e Keller (2018) referem-se as necessidades como condições básicas para a vida do indivíduo. Essas conveniências, essenciais ou não, exercem sobre o ser humano desejos e, a partir do momento em que dirigimos a satisfação dessas carências para finalidades como, por exemplo, uma pessoa consumir algum alimento pela manhã.

Esse indivíduo pode ansiar por comer uma maçã e tomar um suco, no tempo em que um residente na Coreia do Sul pode preferir tomar uma sopa de algas e arroz. Deste modo, o ambiente social no qual convivemos pode influenciar direta ou indiretamente em nossas

escolhas, moldando nossos costumes e hábitos, influenciando assim em nossas escolhas de consumo de bens ou serviços.

METODOLOGIA

A pesquisa aplicada neste projeto, se classifica como descritiva. Segundo Gil (2008, p. 28), esse tipo de pesquisa “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. O autor afirma que este tipo de pesquisa visa levantar e descrever as particularidades, atitudes e crenças de determinado grupo ou fenômeno e, assim, identificar e coletar dados sobre suas características.

A fim de estabelecer maior proximidade, interpretação e percepção do comportamento e consumo dos jovens em relação à difusão do fenômeno Hallyu e sua influência no consumo de produtos sul-coreanos no Brasil, aplicamos o princípio dedutivo, saindo do global para o específico.

Diante disso, realizamos uma investigação de como se sucedeu a propagação global Hallyu no continente asiático e sua introdução no Ocidente, incluindo sua relação com o soft power e o híbrido, além de, sucessivamente, uma precisa explicação procedendo desempenhando uma moldagem e a disseminação desse mercado entre a juventude consumerista. Ademais, ingressamos no específico, através da análise ampliada das controvérsias na transmissão dos K-dramas e do K-pop oriunda das relações gerada pelos jovens consumidores brasileiros de artigos sul-coreanos.

No decorrer do andamento da investigação, especificamos os impactos detalhados que expressam a presença e a importância da Onda Coreana de bens culturais sul-coreanos no mundo atual. A eficácia da Hallyu de alcançar consumidores por meio de produtos distintos com propriedades diversas, estão sendo introduzidos pelo movimento dessa Onda Coreana através da propagação universal através de fluxos midiáticos de cultura sul-coreana do soft power.

Desse modo, foi realizado a aplicação de um formulário com vinte e cinco perguntas, buscando caracterizar o perfil dos correspondentes, comportamento de consumo e interpretação sobre a cultura sul coreana. Onde segmentou-se os consumidores por região, idade e se são independentes financeiramente, visando identificar a autonomia em suas decisões de compra/consumo.

Esse levantamento alcançou quarenta e duas pessoas, no qual obteve-se informações relevantes para a conquista dos resultados que serão apresentados a seguir, tornado possível contemplar o perfil dos participantes e compreender o seu relacionamento com a Onda Coreana a partir de sua primeira experiência, contato e relação com esse fenômeno.

Os vídeos de performances musicais, a culinária, os K-dramas, a K-beauty e o estilo de vida mostrados pela cultura sul coreana em seus artigos audiovisuais tiveram maior destaque na pesquisa, por conta, da representatividade que esses bens de consumo audiovisual possuem na influência da tomada de decisão de compra/consumo das consumidoras da Hallyu.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No decorrer da investigação do presente estudo, foi fundamental desenvolver a compreensão sobre como se caracterizou a disseminação dos produtos ofertados pela Onda Coreana fazendo uso de fluxos midiáticos como produções audiovisuais e musicais que,

conquistam diferentes tipos de jovens consumidores brasileiros, mediante as exposições a esses artigos que estimulam diferentes sensações e experiências nas pessoas, desta maneira, gerando uma ligação que ultrapassa as distinções culturais.

A princípio, analisamos a ascendência da Coreia do Sul, através do contexto histórico que representa a identidade de sua cultura no decorrer de sua trajetória e a reestruturação da economia com o desenvolvimento das políticas públicas do país fortalecendo as origens e personalidade dos costumes da nação. Similarmente, consideramos a influência desse fenômeno no comportamento de consumo dos jovens brasileiros e identificamos o perfil desse grupo e a relação dessas pessoas com a cultura sul coreana.

Assim, mediante as perspectivas evidenciadas compreendemos que a identificação desse fenômeno representa mais que o intenso consumo desses produtos, finalmente, conseguimos destacar a conexão dos consumidores com a Onda Coreana além da potencialidade de atualização dos costumes sul coreanos no consumo de produtos devido as estratégias de marketing, competindo considerar os desenvolvimentos políticos e comerciais entre os dois países com base em uma visão positiva dos jovens brasileiros conquistados pelas representações e características da hallyu e seus produtos culturais.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Maria Clara et al. **O Grupo BTS no DNA Ocidental: Um Estudo de Caso da Hallyu e sua Influência no Mercado Musical Globalizado.**

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. **Administração de Marketing.** 18.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.

MAZUR, Daniela. **Um mergulho na Onda Coreana, nostalgia e cultura pop na série de K-dramas" Reply".** 2018.

SANTANA, Aline Gomes; SANTOS, Salett Tauk. O Consumo Cultural de Jovens na Cultura Hallyu. **Revista Eletronica Gestão & Saúde**, v. 6, n. 2, p. 31-44, 2018.

SOUZA, Marco André Vinhas de. **Os novos fluxos midiáticos da cultura pop coreana. Galáxia (São Paulo, Online)**, n. 29, p. 297-300, jun. 2015.

IMPACTO SOCIOECONÔMICO DO AGRONEGÓCIO DE CAMARÃO NA COMUNIDADE DE BARRO VERMELHO

Daiane Oliveira de Sousa¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: daiane.oliveira@fvj.br),
Valberson da Silva Viana² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa enfatiza sobre a especiaria do camarão como objeto de curiosidade por parte dos pesquisadores do ramo alimentício devido ao seu desenvolvimento. Sobre a produção de camarão, salienta-se que é realizada em fazendas e com o passar dos anos tornou-se uma opção econômica menos agressiva, se comparada à pesca por meio de arrasto, sendo desenvolvida a atividade, sobretudo, em comunidades pequenas, garantindo empregabilidade e melhor qualidade de vida a sociedade. Tendo em vista este cenário, a pesquisa tem por objetivo discorrer sobre os impactos socioeconômicos do agronegócio de camarão na comunidade de Barro Vermelho. Para alcançar o resultado almejado utiliza-se no estudo uma metodologia de pesquisa de campo com abordagem qualitativa, visto que aplica um questionário junto a cinco profissionais de fazendas distintas que atuam na comunidade de Barro Vermelho. O instrumento de pesquisa contou com sete perguntas abertas, que foi aplicado por meio do *Google Forms*. Após a análise das respostas fica evidente que a empregabilidade ofertada pelas fazendas de camarão para a comunidade é fundamental para sua sobrevivência, e quanto aos impactos negativos desta atuação os profissionais apontam sobre a degradação ambiental que vem sendo melhor refletida pelos indivíduos da comunidade depois da situação da pandemia de covid-19. Conclui-se que o estudo sobre o assunto não se encerra com esta pesquisa, sendo relevante a ampliação dos questionamentos que envolvem o desenvolvimento da aquicultura com relação a sua importância para as pequenas comunidades do nordeste.

Palavras-chave: agronegócio; cultivo de camarão; impactos sociais e ambientais.

INTRODUÇÃO

A prática do cultivo de camarão surgiu no sudoeste da Ásia, e posteriormente para o restante do mundo. A especiaria do camarão sempre foi objeto de curiosidade por parte dos pesquisadores do ramo alimentício devido ao seu desenvolvimento e passou a ser considerado um subproduto da criação de peixes. Sobre a produção de camarão, salienta-se que é realizada em fazendas e com o passar dos anos tornou-se uma opção econômica e menos agressiva, se comparada à pesca por meio de arrasto. Em 2003, 50 países conseguiram cultivar cerca de 1.630.000 toneladas de camarão, dando a entender que sua extração relaciona-se ao principal responsável por oferta de produto. Sobre o setor produtivo, o Brasil passa a ser reconhecido como o sexto maior produtor da especiaria, superando países como Equador e Bangladesh, que são conhecidos por sua tradição no cultivo dos mesmos. Com o passar dos anos o crescimento econômico desse segmento tem se apresentado como relevante ao mercado formal, com especificamente 11,4% de produção, ficando a região Nordeste como um Estado de maior concentração dessa renda. Entendendo esse contexto, o problema de pesquisa do estudo visa responder: qual o impacto socioeconômico do agronegócio de camarão na

comunidade de Barro Vermelho, situada no município de Fortim/CE? Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa visa discorrer sobre os impactos socioeconômicos do agronegócio de camarão na comunidade de Barro Vermelho.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Monteiro et al., (2019) apenas no ano de 2011 a região nordeste concentrava 92% das fazendas de camarão existentes no país, sendo fundamental para uma produção de 99,3% ou 69.171 t. Já no ano de 2014 o estado do Ceará se apresentou com produção de 58,3% do total assim o estado Rio Grande do Norte, com 25,5%, ou seja, os dois estados mais produtivos. Como é possível identificar, a produção e comercialização do camarão no Estado do Ceará é relevante e, conseqüentemente, concentra renda importante para a sociedade localizada nas cidades onde ocorre a produção. O site G1 (2021) apresenta um ranking de produções, por cidades que se localizam nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, entre os anos de 2019 e 2020. Sendo assim, é possível perceber que as cidades que se repetem são Aracati e Camocim, tanto no ano de 2019 quanto 2020, com variações positivas com relação a sua produção e comercialização. Entretanto, esse cenário vem sendo comprometido, devido a inflação e a minimização da venda da especiaria. Se antes o Ceará dominava esse cenário econômico, agora vem perdendo capacidade para o Estado do Rio Grande do Norte, ou seja, o Brasil continua em ênfase, mas o Ceará perde liderança, conforme aponta Sena (2021). De acordo com Costa (2020, p. 1), o "PIB brasileiro registrou queda de 4,1% em 2020, na comparação com 2019, afetado pela pandemia do coronavírus. Essa queda interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%. No quarto trimestre, o PIB apresentou alta de 3,2% na comparação com trimestre anterior, mas registrou queda de 1,1% em relação ao mesmo período de 2019".

METODOLOGIA

Esta pesquisa é constituída com base em uma pesquisa direta, ou seja, todas as informações obtidas serão realizadas junto a pequenas fazendas de camarão de cativeiro, situada na comunidade de Barro Vermelho, dispondo também de informações extras retiradas de artigos, livros e revistas (Revista Rural – A Revista do Setor, Revista Agropecuária Técnica (AGROTEC), entre outras, que retratam sobre a cultivo e comercialização do camarão, sendo estas informações secundárias importantes para fundamentação do estudo. A pesquisa conta com uma análise de elementos bibliográficos, livros, artigos, apresentados em periódicos. Além da pesquisa bibliográfica, serão usadas informações através de entrevista com profissionais da área que trabalham com o produto, como mencionado. A mesma será elaborada de forma direta, através de perguntas pertinentes ao tema proposto. Sendo assim, a análise do estudo aconteceu por meio de interpretação das falas apresentadas de cinco fazendeiros (por serem pessoas próximas de convivência) da região e que posteriormente serão confrontadas com dados extraídos de arquivos que já retrataram sobre o cenário do cultivo e comercialização do camarão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Compreende-se que quanto mais tempo as fazendas atuam com este manuseio, mais são conhecedores de quais são os desafios que constantemente enfrentam para manter os negócios e conseqüentemente os postos de trabalho que estes detém, mantendo, sobretudo, a

economia da comunidade de Barro Vermelho. De acordo com as informações que demandam os profissionais, pode-se dizer que a produção das fazendas apresenta-se com números consideráveis. Sabe-se que quanto mais toneladas são comercializadas mais postos de trabalho são liberados para as comunidades, oferecendo melhor qualidade de vida aos indivíduos. De acordo com os profissionais, toda comunidade é envolvida na comercialização de camarão, relacionando-se estes postos de trabalho tanto para atividades consideradas diretas, que envolve a despesca, por exemplo e indiretas quando se fala na vigilância do espaço. De acordo com os profissionais, está razoável ou mesmo bom, e compreende-se esta fala ao entender que todos os setores enfrentaram impactos negativos pós pandemia, visto que os negócios tiveram uma parada considerável durante o distanciamento social, mas compreende-se que aos poucos as atividades voltam ao normal, garantindo empregabilidade as pessoas da comunidade questionada. Conclui-se que o estudo sobre o assunto não se encerra com esta pesquisa, sendo relevante a ampliação dos questionamentos que envolvem o desenvolvimento da aquicultura com relação a sua importância para as pequenas comunidades do nordeste.

REFERÊNCIAS

COSTA, Ana Beatriz Nóbrega. **O agronegócio durante pandemia do COVID-19: um relato técnico na Empresa Agrícola Famosa.** Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Trabalho de Conclusão de Curso. 2020.

G1. **Municípios do RN caem no ranking de produção de camarão em 2020, diz IBGE.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2021/09/29/municipios-do-rn-caem-no-ranking-de-producao-de-camarao-em-2020-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 12 nov. 2021.

MONTEIRO, Jonathas Viana *et al.* Metafronteira de produção e eficiência técnica da carcinicultura nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, p. 530-544, 2019.

SENA, Rodrigo. **RN mantém liderança na produção nacional de camarão.** 2021. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/rn-manta-m-liderana-a-na-producao-nacional-de-camara-o/521886>. Acesso em 15 out. 2021.

GAMIFICAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Francisco Edson Silva¹ (Aluno do curso de Administração do Centro Universitário do vale do Jaguaribe, e-mail: edson.silva@fvj.br).

Orientadora Bruna Valessa Dias Rodrigues² (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: bruna.rodrigues@fvj.br)

RESUMO

Este trabalho compõe as atividades que dão início á pesquisa sobre a gamificação nas organizações. Visando melhorar o desempenho a comunicação e o engajamento dos colaboradores. Compreende-se que o objetivo deste trabalho apresenta uma análise bibliométrica de publicações científicas sobre gamificação de 2016 a 2022, com o intuito de destacar aplicação enquanto ferramenta estratégica nas organizações. Para tanto, é realizada uma pesquisa empírico-analítica, com abordagem descritiva. Por sua vez, essa pesquisa se enquadra em quantitativa que ajuda na coleta de dados, na experimentação, na mensuração e controle dos fatos, responder ao problema da pesquisa traçado. Foram analisados nesse contexto três bases de dados, Scielo, Spell e Anpad. Entre os resultados esperados percebeu-se um crescimento dos artigos sobre o tema entre os anos de 2020 a 2022. Por fim, conclui-se que gamificação é um tema importante para Administração. Diante desse artigo, o contexto de gamificação torna-se essa metodologia inovadora procurando despertar um maior engajamento do público, sendo cada vez mais presente nos treinamentos das empresas.

Palavras-chave: gamificação; organizacional; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A gamificação abrange a utilização de mecanismos e sistemáticas de jogos para a resolução de problemas e para a motivação e o engajamento de um determinado público. Sobre um ponto de vista emocional, gamificação é compreendida como um processo de melhoria de serviços, objetos ou ambientes com base em experiências de elementos de jogos e comportamento dos indivíduos (HAMARI, 2014).

A gamificação apresenta-se em forma de jogos, que permite o ganho de recompensas virtuais. É utilizada por empresas em competições com os seus colaboradores, que podem inclusive ganhar prêmios no dia a dia, fomentando o seu interesse pelos jogos, melhorando a capacidade avaliativa dos gestores, que passam a ter mais tempo para acompanhar o conhecimento de suas equipes e planejar melhores cenários e vendas, por exemplo, ou qualidade nas atividades de seus colaboradores (AFONSO, 2020).

REFERÊNCIAL TEÒRICO

A gamificação explora os níveis de engajamento do indivíduo para a resolução de problemas. Do ponto de vista emocional, a gamificação é um processo de melhoria de serviços, objetos ou ambientes com base em experiências de elementos de jogos e comportamento dos indivíduos (HAMARI; KOIVISTO; 2014).

Com isso as atividades gamificadas podem promover a aprendizagem porque muitos de seus elementos são baseados em técnicas, como distribuir pontuações para atividades,

apresentar opinião e encorajar a colaboração em projetos são as metas de muitos planos organizacionais (ALVES, 2014).

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se por uma pesquisa empírico-analítica, com abordagem descritiva. A pesquisa descritiva “delineia o que é” e aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. (MARCONI, 2017).

Por sua vez, essa pesquisa se enquadra em quantitativa, que está ligada diretamente à quantificação dos dados, na experimentação, na mensuração e controle dos fatos. Nesse tipo de pesquisa será feito uma investigação que tem por base a quantificação dos dados e buscará medir opiniões e informações utilizando os recursos da estatística, como a porcentagem, a média, o desvio-padrão. Essa modalidade de pesquisa é aplicada na realização de pesquisas sociais, econômicas, comunicação, mercadológicas e administrativas. São uma pesquisa ligada à investigação empírico-descritiva, quando se procura descobrir e classificar a relação entre variáveis, as relações de causa e efeito entre os diferentes fenômenos (KNECHTEL, 2014).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Analisando os artigos que tem Gamificação na Administração é possível identificar que vários tem foco no processo de implementação e desenvolvimento de novas estratégias, foco no treinamento na comunicação, motivação e engajamento do grupo de trabalho. Destaca-se foco no ambiente organizacional na melhoria da produtividade, na apredizagem, nos processos de inovação organizacional. Outros são direcionados para uso de treinamento on-line focando na saúde. A gamificação é tratada como uma metodologia que proporciona técnicas trazendo algumas vantagens e aumentando a competitividade no mercado.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Catarina Andreia da Silva. **Plano de marketing para programar técnicas de gamificação no ramo das telecomunicações**. 2020. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: [HTTPS:// www.repository.utl.pt/handle/10400.5/21046](https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/21046). Acesso em: 10 mai. 2022.

ARIA, M. Cuccurullo, Bibliometrix: An R-Tool for comprehensive science mapping analysis-journal of informetrics, 2017.

ALVES, Lynn Rosalina ET al. Gamificação: diálogos com a educação. In Luciane Maria Fadel ET al. (org). Gamificação na educação. São Paulo: Pimenta Cultural, 2014 {e-book}

Araújo, A. De L. R.; Lima, F. J. De C. E. (2020). Integração da gamificação no Moodle. Anais II Simpósio Internacional e V Nacional de tecnologias Digitais na Educação, 20.

ALVES, Flora. Gamification: como criar experiências de aprendizagem engajadoras um guia completo, do conceito à prática. São Paulo: DVS Editora, 2014.

BURKE, B. Gamification 2020: what is the future of gamification. **Gartner Research**, Stamford, Nov. 05, 2012. Disponível em: [HTTPS://www.gartner.com/en/documents/2226015](https://www.gartner.com/en/documents/2226015) . Acesso em: 27 de out. 2020.

CHERRY, M. A. the Gamification of work. **Hofstra Law Review**, v. 40, n.4, 2012.
 CAILLOIS, R. **Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem**. Petrópolis: Editoras Vozes Ltda, 2017.

Cunha, L. Da. F., GASPARIN, I. BERKENBROK. M.C.D. Investigando o Uso de Gamificação para Aumentar o engajamento em Sistemas Colaborativos. In: **Workshop sobre Aspectos da interação Humana-Computador na web Social (WAIHCWS)**, 13, 2013, Manaus, Brasil. Disponível em: <http://ceur-ws.org> . Acesso em: (27 junhos 2017).

FERREIRA, Alane de Almeida; WERNECK, Vera; SANTOS, Neide. **Avaliação da apredizagem em ambientes educacioanis**: uma revisão sistemática. In: Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de informática na Educação-SBIE). 2016.p. 179. Disponível em: [HTTP://ie.org/pub/index.php/sbie/articie/view/6698](http://ie.org/pub/index.php/sbie/articie/view/6698). Acesso em: 07 set. 2018.

HAMARI, J; KOIVISTO, J. SARSA, H. Does gamification work? A literatura review. In: **proceedings of the 47th Annual Hawaii International conference on System Sciences (HICSS)**, Waikoloa, HI, USA. P. 3025-3034,2014.

Kapp, K.M. **The gamification of learning and istrution**: game-bsted methods and strategies for training and education. San Francisco: Pfeiffer, 2012.

KNECHTEL, M. DO R. **Metodologia da pesquisa em educação**: Uma abordagem teórica prática dialogada. Curitiba: Intersabres, 2014.

KHAN. A.; PEARCE, G. A Study into the Effects of a board game on flow in undergraduate business students. **The International Journal of Management Education**, V. 13, n. 3. P. 193-201, 2015. [HTTPS://doc.org/10.1016/J.ijme.2015.05.002](https://doc.org/10.1016/J.ijme.2015.05.002).

MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**: projetos de pesquisa, bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trablhos de conclusão de curso. 8. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2017.

MARANGONI, M. M.; BERIMBAU, M. R. Gamificação e gestão de pessoas: um estudo de caso sobre treinamento e ambiente de diversidade cultural. **Recape**, v.8, n. 3, p. 431-443, 2018.

MATTAR, João ET al. **Gamificação e jogos para metodologia científicam**: proposta de jogo de tabuleiro e game. In: SBC – Proceedings of Sbgames 2017/ XVI Sbgames, 16, Curitiba, 2017. Disponível em: WWW.Sbgames.org/sbgames2017/papers/Cuturafull/174979.pdf . Acesso em: 10 de out. 2018.

Merigó, José M, ET al. "Fifty years of Information Sciences: a bibliometric overview." *Information Sciences*, vol. 432, 2018, pp. 245-268, doi.org/10.1016/j.ins. 2017.11.054. Acesso: 07 set. 2020.

Pimenta, Alcineide Aguiar *et al.* "A bibliometria nas pesquisas acadêmicas." *Scientia – Revista de Ensino, pesquisa e Extensão*, vol. 4, no. 7, 2017, pp. 1-13, doi.org/10.20396/rdbci. V17i0. 8652810. Acessado oito set. 2020.

O COMPORTAMENTO DO EMPREENDEDORISMO DURANTE A PANDEMIA NA CIDADE DE ARACATI

**Jonas da Silva Conceição¹ (Aluno do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jonas.conceicao@fvj.br),
Orientador² Fabrício José Costa de Holanda (Professor Ms. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabricio@fvj.br).**

RESUMO

A pandemia da COVID-19 trouxe várias mudanças no cotidiano de empresários em todo o país. Diante desta grave adversidade mundial o empreendedorismo nacional, o empreendedorismo passou por inúmeras adaptações para que melhor pudessem transcender toda a crise. Isto posto, o presente trabalho buscou compreender tais alterações em diferentes modelos de negócios no município de Aracati/Ce, com o objetivo de estudar o comportamento do empreendedorismo durante a pandemia. O presente estudo, inicialmente foi estruturado a partir de uma pesquisa bibliográfica em livros, revistas e artigos científicos, *pari passu*, com uma pesquisa exploratória por meio da aplicação de questionários, cujos dados foram tabulados e dispostos em tabelas e gráficos utilizando o formulário do *Google Forms*. Desta forma, como resultado da pesquisa, foi possível inferir dados relevantes que possibilitou compreender de perto as mudanças e adaptações pelas quais o empreendedorismo do município de Aracati passou durante a crise sanitária na época.

Palavras-chave: empreendedorismo; pandemia; comércio.

INTRODUÇÃO

A recessão econômica que eclodiu no ano de 2020, em decorrência da pandemia ocasionada pelo COVID-19; várias foram as incertezas impostas às empresas e ao mercado no Brasil e no mundo. Entretanto, apesar da perspectiva adversa da economia, diversas pessoas no mundo, em especial os brasileiros, enxergaram um cenário bastante propício para impulsionar mudanças aos seus negócios existentes e transformando suas ideias em grandes negócios emergentes.

De fato, os microempreendedores individuais, elevaram os índices de aberturas de empresas no Brasil. Para Almeida e Cruz (2019), o que motiva o empreendedorismo em tempos de crise é o desemprego, partindo do que ter um negócio próprio, possa a vir melhorar suas condições socioeconômicas.

Segundo dados do boletim de Mapa de Empresas (2020) que apresentou um recorte do terceiro quadrimestre de 2020 foram abertas 1.186.256 empresas, o que representa um aumento de 5,7% em relação ao segundo quadrimestre de 2020 e um aumento de 15,5% em relação ao mesmo período do ano anterior mesmo com as diversas medidas restritivas, mas necessárias e impostas por diversos governadores em todo o Brasil.

Segundo Barros (2021), em 2021 o crescimento foi maior, através do boletim do Mapa de Empresas (ano) que divulgou que foram abertas 4.026.776 empresas; um recorde histórico, que representou um aumento de 19,7% em relação ao ano anterior. Segundo Lüder (2021), no primeiro semestre, mais de 1,6 milhões de microempreendedores individuais foram abertas, representando 80% das empresas criadas naquele período.

Para que se possa observar esse crescimento com um olhar mais crítico, pode-se

perceber que há uma contradição entre crise e crescimento da economia. Dito isto, trazer em questão a problemática de como se deu essa alta no número de empresas abertas no Brasil para a microrregião de Aracati, torna-se relevante para mapear esses novos empreendedores.

MARCO TEÓRICO

O empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforços necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e pessoal. Dentro desse conceito, ele não só trata do indivíduo, mas das comunidades, cidades, regiões, países. Envolve a ideia da sustentabilidade.

Com as transformações que estão surgindo várias pessoas mudaram seu modo de vida. Surgem novas invenções que se originam de pessoas com uma nova visão, com ideias inovadoras e espírito jovem de conquista de algo inédito (DORNELAS, 2005).

A expansão da tecnologia exige que cada vez mais as pessoas se atualizem, formalizem seus conhecimentos, busquem aprendizado e não fiquem acomodadas nos seu canto crendo que outros trarão o serviço e o conhecimento em suas mãos (DORNELAS, 2005).

Tem uma grande diferenciação entre administradores e empreendedores e as pessoas ainda confundem, administradores são gerentes que organizam as empresas, planejam, dirigem e controlam ações desenvolvidas nas organizações.

É importante conhecer o que é um empreendedor. Para Idalberto Chiavenato (2008, p, 3) “empreendedor é a pessoa que inicia e/ou opera um negócio para realizar uma ideia ou projeto pessoal assumindo riscos e responsabilidade e inovando continuamente”. “O empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que revolução industrial foi para o século XX”. (SALIM, 2001, p. 52).

Sendo que, “nada acontece sem pessoas empreendedoras, com visão e disposição para mudar as coisas. O empreendedor é inquieto, percebe coisas erradas ou que podem ser melhoradas e parte para a ação” (PERSONA, 2008 s/p).

Deste modo, fica fácil entender a função do empreendedorismo, a qual determina-se por inovar e reformar o padrão de produção explorando uma nova criação, ou seja, é um método ainda não-experimentado, para produzir um novo bem ou adaptar um bem antigo ao desenvolvimento tecnológico, criando uma nova comercialização de produtos e organizando um novo setor.

METODOLOGIA

De início, a pesquisa se deu como bibliográfica, buscando através de autores renomados dissertar sobre o tema e a problemática abordada no trabalho. (PRODANOV; FREITAS, 2013) vai dizer que a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de colocar o pesquisador em contato com materiais já publicados como artigos científicos, boletins, revistas e monografias. Com vasto material ao alcance, foi possível embasar o trabalho com dados bastantes revelantes e informações coesas e precisas de vários autores.

O presente artigo também é composto por uma pesquisa elaborada através da aplicação de questionários desenvolvidos no *Google Forms*, com perguntas abertas e fechadas, a fim de obter dados primários acerca do comportamento de empresários da cidade de Aracati.

Isto posto, foi realizada uma pesquisa de campo entre os dias 10 e 20 de novembro;

e durante este intervalo, o questionário foi enviado para os empreendedores por meio da rede social *Whats App*, com o intuito de atingir diferentes empresários de diversos segmentos.

Para a coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada, que segundo Gil (2010), é definida como um roteiro principal de perguntas, podendo ser adicionadas outras questões que sejam pertinentes no momento da entrevista, fazendo com que as informações sejam obtidas de forma espontânea, sem seguir uma padronização de respostas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por meio da pesquisa bibliográfica, pode-se compreender que, na pandemia foi grande o número de empresas criadas, seguindo o comportamento contrário do momento atual do mercado para aquele tempo. Isto muito se deve ao comportamento visionário e destemido, que são características do empreendedor local de Aracati.

Devido à volatilidade do mercado em decorrência da covid-19, foram criadas as condições para muitos empreendedores se reinventarem para se manterem atuantes no mercado. Os empreendedores da Aracati precisaram urgentemente se adaptarem. Muitos destes empreendedores optaram por trabalhar apesar das regras sanitárias, impostas pelos gestores públicos que proibiram por muitos meses de abrir às portas naquele período.

Nesta pesquisa, verificou-se que o perfil do empreendedor é de um público jovem, com idade média de 23 anos, onde todos iniciaram suas atividades por sempre quererem ter seu próprio negócio.

Contudo, pode-se inferir da pesquisa que as principais dificuldades enfrentadas pelos empresários entrevistados foram a redução de clientes, acompanhada da obrigatoriedade de fechar, por sua atividade não ser considerada essencial.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gisele; HAMZA, Kavita Miadaira. Comportamento do Consumidor de Streaming de Vídeo sob a Ótica da Extensão da Teoria Unificada de Aceitação e Uso da Tecnologia. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, v. 9, n. 1, p. 46-61, 2019.

BRASIL. 2020. **Mapa de empresas boletim do 3º quadrimestre de 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-3o-quadrimestre-de-2020.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2022

BARROS, Alerrandre. **Desemprego recua para 13,9% no 4º tri, mas taxa média do ano é a maior desde 2012**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30130-desemprego-recua-para-13-9-no-quarto-trimestre-mas-e-o-maior-para-o-ano-desde-2012>. Acesso em 10 de mai. 2022

DORNELAS, Jose C. A. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SALIM, César S **Administração Empreendedora: teoria e prática usando o estudo de caso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

MERCADO DE TRABALHO E OS DESAFIOS DA EMPREGABILIDADE PARA PESSOAS COM MAIS DE 50 ANOS

José Matheus Silva Jucá¹ (Aluno do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: matheusjuca1999@gmail.com),
Valberson Viana² (Professor de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Introdução: O mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais exigente e diversificado, tornando-se desafiador para aqueles que possuem mais de 50 anos de idade. **Objetivo:** Compreender os principais desafios que se apresentam diante da busca por emprego para aqueles que possuem 50 anos de idade ou mais. **Metodologia:** Abordagem de cunho qualitativo e quantitativo, com utilização de um questionário contendo 15 perguntas semiestruturadas para coleta de dados. Caracteriza-se como um trabalho sistemático, de natureza exploratória, com universo da amostra composto por pessoas com idade igual ou superior a 50 anos que ainda estejam na linha de produtividade ou em busca de uma oportunidade de emprego. A coleta foi efetuada durante a última semana de setembro e a primeira semana de outubro. **Resultados e Discussão:** Participaram do estudo 11 pessoas. O perfil dos participantes é caracterizado como sendo majoritariamente feminino, estado civil solteiro, com idade acima de 60 anos, ensino fundamental incompleto e renda mensal de 1 salário mínimo. Dentre os fatores associados à empregabilidade por aqueles que possuem mais de 50 anos, restou demonstrado influências da idade, nível de escolaridade, currículo acadêmico, cursos de aperfeiçoamento e atualizações. **Considerações Finais:** Em razão do aumento da expectativa de vida, a perspectiva é de que haja índices cada vez maiores em relação à participação de pessoas com mais de 50 anos no mercado de trabalho. Em função disso, é crucial que políticas públicas sejam direcionadas a fim de contribuir para melhoria do nível de qualificação dos que buscam por emprego. Ademais, cabe aos profissionais desempregados com 50 anos ou mais buscarem aperfeiçoar o currículo, mostrando-se adaptáveis às mudanças, atualizados, abertos e dispostos a adquirir novos conhecimentos e aprendizados.

Palavras-chave: mercado de trabalho; empregabilidade; trabalho na terceira idade.

INTRODUÇÃO

No contexto do envelhecimento populacional, a busca por oportunidades de empregos torna-se um desafio a ser enfrentado por aqueles que possuem mais de 50 anos. Muitos trabalhadores com essa faixa etária precisam continuar trabalhando, seja para satisfação pessoal, seja para complementação da renda familiar. Entretanto, lidam com barreiras ao buscar oportunidades empregatícias (RODRIGUES, 2020).

O envelhecimento populacional tem exigido de todos os cidadãos o enfrentamento aos desafios que se apresentam. Um desses desafios tem sido a empregabilidade de pessoas com mais de 50 anos. Debates e discussões sobre o assunto tornam possível a construção de diálogos e amplia os espaços onde possam ser pensadas alternativas para se desenvolver ações e estratégias que busquem incluir profissionais com essa faixa etária no mercado de trabalho.

MARCO TEÓRICO

O processo de envelhecimento humano é cercado de muitos fatores, dentre eles: medos, tabus e incertezas. Nesse processo fisiológico, o idoso passa por incertezas e receios sobre a perspectiva de futuro para sua vida. Nascer, viver e envelhecer, mais do que percurso natural da vida,

é um processo inserido em relações econômicas e sociais e de acesso aos direitos de cidadania. O envelhecimento populacional tem sido crescente, tanto pelos avanços tecnológicos, quanto científicos, aumentando a expectativa de vida ainda que, na sociabilidade do capital, o acesso a melhores condições de vida não repercute de forma igualitária para todas as pessoas (BACKSCHAT et al., 2022).

A permanência do trabalhador com mais idade no mercado é permeada de obstáculos, como o preconceito por parte de algumas empresas que acreditam que pessoas com essa idade possuem limitações que a tornam incapazes de executar as atividades necessárias. Assim, muitas empresas mostram-se resistentes à contratação de profissionais com idade igual ou superior a 50 anos. Além de encontrarem dificuldades na busca por empregos, pessoas com essa faixa etária são as primeiras a sofrerem com as demissões realizadas pelas empresas em épocas de crise financeira (RODRIGUES, 2020).

De forma a atender às necessidades de elevação do ritmo de trabalho, do aumento das jornadas e de polivalência, ocorre uma tendência a exclusão ou maior dificuldade de acesso dos trabalhadores mais velhos ao mercado de trabalho (MUNIZ; BARROS, 2014). O avanço da transição demográfica afeta de maneira geral a sociedade, a economia e as políticas sociais, que, através das mudanças da estrutura etária, podem sinalizar novas demandas por bens e serviços em geral (KRELING, 2016).

O aumento da longevidade da população e da participação dos idosos na população economicamente ativa vem apontando novos desafios face ao enfrentamento das expressões da questão social que incidem na velhice da classe trabalhadora. Sabendo que a história da população brasileira é marcada por más condições de vida, exploração e conturbados aspectos econômicos, políticos e culturais, associados à desigualdade social, todas essas questões repercutem no modo de envelhecer dessa população e, conseqüentemente, nas relações de trabalho (PAZOS, 2020).

O envelhecimento não é apenas um processo marcado por diferenças desigualdades sociais. Essas, em uma sociedade de classes e da competição como mola propulsora, marcam a trajetória dos indivíduos e o modo como envelhecem, que se acentuam ainda mais na velhice, tomados como um problema para as políticas públicas, para as novas gerações e para a sociedade, especialmente a dos mais pobres, que não podem comprar os serviços no mercado (TEIXEIRA, 2020).

METODOLOGIA

A pesquisa apresenta abordagem de cunho qualitativo e quantitativo. Em relação ao procedimento para coleta de dados, em um primeiro momento, o estudo classifica-se como pesquisa bibliográfica. Já no que diz respeito à natureza, é do tipo básica, já que busca gerar novos conhecimentos para a ciência e não possui aplicação prática (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Os dados bibliográficos foram coletados indiretamente por intermédio de fontes como sites institucionais e especializados, artigos científicos e pesquisas acadêmicas.

O universo desta amostra são pessoas com a idade igual ou superior a 50 anos de idade que ainda esteja na linha de produtividade ou em busca de uma oportunidade de emprego. A coleta foi efetuada de forma direta com as pessoas participantes, por meio da aplicação de um questionário contendo 15 perguntas, durante a última semana de setembro e a primeira semana de outubro.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Foi possível identificar o perfil dos participantes do estudo e apontar as principais variáveis envolvidas na busca por oportunidade de emprego. Em relação à variável cursos e/ou treinamentos dos entrevistados, constatou-se que mais de 90% não se atualiza há mais de 1 ano e foi possível estabelecer uma associação entre nível de qualificação e possibilidade de sucesso na busca por uma oportunidade de emprego. No que tange ao fator de interferência na busca por emprego, pôde-se verificar que grande parte dos participantes afirmaram que as experiências profissionais influenciam nessa busca.

Em relação ao tempo em que o participante do estudo está desempregado, constatou-se percentual de mais de 90% dos que estão há mais de 1 ano sem ocupar posto formal de trabalho. No que diz respeito à maneira de enriquecer o currículo e aumentar a possibilidade de sucesso na busca por emprego, ficou evidenciado que grande parte aposta no desenvolvimento pessoal e profissional como forma de atrair mais oportunidades.

Também se constatou que o fator que mais chama atenção dos desempregados na busca por trabalho é a questão salarial. Restou demonstrado, ainda, que grande parte dos participantes estão buscando por recolocação profissional no mercado de trabalho há mais de 1 ano e que a indicação é a forma mais comum pela qual encontram oportunidades empregatícias.

Muitos sinalizaram que ainda não encontraram emprego em razão das experiências profissionais e que a maior vantagem que apresentam em comparação com pessoas mais jovens é o fator experiências profissionais. Quanto à interferência da idade, a maioria acredita que o fator influencia negativamente na busca por uma oportunidade de emprego.

Em razão do aumento da expectativa de vida, a perspectiva é de que haja índices cada vez maiores em relação à participação de pessoas com mais de 50 anos no mercado de trabalho. Em função disso, é crucial que políticas públicas sejam direcionadas a fim de contribuir para melhoria do nível de qualificação dos que buscam por emprego. Ademais, cabe aos profissionais desempregados com 50 anos ou mais buscarem aperfeiçoar o currículo, mostrando-se adaptáveis às mudanças, atualizados, abertos e dispostos a adquirir novos conhecimentos e aprendizados.

REFERÊNCIAS

BACKSCHAT, Tânia Mara da Silva et. al. Velhice, política de assistência social e o trabalho de assistentes sociais: Debates e Desafios. **Revista Resistência Litoral** (Matinhos PR), Vol. 1 N.1 p. 89-114, jan/jun de 2022. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/resistenciaitoral/article/view/82555/45453>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

KRELING, Norma Hermínia. Envelhecimento e inserção do idoso no mercado de trabalho, trabalho, na Região a Região a Região Metropolitana de Porto Alegre. **Revista Indicadores Econômicos**. FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 141-154, 2016. Disponível em:

<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3666/3666> Acesso em: 01 jun. 2022.

MUNIZ, Tatiana da Silva; BARROS, Albani. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. **Revista Ciências humanas e sociais**, Maceió. v. 2. n.1, p. 103-116. maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1079/793> Acesso em: 01 jun. 2022.

PAZOS, Priscila de Freitas Bastos. **Velhice e trabalho: um estudo sobre o trabalhador idoso**. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/46198/2/priscila_freitas_bastos_pazos_ensp_mest_2020.pdf Acesso em: 05 jun. 2022.

RODRIGUES, Márcia. **Mercado 'fecha as portas' para profissional com mais de 50 anos**. Portal R7, 2020. Disponível em: <https://noticias.r7.com/empregos/mercado-fecha-as-portas-para-profissional-com-mais-de-50-anos-08092020> Acesso em: 12 abr. 2022.

**OS IMPACTOS ECONÔMICOS DO SISTEMA DE PRODUÇÃO E OS
DESAFIOS DE COMERCIALIZAÇÃO ENFRENTADOS PELOS
PEQUENOS PRODUTORES DA CARCINICULTURA FAMILIAR NA
BACIA DO RIO PIRANJI**

**Leandro Sousa dos Santos¹ (Aluno do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: leandrosousasantos94@gmail.com),
Valberson da Silva Viana² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br).**

RESUMO

O objetivo principal do trabalho foi abordar alguns desafios na criação e comercialização do camarão *Litopenaeus vannamei* enfrentado pelo pequeno carcinicultor, envolvidos na carcinicultura Familiar na bacia do rio Piranji, localizado no litoral do município de Beberibe. Para o desenvolvimento deste trabalho utilizou-se dados obtidos pela Associação Comunitária dos Produtores de Parajuru (ACPP). A criação de camarão é a principal atividade econômica das famílias e tem caráter de subsistência. Apesar de grande parte praticar outras atividades além do cultivo de camarão, as famílias geralmente não possuem grau de escolaridade. A atividade do carcinicultor é desenvolvida em regime de economia familiar, parceria e de forma individual sendo empregada na produção mão-de-obra familiar, e esses dedicam a maior parte do seu tempo ao cuidado e vigilância da produção. A produção é repassada para atravessadores que vendem o camarão para o comércio local ou outras cidades. A grande maioria dos profissionais é registrada na ACPP, tendo acesso a especializações, palestras, reuniões, análise presuntiva dos camarões, além de programa de assistência técnica de auxílio no gerenciamento da saúde do camarão, na convivência com o vírus da mancha branca e outras enfermidades, dando ao produtor mecanismos de biossegurança e técnicas de manejo no cultivo. Um dos principais problemas enfrentados pelos Carcinicultores é a comercialização, onde nem sempre, mas boa parte da aquisição ficam para os atravessadores.

Palavras-chave: comercialização; carcinicultor; atravessadores; camarão.

INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado um dos países que mais produz camarão e isso deve-se ao fato do clima ser propício para o cultivo que permite a produção para o ano todo (VICENTI et al. 2016, p 59). No Ceará concentra-se um dos maiores polos de produtores de camarão do Nordeste. E essa atividade vem ganhando ainda mais espaço devido ao desenvolvimento da aquicultura, que é a criação de organismos em cativeiro; e uma das características mais desenvolvidas dentro da aquicultura é a carcinicultura que compreende na criação de camarão em viveiro ou cativeiro, tendo a finalidade de transformar recursos naturais em produtos de valor para a sociedade (VICENTI et al. 2016, p 59).

Valenti (2012) afirma que o desafio da carcinicultura é o desenvolvimento de sistemas inovadores, resilientes, economicamente, ambientalmente e socialmente balanceados. Tem-se observado uma preocupação muito maior com o crescimento do que com a sustentabilidade da atividade. O mesmo autor conclui que essa política tem gerado um crescimento desordenado com grandes oscilações, levando empreendimentos à falência,

trazendo prejuízos para empresários, proprietários rurais e desperdiçando investimentos estatais na forma de subsídios.

Segundo Figueiredo Junior (2006) citado por Ximenes et al; um dos fatores que conduz a problemas de comercialização parte da desorganização do setor, visto que para amenizar os prejuízos, os pequenos produtores se obrigam a fazer despescas imediatas e vender a produção para o primeiro comprador que se disponha a fechar o negócio com pagamento à vista. Essa situação leva a queda dos preços prejudiciais no momento da negociação.

O objetivo geral deste estudo é abordar os fatores de impacto econômico dentro do sistema de produção e comercialização na carcinicultura às margens do rio Piranji. Tem como objetivos específicos compreender quais são os maiores desafios enfrentados pelos produtores que afetam a comercialização do camarão. E analisar o método sistemático de produção do cultivo de camarão da carcinicultura para minimizar/ evitar os impactos no manejo do camarão.

MARCO TEÓRICO

DEFINIÇÃO E ORIGEM DA CARCINICULTUR: A Carcinicultura é um ramo da aquicultura e teve sua origem na Ásia. Uma técnica de cultivo de camarão em cativeiro comum por pescadores artesanais das zonas costeiras, com o objetivo de confinar pós-larvas de camarão em viveiros até a fase final, com o intuito de satisfazer as necessidades de vida (DIAS, 2017) citado por Paiva (2018). **SISTEMA DE CULTIVO DE CAMARÕES:** São utilizados diversos tipos de sistemas de cultivo de camarões no mundo, sejam eles tanques à base de concreto, gaiolas flutuantes e cercados, porém, o mais comum no Nordeste são os viveiros escavados em terra. **RISCOS NO CULTIVO:** Atualmente o alto risco à carcinicultura marinha sujeita-se à incidência de doenças como a mancha branca que tem sido a maior responsável pela redução drástica no cultivo do *L.vannamei* pelo mundo.. As análises de risco do camarão cultivado põem em evidência que as doenças ocasionadas por vírus constituem um fator importante a ser considerado, já que podem provocar perdas consideráveis de produção (CARVALHO NETO, NASCIMENTO; FEITOSA (2005). **DESAFIOS DE COMERCIALIZAÇÃO X FATORES GERADOS:** Os pequenos carcinicultores também enfrentam restrições na etapa da comercialização. Ormond et al (2004) afirma que por tratar-se de produção voltada basicamente para a exportação, eles dependem por completo de terceiros para que seus produtos cheguem ao mercado. **ATRAVESSADOR:** Os atravessadores são os principais responsáveis pela compra da produção do camarão. Porém, este fato faz com que os produtores vendam o camarão mais barato tornando-se bastante explorados pelos atravessadores (LIMA, SANTOS; CARVALHO, 2007). São em parte os tradicionais comerciantes locais, que cumprem esse papel de atravessador, comprando e revendendo o produto do camarão.

METODOLOGIA

Para a elaboração desse artigo foi realizada uma pesquisa exploratória com abordagem de natureza qualitativa. Quanto aos procedimentos, o estudo foi feito também por meio da pesquisa bibliográfica. A técnica de coleta usada se deu por meio de uma entrevista. Foi realizada uma análise de conteúdo. A população entrevistada focou-se nos pequenos produtores da carcinicultura Familiar da comunidade de Parajuru. E como amostra um

representante da associação foi entrevistado e relatado sobre os possíveis prejuízos que os produtores enfrentam.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar dos riscos, prejuízos causados eventualmente e dos custos, o empreendimento das fazendas de camarões beneficia com seus impactos de caráter positivo a geração de renda para inúmeras famílias carcinicultoras envolvidas na bacia do rio Piranji, proporcionando um crescimento socioeconômico local e melhor qualidade de vida. Tendo em vista que a região possui um baixo nível de escolaridade e renda, torna-se essencial às atividades voltadas para o setor de criação e cultivo do camarão.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES DE PARAJURU. Plano de controle e monitoramento ambiental. Parajuru, 2018.

CARVALHO, José Maria Marques de *et al.* **Perspectivas para o desenvolvimento da carcinicultura no Nordeste Brasileiro.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

LIMA, Givson Cavalcanti de; SANTOS, Maria do Carmo Ferrão; CARVALHO, Roberto Claudio de Almeida. Perfil social dos Profissionais da pesca de camarão marinho na APA costa dos corais, Estado de Pernambuco e Alagoas (Brasil). **Boletim técnico-científico do CEPENE**, Tamandaré, v.15, n.1, p.97-108, 2007.

ORMOND, José Geraldo Pacheco Mello *et al.* **A Carcinicultura brasileira.** disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2263>. acesso em: 18 maio 2022

VICENTE, Danilo Nascimento; MELLO, Fabíola de Azevedo; ROSSI E SILVA, Renata Calciolari. Carcinicultura Brasileira: Impactos e ações mitigadoras. **Colloquium Agrariae**, [s. l.], v.12, n. 2, p. 58-61,2017.

GESTÃO FINANCEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

**Lohana Daniele Oliveira Santiago Rebouças¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: danielle.santiago@fvj.br),
Orientador Valberson da Silva Viana² (Professor Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@fvj.br).**

RESUMO

O presente trabalho busca evidenciar a relevância da gestão financeira para os empreendimentos observando o consumismo no século XXI, o mesmo ressalta algumas medidas que podem ser utilizadas pelas empresas para consolidar ainda mais o rendimento ou desempenho organizacional. O trabalho tem por objetivo geral descrever como a gestão financeira vem sendo trabalhada pelas empresas ao longo dos anos, quanto aos objetivos específicos, são: descrever a relevância do planejamento financeiro para as empresas, apresentar como análise financeira pode ser uma ferramenta importante junto a tomada de decisão, analisar a relação entre o planejamento financeiro e o desenvolvimento empresarial. Para uma melhor fundamentação dos conteúdos apresentados, realizou-se uma pesquisa exploratória, evidenciando alguns conceitos relevantes dentro do aspecto administrativo ou geral. Pode-se concluir que a gestão financeira é um dos pontos primordiais para um desempenho organizacional junto ao mercado empresarial.

Palavras Chave: gestão financeira; consumidor; análise financeira.

INTRODUÇÃO

A gestão financeira tem a responsabilidade de observar os ganhos, despesas e possíveis estratégias eficientes para um maior rendimento da empresa junto ao mercado onde está inserida. Dentro da rotina administrativa e organizacional pode-se destacar a gestão financeira como um recurso importante para o desenvolvimento das atividades financeiras.

Na visão de Catelli (2012, p.22), um dos principais procedimentos gerenciais consiste na gestão financeira, uma vez que por meio da mesma são realizados planejamentos e análises dos valores obtidos pelas empresas em suas atividades, assim como são realizados procedimentos estratégicos para um melhor rendimento empresarial. Pode-se observar que essa forma de gestão é um diferencial muito importante, uma vez que concede uma visão mais aprofundada sobre o desenvolvimento financeiro da empresa.

O trabalho tem por objetivo geral descrever a relevância da gestão financeira para as micro e pequenas empresas. Quanto aos objetivos específicos, esses são: apresentar como a análise financeira pode ser uma ferramenta importante junto a tomada de decisão; analisar a relação entre o planejamento financeiro e o desenvolvimento empresarial.

Avaliando que as empresas estão buscando sempre por uma forma ou método de obter estabilidade em suas atividades financeiras, o trabalho justifica-se como instrumento de descrição da relevância de uma gestão financeira junto as micro e pequenas empresas. Ressaltando como essa pode ser primordial para que os administradores consigam um progresso e rendimento financeiro.

MARCO TEÓRICO

Os principais instrumentos empresariais utilizados para administrar a parte financeira da empresa, ressaltando principalmente os instrumentos ou demonstrativos que devem ser constantemente observados por parte dos gerentes, administradores e demais líderes envolvidos no processo financeiro da empresa. Os mesmos descrevem de forma monetária a evolução da empresa, assim como em quais aspectos a mesma pode melhorar para obter um melhor rendimento financeiro das suas atividades.

De acordo com Zdanowicz (2014, p 38), o fluxo de caixa pode ser considerado um demonstrativo de suma importância para compreender a evolução financeira da empresa, assim como destacar todos os valores financeiros que entraram e saíram da mesma ao longo de um determinado período. Para os gestores, a compreensão e desenvolvimento desse demonstrativo pode ser algo fundamental para traçar estratégias mais eficientes junto ao mercado, promovendo uma estabilidade financeira para a empresa.

Quando se analisam as empresas, é necessário observar que existem as grandes organizações com uma gama imensa de colaboradores e instalações, como as grandes marcas, prestadoras de serviços etc. No entanto, também, e não menos importante, é preciso analisar as empresas menores, as quais não possuem um faturamento milionário ou centenas de funcionários, mas possibilita a subsistência de muitas pessoas e o giro da economia local.

Segundo Oliveira (2012, p 11), o planejamento estratégico abrange a empresa como um todo perante o seu ambiente e define sistemas como um conjunto de partes que são integrantes e ao mesmo tempo interdependentes, que em conjunto, formam uma única unidade em prol de um objetivo específico e que efetuam uma função.

METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa tem como objetivo buscar subsídios para que os objetivos gerais e específicos sejam alcançados. Para que se escolha o método de pesquisa adequado para o desenvolvimento de um determinado estudo, deve-se ter o objetivo e a problemática já levantados. A pesquisa possui três classificações distintas: descritiva, explicativa e exploratória.

O tipo de pesquisa a ser realizado neste trabalho, será uma Revisão de Literatura, no qual realizar-se-á consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nos seguintes bases de dados *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*, *Google Acadêmico*, *Periódicos Portal CAPES* entre outros disponíveis online.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No ambiente empresarial observa-se que determinados campos ou procedimentos são fundamentais para alcançar um resultado melhor junto as rotinas, tanto comerciais como organizacionais, dentre esses procedimentos pode-se destacar a gestão financeira. A mesma tem uma responsabilidade muito grande quanto aos objetivos a serem alcançados, assim como a rotina de compras e vendas de uma empresa.

Diante das informações apresentadas ao longo do trabalho pode-se verificar a importância que a gestão financeira tem dentro dos processos empresariais, assim como compreender de que forma o planejamento pode se tornar uma orientação quanto aos processos relevantes na rotina empresarial, concedendo as empresas uma ampla oportunidade de trabalhar certos aspectos financeiros e comerciais.

Vale destacar que um processo fundamental a ser implantado nas organizações consiste no planejamento financeiro, onde são traçados e observados os aspectos mais relevantes para organização. Estabelecendo um limite de investimento ou custos a serem aplicados na rotina produtiva, comercial e gerencial da empresa. Norteando também os valores a serem aplicados por meio da comercialização dos produtos ou serviços concedidos pela organização junto ao mercado e seus consumidores.

Por meio dos relatórios contábeis e demonstrativos financeiros os planejamentos podem se tornar ainda mais eficientes dentro do processo gerencial, sendo dessa forma destacada a importância das informações no que se refere aos procedimentos ou tomadas de decisões empresariais, uma vez que essas podem promover ou não o desenvolvimento da empresa junto ao mercado e seus respectivos clientes ou consumidores.

Pode-se concluir, que por meio da gestão financeira as organizações conseguem estabelecer metas, prazos e estipular o crescimento da produção e das rotinas comerciais. Buscando sempre a evolução da empresa e o seu desenvolvimento eficiente junto ao mercado consumidor, mas procurando manter a qualidade dos produtos ou serviços realizados.

REFERÊNCIAS

CATELLI, A. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica – GECON. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012, 22 P.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa**: Uma Decisão de Planejamento e Controle Financeiros. 10 ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2014. 28 P.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 18ª edição. SP; ATLAS, 2012, 11 P.

AS PESSOAS COMO FATORES DETERMINANTES NAS ORGANIZAÇÕES: UMA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

**Mara Lara Matias dos Santos¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: mara.santos@fvj.br),
Yara Ketlin Silva Lima de Freitas² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).**

RESUMO

A pesquisa enfatiza sobre a importância do colaborador se sentir acolhido junto a seus superiores, visando melhorar a qualidade do seu trabalho, pois o processo de acolhimento ajuda o indivíduo com relação a sua atuação e auxílio junto a sua equipe de trabalho. Compreende-se que o objetivo do estudo é entender a empatia junto aos colaboradores no intuito de melhorar os processos organizacionais. Para tanto, é realizada uma pesquisa de revisão integrativa, que ajuda, por meio da coleta de dados e síntese dos artigos selecionados, responder ao problema de pesquisa traçado. Identificou-se nesse contexto, seis artigos que auxiliam na resposta a problemática do estudo, com arquivos escolhidos entre os anos de 2015 a 2020. O estudo aponta que as organizações quando usam de empatia, por meio de seus gestores, por exemplo, estão fazendo uso de um recurso de inteligência emocional, o que faz com que minimizem os cenários de rotatividade e façam uma retenção de talentos das empresas. A pesquisa ainda aponta sobre a empatia contribuir como uma ferramenta que abre portas para novas oportunidades, fazendo com que os indivíduos despertem para novos olhares acerca do mundo, o que faz com que as empresas apresentem ganhos consideráveis quando o assunto é o alcance de suas metas. Por fim, chega-se à conclusão de que a empatia e o acolhimento são pontos preponderantes para um trabalho executado, com zelo e qualidade, o que auxilia nas demandas de um desempenho organizacional.

Palavras-chave: empatia; desempenho; pessoas; organizações.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema “As pessoas como fatores determinantes nas organizações: uma revisão de literatura”, portanto, salienta-se que compreender o ponto de vista do outro constitui um desafio dentro do contexto da convivência humana. Se hoje a informação ganha em velocidade, parece perder em comunicação e interação. Inicialmente destaca-se a importância das pessoas dentro das atividades a serem desenvolvidas, tornando assim o ser humano a peça fundamental de uma organização, sendo este mais conhecido por recursos humanos. O ser humano sendo determinante no contexto organizacional, permite entender que as relações dentro de uma empresa não precisam ser baseadas apenas na competitividade, mas considerar, sobretudo, a empatia. Isso porque as atividades desenvolvidas no cenário de uma empresa acontecem por meio da formação de equipes, e estas precisam se organizar para alcançar suas metas. Neste sentido, vale considerar que se uns incentivarem as habilidades dos outros, consequentemente os grupos/equipes trabalharão em harmonia, o que promove a construção de laços entre os sujeitos. É necessário entender que para que a harmonia ocorra no contexto organizacional, é importante que os gestores compreendam primeiramente a necessidade de incentivar esse cenário por meio de capacitação de seu capital humano. A capacitação nas organizações permite que os indivíduos

entendam a visão e missão da empresa em que atua e, conseqüentemente, como esta pretende alcançar seus objetivos, o que faz com que cada colaborador atue, em conjunto, para alcançar as necessidades da mesma organização. Entendendo esse cenário, o problema de pesquisa busca responder é: como a empatia junto aos colaboradores pode ajudar na melhoria dos processos organizacionais? Justifica-se a pesquisa por compreender que os colaboradores apresentam desmotivação para realizar seus papéis quando não são vistos como parte fundamental nos processos de uma organização, o que pode culminar em falta de comunicação, pouco planejamento para efetivar demandas e pouco incentivo para ajudar colegas de trabalho. Portanto, deve-se compreender que é necessário obter percepção mais humanizada nos contextos organizacionais, pois sem essa concepção será difícil se ter um progresso nas corporações, já que estas são feitas por pessoas. Diante as informações apresentadas, salienta-se que a pesquisa tem por objetivo geral entender a empatia junto aos colaboradores no intuito de melhorar os processos organizacionais. Com relação ao problema de pesquisa, este visa entender: como a empatia, junto aos colaboradores, pode ajudar na melhoria dos processos organizacionais? Tendo como objetivos específicos: Enfatizar os pontos positivos de uma empresa que pensa em seu capital humano no contexto organizacional e; discorrer sobre a hierarquia de necessidades dos colaboradores de uma empresa. Empatia e processos organizacionais.

MARCO TEÓRICO

Kuhn e Scortegagna (2016) apontam sobre a empatia estar relacionada ao fenômeno afetivo e ainda discorre sobre ser preponderante identificar em cada sujeito seus componentes cognitivos, sendo que esta apresenta condições relevante tanto no setor mental quanto sensorial a aqueles que acompanham os colaboradores em busca de empatia entre os profissionais e os valores organizacionais. Ou seja, esse processo faz com que os colaboradores melhores se conectem uns aos outros, auxiliando-se mutuamente nas atividades que precisam exercer. Neste sentido, compreende-se que ultrapassa a necessidade de ser simpático com os que estão a seu entorno, pois na verdade coloca-se no lugar do outro, em prol de entender que suas reais dificuldades para exercer sua função. Kerber e Varela (2022) discorrem sobre as empresas estarem cada dia mais preocupadas com o cenário da inteligência emocional, pois percebem que este é um fator que determina qualidade ou não da atuação dos profissionais nas empresas. Os autores deixam claro este cenário quando abordam sobre algumas organizações que não se preocupam com este contexto passarem a enfrentar situações de rotatividade constante de profissionais e pouca retenção de talentos. Goleman (2012) esclarece que ter empatia é garantir que os profissionais se deixem ser liderados sem grandes entraves, visando sempre o alcance das metas das organizações, sendo assim, fica esclarecido que se trata de ter inteligência emocional para garantir que as organizações apenas se engrandeam.

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida sob uma perspectiva de revisão integrativa, que usa etapas específicas para conseguir alcançar os objetivos do estudo. Entre estas etapas encontram-se: a formulação de um problema, a busca pelas fontes, a seleção dos arquivos, a avaliação acerca da relevância dos artigos, preparação das sínteses de cada estudo e a identificação de critérios de inclusão e exclusão. Entre as bases de dados usadas para conseguir alcançar os arquivos necessários, compreende-se: a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), a PubMed e

a MEDLINE, precisando que os estudos estejam escritos entre os anos de 2015 a 2020. Vale salientar que o problema de pesquisa busca entender: como a empatia junto aos colaboradores pode ajudar na melhoria dos processos organizacionais? Os critérios de inclusão para busca dos estudos foram: ser um estudo disponível na íntegra, responder ao problema de pesquisa, estarem escritos em língua vernácula. Com relação aos critérios de exclusão, é possível enfatizar: arquivos escritos em língua estrangeira, editoriais, dissertações e teses e aqueles que estejam duplicados. Na pesquisa inicial foram pré-selecionados 40 estudos que abordavam a temática proposta. Após o processo de seleção, foram excluídas 20 publicações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os estudos apresentados no quadro 2 discorrem sobre seis artigos científicos que tratam sobre o assunto das pessoas como fatores determinantes nas organizações. O quadro aborda pontos específicos acerca dos estudos escolhidos, sendo eles: autoria, ano de publicação, título do artigo e revista de publicação. Com relação aos anos em que as pesquisas foram publicadas, cabe esclarecer que 50% foram desenvolvidas no ano de 2016. Os demais estudos, com 16,7% cada um dos estudos, foram publicados nos anos de 2015, 2018 e 2020. Entre os estudos, dois se apresentam estudos com 17% cada enfatizam um deles sobre marketing pessoal e como a empatia é fundamental para sua atuação e outro enfatizando acerca sobre como ser empático apresenta-se como diferencial competitivo pelas organizações. Outros dois arquivos, cada um sendo 33% das pesquisas abordam sobre gestão de pessoas e inteligência emocional. Levando em consideração a leitura efetivada sobre as pesquisas que foram direcionadas, fica evidente que a comunicação é uma ferramenta que possui complexidades por se tratar de uma ação que envolve diversas dimensões e possui um formato dinâmico, pois, é uma ação que, quando realizada da maneira correta, se torna eficaz e eficiente, se tornando um dos indicadores que medem a qualidade de um bom atendimento. A empatia contribui também como uma ferramenta que abre portas para novas oportunidades, fazendo com que os indivíduos despertem para novos olhares acerca do mundo. (COELHO, 2018).

REFERÊNCIAS

- COELHO, A. S. A empatia como instrumento de gestão. **Intervozes**: trabalho, saúde, cultura. Petrópolis, v.3, n. 2, p 20-40, 2018. Disponível em: https://www.fmpfase.edu.br/Intervozes/Content/pdf/Artigo/03_02/ARTIGOEmpatia.pdf. Acesso em 05 dez. 2021.
- GOLEMAN, D. **Inteligência emocional**: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- KUHN, M. C.; SCORTEGAGNA, S. A. **A relevância da empatia no desenvolvimento inter-relacional em equipes de trabalho**. EGEPE-Encontro de estudos sobre empreendimento e gestão de pequenas empresas, v. 9, 2016.
- KERBER, M. V.; VARELA, M. M. **Inteligência emocional nas organizações**: o impacto da pandemia da covid-19 em uma empresa de engenharia civil de Florianópolis. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232442>. Acesso em: 25 nov. 2022.

OS DESAFIOS DA LIDERANÇA FEMININA NAS EMPRESAS

Paloma Lima Moreira¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.moreira@fvj.br),
Orientadora² Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

Este artigo busca-se compreender os principais desafios enfrentados pelas mulheres na liderança de empresas, assim como consolidar de que forma ao longo dos anos a mulher vem conseguindo evoluir para cargos mais expressivos junto ao mercado de trabalho. Ao longo dos tópicos apresentados busca-se responder a seguinte problemática: Quais os principais desafios presentes no processo de liderança feminina junto as empresas? O objetivo geral do trabalho consiste em descrever os principais desafios observados no processo de liderança feminina nas empresas. Apresenta-se ao longo dos tópicos da pesquisa como a liderança feminina vem ganhando cada vez mais espaço junto as organizações. Para uma melhor fundamentação dos conteúdos apresentados realizou-se uma revisão integrativa, promovendo a compreensão de conceitos e análises importantes sobre o processo de liderança das mulheres junto as empresas.

Palavras-chave: liderança feminina; empresas e desafios.

INTRODUÇÃO

Alguns pesquisadores como Silva (2015) e Hakim (2017), entendem a liderança feminina como o fato de que as mulheres podem ser e são líderes, outros podem defini-la do ponto de vista feminista e como uma questão de igualdade e direito às mesmas oportunidades.

Outros autores como Pizzaro (2013) e Natera (2011), dizem que se a certas características femininas são valiosas nas organizações, outros consideram que o desenvolvimento da liderança feminina consiste em uma avaliação do potencial das mulheres para realização de determinadas atividades ou mesmo a consolidação do seu perfil profissional.

A liderança feminina é mais comumente definida pelas diferenças entre feminilidade e masculinidade (NATERA, 2011). As características que são consideradas para influenciar a tomada de decisão, resolução de problemas e realizações são frequentemente comparadas (ASSUNÇÃO, 2018). Ao longo do trabalho busca-se abordar sobre a liderança feminina e os desafios que são observados no processo de liderança exercido pelas mulheres junto às organizações. Ressaltando quais os aspectos mais relevantes ou impactantes no processo de desenvolvimento da liderança por parte das mulheres nas empresas.

A liderança feminina é mais comumente definida pelas diferenças entre feminilidade e masculinidade (NATERA, 2011). As características que são consideradas para influenciar a tomada de decisão, resolução de problemas e realizações são frequentemente comparadas (ASSUNÇÃO, 2018). Ao longo do trabalho busca-se abordar sobre a liderança feminina e os desafios que são observados no processo de liderança exercido pelas mulheres junto às organizações. Ressaltando quais os aspectos mais relevantes ou impactantes no processo de desenvolvimento da liderança por parte das mulheres nas empresas.

MARCO TEÓRICO

Apesar dos avanços significativos na educação e na participação política, as mulheres continuam sub-representação em posições de liderança na política e nos negócios em todo o mundo. Em muitos países, os formuladores de políticas responderam introduzindo cotas de gênero na política e, cada vez mais, muitos expressaram interesse em exigir cotas de gênero para conselhos corporativos.

A situação torna-se mais agravante quando se agrega a discriminação racial, pois as mulheres negras podem sofrer dupla discriminação, por gênero e por cor. As desigualdades salariais existem, mesmo quando elas possuem as mesmas qualificações dos homens e ocupam cargos semelhantes (GOMINHO, 2019).

O cenário atual dos negócios, com rápidos e grandes avanços tecnológicos, encontra-se passando por diversas transformações. Novos programas para terceirizações, contratações informais e outras formas de acordos, tornam-se para alguns colaboradores, condições e requisitos para sobreviverem e se manterem competitivos nesse novo cenário.

As mulheres não somente impulsionam o crescimento econômico nas economias emergentes como também possuem “vantagens comparativas” vis-à-vis às mulheres dos países ricos: com formação acadêmica equivalente e o mesmo número de filhos que mulheres de nações desenvolvidas, elas estão inundando o mercado de trabalho munidas de muito mais ambição e facilidades para organizar as demandas entre a vida familiar e a vida profissional (DI MARTINO, 2014).

METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada neste trabalho, foi uma Revisão Integrativa, na qual foram levados em consideração trabalhos realizados entre 2010-2020, com textos que se limitassem a temática, portanto os trabalhos publicados nos últimos 10 anos (exceto para livros clássicos), sendo os idiomas definidos português e inglês. Com destaque para a visão de autores renomados dentro do campo administrativo ou gerencial, consolidando a relevância da pesquisa apresentada.

Para busca de informações sobre a temática foram utilizados os seguintes termos: “Liderança feminina”, “Liderança nas organizações”, “Os desafios das líderes nas empresas” associando a seus termos sinônimos e uma lista de termos sensíveis para a busca.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As mulheres têm historicamente sido sub-representação em posições de liderança em organizações públicas e privadas em todo o mundo. A desigualdade de gênero e a discriminação de gênero permanecem desafios muito reais para as trabalhadoras em geral, e especialmente para as mulheres que lutam por posições de liderança. No entanto, a pesquisa organizacional sugere que as líderes femininas podem trazer uma constelação única de características, atributos e comportamentos relacionados à liderança para o local de trabalho, o que pode trazer vantagens para suas organizações.

A liderança feminina é mais comumente definida pelas diferenças entre feminilidade e masculinidade. As características que são consideradas como influenciadoras da tomada de decisão, solução de problemas e realizações são frequentemente comparadas. O estudo apresentado tem por base enfatizar o valor e os benefícios das características femininas na

liderança hoje e os benefícios que a diversidade traz para as organizações e negócios.

Diante dos conteúdos apresentados ao longo do trabalho pode-se observar que há muitos fatores diretos e subjacentes a respeito da sub-representação das mulheres em cargos gerenciais. Três níveis de fatores influentes foram definidos como fatores sociais, organizacionais e individuais.

Ao estudar esses níveis, constatou-se que os papéis tradicionais de gênero, a cultura organizacional e as percepções e competências das mulheres têm um papel no desenvolvimento da carreira gerencial das mulheres. As organizações foram vistas como tendo mais poder, pois tomam a decisão direta sobre a promoção da liderança feminina, recrutando e oferecendo avanços na carreira.

Pode-se observar diante dos conteúdos apresentados que a redefinição dos papéis familiares e pessoais é uma das causas pelas quais as mulheres não alcançam cargos de chefia, tendo que tomar a decisão de escolher entre seu crescimento profissional ou exercer as funções tradicionalmente estabelecidas pela sociedade. Assim como o preconceito estabelecido junto a sociedade e os ambientes profissionais.

REFERÊNCIAS

DI MARTINO, Mayla. **Mulheres Executivas**. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. **Profissão Líder: desafios e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2016.

PROBST, E.R. **A Evolução da mulher no mercado de Trabalho**. 2015.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. **A Participação feminina no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: Texto para Discussão nº 923, dez/2012.

SOUSA, S.C.I; MAIA, K; FIUZA-MOURA, F.K; GOMES, M.R; SILVA, R.J. **Diferenças salariais por gênero e cor e o impacto da discriminação econômica**. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 09, n. 1, p. 32-49, 2015.

A ESTRATÉGIA COMPETITIVA DA LOGÍSTICA EMPRESARIAL: UMA PESQUISA DO RAMO DE BEBIDAS AMBEV

**Paula Ingrid De Lima Barros¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Paula.barros@fvj.br),
Orientador² Fabricio José Costa de Holanda (Professor Mestre do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: fabricio@fvj.br).**

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a logística empresarial da empresa Ambev, que usa desse recurso como estratégia competitiva para seu elevado índice de vendas haja a vista que a logística é necessária nas organizações para mitigar os problemas inerentes a falta de mão de obra especializada para realização das atividades necessárias neste processo, inviabilizando que o mercado fique à mercê do desconhecimento de alguns cenários. Para alcançar este objetivo, a pesquisa desenvolveu um estudo bibliográfico com cunho exploratório. A revisão bibliográfica enfatizou sobre a Ambev ser considerada uma empresa estratégica por efetivar, após sua criação como resultado da fusão ocorrida em 1999 entre a Companhia Antarctica Paulista e da Companhia de Bebidas das Américas que resultou numa combinação de Centros de Distribuição Direta e Revendas, permitindo que ocorresse maior volume quanto as suas entregas, já que existia um aperfeiçoamento de rotas que coloca agilidade na distribuição de suas vendas. O estudo ainda deixou claro que a Ambev apresenta-se em uma performance crescente perante a empresa Coca-cola devido às mesmas estratégias adotadas corroborando como uma das maiores organizações do mercado de bebidas.

Palavras-chave: AMBEV; estratégia; logística empresarial.

INTRODUÇÃO

O mercado formal está cada dia mais competitivo e as empresas buscam incessantemente novas alternativas para que consigam sobressair-se dos concorrentes nos mais variados contextos, fazendo utilização de estratégias específicas que alternam a depender do tipo de negócio desenvolvido.

Uma das estratégias que é amplamente usada se chama logística empresarial, que é responsável por possibilitar que determinadas operações sejam realizadas de maneira rentável, ao que tange a administração de seus serviços. (AVELAR; CARVALHO, 2019).

No contexto atual, a logística é necessária nas organizações para minimizar os problemas que se voltam a falta de mão de obra especializada para realização das atividades necessárias neste processo, inviabilizando que o mercado fique à mercê do desconhecimento de alguns cenários.

Diante desse contexto, justifica-se a pesquisa por identificar que a AMBEV, empresa conceituada no ramo de bebidas, usa sua capacidade de distribuição como fomento para sua ampliação no mercado, o que vem gerando, cada dia mais, lucro para si.

O objetivo geral da pesquisa é: identificar sobre a logística empresarial da empresa Ambev, que usa desse recurso como estratégia competitiva para seu elevado índice de vendas.

No que tange aos objetivos específicos, são eles: i) apresentar a logística usada pela empresa Ambev e; ii) fazer um comparativo entre as estratégias competitivas da logística de distribuição da Ambev e outras empresas.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida sob um viés de pesquisa bibliográfica, fazendo-se uso

de uma abordagem qualitativa, que na visão de Paschoarelli, Medola e Bonfim (2015, p. 04) relaciona-se ao fato de “não aplicar instrumentos estatísticos para análise de um problema, uma vez que seu objetivo não é medir nem numerar os eventos estudados”, mas investigar cenários que mudam com o tempo, a depender, sobretudo, das necessidades da sociedade.

Neste contexto foi produzido um estudo exploratório, pois, busca por meio de levantamento bibliográfico, apresentar ao seu leitor informações sobre o problema traçado, que no caso é entender: como a empresa Ambev utiliza a logística empresarial como estratégia competitiva? Salienta Oliveira (2011, p. 22) sobre “os estudos exploratórios, que geralmente, são úteis para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias”.

Para conseguir alcançar a essas pesquisas, serão utilizadas bases de dados específicas, sendo elas o Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Acadêmico e revistas de Administração, tal como a Revista de Administração Contemporânea e a Revista de Administração de Empresas (RAE). Para tanto, são usadas as palavras chaves: Estratégia competitiva, Logística Empresarial e Ramo de bebidas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Perante às informações que foram apresentadas no vigente estudo, pode-se entender que a pergunta norteadora da pesquisa foi respondida, pois, foi percorrida a logística empresarial da empresa Ambev, que identificou como sendo estratégia competitiva. E, como foi ressaltado, a organização faz uso de diversas estratégias, dentre elas: a utilização de terceirização para entrega de suas bebidas, investimento em tecnologia e a possibilidade dos funcionários adiantarem as remessas que vão levar para entregas com um prazo de até 48 horas.

Essa pesquisa esclareceu que o estudo é relevante para que os administradores percebam a importância do planejamento nas ações empresariais, visando que determinadas estratégias, mesmo que usadas pelos concorrentes sejam efetivadas com maior eficiência que as demais organizações.

Por fim, compreendeu-se que é necessário mais estudos quanto a forma como a Ambev atua, visando, sobretudo, avaliar se as estratégias continuam eficientes, levando em consideração as mudanças consideráveis da forma como o mercado formal atua.

REFERÊNCIAS

LIMA JUNIOR, E. B *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 44, 2021. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 10 abr. 2022.

SILVEIRA, M. G. R. **Inovações organizacionais e de marketing como estratégias competitivas: uma análise do caso AMBEV nos anos 2000.** 2022. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/handle/123456789/34652>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G. H. C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Design Ergonômico. **Revista de Design, Tecnologia e Sociedade**, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2015.

COMPORTAMENTO FEMININO NO PROCESSO DE COMPRA NO RAMO DE COSMÉTICOS NA CIDADE DE BEBERIBE, CEARÁ

Vanessa Felipe dos Santos¹ (Aluna do Curso de Administração do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:vanessa.santos@fvj.br);
Bruna Valessa Dias Rodrigues² (Orientadora - Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:bruna.rodrigues@fvj.br)

RESUMO

Este trabalho visa descrever o comportamento das mulheres da cidade de Beberibe CE, em relação aos hábitos e motivações de consumo de cosméticos. O estudo objetiva avaliar o comportamento feminino no processo de compra de cosméticos na região de Beberibe CE. Com o propósito de ajustar uma melhor visão do contexto do problema foi realizada uma pesquisa quantitativa de cunho descritivo, por meio de um questionário com aplicação online. A amostra de pesquisa constitui-se de 23 respondentes. De acordo com os resultados obtidos, observou-se que as mulheres beberibenses consomem cosméticos mensalmente e levam em consideração no momento de efetuar a compra atributos como qualidade, marca e durabilidade. Entre as principais motivações de compra destacaram-se parecer mais bonitas e se sentir bem nos lugares que frequentam. Os resultados obtidos nesta pesquisa visam contribuir com os estudos sobre comportamento da consumidora de cosméticos.

Palavras-chaves: comportamento feminino; compra; cosméticos.

INTRODUÇÃO

O comportamento do consumidor explica como organizações, grupos e pessoas usam, selecionam, descartam e compram produtos, serviços, ideias ou experiências, possibilitando uma visão ampla do cotidiano e das transformações do consumo, ajudando as empresas a comercializar produtos e serviços de beleza para os clientes certos e da melhor forma, suprimindo seus desejos e necessidades (KOTLER; KELLER, 2006).

Dessa forma, esta pesquisa tem a seguinte questão norteadora: Como se dá o comportamento feminino no processo de compra de cosméticos? Para responder a essa indagação, tem-se como objetivo geral: Avaliar o comportamento feminino no processo de compra de cosméticos na região de Beberibe CE. E como objetivos específicos: i) identificar o perfil das consumidoras de cosméticos da região de Beberibe CE; ii) investigar os fatores que geram a necessidade da aquisição de cosméticos; iii) detectar os atributos e as informações relevantes para a aquisição de cosméticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

O consumidor é influenciado por fatores determinantes na tomada de decisão, que estão divididos em três partes. A primeira parte são as divergências individuais, que englobam os recursos do consumidor, atitude, personalidade, conhecimento e motivação, estilo de vida e valores. A segunda parte são as influências pelo ambiente, que abrange fatores como a classe social, influência, cultura e família. A terceira parte engloba processos psicológicos, que influenciam o comportamento do consumidor, podemos agregar nesta classe os seguintes

fatores como o processamento da informação, aprendizagem e mudança de atitude e comportamento (ENGEL; BLACKWELL; MINIARD, 2000).

Para Martins (2014), o crescimento no mercado da beleza e saúde advém das mulheres, o autor ainda destaca que quando se trata de mulheres, a venda tem de ir além de produtos, além de necessidades, deve-se causar entusiasmo, de certa maneira vender sensações ao invés de simples produtos. A Federação do Comércio do Rio de Janeiro (2016) realizou um estudo, onde aponta que as mulheres são, na grande maioria, atraídas por detalhes, novidades e exclusividades, tendo mais disponibilidade e disposição para analisar e pesquisar por facilidade no pagamento e descontos.

METODOLOGIA

O instrumento empregado para a coleta dos dados foi um questionário, elaborado de modo a responder os objetivos da investigação, delineados através do problema de pesquisa. O questionário é uma técnica de custo razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o anonimato e pode conter questões para atender a finalidades específicas de uma pesquisa. Pode incluir questões abertas fechadas, de múltipla escolha, de resposta numérica, ou do tipo sim ou não. (BARBOSA,1998).

A pesquisa como enfoque quantitativo dos dados permite generalizar os resultados de uma amostra para o universo de pesquisa, que para esta pesquisa seria a população feminina que consumidoras de cosméticos na cidade de Beberibe-CE. Em relação amostra, pode-se enquadrá-la em não-probabilística por conveniência, e contou com 23 respondentes. Os dados da pesquisa foram tabulados com auxílio da ferramenta Excel e posteriormente analisados com uso de estatística descritiva.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considera-se que o objetivo deste trabalho de identificar o perfil das consumidoras de cosméticos da Região de Beberibe CE, foi alcançado. A pesquisa desenvolvida baseou-se nas teorias do comportamento do consumidor, tendo papel importante nas análises do comportamento das consumidoras de cosméticos, seus hábitos, como agem, o que as motiva, bem como auxiliar na identificação de possíveis estudos futuros.

Em relação ao universo amostral, a maioria das pesquisadas, (52,2%) possuem idade entre 18 a 25 anos, ou seja, 12 das 23 entrevistadas. Segundo a frequência de compra de cosméticos 65,2% das respondentes realizam compras mensais de produtos cosméticos e perfumaria. A maioria delas possui o hábito de consumo elevado, o que justifica a discordância na afirmativa relativa a não gostar de gastar dinheiro com cosméticos.

A principal forma de aquisição dos produtos é através das lojas especializadas, cerca de 56,5% das mulheres beberibenses utilizam as vendas diretas para aquisição de cosméticos e perfumaria. Em relação aos produtos que foram pesquisados nas análises feita referente a frequência de utilização podemos destacar que alguns dos produtos menos utilizados pelas respondentes foram os de cuidados faciais (protetor solar, hidratantes e cremes). Os produtos mais utilizados pelas mulheres beberibenses foram os de perfumaria (água de cheiro, colônias e perfumes) e maquiagem (batom, rímel, lápis de olho e pó facial), o que confirma com os resultados da literatura especializada.

REFERÊNCIAS

ABIHPEC, Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Anuário 2016. São Paulo: 2016.

Disponível em: https://abihpec.org.br/ABIHPEC_2016/Anuario2016_DIG.html#/

BRAZIL, BEAUTY, NEWS, Venda de cosméticos estão entre os negócios mais promissores para o ano 2016. Disponível em: <http://www.brazilbeautynews.com/venda-de-cosmeticos-esta-entre-osnegociosmais,117290>

CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. Marketing: **criando valor para os clientes**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DHOLAKIA, R.R. CHIANG, K.-P. Shoppers in cyberspace: are they from Venus or Mars and does it matter? *Journal of consumer psychology*, Mahwah, v. 1-2, n. 13, p. 171-176, 2003

ENGEL, J.F.; BLACKWELL, R.D.; MINIARD, P.W. **O comportamento do consumidor**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

INFLUÊNCIA DOS RECURSOS TECNOLÓGICOS NOS ESCRITÓRIOS CONTÁBEIS

Ana Beatriz Pereira de Andrade¹ (Aluna do curso de Ciências Contábeis no Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: beatriz.andrade@fvj.br),
Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

O objetivo deste trabalho é compreender como os recursos tecnológicos influenciam nas atividades dos escritórios contábeis do município de Aracati no estado do Ceará. Os dados foram coletados através de um questionário eletrônico composto por 24 questionamentos de múltipla escolha que possibilitaram identificar a percepção dos escritórios quanto à modernização dos sistemas contábeis. Os resultados apontam que, as ferramentas tecnológicas influenciam diretamente nas suas atividades, a implementação de sistemas contábeis proporciona tanto vantagens quanto desvantagens para os escritórios e clientes. Os escritórios também concordam que para ter uma boa atuação na área contábil se faz necessário constantemente estar atualizado em relação às novas tecnologias, dessa forma o contador consegue avaliar o que é útil e relevante para os clientes, além de ficar familiarizado com as demais áreas presentes na empresa.

Palavras-chave: recursos tecnológicos; sistemas contábeis; escritórios de contabilidade.

INTRODUÇÃO

A área contábil se ocupa de mensurar as operações e informar os impactos econômicos aos gestores de um empreendimento. Além disso, encarrega-se de estudar consequências de ocorrências, em condições econômicas causadas por fenômenos específicos que afetam determinada entidade (CORNACHIONE JUNIOR, 2001). Vale ressaltar que a contabilidade foi uma das pioneiras a utilizar computadores comerciais a partir da década 1950. Os contadores ficaram cada vez mais dependentes do uso dos sistemas de informações (LAUDON; LAUDON, 2007).

Diante da constante evolução tecnológica, diversos setores da sociedade têm enfrentado mudanças em seus respectivos sistemas. Durante sua evolução a contabilidade passou por diversos procedimentos, tais como: procedimento manuscrito, mecanizado e informatizado (OLIVEIRA, 2003). Hoje em dia é notável que as empresas apostem em ferramentas de tecnologias digitais com o objetivo de conseguirem melhores resultados em seus procedimentos.

MARCO TEÓRICO

Para Laudon e Laudon (2007), sistema de informação é como um conjunto de elementos que interagem e coletam, processam, guardam e propagam informações que servem como base para a tomada de decisão.

O sistema de contabilidade é um conjunto de atividades contábeis compatíveis que vão desde a elaboração de um plano de contas adequado, seguindo pela análise e compreensão dos fatos contábeis (isolados), a contabilização, até a elaboração das demonstrações

financeiras, análise, interpretação e recomendação para melhor desempenho da empresa (MARION, 2003).

Antes do surgimento de máquinas e da tecnologia para ajudar na escrituração dos fatos contábeis, as atividades eram desenvolvidas manualmente, o que ocasionava desgaste no profissional contábil e exigia mais tempo para a realização das atividades. A contabilidade vem passando por uma série de mudanças no decorrer do tempo. Desde a chegada das tecnologias, sua forma de trabalho tem se aperfeiçoado, além de se beneficiar das novas ferramentas empregadas na área (FAVERO; LONARDONI; SOUZA, 2000).

Os mais antigos escritórios de contabilidade costumam ter maior resistência em acompanhar mudanças, porém é importante que se adequem para assim não caírem em declínio sobre todo o avanço que a área vem desenvolvendo. Ademais, os escritórios que se adequam à modernidade tendem a ganhar maior destaque no mercado de trabalho (FERNANDES; NICO, 2020).

Os sistemas *Enterprise Resources Planning* (ERP) podem ser definidos como sistemas de informação integrados adquiridos na forma de pacotes comerciais de *software* com a finalidade de dar suporte à maioria das operações de uma empresa (ZWICKER, 2003).

METODOLOGIA

Para realização deste estudo o procedimento metodológico utilizado, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório de natureza aplicada. A adoção do método se dá pelo intuito proporcionar maiores informações sobre um assunto investigado e também com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem.

Para uma análise mais detalhada, utilizou-se um levantamento quantitativo, no qual possibilita que as informações sejam mensuradas em números. Ademais, podem ser classificadas e analisadas através de técnicas estatísticas.

O estudo utilizou-se de procedimentos técnicos bibliográficos e pesquisa de campo. Em que o primeiro não se trata apenas de uma repetição do que já foi dito ou escrito sobre um determinado assunto, mas sim proporcionar um novo enfoque ou abordagem. Enquanto o segundo é o tipo de pesquisa com a pretensão de buscar informações diretamente com a população pesquisada.

A coleta de dados da pesquisa ocorreu por meio da aplicação de formulário, composto por 24 questionamentos de múltipla escolha. o questionário foi realizado através da plataforma *Google Forms* e encaminhado para os escritórios de contabilidade, do município de Aracati/CE, por meio da ferramenta *whatsapp* e endereço eletrônico (*e-mail*).

O universo da pesquisa é composto por escritórios de contabilidade do município de Aracati no estado do Ceará. Em relação à amostra, foi encaminhado o formulário para dez escritórios de contabilidade no município de Aracati no estado do Ceará.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os dados obtidos constatou-se que o gênero feminino representa a maior parte dos respondentes, quanto à faixa etária do público participante, o maior número de informações coletadas foi de profissionais entre 31 e 40 anos de idade e em relação à formação acadêmica nota-se a presença de graduados, especialistas e técnico em contabilidade. Foi questionado o tempo de atuação na área de contabilidade, e com base nas

respostas obtidas, observou-se que tem participantes que possuem menos de 5 anos de atuação até os que atuam a mais de 40 anos.

O contador tem um papel diversificado em uma empresa, não podendo se restringir apenas na produção de informações contábeis, ele deve se familiarizar com as demais áreas presentes na empresa. Portanto, foi perguntada a área de atuação dos respondentes e de acordo com os dados obtidos constata-se que a maior parte dos participantes da pesquisa tem atuado em mais de uma área da contabilidade em suas atividades laborais. Quanto à forma de comunicação dos escritórios com seus respectivos clientes, observa-se que é utilizada mais de uma ferramenta destacando o *whatsapp*.

A fim de identificar a opinião dos escritórios quanto às vantagens dos sistemas integrados, foram apresentadas possíveis benefícios do uso dos sistemas. Destaca-se que os escritórios respondentes entendem que as principais vantagens proporcionadas pelos sistemas integrados estão na maior produtividade, maior eficiência e qualidade do serviço. Seguindo de agilidade, ou seja, viabilizando o crescimento do escritório, menos riscos de falhas, dessa forma obtendo maior credibilidade para o escritório e maior qualidade no atendimento.

Da mesma foi questionado aos respondentes quais desvantagens a contabilidade digital proporciona para o escritório. Os resultados obtidos os participantes afirmam que seus clientes não sentem segurança ao enviar dados importantes ou armazenar documentos em nuvem, a falta da proximidade com os clientes, dificuldade da complexidade fiscal e relatam também sobre a escassez da especialização.

De acordo com as informações fornecidas pelos escritórios de contabilidade, percebe-se que a evolução tecnológica afeta diretamente na sua forma de atuação. Com a automação de processos de contabilização é possível ter maior produtividade, maior eficiência e qualidade de serviço e mais agilidade no trabalho. A comunicação direta com os clientes também acaba sendo facilitada, uma vez que a existência de aplicativos de conversa, como o *whatsapp*, auxiliam justamente na interação entre as partes.

Contudo, apesar das vantagens relatadas, os escritórios informam que ainda enfrentam algumas dificuldades para a implementação das novas tecnologias, como a contabilidade digital por exemplo. Destacou-se a necessidade de treinamento para se ter melhor conhecimento dos programas. Sob a ótica dos clientes, se faz necessário o entendimento da proposta do recurso de acordo com a demanda, além de ter que possuir uma estrutura mínima.

Conclui-se, então, que os escritórios de contabilidade de Aracati têm conhecimentos acerca das tecnologias utilizadas e sabem como os pontos positivos e negativos afetam no desempenho de suas atividades, sendo o último um tópico a ser trabalhado para melhor desempenho em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

COLANGELO FILHO, L. **Implantação de Sistemas ERP**: um enfoque de longo prazo. São Paulo: Atlas, 2001.

FERNANDES, A. P. L. R.; NICO, L. S. **O desafio da contabilidade digital para o profissional contábil dos pequenos e médios escritórios de São Mateus/ES**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, 2020.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais**. Tradução Thelma Guimarães; revisão técnica Belmiro N. João. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G; BAGRANOFF, N. A. **Sistemas de Informações Contábeis**; tradução Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 2002.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS DA EMPRESA NATURA COSMÉTICOS S/A ANTES E DURANTE A PANDEMIA

**Andressa Marry Lima Mendonça¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: andressa.marry@fvj.br),
Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).**

RESUMO

O ano de 2020 foi marcado por inúmeras situações do qual surpreendeu o mundo, tendo como destaque a pandemia do Covid-19, com início em 2019 na China, com proporção gigante, afetando a saúde e a economia de milhares de pessoas pelo mundo afora e principalmente no Brasil, e isso foi sentido pelas empresas, principalmente aquelas com capital aberto, com movimentações milionárias. Portanto, tendo como base o conceito da importância de entender e interpretar esse efeito pandêmico sobre a economia, o presente estudo busca analisar os resultados econômico-financeiros da organização empresarial Natura cosméticos S.A no período de 2018 a 2020 por meio de indicadores financeiros, com objetivo de identificar os impactos sofridos pela Natura antes e durante a pandemia. A presente pesquisa compreende um estudo de caso de pesquisa descritiva, com método de análise quantitativa - documental, e após concluir as análises individuais de cada ano permitiu concluir que os impactos sofridos pela Natura ocorreram no ano de 2020 com maior representatividade, mas que devido a um processo que a Natura já vem se tornando digital há alguns anos, o ano de 2019 apresentou-se como um dos melhores resultados financeiros, evidenciando que os impactos sofridos pela pandemia se concentraram na maior parte no primeiro semestre do ano de 2019, período de início da pandemia do Covid-19, e que devido a surgir novos revendedores e com o uso da tecnologia em seus processos a companhia conseguiu reverter até o encerramento do estudo os efeitos pandêmicos sobre suas demonstrações contábeis.

Palavras-chave: índices financeiros; pandemia; análise econômica; natura cosméticos.

INTRODUÇÃO

Em março de 2019 houve uma mudança de comportamento na sociedade, devido a identificação do Covid-19, denominado popularmente como “coronavírus”, afetando desde a profissão até os hábitos diários da população, com diferentes impactos nas áreas da saúde, econômica e até mesmo social (OMS, 2020). As vendas de produtos de cuidado pessoal, cosméticos e perfumaria mostraram aumento significativo, com crescimento de 6% entre janeiro e outubro, em comparação com os dados de 2019 (FORBES, 2021).

A Natura, por sua vez, encerrou o ano de 2018 com lucro líquido consolidado de R\$ 381,7 milhões (MONEYTIMES, 2019) e conseguiu evitar o impacto negativo que a pandemia ocasionou na economia. A Natura atua com diversas operações de negócios, sendo uma empresa multinacional brasileira presente em 9 países, com mais de 1,5 milhões de consultoras Natura só no Brasil. Fundada em 1969, possui atualmente quase 7 mil colaboradores diretos, tendo se tornado uma das maiores da América Latina em seu setor de atividade. Assim, as informações e comparativos apresentados terão desempenho na aplicação de conhecimento econômico-financeiro de uma empresa de grande porte que resultou na escolha como objeto de estudo do presente trabalho.

Diante do exposto, a análise econômico-financeira monitora os resultados de forma mais assertiva e eficiente, onde consiste a capacidade da Natura em cumprir seu objetivo financeiro, ou seja, gerar lucro. Além de prever o desenvolvimento ou não da Natura (CELERO, 2022). Com base na análise econômico-financeiro, o presente estudo tem como problemática: Qual o comportamento dos indicadores econômico-financeiros da Natura antes e durante a pandemia do coronavírus? Assim, entra em foco o objetivo geral de analisar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros da Natura, comparando os dados de 2020 aos anos anteriores de 2018 e 2019.

Além disso, apresenta como objetivos específicos: i. verificar as Demonstrações Contábeis utilizadas pela empresa; e ii. Comparar os índices econômicos e financeiros dos anos de 2018 a 2020, sendo eles os indicadores de liquidez, os índices de estrutura de capitais e endividamento da empresa abordada. Dessa forma, investidores, fornecedores e bancos terão a ciência de como está o desempenho empresarial das organizações em que estão envolvidos, permitindo a elaboração de estratégias para o alcance de metas, controle da inadimplência, dentre outras análises (ESALES, 2019).

MARCO TEÓRICO

Os indicadores de liquidez representam a base da situação financeira da entidade, e tem como principal importância mostrar a real situação da empresa em determinado período, fazendo frente as suas obrigações. Além disso, medem a capacidade de pagamento, a solvência e a saúde financeira da organização (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2017).

O financeiro da empresa, quanto maior o índice de liquidez, melhor a situação da organização, ou seja, a organização tem a capacidade de arcar com suas obrigações com terceiros. No entanto, do ponto de vista da rentabilidade da organização, essa interpretação pode não ser verdadeira, sendo que, excesso de recursos no ativo circulante pode indicar má gestão dos ativos, por estarem associados a itens pouco rentáveis ou ociosos (BORINELLI; PIMENTEL, 2017).

Os resultados que foram obtidos do estudo, foi expondo o comparativo da capacidade da empresa Natura Cosméticos em cumprir com as obrigações junto a terceiros, considerando curto prazo, longo prazo e capacidade imediata. Além disso, considera, também, a capacidade geral de liquidar o passivo circulante com os valores e disponibilidades do ativo circulante dentro do período de análise de 2018 a 2020.

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, que busca realizar a análise econômico-financeira da Natura Cosméticos S/A, trata-se de uma estratégia de pesquisa nas ciências sociais, é uma metodologia aplicada que busca apreender a totalidade de uma situação, descrever e interpretar dados coletados de uma única empresa. A classificação científica, compreende uma pesquisa descritiva e bibliográfica, que busca verificar os indicadores de liquidez, os índices de estrutura de capitais e endividamento no cenário de crise mundial, de saúde e econômica, em decorrência da Covid-19. Dessa forma, são comparados os indicadores dos anos de 2018 a 2020.

O estudo também compreende a questão documental, recorre a fontes primárias e dispersas, utilizando documentos para contextualizar a história, a cultura, a sociedade e a economia de um lugar ou grupos de pessoas, sem tratamento analítico, como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias,

pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32). No que tange a abordagem do estudo, trata-se da qualitativa, pois tem como finalidade encontrar respostas para determinadas questões propostas de um estudo, visando à checagem das causas problemáticas atribuídas a ele, e assim, relatar e interpretar o desenvolvimento dos dados obtidos (LAKATOS; MARCONI, 2012).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O cenário atual evidencia a grande importância de se entender o mercado e suas variações, bem como relatar os impactos sofridos pelas empresas por conta de fatores externos que afetam diretamente os resultados obtidos pela organização. A análise econômico-financeira é um importante mecanismo para obtenção de dados, que auxiliam gestores na tomada de decisão. O presente estudo teve como objetivo analisar o comportamento dos indicadores econômico-financeiros da Natura Cosméticos, comparando os dados de 2020 aos anos anteriores de 2018 e 2019.

Os resultados obtidos evidenciaram que a companhia possui bons indicadores de rentabilidade e lucratividade, liquidez, e índices de capital e endividamento. O estudo realizado por meio de comparações entre períodos, demonstrou a capacidade da organização em buscar tecnologia e inovação. A Natura iniciou em 2019 o processo de digitalização, um dos passos mais ambiciosos para o meio da tecnologia, buscando um crescimento acelerado e expandindo sua marca.

De maneira geral, os resultados por meio dos índices econômico-financeiros evidenciaram bons resultados, levando em conta à instabilidade econômica do país, a Natura superou este resultado, alcançando resultados recordes em vendas, receitas e caixa operacional. A instituição teve o maior crescimento desde a história da sua fundação, registrando o maior valor de mercado do período, sendo uma das empresas mais atrativas para os investidores no cenário crítico do país.

Como sugestão para futuras pesquisas, sugere-se realizar outros estudos que contemplem maior abrangência entre períodos analisados e ainda podendo fazer uma análise comparativa de empresas do mesmo segmento, onde os índices visam mostrar um diagnóstico detalhado da situação econômico-financeira e assim permitindo umas avaliações acerca de diferentes aspectos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanço: um enfoque econômico financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BASTOS, É. C. **Análise dos Indicadores Econômico-Financeiros Relevantes para Avaliação de Empresas**. 2008. 151 p. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2008. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/DS/2008/331492_1_1.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

BORINELLI, M. L.; PIMENTEL, R. C. **Contabilidade para Gestores, Analistas e outros Profissionais**, 2. ed., 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 09 mai. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PRETENSÕES PROFISSIONAIS DOS GRADUANDOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Daniela Oliveira Batista¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: daniela.batista@fvj.br),
Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

Ao escolher um curso de graduação, os discentes refletem sobre as possibilidades ofertadas pelo mercado de atuação. Com relação ao curso de graduação em Ciências Contábeis não é diferente, sobretudo, porque compreende-se que as possibilidades de atuação de um contador são diversas. Identifica-se que as organizações passam a crescer significativamente, e a forma de atuação dos profissionais da área precisam garantir maior credibilidade, por meio do uso dos recursos tecnológicos, por exemplo. Considerando este cenário, o objetivo da pesquisa busca investigar as pretensões dos estudantes graduandos do curso de Ciências Contábeis da UniJagaribe, quanto ao seu desenvolvimento profissional após o término da graduação. Para alcançar este usa-se uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário junto aos discentes do curso de Ciências Contábeis que estão matriculados no 6º ao 8º semestre. Ademais, entrevistou-se de forma remota um profissional da área administrativa da UniJagaribe, em que abordou-se, por meio de questionário, o quantitativo de egressos, o total de discentes matriculados e sobre o crescimento ou diminuição de inscritos no curso de Ciências Contábeis pós pandemia. Como resultados identificou-se que os discentes buscam o curso de Ciências Contábeis na Unijagaribe, em grande parte para se preparar para concursos públicos que exigem esta graduação ou mesmo para abrir seus próprios negócios, ao passo que os demais se preparam para continuar uma jornada acadêmica, em busca de formação continuada. Evidencia-se que as pesquisas sobre este assunto não se encerram com este trabalho, visto que as exigências de mercado mudam e conseqüentemente as grades curriculares das universidades também, fazendo com que as pretensões dos discentes também alternem.

Palavras-chave: ciências contábeis; graduação; pretensões profissionais.

INTRODUÇÃO

Ao escolher um curso de graduação, os discentes refletem sobre as possibilidades ofertadas pelo mercado de atuação. Com relação ao curso de graduação em Ciências Contábeis não é diferente, sobretudo, porque compreende-se que as possibilidades de atuação de um contador são diversas. No Brasil, a área contábil compreende diversas oportunidades que precisam ser refletidas pelos futuros profissionais que buscam entrar neste mercado. Dentre as diversas possibilidades, o profissional contábil pode atuar em funções como contador, assessor, *controller*, auditor interno e/ou externo, além da atuação na área educacional. Diante desse contexto, busca-se responder ao seguinte questionamento: *Quais são as pretensões profissionais dos estudantes do 6º a 8º semestre de Ciências Contábeis, matriculados em 2022, diante de um contexto socioeconômico desafiador?* Dessa forma, o estudo tem por objetivo geral investigar as pretensões dos estudantes graduandos do curso de Ciências Contábeis da UniJagaribe, quanto ao seu desenvolvimento profissional após o

término da graduação. Adicionalmente, têm-se como objetivos específicos: i. identificar as possibilidades de atuação do profissional contador; ii. compreender o contexto socioeconômico atual e como se encontra o mercado de trabalho para os profissionais da área; e iii. Identificar as áreas de interesse dos estudantes quanto ao prosseguimento na carreira.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Rodrigues (2022) dentre as áreas de atuação mais promissoras para o profissional da contabilidade encontra-se a auditoria, sendo que neste o profissional acompanha as informações das empresas e, por meio de relatórios, opina sobre as demonstrações contábeis das mesmas, enfatizando cenários que precisam ser alterados e aqueles que devem ser mantidos. Ademais, outra área propícia para a atuação de contadores é a de análises financeiras, que busca o cuidado com estoques e investimentos realizados por uma organização. Apresenta-se, ainda, a possibilidade de atuação na área da contabilidade pública, cuidando dos recursos públicos, onde se encontram os pagamentos relacionados aos impostos e diversas outras contribuições recebidas pelos setores municipais, estaduais e federais (MONTEIRO, 2020). Os profissionais da área contábil ainda podem atuar na perícia contábil, junto a um juiz quando solicitado para emitir laudos que auxiliem a solução a questões relacionadas ao setor contábil. Pode-se falar ainda sobre o *controller*, onde o profissional trabalha com cenários tributários e financeiros das organizações multinacionais, entretanto, é importante saber que não basta ter graduação na área, mas sim formação continuada, como mestrado e doutorado (MIRANDA *et al.*, 2022). Conforme aponta Novaes (2022), para o ano de 2023, a área contábil é considerada uma das áreas que será mais buscada no mercado de trabalho. Destaca-se, ainda, a valorização das atividades que se voltam à área, já que as empresas passam por desafios intensos que refletem, sobretudo, a retenção de bons profissionais na área. Machado (2022) aponta sobre o mercado de trabalho ser cruel com os profissionais com mais de 40 anos de idade. Entretanto, destaca sobre algumas profissões serem mais generosas quando o assunto é o cuidado com estes profissionais. Dentre essas profissões encontram-se os contadores. Trata-se de uma ocupação que garante que “boa remuneração pode ser conquistada, além de reunirem um bom montante de profissionais com mais de 45 anos de idade” (MACHADO, 2022, *online*), causando inclusão das pessoas com mais idade frente ao mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma pesquisa no Centro Universitário Vale do Jaguaribe (UniJaguaribe), por meio da aplicação de um questionário aos discentes do curso de Ciências Contábeis que estão matriculados no 7º e 8º semestres. A pesquisa em um primeiro momento busca identificar o perfil dos discentes que aceitaram participar do estudo, e em um segundo momento, busca-se informações sobre o curso, enfatizando porquê da escolha deste, grau de dificuldade, possibilidades de formação continuada e afins. No Apêndice B, é possível identificar uma entrevista realizada com um profissional da administração da UniJaguaribe, visando alcançar dados sobre o curso, sobretudo, com relação ao número de matriculados. O uso do questionário trata-se de um instrumento relevante porque consegue alcançar respostas pertinentes ao problema de pesquisa levantado anteriormente. Ademais, entrevistou-se de forma remota um profissional da área administrativa da UniJaguaribe, em que abordou-se, por meio de questionário, o quantitativo de egressos, o total de discentes matriculados e sobre o crescimento ou diminuição de inscritos no curso de Ciências Contábeis pós pandemia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Evidencia-se que a maioria (30,4%) dos discentes buscaram o curso de Ciências Contábeis porque acreditam que o mercado de trabalho é mais abrangente, seguido por 26,1% dos alunos que discorrem sobre a importância do título de bacharel para prestar concursos públicos. 47,8% dos alunos afirmam o grau de dificuldades é médio, ao passo que 43,5% discorrem ser alto e apenas 8,7% enfatizam ser muito alto. Assim, é possível entender que os alunos acreditam que se trata de um bom curso, visto que eles não se apresentam como um curso que qualquer perfil consegue finalizar, minimizando a concorrência em mercado formal. Evidencia-se sobre a maioria se dizer pouco satisfeito, com 34,8% de sujeitos. Posteriormente apareceu 26,1% dos indivíduos afirmando que são indiferentes e 13% afirmam estar insatisfeitos. Apenas outros 21,7% discorrem sobre se sentirem satisfeitos. De acordo com os alunos, o curso de graduação não atende as suas expectativas, portanto, quando entram no mercado de trabalho sentem intensa dificuldade para atuar. Dessa forma, ter um conhecimento de vivência, em concomitância com as teorias apresentadas pela faculdade permite que os alunos sintam-se mais preparados para ir ao mercado de trabalho. A maioria dos discentes visualizam o mercado para os contadores como promissor, sobretudo, para aqueles indivíduos que buscam aprimorar o seu conhecimento, sobretudo, pensando no século XXI e a utilização de recursos tecnológicos em amplitude. Entretanto, existem aqueles discentes que enfatizam que a profissão que almejam é desvalorizada. 69,6% dos alunos afirmam que não se sentem preparados para atuar no mercado de trabalho formal, o que coincide quando os mesmos discentes afirmam não se sentirem preparados por meio da didática desenvolvida pela faculdade em que estudam. Compreende-se que a limitação desta pesquisa está associada ao fato do curto período de tempo para aplicação do questionário, o que limitou os sujeitos a se disponibilizarem para participar do estudo.

REFERÊNCIAS

MACHADO, L. 5 ocupações que pagam bem para profissionais com mais de 45 anos. **Rede Jornal Contábil**, 2022. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/5-ocupacoes-que-pagam-bem-para-profissionais-com-mais-de-45-anos/>. Acesso em: 11 set. 2022.

MIRANDA, C. S *et al.* Perícia contábil: um panorama de seus profissionais e de suas atividades no Brasil. **Revista ambiente contábil-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036**, v. 14, n. 2, p. 457-479, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/27983>. Acesso em: 15 out. 2022.

MONTEIRO, L. S. **Nível de conhecimento na área de contabilidade pública: um estudo realizado com alunos do curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal da Paraíba**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/17996/1/LSM03092020.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NOVAES, J. **Mercado de trabalho 2023: conheça as profissões que estão em ALTA na área de Finanças e Contabilidade**. Terra, 2022. Disponível em: <https://fdr.com.br/2022/09/28/mercado-de-trabalho-2023-conheca-as-profissoes-que-estao-em-alta-na-area-de-financas-e-contabilidade/>. Acesso em: 01 set. 2022.

RODRIGUES, A. L. 6 áreas promissoras para o profissional de contabilidade. **Rede Jornal Contábil**, 2022. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/6-areas-promissoras-para-o-profissional-de-contabilidade/>. Acesso em: 02 out. 2022.

O IMPACTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NA GESTÃO PÚBLICA: UMA PERCEPÇÃO DE CONTADORES E PROFISSIONAIS DA ÁREA ATUANTES NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÇABA/CE

**Eveny dos Santos Paula¹ (Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: evenycyesc@gmail.com),
Bruna Valessa Dias Rodrigues² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: bruna.rodrigues@fvj.br).**

RESUMO

A pesquisa aborda sobre os sistemas contábeis automatizados usados pelos contadores e profissionais da área da gestão pública que surgem a partir do desenvolvimento de recursos tecnológicos nas mais diversas áreas de trabalho, onde se inclui a contabilidade. O estudo aponta que entre os sistemas que mais se inserem no ambiente de trabalho do contador estão: Alterdata, Prosoft, Contmatic, Fortes Tecnologia, Mastermaq e Nasajon. Compreendendo este cenário, salienta-se que o objetivo da pesquisa é investigar os impactos dos sistemas de informações contábeis na gestão pública, por meio da percepção de contadores e profissionais da prefeitura municipal de Itaiçaba/CE. Para alcançar o resultado almejado, desenvolveu-se uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa, aplicando um questionário a quatro profissionais, estando entre eles contadores e profissionais da área. Os resultados apontam a falta de capacitação para devida atuação dos profissionais, assim como também pouca assistência técnica e difícil manuseio do Aspec, sistema utilizado pela prefeitura abordada. Conclui-se que entre os impactos do sistema contábil Aspec usado pelos profissionais abordados estão a impossibilidade de duas pessoas trabalhar na mesma dotação assim como a possibilidade de substituição de contadores formados por outros profissionais que consigam manusear os sistemas contábeis.

Palavras-chave: impactos; gestão pública; sistemas contábeis.

INTRODUÇÃO

O século XXI é conhecido pelos conhecimentos tecnológicos, onde se inserem os sistemas/software, responsáveis por automatizar os dados empresariais que, com o passar dos anos, ganham complexidade. Isso ocorre, sobretudo, em organizações que atuam com cadastro de diversos setores e recursos humanos, pois precisam dispor de informações de fácil acesso e manuseio (SCHREIBER, 2012). Considerando esse contexto, é importante salientar que essa automatização interfere nos mais diversos cenários, dentre os quais se encontra a área da contabilidade. Destaca-se que, por muito tempo, determinados setores precisaram atuar com profissionais específicos, sendo estes indispensáveis para as empresas, como é o caso do contador. Entretanto, com a chegada dos recursos tecnológicos, de certa forma, a sua contratação, em questão de números, minimiza, já que outros profissionais podem manusear os sistemas com as informações numéricas consolidadas. Entendendo todo o cenário

abordado, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa a ser solucionado: quais os impactos dos sistemas de informações contábeis, na visão dos contadores e profissionais na gestão pública da prefeitura municipal de Itaiçaba/CE? Com relação aos objetivos da pesquisa, o geral busca investigar os impactos dos sistemas de informações contábeis na gestão pública, por meio da percepção de contadores e profissionais da prefeitura municipal de Itaiçaba/CE. No que tange aos objetivos específicos, estes visam: i) Descrever os sistemas de informações contábeis existentes na gestão pública; ii) Destacar as contribuições dos sistemas contábeis usados por contadores e profissionais da prefeitura municipal de Itaiçaba/CE; iii) Discorrer as dificuldades da inserção de sistemas de informações contábeis na gestão pública para atuação de contadores e profissionais que atuam na área.

MARCO TEÓRICO

Existem diversos tipos de sistemas de informações contábeis importantes para agilizar a atuação dos contadores em suas atividades, assim como também aos demais profissionais que atuam com as tarefas da contabilidade. Sobre esses sistemas Rezende (2013) discorre sobre os diversos conceitos que se apresentam sobre o mesmo, estando entre eles o fato de ser um componente tecnológico que engloba software, hardware e recursos humanos para o alcance de um objetivo e velocidade de atividades. Entre os tipos de sistemas de informações contábeis existentes encontram-se a PUBLIC SOFT, a PJPCTB, a ELMAR e a E-TICONS. No que tange a PUBLIC SOFT, esta auxilia em registro de controle das informações orçamentárias, assim como extra orçamentárias, patrimoniais. Também emite relatórios salientados pela legislação brasileira, estando entre eles: “Balancetes Mensais, RREO - Relatório Resumido de Execução Orçamentária, RGF - Relatório de Gestão Fiscal, PCA - Prestação de Contas Anual”. Também controla as pessoas que têm acesso às informações inseridas no sistema, monitora os processos licitatórios e exporta gráficos em PDF, Microsoft Word, Microsoft Excel (PUBLICSOFT, 2022). As contribuições dos sistemas contábeis são amplas, e por essa razão, é que surge o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, sendo este responsável por instituir o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), nos órgãos públicos. Importante saber que esse sistema permite “prestar as informações por parte das empresas sobre o cálculo e recolhimento do PIS/COFINS e CPRB mensal” (BARBOSA, 2012, p. 29), o que fundamenta a relevância do uso de recursos tecnológicos junto aos contadores. Aponta Kehl (2015) que os recursos tecnológicos, por meio de sistemas de softwares utilizados pelos contadores tendem a preocupar os profissionais devido a sua agilidade nas atividades necessárias junto ao setor. O autor ainda destaca que, além da qualidade e velocidade nas informações, as poucas tarefas que precisam ser efetivadas pelo humano, não precisam necessariamente ser uma pessoa formada em contabilidade, podendo ser apenas um profissional que entenda os conceitos do cenário e saiba fazer utilização de recursos tecnológicos.

METODOLOGIA

O estudo é desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo, pois irá aplicar um questionário junto a quatro contadores e profissionais da área, atuantes na prefeitura municipal de Itaiçaba/CE. Sobre esse tipo de pesquisa, compreende-se que se trata em aprofundar-se em uma realidade específica, que no caso é como os contadores e demais profissionais da área contábil se adaptam aos recursos tecnológicos e como eles são positivos ou negativos para sua profissão, em termos de substituição das atividades que os recursos

humanos comumente realizam. Sobre o campo de pesquisa, cabe destacar que se trata da prefeitura municipal de Itaiçaba/CE, município criado em 15 de outubro de 1956, depois de uma separação de outro município, conhecido por Jaguaruana/CE.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Cabe destacar que a área de contabilidade de uma organização, sobretudo, de uma repartição pública que lida com muitas informações, deve ter um conhecimento aprofundado quando o assunto é a informatização, afinal, no século XXI, os setores contábeis atuam incisivamente com sistemas, o que os obriga a precisarem conhecer de forma mais incisiva sobre os recursos tecnológicos e demandar qualidade em sua atuação. De acordo com os próprios profissionais pesquisados, 20% tem buscado se aprimorar por meio de cursos presenciais, ao passo que outros 20% por meio de treinamentos/capacitações ofertadas pela própria empresa e 60% afirma não buscar aperfeiçoamento. De acordo com os profissionais, 100% de seus softwares é de terceiros, o que exige ainda mais empenho por parte dos profissionais com relação ao aperfeiçoamento acerca do mesmo, visto que nem sempre o suporte é realizado de maneira instantânea, impactando consideravelmente no desenvolvimento de suas atividades e nos prazos que é preciso cumprir. Como é possível identificar, os relatórios são diversos, porém apresentando-se na prefeitura de Itaiçaba/CE como preponderante o Balanço Orçamentário, com 80% das respostas dos sujeitos pesquisados, seguido por 20% do Balanço Patrimonial. Importante discorrer que o Balanço Orçamentário apresenta previsões iniciais e atualizadas para o exercício. Os profissionais, o Aspec, sistema utilizado por eles para sua atuação trata-se de um sistema seguro, porém com desvantagens significativas, estando entre eles ser: um sistema antigo, com pouca capacidade de manuseio compartilhado e que restringe o usuário ao mesmo, sem ofertar outras opções em caso de problemas em sua utilização. Conclui-se que a prefeitura municipal de Itaiçaba/CE pode capacitar melhor seus profissionais e apresentar melhores sistemas aos mesmos, a fim de que a celeridade de seus trabalhos aconteça com maior qualidade. As limitações da pesquisa estão associadas ao fato da empresa atuar com uma equipe pequena, sendo que mais respostas, de outros profissionais, possibilitaria uma mensuração maior acerca do objeto de estudo. Para as pesquisas futuras aponta-se justamente a relevância de uma coleta de dados maior, tornando o estudo mais fundamentado com relação ao ponto de vista apresentado pelos profissionais que atuam fazendo uso de sistemas contábeis, destacando seus benefícios e desafios.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. G. EFD-Contribuições—qual a importância da comunicação entre o setor contábil e a da tecnologia da informação para a geração do arquivo digital. 2013. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/1703>. Acesso em: 30 mai. 2022.

KEHL, S. M. Dificuldades dos profissionais que trabalham com TI perante os conhecimentos contábeis exigidos na operacionalização dos sistemas de contabilidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/14165/3/PB_COCTB_2015_2_23.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

PUBLICSOFT. **Contabilidade**. 2022. Disponível em:

<https://www.publicsoft.com.br/solucoes/contabilidade>. Acesso em: 30 set. 2022.

RESENDE, D. A. **Sistemas de informações organizacionais**: guia prático para projetos em curso de administração, contabilidade e informática. 2007.

PERFIL EMPREENDEDOR DOS DISCENTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIJAGUARIBE

Francisco de Assis Monteiro Filho¹ (Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: assis.monteiro@fvj.br),
Bruna Valessa Dias Rodrigues² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: bruna.rodrigues@fvj.br).

RESUMO

A descrição de uma pessoa que empreende leva em conta determinado agrupamento de aspectos individuais, apontado através da aceitação dentre todos os perigos e o total interesse para realizar a vontade de possuir o próprio empreendimento. Considerando este cenário, o objetivo da pesquisa buscava analisar o perfil empreendedor dos estudantes de Ciências Contábeis. Visando alcançar seu intento, o estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa. Com relação ao universo da pesquisa foi formado por 24 estudantes do Curso de Ciências Contábeis do 1º ao 8º período do turno da noite. O instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário aplicado via *WhatsApp*, contendo 35 perguntas que permitiram posteriormente realizar uma Auto avaliação das habilidades empreendedoras dos indivíduos participantes da pesquisa. Os resultados apontaram que os sujeitos participantes da pesquisa têm um perfil com 87,50% voltado a motivação, 70,83% que assume riscos, 50,0% com capacidade para resolução de problemas, 4,17% compreende um perfil influenciador e 45,83% detém autocontrole para tomada de decisões. Conclui-se que alguns pontos precisam ser melhor trabalhados nos estudantes nas instâncias institucionais, visando aumentar sua capacidade de influência com relação ao seu perfil empreendedor, assim como também aumentar sua condição de resolução de problemas e o ato de assumir riscos.

Palavras-chave: características empreendedoras; ciências contábeis; empreendedorismo.

INTRODUÇÃO

Em geral, alunos do curso de Administração, comumente possuem um perfil mais empreendedor, pois eles procuram continuar o negócio da família, outros almejam alcançar determinado objetivo, conforto econômico, tornando-se proprietário de suas respectivas empresas (PERES, 2014). Por outra perspectiva, no curso de graduação de Ciências Contábeis é mais frequente gerar funcionários de empresas públicas ou privadas e não tem um estímulo permanente a qual o aluno possa construir sua trajetória empresarial. Diante do contexto, este trabalho tem a finalidade de responder a seguinte questão norteadora: Qual o perfil empreendedor dos discentes do curso de Ciências Contábeis da Unijaguariibe? O presente estudo tem como objetivo geral analisar o perfil empreendedor dos estudantes de Ciências Contábeis. Para isso, tem-se os seguintes objetivos específicos: (i) definir as características do perfil empreendedor; (ii) levantar o perfil dos discentes de Contabilidade; (iii) comparar as características do perfil empreendedor com o perfil dos estudantes de Ciências Contábeis. Acredita-se que essa pesquisa seja relevante, uma vez que mostrará se os estudantes possuem características empreendedoras no curso de Ciências Contábeis, objeto de pesquisa, o que pode contribuir para o melhoramento de como essa temática é abordada no curso. Ainda, sob a percepção dos alunos, pode ajudar como ferramenta de compreensão de seu perfil atual

possibilitando aos estudantes interessados em empreender, focar em ações que venham melhorar o aprendizado de habilidades necessárias ao empreendedorismo, pois atuar no mercado de trabalho é uma dificuldade para os jovens.

MARCO TEÓRICO

A definição da palavra empreendedorismo é de difícil compreensão para a língua portuguesa, uma vez que, há vários conceitos para as expressões (ALMEIDA, 2016). Todavia, de acordo com Dornelas (2005) todo conceito de empreendedorismo existem no mínimo as seguintes perspectivas relacionadas ao empreendedor: determinação para gerar um novo empreendimento e fazer o que se gosta; permite tomar para si os riscos e a chance de não ter sucesso e faz uso dos recursos livres de maneira imaginativa alterando o meio social e econômico onde vive. Observa-se que o significado de empreendedorismo tem sua idéia na abrangência de indivíduos e processos que unidos convertem concepções em oportunidades. Segundo Telles (2011) o empreendedorismo expõe alguns fatores que estão diretamente relacionados ao seu significado, como apresentação econômica, inovação e avaliação de riscos, dessa maneira, as transformações são o estímulo da execução empreendedora eficiente e eficaz. A situação econômica brasileira possibilita uma ampla abertura de negócios, na maioria informais, como forma de suavizar o elevado índice de desemprego que prejudica o país. Com o cenário da pandemia do covid-19, a sociedade sofreu graves problemas com o desemprego, o que culminou no aumento do empreendedorismo, embora esse índice de informais tenha relativamente diminuído, pois o desemprego “caiu de 11,1% para 9,3% no 2º trimestre de 2022” (BRASIL, 2022, p.02). Há a percepção do empreendedor nato, a pessoa que nasce com os aspectos fundamentais para que o seu empreendimento tenha êxito. Contudo, como se trata de um ser social, que é influenciado mediante em que vive, a formação empreendedora pode ocorrer por influência da própria família, estudo, formação e prática. Segundo Dolabela (2006), o estudo das características dos empreendedores de sucesso tem colaborado para o reconhecimento e entendimento da atitude do empreendedor. Leite (2002), declara que os indivíduos que detêm características empreendedoras se distinguem das demais pela forma como desempenham suas obrigações e alega que o empreendedor de sucesso dispõe de traços de personalidade específicos.

METODOLOGIA

O universo da pesquisa foi formado por estudantes do Curso de Ciências Contábeis do 1º ao 8º período do turno da noite, de acordo com a matrícula no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. A amostra foi composta por 24 estudantes, correspondendo aos períodos mencionados. Para verificar o perfil empreendedor dos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Unijagaribe, foi utilizado o questionário formulado por Dornelas (2003). O questionário chamado como “Auto avaliação das habilidades empreendedoras”, foi aplicado via *WhatsApp* por meio dos grupos de estudantes do curso. O questionário direcionado aos alunos que participaram da pesquisa foi dividido em três sessões, sendo a primeira relacionada a identificação dos sujeitos, buscando identificar informações pessoais como gênero, estado civil, idade, renda per capita familiar de sua família, entre outros. Na segunda sessão, busca-se saber sobre o curso em desenvolvimento, considerando tratar-se de um discente da Unijagaribe, qual curso frequenta e em que semestre estava. E por fim, na terceira sessão, aplicou-se a auto avaliação das habilidades empreendedoras, sendo que está enfatiza sobre motivação para os discentes atingirem seus objetivos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O questionário de Auto avaliação das habilidades empreendedoras aplicado, desenvolvido por Dornelas (2008), continha 35 questões que os participantes deveriam avaliar cada uma delas, escolhendo apenas uma resposta para cada. As questões foram distribuídas em cinco categorias específicas para análise das respostas, sendo elas: a Motivação para a realização; a Propensão a assumir riscos; a Resolução de problemas; o perfil Influenciador; e o Autocontrole. Afim de possibilitar uma análise comparativa entre as categorias, quando o respondente assinalou até duas questões, foi considerado de “baixa potencialidade”; de três a cinco “média potencialidade”, e acima de cinco “alta potencialidade”. Com relação a propensão dos sujeitos na busca para assumir riscos, percebe-se que o maior grupo também se destaca com alta potencialidade, já que a tabela 3 apresenta estes com uma porcentagem de 70,83%. Seguido por 16,67% de indivíduos que se apresentam potencialidade médio para propensão a assumir riscos e por fim, com baixa potencialidade destacam-se 12,50% dos indivíduos participantes do estudo. No que tange a resolução de problemas, fica evidente que as porcentagens se apresentam de maneira mais dividida do que com relação a motivação de realizar e propensão a assumir riscos, visto que 50,0% sujeitos pesquisados se destacam em alta potencialidade com relação a esta capacidade, 35,50% com média potencialidade e 12,50% com baixa. O perfil de influenciador é o que se apresenta com maior porcentagem de baixa potencialidade 62,50% dos sujeitos; seguindo por 33,33% médio e apenas 4,17% dos indivíduos com alta capacidade de influenciar. Observou-se que os estudantes de forma geral detêm alta potencialidade com relação a motivação de realizar, a propensão a assumir riscos, já a resolução de problemas e autocontrole, em níveis distintos. Assim, algumas categorias precisam ser melhoradas nos estudantes, visando aumentar sua capacidade de influência com relação ao seu perfil empreendedor, como também aumentar sua condição de resolução de problemas e o ato de assumir riscos. Sendo preciso uma atuação especialmente em relação a ser um influenciador, onde a baixa potencialidade se apresentou de maneira mais preponderante.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. A. **Empreendedorismo e inovação: um estudo junto aos servidores do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG**. 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-ARLK9C/1/empreendedorismo_e_inova__o.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRASIL. **Desemprego cai de 11,1% para 9,3% no 2º trimestre de 2022**. Ministério do Trabalho, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/noticias/trabalho-e-previdencia/08/desemprego-cai-de-11-1-para-9-3-no-2o-trimestre-de-2022>. Acesso em: 05 out. 2022.
- DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**, transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PERES, C. S. Empreendedorismo feminino: das dificuldades ao sucesso na gestão das organizações. **Salão do Conhecimento**, 2015. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/2840/TCC_Caroline%20Peres%20_2014%20%28para%20biblioteca%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 01 out. 2022.

O IMPACTO ECONÔMICO-FINANCEIRO NAS INSTITUIÇÕES DE TERCEIRO SETOR NO CENÁRIO PANDÊMICO: UM ESTUDO EM ASSOCIAÇÕES DO VALE DO JAGUARIBE

Gésley Souza Correia¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: gesley.souza@fvj.br),
Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br)

RESUMO

O contexto pandêmico da Covid-19 ocasionou as mais diversas complicações às empresas de todo o mundo, não sendo diferente para as entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor). A pesquisa, de maneira geral, busca analisar qual foi o impacto econômico-financeiro causado às Instituições de Terceiro Setor no período de pandemia. Ademais, objetivou-se apontar como esses resultados afetaram tanto as organizações quanto os que se beneficiam desse segmento. Tendo como abordagem qualitativa, cunho descritivo, documental e bibliográfico, a pesquisa utilizou-se como universo as Associações situadas no Vale do Jaguaribe, mais especificamente na cidade de Aracati-CE. Como conclusão disso, foram constadas informações pertinentes sobre as finanças das Instituições no período pandêmico, o que permitiu uma melhor verificação no que se refere à área econômica dessas organizações tendo em vista a situação sanitária enfrentado nos anos de 2019 a 2021.

Palavras-chave: pandemia; terceiro setor; associações; impactos; finanças.

INTRODUÇÃO

A situação sanitária originada da Covid-19 causou inúmeros danos tanto em empresas de fins lucrativos, quanto nas de fins não lucrativos (Terceiro Setor). Esse setor social é composto por diversas organizações, sendo estas Organizações Não Governamentais (ONG's), Fundações, Entidades Filantrópicas, Associações dentre outras. No que se refere ao período de pandemia enfrentado de 2019 a 2022, essas entidades também sofreram danos, considerando que as mesmas dependem de doações sociais e do próprio Estado para manterem-se e realizarem suas atividades. Considerando o exposto, o presente artigo busca responder à seguinte problemática como objetivo geral: qual o impacto econômico-financeiro causado às Instituições Sem Fins Lucrativos (Terceiro Setor) no período pandêmico? Além disso, tem-se como objetivos específicos: i. apontar como os resultados contábeis, econômicos e financeiros dessa conjuntura afetaram as finanças destas organizações; e ii. Analisar o que isso acarretou aos que se beneficiam desse segmento.

O enfoque da pesquisa dar-se-á na região do Vale do Jaguaribe, utilizando uma amostra de 3 Associações mais especificamente na cidade de Aracati-CE. A análise realizada justifica-se levando em consideração a necessidade das entidades de Terceiro Setor no meio social e o quanto estas organizações contribuem proporcionando auxílio às mais diversas comunidades e servindo-se de complemento às práticas do Estado.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Coelho (2002), o termo “Terceiro Setor” foi usado inicialmente na década de 1970 e posteriormente na Europa, em 1980. Para Coelho (2002), essa definição se relacionava do ponto de vista de uma opção ao Mercado (Setor Privado) e ao Estado. Além disso, não havia uma busca por lucro e suas ações eram realizadas em busca de benefícios para o coletivo de modo a amparar os grupos sociais. No Brasil, o Terceiro Setor perpassou por algumas etapas, a começar no século XX, período no qual a Igreja Católica realizava e desenvolvia trabalhos de ações sociais nas áreas da educação e saúde. Conforme Ramos (2003), a Igreja contribuiu na área da educação de forma igualitária, buscando amparar e organizar cidadãos de uma parcela social desfavorecida. As primeiras organizações a fazerem parte dessas ações foram as Santas Casas de Misericórdia, por volta do século XVI.

Em se tratando da pesquisa realizada, vale-se citar o contexto pandêmico da Covid-19, no qual mais especificamente em dezembro de 2019 foi detectado o primeiro caso de Coronavírus (SARS-CoV-2), em Wuhan, na China. Com o gradativo avanço do contágio na sociedade, a OMS declarou pandemia em 11 de março de 2020. Apesar do contexto sanitário causado pelo vírus nos anos de 2019, 2020 e 2021 e com a instabilidade financeira, econômica e social, as organizações sem fins lucrativos ainda assim mantiveram-se ativas. Tendo como base a amostra da pesquisa, as Associações (entidades que também compõem o Terceiro Setor) também sofreram consequências consideráveis. Apesar disso, ainda que de maneira mais complexa, continuaram aumentando e realizando ações sociais de modo a beneficiar a população necessitada.

METODOLOGIA

A pesquisa de natureza aplicada classifica-se como qualitativa e de cunho descritivo, que segundo Gil (2002) é aquela que busca definir ligações entre variáveis e principalmente mostrar as peculiaridades de um fenômeno ou grupo específico de modo a descrevê-las.

Os procedimentos técnicos foram realizados por meio da pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental é definida por Gil (2002) como a que se assemelha à pesquisa bibliográfica pelo fato de utilizarem-se de um elemento impresso para intuídos de análise. Além disso, Lakatos e Marconi (2003) definem a pesquisa bibliográfica como aquela que engloba toda a bibliografia que já foi publicada por meio de livros, jornais, teses, pesquisas, rádio etc, referente a um dado assunto.

O universo (população) do estudo foram Associações da cidade de Aracati-CE, tendo como amostra não probabilística 3 destas entidades, sendo uma na área beneficente/social, outra na área religiosa e a última no ramo de esportes. Ademais, a análise foi realizada por meio do levantamento de dados e pela utilização de um questionário, o qual proporcionou uma compreensão simplificada de como se deram os impactos nas finanças das instituições estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As organizações sem fins lucrativos (Terceiro Setor) têm um papel importantíssimo para o equilíbrio social e seu progresso de forma igualitária, as quais proporcionam serviços que garantem uma maior qualidade de vida aos que se beneficiam das ações destas entidades (RAMOS, 2014). Por meio do estudo realizado, foi possível concluir que a pandemia do Covid-19 afetou sim a atuação dessas Associações no período em questão. Situação que para algumas organizações, perduram-se até o período pós-pandêmico (agosto de 2020 a 2021).

Apesar de uma das Associações ressaltar no decorrer da pesquisa que não houve dificuldades nesse intervalo de tempo, a maioria (2 entre as 3) citou alguma dificuldade enfrentada.

CONCLUSÃO

Levando em consideração que o principal impacto causado foi a diminuição de recursos, conclui-se que, as ações dessas organizações foram afetadas, de modo que suas ações foram reduzidas ou sequer ocorreram de maneira que os beneficiados dessas entidades também sofreram os impactos.

Como limitações deste trabalho, houve a dificuldade para coleta de dados, uma vez que de 3 organizações escolhidas, somente 2 deram retorno a tempo. Tendo em vista que a amostra da pesquisa foi definida como 3 Associações, foi preciso contatar mais uma dessas entidades para que o estudo fosse concluído. Em síntese, sugere-se para trabalhos posteriores um estudo mais aprofundado de como essas organizações de Terceiro Setor, não somente Associações retornaram suas atividades após a pandemia do Covid-19. Além do mais, seria de grande relevância realizar uma pesquisa sobre quais foram as mudanças ocorridas nas rotinas destas entidades após o período de pandemia, uma vez que com a adaptação ao formato remoto, podem ter ocorridos modificações quanto às ações e processos que eram realizados somente de forma presencial, o que proporcionará uma maior compreensão sobre tais instituições tão essenciais para o meio social.

REFERÊNCIAS

COELHO, S. C. T. **Terceiro setor** – Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RAMOS, G. C. Terceiro setor: a construção de uma economia da solidariedade. **Revistas Gerenciais**, São Paulo, v. 2, set. 2003, p. 105-111.

RAMOS, M. **Terceiro Setor e Suas Atividades**. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28469/terceiro-setor-e-suas-atividades>. Acesso em: 30 de Novembro de 2022.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA LOJAS AMERICANAS S/A NO PERÍODO DA PANDEMIA DO COVID-19

Johnson Guilherme dos Santos Silva¹ (Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: johnson.guilheme@fvj.br),
Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

A pandemia da Covid-19 apresentou-se como um desafio para a economia das empresas, em decorrência dos efeitos das restrições e/ou isolamento social. Muitas organizações tiveram que repensar sua forma de atuação no período mais agressivo da pandemia, sobretudo, porque o poder aquisitivo da sociedade diminuiu e a saúde financeira do mercado perdeu rentabilidade. Neste sentido, em decorrência do cenário atual e da consideração da rentabilidade das organizações, observou-se o nome da empresa Lojas Americanas S/A como relevante para aplicação do estudo. Considerando este cenário, a pesquisa teve por objetivo analisar como a pandemia do Covid-19 impactou o desempenho econômico-financeiro da empresa Lojas Americanas. Para alcançar o resultado, realizou-se um estudo de caso de abordagem quantitativa, fazendo uso de arquivos documentais da empresa Lojas Americanas, ou seja, arquivos secundários sobre o cenário, tal como os demonstrativos financeiros da empresa. Ao longo do estudo fica evidente que a empresa Lojas Americanas conseguiu manter suas atividades sem precisar realizar demissões, entretanto este cenário ocorre por meio do aumento de empréstimos e debêntures a curto e longo prazo, assim como também combinando seu cenário de atuação com uso de plataformas digitais, mas também física, *fulfilment*, *fintech*, *ads* e atuação de um capital social com ações ordinárias de forma exclusiva. Conclui-se a importância de realizar uma pesquisa de campo junto aos gerentes de lojas Americanas, visando que eles possam demandar informações relevantes de como atuaram durante o período de pandemia Covid-19 e distanciamento social, destacando os entraves para conseguir manter, sobretudo, os postos de trabalho.

Palavras-chave: análises financeiras; lojas americanas; período pandêmico.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 apresentou-se como um desafio para a economia das empresas, em decorrência dos efeitos das restrições e/ou isolamento social. Neste sentido, para minimizar as dificuldades que pudessem vir a surgir, as organizações precisaram se preparar, tomando decisões relevantes e reavaliando suas demonstrações contábeis para identificar se estava ocorrendo rentabilidade para as empresas e seus investidores.

Muitas organizações tiveram que repensar sua forma de atuação no período mais agressivo da pandemia Covid-19, sobretudo, porque o poder aquisitivo da sociedade diminuiu e a saúde financeira do mercado perdeu rentabilidade. Ressalta-se que esse cenário não acometeu apenas pequenas empresas, pelo contrário, as grandes também sentiram os impactos da pandemia.

Notoriamente, o cenário da pandemia permitiu que o país sofresse e ainda esteja sofrendo com a inflação, que no mês de outubro de 2020 já estava maior que o mesmo mês no ano de 2002, quando a inflação teve crescente de 12,53%, considerada a maior da história do

país. O Brasil se encontra entre os três países com piores inflações, ficando atrás apenas da Argentina e da Turquia.

A discussão sobre como as organizações tem mantido seu desempenho econômico-financeiro é fundamental para apresentar a relevância de análises relacionadas aos seus demonstrativos. Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: Como a pandemia do Covid-19 impactou o desempenho econômico-financeiro da empresa Lojas Americanas S/A? Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a pandemia do Covid-19 impactou o desempenho econômico-financeiro da empresa Lojas Americanas.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Silva (2020), as análises econômico-financeiras são fundamentais para que uma empresa consiga se desenvolver ou mesmo manter seus resultados. Sabendo que o mercado formal se encontra em constante movimento, fica evidente a importância de dados concretos serem apresentados para clientes internos e externos de uma empresa. É por meio dessas análises que investidores decidem se pretendem se associar as organizações, assim como também permite que os gestores das empresas resolvam se determinada compra será realizada, em que quantidade e afins. Todo esse cenário permite a manutenção do equilíbrio financeiro de qualquer empresa (SILVA, 2020).

Cabe destacar que “a contabilidade surge no contexto da Análise Econômico-Financeira como ferramenta imprescindível no que tange à avaliação patrimonial” das empresas (BARBOSA, 2021, p. 22). Ainda é relevante destacar que as análises econômico-financeiras são divididas em análise econômica, tratando sobre o grau de liquidez e capacidade de solvência de uma organização; e análise financeira, abordando acerca da interpretação das riquezas geradas e a interpretação de variações de seu patrimônio.

A análise horizontal e vertical de uma empresa relaciona-se ao fato de melhor entender como apresentam-se as demonstrações financeiras, tal como a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) da organização. Visa avaliar se as demonstrações financeiras têm o devido andamento em seu curso, a fim de que as contas destas não sejam comprometidas, independentemente da situação vivenciada pela empresa (D’AVILA, 2014).

De acordo com o estudo de Brito *et al.* (2021), realizado em uma loja de departamento, foi possível desenvolver as atividades da organização com efetividade no período pandêmico, pelo menos quando se fala das vendas dos eletrodomésticos. Discorre-se ainda sobre a rentabilidade ter aumentado, devida à procura dos clientes nas compra *on line*.

METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo de caso, pois utiliza de poucos recursos para desenvolver informações detalhadas acerca de um determinado cenário. O estudo também compreende a questão documental, já que foi usado um arquivo considerado secundário, que são os demonstrativos financeiros da empresa, visando a identificação de seu cenário atual e conseqüentemente discussão acerca dos dados alcançados. Pesquisas de fontes secundárias faz uso de arquivos que já foram tratados por outros profissionais e que servem como base para outras pesquisas.

No que tange a abordagem do estudo, trata-se da qualitativa, pois “descrevem a complexidade de determinado problema, analisa a interação de certas variáveis, compreende e classifica processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuindo no processo de

mudança de determinado grupo e possibilita” a apresentação de um contexto, no que estuda a pesquisa (RICHARDSON, 2008, p. 80).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Identifica-se que no ano de 2020 a empresa Lojas Americanas S. A. sentiu mais incisivamente os efeitos da pandemia em seu negócio. Compreende-se que o início da pandemia do Covid-19 pegou as empresas de surpresa e estas tiveram que se adaptar ao novo cenário para conseguir alcançar seus resultados novamente. Este contexto fica evidente a partir do momento em que o lucro líquido da empresa Lojas Americanas S.A. volta a subir no ano de 2021, mesmo a sociedade ainda vivenciando um cenário de distanciamento social.

A empresa conseguiu manter suas atividades mesmo quando no ano de 2020 a sociedade encontra-se em momento pandêmico. Contudo, é possível também entender que o patrimônio líquido apresenta um comportamento que acompanha o cenário que se vive. Isto porque a reserva de lucros da empresa que serve para os imprevistos financeiros, o reforço de garantia aos credores, as salvaguardas para prejuízos, entre outros, diminuem consideravelmente, sendo que no ano de 2020 chega a 0 e 2021 termina com 262,5.

Cabe enfatizar que a manutenção das atividades da empresa, mesmo com cenário de entraves, relaciona-se à sua cobertura de seguros, que auxiliam as organizações em cenários de risco, como é o caso do contexto pandêmico. Os seguros cuidaram de setores de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque. Conclui-se que é um estudo que não se encerra com esta pesquisa, visto que as empresas ainda estão mensurando seus entraves durante o processo de pandemia, sobretudo, porque o cenário ainda é presente mesmo que não exista mais o distanciamento social.

Com relação as limitações para desenvolvimento da pesquisa, pode-se dizer sobre as dificuldades para coleta dados, sobretudo, relacionados ao período pandêmico, visto que a mensuração ainda está sendo realizada, e se apresentam de forma não conclusiva. Sugere-se que uma pesquisa de campo seja realizada em outros estudos, onde gerentes de lojas Americanas são investigados sobre como atuaram na pandemia e pós-pandemia para manter seus negócios em competitividade.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Y. H. S. **Análise econômico-financeira da Cosern diante do período de pandemia**: um estudo de caso. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/37410/4/AnaliseEconomicoFinanceira_Barbo_sa_2021.pdf. Acesso em: 12 out. 2022.

BRITO, C. S. *et al.* Efeitos da Pandemia COVID-19 no Segmento Varejista de Eletrodomésticos e Produtos Diversos da B3: Análise dos Indicadores a Partir das Demonstrações Contábeis. **Revista da Graduação Unigoia's**, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://anhanguera.edu.br/wp-content/uploads/Artigo-4.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

D'AVILA, S. **Análise horizontal e vertical dos demonstrativos financeiros**: estudo de caso em uma indústria alimentícia de Marília-SP. 46f. Monografia (Bacharel em Administração), Fundação de Ensino “Eurípides Soares da Rocha”, 2015. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1159/TCC%20-%20Final.PDF?sequence=1>. Acesso em: 02 abr. 2022.

RICHARDSON, R. J. (org.) **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, H. C. L. **Análise econômico-financeira da Lojas Americanas SA**. 24f (Bacharel em Administração), João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/19571/1/HCLS22022021.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE GERENCIAL NA TOMADA DE DECISÃO DAS MICROEMPRESAS

Jonh Matheus Batista da Silva¹ Aluno do Curso de Ciências Contábeis do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jonhsilva45@gmail.com
Bruna Valessa Dias Rodrigues² Orientadora - Professora do Centro Universitário do
Vale do Jaguaribe, e-mail: bruna.rodrigues@fvj.br

RESUMO

As microempresas têm altas taxas de falência nos primeiros dois anos de atividade comercial devido a problemas causados pela própria natureza administrativa dos proprietários. O presente trabalho tem como objetivo geral compreender o impacto da contabilidade gerencial na tomada de decisão das microempresas. Para alcançar os objetivos, realizou-se uma pesquisa qualitativa, em que foram utilizadas tanto a pesquisa bibliográfica que se debruça sobre o tema e seus objetos, quanto pesquisa de campo realizada através de entrevistas direcionadas ao recorte da pesquisa. Desta forma, verificou-se que empresas de pequeno porte a ausência de aplicação das ferramentas contábeis gera uma administração deficiente, postura que pode contribuir para a falência do negócio a médio e longo prazo, enquanto que as empresas que aplicam devidamente as ferramentas contábeis tem uma tomada de decisão profissionalizada, que se acredita que contribui para a saúde financeira e, portanto, sobrevivência do negócio.

Palavras-chave: contabilidade gerencial; microempresa; tomada de decisão.

INTRODUÇÃO

As microempresas representam o maior percentual de negócios instalados no Brasil, com aproximadamente 99% dos empreendimentos instituídos atualmente de acordo com os dados informados pelo SEBRAE (2018) em seu portal, impactando significativamente na economia nacional. Por outro lado, essas empresas têm a menor taxa de sobrevivência no mercado interno.

De acordo com dados divulgados pelo SEBRAE (2016), 45% dessas pequenas empresas deixam de existir ao longo dos dois primeiros anos. O motivo principal que contribui com a alta porcentagem de falência, é a falta de aplicação da contabilidade gerencial e suas ferramentas na gestão do negócio.

A Contabilidade Gerencial compõe um nicho da Contabilidade geral que tem por objetivo fornecer ferramentas aos administradores que auxiliem nas suas funções gerenciais, com o objetivo de alcançar melhor aplicação dos recursos econômicos das empresas, através de um conveniente controle do capital realizado por um sistema de informação gerencial. (CREPALDI, 2007).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Observou-se que as micro e pequenas empresas caracterizam-se quase que em sua totalidade pela inexistência de instrumentos gerenciais, apoiando as decisões na vivência, instinto e improvisação de gestores sem experiência ou formação técnica para tal (LACERDA, 2006).

As demonstrações contábeis devem ser realizadas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contábeis e outras exigências fiscais e tributárias (OLIVEIRA; PEREZ-JUNIOR; SILVA, 2009).

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que identifica a situação patrimonial de uma empresa em um período determinado, sendo composto por um ativo e passivo, com o objetivo de informar aos usuários da contabilidade o estado patrimonial líquido da entidade. É necessário levar em consideração que a palavra balanço remete a equilíbrio, o grupo do ativo e o grupo do passivo devem ser semelhantes em valores para assim refletir uma situação verdadeiramente sensata e comedida do patrimônio da entidade (RIBEIRO, 1999).

Como descreve Faria *et al* (2012), a Demonstração do Resultado do Exercício tem a finalidade de apresentar o resultado positivo ou negativo, oriundo das transações da empresa e possibilita conhecer de forma técnica e aprofundada o cenário econômico da empresa em dado período.

A Demonstração do Fluxo de Caixa tem como objetivo fornecer informações sobre as operações de entradas e saídas de determinado período, demonstrando se estas operações de caixa são oriundas de atividades operacionais, investimentos e financiamentos. As informações do DFC, combinadas com outras demonstrações contábeis produzem os dados necessários para orientar a empresa e mensurar sua capacidade financeira (HOJI, 2012).

METODOLOGIA

A pesquisa elaborada quanto aos objetivos, é classificada como pesquisa exploratória. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar familiaridade com o campo de estudo. Constitui a primeira etapa de um estudo mais amplo, é muito utilizada em pesquisas cujo tema esteja pouco explorado, podendo ser aplicada em estudos iniciais para se produzir uma visão geral acerca de determinados fatos.

A técnica utilizada para a coleta dos dados, foi a entrevista. Para Gil (1999, p. 117) “é a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que lhe interessam a investigação”.

Com isso, o universo da pesquisa será composto por empresas de porte ME do município de Aracati, no estado do Ceará. A amostra é considerada como não probabilística por: acessibilidade e tipicidade, ou seja, elementos selecionados pelo pesquisador a quem tem acesso e baseando-se nas informações disponíveis pode-se considerar representativo por todo o universo. (GIL, 1999). Portanto foi realizado entrevistas com duas empresas de porte ME no município de Aracati.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atendimento do objetivo desta pesquisa foram realizadas duas entrevistas com administradores de microempresas a fim de compreender o impacto da contabilidade gerencial na tomada de decisão de microempresas. No quadro 1 é possível observar as características das empresas dos respondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo de compreender o impacto da contabilidade gerencial na tomada de decisão das microempresas foi alcançado através da pesquisa com microempresas. Ainda através da pesquisa bibliográfica observou-se que estudos especializados compartilham do entendimento de que as pequenas empresas partilham das mesmas dificuldades e problemas uma vez que são administradas por pessoas com pouca ou nenhuma formação técnica e que não dão a devida importância às ferramentas de Administração Contábeis no manejo dos empreendimentos.

REFERÊNCIAS

- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial, teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ-JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. dos S. **Controladoria estratégica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Geral Básica**. 3. ed. São Paulo: Saraiva.1999.
- HOJI, Masakazu. **Administração Financeira e Orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE ACERCA DAS ESTRATÉGIAS PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS MAIS ESTRUTURADOS FINANCEIRAMENTE NA CIDADE DE PALHANO-CEARÁ

Maria Rafaela de Freitas Oliveira¹ (Aluna do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: rafaelafreitaso@outlook.com), **Larissa Karoline Souza Silva²** (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

Este estudo analisa como alunos do ensino médio de Palhano-CE percebem e utilizam a educação financeira. Para tanto, foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa dos dados sobre o tema, foi realizado um estudo explicativo. Primeiramente, discutiu-se gestão financeira e finanças pessoais com o objetivo de compreender algumas das questões que os alunos do município enfrentam em seu dia a dia. Em seguida, foram analisados os resultados da pesquisa por questionário usando o *Google Forms* para entender o nível de conhecimento da amostra sobre educação financeira de acordo com a situação financeira pessoal dos alunos, com o objetivo de determinar se a educação financeira tem algum impacto na saúde financeira dos respondentes. A análise dos dados da amostra permitiu comparações entre a amostra e os dados coletados, levando a conclusões interessantes sobre como a educação financeira afeta diretamente esses adolescentes.

Palavras-chave: educação financeira; ensino médio; saúde financeira.

INTRODUÇÃO

A dificuldade em gerir as finanças tornou-se parte da cultura do povo brasileiro. Em uma pesquisa de 2014 com mais de 150 mil adultos, o Brasil ficou em 74º lugar no *S&P Ratings Services Global Financial Literacy Survey* (uma pesquisa global de educação financeira realizada pela *S&P Ratings and Research*). O imaginário coletivo sempre girou em torno de como é maravilhoso ganhar o prêmio milionário na loteria, mas sabemos que apenas uma pequena porcentagem das pessoas sabe como administrar seus ganhos. Para a grande maioria é difícil administrar as finanças e os orçamentos limitados no dia a dia, escolher a melhor forma de comprar, controlar seus gastos, usar o cartão de crédito e financiar suas compras; poucos sabem que a educação financeira é essencial para administrar desde os problemas financeiros básicos aos mais complexos, e o melhor lugar para aprender isso é na escola, porque as famílias também carecem dessa educação. Este trabalho surgiu através da necessidade de inserir a educação financeira no contexto escolar das instituições do Ensino Médio da cidade de Palhano no estado do Ceará.

Para Mankiw (2001, p. 543) “o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo-prazo de um país” e que uma das formas de melhorar o padrão de vida da população é proporcionar-lhes um bom ensino e incentivar o seu uso. Portanto, crê-se que trabalhar sobre o ensino financeiro acarretará em bons resultados pra uma sociedade futura. Logo, a educação financeira não pode ser privilégio só dos adultos e deve ser estendida, também, aos adolescentes, que serão os cidadãos de um futuro bem próximo (NEGRI, 2010, p. 10).

A pesquisa justifica-se pela relevância da temática sobre educação financeira nas

escolas e o crescente destaque recebido nos últimos tempos. Nota-se que o tema não é um assunto recente, no ano de 2010 foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com o intuito de levar a temática para as escolas. Posteriormente, o Ministério da Educação (MEC) juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários (CMV) desenvolveram o Programa de Educação Financeira nas Escolas, em que disponibilizam materiais e cursos gratuitos aos professores, para que depois seja aplicado aos alunos (BRASIL, 2010).

MARCO TEÓRICO

No contexto familiar brasileiro, não é costume falar-se sobre dinheiro, investimentos e planejamento entre pais e filhos. A falta de orientação é prejudicial para crianças e adolescentes, afetando a vida adulta e causando descontrole e confusão em outras áreas. Krüger (2014) observa que é preciso saber planejar a vida para ter um futuro garantido para a família, então planeje viver bem hoje, amanhã e sempre. Quem tem educação financeira tem clareza de onde quer chegar, lida com situações adversas do dia a dia e, principalmente, sabe lidar com o dinheiro.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) é uma mobilização multissetorial em torno de ações para promover a educação financeira no Brasil. A estratégia foi formulada como uma política nacional permanente, cujas principais características são garantir que as iniciativas que desenvolve ou apoia sejam gratuitas e comercialmente imparciais. A ENEF, criada pelo Decreto Federal 7.397/2010, tem como objetivo contribuir para o fortalecimento da cidadania, propondo e apoiando ações que ajudem as pessoas a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. A estratégia foi desenvolvida por um consórcio de sete órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos formam o Conselho Nacional de Educação Financeira (CONEF) (AEF, 2017).

Seguindo essa lógica, obter educação financeira pode estabilizar o sistema econômico no futuro, pois o planejamento financeiro pessoal reduzirá a ocorrência de inadimplência de dívidas. Para tanto, ainda há implicações para o desenvolvimento da educação financeira. Porém, acredita-se que uma série de mudanças tecnológicas, novas regulamentações e a globalização servirão de fatores essenciais para enfatizar e disseminar a importância e a necessidade da educação financeira (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

METODOLOGIA

Este estudo é caracterizado como uma pesquisa quantitativa e exploratória realizada no Município de Palhano-CE, no período de novembro a dezembro de 2022. Quanto ao processo de pesquisa, por ter sido realizado em uma cidade, trata-se de um estudo de caso. Com relação à abordagem do problema, trata-se de um estudo quantitativo. Assim, de acordo com Mendonça *et al.* (2008), utiliza-se de todas as opiniões e informações para que sejam transformados em números estatísticos, tornando possível a utilização desses dados para fundamento da realidade, pelo processo de quantificação.

A presente pesquisa é considerada descritiva, que tem como característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e observação sistemática de determinado grupos ou fenômenos (GIL, 2008). Quanto aos procedimentos, está enquadrada como pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Pois desenvolveu-se a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de *web sites* com objetivo de obter informações e conhecimentos acerca do problema (FERNANDES, 2002).

Quanto a técnica de coleta, ocorreu de forma direta com aplicação de um questionário acerca do grau de conhecimento sobre educação financeira. Lakatos e Marcone (2003) relatam que a observação direta ocorre através do questionário, do formulário e de medidas de opinião.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para atingir os objetivos propostos no início do artigo, a pesquisa aplicada foi de grande importância, pois seus dados foram analisados para verificar a Educação Financeira que eles têm acesso no âmbito familiar e escolar. A Educação Financeira se melhor explorada nas instituições de ensino, oferece o embasamento para ter o conhecimento em diferenciar o que é gestão da renda e o que é o conhecimento superficial das receitas e despesas.

De acordo com Pires (2005), planejamento financeiro pessoal é a organização de informações importantes para o alcance da saúde financeira. Significa estabelecer metas, objetivos, prazos e meios necessários para garantir proteção e estabilidade social.

Percebeu-se que, apesar de não haver um controle mais elaborado das receitas e despesas, a maioria dos discentes consegue poupar dinheiro para alguma finalidade. O que preocupa é que pela amostra ser composta por adolescentes, eles possuem dívidas que não sabem como sanar ou usam tudo o que tem para liquidar débitos.

A educação financeira visa preparar o cidadão para a gestão de suas finanças pessoais, além do planejamento financeiro, possibilita a ampliação do “entendimento dos produtos e serviços financeiros e aumentando o grau de capacitação para adoção de decisões estratégicas para educação, aposentadoria, propriedade imobiliária e metas de poupança” (ENEF, 2017, p. 37).

Pelo que este artigo revela, pode-se dizer que a educação financeira tem um papel fundamental na formação dos jovens no Brasil. Seu papel não é apenas economizar e reduzir custos, mas buscar a melhor qualidade de vida hoje e no futuro, proporcionando a segurança material necessária contra eventuais imprevistos, por isso é de extrema importância que seja fornecida.

Visto que, os resultados alcançados no estudo contribuem para elucidar questões de Educação Financeira para jovens e como ela é utilizada na prática pedagógica, concluímos que discentes ainda não possuem um grau de conhecimento adequado para um controle mais efetivo de sua renda, aquisição de bens e manutenção de serviços.

REFERÊNCIAS

MANKIWI, N. G. **Introdução à economia:** princípios de micro e macroeconomia. Tradução da 2. ed. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

NEGRI, A. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública:** Uma Proposta Inovadora – Americana: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2010. 73f. Disponível em: http://unisal.br/wpcontent/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Ana-Lucia-Lemes-Negri.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

PIRES, E. M. **Manual de finanças pessoais:** contabilidade pessoal, planejamento financeiro e fontes de investimentos utilizados na gestão e controle das finanças pessoais. 2005. 79f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. D. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

A PERCEPÇÃO DO USO DA CONSULTORIA E A CONTABILIDADE SIMPLIFICADA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA REGIAO DE ARACATI

**Moisés Angelino Nogueira¹ aluno do curso de Ciências Contábeis do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: moises.angelino@fvj.br;
Milton Carlos Costa da Silva² Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe,
e-mail: milton.silva@fvj.br**

RESUMO

A consultoria contábil é um dos serviços da contabilidade, ela é usada para auxiliar no planejamento tributário e na gestão financeira de uma entidade, refletindo na lucratividade, na eficiência e na organização empresarial. Aborda-se a contabilidade simplificada como método legal que os micros e pequenos empresários possuem de obtenção dos documentos contábeis de forma facilitada para seu entendimento, para que possam compreender e assim tomar decisões sobre ações que refletem e impactam o futuro da entidade. Contudo com a utilização da contabilidade simplificada que é prevista em lei, algumas obrigações acessórias são reduzidas, permitindo a eles maior flexibilidade na atividade empresarial, pois as demonstrações exigidas na contabilidade simplificada são mais facilmente entendíveis. É usada a cidade de Aracati para realizar a análise do comportamento dos micros e pequenos empresários com a percepção do uso da consultoria contábil e a contabilidade simplificada.

Palavras chave: consultoria contábil; contabilidade simplificada; organização empresarial; gestão.

INTRODUÇÃO

As micros e pequenas empresas - MEP's são a base do PIB brasileiro, segundo Sebrae (2022), tendo faturamento de até R\$360 mil e R\$4,8 milhões respectivamente, conforme tratado na lei complementar 123^o e são obrigadas a realizar a contabilidade pelo código civil brasileiro, conforme artigo 1.179^o com profissional devidamente registrado e capacitado de contabilidade.

A consultoria contábil auxilia de forma interativa aos empresários e administradores na organização fiscal e tributária, na interpretação e formulação de índices financeiros facilitando assim a tomada de decisões. Existem mecanismos facilitadores criados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, como algumas normas e instruções normativas, que as MEP's podem utilizar, trazidas pelas Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral - NBC TG 1000 (R1) (CFC) e NBC TG 1001 (CFC), a contabilidade simplificada, sendo obrigatórios basicamente as notas explicativas, demonstrações do resultado de exercício (DRE), as demonstrações de resultado de abrangente (DRA) e os balanços patrimoniais (BP).

O problema da pesquisa é compreender qual percepção do uso da consultoria contábil para a contabilidade simplificada nas micro e pequenas empresas da região de Aracati, para isso levantou-se características da contratação da consultoria contábil, a relação entre a percepção dos micro e pequenos empresários com a contabilidade consultiva e a contabilidade simplificada e foram criticadas essas relações.

A contabilidade possui um papel fundamental para as empresas, porém é fundamental que sejam utilizados e compreendidos. É importante para isso, os escritórios de

contabilidade orientarem acerca do uso das informações contábeis e desmitificar que a contabilidade é apenas um intermeio entre a entidade e o Fisco.

MARCO TEÓRICO

A contabilidade inicia-se antes de Cristo como forma de controle rudimentar e bastante simplória, sem ferramentas desenvolvidas e bem elaboradas de cálculo, não exigindo esforço de compreensão. O mais tardar evoluiu-se com um marco importante, surge o método das partidas dobradas de Luca Pacioli, onde é trazido por MARION (2009) em seu livro Contabilidade Básica, que para todo débito existem um ou mais créditos equivalentes a ele, e para um crédito existem um ou mais débitos equivalentes a ele.

O objetivo da contabilidade é estudar as mutações patrimoniais, de forma sistemática e racional, respeitando a legislação vigente. Para que sejam realizadas uma boa contabilidade e um bom controle, é importante o conhecimento da legislação e de indicadores de controle, podendo ser necessário auxílio para estas análises e compreensões, com isso surge a consultoria contábil, com opiniões, parecer e auxílio de estratégias contábeis. Visto isso o papel da contabilidade é transformar a informação e lapidá-la para os usuários da informação compreenderem a vida da entidade.

Como forma de facilitar para o empresário, cria-se por meio da lei complementar 123º e ainda é trazida por instruções normativas e normas técnicas a contabilidade simplificada com muito menos obrigações a serem informadas ao Fisco, facilitando a geração e interpretação das demonstrações contábeis para os tomadores de decisões. Tendo em vista que alguns empresários brasileiros que foram avaliados pela Revista de Administração da UNIMEP, e ficaram abaixo da média de conhecimento estabelecida, da pontuação entre 0 a 10, foi atingido 4,52 pontos.

METODOLOGIA

O método escolhido foi o método quantitativo de Survey, focado em um grupo específico, o empresarial, com intuito de desenvolver um problema social, onde o foco é a problemática e não o cenário, para isso desenvolve-se um questionário aplicado de forma presencial e eletrônica a diversas pessoas para abranger a maior amostragem possível.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Considera-se satisfatório o resultado da pesquisa, pois os empresários conseguem atribuir que a consultoria contábil possui forte relevância para a atividade empresarial, sendo observado que a maior composição de faturamento é das pessoas que mostram reconhecer esta relevância da contabilidade consultiva, tendo maior participação respectivamente os comerciantes, os prestadores de serviço e as indústrias. Notou-se a faixa etária predominante entre os 20 anos de idade e com 50 anos de idade ou mais como os empresários predominantes.

A maior parte dos participantes afirmam que buscam entender a contabilidade, menos pessoas gostam de aprender o processo, consequência tal que metade dos entrevistados não conheciam a contabilidade simplificada.

O contador é visto como principal profissional a ser consultado para a tomada de decisões, em segundo identifica-se os admiradores e em terceiro o SEBEAE. Sendo assim identifica-se a busca dos empresários para entender a contabilidade, logo são explorados

alguns indicadores contábeis de controle básicos, como fluxo de caixa, que é baseado dos valores que entram e saem do caixa diariamente; controle de estoque, a observação do ativo de empresa que será transformado logo em dinheiro; contas a pagar e a receber, dimensionamento de valores que se tem direito, que terceiros devem à entidade e valores que a entidade deve a terceiros, com obrigação de paga-los.

Contudo nota-se que outros índices não são trabalhados com a mesma intensidade, alguns desses são a liquidez, custo da mercadoria vendida ou do serviço prestado, custeio entre outros.

Sugere-se que este trabalho acadêmico tenha continuidade com o aprofundamento dos empresários que usam a consultoria, saindo do espectro da concepção dos empresários e estudando a usabilidade por meio dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza. **Assessoria, consultoria & serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2016. Conselho federal de contabilidade

FIGUEIREDO, SANDRA E MATOSO SAMPAIO, JULIANO. Consultoria Contábil Gerencial: um produto para as micro e pequenas empresas, UNIFOR, Fortaleza, 2012. Disponível em: http://www.isesonline.com.br/downloads/sandra/artigos/ARTIGO_JULIANO.pdf. Acesso em: 10 maio 2022.

FRITZ SCHÜTZE e Jerome Bruner et al Magalhães, Raimunda da Silva et al. **Estudos qualitativos: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações**, UVA, 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/producao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook> acesso em 10 de abril de 2022

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Manual de Consultoria empresarial: conceitos, metodologias e práticas**. São Paulo: Atlas, 1996.

O ESOCIAL E OS REFLEXOS NA PRÁTICA CONTÁBIL: UMA PESQUISA EM EMPRESAS CONTÁBEIS DO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE

Rebeca Gondim Nunes¹ (Aluna do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: rebeca.nunes@fvj.br),
Valberson da Silva Viana² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: valberson.viana@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O objetivo central da pesquisa busca identificar os impactos sofridos nas empresas prestadoras de serviços contábeis com as novas obrigações do eSocial. Dessa forma, o estudo detalha como os profissionais tem visto as mudanças que se fizeram necessárias em seus postos de atuação, contemplando as vantagens e desvantagens com relação ao cenário em que atuam. As mudanças ressaltadas se relacionam a criação do SPED, que é um Sistema Público de Escrituração Digital que busca um progresso na informatização das relações entre o fisco e seus contribuintes. Compreende-se que este sistema permite cruzamentos de dados em larga escala, ou seja, é relevante para crescimento do Governo Federal. Para que o objetivo do estudo fosse alcançado, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio da aplicação de um questionário com 03 profissionais de empresas distintas que atuam no setor de Departamento Pessoal com prestação de serviços contábeis. Este questionário atua em dois blocos, sendo que o primeiro apresenta a identificação dos sujeitos e o segundo enfatiza sobre a percepção dos profissionais com relação ao eSocial na empresa. O instrumento utilizado para alcançar as informações trata-se do Google Forms, do Gmail. Nos resultados evidenciam-se que as empresas tiveram que realizar investimentos para efetivar sua atuação junto as novas obrigações do eSocial, tal como aquisição de ferramentas tecnológicas e capacitação dos profissionais. Com relação aos maiores desafios enfrentados, o estudo destaca sobre a lentidão do portal da eSocial, as mudanças que precisaram realizar para garantir a segurança e saúde aos seus colaboradores e as informações que precisaram enviar aos clientes para eles entenderem a mudança de cultura necessária nas empresas. Com relação aos benefícios, os profissionais citaram sobre a celeridade no envio das informações para os bancos de dados trabalhistas e previdenciários. Por fim, evidencia-se que os impactos que as novas obrigações do eSocial junto as empresas são diversas, mas as vantagens apresentam-se de maneira incisiva, sobretudo, com relação a celeridade do envio de informações ao Governo Federal.

Palavras-chave: contabilidade; eSocial; impactos.

INTRODUÇÃO

O eSocial apresenta muitos impactos aos trabalhos internos, tanto para os profissionais quanto para os empresários, devido à complexidade de informações essenciais para envio dos dados que pertenciam a obrigações acessórias diversas. Segundo Souza e Orth (2020, p.03) “estima-se, que mais de 18 milhões de empregadores e 44 milhões de empregados, sejam atingidos pelos impactos dessa iniciativa”. Por ser um programa novo, muitas organizações não se situaram às mudanças que esse sistema traz, principalmente nas rotinas trabalhistas, e isso gera um misto de ansiedade com relação às obrigações do eSocial. Compreendendo esse cenário, o estudo visa responder a seguinte problemática: *Quais os reflexos que as novas obrigações do eSocial causa para a prática contábil das empresas*

prestadoras de serviços contábeis? Com isso, tem-se como objetivo geral identificar os impactos sofridos nas empresas prestadoras de serviços contábeis com as novas obrigações do eSocial. Adicionalmente, busca-se i. discutir sobre o que é o eSocial; ii. discorrer como a empresa tem se utilizado dessa ferramenta e; iii. apresentar vantagens e desvantagens do manuseio do eSocial.

MARCO TEÓRICO

A partir da criação do SPED, uma série de leis, portarias e convênios estão sendo editadas pela administração pública no âmbito estadual e federal com o intuito de suportar as alterações necessárias para a implementação deste programa e de seus subprojetos, para que estes passem a vigorar efetivamente. Nesse sentido, a unificação mencionada no projeto de lei tem o intuito de alocar ao fisco um ambiente que contenha todas as informações do contribuinte, o que torna o processo de fiscalização mais rápido e eficaz, uma vez que estão disponíveis em um único ambiente (SOUZA, 2013). Sobre o SPED é importante destacar que se trata de uma Escrituração Digital, que unifica atividades, a fim de dar agilidade às informações que os empregadores precisam apresentar ao sistema público. Entre os dados que se unificam estão “validação, recepção, armazenamento e autenticação de documentos e livros integrantes da escrituração comercial e fiscal, através de fluxo único e computadorizado de informações” (FERNANDES, 2022, p.08). À medida que o recurso do eSocial foi implementado, a área de Recursos Humanos (RH) passou a atuar de forma diferenciada em algumas áreas, realizando a disponibilização de informações sobre contratação e/ou demissão de forma mais flexível. O eSocial trouxe também a necessidade de implantação de um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional, sendo este cenário considerado um entrave para os empregadores, visto que demanda investimento financeiro, com capacitação de pessoal e agregação de recursos tecnológicos. Nunes (2021) aponta em seu estudo que entre os benefícios da eSocial relacionam-se a “unificação e centralização de informações, garantia dos direitos trabalhistas, cumprimento da legislação e o propósito da simplificação” (NUNES, 2021, p.21).

METODOLOGIA

O estudo será desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo, onde profissionais que atuam no setor de Departamento Pessoal (DP) de três empresas situadas no município de Aracati-CE enfatizaram sobre como deu-se a implantação do eSocial no dia a dia operacional das organizações e quais os benefícios e entraves que estes trouxeram as suas atividades comuns. Para coleta dos dados cabíveis, foi utilizada a aplicação de um questionário. “Os questionários são constituídos contendo perguntas que permitem a coleta de dados complexos, variados e em maior número por serem de aplicação e preenchimento rápido e objetivo, proporcionando maior uniformidade nas respostas” (CARVALHO *et al.*, 2017, p. 01). O questionário é dividido por blocos, sendo que o primeiro destaca sobre a identificação dos sujeitos, apontando seu gênero, sua formação, o tempo que atua na empresa. O segundo bloco aponta acerca sobre o eSocial na empresa, buscando entender sobre as ferramentas que são utilizadas pelos profissionais, assim como também quais os problemas que se relacionam ao atendimento ao E-social, além da avaliação sobre o conhecimento acerca do eSocial.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Existe uma movimentação intensa de clientes nas empresas pesquisadas, sendo que uma delas tem 33,3% atua com 16 a 30 clientes, outra com a mesma porcentagem atua com 46 a 60 clientes e a última com mais de 60 clientes (33,3%). Observa-se que o maior benefício quanto ao uso da ferramenta eSocial relaciona-se ao melhor desenvolvimento das atividades dos profissionais, visto que permite uma maior organização das tarefas que por eles são desenvolvidas. Conforme aponta o Profissional II a padronização permite melhor exatidão das informações, gerando agilidade e melhor gerenciamento dos dados necessários. De acordo com as informações apresentadas pelos profissionais, o maior investimento relaciona-se a aquisição de recursos tecnológicos para o uso dos sistemas, conforme apontam os profissionais I e III. 75% dos profissionais afirmam sobre haver melhoria em sua produtividade quando se faz a utilização de sistemas integrados, ao passo que 25% desses participantes da pesquisa destacam que não, que esse fator não é tão relevante. Um destes profissionais destaca sobre o envio das informações, tanto trabalhistas quanto previdenciárias serem facilitados com os bancos de dados. Outros 33,3% falam sobre os prazos, que os clientes não acreditam que os prazos seriam cumpridos, entretanto, é importante salientar que este cenário acontecerá positivamente se cada um (profissionais e clientes) demandarem as informações com prazos definidos, a fim de não ocorrer problemas mais complexos. Com relação as desvantagens, percebe-se que se trata dos investimentos que as empresas precisaram realizar para se adequar as exigências do novo eSocial, assim como a capacitação de seus profissionais. No que tange as vantagens, pode-se lembrar a segurança que o cenário apresenta a área da contabilidade, visto que ocorre padronização em suas atividades, melhorando o tempo hábil para suas conclusões e também a melhor qualidade dos dados para tomadas de decisões necessárias na execução de suas atividades.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, C. V. D *et al.* Aplicação de questionários online na pesquisa científica com idosos: relato de experiência. **Anais V CIEH...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2017/TRABALHO_EV075_MD4_SA15_ID1964_15092017215730.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.
- FERNANDES, L. P. C. **Os desafios e dificuldades dos escritórios contábeis com o SPED– sistema público de escrituração digital**. 20f (Bacharel em Contabilidade), Uberlândia – MG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35578/1/DesafiosDificuldadesEscrit%C3%B3rios.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.
- NUNES, R. S. **Os desafios da implementação do eSocial sob a perspectiva dos usuários de escritórios de contabilidade na cidade de Arapiraca/AL**. 28f (Bacharel em Administração Pública), Arapiraca, 2021. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3736>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- SOUZA, J *et al.* Um estudo dos impactos do eSocial e seus processos de mudanças. **Revista Magsul de Administração e Contabilidade**, v. 1, n. 4, p. 1-12, 2018. Disponível em: <http://bibmagsul.kinghost.net/revista2016/index.php/RevAdmCont/article/viewFile/525/397>. Acesso em: 05 set. 2021.

ERA DIGITAL: ANÁLISE DOS IMPACTOS DA CONTABILIDADE DIGITAL PARA O PROFISSIONAL CONTÁBIL

Vitória Nogueira Silvério¹ (Aluna do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: vitória.nogueira@fvj.br),
Larissa Karoline Souza Silva² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: larissa.silva@fvj.br).

RESUMO

Diante do avanço tecnológico ocorrido nas últimas décadas, o seu crescimento vem gerando impactos perceptíveis nas empresas e escritórios de contabilidade, e assim, levando a adaptação dos contadores na prática. Com a chegada do novo advento tecnológico, a contabilidade digital, elevou-se a necessidade em acompanhar a velocidade das informações e dos novos sistemas digitais, por consequência da exigibilidade em se destacar em um ambiente cada vez mais competitivo. Nesse sentido, a contabilidade digital surge com o compromisso de ser um individualizador na geração de informações rápidas, ágeis e fidedignas aos seus usuários. Contudo, o objetivo do estudo foi analisar os impactos, desafios e a percepção dos profissionais contábeis em relação a adoção da contabilidade digital. Para isso, aplicou-se um formulário para os contadores do município de Aracati no Estado do Ceará, onde, buscou-se obter respostas relacionado ao nível de compreensão e entendimento dos profissionais quanto a tecnologia da informação e seus sistemas, como também averiguar o conhecimento de forma individual dos respondentes referente ao novo modelo, a contabilidade digital. Concluiu-se como resultado da pesquisa realizada, que a contabilidade digital é vista de forma positiva, e sua adoção contribui para o desempenho das atividades, mas vale ressaltar que os respondentes a qual possuem faixa etária mais elevada (acima de 40 anos) transmitem pouco conhecimento sobre as novas tecnologias, se tornando mais resistentes a adesão e adaptação do novo sistema.

Palavras-chave: Perfil do profissional Contábil; Contabilidade Digital; Tecnologia da Informação; Adaptabilidade.

INTRODUÇÃO

O mercado contábil está em plena transformação, e esta transformação está acontecendo de forma cada vez mais acelerada. Em meio a diversas mudanças que visam a adaptação ao novo cenário apresentado pela pandemia, há a exigência de aperfeiçoar os fluxos de trabalho nessa área através do uso apropriado, novo e inteligente da tecnologia. Dessa forma, a contínua evolução digital trouxe para o setor contábil novos modelos e formas de serviços que carecem de aprimoramento e aplicação, conhecidos como contabilidade digital e contabilidade online (LOMBARDO; DUARTE, 2017).

O conceito *Home Office* ganhou mais visibilidade, por permitir que o colaborador execute seu trabalho de qualquer lugar, necessitando somente do meio virtual/digital para realizar suas atividades. Assim, o que se tinha sobre como era feita a contabilidade se fez presente na prática e na necessidade em apresentar serviços progressivamente mais digitais e menos manuais, sendo menos burocrático e estabelecendo um novo elo entre empresa e contador (SILVA, 2009).

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) na contabilidade assumem papel considerável e relevante, pois refletem no avanço da profissão do contador. A contabilidade aliada à TIC possibilita mais rapidez na realização dos registros contábeis e no gerenciamento das atividades empresariais. A TIC é, na atualidade, uma das ferramentas fundamentais para facilitação do processamento de dados contábeis, pois sempre esteve associada à sua evolução com a história da contabilidade.

MARCO TEÓRICO

O advento tecnológico ocasionou diversos impactos no cotidiano dos escritórios de contabilidade. A era digital trouxe consigo diversas melhorias, especialmente relacionadas à produtividade e eficácia no fluxo de trabalho. Com a vinda da internet, os sistemas, programas e procedimentos mudaram, tudo se tornou eletrônico e digital. Parisi, Cornachione e Vasconcelos (1997) concordam que o avanço tecnológico é parceira da redução de custos e da melhoria de qualidade, pois ela incorpora valor ao negócio, sendo refletido nos serviços contábeis.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como instrumento de trabalho estabelece que o profissional da contabilidade deve mudar a maneira de executar as tarefas e adequar-se às mudanças ocorridas na atualidade. A contabilidade necessita fornecer informações tempestivas e relevantes, em consonância com as reais necessidades dos clientes. Assim, a TIC é um recurso estratégico aos contadores, pois proporciona mais agilidade nos lançamentos e na manipulação das informações e, conseqüentemente, na comunicação aos seus clientes. A utilização da TIC é indispensável para contribuir com o processamento de dados contábeis e oferece eficiência na execução de serviços auxiliares ao gerenciamento das atividades empresariais (SÁ, 2006).

Pode-se expor que umas das principais divergências entre a contabilidade digital e tradicional está visível no que se refere ao atendimento ao cliente. Isso porque, quando ainda estão amparados pela contabilidade tradicional, os profissionais dispõem de pouco tempo para lidar, de fato, com os demais problemas de seus consumidores. O que deixa de acontecer quando passam a contar com a eficácia das ferramentas digitais aplicadas à contabilidade (GULARTE, 2020).

METODOLOGIA

O estudo utilizou-se de procedimentos metodológicos de uma pesquisa descritiva com natureza de pesquisa aplicada. A adoção deste método se dá pela finalidade em descrever características de uma população, amostra ou contexto e também afim de solucionar problemas no ambiente em que os pesquisadores vivem.

Para uma análise detalhada, foi utilizado um levantamento quali-quantitativo, tipo de abordagem que usa tanto os métodos quantitativos quanto qualitativos, para a realização de uma análise muito mais aprofundada sobre o tema pesquisado.

Para viabilizar a execução deste propósito, a pesquisa trabalhará com o procedimento técnico bibliográfico e estudo de multicascos, dessa forma, fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material sobre o determinado assunto e se utiliza de múltiplas fontes de evidência para obtenção de resultados.

A técnica utilizada para a coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um formulário aos profissionais da área contábil. O questionário foi composto por 25 perguntas de múltipla escolha e abertas, criado pela plataforma do *Google Forms* e encaminhado através

de um link por meio do aplicativo *Whatsapp* e por e-mail. Após a coleta dos dados, foi procedida a transcrição do resultado e a análise do conteúdo fazendo confronto com o que foi analisado pelo presente estudo.

Em relação ao universo e amostra, simultaneamente, foi composto pelos profissionais de contabilidade, público e privado, do município de Aracati no estado do Ceará. Já a amostra foi considerada não probabilística, por acessibilidade e tipicidade, totalizando 11 profissionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após a aplicação do formulário, para cada pergunta realizada, foi construído Tabela, Quadros e Gráficos que relacionam a distribuição das respostas dos 11 respondentes, sendo apenas um profissional atuante na Prefeitura Municipal de Aracati no estado do Ceará e os demais inseridos em escritórios de Contabilidade. A estrutura adotada para elaboração do formulário, foi composto por questões sobre o perfil social e profissional dos respondentes e as demais relacionadas ao conhecimento dos profissionais sobre a contabilidade digital, sistemas digitais e as tendências mercadológicas.

Dessa forma, a análise dos dados apresentou variação quanto aos gêneros, com maior número de mulheres (8) e homens (3), com faixa etária predominante entre 26 e 35 anos e um maior tempo de atuação no mercado entre 11 e 20 anos. Referente ao conhecimento e a diferença do modelo digital para o online, os respondentes apresentam conhecimento correto e básico acerca do assunto, aqueles com faixa etária mais elevada possuem menor conhecimento. Quanto aos empecilhos, apresentou com maior porcentagem (45,5%) a pouca especialidade acerca dos usuários e o principal motivo para uma possível substituição foi a produtividade, totalizando 100%. Sobre o sistema em nuvem, é utilizado com frequência por 45,5% dos respondentes, e assim, através do seu uso sua maior contribuição está relacionado ao armazenamento e escalabilidade com 90,90% de escolha. E como tendência mercadológica mais utilizada pelos respondentes se totaliza com 100% referente aos sistemas contábeis integrados.

Contudo, evidencia-se que, o modelo de contabilidade digital tem e poderá ter uma boa aceitação pelos escritórios, alguns já têm utilizado e confirmam os benefícios atrelados ao modelo e outros acham necessária a adoção, onde contribuirá para o desenvolvimento e viabilizando novas oportunidades. Por ser uma amostra não probabilística, se torna um fator limitante para o estudo, e dessa forma impossibilita a generalização dos resultados coletados, fazendo com que se restrinja apenas aos entrevistados da pesquisa.

No entanto, esta pesquisa foi realizada em um período em que o modelo ainda não se encontra plenamente implementada, e assim, aconselha-se que sejam feitas futuras pesquisas referente ao assunto, por ser um tema que passa por mudanças constantemente em sua rotina, sendo necessário está sempre se atualizando e hábil.

REFERÊNCIAS

GULARTE, C. **Contabilidade digital: o que é? Vantagens e como funciona.** Contabilizei. Blog, 2020. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/contabilidade-digital/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LOMBARDO, M.; DUARTE, R. D. **Contabilidade online x Contabilidade digital**. EBOOK, 2017. Disponível em: <https://robertodiasduarte.com.br/ContabilidadeOnline-x-Contabilidade-Digital.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2022.

PARISI, C.; CORNACHIONE JÚNIOR, E. B. VASCONCELOS, M. T. de C. Modelo de Identificação e Acumulação de Resultado sob a Ótica do Gecon. **Cadernos de Estudos FIPECAFI**, nº15. São Paulo, 1997. Disponível em <http://www.fea.usp.br/cadernos>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SÁ, A. L. **Teoria da Contabilidade**. Ed. Atlas. São Paulo, 2006.

SILVA, R. R. Home Office: um surgimento bem-sucedido da profissão pós-fordista, uma alternativa positiva para os centros urbanos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 1(1), pp. 85-94, 2009. Disponível no site: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/4267/20729>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DIREITO

LIBERDADE RELIGIOSA E AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS SABATISTAS QUE PARTICIPAM DE CONCURSOS PÚBLICOS

**Andreina de Oliveira de Sousa¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail:
Andreina.oliveira@fvj.br);**

**Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto² (professor-especialista do Curso de
Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-
UNIJAGUARIBE, e-mail: alfredo.neto@fvj.br).**

RESUMO

A liberdade é um direito fundamental garantido a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988, tal direito possui vários aspectos, entre eles destacam-se a liberdade religiosa e a liberdade de escolher que carreira profissional seguir. Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo geral observar situações em que estas liberdades aparentam estar em confronto, analisando o estado prático da efetivação da liberdade religiosa como direito fundamental em processos seletivos públicos no qual o candidato para ingresso na carreira profissional é sabatista. A metodologia empregada neste estudo consiste em uma pesquisa documental em variados meios, como leis, livros, jurisprudências, entre outros, a fim de coletar informações que embasassem o estudo do tema proposto, e com tais informações compreender as dificuldades enfrentadas no exercício do direito à liberdade religiosa. Nessa conjuntura, será exposto a evolução histórica dos conceitos de liberdade religiosa e Estado laico, bem como quem são os sabatistas e as dificuldades que enfrentam em concursos públicos, além de uma análise dos precedentes judiciais até aqui. Por fim, pode-se inferir que o tema é bastante controverso nos tribunais, apresentando forte insegurança jurídica e está distante de pacificação plena.

Palavras-chave: concurso público; escusa de consciência; liberdade religiosa; sabatista.

INTRODUÇÃO

A dignidade, apesar da árdua tarefa conceitual, é uma aspiração humana desde os primórdios, sendo inerente a sua própria essência. A liberdade, desse modo, está diretamente atrelada a ela, visto que não é possível desfrutar de uma vida humanamente digna se nela não se faz presente a liberdade. Esta, por sua vez possui múltiplas vertentes, dentre elas a liberdade religiosa. Apesar da imprescindibilidade, a liberdade nem sempre deteve a proteção, legal e jurídica, que recebe na atualidade. A construção da compreensão tida hoje se deu pela sucessão de acontecimentos históricos. Assim, mediante persistentes lutas sociais travadas em diversos países, a busca pelo desenvolvimento humano digno e integral foi disseminada, trazendo gradualmente o reconhecimento desses direitos. Nesse viés, sendo a Constituição Federal de 1998 promulgada sobre forte base principiológica, concedeu robusto amparo a dignidade humana e os direitos decorrentes dela. Para tanto, o Estado brasileiro foi determinado laico, sendo assegurado ao indivíduo o direito individual de possuir crença religiosa ou não, bem como de professá-la e exercê-la. Como modo de efetivar essa garantia, o art. 5º, inciso VIII, da CF/88 prevê a escusa de consciência para que seja designada prestação alternativa diante do cerceamento da liberdade religiosa. Mas, ao surgirem impasses entre tal liberdade e as regras definidas pela Administração Pública em editais de concursos

públicos, as garantias constitucionais são aplicadas como se figurassem polos opostos. Essa adversidade é vivenciada pelos sabatistas, que são aqueles que creem ser o sábado um dia sagrado de guarda, e o dedicam do pôr do sol da sexta-feira ao pôr do sol do sábado unicamente ao âmbito espiritual. Dessa forma, ao participar desses certames, o candidato sabatista se que depara com a designação de fases eliminatórias para o sábado. Em tais casos, sendo o pleito administrativo negado, emerge a busca ao amparo judiciário. Este, por sua vez, não decide uniformemente o tema, reforçando a insegurança e evidenciando a dificuldade do exercício harmônico dos princípios e direitos garantidos constitucionalmente.

MARCO TEÓRICO

O presente trabalho teve como fundamentação teórica os seguintes autores: Barroso (1998), Bonavides (2016), Dettmer (2015), Moraes (2020) e Soriano (2012) para embasar e enobrecer a pesquisa bibliográfica. Desse modo, abordando aspectos conceituais, históricos e principiológicos a respeito do presente tema, evidenciando a imprescindibilidade da liberdade religiosa e seu pleno exercício como garantia constitucional, bem como a necessidade de harmonia entre ela e a igualdade, especialmente quanto aos sabatistas que participam de concursos públicos.

METODOLOGIA

Na elaboração do trabalho, fora utilizada a pesquisa metodológica que possui natureza qualitativa, e pesquisa documental. Na construção da pesquisa, foram utilizados livros, artigos, doutrinas e leis. Destaca-se, ainda, o estudo da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 e as jurisprudências nacionais, atentando-se a oscilação de entendimentos sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Mediante a análise da pesquisa, os sabatistas, pela especificidade de sua crença, ao participarem de concursos públicos deparam-se com várias dificuldades, tendo em vista a designação das datas de provas e atividades de cunho eliminatório para o sábado, dia que consideram sagrado. Em busca da efetivação da garantia constitucional, sendo a esfera administrativa morosa, insuficiente ou até omissa, muitos pleiteiam junto ao Poder Judiciário para que participem das etapas do certame. Deste modo, na busca de amparo legal, é latente a falta de uniformidade entre os tribunais brasileiros acerca do tema. Isso ocorre em virtude do polêmico conflito principiológico que ainda envolve o descanso religioso. Pois, a Constituição Federal institui um Estado Democrático de Direitos, respaldando-se na liberdade, igualdade e, sobretudo, na dignidade, mas aparenta não ser suficiente para real usufruto dos direitos nela garantidos. Referente aos princípios constitucionais, norteadores do Estado Democrático de Direitos e das características inerentes a ele, para viver dignamente o indivíduo deve ser livre para escolher e exercer seus credos, não sendo permitida discriminação em função disto. Esse direito, porém, é colocado pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário, muitas vezes, como contrário a legalidade e a igualdade exigida na realização de provimentos de cargos públicos mediante concursos. Assim, foi observado que o reconhecimento da liberdade de religiosa como direito fundamental e a afirmação constitucional, por meio da escusa de consciência, que ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa, são embaçadas na realidade social. Isso ocorre, dentre outros

fatores, pela indisponibilidade de mecanismos para que tais garantias sejam efetivadas e, portanto, auferido exercício digno dos direitos individuais. Diante disso, restou comprovado que no Brasil, para os sabatistas candidatos em concursos públicos, permeia ao longo dos anos imenso sentimento de insegurança. Ademais, embora existam as peculiaridades a serem analisadas em cada caso concreto, foi verificada a necessidade de consistência, ao menos mínima, nas decisões jurisprudenciais referentes ao tema. Por fim, não sendo esta pesquisa acadêmica conclusiva ao tema, as considerações finais são dispostas visando futura contribuição em pesquisas deste viés, considerando o aperfeiçoamento legal e jurisprudencial, necessários à efetivação da liberdade religiosa.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Dez anos da Constituição de 1988**. Revista De Direito Administrativo, 214. 1998, p. 5.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 2016, p. 537-538.

DETTMER, Silvia Araújo. **O direito fundamental à liberdade religiosa os símbolos religiosos**. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 2015.p. 167.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2020

SORIANO, Aldir Guedes. **Direitos humanos e liberdade religiosa: da teoria à prática**. São Paulo: Kit's Editora. 2012.

MOROSIDADE DA JUSTIÇA QUE DESTRÓI INOCENTES: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS CRIMINAIS BRASILEIROS EM QUE A INOCÊNCIA FOI PROVADA, MAS A JUSTIÇA NÃO FOI ALCANÇADA

**Alexssandro de Menezes Gouveia¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: alexssandro.gouveia@fvj.br),
Xeila Maiane da Silva Freitas² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: xeila.freitas@fvj.br).**

RESUMO

No Brasil, muitos são os casos de julgamentos penais que foram realizados de forma a condenar pessoas inocentes ou mesmo, quando de não ter havido julgamento, na manutenção de prisões que se estenderam por um vasto lapso temporal. O objetivo deste trabalho é analisar os erros cometidos nos processos criminais brasileiros no âmbito da condenação de inocentes e da demora das prisões e informar quais as causas desses erros que tiram a liberdade de um inocente, liberdade essa assegurado pela Constituição Federal. A escolha do tema deve-se a importância e a necessidade de se compreender a causa da demora nos julgamentos presos temporários, bem como, o que leva o Poder Judiciário a cometer erros em seus julgamentos e quais as formas de compensação para o injustiçado. A metodologia adotada será a bibliográfica que terá como base, doutrinas, legislação vigente no país, artigos científicos, estatísticas de pesquisas, jurisprudências e análise de um caso real. A liberdade de uma pessoa inocente não pode ser encarcerada por um erro, um dia em uma prisão brasileira mina a dignidade da pessoa humana, bem como o encarceramento sem julgamento vai contra o princípio de que todos são inocentes até que haja um julgamento justo e que não deixe dúvidas do autor crime cometido. Para os crimes a sociedade exige resposta e os magistrados são compelidos a julgar e fazer a melhor justiça, porém o clamor social, aliado a repercussão na mídia, bem como os grandes números de processos criminais, o grande número de prisões, a falta de Defensores para a grande população carcerária, bem como a pobreza dos encarcerados, podem levar o magistrado ao erro e a uma amarga estadia em prisões que transformam o inocente em vítima e muitas vezes em criminoso.

Palavras-chave: prisão; morosidade; inocente; erros; julgamento.

INTRODUÇÃO

O trabalho tem o fito de analisar os erros da justiça brasileira, no âmbito do Processo Criminal, que culminaram na condenação ou prisão prolongada de pessoas que eram, na verdade, inocentes. Este trabalho se destina a demonstrar os erros cometidos, a aplicação falha da lei e os possíveis motivos que a ocasionaram, ponderando os prejuízos que tais decisões acarretaram tanto na vida dos injustiçados, quanto para a própria justiça no que tange a sua segurança.

No Brasil, ao longo da história, não são raros os casos de julgamento penais que foram realizados de forma errada e acabaram resultando na condenação de pessoas inocentes ou mesmo na manutenção de prisões que se estenderam por um vasto lapso temporal. Seja por falta de aparato do Estado para investigar as situações ou por erro na aplicação das leis, fatores como confissões falsas, abuso de autoridade, demora no andamento do processo e até mesmo a imparcialidade dos profissionais da Justiça na aplicação da Lei Penal são

responsáveis por trancafiar pessoas e condená-las a um crime que não cometeram, arruinando suas vidas, sem que seja possível qualquer reparação.

Com isso, diante da necessidade de avaliar tais decisões, bem como ponderar os fatores que motivam tais erros ante a dignidade da pessoa humana, bem como aos princípios que regem o Processo Penal, surgem as seguintes indagações: “os erros na justiça criminal ocorrem por falta de lei ou por erro na sua aplicação?”. A não observância correta das leis brasileiras bem como a falta de atenção aos princípios constitucionais e penais culminam em condenações erradas e na exacerbação de prisões indevidas.

Difícilmente pessoas vítimas da injustiça no sistema penal brasileira tem seu prejuízo, sobretudo moral, reparado pelo Estado, visto tratar-se de um dano quase irreparável e que não conta com um esforço efetivo do Estado em reduzi-lo. A inexistência de aparato para investigar e processar, bem como demanda exaustiva de processos pendentes que afogam o judiciário brasileiro são os fatores que motivam erros tão frequentes no Brasil.

O presente trabalho tem a finalidade de analisar os erros cometidos nos processos criminais brasileiros no âmbito da condenação de inocentes e das prisões indevidas por erro material e/ou processual. Como também a importância e a necessidade de se compreender como se dá a aplicação das leis penais no Brasil e, mais que isso, analisar a aplicação das leis para verificar se está ocorrendo de forma justa e correta, longe de vícios ou de opiniões pessoais, se faz necessário e será abordado neste trabalho.

Ademais, estudar a aplicação das leis penais do Brasil, com base em casos cuja inocência foi comprovada mesmo que após a condenação ou vasto lapso de tempo de prisões irregulares, é um meio de buscar mudanças que minimizem erros e conseqüentemente para que o sistema penal seja o mais próximo possível do justo e correto.

O Direito Penal Brasileiro tem, dentre suas fontes, os princípios penais e processuais penais, que norteiam a sua criação, aplicação e compreensão. São princípios que geralmente são também utilizados em outras áreas do Direito Brasileiro e visam sempre resguardar a integridade e a dignidade da pessoa humana, porém, o serviço público, em geral, apresenta sérios problemas de coordenação e aplicação de recursos humanos e materiais destinados à execução de suas atividades e com os órgãos de segurança pública, nas mais diversas instituições e unidades da federação, tal realidade não é diferente.

Apesar de não serem idênticos os problemas em todas as instâncias de segurança pública, diversos problemas são enfrentados e vão desde a falta de pessoal às condições mínimas de trabalho. Em um contexto mais crítico, porém real, não são poucos os casos de espaços inutilizados por falta de iluminação, instalações sem qualquer funcionário para limpeza, mobiliário completamente deteriorado, computadores antigos, coletes balísticos vencidos, falta de munição, carência de viaturas e cortes de combustível.

Além da falta de estrutura material que compromete gravemente o desempenho do trabalho, das investigações e, sobretudo a qualidade do trabalho dos policiais, tem ainda os impasses no que diz respeito aos recursos humanos. A falta de progressão funcional e padrões remuneratórios, por exemplo, são situações que desmotivam os servidores, fazendo com que a desempenho nas atividades seja ainda mais baixo.

E a essa falta de estrutura não repousa apenas na segurança pública, também está fortemente presente no judiciário brasileiro, prevalecendo entre tantas reclamações, como a demora processual, a falta de Varas, Juízes e equipes capazes de gerir a Justiça em tempo razoável e garantir assim o cumprimento do Devido Processo Legal para todos.

Essa é inclusive a maior reclamação da Ordem dos Advogados do Brasil. Em 2018, em entrevista à ConJur, os presidentes das Seccionais da OAB de todo o Brasil falaram das

dificuldades enfrentadas por advogados na Justiça. Na ocasião, a falta de estrutura do Judiciário foi a principal reclamação, citada por 13 líderes de seções — 48% do total.

Nessa esteira, é claro que a falta de aparato está intimamente ligada a demora dos processos e conseqüentemente na falta de atenção da justiça aos réus que se acham presos, sem o devido julgamento de suas acusações. A falta de juízes e demais servidores impede o real cumprimento da justiça e a busca pela verdade real, mantendo em cárcere, pessoas impossibilitadas de se defenderem e, ainda, que estão pagando por um crime que sequer foi devidamente apurado e esclarecido.

MARCO TEÓRICO

O Direito Penal Brasileiro tem, dentre suas fontes, os princípios penais e processuais penais, que norteiam a sua criação, aplicação e compreensão. São princípios que também são utilizados em outras áreas do Direito Brasileiro e visam sempre resguardar a integridade e a dignidade da pessoa humana.

Dentre os princípios citados neste estudo estão o Princípio da legalidade, que assim como apresentado na pesquisa está previsto no art. 1º do Código Penal e também no artigo 5º, XXXIX da Constituição, apresentado como uma forma de imitação do Direito Penal para atuar somente dentro da lei, dentro das normas positivadas.

O estudo analisa também o Princípio da ofensividade, que sustenta que não há crime sem lesão ou perigo de lesão a um bem jurídico alheio, também conhecido como princípio da lesividade. E ainda estuda também o Princípio da Proporcionalidade, que reside da necessidade de proteger os direitos e as liberdades das pessoas contra qualquer modalidade de legislação ou de regulamentação que se revele opressiva ou destituída do necessário coeficiente de razoabilidade.

Dentre os assuntos abordados no estudo está o tópico da falta de aparato na segurança pública e no judiciário brasileiro, que destaca os sérios problemas de coordenação e aplicação de recursos humanos e materiais destinados a execução de suas atividades e com os órgãos de segurança pública, nas mais diversas instituições e unidades da federação. Apesar de não serem idênticos, os problemas em todas as instâncias de segurança pública, são enfrentados pela sociedade e vão desde a falta de pessoal à condições mínimas de trabalho dos servidores, além da falta de estrutura material que compromete gravemente o desempenho dos servidores, sobretudo a qualidade do trabalho dos policiais, tendo ainda o grande impasse entre esses servidores e os representantes dos direitos humanos

Neste estudo, podemos observar que a falta de progressão funcional e padrões remuneratórios, por exemplo, são situações que desmotivam esses servidores, sendo estes, fatores de queda de desempenho das atividades citadas, neste contexto apresentamos as considerações do Delegado da Polícia Civil de Santa Catarina Leonardo Marcondes Machado sobre o assunto.

Observamos ainda que a falta de estrutura não repousa apenas na segurança pública, também está fortemente presente no judiciário brasileiro, prevalecendo entre tantas reclamações, a demora processual, a falta de Varas, Juízes e equipes capazes de gerir a Justiça em tempo razoável e garantir assim o cumprimento do Devido Processo Legal para todos.

O estudo teve como fundamentação a entrevista realizada em 2018 pelo ConJur aos presidentes das Seccionais da OAB de todo o Brasil falaram das dificuldades enfrentadas por advogados na Justiça, que destacou como sendo inclusive a maior reclamação da Ordem dos Advogados do Brasil, na ocasião, a falta de estrutura do Judiciário foi a principal reclamação, citada por 13 líderes de seções - 48% do total. Nessa esteira, é claro que a falta de aparato

está intimamente ligada a demora dos processos e conseqüentemente na falta de atenção da justiça aos réus que se acham presos, sem o devido julgamento de suas acusações. A falta de juízes e demais servidores impede o real cumprimento da justiça e a busca pela verdade real, mantendo em cárcere, pessoas impossibilitadas de se defenderem e, ainda, que estão pagando por um crime que sequer foi devidamente apurado e esclarecido.

METODOLOGIA

A pesquisa terá como metodologia a bibliografia que terá como base, doutrinas, legislação vigente no país, artigos científicos, matérias publicadas em sites com base confiáveis, estatísticas de pesquisas já realizadas, também a utilização de casos reais já relatados em jornais.

O intuito da pesquisa é realizar uma análise dos processos criminais brasileiros em que a inocência foi provada após a condenação ou prisão por um longo lapso temporal, respondendo aos objetivos, tanto gerais como específicos, a ser mais bem desenvolvido em uma Monografia posteriormente.

Ademais, estudar a aplicação das leis penais do Brasil, com base em casos cuja inocência foi comprovada mesmo que após a condenação ou vasto lapso de tempo de prisões irregulares, é um meio de buscar mudanças que minimizem erros e conseqüentemente para que o sistema penal seja o mais próximo possível do justo e correto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O serviço público, em geral, apresenta sérios problemas de coordenação e aplicação de recursos humanos e materiais destinados à execução de suas atividades e com os órgãos de segurança pública, nas mais diversas instituições e unidades da federação, tal realidade não é diferente. Apesar de divergirem em alguns aspectos, estes problemas assolam todas as instancias da segurança pública, e são enfrentados pela sociedade que fica a mercê de tais absurdos do serviço público, de seus servidores frustrados e de sua falta de estrutura física e material.

Além da falta de estrutura material que compromete gravemente o desempenho do trabalho, das investigações e, sobretudo a qualidade do trabalho dos policiais, o estudo apresenta ainda que os impasses entre servidores e representantes dos direitos humanos e a falta de aplicabilidade das normas já existentes, são fatores que agravam ainda mais a situação dos erros do judiciário e prejudica vidas inocentes para sempre.

Nessa esteira, é claro que a falta de aparto está intimamente ligada a demora dos processos e conseqüentemente na falta de atenção da justiça aos réus que se acham presos, sem o devido julgamento de suas acusações. A falta de juízes e demais servidores impede o real cumprimento da justiça e a busca pela verdade real, mantendo em cárcere, pessoas impossibilitadas de se defenderem e, ainda, que estão pagando por um crime que sequer foi devidamente apurado e esclarecido.

REFERÊNCIAS

ACAYABA, Cintia. REIS, Thiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto o brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. G1, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas->

prisoos-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml. Acesso em: 29 out. 2022.

AGUIAR, Leonardo. **Princípio da ofensividade**. JusBrasil.com, 2016. Disponível em <https://leonardoaaaguiar.jusbrasil.com.br/artigos/333123759/principio-da-ofensividade> . Acesso em: 05 out. 2022.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (BRASIL). Declaração Universal dos Direitos Humanos. 10 de Dezembro de 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em 29 nov. 2022

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/eb000015.pdf> Acessado em: 01/12/2022

CAPEZ, Fernando. **Direito Penal Parte Geral**. 15 ed.; São Paulo: Saraiva, 2011

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) E SUAS APLICAÇÕES PRÁTICAS

Alisson Silva Pereira¹ (aluno do curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaripe, e-mail: alisson.silva@fvj.br);

Orientadora: Cleidiany Kelly Silva Cavalcante² (professora do Curso de Bacharelado em Direito da Unijaguaripe, e-mail: Cleidiany.cavalcante@unijaguaripe.edu.br).

RESUMO

O presente trabalho analisa a aplicação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) no Direito Penal Brasileiro. Com o atual cenário jurídico brasileiro, a regularização do Acordo de Não Persecução Penal pela Lei nº 13.964/2019 (pacote anticrime) trouxe mudanças significativas para o ordenamento jurídico, tratando-se de uma opção para desafogar o abarrotado sistema jurídico brasileiro, por meio de acordos consensuais extrajudiciais, bem como um meio para promover a justiça restaurativa. Para tanto, primeiramente realizou-se um estudo sobre algumas conceituações importantes ao tema (metodologia de pesquisa bibliográfica), após tratou-se de traçar um histórico da justiça negocial criminal, apresentando modelos de justiça negocial presentes na Lei 9.099/95 e outras legislações pertinentes e relatórios/dados estatísticos oficiais (pesquisa documental). Em seguida, buscou-se analisar o Acordo de Não Persecução Penal, fazendo um estudo sobre o instituto e complementando apontamentos doutrinários sobre o tema. Por fim, foram analisados casos/aplicações práticas dos acordos celebrados pelos órgãos ministeriais e os impactos gerados pelos seus resultados. Utilizou-se do método indutivo para o desenvolvimento deste trabalho, adotando-se como procedimentos instrumentais materiais bibliográficos, jurisprudências e legislações.

Palavras-chave: acordo de não persecução penal; desjudicialização; institutos despenalizadores; justiça negocial; justiça restaurativa.

INTRODUÇÃO

É incontestável a importância que a justiça consensual negociada tem no sistema judicial brasileiro como um todo, principalmente no processo penal, pois adota de forma expressa, o sistema acusatório de maneira que o juiz é imparcial e a produção de provas, em regra, fica a cargo das partes, podendo tal instrução probatória se postergar por anos e, por vezes, excessivamente onerosa aos cofres públicos, quando se trata de Ação Penal Pública.

A quantidade de processos criminais e a demora na resolução destes fazem com que o sistema penal atual seja cada vez mais ineficiente. Diante deste cenário, o Estado precisa buscar alternativas quanto à celeridade processual e à resolução desses conflitos, seja por meio de legislações eficazes nesse aspecto ou implantando medidas alternativas ao modelo de resolução atual.

A Lei 13.964/2019, conhecida popularmente como “Pacote Anticrime”, trouxe mudanças significativas na legislação penal e penal especial, fazendo com que essas legislações fossem aperfeiçoadas. Em uma dessas mudanças destaca-se, a implementação do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP), previsto no artigo 28-A do Código de Processo Penal.

Tal novidade legislativa trouxe a possibilidade de resolução do conflito, por meio de

um acordo consensual, uma alternativa para diminuir a morosidade do Judiciário nos processos relacionados a crimes de menor potencial ofensivo, sem que esses processos fiquem perdurando anos até o seu trânsito em julgado.

Apesar de o ANPP ter sido regulamentado apenas em 2019 por meio da Lei 13.964/2019, já existia a Resolução 181, de 7 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que inicialmente regulamentou esse instituto, bem como, já existiam outros institutos despenalizadores, como a transação penal e a suspensão condicional do processo, regulamentados pela Lei 9.099/95.

O ANPP está intimamente ligado à ideia de Justiça Restaurativa (JR), tendo, por suas condições, o objetivo de promover a reparação do dano ao lesado, bem como incentivar a participação da coletividade e o diálogo entre ofendido e vítima. Nesse contexto, a aplicação prática do ANPP tem gerado grandes benefícios para a sociedade, tendo em vista que as prestações pecuniárias, uma das condições necessárias à celebração do acordo, são direcionadas para instituições de interesse social.

MARCO TEÓRICO

Foram consultadas fontes secundárias (doutrinárias/bibliográficas) relevantes de autores como Renato Brasileiro de Lima, Ary Lopes Júnior, Guilherme Nucci, Rogério Sanches Cunha, Rodrigo Leite Ferreira Cabral, entre outros pertinentes ao desenvolvimento do estudo, bem como a análise de textos, artigos e publicações, relativos à questão em discussão.

METODOLOGIA

A pesquisa ocorreu em três momentos diferentes, associados a metodologias próprias. Buscou-se trazer um breve relato do contexto histórico da justiça consensual no Brasil, bem como alguns conceitos primordiais para a discussão do tema, por meio da revisão de literatura pertinente (pesquisa bibliográfica). Foram apresentados, também, espécies de institutos despenalizadores já constituídos regulamentados pela Lei 9.099/95, sendo estes a composição de danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

No segundo capítulo foi realizado um estudo sobre o ANPP, expondo seus requisitos, vedações, condições, homologação e questões procedimentais acerca do acordo em estudo. A partir da análise da própria legislação como fonte primária, adotou-se a metodologia de pesquisa documental, complementada ainda pela busca e análise de dados estatísticos e relatórios oficiais sobre a utilização do ANPP.

No terceiro capítulo, buscou-se conceituar a ideia de Justiça restaurativa, e demonstrar a correlação dessa perspectiva com a aplicação prática do ANPP, por meio de suas condições. Foram apresentados dados oficiais acerca da celebração de ANPPs, tanto em âmbito federal, como estadual, por fim, foi analisada a aplicação prática desses acordos por órgãos ministeriais estaduais para se verificar o potencial de contribuição destes instrumentos à desjudicialização no Brasil.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou discorrer sobre o ANPP, expondo como se dá a aplicação deste instrumento, quais são seus requisitos, vedações e condições, apresentando, ainda, os resultados de sua aplicação no processo penal, bem como, trouxe também de forma

preliminar, outros institutos da justiça negocial.

Foram trazidos importantes conceitos para a pesquisa e demonstrados os primeiros passos da justiça consensual no país e em que circunstâncias foi desenvolvida. Também se demonstrou os institutos presentes na Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Criminais, quais sejam: a composição de danos civis, que é uma proposta realizada de forma consensual em que autor do fato reparará os danos causados pela infração; a transação penal, um acordo estabelecido entre o titular da ação penal e o autor do fato, que concorda em cumprir imediatamente uma pena não privativa de liberdade (multa ou pena restritiva de direitos), tendo como contrapartida a não deflagração da ação penal; e por fim, a suspensão condicional do processo, em infrações de pena igual ou inferior a um ano, e no aceite do acordo é extinta a punibilidade. Foi necessário expor esses institutos para que a análise do ANPP pudesse ser feita visando as novidades desse instituto.

Também foi possível analisar o Acordo de Não Persecução Penal, buscando esquadriñar o instituto, conceituando sua natureza jurídica, pontuando a divergência acerca de sua natureza no âmbito dos tribunais, que discutia sobre a ideia de o ANPP ser ou não um poder dever do Ministério Público, bem como a sua previsão legal demonstrando seus requisitos que possibilitam sua celebração.

O presente estudo possibilitou, ainda, observar as vedações legais, como por exemplo, o caso de ser cabível transação penal, ser o investigado reincidente ou que haja elementos suficientes que comprovem que a conduta delituosa realizada seja habitual, reiterada ou profissional, excetuando as infrações penais de menor potencial ofensivo. Por fim, tratou-se da formalização, bem como do controle judicial sobre as tratativas sem vícios legais para a sua possível homologação.

A partir do paralelo com a ideia de Justiça Restaurativa, demonstrou-se que o meio restaurativo busca uma alternativa consensual de resolução de conflitos com um olhar voltado para a reparação do dano, envolvendo um diálogo entre as partes deixando de lado um padrão retributivo-punitivo, impondo ao autor que gerou o dano a incumbência de reparar os prejuízos causados pela sua conduta, sendo necessária essa conceituação preliminar da Justiça Restaurativa para que fosse feita uma correlação dessa perspectiva com a finalidade do ANPP. Os dados oficiais obtidos acerca da celebração de ANPPs pelo MPF em âmbito nacional (15.919 acordos de não persecução penal) também ajudaram a visualizar a importância ganha pelo instituto nos primeiros anos de sua vigência. Na esfera estadual, também foi possível analisar dados de acordos realizados pelo MPCE, depreendendo-se deles que os crimes objetos dos acordos no Estado são delitos de menor potencial ofensivo e que tendem a ser cometidos em situações isoladas de suas vidas, principalmente as infrações penais que ocorrem no trânsito. Por fim, concluiu que o resultado da aplicação do ANPP tem impactado positivamente a sociedade, tendo em vista as condições de viés restaurativo, como por exemplo a prestação pecuniária, em que os valores arrecadados são revertidos para subsidiar atividades de entidades de interesse social, bem como a reparação do dano. O que se pretendia com o presente estudo era demonstrar como a justiça consensual tem contribuído para a celeridade na resolução dos conflitos penais de menor potencial ofensivo.

Demonstrou-se, assim, a eficiência do ANPP não apenas no desafogamento de processos no judiciário, mas como um mecanismo de justiça restaurativa em que suas condições fomentam essa perspectiva através da reparação do dano e de prestações pecuniárias, que beneficiam não apenas a vítima, mas toda a coletividade.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Manual do Acordo de Não Persecução Penal**. 2.ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Pacote Anticrime**. 1.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. 8.ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

VIABILIDADE JURÍDICA E OS EFEITOS AMBIENTAIS NA IMPLANTAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ECOSUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE/CE

**Amanda Nara Teixeira dos Santos Germano¹ (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: amanda-nara@hotmail.com),
Orientadora Acemira Maria Ferreira Ribeiro² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: acemira.ribeiro@fvj.br)**

RESUMO

O estudo trata da viabilidade jurídica e os efeitos ambientais na implantação de uma associação comunitária ecossustentável no município de Beberibe/Ce e objetiva visualizar aspectos e impactos que envolvam o resultado e continuidade do projeto sob o prisma socioeconômico, ambiental e jurídico, esmiuçando os processos pertinentes.

Palavras-chave: Associação; Ecosustentável; Jurídico; Ambiental.

INTRODUÇÃO

A ideia é oriunda de um projeto da autora, já elaborado à luz da gestão do terceiro setor, estrutura física e administrativa em formato de arcabouço a ser enriquecido e concluído para a efetiva implantação.

A Associação Comunitária Ecosustentável tem como alvo a sustentabilidade ambiental e a dignidade da pessoa humana, atendendo os princípios que regem as esferas abordadas.

A partir desta pesquisa será possível sanar todos os percalços que obstam a implantação, visto que é necessário compreender se é salubre e lícito ao ambiente e se é juridicamente possível a sua instituição.

MARCO TEÓRICO

As Associações de moradores de bairros surgiram de forma espontânea e autônoma, como expressão legítima dos interesses de um grupo que reivindicava melhores condições de infraestrutura e bem estar, sendo melhor amparada após o 1º Congresso Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

Neste sentido, importa a compreensão dos princípios do direito ao meio ambiente que definidos na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano em 1972, conhecida como “Conferência de Estocolmo”, trazendo à tona as diretrizes essenciais a serem aplicadas. Entretanto, mister conhecer os princípios que englobam a natureza jurídica das associações comunitárias, corroborando com a Lei de incentivo fiscal, a responsabilidade social corporativa, as Constituição Federal, o Código Civil, Leis ambientais em todas as esferas governamentais e demais autores que possuem conhecimento acerca da temática em questão.

METODOLOGIA

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e fontes secundárias a partir de estudos desenvolvidos por especialistas acerca do tema.

Recorre a pesquisa documental, através da análise de fontes primárias como legislações pertinentes, especialmente a Constituição Federal, todo o arcabouço das legislações ambientais e acórdãos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Observou-se um resultado satisfatório, visto que sendo o objetivo analisar a possibilidade de implantação em toda a magnitude jurídica, ambiental, social e econômica, verificando os empecilhos ou proibições que por ventura seriam desconhecidas, concluindo-se ser completamente viável a instituição.

Dessarte ainda há de se buscar os recursos financeiros, porém os meios de se alcançar foram aclarados devido à pesquisa efetuada.

Desta forma, confirma-se a hipótese de ser possível implantar uma Associação Comunitária Ecosustentável dentro da conformação jurídica, ambiental, social e econômica, pela qual se ganha na preservação do meio ambiente, nas tecnologias que serão multiplicadas, na ascensão da dignidade humana, na obediência aos termos das Leis e acima de tudo na gratificação impagável de fazer o bem ao próximo desinteressadamente. Assim sendo, o próximo passo é sensibilizar os voluntários para dar início à construção de todos os objetivos.

Ressalte-se que apesar da dificuldade de encontrar literatura acerca do assunto permacultura e sustentabilidade, compreendeu-se que este projeto engatinha com os pioneiros, sendo, portanto, responsável em ser modelo para as futuras gerações que buscarão pesquisar sobre este tema.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BEBERIBE. Lei nº 1.122/2014. **Dispõe sobre a política ambiental do município de Beberibe e dá outras providências**. 2014. 74 p. Disponível em: https://beberibe.ce.gov.br/arquivos/120/Leis_1122_2014.pdf. Acesso em 29 out. 2022.

BEBERIBE. **Plano Diretor Participativo de Beberibe**. [s.d.] 53 p. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/Beberibe_MinutaCE.pdf. Acesso em 02 nov. 2022.

BEBERIBE. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 498 p.

BEBERIBE. Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Presidência da República, Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos. Diário Oficial da União. Brasília, DF.1981. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em 20 out. 2022

**REFORMA TRABALHISTA E O EMPREGADO HIPERSUFICIENTE:
AUTONOMIA REAL, FORTALECIMENTO ILUSÓRIO E DISCRIMINATÓRIO?**

**Ana Cristina Damasceno Menezes¹ (aluna do curso de Bacharelado do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail:
cristina.damasceno@fvj.br);**

**Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto² (professor-mestre do Curso de Bacharelado
em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail:
alfredonarcisojuridico@gmail.com).**

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é conhecer melhor como o hipersuficiente é tratado pela legislação e pelos estudiosos do Direito do Trabalho (doutrinadores) de modo a identificar a compatibilidade real (efetiva congruência) ou não do conceito de hipersuficiente com a condição de subordinação do empregado e os limites da autonomia negocial concedida a este segmento de trabalhadores bem como os possíveis riscos decorrentes do exercício desta autonomia. Para alcançar este intento, adotam-se como metodologias as pesquisas bibliográficas (a partir de fontes secundárias, como as opiniões e análises de especialistas reunidas em diversas obras – livros, artigos) e documental (com base na Lei nº 13.467, na CLT, na Constituição Federal e nos pareceres dos parlamentares relatores, na Câmara dos Deputados e no Senado, do projeto que resultou na Reforma Trabalhista).

Palavras-chave: hipersuficiente; hipossuficiência; Lei nº. 13.467/2017. Reforma Trabalhista; subordinação.

INTRODUÇÃO

Em julho de 2017, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT sofreu mudança significativa tanto na parte material (os bens jurídicos/direitos titularizados por uma pessoa) como na parte processual (normas e princípios que regulamentam o modo da aplicação do direito material) deste ramo do Direito. Dentro deste contexto, o artigo 444 da CLT ganhou, por meio da Lei nº 13.467, de 13 de junho de 2017 (intitulada Reforma Trabalhista), um parágrafo único que tratou de estabelecer os parâmetros do que foi denominado trabalhador hipersuficiente, uma nova figura conceitual no âmbito do Direito do Trabalho.

Trata-se do trabalhador que recebe salário mensal igual ou maior do que o dobro do limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGP, também conhecido como teto do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, e que possua diploma de nível superior. Como o teto do INSS fixado para o de 2022 é de R\$ 7.087,22 (sete mil e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), enquadram-se como hipersuficientes, portanto, trabalhadores que têm nível superior e remuneração igual ou superior a R\$ 14.174,90.

O parágrafo único do artigo 444 da CLT prevê que estes trabalhadores podem definir livremente (com seus empregadores), ou seja, sem a necessidade de interveniência do sindicato de sua categoria, cláusulas de seus contratos de trabalho no tocante a diversos direitos, como os que são listados no artigo 611-A da CLT (como jornada de trabalho, banco de horas, intervalo intrajornada, regime de sobreaviso, troca de dia de feriado, etc), inclusive em patamares inferiores aos previstos (fixados) pela legislação ou acertados em

Convenções Coletivas de Trabalho – CCTs e Acordos Coletivos de Trabalho – ACTs (instrumentos normativos celebrados com a participação de sindicato representativo da categoria profissional).

A criação do trabalhador hipersuficiente teve como primórdio a ideia de que esse profissional (detentor de diploma de nível superior e recebedor de salário mensal maior ou igual a duas vezes o teto do INSS) não estaria submetido a uma subordinação intensa ao seu empregador, levando a crer que possuiria poder e conhecimento diferenciados e bastantes para fazer frente, numa negociação contratual, aos ditames do empregador.

O presente estudo foi estruturado em três capítulos. No primeiro, é feita uma explanação sobre a história do trabalho e do Direito do Trabalho, surgimento, evolução e organização sobre a história do trabalho e do Direito do Trabalho, surgimento, evolução e organização no Brasil e no mundo.

No segundo capítulo, é abordado o novo Direito do Trabalho surgido a partir das mudanças promovidas pela Reforma Trabalhista, na qual há diversos pontos controversos que vão desde o próprio processo legislativo que a gerou. Por fim, no terceiro capítulo, é discutida a figura do trabalhador hipersuficiente com foco nos motivos de sua criação, no posicionamento doutrinário acerca do tema e nos questionamentos quanto à constitucionalidade e as contradições internas à própria CLT no que se refere à figura do hipersuficiente.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: foram estudados, especialmente, trabalhos como os de autoria do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho - TST Maurício Godinho Delgado (2017), dos Desembargadores Federais do Trabalho Vólia Bomfim Cassar (2017) e Sérgio Pinto Martins (2012), dos procuradores do Trabalho (membros do Ministério Público do Trabalho – MPT) Henrique Correia e Élisson Miessa (2018) além dos pesquisadores Reginaldo Melhado (2017), Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga (2018) e Marcelo Braghini (2017), que já se detiveram à análise do tema.

METODOLOGIA

Na construção da presente monografia foram utilizadas duas formas de pesquisa metodológica: a pesquisa bibliográfica, que deu-se através da doutrina de autores, leis, sites de pesquisa na internet, além de artigos científicos de extrema relevância que versam sobre o tema em comento.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho possibilitou um melhor entendimento acerca do direito trabalhista e o empregado hipersuficiente o presente trabalho, obviamente, não se propôs a esgotar um tema de tamanha envergadura e complexidade, além do que a nova legislação tem apenas cerca de dois anos, tempo ainda curto para se mensurar com exatidão todos os possíveis e reais impactos. Logo, outros trabalhos acerca do assunto cumprirão importante papel de somar entendimentos, sejam convergentes ou mesmo divergentes, para uma melhor análise jurídica e acadêmica em torno da matéria.

É evidente que, do modo como tramitou essa Reforma Trabalhista, não existiu estudo prévio, não houve debate com estudiosos da área, e, ainda assim, promoveu-se profunda e

brusca transformação no arcabouço legal especializado. As contradições geradas pelo art. 444, parágrafo único, em relação à própria CLT (como os arts. 3º e 619) e frente à Constituição revelam fragilidades técnicas (atecnias textuais) decorrentes da pressa com que tramitou o projeto.

Há de se supor que muitas das críticas feitas à Reforma Trabalhista poderiam ter sido evitadas se o Legislativo tivesse promovido debate profundo com as entidades interessadas (patronais e laborais), os técnicos do Governo Federal e os especialistas (estudiosos) da matéria no meio acadêmico, além dos operadores que lidam cotidianamente com o Direito e o Processo do Trabalho (magistrados, procuradores, advogados, auditores fiscais etc.).

Por fim, cumpre destacar que eventuais desrespeitos a direitos trabalhistas inseridos na Constituição Federal de 1988, mesmo quando afetarem diretamente apenas o segmento dos trabalhadores denominados hipersuficientes, representarão, na prática, um indesejável e grave retrocesso social.

REFERÊNCIAS

ADVOCACIA, Nogueira. **14 Pontos polêmicos sobre a Reforma Trabalhista que você precisa saber**. Disponível em: Disponível em:

<https://nobeadvogados.jusbrasil.com.br/artigos/542910302/14-pontos-polemicos-sobre-a-reforma-trabalhista-que-voce-precisa-saber>. Acesso em: 23 set. 2022.

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2. ed. 4. tir. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros editores, 2015.

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. O negociado sobre o legislado: 611-A e 611-B da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. In: **Atualidades e Tendências do direito e processo do trabalho**. BARBOSA, Amanda; BUGALHO, Andréia Chiquini; SANTOS, Luiza de Oliveira Garcia Miessa (orgs). 2. vol. Salvador: Juspodivm, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Palácio do Planalto. Acesso em: 24 set. 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24 set. 2022.

BRASIL. **Decreto - Lei nº. 1.237/1939**. Palácio do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11237.htm. Acesso em: 24.set. 2022.

CARTÃO CONSIGNADO: A FRAGILIDADE DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS COM DESCONTOS INDEVIDOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E O ENDIVIDAMENTO

**Brena de Sousa Soares¹ (Discente do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Unijagaribe, e-mail: brena.soares@fvj.br),
Acemira Maria Ferreira Ribeiro² Professora especialista do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Unijagaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br)**

RESUMO

O presente estudo trata da fragilidade do consumidor idoso mediante a descontos indevidos em folha de pagamento e o endividamento, pretendendo abordar sobre a importância de garantir o direito a consumidores hipervulneráveis com fim de resguardar o mínimo existencial. O objetivo principal deste trabalho é assegurar que o consumidor idoso, ora, hipervulnerável, tenha seu direito preservado, bem como, que as instituições financeiras que agiram de má-fé sejam responsabilizadas objetivamente pelo dano que causaram. Ademais, este também visa demonstrar quais as vias jurídicas capazes de requerer a reparação civil. Sustenta-se, em termos metodológicos, no processo de pesquisa qualitativa, com recurso a fontes secundárias como livros e artigos relacionado ao tema. Não obstante, recorre a pesquisa documental, através de fontes primárias como legislações pertinentes, jurisprudências e em especial a Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e Código Civil. Por fim, pretende-se alcançar o conhecimento amplo sobre a fragilidade do consumidor idoso em situação que põe a risco a sua subsistência e de sua família, bem como, demonstrar os direitos cabíveis na situação fática, buscando aprimorar os estudos que embora sejam considerados novos, vem acometendo diversas famílias.

Palavras-chaves: direito do consumidor; consumidor idoso; hipervulneráveis; endividamento.

INTRODUÇÃO

O Código de Defesa do Consumidor é um conjunto de disposições legais, que propõem conchavar limites aos integrantes da relação de consumo. Ora, partindo desta conceituação, compreende-se que as relações consumeristas se sustentam em princípios e normativas, ao qual a aplicação visa estabelecer direitos e deveres aos fornecedores e consumidores, afim de assentar o que se denomina de equilíbrio.

Não obstante, levando em consideração o entendimento de Tartuce e Neves (2016, p.37), a arguição dos princípios que norteiam o Código de Defesa Do Consumidor é o ponto crucial para a assimilação do sistema que rege a norma consumerista.

Outrossim, observa-se que o CDC surge como uma forma de suprir as lacunas existentes, e com efeito, a mesma tem sido de suma importância para o ordenamento jurídico, haja vista, que estabeleceu uma política nacional ao que concerne a relação de consumo, partindo do pressuposto de sua filosofia principal, qual seja, harmonia e equilíbrio, afim de conciliar a tutela jurisdicional e a salvaguardar os direitos do consumidor.

Ademais, partindo da premissa acima, o presente trabalho vislumbra responder a seguinte problemática: nas relações de consumo envolvendo contrato de cartão consignado cumulado com desconto em folha de pagamento de consumidor idoso e sem a anuência do

mesmo, há possibilidade de responsabilização da instituição financeira que agiu de má-fé? Os tribunais possuem decisões fixas? Qual o entendimento dos tribunais?

Ora, a relevância desse estudo se dá em razão da fragilidade enfrentada pelo consumidor idoso hipervulnerável, tendo em vista, que o seu mínimo existencial se encontra ameaçado em decorrência da má conduta das instituições financeiras, que fraudulentamente tem-se utilizado de dados de usuários de baixo nível de escolaridade e compreensão financeira para obtenção de vantagens. Ademais, não havendo uma pacificação dos entendimentos dos tribunais, bem como, não tendo fixado um quantum indenizatório específico para a situação mencionada. Fazendo-se, portanto, pertinente esclarecimento sobre a instabilidade jurisdicional e seus respectivos elementos.

Para alcançar este objetivo, utilizou-se como procedimento metodológico a pesquisa exploratória, por meio de investigação bibliográfica e documental em livros, periódicos e artigos eletrônicos acerca da compreensão de cartão consignado e a fragilidade de consumidores idosos que tem seus aposentos e benefícios diminuídos em decorrência de contrato não pactuado e descontado diretamente em folha de pagamento, bem como, a possibilidade de reparação cível. Aliado a isto, fora observado disposições legais específicas, como, Código de Defesa do Consumidor, Constituição Federal, Código Civil, além das fontes jurisprudenciais que auxiliaram para a elucidação de como se tem dado os debates nos tribunais.

Com isso, o texto monográfico fora dividido em três capítulos de forma a facilitar a compreensão de todos os aspectos que fundamentam a temática. Então o primeiro capítulo foi destinado a abordar sobre a contextualização histórica legislativa do crédito consignado, abortando desde o primeiro Projeto de Lei até a presente Lei em vigor, bem como, o marco histórico da consignação no Brasil. Serão também destacados conceitos fundamentais e natureza jurídica do crédito consignado, algumas subdivisões de consignação, bem como, o surgimento de novas modalidades e seus respectivos elementos.

O segundo capítulo, abordará os principais princípios norteadores do Direito do Consumidor, bem como, adentrará nos tópicos que diz respeito a vulnerabilidade do consumidor idoso, enfatizando a necessidade de um enfoque maior para com esses indivíduos, ainda discorrerá sobre a responsabilização objetiva, demonstrando os requisitos necessários para que seja demonstrado o ilícito decorrente da conduta negativa da instituição financeira, e por fim, os entendimentos jurisprudenciais favoráveis e desfavoráveis dos tribunais.

O terceiro e último capítulo, abordará sobre as práticas abusivas nas relações de consumo, o descobrimento da dívida e seu meio de obtenção, superendividamento e os meios alternativos de resolução de conflito.

Desse modo, vislumbra-se o posicionamento da doutrina e da jurisprudência mediante a problemática a ser apresentada, bem como, enuncia os dispositivos legais, de tal sorte que, evidencia clareza quanto a modalidade do crédito consignado, em especial, ao cartão de crédito consignado, quando contratado sem anuência do consumidor. Outrossim, destaca-se, especialmente, sobre a possibilidade de responsabilização objetiva da instituição financeira.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: MARQUES (2010), NISHIAMA e DENSA (2011), NUNES (2022), SCHVEITZER (2016) e TARTUCE E NEVES (2021) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica e documental. Ademais, nesta mesma perspectiva fora apresentado as discussões da historicidade legislativa do crédito

consignado, conceituais e principiológicas sobre o tema pesquisado. Destacando assim as divergências jurisprudenciais quanto a reparação civil ao que concerne o dano material e moral do consumidor hipervulnerável lesado pela instituição bancária que agiu de má-fé, bem como, elucidando a consequência da não reparação, qual seja, o superendividamento.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para a construção desse trabalho foram por meio de pesquisa bibliográfica e documental com caráter exploratório em livros, artigos científicos, revistas, doutrinas, leis, bem como, posicionamento jurisprudenciais. Isto fora necessário para obter um aprofundamento nos conhecimentos ao que concerne à temática proposta e sua devida importância para a sociedade e o meio acadêmico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A presente pesquisa possibilitou a compreensão amplificada sobre a evolução histórica legislativa do crédito consignado, seus conceitos e modalidades, principalmente ao que concerne à nova modalidade de crédito: o cartão consignado, além, da assimilação do que é prática abusiva em consonância com o CDC, quais princípios que norteiam o Direito do Consumidor, bem como, a possibilidade da responsabilização objetiva ou a utilização dos meios alternativos de conflitos, e por fim, o enfoque principal, os entendimentos dos tribunais acerca da temática proposta.

Com isso, a tentativa de discernimento, se o instituto pode ser aplicado em relação aos danos ocasionados ao consumidor idoso que teve seu benefício diminuído em decorrência da má-fé das instituições financeiras, haja vista, que este fora o maior foco da pesquisa, com o intuito de compreender se este encaixa-se nos pressupostos que são primordiais para a aplicação da reparação civil do caso concreto, tais como: conduta, culpa, nexo e danos.

No decorrer da pesquisa, fora possível vislumbrar que o cometimento de ato ilícito é um dos requisitos principais para que seja estipulado o dever de indenizar, então como forma de demonstração deste caso proposto, foram demonstradas leis que asseguram a proteção do consumidor idoso, em especial o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, a Constituição Federal e o Estatuto do Idoso. Sendo então perscrutada a base principiológica que norteiam a relação de consumo. Afinal, a ilicitude se consuma quando se viola um dever de conduta imposto de forma legal e dessa violação é ocasionado um dano.

Isto posto, discutiu-se como o tema central desta pesquisa é observado na jurisprudência. Destaca-se que há distintos posicionamentos jurisprudências, sendo que alguns tribunais são contrários a pretensão indenizatória sob o argumento de não haver nulidade nos contratos pactuados, tendo em vista, que entendem que não houve contratação sem anuência do consumidor, pois as instituições financeiras são claras e objetivas em suas informações, já os que são favoráveis sob o argumento de que o pleito da reparação nestes casos não visa atribuir um valor pecuniário afim de gerar enriquecimento ilícito, mas sim uma reparação que visa compensar os danos ocasionados ao consumidor, bem como, punir a instituição financeira.

Em face do exposto, restou evidenciado que os tribunais não consolidaram seus entendimentos. Em suma, apesar de leis específicas como o Código de Defesa do Consumidor ampararem consumidores hipervulneráveis, estas não tem sido suficiente para solucionar as demandas acerca da temática estudada, tendo em vista, que embora o defensor do consumidor

esgote todas as vias processuais cabíveis na busca da obtenção de um resultado favorável, pode ainda restar improcedente o requerimento ao que concerne a reparação civil.

Diante disto, mediante consequências suportadas por consumidores que não solicitaram ou se quer pactuaram contrato de cartão consignado, bem como, estão tendo seu aposento ou benefício prejudicado em decorrência de desconto mensal indevido é que os tribunais devem proferir decisões que sejam favoráveis, considerando a possibilidade de indenização por ato de ilicitude, para que esta reparação sirva como um meio de punir o seu causador e compensar os danos suportados pelo consumidor.

Por fim, restou evidenciado que a pesquisa foi, fundamentalmente, importante para consolidar os conhecimentos sobre a temática e trazer reflexões sobre os atos abusivos cometidos por parte da instituição financeira, embora seja um assunto atual, com respaldo em específica, embora conflitante nas jurisprudências, está muito recorrente na sociedade, ocasionando danos irreparáveis e prejudicando o mínimo existencial pessoal e familiar.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Claudia Lima. **Prevenção e tratamento do superendividamento**. Brasília: [s.n.], 2010.

NISHIAMA, Adolfo Mamoru; DENSA, Roberta. **A proteção dos consumidores hipervulneráveis**: os portadores de deficiência, os idosos, as crianças e os adolescentes. Revista de Direito do Consumidor. São Paulo: Revista dos tribunais, 2011.v. II, p.431-461.

NUNES, Rizzato. **Curso de direito do consumidor**. São Paulo: Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553607532/>. Acesso em: 17 out. 2022.

SCHVEITZER, Deisi Cristini. **Direito das relações de consumo: livro didático**. Palhoças: Unisul Virtual, 2016.

TARTUCE, Flávio; NEVES, Daniel Amorim A. **Manual de direito do consumidor**: direito material e processual. São Paulo: Grupo GEN, 2021. v. único. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640270/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

HERANÇA DIGITAL: POST MORTEM E TRANSMISSÃO DE BENS ARMAZENADOS VIRTUAIS E DIREITO DE PERSONALIDADE POR MORTE DO TITULAR

**Cairlane Monteiro Cartaxo¹ (Aluna do Curso de Direito do Centro Universitário
Unijagaribe)**

Alfredo Narciso² (Professor Dr. do Centro Universitário Unijagaribe).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar o legado dos ativos e bens digitais de alguém pós-morte. Nesse caso, levanta-se o seguinte problema: É possível atribuir causalmente a propriedade desses bens e ativos, mesmo sabendo que os direitos do de cujus podem ser violados? Para responder a esta questão, a presente pesquisa primeiramente discute a evolução da instituição patrimonial e apresenta seu conceito. A seguir, reflete-se brevemente sobre os valores digitais, dando o que eles significam no momento. Por fim, por meio de perspectivas doutrinárias e legais, discorre sobre a possibilidade de herança de bens digitais independentemente dos direitos individuais do falecido. Este é um tema atual e polêmico, pois o avanço da tecnologia tem levado ao surgimento dos chamados ativos digitais, que muitas vezes são constituídos por informações privadas e/ou sigilosas de pessoa falecida, o que levanta dúvidas sobre a possibilidade de transferência patrimonial. significa herança. O método utilizado é de descrição e interpretação, utilizando-se de estudo bibliográfico, principalmente a Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002. A conclusão do trabalho é que existe a possibilidade de transferência fatal de bens, mas o direito à personalidade do de cujus deveria ser maior, tendo em vista que tal solução está mais de acordo com o princípio da dignidade e o que a Lei que rege o acesso à internet no Brasil.

Palavras-chave: herança; bens digitais; direitos.

ABSTRACT

The present work aims to address the legacy of someone's digital assets and assets after death. In this case, the following problem arises: Is it possible to causally assign ownership of these goods and assets even knowing that the rights of the de cujus may be violated? To answer this question, this research firstly discusses the evolution of the patrimonial institution and presents its concept. Next, we briefly reflect on digital values, giving what they mean at the moment. Finally, through doctrinal and legal perspectives, it discusses the possibility of inheritance of digital assets regardless of the individual rights of the deceased. This is a current and controversial topic, as the advancement of technology has led to the emergence of so-called digital assets, which are often made up of private and/or confidential information of a deceased person, which raises doubts about the possibility of transferring assets. means inheritance. The method used is one of description and interpretation, using a bibliographical study, mainly the Federal Constitution of 1988 and the Civil Code of 2002. The conclusion of the work is that there is the possibility of fatal transfer of goods, but the right to personality of the de cujus should be greater, considering that such a solution is more in line with the principle of dignity and what the Law that governs the Internet access in Brazil.

Keywords: Inheritance; Digital goods; Rights.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, sob o tema “Herança digital: *post mortem* e transmissão de bens armazenados virtuais e direito de personalidade por morte do titular”, tem por objetivo analisar a juridicidade e a viabilidade da sucessão por herança das relações jurídicas digitais – assim definidas aquelas travadas e armazenadas virtualmente.

Na era explosiva do mundo digital e da presença constante das redes sociais na vida dos cidadãos, o planejamento sucessório chegou à internet e tornou-se importante falar sobre um tema muito importante: Patrimônio Digital. O tema levanta questionamentos sobre os relatos e registros do falecido, pois em Se o titular da conta falecer, quem será o responsável? herdeiro, pessoa indicadas por um juiz, cônjuge ou amigo próximo?

Sendo assim, tem-se como problemática a possibilidade ou não das referidas relações jurídicas serem tomadas como fator relevante, ainda que num sentido mais amplo, e então, para conformar-se ao antigo sentido de valor. Pretende-se, ainda, tratar da possibilidade de pacto sucessório de relação jurídica de natureza não econômica.

Assim, o objetivo do trabalho é compreender a importância da legislação brasileira direcionada aos bens digitais como forma de herança para os mais próximos.

A realização desse trabalho justifica-se pela necessidade de entender coisas novas sobre a sociedade e a tecnologia, bem como seguir o direito sucessório no processo, pois, devido ao grande aumento tecnológico gerando também assim um aumento do patrimônio digital, o que muitas vezes acontece, mesmo que muitas vezes sequer têm valor econômico.

1 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A NOVA SUCESSÃO

A lei luta junto com a humanidade ao longo de seu curso para traçar um paralelo entre a realidade das pessoas e a realidade leis. É por isso que se dedica a monitorar e regular a empresa em seu presente, evitando brechas legais. É impossível dizer quando a lei realmente surgiu, mas é pode-se estimar que tenha surgido da interação social quando homens começaram a viver em "comunidade" e estabeleceram uma ordem social (NASCIMENTO, 2017).

Por causa disso, nem sempre houve uma percepção de direito como o atual. Ele, como o homem, evoluiu e mudou, é objeto de estudo de filósofos, sociólogos, teólogos e muitas outras áreas dedicaram ao estudo do homem. Portanto, direito como o conhecemos hoje teve que percorrer um longo caminho chegar ao modelo atual.

Na análise da sociedade romana, o direito (*jus*) servia de titular comportamento social, enquanto a prudência era considerada uma forma de equilibrar o ato de julgar, levando à jurisprudência romana. Ordem jurisprudência foi baseada no *Corpus Juris Civilis* onde eles pretendiam observar a situação usando a técnica da dialética e mais "artes liberais" (dialética e retórica), buscou soluções controversia existente. A prática romana não criou o conceito Direita, mas esquerda, princípios importantes para a sociedade futura (CADEMARTORI, 2006).

O jusnaturalismo teológico surgiu na Idade Média, onde o pensamento jurídico é caracterizado como pensamento dogmático, devido à grande influência da Igreja Católica na época. Por outro lado, o jusnaturalismo racionalista vem nos tempos modernos quebrar a ideia apresentada no jusnaturalismo teológico, porque tem como base racional que não está ligado à figura de Deus como titular da vontade, que era essencial no jusnaturalismo teológico (STEUDEL, 2007).

2 BREVES ASPECTOS SOBRE A SUCESSÃO NO DIREITO BRASILEIRO

O Direito das Sucessões é um conjunto de regras que regem a transmissão de bens (ativos e passivos - créditos e débitos) de alguém, após a sua morte, seja por lei ou por testamento. É controlado pelo art. 1784 a 2027 CC. A Constituição do Estado garante o direito de herança (artigo 5º, 1.784). A base do direito sucessório é a propriedade, incorporada ou não no direito da família (BARRADO, 2014).

As sequências podem ser divididas em: Sucessão Legítima (ou ab intestato) sucede em lei, quando uma pessoa morre sem testamento, a herança passa para os herdeiros legais especificados por lei. Também se tornará inválido se o testamento expirar ou for declarado nulo (GONTIJO, 2020).

A sucessão do Testamento que ocorre através do arranjo da última vontade (testamento). Se houver herdeiros necessários (cônjuge sobrevivente, descendentes ou ascendentes), o testador só pode dispor de parte da herança (art. 1789 CC). A outra parte consiste em “legítimos”, que é garantido aos herdeiros necessários. Se não forem, você estará livre para explorar. Mas se for casado ao abrigo do regime de comunhão universal de bens (art. 1667 CC) os bens do casal serão divididos em duas partes e a pessoa só poderá dispor da sua parte (WEHR, 2020).

O ordenamento jurídico brasileiro proíbe qualquer outra forma de sucessão, principalmente contratual. Os acordos de sucessão são proibidos, não podendo a herança de pessoa viva ser objeto de contrato (artigo 426.º do C.C. - pacta corvina). No entanto, aceita a cessão de direitos. Geral, o herdeiro é chamado a herdar todo o patrimônio, parte ou parte dele, responsabilizando-se pela dívida. Isso acontece tanto legalmente quanto em testamento. Por um lado, o testador deixa ao beneficiário um bem específico e determinado (herança). O herdeiro não responde pelas dívidas da herança (BRASIL, 2002).

3 INSERÇÃO DA TECNOLOGIA COMO UMA FERRAMENTA NO DIREITO BRASILEIRO

Primeiro, mostrando que os ativos digitais evoluíram ao longo do tempo corresponde à aparência do ambiente físico, que ocorre entre 1970. Além disso, em relação a esse contexto histórico, sabe-se que ele mostra a origem da Internet, onde há a responsabilidade de criar uma comunidade digital e a infinidade de bens digitais, isso porque a internet se tornou popularizada em todo o mundo pelo uso comum computadores e smartphones (FERREIRA, 2022).

Além disso, ao longo dos anos, pode-se observar que houve um aumento de ativos digitais, argumentando que isso é reflexo do período histórico em que viveram. E, pode-se dizer, portanto, que a natureza da herança, sob herança, torna-se cada vez mais extensa. Aliás, pode-se dizer que muitas pessoas nem pensam que têm fazem-no nas redes sociais e muitas vezes, num ambiente virtual, podem integrar da sua criatividade. Isso porque exemplos de ativos digitais são: milhas, moedas e-mail, livros digitais, música online e muito mais.

4 O PERFIL DIGITAL E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO SEGREDO, INTIMIDADE E PRIVACIDADE DO CUJUS

A humanidade não é apenas um direito, mas também um valor, pois é mediada por todos os ramos do direito, público e privado (SARMENTO, s.d. apud CONRADO, 2013).

Formas de proteger uma pessoa contra violações em sua vida dos direitos à honra, imagem e privacidade fazem parte do complexo dos direitos humanos. Com isso, não apenas a integridade física e a herança de uma pessoa são protegidas, mas todos os direitos que ela inclui também são garantidos, independentemente do valor monetário (CONRADO, 2013).

Os princípios consagrados nesta Lei não abrangem os demais previstos no ordenamento jurídico nacional sobre a matéria ou em acordos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja parte (BRASIL, 2014).

Além disso, o artigo 7º define os direitos relacionados ao sigilo das informações e comunicações que são mantidas pela rede social e não violem as relações íntimas e a vida privada (FILHO, 2017).

A privacidade da conta digital é um estudo e debate muito importante, inclusive no setor internacional, pois a internet é acessível em qualquer lugar, ou seja, no mundo (PINHEIRO, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão da Internet tem atraído a atenção das pessoas como uma ferramenta alcançar padrões econômicos e de comunicação por meio da mídia social. Recentemente, a mídia tem mantido foco nos projetos de lei com o objetivo de incluir direitos sobre o patrimônio digital.

Viu-se que o sistema regulatório brasileiro é baseado em muitos valores, como o respeito privacidade, informação, liberdade de expressão, intimidade e dignidade humana, portanto, a partir do presente trabalho viu-se como é importante aprovar a legislação sobre patrimônio digital, método de acordo com a Lei de Proteção de Dados, tenha em mente que o local documentos doutrinários e legais relacionados a esse tema são raros.

Note-se que, por lei, a herança inclui tudo o que representam bens pessoais, incluindo bens intangíveis, de valor econômico neste contexto, é a transferência de arquivos digitais dos mortos para eles herdeiros e devem ser compreendidos em razão dos avanços tecnológicos da sociedade.

Portanto, o trabalho vem demonstrar como é importante aprovar legislação sobre patrimônio digital, de maneira consistente com a Lei de Proteção de Dados, lembrando que os locais com fontes de dados e livros jurídicos sobre esta questão são raros.

REFERÊNCIAS

BARRADO, Ítalo Corrado. **Introdução ao direito das sucessões**. Publicado em 2014. Disponível em <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8838/Introducao-ao-direito-das-sucessoes> Acesso em 11 de set. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. **Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 Abr 2014.

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. **O Corpus Iuris Civilis Corpus Iuris Civilis e a Mudança no Fundamento de Validade do Direito**. NEJ - Vol. 11 - n. 1 - p. 75-101 / jan-jun 2006.

FERREIRA, Julia Silvério. **Da herança jacente e herança vacante**. Publicado em 2018. Disponível em: [https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10908/Da-heranca-jacente-e-heranca- %20a](https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/10908/Da-heranca-jacente-e-heranca-%20a) Acesso em 15 set. 2022.

FILHO, Marco Aurélio de Farias Costa. **Herança digital: valor patrimonial e sucessão de bens armazenados virtualmente**. Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco, n. 9, p. 187-215, 2017.

MARINHO, Luiz Claudio Silva Jardim. **Inventário e Partilha - Judicial e Extrajudicial Considerações e Análise Comparativa**. Série Aperfeiçoamento de Magistrados 10 Curso: Processo Civil Procedimentos Especiais, São Paulo – SP, 2020.

NASCIMENTO, Thamires Oliveira. **Herança Digital: o Direito da Sucessão do Acervo Digital**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito pelo Universidade Federal do Pernambuco - UFPE. Recife, 2017.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. **Direito das Sucessões**. Volume 6. 13 Ed. Forense, 2019.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; KONDER, Carlos Nelson. **O enquadramento dos bens digitais sob o perfil funcional das situações jurídicas**. In: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; LEAL, Livia Teixeira (Coord.). Herança digital: controvérsias e alternativas. Indaiatuba: Foco, 2021.

WEHR, Layla Caroline. **Evoluções recentes do direito das sucessões**. Santa Catarina: Ed. da UnC., 2020.

ADPF 54 E A IMPOSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO POR ANALOGIA PARA OS FETOS COM MICROCEFALIA

Claudiana Lima dos Santos¹ (Aluna do curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: Claudiana.santos@fvj.br);
Alfredo Narciso² (Professor Especialista do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com)

RESUMO

Trata-se de um trabalho de monografia que tem como objetivo analisar a questão do direito à vida das crianças com Microcefalia, de acordo com as leis no âmbito jurídico brasileiro, abrangendo os direitos fundamentais, principalmente o direito à vida, a dignidade da pessoa humana, os direitos do nascituro, com um ser direitos, e a questão do aborto em suas causas permissivas e não permissivas, e a análise da ADPF-54, que garante a permissão da retirada dos fetos com anencefalia, assim também o aprofundamento no que é a microcefalia, suas causas, diagnóstico, tratamento, assim como o surgimento da Microcefalia na estado da Bahia, Pernambuco em decorrência do Virus Zika, e no decorrer a analisado da questão se seria possível a permissão do aborto para os fetos com microcefalia de forma análoga aos anencefalos.

INTRODUÇÃO

Investigar o direito à vida diante de crianças com Microcefalia, nos aspectos jurídico brasileiro, com fundamentação nos direitos fundamentais presente na Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana, sobre o nascituro um ser dotado de direitos, os crimes de abortos e a causas permissivas expressas, a arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF-54 sobre a permissão dos fetos anencéfalo, e a Ação Direta de inconstitucionalidade - ADI-5581 sobre a permissão do aborto para fetos com Microcefalia. O princípio dignidade da pessoa humana é um direito garantido a todos as pessoas, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art.1^a, III, servindo de base, para os demais princípios elencados nas normas Constitucionais e infraconstitucionais. Assim também como o princípio do direito à vida dando base para o surgimento de todos os direitos existentes. A análise do nascituro como um ser dotado de direito, presente no art. 2^a do Código Civil brasileiro. A explanação da parte especial sobre crimes contra a vida sobre os crimes de aborto expresso nos art.124, 125 e 126 como causas não permissiva contra a vida intrauterina e o art.128 como as causas permissivas em duas hipóteses.

Será relatada também sobre arguição de descumprimento de preceito fundamental – ADPF – 54, que na qual a arguição aborda sobre a permissão da antecipação terapêutica do feto com anencefalia, em que não há existe do cérebro, servindo de análise se caberia de forma análoga para os fetos com Microcefalia. E a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – 5581, é uma ação interposta pela Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP, ação proposta para a permissão da antecipação terapêutica do parto de fetos com Microcefalia.

Para fundamentação da pesquisa os autores utilizados foram das diversas áreas do direito, os Constitucionalistas Pedro Lenza (2020), Alexandre de Moraes (2003), Regina

Maria (2011), Gonet Branco (2008), José Afonso (2005) nas análises do direito à vida, os doutrinadores civilistas sobre os nascituro, Francisco Amaral (2003), Washigton dos Santos (2011) e no princípio da dignidade da pessoa humana, Sarlat (2011) na questão filosófica no sentido da dignidade da pessoas humana, André Tavares (2020), Carmem Lúcia Antunes (2011), os Penalista Rogerio Sânces (2016), Cleber Masson (2011), Damásio de Jesus (2013), Rogerio Grecco (2020) e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

MARCO TEÓRICO

A relevância acadêmica e social desta pesquisa tem como o intuito de mostra que bebes com Microcefalia tem direito a vida, é um ser dotado de direitos de acordo com as leis do âmbito brasileiro, visando mostrar que não caberia de forma análoga a permissão para do aborto para fetos com Microcefalia com a análise da ADPF – 54, que da a permissão para todos os bebes que desenvolve a anencefalia, com aplicação *erga omnes* somente para estes casos, e mostrar que as leis no âmbito jurídico brasileiro.

E mostrar que são bebes que são amparados pela lei das pessoas com deficiência Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e as demais leis como a proteção à vida, à saúde, lazer e outros direitos englobados nas normas Constitucionais e infraconstitucional.

METODOLOGIA

Neste trabalho utiliza-se uma linha de pesquisa exploratória, que abrange um vasto conhecimento e informações bibliográficas de diversos autores da área do direito, doutrinadores e áreas científica, com o objetivo de chamar atenção dos leitores com interesse em pesquisar sobre o assunto e contribuir com a elaboração de alternativas para solucionar a problemática em questão. Com grande abordagem de dados apresento-lhes conceitos e informações sobre ADPF 54 e a impossibilidade da aplicação por analogia para os fetos com microcefalia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De maneira ampla e analítica este trabalho de monográfico tratou sobre questões Emblemáticas acerca dos fetos com microcefalia, com o direito à vida, englobando todos os outros direitos a ele inerente, sobre a luz das normas brasileiras, Constituição Federal, Direito Penal e Direito Civil como os principais fundamentos para uma compreensão justa e aplicável, Considerando todo o cenário que foi discutido nesta pesquisa, pode-se entender que seus objetivos foram atendidos, sobretudo, quando fica evidente sob uma ótica direcionada à compreensão da não permissão do aborto terapêutico em consonância com as normas brasileiras e não permissão de forma análogo. As leis é a forma de dar amparo a todos os seres humanos, em respeito aos princípios do direito à vida, a dignidade da pessoa humana, incluído que na Constituição Federal faz afirmativa, que todos são iguais perante a lei distinção.

Fica entendido também que bebes com microcefalia são pessoa que possui uma deficiência neurológica, cabendo-lhes amparo estatal, por meio da saúde e por meio da lei que gerará estes direitos. A pesquisa doutrinária revela que em suas explicativas de diversas áreas dos direitos nos mostra o que cada princípio e normas a serem cumpridas de acordo com cada necessidade humana, se amoldando com a sociedade em construção. Desse modo, o estudo concluiu-se os bebes microcefálicos não é viável a permissão do aborto pelas vias legais por

se tratar de vida extrauterina existente, não se encaixando em nenhuma das hipóteses do Código Penal, e na esfera cível é um nascituro como os demais outros bebês, é um ser dotado de direitos que requer cuidados especiais. E por fim conclui-se que os fetos com microcefalia têm direito e garantias fundamentados nas normas do ordenamento jurídico brasileiro como o direito à vida e de vive-la, como direito de existir, permanecer e ter uma vida digna, como direito à alimentação, moradia, ao lazer dentre outros, e com a sustentabilidade de cuidados com amparo da saúde, e das famílias pelo poder Estatal.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Anencefalia. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde Voto da Min. Carmem Lúcia. Plenário. Relator: Min. Marco Aurélio Mello. Brasília-DF, j.11/04/2012a. Informativo do STF n. 661. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo661.htm#ADPF%20e%20interrup%C3%A7%C3%A3o%20de%20gravidez%20de%20feto%20anenc%C3%A9falo%20-%2026>. Acesso em: 29 nov. 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº. 2848/1940 - Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 30 nov. 2022
- BRASIL. Lei nº. 10.406/2002. **Código Civil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 02 dez.2022.
- BRUNA, Maria Helena Varella. **A microcefalia é uma condição neurológica rara que se caracteriza por anormalidades no crescimento do cérebro dentro da caixa craniana**. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/microcefalia/>. Acesso em: 30 nov. 2022.
- BEZERRA, Cláudia de Carvalho Falci. **Teste Molecular RT-PCR**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/saude/teste-molecular-rt-pcr/#pcr-polymerase-chain-reactionreacao-em-cadeia-da-polimerase>. Acesso em: 30 nov. 2022.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional**. 15. ed. rev. atual. e ampl. – Belo Horizonte: Del Rey, 2009.
- FERRARI, Regina Maria Nery. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021.
- FELIPE, Nicolas Elias. **As Teorias da concepção e o nascituro do Direito Brasileiro**. Disponível em: <https://nicolasfelipe.jusbrasil.com.br/artigos/475128655/as-teorias-da-concepcao-e-o-nascituro-no-direito-brasileiro>. Acesso em: 02 dez. 2022.

ALÉM DO DIREITO DA PERSONALIDADE DIGITAL PROTEÇÃO DE DADOS UM DIREITO FUNDAMENTAL PARA A PROMOÇÃO DO LIVRE DESENVOLVIMENTO

Denilson Damasceno Bezerra¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: denilson.damasceno@fvj.br).
Orientador: Alfredo Narciso da Costa Neto² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com)

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a Lei Geral de Proteção de Dados, Lei 13.709/2018, e de que forma a referida legislação busca combater os abusos gerados pela coleta de dados pessoais, demonstrando como as plataformas digitais, conseguem coletar dados e de que forma na posse desses dados, conseguem influenciar o comportamento das pessoas, criando bolhas sociais, gerando pessoas robotizadas, sem o direito de desenvolver-se livremente. Ademais, serão mostrados como o direito a proteção de dados vem ganhando status de Garantia fundamental, baseadas em decisões das supremas cortes Brasileira e alemã, e por fim, como a atuação do Operador do Direito tem fundamental importância face os abusos contratuais, nesse caso os termos de aceite e uso, das plataformas, garantindo ao titular de dados resguardo para que seus direitos não sejam violado.

Palavras-chave: proteção; dados; operador do direito; garantia fundamental

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com os avanços da Tecnologia da Informação, a coleta e tratamentos de dados pessoais passaram por uma grande revolução, agora é possível coletar os mais variados dados, no contexto de uma simples navegação, pode-se saber o que o usuário pensa, gosta ou não, o que lê, escuta, como fala, escreve, qual o sentimento que está sentindo no momento, qual sua expressão, opinião, ideologia, orientação sexual entre as mais variadas formas de identificá-lo.

Nesse sentido, a compreensão de como os dados pessoais são coletados, e de que forma as plataformas e empresas se utilizam dessas informações, passa a ser essencial para que toda uma economia se forme, sendo esta baseada em controle e manipulação de dados, que pode atingir um público que realmente consumirá esse conteúdo, movimentando milhões de ativos financeiros.

Com a globalização das informações e conectividade das pessoas no mundo, ocasionada pelo avanço das ferramentas informacionais, capitaneadas pelos computadores, a coleta de dados que outrora era realizada de forma manuscrita, passou a ser coletada com muito mais agilidade e maior quantidade, o que gerou uma verdadeira revolução, principalmente quanto a individualização do usuário, com a finalidade de impactar sua vida extra mundo digital.

Nesse cenário surge a presente pesquisa que possui a finalidade de abrir a discussão de como serão protegidas as pessoas, face a automação de suas decisões a partir da coleta de Dados pessoais, programadas por algoritmos que podem mapear cada usuário, e de que forma o big data, cria conteúdo personalizado, utilizando-se dos dados coletados, principalmente os dados sensíveis que usados podem influenciar a subjetividade do usuário, como afirmou o

CEO da Cambridge Analytic Alexander James: É claro que fatores demográficos, geográficos e econômicos irão influenciar sua visão de mundo. Mas mais importante são os psicográficos, que são o entendimento da sua personalidade. É a personalidade que guia os comportamentos, e os comportamentos obviamente influenciam como você vota — Alexander James Ashburner Nix, CEO da Cambridge Analytica nos EUA. (MEDIUM.com. online). Como se percebe, os dados são importantes ativos para essa economia, pois, quanto mais pessoas sendo controladas em suas vontades, mais, dinheiro, e poder, não à toa, a empresa Cambridge Analytic, foi um dos pilares nas eleições americanas de 2016, que em posse de mais de 50 milhões de dados, conseguiu influenciar a decisão dessas pessoas, e mudou as novas formas de propaganda e conteúdo fornecido.

Em face da automação da vontade, e de que forma essas empresas passam a ideia de legalidade, é que procuraremos demonstrar, através dessa discussão a importância da proteção dos dados, como princípio fundamental, e de que forma o Operador do direito tem um papel primordial, na proteção das garantias fundamentais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para fundamentar a presente pesquisa, baseou-se em trabalhos bibliográficos de autores renomados sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, artigos acadêmicos e reportagens que tinham como principais argumentos a proteção da dignidade da pessoa humana, e a proteção de dados, ainda foi realizada a análise da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), e a lei veio para garantir ao usuário da internet, proteção contra as ilegalidades que empresas e plataformas digitais, aliado a Constituição Federal de 1988, protegem a dignidade da pessoa humana em toda sua extensão. Portanto, foram apresentadas as ideias dos autores, suas reflexões e por fim como a lei protege as pessoas de que forma os autores compreendem que os dados são usados para influenciar os argumentos das agências de marketing.

RESULTADO DA DISCUSSÃO

No presente trabalho foram apresentados as bases legais que surgiram para proteger os usuário, que de acordo com Bioni (2021), dividiam-se em quatro gerações, saindo no primeiro momento da esfera estatal, passando por leis setoriais e a entrada do titular dos dados como ator nesse sistema, e, por fim, como os dados foram ganhando status de garantia fundamental, sendo basilar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), para respaldar os dados pessoais, como um direito constitucional.

Em face a coleta de dados e seu tratamento, compreendeu-se que é de suma importância que as pessoas (titulares dos dados), tenham conhecimento sobre o que se faz com seus dados, como o tratamento dessas informações se dá, e de que forma são compartilhados por terceiros, ou seja, procuramos apresentar algumas dessas formas de tratamento e como o usuário permitem que seus dados sejam compartilhados, e usados contra eles mesmos. Em nossas tratativas, foram colocados a importância dos cookies, ferramentas que se instalam em nossos celulares e computadores que roubam nossos dados, como funcionam alguns tipos e como eles convivem em nossas vidas alimentando os mais variados bancos de dados. c Observou-se também, que a falta de atenção ou leitura dificultada pelas plataformas, que em seus termos e políticas de privacidade utilizam de cláusulas dúbias e muitas vezes de difícil compreensão; Ademais, foram expostos os elementos que demonstram que os dados pessoais são garantias fundamentais que merecem especial proteção, contra

eventuais abusos contra sua dignidade. Podemos ainda constatar em nossas considerações que a manipulação da vontade se dá com o uso de ferramentas psicológicas de convencimento, tais como atenção seletiva, no qual o conteúdo exibido tende a prender a atenção do usuário, oferecendo conteúdo personalizado, até o ponto de chegar de ser íntimo de quem assiste, esse processo se dá devido ao processamento de dados, que é capaz de prever quase todas as vontades e desejos de uma pessoa, com o conhecimento tão pormenorizado da pessoa, e o uso de algoritmos incrivelmente eficientes, mostramos com exemplos práticos, como foram manipulados dados de pessoas no intuito de modificar suas ações. Seguindo ainda a linha protecionista frente aos exemplos demonstrados, foram analisados alguns julgados que reforçaram que os dados pessoais são direitos fundamentais, como deixou claro a Ministra Rosa Weber, declarou ser fundamental a proteção dos dados pessoais, nesse sentido a Ministra Carmem Lúcia, ao rebater os argumentos sobre a comparação dos dados pessoais como mera lista telefônica, disse que na atual sociedade baseada na coleta de dados, esse pensamento não existe mais. O que veio a reforçar como a proteção dos dados deve ser eficiente e a legislação deve punir, e regular as empresas que em face da coleta desenfreada de dados as usam para influenciar o comportamento das pessoas. Por fim, encontramos no Operador do direito um importante ator na proteção e promoção das garantias fundamentais, e como a Legislação veio evoluindo para que a dignidade da pessoa humana seja respeitada. discutisse assim, dentro deste trabalho como se dá a proteção dos dados, como os contratos de adesão serão regulado, e de que forma esse direito vem evoluindo.

CONCLUSÃO

Como foi apresentado neste trabalho, o primeiro capítulo procurou mostrar como os dados são importantes e podem identificar as pessoas nos mínimos detalhes, além de mostrar como a transição da escrita para o *bit*, modificou e ampliou a coleta de dados, e como essa mudança proporcionou o que chamamos de “datificar” a vida, e assim mostramos como a legislação foi mudando pelo mundo e se adequando a evolução das tecnologias da informação.

Esse abuso no tratamento de dados, com o intuito de manipular as pessoas para que este tenha determinado comportamento, use determinado produto ou serviço, vão de encontro ao livre desenvolvimento da vontade, tornando as pessoas em muitos casos, meros objetos que atenderão aos comandos de quem possui o perfil do usuário. Dessa forma, criam-se bolhas, de consumidores de política, produtos, serviços, entre outros conteúdos que foram criados a partir de um banco de dados. Portanto, frente aos novos desafios informacionais que surgem a cada dia, torna-se necessário a discussão de como se dará a proteção de garantias fundamentais.

REFERÊNCIAS

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento**. 3ª edição, 2021.

BRASIL. Lei nº. 13.709/2018 - **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Constitucional. **Mandado de Injunção n. 795-1 DF, Brasília, DF, 25 out. 2007**. Disponível em:

<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=593668>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 21 de maio de 2022.

MEDIUM. Como eram feitas as análises do Cambridge Analytica. Disponível em: <https://medium.com/internet-das-coisas/tic-02-como-eram-feitas-as-an%C3%A1lises-do-cambridge-analytica-42235dea12d5>

PREVISÕES DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ACERCA DA POSSIBILIDADE DO PEDIDOS DE EXTRADIÇÃO DE INFRATORES ESTRANGEIROS QUE RESIDEM NO BRASIL

Emanuel Chaves Roque¹ (Aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro
Universitário Vale do Jaguaribe)

Alfredo Narcísio da Costa Neto² (Professor orientador do Centro Universitário Vale do
Jaguaribe)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso examina a extradição no ordenamento jurídico brasileiro, como forma de cooperação internacional entre Estados e suas características. Para o desenvolvimento do estudo, foi utilizada uma abordagem hipótese-dedutiva. O objetivo do estudo foi buscar um melhor entendimento sobre este tema, focando principalmente nos aspectos gerais da extradição e como funciona o processo de extradição no Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica em meio físico e virtual, na rede mundial de computadores – Internet, estuda-se o Instituto e seus procedimentos no ordenamento jurídico brasileiro, desde sua evolução histórica até a análise do polêmico caso Cesare Battisti.

Palavras-Chave: extradição; ordenamento jurídico brasileiro; migrações; caso cesare battisti; tratado internacionais.

INTRODUÇÃO

As agências de extradição são uma das principais e mais antigas formas de cooperação internacional, mas as relações entre os países mudaram ao longo do tempo. Nesse ponto, é preciso entender a questão da extradição sob a ótica das relações do Brasil com o restante da comunidade internacional.

A extradição existe basicamente entre países para que uma pessoa que comete um crime não saia impune ou sofra as consequências pelos atos cometidos. Baseia-se na existência de tratado de extradição entre o Brasil e o país requerente ou, na ausência de tal documento, no compromisso de reciprocidade entre os estados federados envolvidos.

Diante desse tema, a questão central do estudo é o que constitui o órgão de extradição e quais são seus principais objetivos? Além disso, quais são os requisitos legais no Brasil para conceder a extradição para outro país? Quais compromissos o Estado requerente deve assumir perante o Brasil após a concessão da extradição?

Para a realização deste estudo, será utilizada uma abordagem hipótese-dedutiva, incluindo a coleta de dados de fontes bibliográficas, meios físicos e dados disponíveis em redes de computadores.

A pesquisa visa estudar a extradição no ordenamento jurídico brasileiro, enfocando principalmente os aspectos gerais da extradição e como funciona o procedimento de extradição no Brasil. Verificação da forma de extradição, das hipóteses admitidas pela legislação nacional, do tratamento do pedido de entrega do extraditado e da competência do país requerente e do Brasil.

MARCO TEÓRICO

Com base no que a lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, “lei de imigração”, traz como garantias e direitos fundamentais, pode-se elencar para esta discussão sobre uma provável extradição, expulsão ou deportação de criminoso procurado internacionalmente. Uma vez que ambas estão expressamente prescritas também na Constituição Brasileira de 1988. Que, no que lhe concerne, consagra direitos e garantias que possuem por intenção primordial a possibilidade de pleno gozo de liberdade a todos.

Contudo, com promulgação da referida lei, o legislador brasileiro adotou uma visão mais progressista, acerca de direitos fundamentais e inalienáveis ao imigrante residente no país. Elencando assim mais dispositivos, a garantir os direitos do imigrante, os equiparando aos brasileiros natos, conforme preconiza nossa Constituição Federal. Diante, de tal cenário, a lei de imigração, trouxe, também, uma regulamentação aos dispositivos punitivos, da extradição, expulsão e deportação de imigrantes, cuja forma processual também se encontram regulamentadas no Manual de Extradicação expedido pela Secretaria Nacional de Justiça em relação ao Ministério da Justiça.

Ainda que assegurados os direitos dos imigrantes, existem momentos de “tensão” em que a norma parece se enfrentar, dando a impressão de que pode se direcionar por um caminho diferente, daquele já preconizado, diante de tal possibilidade se faz justificado um estudo como este. Pois as garantias de um devido processo legal, é um bem jurídico que precisa ser protegido, e é por essa certeza que muitos pontos da estrutura normativa brasileira buscam oferecer essa proteção, seja no direito constitucional, penal, internacional e cível.

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de uma pesquisa de cunho revisional, onde se embasou sobre a literatura corrente sobre a temática das possibilidades dos pedidos de extradição de infratores estrangeiros que residem no Brasil. Para tal, foram utilizados artigos da Constituição Federal, previsões da lei de migração, o manual de extradição da Secretária Nacional de Justiça, também o parecer da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento e o texto da Declaração Universal dos Direitos humanos, mas sem se eludir das bases, dos fundamentos filosóficos e sociológicos, uma vez que tratar de direitos fundamentais, é falar do ser humano em sua capacidade plena de exercer seus direitos, o que é sempre pauta, de discussões acadêmico/doutrinário, nas mais diversas esferas sociais.

Para a elaboração do trabalho, foi utilizada, também, uma abordagem hipótese-dedutiva, incluindo a coleta de dados de fontes bibliográficas, meios físicos e dados disponíveis em redes de computadores. Tudo aquilo disponível, para abordar os mais variados pontos de vista e situações práticas, a fim de ter maior amplitude argumentativa, não buscando apresentar uma visão dogmática sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após tudo aqui disposto, vê-se que a complexidade que a extradição é entendida como um ato de cooperação internacional que envolve a entrega de um acusado ou condenado ao país requerente da extradição para que este responda a um processo penal contra ele ou cumpra uma sentença imposta em processo judicial.

O procedimento de extradição é simples e, embora formal. Após a verificação da admissibilidade do processo de extradição e a prisão do extraditado, este é encaminhado diretamente ao Supremo Tribunal Federal, que é o órgão judicial competente para analisar a legalidade do pedido.

A extradição visa acabar com a impunidade dos indivíduos e é aceita pela maioria dos países como sinal de solidariedade entre os povos e de paz social, pois, às vezes, alguém pretende escapar de uma possível punição fugindo para outro país em busca de proteção, na tentativa de constranger o devido processo legal, e a sentença imposta pelo crime cometido no país onde ocorreu a desordem.

Para processar um pedido de extradição, é necessário que o país requerente celebre um acordo ou tratado de extradição com o Brasil, que contenha disposições específicas quanto à possibilidade de pedido e ao trâmite processual. Se o país não chegar a um acordo, a extradição ainda pode ser solicitada com um documento conhecido como compromisso de reciprocidade.

É claro que o órgão de extradição não está vinculado apenas a tratados, a legislação brasileira o regulamenta com o zelo que exige, considerando que se trata de uma privação da liberdade do indivíduo, face aos seus direitos fundamentais. Em teoria, a extradição deveria ser para crimes graves.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.445/2017, de 24 de maio de 2017** - Institui a Lei de Migração. Congresso Nacional. Brasília, DF: 24 mai. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 25 nov. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF. Senado Federal: secretaria especial de editoração e publicação, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). **Manual de extradição**. Brasília: Departamento de Estrangeiros, 2012. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/suaprotecao/cooperacao-internacional/extradicao/arquivos/manualextradicao.pdf/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Regimento interno** [recurso eletrônico]. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2017. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF_integral.pdf. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; Organização Internacional para as Migrações; Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil Migratório do Brasil 2009**. Brasília, 2010. p. 10.

CARNEIRO, Camila Tagliani. **A Extradção no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Ed. Memória Jurídica. SP: 2002.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 25 nov. 2022.

ADOÇÃO TARDIA: DESAFIOS NA GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Emanuelli Sampaio Santiago¹ (aluna do curso de Bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: emanuelli.santiago@fvj.br);

Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia busca analisar a questão da adoção tardia no Brasil e os desafios na garantia do direito à convivência familiar. A problematização central reside no questionamento: Por que a adoção plena e absoluta só acontece quando o bebê ainda é recém-nascido? A técnica metodológica será a pesquisa qualitativa e documental, através da coleta de dados no portal do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento e pesquisa em obras de vários autores, legislação atual, internet e artigos científicos. Inicialmente, se estudou a mudança no paradigma do conceito de família frente à Constituição Federal de 1988, no segundo capítulo o instituto da adoção, demonstrando sua evolução histórica, legislação pertinente e a filiação por meio da adoção. No terceiro capítulo demonstrou-se que a adoção tardia é evidentemente prejudicada em razão da ausência de informações e expectativas frustradas pelos pretendentes, o que gera mitos infundados, portanto, preconceitos. Por fim, foram apresentados vários programas que possuem o intuito de incentivar a adoção tardia, bem como a responsabilidade do Estado quanto à garantia do direito a convivência familiar.

Palavras-chave: adoção tardia; convivência familiar; família; mitos; preconceitos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a adoção tardia, bem como os desafios e preconceitos que a envolvem, ocasionados por medos e mitos que impedem crianças e adolescentes, julgadas como “maiores”, de terem o seu direito a convivência familiar por meio da adoção.

O referido tema é de suma importância, uma vez que devido ao crescente abandono de crianças, existe um número significativo de infantes em orfanatos e lares na espera de conseguirem uma nova família. Contudo, o que se depreende é uma certa dificuldade em encontrar famílias que desejem ter como filhos crianças com idade superior a dois anos, tendo em vista ser considerado, a partir dessa idade, fora do perfil procurado pelos adotantes.

Inicialmente, a pesquisa teve como justificativa que a adoção plena e absoluta só acontece quando o bebê ainda é recém-nascido. No entanto, a problematização central reside no fato de que, em tese, a adoção tardia não é uma opção pelos casais ou pessoas que desejam realizar a adoção, já que a maioria dos adotantes opta por um perfil tradicional de criança. Assim, estudos apontam que quanto mais velha a criança for, menor será sua chance de obter sua reintegração em uma nova família.

Diante do questionamento levantado, acredita-se que os mitos desenvolvidos em torno da esfera cultural, proporcionam fortes obstáculos no tocante a concretização da adoção tardia no atual cenário brasileiro, visto que produzem expectativas negativas e induzem tais casais, a preferirem apenas os recém-nascidos.

Por esta razão, o ponto inicial e a importância deste estudo é mostrar um novo olhar para o direito a convivência familiar, principalmente no que diz respeito à institucionalização de crianças *ad eternum*, consagrando como um direito garantido por lei, além de possibilitar as crianças e aos adolescentes uma nova família depois de adotados tardiamente.

Nesse sentido, busca-se elencar os impedimentos promovidos por tais preconceitos e mitos, que, conseqüentemente, fazem as crianças e adolescentes permanecerem em casas de acolhimento por longos anos, na espera de conseguir uma família. Por outro lado, o dilema da triste realidade de não alcançar a adoção, em face da idade avançada.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Madaleno (2018), Maciel (2019), Dias (2015), Rizzardo (2019), Venosa (2013), Vargas (2013) e Camargo (2005) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para os mitos e preconceitos que envolvem a adoção tardia e que dificultam a garantia do direito à convivência familiar das crianças e adolescentes institucionalizados.

METODOLOGIA

São utilizadas na construção da pesquisa duas formas de pesquisa metodológica: a bibliográfica, por meio de doutrinas de vários autores, sites de pesquisa na internet e artigos científicos que sejam relevantes para o tema. Da mesma maneira, que documental, através da coleta de dados no portal do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (CNA), destacando as desigualdades nas características das crianças que se encontram abrigadas, além da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da lei nº 12.010/2009, conhecida como Lei Nacional da Adoção, do Código Civil de 2002 e dentre outras.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Finalizada esta monografia, foi possível observar a realidade que circunda a adoção tardia, uma vez que é cercada de mitos e preconceitos que influenciam diretamente no processo de adoção e, na maioria das vezes, fazem com que os pretendentes desistam de adotar uma criança mais velha.

Constatou-se que a estrutura familiar sofreu diversas transformações até se instituir no conceito atual, ou seja, a família passou a se apoiar em relações de amor, respeito e carinho, passando a compreender um sentimento dedicado mais na afinidade do que o mero fator sanguíneo, tendo em vista a utilização de um conceito patriarcal durante anos como base da entidade familiar.

Nesse entendimento, observa-se que os impedimentos encontrados na adoção tardia não passam de mitos provenientes dos próprios pais, no qual criam medos, devido às expectativas frustradas. Contudo, a grande questão é que a formação de um vínculo com uma criança de idade mais avançada não o torna menos verdadeiro do que com uma mais nova, já que a família, independentemente de ser natural ou não, possui dificuldades que devem ser mitigadas.

Partindo-se da análise que a adoção tardia é uma das modalidades que mais sofre impacto da cultura brasileira, bem como é a menos utilizada no país, restou configurado através dos doutrinadores apresentados e dos dados colhidos no Cadastro Nacional de

Adoção, que a sua não praticidade ocorre em razão da incompatibilidade entre o perfil desejado pelos adotantes frente às crianças e adolescentes disponíveis a adoção.

Verificou-se que a maior parte de crianças disponíveis a adoção possui idade superior a dois anos, e que ainda não possui as características escolhidas pelos pretendentes no cadastro da adoção. Diante disso, deduz-se que com o passar dos anos fica mais difícil de encontrar um casal disposto a adotar uma criança que não seja mais um bebê, de modo que tais infantes permanecem por longos anos institucionalizados com a expectativa de adquirir uma nova família, o que dificulta ainda mais a convivência familiar.

Além disso, apurou-se que o Estado é responsável pelas políticas públicas que visam garantir o direito a convivência familiar, no qual se dá mediante projetos, campanhas incentivadoras como a do Senado Federal, outros programas que auxiliam na proteção das crianças e adolescentes, haja vista a importância de garantir a convivência familiar de todos os infantes, já que apesar de ser um direito fundamental previsto na Constituição Federal, muitas vezes deixa de ser garantido.

Por fim, a presente monografia não teve o condão de esgotar esse assunto, mas sim, o objetivo de chamar atenção para que debates sejam levantados acerca da adoção tardia e dos desafios encontrados na garantia do direito a convivência familiar dessas crianças e adolescentes. O tema em questão fomenta uma grande apreensão no contexto jurídico, haja vista que não existe outra instituição que substitua a família na criação e no desenvolvimento de uma criança, dado seu conhecido valor essencial.

REFERÊNCIAS

MADALENO, Rolf. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora forense, 2018.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. **Curso de direito da criança e do adolescente**: aspectos teóricos e práticos. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito de Família**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção Tardia**: da família sonhada à família possível. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013

CARMARGO, Mario Lázaro. **Adoção tardia**: Representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (Mitos, medos e expectativas). 2005. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005. Disponível em:
https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/97679/camargo_ml_me_assis.pdf. Acesso em: 31 out. 2022.

ADOÇÃO TARDIA E O DIREITO DA CRIANÇA À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Francisca Joyce do Nascimento¹ (aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – e-mail: joyce.nascimento@fvj.br,)

Ma. Arielle Arry Carvalho² (Professora Orientadora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – e-mail: arielle.carvalho@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de mostrar que a afetividade é fator primordial para o êxito da adoção tardia e conseqüentemente para a efetivação do direito à convivência familiar, que está disposto no art. 227 da Constituição Federal de 1988. Inicialmente traremos o histórico da adoção no Ordenamento Jurídico Brasileiro, visto que a adoção passou por inúmeras transformações ao longo dos anos, até que viesse a tratar a criança e o adolescente como sujeito de direitos e garantias. Será analisado ainda os princípios da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança, pois a partir deles é que teremos à real efetivação do direito constitucional referente à convivência familiar, que é o tema central deste projeto. Se estudará ainda quais os preconceitos que envolvem à adoção tardia, visto que as crianças já trazem uma bagagem de vida, mostrando a seguir que a afetividade e o amor que serão dispensados a essa criança ou adolescente é que trará o êxito esperado para este tipo de adoção.

Palavras-chave: adoção tardia; criança; convivência familiar; estatuto da criança e do adolescente; afetividade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo abordar o tema da adoção tardia como um mecanismo de efetivação dos direitos constitucionais inerentes às crianças e adolescentes que, por motivos inúmeros, perderam seu vínculo familiar. O parâmetro da pesquisa se assenta no art. 227 da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, que adota a convivência familiar como um direito da criança a ser assegurado e priorizado pela sociedade e pelo Estado. Nesse contexto, aborda-se o instituto da adoção tardia como meio de efetivação dos direitos e princípios constitucionais, tendo como referência a tutela ao princípio do melhor interesse da criança, bem como o princípio da dignidade da pessoa humana. Adoção nas palavras do autor Carlos Roberto Gonçalves representa o ato jurídico solene pelo qual alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha.¹ Tenciona-se utilizar deste conceito como alicerce para a presente monografia, uma vez que se pretende explorar o instituto da adoção como um mecanismo de asseguarção à efetivação dos direitos constitucionais próprios da pessoa. Ademais, cabe frisar que o termo, adoção tardia, é utilizado para indicar a adoção de crianças maiores de 3 (três) anos, as quais já possuem entendimento e conhecimento parcial de mundo. O ato de adotar é repleto de expectativas personificadas em uma criança recém-nascida. Desse modo a adoção tardia acarreta medo e incertezas pelo fato de a criança adotada já carregar experiências de vida,

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 6: direito de família. São Paulo: Saraiva, 2015, v.6, p.384.

geralmente atreladas à falta de amor dos pais biológicos, que podem se traduzir nas negligências e abusos morais, sexuais e/ou psicológicos que dificultam o processo e a adaptação entre adotantes e adotados, sendo claro o medo de que a adoção não atinja plenamente os sonhos dos pais adotivos. Assim, por meio da motivação do tema, se pode perceber quão importante e necessária se faz sua tratativa, pois ao compreender as particularidades inerentes à adoção tardia, se pode proporcionar ao adotantes e adotados, mecanismos que tenham por objetivo proporcionar a efetivação dos direitos e princípios constitucionais que lhes são próprios. Ademais, mediante um estudo que vise a quebra de paradigmas que envolvem à adoção tardia, essas crianças e adolescentes poderão ter uma nova chance de serem amados e cuidados por sua família, podendo assim ter uma nova chance de terem seus direitos e garantias devidamente tutelados.

MARCO TEÓRICO

Com o advento do estatuto da Criança e do Adolescente, estes passaram a ser tratados como sujeitos de direitos e garantias, sendo assim resguardados de todos os maus-tratos, negligências e abandonos. Nesse contexto também fora reformulado o instituto da adoção, tendo como princípio norteador desta, o princípio do melhor interesse da criança. Desse modo se busca proporcionar as crianças e adolescentes que perderam o poder familiar uma nova família, baseando essa relação na afetividade. Inicialmente será abordado o histórico da adoção e seus tipos culminando com a afirmação que a adoção é um instituto extremamente necessário para o efetivo cumprimento dos direitos constitucionais inerentes à pessoa humana. Em seguida será abordado o direito à convivência familiar, perpassando pelos direitos e princípios constitucionais que são base para a efetivação deste direito. Por último veremos como que a adoção tardia proporciona a efetivação dos diversos direitos e garantias presentes na Constituição Federal, bem como aos postos nas normas infraconstitucionais. Perpassando ainda pelos paradigmas que envolvem à adoção tardia além de compreender o papel da afetividade para o êxito deste tipo de adoção, objetivando assim certificar que a afetividade é papel fundamental para a concretização da adoção tardia.

METODOLOGIA

Na presente pesquisa será utilizada a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em estudos bibliográficos dos autores Maria Helena Diniz e Carlos Roberto Gonçalves, bem como o estudo aprofundado do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros pertinentes ao tema, sendo esta portanto do tipo qualitativa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do exposto podemos concluir que a convivência familiar é um direito garantido pela constituição a todas as crianças e adolescentes, sendo a adoção tardia um dos mecanismos utilizados para a efetivação deste direito. O presente trabalho portando teve como objetivo apresentar o direito constitucional da convivência familiar mediante a prática da adoção tardia, explicitando que o êxito na adoção de crianças acima dos 03 anos de idade é conseguido através da superação dos mitos que envolvem este tipo de adoção. Percebemos assim, que o êxito da adoção é conseguido através da superação dos mitos que envolvem a adoção tardia, seja pelo desconhecimento ou pelo preconceito enraizado na sociedade. Os dados apresentados comprovam a existência de uma grande discrepância entre o total de

pessoas aptas a adotar e o total de crianças e adolescentes disponíveis para adoção, revelando assim, que uma das principais causas para a permanência das crianças e adolescentes nos abrigos é o fato de já possuírem idade superior à 03 anos. Observamos que a criança e o adolescente ao terem seus direitos e garantias tutelados pelo ECA, tornam-se detentores de prerrogativas que objetivam seu bem estar geral, bem como resguardam e ampliam a gama de direitos inerentes a estes, evidenciando que o legislador ao consagrar o direito a convivência familiar, a condicionou a uma convivência pacífica e segura para o desenvolvimento físico, emocional e moral da criança. Desse modo, salientamos a necessidade de um maior diálogo sobre a adoção tardia, visto que está tem papel fundamental para a efetivação do direito constitucional da convivência familiar, é necessário expor que o ato de adotar é uma maneira de devolver o direito a convivência familiar que fora retirado da criança, o qual muitas vezes fora retirado para que esta tivesse seus demais direitos garantidos.

REFERÊNCIAS

DA SILVA, Thais Christine Oliveira. **Adoção tardia e a escolha de um perfil ideal: uma afronta ao princípio da prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente?** Revista Eletrônica OAB/RJ, Rio de Janeiro, V.29, N. 2, Jan./Jun. 2018. Disponível em: <https://revistaeletronica.oabrj.org.br/?artigo=adocao-tardia-e-a-escolha-de-um-perfil-ideal-uma-afronta-ao-principio-da-prioridade-absoluta-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em: 17nov. 2022.

Costa, N. R. do A. & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). **Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia.** Psicologia Reflexão e Crítica, 20 (13), 425-434. Acesso em 25 de nov. de 2022: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a10v20n3.pdf>.

CONEXÃO ACADÊMICA. **O direito à convivência familiar e as espécies de adoção.** Vol.12. jul. 2021. ISSN: 2236-0875.

Conheça os tipos de adoção permitidos pela legislação brasileira. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/conheca-os-tipos-de-adocao-permitidos-pela-legislacao-brasileira/>. Acesso em 06 out.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 05 mai.2022.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 05 mai.2022.

CRIMINOLOGIA CRÍTICA E O PROCESSO PENAL FEMINISTA

Francisca Maria Dos Reis¹ (Aluna do curso de Graduação em Direito do Centro
Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: franreis1981@gmail.com)
Arielle Arry Carvalho² (Professor Especialista do Curso de Graduação em Direito do
Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: arielle.carvalho@fvj.br)

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o tratamento dado a mulher no âmbito do processo penal feminista, o qual busca conflitar com os ritos em que o processo é proposto, e através da criminologia crítica feminista demonstrar uma desconstrução ante o paradigma de gênero. No primeiro capítulo o trabalho buscará discorrer sobre o movimento feminista brasileiro, e a criminologia da reação social, que vai questionar o posicionamento do Direito Penal na condução das práticas dentro do sistema penal, e a criminologia crítica, aliada a uma criminologia feminista em busca de um novo paradigma na reconstrução do sistema penal, abordando a visão de que o feminismo não quer abolir o masculino, mas propor métodos de unificação entre homens e mulheres. Também será realizada a análise da vitimologia dentro do processo penal, sua atuação e consequências para a vítima, como também o a visão do sistema de seletividade que constitui o sistema da justiça penal. Ainda será abordada a valoração da palavra da vítima como a principal prova na apuração do crime de estupro, principalmente em situações em que ocorra a impossibilidade da perícia encontrar vestígios materiais. Serão abordadas as consequências para as mulheres vítimas, após a ocorrência de crime que envolva violência sexual, refletindo no contexto de saúde pública. Por último, será ressaltada a ineficácia do Direito Penal mediante as condutas orquestradas dentro do sistema patriarcal, o qual não protege as mulheres da violência sexual, e nem procura inserir no sistema penal medidas eficazes para evitar novos crimes.

Palavras-Chave: criminologia crítica; ineficácia do Direito Penal; Processo Penal Feminista, vitimologia.

INTRODUÇÃO

A perspectiva feminista num contexto teórico não trata apenas dos movimentos sociais referentes aos direitos da mulher, considerando que seu contexto é bem mais amplo. Como teoria crítica, o feminismo lutou de forma incansável para apontar lacunas que existem em relação aos estudos que são realizados em diversas áreas, e que deixam de considerar aspectos fundamentais que desrespeitam as mulheres. No Brasil, poucos são trabalhos publicados por autoras que abordem a condição feminina de autoras de crimes, ou mesmo como vítimas, e esse fato pode se dar devido ao processo de aceitação por parte da sociedade, que permanece se identificando com conceitos conformadores e machistas que ocultam e distanciam as epistemologias feministas, que teriam notoriedade pra elaborar uma crítica ao processo penal ou uma contribuição.

A invisibilidade da mulher no campo da produção do Direito Processual Penal ocultou o saber e o poder que os textos de autoria feminina levantariam, com interrogações acerca da crítica e formação de conceitos que venham a desconstruir o discurso limitador de um sujeito secular marcado pela hegemonia que sempre esteve disposto a excluir as vozes de outras representações. A criminologia crítica feminista busca inserir o seu contexto teórico

específico, na defesa da figura da vítima mulher e da vitimização feminina, pelo sistema penal, até então inexplorado por esse ramo, e a sua relação com o sistema patriarcal.

O sistema de justiça penal não protege a mulher contra a violência pois se mostra ineficaz na construção de medidas que visem evitar novas violências e entender a transformação das relações de gênero. A criminologia crítica feminista como sujeito coletivo monumental, mostrou sua importância na mediação entre a história de um saber masculino onipresente e a história de um sujeito ausente. A mulher e a sua infinita dor, trazendo a realidade dos casos concretos para um novo olhar jurídico feminista, com uma nova perspectiva, onde se vislumbra um despertar para os conflitos vividos pelas mulheres vítimas do sistema de justiça que só é eficaz no castigo.

Neste contexto, a perspectiva de gênero encontra-se com a criminologia da reação social e crítica feminista, deixando de lado o contexto antes usado pela criminologia, onde o objetivo criminológico do crime e do criminoso ganham uma nova perspectiva no sistema penal e no processo de criminalização. A invisibilidade secular da mulher, seja como autora de crime, seja como vítima ou objeto, ante um processo penal incriminador e desleal, vem despertar indagações acerca de como a mulher é tratada no sistema de justiça penal, que além de sofrer as diversas violências advindas por condutas criminosas, é também vítima da violência institucional plurifacetada, que por sua vez reproduz a violência das relações sociais patriarcais.

Diante do exposto, ante a problemática da ineficácia do sistema penal, torna-se necessário um estudo aprofundado da criminologia crítica feminista. O contexto histórico social e cultural que limitou o saber feminino, agora busca respostas ao sistema penal, ante a violência concreta vivida pelas mulheres, além dos pressupostos teóricos da criminologia feminista que devem ser considerados com relevância jurídica e com a adequação de um direito penal mínimo

MARCO TEÓRICO

A importância de trazer essa temática no projeto de pesquisa visa a concretizar as lutas e conquistas da mulher, como sujeito de direito, mas que esses direitos possam ser usufruídos, quando forem violados, com material já elaborado, desenvolvido por livros e artigos jurídicos, como dispõe Maria de Andrade (2017).

No presente projeto será utilizada a pesquisa bibliográfica, desenvolvida Conforme Maria de Andrade, a pesquisa bibliográfica é feita com base em material já elaborado. Assim, a pesquisa em questão será desenvolvida de forma qualitativa, com base nos trabalhos e conhecimentos das doutrinadoras Leila Linhares Barsted; Sandra Harding e Maria Berenice Dias (2019) e dos autores Araujo, M,F(2004) e Damásio de Jesus (2015) onde será construída uma temática crítica, para a elaboração da monografia.

As garantias legais da Constituição Federal de 1988 e a Lei 11.340-06 (Lei Maria da Penha), como as sumulas do Superior Tribunal de Justiça, onde a legislação jurídica contribuirá para a contextualização do projeto. A Constituição Federal visa a igualdade de direitos, e por isso vêm desmistificar o conceito conservador e submisso que torna a mulher vítima de violência doméstica, visa remediar as desvantagens históricas, e discriminatórias, o que torna a Lei Maria da Penha, eficaz na prevenção e punição da violência doméstica, sendo uma das Leis mais conhecidas e divulgadas no Brasil.

No primeiro capítulo da monografia, será apresentado um breve histórico sobre a Lei Maria da Penha e o ativismo de mulheres feminista e a burocracia do Estado Brasileiro em determinar medidas que coibissem a violência doméstica. No segundo capítulo, será abordada

a violência doméstica na legislação brasileira, com as mudanças no código penal, vindo a adequar-se com a Legislação específica (Lei 11.340-06). No terceiro capítulo, será abordado uma perspectiva jurídico-feminista, ante o papel da mulher no cenário atual, a busca de caminhos críticos, que levem os movimentos feministas a serem cada vez mais atuantes.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica a ser utilizada é o conceito jurídico-feminista com uma nova perspectiva, com um olhar feminista, apresentado por Leila Linhares Barsted (1994). Segundo a autora a percepção do movimento de mulheres em busca de uma implementação de políticas públicas e cidadania voltadas para as mulheres, onde torna-se necessário a existência de movimentos capazes de mobilizar o Estado, na concretização de órgãos permanentes que visem ao atendimento da mulher. Para essa autora a concretização de políticas públicas requer um envolvimento ativo do feminismo brasileiro, que por sua vez constitui-se, em ator político, na luta pela inclusão das mulheres, nos direitos referentes a cidadania.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Mediante o que foi exposto, vislumbra-se que as questões das mulheres dentro do contexto da violência doméstica e sexual, e a ineficácia do sistema penal formalizado no contexto patriarcal, é, além de um tema de alta relevância âmbito social, uma questão de saúde pública. A importância do movimento feminista, que lutou de forma incansável como ator político em busca de políticas públicas que proporcionassem às mulheres os direitos concretos.

No decorrer do presente trabalho foi exposto ainda a reação social, mostrando como o Direito Penal e o Sistema de Justiça regulam a seletividade do sistema.

Ademais, tratou-se da vitimologia, ante o papel da mulher quando vítima ou ré nos ritos do processo, desde a formulação da denúncia ao contexto processual, onde nota-se uma baixa penalização referente aos casos de estupro e crimes afins. Pôde-se também tecer uma análise crítica feminista ao Processo Penal brasileiro, com um novo paradigma feminista, mostrando que, numa sociedade moderna os costumes machistas ainda são muito arraigados.

Por fim, a ineficácia do Direito Penal no tratamento dado as mulheres em crimes sexuais e domésticos são ainda ineficientes, mesmo com o advento da Lei Maria da Penha, que atua de forma a garantir minimamente uma proteção à mulher. Além disso, ainda é possível ver como é necessário que as instituições e órgãos governamentais precisam se adequar na realização do atendimento minimamente respeitoso com as vítimas. Esse tratamento deve expandir-se quando elas estiverem figurando como autoras ou réas, e o que se vislumbra não é uma extirpação dos homens no sistema penal, mas uma unificação que possibilite a estruturação institucional mediante as propostas de proteção do sistema penal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. R.de. **Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da desilusão**, 2012.

BARATTA, A.. **O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana**. In: CAMPOS Hein de (coord.) *criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BARSTED, L. L. Cepia, 1999. Disponível em:

<http://cepia.org.br/wpcontent/uploads/2017/11/V.3-Os-Direitos-Civis-das-mulheres-1999.pdf>.

Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Senado Federal.

Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/Art_226_.asp.

Acesso em: 20 nov. 2022.

OS REFLEXOS MIDIÁTICOS NO TRIBUNAL DO JURI

**Francisco Diego Alves Sousa¹ (Aluno do curso Direito do Centro Universitário do Vale Jaguaribe – Unijaguaribe), e-mail: diegoconcursos2016@outlook.com),
Orientador José Fernando Pereira de Lima² Neto (Professor e Coordenador do Curso de Direito Centro Universitário do Vale Jaguaribe – Unijaguaribe, e-mail: fernando.neto@unijaguaribe.edu.br).**

RESUMO

O presente trabalho tem como temática “Os reflexos midiáticos no Tribunal do Juri”, tem como principal objetivo analisar, os principais aspectos que podem contribuir para que o Tribunal de júri possa sofrer influência das informações vinculadas pela grande mídia, principalmente pelo consumo de notícias veiculadas nos mais diversos canais de informações. Esses veículos de comunicação têm alimentado as pessoas nos mais diversos ambientes do planeta com uma universalização de informações e, dessa forma, ditado, norteado, orientado, ou simplesmente informado com notícias, conceitos, indicações, observações, que culminam por formar opinião refletindo direta ou indiretamente no sistema judiciário brasileiro, influenciando não só na forma de condução processual, mas também nos resultados de sentenças julgados nos tribunais do júri. Dessa forma, os crimes contra a vida humana, objeto de julgamento pela sociedade por meio do Tribunal do Júri, acaba sendo alvo dessas corporações midiáticas, quando estas, na perspectiva de superar os concorrentes, desejam ser absolutas em suas metas de audiências,

Palavra-chave: tribunal do júri; influência da mídia; jurado; sentença.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem evoluído expressivamente, principalmente com o desenvolvimento das tecnologias, que possibilitou um amplo acesso da população aos meios de comunicação e, conseqüentemente, aos veículos de informações de massa, como os sistemas de tv, jornais, rádios, denominados de grande mídia, bem como aos veículos de comunicação digitais como Facebook, Instagram, WhatsApp, YouTube, Twitter, entre outros, denominados de redes sociais.

Sob o poder de grandes corporações, os veículos de comunicação lançam seus modelos ideológicos utilizando-se os programas populares na perspectiva de dominar o mercado e construir uma cultura de massa. Assim, noticiários policiais, noticiam os crimes e já apresentamos fatos jurídicos, por meio de investigação, perícias e laudos, identificam os agentes do crime, promovem o julgamento, e já sentenciam e condenam o acusado, aspecto que culmina por influenciar diretamente os jurados que participam diretamente dos julgamentos promovidos pela justiça nos tribunais do júri.

Dentro do campo metodológico, o desenvolvimento deste trabalho terá como método de pesquisa a revisão bibliográfica, de cunho qualitativo e com viés analítico. O estudo tem como objetivo principal analisar como a literatura jurídica e a doutrina apresentam a influência da mídia nas sentenças promovidas em julgamentos promovidos pelo tribunal do júri, para alcançá-lo, foi promovido inicialmente o levantamento de material bibliográfico de livros, teses, dissertações e artigos publicados em sites de cunho científico, revistas e estudos sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica aportou autores que desenvolveram trabalhos sobre a temática da influência da mídia no tribunal do júri, apresentando conceitos e análises como Bonfim (2015), Melo (2016), Lopes Jr. (2019), Almeida (2014), dentre outros, na perspectiva de dar a conotação científica necessária a um trabalho acadêmico. O conjunto obtido do acervo bibliográfico foi imprescindível para a elaboração dos conceitos apresentando ao longo da pesquisa, bem como promover as discussões sobre o tema pesquisado, destacando para aspectos jurídicos e científicos para a dissertação do tema em estudo.

3 METODOLOGIA

A trilha metodológica adotada para o desenvolvimento do presente trabalho seguiu a pesquisa bibliográfica, como forma de constituir um acervo composto por artigos, monografias, teses de dissertação, disponibilizados nas plataformas acadêmicas ou científicas, alinhado à temática do divórcio e seus impactos no âmbito familiar, tanto no campo teórico, como jurídico.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O tribunal do júri é um dos mais importantes instrumentos jurídicos vigentes no sistema judiciário brasileiro, pois possibilita que a sociedade possa participar de forma efetiva e prática do fazer justiça contra os crimes que tem como preceito a vida da pessoa humana. É uma instituição que transcende o tempo e a história da humanidade, conforme destaca em sua narrativa Bonfim (2015, p. 703),

A instituição do Júri, cercada de polêmica, permanece em grande parte das legislações modernas, ainda que sob diversos modelos, na medida em que traz uma espécie de legitimação para o sistema jurídico em razão da participação popular, que injeta novos valores democráticos no processo legal. Aliás, a participação de cidadãos no julgamento dos crimes mais graves é um princípio recorrente nos diversos modelos de sociedade ao longo da história, desde a Grécia antiga, que concebeu a forma primitiva do Júri, o Tribunal da Helieia - os heliastas, originariamente em número de 6.000, distribuídos em dez seções de 600 membros cada, designados anualmente por sorteio em meio aos cidadãos com mais de 30 anos, de reputação ilibada e não devedores do Estado.

Embora remota, e origem definida na Grécia antiga, foi a civilização que primeiro utilizou esse sistema judicial para promover a justiça na sociedade e punir os crimes praticados pela população, o Tribunal do Júri é hoje um instituto praticado por mais de 40 países no planeta (BONFIM, 2015), e tem como finalidade levar a sociedade a julgar se o réu que praticou um crime contra a vida de uma pessoa deve ser punido e como deve acontecer essa punição

4.1 Tribunal do júri: a sociedade juiz

O ato de julgar é um instrumento inerente a natureza humana, pois tudo que o homem realiza, constrói, operacionaliza e intervém, ele o faz mediante a emissão de juízo de valores, inato e, muitas vezes, inconscientemente. Desta forma, forma um juízo sobre alguma coisa,

fato, objeto, consiste inicialmente na construção de uma representação construída sob uma ideia, uma concepção, previamente consolidada sob preceitos éticos, morais culturais, filosóficos. Silva (2015, p. 121), assim apresentou como definição para juízo,

Na definição da Lógica de Jäsche o “juízo (Urteil) é uma representação da unidade da consciência de diversas representações ou a representação da relação entre elas, na medida. Nessa definição, que corresponde à definição da dedução metafísica da primeira crítica, formar um juízo é equivalente a formar um conceito complexo. Em contraste com a definição anterior, a segunda concepção considera que todo juízo implica o conhecimento de um objeto e, por conseguinte, possui validade objetiva.

Desta forma, ao ser convocado para exercer a função de jurado o membro da sociedade civil de reveste de poderes que lhe é ferido, com o objetivo de julgar se o réu é culpado ou inocente pela prática de um crime contra a vida, dentro do espaço geográfico de sua comunidade. Implica, nesse contexto, destacar que o exercício do júri é dotado de complexidades que vão de confrontos físicos ou ideológicos com o réu e seus familiares, a pressão psicológica em julgar e cometer um erro que pode provocar danos estruturais na vida do réu, dentre outros.

4. 2 A influência da mídia no ato de julgar do jurado

O poder dos veículos de comunicação modernos, que promoveu o acesso a um universo imensurável de pessoas, consumido informações projetadas e administradas por grandes corporações de comunicação culminou por aperfeiçoar o controle social exercido de forma persuasiva e de forma implícita vinculados em programas com conteúdo bastante promovidos que levam a população a uma cultura de massa como aponta Bonfim e Monteiro (2016, p. 12),

Nos dias atuais, essa habilidade de influência dos meios de comunicação é demonstrada por meio da cultura de massa. Televisão, internet, revistas, jornais ditam padrões de beleza, modelos de conduta, modos de viver, maneiras de vestir, os quais transformam o comportamento de milhares de pessoas, de modo a tornar a sociedade padronizada. Sendo assim, os meios de comunicação exercem verdadeiro controle social. Com o passar dos anos, o indivíduo constrói sua realidade, inconscientemente, de acordo com as informações que lhe são passadas pela mídia.

Observa-se, portanto, que telespectador que consumiu a notícia, acaba por formular sua tese e deu seu veredito tomando os valores informais e sob a indução das informações dos repórteres policiais que apresentam esses programas acaba por se o jurado, convocado ela justiça, para participar do Tribunal do Juri daquele caso, o que tona esse julgamento extremamente comprometido.

Nesse sentido, Borges e Carneiro (2017, p. 47), colocam que,

no tribunal do júri, a defesa do réu é tornada mais eficaz pelas expressões defesa e autodefesa, sendo possível a utilização de argumentos extrajurídicos calcados em fundos morais religiosos, políticos, entre outros, viabilizando ao juiz presidente a dissolução do conselho de sentença perante a deficiência técnica do advogado. portanto, pode-se dizer que há um desequilíbrio entre as partes, devendo o juiz dar preferência às questões de direito em favor do defensor, logo, do acusado.

O primeiro aspecto que fica comprometido, quando o jurado adentra no tribunal e participa efetivamente do júri é a imparcialidade. Esse princípio deve ser elemento determinante para que a justiça aconteça e o julgamento tenha isenção de valores externos aos que são apresentados no tribunal e que componham o rol de provas do processo. Bonfim e Monteiro (2016, p. 12), aprofundam a questão e colocam que,

A influência que a mídia exerce sobre os jurados é mais forte e mais evidente do que aquela exercida sob o juiz togado, já que os juízes leigos chegam ao Tribunal do Júri contaminados por uma condenação prévia repassada pela mídia e, diferentemente dos julgadores togados, - que antes da função pública que ocupam, são seres humanos e também estão sujeitos a formar seus pensamentos, ideais e convicções baseados em influências externas ou até mesmo sofrerem pressão da mídia para proferir uma sentença que se coaduna com o que já foi decidido pelo Quarto Poder -, não detém conhecimento técnico que lhes permite saber separar a verdade midiática da verdade processual, em respeito ao princípio da imparcialidade do juiz.

A influência da mídia, como se observa, acontece de forma intensa sobre o grupo que está mais frequente realizando as atividades do cotidiano, ou seja, o jurado, pois este é uma pessoa comum e convive numa relação social em sua comunidade, participando de eventos naturais de seu convívio. Desta forma, o contato com os veículos que difundem as informações como jornais, redes sociais, dentre outros, acontecem de forma contínua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A amplitude do alcance do acesso da sociedade aos veículos de comunicação tem propiciado que as notícias e as informações aconteçam em tempo real, contribuindo para a formação de uma consciência global, além de promover uma socialização do conhecimento, aspecto que contribui para a construção de conceitos, a formação de novas mentalidades, o surgimento de novos conteúdos, nos quais as grandes corporações dominantes dos meios de comunicação em massa têm dominado os espaços, numa relação que Bonfim e Monteiro (2016) denominaram de 4º poder.

Ao dissertar sobre a temática em estudo evidenciou-se, que há uma forte influência dos meios de comunicação de massa, seja mídias televisivas, redes de computadores, redes sociais ou outros canais de propagação de informação, que afeta os nortes e princípios do sistema judiciário brasileiro. A dinâmica com que grandes corporações dominantes das redes de comunicações imperam seus modelos ideológicos à massa populacional contribui para que o desfecho de muitos eventos aconteça conforme seus scripts.

Fato que demarca essa linha de pensamento e, que alcança um dos principais instrumentos de julgamento dos crimes de uma sociedade, o Tribunal do Juri, consiste na atuação dos cidadãos que são convocados para compor o Conselho de Sentença, são cotidianamente consumidores de reportagens e análises a respeito do mesmo crime que estes irão participar como jurados. Esse aspecto acontece de forma efetiva e contínua com longos períodos de exposição da mídia e, a construção de uma tese pautada no sensacionalismo, no forte poder de persuasão dos meios, na notícia factual, muitas vezes inverídicas, *fake news*.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Edilson Mougnot. **Curso de processo penal**. 10. ed. Saraiva, São Paulo, 2015.

BOMFIM, Francielle Almeida dos Santos; MONTEIRO, Maurício Gentil. **A influência da mídia nas decisões do tribunal do júri: uma análise crítica.** Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju-SE, 2016.

BORGES, Bruno Barbosa; CARNEIRO, Camila Fighholdt. **Tribunal do júri: a imparcialidade sob julgamento.** Revista Jurídica UNIARAXÁ, Araxá, v. 21, n. 20, p. 41-65, ago. 2017.

SILVA, Pablo Barbosa Santana da. **A concepção kantiana de juízos e a sua tábua dos juízos e das categorias.** Investigação Filosófica, Edição Especial do I Encontro Investigação Filosófica, 2015.

APLICABILIDADE DA LEI Nº 11.340/06 E A EFICÁCIA DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Francisco Matheus Silva de Lima¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – *E-mail: fmatheus.lima@fvj.br*,
Ma. Arielle Arry Carvalho² (Professora Orientadora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – *E-mail: arielle.carvalho@fvj.br*).

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade analisar as leis e as medidas destinadas a dar suporte para as vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher. A subordinação da mulher é uma consequência dos tempos do patriarcalismo, por mais que esse modelo de vida esteja ultrapassado no século XXI, suas raízes ainda produzem comportamentos machistas nessa nova geração. A evolução histórica das leis contribuiu para a formalização de proteção a mulher nos países, as convenções internacionais são as precursoras dos debates acerca da violência de gênero e suas consequências no mundo. A Constituição Federal de 1988 que adotou o princípio da dignidade pessoa humana como fundamento reitor do ordenamento jurídico brasileiro, conferindo igualdade de direitos às mulheres e, posteriormente, a Lei nº. 11.340/06 (Lei Maria da Penha), representaram o alicerce dos direitos das mulheres na sociedade brasileira. A referida lei explicita as espécies de violência contra a mulher, as assistências que devem ser realizadas para a vítima e sobretudo, as medidas protetivas de urgência, necessárias para fazer cessar de imediato a violência doméstica. Assim, busca-se as causas e consequências do incremento significativo de casos de violência doméstica e familiar e os critérios utilizados pelos juizados para reduzir o aumento de ocorrências. A metodologia da pesquisa assenta-se em um estudo bibliográfico e documental, de natureza teórica. Conclui-se que a legislação representa um avanço na sociedade brasileira, porém ainda há muito o que ser concretizado, sobretudo, por parte do Poder Público, para que a legislação de proteção à mulher tenha efetividade no Estado democrático de direito.

Palavras-Chave: violência doméstica; lei maria da penha; medidas protetivas.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico será analisar a execução da Lei Maria da Penha no âmbito da proteção da violência doméstica, suas consequências jurídicas e as leis que as asseguram. A violência doméstica contra a mulher constitui uma controversa que alcança completamente a coletividade feminina independente da classe social, da raça ou etnia. A fim de melhorar a situação no atual cenário, foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro a lei nº 11.340/2006, conhecida como Maria da Penha, onde foram instituídas medidas protetivas visando efetivar a igualdade prevista no artigo 226, inciso 8º, da Constituição Federal e assim proteger de fato as vítimas. Nesse contexto, o objetivo é coletar informações, dados e assim ser estudado com foco nas obras sobre a Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006 por Maria Berenice Dias (2019), Dez anos de lei Maria da Penha por Wania Pasinato (2016) e outras. Para tanto, será realizado um estudo visando aplicabilidade da Lei e sua eficácia das medidas protetivas que trouxeram formas inovadoras destacando as medidas acautelatórias de urgência, insculpida no artigo 22 e seguintes da Lei nº 11.340 de 2006, cuja finalidade é estancar a violência doméstica contra a mulher com mecanismos rápidos que possam frear a

ação do infrator. De toda forma, no atual cenário, vários fatores podem ser levados em consideração para avaliar se há êxito ou não na aplicabilidade da Lei, principalmente, se o estado está preparado e estruturado para solucionar o problema uma forma que, se alcance com êxito a proteção da mulher, com a finalidade de devolver a paz social, integridade moral e física da mulher. Tornou-se normal ver notícias sobre violência doméstica, com inúmeras mulheres sendo vítimas. Sendo assim com relevância acadêmica e social desta pesquisa é alavancar o debate acerca do conhecimento sobre as medidas protetiva visando ajudar as mulheres contra a violência doméstica com a finalidade de devolver a paz social, integridade moral e física da mulher.

MARCO TEÓRICO

Devido ao aumento significativo da violência doméstica em nosso território brasileiro, começou a surgir em nosso ordenamento jurídico à primeira norma relativa contra violência a mulher que foi a da Lei nº 11.340/2006; onde se encontra vários direitos e as medidas protetivas em relação à proteção a mulher. Aos poucos, começaram a ser introduzidas mudanças na estrutura do judiciário, e assim a proteção contra violência doméstica e tendo garantia assegurada como explana a Constituição Federal de 1988. Desta forma, este projeto servirá para estruturar a minha monografia, tendo como proposta de sumário a seguinte sequência: no primeiro capítulo pretendo conceituar a violência doméstica, abordando o aumento dessas violências; no segundo capítulo será abordada aplicabilidade da lei; no terceiro capítulo abordarei as medidas protetivas que a lei estabelece e assim a proteção contra essas violências. Por fim, com base nos estudos realizados, intenciona-se fazer o levantamento das normas existentes para garantir uma melhor proteção, indicando assim medidas bem-sucedidas de acordo com as normas jurídicas da lei. Discutindo assim a importância de se conhecer os direitos que as mulheres têm.

METODOLOGIA

Utilizando a pesquisa/análise bibliográfica, acerca do assunto, a análise documental também se fez presente na pesquisa em busca de decisões judiciais e dos dispositivos legais como por exemplo na lei nº. 11.340/2006 e utilizando-se a investigação bibliográfica em teses e dissertações sobre o tema em destaque.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com o atual cenário teve como intuito analisar a violência doméstica e familiar contra a mulher é causa de aflição para milhões de famílias ao redor do mundo, pois, por serem praticadas dentro dos lares, as consequências não são apenas para as mulheres que sofrem a violência, mas para toda a família sejam os filhos ou os familiares próximos. O “consentimento” das inúmeras agressões que a mulher vivenciava no seu ambiente doméstico é uma das maneiras mais penosas contra a sua dignidade e liberdade, ofendendo seus direitos mais íntimos. Percebemos assim que, durante séculos, esse tipo de submissão da mulher foi naturalizado, tendo em vista que nem os seus algozes eram condenados ou punidos e não se tinha o sentimento de compaixão pela maior parte da sociedade. Vários documentos internacionais foram escritos e disseminados na luta da igualdade das mulheres, posto a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) de 1979 uma demonstração o qual produz concretamente os direitos humanos da

mulher e através dele com a agregação do art. 226º da Constituição Federal de 1988 foi criado a Lei Maria da Penha, nº 11.340 de 2006. A Lei de nº 11.340/2006 foi baseada na Constituição de 88 em seu artigo 226º na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW) e para finalizar sua influência, nas várias tentativas de homicídio da Maria da Penha por parte de seu marido, inclusive, seu nome foi referência para o nome dado a criação da Lei. Esse instituto jurídico criou uma assistência de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica própria, foi abordado no caso o procedimento específico que teria que ser realizado nos casos de denúncias de agressões, delegacias especializadas e Juizados de violência doméstica e familiar para tratar somente desses casos. Esse trabalho analisou os aumentos dos casos de violência doméstica contra a mulher, o qual verificou-se os números alarmantes de casos pelo mundo e sua rápida disseminação, cuja função dos governos é decretar medidas extremas de controle a violência. Assim ainda são muitas medidas com o objetivo de ser tomadas para reduzir os números cada vez mais crescentes de violências domésticas. Desse modo, verificaram-se nesse trabalho, inúmeras políticas para condenar os agressores e preservar a vida, saúde, liberdade e integridade da mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

BRASIL. **Lei 11340/2006 - Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 26 out. 2022.

BIANCHINI, Alice. **Lei Maria da Penha: Lei 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher** - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira Cesar de. **Violência contra as mulheres - Uma história contada em décadas de lutas**. Brasília: CFEMEA: MDG3 Fund, 2010. 128p. – (Coleção 20 anos de cidadania e feminismo).

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS FRENTE À PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DOS USUÁRIOS NAS REDES SOCIAIS

Geysiane da Silva Maciel¹ (Discente do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE, e-mail: geysiane.maciel@fvj.br);
Acemira Maria Ferreira Ribeiro² (Professora especialista do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a Lei Geral de Proteção de Dados frente à privacidade e proteção dos usuários nas redes sociais, relacionando-se à aplicabilidade da legislação dentro do ordenamento jurídico visando garantir o direito à privacidade e proteção dos usuários nos meios digitais, assim como, informar aos indivíduos sobre seus direitos dentro dos ambientes digitais. Deste modo, serão apresentadas as mudanças ao instituto da privacidade ao englobar sobre a proteção de dados, os fundamentos principiológicos, a relação dos usuários das redes sociais e a aplicação da LGPD. Sustenta-se, em termos metodológicos, no processo de pesquisa qualitativa, com recurso a fontes secundárias como livros e artigos relacionados ao tema. Também recorre à pesquisa documental, através de fontes primárias como legislações pertinentes, especialmente a Constituição Federal, Lei Geral de Proteção de Dados, Código de Defesa do Consumidor, Lei Carolina Dieckmann e a Lei do Marco Civil na Internet. Portanto, pretende-se alcançar o conhecimento amplo sobre a LGPD, considerando que se trata de uma lei nova no ordenamento jurídico, buscando aprimorar os estudos relacionados à temática, possibilitando a garantia de conhecimento aos direitos atribuídos dentro do ambiente virtual.

Palavras-chave: proteção de dados; privacidade; LGPD.

INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, a visão sobre a privacidade passou por inúmeras mudanças, por meio dos grandes avanços tecnológicos. Com isto, notou-se a necessidade de uma legislação que viesse a regulamentar sobre o ambiente virtual, considerando o aumento de casos envolvendo violação de informações pessoais, ou seja, na busca de garantir aos usuários proteção à privacidade.

Para tanto, a privacidade trata-se um direito fundamental englobado na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, visando assegurar a todos o direito à inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem, além de resguardar a residência como inviolável.

A partir disso, surge a questão de garantir este direito dentro do ambiente virtual, tendo em vista, que no cenário atual está mais presente a utilização das redes sociais, servindo como meio de comunicação, estabelecendo relações e fonte de renda, ou seja, necessitando de uma norma que regesse sobre as relações de tratamento nos meios digitais.

A relevância desse estudo se dá em razão da grande demanda de acontecimentos envolvendo violações de dados pessoais, utilização de perfis *hackeados* com finalidade ilícita e a falta de conhecimento sobre permissões realizadas dentro das plataformas digitais, no entanto, é significativo tratar sobre a ineficácia da aplicação da LGPD dentro do ordenamento jurídico em razão de assegurar aos usuários a proteção de seus direitos.

Deste modo, a monografia foi dividida em três capítulos com intuito de facilitar a entendimento sobre os aspectos que embasam a temática. Então, o primeiro capítulo foi destinado à evolução histórica do direito a privacidade e a proteção de dados, baseado na Constituição Federal de 1988, e realizando uma conexão entre ambos, já que um está diretamente ligado ao outro.

Já o segundo capítulo, foi elaborado ambicionando demonstrar a relação entre os usuários e as redes sociais, informatização sobre as políticas utilizadas para eximir a responsabilidade dos detentores das informações de garantir o tratamento adequado aos dados disponibilizados dentro dos ambientes digitais, alcançando o paralelo entre a relação dos usuários a proteção dos dados sobre a visão da LGPD, no entanto, demonstrando a problemática atual vivenciada dentro das redes sociais.

Em síntese, o último e terceiro capítulo abordou sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, caracterizando sua criação, vigência, a classificação apresentada para os dados, os princípios, a relação de tratamento e a aplicação da lei, ou seja, demonstrando que a legislação em seu teor apresenta diversas possibilidades para adequação e tratamento dos dados que devem ser fornecidos, no entanto, por tratar-se de uma lei nova no ordenamento jurídico brasileiro não tem apresentado eficácia na aplicação a casos concretos.

MARCO TEÓRICO

A fundamentação teórica ocorreu por meio dos autores indicados: Doneda (2020), Bioni (2019), Pinheiro (2018), Mendes (2014) e Monteiro (2018) para embasar e engradecer a pesquisa bibliográfica e documental. Desta forma, evidenciando conceitos, princípios e evolução histórica sobre o referente tema, frisando sobre a importância do conhecimento dos direitos dentro do ambiente virtual, e enfatizando sobre a aplicabilidade da legislação ao cenário atual.

MEDOTOLOGIA

Na elaboração da pesquisa os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do trabalho sucederam-se mediante pesquisa bibliográfica e documental, através de livros, artigos científicos, doutrina e leis. Destarte, com o objetivo de alcançar os conhecimentos sobre a temática e a sua relevância dentro do cenário atual.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho possibilitou o entendimento ampliado sobre a privacidade e proteção dos usuários dentro das redes sociais, principalmente correlacionado à aplicabilidade da legislação específica para tratar sobre os inúmeros casos que se tornaram recorrentes dentro do contexto atual. Tornando-se um assunto bastante pertinente, tendo em vista, as incontáveis vezes que houve relatos sobre violações de dados e contas dos usuários dentro das plataformas digitais. Com isso, esta relação tornou-se o foco da presente pesquisa, por identificar a necessidade da aplicação da LGPD aos casos de invasão de privacidade.

No entanto, no decorrer da pesquisa foi evidenciada a ineficácia da Lei Geral de Proteção de Dados frente aos acontecimentos recentes, podendo ser esclarecido por não possuir força legislativa, por tratar-se de uma lei nova dentro do ordenamento jurídico, enfatizando que o uso da legislação se tornou benéfica aos detentores das informações. Sendo assim, a presença dos termos de uso e políticas de privacidade passaram a estar em evidência, isto porque, com a norma vigorando as redes sociais buscaram se adequar às exigências

descritas nos artigos, contudo, os usuários ficaram mais suscetíveis a não terem seus direitos resguardados, pois através do consentimento, as plataformas digitais sucederam ao tratamento dos dados. Entretanto, são inúmeros os indivíduos que consentem a prática do tratamento das informações, sem ao menos ler sobre como irá ocorrer o procedimento, e por meio disso, não identificando a responsabilidade dos detentores com relação ao vazamento de dados e violação da privacidade.

Além disso, é evidente que para apresentar meios de proteção foi necessário que ocorressem inúmeras vezes os mesmos acontecimentos contra os usuários, para que então, fosse realizado uma norma específica para assegurar os direitos dentro do ambiente virtual, ou seja, não sendo uma legislação preventiva.

Portanto, compreende-se que a pesquisa foi, essencialmente, relevante para estabelecer os conhecimentos sobre a temática e trazendo reflexões em relação à aplicação da LGPD dentro dos ambientes virtuais visando assegurar aos usuários o direito da privacidade e proteção de dados, embora já apresente uma legislação específica, esta ainda não possui força vinculativa aos casos concretos, causando aos indivíduos insegurança jurídica ao resguardar os direitos descritos na lei. Contudo, aguarda-se que com o passar dos tempos a norma possua a eficácia no âmbito virtual e garanta aos usuários conhecimento sobre suas informações na realização do tratamento.

REFERÊNCIAS

BIONI, Bruno Ricardo. **Proteção de dados pessoais: a função e os limites do consentimento.** Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DONEDA, Danilo Cesar Maganhoto. **Da privacidade à proteção de dados pessoais fundamentos da lei geral de proteção de dados.** 2.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: Linhas gerais de um novo direito fundamental.** São Paulo: Saraiva, 2014.

MONTEIRO, Renato Leite. **Existe um direito à explicação na Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil?** Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2018.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD).** São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

A EFETIVIDADE DA LEI MARIA DA PENHA E O PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE: UM DIÁLOGO ENTRE O DIREITO PENAL MÍNIMO E AS MEDIDAS PROTETIVAS.

Hiram Ribeiro dos Santos Filho¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe),
Francisco das Chagas da Silva² (Professor do Centro universitário do Vale do Jaguaribe)

RESUMO

Criada com o escopo de garantir uma proteção as mulheres em situação de violência doméstica, a Lei nº 11.340 de 2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha adentrou ao ordenamento jurídico brasileiro como um marco nesse tipo de enfrentamento. Dessa feita, o trabalho buscou então analisar a efetividade da norma citada quando comparada ao Direito Penal antes mesmo de haver uma lei direcionada a proteção a mulher.

Palavras-chave: igualdade de gênero; mulher; revitimização; sistema patriarcal; violência doméstica.

INTRODUÇÃO

Entende-se como sendo violência, à luz dos ensinamentos de Silva (2007) todo e qualquer ato que venha ferir fisicamente ou psicologicamente a alguém. Ela se apresenta como sendo a imposição do mais forte sobre o mais fraco, nem sempre causando ferimentos externos, pelo contrário, é um mal silencioso, que dentro dos lares tem conseguido se manifestar de diversas formas, o que, em se tratando de violência praticada contra a mulher, alude Miranda (2021) essa se destoa em relação as outras que atinge-a diretamente como mulher, visto que a ideia do agressor é subjugar-la e demonstrar que por ser mulher ela devia a ele submissão.

A problemática consiste no fato que, até o surgimento da norma supracitada, as ações de violências praticadas contra a mulher, independentemente de ser na esfera familiar, elas eram consideradas crimes comuns, e, por isso, eram tratadas à luz do Direito Penal, sendo inclusive, julgadas pelos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIM), o qual, trazem Debert e Gregori (2008) por buscar sempre a conciliação das partes, findava então em revitimizar a vítima.

Outro ponto é sobre as penas que antes já eram aplicadas, mas, que após a dita norma ter adentrado ao ordenamento jurídico pátrio, tem-se observado que determinados delitos que o dito Código Penal penaliza, as penas são inferiores a 8 (oito) anos, fazendo com estas sejam convertidas em medida protetiva, não atendendo assim ao cerne da questão que é a promoção da justiça e a segurança da vítima, não impedindo de fato o agressor voltar a importunar a vítima.

Nesse diapasão, o presente trabalho tem por objetivo principal realizar uma análise sobre a aplicabilidade da Lei nº 11.340 de 2006 – Lei Maria da Penha - principalmente ao tocante as penas aplicadas quando observadas à luz do Direito Penal e se estas realmente estão atendendo ao mínimo de justiça esperado tanto pela vítima quanto pela sociedade em si, visto que, por se tratar de uma norma cuja finalidade é erradicar a violência contra a mulher, necessite apresentar penas cada vez mais rígidas com o intuito de atender seu propósito.

MARCO TEÓRICO

De uma forma em geral, é notório que desde a origem dos povos houve um estabelecimento de quais papéis deveriam ser exercidos por cada gênero. A mulher, relata Corbin (2009) passou a estar em constante submissão e por isso, sendo vítima de diversos tipos de violências e opressões, sendo-a mais sujeita aos deveres do que de direitos, vivendo oprimida em seu mundo restrito que chamava de lar. Situação essa que com o passar do tempo e apesar dos direitos reconhecidos, a mulher, ainda encontra-se em um estado de extrema vulnerabilidade por continuar sendo alvo dos mais variados tipos de violências, desde a psicológica, patrimonial, sexual e/ou física, pelo simples fato de ser mulher.

Nesse sentido aborda Barsted (2012, p. 91) de modo que a violência por elas sofridas passa a ser introduzida como sendo um tipo de instrumento capaz de impedir que estas sejam tratadas com igualdade na esfera pública e privada, revelando assim um retrato de toda uma dominação do homem que ultrapassa a questão das ofensas psicológicas, físicas e sexuais. “É uma violência difusa e, muitas vezes, tolerada e não visibilizada, especialmente quando ocorre na família, retirando da vítima o acesso aos mecanismos de proteção”.

Em que pese estarem presas à um relacionamento abusivo estão inseridas em um ciclo vicioso, Boucault (2019) corrobora que trata-se do homem no primeiro momento se portando como um bom cidadão, possuindo residência, amigos, trabalho, tendo um certo conhecimento, mas que, internamente, não aceita rejeição, embora esteja dentro de um ciclo social e por não conseguir demonstrar seus sentimentos, além do humor estar em constante mudança, e, qualquer crítica poderá soar como uma reprovação o que o levará a agredir a pessoa que ele julgue ser mais vulnerável e que dependa dele de alguma forma. Ao passo que a mulher é apontada como a pacificadora e responsável por não fomentar esse possível conflito.

METODOLOGIA

Nesse caso, para essa pesquisa, esta se deu pelo método indutivo e foi analisado diversos documentos, doutrinas, entendimentos jurisprudenciais e legislações pertinentes, inclusive os posicionamentos divergentes a esse tema, o que concluiu que ainda necessita haver mais estudos sobre o referido tema a fim de sanar os problemas causados pelos danos ambientais, isto é, da melhor maneira possível.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar de haver inúmeros dispositivos legais que versam sobre o assunto e busca veemente de combate, esse cenário de violência contra a mulher, por exemplo, a Lei nº 11.340, a qual sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diferentemente do que ocorre em outros países da região, a dita lei brasileira, explica Pasinato (2010, p. 216-232) embora esteja destinada a garantir e efetivar essa proteção as mulheres, uma vez que ela estende essa defesa a todos os casos, até porque é nesses ambientes que a mulher mais sofre agressões como também, todavia, observa-se que tem desenvolvido uma política criminal a qual vem beneficiando o agressor contribuindo para que esses atos nunca sejam devidamente punidos.

Isso porque ela, pontua Dias (2007, p. 46) não guarda correspondência com quaisquer tipos penais, pois, primeiro é identificado o agir e em segundo, são definidos os espaços onde o agir configura violência doméstica (art. 5^a, inc. I, II e III) e finalmente, são

apresentadas quais condutas podem ser configuradas como violência. O fato é que a correta implementação da lei exige a formulação de políticas públicas desde que prestem atendimento as mulheres em situação de violência, rompendo assim com o silêncio.

Na esfera penal, tem-se a Lei 12.015 de 2009 que adentrou ao ordenamento jurídico com o objetivo de modificar assim o bem jurídico, que originalmente era os costumes, protegendo-se hoje a liberdade e dignidade sexual em relação a pessoa e não os costumes. Também inseriu o artigo 216-A, ou seja, o ato de constrangimento para obter favorecimento sexual, fazendo-se prevalecer por suas condições hierárquicas no exercício de um emprego, cargo ou função, estabelecendo uma pena 1/3 maior no caso da vítima do assédio sexual for menor de 18 anos.

O que sofreu modificações foi o artigo 215, onde se retirou o termo mulher honesta. O artigo 218 também sofreu alteração, onde em suma reza induzir alguém menor de 14 (quatorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem gera uma pena de 2 (dois) a 5 (cinco) anos de prisão (BRASIL, 2009).

Inclui o feminicídio (art.121, inciso VI ao §2º), com a estipulação da pena entre 12 (doze) a 30 (trinta) anos. Este, De Los Ríos (apud RODRIGUES, 2016, p. 30) comenta, que ao se referir ao tema em tela diz que não todos os crimes programados por assassinos em séries, pelo contrário, os algozes são pessoas próximas as suas vítimas, principalmente se elas forem mulheres, dada a consciência errônea de enxerga-la como um ser dispensável e descartável, portanto, passivas de maus-tratos e toda sorte de violência.

Também existe o crime de ameaça, estando inserido no art. 147 do Código Penal quando o agente “ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou outra expressão simbólica, de causar-lhe mal injusto e grave”, sendo a pena aplicada a de detenção, mínima de 1 (hum) a 6 (seis) meses ou multa. Por esse delito refere-se a um crime comum, onde qualquer pessoa poderá ser o agente ativo, bastando apenas que esta, tenha discernimento de suas ações no momento dos fatos (BRASIL, 1940; SILVA et al, 2021, p. 14).

Acrescenta as Leis nº 13.505/2017 e a 14.321/22, em que pese ter por fito de tipificar o crime de violência institucional, isto é, independentemente de ter sido o agente público submetido a situações que provoque na vítima mais uma violência ou de ter ele admitido que uma terceira pessoa assim o faça, coibindo assim a vítima de prestar a queixa e dar continuidade a propositura da ação (BRASIL, 2017; BRASIL, 2022).

Todavia, em relação a ação penal, em decorrência da Lei 12.015/09 e a extinção da ação penal privada exclusiva do cenário dos crimes contra a dignidade sexual. Agora somente será possível falar-se em ação penal privada em tais espécies delitivas tratando-se de ação penal privada subsidiária da pública em caso de inércia do Ministério Público, tal como ocorre em qualquer outro crime por força do artigo 5º., LIX, da CF/88.

Por fim, é imprescindível abordar que, no âmbito processual penal, a Lei Maria da Penha também criou instrumentos importantes para assegurar uma intervenção preventiva do Estado a fim de evitar a ocorrência de delitos mais sérios contra a mulher, bem como para dar uma resposta mais efetiva à violência, visando assegurar a proteção integral nas relações de gênero (BRASIL, 2006).

Concluí, portanto, que é necessário haver uma reformulação no ordenamento jurídico para que as medidas protetivas sejam realmente efetivadas, que literalmente saiam do papel. É necessário que haja uma mudança na linha de pensamento patriarcal que rodeia o nosso sistema familiar e social, o que deixa cada vez mais a mulher inferiorizada.

Encontrar formas não somente como medidas punitivas, mas desenvolver um trabalho de conscientização nos lares, nas instituições, ambientes de trabalho de forma que

possamos ver a mulher como um ser humano comum, tendo os seus direitos igualados aos direitos dos homens.

REFERÊNCIAS

BARSTED, Leila Linhares. **O Avanço Legisla vo Contra a Violência de Gênero: a Lei Maria da Penha.** 2012.

BOUCAULT, Salete. **Violência doméstica – Perfil psicológico do agressor,** 2019.

BRASIL, Código Penal et al. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código penal, p. 49-95, 1940.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. **Lei nº 13.505, de 8 de novembro de 2017.** Acrescenta dispositivos à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino. Diário Oficial da União, 2017.

BRASIL. **Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022.** Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Diário Oficial da União, 2022.

BRASIL; BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução ... Diário Oficial da União, 2006.

CORBIN, Alain. **História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra,** v. 4. Companhia das Letras, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na justiça.** São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 2-49, 2007.

GREGORI, Maria Filomena. **As desventuras do vitimismo.** Revista Estudos Feministas, v. 1, n. 1, p. 143-143, 1993.

MIRANDA, Bárbara Rodrigues. **A violência doméstica em tempos de pandemia e a aplicabilidade das políticas públicas.** 2021.

PASINATO, Wania. **Lei Maria da Penha.** Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010.

A IMPORTÂNCIA DA MEDIDA PROTETIVA DE AFASTAMENTO DO LAR CONCEDIDA POR AUTORIDADE POLICIAL

**Jerlânia Maria Batista Romão (Aluna do Curso de Bacharelado em Direito do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail: jerlania@hotmail.com);
Arielle Arry Carvalho (Professora-Mestra do Curso de Bacharelado em Direito do
Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail:
arielle.carvalho@fvj.br).**

RESUMO

A violência contra a mulher acontece desde sempre, sendo fruto de uma sociedade machista e patriarcal. No Brasil, apesar de diversas leis que buscam preservar a integridade feminina, os índices de violência de gênero são alarmantes e crescentes. Compreende-se que, quanto mais rápido medidas de proteção à vítima forem concedidas, menor serão os riscos desta permanecer em um ciclo violento. Com o referido trabalho, buscou-se levar informações e análises a respeito do assunto exposto, dado ser um assunto que faz parte do cotidiano da sociedade, buscando semear um pensamento crítico, servindo até mesmo como forma de orientação às vítimas de violência doméstica. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo tratar sobre a constitucionalidade da Lei que autoriza que Delegados de Polícia ou policiais concedam Medidas Protetivas de Urgência no contexto de violência doméstica e familiar, caso seja comprovado o risco iminente à vida da vítima ou a sua integridade física. Antes da alteração à Lei nº 11.340/06 pela Lei 13.827/19, era competência exclusiva do juiz a concessão das medidas protetivas de urgência, dificultando que o agressor fosse afastado do lar de imediato, colocando a integridade física ou até mesmo a vida da vítima em risco. Concluiu-se, por fim, pela constitucionalidade da norma, levando em consideração os princípios constitucionais que rondam a temática.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; medidas protetivas de urgência; violência doméstica; constitucionalidade.

INTRODUÇÃO

A sociedade desde os primórdios trata a mulher como um ser inferior, sendo corpos constantemente violados. No Brasil, o machismo e patriarcado seguem contribuindo com a violência de gênero, sobretudo no que concerne ao ambiente doméstico e familiar. Diante de várias manifestações e repercussões no âmbito internacional em relação ao número muito elevado de mulheres vítimas de violência de gênero, houve uma grande mobilização legislativa no sentido de criação de leis que tratassem acerca dos direitos da mulher.

A Lei nº 11.340/06, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, se destaca pela sua força e caráter preventivo, ao criar mecanismos que coíbem a violência doméstica e familiar contra a mulher. Como um exemplo desses mecanismos, pode-se citar as Medidas Protetivas de Urgência, previstas no art. 22 e 23 da referida lei.

Em relação ao assunto, a lei dispunha que apenas a autoridade judicial teria competência para a concessão das medidas, no entanto, com a edição da Lei nº 13.827/2019, foi inserido o art. 12-C à Lei nº 11.340/06, autorizando que Delegados de Polícia ou policiais concedam a Medida Protetiva de Urgência no sentido de afastamento do agressor ao lar, nos casos em que sejam comprovados risco iminente à vítima ou a sua integridade física.

Com essa alteração no texto, diversos questionamentos acerca da constitucionalidade da lei foram feitos, tendo sido ajuizado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pela Associação de Magistrados do Brasil (AMB). A ADI defendia que a concessão da Medida Protetiva de Urgência por autoridade policial violava princípios constitucionais fundamentais, como o da reserva de jurisdição, devido processo legal e inviolabilidade do domicílio.

O STF não acolheu os argumentos e decidiu pela validade da atuação supletiva e excepcional de delegados de polícia e de policiais nos casos de violência doméstica e familiar, quando constatado o risco atual ou iminente à vida da mulher. No entanto, o tema ainda gera discussões no meio jurídico. Dessa forma, a problemática da presente pesquisa é compreender os motivos pertinentes que levaram a decisão do STF em relação a esse assunto e o motivo do artigo ser, por ora, uma forma plausível de prevenção à não continuidade do ciclo violento que diversas mulheres vivem.

O presente trabalho tem como objetivo geral abordar acerca da medida protetiva de afastamento do lar concedida pela autoridade policial, destacando sua importância para a garantia dos direitos fundamentais como a vida, a saúde e a integridade física da vítima. Como objetivos específicos, busca compreender as discussões que giram em torno da constitucionalidade do referido artigo, bem como situar a narrativa da violência contra a mulher dentro de um contexto histórico e jurídico, perpassando por leis nacionais e tratados internacionais que tratam acerca da temática violência contra a mulher, dando ênfase à Lei Maria da Penha, posto ser a norma mais conhecida e efetiva no âmbito jurídico brasileiro do assunto.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada através de um levantamento bibliográfico em sites, revistas/periódicos, obras doutrinárias, jurisprudências, monografias e dissertações a respeito do tema Violência Contra a Mulher. Além disso, foi realizada uma pesquisa mais aprofundada sobre a Lei Maria da Penha e uma explanação exemplificativa de demais legislações vigentes no Brasil que tratam sobre a proteção dos direitos da mulher.

O estudo apresenta caráter qualitativo e pesquisa documental, já que realiza uma análise e conceituação sobre a violência doméstica e familiar, bem como examina a constitucionalidade do dispositivo legislativo no que diz respeito à competência para concessão de Medidas Protetivas de Urgência por autoridade policial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho realizou, inicialmente, uma análise sobre a evolução dos direitos das mulheres a partir de uma perspectiva internacional – diante dos tratados e recomendações promovidos por órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – e da atuação do Poder Público, que além da previsão constitucional, criou leis ordinárias como uma forma de mecanismo que busca proteger a vida das mulheres e defendem seus direitos fundamentais, como também foi responsável por criar redes e serviços que contam, como objetivo geral, realizar ações de prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência.

No entanto, é importante ressaltar que essa atuação do Poder Público se deu mediante uma omissão do Estado brasileiro em relação ao caso de Maria da Penha, mulher

cearense que foi vítima de violência física e tentativa de feminicídio pelo seu esposo. O caso precisou ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), dada a inércia do judiciário em julgar o caso. Em 2001, 18 anos após o crime, a OEA elaborou um relatório em que o Brasil foi condenado internacionalmente por negligência, omissão e tolerância à violência doméstica contra as mulheres brasileiras. Foi apenas após essa condenação que o Estado se mobilizou a fim de criar uma legislação específica em relação à violência contra a mulher. Assim, em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha possui um caráter preventivo e busca impedir ou minimizar eventos que propiciem a violência doméstica contra a mulher. Nesse contexto, as medidas protetivas de urgência surgem como uma forma prevista em lei para afastar o agressor do convívio com a mulher violentada, com o intuito de promover a integridade física e psicológica da vítima.

É incontestável que a legislação supramencionada se tornou instrumento de suma importância para o combate à violência de gênero no Brasil. Entretanto, diante do alto índice de feminicídios e agressões contra a mulher em âmbito doméstico e familiar, notou-se que as normas não estavam sendo suficientes para dirimir o contexto de violência de gênero vivenciado pelo país: os índices de violência contra a mulher não param de aumentar no decorrer dos anos. Assim, na busca de maior efetividade e rapidez para que as vítimas de violência doméstica recebam proteção, foi aprovada a Lei 13.827/2019, que inclui o artigo 12-C à Lei 11.340/06.

A inserção do artigo 12-C, por sua vez, chamou atenção para o fato de permitir que a autoridade policial, em casos específicos, seja capaz de impor as medidas protetivas de urgência contra o agressor para afastamento imediato do lar. Assim, quando o município não for sede de comarca e a mulher estiver em situação de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física, o delegado de polícia pode decretar a medida protetiva de urgência. Também determina que, se o delegado não estiver disponível, o policial poderá realizá-la diante das mesmas circunstâncias. Insta salientar que nos casos em que a medida seja concedida pelo Delegado de Polícia ou pelo policial, a comunicação à autoridade judicial será realizada em até 24 horas, que decidirá, em prazo semelhante, pela manutenção ou revogação da medida protetiva, e de forma concomitante, será dada ciência ao Ministério Público, nos termos do art. 12, §1º.

Diante dessas questões em relação à natureza jurídica e restrição de direitos fundamentais, surgiu um impasse acerca da constitucionalidade do dispositivo, tendo em vista que, nos termos da Reserva de Jurisdição, as medidas cautelares só podem ser concedidas por autoridade judicial. Dessa forma, alguns juristas compreenderam que o art. 12-C, incisos II e III, ao permitir que delegados e policiais decretem o afastamento imediato do lar, estaria supostamente ferindo princípios constitucionais fundamentais – como o direito à liberdade do acusado, e por isso deveria ser considerado inconstitucional. A partir disso, foi ajuizada a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6138.

Na exordial, foi sustentado que o dispositivo objeto de ADI estaria ofendendo à inviolabilidade de domicílio e a liberdade do indivíduo, não estando em consonância ao devido processo legal e reserva de jurisdição – direitos constitucionalmente previstos. O fato de a autoridade policial ter permissão de impor a medida protetiva estaria, na visão da requerente, representando ofensa ao Princípio da Separação de Poderes e ao Estado Democrático de Direito.

A ação foi julgada improcedente por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal, entendendo o ministro-Relator, acompanhado dos demais, em suma, que a autorização

disposta no dispositivo em análise é uma resposta legislativa que traz solução efetiva para o combate ao ciclo de violência doméstica, já que a tutela jurisdicional não consegue suprir em tempo hábil referida demanda.

CONCLUSÕES

O trabalho buscou analisar a constitucionalidade do art. 12-C da Lei nº 13.827/19, levando em consideração os princípios constitucionais fundamentais. Entendeu-se que, levando em consideração os princípios da ponderação e razoabilidade, a norma analisada tem como escopo garantir a vida da vítima em detrimento da liberdade (provisória) do acusado.

A permissão legislativa é um caso excepcional em que a autoridade policial, muitas vezes única representante do Poder Público disponível, protege o direito fundamental à vida e assegura a vítima de que esta não sofrerá qualquer agressão doméstica. A troca dessa proteção, o agressor terá seu direito de liberdade cerceado em partes, não podendo se aproximar do domicílio em que a vítima esteja prejudicando de forma mínima seu direito de ir e vir.

Diante do apresentado, e tomando como base os princípios constitucionais em colisão, compreendeu ser completamente razoável e plausível, nos limites do princípio da ponderação, que a medida prevaleça no sentido da possibilidade de concessão pelo Delegado de Polícia ou policial a Medida Protetiva de Urgência de afastamento do lar contra o agressor de violência doméstica e familiar, posto ser uma solução célere, funcional e temporária que traz proteção às vidas das mulheres vítimas de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 06 set. 2022.

CARVALHO, Lunna Santos Alves. Medidas protetivas de urgência: Eficácia da medida quando concedidas pelo delegado. 2022. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Centro De Educação Superior De Inhumas, Universidade de Inhumas, Inhumas, 2022. Disponível em: <http://65.108.49.104/xmlui/handle/-123456789/488>. acesso em: 30 set. 2022.

MASSON, Nathalia. Manual de Direito Constitucional. Salvador: JusPODIVM, 2017.

PIOVESAN, Flávia. PIMENTEL, Sílvia. A Lei Maria da Penha na perspectiva da responsabilidade internacional do Brasil. In: CAMPOS, Carmem Hein de. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. P. 101 a 116.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ADI nº 6138/DF. Inteiro Teor do Acórdão. Relator: Ministro Alexandre de Moraes. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/download-Peca.asp?id=15351681143&ext=.pdf>. Acesso em 24 out. 2022.

ALIENAÇÃO PARENTAL E SUA PUNIBILIDADE

João Antônio de Sena Bisneto¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – E-mail: antonio.bisneto@fvj.br),
Jéfter de Oliveira Sobreira² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – E-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

A necessidade de analisar o ciclo da alienação parental, a sua punibilidade e consequentemente a Síndrome de Alienação Parental é o foco desse trabalho. Surge a partir da recorrente busca ao judiciário para resolução desse tipo de conflito familiar, assim se fez presente na pesquisa a busca por decisões judiciais e dos dispositivos legais como por exemplo a Lei nº 12.318/2010 e utilizando-se a investigação bibliográfica em teses e dissertações sobre o tema em destaque, visando contribuir na investigação deste fato social. As leis que regem o combate à Alienação Parental são de extrema importância, e visam melhorar o cenário jurídico brasileiro por meio de uma melhor preparação e treinamento no combate a referida prática. A partir disso entende-se que, há enorme potencial no ordenamento jurídico brasileiro para reduzir consideravelmente esse ato utilizando a mediação e a conciliação com base no judiciário e a sua melhor preparação para esses casos, melhorando assim a qualidade de vida dos envolvidos e dos futuros casos que possam vir, como forma de prevenção através de uma visão melhorada, assim contribuindo para um maior processo de celeridade da Justiça. A Alienação Parental fere os direitos fundamentais da criança ou do adolescente de ter convivência familiar saudável, tendo em vista a família sendo a base social do ser humano, garantindo e assegurando à criança e ao adolescente os direitos e garantias definidos pela Constituição Federal e legislação específica.

Palavras-chave: alienação parental; síndrome de alienação parental; Constituição Federal. Lei 12.318/10. Poder Judiciário.

INTRODUÇÃO

No presente estudo será analisada a prática da alienação parental e sua punibilidade. Em sua forma geral, abordará as situações em que a alienação parental interfere psicologicamente, as medidas a serem tomadas para minimizar esse impacto e a forma com que será tratada os infratores que cometem esse ato. Apresentando dados, enfatizando a quantidade de crianças e adolescentes que são afetados pela prática da alienação parental, além de pensamentos de estudiosos dessa área. Preliminarmente com a compreensão do fato que acarreta a alienação parental, incidindo na justiça, e a lesão causada ao direito dos lesados, e as práticas que a compõem esse ato. As leis que regem o combate são de extrema importância, com isso, nesse contexto visando melhorar o cenário jurídico brasileiro por meio de uma melhor preparação e treinamento no combate da prática de alienação parental. O alienado pode passar por sérios transtornos em decorrência do processo de AP ou SAP, a cautela perante a possibilidade de prisão deve ser no mínimo dobrada, o fato da proibição/impedimento se mostra contrário do que ocorre em outros países. A alienação parental pode provocar como consequência a SAP no alienado, dessa forma futuramente criando problemas como depressão crônica, incapacidade de adaptação em ambiente psicossocial normal, transtornos de identidade e de imagem, desespero, sentimento

incontrolável de culpa, de isolamento, comportamento hostil, e em extremo poderá levar ao suicídio. Tendo em vista a alta incidência de casos de alienação parental, é necessário o questionamento sobre a forma em que o Estado lida com a situação atualmente.

MARCO TEÓRICO

Diante disso, serão apresentados três pontos como marco teórico, a origem histórica da alienação parental, a alienação parental tem início na disputa de guarda dos filhos pelos seus genitores em sua maioria. É correto afirmar que esses conflitos entre a família ocorrem há anos, impactando diretamente em seus filhos. A punibilidade junto da psicologia como segundo ponto, evidenciando o tanto de problemas que as falsas memórias criam, sendo geradas como a da Alienação Parental, deixam cicatrizes enormes e muitas vezes inconversíveis no indivíduo, principalmente na criança que é a maior vítima destas síndromes. Por fim a lei nº. 12.318/2010 para análise e explicações, a Lei de combate a Alienação Parental é necessária, para garantir a proteção de forma rápida e justa dos menores e seus interesses, ela tem como função combater e prevenir esse abuso. A Lei nº. 12.318/10 pode estender a proibição dessa prática a qualquer pessoa que exerça autoridade ou tutela sobre uma criança.

METODOLOGIA

Utilizando a pesquisa/análise bibliográfica, acerca do assunto, a análise documental também se fez presente na pesquisa em busca de decisões judiciais e dos dispositivos legais como por exemplo na lei 12318/2010 e utilizando-se a investigação bibliográfica em teses e dissertações sobre o tema em destaque.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com o atual cenário, os pais ao se separarem devem sempre levar em consideração os direitos do menor, e que as partes devem sempre dar prioridade ao (s) filho (s), independentemente de qualquer sentimento de vingança e rancor. Uma alternativa eficaz para combater os atos de Alienação Parental é a determinação da Guarda Compartilhada que entende a necessidade de inovar com medidas mais eficazes, sem interferir psicologicamente na criança, dessa forma evitando que seja gerado um futuro trauma. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente devem ser atendidos nos ambientes familiares, sociedade e Estado com a absoluta prioridade e proteção, pois, como já frisado, são indivíduos em desenvolvimento e situação de hipossuficiência, sendo absolutamente repelida pelo direito a objetificação e prejuízos causados ao menor quando vítima de alienação parental. Essa prática nos leva até o cuidado nos interesses da criança ou adolescente alienado. Faz-se necessária a análise cada vez mais detalhada da evolução dentro do sistema judiciário brasileiro, pois cria uma pertinência de grande valor com o assunto. Em junção das ferramentas apresentadas para combater esse mal, deverá ser sempre observado o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, será observado o caso concreto, a jurisprudências adotada e a melhor linha de raciocínio, dos operadores de direitos, magistrados e técnicos da área envolvidos e assim sendo aplicado em face da demanda apresentada.

REFERÊNCIAS

BERENICE, Maria Dias. Finalmente, alienação parental é motivo para prisão. **Revista Consultor Jurídico**, p. 1-3, abr. São Paulo: 2018.

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MADALENO, Rolf Hanssen. **Curso de direito de família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Alienação Parental no Ministério da Justiça**. Disponível em: <https://www.rodrigodacunha.adv.br/rodrigo-da-cunha-pereira-participa-de-debate-sobre-alienacao-parental-no-ministerio-da-justica/>. Acesso em: 18 set. 2022.

DIÁLOGO DA LITERATURA COM O DIREITO: MACHADO DE ASSIS E A SÍNDROME DE DOM CASMURRO

João Paulo Bandeira de Sousa¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: paulo.bandeira@fvj.br),
Jéfter de Oliveira Sobreira² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo abordar a relação entre Direito e Literatura especificamente na obra Dom Casmurro de Machado de Assis, colocando em ênfase a doutrina jurídica Síndrome de Dom Casmurro (quadros mentais paranoicos). Inicia-se com a apresentação das teorias do direito, evidenciando que a interdisciplinaridade entre as citadas áreas de conhecimento foi desencadeada com o advento do pós-positivismo, seguindo com a explanação do movimento de análise denominado Direito na Literatura. Em seguida examina-se os termos peculiares da linguagem jurídica que são utilizados no romanesco em foco, como também a sua estrutura narrativa pautada por um tom persuasivo e vingativo, a qual é conduzido unicamente por um personagem narrador que se diz vítima de adultério, com o propósito de incriminar a esposa Capitu, porém todos os seus argumentos são derivados a partir de suas próprias percepções e ideias, em que se pode observar um discurso inquisitivo, ao não se tem espaço para defesa, uma vez que a sua decisão já estava tomada e dada como a verdadeira. Após, traça-se uma breve contextualização acerca dos sistemas processuais penais (inquisitivo, acusatório e misto), entrelaçando as características do sistema inquisitivo com o papel exercido por Bento Santiago no romance, culminando na apresentação da doutrina Síndrome de Dom Casmurro. Evidencia-se, ainda, a importância da interdisciplinaridade do Direito com a Literatura, em prol de aperfeiçoar o ensino jurídico. Sendo assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica a partir de livros doutrinários, artigos, teses e dissertações. Conclui-se que o diálogo entre os referidos saberes, apesar de nesse momento ocorrer de forma acanhada no Brasil, reflete de forma positiva uma forma de repensar o estudo do Direito.

Palavras-chave: direito; literatura. Machado de Assis. Síndrome de Dom Casmurro.

INTRODUÇÃO

Na atualidade emerge a necessidade de estudar a interdisciplinaridade da Literatura ficcional com o Direito e os desdobramentos concretos que essa interação repercute na aplicabilidade das normas jurídicas; também de investigar, na obra da fase realista de Machado de Assis, Dom Casmurro, os traços narrativos ali expostos que fizeram com que a doutrina jurídica contemporânea desenvolvesse a teoria da Síndrome de Dom Casmurro.

A pesquisa em questão destaca-se pela relevante contribuição em prol de inserir reflexões tanto na sociedade quanto no campo científico e acadêmico no tocante aos aspectos sociais e juristas, convergindo em novas variações do fenômeno jurídico da interpretação e da aplicabilidade das leis.

Além disso, articula em também promover e acrescer novas compreensões, ascendendo o diálogo entre Literatura e Direito, instigando debates que favoreçam o aprimoramento da aplicabilidade da ciência jurídica.

MARCO TEÓRICO

Percebe-se que o estudo do diálogo interdisciplinar da Literatura ficcional com o Direito, vem obtendo seu devido espaço e importância, justamente por fazer com que se alargue e expanda o pensamento da análise jurídica para além dos sistemas fechados das normas e alcance outras formas de conhecimento, em prol de se estabelecer novas possibilidades de interpretação. Ou seja, uma fusão de conhecimentos que ampliam as perspectivas de interpretação de uma realidade.

Nesses esteios, como observado, a interpretação e a linguagem são formas de transmissão de mensagens e conhecimentos que estão inseridos no ramo jurídico, de modo que “repensar o direito, neste início de século, é o desafio que se impõe aos juristas. E, dentre as inúmeras e mais variadas alternativas que se apresentam, o estudo do direito e literatura adquire especial relevância” (TRINDADE; GUBERT, 2008, p.11).

Esse novo paradigma interdisciplinar vem ganhando escopo nas discussões no âmbito do Direito, ao qual solidifica um pensamento contemporâneo pautado em criar formas de interpretação e aplicabilidade das normas, de forma que essa relação se aprofunda de forma contínua e intensa.

Assim, tem-se que, com esse enfoque, a Literatura exerce para os estudos jurídicos, ensinamentos que revelam “a possibilidade da aproximação dos campos jurídico e literário favorece ao direito assimilar a capacidade criadora, crítica e inovadora da literatura e, assim, superar as barreiras colocadas pelo sentido comum teórico [...]”. (TRINDADE; GUBERT, 2008, p.12).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a elaboração desse trabalho envolve a busca por pesquisas em banco de teses e dissertações. Ou seja, materiais de aporte teórico que tratem do assunto abordado no projeto, prestigiando, assim, como já explanado, a pesquisa de enfoque bibliográfico. Ademais, como forma de auxiliar, refletir e evidenciar a aplicabilidade do tema proposto, procura-se realizar uma pesquisa virtual em arquivos judiciais, com o intuito de extrair texto que corrobore, ou não, com o que se pretende investigar.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a construção da pesquisa, percebe-se que a referida se destaca em prol de sua relevante contribuição em inserir reflexões tanto na sociedade quanto no campo científico e acadêmico no tocante aos aspectos sociais e juristas, convergindo em novas variações do fenômeno jurídico da interpretação e da aplicabilidade das leis.

Apesar disso, importante ressaltar a intenção desse estudo não foi dissecar e esvaziar todas as nuances que envolvem o tema, mas apenas vislumbrar o quanto ele se deve fazer presente em nosso meio, porém, dentro do proposto, foi possível concluir um trabalho coerente com o que foi traçado. Por conta dessa restrição, essa exposição acaba dando ensejo para que futuras pesquisas possam aprimorar, ou mesmo, retificar as considerações aqui elencadas.

Enfim, pelo estudado, pode-se concluir que, de acordo com as arguições bibliográficas e as discussões ventiladas no decorrer da pesquisa, se faz possível estabelecer que, no panorama que foi introduzido o objeto de estudo, o Diálogo do Direito com a Literatura ficcional fornece valiosas contribuições para o estudo jurídico.

REFERÊNCIAS

MASSON, Cleber, MARÇAL, Vinicius. **Crime Organizado**. 4. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Método, 2018.

MOISÉS, Massaud. **A Análise Literária**. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

PROENÇA, P. S. de. A construção da competência para a infidelidade, em Dom Casmurro. **Estudos Semióticos**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 106-113, 2011. DOI: 10.11606/issn.1980-4016.esse.2011.35268. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/35268>. Acesso em: 29 mar. 2022.

TRINDADE, André Karam, GUBERT, Roberta Magalhães. **Direito e Literatura: aproximações e perspectivas para se repensar o direito**. In: TRINDADE, André Karam; GUBERT, Roberta Magalhães; COPETTI NETO, Alfredo (org.). **Direito & literatura: reflexões teóricas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

O DIREITO DE RECUSA À TRANSFUSÃO DE SANGUE POR CONVICÇÕES RELIGIOSAS

JOSÉ ALEXANDRE DE MATOS RAULINO¹ (Aluno do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Vale do Jaguaribe)

ALFREDO NARCÍSIO DA COSTA NETO² (Professor orientador do Centro Universitário Vale do Jaguaribe)

RESUMO

A religião permeia a sociedade humana desde épocas remotas e faz parte, juntamente com outros elementos, de funções que apenas o ser humano tem, naquilo que concerne sua identidade como espécie. A caminhada humana no processo da evolução sai de uma postura de ser nômade, passando a ser um indivíduo de comportamento sedentário, sofre influência de inúmeros fatores até chegar em sua conjuntura atual e, após esse adotar postura não nomadismo, o homem se torna ser social e pode, desta maneira, elaborar os primeiros pactos sociais. Ao longo da História, a religião norteia alguns princípios éticos que regem muitos e isso se constata ainda atualmente, podendo se averiguar, deste modo, um paralelo entre fundamentos de estatutos legais e estatutos religiosos, uma vez que diversos destes têm como fundamento garantir qualidade de vida e dignidade do ser humano. Não obstante, também, a isto, também se atesta que às vezes também não raras a religião e seus preceitos podem distar de princípios legais, havendo confronto de preceitos. Então, o que se fazer ou ponderar quando religião e lei se mostram antagônicas, como nos casos onde, por convicções religiosas, pacientes se negam a receber transfusão de sangue, havendo ou não risco de vida? A fim de debruçar-se sobre tal complexa discussão, este trabalho é uma revisão bibliográfica daquilo que há de exposto academicamente e juridicamente em busca de uma visão dialética sobre a temática, expondo os pontos que justificam a opção religiosa sobre tal questão, mas também trazendo o que os princípios constitucionais, bem como exemplificação usando diversos diplomas legais e jurisprudências podem trazer de colaboração à discussão.

Palavras-chave: direito; religião e transfusão de sangue.

INTRODUÇÃO

A sociedade humana é baseada em princípios que servem de base para sua aplicação na vida corriqueira, mas também que lhes serviram de força motriz para grandes avanços e mudanças, quebrando paradigmas. Dentre estes princípios, pode-se citar os de origem das religiões, que, assim como o homem é plural, estas também são. De códigos de ética até constituições de Estados Soberanos, muitos diplomas legais trazem em seus ordenamentos a previsão de que a religião deve ser fomentada e deve ser livre, pois a crença está na essência do homem e não é uma invenção do homem moderno.

Há, por assim dizer, diversas formas de organização social ao redor do mundo, pois o homem tomou o globo em sua amplitude praticamente completa, sendo permeado por fatores que lhe conferiram diversidade. O ser humano é social e precisa ser sociável (Freud, 1889) para que possa se desenvolver. Neste “ser sociável”, ele precisa estar ciente de duas realidades: de que é dotado de direitos que lhes são inatos e invioláveis (ONU, 1948) e

também que está submetido às regras que as demais pessoas estão, firmando o pacto social para uma boa e harmoniosa vivência.

Quando o indivíduo se submete a estar em sociedade, abre mão de determinada parte de sua liberdade, a fim de que possa pagar pelas garantias que a vida em grupo pode lhe conferir (Weber, 2016). No entanto, há pontos onde essa troca se faz insatisfatoriamente, ou paradoxalmente (in)suficiente para certas situações, podendo ser usado o exemplo da recusa de receber sangue transfusionado, recusa esta com base em convicções religiosas, como é o caso das testemunhas de Jeová e algumas vertentes cristãs. O que a norma e os entendimentos de tribunais versa sobre tal tema é de essencial análise e debate, uma vez que é questão distante de ser encerrada.

MARCO TEÓRICO

Com base no que a Constituição traz como garantias pode-se elencar para esta discussão sobre a potencial recusa de receber sangue com base em dogmática religiosa as garantias à vida e à liberdade de expressão religiosa, uma vez que ambas estão expressamente prescritas na Constituição Brasileira de 1988. A Carta Magna do Estado brasileiro consagra direitos e também garantias que possuem por intenção primordial a possibilidade de gozo e usufruto dos direitos.

A garantia do direito à vida é expressão pela qual a República Federativa do Brasil mostra que está totalmente de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual promulgada pela recém criada ONU, em 1948, que busca ser elo de diálogo do gênero humano, em termos hiperônimos, com as diversas nações que construiu está inserido. De igual modo, assegura a liberdade de crença a fim de que ninguém seja alvo de qualquer forma de preconceito ou discriminação por conta de sua crença, ou mesmo ausência desta.

No entanto, há momentos de tensionamento onde a norma parece se colocar de frente contra ela mesma, dando a sensação de que pode se auto questionar e isso traz apelos que justificam pesquisas tais quais esta. A vida é bem jurídica que carece de defesa e, justamente por tal certeza, inúmeros pontos do arcabouço normativo do Brasil trazem esta defesa, seja na Constituição, na norma civil e no direito penal, a fim de que a vida seja defendida de violência, seja protegida, mas também seja potencializada, ganhando qualidade de pleno gozo, enquanto for possível biologicamente.

A expressividade da liberdade religiosa também encontra apoio no ordenamento jurídico pátrio, onde se pode constatar que a manifestação religiosa é livre e deve ser respeitada como garantia até mesmo de qualidade de vida, uma vez que a diversidade é a semente da boa vivência. Não obstante a isto, há momentos em que a liberdade religiosa é questionada por pontos de igual valoração legal, por exemplo quando há a recomendação médica de transfusão de sangue e o paciente não pode receber por esta prática ser lesiva à sua fé. Destarte, nasce o conflito aparente da norma e abre-se a discussão do que se fazer.

Por um lado, a vida é bem primeiro e que deve ser resguardado a fim de que se possa angariar o gozo dos demais direitos inerentes à pessoa humana, por outro, o ser humano também é dotado de subjetiva autonomia sobre seu corpo e suas crenças lhes são não raras vezes tão caras quanto a vida. A tal ponto não se deve discutir hierarquia de direitos ou de garantias, mas sim a primazia, mas também a liberdade de autodeterminação do sujeito que é tratado.

A equipe médica é dotada de autonomia e também deve agir segundo as legalidades previstas no Código de Ética Médico (CRM) e de modo a permitir que o paciente seja agente de seu tratamento, como prevê o Código Civil. Neste ponto, há a possibilidade de diálogo

entre as juntas médicas e equipes que podem conferir apoio ao paciente testemunha de Jeová, pois professa credo contrário às práticas hemoterápicas, uma vez que a valoração que sua religião dá ao sangue impossibilita que este seja de uso feito por terceiros, seja que for. Como exemplo dessas equipes de apoio pode-se citar as equipes da COLIH (Comissão de Ligação com Hospitais).

As comissões da COLIH podem auxiliar no diálogo, mas também são dotadas de competentes membros que desenvolvem pesquisas e projetos que buscam agir na preservação da saúde de pacientes Testemunhas de Jeová, mas também no resguardo de sua convicção religiosa. Para tal possibilidade, membros da COLIH, sejam médicos ou pesquisadores da saúde, desenvolvem meios de tratamentos alternativos que forneçam igual ou mais elevada eficiência que os tratamentos hemoterápicos. Deste modo, podem ser auxílio para pacientes e médicos neste ponto que jamais pode ser confrontado, uma vez que possui objetivo único: a saúde da pessoa tratada.

METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de uma pesquisa de cunho revisional, onde se debruçou sobre a literatura corrente sobre a temática da possibilidade de recusa à transfusão de sangue por convicções religiosas. Para tal, foram utilizados artigos, normas da constituição, do código civil e também penal, mas sem se furtar das bases multidisciplinares como da psicologia, teologia, filosofia e sociologia, uma vez que tratar de direitos é falar do homem em sua completude e carece sempre de amplitude argumentativa, posto que não se busca encerrar a discussão, mas sim fornecer elementos que possam enriquecer a mesma.

Para Filho (2011), a compreensão se dá em “conhecer verdadeiramente um sistema é tê-lo justificado em si. Limitar-se a refutar uma filosofia é não compreendê-la; é preciso ver a verdade que ela contém”. Desta forma, buscou-se por meio deste ver os variados pontos de vista que os autores pretéritos e atuais dispunham e dispõem, a fim de ter maior amplitude argumentativa, não buscando ser ponto dogmático sobre o tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após tudo aqui disposto, vê-se que a complexidade que a temática traz é ponto de salutar diálogo e, posto que não é termo encerrado, pois nem mesmo a jurisprudência assim o vê, se faz necessário que haja esta busca por meios de fomentar respeito e responsável debate acerca do que se pode pensar como soluções, visto que cada caso requer especial atenção. Ainda que se ocupe de legalidade e dogmática, a pesquisa encontrou possibilidades de flexibilidade em ambas, religião e lei, mas sem suprimir nem uma tampouco a outra.

Se por um lado a vida deve ser resguardada porque é bem primordial e deve ser assim vista e tida, a liberdade de crença, bem como liberdade de agir como os princípios religiosos prescrevem, também deve ser respeitada em sua totalidade. Onde a norma aparente se choca, na verdade pede que haja um olhar mais específico sobre o caso disposto, com atenção às suas nuances e demandas específicas, analisando a possibilidade de tratamento alternativo diverso do hemoterápico, bem como se há lapso temporal que permita tal empoderamento, buscando, assim, que a liberdade religiosa seja respeitada, mas que a vida seja garantida e mantida tanto quanto se puder por meios múltiplos.

Fato que se observa que tal direito, de recusar-se a receber qualquer tratamento, existe, mas que não é também raro ver que tribunais entendem que a vida, ainda que não seja direito absoluto, é direito primordial e porta de acesso à fruição dos demais, logo, quando se

exaurem as formas de tratamento diverso, as juntas médicas encontram respaldo jurisprudencial amplo para adotarem o tratamento que julgam mais eficaz, com a justificativa de defesa da vida em primeiro lugar.

REFERÊNCIAS

FILHO, João Nascimento Borges. **Textos de Hegel - Dialética Hegeliana: A Contradição é o Motor do Pensamento**. Universidade Federal do Amapá Pró-Reitoria de Ensino de Graduação Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Amapá, 2011.

FREUD, Sigmund (1989). **Lo inconsciente**. In **S. Freud, Obras completas** (J. L. Etcheverry, trad., Vol. 14, pp.153-201). Buenos Aires: Amorrortu. (Trabalho original publicado em 1915.) Disponível em:
http://chamilo.cut.edu.mx:8080/chamilo/courses/MODELOSPSICODINAMICOSDELAPSICOLOGIA/document/Freud_Notas-sobre-el-concepto-de-inconsciente.pdf. Acesso em: 29 de set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 ago. 2022.

WEBER, Max. **Max Weber: religião, valores, teoria do conhecimento**. Uberlândia: Editora EduFu, MG, 2016.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: O IMPACTO SINDICAL APÓS A REFORMA TRABALHISTA E A INSEGURAÇA DO TRABALHADOR NO CAMPO JURIDICO

José Leonardo de Sousa¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe E-mail: joseleonardosousa914@gmail.com, Cleidiany Kelly Silva Cavalcante² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: Cleidiany.cavalcante@unjaguaribe.edu.br

RESUMO

Esta monográfica versa com o objetivo de analisar o impacto sindical após a reforma trabalhista e a insegurança do trabalhador no campo jurídico, na qual o trabalhador ficou bastante inseguro depois da promulgação. A primeira parte visa abordar a história sindical no mundo, o surgimento do primeiro sindicato, as primeiras sindicalizações, as suas implementações pelo mundo, assim, se busca entender como surgiu no Brasil, como foi suas implementações no país, na qual tiveram várias revoluções, com as lutas dos trabalhadores, através das mesmas veio a OIT, na busca de valorizar as relações de trabalho e ratificações de convenções internacionais. Outro ponto é a conceituação sindical, sendo um dos mais importantes neste contexto. Em segundo plano, o trabalho apresenta os impactos trazido pela reforma trabalhista aos trabalhadores, na qual foram inúmeros transtornos que a mesma veio carregando, neste sentido visa também o enfraquecimento dos direitos coletivos, na qual o principal prejudicado foi o sindicato profissional, a onde houve uma mudança advinda da reforma sobre a contribuição sindical, ou seja, pós reforma, os sindicatos tiveram as contribuições reduzidas, fazendo com que prejudicasse tanto o sindicato como o trabalhador, outro ponto, seria os princípios sindicais, a base de todo o direito trabalhista e logo após, o enfraquecimento dos trabalhadores diante da reforma. Por fim, em uma terceira abordagem, a pesquisa vai cogitar, os danos causados pela reforma trabalhista e seus pontos mais afetados, na qual houve uma lerva de danos causados pela reforma trabalhista.

Palavras-chave: direitos coletivos do trabalho; sindicatos; trabalhadores; contribuição sindical.

INTRODUÇÃO

A partir de tais critérios, se ver a importância sindical na sociedade, buscando uma equidade entre os envolvidos, também se pode falar que foi um avanço na busca de direitos na sociedade, na qual existia repressão a tal direitos antes mesmo de ser criadas as organizações sindicais.

Nesta perspectiva a análise de tais comportamentos deve ser mais aprofundado, pois as mudanças feitas na legislação em relação aos entes representativos trouxe deficiências na busca de ideais e insegurança jurídica, daí em alguns aspectos, o sindicato ficou insignificante, desacreditado por parte de seus filiados e não afiliados, fazendo com que muitos destes desfilassem e quem não era filiados não queria fazer mais parte.

Em relação a esses pontos batidos, será possível construir um foco desmiuçado na caracterização do direito sindical, buscando entender a real lógica deste direito na sociedade e qual o sentimento para seus representados que geralmente não entendem a sua participação e não sabe muitas vezes da força que existe nessa coletividade.

Neste sentido será apresentado a real importância do sindicato na busca de interesse para sua categoria, desde sua historicidade até os dias atuais, sendo que as entidades sindicais chegasse a onde estão até hoje, teve um processo doloroso e desafiados por parte dos seus representante.

Todo o processo de estudo buscara enfatizar a importância da entidade sindical no contexto das relações trabalhistas, que são várias, sendo uma delas mais importante, que é a busca de direito e igualdade para todos, pois a real finalidade do sindicato é contribuir e em busca de melhorias e condições para os seus filiados, pois os mesmo se enquadram na parte mais frágil nas relações trabalho, sendo qual for ele, mas temos também a liberdade sindical, fazendo com que tanto o trabalhador quanto o sindicato gozam deste direito adquirido na constância das lutas de ambos.

MARCO TEÓRICO

O conceito de sindicato, adotado por Jose Claudio (2018). Segundo o autor, o sindicato é um instituto formado por trabalhadores associados ou não, representando uma categoria, na qual busca o direito de se reunir, solucionar problemas próprios da sua atividade, através de meios lícitos para ter uma vida digna e uma melhor condição social.

Com base neste conceito, a constituição federal de 1988, no seu art.8º inciso III é bem clara ao dizer que o sindicato busca a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da sua categoria, nas quais tem exclusividade nas questões jurídicas e administrativas. Com isso, a lei assegura o sindicato a ter um exercício de suas funções representativas melhor, nas quais temos as negociações coletivas de trabalho que são exemplos disso.

Esse conceito é mais aplicável ao presente estudo porque o sindicato veio melhorar as condições sociais do trabalhador, na qual o mesmo antes de tal modo, não tinha tanta força para se defender, com o surgimento do sindicato, se teve uma segurança tanto jurídica como administrativa nos direitos coletivos e trabalho, de tal modo foi se fortalecendo que leis asseguraram os mesmos

METODOLOGIA

Este projeto tem por objetivo analisar o impacto sindical após a reforma trabalhista e a insegurança do trabalhador no campo jurídico, na qual o trabalhador ficou sem segurança jurídica, tendo em vista, que as categorias com seus respectivos sindicatos não tem tanta força como tinha antes da reforma. A relevância acadêmica e social desta pesquisa é alavancar o debate acerca deste fenômeno, no qual é tão importante para a sociedade no geral, pois este tem o objetivo de aflorar o pensamento e dá uma reflexão ao trabalhador, por ser um estudo que vai de encontro com seus ideias, a busca de direitos e de quem os representa, na qual o fortalecimento da sua categoria junto com seu sindicato representante, traz mais força na busca de direitos e ideias.

O critério da pesquisa é buscar métodos para comprovar o impacto da reforma trabalhista no meio sindical e para os seus associados de cada categoria profissional. As formas de combater os principais malefícios que a lei trouxe para os mesmos, fazendo com que não fique dúvidas nas pesquisas e estudos abordados, Neste sentido a pesquisa busca principalmente abordar os impactos causados na economia, no desemprego, na qual o trabalhador depois da reforma, não teve alternativa de buscar ajuda.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os pontos causados pela reforma, os mais afetados da reforma trabalhista, sendo eles os direitos individuais do trabalho que foram vários, sendo um deles o descanso intrajornada, dentre outros, e os direitos coletivos do trabalho, sendo mais afetados pela reforma, as negociações coletivas, que em via de regra foram afetados reflexamente, as entidades sindicais, ou seja, todos foram atingida pela reforma trabalhista, sem nem uma preocupação nos efeitos que poderiam ocasionar.

Enfim, houve vários pontos negativos na que não trouxeram vantagens para o meio social, a reforma trabalhista foi uma total aberração no direito do trabalho, fazendo com que todas as mudanças fossem contrarias a princípios, regras gerais e internacionais, fazendo um equívoco total na legislação, prejudicando os trabalhadores, empregadores e os representantes de classe. Assim, foram estudados todos os aspectos abordados, fazendo com que atendesse todos os anseios vistos, neste sentido, os objetivos foram completamente atendidos no que foram mostrados.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Mauricio Goldinho, DELGADO, Gabriela Neve. **A reforma trabalhista no Brasil**. São Paulo: LTr, 2017. 31 - 255 p

LEITE, Carlos Henrique bezerra. Curso de direito do trabalho.12. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020

OLIVEIRA, Ugo Briaca de. **Elaboração de projeto, TCC, Dissertação e Tese: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E DIREITOS HUMANOS: desafios e perspectivas para a melhoria das condições de existência daqueles que vivem do trabalho** 1. ed. Belo Horizonte: pontifícia universidade católica de minas gerais, 2019. 55 p

SARAIVA, Renato; LINHARES, Aryanna; TONASSI, Rafael. **CLT. Consolidação das Leis do Trabalho**. ed.21°. Salvador. juspodivm, 2018 .

O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO AO COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO E A LEI DE COTAS RACIAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

José Renan da Silva Freitas¹
Sandro Luís Brito Novais²

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo analisar a aplicação do princípio da proibição ao comportamento contraditório na efetivação da lei de cotas raciais para concursos públicos federais, com ênfase nas decisões das comissões de heteroverificação da autodeclaração dos candidatos negros.

Palavras-chave: cotas raciais; concurso público; administração pública federal; comportamento contraditório.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o comportamento contraditório da Administração Pública na aplicação da Lei nº 12.990, de 09 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal.

Considerando a importância fundamental do princípio da segurança jurídica, como sustentáculo de um Estado Democrático de Direito, é mister que as relações jurídicas não sejam maculadas por comportamentos contraditórios das partes envolvidas, principalmente se uma delas for o Poder Público.

Diante desse contexto, é inadmissível que a Administração Pública Federal, por meio das comissões de heteroverificação da autodeclaração dos participantes, considere um candidato como negro em um determinado concurso público e, em outro, posterior, deixe de considerá-lo, imotivadamente. É imprescindível que o Poder Público respeite os princípios da proteção da confiança legítima e da proibição ao comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*).

Ademais, diante da emergente discussão acerca da prorrogação da validade da Lei 12.990/2014, a qual possui vigência originária até 09 de junho de 2024, é incontestável a relevância social e atual do presente trabalho, pois trata da análise da efetivação de uma política pública com natureza de ação afirmativa reparatória, além de possuir uma contribuição acadêmica considerável, uma vez que aborda, essencialmente, questões de Direito Administrativo, mas estabelece um diálogo, principalmente, com o Direito Constitucional, além de outros ramos do Direito, ciência cuja divisão dá-se tão somente para fins didáticos.

MARCO TEÓRICO

Serão utilizados a doutrina de Anderson Schreiber (2016), para análise do princípio da proibição ao comportamento contraditório; o texto da Lei nº 12.990/2014, os atos administrativos que a regulamentaram e o inteiro teor do Acórdão da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41 (2017), cujo voto condutor do Ministro Luís Roberto Barroso foi acompanhado à unanimidade pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, para confirmação

da integral constitucionalidade da Lei em questão; e, por fim, os ensinamentos dos doutrinadores administrativistas Rafael Carvalho Rezende Oliveira (2015) e Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2017), acerca do princípio da confiança legítima, relacionado com o aspecto subjetivo dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, aplicado no âmbito do Direito Administrativo.

METODOLOGIA

No presente trabalho, será realizada uma pesquisa bibliográfica para identificar os estudos teóricos que abordam os institutos jurídicos em um aspecto abstrato, bem como uma pesquisa jurisprudencial, a fim de analisar o entendimento do Poder Judiciário brasileiro diante das situações concretas, no contexto de cotas raciais para concursos públicos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Tendo em vista que o presente trabalho propõe construir um silogismo lógico, foram construídas premissas no desenvolvimento do trabalho a fim de se chegar a um resultado conclusivo.

A primeira premissa é a que prevê a existência de um princípio de proibição ao comportamento contraditório ou do *venire contra factum proprium*, o qual está fundamentado essencialmente no princípio constitucional da solidariedade social, além de relacionado diretamente com os princípios da segurança jurídica, da boa-fé e da tutela da confiança.

Tem-se como segunda premissa a existência de uma lei de cotas que reserva vagas para negros em concursos públicos federais, declarada integralmente constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, inclusive quanto aos critérios subsidiários de heteroidentificação, desde que respeitados os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do contraditório e da ampla defesa, com ênfase à prevalência que deve ter a autodeclaração do candidato sobre a heteroverificação da comissão verificadora, diante de dúvida razoável sobre o fenótipo do candidato.

Por fim, adota-se como terceira premissa a afirmação que a Administração Pública age de maneira contraditória, em desrespeito à confiança legítima gerada no candidato que, inicialmente, foi aprovado como negro em determinado concurso público federal, após submissão à comissão de heteroidentificação, e, em certame posterior, é eliminado sob a alegação que não possui o fenótipo para concorrer às vagas reservadas aos cotistas raciais, em decisão imotivada de outra comissão de verificação da autodeclaração de negro, que desconsidera integralmente os atos administrativos exarados anteriormente.

Considerando as premissas apresentadas, é possível concluir que cabe o controle judicial do ato administrativo da Administração Pública Federal que elimina das cotas raciais de determinado concurso um candidato já enquadrado como negro em certame anterior no âmbito federal, uma vez que trata-se de análise da razoabilidade e, portanto, de legalidade, da decisão da comissão verificadora da autodeclaração, o que é plenamente permitido em nosso ordenamento jurídico, pois não há se falar, neste caso, em invasão à discricionariedade administrativa.

Além disso, é imprescindível o seguimento do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal na ADC 41 segundo o qual deve prevalecer a autodeclaração do candidato diante da decisão da comissão heteroverificadora, em caso de dúvida razoável relacionada ao fenótipo do participante. Repise-se que esta decisão do STF deve ser considerada já no âmbito administrativo, mas caso não ocorra deve-se recorrer ao Judiciário, sendo cabível inclusive

uma reclamação constitucional, de acordo com o art. 102, inciso I, alínea I, da Constituição Federal de 1988.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.** Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília, DF: 10 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal (Plenário). **Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 41.** Direito Constitucional. Ação Direta de Constitucionalidade. Reserva de vagas para negros em concursos públicos. Constitucionalidade da Lei nº 12.990/2014. Procedência do pedido. Relator: Min. Luís Roberto Barroso, 17 de agosto de 2017. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312447860&ext=.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Curso de Direito Administrativo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

SCHREIBER, Anderson. **A proibição de comportamento contraditório:** tutela da confiança e *venire contra factum proprium*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

O SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E A FALTA DE ACESSIBILIDADE PARA INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA

Lorena Clemente da Silva (Aluna do curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: lorna.silva@fvj.br) Alfredo Narciso (Professor Especialista do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com)

RESUMO

Trata-se de um trabalho de monografia que tem como objetivo analisar o sistema penitenciário brasileiro e a relação dos direitos humanos e o princípio da dignidade com relação aos indivíduos com deficiência. A partir desse ponto, o presente texto elucida inicialmente o histórico e os tipos de sanções penais previstas na vigente lei, tendo a prevenção e ressocialização como principais características. Entretanto a realidade tem sido contrária ao que foi previsto. Como já elaborado na pesquisa, as pessoas que têm sua liberdade privada como consequência de seus próprios atos, Porém os mesmos não tem sua dignidade protegida. Os presos são submetidas a muitos eventos desumanos, como torturas, péssimas condições carcerárias, entre outros problemas, não cumprindo o papel ressocializar que uma penitenciária deveria exercer. A metodologia empregada na elaboração deste estudo foi a de pesquisa bibliográfica e científica, consistiu na exposição do pensamento de autores debateram sobre o presente tema. Está dividida didaticamente em três capítulos. Inicialmente, ressalta-se a evolução histórica da pena e os tipos de sanções penais previstas pelo ordenamento vigente. Após, é analisado a origem e a aplicabilidade dos direitos humanos. Por fim, expõe a aplicação dos direitos humanos, verificando se os direitos que lhe são garantidos são cumpridos. O produto alcançado em virtude desta monografia revela primordialidade em discutir novas alternativas para a concretização do objetivo das penitenciárias, que seria a de ressocializar.

Palavras-chaves: penitenciário; direitos humanos; ressocialização; deficiência.

INTRODUÇÃO

Este projeto tem por objetivo expor uma abordagem relacionada ao encarceramento da pessoa com deficiência. Tendo como ponto principal e exclusivo a pessoa com deficiência que sofre nos presídios brasileiros por não haver uma adaptação necessária para que os mesmos possam cumprir sua pena, com pouca acessibilidade, assim como a ausência do Governo brasileiro com suas políticas públicas para proporcionar melhorias no sistema carcerário. Neste contexto se estudará as formas de tratamento e as condições precárias que estes indivíduos vivem no sistema carcerário, descritas pelo doutrinador Nelson Nery Junior, (1999). Ainda neste contexto se estudará também, a falência de nosso sistema carcerário apontado pelo autor, Júlio Fabbrini Mirabete (2008) e as denúncias feitas por Rafael Damasceno de Assis (2007) sobre o sistema carcerário, abordados em seu livro.

A estratégia metodológica da pesquisa é baseada no estudo dos fundamentos adotados pelo doutrinador Nelson Nery Junior, no qual nós diz que “o tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”, portanto, a ausência do Estado deixa claro que a pessoa com deficiência está em desigualdade no princípio isonômico. (NERY JUNIOR, 1999, p. 42).

Pretende-se com este estudo mostrar a realidade muitas vezes encoberta para os olhos da sociedade, porém de forma alguma buscaremos a defesa ou a impunidade das pessoas com deficiência, queremos tão somente transcrever e visar a demonstração da ausência do Estado em tutorear o apenado com deficiência. Dentro da medida de suas necessidades, tratar-se de uma análise com olhos para o universo das pessoas com deficiência, das quais estão submetidas a cumprir pena privativa de liberdade. Tenho uma irmã que sofre de deficiência e vejo todos os dias a sua luta para viver dignamente com todas as indiferenças e a falta de acessibilidade que a pessoa com deficiência vive mesmo sendo livre. Diante disso imaginei como é difícil a vida da pessoa com deficiência que faz parte do sistema carcerário e me propus a tratar o tema em questão.

MARCO TEÓRICO

A relevância acadêmica e social desta pesquisa tem como o intuito de melhorar o sistema prisional brasileiro, que, de forma avassaladora superlota as penitenciárias por todo o Brasil, com ênfase neste estudo, o objetivo é assentir uma consideração sobre as questões que trata da dignidade da pessoa, em especial do direito de cumprir a pena pelas pessoas com deficiência, em igualdade com a população carcerária.

A estratégia metodológica a ser utilizada é o conceito de isonomia adotado por Nelson Nery no qual nos diz que “o tratamento isonômico às partes significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades”, portanto, a ausência do Estado deixa claro que a pessoa com deficiência está em desigualdade no princípio isonômico. (NERY JR., 1999, p. 42).

Este doutrinador nos mostra a realidade fundamentada no direito de tratamento isonômico. Fundamentado ainda com base no direito à dignidade, baseado na Dignidade da Pessoa Humana, no qual consta na Constituição Federal, art. 1º, inciso III. Com base nos conceitos adotados mostraremos neste presente projeto que os direitos e deveres destes indivíduos não poderão ficar apenas no papel.

No presente projeto será utilizado a pesquisa fundamentada em artigos já existentes e publicados e pesquisas de campo desenvolvida com base em entrevistas e nos artigos publicados por Nery Junior (1999), Júlio Fabbrini Mirabete (2008) e Rafael Damasceno de Assis (2007).

Pretende-se investigar as condições que estes indivíduos portadores de quais- -quer deficiências vivem nos cárceres e quais as instalações atualmente vivenciadas. Para isso será elaborado uma pesquisa com pessoas que já visitaram ou fizeram parte do sistema penitenciário da região de Aracati, na qual constará perguntas sobre as condições das instalações, como, por exemplo, onde a pessoa com deficiência realiza suas necessidades fisiológicas, dorme e ainda se tem espaço para se locomover.

É importante destacar que será de grande fonte de conhecimento a constituição Federal de 1988 e as legislações de proteção a indivíduos com deficiência que vivem em condições indignas, sejam estes presidiários ou não.

No primeiro capítulo da monografia, pretende-se tratar dos direitos e deveres dos indivíduos que vivem em sistemas penitenciários, logo após no segundo farei uma análise as condições insalubres que se encontram as selas das penitenciárias, na qual não existe nenhum suporte para que estes detentos vivam e convivam com outros presos que não possuem deficiência. Já no terceiro será feito uma análise as pesquisas realizadas, na qual utilizarei as informações repassadas por dez 10 indivíduos que tem conhecimento.

Por fim buscarei fazer uma conclusão acerca do tema e quais as possíveis melhorias que o estado poderá adotar para trazer suporte a estes indivíduos portadores de deficiência que se encontram no sistema penitenciário da cidade de Aracati e regiões afins.

METODOLOGIA

Neste trabalho utiliza-se uma linha de pesquisa exploratória, que agrega uma extensa bagagem de conhecimento e informações bibliográficas, com o objetivo de despertar ao leitor interesse em pesquisar sobre o assunto e contribuir com a elaboração de alternativas para solucionar a problemática em questão. Com uma vasta abordagem de dados apresento-lhes conceitos e informações sobre a vivência de indivíduos portadores de deficiência inseridos no sistema prisional brasileiro.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De maneira compilada, este trabalho monográfico tratou do conjunto de questões emblemáticas que cercam o indivíduo com deficiência inserido no sistema penitenciário e suas garantias, sob à luz da Constituição Federal e dos Direitos Humanos, Considerando todo o cenário que foi discutido nesta pesquisa, pode-se entender que seus objetivos foram atendidos, sobretudo, quando fica evidente sob uma ótica direcionada à compreensão da ressocialização nos dias atuais, não impondo um resultado único ao final, e sim, postulando argumentos a favor de incentivar debates e reflexões sobre o conteúdo. A princípio foi apresentada introdução sobre o tema, apontando o nascimento da pena, que é o princípio para a existência de um sistema prisional, utilizando para isso, principalmente, artigos e livros científicos, que possuem um olhar histórico. A partir disso, verificou-se as sanções e a finalidade da pena. Para tanto, percebe-se que sua finalidade, além de punição, é a de ressocialização do preso, para que tal possa voltar a conviver em sociedade, tendo em vista que o indivíduo que deficiência sofre bem mais ao voltar para o ciclo social, pois além de sofrer por sua deficiência ainda sofre por ser um ex presidiário. Tal finalidade também é garantia de segurança para a sociedade. Em que pese o caminho percorrido, o estudo analisa os direitos humanos, desde sua existência até os dias atuais, pois, conforme se explica, tais direitos são primordiais à existência da dignidade humana, independentemente de suas ações. A pesquisa doutrinária revela que há muito o que fazer em relação a esse tema, começando pela reparação e construção de centros penitenciários e indo até o cumprimento das leis por parte estatal. Assim, como elucidado no texto, com base em alguns doutrinadores, a ressocialização é o principal caminho, tanto como uma nova oportunidade para os condenados, quanto para a efetividade da segurança na sociedade. Por fim, para completar o estudo, foi discutido a realidade atual desse sistema, analisando a violação dos direitos do homem para que seja verificado se ele atua como um fator de ressocialização do condenado, sempre à luz da constituição, tratados e leis vigentes sobre o respectivo tema, utilizando-se da hermenêutica para interpretar tais normas. Desse modo, o estudo concluiu-se por entender ser discussão interessante a questão levantada por mostrar-se como é essencial para o bom funcionamento do sistema prisional brasileiro termos selas mais adequadas para receber estes detentos, levando sempre em consideração o princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Conheça alguns direitos assegurados à Pessoa presa. 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79862-cnjservico-saiba-qualis-sao-os-direitos-da-pessoa-presa>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública, Disponível em:

https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil/relatorio_2016_junho.pdf -
Acesso em: 02 mai. 2022

JUNIOR, Nelson Nery; NERY, Rosa Maria de Andrade. Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. São Paulo, 2006, p. 164.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. Execução penal. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, p.89, 2008.

NUNES, Adeildo, da Execução Penal. Rio de Janeiro: Forense 2009, p. 230.

SOUZA, I.M.B. O Princípio da Individualização da Pena na Execução Penal. Brasília, 2011.
Disponível em: . Acesso em 22 nov. 2017

DIREITO DO CONSUMIDOR NAS COMPRAS VIRTUAIS

Luana Rocha da Silva Costa¹ (aluna do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – e-mail: luanarocha516@gmail.com) Xeila Maiane da Silva Freitas² (Professora Orientadora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – e-mail: xeila.freitas@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia fala a respeito do tema “Direito Do Consumidor Nas Compras Virtuais” desta forma, a princípio é realizado uma análise histórica tanto da internet como do Código de Defesa do Consumidor, pois, para que seja compreendido o assunto a ser discutido neste trabalho é crucial se entender o seu contexto histórico. Em seguida é abordado sobre os mais variados conflitos gerados por transações comerciais de forma virtual e os impactos que o isolamento social decorrente da pandemia da corona vírus, ocasionou no comércio eletrônico. Por fim, porém não menos importante, é analisado os princípios que regem o Código de Defesa do Consumidor e o artigo 49 do referido código, que aborda sobre os direitos dos consumidores virtuais. As pesquisas feitas acabam mostrando que as Leis existentes para se proteger os consumidores que realizam compras online, não conseguem promover segurança jurídica, pelo fato de não serem específicas e deixando muitas lacunas diante dos casos concretos, o que responde a indagação que origina este trabalho de como se porta o Código de Defesa do Consumidor frente aos conflitos nas relações de comércio eletrônico. Para tanto, foi utilizado a metodologia de pesquisa bibliográfica que tratam do tema em questão.

Palavras-chave: consumidor; Código de Defesa do Consumidor; comércio eletrônico; segurança jurídica; internet.

INTRODUÇÃO

Vivemos uma realidade em que o mundo tem se tornado cada vez mais digital, sendo assim, as compras pela internet são mais comuns a cada dia, principalmente, após a pandemia da COVID 19 que ocasionou o isolamento da população. No entanto, um problema relacionado a esse tema é que com o aumento das compras realizadas via internet, também vem aumentando o número de reclamações por parte dos consumidores em relação aos problemas ocasionados em suas compras. Desta forma pode-se delimitar o trabalho a identificar como se porta o Código de Defesa do Consumidor diante dos inúmeros casos de reclamações por parte dos consumidores virtuais. Tendo como pergunta problema, se há segurança jurídica para os consumidores virtuais? A presente monografia tem por objetivo geral fazer uma análise do código de defesa do consumidor frente as compras realizadas pela internet. E por objetivo específico identificar se há eficiência das Leis consumeristas que protegem os consumidores virtuais. O trabalho, Direito do consumidor nas compras virtuais, teve como metodologia a pesquisa bibliográfica de artigos, livros e revistas já existentes e foi realizado em três etapas sendo a primeira uma pesquisa do contexto histórico da internet e do próprio Código de Defesa do Consumidor, seguindo pela segunda etapa que foi uma análise dos principais problemas nas compras virtuais e os impactos da pandemia no comércio eletrônico e por fim, a terceira etapa se deu por uma análise das Leis que guardam os consumidores virtuais. A importância de se estudar esse tema é que ele tem grande relevância

em nossa atualidade pelo fato da forte presença do comércio eletrônico em nosso dia a dia. Nesse contexto, o desenvolvimento de uma revisão da literatura sobre o tema proposto, poderia contribuir com a solução destes problemas, uma vez que as revisões têm a função de possibilitar uma análise sobre um determinado assunto a partir de diferentes perspectivas, auxiliando em sua compreensão. Dessa maneira, se fosse realizada uma revisão da literatura sobre o tema Direito do consumidor nas compras pela internet, isso contribuiria com a ampliação dos conhecimentos dos leitores sobre essa temática específica. O que justifica a realização deste trabalho, pois a função dele é sumarizar as principais descobertas científicas sobre o tema proposto e apresentar os resultados obtidos para uma análise aprofundada sobre o assunto.

MARCO HISTÓRICO

Com o surgimento da internet foram abertas novas possibilidades inclusive de um comércio em que os consumidores conseguem fazer suas compras sem sair de casa, que é chamado de comércio eletrônico, contudo, apesar de ser mais prático também há muitos problemas nessa relação de comércio, daí se deu a necessidade de uma Lei que garantisse os direitos dos consumidores, o chamado Código de Defesa do Consumidor. Inicialmente será abordado o contexto histórico da internet e do próprio Código de Defesa do Consumidor, seguindo pela segunda etapa que foi uma análise dos principais problemas nas compras virtuais e os impactos da pandemia no comércio eletrônico e por fim, a terceira etapa se deu por uma análise das Leis que guardam os consumidores virtuais.

METODOLOGIA

Na presente pesquisa será utilizada a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em estudos bibliográficos dos autores Cláudia Lima Marques e Tarcisio Texeira, bem como o estudo aprofundado do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros pertinentes ao tema, sendo esta portanto do tipo qualitativa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com a realização desta monografia, foi encontrado dois resultados, o primeiro foi a falta de informação dos consumidores sobre seus direitos e por conta disso acabam sendo lesados, pois, mesmo se sentindo prejudicado, por não saber que pode recorrer, acaba por apenas tentar contatar a empresa e nada mais. Além da falta de informação jurídica por parte dos consumidores, o Código de Defesa do Consumidor não conseguiu promover segurança jurídica o suficiente para os consumidores virtuais, pois a Lei é muito escassa neste sentido, não que não haja a eficiência da Lei, contudo, pelo fato de não ser uma Lei específica para as relações comerciais via internet, acaba deixando muitas lacunas em aberto nos diversos casos concretos. Sendo assim, de uma forma geral, o CDC não conseguiu suprir todas as necessidades dos mais variados conflitos existentes no comércio eletrônico. Este trabalho pretendi levar esse assunto a ser mais discutido para que em um futuro breve sejam encontradas soluções viáveis para minimizar a gigantesca demanda de reclamações nesse segmento comercial.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 5. ed. São Paulo: RT, 2006

TEIXEIRA, T. Comércio Eletrônico - conforme o marco civil da internet e a regulamentação do e-commerce no Brasil, 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502622494/> Acesso em: 11 Nov 2022

BREVE HISTÓRICO DO DIREITO DO CONSUMIDRO. Disponível em: <https://vitorgug.jusbrasil.com.br/artigos/112106596/breve-historico-do-direito-do-consumidor-e-origens-do-cdc/amp> Acessado em: 02/12/2022

CINCO PRINCIPAIS RECLAMAÇÕES SOBRE COMPRAS ONLINE. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/reclamacoes-compras-online> Acessado em: 02/12/2022

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA; UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Lúcia Helena Carneiro de Souza¹ (Aluna do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: lucelena.h@hotmail.com),
Romário Nascimento de Oliveira² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email: oliveira.romarioadv@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer informação para gestantes, que durante muito tempo vem sofrendo violência obstétrica quando buscam atendimento em hospitais e clínicas na gestação, parto ou pós-parto pelos próprios profissionais de saúde. Essa violência é muito silenciosa, podendo ser difícil identificá-la, já que em muitos casos a própria vítima se quer sabe que foi violada. Podendo ser física, moral psicológica, sexual... Através de comentários ofensivos, xingamentos, discriminação, abusos, procedimentos feitos sem o consentimento da parturiente, e na maioria dos casos sem necessidade. Este trabalho tem a finalidade de diminuir os números de vítimas com a instrução as mulheres sobre os seus direitos. Portanto buscou-se alisar o conceito, as formas, os tipos de procedimentos tido como violência obstétrica, os aspectos jurídicos, considerando que no Brasil não há uma Lei Federal específica que trate dessa violência. Também foi analisado a violência obstétrica como uma Violação aos Direitos Humanos, tendo em vista que viola vários direitos do ser humano, como por exemplo o direito à vida que pode ser considerado um dos principais, já que sem ele os outros inexistem.

Palavras-chave: violência obstétrica; violação aos direitos humanos; gestação, parto e pós-parto.

INTRODUÇÃO

A violência Obstétrica é um tema que deveria ter maior relevância, tendo em vista que muitas mulheres que sofrem, se quer tem o conhecimento que sofreram violência, acham que são procedimentos normais, por confiarem nos médicos e por já ser enraizado na sociedade que o parto é um momento de dor e sofrimento.

Porém o que acontece é que além da dor que o parto já causa por si só, as gestantes e parturientes passam por outros momentos de terror. Momentos esses causados pelos próprios profissionais de saúde que deveriam estar ali para lhe socorrer.

Podendo ser psicológica, verbal, física, sexual, ou de várias maneiras, como por meio de xingamentos, frases ofensivas... “ quando foi fazer não chorou”, “ próximo ano está aqui de novo que eu sei”, “ você vai matar o seu bebê”... Ou por meio de procedimentos invasivos como a episiotomia, manobra de kristeller, uso inadequado de ocitocina, ou quando negam atendimento, proíbem a entrada de acompanhante etc...

No Brasil não tem Lei Federal específica, ou tipo penal que condene a prática de violência obstétrica, deixando as gestantes com sentimento de abandono e de impunidade. O que acontece é que para que os profissionais que praticarem a violência não saírem impunes, deve-se utilizar de legislações já existentes.

A violência obstétrica é uma violação dos direitos das mulheres, é considerada uma violência de gênero. Os Direitos Humanos criado em 1984, defende o fim da discriminação

em função do sexo, incentivando a igualdade entre homens e mulheres, no entanto o que acontece com as gestantes claramente é a violação dos seus direitos.

MARCO TEÓRICO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2014, fez uma declaração quanto a violência obstétrica:

No mundo inteiro, muitas mulheres sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde. Tal tratamento não apenas viola os direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação. Esta declaração convoca maior ação, diálogo, pesquisa e mobilização sobre este importante tema de saúde pública e direitos humanos. (OMS, 2014 p.01).

A violência obstétrica é uma violação dos direitos das mulheres, é considerada uma violência de gênero, é direcionada a mulher, causando dor e sofrimento a gestante, parturiente, afetando a sua integridade física, e psicológica, muitas vezes causando a morte materna ou do nascituro. Além do mais é uma forma de violação aos Direitos Humanos (NAZÁRIO; HAMMARSTRON, 2014).

Assim violando um dos principais direitos humanos que é o direito à vida. Diz a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p. 4) que "Toda pessoa tem direito à vida." Visto que tirado esse direito, elimina todos os outros.

O direito ao próprio corpo é o ponto de partida de uma sociedade democrática que dê aos indivíduos igual valor, assim a mulher pode absterse da maternidade ou busca-la exercendo sua autonomia sexual de acordo com sua autonomia existencial e direito personalíssimo ao corpo com fundamento na dignidade da pessoa humana (MARIANI; DO NASCIMENTO NETO, 2016).

Não justifica violar este princípio já que ele é baseado na autonomia da vontade, na sua própria decisão, logo, se a vontade da mulher é não realizar tal procedimentos, e este não interfere na sua saúde ou da criança, se o profissional executar, ele não entende a parturiente como um ser que pode tomar a sua própria decisão sobre o seu corpo.

METODOLOGIA

Para buscar compreender o que se propõe o trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de artigos científicos, dissertações, doutrinas, trabalhos, e uso da legislação vigente no país, como a Constituição Federal, o Código Civil, Código Penal, Declaração Universal dos Direitos humanos (DUDH) e algumas jurisprudências.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Concluiu-se que a violência obstétrica é um tema gravíssimo bastante relevante, que precisa ser maior discutido, para que gestantes e parturientes tenham acesso às informações, sobre que atos caracterizam esta violência bem como os direitos que as mesmas possuem.

Acredita-se que um dos principais motivos para que essa violência só cresça no Brasil, é a falta de legislação específica, que faz com quem não se tenha uma maior garantia, limitando-se ao uso das legislações já existentes para que não haja impunidade dos

envolvidos. Sendo imprescindível criar uma lei específica que trate da violência obstétrica e que tipifique e puna quem a praticar, protegendo assim as gestantes e parturientes.

Por fim foi analisado que a violência obstétrica se mostra como uma violação aos direitos humanos, visto que mulheres estão tendo tratamentos desumanos e degradantes, causando danos a sua integridade física e psicológica, ferindo o respeito, igualdade, dignidade e justiça.

REFERÊNCIAS

MARIANI, Adriana Cristina; DO NASCIMENTO NETO, José Osório. **Violência obstétrica como violência de gênero institucionalizada: breves considerações a 47 partir dos direitos humanos e do respeito às mulheres.** Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 2, n. 2. 2016

NAZÁRIO, Larissa; HAMMARSTRON, Fátima Fagundes Barasuol. **Os direitos da parturiente nos casos de violência obstétrica.** XVII Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL. Rio Grande do Sul, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **"Declaração da OMS sobre taxas de cesáreas."** *Hum Reprod Program* (2015): 1-8.

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS: FACÇÕES E A RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

**Maria Paula de Lima Barros¹ (Aluna do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: paula.lima@fvj.br),
Alfredo Narciso² (Professor Especialista do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: alfredonarcisojuridico@gmail.com)**

RESUMO

O Sistema Prisional brasileiro diverge entre o que preconiza a legislação e o que é posto em prática, deste modo, com as carências existentes nesse sistema, no qual é extremamente comum encontrar ilegalidades cometidas pelo Estado em relação aos presos, comprovadamente redigidos nos relatórios dos Mutirões Carcerários do Conselho Nacional de Justiça, vem a tona a importância de reformulação e melhoria da legislação de execução penal, com aplicações de sanções a quem o descumprir, bem como maiores investimentos a propiciar estrutura física adequada, alimentação, educação básica e profissional. Os presos estão sob a tutela do Poder Público, sendo sua responsabilidade o cumprimento as leis e aplicação de medidas que tornem essas pessoas, capazes de retornarem à sociedade, melhor do que entraram nos presídios.

Palavras-Chave: execução penal; organização criminosa; presos; ilegalidades; presídios.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo a análise da influência das facções criminosas no processo de ressocialização do sistema penitenciário brasileiro, que por consequência causa aumento da reincidência dos indivíduos, de modo que a proposta de pesquisa bibliográfica fortalecerá os argumentos que serão apresentados. Sendo assim, nesta pesquisa será proposto uma discussão a respeito da legislação pátria, perpassando por sua aplicação e descumprimentos, somando aos inúmeros problemas encontrados nos presídios do país e assimilando esse tema a sinopse social e econômica da reintegração à sociedade dos indivíduos antes enclausurados.

MARCO TEÓRICO

Na década de 50, a Organização das Nações Unidas emitiu documento aos países membros, chamado as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos, conhecida popularmente como as Regras de Mandela (CNJ, 2016). Composto a rede dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, buscando incentivar a Política de direitos básicos dos presos.

O sistema penitenciário brasileiro atualmente é utilizado como “depósito humano”, na política falha do encarceramento em massa, de modo que as facções acabam controlando boa parte das prisões e fazem valer as suas regras próprias, que na omissão e não cumprimento da Legislação Carcerária, o Estado ignora tais problemáticas para transmitir a população que as unidades carcerárias estão cumprindo o seu papel constitucional.

O Primeiro Comando da Capital é o grupo criminoso dominante no país, por ter o maior número de pessoas aliadas em todo o território nacional. Sua atuação nos presídios é

dominada por conceder benefícios ilegais, como uso de celular, drogas e muitas vezes comida e um lugar para dormir, devido a falta de espaço e os inúmeros presos dentro de uma única cela. Tais favores, são cobrados financeiramente aos familiares de quem usufrui dos serviços. Em certos casos orquestram simultaneamente rebeliões em vários presídios de seu domínio para demonstrar sua insatisfação com alguma tomada de decisão do Poder Público, contra a organização ou seus líderes.

Diante da necessidade de enquadrar juridicamente grupos criminosos, como trazido anteriormente, neste trabalho tendo por foco as facções. O legislador brasileiro, no ano de 2013, elaborou a lei de nº12.850/2013. Nessa conceituação, deve-se destacar os verbos nucleares, desta maneira diferindo do conceito de outro crime, o de associação, são eles: estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas.

No Brasil, assim como ocorre em outros países, as organizações criminosas em sua maioria surgem de dentro das prisões, sejam com objetivos primários de lutar por direitos e contra abusos físicos, sejam para se tornar verdadeiras entidades visando o lucro com o tráfico de drogas, entre outros esquemas criminosos dentro e fora dos presídios.

O Comando Vermelho é uma das grandes facções criminosas no Brasil, ela foi criada em 1970, no presídio Cândido Mendes, chamado de Ilha Grande, no Rio de Janeiro. O surgimento dessa Organização Criminosa foi dada através da união de vários detentos, no qual começaram a receber orientações de presos com uma hierarquia maior, que passaram informações aos demais de como liderar e conseguirem dentro do sistema prisional, atitudes para proteção e luta contra o Estado.

A facção PCC foi criada no presídio de Taubaté onde os mais perigosos detentos eram encarcerados, lá eles passam 23 horas presos em suas celas. Esta organização criminosa já teve outros nomes em sua criação, porém o objetivo desta nunca foi confundido. Seus membros queriam sempre combater o sistema prisional e trazer melhorias para dentro dos presídios. Depois do massacre do Carandiru, a facção fez seu estatuto que conta com 16 artigos, e neles constam os direitos e deveres dos membros, contando sempre com a fidelidade dos seus apoiadores.

O presente colapso do sistema prisional, não é algo pontual e sim fruto de sucessivas e insuficientes tentativas do Poder Público em atender o clamor social por segurança de qualquer maneira. A falta de investimentos e a falha de atualização da legislação penal como um todo, associando-se aos graves problemas sociais do país, reflete o caos que as prisões vivenciam e respinga na própria sociedade.

A relevância do Estado Constitucional e de Direitos, se justificam em si, para manutenção de regras mínimas para um país possa ser gerido num ideal de legalidade, igualdade, do acesso à justiça e o da liberdade (Greco, 2017, p. 28). Ainda conforme Greco (2017, p.32-33), O princípio da Legalidade em referência ao estudo do direito penal, assegura que é estritamente proibido a irretroatividade dessa legislação, bem como, a criação de crimes e penas através de costumes, sendo proibido o emprego de analogia para criar crimes, fundamentando ou agravando penas e deste modo, são proibidas as incriminações sem fundamentação legal.

As soluções alternativas à crise do Sistema Prisional vão de encontro ao combate às facções, visto as origens desses grupos criminosos e por possuírem parte de seus líderes presos. A Política de Segurança Pública não encontrou solução para quebrar o poderio desses grupos, preponderantemente, ações pontuais e populistas, que visa somente angariar apoio público, não está funcionando.

METODOLOGIA

Neste trabalho que segue a linha de pesquisa exploratória, fornecendo extensa bagagem bibliográfica, com objetivo de despertar no leitor interesse em contribuir com o assunto de maneira, elaborando soluções alternativas e efetivas para as problemáticas do sistema penitenciário. Com uma abordagem qualitativa de dados, apresentando conceitos e informações sobre atuação das facções criminosas, sobretudo em relação as atividades ilegais dentro dos presídios.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A produção deste trabalho ensejou um estudo sobre a origem das facções criminosas no Brasil, que possuem hierarquia bem definida e regras próprias, com divisão de tarefas, de modo que o lucro com o comércio ilícito seja sempre maior, desta forma, enquadrando-se como verdadeiras organizações criminosas. Todavia, foi dentro das prisões que tais grupos surgiram, dado a forma como eram tratados pelo Estado e pela escassez de estrutura física, etc. O poder público propiciou através de sua omissão, vácuo de autoridade, sendo o estopim para que grupos fossem criados com o pseudo lema de combate a opressão estatal e por garantias dignas de sobrevivência nos presídios. O endurecimento de penas, redução da maioria penal e criação de novos presídios, tornam-se políticas populistas e temporárias, ocasionando ao invés de redução da criminalidade, proporciona o encarceramento em massa, aumento dos indivíduos que buscam na criminalidade, meios de sobrevivência ante a ausência do Estado nas comunidades. Diante do que foi apresentado por esta pesquisa, ressalta-se a falta de proatividade por parte da sociedade em pressionar e contribuir com soluções necessárias e eficazes para a derrocada do sistema carcerário. Não adianta, apontar a culpa somente para o Estado, com a sociedade omitindo-se de contribuir para o debate e fiscalizando as medidas a serem implementadas de modo que a realidade possa começar a se transformar em um cenário melhor, respeitando os direitos inerentes aos presos, cumprindo a Legislação precipuamente no que diz respeito aos programas de reinserção social e profissional dos presos, para seu harmonioso retorno ao convívio coletivo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 5 de out. de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de jun. de 2022.
- BRASIL. Lei nº 12.850 de agosto de 2013. **Define organização criminosa** e dispõe sobre a sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília-DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm. Acesso em: 05 de nov. de 2022.
- CEARÁ. **Relatório do Mutirão Carcerário do CNJ no**. Fortaleza-Ce, out. de 2013. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/Relat%C3%B3rio_Ceara_2013.pdf. Acesso em: 05 de nov. de 2022.
- GRECO, Rogério. **Sistema Prisional: colapso atual e soluções alternativas**. 4. ed. Niterói: RJ: Impetus, 2017.

ALIMENTOS GRAVÍDICOS: A POSSIBILIDADE DE INDENIZAR O SUPOSTO PAI PELOS DANOS SOFRIDOS APÓS A NEGATIVA DE PATERNIDADE

Maria Ravena Maciel Teixeira de Sousa¹ (aluna do curso de Bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: ravena.sousa@fvj.br);
Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A presente monografia tem como principal objetivo realizar uma análise minuciosa a respeito do instituto dos alimentos gravídicos que é amparado pela Lei nº 11.804/2008, que se referem a uma espécie de prestação alimentar reclamada pela gestante em face do suposto pai, para fins de contribuir com as despesas decorrentes da gravidez. A problemática abordada baseia-se no seguinte questionamento: Poderá o suposto pai que restou lesado após realizar o pagamento dos alimentos gravídicos fixados com base em meros indícios, ser indenizado pelos danos decorrentes da negativa de paternidade? A técnica metodológica utilizada, deu-se através da pesquisa qualitativa e documental em artigos científicos, legislações, doutrinas e entendimentos jurisprudenciais acerca do tema. A princípio, o primeiro capítulo trata a respeito da evolução histórica do instituto dos alimentos e sua abordagem na legislação brasileira e os direitos do nascituro. O segundo capítulo, dedica-se especificamente aos alimentos gravídicos, suas particularidades e aspectos processuais. Por fim, no terceiro capítulo buscou-se demonstrar os reflexos da injusta fixação de alimentos gravídicos, bem como apresentou-se possibilidades de indenização ao suposto pai pelos danos sofridos diante da negativa de paternidade.

Palavras-chave: alimentos gravídico; indenização; injusta fixação; negativa de paternidade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar o instituto dos alimentos gravídicos que se originaram do Projeto de Lei nº 7.376/2006 até chegar a atual redação da Lei nº 11.804/2008, deste modo, observa-se que tais alimentos são fixados pelo magistrado com base em meros indícios de paternidade, uma vez que não se é mais permitido realizar o exame de DNA com o nascituro ainda em ambiente intrauterino.

Para tanto, faz-se necessário salientar que o enfoque principal da presente monografia encontra-se, especificamente, no fato de que a injusta fixação dos alimentos gravídicos pode vir a ocasionar danos ao suposto pai em casos que restar comprovado que não existe vínculo biológico entre ele e a criança, portanto, este indivíduo que fora lesado diante da falsa atribuição de paternidade não poderá ficar desamparado judicialmente, uma vez que cumpriu com uma obrigação que não cabia a si, mas a outrem, a saber o pai biológico do menor.

Desta mister, frente à temática abordada, manifestou-se o desejo de estudar de forma mais profunda os direitos deste cidadão que vem a ser apontado como suposto pai e é submetido a fornecer alimentos à genitora, criando-se assim uma expectativa de que o nascituro é seu filho e posteriormente, frustra-se com o resultado negativo, ao mesmo tempo que será discutida a responsabilização civil da genitora.

Frisa-se que o tema tem grandíssima relevância no meio jurídico-social, uma vez que, tem como propósito assegurar ao nascituro o direito à vida e conseqüentemente, garantir também a este suposto pai todos os seus direitos, caso haja a negativa de paternidade.

Dessarte, almeja-se através dos estudos realizados para a elaboração da presente monografia, que o público-alvo obtenha as informações necessárias sobre o pagamento dos alimentos gravídicos cumulados com a negativa de paternidade, que geram danos morais e materiais ao requerido, que através do exame de DNA, toma conhecimento de não ser o pai do menor após o nascimento, bem como, as possíveis formas deste cidadão ter os prejuízos sofridos, reparados.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Cahali (2009), Phillips (2011), Beraldo (2012), Dias (2015), Madaleno (2020), Wald e Fonseca (2013) e Rizzardo (2019) para embasar e enobrecer a pesquisa bibliográfica e documental. Para tanto, foram apresentadas discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando-se, especialmente, os reflexos decorrentes da injusta fixação de alimentos gravídicos, bem como os danos oriundos de tal e por fim, possibilidades de que o suposto pai venha a ser indenizado.

METODOLOGIA

Na construção da presente monografia foram utilizadas duas formas de pesquisa metodológica: a pesquisa bibliográfica, que deu-se através da doutrina de autores, leis, sites de pesquisa na internet, além de artigos científicos de extrema relevância que versam sobre o tema em comento. Ademais, tem-se também a pesquisa documental que muito engrandeceu o trabalho com os entendimentos jurisprudenciais apresentados com o objetivo de reparar os danos do suposto pai que restou lesado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho possibilitou um melhor entendimento acerca do instituto dos alimentos gravídicos e sua aplicabilidade, uma vez que a possibilidade do pleito aos referidos alimentos preencheu uma grande lacuna na legislação brasileira, principalmente, pelo fato de ter sido um tema muito debatido anteriormente ao advento da lei supramencionada. Deste modo, assegurou à gestante e ao nascituro os seus direitos, proporcionando a este um desenvolvimento e gravidez saudável, até o seu nascimento.

Entretanto, por se tratar de uma norma repleta de inovações, nota-se que esta traz em seu texto de forma expressa a possibilidade de requerer essa prestação alimentar judicialmente embasada apenas em meros indícios de paternidade, ou seja, não é necessário que sejam apresentadas provas robustas para que o magistrado fixe o pagamento destes alimentos em face do suposto pai apontado.

Ainda, no que tange à fixação da presente obrigação alimentar em face do suposto pai, sabe-se que esta imposição ao pagamento com base em indícios de paternidade, poderá acarretar ao indivíduo uma condenação injusta, dado que, não se tem nenhuma certeza científica a respeito do vínculo paterno entre o suposto pai e a criança.

Neste sentido, constata-se que existem grandes chances de que o suposto pai venha a sofrer danos tanto na esfera moral quanto material por decorrência da falsa atribuição de

paternidade que restou comprovada através do exame de DNA, pois, este, estava cumprindo com uma obrigação alimentar que não cabia a si, mas sim, ao verdadeiro genitor da criança.

Para tanto, vislumbra-se a importância do debate acerca da presente problemática, dado que, o ordenamento jurídico brasileiro ao proporcionar os direitos das gestantes e do nascituro, acabou gerando uma insegurança jurídica para o indivíduo que se prejudicou pelo adimplemento da prestação alimentícia fixada com base em indícios.

Deste modo, os danos oriundos da injusta fixação dos alimentos gravídicos, vão muito além do pagamento do importe mensal em favor da gestante, pois não se relaciona somente a isto, mas afeta, principalmente, a moral e a honra do homem que de certo modo acreditou que possuía vínculo biológico com o nascituro.

Durante a construção da monografia pôde-se concluir que a genitora não poderá responder civilmente de forma objetiva, pois o artigo 10 do Projeto de Lei nº 7.376/2006, que previa tal possibilidade sofreu veto presidencial. Entretanto, nada impede que esta mulher seja responsabilizada de forma subjetiva, ou seja, deve-se comprovar o dolo, a culpa ou a má-fé desta ao atribuir uma falsa paternidade ao indivíduo. Dessarte, através dos entendimentos jurisprudenciais apresentados, observa-se que o suposto pai pode ser indenizado por danos morais pela falsa atribuição de paternidade.

Conclui-se que apesar de o ordenamento jurídico não apresentar formas explícitas de reparação dos danos sofridos pelo suposto pai após a negativa de paternidade, não se pode fazer ouvidos surdos à situação deste indivíduo, pois, tal problemática só encontra-se presente na sociedade, por decorrência da fixação dos alimentos gravídicos com base em meros indícios de paternidade, o que de certo modo, não deveria ocorrer, dado que, não se deve imputar a alguém uma obrigação sem sequer haver a real comprovação de que cabia a este.

Por fim, salienta-se que muito embora sejam apresentadas algumas formas de solucionar a situação que acometera esse indivíduo que restou lesado, abre-se a oportunidade para futuras discussões ainda a respeito da problemática, dado que a legislação brasileira encontra-se em constante evolução.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.804, de 5 de novembro de 2008.** Disciplina o direito a alimentos gravídicos, a forma como ele será exercido e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111804.htm. Acesso em: 09 out. 2022.

CAHALI, Yussef Said. **Dos alimentos.** 6. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias.** 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2015.

FREITAS, Douglas Phillips. **Alimentos gravídicos: comentários à lei n. 11.804/2008.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011.

MADALENO, Rolf. **Direito de família.** 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

ABANDONO AFETIVO: CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIZAÇÃO DA AUSÊNCIA DA GENITORA NA VIDA DO INFANTE

Neyvia Maria Almeida Freitas Silva¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail: neyvia.freitas@fvj.br);

Orientador: Jaks Douglas Uchôa Damasceno² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe-UNIJAGUARIBE, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo central analisar o fenômeno do abandono afetivo materno na sociedade brasileira, principalmente no tocante às consequências e à responsabilidade decorrentes da prática do ilícito na vida do infante. Mesmo ganhando pouca visibilidade, frente ao abandono afetivo paterno, este decorrente da mãe também toma bastante espaço no contexto social. Partindo do que é observado corriqueiramente na sociedade e levando em consideração a fragilidade dos infantes, a presente pesquisa reúne argumentos e embasamentos no intuito de responder ao problema: O que leva uma mãe a abandonar seu filho? Tal conduta materna é mais gravosa para o menor do que a praticada pelo pai? Para quem recai o ônus do cuidado quando a mãe abandona seu descendente? Primordialmente, busca-se desenvolver um raciocínio acerca da relação familiar na perspectiva temporal, perpassando pela historicidade do conceito de família, bem como as características da família contemporânea na legalidade civil/constitucional e os princípios que orientam e sustentam as relações parentais. Consequentemente, serão apresentados o conceito e os aspectos gerais da responsabilidade civil nas relações de família, ou seja, a reparação civil decorrente do abandono afetivo, já que a prática de tal conduta ofende os princípios constitucionais, configurando, assim, uma reparação ao filho. Por conseguinte, será tratada a matéria propriamente dita deste trabalho: o abandono afetivo quando praticado pela mãe - as consequências e os efeitos do dano na vida do infante, posto que o ato acarreta danos severos durante todo o ciclo vital da criança/adolescente. Somado a essa ideia, o ônus do cuidado que recai aos avós quando o genitor busca o sustento do lar é objeto de suma importância para o entendimento da vertente defendida, já que, com a prática abandônica materna, surge um dever de cuidado ainda maior para a figura paterna, e, quando este é o único provedor do lar, manifesta-se a “responsabilidade subsidiária” dos avós em prover afeto e carinho aos seus netos. Ademais, serão apresentados entendimentos dos tribunais brasileiros que versam sobre a matéria, visto que, mesmo havendo entendimentos distintos acerca da possibilidade de reparação civil, o assunto está caminhando para uma maior aceitação, de modo que o que sempre deve ser levado em conta é a dignidade da pessoa humana, principalmente em se tratando de crianças/adolescentes. Vale dizer que toda pesquisa foi realizada por meio documental, utilizando-se de livros, leis, jurisprudências, revistas, dentre outras fontes.

Palavras-chave: abandono afetivo; crianças e adolescentes; dano; família; responsabilidade civil.

INTRODUÇÃO

Por muito tempo na história da sociedade a figura do homem era atribuída todo poder sobre a família e seu lar. Onde, ao homem cabia o trabalho externo afim de prover o sustento da casa, e a mulher cabia a criação dos filhos, bem como toda organização do lar. Ademais, o casamento era tido como sagrado, não admitindo outras formas de união senão pelo matrimônio, e ainda, a união não se dava pela ideia dos laços afetivos existentes entre as pessoas, mas, sim, com a finalidade de procriação. Mais tarde, com o advento da Revolução Industrial, as mulheres passaram a desempenhar funções semelhantes aos homens, principalmente no espaço de trabalho e a ideia de afeto passou a ser vetor basilar para a composição familiar. Com a promulgação da Constituição de 1988 e a criação do Novo Código Civil, passou-se a levar em consideração a dignidade da pessoa humana, bem como imputou aos pais a mesma proporção de cuidados para a criação e desenvolvimento sadio dos filhos. Com isso, casos de abandono afetivo passaram a serem reconhecidos, quando verificado a negligencia do dever “afeto” e/ou cuidados. Tal atitude, na maioria das vezes decorre do genitor, mas casos de abandono afetivo materno também acontecem cotidianamente, porém, ainda com pouca repercussão. Ocorrências como essas, acarretam na vida do menor danos psicológicos e emocionais, capazes de perdurarem uma vida toda. Quando ocorre tal prática, e o pai busca o sustento do lar a obrigação afetiva para com esses menores recai aos avós, assumindo um papel de equilíbrio emocional, segurança e apoio para as crianças/adolescentes. Partindo do exposto, há que se falar na responsabilidade civil, como meio de reparar a ausência do afeto materno, porém tal instituto ainda é pouco esmiuçado, se comparado ao abandono afetivo paterno, além de ser matéria de divergências de entendimentos.

MARCO TEÓRICO

O presente trabalho teve como fundamentação teórica os seguintes autores: Dias (2021), Pamplona Filho; Gagliano (2019), Gonçalves (2020), Pereira (2021), Lobo (2018), e Madaleno (2020) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, apresentando as discussões históricas, conceituais, principiológicas sobre o tema pesquisado, destacando para a responsabilidade civil decorrente do abandono afetivo materno, bem como a caracterização e os efeitos do dano, tendo em vista tal ato incidir sob crianças/adolescentes.

METODOLOGIA

Para a construção da pesquisa, fora utilizada a pesquisa metodológica que possui natureza qualitativa, e pesquisa documental. Na elaboração do trabalho, foram utilizadas doutrinas, artigos, monografias, teses de dissertação, sites especializados da temática e ainda legislações, como o estudo do Código Civil de 1916, Constituição Federal de 1988, do Código Civil de 2002, da lei nº **8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente** e dentre outras. Cite-se também, as jurisprudências considerando seus diversos entendimentos acerca da possibilidade de reparação civil frente ao abandono afetivo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir da análise do trabalho, ficou constatado que, no abandono afetivo, a omissão da genitora atinge um bem jurídico da prole, o dever de cuidado. Este, quando violado pelos genitores, pode trazer um dano psicológico à prole, que deverá ser indenizada por danos

morais. Contudo, na responsabilidade derivada dessas relações, o que deve ser sempre levado em consideração é a dignidade da pessoa humana, no caso, do infante.

Levando para o caso concreto, essa forma de punir o desafeto na esfera judicial resulta em inúmeras demandas no Judiciário Brasileiro, onde surge o direito e a importância de fixação de um quantum relacionado à pensão alimentícia, obrigação protegida e regida constitucionalmente. Porém, o simples pagamento se mostra ineficaz com relação ao abandono afetivo, pois o que realmente deve haver é a convivência familiar para o desenvolvimento social e psicológico saudável das crianças e dos adolescentes.

Atrelado a essa ideia, observou-se o quanto o abandono afetivo materno impacta negativamente a vida das crianças e, conseqüentemente, todo seu ciclo de vida, pois é com a mãe que o indivíduo mantém seus primeiros contatos, quando ainda é um embrião que se encontra em processo de formação em seu ventre. Daí, esse ser já é capaz de sentir tudo aquilo que se passa no meio externo quando essa situação se interioriza na figura da genitora.

Ficou constatado ainda que, para a psicologia, os danos causados pela ausência da mãe são bem mais severos e cruéis na vida dos menores do que aqueles provenientes da falta do pai, pois, na maioria das vezes, é com a mãe que o indivíduo produz um elo estreito. Nesse viés, a figura da genitora durante a formação/desenvolvimento do infante é de suma importância, assim como a família encontra um papel relevante nessa construção dos vínculos, passando para a criança segurança de que é amada e contribuindo com seu desempenho durante toda sua existência.

Além disso, foi possível concluir também que, quando o abandono materno incide na família, surge uma dificuldade para o pai em relação à criação dos filhos, já que ele, na maioria das vezes, trabalha externamente para prover as necessidades do lar. É a partir daí que surge a responsabilidade subsidiária dos avós, tendo em vista que, mesmo com as dificuldades enfrentadas por esse público na criação de seus netos, eles esclarecem que os benefícios superam quaisquer aspectos negativos, não optando por deixarem de prestar esses cuidados, por temerem que seus genitores, devido aos problemas existentes, possam não dar conta de cuidar, da melhor forma, de seus filhos.

Nesse caso, a responsabilidade afetiva-emocional das crianças/adolescentes fica a cargo de seus avós, enquanto a responsabilidade financeira para garantir-lhes uma vida digna é do seu genitor. É certo que um pai solteiro enfrenta bem mais dificuldades na criação dos seus filhos do que uma mãe sozinha. Dessa forma, ficou constatado que, quando ocorre o abandono afetivo da mãe, mas existe uma figura familiar (o genitor ou os avós) que ofereça cuidados semelhantes, fica mais fácil para a criança assimilar tudo e viver de uma forma mais tranquila e harmônica, consigo mesmo e com todos que lhe cercam.

As opiniões a favor do reconhecimento do abandono afetivo como um ilícito civil apresentam argumentos favoráveis pautados em princípios constitucionais e leis infraconstitucionais que visam garantir o bem-estar e a dignidade das crianças e dos adolescentes vítimas dos pais. Já as vertentes contra a indenização argumentam que não é possível “monetizar o amor”.

Ao verificar os julgados dos tribunais brasileiros, é possível concluir que a temática da responsabilidade civil no direito de família, especificamente no abandono afetivo, é um assunto que vem ganhando muito espaço, mas divide entendimentos acerca da possibilidade ou não da responsabilidade dos genitores e o dever de indenizar.

Por fim, por se tratar de pesquisa acadêmica, não cabe concluir o estudo, mas apenas tecer considerações finais sobre o tema analisado, visando contribuir nas futuras pesquisas acadêmicas com esse viés científico, tendo em consideração a evolução social e legislativa necessárias que envolvam o direito de família e a prática do abandono afetivo materno.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 14. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2021.

GAGLIANO, Pablo Stolz. **Novo curso de direito civil**. V. 3. **Responsabilidade civil** / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil brasileiro: direito de família**. 17. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. 1045 p.

LOBO, Paulo. **Direito Civil: famílias**. 8. ed. Brasil: Saraiva Educação, 2018. 320 p.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 10. ed. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Nacional, 2020. 2197 p.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**. Prefácio Edson Fachin. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA REFLEXÃO ACERCA DAS OPERAÇÕES POLICIAIS REALIZADAS EM COMUNIDADES DO ESTADO BRASILEIRO

Paulo de Sousa Cosmo¹ (aluno do curso de Bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE),
Orientadora: M^a. Arielle Arry Carvalho (professora do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo de esclarecer as controvérsias e divergências acerca da responsabilidade civil do Estado fixando-se nas questões relativas à segurança pública no tocante às operações policiais que são realizadas em comunidades, tendo como diretriz o artigo 37, § 6º da Constituição Federal, que mostra explicitamente sobre a responsabilidade do Estado, além do artigo 43 do Código Civil e dos princípios da legalidade, da supremacia do interesse público sobre o privado, entre outros. Completando ainda sobre a colisão entre princípios e aplicação das normas do texto constitucional, no sentido de medir a responsabilidade, de busca solução pela justiça. Apresenta ainda, as causas que restringem estas obrigações de indenizar o lesado pelo evento danoso proveniente desta atividade estatal, sempre portando a argumentação na proporcionalidade e precaução.

Palavras chave: responsabilidade civil; estado; segurança pública; operações policiais; balas perdidas.

INTRODUÇÃO

o artigo 37, § 6º da Constituição Federal, que trata a responsabilidade do Estado por meio de seus agentes, o artigo 43 do Código Civil, bem como os princípios da legalidade, da supremacia do interesse público sobre o privado, dentre outros. Muito se fala sobre a responsabilização do Estado em face do particular. De um lado o Estado que atua em nome da coletividade e do outro lado, o particular, passível e frágil, à mercê de agentes da Administração Pública, em especial, os que compõem a segurança pública. Os agentes da segurança pública devem ser submetidos a treinamentos constantes, para que possam realizar as operações policiais que lhe são confiadas com eficiência.

operações policiais em bairros nas cidades e municípios, que atingem pessoas alheias, inocentes e que não possuem nenhum vínculo com a situação que está sendo objeto das operações, e que acabam sendo atingidas por exemplo, por bala perdida, ou por torturas, ceifando até mesmo as suas vidas. Esses casos exigem uma reflexão acerca da responsabilidade, se é do próprio Estado ou não. O art. 37, §6º da Constituição Federal dispõe que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. Contudo, não há dúvidas de que, quando o dano vem a ser causado a terceiros por meio de seus agentes, a responsabilidade é do Estado.

As diversas interpretações sobre o mesmo elemento legal podem ensejar uma espécie de insegurança jurídica na sociedade brasileira quanto ao tema. Por essa razão discorre-se nesse trabalho sobre a divergência jurisprudencial acerca da temática e busca-se, assim, responder ao seguinte questionamento: Em que medida o Estado é responsável por danos causados a terceiros decorrentes de operações policiais no contexto de balas perdidas?

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: foram estudados, especialmente, trabalhos como os de autoria do Gabriel Rodrigues Miceli e Sérgio Cavalieri Filho.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica com enfoque nas obras dos autores Gabriel Rodrigues Miceli e Sérgio Cavalieri Filho, dentre outros, bem como se trata de uma pesquisa documental, uma vez que apresenta dados acerca das operações policiais, aborda as decisões dos tribunais sobre o tema. A natureza da pesquisa é teórica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Observou-se que nos eventos danosos provenientes das ações da segurança pública a doutrina, em sua maior parte, adotou a teoria da responsabilidade objetiva, onde independentemente de dolo ou culpa, o Estado será responsabilizador e obrigado a indenizar o administrado pelo dano causado, havendo também julgados nos tribunais que afirmam a necessidade de provar a culpa do agente para que seja configurada a responsabilização estatal, principalmente no referente aos casos concretos de “bala perdida”, assunto que demonstrou uma enorme divergência doutrinária, entre si jurisprudencial. Conclui-se que é necessária a precisa análise do caso concreto para que só então, o magistrado relator do processo possa mensurar a responsabilidade do Estado, pois o ente estatal apesar de promotor da segurança pública e garantidor da ordem pública, não pode ser responsabilizado por toda e qualquer desordem na ordem pública, visto que não é um segurador universal e que, caso fosse tratado assim, acarretaria na iminente falência estatal.

REFERÊNCIAS

ABREU, Daniel Maciel de; ZOGAHIB, André Luiz Nunes. O nível de escolaridade dos integrantes das agências policiais e um paralelo com a polícia militar do estado do Amazonas. **Revista Nova Hileia**. Vol. 3. Nº 1, jul-dez 2017.

ALVES, Maria Helena Moreira. Upp um caminho para a guerra civil / Sociedade. Entrevista a revista Carta Capital. Disponível em:

BARROSO, Luís Roberto. Princípio da legalidade. Delegações legislativas. Poder regulamentar. Repartição constitucional das competências legislativas. **Revista de Direito Administrativo**, v. 1, p. 15, 1997.

BIZAWU, Sébastien Kiwonghi; DO CARMO, Valter Moura; XIMENES, Julia Maurmann. Direitos sociais e políticas públicas II. I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI / Florianópolis: CONPEDI, 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Apelação 0383351-09.2008.8.19.0001. Rio de Janeiro – RJ, 2015.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

STOCO, Rui. **Tratado de responsabilidade civil**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL: ANÁLISE DE EFICÁCIA DA LEI KAROLINA DIECKMANN

Pedro Hugo Barros Silvano¹ (Aluno do Curso de Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: pedrohugosilvano9701@gmail.com),
Romário Nascimento de Oliveira² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: oliveira.romarioadv@gmail.com).

RESUMO

A sociedade pressionou bastante por uma resposta frente a exposição do caso da Carolina Dieckmann, frente a tal pressão, o Congresso Nacional acelerou a tramitação da Lei 12.737/12, a qual foi criada com a finalidade de resolver as questões ocorridas com as vítimas de crimes virtuais, porém, o texto seco da lei trouxe algumas falhas e tais falhas produzem uma ineficácia no que tange à complexidade de resolução das condutas inadequadas e os danos irreversíveis.

Palavras-chave: crimes virtuais; ineficácia; direito.

INTRODUÇÃO

É importante frisar que a inscrição do sujeito nesse universo tecnológico implica ter consciência dos seus direitos bem como de seus deveres, haja vista que a tecnologia não gerou apenas benefícios, porém, trouxe também atos maléficos, os quais são denominados como crimes virtuais e condutas ilícitas que ofendem e viola os direitos constituintes previstos na Carta Magna.

MARCO TEÓRICO

CONTEXTO HISTÓRICO DO COMPUTADOR

Corroborar-se que o fundador da informática foi o matemático e cientista da comunicação britânica, Allan Turing, o qual teve uma grande importância no processo do desenvolvimento científico focando os algoritmos e na computação, sendo que a máquina criada por ele foi uma espécie de embrião, do que hoje se conhece como computador (FILHO, ALEXANDRE, 2014).

Origem da Internet

Portanto, segundo Diana (2018), a internet tanto estruturou como modificou o modo de se conviver, de se trabalhar e de se consumir, pois as empresas perceberam que a internet facilitava a comunicação, o envio de mensagens, fotos e vídeos, o que era determinante para conseguir o público para as demandas de venda.

As redes sociais

Porquanto, pode-se corroborar que as redes sociais ganharam inovações na sua estrutura e na sua arquitetura de utilização, porém, não foram somente as redes, os jornais também foram atualizados para plataformas, sendo que as pessoas podiam acessar as notícias dos jornais em plataformas na internet pelo computador (DIANA, 2018).

O PANORAMA DOS CRIMES VIRTUAIS

Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente (BRASIL, 1940).

A conceituação do que é crime virtual

Os crimes digitais podem ser conceituados como sendo as condutas de acesso não autorizado a sistema informáticos, assões destrutivas nesses sistemas a interceptação e comunicações, modificações de dados infrações a direitos de autor, incitação ao ódio e discriminação, escárnio religioso, difusão pornografia infantil, terrorismo entro outros (PINHEIRO, 2010, p. 46)

Tipificação dos crimes virtuais

Os crimes são classificados em dois típicos: impróprios e próprios. Quando se fala em crimes virtuais impróprios, eles também podem ser chamados de impuros, uma vez que o principal instrumento para essa realização desse crime é o computador.

Hackers e crackers: agentes de crimes virtuais

Dessa forma, importante destacar que o termo hacker ganhou uma conotação negativa na sociedade de forma que a palavra é utilizada para se referir ao criminoso virtual, sendo que o indivíduo hacker na verdade age de maneira positiva, desenvolvendo soluções cabíveis para os sistemas de forma profissional e responsável.

Crimes virtuais à dignidade da pessoa humana

Os crimes virtuais cometidos contra a dignidade humana se referem ao *cyberbullying*, que se constitui como uma prática ou um comportamento dentro da realidade virtual que danifica, violenta e prejudica alguém, ou seja, é uma violência virtual contra as pessoas usando a internet como sua principal arma.

Crimes em relação à propriedade intelectual

Em relação aos crimes contra a propriedade intelectual, podemos destacar as condutas ilícitas que danificam e prejudicam o direito autoral, a preservação do inédito do criador.

LEGISLAÇÃO DOS CRIMES VIRTUAIS – CASO CAROLINA DICKEMANN

Para entendermos bem o contexto desse caso da Carolina Dickemann, salienta-se que em 2012 a atriz recebeu ligações e ameaças de expor suas fotos íntimas na web e para isso exigiam uma quantia de dez mil reais para não ter o vazamento das fotos.

Lei nº 12.737 – Lei Carolina Dickemann

A lei nº 12.737, conhecida como a Lei Carolina Dickemann, tipifica as condutas criminosas no mundo virtual, alterando o Código Penal brasileiro, uma vez que acrescenta ao texto originário do CP os artigos 154-A e 154-B.

O artigo 154-A do Código Penal e sua dúbia interpretação

O texto do artigo 154-A do Código Penal brasileiro trata acerca da invasão como crime, tendo o núcleo o verbo tratar. Outro ponto que merece destaque por representar uma deficiência no texto da lei do artigo 154 é que só existiria crime se o indivíduo realizar a invasão do sistema “a força, apoderar-se violentamente”, o que significa dizer que sem o uso de força e de violência, a invasão não é considerada um crime (REIS, 2013, p.34).

Os problemas da tipificação em relação aos crimes da *Deep Web*

Nesse sentido, é importante frisar o que Loes (2013) aponta que a Lei ainda requer de aspectos mais severos e hábeis para se concretizar e se tornar um dispositivo eficiente, uma vez que o texto legal possui lacunas ambíguas, o que dificulta o processo de tipificação e de penalidades, deixando a interpretação dificultosa e possibilitando mais impunidade aos criminosos.

METODOLOGIA

Para delinear o referencial teórico, utilizamos uma pesquisa bibliográfica, a qual como afirma Gil (2002, p. 44) é “desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nessa seara, vale salientar que a Lei Carolina Dickemann se constitui como o divisor temporal da influência do ordenamento jurídico no mundo virtual, ao tornar concreto a identificação, o reconhecimento e a punição dos crimes cibernéticos. Porém, a Lei Carolina Dickemann possui falhas e deficiências em seu texto, como o uso do termo invasão, o qual remete ao fato de que se o dispositivo não tiver proteção, o ato de invadir não se constitui crime cibernético.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

DIANA, Daniela. **História e evolução dos computadores**. 2018. Disponível em: www.todamateria.com.br/historia-e-evolucao-dos-computadores. Acesso em: 04 nov. 2022.

FILHO, Gilberto Farias de Souza; ALEXANDRE, Eduardo de Santana Medeiros. **Introdução a Computação**. Paraíba. Editora da UFBP, p.1-16, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

REIS, W. J. **Princípios constitucionais** – teoria e evolução. São Paulo: Juruá, 2013.

A APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA

Pedro Renan Barros Damasceno¹ (Aluno do curso de Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: pedro.renan@fvj.com.br),

Me. Thaís de Oliveira Nogueira² (Orientadora do curso de Bacharelado em Direito do pelo Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE em Aracati-CE. E-mail: thais.nogueira@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

O princípio da insignificância ou princípio de bagatela está sendo muito usado pelos Tribunais e pacificado pela doutrina, pela capacidade de afastar a tipicidade material do crime, pelo fato da conduta empregada pelo agente não ter sido capaz de lesionar de modo expressivo o bem jurídico tutelado, transformando desse modo o fato atípico.

Palavras-chave: princípio da insignificância; autoridade policial; aplicação.

INTRODUÇÃO

O princípio da insignificância vem sendo muito praticado no âmbito do Direito Penal. Em vista disso, os Tribunais superiores vêm aproveitando com frequência o referido princípio, que tem como consequência a exclusão da tipicidade material tornando a conduta atípica (SANTOS; MELO, 2020). O princípio da insignificância ou ainda chamado de bagatela, é reconhecido e usado pelos Tribunais e pacificado na doutrina, podendo afastar a tipicidade material da conduta, pelo fato de não ter lesionado bem jurídico, tornando o fato atípico (RAMOS, 2021). O princípio da insignificância processa-se diante da necessidade de retirar do âmbito penal as condutas que, apesar de serem típicas, não tem tipicidade material suficiente, uma vez que não afetam os bens jurídicos tutelados pelo direito penal (SANTOS; MELO, 2020).

MARCO TEÓRICO

O Princípio da Insignificância, mesmo que não tenha sua conceituação declarada em nenhum dispositivo legal do ordenamento jurídico brasileiro, está se fortalecendo muito nas últimas décadas, assim como sua legalização, autenticação e a sua aplicação, tem sido mais aplicado na jurisprudência. Conforme Neto e Luz (2021) tal fato se deve às referências e esclarecimentos dos doutrinadores jurídicos que dedicam ao instituto bastante espaço em suas obras, em seus estudos e em suas pesquisas. Assim, serve de fundamento e base para que os operadores e aplicadores do Direito transformem tal princípio uma realidade jurídica. A natureza jurídica do princípio da insignificância conforme Silva (2022) é de causa de exclusão da tipicidade, isto é, o fato se torna atípico (STF). O fato típico é formado pela conduta, resultado, nexos causal e tipicidade. A tipicidade pode ser formal e/ou material. Nesta última é onde incide o princípio da insignificância. No *caput* do artigo 144 da Constituição Federal do Brasil (1988), a “segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”. (BRASIL, 1988, p. [s.n]). Assim sendo, o Estado deve garantir que os bens

jurídicos não passem por situações, ou seja, possam sofrer influências externas, que cause perturbações, que causem sua destruição, para esse propósito, é indispensável a criação de medidas de direito social, buscando soluções que visam à diminuição da criminalidade na sociedade. Desse modo, o Estado deve atuar com rigor quando permitido e com amenidade e placabilidade quando for necessário.

METODOLOGIA

A partir da pesquisa bibliográfica e qualitativa foi realizada uma pesquisa jurisprudencial sobre o tema em artigos científicos, doutrinas, informações em sites e legislação, com intuito de realizar uma juntada de informações que serviram para fundamentação da pesquisa, para esta finalidade analisou-se os trabalhos de autores que abordam o assunto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

É importante ressaltar que as discussões em torno da aplicação do Princípio da Insignificância, estão tornando-se cada vez mais recorrentes quando efetivadas pelo delegado de polícia, quer na lavratura do auto de prisão quer no momento da instauração do Inquérito Policial, sendo este causador de demasiados constrangimentos extraprocessuais aos investigados, no processo penal e reflete de forma expressiva na sociedade, correndo o risco de impactar os princípios dos direitos humanos fundamentais tais como: a honra, a intimidade, a privacidade, a imagem, a reputação. O princípio da insignificância é aplicado pelos Tribunais Superiores e reconhecido no âmbito do Direito Penal brasileiro, intentando que este princípio segue a ótica dos princípios basilares do Direito Penal brasileiro como, por exemplo, a mínima intervenção estatal, princípio da proporcionalidade, da subsidiariedade e da lesividade. De tal modo que os princípios citados acima caracterizam que exclusivamente seja aplicada a Lei Penal nas infrações no momento em que não forem cabíveis outras medidas de outros ramos do Direito, uma vez que uma conduta que é inapta a causar lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado não tem interesse para a atividade da persecução penal. Tendo em consideração a função do Delegado de Polícia de natureza jurídica não é possível afastá-lo da possibilidade de aplicação do princípio da insignificância durante o inquérito. Compreendeu-se que o princípio da insignificância ou bagatela, vem conquistando espaço nos estudos da seara penal. Constatou-se que o princípio em referência, já era aplicado desde o direito romano. Claus Roxin no ano de 1964 incluiu esse princípio no direitopenal para excluir a tipicidade material dos crimes de bagatela. Considerando os objetivos desse estudo foi possível entender através do desdobramento da pesquisa que a legislação e a doutrina defendem a aplicabilidade do princípio da insignificância, pelo poder judiciário ou pela autoridade policial, na condição de que sejam mantidas as garantias dos direitos fundamentais do cidadão e principalmente visando a preservação de tais direitos nos casos de insignificância. Sendo assim, não há dúvidas em relação as atribuições do delegado de polícia e de que cabe a este na qualidade de o primeiro garantidor da legalidade e da justiça, impedir abusos contra o cidadão e assegurar tais garantias e suas funções no aspecto pré-processual, levando em conta a tipicidade, ilicitude e culpabilidade dos fatos, e cumprir sua missão constitucional e reduzir a sobrecarga desnecessária da máquina estatal, desse modo, diz que tem constitucionalidade em tal aplicabilidade que só tem a beneficiar a sociedade e ao judiciário brasileiro. Compreendeu-se que capacitado e com conhecimento jurídico preciso para posse do cargo, o Delegado de Polícia é capaz e competente para verificar e aplicar normas (princípios e leis) aos fatos e ocorrências que lhes foram entregues à apreciação.

Apesar de alguns princípios serem aplicados por intermédio da análise subjetiva pelo magistrado, o princípio da insignificância dispõe de essenciais e importantes objetivos traçadas pelo STF. Nesse sentido, compreende-se que o controle de constitucionalidade e de convencionalidade diante de um fato em investigação compete ao delegado de polícia no exercício da profissão determinar a incidência ou não princípio da bagatela (insignificância), uma vez que, o mesmo está habilitado para isto. Foi analisado, ainda que existem entendimentos doutrinários e jurisprudenciais que discordam sobre a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial. Ressalva-se que os fundamentos doutrinários que podem possibilitar a aplicação do princípio, tem base na atipicidade do fato, de modo que, se é atípico para a autoridade judiciária, desse mesmo modo, apresenta igual natureza para a autoridade policial. Mais um argumento que trata da autoridade policial como sendo a primeira autoridade a realizar o juízo de tipicidade, ao verificar quando uma conduta praticada pelo agente apresenta os requisitos do princípio da insignificância não estará forçado a instaurar o inquérito policial. Por fim, deve-se dizer que o delegado tem a função de assegurar o cumprimento das leis e proteger os direitos e princípios constitucionais reduzindo a exposição descabida dos cidadãos ao encarceramento que gera prejuízos sociais irrecuperáveis. Assim, ultima-se que a finalidade básica da aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de polícia é garantir o não acontecimento de prisões em flagrante, quer dizer, reprimir denúncia ou condenação quando não tem sustentação em sede judicial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.**

NETO, L.G. da S; LUZ, A. C. dos S. da. **A aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial.** 2021

RAMOS, J. E. P. **A aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial e seus reflexos para o sistema penal brasileiro.** Monografia Jurídica apresentada à disciplina de Trabalho de Curso II, do Departamento Ciências Jurídicas, Curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOÍÁS), 2021

SANTOS; G.R.de S; MELO, M.L.A. de. **Aplicação do princípio da insignificância pela autoridade policial: uma análise doutrinária da viabilidade de utilização do referido princípio na seara do inquérito policial.** Artigo apresentado a Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2020.

SILVA, D. **Princípio da insignificância ou da bagatela: conceito, natureza jurídica, requisitos, aplicabilidade pela jurisprudência.** 2022.

RESSOCIALIZAÇÃO DO EX-DETENTO: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-EVOLUTIVA À LUZ DO DIREITO.

Raimundo Alef da Silva¹ (Aluno do Curso de Direito da Unijagaribe, e-mail: raimundo.silva@fvj.br), Jefter de Oliveira Sobreira² (Professor Especialista da Unijagaribe, e-mail: jefter.sobreira@fvj.br).

RESUMO

A ressocialização do ex-detento é um assunto de suma importância e de grande discussão no mundo jurídico. Atualmente submerso em diversas dificuldades e repleto de estigmas, o Sistema Prisional Brasileiro existe para reeducar o criminoso de maneira eficiente e pedagógica. Através da análise bibliográfica, com base em teses e dissertações sobre o tema, em conjunto com a investigação documental da legislação em vigor, verifica-se diversos problemas enfrentados fora do cárcere, que depois do cumprimento de uma pena, consistem em um grande desafio para os envolvidos. Há na própria sociedade certo preconceito impregnado quando o assunto é detenção. Necessário se faz entender o processo, como se dá a participação da sociedade e como reintegrar o ex-criminoso com eficácia. O objetivo geral dessa pesquisa é identificar a importância da ressocialização e as dificuldades enfrentadas pelos detentos e a sociedade, analisando os programas de reabilitação e seus benefícios. Identifica-se, ao final, que os benefícios introduzidos na legislação para reinserir o ex-detento que se encaixa nos perfis estabelecidos nos programas de reabilitação são, de fato, oportunidades para uma reinserção eficiente. Porém, é necessário que haja melhorias no tratamento dado ao custodiado. Dessa forma, é dever do poder público garantir a dignidade do preso, resguardando seus direitos essenciais à vida, à saúde, à segurança, à alimentação adequada, e outros direitos importantes, tudo isso atuando em conjunto para que o apenado volte ao convívio social.

Palavras-chaves: ressocialização; ex-detento; sistema prisional; sociedade. análise.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como proposta investigar os desafios que o ex-presidiário tende a enfrentar perante a sociedade no processo de reintegração, levando em consideração alguns agravantes, para entender a moderna forma de se punir e o impacto que essa forma de punição possui no processo de ressocialização. A ressocialização vem sendo um grande desafio para os gestores do Sistema Prisional Brasileiro, gerando dúvidas se esse sistema realmente é eficaz, não somente para o Estado, mas também, e principalmente, para a sociedade. Pairam muitas dúvidas a respeito dos tipos de reabilitação existentes no Brasil, entre elas, como seria de fato a aplicação da punição nos estabelecimentos penais. Com esses questionamentos desenvolveremos uma análise sobre os trabalhos prisionais e a eficiência da ressocialização do ex-presidio no Brasil. Para uma maior compreensão do tema, faz-se necessário um estudo sistemático do sistema penitenciário, das finalidades da pena e da forma como o sistema penitenciário é organizado no país. Entretanto, devemos ressaltar que sentimentos de medo, insegurança e desconfiança são fatores que descredibilizam o ex-detento perante a sociedade. O preconceito se tornou significativo, pois há uma crença muito forte de que um ex-criminoso não merece um voto de confiança e que podemos com esse estudo entender que a reincidência mora na dificuldade da ressocialização. Assim, podemos

crer que o processo de ressocialização do detento é uma medida complexa, e que mostra uma necessidade de ter devida atenção, para que se obtenha um resultado satisfatório. Nestes termos, entende-se que a sociedade, os programas sociais, a vontade dos apenados, o sistema penitenciário, são fatores cruciais para a obtenção de resultados positivos, e assim de fato, obter o resultado satisfatório.

MARCO TEÓRICO

Este trabalho teve como referencial autores e trabalhos acadêmicos de alta confiabilidade, entre eles estão citados: Rogerio Greco, Rosanna Barros, Michael Foucault, Guilherme Nucci, Cezar Roberto Bitencourt, Paulo Freire, Hálisson Rodrigo Lopes, Fernanda Garcia Escane, Ana Luiza Saliba, Gustavo Tasoniero, e outros, analisando não só as obras bibliográficas relevantes, mas os trabalhos acadêmicos. Investigando aspectos da ressocialização nos autores supracitados, para entender a importância desse ato de ressocializar.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica abordada é a análise de documentos, programas educacionais, a investigação bibliográfica, pesquisas em teses e dissertações que abordam as dificuldades enfrentadas pelo ex-detento em processo de reintegração para retornar à sociedade totalmente reabilitado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com este trabalho pôde-se concluir a grande importância que existe na ressocialização de um ex-criminoso. Sua eficácia está garantida se houver a participação positiva da sociedade, porém é notado uma dificuldade significativa das pessoas no que diz respeito ao acolhimento dessas pessoas, persistindo ainda sentimentos de desconfiança e preconceito. Sobre os programas para auxiliar esse processo de reintegração, há uma série de benefícios para o apenado, um destes benefícios é a possibilidade de serem readmitidos na sociedade, na forma de cidadão comum, permitindo uma nova possibilidade de mudança de vida, tendo a possibilidade de adquirirem o regime semiaberto ou até mesmo aberto. Nesta abordagem, o bracelete de vigilância eletrônico vem sendo cada vez mais utilizado. Destaca-se que as dificuldades apresentadas ao processo de ressocialização são nítidas, podendo-se dizer que a sociedade tende a excluir naturalmente estas pessoas do convívio social por rotularem e pelo simples motivo de não aceitarem que um ex-detento pode voltar a ter uma vida dentro dos limites da lei. Todavia, verificam-se ao longo da pesquisa alguns fatores que podem ajudar a melhorar a ressocialização, como aplicar a educação ao apenado, bem fazer a sociedade ganhar confiança no sistema penal, para que essa passe a mudar sua abordagem ao reeducando. A família tem um papel importante no processo de ressocialização, conviver no meio familiar é uma das formas de manter o apenado na legalidade, facilitando o processo e reabilitação, podendo desenvolver métodos de ensino de caráter disciplinar, autocontrole, e comportamento moral. Auxiliando tanto na forma física e emocional para o ex-delituoso ter vontade e garra de prosseguir com processo de reabilitação. Apesar disso, nota-se que estamos longe de obtermos o resultado desejado.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Douglas de Abreu. **A dimensão da educação nos processos de socialização e humanização no cárcere na perspectiva de agentes educativos**. João Pessoa, 2021.

CORREIA, Gabriella Viroli. **Remição da pena pela leitura: a importância da biblioteca prisional**. Florianópolis, 2019.

COSTA, César David. **A ressocialização dos presos: a experiência dos programas nas penitenciárias brasileiras**, Fortaleza, 2008.

CASTRO, Augusto. Lei que permite a condenado reduzir pena pelo estudo completa dez anos. **Agência Senado**, 2021.

DEMBOGURSKI, Lucas Sena. **Trajetória de vida de detentos no Estado de Mato Grosso do Sul**. Mato Grosso do Sul, 2018

LIXO TERRESTRE EM ÓRBITA: UM PROBLEMA DO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL

Rhany Carolino Lopes de Sousa Discente do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Unijagaribe, e-mail: rhany@fvj.br

Acemira Maria Ferreira Ribeiro Professora especialista do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Unijagaribe, e-mail: acemira.ribeiro@fvj.br

RESUMO

O presente estudo trata da temática de direito espacial e direito internacional público e centra-se nos resíduos estelares da exploração sideral. Isso é examinado a partir da teoria do espaço. Esta pesquisa parte da seguinte questão: é possível equiparar a proteção jurídica do meio ambiente espacial com o meio terrestre para amenizar o problema do desperdício espacial causado pela exploração espacial? Com o objetivo geral de estabelecer uma relação entre a proteção legal do meio ambiente espacial e o meio ambiente terrestre, a fim de amenizar o problema do desperdício no cosmos causado pela exploração sideral. Sustenta-se, em termos metodológicos com pesquisa bibliográfica, utilizando métodos analíticos descritivos. Também recorre a pesquisa documental, através da análise de fontes primárias como legislações pertinentes, especialmente a Constituição Federal, o direito internacional, o direito ambiental, além de acordos internacionais. Ao final, apresento considerações que, longe de se pretenderem definitivas, almejam se somar a outros tantos estudos e contribuir para uma necessária reflexão e a difusão de informações de indiscutível importância para a sustentabilidade do meio ambiente terrestre e ultraterrestre, é relevante destacar a necessidade urgente de regulamentação para a exploração sideral intensa em razão do crescimento do lixo espacial.

Palavras-chave: tratados internacionais; lixo espacial; exploração sideral; meio ambiente.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo problematizar junto à comunidade acadêmica sobre a grande evasão de recursos naturais sendo subtraídos de nosso planeta para o sistema solar interno, todo o projeto irá nortear-se nas lacunas existentes do direito ambiental e das relações internacionais quanto ao lixo espacial, toda poluição orbital terrestre trará problemas eminentes aos quais ainda não são amplamente discutidos.

Como principal técnica, será utilizada a pesquisa documental, usando escritos dos principais autores acolhidos neste trabalho. Estes autores renomados do tema tratam-se de: Monserrat Filho (2007), Bernardino Coelho Da Silva (2021) e Olavo de Oliveira Bittencourt Neto (2010).

A principal motivação para sustentar o presente projeto de pesquisa, consiste na paixão do autor desde cedo pela astronomia e estudos que desenvolveu ao longo dos anos, recentemente com os avanços e comercialização, assim como privatização dos foguetes, as empresas do ramo aumentaram exponencialmente a quantidade de lançamentos ao espaço e conseqüentemente o lixo em órbita começou a causar problemas recorrentes à humanidade, desta forma com as ferramentas jurídicas corretas poderemos almejar uma exploração espacial sustentável.

O conhecimento do tema irá promover o desenvolvimento do pensamento crítico em relação aos problemas ambientais, assim como colocar no curso dos maiores doutrinadores do direito, fazendo as empresas questionarem suas atitudes desenfreadas, nestes tempos turbulentos políticos e econômicos como os atuais, discutir o tema pode funcionar como um catalisador de prevenção ambiental, garantindo assim, uma sociedade mais madura no futuro.

A grande ênfase deste trabalho surge historicamente em uma corrida militar da Guerra Fria, que com o passar dos anos possibilitou muitos avanços em várias áreas tecnológicas, porém esta exploração de recursos naturais jogadas ao espaço tem gerado uma grande quantidade de lixo que ocasiona em diversas colisões e explosões, sem contar que anualmente perdemos cada vez mais nossa janela de observação celeste por uma falta de controle do nosso céu noturno.

Desde então a humanidade já lançou mais de 9 (nove) mil satélites sem contar com as missões espaciais que deixaram toneladas de restos de foguetes espaço sideral afora.

Pensando nesta problemática este estudo partiu da seguinte questão problema: É possível o direito assegurar de forma sustentável regras que tornem a exploração espacial sustentável? Para desvendar esta pergunta faremos uma análise do que o direito atual já proporciona de métodos de controle para tentar amenizar este problema, a analogia entre normas ambientais e princípios gerais do direito assim como as relações internacionais.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Monserrat Filho (2007) que traz obras contundentes em relação ao tema proposto, Bernardino Coelho da Silva (2021) e Olavo de Oliveira Bittencourt Neto (2010) para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica e documental. A mesma também seguirá uma abordagem de pesquisa explicativa que com base em Gil (2007, p. 43) “busca identificar as causas dos fenômenos estudados, além de registrar e analisá-los. Isso se dá tanto por meio da aplicação de métodos experimental/matemático, como pela interpretação dos métodos qualitativos”.

Todo esse referencial teórico inicial foi extremamente necessário, pois será por meio dessas leituras que este trabalho ganhou corpo e conseguirá passar aos seus leitores uma maior conscientização das empresas e dos governos em todo mundo com relação a um problema que não é abordado e discutido com soluções sustentáveis.

METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado para estruturar este trabalho foi por meio de pesquisa bibliográfica e documental, exploratória em livros, artigos científicos, periódicos, doutrina, legislação bem como tratados internacionais. Isso é necessário para desenvolver uma compreensão do assunto proposto e sua devida importância para o contexto social e acadêmico.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para elucidar as considerações finais deste estudo que visa discutir e esclarecer a responsabilidade internacional dos Estados quando lançam objetos espaciais que se transformam em rejeitos geostacionários e causam prejuízos à população mundial.

Durante o estudo constatou-se que a aplicabilidade da Convenção 72 aos danos causados por detritos espaciais e a aplicação específica da Convenção de Responsabilidade como norma de imputação de responsabilidade, tendo em conta a extensão desta disposição em virtude da extensão dos danos em objetos espaciais e lixo em órbita.

O problema dos detritos espaciais está longe de terminar e há muito espaço para discussão e melhoria. Notoriamente, são necessários mecanismos específicos não só para combater a responsabilidade do Estado pelos danos causados, mas também para combater a crescente poluição do espaço extra-atmosférico.

A partir dessas considerações, percebe-se que atualmente ao redor de todo o mundo existe uma defasagem dos tratados com relação ao direito espacial e ambiental ultraterrestre que é quase inexistente. Porém essa defasagem não é à toa, para os estados lançadores existe uma grande vantagem de não atualizar a especificação espacial, essa falta de regulamentação proporciona maior liberdade para as atividades de exploração espacial.

Com a ausência dessas normas regulamentadoras é necessário olhar o ambiente espacial sob a ótica do direito ambiental equiparado, por isso precisa ser por via comparativa ao ambiente terrestre e receber a mesma atenção dada aqui em solo terráqueo.

Em suma é necessária a atualização das normas espaciais, mas como já discutimos, existem vários obstáculos, um deles é o conflito de interesses entre países relacionado à atualização das normas espaciais.

A equivalência entre o ambiente espacial e o ambiente terrestre é possível, mas, para isso, a lei espacial deve ser atualizada para definir a delimitação do espaço com normas mais claras que prevejam a responsabilização pelo espaço ambiental e sua destruição. Diante dos problemas causados pela proliferação de detritos espaciais como acidentes espaciais e a queda de objetos espaciais na Terra.

Para concretizar esses princípios, propõe-se a sustentabilidade como forma de reduzir o problema do lixo espacial e incentivar o uso racional do espaço, no entanto, o grande problema é que os estados consideram essa preocupação secundária, pois o melhor interesse em atualizar os padrões estelares e delinear o espaço é de natureza econômica, com o objetivo de fornecer oportunidades iguais de exploração entre as nações.

Portanto, seguindo as recomendações elencadas neste estudo, e com base nos principais resultados obtidos, podemos concluir que devido ao conflito de interesses entre os Estados, suas respectivas iniciativas privadas, não pretendem atualizar as normas de exploração espacial, pois oferecerá maior liberdade dentro do viés econômico, o contexto histórico justifica a falta de uma abordagem ambientalista na lei espacial, mas dada a questão dos detritos espaciais, isso parece ser um descuido quase que proposital, sem dúvidas é necessária uma organização internacional dedicada para regular as atividades espaciais e criar de forma imediata uma equivalência entre o ambiente espacial e o ambiente terrestre, garantindo a sustentabilidade para a qualidade de vida das futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jonathan Percivalle de. **Tratado Do Espaço De 1967: legado e desafios para o Direito Espacial**. Dissertação (mestrado em Direito Internacional). Universidade Católica de Santos, 2016, p. 93.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO AERONÁUTICO E ESPACIAL. **Código Brasileiro do Espaço Proposta Preliminar SBDA**. 2019. Disponível em: <https://sbda.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Proposta-CBE.pdf>. Acesso: 18 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Senado Federal. Atividade Legislativa. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988_atual/_134_.asp. Acesso: 19 mai. 2022. BITTECOURT NETO, Olavo de Oliveira. **Direito Espacial Contemporâneo: responsabilidade internacional**. Curitiba, PR: Editora Juruá, 2010.

MONSERRAT FILHO, José. **Direito e política na era espacial: podemos ser mais justos no espaço do que na Terra?** – Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

MONSERRAT FILHO, José. **Introdução Ao Direito Espacial**. Rio de Janeiro: Editora: Sbda, 1998.

A IMPORTÂNCIA DA COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO PARA ELUCIDAÇÃO DE CRIMES ATRAVÉS DA PERÍCIA CRIMINAL

**Saskia Caroline Oliveira Maia¹ (Discente do curso de Bacharelado em Direito do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE email: saskia.caroline@fvj.br);
Acemira Maria Ferreira Ribeiro² (Professora especialista do curso de Bacharelado em
Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE), e-mail:
acemira.ribeiro@fvj.br.**

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e demonstrar de forma simplificada como a presença do DNA nas investigações criminais pelas mãos da Perícia facilitou os processos de investigação e trouxe soluções para crimes que até então pareciam impossíveis de serem solucionados. Objetivando facilitar a compreensão do assunto o trabalho seguirá uma linha cronológica dos fatos a serem apresentados. No primeiro momento teremos uma abordagem introdutória de como se deu o surgimento da Perícia Criminal, bem como a sua criação e qual era a necessidade da sua atuação. Em seguida será abordada a descoberta do DNA, todas as suas especificidades e os desafios enfrentados pelos estudiosos para entender como algo tão volátil poderia funcionar em situações tão importantes. Ademais veremos por fim a aplicação do DNA pelas mãos da Perícia Criminal, como se deu o desenvolvimento do conceito de crime e das ferramentas a serem utilizadas numa cena de crime, seus benefícios e adversidades encontradas no dia a dia por esses profissionais que até então por diversas vezes não recebem o devido reconhecimento. Têm-se como principal pretensão entender como a perícia pode ser fator decisivo para a aplicação da lei em sua forma mais concisa.

Palavras-chave: perícia criminal; DNA; processo penal.

INTRODUÇÃO

A base da perícia criminal encontra-se na busca da verdade real com o propósito do verdadeiro sentido de justiça, vez que se sabe que a liberdade, bem como a dignidade do ser humano é o seu maior bem, seguindo esta linha de raciocínio o estudo visa analisar a importância do material utilizado em cada investigação como prova técnica que são decisivos para que haja uma finalização completa e correta de cada caso de acordo com cada análise realizado no local do crime.

Entende-se por local de crime todo o espaço em que a infração ocorreu, bem como toda a região para onde o mesmo pode ter se alastrado a ponto de deixar resquícios físicos que o comprovem ou crie uma cronologia entendível, dentro deste espaço inclui-se todo aquele em que houve o ato praticado materialmente, preliminarmente ou posteriores ao mesmo. É através dela que virá a contribuição concreta no esclarecimento da causa da morte. A utilização de material genético como prova técnica numa investigação criminal se deu após longo período de estudo primeiramente do DNA como formato identificador de todo ser vivo tem de certa forma sua própria digital e em evolução a este toda a pesquisa realizada pelo cientista do Reino Unido Alec Jeffreys (1985) onde mostrou a descoberta de regiões variáveis de DNA e um método de detecção que era sensível o suficiente para permitir a análise de pequenas quantidades de DNA que podem ser encontrados em locais de crime.

MARCO TEÓRICO

De acordo com o dicionário perito é todo aquele que possui vasto conhecimento sobre determinado assunto ou área e que é capaz de exercer tal de forma prática em qualquer ambiente. Trazendo para a área criminal o perito é o profissional capacitado para analisar provas advindas de uma cena de crime e auxiliar no seguimento de uma investigação. O primeiro momento onde surge a figura da perícia criminal na história do Brasil é em 1832 quando foi criado o Código de Processo Criminal, e nele podia-se observar a necessidade de uma figura para observar em caráter técnico, delitos que deixavam algum rastro. Seguindo a linha do tempo, diversas mudanças e leis foram surgindo conforme os cenários que iam surgindo na sociedade, hoje a perícia criminal é regida em sua maioria pela legislação advinda do Código de Processo Penal conforme prescreve os artigos 158, 159 e 160.

Até pouco tempo atrás apenas exames tradicionais eram considerados base genética, o maior exemplo disto é o exame de sangue de um ponto de vista mais comum, porém, por trás deste existem diversos materiais produzidos pelo nosso corpo que surgem como uma assinatura individual para cada ser como: saliva, fluídos corporais, urina, entre outros.

O DNA é composto por diversos ácidos e o que especificamente dá esse nome ao material genético é o ácido desoxirribonucleico, apenas através dele é constituído o genoma, que dá origem às informações genéticas de todos os indivíduos. Esse ácido é o responsável por armazenar todas as informações genéticas. (CORDEIRO, 2003). Sua descoberta veio do biólogo James Dewey Watson e pelo físico e bioquímico Francis Harry Compton Crick em 1953, levando a partir de então o conceito do código da vida.

O sangue é o vestígio biológico mais frequente em locais de crime, podendo ser encontrado nos estados líquido, coagulado, úmido e seco (PINHEIRO, 2003/2004, SILVA; PASSOS, 2006), mas é possível encontrar também sêmen, cabelo, saliva entre outros.

Através de análise da amostra coletada é possível associar ou excluir um indivíduo que neste caso esteja como suspeito de autoria do delito, para ter sucesso é necessário que seja estabelecida uma relação concreta entre o instrumento que causou a lesão e a vítima.

Na apuração criminal os vestígios deixados em cenas de crimes precisam ser cadastrados nos chamados bancos de perfis genéticos para que os mesmos sejam identificados pela Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) e confrontados com os perfis gerados pelos 22 laboratórios de genética que o compõem e em determinados casos com perfis de outros países.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada será a comparação da teoria e estudos realizados até a tecnologia atender ao ponto atual juntamente com a aplicação prática em casos reais e dados estatísticos onde a utilização do DNA foi fator decisório na investigação para que se chegasse ao denominador comum à finalização do crime em questão.

Nesse contexto, será estudada majoritariamente a construção de bancos de perfis genéticos por Taysa Schiocchet (2012); pesquisa de dados estatísticos e resultados através do XV relatório da rede integrada de bancos de perfis genéticos pelo Serviço Público Federal (2020-2021); a aplicação do exame de DNA na elucidação de crimes por Norma Sueli Bonaccorso (2005); a perícia criminal com uma abordagem de serviços por Rodrigues (2010), Silva (2010) e Truzzi (2010).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente estudo abordou a “Importância da coleta de material biológico para a elucidação de crimes contra a vida através da perícia criminal”, permitindo as seguintes reflexões: no contexto histórico do mundo em termos criminais, o DNA foi importante precursor para a evolução das sociedades e a resolução de seus crimes, trouxe uma nova dinâmica de como lidar com os delitos e tudo que pode envolver ao redor dele, e principalmente mostrou que através de pesquisas é possível encontrar de fato o autor de um delito sem que restem dúvidas. Para o seu uso, no entanto, foi necessário a criação de uma ramificação profissional própria para entendê-lo e utilizá-lo de forma que trouxesse benefício para as sociedades.

Acentua-se que a perícia criminal é meio essencial de apresentação de prova técnico científica, respaldada pelo código de processo penal e indispensável no funcionamento das investigações policiais, principalmente quando estes envolverem crimes de homicídio. Somente através das análises desta será possível uma averiguação fiel dos fatos ocorridos, bem como a sua confirmação frente às teses apresentadas em julgamento pelas partes. Apenas uma verdade será absoluta.

Contudo, é importante ressaltar que o sistema pericial brasileiro sofre ainda de uma grande defasagem de profissionais, verba e valorização. Faltam recursos para garantir a todos os casos uma perícia detalhada e com a melhor qualidade para a resolução dos crimes denunciados. Esses casos não solucionados se tornam um número cada vez maior no país o que causa um sentimento de impunidade crescente.

REFERÊNCIAS

ALBANO, L. M. J. **Biodireito: os avanços da genética e seus efeitos ético-jurídicos**. São Paulo: Atheneu, 2004. 166 p.

BRASÍLIA. Justiça e segurança pública. **Banco Nacional de Perfis Genéticos: uma ferramenta eficiente para elucidação de crimes**. 2019. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1556212211.45>

CODEÇO, Álvaro Gonçalves. **Identificação Humana pela Dactiloscopia**. Rio de Janeiro: Editora Reimpresso ANP/DPF, 3ª edição, 1992, p. 247.

KOCH, Analara; ANDRADE, Fabiana Michelsen. **A utilização de técnicas de biologia molecular na genética forense: uma revisão**. Revista Brasileira de Análises Clínicas, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p.17-23, 2008.

RIBPG, Comitê Gestor. XV RELATÓRIO DA REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS (RIBPG): XV Relatório Semestral. REDE INTEGRADA DE BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS, **Brasília**. 74 p, **Novembro** 2021.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) FRENTE ÀS FRAUDES BANCÁRIAS

Victor Hugo Moreira Maia¹ (Aluno do Curso de Direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe, email:victorhugo.maia@hotmail.com),
Romário Nascimento de Oliveira² (Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail:oliveira.romarioadv@gmail.com).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a responsabilidade civil do INSS frente às fraudes bancárias envolvendo empréstimos consignados em nome de aposentados e pensionistas deste instituto previdenciário. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, com coleta de dados em *sites* e revistas jurídicas, Leis, livros e artigos sobre responsabilidade civil. Este trabalho contempla a responsabilidade civil de bancos e instituições financeiras, bem como da administração pública, especialmente, do INSS. Este estudo procurou compreender quem, de fato, é responsabilizado quando esses ilícitos acontecem e, através das jurisprudências atuais, constatou-se que tanto o INSS quanto as instituições financeiras envolvidas em fraudes bancárias podem ser responsáveis pela reparação de danos aos clientes. Também, constatou-se que o INSS pode ter responsabilidade subjetiva ao não cumprir com o seu papel de fiscalização, assim como pela omissão diante do vazamento de informações pessoais de seus beneficiários, visto que é através dessas informações pessoais que os beneficiários são localizados e importunados pelas diversas instituições financeiras, inclusive as que não possuem convênio com o INSS.

Palavras-chave: responsabilidade civil; fraudes bancárias; INSS; reparação de danos.

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que as instituições prestadoras de serviços públicos também podem ser responsabilizadas civilmente pelos danos causados ao público atendido, o presente trabalho se deterá ao estudo da responsabilidade civil do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) frente às fraudes bancárias, que correspondem a um elevado dano causado a parte da população em todo o país.

Desde a sua implementação, datada em 27 de junho de 1990, o INSS já beneficiou milhares de brasileiros, atendendo às necessidades financeiras de diversas espécies. No entanto, para garantir o direito ao benefício, seja aposentadoria, pensão ou outros, os beneficiários precisam passar por um processo de análise e comprovação da real necessidade. Para isso, o INSS conta com a terceirização de alguns serviços como a prova de vida, realizada pelos bancos e instituições financeiras autorizadas.

No período entre 2018 a 2021, o autor deste trabalho atuou como gerente administrativo de uma instituição financeira, sendo responsável por receber diversos cumprimentos de sentenças jurídicas que obrigavam o banco a quitar os contratos consignados de empréstimos fraudulentos envolvendo aposentados e pensionistas. Neste período, inúmeros casos foram registrados como fraudes, lesando essas espécies de beneficiários do INSS.

Neste contexto, torna-se relevante investigar como se tem caracterizado a responsabilidade civil do INSS frente às fraudes bancárias à medida em que são identificadas.

Além disso, é preciso compreender quem, de fato, é responsabilizado quando esses ilícitos acontecem. Diante disso, o objetivo geral deste trabalho é analisar a responsabilidade civil do INSS frente às fraudes bancárias.

Para tanto, os objetivos específicos consistem em compreender o amparo legal do INSS em relação à sua responsabilidade civil; investigar as medidas tomadas pelo INSS para evitar fraudes bancárias causadas aos seus beneficiários e, por fim, descrever a responsabilidade civil do INSS frente às fraudes bancárias identificadas.

MARCO TEÓRICO

A essência primordial da responsabilidade civil, segundo Cunha (2015), consiste na busca de reparação em razão de um dano provocado por terceiro que origina o direito de indenização para reparar ou amenizar o sofrimento e os danos provocados a um indivíduo.

Mendonça (2018) corrobora ao afirmar que a responsabilidade civil é o dever jurídico de restaurar o equilíbrio patrimonial e moral do considerado violado, com a responsabilidade de ressarcir a vítima à situação anterior à lesão causada pelo dano.

O artigo 5º da Constituição Federal traz, em seus incisos V e X, indícios de responsabilidade civil, ao esclarecer que:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

[...]

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Tais incisos correspondem ao restabelecimento do equilíbrio jurídico e patrimonial afetado por uma conduta que transgrediu uma norma, seja decorrente de lei ou contrato, causando um dano, no intuito de recuperar o *status quo ante* (MENDONÇA, 2018). Desse modo, a exemplo dos acordos realizados entre cliente e prestador de serviço bancário, acontece a aplicação do código civil de acordo com a legislação específica que regulamenta a responsabilidade, em casos de danos.

O Código Civil de 2002 aponta mudanças ocorridas e alterações analisadas sob a ótica da doutrina e da jurisprudência na perspectiva de ações pacíficas, com objetivo de equilibrar as partes envolvidas, sanar conflitos e recuperar danos existentes.

A responsabilidade civil deve ser entendida como uma obrigação derivada, considerada fundamental ao ato de praticar condutas na sociedade, e desta forma, influenciará em questões jurídicas (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2017), ou seja, os atos ilícitos praticados por um indivíduo podem se tornar alvo do dever de responsabilizar-se por indenização, em respeito à ordem jurídica.

Entende-se que o descumprimento dessa obrigação com base na legalidade e ocorrência de lesões causadas aos interesses jurídicos de terceiros, ocasionadas pela ação ou omissão do sujeito, deverá ter como garantia o direito à indenização.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, o presente trabalho caracteriza-se como um estudo bibliográfico, que será realizado através da doutrina brasileira específica sobre responsabilidade civil.

Este trabalho se divide em dois capítulos, sendo o primeiro relacionado à responsabilidade civil de forma geral, das instituições bancárias e financeiras, bem como traz uma abordagem histórica da expansão dos serviços prestados por estas instituições.

O segundo capítulo trata da responsabilidade civil da administração pública, com um tópico específico sobre a responsabilidade civil do INSS. Por fim, serão apresentadas as conclusões e referências utilizadas em todo o trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após análise da doutrina e jurisprudência atuais, foi possível identificar que a responsabilidade civil do INSS frente às fraudes bancárias pode ser subjetiva, pois detém informações sigilosas dos beneficiários e, portanto, deve resguardá-las.

O vazamento de informações torna os beneficiários muito mais vulneráveis diante de instituições financeiras que costumam oferecer diversas linhas de crédito, principalmente, empréstimos consignados com juros abusivos.

O amparo legal do INSS não o isenta de sua responsabilidade civil, visto que, em alguns casos cuja fraude bancária fora concretizada este instituto pode responder de forma subjetiva a reparação de danos aos beneficiários.

No entanto, para garantir a segurança dos beneficiários, o INSS disponibiliza em sua Carta de Serviços, as medidas que devem ser tomadas para evitar fraudes bancárias, como a aquisição de empréstimos consignados somente por bancos e financeiras conveniadas ao próprio INSS, por meio das quais já são repassados os benefícios de aposentados e pensões.

Acredita-se ser necessário que as discussões sobre a temática da responsabilidade civil das instituições bancárias e financeiras, públicas e privadas, bem como do próprio INSS sejam ampliadas, para que haja uma maior compreensão desta responsabilidade, seja objetiva ou subjetiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.820.htm. Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01 nov. 2022.

CUNHA, Wilken. **Responsabilidade civil do estado por parte de seus agentes**. Jusbrasil. 2015. Disponível: <https://wilkencunha.jusbrasil.com.br/artigos/207683368/responsabilidade-civil-do-estado-por-atos-de-seus-agentes>. Acesso em: 10 nov. 2022.

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Novo Curso de Direito Civil, Volume 3: Responsabilidade Civil**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDONÇA, Rafael Dantas Carvalho de. A responsabilidade civil no direito brasileiro. 13 abr 2018. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/51542/a-responsabilidade-civil-no-direito-brasileiro>. Acesso em: 18 nov. 2021.

A PRESENÇA FEMININA NO ENSINO JURÍDICO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Viviane Costa Porto¹ (aluna do curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UniJaguaribe, e-mail: viviane.porto@fvj.br);
Orientador: Jaks Douglas Uchôa² Damasceno (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaksdouglas@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa acadêmica em tela examina a participação da mulher no mercado de trabalho com enfoque na docência jurídica como um instrumento de transformação social. Na história da humanidade, a mulher teve que enfrentar vários óbices a sua realização profissional, o preconceito, a desvalorização e os fatores biológicos são alguns deles. Por isso o presente estudo visa investigar através de pesquisa qualitativa, realizada através de livros, artigos, revistas e sites, o modo pelo qual as mulheres estão sendo contempladas em relação à sua representatividade no exercício do magistério superior. Apóia-se em pesquisas sobre gênero em articulação com estudos sobre o Direito do Trabalho, com o intuito de identificar por quais mudanças o termo trabalho passou em diferentes épocas e lugares. Aborda-se a divisão sexual do trabalho, o fenômeno da feminização por que várias profissões estão passando e a participação do movimento feminista na contribuição das conquistas das mulheres aqui no Brasil. Também será apresentado o perfil da professora de Direito e feita uma análise da legislação de amparo à mulher trabalhadora. Inferindo-se que mesmo que as profissionais da docência jurídica tenham conquistado novos espaços, ainda existem alguns desafios a serem superados na busca de um ensino do Direito mais legítimo e com toda a finalidade a que esta ciência se destina.

Palavras-chave: docência; ensino superior; mulheres; representatividade feminina; transformação social.

INTRODUÇÃO

Historicamente existia uma concepção de que a mulher deveria ocupar um espaço previamente delimitado na sociedade patriarcal, restrito ao ambiente doméstico, privado, para cuidar do esposo, dos afazeres do lar e dos filhos que viesse a ter. Ao decidir ocupar novos espaços por meio do trabalho fora de sua casa, o que seria benéfico à complementação da renda familiar se tornou um desafio, por ter que enfrentar uma sociedade marcada por preconceitos e com nítida desigualdade de gênero predominante nas relações laborais. É cediço que ocorre o fenômeno da feminização e conseqüente precarização do trabalho apenas pelo fato dele ser exercido por mulheres. O presente trabalho se propõe a abrir o debate acerca desse dilema que permeia a sociedade. Onde a disparidade entre homem e mulher quando decidem investir em uma carreira profissional faz com que alcancem resultados diferentes ou em momentos diferentes uma vez que a mulher encontra mais dificuldades para alcançar a mesma formação, uma colocação profissional, a ascensão na carreira e até mesmo a igualdade salarial. Isto posto, pretende-se observar a partir da análise de uma dessas carreiras que é a de professora de Direito, a fim de identificar de que maneira essa profissional pode utilizar sua capacidade de ser formadora de opinião para a alteração dessa dinâmica que prejudica tantas

mulheres ao longo do tempo e com isso ser agente de transformação social contribuindo com a melhoria da qualidade de vida do grupo ao qual representa. Trata-se da docência jurídica a partir da análise do perfil da professora de Direito pela perspectiva de sua comunidade acadêmica, como se dá o exercício da profissão e quais os atributos necessários para que esta profissional ingresse e possa lograr êxito no objetivo de construir uma carreira acadêmica. Para isso, investiga-se a legislação pertinente a esse perfil profissional para identificar de que modo a mulher trabalhadora tem seus direitos garantidos a partir da proteção estatal. E ainda mostrar como esta mulher pode através de sua profissão ser um instrumento indispensável à transformação da sociedade.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, a princípio, dos seguintes autores: Dias (2010), Yannoulas (2011), Ronconi (2020), Ferraz e Olea (2019) e Marx (1988), está embasada a seguinte pesquisa bibliográfica. Apresentando assim, a relevância da docente do ensino jurídico para a transformação da sociedade, os conceitos relacionados à sua atividade e a legislação que a ampara.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para realizar esta pesquisa qualitativa, é feita uma revisão bibliográfica para identificar o conceito de feminização, de trabalho, como ele foi visto ao longo dos anos, a participação do movimento feminista, teoria do teto de vidro, a divisão sexual do trabalho, através de livros, monografias, artigos, dados numéricos ou percentuais extraídos do Censo da Educação 2020 divulgado no ano de 2022.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As mulheres sempre encontraram desafios para exercerem sua profissão tanto fora de casa quanto dentro dela, com sua própria família, pois no modelo tradicional de gênero ficou determinado que ao homem cabe o papel público de trabalhar fora e prover o sustento do lar, enquanto às mulheres compete o papel privado resumido no cuidado com o marido, a casa e os filhos, e exatamente nesta ordem.

Observados os principais conceitos a respeito do termo trabalho desde as antigas civilizações como o Egito, Grécia e Roma, passando pela Idade Média europeia até chegar ao conceito de trabalho atribuído por Marx, há uma percepção do trabalhador como mero objeto utilizado na produção industrial. O trabalhador, portanto, deixa de saber o que está produzindo, pois na rotina das fábricas ele faz somente um determinado tipo de serviço.

Quando surge o fenômeno da feminização, passa-se a atribuir feição feminina a algum fato da sociedade. Atribuição esta que faz com que para uma mesma atividade exercida por homens e mulheres, eles ganhem mais e trabalhem menos do que elas. Assim, um grupo de mulheres se reúne para elaborar maneiras de reivindicarem melhores condições de trabalho, o fim da incapacidade civil para mulheres casadas e o alistamento eleitoral, conquistas que hoje existem e são frutos de esforços daquelas que vieram antes.

As mulheres que conseguiram adentrar o espaço da docência jurídica passaram por inúmeras barreiras para ingressar em um território predominantemente masculino e que sempre enfraqueceu a pluralidade tão própria da academia. Ao observar isto, é possível

perceber que com o passar dos anos as condições de trabalho para mulheres nesta área estão melhores, mas nem tanto como deveriam estar, porque ao alavancar o debate acerca da feminização, identificou-se a repercussão desta prática no cotidiano das professoras do curso de Direito.

É perceptível que as mulheres, principalmente brancas e de classes mais elevadas, conseguiram conquistar seus lugares no mercado de trabalho e no ambiente jurídico, mas esta conquista ainda não aconteceu para todas. O processo de feminização que ocorre em várias categorias, ocorre também na docência do Direito, em que várias profissionais estão atuando em diferentes áreas do curso, mas que os cargos mais altos, geralmente competem aos homens.

E embora as professoras lecionem nas mais diversas áreas, até mesmo naquelas tradicionalmente masculinas, elas ainda são maioria em áreas do Direito menos consagradas, enquanto que os professores lecionam em áreas mais legitimadas nos âmbitos social e jurídico. Objetos culturais, simbólicos e materiais dificultam a ascensão da mulher a cargos de maior responsabilidade.

Fatores biológicos como a maternidade trazem consigo exigências que dificultam ter uma titulação maior na carreira e uma vasta produção acadêmica. Mesmo com tanto que se conquistou na docência jurídica, ainda existem certos costumes que precisam ser revistos, pois obstam o desenvolvimento da carreira das professoras de Direito.

REFERÊNCIAS

DIAS, Marly de Jesus S. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva: rebatimentos na saúde pública.** São Luiz: Edefma, 2010.

FERRAZ, Deise Brião; OLEA, Thais Campos. Apontamentos históricos sobre o ingresso e permanência das mulheres no ensino jurídico brasileiro. **Porto Alegre: 2019**

MARX, K. **O capital.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

RONCONI, Jéssica. **Direito, gênero e ensino superior: o processo de feminização da formação jurídica paulista.** São Paulo: 2020.

YANNOULAS, Silvia. **Feminização ou feminilização?** Apontamentos em torno de uma categoria. Brasília: Temporalis, ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011

EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA: A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Allix Ruan Gomes de Sousa¹ (Aluno do Curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: allixruan62@gmail.com);
Leandro Borges do Nascimento² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo salientar a importância da mídia como aliada na Educação Física e, se trabalhada adequadamente pelos professores, ela pode ser essencial na formação de nossos alunos. Pretende-se mostrar o quanto é positiva a utilização das mídias na aprendizagem dos discentes e sua incontestável contribuição para o desenvolvimento social, emocional, cognitivo e cultural. Tendo por base um levantamento teórico com material proveniente de uma ampla pesquisa bibliográfica, livros, artigos científicos, vídeos, blogs e sites, concluímos que é possível que os educandos aprendam por meio das mídias desde que os professores estejam alinhados a seus interesses e dispostos a orientá-los com o auxílio das mídias durante o processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: educação física; ensino-aprendizagem; mídias.

INTRODUÇÃO

As práticas corporais são assunto da educação física, que ocupa um lugar importante na mídia, em jornais, revistas e na internet. Os profissionais de educação física em seu ambiente de trabalho têm percebido o poder que a mídia exerce sobre seus alunos, sendo de extrema importância que a utilizem como ferramenta para potencializar o aprendizado e diminuir os impactos negativos na formação dos alunos. Destacamos como exemplo a Copa do Mundo que será realizada em 2022, a mídia está rapidamente popularizando jogadores, álbuns de figurinhas, uniformes, e aumentando as buscas em sites de busca de futebol e assuntos relacionados, com base nisso que já foi dito, os profissionais da Educação Física devem entender como funciona a mídia e principalmente como podem utilizá-la para tornar suas aulas mais atrativas, para engajar os alunos nas atividades oferecidas, pois é impossível afastar a educação das mídias, da tecnologia e dos meios de comunicação, a cada dia que passa fica mais claro para pais, profissionais, alunos e para a sociedade como um todo. No entanto, com muito trabalho, sabedoria e experiência, os educadores físicos devem exercer o papel de mediadores para melhor lidar com a relação dos alunos com a mídia. Os professores não devem se alienar, ver apenas influências negativas ou odiar a mídia, ter a responsabilidade de se adaptar, conhecimento, aprender a usar as adversidades e superá-las.

MARCO TEÓRICO

A dissertação pretende examinar as implicações da mídia no contexto escolar, didática, práticas corporais, necessidade de uma formação continuada para os professores, o contato dos alunos com a mídia e como ela pode influenciar de forma negativa ou positiva na prática pedagógica.

Analisar a influência das mídias acerca da Educação Física no contexto escolar.

- Aprofundar o conhecimento em relação aos impactos das mídias na Educação Física;
- Identificar os principais desafios dos docentes no ambiente escolar;
- Analisar a importância didática nas aulas Educação Física;
- Articular soluções para aliar mídia e educação.

METODOLOGIA

Este estudo é um estudo de referencial bibliográfico e exploratório. de uma pesquisa bibliográfica e exploratória. Foi realizado por meio da coleta de dados a partir de fontes secundárias. Desta forma, as informações serão organizadas através da metodologia dedutiva, a fim de analisar o contexto, organizar os fatos e chegar a uma conclusão.

Para o levantamento da literatura foram utilizados livros, revistas, teses, artigos de sites e bases de dados.

Para as buscas dos artigos serão utilizados os seguintes descritores: mídias sociais; educação física; didática na educação física; influência da mídia; educação física e mídia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A publicidade utiliza estratégias para convencer as pessoas de que elas necessitam consumir chás emagrecedores, suplementos alimentares e outros produtos que prometem chegar ao objetivo desejado rapidamente, sem uma orientação adequada essas soluções rápidas prejudicam a saúde física e mental. No entanto, iremos abordar a busca pelo corpo perfeito que se popularizou nas redes sociais, entre artistas, influenciadores digitais ou por utilizar pessoas próximas como referência. As aulas de Educação Física podem ser utilizadas como forma de alerta, discussão saudável e um direcionamento lúcido para que os discentes saibam separar o que lhes fará bem, as consequências de suas escolhas e assim agregar mais valor às aulas, que não precisam ser apenas a prática de esportes, mas a sala de aula deve ser vista como um espaço seguro para esse tipo de discussão.

O que se sabe é que os alunos passam muitas horas de frente para a TV, computadores, tablets e celulares. Se conseguimos acessar informações por meio das TICs, podemos adaptar a forma de mediar o conhecimento para que se adequem às mudanças, isso é viável nas instituições de ensino e promove contato com a cultura e sociedade global. Alguns desafios precisam ser superados diante do uso destas tecnologias na escola, não basta implementar, a instituição deve estar preparada para o uso das ferramentas digitais. A capacitação dos professores familiarizados apenas com práticas pedagógicas antiquadas, o direcionamento dos alunos para que estes não percam o foco da aprendizagem, conhecimento e acabem se distraíndo com outros assuntos. Se a tecnologia será implementada para auxiliar na aprendizagem, os professores devem ter soluções mais criativas que os auxiliem em sala de aula e mantenha a atenção dos alunos direcionada ao conteúdo que desejam mediar. Um dado importante acerca da Educação no ano de 2020, 82% das instituições de ensino possuem acesso à internet, esse percentual sobe para 98% em escolas localizadas em áreas urbanas e fica em 52% para as localizadas em áreas rurais. Para enfrentar a crise gerada durante a pandemia de COVID-19, as escolas tomaram algumas medidas, a maioria envolve o uso da tecnologia. Os dados apresentados nos levam a crer que as instituições de ensino estão se modernizando, isso se evidencia nos períodos de crise, como durante a pandemia de

COVID-19. Porém, há um longo caminho a ser percorrido, nem todos os alunos e escolas tem condições socioeconômicas que financiem as tecnologias como ferramenta de ensino aprendizagem.

O presente estudo foi elaborado para comprovar a influência das mídias nas aulas de Educação Física e em como isso pode ser usado a favor dos professores para melhorar sua prática docente. Além de mostrar como essa influência pode beneficiar ou prejudicar o desenvolvimento dos discentes dentro e fora da sala de aula. Temos à mão diariamente diversas ferramentas que podemos utilizar para melhorar nosso desempenho em diversos aspectos de nossas vidas, para alguns ainda falta dominar tais ferramentas, houve um tempo em que a tecnologia, a internet e as mídias no geral não eram acessíveis, uma pequena parcela da população não tinha poder aquisitivo para possuir computadores, celulares e acesso à internet. Concluímos que não podemos e nem devemos afastar do cotidiano das salas de aula as mídias, temos que compreender que são nossas aliadas e que em tempos de dificuldade nos aproximam dos alunos, como ocorreu na pandemia de COVID-19, por mais que alguns alunos tenham tido suas vidas acadêmicas prejudicadas, as aulas on-line foram essenciais para que não paralisassem por completo o aprendizado e viesse a comprometer ainda mais seu desenvolvimento posteriormente.

Portanto, os professores precisam ser auxiliados pelas instituições de ensino que podem promover cursos e palestras para que compreendam a importância das mídias e educação, como conciliar o desejo dos alunos, seu conhecimento de mundo e os conteúdos da grade curricular.

REFERÊNCIAS

Alvarado-Prada, L. E.; Campos Freitas, T.; Freitas, C. A. (2010). **Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas.** Revista Diálogo Educacional, 10(30), 367–387. <https://doi.org/10.7213/rde.v10i30.2464>.

BELLONI, M. L. **O que é Mídia-Educação.** Campinas, SP: Associados, 2001.

CAMPOS, A. S.; CRUZ, M. C. F.; CAVALCANTE, F. H. B. **Paulo Freire e Inclusão Escolar: Reflexões Sobre o Processo Ensino-Aprendizagem.** Disponível em: <https://www.ced.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/82/2021/11/PAULO-FREIRE-E-INCLUSAO-ESCOLAR-REFLEXOES-SOBRE-O-PROCESSO.pdf>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

Cresce uso da Internet em atividades multimídia entre crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.cgi.br/noticia/releases/cresce-uso-da-internet-em-atividades-multimidia-entre-criancas-e-adolescentes/>. Acesso em: 12 de novembro de 2022.

DE OLIVEIRA BATISTA, J. A influência da mídia na educação. **Aprendizagem Significativa**, v. 61, n. 2, p. 307, 2020.

DE VISTA, Ponto. Mídias: aliadas ou inimigas da educação física escolar? **Motriz**, v. 7, n. 2, p. 125-129, 2001.

O ATO DE BRINCAR NA EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Cíntia de Aquino Moreira¹ (Aluna do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: cinthia.moreira@fvj.br),
Orientador: Pedro Henrique Silvestre Nogueira² - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: pedro.silvestre@fvj.br

RESUMO

A Educação Física Infantil é um campo de várias de pesquisas, sobretudo no seu campo Escolar. Portanto, esse trabalho se trata de uma pesquisa de revisão integrativa, realizado nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira e Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel do ato de brincar nas aulas de educação física na educação infantil e a contribuição dos jogos e das brincadeiras como recurso pedagógico no processo de aprendizagem das crianças. Os resultados encontrados nessa produção acadêmica nos mostraram o quanto os jogos e brincadeiras têm função fundamental para o desenvolvimento e o quanto possibilita no processo de estudo da criança na pré-escola. Assim, a educação infantil pode ter um crescimento de habilidades e valores de maneira sistemática com o uso planejado dos jogos, uma vez que eles adentram em setores além de pedagógicos, provocam o desenvolvimento de valores e habilidades que fogem do ambiente escolar, como o ato de ser solidário com o outro, o desejo de participação, o respeito pelo seu tempo e regras, além de entender que os limites de cada pessoa devem ser respeitados dentro de cada contexto. Portanto, com as considerações finais vimos que, uma vez que o brincar faz parte do que é inerente a rotina da criança, que, ao brincar, se aventura, se comunica e interage os seus, permitindo-se desenvolver a partir dos desafios presentes nas brincadeiras e das necessidades comunicativas que elas solicitam, o que torna possível alcançar um nível de aprendizado maior e, principalmente, mais significativo.

Palavras-chave: educação infantil; educação física; jogos e brincadeiras; lúdico.

INTRODUÇÃO

A infância é conhecida como a etapa das brincadeiras, do lúdico, por isso se pensa no brincar. É nessa etapa que a criança “aprende brincando”. Zanluchi (2005, p. 91) afirma que “a criança brinca daquilo que vive; extrai sua imaginação lúdica de seu dia a dia”. Por essa compreensão, o ato de brincar é muito mais que um momento de prazer e diversão, é uma forma do aluno desenvolver habilidades tanto individuais quanto coletivas, e essas brincadeiras devem ser pensadas e planejadas com os objetivos específicos, para que haja sistematização e aprendizado enquanto os alunos brincam.

Assim, a educação infantil pode ter um crescimento de habilidades através do brincar. Considerando-se os jogos e as brincadeiras como principais mediadores do processo de ensino e aprendizagem. Com a pretensão de propiciar momentos divertidos de aprendizagem, interação e envolvimento entre alunos e professores, ressalta-se a importância e a necessidade da aplicabilidade dos jogos e brincadeiras para as crianças, uma vez que estas atividades interativas e motoras tornam as aulas mais interessantes e motivadoras.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que, quando se consegue fazer com que os alunos entendam a importância da brincadeira como elemento para a formação, o simples ato de brincar ganha novos olhares, alcança uma nova convicção. Se organizando, compreendo as regras existentes, respeitando os colegas e suas limitações pessoais. A partir destas experiências vai se desenvolvendo habilidades, tanto individuais, quanto coletivas, por isso a sua importância, ensinando para todos que o objetivo da dinâmica deve ser compreendido antes do seu início.

A escolha desse tema nasce do interesse desta pesquisadora em compreender com maior propriedade as contribuições do brincar, do jogo e das brincadeiras como recurso pedagógico em aulas de educação física na educação infantil e a importância do professor em meio a esses processos. Tal interesse é por entender que é durante a infância que ocorrem maiores interações entre o mundo e o meio em que a criança vive, favorecendo uma aprendizagem significativa.

Sendo assim, possui como principal objetivo analisar a produção científica a respeito do brincar nas aulas de educação física na educação infantil. Como objetivo secundário elencamos o de identificar a contribuição dos jogos e das brincadeiras como recurso pedagógico no processo de aprendizagem das crianças durante a educação infantil.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica a priori dos autores indicados: Ferreira (2003), Oliveira (2000), Vygotski (1984), Zanluchi (2005), para alicerçar e enriquecer a pesquisa bibliográfica.

METODOLOGIA

O estudo que ora tecemos se ancora na revisão integrativa, orientado pela abordagem qualitativa que busca, por meio de pesquisas bibliográficas, analisar e comparar vivências sobre o assunto em questão, resumindo e descrevendo as informações disponibilizadas e reunindo o conhecimento produzido para melhor compreensão dos conteúdos abordados. A coleta se deu em três bases de dados, a saber: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira e Teses e Dissertações (BDTD) e o Google Acadêmico. Buscando-se em teses, dissertações, artigos científicos, monografias e revistas. Para isso, foram usados os descritores: educação infantil, educação física, lúdico, jogos, brincadeiras pedagógicas e tendo o marco referencial do ano de 2017 a 2022. Os dados coletados foram cruzados, analisados e assim, foram produzidas tabelas com as informações coletadas, para analisar os postulados dos autores selecionados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na tabela 1 foram apresentados, de forma resumida, os dados das obras coletadas no Google Acadêmico selecionados para embasar esta pesquisa. A pesquisa referente ao ano de 2018, dos autores citados na tabela acima é uma Análise de Conteúdo que busca analisar como os docentes de Educação Física, relacionados a Educação Infantil pública de Palmas/TO, compreendem a dimensão do trabalho pedagógico com o jogo e com a brincadeira em suas aulas. Vimos que os professores que empregam as atividades lúdicas nas aulas de Educação Física infantil conseguem entender melhor todos os seus alunos não só nos aspectos da aprendizagem, mas também nos aspectos relacionados ao desenvolvimento geral das crianças. Com os jogos e brincadeiras as crianças elaboram, desenvolvem, modificam, e

fazem do aprender um processo complexo, simples, continuado e bem mais prazeroso, onde sempre querem participar das atividades propostas pelo professor (ZAMBONI; BRONDANI, 2011).

Na segunda pesquisa, realizada no ano de 2019, com o tema: “Cultura Corporal na infância: Por que brincar na Educação Infantil?”. Teve como objetivo analisar a concepção da brincadeira como atividade dominante na infância, bem como a importância da cultura corporal. Segundo os autores da pesquisa, foi visto nas práticas de ensino da educação física, na pré-escola que os momentos de brincar nas instituições estão cada vez mais desmotivados e justifica-se de que o tempo de brincar é improdutivo. Nos estudos realizados, foi possível compreender que a criança desenvolve as capacidades especificamente humanas, por meio da sua interação social e da adaptação do conhecimento cultural construído. Por isso, a brincadeira é uma das ações muito realizadas pelas as crianças e é uma atividade essencial na infância.

Na tabela 2 foram apresentados, de forma resumida, os dados das obras coletadas no SciELO selecionados para embasar esta pesquisa. Com base na pesquisa do ano de 2017, feita por uma investigação de cariz qualitativo, realizada em uma instituição escolar e que teve como objetivo compreender as representações das crianças sobre o brincar em diferentes espaços escolares, nomeadamente no recreio, na sala de aula e na aula de Educação Física. Portanto, visto mais uma vez o quanto o brincar no contexto da Educação Infantil é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Elas se descobrem através do lúdico e do brincar, tanto em suas aulas de Educação Física, como até mesmo no pátio na hora do recreio. Logo, vale ressaltar que a presença de um professor de Educação Física é importante, pois ele tem o papel de planejar suas aulas, com objetivos que estimulem, incentivem mais ainda o desenvolvimento nessa fase inicial da criança. Fazendo assim, com que suas aulas não sejam apenas um passatempo, mas, aulas com intuito de uma construção de conhecimentos, bem como também estimular o desenvolvimento motor dos níveis de jogo da criança.

Na tabela 3 são apresentados, de forma resumida, os dados das obras coletadas no BDTD selecionados para embasar esta pesquisa. A pesquisa bibliográfica do ano de 2020, partiu do propósito de buscar compreender o conceito de ludicidade e a utilização dos jogos, brinquedos e brincadeiras na prática de professores de educação infantil. A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil do município de Ponta Porã- MS, com duas professoras regentes que trabalham com crianças entre 4 e 5 anos. Baseado nos resultados realizados, as professoras retratam que possuem uma preocupação com a prática diária, em mostrar e utilizar o lúdico como uma ferramenta pedagógica essencial e necessária para que a criança possa crescer e se desenvolver, e que o brincar mediado ou livre faz-se necessário para o crescimento tanto físico, psicológico e motor nessa fase da infância. No entanto, ressaltamos a dificuldade encontrada pelas professoras para que sua prática seja realmente o momento lúdico onde as crianças podem escolher onde, quando, com o que, é de que querem brincar, se por um lado as professoras reconhecem a necessidade das atividades lúdicas, percebemos em certos momentos da pesquisa, as entrevistadas deixam claro a necessidade de se pensar a formação continuada, rever a necessidade do currículo e buscar aprimorar não só o trabalho do professor como todos que trabalham na educação infantil.

Nos estudos abordados nas três tabelas acima, vimos o quanto o ato de brincar promove no processo de aprendizagem da criança. A mesma auxilia na formação, socialização, desenvolvendo habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais. E que a presença do profissional de Educação Física na Educação Infantil promove o desenvolvimento individual e global da criança, integrando todos os seus aspectos, por meio da atividade física orientada.

Vimos, que os jogos e brincadeiras têm função fundamental para o desenvolvimento das crianças da Educação Infantil, uma vez que o brincar faz parte do que é inerente a rotina da criança, que, ao brincar, se aventura, se comunica e interage os seus, permitindo-se desenvolver a partir dos desafios presentes nas brincadeiras e das necessidades comunicativas que elas solicitam, o que torna possível alcançar um nível de aprendizado maior e, principalmente, mais significativo.

Não se trata, nesse sentido, de simplesmente oferecer as brincadeiras de forma aleatória às crianças. O professor de Educação Física, como visto, é um agente que favorece o vínculo entre a cultura presente na comunidade escolar, a bagagem cultural já trazida pelas crianças e a proposta curricular abraçada pela unidade de ensino. Mais do que isso, deve propõe um ensino sustentado no brincar e, a partir desse brincar estabelecer laços de integração na atuação dos diferentes campos do conhecimento e componentes curriculares presentes na primeira etapa da educação básica.

REFERÊNCIAS

- MARTINS, Rodrigo Lema del Rio; MARTINS, Maria Luiza Raphael; TRINDADE, Luísa Helmer; MELLO, André da Silva. **A compreensão do jogo e da brincadeira por professores de Educação Física que atuam na Educação Infantil de Palmas/To.** In: Congresso de Ciências do Esporte- Região Norte, 7., 2018, Palmas/To. CBCE, 2018. V. 7, p. 1-7.
- MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 10. Ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.
- NOLÊTO, R. M.S.C.; OLIVEIRA, A.A. **A Importância da Educação Física na Educação Infantil.** In: Congresso Nacional De Educação, 7. 2020, Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos. Maceió-Al: Realize, 2020. V. 6, p. 1-6.
- PALMA, M. S. Representações das crianças sobre o brincar na escola. **Revista Portuguesa de Educação**, (S. l.), v. 30, n. 2, p. 203–221, 2017. DOI: 10.21814/rpe.8243. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/8243>. Acesso em: 1 dez. 2022.
- ZAMBONI, A.A.; BRONDANI, V. **Jogos e brincadeiras: o lúdico enquanto mediador da aprendizagem em Educação Física.** Fiep Bulletin, V.81, número especial, p. 1-5, 2011. Disponível em: <http://www.fiepbulletin.net/index.php/fiepbulletin/article/view/399>. Acesso em: 31 out. 2022.
- ZANLUCHI, F. B. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação.** Londrina: O autor, 2005.

UTILIZAÇÃO DO FUTEBOL DE CAMPO PARA O DESENVOLVIMENTO MOTOR E SOCIAL DE CRIANÇAS E JOVENS

Francisco Manoel Porto Maia¹ (Aluno do curso de Bacharelado em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: portomaiaf@gmail.com),
Orientador: Me. Leandro Nascimento Borges², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br)

RESUMO

Em busca demonstrar a importância dos jogos principalmente do futebol, o artigo elaborado teve como base a pesquisa em 7 artigos das fontes Google Acadêmico, Scielo, bem como a busca em sites que reforçam a importância desse esporte dentro do contexto social. O futebol de campo além de ser um agente social na vida desses indivíduos, tornam-se também de suma importância para o seu desenvolvimento físico, motor e psicológico. É necessário compreender de que forma acontece essa interação no contexto prático, bem como entender a história do futebol no Brasil dentro do contexto teórico. É possível perceber que a interação do futebol dentro da sociedade brasileira passaram por diversos momentos até tornar-se de fato um instrumento que agrega valores positivos aos indivíduos. Ressalva-se que, ao entender como os processos sociais relacionados ao futebol, é perceptível que o mesmo está em constante evolução, sendo as escolhinhas de futebol uma boa escolha para a inserção do futebol dentro das comunidades, bem como levando às crianças e jovens possibilidades de tornarem-se jogadores profissionais. O tema escolhido é tido como de suma importância para a sociedade no geral, haja vista que o futebol é o esporte mais praticado em todo o mundo. A sociedade dentro do tema futebol é vista como favorecida, já que o mesmo leva consigo além das habilidades adquiridas a solidariedade, amizade e o favorecimento cultural.

Palavras-chave: futebol; sociedade; desenvolvimento motor.

1 INTRODUÇÃO

Podemos observar que o futebol de campo é considerado o esporte mais popular do Brasil e por todo o mundo. Esse tipo de esporte pode trazer benefícios tanto para a sociedade como para o indivíduo. Na sociedade, o mesmo é considerado como um agente transformador contribuindo para a socialização do indivíduo, bem como a inclusão social e a diminuição do tempo ocioso de muitas crianças, jovens e adultos que vivem às margens da sociedade. Rabelo (2016) destaca que é comum ver as crianças brincando de futebol na rua com diversos materiais nas ruas como latas, garrafinhas, bolas de meias, entre outros. Essa percepção da utilização de materiais desde cedo por parte dessas crianças enfatiza o quanto o futebol está inserido na sociedade, como também a satisfação e o lazer que ele desempenha aos indivíduos. Braz (2018) enfatiza que o futebol é um elemento para melhoria e construção do desenvolvimento motor e cognitivo das pessoas que o praticam. Visto que o desenvolvimento motor é um sequencial processo contínuo à idade do indivíduo, sendo tido como um “relógio cronológico” para que o ser humano consiga adquirir uma certa quantidade de habilidades relacionadas aos movimentos, as quais posteriormente podem evoluir de movimentos errados, desorganizados, para uma série de repetições melhores e mais complexos, no qual mais tarde serão organizados.

O objetivo do trabalho é analisar a importância do futebol dentro do contexto social e compreender quais aspectos motores podem ser entrelaçados com o futebol. Adentrando ao que se trata das escolhinhas de futebol, é possível perceber que as mesmas ao se incluírem nas comunidades a socialização é enfatizada como sendo um dos tópicos mais perceptíveis durante a inserção das

mesmas. O esporte é considerado um instrumento não só para o bem estar físico, mas como um mecanismo capaz de proporcionar ao indivíduo aprender a lidar suas responsabilidades, competências e habilidades, buscando aperfeiçoamento, controle e manutenção da saúde do corpo e da mente. A prática da criação de escolas de futebol em todos os meios da sociedade consiste em um conjunto de atividades físicas planejadas e estruturadas para que seja promovido o condicionamento físico de crianças e adolescentes por meio das respectivas modalidades esportivas oferecidas, haja vista que se diferenciam do mundo adulto.

Dessa forma, é necessário a criação de uma discussão acerca de qual seria a função das escolinhas, como também reconhecer o futebol e sua inserção no Brasil. Assim, o trabalho busca compreender de que forma esse esporte contribuiu para o desenvolvimento motor, social, cultural e para com indivíduos responsáveis dentro da sociedade.

2 METODOLOGIA

Para o alcance do objetivo proposto, foi necessário a revisão da literatura. A opção por esse aparato metodológico possibilita ao discente um olhar mais amplo em relação ao tema. Foram selecionados diversos artigos como modelos de estudos, as principais buscas foram relacionadas com: “A importância do futebol dentro da sociedade”, “os benefícios motores e psicológicos desse esporte”, bem como a sua contextualização histórica no país. Esse tipo de pesquisa trata-se de analisar a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório de estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. Vale destacar que essa revisão também serve para o próprio autor, já que possibilita adquirir conhecimento frente ao assunto abordado, tornando-se mais claro seu objetivo, ou até mesmo 221eand-lo caso não esteja bem estruturado. Noronha (2000, p. 192) defende que para o pesquisador, notadamente no momento da pesquisa bibliográfica, a revisão de literatura é uma ferramenta importante para otimização do trabalho de investigação pois, a mesma propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos. Dessa forma, o trabalho possui como base fontes sólidas para sua estruturação bem como proporcionar ao educando novos conhecimentos frente ao tema em destaque.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Consoante às práticas abordadas para que seja alcançado a defesa de que o futebol é um esporte de grande importância em todos os campos das transformações dos indivíduos, foi necessário observar peculiarmente quais autores e como cada um defendia essa prática esportiva dentro do contexto social. Torna-se de relevância as tidas “escolinhas de futebol” como sendo de grande destaque dentro do tema abordado. Os resultados comprovaram que o futebol possui mecanismos que envolvem todas as áreas, essa observação possibilitou defender com mais precisão o tema em si. A utilização do histórico do futebol contribuiu para que seja reconhecido os diversos períodos de transição que o esporte passou para chegar à determinada elevação que possui atualmente.

Ao ponto de vista de alguns autores utilizados em relação ao futebol como Machado (2008), o futebol é considerado como um patrimônio sócio humanista, respeitando as crianças e adolescentes. Esses indivíduos em breve serão futuros homens e mulheres que terão de conviver com as necessidades motoras, psicológicas e sociais, para que consigam o desenvolvimento de forma integral. Já no outro tópico abordado, sendo as escolinhas o mesmo autor defende que as mesmas foram criadas com o intuito de inserir-se em locais onde o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos tornaram-se grandes problemas para a sociedade. Sendo que antes nesses centros urbanos era possível ter acesso às áreas de lazer, praças, jardins, entre outros ambientes. Haja vista do exposto, as discussões acerca do tema tiveram como resultados o que já era esperado, tendo como defesa a importância do futebol para o desenvolvimento social e motor das diversas faixas etárias iniciais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esse estudo, foi possível perceber o entendimento frente à definição do futebol para com a sociedade, levando em consideração sua importância para a construção de indivíduos qualificados não apenas fisicamente, mas socialmente e como cidadãos críticos capazes de interagir corretamente com as demais pessoas. Percebe-se que a inserção do futebol brasileiro foi feita de forma árdua. No ponto de vista do desenvolvimento motor, considera-se de grande importância a prática esportiva para que seja consolidada as respectivas fases de forma correta em determinadas idades como foi estabelecido.

Castanheira (2008) defende que o futebol evidencia sua importância no meio da coletividade e convivência, aprende-se a conviver, ou seja, viver juntos, cooperar e competir intrinsecamente, conviver fortalece o encontro consigo mesmo e com o outro. Dessa forma, é possível perceber as combinações de lazer, cultura, bem como a área social na qual o futebol entra como agente positivo para a estruturação desses campos. Esse esporte também contribui para o processo de aceitação por parte das crianças envolvidas nele, visto que o esporte futebol faz com que esses indivíduos sejam expostos à diversas situações e novas experiências, interagindo com o meio, sendo de grande importância para o seu desenvolvimento social. Assim, conclui-se que dessa forma que o futebol foi estudado possibilita o reflexo social que demonstra algumas crianças e jovens ao terem mais diversas oportunidades de evolução apostam no empenho em jogos de futebol, com o intuito de posteriormente crescerem economicamente no ramo, tornando-se assim uma esperança de vida para esses indivíduos.

REFERÊNCIAS

- BRAZ, Tiago; ARRUDA, Miguel. **Diagnóstico do desempenho motor em crianças e adolescentes praticantes de futebol**. MOVIMENTO e PERCEPÇÃO. Campinas – SP, 2008.
- CASTANHEIRA, M. A. V. Capital social, sustentabilidade e esporte: **elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – UNIFAE – Centro Universitário Franciscano. Curitiba. 2008.
- MACHADO, Afonso Antonio. Especialização Esportiva Precoce. **Perspectivas Atuais da Psicologia do Esporte**. Jundiaí – SP: Fontoura, 2008.
- NORONHA, Daisy Pires; FERREIRA, Sueli Mara S. P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CONDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (orgs.) **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- RABELO, Wilian Fonseca; AMARO, Diogo Alves. **Benefício do Futsal na educação física escolar**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento, Ano 01, Vol. 10, pp. 135-150, Novembro de 2016.

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO AO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA-TAG NA ADOLESCÊNCIA.

Gabriela Melo da Silva¹ (Aluna do Curso de licenciatura em Educação Física da Universidade do Vale do Jaguaribe, e-mail: gabriela.eparacati2@gmail.com),
Orientadora: Maria das Graças Silva² (Professora da Universidade do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.silva@fvj.br.).

RESUMO

A pesquisa objetiva analisar como a prática de atividades físicas previnem o transtorno de ansiedade generalizada em adolescentes. A fase da adolescência é considerada por muitos autores como complicada, pois os jovens estão descobrindo diversas formas de se relacionar com outras pessoas, além disso estão na fase da puberdade, hormônios aflorados e neste momento de incertezas, pode ocorrer a ansiedade e até a depressão, os pais devem ficar atentos a estas fases, já que através de um diagnóstico precoce é possível realizar o tratamento adequado e assim o adolescente ter uma melhor qualidade de vida, sendo que as atividades físicas auxiliam de forma substancial no tratamento, levando a liberação de hormônios do bem-estar e desenvolvendo uma rotina saudável. Diante do contexto se faz necessário analisar como os adolescentes se comportam a fim de detectar precocemente quaisquer tipos de distúrbios que possam vir a perturbar o jovem. A pesquisa de cunho bibliográfico baseou-se em artigos, livros, documentos e trabalhos pertinentes ao tema estudado por vários autores. Dentre os quais destacam-se: Alves (2021), Barros (2022), Barroso (2022).

Palavras-chave: adolescente; atividades físicas; ansiedade.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, houveram diversos estudos que apontam a educação física como ferramenta indispensável para o desenvolvimento humano. Com isso, pode-se perceber que a prática de atividades físicas contribui ativamente para o bem-estar e desenvolvimento físico e mental.

A ansiedade é uma resposta natural de sobrevivência do corpo humano para diversas situações, como a apreensão de fazer uma prova importante. Nestes casos, é comum senti-la, todavia, o próprio organismo é capaz de controlar e mostrar que esta sensação não oferece risco a sua vida. Quando esta sensação se torna comum ao medo do futuro e é de certa forma incontrolável, é necessário procurar ajuda profissional para diagnóstico e tratamento precoce.

Desta forma, verificando a prática de atividades físicas regularmente surgem os seguintes questionamentos: Qual a importância da prática de atividades físicas para o adolescente? E quais os benefícios que as atividades físicas trazem no tratamento contra a ansiedade? A pesquisa foi classificada quanto aos objetivos como descritiva e qualitativa, quanto aos procedimentos, bibliográfica e documental, através da utilização de livros e artigos pertinentes ao objeto de estudo do trabalho.

MARCO TEÓRICO

A ansiedade atualmente é um dos transtornos psicológicos mais comuns entre jovens e adultos, que pode ser desencadeada por diversos fatores, sendo eles, biológicos,

comportamentais, ambientais ou genéticos. O TAG- transtorno de ansiedade generalizada caracteriza-se pela preocupação excessiva e sintomas físicos como dores de cabeça, tensão muscular, palpitações, entre outros.

A autora Elia (2021) afirma que transtorno de ansiedade generalizada é um estado persistente de ansiedade e inquietação intensas caracterizado por excessiva preocupação, medo e temores. Os sintomas físicos podem incluir tremores, sudorese, queixas somáticas múltiplas e exaustão. O diagnóstico é pela história. O tratamento é feito com terapia de relaxamento, às vezes associada à terapia medicamentosa

A atividade física regular traz grandes benefícios para a saúde integral do adolescente, além de desenvolver aptidões físicas e melhorar o desempenho, ela proporciona bem-estar e liberação de hormônios que trazem sensação de relaxamento e felicidade. Nessa perspectiva, o autor Bruce (2022) salienta que há vários benefícios com a prática de atividades físicas como combater o excesso de peso, reduzir a pressão arterial, controlar a glicemia, fortalecimento de ossos e articulações, aumento de força e resistência muscular, promove a sensação de bem-estar, diminui o estresse, combate a ansiedade e depressão, aumenta a disposição, fortalece o sistema imunológico e melhora o desempenho na escola.

METODOLOGIA

A pesquisa define-se quanto aos objetivos como descritiva, de abordagem qualitativa, quanto aos procedimentos, bibliográfica e documental, através da utilização de livros e artigos pertinentes ao objeto de estudo, baseando-se em estudos existentes que abordam a relação entre a saúde mental e a prática de atividades físicas, os benefícios da atividade física para a saúde e o transtorno de ansiedade generalizada, visando resultados significativos e com embasamento para o tema abordado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Apesar dos grandes avanços da humanidade, que deveriam significar mais controle e conforto para o ser humano, pode-se observar que esta geração está facilmente pré-disposta ao desenvolvimento de transtornos psicológicos, como a ansiedade generalizada na adolescência. A adolescência é uma das fases mais emocionantes da vida e é nela que o ser humano constrói grande parte da sua personalidade.

Um fator crucial para o desenvolvimento do TAG (Transtorno de Ansiedade Generalizada) é a utilização exacerbada das tecnologias digitais, proporcionando alto grau de ociosidade, levando o jovem a se pré-dispor a diversos conceitos distorcidos da realidade, como relacionados ao meio social onde está inserido, amizades, mudanças corporais e outros anseios da adolescência.

A pesquisa bibliográfica sugere fortemente que a prática de atividades físicas é importante para a prevenção e tratamento da ansiedade generalizada, visto que segundo os autores citados, é bastante benéfica para bem-estar físico e mental de jovens-adolescentes, proporcionando convívio social, liberação de hormônios do prazer, melhorando o desempenho esportivo e a distância da ociosidade.

Em suma, pode-se observar que a falta de convívio e de práticas em meio social, alavancam ainda mais o desenvolvimento de transtornos psicológicos, por isso a importância da prática de atividades físicas, sejam em ambientes formais ou informais.

Com base no resultado da pesquisa, pode-se afirmar que sua relevância para a sociedade está na possível criação de meios públicos para a prática de atividades físicas,

principalmente na infância e adolescência. Indo além das escolinhas de futebol, muito comuns em várias cidades, sendo necessário apresentar outros esportes que consequentemente podem agradar outros públicos.

Logo, as variedades de atividades físicas existentes proporcionam um leque de oportunidades para o profissional de educação física dentro e fora de sala de aula, alcançando novos públicos e assim tornando viável a participação sempre de mais pessoas, ajudando os jovens a saírem da ociosidade e a levarem uma vida mais saudável.

REFERÊNCIAS

- ADMIN. (2022). **Importância dos exercícios físicos**. O Wickbold. Disponível em: <https://www.wickbold.com.br/importancia-exercicios-fisicos/> . Acesso em: 8 de novembro de 2022.
- ALVES, Igor. (2021). **O que é adolescência: significado em história e psicanálise**. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/adolescencia-o-que-e/> . Acesso em: 09 de novembro de 2022.
- BARROS, Jussara de. (2022). **Adolescência, Período de Transformações**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/periodo-de-transformacoes.htm>. Acesso em: 8 de novembro de 2022.
- BARROSO, Erika. (2022). **Exercício físico na adolescência – Por Érika Barroso**. Disponível em: <https://www.treinosacademia.com.br/exercicio-fisico-na-adolescencia-por-erika-barroso/> . Acesso em: 9 de novembro de 2022.
- BELMIRO, Marcia. (2018). **Fases da Adolescência**. Disponível em: <https://institutoinfantojuvenil.com.br/fases-da-adolescencia/>. Acesso em: 8 de novembro de 2022.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Ano 1990. Disponível em: <https://cutt.ly/yECVbMB> . Acesso em: 9 de novembro de 2022.
- BRUCE, Carlos. (2022). **11 benefícios da atividade física para a saúde**. Tua Saúde. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/beneficios-da-atividade-fisica/>. Acesso em: 7 de novembro de 2022.
- CAMPOS, Villa. (2019). **Atividade Física na Adolescência: Veja os benefícios para os jovens**. Disponível em: <https://www.campusvilla.com.br/atividade-fisica-na-adolescencia/>. Acesso em: 17 de novembro de 2022.
- ELIA, Josephine. (2021). **Transtorno de ansiedade generalizada em crianças e adolescentes -Pediatría**. Manuais MSD edição para profissionais. Disponível em: <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/pediatria/transtornos-mentais-em-crian%C3%A7as-e-adolescentes/transtorno-de-ansiedade-generalizada-tag-em-crian%C3%A7as-e-adolescentes> . Acesso em: 9 de novembro de 2022.

REFLEXÃO ACERCA DAS IMPLICAÇÕES DO FUTEBOL NA EF ESCOLAR

Gustavo Freitas Maia¹ (Aluno do Curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: gustavof.maia@fvj.br),
Leandro Borges do Nascimento² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br).

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise reflexiva acerca das implicações do futebol na Educação Física Escolar. No Ensino Básico as aulas de Educação Física dão a oportunidade para que os alunos tenham contato com diversas práticas esportivas, em especial o futebol, ensino da Educação Física nas escolas precisa ser desmitificado, principalmente no que tange as práticas esportivas, vimos por meio deste tratar do futebol, sua relação pedagógica e seus impactos. O presente estudo objetiva contribuir para o desenvolvimento dos discentes nos contextos sociais, culturais, educacionais e cognitivos. Com o desenvolvimento da educação, a Educação Física passa a ser vista como peça fundamental no desenvolvimento, principalmente a escolar. Se faz necessário adentrar no contexto social, econômico e cultural dos alunos, adaptar as informações à realidade e faixa etária por que a disciplina de Educação Física está presente nos anos iniciais na escola, em uma fase crucial para o desenvolvimento das crianças. Portanto, cabe ao profissional de Educação Física ter consciência de que não estão a executar o seu trabalho para formar atletas, passar o tempo ou por lazer, o futebol como conteúdo e compreendido como tal é indispensável no processo de ensino aprendizagem. Os professores precisam respeitar as vivências de cada um, no entanto, não ceder ao desejo dos discentes, de reproduzir o futebol de acordo com o que veem em seu cotidiano fora da escola. A prática mostra o verdadeiro conhecimento do professor, durante a graduação, as teorias, aulas e textos sintetizam a realidade do profissional que somente a partir do estágio tem contato com a sala de aula, quando se responsabilizam, enfim, por seus alunos devem ter a capacidade de transferir o conhecimento que adquiriram nos anos de estudo.

Palavras-chave: aprendizagem; desenvolvimento; educação; educação física; futebol.

INTRODUÇÃO

O futebol é um dos esportes mais populares do Brasil, seja por sua execução motora simples ou pelas regras, onde qualquer indivíduo das mais variadas idades e classes sociais consegue praticar, é algo que faz parte da nossa cultura e está presente em nosso dia-a-dia através da mídia, em espaços públicos e consequentemente nas instituições de ensino. A maior dificuldade entre os profissionais de Educação Física é inserir a prática do futebol nas aulas com objetivos que não sejam meramente recreativos e que de fato possam trazer benefícios na conduta dos discentes, no condicionamento físico e desenvolvimento intelectual. O ensino da Educação Física nas escolas precisa ser desmitificado, principalmente no que tange as práticas esportivas, vimos por meio deste tratar do futebol, sua relação pedagógica e seus impactos.

MARCO TEÓRICO

A prática pedagógica que conduz o conteúdo futebol nas aulas de Educação Física em um contexto geral das implicações deste nas instituições de ensino. Estas implicações foram mensuradas por meio de um amplo estudo e consulta em fontes diversas para melhor desenvolver o objeto de estudo.

Refletir acerca das implicações do futebol na educação física escolar.

- Apresentar os desafios dos profissionais de Educação Física em sala de aula;
- Organizar uma proposta de formação continuada para os professores da educação básica no que diz respeito ao conteúdo das aulas de Educação Física;
- Validar a importância da didática e metodologia para que as aulas sejam mais proveitosas;
- Apontar os desafios presentes ao explorar o futebol como conteúdo nas escolas.

METODOLOGIA

As fontes de informação desta análise abrangem uma pesquisa bibliográfica para levantamento de informações teóricas, a partir de revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, sites, base de dados acadêmicos, dentre outros meios.

Nesse sentido, foi realizada uma revisão de literatura para compreender a temática, problemas já conhecidos e elucidar questões no contexto futebol/educação física.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Educação Física tem o desafio de proporcionar um ensino de qualidade aos discentes, respeitando seu conhecimento de mundo e individualidades. O saber não se constrói com o esforço unilateral, ele é uma construção gradual, muitas vezes lenta, através da parceria entre professor, alunos e instituição de ensino.

O futebol como conteúdo a ser trabalhado da forma correta é desafiador, requer planejamento, didática, metodologia e vontade do docente de fazer acontecer, de sair da sua zona de conforto e enxergar as diferentes possibilidades de trabalhar o esporte na sua essência. Se faz necessário adentrar no contexto social, econômico e cultural dos alunos, adaptar as informações à realidade e faixa etária por que a disciplina de Educação Física está presente nos anos iniciais na escola, em uma fase crucial para o desenvolvimento das crianças.

Ao final da pesquisa podemos perceber que existem inúmeros estudos que buscam esclarecer e direcionar a Educação Física Escolar democratizando a prática esportiva.

Concluimos que, o futebol vai além das quadras, dos campos, das regras ou de saber chutar a bola. A aprendizagem é desenvolvida na medida em que trabalhamos os aspectos cognitivos, sociais, culturais e históricos.

Portanto, cabe ao profissional de Educação Física ter consciência de que não estão a executar o seu trabalho para formar atletas, passar o tempo ou por lazer, o futebol como conteúdo e compreendido como tal é indispensável no processo de ensino aprendizagem.

Percebe-se que, existe um longo caminho a ser percorrido para driblar a influência negativa da mídia, da ideia que passam para nossos alunos do que é futebol, do que é importante. Os professores precisam respeitar as vivências de cada um, no entanto, não ceder ao desejo dos discentes, de reproduzir o futebol de acordo com o que veem em seu cotidiano fora da escola.

Desse modo, conclui-se o professor enquanto mediador pode e deve apresentar diferentes conteúdos, através de uma vertente inclusiva e multidisciplinar. Uma disciplina não se distancia da outra, elas se complementam e enriquecem o conhecimento. A prática mostra o verdadeiro conhecimento do professor, durante a graduação, as teorias, aulas e textos

sintetizam a realidade do profissional que somente a partir do estágio tem contato com a sala de aula, quando se responsabilizam, enfim, por seus alunos devem ter a capacidade de transferir o conhecimento que adquiriram nos anos de estudo.

A Educação Física tem uma significativa contribuição na formação integral dos indivíduos, pesquisas e estudos vem contribuindo para aperfeiçoá-la.

REFERÊNCIAS

BNCC Educação Física: Conceitos Básicos. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=wH049onSh_I. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 07 de outubro de 2022.

Bratfische, S. A. (2003). **Avaliação em educação física: um desafio.** Journal of Physical Education, 14(2), 21-31.

CONCEIÇÃO, N. M. **PIBID:** sua importância na formação acadêmica e nas aulas de educação física escolar (TCC de Graduação em Educação Física). Niterói: UFF, 2017.

Da Cunha Voser, R., & Giusti, J. G. M. (2015). **O Futsal e a Escola-:** Uma Perspectiva Pedagógica. Penso editora.

CONTRIBUIÇÕES DO TREINO RESISTIVO PARA IDOSOS NA PREVENÇÃO DE QUEDAS

**João Mateus Queiroz da Silva Costa¹. (Aluno do Curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: joao.mateus@fvj.br),
Leandro Nascimento Borges² (Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br).**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as contribuições dos treinos como agente preventivos nas quedas das pessoas da terceira idade. Através da análise de artigos, sites e pesquisas será possível verificar de que forma ocorrem as melhorias dos treinos para com o sistema que compõe a musculatura deles. Durante o trabalho serão apresentados dados relativos aos principais fatores que geram essa incidência de quedas constantes nos idosos. Torna-se necessário a tomada de medidas cabíveis para que seja evitado posteriormente a propagação dessas quedas ao decorrer dos anos. É preciso analisar de quais formas e como a inserção dos treinos podem ser aderidos na vida dos idosos, visto que poucos possuem noção da importância desse tipo de atividade para a prevenção de determinados problemas ocasionados por quedas.

Palavras-Chave: idoso; queda; exercícios; força muscular; prevenção.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo fazer um estudo sobre as contribuições do treino resistivo para idosos na prevenção de quedas. A importância de se estudar esse tema tem grande peso em nossa atualidade pelo fato que o envelhecimento populacional acontece em ritmo acelerado no Brasil. (VASCONCELOS, 2021)

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2022, a população de idosos no país foi calculada em torno de 31,23 milhões no ano de 2021, o que representa um crescimento de 7,6% antes de 2012. Nesse período, a quantidade de indivíduos em torno de 60 anos ou mais foi de 11,3% para 14,7% da população. Em quantidades absolutas, essa faixa etária passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões, crescendo 39,8% no período. Com esse crescimento houve a preocupação pelo bem-estar e cidadania dos indivíduos relacionados a terceira idade.

A temática escolhida surgiu com a finalidade de fazer uma análise sobre a relevância dos exercícios físicos nos idosos, pois a uma melhora na sustentação, respiração, força muscular seja ela física ou mental. O processo de envelhecimento envolve mudanças em todo os sistemas do organismo humano, a diminuição da força está associada a flexibilidade em todas as articulações, afetando o equilíbrio postural e desempenho funcional, elevando assim o risco de quedas e dificultando suas atividades rotineiras.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, que permite a interação do conhecimento de um tema pré-estabelecido, desenvolvendo novos estudos que possibilitem achados e novas

informações, permitindo preencher espaços, capazes de apresentar suporte para a tomada de decisões de forma crítica, implementando evidências e avaliando os resultados obtidos.

É através da revisão integrativa podemos trazer inúmeros benefícios científicos facilitando a compreensão dos leitores sobre diversos temas, além de permitir a inclusão simultânea de estudos tanto experimentais como quase experimentais, permitindo a junção de dados da literatura teórica e empírica.

Os Profissionais de Educação Física são diariamente indagados a buscar conhecimento científico, com o intuito de agenciar o cuidado ao cliente. Para conduzir a pesquisa, seguiu-se a seguinte pergunta norteadora: o que a literatura tem discutido em relação as contribuições do treino resistivo para os idosos na prevenção de quedas?

É possível verificar o desenvolvimento da revisão integrativa transcorre por seis etapas distintas, quais sejam: 1) identificação do tema, escolha da hipótese, e investigação para a elaboração do estudo; 2) caracteriza-se em determinar critérios de inclusão e exclusão para desenvolvimento da pesquisa; 3) conceituação do conhecimento a ser retiradas dos estudos escolhidos e classificação dos mesmos; 4) avaliação das pesquisas adicionadas na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados; 6) deve conter os principais resultados do conteúdo a partir dos artigos incluídos.

O tema escolhido surgiu como uma proposta de estudar as contribuições do treino resistivo para idosos na prevenção de quedas. A escolha das hipóteses foi separada por três tópicos como: fatores contribuintes que levam os idosos a ocasionar uma queda; o papel do exercício físico na prevenção de queda nos idosos; terceira idade nos cuidados físicos. Com intuito de elaborar pesquisas de estudos em artigos relacionados ao tema.

Os critérios de inclusão previamente determinados foram artigos publicados, no período de 2006 a 2021 e disponíveis na íntegra e de forma gratuita; publicados em português, que abordassem contribuições do treino resistivo para os idosos na prevenção de quedas. Desta forma, para critérios de exclusão artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas e artigos publicados que não responderam a pergunta problema e período inferior a 2006. A seleção dos estudos decorreu no período de setembro a novembro de 2021, para embasamento da revisão integrativa, deu-se através da busca online na literatura utilizando as bases de dados, Google acadêmico, na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), empregando os descritores: Idoso, Queda, Exercícios, Força Muscular, Prevenção

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao serem analisados os artigos e sites como base para os estudos pode-se perceber que as quedas em idosos é algo frequente e que deve abordado para saber como e quando pode-se ser inseridos os treinos de resistência para que ocorra uma melhora dos determinados idosos. Foram selecionados 10 artigos nas bases Scielo, Google Acadêmico, como também a pesquisa em sites do Governo Federal que salientam a importância da saúde do idoso. Os resultados desta pesquisa comprovam que os exercícios físicos, principalmente o que tange ao treino de resistência contribuem para que os idosos melhorem seus aspectos funcionais, como o aumento da força, velocidade da marcha, entre outros aspectos relacionados à qualidade de vida, como por exemplo evitar a ansiedade e a depressão por parte dos idosos, visto que na terceira idade muitos sentem-se deprimidos e solitários.

Recomendações sugerem que esse tipo de exercício físico seja feito diante de um profissional capacitado, visto que o total de pesos e a maneira de executar determinado exercício deve ser feito de acordo com o que é recomendado, para que sejam evitadas lesões posteriores

ocasionadas por más posições ou pelo excesso de peso que o idoso se submeteu. Dessa forma, torna-se possível obter como resultado que o exposto defendido de que o treino de resistência é capaz de influenciar positivamente na vida desses idosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que através do estudo abordado por meio de pesquisas bibliográficas, que os autores em questão evidenciam a importância do ligamento entre idosos e a prática de atividades físicas, dentre elas o treino de resistência. É evidente que esse tipo de treino, bem como as atividades físicas possibilita os idosos a sentirem-se dependentes de determinadas atividades físicas, sendo que elas irão ser auxiliares nas suas atividades estabelecidas no dia a dia. Os treinos salientam a sua função para a melhoria da capacidade motora e psicológica dentro da fase idosa. Ao serem direcionadas essas atividades para o idoso, eles irão sentir-se motivados para irem à academia sendo ela privada ou ao ar livre. Torna-se de grande importância a comparação entre idosos praticantes de atividades de cunho resistente, e com idosos sedentários. Como foi visto, o sedentarismo é um vilão para a terceira idade, sendo importante a criação de vínculos com a atividade física frente ao mesmo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. K. S.; SILVA, F. O. C. A função muscular e a composição corporal na qualidade de vida do idoso: Efeitos de um programa de 08 semanas de treinamento combinado. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo. V. 10, n. 60, p. 504-510, 2016.

CHAGAS, C. R. **Os benefícios do treinamento com pesos para a qualidade de vida do idoso**. Revista on-line, ano 1, n 02, 2001. Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/revistas/1115.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2011.

GOMES, E. C. C. et al. Fatores associados ao risco de quedas em idosos institucionalizados: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 8, p. 3543- 3551, 2014. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

VALE, R. G. S. et al. Efeitos do treinamento resistido na força máxima, na flexibilidade e na autonomia funcional de mulheres idosas. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**. 2006; 8 (4): 52-58.

IMPLICAÇÕES DO TF PARA O CONTROLE DO CICLO MENSTRUAL

Kérlia Pereira Lima¹ (Aluna do Curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: kerlia.pereira@fvj.br), **Leandro Borges do Nascimento** (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Leandro.borges@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo explora o Treinamento de Força ou exercício de força e como ele age resultando no melhoramento do condicionamento físico e da qualidade de vida durante o período menstrual. O treinamento de força tem como objetivo promover o desenvolvimento muscular e conseqüentemente melhorar a condição física, acelerar o metabolismo, proporcionar maior resistência muscular e permitir a redução da gordura acumulada, é excelente para quem busca qualidade de vida. Para a estruturação do artigo empregou-se a pesquisa bibliográfica, elaborada no que se refere ao tema proposto por meio de livros, textos, vídeos, plataformas acadêmicas, sites e blogs e outros, de onde foram extraídos os materiais, que foram condensados e deram origem ao presente estudo. O objetivo deste estudo foi compreender as implicações do treinamento de força durante o ciclo menstrual e como esses exercícios ajudam a controlá-lo, este artigo foi estruturado por meio de pesquisa bibliográfica. As fontes de informação desta análise são: livros, textos, artigos científicos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado, vídeos, plataformas acadêmicas, sites e blogs. Podemos concluir que o treinamento de força age de forma benéfica do começo ao fim do Ciclo Menstrual, é eficiente de acordo com o desenvolvimento e aprimoramento físico. Desta forma, com base nos estudos e análise dos eventos os benefícios do TF são incontestáveis e perceptíveis com a prática regular dos exercícios físicos.

Palavras-chave: ciclo menstrual; educação física; exercícios físicos; força; treinamento de força.

INTRODUÇÃO

O treinamento de força tem como objetivo promover o desenvolvimento muscular e conseqüentemente melhorar a condição física, acelerar o metabolismo, proporcionar maior resistência muscular e permitir a redução da gordura acumulada, é excelente para quem busca qualidade de vida. A musculação tem sido praticada para alcançar resultados estéticos e melhorar o bem-estar de quem pratica musculação, porém é necessário um treinamento adequado para o público feminino que é acometido durante o período menstrual. Para desenvolver um treinamento de força, é necessário controlar da melhor forma possível as variáveis e manipulá-las, criando assim diferentes possibilidades de treinamento. Através disso, elegemos como questão central do estudo as implicações do treinamento de força e seus benefícios para as mulheres durante o ciclo menstrual e para manter sua saúde física e mental.

MARCO TEÓRICO

As implicações do treinamento de força e seus benefícios para as mulheres durante o ciclo menstrual e para manter sua saúde física e mental.

Compreender as implicações do treinamento de força durante o ciclo menstrual e como esses exercícios ajudam a controlá-lo.

- Apresentar as implicações do treinamento de força para a saúde da mulher;
- Compreender a importância dos exercícios resistidos no controle do ciclo menstrual;
- Analisar as alterações fisiológicas e emocionais das mulheres durante o período menstrual.

METODOLOGIA

Para a estruturação deste artigo, empregou-se a pesquisa bibliográfica, elaborada no que se refere ao tema proposto por meio de livros, textos, vídeos, plataformas acadêmicas, sites e blogs e outros, de onde foram extraídos os materiais, que foram condensados e deram origem ao presente estudo. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica e pode ser feita em fontes como livros, periódicos, artigos de jornais, sites, etc.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Antes de detalhar o ciclo menstrual, é necessário entender o que é a menstruação. O ciclo menstrual dura entre 21 e 35 dias, enquanto o fluxo menstrual pode durar normalmente de 3 a 7 dias. As primeiras menstruações ocorrem na puberdade, em média entre os 10 e 13 anos, e esse ciclo termina na menopausa. A fase folicular ocorre no primeiro dia do ciclo, ou seja, no primeiro dia de sangramento e continua até a liberação do óvulo. Dura em média 14 dias. Nos primeiros dias dessa fase, há uma grande produção do hormônio FSH, responsável por estimular o desenvolvimento dos folículos nos ovários, os folículos são as estruturas que contêm os óvulos. Geralmente apenas um atinge a fase folicular madura, constituído por um oócito envolto pela corona radiata no meio do antro, fixado pelo cúmulo oóforo. A seleção do folículo maduro é feita pela diminuição do FSH no final da fase folicular, resultado da retroalimentação negativa da inibina B. Em folículos menos desenvolvidos, esta diminuição do FSH condiciona uma diminuição da relação estrógeno/andrógeno, levando à atresia.

O folículo que resiste a esse processo secreta estrogênio e logo o óvulo pode ser liberado, iniciando a fase ovulatória. A ovulação ocorre com a liberação do óvulo maduro, por volta do 14 dia do ciclo, isso pode variar de mulher para mulher. Essa fase é curta, ocorre no período de 16 a 32 horas, o ovo tem um ciclo de vida médio de 24 horas. Para engravidar, você precisa ter relações sexuais três dias ou três dias antes da ovulação. É preciso ficar atento ao ciclo, pois os espermatozoides ficam viáveis por até 5 dias, o que significa que sem o uso de métodos contraceptivos a gravidez pode ocorrer antes mesmo da ovulação. A ovulação - isto é, a liberação de um óvulo do ovário e, portanto, o único momento do ciclo em que o óvulo é exposto à fertilização - é o principal evento do ciclo ovariano fértil. A ovulação determina o período de tempo em que pode ocorrer uma gravidez a partir da relação sexual realizada três a quatro dias antes da ovulação, período determinado pela duração da vida fecundante do espermatozoide, e até a 24 horas depois, a vida fertilizadora do ovo. E mesmo dentro dessa faixa, não há certeza de que a relação sexual produzirá gravidez, pois as chances variam entre os casais e a proximidade da relação sexual com o momento da ovulação.

A fase lútea começa com a formação do corpo lúteo. Esta fase ocorre desde o momento da ovulação até o primeiro dia do próximo período menstrual. Depois que o óvulo é liberado, o restante do folículo é chamado de corpo lúteo, cuja principal função é produzir progesterona, importante nesse momento para preparar o revestimento do útero para a ovulação. Se isso não acontecer, o corpo lúteo permanece ativo por cerca de 14 dias, período chamado de fase lútea. A musculação, após a fase de adaptação do organismo, permite o fortalecimento dos grupos musculares e conseqüentemente um melhor rendimento e realização das atividades diárias. O ciclo menstrual pode afetar o desempenho durante a atividade física. Quanto a fase folicular mencionada acima, as mulheres se sentirão desconfortáveis e relutantes em realizar exercícios de resistência. Um estudo analisou o efeito do ciclo menstrual na força de mulheres fisicamente ativas em 10 mulheres de 18 a 38 anos que tinham ciclos menstruais regulares e não usavam contraceptivos.

O teste de estresse é realizado em duas fases do ciclo. Os autores relatam que precisam de mais averiguações para aprofundar esta pesquisa, no entanto, com base nos dados apresentados no estudo, constatamos que o ciclo menstrual afeta o desempenho no treinamento de força, mas, por outro lado, controla os sintomas durante este período, independentemente de Voluntário ou não, o desempenho pode ser reduzido, mas o treinamento de força pode ser extremamente benéfico para a saúde da mulher de várias maneiras. Constatou-se, com base na literatura, que pode haver implicações quanto à força na realização de exercícios físicos durante o ciclo menstrual, isso não significa que comprometa o treino, mas aumenta a dificuldade, principalmente se houver sintomas de síndrome pré-menstrual. Por fim, é fundamental estabelecer um protocolo de treino que promova resultados positivos, que possa ser adaptado de acordo com essas alterações hormonais, é preciso mais sensibilidade e estudo por parte dos profissionais para entender a menstruação, o ciclo menstrual, a síndrome pré-menstrual, menstruação e a saúde da mulher como um todo.

REFERÊNCIAS

BROWN, J. B. **Estudos sobre a reprodução humana:** atividade ovariana, fertilidade e o Método de Ovulação Billings. Canção Nova, 2016.

DA CUNHA, R. C. **Menina x Mulher:** Menarca A Primeira Menstruação. Buqui Livros Digitais, 2017.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J. **Fundamentos do treinamento de força muscular.** Artmed Editora, 2017.

HALBE, H. W. Ovulação. **Revista de Medicina**, v. 60, n. 2, p. 4-17, 1976.

MARTINS, Wellington de Paula. Suporte da fase lútea. **Femina**, 2010.

IMPLICAÇÕES DO TREINAMENTO RESISTIDO PARA IDOSOS PÓS- COVID

**Leticia de Sousa Soares¹ (Aluna do Curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leticiasouares.sousa14@gmail.com),
Leandro Borges do Nascimento² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leandro.borges@fvj.br).**

RESUMO

O presente estudo analisa e descreve as implicações do treinamento resistido para idosos pós-covid. No final do ano de 2019 o mundo inteiro entrou em alerta, na China, mais precisamente na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, uma nova cepa do coronavírus foi identificada. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Este ensaio foi realizado através de uma ampla pesquisa bibliográfica, livros, artigos científicos, vídeos, blogs e sites. Para este estudo, realizou-se uma busca minuciosa em livros, artigos científicos, vídeos, blogs e sites acerca da saúde da população idosa, COVID-19 no contexto socioeconômico e suas implicações para esta população. O treinamento resistido é a junção de exercícios físicos que proporcionam resistência ao corpo. Os benefícios do treinamento resistido dependem do número de repetições e séries, sobrecarga, sequência e intervalos entre as séries e os exercícios e dieta. Existem poucos estudos acerca do tema abordado, contudo, é comprovado cientificamente e indicado por médicos de todo o globo os exercícios resistidos para a população idosa no após a contaminação.

Palavras-chave: COVID-19; Exercício resistido; Idosos; Treinamento Resistido.

INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi classificada pela OMS como uma pandemia. Assim, o isolamento social foi decretado em todos os países e precauções adicionais foram recomendadas para grupos de risco, como idosos, crianças, diabéticos e hipertensos. Desde o início, as pessoas com mais de 60 anos eram mais vulneráveis à doença, a taxa de mortalidade dos idosos aumentou significativamente. Os idosos do grupo de risco tiveram que receber atenção especial por serem mais frágeis e menos resistentes ao vírus. O que se observa é que após a contaminação por covid, os assintomáticos e os que revelaram sintomas leves apresentaram algum tipo de deficiência ou comorbidade. Os exercícios físicos são essenciais para sua reabilitação. No entanto, é preciso ter muito cuidado ao retomar qualquer exercício físico, pois o organismo fica debilitado e deve se adaptar gradativamente a novos estímulos e esforços. Dentre os exercícios mais eficazes, que exploraremos ao longo do estudo, os exercícios resistidos, se associados aos exercícios aeróbicos, potencializam seus benefícios. Quando falamos de exercício resistido, estamos falando de musculação e calistenia, porém, a musculação é mais utilizada, principalmente pela população mais idosa. A questão central é o treinamento resistido como forma de prevenir doenças pelo fortalecimento do sistema imunológico e também como pode auxiliar na reabilitação de idosos infectados pelo vírus SARS-coV-2. As implicações do exercício resistido para a população idosa e os desafios encontrados no contexto pós-covid. Em face ao exposto, a pandemia de COVID-19 alerta-nos para a garantia dos direitos e proteção dos idosos, para cuidados de saúde mais adequados que garantam uma qualidade de vida.

MARCO TEÓRICO

O treinamento resistido como forma de prevenir doenças pelo fortalecimento do sistema imunológico e também como pode auxiliar na reabilitação de idosos infectados pelo vírus SARS-coV-2. As implicações do exercício resistido para a população idosa e os desafios encontrados no contexto pós-covid.

Descrever a importância do treinamento resistido para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos período pós-covid.

- Analisar o contexto pós-pandemia na vida dos idosos;
- Compreender os benefícios dos exercícios resistidos para a recuperação e redução das sequelas pós-COVID-19;
- Conhecer os efeitos do exercício físico no sistema imunitário das pessoas com mais de 60 anos.

METODOLOGIA

Este ensaio foi realizado por meio de ampla pesquisa bibliográfica, livros, artigos científicos, vídeos, blogs e sites. A busca dos artigos foi realizada no Google Acadêmico, que fornece acesso aos principais dados relacionados à área de estudo. Foram excluídos artigos sobre diretrizes, protocolos de pesquisa, estudos com enfoque em outros temas e artigos duplicados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A presença de idosos nas academias é cada vez mais frequente, devido à evolução dos cuidados destinados a este público. Os exercícios resistidos são uma ótima opção, são exercícios que aumentam a força muscular levantando pesos ou usando faixas de resistência. Para melhores resultados, podemos combiná-los com outras modalidades, como exercícios aeróbicos, essas atividades físicas são responsáveis por melhorar ou reabilitar o sistema cardiovascular e respiratório. Os exercícios resistidos, combinados com uma alimentação adequada, atenuam esses riscos e melhoram a saúde, reduzindo a depressão, as quedas, melhorando o humor, o equilíbrio e o sono.

A prática regular de exercícios físicos para idosos é essencial para a manutenção da saúde e bem-estar, a senescência é um processo natural do corpo humano, mas um estilo de vida mais saudável implica positivamente no envelhecimento. Essas alterações no sistema imunológico podem explicar porque idosos são mais suscetíveis a doenças como pneumonia, gripe, endocardite infecciosa e consequentemente COVID-19. Se praticados regularmente, os exercícios físicos podem ajudar a preservar a função imune dos idosos e têm sido fundamentais no processo de reabilitação no pós-covid. Embora a expectativa e a qualidade de vida dos idosos tenha melhorado em nosso país, é perceptível que no decorrer do envelhecimento as pessoas vão ficando mais sedentárias.

Precisamos estimular a prática de exercícios físicos como uma forma de prevenir doenças na população idosa, isso é dever da família e da sociedade, colaborar e amparar os idosos através de políticas públicas que visam melhorar a qualidade de vida dos idosos. Uma pequena parcela da população idosa pratica exercícios para melhorar a aptidão física e prevenir doenças. É comprovado cientificamente que independe da idade os exercícios físicos são essenciais para a manutenção de uma vida mais saudável, bom condicionamento físico e

longevidade. O treinamento resistido é a junção de exercícios físicos que proporcionam resistência ao corpo.

Os benefícios do treinamento resistido dependem do número de repetições e séries, sobrecarga, sequência e intervalos entre as séries e os exercícios e dieta. Para os idosos o TR colabora para a fixação do cálcio nos ossos, controla a pressão arterial e insulina, aumenta a força e a resistência para executar tarefas do dia-a-dia. Com um programa de treino adequado é possível que os exercícios sejam realizados corretamente e seus benefícios são maximizados. A orientação apropriada evita lesões e proporciona uma série de exercícios correspondente ao biotipo de quem os pratica, valorizando suas habilidades e fortalecendo suas aptidões.

De acordo com a prescrição médica e necessidades específicas, a reabilitação para idosos pós-covid inclui programa de reabilitação cardiopulmonar e metabólica, terapias específicas voltadas para o ganho de mobilidade, força, equilíbrio e funcionalidade. Visto que as atividades físicas em suas diferentes vertentes são inerentes à saúde e qualidade de vida da população idosa se faz necessário aperfeiçoar os treinos e programas de exercícios para este público. Os exercícios resistidos trazem benefícios inquestionáveis aos idosos, garantem sua autonomia e longevidade. Por ser algo recente, existem poucos estudos acerca do tema abordado, contudo, é comprovado cientificamente e indicado por médicos de todo o globo os exercícios resistidos para a população idosa no pós a contaminação.

REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. et al. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. suppl 1, p. 2423-2446, 2020.

A RECUPERAÇÃO TOTAL DE IDOSOS PÓS-COVID. Mão do Amor. Disponível em: <https://www.maodoamor.com.br/blog/covid-19/a-recuperacao-total-de-idosos-pos-covid/>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **COVID-19 -Painel Coronavírus.** Brasília, DF: MS; 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 11 de out. 2022.

GARCIA, L. X. et al. Benefícios do Treinamento Resistido para Idosos. **Revista Científica Online ISSN**, 1980-6957 v12, n2, 2020

NUNES, V. M. de A. **COVID-19 e o cuidado de idosos:** recomendações para instituições de longa permanência. 2020.

A PRÁTICA DA DANÇA EM MULHERES NO DISTRITO DE PARAJURU: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Matias Brendo de Sousa Silva¹ (Aluno do curso de Bacharelado em Educação Física de Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: brendomatias62@gmail.com), Orientador: Leandro Nascimento Borges², (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Leandro.borges@fvj.br)

RESUMO

A dança é uma manifestação artística existente a gerações, expandindo seu uso a diversas situações segundo seu histórico, e fazendo parte de diversas culturas pelo mundo, sendo elas restritas ou não. Ainda com estilos próprios de modalidades praticados universalmente, como Jazz, Ballet, hip hop, Breakdance, Street dance. E danças exclusivas brasileiras como as danças indígenas, frevo, o maracatu, e o forró, axé entre outras. Com isso alegando o quanto essa prática corporal é apreciada e praticada por todos, de qualquer gênero, raça, etnia ou religião. Sendo cogitada como performance e até na saúde, com o intuito de promover uma melhor qualidade de vida. Tomando como base o contexto sobre a dança voltada a sua prática a saúde. O seguinte trabalho de conclusão de curso, tem o objetivo destacar a fundamentaria da dança, como figura alternativa de atividade física, voltando para o um público alvo específico, envolvendo mulheres adultas nesse estudo de campo. Essa pesquisa foi concretizada na comunidade de Parajuru, no município de Beberibe, teve na sua inclusão a participação de voluntárias, quatro mulheres adulta praticantes, em um projeto de dança de aulas particulares. Usando como método de pesquisa um questionário com perguntas específicas, sobre a relevância que a dança proporcionou a médio e longo prazo, assim analisando os dados e resultados, para concluir que dança como prática corporal propicia benefícios a elas, que podem gerar mudanças nas suas vidas diárias. Permitindo a comprovação sobre levar em questão da relevância dança dentro da saúde.

Palavras-chave: dança; saúde; benefícios; atividade física.

INTRODUÇÃO

A dança tem sua origem nos primórdios terrestres, nascendo com os primeiros seres humanos que habitavam o planeta. A hipóteses que apontam que essa pratica deu seus iniciais passos para o reconhecimento por meio de ritmos percussivos derivados da movimentação corporal, ou seja, batidas do coração, do caminhar, bater os pés e as mãos, criando assim uma forma de se expressar que mais tarde vira ser conhecida como dança. Através de pinturas rupestres encontradas em cavernas de sítios arqueológicos. Foi possível ter descobertas sobre a mesma trazendo informações detalhadas que desde a pré-história homens e mulheres já desfrutavam dessa pratica corporal. (AIDAR, 2011-2022).

Assim como outras práticas corporais, a dança tem sua principal característica, sendo ela uma expressão artística que usufrui do corpo como instrumento, tendo como acompanhante diversos estilos musicais ou podendo até ser apresentada sem determinado som. A dança estar presente em todas as culturas no pelo o mundo todo, podendo ser praticado em grupos, duplas ou solos. Permitindo a dança expressar sentimentos como a alegria, a tristeza, o amor, e outros demais sentimentos que a humanidade é capaz de desfrutar. Segundo consta a história, os primeiros povos a adotar a dança como meio de

expressão artística, foram os egípcios, mesopotâmicos, gregos e os romanos. Os povos do Egito usavam a dança de homenagem aos seus deuses, por outro lado na Grécia era a forma de contar seus mitos. Ao decorrer dos anos a dança veio a ganhar outras finalidades, na Grécia Clássica essa atividade teve correlação aos jogos olímpicos, no império Romano, tendo vínculo somente a igreja, sendo assim proibida qualquer outra dança que não estivesse ligada a mesma. Somente no período do Renascimento, a dança veio a ressurgir, com muita aprovação e apreciação pela nobreza, (CAIUSCA, 2019]. No século XV, surgiu o balé dos bailes de rua, conhecido como balletto. Então no século XVII, passou a ocupar os palcos. Dando início assim aos primeiros espetáculos de dança. No século XIX se marc com a chegada da dança moderna, com um formato contraposto ao balé. Como consequência, as danças contemporâneas vieram serem criadas. Pois mesclam criatividade e experimentações coreográficas. No Brasil as danças também são muito populares, assim como no resto do mundo, existem danças populares nativas do brasil como afro-brasilerias, indígenas entre outras. E as contemporâneas populares de outros países como hip hop, breakdance e jazz. Essa prática desempenha um ótimo papel na saúde, associada à educação física, auxiliando na prevenção e tratamento de doenças sendo físicas ou mentais. Segundos estudos e acadêmicos, ao se exercer dessa pratica corporal, o corpo ganha atributos como definição, resistência e uma vida mais saudável. Para o público feminino, as mesmas aderem esses atributos, especificamente, desenvolvendo coordenação motora, melhora na postura e fortalece a musculatura.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi idealizado a partir de um relato de experiência na localidade de Parajuru no litoral leste da cidade de Beberibe, onde existe um projeto chamado Energy Dance MB criado por um aluno do curso de Bacharelado em Educação Física em meados de 2022, o projeto teve como objetivo despertar no público alvo a importância da dança como uma atividade física com o intuito de promover e estimular a saúde mental e física.

O projeto foi iniciado com nove participantes, porém para o trabalho apresentado foram acompanhadas apenas três mulheres, dando ênfase ao desenvolvimento das mesmas durante a experiência. Vale ressaltar que após sua jornada diária de trabalho essas mulheres se destacaram nas aulas experimentando diversos ritmos tais como: hip hop, forró, axé, piseiro, músicas eletrônicas, arrocha, o fitdance entres outros. Com essas experiências podemos observar que a dança como atividade física pode contribuir de forma positiva para desenvolver o condicionamento físico, elevar a autoestima, prevenir doenças psicossociais, melhorar a postura, circulação sanguínea e coordenação motora.

Ao longo da prática das aulas percebeu-se o quanto a dança contribuiu positivamente nas vidas dessas mulheres, levando em conta também que foi analisado os motivos das mesmas procurarem a dança. As mulheres deste relato estavam na faixa etária entre 30 e 52 anos.

Para a execução do trabalho foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com as envolvidas. Logo após isso as mesmas começaram a resolução dos questionários, possibilitando chegar a análise dos dados tomando como base as respostas das alunas acompanhadas na pesquisa. Sendo assim obteve-se os dados que trazem os argumentos que afirmam que a dança foi impactante para o cotidiano dessas mulheres, possibilitando uma melhor qualidade de vida.

RESULTADOS E DICURSSÕES

Através das pesquisas em sites e de questionários realizado com integrantes das aulas. Foi passível notar que ao praticar a dança essas mulheres tiveram uma boa melhora na saúde. E analisar que essa atividade física proporciona a elas uma condição física considerável até possivelmente ajuda na saúde mental, pois se trata de uma atividade divertida e contagiante. Então percebe-se que a dança como atividade física tem a mesma funcionalidade para melhoria da saúde física e mental. Sendo igualitária a outra modalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança como atividade física foi considerada benéfica para as mulheres que participaram do projeto da Energy Dance MB. Percebeu-se que a medida que praticavam a dança o condicionamento físico, a postura corporal, a elevação da autoestima, a coordenação motora, a agilidade, a memorização, a redução dos bloqueios psicológicos, aumento na capacidade cardiorrespiratória, tonificação muscular, perda de peso que são fatores importantes para potencializar a qualidade de vida dos indivíduos envolvidos.

O relato evidenciou que a dança promove a integração entre os indivíduos independente de sua idade, cor ou condição social, assim podemos afirmar que a dança promove a cidadania e evidencia o direito que todos têm de expressar sua vontade, ideias e sentimentos.

Assim sendo assim finalizo este trabalho afirmando nasceu com os primeiros seres humanos e hoje se faz presente em todos os povos e culturas e através da sua pratica expressamos os mais diversos tais como a alegria, a tristeza e amor.

REFERÊNCIAS

DIANA, DANIELA. **História da Dança no Brasil**. [s. l.], [2011 - 2022]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-danca/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MARBÁ, Romolo Falcão; SILVA, Geusiane Soares da; GUIMARÃES, Thamara Barbosa. Dança na promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v.9, n.1, fev. 2016. Disponível em: https://assets.unitpac.com.br/arquivos/Revista/77/Artigo_3.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. [S. l.], 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/2-32022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-edepressao-em>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SZUSTER, Lia. **Estudo qualitativo sobre a dança como atividade física em mulheres acima 50 anos**. 2011. 69 f. Monografia de Bacharel em Educação Física Porto Alegre – RS. 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/39328>. Acesso em: 22 jan. 2022.

EFICÁCIA DOS EXERCÍCIOS DE EQUILÍBRIO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS

**Nathan Costa Camurça¹ (Aluno do curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: costacamurca14@gmail.com),
Leandro Nascimento Borges² (professor do curso de Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE, e-mail: Leandro.borges@fvj.br).**

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito apresentar a importância de se estudar os esportes como inserção para as práticas escolares, bem como os respectivos desafios acerca do mesmo. Nos dias de hoje, percebe-se a importância da verificação das múltiplas formas de ministrar as aulas de Educação Física e de como elas podem ser constituídas de esportes para uma melhor interação por parte dos seus alunos. Percebe-se que a inserção do esporte dentro do contexto educacional impulsiona os alunos para os mesmos sintam-se convidados a competirem, bem como respeitar os seus colegas independentes do resultado alcançado. Os esportes por sua vez, não influenciam somente o contexto de lazer como muito é levado em consideração, mas também como um agente ativo para a melhoria do âmbito social e educacional como será visto ao transcorrer do estudo. Dessa forma, o trabalho terá como principal objetivo enfatizar a utilização dos esportes dentro das escolas como um instrumento de grande valia.

Palavras-Chave: esporte; escola; social; educação física.

INTRODUÇÃO

O trabalho buscou analisar a compreensão acerca dos esportes englobados dentro das escolas como agente ativos nas aulas de Educação Física. Muito se é defendido a utilização de meios que envolvam o entretenimento dos alunos como forma prenderem a atenção do mesmos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) (BRASIL, 1998, p.70) destacam que o esporte pode ser encontrado como um método que poderá ser adaptado conforme as condições de espaço e material de cada instituição educacional. Dessa forma, o conteúdo relacionado ao esporte pode ser tido como práticas adotadas de caráter oficial e competitivo, organizadas em federações regionais, nacionais e até mesmo internacionais que regularmentam a atuação amadora e profissional. Envolvendo alguns materiais como campos, piscinas, bicicletas, pistas, ginásios, entre outros. Dessa forma, torna-se possível perceber que o esporte é capaz de propor atitudes que envolvem o respeito, a disciplina, a ética e a dignidade entre os alunos, servindo também como uma forma de inserir esse método educacional dentro da escola, sendo uma alternativa de saída para os alunos no seu tempo livre.

Os estudos acerca do esporte defendem que os jogos e os esportes são reflexos da sociedade em que vivemos, e que à partir deles poderemos saber de quais formas as pessoas interagem entre si, por meio dos mesmos. O esporte é um agente influenciador direto da sociedade, sendo positivamente ou negativamente. Dessa forma, torna-se possível a verificação dos pedidos de paz aos jogadores entrarem nos estádios. Dessa forma, será apresentado no decorrer do estudo, a importância e de que forma os esportes podem ser

inseridos dentro do contexto educacional com o objetivo de implementar a grade curricular dos alunos, bem como sua formação como indivíduo crítico de ativo da sociedade.

METODOLOGIA

O esporte sempre esteve presente dentro da sociedade brasileira. A sua inserção dele como conteúdo não ocorreu de forma imediata como é pensado. A sua inserção dentro da Educação Física como prática pedagógica só ocorreu após ser pautado por diversas influências do ambiente exterior. De acordo com Brachat (2000), o esporte dentro da Educação Física é visto como sendo,

O esporte impõe-se dentro da Educação Física para atingir determinados objetivos que podem ser definidos como próprios do sistema esportivo. Este tipo de processo não é acompanhado de determinada reação crítica da disciplina, mas pelo contrário como sendo um elemento que valoriza a Educação Física dentro do âmbito escolar, tornando-se um sinônimo de esporte dentro das instituições de ensino (BRACHT, 2000).

O esporte por sua vez quando inserido nos conteúdos das aulas de Educação Física possui grande importância social. A partir do contexto escolar, pode-se perceber que a escola é um ambiente no qual auxilia na construção histórico-escolar. As Instituições Educacionais englobam o esporte com atividades voltadas para a ludicidade, ou seja, torna-se uma prática multicultural, onde todos os alunos podem participar. O método dessa matéria, é necessário para que sejam excluídas a desigualdade dentro do ambiente escolar, bem como colaborar contra o sedentarismo. As práticas de educação física dentro da escola, irá aproveitar o conhecimento empírico que o aluno possui por meio de uma mediação entre docentes e educandos. Paes (1996, p.7) defende que

[...] o esporte só irá interferir na jornada de educação do educando à medida em que for tido sendo como um área aprendizagem, cujo ensino seja (...) respaldado de objetivos conforme a educação exige, sendo ela de forma sistematizada.

O esporte nesse ponto de vista é considerado como um conteúdo na área do conhecimento cujo ensino do mesmo é compatível com o objetivo do contexto educacional implicado. Dentro dessa perspectiva, o esporte por sua vez é tido como uma construção do saber, tendo a instituição educacional como o principal agente para a tarefa de socialização dos conteúdos referentes ao esporte. De acordo com o Portal do MEC, no contexto histórico da Educação Física é visto que,

Durante o século XX, a Educação Física escolar sofreu no país, diversas intervenções por parte de correntes de pensamento filosófico. Tendo como interferências as áreas de políticas, científicas e práticas pedagógicas. Dessa forma, até a década de 1950, a Educação Física por sua vez a sofreu domínios provindos da filosofia positivista, da área médica, do interesse militar. Como também acompanhou as modificações no próprio modo de pensar por exemplo com as regras estabelecidas pela escola novista.

Ao conseguir definitivamente ser efetivada dentro do contexto escolar, a Educação Física ficou conhecida como sendo uma fonte de função social positiva e de grande importância. A inclusão dos esportes nos programas escolares é baseada no pensamento de que através de conteúdos relacionados ao esporte é possível que ocorra o desenvolvimento mental e social do aluno. É necessário que a inserção dos esportes dentro do contexto

educacional seja bem planejada, visto que nada mais importante que o docente possua conhecimentos atualizados sobre os conteúdos que irão ser trabalhados. Deve ser compreendido três eixos de grande valia para que essa ligação seja efetuada, sendo eles:

- Ponto em que é destacado a necessidade de se conhecer as transformações pelas quais a sociedade passou em relação aos hábitos de vida e relacioná-los com as determinadas necessidades presentes de atividade física. Conhecendo as mudanças pelas quais passam os esportes, como por exemplo, mudanças de regras devido à televisão;
- Já no segundo ponto é tida a dimensão procedimental, na qual deve se vivenciar e experimentar os movimentos básicos dos conteúdos voltados para a Educação Física;
- O terceiro e último eixo é tido como a dimensão atitudinal, deve-se ocorrer a valorização dos conteúdos da Educação Física no seu contexto histórico. Respeitando os colegas e resolvendo os problemas com diálogo.

Esses contextos ao serem analisados durante a prática dentro das escolas, nas aulas de Educação Física, os discentes podem aprender sobre tais eixos e seus benefícios através de determinadas práticas. A escola por sua vez, configura-se como um dos espaços de organização social para onde as práticas esportivas acontecem, sendo cabível ao profissional de Educação Física proporcionar através de conteúdos específicos. O esporte dentro da escola possibilita aos alunos uma cooperação para com a atitude de agir em conjunto com o outro com o intuito de resolver determinado problema ou alcançar determinado objetivo em comum. Um dos objetivos para o ensino da Educação física dentro do contexto escolar são de verificar todos os domínios do comportamento, sendo definidos como:

- Social: no qual o aluno irá demonstrar uma boa conduta em suas respostas aos chamados do docente, sobre os seus comportamentos relacionados ao oponente;
- Afetivo: dada uma possibilidade de escolha, o aluno se engajará em uma atividade física ao invés de uma sedentária;
- Cognitivo: dada uma lista de violações de regra, o aluno identificará, corretamente, e uma segunda lista o esporte de equipe será associado com cada uma delas;
- Psicomotor: o aluno fará, com êxito a maioria das atividades propostas.

A Educação Física é importante para a formação educativa e fundamental para a formação e o desenvolvimento do indivíduo. Um dos papéis do professor como agente direto entre a prática de atividades físicas e os alunos é o compromisso de educar e transformar o indivíduo em um ser inacabado no qual está em constante evolução, no qual busca aprimorar a busca por novos conhecimentos dentro do contexto educacional. Tendo principalmente argumentos para discutir, analisar e reconhecer os desafios de ultrapassar determinadas barreiras.

À partir da elevação da Educação Física, a grande componente curricular do ensino básico, bem como tornando-se obrigatório pela Lei nº 9.394/96 LDB (CONFEF, 2002, p.4) o papel atuante do professor de Educação Física, dentro do contexto escolar, passa a ter novos questionamentos, de forma que surgiu a necessidade de auto avaliação sobre o professor de educação física sobre a nova realidade das escolas, bem como também sua forma de agir frente às novas necessidades exigidas dentro do enfoque educacional. A nova realidade da

Educação Física sugere novas formas de ensino, não sendo algo emergido por lei, mas que se torne construída sobre atuação de qualidade e competência, de forma que venha ser voltada para as necessidades da formação educacional básica. Dessa forma, para que determinadas metas sejam alcançadas é necessária uma mudança de paradigma, e principalmente de prática, já que segundo Caparroz (2007) a educação física no ensino de hoje é concretamente um produto fruto de todas as mudanças de tendências e objetivos que ocorreram com a evolução histórica, a qual reformulou ao decorrer dos anos, contribuindo para as ações e determinadas práticas pedagógicas para uma nova reformulação da Educação Física como disciplina.

A disciplina de Educação Física por sua vez possui a função de intervir de maneira social, desenvolvendo seus conteúdos, e posteriormente auxiliando a capacidades dos discentes interagirem com próximo, desenvolvendo e transformando a sociedade, lançando novas formas de aplicabilidade da matéria dessa matéria. Dentro desse contexto, o movimento da educação física é compreendido e explorado diante da sua complexibilidade, alcançando determinados objetivos em sala de aula de maneira cognitiva, social e afetiva, contribuindo posteriormente para seu desenvolvimento motor.

Para que determinados processos sejam construídos em sala, o processo de ensino-aprendizagem deve considerar o aluno como mentor de seus atos, bem como sendo tratado de maneira integral, direcionando-o atividades que desenvolvam os seus aspectos intelectuais e físicos com o objetivo de proporcionar a interação social e afetivas que as práticas de Educação Física geram, dando-o oportunidade de o educando ser, construir-se, relacionar-se, pensar e realizar. Os processos de integração dos indivíduos ocorrem por vias das vivências corporais, pelas práticas proporcionadas pelos conteúdos da área, no qual visam explorar as potencialidades e determinadas capacidades, utilizando o corpo e os movimentos como ferramentas para a aprendizagem (BRASIL, 1997).

A Educação Física dentro do contexto escolar passa por diversos processos de reconstrução e remodelação. As novas ordens e concepções surgem não necessariamente excluindo as antigas elaborações sobre determinada disciplina, ou impedindo o surgimento de novas teses e pensamentos. Nesse ponto de vista do desenvolvimento histórico, como o fluxo de ideias, interligadas às necessidades de cada realidade, circundam diretamente as práticas de Educação Física. Todos os conhecimentos devem ser organizados, refletidos e transmitidos sendo elaborado de forma pedagógica por meio de conhecimentos e determinadas habilidades experimentadas em prática, devendo ser incorporadas em possíveis ações que trabalhem as formas lúdicas, bem como por processos socioeducativos. A Educação Física dentro do contexto escolar possui determinados agrupamentos sobre o corpo humano, bem como a inserção dos alunos dentro das práticas estabelecidas. Sendo como:

- Conhecimentos relacionados ao corpo: esse tópico refere-se a adquirir conhecimentos do corpo, suas divisões, potenciais e limitações. Sendo abordado conceitos básicos relacionados à fisiologia, anatomia, bem como despertar nos discentes determinados hábitos posturais (BRASIL, 1997);
- Os Jogos: Determinada abordagem se dará por meio de experiências de cunho simbólicos, com determinadas regras criadas e proporcionadas diante das necessidades dos participantes e com respectivos limites de espaço e de tempo (SANTOS, 2002);
- Esportes: são possíveis práticas individuais ou até mesmo coletivas, sendo regidas através de federações e confederações com determinadas regras impostas. Podendo ser divididas em: esportes direcionados à educação que buscam abordar o fator educacional por meio da prática de esportes; esportes de participação cujo

objetivo é a descontração e o lazer; já o esporte de performance é o que busca o rendimento dos indivíduos que o praticam (GALVÃO; RODRIGUES; SILVA, 2008);

- Lutas: são tidas como disputas que envolvem determinadas técnicas e estratégias como ferramentas para derrotar os oponentes. Envolvendo o equilíbrio; determinadas imobilizações (SANTOS, 2002);
- Ginásticas: são definidas como exercícios que determinam a busca pela manutenção e desenvolvimento de determinadas qualidades físicas, tendo como objetivo o relaxamento e manutenção da saúde (SANTOS, 2002);
- Atividades rítmicas: são atividades que são direcionadas à expressão e determinada comunicação por meio dos movimentos corporais, referindo-se por estímulos de sons (FERREIRA, 2005).

Determinados grupos de atividades físicas são essenciais para as diversas inserções das atividades físicas dentro das instituições de ensino, auxiliando-os em sua prática e na organização dos conteúdos que posteriormente venham ser abordados durante os ciclos escolares de maneira flexível.

A disciplina de Educação Física é vista como delineada e composta de determinados fundamentos para que seja exercido o papel, que é tido por direito de se estar no meio educacional, tendo algumas responsabilidades de disciplina curricular, através da incorporação dos objetivos gerais da educação de maneira formal. O ensino da disciplina em estudo deve ser abordado com foco, sendo destinado para todos, passando por um processo de tratamento pedagógico, desenvolvendo-se de forma abrangente e diversificada, proporcionando ao aluno determinada oportunidade de conhecer, tomar iniciativa à prática esportiva e manter pleno interesse por diversas modalidades.

Essa modalidade esportiva teve início na década de 1970, sendo composta por 3 subdisciplinas, sendo a natação, ciclismo e corrida. Sendo considerado como um dos maiores desafios implicados aos homens em toda a história. A palavra Triathlon origina-se do inglês, e Triatlo em Língua Portuguesa. A sua criação foi elaborada pelo San Diego Track Clube, tendo como finalidade ser um treinamento para provas de pista. O primeiro evento dessa modalidade contou 500 metros de natação, 8 km de ciclismo e 10 km de corrida. Dez anos após a sua criação chega a Portugal como sendo a primeira nova modalidade disputada no dia 15 de agosto de 1984 em Peniche. No ano de 1987 é criada a Associação Portuguesa de Triatlo (APT), a qual coordena o calendário nacional que possui nove provas. No ano de 1989, foi fundada a Federação de Triatlo de Portugal (FTP). Essa modalidade é dividida em variantes, sendo:

1. Duatlo: é um tipo de desporto combinado com resistência, no qual o atleta por sua vez, realiza um percurso de forma individual, alternando diversos segmentos de corrida, um de ciclismo e de novo, um de corrida, por esta ordem;
2. Aquatlo: é um esporte combinado e de resistência o qual o indivíduo efetua de forma independente um segmento de natação e um segmento de corrida, por esta ordem;
3. Triatlo BTT: o percurso de ciclismo e corrida são feitos em estradas de terras e com obstáculos naturais, com pedras e com lama, em terrenos arenosos, entre outros.
4. Triatlo em equipa: refere que esta opção de prova é de cunho popular. As equipas são compostas por um nadador, um ciclista e um corredor que juntos competem pelo melhor tempo final. Para muitos esses tipos de competição é capaz de

promover a diversão e a melhora em uma aptidão sem ser necessária uma dedicação aprofundada de treinos completos que o triatlo exige.

Já as modalidades do Triatlo são divididas como visto anteriormente, sendo definidas como:

Ciclismo: de acordo com Rama (2011), refere que o ciclismo é uma das melhores atividades que mantém a maneira de resistência aeróbia. Possuindo excelentes efeitos sobre o sistema cardiorrespiratório e muscular. Que com o passar dos anos estão cada vez mais pessoas tornando-se adeptas das provas de duatlo, triatlo e ciclismo de estrada;

Corrida: Souza (2000) defende que a corrida deve levar em consideração a fase de desenvolvimento biológico do participante, a possível diferença entre a idade cronológica e biológica e o princípio crítico ou fases sensíveis para a aquisição de competências. A técnica de corrida estabelecida no triatlo é essencial para um bom rendimento dos atletas, visto que a corrida possui um papel de destaque no planejamento do treino, maior do que o ciclismo e menor do que a natação, isto porque terá que ser treinada com mais regularidade do que o ciclismo, uma vez que envolve o treino de várias características, como a resistência e velocidade e o limiar anaeróbio. A corrida corresponde ao último segmento do triatlo.

Natação: A natação tida como sendo etapa mais técnica do Triatlo. A mesma acontece num meio diferente, requerendo ainda mais consistência, constância e foco nos treinos. Dessa forma, caso não se aprende a nadar quando crianças ou adolescentes, esse aprendizado acaba interferindo ainda mais empenho na fase adulta. E é nessa fase quando adulto que muitos indivíduos conhecem o Triatlón, tornando-se adeptos provenientes de outras modalidades que buscando novos desafios.

Os recursos exigidos no triatlo com suas determinadas modalidades são:

NATAÇÃO:

- Equilíbrio;
- Respiração;
- Propulsão;
- Saltos;
- Técnica de crol;
- Técnica de bruços;
- Técnicas de mariposa;
- CICLISMO/BTT:
- Preparação, manutenção e utilização da bicicleta;
- Conhecimento das regras de trânsito;
- Desmonta e monta a bicicleta em andamento;
- Agarrar objetos andamento;
- Equilíbrio;
- Mudanças de direção;
- Subidas, descidas e viragens;
- Percurso de bicicleta com obstáculos.
- CORRIDA:
- Corrida de velocidade;
- Corrida de estafetas;
- Corridas de barreiras;

- Saltos em comprimentos.

O Triathlon como é observado possui a combinação de diferentes modalidades, exigindo esforço físico e mental. Deve-se considerar que essa modalidade é o que torna esse esporte ainda mais distinto. O objetivo do triatlo de acordo com Reis (2006), é de terminar a prova no menor tempo possível, fazendo com que o atleta não descanse entre as mudanças de uma modalidade para outra, etapa essa que pode ser denominada de transição. Essa transição é tida como um dos aspectos principais para a caracterização de modo específico do triatlo, assim como as disciplinas implicadas à essa modalidade. Álvarez, defende que,

O desporto alternativo é usado para diferenciar-se do desporto tradicional e convencional, adquirindo um toque vanguardista, moderno e, dependendo do âmbito em que se define, pode envolver uma grande gama de diversas atividades. Esse tipo de atividades dá ao professor de Educação Física e aos alunos de acabarem com a monotonia e rotina de aulas. Não é pretendido com essa fala falar que os desportos tradicionais sejam abolidos dos Programas Nacionais de Educação Física, mas que existam uma coexistência mais equilibrada entre os desportos alternativos e os desportos tradicionais com o intuito de melhorar o desenvolvimento integral do aluno. Álvarez (2000).

A inclusão dos jogos assim como dos desportos alternativos possibilita dentro do âmbito educacional, principalmente nas aulas de Educação Física, numerosas possibilidades recreativas e educativas, dando inovadoras hipóteses aos desportos tradicionais e convencionais. O autor Álvarez menciona diversificadas razões pelas quais a inclusão desta nova modalidade deve ser inserida no currículo educacional, como sendo:

- Apresentam uma fácil aprendizagem desde a sua iniciação;
- Permitem um maior sentido crítico e capacidade de adaptação por parte do aluno, o que implica um melhor conhecimento do seu corpo, maior compreensão das suas capacidades e uma busca mais rápida e eficaz de soluções perante seus problemas;

Sendo assim, Reis (2006) por sua vez apresenta um modelo de formação baseado em uma pirâmide de base larga. Quando mais consistente ela for, maiores serão as possibilidades de sucesso a elas estabelecidas. A composição dessa pirâmide se dá por:

A formação integral do indivíduo;

Desenvolvimento das capacidades motoras futuras, após se ter adquirido as habilidades básicas

Consolidação dos objetivos a longo prazo, quando o organismo se sentir preparado para suportar grandes cargas físicas e psicológicas.

A sua participação dentro do contexto escolar contribuí para que as mais diversas modalidades aprendidas de uma única vez, sendo que o triatlon apresenta três modalidades em circuitos. A disciplina, bem como o foco podem ser desenvolvidos com essas práticas, habilidades essas que em sala de aula e no mundo exterior contam muito para que ocorra o sucesso para com o indivíduo. Os desportos feitos através dessa modalidade são feitos de forma individuais, corridas, salto, lançamento, entre outros levando o praticante a centrar toda a sua atenção no momento que pretende realizar, e com isso isola-se de tudo para que seu propósito não seja desviado, muito menos a sua atenção.

O Triatlo por sua vez, enquadra-se dentro do pensamento de Paes (1996), cujo pensamento se dá pela diferenciação de esporte e práticas esportivizada. O autor em questão enuncia o primeiro como ideal, ou seja o esporte, já que o mesmo é tido como um conteúdo de determinada disciplina na qual explícita objetivos, conteúdos aplicados de forma programática e através de estratégias. Já no olhar sociológico Bracht e Almeida (2003, p. 97) exergam possibilidades perante à conciliação de esporte de alto rendimento (no caso o triatlo) como sendo motivador de determinados valores. O esporte quando é praticado de maneira competitiva é tido como sendo golgado por determinados princípios de concorrência, alto rendimento e adquirindo valores como a educação, cooperação e saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade dos professores, os mesmos deparam-se muitas das vezes com problemas motivacionais provindos dos alunos. A modalidade do Triatlo por sua vez, surge como meio motivacional para os educandos, sendo uma ferramenta de aplicabilidade em sala de aula o mesmo surge com o intuito de instigar os alunos para o descobrimento de determinada modalidade. Os alunos ao terem contato com o Triatlo, observam não somente o esporte em si, mas também o seu grau de competitividade, impulsionando os mesmos à terem foco e exercerem suas habilidades como indivíduos em busca de adquirir vitória dentro do percurso.

As qualidades adquiridas com através da implantação dessa metodologia em sala de aula, faz que os docentes, pensem e repensem em como seria necessário a inserção de novas formas de ensino visando as mais diversas possibilidades que iriam ser extraídas desse meio esportivo. Conclui-se dessa forma, que as formas de ensino de Educação Física dentro das instituições educacionais devem evoluir, já que o mundo de hoje é motivado por metodologias aplicáveis que impulsionam a criatividade e poder de se auto ultrapassar, ou seja, o processo dessa modalidade permite ao indivíduo a sensação de se motivar cada dia mais com o intuito de melhorar a cada treino, à cada competição. Essa competição consigo mesmo irá influenciar ao aluno a busca por conhecimento, bem como a melhoria de suas notas, já que o triatlo por possuir três modalidades inseridas dentro do seu contexto enfatiza a importância de ser foco para conseguir os determinados objetivos em mente. Dentro da pesquisa foi observado a ênfase dos autores diante da inserção de esportes competitivos dentro das escolas como sendo possíveis moldadores da Educação Física para uma matéria mais diversificada e considerada atrativa nos olhos dos educandos.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, J. **Los Juegos y Deportes Alternativos en Educación Física**. Revista Digital. 2000.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: educação física**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental, 1998. 114p. (PCNs 5ª a 8ª Séries).
- BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br>. Acesso em: 30/11/2022.
- BRACHT, Valter. **Esporte na escola e esporte de rendimento**. Movimento, v. 6, n. 12, p. XIV, 2000.
- CAPARROZ, F. E. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola: a educação física como componente curricular**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO MUNICÍPIO DE ARACATI

Niária Lima Da Silva¹ (Aluna do Curso de Licenciatura em Educação Física do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: niaria.lima@fvj.br),
Orientador: Pedro Henrique Silvestre Nogueira² - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: pedro.silvestre@fvj.br

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo o estudo da inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física no município de Aracati- CE. O presente trabalho foi desenvolvido com intuito de mostrar os aspectos relevantes que a inclusão oferta na vida desses alunos com deficiência física. A educação física, por sua vez, é uma disciplina curricular obrigatória. Por meio da educação física esses alunos ganham mais ajuda motivacional, melhorando sua autoestima, autocontrole, habilidade psicomotoras, autoconfiança e nas suas relações sociais estimulando a convivência com os outros alunos, mostrando a sua realidade e quais os principais desafios que esses alunos têm durante sua vida. A importância da inclusão dos alunos com deficiência física é gerar seu desenvolvimento e tornar a escola um ambiente de acolhimento e proteção, mantendo uma boa interação entre os alunos e respeitando suas diferenças, não causando assim a exclusão desses alunos. Desse modo a pesquisa foi realizada através de um formulário eletrônico, examinando as respostas dos professores de educação física docentes no ensino regular de Aracati, analisando assim a inclusão dos alunos com deficiência física no ambiente escolar.

Palavras-chave: inclusão; deficiência física; educação física.

1. INTRODUÇÃO

A exclusão social é uma realidade enfrentada por muitas pessoas diariamente independente de classe social, sexo, etnia ou pessoas com deficiências. No ambiente escolar, por ter muitas vivências é um local que acontece a exclusão direta ou indiretamente, principalmente nas aulas de Educação Física pelo simples fato de não planejar a aula de acordo com o tipo de deficiência do aluno deficiente físico.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), garante que a educação seja direito fundamental para pessoas com deficiência. Dessa maneira é de obrigação uma educação igualitária para todos.

Por sua vez, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, identificou que no Brasil existem cerca de 17,2 milhões de pessoas com alguma deficiência (visual, auditiva, física e outras). Desse quantitativo, o maior percentual se encontra na região Nordeste (9,9%), onde todos os Estados permaneceram acima da média nacional. Foi identificado também que mais de 135.000 estudantes em idade escolar de 6 a 14 anos possuem alguma deficiência física (BRASIL, 2019).

Por meio da contextualização apresentada, este estudo tem como objetivo analisar práticas e a forma que a inclusão é introduzida nas aulas de Educação Física, identificando a interação que os alunos com deficiência física têm nas aulas no município de Aracati. Dessa

maneira, em nenhum momento temos a intenção de julgar o trabalho desenvolvido pelos professores, mas como estes lidam com as atuais demandas, uma vez que se faz importante para compreender as necessidades da inclusão nas aulas de Educação Física e relatar suas dificuldades que estão presentes na escola e na sociedade.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

2.1 Abordagem da pesquisa

O estudo tem como norte uma abordagem qualitativa, pois se baseou na realidade concreta em que vivem e se apropriam os alunos com deficiência física. Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa também envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que, os que irão se aventurar pelos seus desvelamentos deverão se ater aos objetos de estudo em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

2.2 Local e Período

A pesquisa foi ambientada no município de Aracati, CE. Uma cidade conhecida por “Terra de Bons Ventos” fundada em 11 de abril de 1747 e com estimativa de 74.392 habitantes (ARACATI, 2022). De acordo com o site QEdU, atualmente o total de alunos é de 11.473 devidamente matriculados nas 53 escolas do município de Aracati, sendo que 696 se encontram incluídos nas escolas de educação especial.

2.3 Colaboradores da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com os professores da educação física do Município de Aracati, atuantes nas escolas de ensino fundamental (anos finais). Participaram dez professores, todos responderam um questionário online onde se fez necessário estabelecer alguns critérios para a participação: a) Concordar com o termo de consentimento para responder o questionário eletrônico. b) Possuir formação inicial em Licenciatura em Educação Física. c) Atuar em escolas no município de Aracati nos anos finais do ensino fundamental.

2.4 Instrumento de coleta de dados

O questionário foi elaborado de forma eletrônica por meio da plataforma *Google apps*, com perguntas objetivas e subjetivas, sendo dividido por seções para melhor organizar e classificar os dados obtidos. Vale ressaltar que o questionário passou por um pré-teste, ou seja, foi submetido à apreciação de um grupo de professores/pesquisadores pertencentes à Universidade Estadual do Ceará (UECE) para fins de melhoria deste instrumento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O principal objetivo desta seção é o de apresentar os resultados obtidos por meio do questionário eletrônico. Para compreender melhor os resultados, foram elaboradas ilustrações, tais como quadros, imagens e gráficos para organizar as respostas e favorecer uma melhor compreensão do leitor.

3.1 Deficiência Física nas aulas de Educação Física

O 1º quadro tratou de identificar quais estratégias os professores utilizam para inserir os estudantes com deficiência física em suas aulas, como retratado abaixo.

Quadro 1 - Estratégias utilizadas pelos professores de Educação Física

Prof. 3	<i>“Adaptar as atividades para a participação desse aluno.”</i>
Prof. 5	<i>“Oferecer atividades práticas em que todos participem juntos. Ou dividir a turma em dois grupos, sendo que uma parte participe junto com o aluno deficiente. Mas sabemos que cada aluno é um caso e existem situações em que não é possível incluí-lo na turma. Nesses casos, eu tento desenvolver alguma atividade de mobilidade apenas com esse aluno, lançando desafios. Uma vez que o meu principal objetivo é ver todos praticando alguma atividade física durante a aula, se todos estiverem participando de alguma forma, estou feliz.”</i>
Prof. 7	<i>“Atividades adaptadas que possibilitam a participação do aluno, juntamente com toda a turma.”</i>
Prof. 9	<i>“Atividades adaptadas. Demonstrações e práticas de esportes paralímpicos.”</i>

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Podemos analisar a resposta que os professores 3,7 e 9 cita, que a adaptação na sua aula vem através das práticas realizadas de forma diferenciada, inserindo esses alunos no ambiente novo como os esportes paralímpicos, ofertando um novo conhecimento. O professor 5 respondeu com mais potencialização, priorizando principalmente a deficiência física do aluno e qual a melhor maneira de inseri-lo nas atividades, desse modo incluindo ele com os outros alunos e trabalhando também individualmente com esse aluno atividades de mobilidade.

Para Rodrigues (2003), a Educação Física na escola deve ser assegurada como um direito do aluno e não colocada como uma opção a ser descartada. Assim sendo, nenhum aluno pode ser dispensado da disciplina, ainda que de seu aspecto teórico.

3.2 Possibilidades Inclusivas nas Aulas de Educação Física

No quadro 2º foi elaborada a seguinte pergunta: Na sua percepção, quais os principais limites encontrados para a prática de uma educação inclusiva?

Quadro 2 – Principais limites para a prática inclusiva

Prof. 1	<i>“Recursos/material e apoio de monitores em sala (temos salas já com a presença de monitores), mas algumas vezes o número de monitores não é compatível com o número de alunos com alguma especialidade.”</i>
Prof. 6	<i>“Alguns alunos com deficiência ficam receosos em participar das aulas de educação física. Aí entra o papel do profissional, conversando, incentivando e orientando corretamente o aluno e seus colegas.”</i>

Prof. 10	<i>“Suporte pedagógico, formação continuada, material esportivo com base nos esportes paralímpicos e estrutura.”</i>
-----------------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como podemos observar, a maior dificuldade dos professores é a falta de materiais, recursos e suportes pedagógicos. O professor 1 relata sobre a falta de monitores em sala de aulas, esses monitores são os cuidadores dos alunos com deficiência. Atualmente o município de Aracati contratou alguns cuidadores para todas as escolas, oferecendo mais apoio a esses professores e alunos. O professor 6 relata sobre o medo que esses alunos têm em participar das aulas, desse modo agindo como um profissional capacitado, orientando e incentivando a turma na aproximação desse aluno com os demais. E por fim o professor 10 relata sobre a falta de suportes de materiais pedagógicos e esportivos para trabalhar com esportes paralímpicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao fim desse trabalho, acreditamos que o principal objetivo foi alcançado na busca de analisar a inclusão de alunos com deficiência física nas aulas de educação física no município de Aracati-Ce. Abordamos esse tema, pois ainda existe em muitas escolas do Brasil a forte exclusão dos alunos com deficiência física nas aulas de Educação Física, sobretudo por conta das limitações. Dessa maneira, este estudo evidenciou pontos importantes como as principais dificuldades que os professores de Educação Física têm no tocante a inclusão em suas aulas, a falta de material minimamente necessário, como ocorre a adaptação no ambiente escolar, os conteúdos didáticos desenvolvidos, bem como as fragilidades nos processos de capacitação e formação.

Durante a pesquisa, foi possível analisar que algumas dificuldades citadas pelos professores docentes foi a falta de acessibilidade em alguns espaços, atividades e estratégias de ensino para esses alunos e a formação de alguns professores para trabalhar com a inclusão.

Por fim, concluímos que a Educação Física escolar é de suma importância para a formação dos alunos, pois se bem trabalhada favorece a interação social, desenvolvimento de habilidades motoras, liberdade, autoconfiança aos alunos, dentre outros. O papel do professor é contribuir na formação dos alunos nas aulas de Educação Física e ter a preparação de aulas inclusivas para alunos com necessidades físicas.

Os professores da rede de ensino do Município de Aracati-Ce são profissionais que buscam e se preocupam com a inclusão de seus alunos. Por fim, chegamos ao término do estudo, afirmamos que se faz necessário novas pesquisas com outras metodologias, aplicando novas experiências educacionais em outros contextos.

REFERÊNCIAS

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Amostra com Deficientes. Brasil, 2010. Acesso em: 15 nov. 2022.

Rodrigues, David António. Educação Física em relação à educação inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas. **Revista da Educação Física da UEM**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 67-73, 2003. Acesso em: 07 de outubro. 2022.

CONTRIBUIÇÕES DO EXERCÍCIO FÍSICO RESISTIDO PARA A SAÚDE CARDIOVASCULAR DA POPULAÇÃO IDOSA: UMA REVISÃO QUALITATIVA

Rafaela Cândida Santana¹ (Aluna do Curso de Educação Física Bacharelado do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE. Aracati-CE, 2022. E-mail: rafaela.santana@fvj.br; **Leandro Borges Nascimento²** (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. Aracati-CE, 2022 E-mail: Leandro.borges@fvj.br).

RESUMO

O treinamento resistido é realizado com pesos, maquinários e se possível com o peso corporal do indivíduo, durante os exercícios físicos que, quando são utilizados por pessoas na terceira idade, tem o benefício do aumento da força muscular, a diminuição da sarcopenia, e equilíbrio; promove o desenvolvimento da autonomia, melhora a saúde mental e reduz a pressão arterial, tendo melhorias na saúde cardiovascular e na qualidade de vida. O objetivo geral do estudo foi identificar, com base na literatura, as contribuições do exercício físico resistido para a saúde cardiovascular da população idosa. Como objetivos específicos o estudo pretendeu: discutir a importância dos exercícios físicos para a saúde das pessoas idosas e relacionar os principais benefícios dos exercícios físicos resistidos para a saúde cardiovascular das pessoas idosas. Mostrou-se uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, tendo em vista que os artigos originais foram pesquisados no mês de setembro de 2022, na Biblioteca Virtual em Saúde e na Scientific Electronic Library Online, com base na seguinte expressão: benefícios do exercício resistido em idosos. Visando resultados dos três artigos revisados que confirmaram os benefícios do exercício físico resistido para a saúde cardiovascular dos idosos, por consequente redução dos níveis pressóricos e tendência à diminuição dos níveis glicêmicos, chegando a conclusão que a prática regular do exercício físico resistido tem a ação positiva na saúde cardiovascular das pessoas idosas, essencial na saúde cardiovascular dos indivíduos, tendo este tipo de exercício associado ao exercício físico aeróbico e utilizado como atividade de prevenir e tratamento não farmacológico para idosos hipertensos.

Palavras-chave: treinamento resistido; idosos; saúde cardiovascular.

INTRODUÇÃO

Ataques cardíacos e derrames geralmente são condições agudas criadas por bloqueios que bloqueiam o fluxo sanguíneo para o coração ou o cérebro. A causa mais comum é o acúmulo de depósitos de gordura nas paredes internas dos vasos sanguíneos que irrigam o coração ou o cérebro. Um acidente vascular cerebral pode ser causado por sangramento em um vaso sanguíneo no cérebro ou por um coágulo sanguíneo. Ataques cardíacos e derrames geralmente são causados por uma combinação de fatores de risco, como uso de tabaco, dieta pouco saudável e obesidade. As doenças cardiovasculares são a principal causa de morte em todo o mundo: mais pessoas morrem a cada ano por essas doenças do que por qualquer outra causa. Estima-se que 17,9 milhões de pessoas morreram de doenças cardiovasculares em 2016, respondendo por 31% de todas as mortes em todo o mundo. Estima-se que 85 por cento dessas mortes foram devido a ataques cardíacos e derrames. No Brasil, segundo a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), as doenças cardiovasculares também são a principal causa de

morte (SBC, 2021), conforme mostram o Global Burden of Disease Study (GBD) e o Banco de Dados do Sistema Único (SUS) em 2019, nas décadas de 1990 e 2019, as doenças cardiovasculares foram a principal causa de morte no Brasil e a doença coronariana (DAC) foi a principal causa, seguida do acidente vascular cerebral (OLIVEIRA et al., 2021). Na verdade, a atividade física regular melhora a função de todos o sistema do corpo, com benefícios que vão desde habilidades funcionais e cognitivas, até o desenvolvimento de habilidades físicas e mentais, até benefícios funcionais gerais. Os idosos, tendo em vista que as melhorias nos sistemas orgânicos contribuem para o aumento da capacidade de realização das atividades diárias (AVD) e, portanto, para a melhora da qualidade de vida dessa população (FERRETTI et al., 2015; GOMES, 2015; TEIXEIRA et al., 2016).

OBJETIVO

Determinar os Efeitos do Exercício Resistido na Saúde Cardiovascular em Idosos a partir da Literatura.

METODOLOGIA

O estudo é uma revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, pois permite descrições do tema da pesquisa, estabelecendo relações entre as variáveis envolvidas na questão de pesquisa (GIL, 2010), com base no uso de produtos científicos existentes (GIL, 2010).

SEVERINO, 2007), o que facilita o vínculo entre o pesquisador e o material produzido pelo sujeito em estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013), a fim de gerar novos conhecimentos. De acordo com Elias et al. (2012) Uma revisão bibliográfica qualitativa possibilita gerar novos conhecimentos pertinentes ao assunto da revisão a partir da relevância da pesquisa revisada sem o rigor metodológico exigido por outros tipos de revisão bibliográfica (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2015). O estudo foi realizado no período de agosto a novembro de 2022, com busca de artigos originais na World Wide Web (Internet) no mês de setembro e informações coletadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e na Scientific Electronic Library Online (SIELO) no mês de setembro com base nos seguintes termos. Benefícios do Exercício de Força para Idosos.

RESULTADOS

O primeiro estudo revisado foi um estudo de 39 mulheres idosas ($68,6 \pm 6,2$ anos) participantes de um programa de aconselhamento no Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Michigan, Wesouza, para validar o exercício aeróbico (AT) e o efeito do treinamento de resistência. (RT) sobre parâmetros metabólicos e cardiovasculares e a prevalência de fatores de risco cardiovascular em mulheres idosas. (Ferreira et al., 2017). . participantes que se exercitaram regularmente por um período de quatro anos ($,8 \pm ,3$ anos) receberam treinamento de AT e RT por 13 semanas consecutivas, conforme recomendado pelo American College of Sports Medicine (NELSON et al., 2007), alguns dos quais foram Sessões de 50 minutos de duração, Ambos os tipos de treinamento estão incluídos, uma vez por semana durante três dias. (Ferreira et al., 2017). Os ER realmente são muito valiosos para o controle da HA, independentemente da faixa etária, pois segundo Damasceno, Novaes e Galil (2011), diferentes intensidades (80 a 100% de 10RM) podem ser utilizadas em idosos

com hipertensão (primeiro estágio). Hipotensão do exercício (HEP), o que demonstra a importância da atividade física para a saúde cardiovascular.

Nogueira et al. (2012), afirmando que, com base nos resultados, a EA é "uma ferramenta eficaz no tratamento de idosos com hipertensão" e que o exercício supervisionado de intensidade moderada 3 vezes por semana parece ter um benefício maior para pressão arterial mais baixa do que a hipertensão. E chegou a conclusão que o exercício físico regular é benéfico no controle da pressão arterial em idosos hipertensos.

DISCUSSÃO

Os resultados desta revisão foram muito claros, mostrando que pessoas se beneficiaram da saúde cardiovascular. Indivíduos que se exercitaram regularmente, seja aeróbica ou de resistência tiveram resultado positivo. No entanto, os treinamentos resistido (TRs) parecem ser mais eficazes na redução dos níveis pressóricos em pacientes idosos com pressão arterial controlada, pois reduzem a PAS, PAD, PAM e FCrep. Ele mostrou uma tendência a baixar o açúcar no sangue, embora não tenha interferido nos níveis de lipídios no sangue neste estudo. No entanto, deve-se notar que, embora o estudo tenha se concentrado em idosos, os benefícios do exercício regular não se limitaram a essa população, mas se estenderam a adultos mais jovens com e sem problemas cardiovasculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que o exercício resistido regular tem efeito positivo na saúde cardiovascular de idosos, sendo os principais benefícios já identificados a redução dos níveis pressóricos em idosos hipertensos. Para essas pessoas, esse tipo de exercício pode ser combinado com exercícios físicos aeróbicos sob orientação de especialistas como atividade preventiva e tratamento não farmacológico para idosos hipertensos. As limitações do estudo são atribuídas à escassez de trabalhos sobre o tema, o que torna os resultados do estudo mais específicos para mulheres, e à própria metodologia da pesquisa, que não exige o rigor para desenvolver o tema. A justificativa é recomendada para uma investigação mais aprofundada.

REFERÊNCIAS

FERRETTI F, *et al.* Análise da qualidade de vida em idosos praticantes e não praticantes de exercício físico regular. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, RS, v. 20, n. 3, p. 729-743, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Rev.Envelhecer/article/view/41384/36683>. Acesso em: 06 set. 2022.

GOMES N. C. **Farmacoterapia e fatores associados à adesão ao tratamento em idosos com síndrome metabólica**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba, Minas Gerais, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ufm.edu.br/bitstream/tede/217/5/Dissert%20Nara%20S%20Costa.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.

OLIVEIRA, G. M. M. Estatística Cardiovascular – Brasil 2021. **Arq Bras Cardiol.** v. 118, n. 1, p. 115-373, 2022. Disponível em: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/

0066-782X-abc-118-01-0115/0066-782X-abc-118-01-0115.x44344.pdf. Acesso em: 06 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE-OPAS; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE-OMS. Doenças cardiovasculares continuam sendo principal causa de mortes nas Américas. **OPAS/OMS**, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/29-9-2021-doencas-cardiovasculares-continuam-sendo-principal-caoa-morte-nas-americas>. Acesso em: 07 set. 2022.

TREINAMENTO DE FORÇA PARA IDOSOS: ESTRATÉGIAS E BENEFÍCIOS DO TREINAMENTO RESISTIDO

Rafaela Paula do Santos Luz

RESUMO

Nas últimas décadas foi possível observar que a expectativa de vida aumentou muito na população de idosos no Brasil e no mundo. É esse crescimento tem favorecido os cuidados junto a esses indivíduos para uma vida mais saudável e uma maior independência. O treinamento de força possui papel chave para uma maior qualidade de vida, tendo em vista seus diversos benefícios. Sem falar nas reduções de custos aos cofres públicos, visando a saúde e o bem-estar que o exercício pode contribuir para atenuar. Este estudo tem objetivo de investigar a procura dos idosos pela musculação e como o treinamento de força influencia na funcionalidade dos idosos. Descrever as principais estratégias de treinamento de força para idosos e entender os benefícios que o treinamento de força fornece. Traçar o perfil da população idosa e definir as estratégias de treinamento para atrair os idosos para as academias.

Palavras- Chave: idoso; treinamento de força; musculação.

INTRODUÇÃO

O processo natural do envelhecimento vem acompanhado por diversas alterações. Dentre elas, prejuízos neuromusculares, cardiovasculares, metabólicos e redução da funcionalidade como consequência da perda de massa muscular, densidade mineral óssea é um fator a ser destacado, os que pode ocasionar o desenvolvimento de doenças, e uma menor qualidade de vida e um grande aumento de fatores de risco para mortalidade.

O treinamento de força contribui para um envelhecimento saudável, mostrando eficiência na manutenção e aumento da massa muscular, com isso melhora a capacidade funcional dos idosos e quanto mais cedo se começar a prática de exercício, melhor será o processo de envelhecimento, fazendo com que o corpo não sinta tanto a modificação do tempo na realização de tarefas simples do cotidiano dos idosos, como caminhar, subir escadas e carregar pequenos objetos.

Nesse contexto, as academias, estúdios e profissionais de educação física estão cada vez mais se adaptando e capacitando para atuar de forma ampla e segura com esse público, sendo este um fator importante para desenvolver valores como melhoria no atendimento e na orientação, visando o bem-estar, saúde e socialização do idoso, auxiliando também no retardamento do envelhecimento, possibilitando a aquisição ou retomada do equilíbrio, força e flexibilidade, proporcionando mais autonomia e qualidade de vida. (MENDONÇA, et al 2018).

O envelhecimento é um processo natural e gera muitas mudanças no organismo. Podemos listar a perda de massa muscular, a redução da densidade óssea e a diminuição do metabolismo. Essas modificações fazem com que o organismo fique mais vulnerável e aumentam as chances de que a pessoa sofra com problemas nas articulações, na coluna, doenças cardíacas, diabetes, hipertensão, obesidade e outros males. Porém, a prática de exercícios físicos regulares, associada a uma dieta equilibrada, é capaz de amenizar os efeitos do envelhecimento e prevenir doenças.

Portanto, surge a seguinte problemática: É possível que o treinamento de força traga benefícios como a melhoria da autoestima, aptidão física, progressões de doenças crônicas e sociabilidade para idosos que praticam atividade física?

O interesse em realizar tal estudo emergiu da oportunidade como estudante de educação física de trabalhar na academia e vivenciar a dificuldades dos idosos em aderir a musculação. Em decorrência dessa dificuldade elaborei um estudo no qual procurei mostrar o porquê dos idosos procuram a musculação, e como o treinamento de força melhoraria sua qualidade de vida.

Investigar a procura dos idosos pelo treinamento de força como melhoria de qualidade de vida?

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo observacional de caráter qualitativo, a população investigada constituiu-se de quatro idosos praticantes de treinamento resistido, matriculados na academia: Mais Academia, localizada na cidade de Beberibe- Ceará. A amostra foi separada partir dessas 4 idosos de pseudônimos, Estrela, Lua, Mar e Constelação, de faixa etária de 50 á 60 anos, toda residentes da cidade de Beberibe.

A maior dificuldade enfrentadas pelas idosos era não poder realizar simples atividades diária, outras sentia dificuldade em segurar o neto no colo, a partir daí elas procuram o treinamento físico para ajudar e melhorar tanto na realização de tarefas como na qualidade de vida.

A partir desses dados foi elaborando um treinamento resistido no qual era realizado 3 vezes por semana, com duração de 1 hora e 30 minutos, através de exercícios resistidos de intensidade moderada a vigorosa, O treinamento de força é realizado através de exercícios, onde é realizado com a utilização de cargas como: pesos livres, aparelhos de musculação, elásticos, bolas ou até mesmo o peso do próprio corpo.

O treinamento era realizado da seguinte forma:

Prancha isométrica	Execução: 3 x 30 segundos
Agachamento no banco	Execução: 3 x 10 a 12 repetições.
Leg press horizontal	Execução: 3 x 10 a 12 repetições
Gêmeos	Execução: 3 x 12 a 15 repetições
Supino reto	Execução: 3 x 10 a 12 repetições
Remada máquina	Execução: 4x12
Desenvolvimento com halteres	Execução: 3 x 10 a 12 repetições
Rosca direta	Execução: 3 x 10 a 12 repetições
Descansar de 50 a 70 segundos entre cada série	

RESULTADOS E DISCURÇÕES

Neste contexto, o presente estudo demonstrou que os idosos que praticam atividade física apresentam melhor mobilidade, o que pode representar uma menor perda de função muscular e de risco de quedas e que os idosos praticantes de treinamento resistido apresentam uma maior qualidade de vida, e conseguem realizar as tarefas diárias com mais facilidade.

Estudos sugerem que a prática de exercícios resistidos são fatores de proteção para a manutenção da mobilidade, marcha, equilíbrio e conseqüentemente, redução dos riscos de quedas, fraturas, incapacidade funcional, hospitalizações e morte.

CONCLUSÃO

A longevidade é cada vez mais estendida nos seres humanos devido a diversos fatores, e um desses fatores sem dúvida é a qualidade de vida, onde a atividade física está inserida como parte essencial para a aquisição de hábitos saudáveis que proporcionem mais saúde para as pessoas.

Nesse contexto, as academias, estúdios e profissionais de educação física estão cada vez mais se adaptando e capacitando para atuar de forma ampla e segura com esse público, sendo este um fator importante para desenvolver valores como melhoria no atendimento e na orientação, visando o bem-estar, saúde e socialização do idoso, auxiliando também no retardamento do envelhecimento, possibilitando a aquisição ou retomada do equilíbrio, força e flexibilidade, proporcionando mais autonomia e qualidade de vida.

A presente revisão constatou eficácia na melhoria de vários aspectos nos idosos, decorrentes da prática do treinamento de força. São elas: capacidades funcionais, ganho de força, os idosos praticantes do treinamento funcional sentem-se mais confiantes durante suas atividades individuais, ou seja, mais autonomia, melhoria da aptidão cardiorrespiratória e da destreza para realizar as atividades da vida diária e retardamento ou até reversão de fatores como diminuição de massa magra e peso ósseo. Minimizar os efeitos fisiológicos naturais do envelhecimento e aumentar a expectativa de vida, vem se tornando uma realidade e a realização de possíveis estudos posteriores com o aprofundamento dessa temática, se apresenta de extrema importância para a disseminação de meios que venham a contribuir com o aumento da expectativa de vida mundial, com mais saúde e qualidade de vida para a terceira idade.

REFERÊNCIAS

NUNES, M.I. L. B.; CARVALHO, C.F.M; JÚNIO, R.R.S. **Benefícios do treinamento de força para idosos: um estudo de revisão. bibliográfica integrativa.** 2020.

FLECK, S. J.; KRAEMER, W. J.. **Fundamentos do Treinamento de Força Muscular.** 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

MENDONÇA C.S.; MOURA S. K. M. S. F.; LOPES D. T. **Benefícios Do Treinamento De Força Para Idosos: Revisão Bibliográfica.** Volume 4 - Número 1 - jan/jun de 2018. Revista Campo do Saber – ISSN 2447 – 5017.

NUNES, M.I. L. B.; CARVALHO, C. F. M.; SILVA J. R. R. Benefícios do treinamento de força para idosos: um estudo de revisão integrativa de literatura. 10.37885/210705363. Publicado em 04/09/2021. Páginas 43-50 Capítulo 3

ENFERMAGEM

DIFICULDADES DE MULHERES NO USO DO CONTRACEPTIVO ORAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Aedina Silva de Lima¹ (Aluna do Curso de Enfermagem da UniJaguaribe, e-mail: aedinasilva@gmail.com),
Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora da UniJaguaribe, e-mail: fabianneprof@fvj.br).

RESUMO

Os contraceptivos orais são os métodos hormonais mais comumente usados e muito eficazes se tomados corretamente. A garantia de contracepção está condicionada ao uso correto do método, apresentando taxa de falha em torno de 0,3%. Objetivou-se descrever as principais dificuldades enfrentadas por mulheres em uso de anticoncepcional oral, assim como identificar na literatura científica evidências sobre a temática. Estudo de Revisão Integrativa. Para orientar a pesquisa, utilizou-se a pergunta norteadora: o que as publicações das bases de dados científicas relatam sobre as principais dificuldades de mulheres que utilizam contraceptivos orais enfrentam quanto ao uso deste método? Foram analisados, durante os meses de outubro e novembro de 2021, 10 artigos selecionados das bases de dados Lilacs, SciELO e BDENF. Quanto ao tipo de estudo incluíram-se: revisão integrativa (n=2), transversal descritivo (n=1), quantitativo transversal (n=1), transversal (n=1), estudo metodológico (n=1), descritivo quantitativo-qualitativo (n=1), descritivo quantitativo (n=1), qualitativo exploratório e descritivo (n=1) e quantitativo (n=1). A maior amostra com seres humanos foi composta por 20.454 mulheres e a maior amostra quanto ao número de publicações foi constituída por 34 publicações. Utilizaram-se os descritores em português: “Planejamento Familiar”; “Anticoncepção” e “Contraceptivo Oral”, separados pelo operador booleano *AND*, sendo estudos na íntegra, disponíveis gratuitamente, publicados entre 2015 e 2021. Revelou-se que a escolha dos métodos anticoncepcionais deve levar em consideração as características da população-alvo, como o nível socioeconômico e cultural. Dessa maneira, verificou-se que o desconhecimento dos métodos anticoncepcionais afeta diretamente na opção da mulher e na eficácia do método.

Palavras-chave: planejamento familiar; anticoncepção; contraceptivo oral.

INTRODUÇÃO

A contracepção é uma prática amplamente utilizada por mulheres em todo o mundo. Existem vários métodos contraceptivos atualmente no mercado farmacêutico. Os contraceptivos hormonais orais são os métodos mais comumente usados e muito eficazes se tomados corretamente. O anticoncepcional Oral (ACO) é um dos métodos reversíveis mais utilizados por mulheres no mundo com o intuito de evitar uma gravidez indesejada. O anticoncepcional oral chegou ao Brasil em 1962, na época utilizado apenas por uma pequena parte das mulheres (BRANDT; RODRIGUES; BURCI, 2016). Além da função contraceptiva, os anticoncepcionais trazem benefícios no controle de alguns distúrbios do organismo feminino como acne, oleosidade dos cabelos, tensão pré-menstrual, entre outros (BRANDT; RODRIGUES; BURCI, 2016). Mas, seu uso indiscriminado e de forma errada pode acarretar efeitos adversos, como discreto aumento da pressão arterial, tromboembolismo, diabetes mellitus, eventos cardiovasculares e alterações na libido, tudo isso, na maioria das vezes,

passa despercebido pela falta de conhecimento das usuárias (STECKERT; NUNES; ALANO, 2016). Frente ao exposto surgiu a seguinte questão norteadora: quais as principais dificuldades que as mulheres que utilizam contraceptivos orais enfrentam quanto ao uso deste método? Desse modo, o interesse para o desenvolvimento desse estudo deu-se em decorrência da vivência profissional da autora em uma farmácia, onde foi identificada a falta de conhecimento das mulheres em relação ao uso do contraceptivo oral.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura. As bases de dados foram: Lilacs (BVS), SciELO e BDNF por meio de estudos publicados nos últimos 05 (cinco) anos utilizando os descritores em português: Planejamento Familiar *AND* Anticoncepção *AND* Contraceptivo oral. Dentre os critérios de inclusão, destacaram-se: estudos gratuitos, publicados em português que respondiam ao objetivo e pergunta norteadora, publicados no período de 2015 a 2021. Eliminaram-se teses, cartas ao editor, monografias, estudos duplicados, entre outros. O caráter de análise e seleção dos estudos se deu através da leitura do título e resumo. Identificaram-se no total 382 artigos, contudo, após filtros específicos, restaram 10 estudos. Com relação às questões éticas e metodológicas, todos os estudos utilizados na descrição do texto estão de acordo com a Norma Regulamentadora Brasileira 6023/2018 (ABNT, 2018) Associação Brasileira de Normas Técnicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a caracterização da amostra, os dados dos artigos foram apresentados de forma organizada em uma tabela e em dois quadros, após a apresentação dos dados se deu a elaboração de três categorias temáticas. Assim, a Tabela 1 constituiu-se por: identificação dos 10 (dez) artigos (A1 ao A10), título, ano de publicação, nome dos autores, tipo de estudo e amostra. Enquanto no Quadro 1 consta a distribuição dos 10 (dez) artigos quanto aos objetivos propostos, os resultados alcançados e as principais conclusões. Mediante o Quadro 1 os resultados foram agrupados em três categorias temáticas: 1 –Contribuição do enfermeiro na orientação sobre a escolha do método contraceptivo; 2 –Conhecimento sobre práticas e saberes sobre o uso do contraceptivo oral e 3- Eventos adversos relacionados ao uso do contraceptivo. No Quadro 2 foi feita a descrição de cada categoria temática e suas respectivas unidades analíticas. O Contraceptivo Hormonal Oral, conhecido popularmente e na literatura como pílula anticoncepcional, é uma apresentação farmacêutica contendo hormônios esteroides semelhantes aos naturais, o anticoncepcional, por ser um símbolo de emancipação e sinônimo de liberdade sexual feminina tem um grande espaço no imaginário da mulher moderna (HAERTEL et al., 2020). Outro fator importante é o comportamento dos profissionais de saúde, que geralmente interfere nas escolhas das mulheres, assim Santos, Ferreira e Silva (2015) afirmam que as ações educativas relacionadas aos métodos anticoncepcionais devem envolver todas as mulheres em idade fértil, levando em consideração a idade, a escolaridade, nível socioeconômico, religião e a paridade. Evidencia-se que o entendimento dessas condições, leva os profissionais a desenvolver estratégias educativas que englobem as necessidades físicas, sociais e culturais dessas mulheres. Sabe-se que a eficácia do contraceptivo oral está relacionada ao seu modo de usar, contudo outros estudos também apresentam este mesmo problema, visto que a necessidade de ingestão diária pode levar ao esquecimento, em algum momento, mesmo que a prática seja um hábito, há a necessidade de se discutir a responsabilização da mulher frente a utilização adequada do

método, na medida em que socialmente, esquecer de tomar a pílula é uma negligência (HAERTEL et al., 2020). De acordo com Borges et al. (2021), grande parte das mulheres dão descontinuidade ao método em virtude dos efeitos colaterais, ou porque o método era inconveniente para usar, ou tinham preocupação com sua saúde. Conhecer as tendências de utilização dos métodos contraceptivos e seus fatores associados, bem como as características das mulheres que utilizam o método, pode contribuir para o planejamento e adequação das políticas públicas e direcionar melhor o acesso e a utilização pela população.

CONCLUSÕES

Este estudo mostra que a escolha dos métodos anticoncepcionais deve levar em consideração as características da população-alvo, como o nível socioeconômico e cultural do indivíduo. Por meio da análise dos artigos, verifica-se que o desconhecimento dos métodos anticoncepcionais afeta diretamente na opção da mulher e na eficácia do método; dado esse fato, é essencial que os indivíduos tenham autonomia na preferência dos métodos disponíveis, recebam explicações completas sobre todos os métodos disponíveis e forneçam oportunidades as mulheres de escolher o método certo de acordo com sua indicação. Os anticoncepcionais apresentam uma boa eficácia quando utilizados corretamente, mas para que seu uso seja de forma correta, é imprescindível que as mulheres tenham conhecimento sobre o método e o modo correto de utilização, considerando a prevalência elevada de usuárias que o utilizam como método de contracepção oral. A contribuição para a prática da enfermagem, sobretudo para a assistência dispensada por enfermeiros nas consultas de enfermagem na atenção básica, para a promoção da saúde das mulheres, na esfera da saúde sexual e reprodutiva, possibilita que os profissionais reflitam sobre as ações de educação em saúde, promovendo orientações que auxiliem e assistam as usuárias do planejamento familiar. Sendo assim, conclui-se que os objetivos do estudo foram atingidos. Os resultados deste artigo poderão fomentar a reflexão sobre a relevância de se dispensar um maior tempo frente às orientações sobre o uso dos anticoncepcionais orais, seja de forma individual ou coletiva, assim como a necessidade de promover discussões na comunidade. Considera-se também essencial que as equipes da Estratégia Saúde da Família atentem para a revisão da prática contraceptiva, ofertando métodos mais adequados às necessidades individuais das mulheres, respeitando as contraindicações e os efeitos colaterais do método, assim como o não desejo de engravidar.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 6023/ 18, p. 66, 2018. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BORGES, Ana Luiza Vilela; CHOFAKIAN, Christiane Borges Nascimento; VIANA, Osmara Alves; DIVINO, Eveline Amor. Descontinuidades contraceptivas no uso do contraceptivo hormonal oral, injetável e do preservativo masculino. **Cadernos de Saúde Pública**, v.37, n.2, 2021.

BRANDT, Gabriela Pinheiro; RODRIGUES, Ana Paula; BURCI, Ligia Moura. Conhecimento de usuárias de anticoncepcionais orais acerca de hábitos e interações

medicamentosas em uma unidade básica de saúde. **Visão Acadêmica, Curitiba**, v.17 n.4, Out/Dez. 2016.

HAERTEL, Juliana Costa. et al. Saberes e práticas sobre o uso do contraceptivo hormonal oral por mulheres em idade fértil'. Faculdade de Enfermagem UFPel, v.10, n.1, e20101009, 2020.

SANTOS, Amuzza Aylla Pereira; FERREIRA, Cristiano Cavalcante; SILVA, Maria Lisiane. Fatores que interferem na escolha do método contraceptivo pelo casal: revisão integrativa. **Revista APS**, v.18, n.3, p. 368-377, jul/set. 2015.

STECKERT, Ana Paula Panato; NUNES, Sabrina Figueredo; ALANO, Graziela Modolon. Contraceptivos hormonais orais: utilização e fatores de risco em universitárias. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, v.45, n.1, p.78-92, jan-mar, 2016.

PRÁTICAS UTILIZADO PELA ENFERMAGEM NO TRABALHO DE PARTO PARA ASSISTENCIA HUMANIZADA

**Ana Kezia Chaves Mendes¹ (Aluna do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: anakezia.mendes@fvj.br),
Idaclece Rodrigues de Matos² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: E-mail: idaclece.matos@fvj.br.**

RESUMO

INTRODUÇÃO: No período de trabalho de parto é evidente que a parturiente precisará de todo apoio possível tanto da família, acompanhante e dos profissionais que estão na assistência para um nascimento humanizada e de qualidade. A atuação da equipe de enfermagem no momento do parto deixará lembranças, experiências que pode contribuir para um nascimento humanizado, sem intervenções desnecessárias e uso de métodos não farmacológicos. O estudo tem por objetivo avaliar as práticas e atuação da enfermagem na assistência prestada à parturiente para um parto humanizado. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura com abordagem integrativa, realizado um levantamento durante os meses de julho a setembro de 2022, nas bases de dados: SCIELO, LILACS e BDENF com utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Humanização, trabalho de parto, assistência de enfermagem, sendo realizado a combinação e cruzamento utilizado os seguintes operadores AND. **RESULTADOS:** Os resultados mostra como a atuação da enfermagem ainda se encontra digamos que tímida, modesta, bem como, ainda tecnicista, sem levar em consideração assistencial as necessidades psicológicas e emocionais da parturiente. **CONCLUSÕES:** faz-se necessário buscar novos paralelos e aliados do conhecimento científico e cuidado humanizado, é essencial aprimorar os cuidados à parturiente que o processo da parturição generaliza um dos momentos mais importantes na vida da mulher e sua família.

Palavras-chave: humanização; trabalho de parto; assistência de enfermagem.

INTRODUÇÃO

O trabalho de parto consiste em uma série de contrações ritmadas e progressivas do útero que gradualmente movem o feto através da parte inferior do útero. No início, as contrações parecem cólicas menstruais ou uma dor nas costas que vai e vem em intervalos de 20 a 30 minutos. Aos poucos, a dor se torna mais forte e dura mais tempo.

Diante desse cenário, mudanças foram estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), bem como pelo Ministério da Saúde objetivando enfatizar e qualificar os cuidados prestados às mulheres, incluindo o resgate do parto natural, com isso têm estimulado a atuação de enfermeiras obstetras e a qualificação de profissionais voltados para assistência à gestação e ao parto, além de ações de incentivo junto ao processo fisiológico, conduzido a partir da perspectiva da humanização (CASTRO, 2019).

O cuidar deve ser ampliado para uma ação acolhedora, criando uma relação que vá além do sentido de curar e tratar, atentar com atitudes de solitude, paciência e preocupação, dessa maneira poderá haver contribuições no debate sobre a humanização na assistência à

saúde da mulher, especialmente no que se refere às Políticas de Humanização do Parto e Nascimento. (DIAS et al., 2017).

A importância da enfermagem no parto humanizado, descreve através da busca em atuar proporcionando a mulher durante todo o processo maior segurança, conforto reduzindo a ansiedade das gestantes, proporcionada atenção, criar vínculo com fator paciente é primordial para observar suas necessidades e proporcionar as ações corretas a serem realizadas (PERIPOLLI, 2019).

A enfermagem tem uma importante atuação junto ao processo de trabalho de parto, pois são os profissionais que acolhem e apoiam a paciente em todo esse processo, identificando possíveis intercorrências e promovendo uma melhora no quadro dessas pacientes, além de monitorar os sinais e sintomas da evolução do parto.

Como forma de aliviar o desconforto e a dor ocasionada pelo trabalho de parto a enfermagem pode também utilizar medidas não farmacológicas dentre elas, incluem-se: técnicas de respiração, hidroterapia (banho, parto na água e banheira para imersão), massagem, acupuntura/acupressão, estimulação elétrica transcutânea e hipnoterapia. Prestar um atendimento humanizado a paciente e seu acompanhante

Quais as práticas utilizadas pela enfermagem no trabalho de parto como oferta de uma assistência humanizada?

Assim, o presente estudo tem como objetivo avaliar as práticas e atuação da enfermagem na assistência prestada à parturiente para um parto humanizado.

MARCO TEÓRICO

Uma atenção humanizada ao parto refere-se à necessidade de um novo modelo de cuidar, acolher, orientar e principalmente promover vínculos, são fatores importantes no cuidado às mulheres, o conceito de humanização, traz em sua descrição manter atitudes, práticas, condutas e conhecimentos no que diz respeito ao desenvolvimento saudável junto ao parto e nascimento, respeitando a individualidade, cultura, costumes e valorizando as mulheres (MARQUES, 2017).

Com visão de ser posto em prática essas definições foi criado no ano 2000, o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PHPN), o qual foi constituído enfatizando qualificar a atenção pré-natal e aprimorar a atenção aos processos parturitivo e puerperal (PERIPOLLI, 2019).

O PHPN abrange a incorporação de práticas e procedimentos que possam contribuir para o acompanhamento e a evolução do parto e do nascimento, abandonando condutas despersonalizadas e intervencionistas, que acarretam em riscos à saúde materno-infantil, bem como, a qualificação das relações interpessoais entre profissionais e parturientes (MARQUES, 2017).

A humanização da assistência tem papel primordial para garantir que esse momento único, no caso o parto, seja vivenciado de forma positiva e enriquecedora. Seguindo essa linha de raciocínio pode-se afirmar que é um conjunto de práticas e atitudes pautadas no diálogo, empatia e acolhimento, fornecimento de orientações, valorização da singularidade da parturiente a realização de procedimentos comprovadamente benéficos à saúde materno-infantil e a constante atualização (CASTRO, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão de literatura com abordagem integrativa. A mesma inclui a análise de pesquisas relevantes que dão suporte para a tomada de decisão e a melhoria da prática clínica, possibilitando a síntese do estado do conhecimento de um determinado assunto, além de apontar lacunas do conhecimento que precisam ser preenchidas com a realização de novos estudos. Possibilita também a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores. Este método de pesquisa é valioso para a enfermagem, pois muitas vezes os profissionais não têm tempo para realizar a leitura de todo o conhecimento científico disponível devido ao volume alto, além da dificuldade para realizar a análise crítica dos estudos. (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

Para isso, foi realizado um levantamento durante os meses de julho a setembro de 2022, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online – SciELO, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde – LILACS, base de dados bibliográficas especializada na área de Enfermagem – BDENF, com utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Humanização, trabalho de parto, assistência de enfermagem, sendo realizado a combinação e cruzamento utilizado os seguintes operadores AND.

Os critérios de inclusão foram: artigo disponível na íntegra, publicados em periódicos nacionais, em língua portuguesa, nos últimos 5 anos no período de 2017 a 2021, versão online e gratuita. Já os critérios de exclusão constituíram em: artigos publicados anteriormente a 2017, publicações que se repetiram nas bases de dados; editoriais, dissertações e teses.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra foi composta por 10 artigos, cujas principais características estão descritas nos dois quadros a seguir. O segundo quadro apresenta o código do artigo, título do artigo, base de dados, ano de publicação e autoria e o terceiro quadro apresenta os objetivos e as principais conclusões dos autores em seus estudos.

A partir da análise emergiram três categorias de análise, de acordo com a questão norteadora, a saber: histórico do Parto Humanizado, Legalização do Parto Humanizado e A importância da assistência de enfermagem no parto humanizado.

3.1 Histórico do Parto Humanizado

O parto em um fenômeno fisiológico e natural, isto é uma necessidade relacionada à reprodução e à sobrevivência do corpo biológico, ou seja, um novo ser humano, que necessita de assistência desde o nascimento para viver (LIMA, 2018).

Assim, tanto as necessidades humanas de um modo geral, quanto a assistência ao indivíduo vem sofrendo transformações ao longo do tempo e a História da Humanidade evolui com uma infinidade de combinações diferentes devido a precisão de naturezas diversas se apresentaram em cada sociedade em momentos diferentes (MONTICELLI, 2021).

Parto Humanizado é tudo que seja natural no parto, contato pele com pele, contato imediato da mãe com o bebê, um nascimento mais próximo ao natural possível sem intervenções desnecessárias como corte no períneo por exemplo, alguns médicos usam esse corte de regra nos partos normais e nem sempre é de fato necessário (LIMA, 2018).

3.2 Legalização do Parto Humanizado

A luta pela legalização do parto humanizado já é assunto nas pautas governamentais de vários anos, durante esse período diversas vitórias foram conquistadas visando qualificar esse momento único, priorizando o bem-estar da mãe e filho através de um sistema acolhedor e assistencial prestado pela enfermagem. A seguir a descrição das principais leis que regularizaram o Parto Humanizado no Brasil (MOUTA, 2019).

A Lei 15.759/2015 foi sancionada por meio de votação da PL 712/2014 e aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, ficando conhecida como a Lei do Parto Humanizado, a norma estabelece regras claras para o cumprimento e garantia dos direitos básicos da gestante, do bebê e do pai, durante toda a gravidez até o pós-parto, em toda a rede pública do Estado.

Assunto ainda muito recente entre as gestantes, a desinformação durante o pré-natal e o parto muitas vezes chega a ser grande a respeito das mulheres que desconhecem a humanização no parto, já que inúmeros relatos ainda prevalecem por ter sido um momento de muita dor e traumas (MONTICELLI, 2021).

3.3 A importância da assistência de enfermagem no parto humanizado

Uma assistência humanizada ao parto refere-se a mãe tem controle de situações como a posição que deseja ter seu filho, onde acontecerá o parto, se vai fazer uso de anestesia ou não, a luz do local, entre outros fatores. Não há pressão para acelerar o nascimento do bebê e/ou, com ezeção total de possíveis atos que sejam enquadrados como ocorrência de violência obstétrica (SOUSA, 2021).

Em particular está o enfermeiro obstetra que tem a formação completa necessária para atender a gestante de baixo risco ou risco habitual. De acordo com a Resolução do Conselho Regionais de Enfermagem - COFEN Nº 0516/2016, normatiza a atuação e a responsabilidade do enfermeiro, enfermeiro obstetra e obstetrix na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e outros locais onde ocorra essa assistência, com registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetrix no COFEN e de outras providências (SOUSA, 2021).

O enfermeiro obstetra tem como funções distintas, assistir a paciente da forma mais natural possível, prestar cuidados utilizando criteriosamente os recursos tecnológicos como benefícios para o parto humanizado com a inserção de boas práticas como a diminuição das dores com métodos não farmacológicos, proporcionar a segurança, a autonomia e a participação ativa da mulher durante todo o processo de parturição, proporcionando que seja um momento regado de muito amor e carinho entre todos os integrantes, e RN/mãe (PEREIRA, 2018).

Visto que os resultados deste estudo permitiram argumentar que as boas práticas ao parto e ao nascimento estão relacionadas ao estímulo das evidências científicas, bem como a assistência humanizada por profissionais da área da saúde em especial a equipe da enfermagem com o intuito de resgatar o protagonismo da mulher no cenário obstétrico.

Assim, após a reflexão obtida dos resultados percebeu-se como a atuação da enfermagem ainda se encontra digamos que tímida, modesta, bem como, ainda tecnicista, sem levar em consideração assistencial as necessidades psicológicas e emocionais da parturiente, faz-se necessário buscar novos paralelos e aliados do conhecimento científico e cuidado humanizado, é essencial aprimorar os cuidados à parturiente. O processo da parturição generaliza um dos momentos mais importantes na vida da mulher e sua família.

REFERÊNCIAS

DIAS, et al. Violência obstétrica: perspectiva da enfermagem. **Revista rede de cuidados em saúde** 2015;9(2):1-4. 15. Disponível em <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/cienciasmedicas/article/.../3641> de AB de Souza - 2017. Acesso: 05 set. 2022.

CASTRO, J. C. Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 6, p. 960-967, 2019.

LEI Nº 15.759, de 25 de março de 2015. **Assegura o direito ao parto humanizado nos estabelecimentos públicos de saúde do Estado e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15759-25.03.2015.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LEI Nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Conhecida como “**A Lei do Acompanhante**”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm. Acesso em: 10 nov. 2022.

CONHECIMENTO DE MULHERES ACOMPANHADAS NO PLANEJAMENTO FAMILIAR SOBRE ANTICONCEPCIONAIS DE EMERGÊNCIA (AE)

Ana Livia Lopes Lima¹ (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ana.livia.l@hotmail.com),
Idaclece Rodrigues de Matos² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: idaclece.matos@fvj.br)

RESUMO

Introdução: A disseminação de conhecimento é parte inerente aos cuidados de saúde, o que é de suma importância para a ampliação do contato com as diversas possibilidades de métodos, até mesmo dos meios de anticoncepção de emergência, o que permite a mulher ter controle e bom planejamento em sua vida sexual e garantem seus direitos sociais, reforçando assim o impacto do planejamento familiar na integralidade da saúde da mulher. **Objetivo:** Avaliar por meio da literatura científica o conhecimento das mulheres acompanhadas no planejamento familiar sobre uso de Anticoncepcionais de Emergência (AE). **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão de literatura com abordagem integrativa, realizado um levantamento durante os meses de julho a setembro de 2022, nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). **Resultado:** Os 08 artigos evidenciados correspondem aos anos de 2017, 2020 e 2021 com 01 amostra cada, que representa 13% cada, seguido de 2019 com 02 amostras, representando 25% e 2021 com 03 amostras, representando 37%. **Conclusão:** A partir da análise sobre os trabalhos revisados é possível entender a importância da continuidade de estudos que tragam mais pesquisas e que disponham com isso de propostas relativas as necessidades em políticas públicas que alcancem as mulheres, promovendo melhorias ao PF e consequentemente sobre os métodos contraceptivos que incluem a significância dos AE.

Palavras-chave: anticoncepção de emergência; planejamento familiar; saúde da mulher; saúde reprodutiva; educação sexual.

INTRODUÇÃO

Entre os direitos existentes sobre a saúde da mulher, a saúde reprodutiva é uma das de maior peso e significância, pois a falta de amparo sobre os cuidados sexuais pode reverter-se em aumento demasiado de casos de doenças/infecções sexualmente transmissíveis, aumento no número de casos de aborto e assim significativo risco de mortalidade feminino, assim como outros fatores de risco eminentes para um colapso de saúde em um país (BRASIL, 2006).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2019) existem 74 milhões de mulheres vivendo em países de baixa e média renda que engravidaram sem intenção e 66% dessas mulheres interromperam o uso de contraceptivos por conta própria, esses dados demonstram que o acesso a informações ou novos métodos ainda é algo distante da realidade de muitas mulheres e que quadros como esses precisam de buscas para a compreensão das necessidades que não foram atendidas dentro das consultas de planejamento familiar ou saúde reprodutiva.

No Brasil a saúde reprodutiva é assistida através do programa de planejamento familiar, que em 1996 foi regulamentado, e que de acordo com o Art. 226, Parágrafo 7, da

Constituição Federal de 1988, torna obrigatório os serviços a mulheres e homens, dentro da rede de saúde, sobre direitos garantidos de concepção e de contracepção. Assim o programa propõe qualidade em assistência sexual, mas acima de tudo dá liberdade de escolha a mulher e não anula a responsabilidade e representatividade masculina sobre a reprodução.

A partir desse momento surgem metodologias para a garantia desses direitos e entre eles a promoção do uso de métodos contraceptivos reversíveis e irreversíveis, os quais entram como uma resposta positiva para os casos de gravidez indesejada, e assim ampliam as possibilidades para a não reprodutividade. Sua aquisição e disponibilização entra em vigor a partir de 1980, mas sofre várias modificações em suas distribuições durante alguns anos, até que em outubro de 2001 retoma sua liberação, mas só é ampliada de maneira devida a partir de 2005, sendo a partir daí implementada na lista de medicamentos e insumos distribuídos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), Ministério da Saúde (BRASIL, 2005).

Entre esses métodos surgem os anticoncepcionais de emergência (AE), os quais de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021) são utilizados para prevenir a gravidez pós relação sexual, sendo recomendado de forma imediata devido ao seu efeito, mas podendo ser usado até 5 dias após o ato sexual, tendo em vista a prevenção da gravidez indesejada, principalmente após falha de outros métodos, uso inadequado do meios contraceptivos e violência sexual.

MARCO TEÓRICO

A Atenção Primária (AP) é considerado o primeiro canal e talvez o mais importante para a obtenção de informações sobre o sexo e a sexualidade humana, que ocorrem através do Planejamento Familiar (PF). Logo o reforço sobre a boa consulta de PF se torna ainda mais precisa, já que hoje estima-se que haja 1.79 milhões de gestações indesejadas ocorrendo anualmente no país, assim como ao menos 351 óbitos maternos aos quais 14% são atribuídos aos casos de aborto e 302 as complicações do aborto (BRASIL, 2006).

Para Teodoro *et al.* (2020) os pontos que mais interferiram na efetividade do PF foram a formação de grupos e manutenção dos mesmos, pois muitos grupos acabavam com o decorrer do tempo se dissipando e havia uma dificuldade por parte dos profissionais de fazê-los retornar a esses momentos; a capacitação insuficiente entre os profissionais, já que muitos demonstraram pouco domínio sobre os conteúdos a serem abordados, tratando os atendimentos individuais e coletivos com enfoque apenas reprodutivo e sem muitas informações; o uso de metodologias contínuas, que sempre traziam como principais apresentações as palestras, o que é reforçado pelos autores como uma educação em saúde verticalizada, a qual retira a essência do aprendizado através do diálogo e não evidencia demandas e necessidades dos usuários que não conseguem expor suas opiniões e ideias.

Quando abordado o uso de anticoncepcional de emergência (AE) entra em questão além da falta de conhecimento profissional o preconceito prévio entrelaçado ao comportamento feminino, pois de acordo com Drezett *et al.* (2022) até mesmo nos casos que abordavam os crimes sexuais (CS) as vítimas de violência sexual (VS) enfrentavam condutas de discriminação, que eram permeados por preconceitos, condutas e práticas morais ou religiosas, pouco acolhimento e uma visível baixa procura por resolutividade, tornando o processo ainda mais traumático e retirando dessas mulheres um lei prévia que garante o uso de AE em casos de CS.

Outra problemática que está associada aos tabus do AE é a crença de que com o seu uso as mulheres começariam a abolir o uso dos métodos contínuos, tornando o AE método principal em suas vidas sexuais. Uma pesquisa realizada em 3 estados brasileiros mostra uma

contrariedade sobre essa suposição, pois de acordo com o estudo que entrevistou 2.051 mulheres entre os anos de 2015 a 2017 em 76 UBS, observou-se que 80,6% das mulheres que fizeram uso de AE já utilizavam e mantiveram o uso do preservativo masculino, 90,6% mantiveram o uso de pílulas orais e 88,7% deram continuidade ao uso de injetáveis. O que concerne que a grande maioria dessas mulheres não deixaram o uso de seus MC, já cerca de 387 mulheres, o que representa 50,7% da amostra, que não utilizavam nenhum MC, pós uso do AE adotou algum método, no qual 43,0% adotou o uso da pílula oral, 30,5% adotou o uso de preservativo masculino e 23,0% aderiram aos injetáveis (BORGES *et al.*, 2021).

A assistência sexual e reprodutiva no Brasil propõe ações voltadas ao uso de AE que estão apoiados pelo manual técnico de Assistência de Planejamento Familiar (BRASIL, 2002), mas para que isso ocorra contam com fundamentos básicos para sua efetividade, tais como atividades educativas, aconselhamento e acompanhamento clínico que garantam a mulher segurança no manuseio e escolha do método, sempre reafirmando o seu poder de escolha (BRANDÃO, 2017).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura (RI), no que segundo Ercole, Melo, Alcoforado (2014) “é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática, ordenada e abrangente.

Para isso, foi realizado um levantamento durante os meses de julho a setembro de 2022, nas bases de dados: SciELO e LILACS, com utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Anticoncepção de Emergência; Planejamento Familiar; Saúde da Mulher; Saúde Reprodutiva; Educação Sexual.

Os critérios de inclusão foram: artigo disponível na íntegra, em língua portuguesa, nos últimos 05 anos no período de 2017 a 2022, versão online e gratuita. Já os critérios de exclusão constituíram: artigos que foram publicados anterior aos últimos 05 anos, publicações que se repetiram nas bases de dados; editoriais, dissertações e teses.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir da análise sobre os trabalhos revisados é possível entender a importância da continuidade de estudos que tragam mais pesquisas e que disponham com isso de propostas relativas as necessidades em políticas públicas que alcancem as mulheres, promovendo melhorias ao planejamento familiar e conseqüentemente sobre os Métodos Contraceptivos incluindo a significância dos AE, pois as atividades que acompanham os atendimentos individuais e coletivos do planejamento familiar geram uma educação continuada que permite uma semente de saberes.

Profissionais e usuárias precisam de uma boa interação para que haja afirmadamente saúde, pois os aspectos que permeiam o bem estar agregam outros cenários e alcançam de formas diferentes as necessidades de cada mulher, seja através da seguridade contra crimes sexuais, seja dando direito de educação, garantindo acesso a economias justas, incentivando-as nas escolhas e melhorias em saúde, como outros inúmeros fatores que não estão dissociados das políticas e programas sociais voltados para a saúde das mulheres.

Os Aniconcepcionais de Emergência requerem uma visibilidade sem tantas barreiras, pois claramente o lugar em que foram colocados tiram seu mérito diante de tantas necessidades que o cercam, o torna excluído da vivência de mulheres que passam por

descasos em saúde e que utilizam do método para reverter situações muitas vezes não controláveis. Essa influência está diretamente ligada ao conhecimento/acesso das mulheres sobre o método, apresentando assim uma lacuna entre as mulheres e o AE.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Ana Luiza Vilela et al.** Uso da anticoncepção de emergência entre mulheres usuárias de Unidades Básicas de Saúde em três capitais brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26. [Acessado em 16 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pFgYY6VDzGSPV8XWRzBKYN/?lang=pt#>
- DREZETT, Jefferson et al. Atendimento de urgência de mulheres grávidas em decorrência de violência sexual: características e tendências observadas em 20 anos. *Revista Femina*. V. 50, n. 08, pág. 498-504. [Acessado em 17 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/10/1397880/femina-2022-508-498-504.pdf>
- FERRERA, Ana Paula Cavalcante. et. al. (DES) conhecimento de mulheres sobre a utilização de métodos contraceptivos. **Revista de Enfermagem UFPE On Line**. Recife, vol. 13, n. 05, p. 1354-1360, maio 2019. [Acessado em 26 de agosto de 2022]. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/239109/32265>
- TEODORO, Livia Parente Pinheiro et al. Só engravida quem quer? Práticas educativas nas ações de planejamento reprodutivo. **Revista Saúde e Pesquisa**. V. 14, n. 04, pág. 827-838. [Acessado em 17 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/9094/6749>
- TRINDADE, Raquel Elias da et al. Uso de contracepção e desigualdades do planejamento reprodutivo das mulheres brasileiras. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2021, v. 26, pág. 3493-3504. [Acessado em 17 de novembro de 2022]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wYMBdngQjR9dRs48jbjwCjCVL/#>

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA ASSISTÊNCIA A PACIENTES COM ESQUIZOFRENIA

**Bárbara Stephany Silva Batista¹ (Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: barbara.stephany@fvj.br),
Amália Gonçalves Arruda² (Professor orientador. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijagaribe. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do Comitê de ética da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: amaliagoncalves@fvj.com).**

RESUMO

A esquizofrenia é um problema de saúde mental que atinge toda classe social e acarreta grande sofrimento tanto para o portador quanto para a família. Estudo com abordagem qualitativa utilizando o método exploratório/descritivo tendo como objetivo averiguar à atuação do enfermeiro na assistência a pacientes com esquizofrenia. A pesquisa foi realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no município de Aracati-Ceará, com a participação de três enfermeiros (as) que atuam na área de saúde mental, onde estes responderam a uma entrevista semiestruturada. Averiguou-se que trabalhar com saúde mental perpassa os determinantes sociais e necessita de atenção em rede; que o enfermeiro desenvolve sua práxis junto a pacientes com esquizofrenia desde ao acolhimento a situações que necessitam da integração entre os níveis de atenção; que a integração e a reintegração destes usuários ainda encontra lacunas devido à falta de investimento em políticas públicas como também pelo grande estigma e preconceito relacionados a essa patologia. Conclui-se que o enfermeiro possui habilidades satisfatórias no cuidado a pacientes com esquizofrenia, mas que para que este sujeito se desenvolva adequadamente é necessária atuação de uma equipe multiprofissional, assim como investimento e efetivação de políticas públicas nos âmbitos assistenciais, de lazer, de renda, de proteção, dentre outros.

Palavras-chave: esquizofrenia; assistência à saúde mental; estigma social.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

Conforme o Ministério da Saúde, a esquizofrenia é caracterizada pela dissociação entre o real e o imaginário por parte do indivíduo. São alucinações, que por sua vez causam alterações da percepção como “ouvir vozes”, ter visões e sensações não vistas por outras pessoas, mas que para o paciente parecem reais. Ademais, observa-se que o esquizofrênico dispõe de sintomas positivos de alucinações, delírios e transtornos de pensamento, o que acaba impactando em seu comportamento e acarretando uma dificuldade em seu cotidiano e nas suas interações sociais (BRASIL, 2021). Não podemos falar sobre saúde mental, sem mencionar a reforma psiquiátrica no Brasil, e porque ela foi tão necessária. Até a década de 70, de acordo com Garcia et al (2010), a assistência psiquiátrica tem como enfoque a precária qualidade da assistência aos portadores de transtornos psíquicos, os ambientes possuíam características de superlotação, comercialização da loucura e cronificação do doente mental, tendo o modelo médico e hospitalocêntrico para essa prática. No olhar de Spagolla e Costa (2021) o profissional de enfermagem deve exercer suas atividades com competência para promover o ser humano na sua integralidade, de acordo com os princípios da ética e da bioética. Conhecer a doença esquizofrenia na teoria e prática compreende destacar o papel do

enfermeiro na conscientização dos familiares sobre o tratamento do portador desta doença mental. Outro aspecto acerca do papel do enfermeiro é a escuta ativa, sendo o papel do profissional realizar esse processo nos mais diferentes espaços de saúde, sendo ela um momento de escuta livre de julgamentos ou achismos. É considerado um “momento de ouro” para a identificação de possíveis transtornos, mas sem se utilizar do estigma social da loucura. Esse processo deve promover a autonomia do sujeito, explicando para ele os próximos passos que podem ser percorridos por ele, trazendo consigo palavras e atitudes de apoio e jamais repressivas (DE CASTRO SILVA et al., 2019). Deste modo, verifica-se a problemática desta pesquisa mediante os seguintes questionamentos: Como se caracteriza a assistência de enfermagem voltada para pacientes com esquizofrenia? Como a enfermagem pode ajudar o paciente esquizofrênico a se reintegrar na sociedade? Mediante a esta problemática a pesquisa tem como intuito de relatar as experiências positivas e negativas, e as estratégias do enfermeiro voltadas ao paciente com esquizofrenia. Entendendo esse cenário, o estudo tem por objetivo geral: averiguar a atuação do enfermeiro na assistência a pacientes com esquizofrenia. Com relação aos objetivos específicos, estes visam: descrever a experiência do enfermeiro com a saúde mental, apresentar as estratégias de cuidado do enfermeiro a pacientes com esquizofrenia, averiguar os desafios do enfermeiro nos cuidados a pacientes com esquizofrenia, e relatar como o enfermeiro pode ajudar o paciente esquizofrênico a se reintegrar na sociedade.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo utilizando o método exploratório/descritivo. A pesquisa foi realizada no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do tipo II, localizado no município de Aracati, no interior do Ceará. Os participantes do estudo seriam compostos por 4 enfermeiros(as), mas houve a desistência de 1 participante, então a entrevista foi realizada com 3 profissionais. Os critérios de inclusão utilizados foram: Enfermeiros com pós-graduação em saúde mental e/ou enfermeiros com experiência na área de saúde mental. Para início da coleta dos dados foi estabelecido contanto prévio, assim fazendo o agendamento das entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada participante e com a do entrevistador. O estudo ocorreu através de uma entrevista do tipo semiestruturada, que para Manzini (1990/1991), esse tipo de entrevista está focalizado em um assunto no qual se confecciona um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. A organização e a averiguação dos dados foi feita por meio da classificação temática de Minayo (2002), incluindo a fase exploratória, pesquisa de campo e processamento dos materiais coletados. Salienta-se que este estudo está de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 510/2016 (BRASIL, 2016), que afirma proteção adequada aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos, e que garante absoluto sigilo nos dados que foram coletados. Ressalta-se também que esta pesquisa foi avaliada por comitê de ética e pesquisa e aprovada através do parecer de número 5.678.562.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para garantir a descrição dos 3 participantes do estudo, eles foram identificados pela sigla Enf seguida pelo número condizente à ordem em que as entrevistas foram realizadas, sendo dois

participantes do sexo masculino e um do feminino. Entre os profissionais da pesquisa somente um possui pós-graduação em saúde mental e psiquiátrica, os demais estão finalizando a pós-graduação na mesma, vale ressaltar que todos possuem especialização em outras áreas da saúde e que se formaram em enfermagem a mais de 8 anos. **Dialogando sobre conceito de saúde mental, influência dos determinantes sociais e relevância da rede de saúde:** *Saúde mental é o bem estar físico, não só da mente como do todo corpo (...)*saúde mental é um conjunto (...)pra que a gente possa tá bem consigo mesmo.” (Enf II) *“Na minha concepção saúde mental é um estado de bem estar que atravessa o ser humano em um contexto biopsicossocial.”* (Enf III) Percebe-se uma visão ampliada sobre o conceito de saúde mental. De acordo com os entrevistados, saúde mental é estar com o físico e o psíquico interligados, deste modo, se ambos estiverem em harmonia o ser humano estará bem mentalmente. A Organização Mundial de Saúde afirma que, saúde mental é “um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir com a comunidade” (WHO,2014). **A práxis da enfermagem em saúde mental:** Existem cenários em que o paciente tem somente a equipe do CAPS como suporte e ponto de apoio, e ele não consegue fazer o uso correto do medicamento e/ou não consegue sair de casa por inúmeros motivos, a partir daí o enfermeiro deve fazer visitas domiciliares como enfatizado pelo Enf I: *“a gente faz visitas quando o paciente toma medicamento injetável, e fazemos orientações à família”* (Enf I). Acrescentando ao que foi citado, o enfermeiro inclui a necessidade de visitas domiciliares em casos de medicações injetáveis e quando se precisa passar orientações aos familiares. Albuquerque e Bosi (2009) ainda mencionam que, a visita domiciliar é instituída mecanismo de interação, capaz de coadjuvar para uma nova alternativa de atendimento integral e humanizado. **A esquizofrenia sob os cuidados de enfermagem:** Dentre as condutas gerais do enfermeiro com o paciente esquizofrênico, enfatizam-se: *“a gente faz o cuidado com esse paciente que são permanentes e também acompanhamento da medicação se tá correta, se tá faltando medicação, participa de uma reunião com a assistente social junto com a família pra ver algumas demandas”* (Enf I) *“Realizamos consulta de enfermagem, visita domiciliar, no CAPS AD temos o grupo da permanência diária que trabalhamos toda semana com eles a interação social, o autocuidado, o estímulo à prática de atividade física.”*(Enf III) Ferraz et al., (2019), relatam que o enfermeiro o qual exerce a função de gestor de pacientes psíquicos dentro de uma equipe multidisciplinar necessita ponderar sobre a prática e expansão da sua visão profissional, afastando-se das atividades cotidianas do modelo manicomial e clínico, procurando maior aproximação e convívio com os sujeitos aos quais designam seus cuidados através dos novos modelos de assistência. **Desafios na integração/reintegração de pacientes com esquizofrenia na sociedade atual:** No decorrer da entrevista foi perguntado como os sujeitos em estudo avaliam a integração e a reintegração desses pacientes na sociedade. De início foi abordado pelos participantes a dificuldade de integração dos mesmos, destacando-se as seguintes falas: *“As nossas políticas públicas falando de termo geral falando de Brasil, não temos políticas públicas para pacientes esquizofrênicos para ser reintegrado. (...)Precisamos de políticas públicas para que possamos tá trazendo esses pacientes para o melhor meio social, independente da esquizofrenia dele, independente do estágio avançado da esquizofrênico dele, porque ele tem família, e o CAPS foi feito pra isso, para tratar o paciente e o mais próximo da família possível.”* (Enf II) *“Acho bem desafiador para nós profissionais está facilitando essa inserção, assim como para os usuários também, por questões de falta de políticas públicas que sejam capazes de contribuir para inserção deles na sociedade.”* (Enf III) É nítido que apesar de todas as mudanças no sistema de saúde mental e as novas políticas que foram criadas nos últimos anos, ainda não atingiram um ponto de extrema importância que é a integração e reintegração dos pacientes esquizofrênicos no meio social, como é apresentado por Borges e Cardozo (2016) quando mencionam que, mesmo com os grandes avanços na atenção psiquiátrica e a disponibilidade de diversos centros de apoio para os doentes mentais, ainda precisa ser muito analisado a sua eficácia. A escassez do conhecimento acerca do assunto é uma das grandes barreiras que dificultam a inserção social dos pacientes.

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou averiguar a atuação do enfermeiro na assistência a pacientes com esquizofrenia, e se pôde observar que os enfermeiros voltados para a saúde mental buscam ofertar uma boa assistência para os usuários de suas unidades, apesar das dificuldades descritas pelos mesmos. Que a enfermagem é atuante nos cuidados relacionados com a esquizofrenia no acolhimento, nas orientações e aplicações de medicação, no acompanhamento supervisionado dentro e fora do CAPS através de visitas domiciliares, no apoio e ação em situações de crises e pós crise, em atividades de grupo junto com outros membros da equipe, ampliando o cuidado através das PICs. É perceptível durante a investigação que o enfermeiro, juntamente a equipe multiprofissional busca como foco principal o apoio da família e o desenvolvimento de atividades que busquem ajudar a reintegração do indivíduo com esquizofrenia a sociedade. De antemão foi notado que a luta cotidiana desses profissionais se torna mais difícil pela falta de políticas públicas que promovam a redução e o fim do estigma da pessoa com esquizofrenia. Outro ponto explanado foi a falta de recursos financeiros que vem dificultando a realização de ações que beneficiem os usuários e a comunidade. A cultura hospitalocêntrica centrada na internação de pacientes com esquizofrenia também foi ressaltada como situação que precisa ser modificada, precisando os profissionais, o serviço e os hospitais gerais terem maior compromisso e possibilidades de cuidados com esses pacientes reduzindo a necessidade de internações, que muitas vezes causam impacto negativo na vida cotidiana nos indivíduos, seja por ainda ocorrerem situações desagradáveis nas internações como superlotação, desconfiguração do sujeito, uso excessivo de drogas como também, na alta deste, o rótulo de “louco” por ter sido internado e por isso, enfrentar preconceito pós alta, muitas vezes perdendo as condições de vida preexistentes, como trabalho, por exemplo. Com os problemas enfatizados se pode ter um olhar mais assertivo para solucionar tais dificuldades. Se faz importante a criação de novas políticas públicas que tragam respaldo aos usuários do CAPS e que desmistifiquem o escasso conhecimento atual sobre esquizofrenia. Considera-se que seria de grande eficiência o aumento de verbas para a contratação de mais profissionais e para a realização de mais atividades que beneficiem os pacientes. A relevância desse estudo para a enfermagem é levar os conhecimentos sobre a realidade vivenciada nos centros de atenção psicossocial no tratamento dos pacientes com esquizofrenia, e compreender a necessidade de novas políticas nacionais de saúde mental. Por fim, as limitações do estudo foram, a pequena quantidade de participantes e o curto período para aprofundar o estudo.

REFERÊNCIAS

- FERRAZ, M. G. C.; DE SOUSA, M. I. B.; DE ARAÚJO, A. P.; DE SOUSA, S. C., BENEVIDES, K. G. C. B.; SILVA, K. C. O. (2019). Atuação do enfermeiro no atendimento aos usuários com sofrimento psíquico. **Revista de Enfermagem UFPE online**, 13. <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2019.242131> Acesso em: 03 de dez de 2022.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SILVA, R. M. *et al* (org.). **Estudos Qualitativos:** Enfoques teóricos e técnicas de coleta de informações. Sobral: Edições Uva, 2018. Disponível em: <https://portais.univasf.edu.br/medicina-pa/pesquisa/producao-cientifica/experiencias-qualitativas-ebook>. Acesso em 20 out. 2022

FATORES RELACIONADOS À QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTE RENAL CRÔNICO: REVISÃO INTEGRATIVA

Bianca Elza da Silva Lopes¹ (Aluna do curso de Enfermagem do Centro universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: bianca.lopes@fvj.br);
Janete Pereira da Silva Cirilo² (Professora do Centro universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: janete.enf@fvj.br).

RESUMO

A doença renal crônica (DRC) cresce a cada ano. Essa condição acarreta inúmeras complicações, seja na saúde mental, condição física, social ou sexual. Assim, o presente trabalho tem por objetivo descrever de que forma a DRC impacta na qualidade de vida dos indivíduos.

Palavras-chave: insuficiência renal crônica; qualidade de vida; enfermeiro.

INTRODUÇÃO

Os rins são órgãos fundamentais para o bom funcionamento do corpo humano. Sua principal função está associada à filtração do sangue e excreção de substâncias tóxicas ao organismo. O mau funcionamento desses órgãos acarreta múltiplas Doenças Renais (DR) das quais se destacam a Insuficiência Renal, que por sua vez pode ser caracterizada em Insuficiência Renal Aguda (IRA) ou Insuficiência Renal Crônica (IRC) (BRASIL, 2021). A IRC vem sendo alvo de atenção das autoridades de saúde do país nas últimas décadas, considerando que seu tratamento demanda imediata intervenção profissional. As entidades envolvidas com esta condição buscam com os censos sempre chamar atenção para o número de pacientes que cresce a cada ano (SESSO, et al., 2010). Em 2021, estão habilitadas para atender esses pacientes, 723 unidades de saúde. No mesmo ano, o SUS conta com mais de 26,3 milhões de máquinas de hemodiálise em todo o país (BRASIL, 2021). O grande aumento dos índices de necessidade de hemodiálise tem motivado a pesquisa quanto a Qualidade de Vida (QV) dos indivíduos submetidos ao procedimento. Visto que a realização do procedimento e evolução da doença afetam diretamente a QV do paciente (PEREIRA E LEITE, 2019). Apesar do início ter obstáculos como restrição alimentar, hídrica e profissional. Com o passar do tempo esses pacientes se adaptam a nova rotina com o apoio da família e trabalhadores da saúde, reconhecem que é essencial a manutenção da sua vida (SILVA, et al, 2011). Nesse cenário o profissional de enfermagem está à frente da assistência ao paciente que demanda atendimento de diálise. Dentre suas atribuições estão: coordenar a equipe de enfermagem e protocolos que garantam a segurança e bem estar do paciente, antes, durante e após o procedimento (RIEGEL; SERTÓRIO; SIQUEIRA apud COSTA et., al 2020).

MARCO TEÓRICO

Pela alta incidência de casos de DRC e seus impactos na vida das pessoas, a DRC passou a ser um problema de saúde pública nacional que deve ser tratado como prioridade pelas autoridades por envolver diversos fatores prejudiciais a Qualidade de Vida dos indivíduos. A Doença Renal Crônica passou a acometer pessoas de todas as idades, cultura,

classe social, grau de escolaridade, independente da cor, raça e etnia.. No dia de 07 de junho de 2018 o Ministério da Saúde consolidou a portaria de nº 1.675 que dispõe sobre os critérios para a organização, funcionamento e financiamento do cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Que assegura direitos fundamentais do indivíduo acometido com DRC.

METODOLOGIA

Trata-se de revisão integrativa de literatura, método que possibilita investigação de pesquisas anteriores, de forma sistematizada e integral, com objetivo de gerar conhecimento e identificar lacunas para comunidade científica (Ercole FF, Melo LS, Alcoforado CLGC., 2014). Assim, para que a pesquisa contribua para prática clínica, se faz necessário um método específico e objetivo de análise.

Nesse contexto, o estudo seguiu às etapas da revisão integrativa, destacando-se: identificação do problema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; apresentação da revisão e síntese do conhecimento (MARTINS, 2018).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra final do trabalho constituiu em 16 (dezesseis) estudos publicados nas bases de dados selecionadas. Os dados foram organizados de acordo com a homogeneidade entre os artigos elegíveis e a ordem crescente do ano de publicação, porque responderam à pergunta norteadora e aos objetivos propostos. Dispuseram-se os achados resumidamente em tabelas. A Tabela 1 corresponde ao refinamento dos artigos destacando título, ano de publicação, autoria, tipo de estudo e base de dados das publicações. No gráfico 2 pode-se observar o número de estudos desta revisão integrativa de acordo com o ano de publicação.

Observou-se nos estudos que os aspectos que mais comprometem a qualidade de vida dos PRC são: dor/desconforto, ansiedade, depressão, limitações na função física, emocional, saúde geral e alterações adicionais na vida diária dos pacientes; o que pode ser atribuído às dificuldades e desafios provocados pela doença renal e seu tratamento

Em virtude dos fatos mencionados, com esse estudo foi possível notar como a DRC impacta nos hábitos diários de vida dos pacientes, podendo alterar de forma negativa sua qualidade de vida. A identificação dos atributos associados a baixa qualidade de vida dos indivíduos, permite que os profissionais repensem sobre suas atribuições no cuidado prestados a esse grupo. É notório o quanto a DRC afeta a saúde mental, o estado físico, social e saúde geral dos indivíduos.

Pode refletir-se também a necessidade de proximidade da equipe com o usuário e sua família, a fim de entender a demanda individual de cada paciente. Portanto, é preciso avançar na direção da interdisciplinaridade do cuidado promovendo a integração dos profissionais na assistência ao paciente renal, desde a entrada no serviço à saída pós-procedimento. Fatores como a humanização na assistência e na educação em saúde, são importantes para que os pacientes renais crônicos possam ter dignidade em seus tratamentos.

REFERÊNCIAS

Ercole FF, Melo LS, Alcoforado CLGC. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Rev Min Enferm.** 2014; 18(1):9-12.

FRASÃO, Gustavo. **Ministério da Saúde reajusta valores para tratamento de hemodiálise.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/dezembro/ministerio-da-saude-reajusta-valores-para-tratamento-de-hemodialise>.

Sesso RCC, Lopes AA, Thomé FS, Lugon JR, Burdman EA. Censo Brasileiro de Diálise 2009. **J Bras Nefrol on line** [Internet]. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-28002010000400007&script=sci_arttext.

PEREIRA, C. V.; LEITE, I. C. G. Qualidade de vida relacionada à saúde de pacientes em terapêutica hemodialítica. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 32, n. 3, p. 267–274, 2019.

SILVA, A.S.; SILVEIRA, R.S.; FERNANDES, G.F.M.; LUNARDI, V.L.; BACKES, V.M.S. Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise. **Rev bras enferm, Brasília**, v.64, n.5, set/out. 2011.

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA INTERVENÇÃO DE ENFERMAGEM PARA O ALÍVIO DA DOR EM PACIENTES ONCOLÓGICOS: REVISÃO INTEGRATIVA

Eliana Sampaio Lima¹ (Graduanda do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijaguaribe, e-mail: lianasamp28@gmail.com), **Amália Gonçalves Arruda²** (Professor orientador. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do Comitê de ética da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: amaliagoncalves@fvj.com).

RESUMO

O câncer é definido como o aumento progressivo anormal das células, com capacidade de invadir órgãos e tecidos distantes, através do seu deslocamento pelo fluxo sanguíneo, originando novas neoplasias em outras partes do corpo. **Objetivo:** Relatar o uso das práticas integrativas e complementares pelo enfermeiro na admissão da dor em pacientes oncológicos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa de literatura realizado nas bases de dados online: BVS, SciELO, LILACS e MEDLINE. **Resultados e Discussões:** Após aplicação dos critérios de inclusão, 10 referências foram selecionadas para compor a amostra desta revisão. Os estudos analisados apresentam evidências de como as PICs podem ser empregadas nos mais diversos aspectos do tratamento em conjunto com a biomedicina, como a quimioterapia e em quadros clínicos com prognósticos graves, pois permite mais benefícios aos pacientes e propicia maior efetividade a terapia adotada. **Conclusão:** Tornou-se irrefutável o protagonismo do profissional de enfermagem na aplicação das PICs durante a terapia oncológica, a eficácia da atuação pode ser estabelecida pela promoção do cuidado integral e humanizado.

Palavras-chave: práticas integrativas e complementares; cuidados em enfermagem; oncologia.

INTRODUÇÃO E MARCO TEÓRICO

A carcinogênese ou oncogênese é a proliferação lenta e gradual das células cancerígenas, podendo ocorrer em qualquer parte do organismo e causando, em alguns casos, o aparecimento de tumores visíveis. Assim, o câncer é definido como o aumento progressivo anormal das células, com capacidade de invadir órgãos e tecidos distantes, através do seu deslocamento pelo fluxo sanguíneo, originando novas neoplasias em outras partes do corpo (NUNES *et al.*, 2018). A dor oncológica está correlacionada ao avanço da doença em outras partes do organismo; ao impacto do método de tratamento designado para sua regressão e diversas vezes é um sintoma proveniente de diferentes fatores inespecíficos ligados ao mal-estar físico e psicológico (LOPES-JÚNIOR *et al.*, 2020). Conforme a necessidade de aprimorar o acompanhamento prolongado, designado para atender as demandas terapêuticas desses e de vários outros pacientes, em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH) adentrou no Sistema Único de Saúde (SUS), ampliando seus princípios e aprimorando a promoção dos serviços da saúde pública brasileira (LOPES; LABEGALINI; BALDISSERA, 2017). Diante desta nova Política, reduzir o sofrimento,

prevenir os sintomas e fornecer dignidade aos pacientes oncológicos, é uma estratégia contemporânea da PNH, realizada através de novas abordagens na oferta do cuidado. Entre essas abordagens, destacam-se as Práticas Integrativas e Complementares (PICs), que atualmente aparecem inseridas no tratamento em conjunto com a terapia convencional, quanto mais precoce for sua inclusão, maior será a qualidade na prestação de serviços pelos profissionais do SUS (MINUTO *et al.*, 2021). Diante do exposto, esta pesquisa objetiva relatar o uso das práticas integrativas e complementares pelo enfermeiro na admissão da dor em pacientes oncológicos. Tendo a seguinte questão norteadora: Como as práticas integrativas e complementares podem interferir nos cuidados de enfermagem na diminuição da dor de pacientes oncológicos? Por esse motivo, torna-se essencial aprofundar os conhecimentos quanto aos tipos de PICS e sua aplicação pelo enfermeiro no alívio da dor oncológica, comprovar a efetividade e benefícios das Práticas Integrativas e Complementares em conjunto com a medicina tradicional no tratamento de pacientes com câncer.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura com características exploratórias. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica no período de agosto a novembro de 2022, nas seguintes bases de dados online: BVS - Biblioteca Virtual de Saúde; SciELO - Scientific Electronic Library Online; LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde; MEDLINE - Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica e PubMed. Empregou-se os seguintes descritores (DeCS/MeSH) e palavras-chave nas línguas inglesa, espanhola e portuguesa: Práticas Integrativas e Complementares; Cuidados em enfermagem e Oncologia.

Inicialmente, fez-se uma leitura exploratória a partir do título e da leitura completa dos resumos. Para tal, foram incluídos artigos de pesquisa original, revisões bibliográficas, monografias e teses, que foram publicados entre janeiro de 2018 a maio de 2022, correspondendo à questão norteadora e idiomas selecionados para a pesquisa. No que diz respeito aos critérios de exclusão, excluiu-se artigos não originais, duplicados, matérias jornalísticas e artigos que antecederam o tempo estipulado para a inclusão.

Não foi necessária a submissão desta pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa por meio da Plataforma Brasil, uma vez que se caracteriza como uma revisão integrativa de literatura. Todavia, foi mantido o compromisso ético da análise dos dados considerando a produção já existente, replicando na íntegra os dados mencionados nos artigos sem alterações em conformidade com a NBR 6023/18 da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), referindo todos os autores colocados na descrição do texto (ABNT, 2018).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa resultou no total de 1389 artigos, que após aplicação dos filtros online de recorte temporal dos últimos 5 anos, idiomas, tipo de estudo, foram selecionados 48 estudos para análise, sendo 10 destes incluídos nesta revisão.

Foram elaboradas 3 categorias temáticas com base nos resultados encontrados. **I- Enfermagem e seu arcabouço legal no desenvolvimento de cuidados com as PICs:** relevância da enfermagem na medicina integrativa desde 2018, quando a especialização e o uso das práticas integrativas e complementares foram regulamentados pelo COFEN como

atribuições competentes a profissão, contribuindo no acolhimento e ética profissional. **II– Práticas Integrativas e Complementares mais utilizadas pelo enfermeiro na Oncologia:** uso predominante no tratamento paliativo de quatro PICs específicas, o Reiki, a massagem terapêutica, a auriculoterapia e a acupuntura sobressaindo-se em comparação as demais técnicas que também fazem parte dos recursos mais empregados na enfermagem oncológica. **III– Oncologia integrativa e dor: conhecendo os cuidados, vantagens e implicações com o modelo biomédico tradicional:** as práticas integrativas e complementares não podem substituir a medicina tradicional no enfrentamento ao câncer, porém é perceptível a importância da inserção desta terapêutica em todas as áreas do cuidado oncológico.

A utilização de Práticas Integrativas e Complementares auxilia na atuação do modelo biomédico, de forma complementar e ampliada. Os principais benefícios das PICs são: manuseio da dor física e psicológica, relaxamento, redução da ansiedade, diminuição de avarias, melhora da imunidade, acolhimento, prevenção de doenças subjacentes, promoção de vínculos espirituais e valorização das particularidades individuais durante a promoção em saúde (CENZI; OGRADOWSKI, 2022).

O estudo identificou que a medicina complementar incorporada ao tratamento tradicional do câncer é uma intervenção não farmacológica, com terapias que vêm sendo realizadas ao longo da história predominantemente em países orientais, esclareceu também que seus benefícios agregada a medicina ocidental incluem: promover qualidade de vida, potencializar a assistência clínica e propiciar uma nova abordagem de cuidado na oncologia paliativa.

Por fim, as evidências atuais do uso das PICs pelo profissional de enfermagem no plano de tratamento da dor oncológica são encorajadoras. Contudo, sugere-se a elaboração de estudos adicionais para corroborar com as evidências existentes.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas e Técnicas. **NBR 6023/18**. Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.abnt.org.br/>. Acesso em: 12 mai. 2022.

CENZI, A. L. C.; OGRADOWSKI, K. R. P. Relevância do conhecimento da enfermagem acerca das práticas integrativas e complementares no cuidado paliativo: revisão integrativa. **Espac. Saúde**. Brasil, v. 23, e. 806, p. 1-12. 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1367338>. Acesso em: 25 out. 2022.

LOPES-JÚNIOR, L.C. *et al.* Efficacy of the complementary therapies in the management of cancer pain in palliative care: A systematic review. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 3377, p. 1-17. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/hansen/resource/pt/biblio-1126969?src=similardocs>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de referências bibliográficas na seleção dos estudos primários em revisão integrativa. **Texto Contexto Enferm**, Ribeirão Preto- SP, Brasil, v. 28, e. 20170204, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/HZD4WwnbqL8t7YZpdWSjypj/?lang=pt>. Acesso em: 25 jun. 2022.

OCORRÊNCIA DE SINAIS E SINTOMAS DE ORDEM PSÍQUICA EM INDIVÍDUOS PORTADORES DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES E O IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA

Ellen Nayane Beserra Torres¹ (Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: ellen.torres@fvj.br),
Amália Gonçalves Arruda² (Professor orientador. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do Comitê de ética da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: amaliagoncalves@fvj.com).

RESUMO

As doenças cardiovasculares são patologias que mais resultam em óbitos ao redor do mundo. Em paralelo, as condições de saúde mental estão em constante crescimento, causando uma das principais causas de incapacidade nos indivíduos. A combinação destas duas comorbidades podem causar grande impacto na saúde pública. Trata-se de um estudo do tipo exploratório e descritivo com abordagem quantitativa realizado em um hospital de referência em doenças cardiovasculares localizado em Fortaleza- Ce. Com objetivo de verificar a ocorrência de sinais e sintomas de ordem psíquica em indivíduos portadores de doenças cardiovasculares. Percebeu-se que os pacientes estudados manifestam sinais e sintomas de origem psíquica em níveis moderados, implicando diretamente na qualidade de vida dessa população. Verificou-se também que o possível controle de ordem psíquica está no bem estar psicológico promovido principalmente por o apoio social e sentimentos de resiliência e positividade presentes, mesmo em situações de comorbidades. Conclui-se que há presença de sinais e sintomas de ordem psíquica em pacientes cardiopatas e que faz-se necessário a reflexão de profissionais de saúde considerando sobre a temática do cuidado centrado no paciente sem separar corpo e mente.

Palavras-chave: doenças cardiovasculares; infarto agudo do miocárdio; saúde mental; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares são patologias que mais resultam em óbitos ao redor do mundo. De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022), estima-se que as doenças cardiovasculares representaram 32% de todas as mortes globais em 2019. Já o Brasil, no mesmo ano cerca de 171.246 mortes foram ocasionadas por Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), Angina Estável e Insuficiência Cardíaca Isquêmica, correspondendo a 43% de todas as mortes por doenças cardiovasculares (OLIVEIRA et al., 2021). Em paralelo, as condições de saúde mental estão em constante crescimento, causando uma das principais causas de incapacidade em todo o mundo. A combinação de duas grandes comorbidades podem tornar-se um grande impacto de saúde pública no mundo. Isso porque ao associar, cardiopatias como Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), Ataque Isquêmico Transitório e Insuficiência Cardíaca aos Transtornos Mentais Comuns (TMC) como a depressão, ansiedade e Transtorno de Estresse Pós - Traumático (TEPT), podem interferir significativamente no prognóstico negativo das Doenças Cardiovasculares (DCV), e, principalmente a redução na qualidade de vida relacionada a saúde (QVRS) dos cardiopatas (DOLLENBERG et al., 2021).

Não obstante, Sreenivasan et al. (2022), descobriram um dos impactos de pacientes com depressão grave, transtornos bipolares e transtornos de ansiedade nas reiteraões hospitalares após IAM. Estes indivíduos estão propensos a receber menos revascularização coronariana no período de internação por IAM e apresentam um risco independente significativamente aumentado para a reinternação no intervalo de 30 dias, destacando a ligação entre saúde mental e saúde cardiovascular. Deste modo, surge a questão norteadora de quais os possíveis impactos das doenças cardiovasculares na saúde mental de indivíduos que desenvolveram algum transtorno mental comum após cardiopatias. O objetivo do estudo foi verificar a ocorrência de sinais e sintomas de ordem psíquica em indivíduos portadores de doenças cardiovasculares.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo-exploratório com abordagem quantitativa. A pesquisa foi desenvolvida em um hospital de referência no atendimento cardiopulmonar do estado do Ceará. A população foi composta por 50 pacientes com doenças cardiovasculares que compõem a enfermagem clínica cardiológica da unidade, selecionados por amostragem aleatória simples, com a amostra final de 17 indivíduos. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário validado, denominado Inventário de Saúde Mental (MHI do acrônimo original) de Ribeiro (2011). O MHI - 38 é um questionário de auto resposta contendo 38 itens, distribuídos em duas dimensões e em cinco subescalas, a resposta de cada item é dada numa escala ordinal de cinco ou seis posições sendo a pontuação resultante da soma de valores brutos dos itens que compõem cada escala, a pontuação é convertida de 0 a 100. Para a amostra selecionada, foram aplicadas para as variáveis quantitativas contínuas as estatísticas descritivas: Média (M) e desvio padrão (DP). Com a finalidade de ilustrar a amostra estudada avaliou-se a frequência de resposta das variáveis qualitativas de cada indivíduo respondente. Os dados foram organizados no software Microsoft office 365 Excel versão 2211 (build 15831.30208), apresentados através de gráficos e tabelas e posteriormente analisados de forma descritiva. Salienta-se que este estudo está de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde A pesquisa seguiu o que dispõe a Resolução CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012 (BRASIL, 2012), considerando a ética uma construção humana e que implica no respeito pela dignidade, proteção devida dos participantes da pesquisa científica. Foi submetida aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro Universitário Unijaguaripe e Hospital de Messejana Dr. Carlos Alberto Studart Gomes sendo aprovada com os seguintes números de pareceres, respectivamente: 5.678.563 e 5.791.042. Os participantes tiveram seus dados em anonimato, representados por sistema alfanumérico para identificação dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram avaliados os itens, subescalas geral supra descritas deste grupo de pacientes. Como mostra a tabela a seguir:

TABELA 1 – MÉDIA (M), DESVIO PADRÃO (DP) E LIMITES DAS RESPOSTAS OBTIDAS NO MHI – 38.

Escala/ Itens	M	DP	Limites
Ansiedade (A)			
3 - Nervoso ou apreensivo por coisas que aconteceram	2,86	2,01	1-6
11 - Pessoa muito nervosa	2,81	0,85	1-6

13 - Tenso e irritado	3,05	2,84	1-6
15 - As mãos a tremer quando fazia algo	3,19	2,04	1-6
22 - Relaxar sem dificuldade	3,38	1,36	1-6
25 - Incomodado devido ao nervoso	3,90	2,84	1-6
29 - Cansado inquieto e impaciente	2,38	1,56	1-6
32 - Confuso ou preocupado	3,05	1,56	1-6
33 - Ansioso ou preocupado	2,67	2,21	1-6
35 - Dificuldade em se manter calmo	3,48	1,50	1-6
Depressão (D)			
9 - Deprimido	4,87	3,30	1-6
27 - Triste e em baixo	3,48	2,06	1-6
30 - Rabugento e de mau humor	3,05	1,62	1-6
36 - Espiritualmente em baixo	3,62	3,34	1-6
38 - Debaixo de grande pressão ou stress	3,67	2,66	1-6
Perda de controle emocional/comportamental (PC)			
8 - Preocupado por perder a cabeça	3,62	2,24	1-6
14 - Controle de comportamento, pensamento, sentimentos	3,33	2,21	1-6
16 - Sem futuro	4,33	3,47	1-6
18 - Sentiu emocionalmente estável	3,33	1,52	1-6
19 - Triste e em baixo	3,43	1,18	1-6
20 - Sentiu como se fosse chorar	3,29	1,45	1-6
21 - Seria melhor que não existisse	4,05	5,11	1-6
24 - Tudo acontece ao contrário do desejado	3,19	0,85	1-6
28 - Pensar em acabar com a vida	4,60	5,96	1-6
Afeto positivo (AP)			
1 - Felize satisfeito	3,86	1,88	1-6
4 - Futuro promissor	3,57	1,80	1-6
12 - Dia a dia interessante	3,48	1,30	1-6
6 - Relaxado e sem tensão	3,00	2,05	1-6
7 - Prazer no que faz	3,62	2,61	1-6
5 - Esperar ter um dia interessante	3,81	3,32	1-6
17 - Calmo e em paz	3,62	2,01	1-6
26 - Vida é uma aventura maravilhosa	2,29	0,70	1-6
31 - Alegre, animado e bem-disposto	3,86	3,36	1-6
34 - Pessoa feliz	3,95	2,84	1-6
37 - Acordou fresco e repousado	3,76	1,72	1-6
Laços emocionais (LE)			
2 - Sentiu - se só	3,71	2,03	1-6
10 - Sentiu - se amado e querido	4,24	4,40	1-6
23 - Relações amorosas satisfatórias	3,67	2,83	1-6

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Contudo, no sentido de melhor compreender a análise, o estudo permitiu apresentar a média dos resultados obtidos pela resposta dos pacientes (Quadro 2), assim como nas duas grandes dimensões Distresse Psicológico (DP) e Bem-Estar Psicológico (BEP), seguido de suas subescalas e por fim o resultado global de todos os participantes.

Quadro 2– Resultado do Inventário de Saúde mental.

Subescalas	Min.	Máx.	Média	Desv. Padrão
Ansiedade (A)	10	60	38,18	9,92
Depressão (D)	5	29	21,35	5,98
Perda de Controle E / C (PC)	9	53	39,59	7,04
Afecto Positivo (AP)	11	66	47,71	9,51
Laços Emocionais (LE)	3	18	14,35	3,60

Distresse Psicológico (DP = D + A+ PC)	24	142	99,12	1,66
Bem-Estar Psicológico (BEP = AP + LE)	14	84	62,06	2,95
Saúde Mental (Resultado Global)	38	226	161,18	4,61

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Para um maior aprofundamento das dimensões segue uma análise descritiva de cada subescala. **Subescala – Ansiedade**, os resultados médios obtidos na subescala demonstram uma condição moderada para ansiedade entre os participantes (Média: 38,18), ou seja, mesmo sendo um valor acima da média de referência para boa saúde mental, há presença de sintomas que podem desencadear em ansiedade, no sentido de que, o trauma sofrido pela patologia pode influenciar negativamente a saúde mental dos participantes. **Subescala – Depressão**, a pontuação média da sub-escala de depressão (21,35) apresentou índices moderados para a sintomatologia entre os respondentes do inventário, assim como na sub-escala de ansiedade (38,18). Em paralelo, um número bastante significativo na escala de afeto positivo foi o item “Pessoa feliz” com uma média de resposta de 3,95, subentende – se que mesmo diante da situação os indivíduos em questão se consideram pessoas felizes. **Subescala – Perda de controle emocional**, os pacientes com doenças cardiovasculares lidam diariamente com a incerteza e a dúvida em seu tratamento. É interessante manter o controle, bem como o equilíbrio emocional, autocontrole e a autoconsciência em cada situação. Neste aspecto, os participantes apresentam – se emocionalmente instáveis (39,59). Apesar da situação os participantes poucas vezes tiveram pensamentos suicidas sendo o item “pensar em acabar com a vida” a menor média (4,60) demonstrando otimismo em relação ao futuro. **Subescala – Afeto positivo**, os resultados obtidos através das respostas dos itens de afeto positivo sugerem que os pacientes estão com seus afetos positivos estáveis (47,71), mesmo não conseguindo relaxar frequentemente e sentindo – se com tensão os indivíduos declararam “ser uma pessoa feliz” (3,95) e “feliz e satisfeita” (3,86) a maior parte do tempo, concomitante apresentam – se “alegres, animados e bem-dispostos” (3,86) quase sempre. **Sub-escala – Laços emocionais**, no estudo, os pacientes apresentaram um satisfatório bem estar – positivo na sub-escala dos laços emocionais (14,35), principalmente no que diz respeito ao sentimento de “sentirem-se amado e querido” (4,24) em seus laços emocionais. Isto demonstra que os pacientes sentem-se apoiados em suas necessidades e isso promove saúde mental.

CONCLUSÕES

O presente estudo buscou verificar a presença de sinais e sintomas de ordem psíquica em indivíduos com doenças cardiovasculares e o impacto na qualidade de vida. Os resultados apresentados permitem concluir que os pacientes estudados manifestam sinais e sintomas de origem psíquica em níveis moderados, implicando diretamente na qualidade de vida dessa população. Verificou-se que o possível controle de ordem psíquica está no bem estar psicológico promovido principalmente pelo apoio social e sentimentos de resiliência e positividade presentes, mesmo em situações de comorbidades. É interessante que os profissionais da saúde tenham conhecimento da complexidade da interação entre as doenças cardiovasculares e a saúde mental, sendo encorajados a investigar a presença de sinais e sintomas de ordem psíquica em pacientes com DCV. A proximidade da assistência de enfermagem aos pacientes deve favorecer o olhar ampliado sobre uma possível associação entre DCV e saúde mental, possibilitando também que estes profissionais estejam mais sensíveis a fatores de risco psicossociais desses indivíduos. Espera-se que o estudo promova

reflexão sobre a repercussão da qualidade de vida nos desfechos mentais de cardiopatas, bem como os tipos de adoecimento psíquico. O estudo possui algumas limitações como o baixo quantitativo da amostra estudada de acordo com a população, seguidos do curto período de tempo para desenvolver a coleta e análise assim como a dificuldade de artigos na literatura que associem as duas temáticas: DCV e saúde mental.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Constituição da Organização Mundial da Saúde, adotada pela Conferência Internacional de Saúde, Nova Iorque. (1946, 19 a 22 de julho).

OLIVEIRA, G. M. M, et al. Cardiovascular Statistics – Brazil 2021. **Arq Bras Cardiol**, v., 118, n., 1 p., 115-373, 2022. Disponível em: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-118-01-0115/0066-782X-abc-118-01-0115.x44344.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022

DOLLENBERG, A. *et al.* Prevalence and influencing factors of chronic post-traumatic stress disorder in patients with myocardial infarction, transient ischemic attack (TIA) and stroke – an exploratory, descriptive study. **BMC Psychiatry**, v., 21, n., 1, 2021. Disponível em: <https://bmcp psychiatry.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12888-021-03303-1>. Acesso em: 10 mar. 2022

SREENIVASAN, J. et al. Mental health disorders and readmissions following acute myocardial infarction in the United States. **Scientific Reports**, v., 12, n., 1, p. 1–8, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-022-07234-z>. Acesso em: 10 mar. 2022

A EQUIPE DE ENFERMAGEM E OS DESAFIOS NA REALIZAÇÃO DA HEMOTRANSFUSÃO

Erileide Rodrigues de Araújo¹ (Aluna do curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: erileide.araujo@fvj.br), Janete Pereira Cirilo da Silva² (Professora orientadora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: enf.janete@gmail.com)

RESUMO

A análise da atuação do enfermeiro no procedimento da hemotransfusão é importante para discutir melhorias para a formação e capacitação destes profissionais. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica na modalidade integrativa, de natureza exploratória e qualitativa. O objetivo da pesquisa é elencar as atribuições do enfermeiro na realização do procedimento da hemotransfusão e dos seus benefícios para a saúde dos pacientes. A metodologia será pesquisa de revisão integrativa de cunho qualitativo, com busca em diversas plataformas que forneçam justa base para os parâmetros neste buscados, em fontes de Scielo e Lilacs e PubMed, onde se incluíram artigos de datas da última década, a fim de que estes possam fornecer parecer mais fiel à realidade hodierna. É de excepcional importância falar de saúde em todas as suas formas de desdobramento, mas ainda mais importante quando este saber se volta para pesquisar sobre a enfermagem e suas formas e possíveis locais de atuação, uma vez que a enfermagem é atuante, ou potencialmente atuante, nas mais diversas áreas e, quando isto se refere à saúde, a práxis de enfermagem ganha maior amplitude. O enfermeiro fornece, deste modo, atenção integral em todos os estágios do procedimento de transfusão de sangue, seja no acolhimento de doadores de sangue em hemocentros, seja nos cuidados a pacientes que estão se preparando para receber sangue ou até mesmo que já fizeram o procedimento.

Palavras-chave: enfermeiro; transfusão; hemoterapia.

INTRODUÇÃO

A análise da atuação do enfermeiro no procedimento da hemotransfusão é importante para discutir melhorias para a formação e capacitação destes profissionais. Fato é que discutir sobre a atuação do profissional de enfermagem nas mais diversas áreas faz com que se possa ter uma noção mais panorâmica da realidade dos desafios, novas demandas, avanços em demandas já existentes, bem como traçar novas estratégias para o agir da profissão. Este fazer ciência pela observação que sustenta a eficácia do método científico (BACON, 2016).

Nas últimas décadas, principalmente dos anos 90 até a atualidade, falar de transfusão de sangue ganhou maior destaque. seja por conta das demandas que rotineiramente se apresentam, seja por conta de temas como HIV, principalmente os mitos das décadas passadas que caíram por terra, ou até mesmo por causa de temas de segurança ou religião.

Quando se trata dos cuidados necessários para o processo de Hemotransfusão que são de competência profissional do enfermeiro, pode-se utilizar como dados de referência as informações contidas em tabelas de possíveis reações adversas, cuidados e intervenções que o profissional da enfermagem pode realizar (MARINHO, 2014, p. 4).

Neste sentido se evidencia que o profissional de enfermagem é necessário e, dentro desta essencialidade, também precisa dispor de meios e repertório de atuação, para que mais

eficientemente possa ser de valia no procedimento da hemotransfusão ou outros procedimentos hemoterápicos.

MARCO TEÓRICO

Com base nos artigos captados com o fim de confecção deste trabalho, pôde-se chegar em observações a respeito da temática motriz. A atuação do enfermeiro dentro do processo de hemotransfusão encontra base na etiologia da profissão, uma vez que esta remete cuidados e atenção especializados, logo, cuidar é da gênese da enfermagem (MOREIRA et. al., 2015).

Para que a atuação do enfermeiro seja satisfatória, é necessário, pois, que uma gama de fatores esteja intrinsecamente ligados entre si, a fim de que esta atenção seja de qualidade, tais quais: formação acadêmica de qualidade, investimento nas pesquisas da área, adequados instrumentos de trabalho, capacitação e formação continuada do profissional enfermeiro.

As vantagens de uma enfermeira que teve uma formação acadêmica de qualidade são diversas, podendo ser citados aspectos como a naturalização com os ambientes mais variados de atuação e conhecimento de ferramentas. Dentro do contexto da participação na transfusão de sangue, uma formação adequada fornece a este futuro profissional o repertório satisfatório de técnicas e habilidades que podem ser o diferencial entre saúde ou não dos seus futuros pacientes.

Os ambientes adequados para a práxis da profissão são de importância constatada mente elevada, uma vez que, segundo Taylor em sua experiência de Hawthorne, “o ambiente e as relações humanas são a alavanca para um serviço diferenciado e adequado” (MAYO, 2017, p. 04).

Para esta adequação dos instrumentos e dos locais onde o enfermeiro exerce sua prática, são necessários investimentos diversos, sejam de modo direto dos órgãos públicos ligados ao SUS, seja da iniciativa privada, uma vez que há formas de atuação dentro da rede de saúde privada.

Os investimentos nas pesquisas podem e devem fornecer ao enfermeiro uma maior amplitude de conhecimentos que irão, por sua vez, possibilitar que seu atendimento alcance maiores níveis de êxito. Nos cenários onde há necessidade das transfusões de sangue, novas técnicas obtidas por meio de pesquisas com instrumentos mais modernos podem reduzir até mesmo cenários onde as reações adversas ao procedimento poderiam surgir, fazendo com que haja recuperação mais rápida ou menos lesiva.

Ainda neste ponto, até mesmo os métodos de anamnese podem ser aperfeiçoados, tendo como fundamentos pesquisas mais rebuscadas, servindo, deste modo, como apoio a fim de que se possa evitar problemas ao paciente. Desta forma, os investimentos em pesquisas são necessários em todas as áreas da enfermagem e, no que concerne às pesquisas com base no saber sobre transfusão, são ainda mais necessárias.

Não obstante a tudo supracitado, cabe também pontuar que a formação continuada do enfermeiro o capacita a ter contato com técnicas e procedimentos sempre novos, atuais e, deste modo, sempre em consonância com os apelos e demandas de seus pacientes.

Urge que a formação seja humana a fim de que a prestação dos cuidados seja cada vez mais humanizada, ganhando qualidade e satisfatoriedade. O enfermeiro deve fazer de sua prática uma busca constante pelo aprendizado.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa da literatura com delineamento qualitativo. Para Iizuka (2017), a revisão integrativa caracteriza-se por um método específico e objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema.

A revisão se debruça sobre a literatura que já é existente e faz, desta forma, um filtro se valendo de vários crivos, crivos estes que serão a forma de selecionar trabalho que possam ser mais alinhados com a temática na qual se deseja revisar e retirar os parâmetros esperados ou constatar as primícias do trabalho.

No que concerne às etapas da revisão integrativa, pode-se destacar: identificação do problema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; apresentação da revisão e síntese do conhecimento (MARTINS, 2018).

Utilizando-se das etapas da revisão integrativa, os dados foram coletados entre fevereiro e maio de 2022 nas bases de dados: *Lilacs (BVS)*, *SciELO* e *Pubmed* com a busca de estudos nos últimos 10 (dez) anos.

Da última década foram coletados artigos em português, inglês e em idioma espanhol, com o objetivo de se assegurar maior amplitude nas buscas e, desta maneira, ter um arcabouço teórico mais fiel e alinhado com as perspectivas esperadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os achados desta revisão integrativa, tornaram-se perceptíveis as noções que dizem respeito da importância e da participação do enfermeiro dentro dos procedimentos de hemotransfusão, desde o acolhimento das pessoas que se voluntariam a fazer doações, bem como na recepção e cuidados posteriores a pacientes que passam pela transfusão.

Ademais, cabe também pontuar que a formação continuada deste profissional possibilita uma atuação cada vez mais excelente e efetiva. Os resultados encontrados comprovaram que os principais benefícios da participação do enfermeiro no procedimento de transfusão de sangue são: atendimento de qualidade e humanizado, atenção ulterior e anterior ao procedimento, acompanhamento especializado e constante aprimoramento da categoria.

Neste aspecto, por expressiva relevância, destacou-se na primeira categoria que o atendimento de qualidade concerne a ter uma equipe dotada de repertório satisfatório de habilidades e técnicas que possibilitem um atendimento de qualidade satisfatória e que vá de encontro às demandas do paciente e também humanizado porque confere tratamento digno e que leva em conta as particularidades de cada indivíduo.

Considerou-se ainda que a experiência de atendimento anterior à necessidade de transfusão diz respeito ao trato dado em hemocentros a fim de ter satisfeitas as demandas por sangue e que o acompanhamento ulterior vai de encontro aos pacientes que estão no procedimento ou se recuperam dele. deste modo, o profissional de enfermagem é necessário em todos os estágios do procedimento de hemotransfusão.

Desse modo, por meio dos achados elegíveis, sugere-se a concepção de órgãos específicos dentro das instituições de saúde que executem programas assistenciais para pessoas que passam por transfusão, fornecendo meios que para que essa forma de tratamento possa salvar vidas, bem como garantir formas de pessoas chegarem a exercer a enfermagem e de qualidade, sendo necessários investimentos na educação e na saúde como um todo, a fim

de prestar conta de dois direitos sociais: saúde e educação que irão garantir melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BACON, Francis. **Discurso sobre o Método**. Oxford University, London. 2016.

IIZUKA, Edson Sadão. **Espaços alternativos de aprendizagem: pesquisa exploratória sobre prêmios e concursos universitários no Brasil**. Scholarly Journals, v. 18, n. 1, p. 69 – 103, jan/abr, 2017. Disponível em:
<https://www.proquest.com/openview/2d13585398e7bf9c4893e9fe7cc3f751/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2034243> . Acesso em: 30 maio 2022.

MARINHO, Nádia Rodrigues Soares. **Cuidados de Enfermagem durante a hemotransfusão: uma revisão narrativa**. 2014. 30 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem – Opção Urgência e Emergência, Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/173583>. Acesso em: 01 abr. 2022.

MARTINS, Maria de Fátima Moreira. **Estudos de revisão da literatura**. Trabalho de conclusão de curso de acesso à informação científica e tecnológica em saúde. 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/29213> . Acesso em: 17 abr. 2022.

MAYO, Elton. **Contextualizando A Escola de Relações Humanas e o efeito Hawthorne Conceitos relacionados: Motivação**. Centro de ciências administrativas USP, São Paulo, 2017.

MOREIRA, Thereza Maria Magalhães et. al. **O cuidado clínico de enfermagem**. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará. 2015.

CONTRIBUIÇÃO DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

**Francisca Amanda da silva¹ (Aluna do curso de Enfermagem do Centro universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: Francisca.amanda@fvj.br),
Sabrina Silva dos Santos² (Professora do Centro universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).**

RESUMO

A violência contra a mulher é toda agressão ligada ao gênero, destacando abusos físicos, psicológicos e sexuais, ressaltando a estimativa de que uma a cada três mulheres já sofreram violência sexual e/ou física. O objetivo deste estudo foi compreender a partir da literatura científica a contribuição ofertada pelo enfermeiro no acolhimento de vítimas em situações de violência nos serviços de urgência e emergência.

Palavras-chave: enfermagem em emergência; violência por parceiro íntimo; violência contra a mulher.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência contra a mulher é toda agressão ligada ao gênero, destacando abusos físicos, psicológicos e sexuais, ressaltando a estimativa de que uma a cada três mulheres já sofreram violência sexual e/ou física e, aproximadamente 40% delas apresentam lesões devido à violência sofrida, sendo 20% vítimas de abuso sexual desde a infância (OPAS, 2021). Igualmente, a violência contra a mulher passou a ser um problema de saúde pública. Estima-se que mulheres de todas as idades, independente da classe social, cultura, etnia, grau de escolaridade e até mesmo desenvolvimento do país em que habita são vítimas de violência doméstica, coagidas a relação sexual ou já sofreram algum tipo de assédio ao longo de sua vida. Nos casos de agressões domiciliares, os companheiros são facilmente apontados como os principais causadores de lesões e danos à saúde dessas mulheres (OLIVEIRA; ZOCHE; ROHDEN, 2018).

No dia de 07 de agosto de 2006 o presidente da república do Brasil sancionou a Lei Nº 11.340 que dispõe sobre abordagens para reduzir e prevenir a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Segundo esta Lei, toda mulher goza de direitos fundamentais, que devem ser garantidos pelo Estado e seus representantes. A violência contra mulheres tornou-se uma violação desses direitos, tais como: liberdade, segurança, direito à vida, alimentação, igualdade social, educação e cultura, privacidade e o mais alto padrão de direito à saúde (BRASIL, 2006).

No âmbito da saúde, o acompanhamento multidisciplinar é fundamental para essas vítimas. Todavia, cabe destacar o papel da equipe de enfermagem, sobretudo, do enfermeiro, no acolhimento a essas vítimas, principalmente, nos serviços de urgência e emergência, haja vista que na grande maioria dos casos, são eles/elas quem ofertam os primeiros cuidados a pessoas violentadas, oferecendo amparo de forma especializada. Quando são detectadas lesões através

de uma boa anamnese e exame físico, esse cuidado também é da competência da enfermagem, muito embora não seja específico apenas desta categoria (SANTOS et al., 2021).

MARCO TEÓRICO

Pela alta incidência de violência contra mulher e os seus diferentes tipos de impacto, a violência contra a mulher passou a ser um problema de saúde pública nacional e mundial que é necessário ser tratado com prioridade por envolver diversos fatores prejudiciais a vida da mulher. A violência doméstica passou a acometer mulher de todas as idades, cultura, classe social, grau de escolaridade, independente da cor, raça e etnia. Violência contra mulher resulta em qualquer ato que cause e venha causar algum dano a vítima que podem ser listados como: violência física, sexual, psicológica, ameaças, privação de liberdade. Estima-se que uma em cada três nas Américas sofrem ou já sofreram algum tipo de violência por algum parceiro em toda sua vida.

No dia de 07 de agosto de 2006 o presidente da república do Brasil sancionou a Lei Nº 11.340 que dispõe sobre abordagens para reduzir e prevenir a violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar. Segundo esta Lei, toda mulher goza de direitos fundamentais, que devem ser garantidos pelo Estado e seus representantes. A violência contra mulheres tornou-se uma violação desses direitos, tais como: liberdade, segurança, direito à vida, alimentação, igualdade social, educação e cultura, privacidade e o mais alto padrão de direito à saúde.

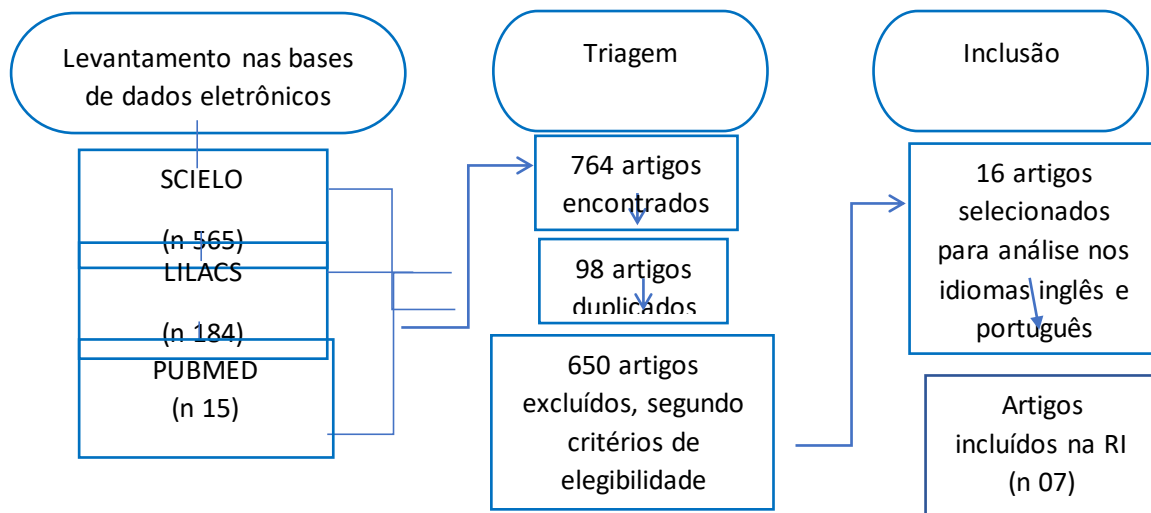
METODOLOGIA

Foi realizada uma Revisão Integrativa (RI) que seguiu preceitos exploratórios sobre o tema: contribuição do enfermeiro no enfrentamento da violência contra a mulher nos serviços de urgência e emergência. A RI é um método de pesquisa utilizado como instrumento da Prática Baseada em Evidências (PBE). A PBE foi desenvolvida através do trabalho do epidemiologista Archie Cochrane., caracteriza-se pelo cuidado com o conhecimento clínico e prioriza a qualidade da evidência. Assim, a RI surgiu como uma síntese do conhecimento, voltada aos resultados dos estudos e a sua aplicabilidade na prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

De acordo com Mendes, Silveira e Galvão (2019) a RI contribui na área da saúde, devido a delimitação dos tópicos de interesse de conhecimento, o que favorece a aplicabilidade dos resultados das pesquisas na prática clínica, como também possibilita a identificação de falhas do conhecimento e possíveis melhorias para o desenvolvimento de novas pesquisas deste tipo de estudo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No fluxograma podemos identificar a triagem dos artigos que foram usados para revisão integrativa, através de palavras chaves validadas pelo DeCs, utilizando operadores booleanos AND, NOT, OR. E através dos idiomas inglês e português, seguindo os critérios de inclusão.



Diante do exposto, os 07 artigos escolhidos mostraram importância da enfermagem nesses casos, o atendimento ainda é muito falho, na maioria das vezes pela dificuldade de identificar os sinais de violência, ou até mesmo por falta de protocolos nas unidades de urgência e emergência, muitos profissionais só acusam sinais de violência através de lesões, sabendo-se que a violência vai além dos hematomas presentes no corpo, quando uma cliente chega ao atendimento de saúde com lesões é porque outras violências ela já sofreu. Desse modo, é perceptível que a assistência muitas vezes é prejudicada, através da falta de ética dentro do próprio ambiente de trabalho, por conversas paralelas na hora da prestação de serviços de saúde, onde a mulher está precisando de toda atenção e apoio. Quando esta necessidade não é suprida durante aquele atendimento, esta vítima não se sente a vontade para relatar contar o que aconteceu e quais os possíveis tipos de violência que ela vem sofrendo.

REFERÊNCIAS

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Violência contra as mulheres**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 20 mai. 2022.

OLIVEIRA, M.C.B.; ZOCHE, D.A.A.; ROHDEN, J. Atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica em um serviço de urgência e emergência. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research- BJSCR**, Santa Catarina- BR, v. 21, n.3, p. 43-48, Dez. 2017 – Fev. 2018. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20180204_154121.pdf. Acesso em 27 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Brasília - DF. 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 05 abr. 2022.

SANTOS, D. G. *et al.* Assistência de enfermagem às mulheres em situação de violência durante a pandemia da covid-19. **Enferm Foco**. [s. l.], v. 12, n. 6, p. 1106-12. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1368757>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA, M. B.; SILVA, M. F. S. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 153-166, jan.- jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012. Acesso em: 26 mar. 2022.

RESISTÊNCIA BACTERIANA E SUA RELAÇÃO COM O USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Glória Maria Alves Ferreira¹ (Aluna do curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: gloria.ferreira@fvj.br)
José Ossian Almeida Souza Filho² (Professor Mestre do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: ossian@fvj.br)

RESUMO

A resistência bacteriana é o desenvolvimento de uma estratégia de defesa intrínseca, que inativa o mecanismo de ação de alguns agentes antimicrobianos, ao qual era anteriormente sensível. O não planejamento do uso consciente destes pode estar relacionado a diversos fatores, como não segurança no diagnóstico de infecções bacterianas e virais, falta de projetos para o uso do antibiótico de forma racional, erros de prescrição devido a trocas frequentes de antibióticos, seleção, dosagem e duração do tratamento inadequados, interferindo, assim, na segurança do paciente e no desenvolvimento de medicamentos cada vez mais ineficazes, prejudicando a administração correta dos antimicrobianos. O presente estudo tem por objetivo revisar a literatura acerca da resistência bacteriana e sua relação com o uso indiscriminado de antibióticos. Trata-se de uma revisão de literatura, na qual a coleta de dados foi realizada nos indexadores SciELO, LILACS e PubMed. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados no período de 2017 a 2022, em inglês, espanhol e português, completos e gratuitos, estudos experimentais e não experimentais; ensaios clínicos randomizados e, estudos disponíveis na íntegra e gratuitos. Já os elementos de exclusão foram: monografias; revisão de literatura; anais de congresso; cartas ao editor; artigos científicos incompletos ou repetidos; teses de dissertação de mestrado e doutorado; artigos publicados em dois ou três indexadores. Foram encontrados 1.407 arquivos, dos quais somente 20 foram selecionados e incluídos na amostra. Inferiu-se que o uso incorreto de antibióticos é um problema de saúde pública, e que **se faz necessário que sejam implementados novos planos, colocando em vigor** diretrizes adaptadas das antibioticoterapias nas instituições, de acordo com cada realidade, para melhorar o futuro da eventual resistência.

Palavras-chave: farmacorresistência bacteriana; antibacterianos; resistência bacteriana a antibióticos.

INTRODUÇÃO

A resistência antimicrobiana (RAM) e sua relação com o uso indevido de antibióticos vêm se tornando um tema muito discutido e analisado, pelo seu impacto global e suas consequências preocupantes, de forma que estudos sobre esse assunto ajudam a elucidar e direcionar medidas de controle.

No contexto atual, a maior dificuldade para o combate da resistência bacteriana nos hospitais de alta complexidade são as poucas medidas de prevenção e controle, poucos procedimentos de higienização das mãos, poucas limpeza e desinfecção de área, pacientes cada vez mais graves, mais doenças concomitantes, uso frequente de dispositivos invasivos, uso inadequado de antibióticos, mecanismos de resistência intrínseca ou adquirida em bactérias levando ao surgimento de multirresistência, capacidade das bactérias de sobreviver

da ação antimicrobiana de forma inesgotável, assim como suas altas taxas de mutação e extensa transferência de material genético dentro ou entre espécies (NEIRA et al., 2020).

Em consequência disso, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que 10 milhões de pessoas morrerão em 2050 devido à resistência bacteriana, uma vez que a carga de resistência bacteriana tem aumentado nos últimos anos, demonstrado sobretudo pelo uso inadequado de antibióticos. Considerada a próxima epidemia mundial, mesmo quando se enfrenta pandemia da COVID-19, tem acontecido simultaneamente o aumento de infecções por bactérias multirresistente, ameaçando a saúde global tornando-se uma preocupação urgente de saúde pública devido aos seus efeitos em internações prolongadas, aumento dos custos gerais de tratamento e mortalidade associada a doenças infecciosas (CARRERAS et al., 2021).

MARCO TEÓRICO

Evidências sugerem que metade de todas as prescrições de antibacterianos (ATB) estão associadas ao uso irracional, desnecessário, indicações não relacionadas à doença, a apresentação clínica e testes diagnósticos que apresentam resultados inconsistentes. Bactérias como *Klebsiella pneumoniae*, *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus pneumoniae* e *Escherichia coli* estão envolvidas em complexos mecanismos de RAM e causam um enorme ônus clínico e financeiro globalmente, para compensar o problema, nas últimas oito décadas, estabeleceu-se uma corrida entre o desenvolvimento de resistência e a produção de novos antimicrobianos, por isso muitas vezes justificava-se o uso de outros recursos para tratamentos, como a utilização de ATM de segunda linha que é considerado por organizações mundiais como "vigilância" ou "sobressalente", porém por muitas vezes também eram ineficazes, evidenciando a falta de desenvolvimento de novos medicamentos pela indústria farmacêutica, onde nas últimas três décadas, nenhuma nova família de antibióticos foi descoberta e mesmo os antibióticos atuais, o número destes que são úteis e eficazes diminuiu consideravelmente (BONI et al., 2021; MIRANDA-NOVALES et al., 2020).

Este estudo acadêmico justificou-se pelo impacto global do tema e a relevância de conhecer com mais detalhes sobre a correta prescrição de antibióticos, seu efeito em diversas áreas da saúde, discernir as estratégias para o uso seguro de antimicrobianos, conhecer novas estratégias de identificação de resistência que possibilita um diagnóstico precoce e assim incentivar ações e comportamentos, com o objetivo comum de dar continuidade a implantação de programas de gestão do uso racional de antimicrobianos, com o fim de reduzir a resistência bacteriana.

METODOLOGIA

O presente trabalho caracterizou-se como alusiva ao método revisão integrativa da literatura, onde o mesmo foi realizado no período de agosto a novembro de 2022. Os artigos científicos relacionados à temática foram acessados nos seguintes indexadores SciELO, LILACS e PUBMED, utilizando dos seguintes descritores: Farmacorresistência bacteriana; Antibacterianos; Resistência Bacteriana a Antibióticos.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos nos anos 2017 a 2022, que abordaram a temática de acordo com os descritores citados. Além disso, estudos publicados na língua portuguesa, espanhola e/ou inglesa, estudos experimentais e não experimentais; ensaios clínicos randomizados e estudos disponíveis na íntegra e gratuitos. Já os elementos de exclusão foram: monografias, revisão de literatura, anais de congresso, cartas ao editor,

artigos científicos incompletos ou repetidos, dissertação de mestrado e teses de doutorado, artigos publicados em dois ou três indexadores.

RESULTADOS

Diante das informações expressas anteriormente, tornou-se notório que a resistência bacteriana é impactada pela forma que se utiliza os antibióticos.

Tal fato pode ser exemplificado pelo estudo de Rojas-Adrianzén et al. (2018), no qual explanam o mal hábito da automedicação, que já é considerada um problema de saúde pública mundial. A automedicação é definida como a prática de obter e tomar medicamentos sem orientação ou supervisão médica. Portanto, trata-se de reutilizar medicamentos prescritos, compartilhar medicamentos entre familiares ou amigos ou usar sobras de medicamentos de compras antigas. O uso irracional e descontrolado de antibióticos pode ter consequências negativas, como falta de resposta ao tratamento, efeitos colaterais, resistência aos antibióticos, tempo de internação hospitalar, necessidade de medicamentos caros e morte.

Baseando-se nas informações explicitadas anteriormente, inferiu-se que resistência bacteriana e sua relação com o uso incorreto de antibióticos é um problema de saúde pública, impactando, de forma preocupante, em vários tipos de pacientes, tais como gestantes, crianças, diabéticos, portadores de câncer dentre outros.

Estudos relacionados com resistência bacteriana e antibióticos e suas reações adversas são bastante amplos e significativos. No entanto, a consciência de prescritores, dispensadores e dos próprios usuários é muito deficiente, onde até mesmo alguns profissionais de saúde ainda não perceberam o grande problema global.

Ademais, foi possível observar as diversas abordagens para tentar **evitar a resistência bacteriana. Contudo, evidenciou-se fragilidades em cumprir tais medidas.**

Portanto, faz-se necessário que, além de implementar novos planos de ação, sejam colocados em vigor no dia a dia da atenção primária, secundária e terciária diretrizes adaptadas das antibioticoterapias nas instituições, de acordo com cada realidade, para melhorar o futuro da resistência.

Por fim, mais estudos semelhantes devem ser realizados em diferentes instituições e realidades, como subsídio para a elaboração dos perfis e guias de gestão em nível global.

REFERÊNCIAS

BONI, Silvia et al. Disparidades no consumo de antimicrobianos e resistência dentro de um país: o caso dos betalactâmicos na Argentina. **Revista Panamericana de Saúde Pública [online]**, v. 45, e76, 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/54532>. Acesso em: 08 out. 2022.

CARRERAS, Xossé et al. Antimicrobial resistance patterns of the Enterobacteriaceae family isolated from urinary tract infections from a Peruvian high-Andean region. **Rev. Cuerpo Med. HNAAA**, Chiclayo, v. 14, n. 3, p. 337-343, jul. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2227-47312021000400014&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2022.

MIRANDA-NOVALES, María Guadalupe et al. Antimicrobial resistance and antibiotic consumption in Mexican hospitals. **Salud pública Méx**, Cuernavaca, v. 62, n. 1, p. 42-49, feb. 2020. Disponível em:

http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0036-36342020000100042&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 out. 2022.

NEIRA, Yaline Sanchez et al. Genes de resistência em cepas bacterianas associadas a infecções em uma instituição prestadora de serviços de saúde do departamento de Boyacá. **Saúde, Barranquilla**, v. 36, n. 2, pág. 394-411, agosto de 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-55522020000200394&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2022.

ROJAS-ADRIANZÉN, Carolay et al. Prevalencia y factores asociados a la compra de antimicrobianos sin receta médica, Perú 2016. **Rev Peru Med Exp Salud Publica [online]**, v. 35, n. 3, p. 400-408, 2018. Disponível em: <https://rpmesp.ins.gob.pe/index.php/rpmesp/article/view/3458/3088>. Acesso em: 09 out. 2022.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Jennifer da Silva Sousa¹ (Acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijagaribe. E-mail: jennifer.ds.sousa@gmail.com),

Idaclece Rodrigues de Matos² (Docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijagaribe. Mestre em Saúde Coletiva. E-mail: idaclece.matos@fvj.br).

RESUMO

A maternidade é um fenômeno onde a mulher sofre com todo o receio em relação ao seu corpo e as possibilidades de colocar em risco a vida do seu filho, ainda não nascido. No tocante a violência obstétrica, ela pode estar em todas as fases do atendimento as mulheres gestantes, englobando os períodos pré-parto, parto e puerpério. O estudo tem como objetivo trazer os conceitos, compreensão da importância da assistência de enfermagem e o papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica. Trata-se de uma revisão integrativa com preceitos exploratórios, consistindo na construção de uma análise ampla da literatura, utilizando seguintes bases de dados importantes no contexto da saúde: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), National Library of Medicine (PUBMED) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca bibliográfica aconteceu no período de agosto à outubro de 2022, utilizando Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): violência obstétrica; cuidados de enfermagem; enfermagem obstétrica; parto. A amostra final desta revisão foi composta por 16 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos dispostos nas bases de dados: SCIELO, PUBMED e LILACS. É importante destacar também, que o enfermeiro atua de forma fundamental em todo o processo da gestação, parto e puerpério, estabelecendo assim um vínculo maior com a mulher e a família. Com isso supõe-se que esse estudo esclareça dúvidas e possa promover a assistência, proporcionando um olhar mais humanizado pelos profissionais de enfermagem, na assistência prestada.

Palavras-chave: violência obstétrica; cuidados de enfermagem; enfermagem obstétrica. parto.

INTRODUÇÃO

A maternidade é um período em que a mulher passa por grandes mudanças, sendo elas físicas ou psicológicas. Antigamente os partos eram realizados no seio familiar, assistido pelas parteiras, no entanto com o passar do tempo o fenômeno do nascimento vem passando por mudanças significativas.

Com o decorrer dos anos, o parto foi se tornando institucionalizado, onde o saber médico foi se tornando predominante. A partir da Segunda Guerra Mundial, nos anos quarenta a institucionalização do parto cresceu, onde no final do século, os partos que eram realizados em hospitais, cerca de 90% usavam a prática mecanizada, desumana e com intervenções desnecessárias (CASTRO; ROCHA., 2019).

Hoje no Brasil, se vive uma contradição perinatal: ao mesmo tempo em que as mulheres possuem acesso amplificado aos serviços de saúde e a disponibilidade de diagnósticos através da tecnologia, muitos obstáculos veem dificultando o avanço da

assistência ao parto, trazendo uma alta taxa de morbimortalidade materna, a manutenção de medicalização do parto, a fragmentação das ações e a indiferença nos tratamentos contra as mulheres (OLIVEIRA; PENNA, 2017).

No tocante a violência obstétrica, ela pode estar envolta em todas as fases do atendimento as mulheres gestantes, englobando os períodos pré-parto, parto e pós-parto. A Organização Mundial da Saúde (OMS), tem por definição que a violência obstétrica é tida por qualquer ato que caracterize desrespeito, que venha a ferir o princípio da proteção ao ser humano, seja pelo uso de substâncias químicas, como o uso indiscriminado de ocitocina sintética, manobra de *Kristeller* (empurrar o peso contra a barriga da gestante) ou a episiotomia (MOURA et al., 2018).

A maternidade é um período em que a mulher passa por grandes mudanças, sendo elas físicas ou psicológicas. Antigamente os partos eram realizados no seio familiar, assistido pelas parteiras, no entanto com o passar do tempo o fenômeno do nascimento vem passando por mudanças significativas.

Com o decorrer dos anos, o parto foi se tornando institucionalizado, onde o saber médico foi se tornando predominante. A partir da Segunda Guerra Mundial, nos anos quarenta a institucionalização do parto cresceu, onde no final do século, os partos que eram realizados em hospitais, cerca de 90% usavam a prática mecanizada, desumana e com intervenções desnecessárias (CASTRO; ROCHA., 2019).

Hoje no Brasil, se vive uma contradição perinatal: ao mesmo tempo em que as mulheres possuem acesso amplificado aos serviços de saúde e a disponibilidade de diagnósticos através da tecnologia, muitos obstáculos veem dificultando o avanço da assistência ao parto, trazendo uma alta taxa de morbimortalidade materna, a manutenção de medicalização do parto, a fragmentação das ações e a indiferença nos tratamentos contra as mulheres (OLIVEIRA; PENNA, 2017).

No tocante a violência obstétrica, ela pode estar envolta em todas as fases do atendimento as mulheres gestantes, englobando os períodos pré-parto, parto e pós-parto. A Organização Mundial da Saúde (OMS), tem por definição que a violência obstétrica é tida por qualquer ato que caracterize desrespeito, que venha a ferir o princípio da proteção ao ser humano, seja pelo uso de substâncias químicas, como o uso indiscriminado de ocitocina sintética, manobra de *Kristeller* (empurrar o peso contra a barriga da gestante) ou a episiotomia (MOURA et al., 2018).

MARCO TEÓRICO

Com base no exposto, o interesse pela temática surgiu durante o primeiro contato com a violência obstétrica vivenciada por um familiar, o que incentivou um aprofundamento no conhecimento sobre a temática. Nessa perspectiva, estabeleceu-se a seguinte questão da pesquisa: Quais ações desenvolvidas pelo enfermeiro, na prevenção da violência obstétrica? Entendendo-se que a humanização do parto é uma das alternativas que garantem os direitos da parturiente e do bebê.

Compreendendo esse contexto, o presente artigo tem como objetivo trazer a compreensão da importância da assistência de enfermagem e o papel do enfermeiro na prevenção da violência obstétrica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa com preceitos exploratórios, consistindo na construção de uma análise ampla da literatura. A revisão integrativa da literatura tem como o princípio o desenvolvimento de uma análise de amplo espectro sobre os textos científicos literários, contribuindo para a construção de métodos e resultados de pesquisas e auxiliando na formulação de futuros estudos científicos. O ponto central deste método de pesquisa é obter um amplo e detalhado conhecimento sobre um determinado dado ou fenômeno sócio/biológico, tendo por base estudos predecessores (GALVÃO, C. M; SAWADA N. O; TREVISAN, M. A., 2004).

O levantamento e construção do estudo, foi utilizando seguintes bases de dados importantes no contexto da saúde: Scientific Electronic Library Online (SCIELO), National Library of Medicine (PUBMED), Google acadêmico e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). A busca bibliográfica aconteceu no período de agosto à outubro de 2022, com descritores padronizados e disponíveis nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), com a utilização dos operadores booleanos “AND” e “OR”, foram realizadas a busca em base de dados a partir dos seguintes cruzamentos: Enfermagem obstétrica OR Gestação; Violência contra a mulher OR Parto; Violência Obstétrica AND Assistência de enfermagem; Gestação AND Assistência de enfermagem.

No processo de seleção dos artigos foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: artigos originais, na íntegra, gratuitos, português ou inglês. Foram excluídas as revisões sistemáticas, metanálises, cartas ao editor e resumos.

Os estudos que passaram pelos critérios de elegibilidade seguindo um processo de seis etapas: 1) Identificação do tema e formulação da questão norteadora; 2) Critérios de inclusão e exclusão; 3) Seleção dos estudos por categoria; 4) Análise dos estudos; 5) Compreensão dos resultados e 6) apresentação da síntese (CASTRO; ROCHA., 2020).

No processo de seleção foram encontrados (96.937), estudos que abordavam a temática proposta. Após o processo de seleção, foram excluídas (96.880) publicações. Destas, dois estavam em outro idioma, dois se repetiram nas bases de dados e (46) foram excluídos após a leitura do resumo. Desse processo de análise foram selecionados (16) artigos para compor a presente revisão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra final desta revisão foi composta por 16 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos dispostos nas bases de dados: SCIELO, PUBMED, Google acadêmico e LILACS. Foi elaborado um quadro que demonstra uma apresentação geral dos estudos abordados, indicando: o código, título, base de dados, ano de publicação e autoria do estudo.

O ano de publicação variou entre 2011 e 2022. Onde houve três publicações em 2022, quatro publicações em 2021, uma em 2020, duas em 2019, duas em 2018, uma em 2016, uma em 2013 e uma em 2011.

Com relação às bases de dados, a LILACS (n=7, 39%) apresentou o maior quantitativo de pesquisas selecionadas, seguida pela SCIELO (n=4, 22%), PUBMED (n=1, 22%) e Google Acadêmico (n=3, 17%). Diante disso, percebe-se que as publicações sobre essa temática ainda são incipientes. No que se refere aos objetivos, resultados e conclusões dos artigos selecionados, os dados foram organizados no segundo quadro.

Diante das leituras, a partir da análise dos artigos apresentados, possibilitou dividir as evidências científicas em três categorias temáticas:

1. Principais violências enfrentadas pelas parturientes na assistência ao parto

A violência obstétrica pode se apresentar de diversas formas, ela pode acontecer antes do parto, durante ou após ele, e pode-se falar em casos de aborto. Mas ela é pouco reconhecida, mesmo no momento que ocorre. Desse modo é importante detalhar todos os tipos de violência obstétrica: Caráter físico, Caráter psicológico, Caráter sexual, Caráter institucional, Caráter material e Caráter midiático.

A violência antes do parto pode ocorrer na consulta de pré-natal, onde o profissional de saúde deve orientar a gestante e prepará-la para a parturição e a tomada de decisões no que se refere ao seu corpo, passando informações importantes como a recomendação da cesariana, repassando todos os riscos da cirurgia e do pós operatório, para que ela possa denunciar caso haja alguma situação desrespeitosa.

Quando ocorre um aborto seja ele espontâneo ou provocado, é necessário respeitar a mulher na sua liberdade sem provocar nenhuma discriminação. O atendimento humanizado é direito de toda mulher esteja ela na gestação, no parto, no puerpério ou em abortamento.

2. Medidas de prevenção a violência obstétrica

De acordo com Orso et al (2021), alguns profissionais conhecem o conceito de violência obstétrica e há outros que desconhecem. Mas a maioria desses profissionais já presenciaram em seu âmbito de trabalho a ocorrência desnecessária de alguns procedimentos como: manobra de Kristeller, episiotomia sem-indicação, posição de litotomia, dentre outros (ORSO et al 2021).

Na Lei nº 11.108 de 7 de abril de 2005, que dispõe a garantia a parturiente o direito à presença do acompanhante

No Brasil ainda não há nenhuma Lei Federal própria que cuide do assunto, mas alguns estados sancionaram leis acerca da Violência Obstétrica, como Santa Catarina, que sancionou a Lei nº 18.322 de 5 de Janeiro de 2022 e Mato Grosso do Sul que sancionou a Lei nº 5.217 de 26 de Junho de 2018.

3. Papel da Enfermagem

Segundo Francisco (2016), é dever de toda instituição e de todos os profissionais que nela trabalham, receber a mulher, o recém-nascido, com dignidade, criando um ambiente acolhedor para que ela se sinta Segura, explicando-a cada etapa do atendimento e a rotina da instituição.

Atualmente no Brasil é possível obter acompanhamento de doulas, seja no serviço privado ou no público. Onde ela oferta serviços durante a gestação e no parto, oferecendo todo o suporte emocional, favorecendo um ambiente acolhedor, atuando com massagens, técnicas de respiração, sugestão de posições que auxiliem na diminuição da dor e no progresso do parto (FRANCISCO, S. S. O, 2016).

De acordo com Orso et al. (2021) a atuação dos enfermeiros obstétricos dentro dos Centros de Obstetrícia (CO) possuem uma grande importância, visto que é necessário o controle e o manejo correto dos pacientes por um profissional especializado, a fim de garantir e controlar as atividades clínicas desse setor além de tornar o atendimento mais humanizado, proporcionando uma melhor relação profissional/paciente, pois “os profissionais da enfermagem fazem isso melhor do que qualquer outro.” (ORSO et al., 2021).

A formação dos profissionais Enfermeiros na temática da violência obstétrica deve ser mais ampla, pois eles são coadjuvantes dessas experiências, e nelas desempenham importante papel ao oferecer a qualidade de atendimento de saúde que as mulheres necessitam

e merecem enquanto cidadãs de direito. Vale ressaltar que, quando a mulher é orientada adequadamente, tem menos chance de sofrer violência obstétrica.

É perceptível a importância do enfermeiro ao prestar um pré-natal de qualidade, podendo assim ofertar as gestantes e aos seus acompanhantes o conhecimento sobre os seus direitos, diminuindo assim os riscos de violência obstétrica. Mesmo que algumas das instituições estejam com protocolos desatualizados, seja um empecilho para ofertar uma assistência humanizada.

Infelizmente a mulher muitas vezes é obrigada a aceitar as diretrizes das instituições de saúde, tendo assim os seus direitos desacatados. Desconsiderando sua opinião, levando à realização de procedimentos considerados abusivos, que se caracterizam como violência obstétrica.

Através de uma busca ativa esses profissionais tem como objetivo primordial a erradicação da violência. Isso acontece devido às atualizações constantes dos seus conhecimentos e treinamento da equipe, visando proporcionar um atendimento íntegro, individualizado e humanizado, além de coibir métodos obsoletos de tratamento e assistência, fiscalizando profissionais que ainda as façam. Como ápice da promoção e cuidado da saúde, os enfermeiros devem honrar com seu juramento e ter em essência no trabalho o acolhimento com o ser humano por inteiro, garantindo a isonomia e as várias vertentes do tratamento holístico.

Durante a assistência de enfermagem, alguns procedimentos podem ser realizados para que a parturiente se sinta mais tranquila durante o parto, como: proporcionar um ambiente mais tranquilo, realizando massagens e exercícios respiratórios, fazer o uso de medidas não invasivas diminuindo o alívio da dor.

É importante destacar também, que o enfermeiro atua de forma fundamental em todo o processo da gestação, parto e puerpério, estabelecendo assim um vínculo maior com a mulher e a família. Com isso supõe-se que esse estudo esclareça dúvidas e possa promover a assistência, proporcionando um olhar mais humanizado pelos profissionais de enfermagem, na assistência prestada.

REFERÊNCIAS

CASTRO. A. T. B; ROCHA. S. P. Violência obstétrica e os cuidados de enfermagem: reflexões a partir da literatura. **Enferm. Foco**. 2020; 11 (1): 176-181. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2798/725>. Acesso em: 13 mar. 2022.

FRANCISCO, S. S. O. Humanização No Centro Obstétrico. 18 f, Curso Técnico em Enfermagem- Escola GHC, Instituto federal de educação, ciência e tecnologia do rio grande do sul – câmpus porto alegre, 2016. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2016/35445/35445-1150.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

MOURA. R. C. M. et al. Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. **Enferm. Foco** .2018; 9 (4): 60-65. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333/480>. Acesso em: 14 mar. 2022.

OLIVEIRA. V. J; PENNA. C. M. M. O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde. **Texto Contexto Enferm**, 2017; 26(2):e06500015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/nPqfV5Jt6NRFq86tnDFfgnb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14/03/2022.

ORSO, Livia Faria et al. Violência Obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde. *Revista de Enfermagem Ufpe On Line*, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 1-15, 14 set. 2021. *Revista de Enfermagem, UFPE Online*. <http://dx.doi.org/10.5205/1981-8963.2021.246960>. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/246960>. Acesso em: 18 mar. 2022.

AValiação em Saúde dos Custos Diretos Envolvidos no Tratamento das Úlceras do Pé Diabético (UPDS)

José Elinaldo de Sousa Almeida¹ (aluno do curso de bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: elinaldo.almeida@fvj.br), Sabrina Silva dos Santos² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: sabrinasilva.santos@fvj.br).

RESUMO

A Úlcera do Pé Diabético (UPD) é uma complicação neuropática crônica de elevada incidência e manifestações clínicas sistêmicas significativas que representam custos consideráveis aos sistemas de saúde que, segundo projeções, não devem declinar nos próximos anos (JORET et al., 2019). A pesquisa, transversal e quantitativa, objetivou a avaliação desses custos diretos envolvidos no tratamento das UPDs em um serviço de saúde especializado do município de Aracati-CE. Tal investigação se deu através da consulta aos prontuários dos usuários desse serviço. O caminho dessa pesquisa apresenta fases bem definidas do planejamento de coleta à análise de dados e resultados. Ao término, os ônus revelaram-se significativos e a presença do enfermeiro na condução dos casos, essencial pelo manejo clínico adequado e adoção terapêutica consciente. Identificou-se também a longevidade, e a carência de estratégias de prevenção como importantes propulsores ao aparecimento das UPDs. Por conseguinte, cálculos demonstraram gastos 4,8 vezes maiores naqueles casos em que se estendera o tempo de cura. A investigação levantou uma estimativa dos custos produzidos pelo tratamento das UPDs em uma realidade local, que possibilita seu uso em processos gerenciais e decisoriais e ampliação da discussão e estudos nessa área.

Palavras-chave: cuidados de enfermagem; custos de cuidados de saúde; pé diabético.

INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) se expande continuamente como uma verdadeira epidemia global, ao passo que as inovações no manejo clínico das UPDs – principal complicação neuropática crônica em pacientes com essa comorbidade – apesar de serem efetivas, ainda se fazem insuficientes para a controle dos números relacionados a esse problema de saúde pública. Sendo assim, em virtude dessa conjuntura e, em especial, da transição epidemiológica do DM à nível global, que se torna cada vez mais presente no mundo, faz-se necessário a avaliação dos valores das intervenções de saúde para com esse público (GUEST; FULLER; VOWDEN, 2018). no que diz respeito à atenção primária de saúde para com as UPDs, para se ofertar um grau de assistência em conformidade com o exposto nas diretrizes do Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030 (2021, p. 103), a enfermagem deve, dentre outras atribuições: “Estimular o diagnóstico precoce do diabetes mellitus (DM), diminuindo o avanço das complicações relacionadas à doença; aumentar a cobertura na APS de serviços de identificação, manejo e acompanhamento da pessoa com diabetes mellitus (DM) e com dificuldade na acuidade visual.; e garantir cuidados preventivos com os pés para pessoas com diabetes incluindo educação em saúde, autocuidado e acesso a calçados adequados (BRASIL, 2021 p.103).”

MARCO TEÓRICO

Apesar das diretrizes do Ministério da Saúde do Brasil, a realidade geral do pé diabético não se distancia expressivamente daquela notada globalmente como revela um estudo nacional que em revela os custos diretos com as UPDs no país foram superiores à R\$ 360 milhões em 2014 (TOSCANO et al., 2018). Fazendo-se evidente que há percalços responsáveis pela manutenção, e aumento desse quadro estatístico. Soma-se a isso, as projeções epidemiológicas divulgadas pela International Diabetes Federation (IDF) na 10ª edição do Atlas do Diabetes, apontando que os custos diretos de saúde com o DM superarão a marca de 1 trilhão de dólares até o ano de 2030, estima-se também que os cuidados com as UPDs representarão 1/3 desses custos (ARMSTRONG et al., 2020) (IDF, 2021). O processo de avaliação de faz-se imprescindível ao processo decisório de políticas de promoção e prevenção. Nesse contexto o destaque é do enfermeiro que conduz 95% dos casos fazendo-se indispensável no processo, pelo conhecimento técnico, prescrição de cuidados e desenvolvimento tecnológico (TOSCANO et al., 2018). Diante dessas menções, indagou-se: quão oneroso é investir no tratamento das UPDs? Objetivando-se avaliar os custos do tratamento das UPDs, acreditando-se que esses custos superam aqueles encaminhados à sua prevenção. Através da estimativa de gastos em insumos nos procedimentos das UPDs e análise da alocação desses recursos.

METODOLOGIA

O estudo compreendeu investigação quantitativa de avaliação dos custos envolvidos na assistência aos pacientes com UPDs com consulta em prontuários. A pesquisa aconteceu na Policlínica Dr. José Hamilton Saraiva Barbosa em Aracati-CE. A amostra foi composta por 23 prontuários com procedimentos realizados entre 07/2022 e 11/2022. Para apurar, compreender e validar tais dados com mais fidelidade, optou-se pela coleta presencial na unidade. Desse modo ao término dessa investigação, somaram-se 3 visitas à instituição. Ao longo dessas 3 etapas executou-se: O conhecimento da dinâmica e os fluxos do CPSMAR e, através do SAME, compreender o formato de prontuários ali adotados com a coleta dos dados; a segunda ida enfatizou-se a realização dos procedimentos em 10 pacientes e ainda o registro dos materiais e insumo utilizados por UPDs. Na terceira ida, o enfoque concentrou-se nos setores de gestão e de licitações para investigar valores de entradas de insumos. Após sanado, retomou-se a investigação com os prontuários compondo ao final, 23 prontuários. Tais dados foram dispostos no programa do Excel para facilitar a análise desses números e garantindo o sigilo da pesquisa em conformidade com o fiel depositário e CEP da Unijuaribe.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O público masculino representa a maioria do público investigado, uma vez que esse perfil é culturalmente um personagem pouco presente nas unidades de atenção primária à saúde. A importância do enfermeiro se dá principalmente pela orientação e educação desses pacientes de modo a combater episódios de reinfecções, que comprovadamente aumentam custos e estendem o processo de cura. Ações de prevenção que produzem impactos positivos na vida dos indivíduos são negligenciados na atenção primária. Na categorização dos indivíduos quanto a sua faixa etária investigada nos prontuários pesquisados constatou-se duas situações: a primeira faz menção ao significativo aumento de mais de 60% entre os intervalos de 40-59

anos e 60-79 anos. Esse percentual corrobora com aqueles encontrados no estudo alemão proposto por Kahm (2018 p.974) onde para o mesmo intervalo de idades verificou-se um crescimento de 59,85%. Outros achados importantes dizem respeito aos 30% dos usuários com permanência superior à 90 dias sob os cuidados da unidade. Além disso, o custo médio, representado pelo quociente obtido da divisão do custo total (R\$ 5.557,35) pelo número de prontuários coletados (23) expressa um valor médio de R\$ 241,62 por paciente durante o período levantado. a média de gastos do prontuário com maior custo por procedimento supera em cerca de 4,8 vezes a média observada no prontuário com menor custo por procedimento. O aumento da expectativa de vida entre esses indivíduos aponta para o risco da produção de nossas ulcerações, dado o comprometimento fisiológico, agravamento da condição clínica, comprometimento da saúde do indivíduo e da alta curada dele, revelando-se desse modo, a importância do enfermeiro na integralidade do cuidado ao indivíduo seja na promoção de saúde, educação para o autocuidado, diagnóstico precoce com investigação voltada ao monitoramento glicêmico, avaliação da integridade dos pés e identificação de fatores de riscos ao seu surgimento. Em complemento, o enfermeiro estomaterapeuta que possui conhecimentos técnicos e clínicos mais específicos atua não só adotando a conduta mais adequada para a clínica do indivíduo, fazendo-o evoluir mais rapidamente e com mais qualidade de vida, mas também trabalha no desenvolvimento de pesquisas e criação de nossas estratégias de coberturas e curativos orientadas pelo binômio custo-efetividade. Posto isto, a pesquisa tornou possível o levantamento dos custos produzidos em decorrência do tratamento de úlceras do pé diabético em uma realidade local, subsidiando o processo de gerenciamento financeiro e decisório e possibilitando uma ampliação dessa proposta para estudos de natureza custo-efetividade de coberturas e de custos de tratamento e de prevenção ao surgimento de UPDs.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ações estratégicas para promoção da saúde, prevenção e cuidado frente ao grupo de DCNT. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento de doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Editora Ms/Cgdi, 2021. p. 103. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf. Acesso em: 06 out. 2022.

GUEST, J. F. FULLER, G. W. VOWDEN, P. Diabetic foot ulcer management in clinical practice in the UK: costs and outcomes. **International Wound Journal**. 2018. vol. 15 p. 43-52. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/iwj.12816>. Acesso em: 11/03/2022.

International Diabetes Federation. Economic impacts of diabetes. In: The global pictures. **IDF Diabetes Atlas**, 10th edn. Brussels, Belgium: International Diabetes Federation, 2021. Cap. 03, p. 57-61. Disponível em: <https://diabetesatlas.org/atlas/tenth-edition/>. Acesso em: 25/03/2022

JORET, O. M. et al. Multidisciplinary clinics reduce treatment costs and improve patient outcomes in diabetic foot disease. **Journal of Vascular Surgery**. 2019. vol. 70 núm. 3: p.806-814. Disponível em: [https://www.jvascsurg.org/article/S0741-5214\(19\)30067-9/fulltext](https://www.jvascsurg.org/article/S0741-5214(19)30067-9/fulltext). Acesso em: 11/03/2022

TOSCANO, C. M. et al. Annual Direct Medical Costs of Diabetic Foot Disease in Brazil: A Cost of Illness Study. **International Journal Environmental Research and Public Health**. 2018. 15(1): p.89-101. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1660-4601/15/1/89/htm>. Acesso em: 11 mar. 2022.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO BASEADO NO PROTOCOLO DE MANCHESTER NA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO NA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

Maria Lúcia de Oliveira Martins¹ (Acadêmica do curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijagaribe. E-mail: luciaremovacao@gmail.com),

Idaclece Rodrigues de Matos² (Docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijagaribe. Mestre em Saúde Coletiva. E-mail: idaclece.matos@fvj.br).

RESUMO

O conhecimento dos Protocolo hoje utilizado nos serviços de acolhimento e classificação de risco como o de Manchester consiste em um método de organização e priorização dos atendimentos utilizados pela rede de urgência e emergência por dar base científica para os profissionais que atua neste setor. Assim objetivou-se investigar o conhecimento do profissional enfermeiro acerca do Protocolo de Manchester, identificando as possíveis dificuldades na aplicabilidade da classificação de risco. Estudo do tipo revisão integrativa com preceitos exploratórios, realizado durante os meses de agosto a outubro de 2022, no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Base de Dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Portanto, a inclusão dos artigos no estudo ocorreu contemplando a adoção dos seguintes critérios: artigo disponível na íntegra, com a versão online gratuita e produções nacionais. Foram excluídas da amostra: editoriais; cartas ao editor; teses; dissertações; artigos que não atendiam o objetivo de estudo proposto, além das publicações que se repetiram nas bases de dados. Os enfermeiros possuem grande responsabilidades, das quais: melhorar o fluxo de atendimento, diminuir o tempo de espera, encaminhar rapidamente as situações mais graves, otimizar os recursos e o tempo, avaliar as principais necessidades dos pacientes e dar rápida resposta. Para este fim, o enfermeiro necessita conhecer todas as fases do processo e protocolos, que tenham um bom olhar clínico e uma visão holística, ele precisa observar a abrangência do acolhimento e classificação de risco como uma forma de humanizar e melhorar a qualidade da assistência, desmistificando a ideia de que se trata apenas de um local ou parte do atendimento.

Palavras-chave: protocolo de avaliação rápida; emergência; urgência. assistência de enfermagem.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a demanda de pacientes nas instituições de saúde em busca atendimentos nas unidades de urgência e emergência vem crescendo a cada dia, principalmente depois do avanço causado devido ao surgimento da pandemia devido ao novo corona vírus. Porém muitas são as doenças que vem atingindo as pessoas. E uma das principais consequências disso é a superlotação nas emergências e conseqüentemente isso proporciona a demora no tempo de espera para ser consultado por um médico. (MEDEIROS et al, 2021, p. 679)

Porém muitos pacientes que não apresentam sintomas graves têm procurado atendimento em algumas unidades porta aberta de Urgência e Emergência para se tratar,

causando assim uma superlotação nesses ambientes. Problemas médicos de grau leve deve ser tratado nos postos de saúde. (ROS et al, 2018, P. 2)

A triagem no momento do atendimento nas Unidades de Pronto Socorro de Urgência e Emergência é muito importante pois com o uso desse meio é possível selecionar quem precisa ser atendido primeiro pela sua gravidade dos sintomas. Em um estudo Silva et al. (2019) relata que para a concretização da classificação de risco (CR) é necessário o uso de protocolos que permitam triar e determinar prioridade de atendimento nas portas das unidades de urgência.

O protocolo da Classificação de risco geralmente é dividido por cores, onde o paciente receberá uma pulseirinha com a cor referente ao grau de sintomas que está sentindo. Quanto mais graves os sintomas, mais rápido ele será atendido. As cores usadas seguem o Protocolo de Classificação de Risco conforme preconizado pelo ministério da saúde determinada seguindo de base para os enfermeiros. A cor vermelha identifica e classifica que o paciente deve ser atendido imediatamente, pois ele é considerado em estado gravíssimo com necessidade de atendimento imediato com risco de morte. A cor laranja significa muito urgente, caso grave e que pode evoluir para risco de morte. A cor amarela é um caso de gravidade moderada, que necessita de atendimento médico mais sem risco imediato. A cor verde é pouco urgente, caso que poderia ser resolvido com atendimento preferencialmente em uma Unidades de atenção básica. Já a cor azul é caso não grave, que pode esperar pelo atendimento ou procurar a Unidade de atenção básica mais próxima. (COSTA et al, 2021, p. 79)

Assim sendo, o profissional enfermeiro traz em seu perfil profissional uma papel fundamental nesse processo, uma vez que, segundo o Ministério da Saúde (MS), ele é o profissional ideal para determinar esse risco, tendo capacidade de agregar o atendimento com processos educativos ao paciente e família, quanto ao tempo necessário para atendimento do mesmo, podendo ainda desenvolver ações de educação continuada para gerações futuras de processos de trabalhos e sistemas de urgência e emergência através da triagem de risco do paciente. (SAMPAIO et al, 2022.)

Para desenvolvimento destas atividades o profissional enfermeiro necessita de habilidades específicas para aplicação da ferramenta de triagem, tais como: registrar de forma correta as queixas que levaram o paciente a procura do serviço de urgência, trabalho em equipe e tomada de decisões assertivas e oportunas, capacidade de escuta detalhada a queixa do paciente, raciocínio lógico, para que dessa forma o paciente possa ser encaminhado ao atendimento adequado (SAMPAIO et al, 2022.)

A vista disso, o presente estudo partiu dos seguintes questionamentos quais são as contribuições na aplicabilidade do Protocolo de Manchester através da classificação de risco utilizada pelos profissionais de enfermagem nos serviços de urgência e emergência?

Diante do exposto, objetivou-se investigar o conhecimento do profissional enfermeiro acerca do Protocolo de Manchester, identificando as possíveis dificuldades na aplicabilidade da classificação de risco.

MARCO TEÓRICO

Buscando otimizar, agilizar e melhorar o fluxo de atendimentos ao paciente é que se foi criado e implantado o Protocolo de Manchester. Esse é um método utilizado nas instituições de saúde para agilizar o atendimento dos pacientes. Ele funciona como um mecanismo de classificação para selecionar a ordem de atendimento dos pacientes numa

unidade de saúde seguindo protocolos e escala de gravidade dos sintomas sentidos pelos doentes (COSTA et al, 2021, p. 79).

O uso do Protocolo do vem sendo uma ferramenta vital pois ajuda a organizar o atendimento dos pacientes de acordo com a sua necessidade, condições clínica e gravidade de seus sintomas, fazendo assim que os pacientes possam usufruir de um atendimento rápido e mais humanizado. A demora no atendimento de um paciente tem como consequência não tratar rapidamente os sintomas da doença, que dependendo do caso pode até levar à morte de alguém. (SILVA et al, 2021, p. 34)

METODOLOGIA

Tratou-se de um estudo de Revisão Integrativa de Literatura. A revisão integrativa consiste na análise ampla de estudos publicados que possibilitam discussões sobre métodos e resultados de pesquisas. Esse método de pesquisa permite a realização de uma análise de vários tipos de delineamentos de pesquisas sobre uma determinada temática e segue as etapas: definição de investigação do problema, coleta e avaliação dos dados, análise e interpretação dos dados coletados e apresentação dos resultados (SOUZA; SILVA; CAMPOS, 2010).

O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante os meses de agosto a outubro de 2022, no endereço eletrônico da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) nas bases de dados: Base de Dados da Enfermagem (BDENF); Literatura Latino Americana e do Caribe (Lilacs) e na biblioteca Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Protocolo de avaliação rápida, emergência, urgência e assistência de enfermagem em conjunto com o operador booleano AND para combinação dos descritores.

Portanto, a inclusão dos artigos no estudo ocorreu contemplando a adoção dos seguintes critérios: artigo disponível na íntegra, com a versão online gratuita e produções nacionais. Foram excluídas da amostra: editoriais; cartas ao editor; teses; dissertações; artigos que não atendiam o objetivo de estudo proposto, além das publicações que se repetiram nas bases de dados.

O processo de seleção dos artigos nas bases eletrônicas online, após seleção dos artigos nas bases eletrônicas de dados foi realizada a leitura e anotações dos títulos e resumos, buscando selecionar os artigos que tinha uma aproximação e ligação com a questão norteadora da pesquisa. Mediante seleção dos estudos foram realizadas leituras na íntegra que resultou na análise de 10 artigos, que compuseram essa revisão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostra final desta revisão foi composta por 10 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos dispostos nas bases de dados: BDENF, LILACS e SciELO. O Quadro 1 demonstra uma apresentação geral dos estudos abordados, indicando: o código, título, periódico de publicação, ano de publicação e autoria do estudo. O ano de publicação variou entre 2017 e 2022. Onde houve três publicações em 2022, dois publicações em 2021, três em 2020, um em 2019 e 2018.

Com relação os periódicos de publicações, à Research, Society and Development (n=4, 40%) apresentou o maior quantitativo de pesquisas selecionadas, seguido pela Encontro Científico Cultural Intersticial (n=1, 10%), Revista Jurídica Uniandrade (n=1,10%), Brazilian Journal of health Review (n=1, 10%), Revista Eletrônica Estácio Recife (n=1,10%), Revista Brasileira de Enfermagem (n=1,10%) e Revista Gaúcha de Enfermagem (n=1,10%).

Diante disso, percebe-se que as publicações sobre essa temática estão em destaque e vem sendo pauta para novas evidências. Diante das leituras, a partir da análise dos artigos apresentados nos resultados possibilitou dividir as evidências científicas em duas categorias temáticas:

4.1 Protocolo de Manchester

O protocolo de Manchester auxilia na organização da ordem dos atendimentos, permitindo que os pacientes, ao invés de serem atendidos por ordem de chegada, sejam acolhidos e, após, possam ser atendidos conforme o nível de gravidade identificando, assim, os casos que não podem esperar atendimento devido ao risco de evolução para o óbito (LIMA; IBIAPINA II; SILVA, 2021).

O enfermeiro com seu conhecimento técnico e científico vem se destacando como o profissional mais indicado e habilitado para o Acolhimento com Classificação de Risco, devido possuir uma formação voltada, simultaneamente, para questões técnicas, gestão do processo de trabalho, aspectos sociais e biológicos (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Nesse sentido, o enfermeiro, com uso de suas habilidades, é respaldado legalmente na resolução do COFEN Nº 661/2021 para exercer com autonomia no processo de acolhimento e Classificação de Risco com olhar na priorização da assistência. (COFEN, 2021).

Segundo Lima *et al.* (2020), a introdução desse protocolo é vista como uma nova maneira de reorganizar o serviço assistencial dentro desse setor, provendo de um atendimento mais seguro e humanizado. O atendimento ofertado por esses profissionais de enfermagem não atua somente na melhora da ordenação dos usuários em atendimentos, mas também impedindo que haja agravo nos problemas de saúde.

Vale ressaltar que a escuta qualificada pelo profissional enfermeiro é uma ação na qual objetiva ouvir, atentamente, as queixas do usuário para que seja possível identificar suas vulnerabilidades e necessidades assistenciais melhorando o processo de trabalho e qualidade da assistência.

4.2 O enfermeiro frente ao Protocolo de Manchester

O enfermeiro, frente ao protocolo de Manchester, possui múltiplas responsabilidades, das quais: diminuir o tempo de espera para atendimento, encaminhar rapidamente as situações mais graves, otimizar os recursos, avaliar as principais necessidades dos pacientes, classificação do atendimento de acordo com a condição clínica do cliente, ao invés de ser por ordem de chegada à triagem (ANDRADE *et al.*, 2022).

Segundo o Ministério da Saúde, a classificação de risco é feita pelo enfermeiro por meio da assistência e consulta de enfermagem que resulta na organização desses usuários para o atendimento, por meio do nível de prioridade de cada caso. Através da consulta, o enfermeiro consegue realizar a avaliação do paciente de forma correta, em conjunto com a realização do exame físico detalhado, história pregressa e antecedentes familiares, executando dessa forma, uma avaliação primária com ética e competência e responsabilidade (BRAMATTI; FERREIRA; SILVA, 2021).

A maioria das classificações errôneas ocorre quando o profissional não possui capacitação correta, onde negligência os sinais e sintomas dos clientes, subestimando suas queixas evidentes ou até mesmo as relacionadas por ele (OLIVEIRA *et al.*, 2022). Segundo Lima *et al.* (2020) é de grande importância a introdução da sistematização de assistência a enfermagem (SAE) no protocolo, uma vez que acompanha todo o processo do paciente de

forma mais dinâmica, garantido assim a segurança do paciente e a eficácia do atendimento prestado a esses usuários, respaldando a instituição e profissional.

Os resultados permitiram concluir que o ACR propicia a reorganização dos serviços de saúde ofertados à população que busca a urgência e emergência por meio da efetivação de uma assistência baseada nas condições de saúde dos usuários com ênfase para a prestação do cuidado consoante as necessidades de saúde, além de organizar o fluxo do atendimento, busca a humanização e dignidade no trato com o paciente através do atendimento inicial pelo enfermeiro.

Para este fim, o enfermeiro necessita conhecer todas as fases do processo de maneira holística e, do mesmo modo, ele precisa observar a abrangência do acolhimento e classificação de risco, desmistificando a ideia de que se trata apenas de um local ou parte do atendimento.

Como limitações desse estudo, elencam-se a escassez de pesquisas realizadas sobre esse tema em questão, a predominância de um único método utilizado na coleta de dados, bem como a delimitação dos estudos selecionados em somente um idioma. Dessa forma, recomenda-se que mais estudos – originais e/ou de revisão – sejam realizados acerca do presente temático para que as contribuições possam ser mais difundidas no âmbito científico e acadêmico, além de indicar possíveis melhorias e o fortalecimento para esta prática em enfermagem.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. S.; MONTEIRO, S. C.; MORAES, D. S.; SILVA, K. T. S.; et al. O papel do enfermeiro no acolhimento e classificação de risco no serviço hospitalar **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, e7311325540, 2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/28973/25217/333936>. Acesso em: 18 out. 2022.

BRAMATTI, R.; FERREIRA, O T.; SILVA, R K.B: O papel do enfermeiro na classificação de risco na urgência e emergência baseado no protocolo de Manchester. **Anais do 19º Encontro Científico Cultural Interinstitucional**, 2022. Disponível em: https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/13-10-2021--21-56-37.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

FERREIRA, W. F.; PEREIRA, K. C. Classificação de riscos no atendimento de urgência e emergência: contribuição do enfermeiro. **Revista Jurídica Uniandrade**, v. 31, n. 11, 2020. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/juridica/article/view/1737>. Acesso em: 10 set. 2022.

FRANCO, B.; BUSIN, L.; CHIANCA, T. C.; MORAES, V. M.; PIRES, A. U. B.; LUCENA, A. F: Associações entre discriminadores do Sistema de Triagem de Manchester e diagnósticos de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/TRpDZrc8CKSSBXCKyMR8DQc/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 10 nov. 2022

LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE NO TRATAMENTO DE FERIDAS: NOVAS PRÁTICAS DE ENFERMAGEM

Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: marianasaldanhaunp@gmail.com
Mestre em Bioquímica pela Universidade Federal do Ceará. Orientador. Docente do Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: ossian@fvj.br

RESUMO

O tratamento de feridas faz parte da rotina do enfermeiro, sendo importante reconhecer o papel e responsabilidade desse profissional nesse processo. Dentre os recursos terapêuticos para o tratamento de feridas o mais inovador é a laserterapia ou laser de baixa intensidade, que visa acelerar o processo de cicatrização. O objetivo do presente estudo foi revisar a literatura acerca da laserterapia de baixa intensidade no tratamento de feridas e sua possível inclusão como nova prática de enfermagem. A busca ou amostragem da literatura foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Como critério de inclusão relacionam-se a pesquisas que sejam publicadas entre os anos de 2010 e 2022, estudos escritos em português ou inglês, que estejam disponíveis na íntegra e que abordam a temática de acordo com os descritores citados. Já os critérios de exclusão são: publicações duplicadas, publicação que não responde à pergunta norteadora e foge do tema, cartas ao editor e artigos científicos incompletos. Foram identificados 26 estudos sobre o assunto, desses, 3 foram excluídos por duplicidade, 11 foram excluídos após a leitura de títulos e resumos e 12 foram lidos na íntegra e avaliados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão desta revisão, sendo, em seguida selecionados para compor a amostra da referida pesquisa. O Tratamento de laserterapia de baixa potência (TLBP) é considerado como biomodulador nas células e nos tecidos, agindo na reparação da ferida na fase inflamatória e provocando proliferação celular, neoformação tecidual, revascularização, além de atuar no alívio da dor. Se faz necessário a construção de estudos mais aprofundados voltados a essa temática favorecendo para a construção e implementação de medidas ao uso correto da laserterapia no tratamento de feridas.

Descritores: feridas; laserterapia; enfermagem; TLBP; LBI; biomodulação.

INTRODUÇÃO

O enfermeiro possui um papel estratégico no cuidado, sendo capaz de perceber o indivíduo como um todo, avaliando suas reais necessidades e expectativas, a partir de um vínculo previamente estabelecido entre profissional e usuário. O tratamento de feridas faz parte da rotina do enfermeiro, sendo importante reconhecer o papel e a responsabilidade desse profissional nesse processo. Assim, a partir da avaliação da ferida, de forma sistematizada, ele desenvolve um plano de cuidado com a escolha ideal da cobertura para aquele tipo de ferida, acompanhando a evolução da ferida com intuito de observar a eficácia do tratamento e reduzir as chances de complicação na lesão (COSTA et al., 2022). Ao longo dos anos, as pessoas passaram a buscar por profissionais e práticas de atendimento que possibilitassem o melhor cuidado para com as feridas, permitindo que exista uma recuperação cada vez mais incisiva e rápida dessas e minimizando os impactos que se relacionem, sobretudo, ao dia a dia de cada indivíduo (CHIBANTE et al., 2017).

Dentre os recursos terapêuticos para o tratamento de feridas o mais inovador é a laserterapia ou laser de baixa intensidade, que tem como objetivo acelerar o processo de cicatrização e ajudar no alívio da dor no manejo de pacientes/clientes com lesões de pele. (TALLAMINI; PINHEIRO SANTOS MARQUES, 2020).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita conclusões gerais por meio de estudos publicados, sintetizando o conhecimento de um determinado assunto possibilitando a realização de novos estudos. Realizado em quatro etapas, a citar: 1) identificação do problema; 2) busca de literatura; 3) avaliação e análise de dados de forma crítica e 4) síntese de revisão bibliográfica/discussão dos principais resultados encontrados nos artigos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). A revisão integrativa da literatura tem sido vista como um mecanismo importante no resumo dos estudos disponíveis sobre determinado tema e norteia a prática alicerçada em conhecimento técnico, ou seja, para a prática fundamentada na evidência (SOUSA et al., 2017). A pesquisa foi realizada no período de agosto a novembro de 2022. Para efetuar a busca ou amostragem da literatura foi realizada uma busca na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Feridas. Laserterapia. Enfermagem, cruzados pelo operador booleano AND, no intuito de encontrar literaturas com relação ao tema.

RESULTADO E DISCUSSÃO

No tratamento convencional de feridas são utilizados curativos com variados tipos de cobertura, terapia compressiva, nutrição e hidratação adequada, além de cuidados que devem ser mantidos mesmo após a cicatrização, para prevenir recidivas. Contudo, com as inovações no tratamento de feridas e lesões, ganha destaque a laserterapia de baixa potência – LBP ou fotobiomodulação, uma prática que merece ser mais explorada pelo enfermeiro (OSMARIN et al., 2021; LUCENA et al., 2021).

Ademais, o TLBP apresenta ação eletromagnética não ionizante unidirecional, monocromática. Conforme Soares et al. (2021) elucidam, o tratamento não afeta a mobilidade dos elétrons das moléculas que estão sendo estimuladas em determinado local; pelo fato da potência ser baixa (até 500 mW), a técnica apenas ativa tais elétrons. Os comprimentos de ondas usados na laserterapia é 600 – 1000nm, ou seja, luz visível (vermelho) e invisível - próximo do infravermelho; quanto mais baixa for a energia da luz, maior será sua absorção (SOARES et al., 2021) O Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) emitiu pareceres sobre o uso de laser de baixa potência para a cicatrização de feridas, tratamento de mucosite oral e lesões mamilares pelos enfermeiros. Vale ressaltar que esse profissional tem que ser especialista em dermatologia ou estomoterapia e ter capacitação para conseguir a prática profissional do tratamento como, por exemplo, dosimetria. Essa habilitação dá maior visibilidade a esses profissionais no cenário de cuidado de pacientes com lesões de pele e tecidos.

CONCLUSÃO

Baseando-se nas informações explicitadas anteriormente, pode-se inferir que a cicatrização de feridas é um processo bastante complexo, para o qual um eficiente mecanismo de ação se torna extremamente necessário, afim de se obter uma boa recuperação e

reconstrução tecidual. Contudo, sabe-se que as diversas lesões da pele tendem a ter uma cicatrização que ocorre de maneira lenta e fisiológica, tendo o próprio organismo humano um papel fundamental nesse processo. Além disso, existem diversas situações que acometem o paciente, nas quais essa cicatrização não sucede de maneira natural e fisiológica, como nos casos de paciente portadores de diabetes mellitus, etilista. O uso dessa técnica inovadora no processo de cicatrização de feridas pode ser viável tanto para o enfermeiro, que irá aprofundar seu conhecimento, quanto para o paciente, que obterá melhores resultados em seu tratamento, dada a eficácia da técnica não só no processo de cicatrização, mas também por sua ação anti-inflamatória e analgésica. Ademais, o cuidado do enfermeiro quanto à pele dos pacientes sempre esteve dentro do cenário de prioridades no trabalho da profissão, o que faz das constantes especializações desse profissional uma necessidade, afim de aperfeiçoar sua prática clínica e garantir maior eficácia nos tratamentos por ele implementados.

REFERÊNCIAS

COSTA, J. A. S., et al. Conhecimento dos enfermeiros sobre tratamento de feridas crônicas na atenção primária à saúde. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 96, n. 37, p. e-021199, 2022. DOI: 10.31011/reaid-2022-v.96-n.37-art.1282. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1282>. Acesso em: 26 out. 2022, às 18:29h.

CHIBANTE C. L. P, et al. Saberes e práticas no cuidado centrado na pessoa com feridas **Esc. Anna Nery**, v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/dfnLmbkDWth7sV5gBzjcYgq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022, às 19:22h

TALLAMINI, I.; PINHEIRO SANTOS MARQUES, L. Processo de cicatrização e efeito da laserterapia de baixa potência: revisão integrativa. **Revista Ciência & Humanização do Hospital de Clínicas de Passo Fundo**, Passo Fundo, RS/Brasil, v. 1, n. 1, p. 123–137, 2020. Disponível em: <https://rechhc.com.br/index.php/rechhc/article/view/22>. Acesso em: 02 set. 2022, às 15:56h.

MENDES, K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-07072008000400018&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 15 out. 2022, às 16h42.

OSMARIN, V. M., et al. Venous ulcer healing treated with conventional therapy and adjuvant laser: is there a difference? **Ver. Bras. Enferm**, v. 74, n. 3, e20201117, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/mMS5fhY7JHZf8NVxdyRNDrM/?lang=en>. Acesso em: 12 out. 2022, às 18h.

PARTO DE CÓCORAS: DESVENDANDO A APLICAÇÃO E BENEFÍCIOS

Miqueline da Silva Barroso¹ (Aluna do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: Miqueline.barroso@fvj.br),
 Janete Pereira Cirilo da Silva² (Mestre em Cuidados Clínicos em saúde pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: janete.enf@fvj.br).

RESUMO

O parto de cócoras é uma posição que pode ser adotada pela parturiente no trabalho de parto. Essa posição colabora com a retificação da curvatura lombossacra e com a rotação superior da sínfise púbica. Encurta o período expulsivo no trabalho de parto e reduz o número de episiotomias. O objetivo do presente trabalho foi dissertar sobre a aplicação e benefícios do parto de cócoras. Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, realizada coleta de dados nos seguintes indexadores: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Larino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de dados da Enfermagem/BIREME, Biblioteca Virtual em Saúde, Web of Science e Google Acadêmico. Os critérios de inclusão foram: artigos publicados, de 2014 a 2022, que consistiram no parto de cócoras e/ou na área de atuação do enfermeiro obstétrico, com estudos publicados no idioma português, inglês e espanhol, texto completo, artigos originais e gratuitos. Transcorreu-se na busca com os seguintes descritores: Concluiu-se que a dissertação sobre os benefícios e aplicações do parto de cócoras despertou no olhar das parturientes tipos diferenciados de partos humanizados que estas possam indagar e/ou averiguar o melhor para elas.

Palavras-chave: trabalho de parto; parto normal; parto humanizado; assistência ao parto; enfermeiro obstétrico.

INTRODUÇÃO

O parto de cócoras é benéfico às parturientes quanto ao feto devido a fatores fisiológicos e biomecânicos. Esses métodos favorecem o bem-estar fetal, melhora a dinâmica uterina e a estática fetal, diminui a duração do trabalho de parto, a incidência de episiotomia, aumenta os diâmetros pélvicos e proporciona benefícios psicoafetivos (AMARO et al., 2021). Do pré-natal ao trabalho de parto, o enfermeiro deve atuar com sensibilidade e comprometimento, respeitando a diversidade e singularidade de cada mulher. Portanto, é preciso acionar a noção cultural de que o parto é um evento físico, natural, que pode acontecer com segurança desde que haja apoio dos profissionais e da própria família (SILVA; SANTOS; SANTOS, 2021). Zirr et al. (2019) reforçam o enfrentamento ao parto, com base no conhecimento dos seus direitos às boas práticas no parto e da assistência ao parto, incluindo a utilização de métodos não farmacológicos de alívio da dor, liberdade de movimento e posição, presença de acompanhante de livre escolha e ambiente adequado, auxilia a gestante e acompanhante a tomar decisões conscientes. De acordo com os estudos de Amaro et al. (2021) não há dúvida de que a adoção da posição vertical durante o trabalho de parto transmite à parturiente uma sensação de normalidade, naturalidade, autonomia e controle. De fato, várias posições podem e devem ser utilizadas durante o trabalho de parto,

devido ao seu papel intrínseco na promoção de resultados maternos e neonatais positivos, sendo que a mãe tem o direito de escolher a posição ou posições que desejar.

MARCO TEÓRICO

A presente pesquisa justifica-se pela relevância de mostrar o parto de cócoras de modo que, as gestantes conheçam que há diferentes tipos de partos humanizados na qual pode ser adotada pela mesma a posição em que possa fornecer um maior conforto e segurança no momento de expulsão do bebê. É importante também evidenciar e apresentar o quanto as pessoas conhecem do parto de cócoras. Definiu-se como objetivo temático dissertar sobre a aplicação e benefícios do parto de cócoras e como objetivos específicos: Indagar o conhecimento das gestantes sobre os benefícios do parto de cócoras e verificar o conhecimento da gestante sobre o parto de cócoras.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica exploratória e qualitativa. Para responder à pergunta norteadora “Quais os benefícios e situações vivenciadas pelas gestantes no parto de cócoras?” A busca foi realizada no período de agosto a dezembro de 2022, nas seguintes bases de dados, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino/BIREME, Biblioteca Virtual em Saúde, Web of Science e Google Acadêmico. Esse procedimento envolveu etapas de leitura exploratória do material, obtido a partir do título, resumo na íntegra, desenvolvimento e conclusão. Além disso, foi realizada leitura analítica com objetivo de sintetizar as informações contidas nas fontes, sinalizando as citações dos autores mais relevantes para os objetivos e tema da pesquisa para sazonar a resposta almejada. Os critérios de seleção adotados foram artigos originais disponíveis eletronicamente na íntegra, publicados no período de 2014 a 2022, na língua portuguesa, inglesa e espanhola. Foram considerados como critérios de exclusão documentos que fugissem à temática, monografias, artigos científicos incompletos, teses de dissertações de mestrado e doutorado. A estratégia de busca identificou 2.345 publicações; destes 85 artigos foram selecionados para análise, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, leitura do título, resumo, desenvolvimento, conclusão e verificação dos critérios de elegibilidade, resultaram na inclusão de 19 estudos na revisão, com propósito de responder ao objetivo da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quanto aos tipos de posições possíveis durante o trabalho de parto, (A01) mostrou que em suas pesquisas o método da posição de cócoras/vertical tem aumentado bastante e a posição de litotomia que a mesma é realizada na horizontal está diminuindo após as intervenções educativas com as gestantes no início da gestação. Nesta conjuntura, o artigo (A01) se completa com o (A06), ambos fazem jus a exploração dos benefícios do parto vertical, cujos princípios do (A06), é mostrar da melhor forma como deve ser promovido o parto de cócoras para transmitir a progressão do parto e bem-estar materno e fetal. Desta forma é importante adquirir um planejamento e ter uma assistência adequada e ser bem acompanhada ao parto, sendo o parto verticalizado um meio para alcançá-los. Concordando com Gomes et al. (2018) (A17) é muito importante que profissionais da área obstétrica tenha conhecimento a respeito do alívio das dores utilizando métodos não farmacológicos durante o processo de trabalho de parto tendo como associação de duas a três estratégias combinadas como principal o banho morno correlacionado a bola de Bobath com a deambulação e

banquetas no chuveiro, pois elas oferecem conforto, alívio das dores, diminuem a ansiedade e o medo das parturientes em prover um parto normal e de forma fisiológica e humanizada. Independente da escolha de preferência da via de parto a decisão cabe a gestante, e compete ao profissional de enfermagem poder prestar assistência à parturiente encorajando-a e esclarecendo suas dúvidas acerca da via de parto escolhida e as demais, permitindo, assim que o momento da parturição seja vivenciado da melhor forma, com tranquilidade e satisfação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os achados desta revisão integrativa, tornou-se perceptível que o parto de cócoras tem ganhado espaço cada vez mais nos últimos tempos, mais que ainda precisa de aprofundamentos pelos profissionais da área da saúde. No entanto, vale ressaltar que o parto verticalizado proporciona bem-estar materno e fetal, além de trazer confiança, empoderamento, liberdade, força, coragem e tranquilidade para a gestante. Com tudo, percebeu-se que o parto de cócoras trás diversos benefícios como, a diminuição da duração do trabalho de parto, menor chance de ter lacerações e episiotomia, aumento do diâmetro pélvico, também auxilia na diminuição do tempo de dor da gestante devido a ação da gravidade que ajuda na expulsão do bebê e proporciona benefícios psicoafetivos. Por fim, evidenciou-se que a dissertação sobre os benefícios e aplicações do parto de cócoras despertou no olhar das parturientes tipos diferenciados de partos humanizados.

REFERÊNCIAS

AMARO, Cláudia Isabel Taborda *et al.* BENEFÍCIOS DA VERTICALIZAÇÃO DO PARTO. **Revista INFAD**, v. 1, n. 1, p. 1–14, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10662/10752>. Acesso em: 1 abr. 2022.

SILVA, Erli Marta Reis da; SANTOS, Maria Elizete Diniz dos; SANTOS, Rayane Nascimento dos. Humanização do parto: tendências e contribuições da literatura.: Humanización del parto: tendencias y aportes de la literatura. **Revista Cocar**, v. 15, n. 31, p. 1–14, 2021. Disponível em: <http://177.70.35.171/index.php/cocar/article/view/3804>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ZIRR, Greice de Medeiros *et al.* Autonomia da mulher no trabalho de parto: contribuições de um grupo de gestantes. **Reme Revista Mineira de Enfermagem**, v. 23, n. e1205, p. 1–7, 2019. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/remeg.org.br/pdf/e1205.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2022.

GOMES, Edilma Correia Honorato; DAVIM, Rejane Marie Barbosa. Prática do enfermeiro obstetra quanto ao alívio da dor de parturientes. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, n. 12, p. 3426–3435, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1005112>. Acesso em: 25 mar. 2022.

CÔRTEZ, Clodoaldo Tentes *et al.* Implementation of evidence-based practices in normal delivery care. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, n. e2988, p. 1–11, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5863276/>. Acesso em: 26 out. 2020.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO AO CÂNCER CERVICAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Paloma Margarida Rebouças Rocha¹ (Aluna do Curso de Enfermagem do Centro
Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail
Palomamargaridareboucasrocha@gmail.com,
Janete Cirilo da Silva Orientadora² (Professora do Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe, email janet.enf@fvj.br.

RESUMO

A problemática do câncer do colo do útero (CCU) apresenta não apenas no Brasil, mas no mundo altos índices de mortalidade. O Brasil concentra os maiores índices nas regiões Norte e Nordeste, embora nas demais tenha-se números expressivos sobre este problema de saúde pública. Este estudo tem a seguinte questão norteadora: Qual a importância da atuação do enfermeiro (a) na prevenção ao câncer cervical, conhecido com câncer do colo do útero na atenção básica da saúde? Objetiva-se descrever a eficácia das ações de educação em saúde realizada por enfermeiros na prevenção do câncer cervical na atenção básica da saúde. Nos caminhos metodológicos, utilizou-se a metodologia de revisão integrativa da literatura de abordagem qualitativa-descritiva, nas bases de dados: MEDLINE, LILACS, SCIELO, BDNF e BVS. Como resultados obteve-se 304 estudos nas bases de dados pesquisadas, sendo que após os procedimentos de filtragem e seguindo os critérios de exclusão, foi analisado 9 artigos. Comprovou-se que o CCU é mais frequentes nas regiões mais distantes, de maior vulnerabilidade socioeconômica e que fatores como medo, vergonha contribuem negativamente para a realização de exames preventivos. Portanto, percebe-se que é de fundamental importância a presença do enfermeiro neste contexto para acompanhar, orientar e motivar as mulheres na realização do exame de prevenção para a realização do diagnóstico precoce tendo, portanto, maiores chances de cura.

Palavras-chaves/Descritores: educação em saúde; enfermagem; prevenção de doenças; câncer cervical.

INTRODUÇÃO

A sociedade de modo geral é bastante sofrida no que se refere a saúde pública no Brasil. Partindo dessa premissa, o câncer é o principal problema de saúde pública no mundo e já está entre as quatro principais causas de morte prematura (antes dos 70 anos de idade) na maioria dos países. (INCA, 2020). Observa-se que são mulheres que estão na faixa etária abaixo dos 70 anos, mais que este câncer pode ser encontrado em mulheres a partir dos 30 anos de idade e em alguns casos até abaixo dessa faixa etária. Partindo das questões supracitadas, formulou-se a presente questão norteadora desse estudo: Qual a importância da atuação do enfermeiro (a) na prevenção ao câncer cervical na atenção primária de saúde? Dessa forma, o objetivo desse estudo foi descrever a eficácia das ações de educação em saúde realizada por enfermeiros na prevenção do câncer cervical na atenção básica da saúde.

MARCO TEÓRICO

Perante esta realidade, o câncer cervical, também conhecido como câncer do colo do útero (CCU) é um importante problema de saúde que atinge mulheres em todo o mundo segundo (SOARES, 2010). Logo, os países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, representam 80% desses casos, sendo um desses países o Brasil. O número de casos novos de câncer do colo do útero esperado para o país, para cada ano do triênio 2020-2022, será de 16.710, com um risco estimado de 16,35 casos a cada 100 mil mulheres (INCA, 2020). Ainda de acordo com o INCA (2021), o CCU é o terceiro tumor maligno mais frequente na população feminina atrás do câncer de mama, colorretal e melanoma e a quarta causa de morte de mulheres por câncer no Brasil. Todavia, este problema com o câncer não é apenas no Brasil que tem o Sistema Único de Saúde (SUS) para atender a população em geral, atingindo países subdesenvolvidos e desenvolvidos no mundo como um todo. Um fator ainda mais preocupante é que a incidência e mortalidade por câncer segundo o INCA (2020), vem aumentando expressivamente nos últimos anos, tanto pelo envelhecimento, bem como pelo crescimento da população e pela distribuição dos fatores de riscos ao câncer. É importante destacar que estes parâmetros servem para demonstrar o crescimento do CCU no Brasil, criando assim medidas de promoção e prevenção ao CCU. No tocante a saúde da mulher, o CCU possui grande destaque e relevância no cenário epidemiológico brasileiro, sendo a prevenção qualificada, tendo um profissional que atenda essa demanda, realizando busca ativa, atendendo a população de maneira qualificada e eficaz, e além disso, para que as mulheres tenham mais conhecimento das patologias (INCA, 2020). Com relação as estratégias para realizadas para a detecção precoce ao CCU, de acordo com OMS, são o diagnóstico precoce e rastreamento, ações realizadas pela atenção primária, destacando nesse contexto o enfermeiro como principal agente na realização dessas ações, desenvolvendo a educação em saúde e contribuindo para o controle do CCU. O teste utilizado em rastreamento deve ser seguro, relativamente barato e de fácil aceitação pela população, ter sensibilidade e especificidade comprovadas, além de relação custo-efetividade favorável (WHO, 2007). O CCU é originado através de uma infecção causada por Papilomavírus Humano (HPV), onde 14 são oncogênicos, ou seja, uma espécie de vírus que causa o CC pela replicação de forma desordenada no epitélio o qual reveste o útero, comprometendo, portanto, o tecido, o qual pode ser invadido em suas estruturas e órgãos adjacentes, conforme o (INCA, 2021).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada em maio de 2022, objetivando descrever a eficácia das ações de educação em saúde realizada por enfermeiros na prevenção do câncer cervical na atenção básica da saúde. Este estudo tem por finalidade utilizar métodos sistemáticos que geram resultados consistentes e identificam possíveis lacunas do conhecimento (WHITTEMORE, 2005; CROSSETTI, 2012). Para garantir um rigor na condução do estudo, foram seguidas as etapas, a saber: I) identificação do tema e formulação da questão de pesquisa; II) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão; III) levantamento bibliográfico por meio de buscas nas bases de dados; IV) leitura de títulos, resumos e texto completo; V) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; VI) interpretação dos resultados; e VII) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Sousa et al., 2017). Para a elaboração da pergunta de pesquisa, utilizou-se a estratégia PICO, onde: (P) população; (I) intervenção; (Co) contexto (Cardoso et al., 2019). A estratégia PICO é uma estratégia utilizada para construir questões de pesquisa de naturezas diversas, oriundas da clínica, do gerenciamento de recursos humanos e materiais, da busca de instrumentos para avaliação de sintomas entre outras, possui sensibilidade para recuperação

de pesquisas do tipo qualitativas com foco nas experiências humanas e nos fenômenos sociais (STERN; JORDAN; MCARTHUR, 2014). Desse modo, originou-se a seguinte questão norteadora: Qual a importância da atuação do enfermeiro (a) na prevenção ao câncer cervical, na atenção primária de saúde? Para responder a presente questão, realizou-se a consulta por Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) para identificar os estudos nas bases de dados, fazendo uso dos operadores booleanos “AND” e “OR”, originando a seguinte chave de busca: (Câncer Cervical OR Câncer de Colo do Útero) AND (prevenção de doenças OR educação em saúde) AND (Assistência à Saúde), em português. A seleção das publicações foi realizada uma busca dos artigos nas seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE); Banco de Dados em Enfermagem (BDENF) e Virtual Health Library (VHL = BVS). Como critérios de inclusão, destacam-se: Artigos originais, publicados, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abranjam as ações de educação em saúde realizadas por enfermeiros na prevenção do câncer cervical e que respondam a pergunta norteadora da revisão. Já para os critérios de exclusão, foram estabelecidos os seguintes: teses, dissertações, editoriais, capítulos de livros, carta ao leitor, revisões da literatura, comentário, comunicação livre, artigos duplicados, estudos de perspectiva, diretrizes, relatos de experiência e que fuja ao objetivo. Foram encontrados nas seguintes bases de dados (LILACS), (SCIELO), (MEDLINE), (BDENF) e (BVS) 304 artigos. Porém, na primeira filtragem foram excluídos 224 estudos de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos. Dos 80 artigos restantes para leitura de títulos e resumos, procedeu-se com a leitura dos estudos na íntegra, restando assim nove (09) artigos para serem analisados e que demonstraram afinidade com o tema proposto no presente estudo (figura 02).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como resultados da pesquisa realizado nas bases de dados: (LILACS), (SCIELO), (MEDLINE), (BDENF) e (BVS), inicialmente foram identificados 304 artigos nas bases de dados pesquisadas. Porém, na primeira filtragem foram excluídos 224 estudos de acordo com os critérios de exclusão estabelecidos, restando 80 artigos para leitura de títulos e resumos. No segundo e último processo de filtragem, após as leituras e análises, ficamos com nove (09) artigos para serem analisados. Compuseram a amostra deste estudo 09 artigos. Com relação aos estudos analisados e suas respectivas bases de dados onde estes foram encontrados e selecionados para esta revisão integrativa apresenta-se os percentuais encontrados em suas respectivas bases de dados. Dos nove artigos que compõem essa revisão integrativa, cinco (44,44%) foram obtidos na base de dados do MEDLINE, ou seja, 04 artigos. Já na base de dados BDENF, destaca-se (33,33%), equivalente a 03 artigos, no LILACS (22,22%), ou seja, 2 artigos, no SCIELO (11,11%), tratando-se, portanto, de 01 artigo e (11,11%) na BVS, equivalendo a 01 artigo, totalizando dessa forma 09 estudos, sendo destes 07 de natureza qualitativa, 01 estudo de revisão bibliográfica e 01 relato descritivo, prevalecendo o idioma Português, tendo sido todos realizados no Brasil. Partindo dos fatos apresentados, destaca-se o profissional de enfermagem como sendo um importante personagem neste contexto. Sabe-se da vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias, mas que as equipes de saúde da família, mesmo com a precariedade do sistema básico de saúde são formadas e tem recursos destinados para estes profissionais para atendimento as famílias nos lugares mais longínquos. Com a leitura dos 09 artigos como resultado da busca realizada nas bases de dados supracitadas, favoreceu a criação de 02 categorias temáticas de análise: conhecimento das mulheres sobre a importância do exame preventivo e a atuação do enfermeiro na prevenção

do CCU. Com relação a primeira categoria temática, estar composta pelos seguintes artigos: 1, 2, 3, 4, 7, 8 e 9, conforme apresentados na tabela 02, reportando que as mulheres reconhecem a importância do exame preventivo, mais que alguns fatores dificultam a realização deste por estarem localizadas em comunidades distantes, por medo e ou vergonha, mas que destacam a importância do exame para o diagnóstico precoce e fazem menção a importância do enfermeiro no acompanhamento e orientação educativa. Logo, percebe-se a importância deste profissional, devendo estar preparado para esse acompanhamento e desenvolvimento da ação educativa junto as mulheres da atenção primária. Dessa forma, já para a segunda categoria temática, referente a “atuação do enfermeiro na prevenção do CCU”, esta composta nos seguintes artigos: 2, 3, 5, 6 e 7, em que se comprova a importância do enfermeiro no rastreamento e diagnóstico precoce do CCU, proporcionando dessa forma maiores chances de curas as mulheres que por ventura venha a ser infectadas, por realizar o diagnóstico precoce. O enfermeiro é de fundamental importância para trabalhar o emocional destas mulheres, pois o medo, a vergonha são fatores que interferem negativamente na realização do exame e dificulta o controle do CCU. Dessa forma, conseguiu-se com esse estudo comprovar ser de fundamental importância o trabalho desenvolvido pelo enfermeiro na prevenção e realização do diagnóstico precoce do CCU, desenvolvendo ações educativas para apoiar as mulheres na atenção primária de saúde. Portanto, acredita-se que este estudo alcançou o objetivo proposto, tendo em vista que, os resultados evidenciam a importância de estimular, esclarecer as mulheres sobre as formas de prevenção, o tratamento do CCU, ressaltando ainda da importância do profissional (enfermeiros) neste processo de conscientização, de apoio, acolhimento e principalmente de ações de educação em saúde que desperte nessas mulheres a busca pela prevenção dessa patologia, já que podemos identificar em sua fase inicial e proporcionar maiores chances de cura. Para tanto, ainda a muito a se pesquisar sobre esta temática, mas espera-se que este estudo possa servir de norte para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Estimativa 2020: incidência do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2019a. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/estimativa/taxas-ajustadas/neoplasia-maligna-da-mama-feminina-e-colo-do-utero> (abre em nova janela). Acesso em: 12 maio, 2022.
- CARDOSO, V.; TREVISAN, I.; Cicolella, D. A.; Waterkemper, R. Ystematic review of mixed methods: method of research for the incorporation of evidence in nursing. *Texto & Contexto Enfermagem*, 28, p. 1-12, 2019.
- STERN, Cindy; JORDAN, Zoe; MCARTHUR, Alexa. Developing the review question and inclusion criteria: The first steps in conducting a systematic review. *AJN, American Journal of Nursing*, v. 114, n. 4, p. 53-56, Apr. 2014.
- WHITTEMORE, R., KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*. 52 (5), 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/3ZZqKB9pVhmMtCnsvVW5Zhc>. Acesso em: 29 maio 2020.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Cancer Control**. Knowledge into ation. Early Detection (module 3). WHO guide for efective pogrammes. Switzerland: WHO, 2007. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/controle-do-cancer-do-colo-do-utero/acoes-de-controle/deteccao-precoce>. Acesso em: 27 maio 2022.

PARTO HUMANIZADO: OS VALORES DOS ENFERMEIROS NO COTIDIANO DA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA

**Pedro Vinicius Pereira de Oliveira¹ (Aluno do Curso de Enfermagem da UniJagaribe, e-mail: pedrovinicius3doficial@gmail.com),
Fabianne Ferreira Costa Róseo² (Professora da UniJagaribe, email: fabianneprof@fvj.br).**

RESUMO

O parto sempre representou uma experiência ímpar na vida da mulher; considerado um momento único e especial, marcado pela transformação da mulher para desempenhar seu novo papel, o de ser mãe, sendo os profissionais de enfermagem responsáveis por promover um ambiente acolhedor e humanizado. Objetivou-se investigar os valores do enfermeiro no cotidiano da assistência obstétrica ao parto humanizado. Realizou-se um estudo de revisão integrativa. Para direcionar a pesquisa, utilizou-se a questão norteadora: quais as principais experiências vivenciadas pelos enfermeiros em relação ao parto humanizado presentes nas principais bases de dados científicas? Analisou-se no período de agosto e setembro de 2022, 10 artigos retirados das bases de dados Lilacs, SciELO e BDNF, publicados de 2016 a 2022. Após a análise dos dados elaborou-se três categorias temáticas: Assistência de enfermagem ao parto humanizado; Desafios do enfermeiro na atenção humanizada e Papel da enfermagem na promoção do alívio da dor. Evidenciou-se a importância dos profissionais de enfermagem durante o processo de parturição, principalmente no cuidado humanizado e na escuta ativa e atenta das parturientes, capaz de proporcionar maior sensação de segurança e conforto, além do estabelecimento de vínculos, fundamental para os cuidados pós-parto, compreensão das necessidades individuais e a promoção de um atendimento de qualidade.

Palavras-chave: assistência de enfermagem; enfermagem obstétrica; parto humanizado.

INTRODUÇÃO

O parto sempre representou uma experiência ímpar na vida da mulher; considerado um momento único e especial, marcado pela transformação da mulher para desempenhar seu novo papel, o de ser mãe.

Além disso, uma relação mais humana e integral deve proporcionar às mulheres a garantia de um ambiente adequado para que sejam acolhidas, ouvidas, orientadas, respeitadas a fim de que expressem livremente seus sentimentos (VELHO et al., 2012).

A experiência do primeiro contato da mãe com o filho após o parto deve ser prazerosa, envolvida por uma diversidade de emoções, principalmente relacionadas ao contato pele a pele, que atenda as demandas emocionais de cada mulher em seu processo parturitivo, respeitando as diversidades culturais e favorecendo a amamentação na primeira hora de vida. Para Santos et al. (2014), a experiência do primeiro contato com o filho após o parto representa uma ação automática e mecânica, uma vez que os profissionais se preocupam em prestar os cuidados imediatos ao recém-nascido após o parto, além de produzir procedimentos que não atrapalhem o papel dos trabalhadores que atuam na sala de parto.

O presente estudo se justifica pela relevância de se apresentar os valores do enfermeiro no cotidiano da assistência obstétrica, especialmente no que concerne ao parto humanizado em primíparas, visto que este é um dos profissionais que presta assistência direta

a esse grupo em todo o processo parturitivo e que mesmo diante das políticas públicas voltadas para a humanização da assistência ao pré-natal, parto e puerpério, ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas na abordagem ao tema.

A escolha do tema se deu ao cursar a disciplina de Processo de Pesquisa, onde surgiu o interesse em abordar a assistência do enfermeiro ao parto humanizado, considerando sua importância do ponto de vista social e acadêmico. Além do mais, pretende-se com este estudo contribuir para ampliação do conhecimento sobre o tema. Diante do exposto, esta revisão da literatura tem como objetivo investigar os valores do enfermeiro no cotidiano da assistência obstétrica ao parto humanizado.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma revisão integrativa da literatura com delineamento qualitativo. As bases de dados foram: Lilacs (BVS), SciELO e BDENF por meio de estudos publicados nos últimos 06 (seis) anos utilizando os descritores: Assistência de Enfermagem, Enfermagem Obstétrica, Parto Humanizado *AND* foram os descritores utilizados em português, inglês e espanhol.

Foram considerados critérios de inclusão, os estudos publicados nos últimos seis anos, em português, filtrados entre os anos de 2016 a 2022 que tratam sobre a temática deste estudo e seus objetivos. Além disso, foram excluídos da revisão teórica integrativa, teses e dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso, trabalhos incompletos, e estudos duplicados.

O caráter de análise e seleção dos estudos se deu por meio da leitura do título e resumo. Identificaram-se no total 118 artigos, contudo, após filtros específicos, restaram 10 estudos. Com relação às questões éticas e metodológicas, todos os autores utilizados na descrição do texto estão de acordo com a Norma Regulamentadora Brasileira 6023/2018 (ABNT, 2018) Associação Brasileira de Normas e Tecnologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor interpretação, os dados foram organizados em uma Tabela, onde constaram as informações referentes ao conteúdo dos dez artigos, assim como o ano de publicação, título do artigo, autores, o tipo do estudo, periódico de publicação e principais resultados. A descrição dos estudos deu-se por meio da elaboração de três categorias temáticas: 1) Assistência de enfermagem ao parto humanizado; 2) Desafio do enfermeiro na atenção humanizada e 3) Papel da Enfermagem na Promoção do alívio da dor. Os 10 (dez) artigos foram extraídos das bases de dados indexadoras SciELO; BDENF e Lilacs.

A categoria 1 procurou mostrar os princípios e conceitos sobre a assistência de enfermagem ao parto humanizado, as estratégias do enfermeiro na atenção à mulher no processo parturitivo e as principais medidas de conforto ofertadas para promover o protagonismo da mulher no parto. Os profissionais de saúde apoiam a assistência ao parto humanizado, desempenhando um papel importante, em virtude de ter a oportunidade de colocar seus saberes a serviço do bem-estar da mulher e do bebê, reconhecendo momentos críticos em que a sua intervenção é necessária para garantir a saúde do binômio mãe-filho. Eles podem promover o alívio da dor utilizando-se de algumas técnicas, permanecer ao seu lado em todo o processo parturitivo, confortar, esclarecer, orientar, enfim, ajudar no trabalho de parto e parto (PEREIRA et al., 2016).

Na categoria 2 evidenciou-se que o acompanhamento do enfermeiro do pré-natal ao puerpério e o incentivo ao aleitamento materno exclusivo são muito importantes para um bom

relacionamento com a mãe, e toda a equipe deve ter uma visão humanística desse cuidado, compreendendo a vivência emocional global da gestante e a importância do seu protagonismo em todo o processo de parturição.

Enquanto que na categoria 3 observou-se que as enfermeiras obstétricas utilizam estratégias não farmacológicas para o alívio da dor e práticas integrativas em seus cuidados, como massagens, deambulação, bolas suíças, banhos de imersão, ambientes escuros e tranquilos, acupuntura, aromaterapia, musicoterapia e cromoterapia. Todas essas estratégias são apoiadas pelos benefícios do trabalho de parto fisiológico e contribuem para a melhoria da qualidade e segurança perinatal (JACOB et al., 2022).

CONCLUSÕES

Neste estudo, as ações do enfermeiro e de sua equipe durante a assistência ao trabalho de parto são solidárias, e de extrema importância na promoção de uma assistência segura durante o trabalho de parto, tornando a mulher protagonista desse momento. O enfermeiro participa de todas as fases vivenciadas no trabalho de parto. Vale ressaltar que a enfermeira obstétrica está na vanguarda da luta pela humanização da assistência ao parto, orientando e educando a mulher sobre a fisiologia do próprio corpo e a escolha de como deseja parir. A mãe assistida no parto humanizado defende o método e seus benefícios a curto e longo prazo para ela e seu bebê, sendo instruída e resguardada em seus direitos. Acrescenta-se que atender a gestante de forma humanizada é uma forma de aumentar a confiança da parturiente e facilitar o trabalho de parto.

O mais importante é a qualificação e comprometimento dos profissionais de saúde, principalmente dos (das) enfermeiros (as) de maternidade, que irão assistir a mulher diretamente durante o parto, dando suporte e todas as informações necessárias à mãe e família antes e depois do nascimento do bebê, aumentando a confiança e podendo assim melhorar a qualidade da assistência prestada e o vínculo mãe-bebê e família. Além disso, é válido destacar a importância dos profissionais de enfermagem durante o trabalho de parto e puerpério, principalmente no atendimento humanizado e na escuta ativa e atenta, que pode proporcionar maior segurança e conforto, demonstrando também que o estabelecimento de vínculo com a paciente e família é fundamental para a compreensão das suas necessidades e para a oferta de uma assistência de qualidade e humanizada.

Dessa forma, os (as) enfermeiros (as) obstétricas podem promover uma assistência integral e humanizada à mulher em trabalho de parto, resguardando a escolha, o respeito à singularidade e à subjetividade, a escuta competente, o protagonismo feminino, a segurança e a desmedicalização do trabalho de parto e parto. Assim, estimula-se a observação cuidadosa e a escuta sensível, voltadas para práticas obstétricas que se mostraram úteis e benéficas para a valorização do parto natural.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: Abnt, 2018. 68 p. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 10 nov. 2022.

JACOB, Tatianni de Nazaré Oliveira., et al. ‘’A percepção do cuidado centrado na mulher por Enfermeiras obstétricas num centro de parto normal’’. **Escola Anna Nery**, v.26:e20210105, 2022.

PEREIRA, Sinara Santos et al. ‘’Parto natural: a atuação do Enfermeiro diante da assistência humanizada’’. **Tempus, actas de saúde Coletiva**, Brasília, v.10, n.3, p.199-213, set. 2016.

SANTOS, Luciano Marques., et al. ‘’ Vivenciando o contato pele a pele com o recém-nascido no pós-parto como um ato mecânico’’. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v.67, n.2, p. 202-7, mar-abr, 2014.

VELHO, Manuela Beatriz et al. ‘’Vivência do parto normal ou cesáreo: revisão integrativa sobre a percepção de mulheres’’. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v.21, n.2, p. 458-66, Abr-Jun, 2012.

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO DA ATENÇÃO BÁSICA VOLTADA PARA PACIENTES COM COMPORTAMENTOS DEPRESSIVOS.

**Raquel Oliveira Maia¹ (Graduanda do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijagaribe, e-mail: raqueljaguar2011@hotmail.com),
Amália Gonçalves Arruda² (Professor orientador. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijagaribe. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do Comitê de ética da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: amaliagoncalves@fvj.com).**

RESUMO

A depressão é um problema de saúde pública e também um problema de saúde mental. Diante do aumento dramático de casos de depressão relatados pela Organização Mundial da Saúde, dada a relevância do tema, é necessário considerar a integralidade do cuidado e a abordagem da articulação do profissional de enfermagem. Dessa forma, busca-se aqui esclarecer as possíveis atuações do enfermeiro, suas colaborações para a saúde como um todo, mas, sobretudo, naquilo que se alinha ao tratamento e cuidado específico e geral do paciente com depressão.

Palavras-chave: atenção e atuação do enfermeiro; depressão.

INTRODUÇÃO

Atualmente, depressão e ansiedade são temas constantemente debatidos em todos os âmbitos da sociedade e, sendo estes temas oriundos da saúde, ainda que em um ramo específico, saúde mental, é necessário que esta discussão gere práticas que possibilitem a atuação das demais vertentes da saúde em conjunto com os profissionais de saúde mental. Deste modo, os enfermeiros são parte deste corpo de profissionais que pode ser de relevante auxílio no tratamento de pacientes que estejam em sofrimento psíquico, seja por transtornos depressivos ou em decorrência da ansiedade.

MARCO TEÓRICO

A revisão integrativa, segundo o que explana SOARES et. al. (2014) é uma forma de pesquisa que obedece diretrizes bem estabelecidas e que buscam explorar de modo amplo as fontes disponíveis e que os autores já expuseram de modo plausível em trabalhos anteriores, bem como tem a capacidade de elencar fontes interdisciplinares de conhecimento, podendo realizar a integração de saberes.

Logo, se evidencia a contribuição da RI para a área da saúde, sobretudo da enfermagem, uma vez que esta, a Revisão Integrativa, pode se valer de amplo referencial e que garante um embasamento que pode ser atual, se valendo de autores consolidados e com trabalhos que permearam, muitas vezes, décadas de avanços da sociedade. SOUZA (2017) assegura que a Revisão Integrativa é caminho seguro em busca de uma avaliação sobre temáticas relevantes e que carecem de maior averiguação a fim de que possam fornecer maiores colaborações, bem como recebê-las. Assim, as RIs são fontes de teoria, mas que instigam à prática e elaboração de melhorias nas áreas que escolhem se debruçar.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com delineamento qualitativo. Segundo Iizuka (2017), a revisão integrativa caracteriza-se por um método específico e objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema. Utilizando-se das etapas da revisão integrativa, os dados foram coletados entre fevereiro e março de 2022 nas bases de dados: Lilacs (BVS), SciELO e Medline com a busca de estudos nos últimos 10 (dez) anos. Deste modo, foram utilizados os seguintes descritores: “Depressão”, “Tratamento”, "Atuação" e “Enfermeiro”. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados em inglês, português e espanhol, artigos de domínio público e que respondiam à questão norteadora, bem como aos objetivos do estudo. Foram excluídos do estudo: reportagens; cartas ao editor; artigos científicos incompletos; teses de dissertação de mestrado e doutorado, fichamentos, assim como estudos duplicados nas bases de dados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O construto final da revisão conta com 22 artigos que respondiam à pergunta norteadora, organizados de acordo com as buscas iniciais a fim de dar melhor lisura ao processo de elaboração do trabalho.

Dispuseram-se os achados resumidamente em tabelas. A Tabela 1 corresponde ao refinamento dos artigos destacando título, ano de publicação, autoria, tipo de estudo e base de dados das publicações. Na tabela 2 se encontra o número de estudos desta revisão integrativa de acordo com o ano de publicação.

Logo, muitas reflexões podem ser levantadas, buscando a melhoria da atuação do enfermeiro na atuação visando o tratamento das pessoas com depressão. Uma dessas melhorias pode ser conseguida por meio das políticas de valorização à classe, sendo essa valorização por meio do fornecimento de qualidades adequadas de trabalho, ou ainda por meio da implementação de modos de capacitação deste profissional de enfermagem, fornecendo, assim, uma atuação de qualidade e que atende às necessidades do paciente deixado sob seus cuidados.

Desta forma, pesquisas que busquem entender e teorizar sobre as possíveis formas de atuação do enfermeiro, seja qual área se desejar, são de suma importância, uma vez que fornecem base teórica e situacional da realidade da prática em enfermagem, guiando a discussões novas, que despertam movimentos que buscam conquistas e também trazendo diálogos dos passados, reafirmando os valores e princípios da enfermagem.

Não obstante às conquistas que se podem chegar a obter por meio das pesquisas que teorizam sobre a prática da enfermagem, muitas limitações são detectadas, uma vez que temas de interdisciplinaridade despertam cuidados e cautelas em termos de saber delimitar a área de atuação de cada base epistemológica, bem como não se prender a paradigmas. É de necessário cuidado levantar questões que possam ser respondidas pelas experiências da prática, bem como da pesquisa, que encontra esses limites em suas elaborações e teorizações.

REFERÊNCIAS

CARLOS et al. **Assistência de enfermagem ao paciente com depressão. In: I CONBRACIS. Anais de evento.** Publicado em 15 de junho de 2016. Campina Grande-PB. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18927>. Acesso em: 20.11.2022.

DUARTE, Michael de Quadros et al. **COVID-19 e os impactos na saúde mental: uma amostra do Rio Grande do Sul**, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 9 pp. 3401-3411. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>.

Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.16472020>. Acesso em: 22 out. 2022.

GUSMÃO *et al.* **Atuação do enfermeiro em saúde mental na estratégia de saúde da família**. *J. Health Biol Sci.* 2022; 10(1):1-6. DOI 10.12662/2317-3206. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/3721>. Acesso em: 20.11.2022.

MERCEDES, B. P. D. C. *et al.* **Deteção precoce dos Sintomas Depressivos pela Equipe de Saúde na Atenção Básica na Região Norte do País: Revisão de Literatura**. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 6, p. 38093-38103, jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/11759>. Data de acesso em: 13 out. 2022.

MIRANDA, V. S.A. **Atuação do enfermeiro no quadro de depressão em adolescentes: Uma revisão bibliográfica**. 2019. 43f. Monografia (Bacharelado em enfermagem) - Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA), 2019. Disponível em: <https://ulbrato.br/bibliotecadigital/uploads/document5e4e94a096104.pdf>. Acesso em: 20.11.2022.

SOARES, Cassia Baldini et. al. **Revisão integrativa: conceitos e métodos utilizados na enfermagem**. Edições USP, São Paulo, 2014.

SOUZA, Heide Mendonça Moreira de. **Revisão Integrativa: conceitos e métodos para desenvolvimento**. Conic Semesp, São Paulo, 2017.

DEPRESSÃO PÓS-PARTO NA ADOLESCÊNCIA: COMPREENDENDO O VÍNCULO MÃE E FILHO

**Veriana de Lima Pereira dos Santos² (Graduanda do Curso de Bacharelado em Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - Unijaguaribe, e-mail: veriana.santos@fvj.br),
Amália Gonçalves Arruda² (Professor orientador. Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe. Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Membro do Comitê de ética da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. E-mail: amaliagoncalves@fvj.com).**

RESUMO

Introdução: A adolescência é caracterizada por ser uma etapa de transição de intensas mudanças de identidade no desenvolvimento físico e psicológico podendo gerar problemas psicossociais. A depressão pós-parto na adolescência afeta tanto a saúde materna, quanto o desenvolvimento do filho. **Objetivo:** Compreender as consequências no vínculo mãe e filho ocasionado pela depressão pós-parto na adolescência. **Metodologia:** Revisão Integrativa de Literatura com levantamento nas bases de dados: LILACS, BVS, MEDLINE e Adolec, utilizando os descritores: depressão pós-parto na adolescência; Gravidez na adolescência; Relação mãe e filho. Após a seleção foram selecionados 16 artigos, que contemplavam a questão norteadora da pesquisa. Os resultados obtidos nesta revisão estão resumidos, organizados e distribuídos em quadros como também em três categorias temáticas: Adolescência convivendo com a depressão pós-parto; Depressão pós-parto e suas repercussões na criança; Depressão pós-parto e o olhar voltado para a mãe. **Resultados:** Verificou-se que a convivência da depressão pós-parto em adolescentes sofre influências das redes de apoio social e familiar, que o estado depressivo da mãe pode afetar o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança e que se faz necessário um olhar ampliado para a mãe que sofre de depressão pós-parto, pois a ambivalência materna pode trazer muitos prejuízos se não tratada precoce e adequadamente. **Conclusão:** faz-se necessário mais estudos relacionados a depressão pós parto em adolescentes por estarem em grupos de agravos de saúde pública como também é fundamental a capacitação de profissionais para lidarem com essa problemática nos diversos níveis de saúde.

Palavras-chave: depressão pós-parto na adolescência; gravidez na adolescência; relação mãe e filho.

INTRODUÇÃO

A adolescência é caracterizada por ser uma etapa de transição em que o ser humano passa por intensas mudanças de identidade no seu desenvolvimento físico e psicológico. É nessa fase que o adolescente começa a compreender a dimensão social e o modo como o qual se enxerga como indivíduo. Acrescenta-se que neste período ocorrem as mudanças corporais e psíquicas oriundas da adolescência e do processo de maturação, além do desenvolvimento da sexualidade.

A gestação durante a adolescência está associada a consequências de natureza biológica, psicológicas e sociais negativas para mãe e filho, sendo a depressão pós-parto (DPP), um dos principais riscos. A depressão é considerada um amplo problema de saúde pública no contexto mundial, internacional e principalmente nacional, geralmente acontece entre os seis primeiros meses após o parto.

Entretanto, a depressão pós-parto na adolescência está cada vez mais comum, visto que esse problema de saúde mental ocasiona sintomas significantes no comportamento da mãe jovem, ocasionados pela inexperiência puerperal devido a pouca idade e insegurança durante o trabalho de parto.

O vínculo mãe-filho inicia-se durante a gestação e no pós-parto, esse vínculo tende a aumentar devido a gestos de interação entre ambos. Quando não há presença de patologias ou qualquer outro fator que venha intervir no vínculo mãe e filho, a relação tende-se a ser amorosa, com trocas e demonstrações de carinho, seja em mães adultas ou adolescentes.

Diante do exposto surgiu a seguinte pergunta norteadora: quais as consequências provocadas pela depressão pós-parto na adolescência, que podem afetar o vínculo mãe e filho? O presente estudo visa buscar compreender como a DPP pode comprometer o vínculo entre mães adolescentes e seus filhos, assim como enfatizar a importância do papel da assistência dos profissionais da saúde às puérperas.

Sendo assim esta revisão integrativa de literatura pretende verificar como esta condição pode interferir na relação mãe-filho e o que pode ser feito para mudar este quadro, através de publicações referentes a este campo.

A revisão integrativa de literatura é caracterizada por sua ampla abordagem metodológica, que permite a análise de múltiplas pesquisas publicadas que dão suporte para a síntese de estudos de forma consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas. Tal método possibilita uma síntese de conteúdos já publicados, promovendo e estimulando a adesão de novos conhecimentos, permitindo ao leitor adquirir e atualizar as informações a respeito da temática específica.

METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma Revisão Integrativa de Literatura. Para isso foi realizado o levantamento de materiais através da consulta nas bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Adolec. Foram utilizados os seguintes descritores padronizados pelos Descritores em ciências da Saúde (DeCS): depressão pós-parto na adolescência, gravidez na adolescência e relação mãe e filho.

O processo de seleção dos artigos nas bases eletrônicas online foi representado através de um fluxograma, representado na Figura 01. Após a seleção dos artigos nas bases eletrônicas de dados, foi desenvolvida a leitura dos títulos e resumos, onde foram selecionados os artigos que contemplavam a questão norteadora da pesquisa. Mediante seleção dos estudos, foram realizadas leituras na íntegra que resultou na análise de 16 artigos, que constituíram essa pesquisa.

RESULTADOS

Esta revisão foi composta com 16 artigos científicos de amostra final. Foram elaboradas 03 (três) categorias temáticas. **1- Adolescência convivendo com a depressão pós-parto:** Nesta primeira categoria é apresentada a visão dos autores sobre como se apresenta a

convivência das adolescentes com a depressão pós-parto e as repercussões internas e externas dessa vivência. **2-Depressão pós-parto e suas repercussões na criança:** Nesta segunda categoria os autores apresentam as diversas repercussões que a depressão pós-parto provocam na criança. **3- Depressão pós-parto e o olhar voltado para a mãe:** Nesta terceira categoria os autores enfatizam a importância do olhar atencioso e empático para a mãe que sofre de depressão pós-parto.

CONCLUSÕES

Comprovou-se que o estado emocional da mãe e seu efeito no comportamento podem afetar o desenvolvimento da criança durante os meses iniciais de vida, ou seja, a DPP surte efeitos prolongados no desenvolvimento infantil. A enfermagem se faz necessária tanto no acompanhamento da criança quanto da mãe, ambos precisam de apoio e suporte psicológico, a fim de identificar, prevenir e intervir sobre as intercorrências que podem afetar a saúde mental das mães interferindo na relação mãe-filho.

REFERÊNCIAS

FRIZZO, Giana Bitencour et al. Maternidade Adolescente: A Matriz de Apoio e o Contexto de Depressão Pós-Parto. **Rev. Psicologia: Teoria e Pesquisa.** Porto Alegre-Brasil. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3533>. Acesso em 09 de Set. 2022.

GONZÁLEZ, Gabriel et al. Maternal postnatal depression and its impact on child neurodevelopment: a cohort study. **Revista Chilena de Pediatría.** Uruguai. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0370-41062017000300008>. Acesso em 09 de Set. 2022.

BENEFIELD, Lazelle E. Implementing evidence-based practice in home care. **Home healthcare now**, v. 21, n. 12, p. 804-809, 2003. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/14665967>. Acesso em: 09 de Set. 2022.

PEDROSO, Andressa Cooper et al. Atuação da enfermagem em cuidados paliativos: revisão narrativa. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/5252>. Acesso em: 10 de set. 2022.

ZANETTINI, Angélica et al. The Motherhood Experiences and the Conception of Mother-Baby Interaction: Interfaces Between Primiparous Adult Mothers and Adolescents/As Vivências da Maternidade e a Concepção da Interação Mãe-Bebê: Interfaces Entre as Mães Primíparas Adultas e Adolescentes. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 11, n. 3, p. 655-663, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2019.v11i3.655-663>. Acesso em: 10 de set. 2022.

A PERSPECTIVA DO ENFERMEIRO FRENTE À VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL E SOCIAL: OS GATILHOS MOTIVACIONAIS DA ENFERMAGEM

**Victor Amaral de Freitas¹ (Aluno do curso de enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Email: victorfreitas1525@gmail.com),
Sabrina Silva dos Santos² (Docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. Email: sabrinasilva.santos@fvj.br).**

RESUMO

A enfermagem desde o seu nascimento tem sido essencial na construção, desenvolvimento e aplicação do processo de trabalho em saúde. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo com abordagem qualitativa que visa ampliar a compreensão sobre o entendimento que enfermeiros possuem acerca dos fatores que implicam na valorização e empoderamento da enfermagem. A pesquisa se deu com os enfermeiros das quatro Unidades de Atenção Primária à Saúde do município de Itaiçaba/Ceará. Os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada e analisados em consonância com a categorização temática de Minayo. Evidenciou-se como resultado do estudo, o posicionamento de enfermeiros acerca de elementos que para eles são responsáveis pelo cenário atual da valorização da enfermagem e como esses acontecimentos afetam a motivação desses profissionais. Conclui-se que a percepção desses enfermeiros frente a valorização profissional e social está intimamente relacionada com o contexto histórico e social da profissão.

Palavras-chave: valorização social; equipe de trabalho; enfermagem.

INTRODUÇÃO

A enfermagem desde o seu nascimento tem sido essencial na construção, desenvolvimento e aplicação do processo de trabalho em saúde, tornando-se amplamente conhecida após a aprovação da lei nº 7.498/86 e do decreto 94.406/87, quando passou exercer suas atividades legais com rigor ético, autonomia e independência.

Embora o reconhecimento da enfermagem como exercício legal tenha representado um grande avanço para a categoria, a problemática da desvalorização da profissão perdura até os dias atuais. Dados da pesquisa “O perfil da enfermagem no Brasil” realizada em 2015, concluiu que cerca de 27.000 (1,8%) dos profissionais participantes da equipe recebem menos de um salário-mínimo por mês (COFEN, 2015). A falta de incentivo para essa categoria pode resultar em profissionais com participação em plantões consecutivos, o que oferece riscos à assistência prestada ao paciente, visto o desgaste físico e emocional pela duplicação das horas trabalhadas. Desse modo, valorizar esses trabalhadores, significa, principalmente, melhorias nos serviços de saúde ofertados à população.

Posto isto, o presente estudo tem como objetivo principal compreender a percepção de enfermeiros da Atenção Primária em Saúde sobre a valorização profissional e social da enfermagem e seu empoderamento na equipe multiprofissional.

MARCO TEÓRICO

Dado a problemática em questão acerca da valorização profissional e social da

enfermagem, foram consultados diversos artigos na literatura a fim de se verificar o aporte teórico da temática analisada. Nessa perspectiva, levantou-se dois eixos temáticos para onde os resultados da pesquisa migraram.

O papel da enfermagem na sociedade

A enfermagem em sua atuação ampla, desenvolve diariamente ações em nível individual e também coletivo. Como um profissional ativo no contexto da saúde, o enfermeiro opera em face da melhor assistência oferecida ao usuário, sendo habilitado para produzir atividades de promoção, prevenção, proteção e restauração da saúde. A praxe da enfermagem se sobressai pela capacidade que possui para entender o homem holisticamente, pela empatia, pelo potencial de acolher, pelo atendimento integral da assistência à saúde (LAGE; ALVES, 2017).

A enfermagem e a desvalorização profissional

Segundo Farah et al. (2020), mesmo perante os inúmeros avanços obtidos pela enfermagem ao longo dos anos, ainda hoje essa classe tem sido pouco reconhecida pela sociedade em geral. Solicitações antigas da enfermagem como, por exemplo, regulamentação da jornada de 30 horas e piso salarial devido, se mantém sem êxito até os dias atuais. Esse posicionamento demonstra o quanto as reivindicações da enfermagem não são bem aceitas pelos governantes, uma vez que, as necessidades do grupo não são atendidas

Para Lage e Alves (2017) diversos fatores como a visão equivocada de um trabalho submisso ao serviço médico, a percepção de uma enfermagem altruísta, o desconhecimento da prática e a autonomia profissional do enfermeiro e as ações de saúde centradas no modelo biomédico vigente, relacionam-se diretamente com o entendimento que a sociedade possui sobre o papel do enfermeiro como sujeito capaz de transformar a vida das pessoas. Por conseguinte, o tratamento que é dado a enfermagem afeta a satisfação profissional desses indivíduos, que somam a maior força de trabalho do sistema de saúde.

Nesse sentido, Costa e Viegas (2021) apontam elementos principais desencadeadores de tal sentimento, a saber: baixos salários, carga horária exaustiva, condições de trabalho e sobrecarga. Por fim, esses acontecimentos findam resultando no adoecimento profissional.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo com abordagem qualitativa desenvolvido com os enfermeiros das 04 Unidade de Atenção Primária em Saúde – UAP existentes em Itaiçaba/Ceará.

A captação de dados aconteceu em dois dias distintos por meio de uma entrevista semiestruturada entre os meses de outubro e novembro no local de trabalho dos entrevistados. Cada entrevista durou em média 30-40min, incluindo o tempo para assinatura dos documentos.

Adiante, os dados foram transcritos, organizados e analisados em consonância com a categorização temática de Minayo (2007), seguindo as etapas seguintes: 1º fase exploratória da pesquisa; 2º trabalho de campo e 3º tratamento do material recolhido no campo. Essa última foi ainda subdividida em três processos distintos: ordenação dos dados; classificação dos dados e análise propriamente dita (MINAYO, 2007).

Dessarte, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro

Universitário do Vale do Jaguaribe e aprovada sob parecer Nº 5.671.428, estando assim, em consonância com as resoluções do Conselho Nacional de Saúde que discorrem sobre as questões de cunho ético envolvendo seres humanos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os participantes foram denominados de ENF, seguidos do número correspondente à ordem pela qual foram entrevistados, sendo eles: ENF1, ENF2, ENF3 e ENF4. Tal nomeação designa da palavra enfermeiro e objetiva resguardar a identificação dos profissionais investigados.

Tabela 1 – Apresentação dos participantes da pesquisa.

Codinome	Sexo	Idade	Titulação	Vínculo	Tempo de atuação	Associação com sindicato
ENF1	Masculino	26 anos	Pós-graduado	Contrato	02 anos	Não
ENF2	Feminino	27 anos	Pós-graduada	Contrato	02 anos	Não
ENF3	Feminino	52 anos	Pós-graduada	Efetiva	22 anos	Não
ENF4	Feminino	45 anos	Pós-graduada	Efetiva	20 anos	Não

Fonte: Dados da pesquisa, Itaipaba – Ceará (2022).

Dado o agrupamento dos dados coletados e para atender os objetivos propostos pelo estudo, elencou-se quatro eixos de discussão: I) *a importância do trabalho da enfermagem para a sociedade*; II) *desvalorização dos profissionais de enfermagem na visão do enfermeiro*; III) *percepção do enfermeiro sobre o título de doutor*; IV) *realização profissional x perspectiva de futuro*.

Eixo 1: A importância do trabalho da enfermagem para a sociedade

Nessa primeira categoria são apresentadas as percepções dos enfermeiros acerca da importância do trabalho da enfermagem para a sociedade. O trabalho desempenhado pela enfermagem é essencial em todas as fases da vida, sendo o enfermeiro o profissional que se mantém ao lado do paciente desde o planejamento de uma nova vida até o pós-morte.

“A enfermagem em si é como se fosse o elo principal da saúde, não se faz saúde sem enfermagem. A enfermagem é quem está à beira leito com o paciente, é quem fica 24h ao lado do paciente no âmbito da assistência hospitalar, e no caso das UBS’s está a semana toda, de segunda a sexta, prestando esse cuidado da enfermagem. Então, não tem como ter saúde se não tiver enfermagem”. (ENF1)

Destaca-se nas falas dos participantes, um trabalho altamente necessário para a assistência de saúde prestada à população; o papel social do enfermeiro; a atuação da enfermagem nos diferentes campos de prática e o compromisso com as tarefas educativas voltadas para saúde. Desse modo, percebe-se quão consciente são esses profissionais sobre seu exercício, com o poder de transformar vidas.

Eixo 2: Desvalorização dos profissionais de enfermagem na visão do enfermeiro

Quando questionados sobre a valorização profissional da enfermagem, os enfermeiros mencionaram diversas fragilidades que para eles são responsáveis pelo cenário atual de reconhecimento da categoria.

“No que diz respeito a valorização, tá complicado ultimamente, porque todo mundo reconhece o papel da equipe de enfermagem, sobretudo nesse período pós-pandemia, mas as pessoas não querem valorizar [...]”. (ENF2)

“Um fator que implica na valorização da enfermagem são as questões sociais, tendo em vista que hoje muitos profissionais vão trabalhar forçado já que tem enfermeiros ganhando 1,5 salário[...]”. (ENF3)

Além das questões sociais, o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) também afeta a falta de recursos para a enfermagem que ainda hoje sofre com a disparidade de salários no país inteiro. Essas implicações, por vezes, englobam o mercado de trabalho para os enfermeiros, uma vez que, parte dos profissionais, ao perceberem o descaso com a categoria, decidem abrir mão da classe criando caminho para aqueles que precisam submeter-se a remunerações precárias e trabalho não digno (CASSIANI; SILVA, 2019).

Embora a valorização social seja uma necessidade urgente da enfermagem, que historicamente sofre com o negativismo, é preciso que os profissionais também se deem o direito de serem respeitados, gozando todos os dias do empoderamento profissional, fazendo com que o público lhe reconheça como um líder, seja por meio do conhecimento ou da postura ética.

“[...] Se o profissional se presta respeito e transmite esse respeito aos demais ele será respeitado também, da mesma forma acontece no tocante ao empoderamento e a liderança[...]”. (ENF1)

Sobressai-se, nas declarações dos participantes, como fatores potencializadores da desvalorização da enfermagem: a postura ética; o conhecimento demonstrado na sua conduta profissional; o respeito que entrega as outras pessoas; a relevância atribuída ao seu trabalho.

Eixo 3: Percepção do enfermeiro sobre o título de doutor

Posto os questionamentos sobre as tentativas de valorizar a enfermagem, cada profissional possui uma visão particular do que acredita ser uma atitude de reconhecimento do papel do enfermeiro na sociedade. Nesse sentido, os participantes fizeram algumas considerações sobre o significado do título de doutor para eles.

“[...]Eu me sinto valorizado sendo o enfermeiro ENF1, não precisa eu ser chamado de doutor. Para mim doutor é quem tem doutorado, eu me sinto valorizado sendo chamado somente de enfermeiro”. (ENF1)

Dos quatro participantes investigados nenhum afirmou usufruir dessa denominação, lançando-se sempre no feito histórico de que tal titulação não interfere no fazer profissional do enfermeiro, ou melhor, não tem muito a agregar. No entanto, apesar de não se sentirem agraciados com o título, o que se infere das declarações desses profissionais é que eles compreendem muito bem a importância dessa normatização para o engrandecimento da categoria.

Eixo 4: Realização profissional x perspectiva de futuro

Apesar de todas as dificuldades encontradas diariamente, quando questionados sobre a realização profissional e quais eram suas perspectivas futuras para a enfermagem, o discurso dos participantes adquiriu um novo arranjo, manifestando realização, amor, satisfação, entrega, como pode ser visto a seguir:

“[...] Eu amo a enfermagem, me sinto realizada, e eu não teria outra profissão que não fosse ser enfermeira. Sinto-me bem quando o paciente chega com um problema de saúde e eu consigo caminhar lado a lado com ele até que o problema seja solucionado”. (ENF3)

“Eu me considero realizada profissionalmente na enfermagem, porque eu consigo desempenhar o meu trabalho da melhor forma, eu tento fazer o meu melhor independente de quaisquer outras situações [...]”. (ENF4)

Compreende-se nas falas dos participantes, que todas as dificuldades por eles manifestadas nas temáticas anteriores, até chegam a lhes decepcionarem em algum momento, mas não são dignas, nem tão pouco autossuficientes para desencorajá-los ou fazê-los desistirem da carreira. Observa-se ainda que esses profissionais manifestam total apreço pela enfermagem e ainda se dizem confiantes na profissão que tomaram para sua vida, sendo assim, permanecem lutando pelas suas escolhas, pois reconhecem que esse é o caminho para atingir a valorização que a classe necessita e merece.

Por fim, conclui-se a partir dessa pesquisa que a percepção desses enfermeiros frente a valorização profissional e social está intimamente relacionada com o contexto histórico e social da profissão. A remuneração, as condições de trabalho, a falta de reconhecimento, as cobranças e a insatisfação com o tratamento que é dado para a enfermagem, são alguns dos gatilhos que levam à baixa autoestima dos profissionais.

Porém, não se pode negar que os enfermeiros tem amor pelo trabalho que realizam no município, satisfazendo-se com a capacidade de encontrar soluções para as inúmeras necessidades dos pacientes que recorrem a eles, ao mesmo tempo que recebem da comunidade um feedback positivo das iniciativas tomadas. Isso leva a crer que a realização profissional não depende somente de questões salariais, mas de uma série de fatores onde o profissional está inserido.

REFERÊNCIAS

LAGE, C. E. B; ALVES, M. S. Debatendo a valorização da enfermagem: a vos dos enfermeiros da atenção primária à saúde. **Rev Enferm**, Recife, v. 11, n. 3, p. 1381-1387, mar. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-31017>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FARAH, B. F. *et al.* Enfermagem: reconhecimento e valorização já. In: BARBOSA, S. R. M. *et al.* **Tecnologia e informação para o cuidar em enfermagem**. [S. l.]: Atena, 2020. Disponível em: <https://sistema.atenaeditora.com.br/index.php/admin/api/artigoPDF/42253>. Acesso em: 22 mar. 2022.

COSTA, A; VIEGAS, G. L. Valorização, empoderamento e condições de trabalho da enfermagem: uma reflexão. **Revista Científica de Enfermagem**, São Paulo, v. 11, n. 35, p. 92-97, 07 set. 2021. Disponível em: <http://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/438>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CASSIANI, S. H. B; SILVA, F. A. M. Ampliação do papel do enfermeiro na atenção primária à saúde: o caso do brasil. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, [S.L.], v. 27, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/zNmGjnrMVzXhGnHTyNhFhcJ/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

COFEN. **Pesquisa inédita traça perfil da enfermagem**. [S. l.], mai. 2015. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/pesquisa-inedita-traca-perfil-da-enfermagem_31258.html. Acesso em: 25 mar. 2022.

CONTRIBUIÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ENFERMAGEM FORENSE NA ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Vitória Cristina Gama Viana (Aluna do curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: vitoria.viana@fvj.br) Sabrina Silva dos Santos (Professora do Curso de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, e-mail: sabinasantos.silva@fvj.br)

RESUMO

Trata-se de um trabalho com o objetivo de identificar por meio da literatura científica a contribuição e qualificação da enfermagem forense na assistência às vítimas de violência. A partir deste ponto, foi utilizado o método de revisão integrativa (RI) nas bases de dados: Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed, sendo selecionado 9 artigos. Tomando como resultado da pesquisa, é perceptível que a enfermagem tem um papel fundamental na assistência dessas vítimas de violência, no entanto falta capacitação profissional para que haja um suporte adequado, desse modo o profissional sente dificuldades no requisito assistencial a essas vítimas de violência, de modo que deixa a desejar esse atendimento. Logo, a enfermagem forense é uma especialização que tem bastante a contribuir com a percepção, detecção e resolução desses casos. Diante disso evidencia-se, a partir desta pesquisa a necessidade do incremento no incentivo dos docentes da área da saúde, junto aos alunos, para a constante necessidade de capacitação específica para formar enfermeiros forenses, por exemplo, mas sobretudo preocupados e engajados e ofertar o melhor serviço possível dentro das suas limitações e possibilidades. Reitera-se novos estudos na área para que a temática tenha mais alcance e o trabalho forense o reconhecimento devido.

Palavras-chaves: violência; enfermagem forense; papel do enfermeiro.

INTRODUÇÃO

A enfermagem forense possui uma compreensão do sistema de saúde, social e legal, engrandecida pelo conhecimento das ciências forenses e da saúde pública, que colaboram com os agentes judiciais, legal, entidades governamentais e sociais na investigação e interpretação clínica no vivo ou na investigação de morte. A sua atuação ocorre em locais diversos, desde hospitais a tribunais de justiça. (ABEFORENSE, 2015).

O trabalho não se limita apenas na coleta de evidências, mas se estende ao atendimento de pessoas envolvidas. A fim de atender a demanda de trabalho e diante do número de vítimas de violência para que haja uma melhor assistência ao cuidado pelo profissional de enfermagem, houve uma necessidade de inclusão de novas áreas qualificadas para atuação desse profissional na área forense. Por sua vez, a área forense qualifica os profissionais para que possam atuar como examinadores havendo ou não uma equipe multiprofissional no local (FURTADO et al., 2021)

O enfermeiro forense tem formação holística para trabalhar na assistência e nos cuidados ao paciente no campo da ciência forense. Segundo Furtado et al. (2021) apesar de todos os recursos que a enfermagem dispõe, há uma necessidade de que haja uma especialidade e entendimento da perícia para um melhor atendimento e suporte às vítimas de violências mais diversas.

Toda violência fere a dignidade humana e expressa uma relação de dominação do mais forte em relação ao mais frágil. Dessa forma, a violência, tornou-se um grave problema de saúde pública em todo mundo, atingindo a humanidade como um todo, pois se tornou um fenômeno complexo socialmente construído ao longo da história (BRASIL, 2016).

Dito isso, o profissional de enfermagem conhece os conceitos importantes sobre a temática da violência, porém é limitado, levando em consideração os encaminhamentos e rastreio da sua ocorrência. Alguns profissionais desconhecem serviços de referência para encaminhamento dos casos de violência que são apresentados na unidade, o que pode levar a prejuízos na interlocução da rede de apoio, dificultando o enfrentamento e o rompimento do ciclo violento. Na teoria, os profissionais de enfermagem, têm ideias essenciais sobre o tema da violência, mas sua compreensão é limitada, implicando na execução fidedigna das ações na notificação dos casos (LIMA et al., 2020).

Nesse sentido, compreende-se que evidenciar essa especialidade e as suas contribuições para o atendimento às vítimas de violência é de fundamental importância para direcionar, sistematizar e qualificar o cuidado em saúde. Além disso, se faz necessário o incremento de estudos que tratem dessa temática, forense, na tentativa de desvendar “caminhos” poucos explorados pela enfermagem, mas de grande contribuição social e assistencial. A enfermagem tem ganhado cada vez mais espaço em diversos contextos do cuidado em saúde e, sobretudo, se atualizando com o passar dos anos no sentido de entender e praticar o cuidado de forma integral e multidisciplinar, o que tem resultado em grandes melhorias assistências.

METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão Integrativa (RI) que aborda pesquisas realizadas com embasamento em fontes disponíveis. É um método que utiliza avaliação crítica e uma síntese de evidências disponíveis sobre um tema investigado, além de uma análise ampla da literatura contribuindo para discussões sobre métodos e resultados da pesquisa. foram utilizadas algumas bases de dados para a pesquisa, como: Literatura Latino-Americano e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e PubMed.

RESULTADOS E DISCURSÕES

De maneira complexa, esse trabalho de revisão teve um baixo número de artigos que casem com a temática abordada, que dificulta a abordagem desse estudo de forma que limita a fonte de pesquisa, ainda assim há de certa forma uma prevalência em determinados pontos da pesquisa que se deixa em evidencia. Um deles é o maior número de artigos que traz como temática a violência, são de pesquisas brasileiras. De 9 artigos encontrados na integra, os 9 contêm sua pesquisa no Brasil.

Outro ponto é a prevalência dos anos de 2021 e 2022, que se destaca uma concentração no ano de 2021. Mostrando que de 9 artigos, 5 eram de 2021.

Manteve a prevalência de artigos com abordagem qualitativa e revisões.

A predominância dos artigos são estudos elaborados por profissionais de enfermagem, e estudos realizados com enfermeiros atuantes.

Torna relevante a integração desse tema no cotidiano dos profissionais da área da saúde, usando como justificativa o baixo número de artigos associados a temática.

O trabalho também ressalta a importância da temática com relação a falta de percepção e conhecimento prático e teórico do assunto deixando a desejar a assistência prestada a essas vítimas de violência no Brasil, levando em evidência que o profissional de enfermagem é o pioneiro no cuidado das vítimas, pois é a base da assistência.

Corroborando com a ideia central, Matos, Sales Junior (2021) destacam que os profissionais têm dificuldade em lidar com os casos de violência sexual devido ao medo de retaliação por parte do agressor, principalmente quando a violência sexual é intrafamiliar.

Diante desse parecer, é necessário a implementação dos procedimentos adotados em outros países, estes precisam ser implementados em países que o cenário forense não é rotina na atuação da enfermagem. Como ocorre no Brasil. (SILVA, et al., 2022)

CONCLUSÃO

Foi possível captar a importância que o enfermeiro forense tem no atendimento as vítimas de violência, além da necessidade da expansão dessa especialização nos processos formativos envolvendo os enfermeiros. Ressalta-se que a expertise nessa área poderá atuar com precisão, contribuindo não só com a coleta de vestígios, como agregando atuação de modo direto com as vítimas, familiares e réus, facilitando e contribuindo na perícia e na investigação de morte, pois o leque de atuação nesta área é extenso abrangendo desde os serviços de saúde até os tribunais de justiça.

Em contrapartida, é possível pensar nas fragilidades e limitações existentes nesse campo de atuação as vítimas de violência, visto que na grande maioria esses profissionais são os primeiros a terem contato com a vítima, logo após o fato. Levando em evidência que os serviços de saúde não têm uma boa rede de amparo para essas vítimas e possuem fragilidades operacionais e estruturais, tais como: coleta e preservação de vestígios forenses; dificuldade para identificar e notificar; falta de conhecimentos forenses para não contaminar e a não percepção da situação como um todo que pode vir a prejudicar ou anular a investigação é importante a capacitação e o incentivo de gestores desses espaços de acolhida aos profissionais e vítimas, intencionando o não comprometimento dos serviços realizados que pode culminar em mais um danos ao paciente/cliente/vítima.

Todavia, ressalta-se a importância da busca pela qualificação da assistência deste profissional, seja por conta própria ou por meio da equipe gestora que é sensível a isso. Ademais, ressalta-se o incremento no incentivo dos docentes da área da saúde, junto aos alunos, para a constante necessidade de capacitação específica para formar enfermeiros forenses, por exemplo, mas sobretudo preocupados e engajados e ofertar o melhor serviço possível dentro das suas limitações e possibilidades.

Reitera-se novos estudos na área para que a temática tenha mais alcance e o trabalho forense o reconhecimento devido.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM FORENSE. **Regulamento das competências técnicas da enfermagem forense**. In: Assembleia da ABEForense, Aracaju 2015. P.2, 7 – 9. Disponível em: <http://www.abeforense.org.br/wp->

content/uploads/2016/06/Competências-Técnicas-da-Enfermagem-Forense.pdf. Acesso em: 14 de março de 2022.

FURTADO, B. M. A. S. M. et al. Investigation in forensic nursing: trajectories and possibilities of action. **Revista da escola de enfermagem da USP** [online]. 2021. V. 55. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/Zb4qHdpCpRBg8rqRjn8TYRK/?lang=en>. Acesso em: 16 de março de 2022.

LIMA, J. C. V. et al. Rastreamento e encaminhamento de casos de violência contra a mulher por enfermeiras na estratégia saúde da família. **Portal de de revistas de enfermagem**. Cogitare enferm., Curitiba, v. 25, e65579, 2020. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-85362020000100317. Acesso em: 15 de março de 2022

MATOS, L.S; SALES JUNIOR, C.A.F. Assistência de enfermagem ao indivíduo vítima de violência sexual. **Rev. enferm. UFPE** on line. 15(2), 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/245965/39054>

SILVA, R.X. et al. Prevenção de vestígios forenses pela enfermagem nos serviços de emergência: revisão de escopo. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/r9k3xVpVBZ5X9XRDKBxFssR/>

PRÉ-NATAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Vitória Maria Souza Costa¹ Graduada do Curso de Enfermagem do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: vitoria.costa@fvj.br
Idaclece Rodrigues de Matos²
Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: Idaclece.matos@fvj.br.

RESUMO

O pré-natal, quando realizado com qualidade, assegura a redução da morbimortalidade materna e neonatal. O enfermeiro exerce função de maior importância nesse processo, ele que acompanha a gestante durante todo o pré-natal e objetiva a detecção precoce de quaisquer intercorrências. Trata-se de um estudo do tipo exploratório-descritivo de abordagem qualitativa trazendo como objetivo principal avaliar as fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem no pré-natal na Atenção Primária à Saúde. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2022 com nove enfermeiros atuantes na APS do município de Aracati-Ce. Apresenta-se os resultados da pesquisa em três temáticas: Potencialidades encontradas na assistência do enfermeiro nas consultas pré-natal, fragilidades encontradas na assistência do enfermeiro nas consultas pré-natal, e estratégias utilizadas na assistência de enfermagem nos cuidados pré-natal. Conclui-se por fim que as potencialidades da assistência pontuados com o ótimo vínculo profissional e paciente, um bom acolhimento, e o suporte essencial do Agente Comunitário de Saúde se sobressaem às fragilidades identificadas nessa realidade.

Palavras-chave: cuidado pré-natal; atenção primária à saúde; cuidados de enfermagem.

INTRODUÇÃO

A assistência pré-natal adequada resulta na detecção e intervenção prévia das situações de risco tendo como objetivo principal a redução das causas predominantes da mortalidade materna e neonatal. O acompanhamento pré-natal se faz necessário para o saudável desenvolvimento do binômio mãe-bebê esse acompanhamento deve ser feito nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), onde o cuidado deve ser integral e articulado com todos os programas que complementam o programa de atenção ao pré-natal. (BRASIL, 2013).

Um acompanhamento pré-natal com uma boa assistência consegue detectar possíveis complicações e intervir das situações de risco precocemente, bem como adquirir boas referências médicas e hospitalares, regulação de leitos obstétricos, qualificação da assistência ao parto e nascimento, acolhimento com boa classificação de risco – ACCR. Esses são os principais determinantes dos indicadores de saúde relacionados à maternidade e ao parto que têm potencial para reduzir os motivos relevantes de mortalidade materna e neonatal (BRASIL, 2012).

Perante o exposto, questionou-se o seguinte: quais as fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem no pré-natal da Atenção Primária à saúde? Diante disso, o estudo tem como objetivo avaliar as fragilidades e potencialidades da assistência de enfermagem no pré-natal na Atenção Primária à Saúde.

Espera-se que o estudo contribua para a reflexão dos profissionais sobre a sua importância neste cenário, com o objetivo da busca de estratégias para a melhoria da assistência, e prestá-la de forma mais humanizada e científica as gestantes.

MARCO TEÓRICO

Em 1984 o Ministério da Saúde criou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o objetivo de promover melhores condições de vida e a saúde das mulheres brasileiras, em todos os ciclos de sua vida, com garantia de direitos legalmente constituídos e ao acesso a serviços de prevenção, promoção, tratamento, assistência e recuperação da saúde em todo o território brasileiro, preconizando o atendimento multiprofissional (BRASIL, 2004).

Com essa conquista normatizou-se o pré-natal no Brasil. Ademais, com a implementação desse projeto foi inserido outro no ano de 2000, o Programa de Humanização no Pré-Natal e ano Nascimento (PHPN), que tem por objetivo proporcionar a melhoria do acesso, da cobertura e da qualidade do acompanhamento pré-natal, da assistência ao parto e puerpério às gestantes e ao recém-nascido, na perspectiva dos direitos de cidadania (BRASIL, 2002).

Ressalta-se que, com sua implementação, melhorou o percentual de consultas realizadas no pré-natal e, conseqüentemente, o número de gestas imunizadas com a vacina antitetânica, cresceu 100% de 2001 para 2002. Porém, os resultados ainda não foram satisfatórios, pois somente 2% das mulheres cadastradas no programa realizaram todas as orientações do Ministério da Saúde (SERRUYA *et al.*, 2004).

Passala (2022) em seu estudo encontrou lacunas importantes relacionadas a educação em saúde, contando como fragilidade no cuidado de enfermagem no pré-natal, uma vez que para ela a gestação exige o processo educacional sólido e efetivo para a promoção de saúde e bem-estar do binômio mãe-bebê. Notou-se também fragilidades ligadas a deficiência no exame físico. Já como potencialidades evidenciou a escuta ativa, o acolhimento e a formação do vínculo da profissional com a paciente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa que teve como cenário oito Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS), da zona urbana do município de Aracati- Ceará. Os critérios de inclusão foram: enfermeiros atuantes na atenção básica especificamente nas unidades em Aracati e os critérios de exclusão: enfermeiros que atuam na gestão em saúde, que estejam de licença, atestado ou afastado nos últimos 6 meses. Totalizaram-se nove enfermeiros participantes.

Os dados foram gerados a partir de entrevistas semiestruturadas com os enfermeiros realizadas entre 20 de novembro e 02 de dezembro de 2022. Para identificação do participante, cada um escolheu seu nome de como gostaria de ser apresentado na pesquisa e prontamente sucedeu-se com a entrevista semiestruturada. A coleta de dados foi gravada em áudios em concordância com os participantes e posteriormente transcritas e analisadas.

Os dados apurados nas entrevistas foram analisados de acordo com Minayo (2007) a qual divide o processo em três etapas: fase exploratória, trabalho em campo, tratamento dos resultados obtidos que se subdivide em três tipos de procedimentos: ordenação dos dados, classificação dos dados e análise propriamente dita (MINAYO, 2007).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Participaram deste estudo nove enfermeiros atuantes nas Unidades de Atenção Primária à Saúde da zona urbana do município de Aracati-Ceará. Diante da análise dos dados coletados através das entrevistas foram elencadas três temáticas: Potencialidades encontradas na assistência do enfermeiro nas consultas pré-natal, fragilidades encontradas na assistência do enfermeiro nas consultas pré-natal, e estratégias utilizadas na assistência de enfermagem nos cuidados pré-natal.

A principais potencialidades encontradas a partir da análise das entrevistas realizadas foram: o vínculo profissional e paciente, o acolhimento e o Agente Comunitário de Saúde citado como uma das maiores potencialidades do SUS.

O vínculo nas consultas realizadas pelo enfermeiro é de suma importância para que o paciente se sinta mais confortável, mais confiante favorecendo o decorrer de todo o Processo pré-natal. O acolhimento feito de qualidade pelas enfermeiras resulta em bons atributos como tirar as dúvidas, receber bem e orientar, fazem com que as consultas de enfermagem sejam conhecidas como boas e acolhedoras. O serviço dos Agentes Comunitários de Saúde é primordial tanto para o município, estado, como para os pacientes. Ele é que faz um dos papéis mais importantes para atingir um dos indicadores do Previne Brasil se tratando de consultas de atenção ao pré-natal.

Foram elencadas três fragilidades de maior relevância na percepção da autora: as áreas descobertas por ACS, a sobrecarga do enfermeiro na APS, e a morosidade dos exames laboratoriais de rotina pré-natal.

A maior fragilidade citada por todos os enfermeiros é a morosidade na marcação e nos resultados dos exames laboratoriais estabelecidos pelo Ministério da Saúde, acarretando na interrupção de um cuidado contínuo e sistemático que o pré-natal deve ser.

As três estratégias mais comum entre os enfermeiros que participaram da coleta de dados são: educação em saúde nos dias de atendimento a gestante, consulta compartilhada, uso das redes sociais a favor da melhoria do atendimento a gestante.

Aproveita-se que a paciente está na unidade para fazer todos os procedimentos que são de suma importância para a qualidade na assistência que beneficia o binômio mãe-bebê com um acompanhamento o mais completo possível visando a redução de intercorrência na gestação, parto e puerpério.

O profissional de saúde sempre está fazendo uso da educação em saúde, que é transferir conhecimento e informações para seus pacientes.

A consulta compartilhada é um tipo de atendimento realizado por profissionais de diferentes áreas juntamente com o paciente para construir planos de ação para qualificar o atendimento, visando solucionar algum impasse em que não cabe só a uma especialidade. (BRASIL, 2010)

Outra estratégia bastante utilizada e instigante é o uso das redes sociais para disseminar informações sobre as dúvidas mais comuns entre as gestantes e ainda para conseguir alcançar mais pessoas, principalmente a população de área descoberta por ACS.

A pesquisa conseguiu atingir o objetivo estabelecido, o estudo destaca-se por validar que a qualidade da assistência de enfermagem está diretamente relacionada a satisfação do profissional e ao seu ambiente de trabalho. Em face disso, essa assistência pode ser aprimorada a partir da resolução dos principais empecilhos mencionados, que dizem respeito à sobrecarga de trabalho exaustiva dos enfermeiros das UAPS, em que a maioria dos entrevistados relataram, e também o auxílio ainda insuficiente na gerência de demanda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cinthia Palloma Farias de *et al.* ASSISTÊNCIA AO PRÉ-NATAL NO RIO GRANDE DO NORTE: acesso e qualidade do cuidado na atenção básica. **Revista Ciência Plural**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 61-80, 26 ago. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/2446-7286.2021v7n3id22151>. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/22151/14658>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Humanização do parto e do nascimento** / Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p.: **Cadernos Humaniza SUS**; v. 4). Disponível em: https://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

HUMANIZAÇÃO, Secretaria de Atenção À Saúde Política Nacional de. **Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN)**. Brasília: Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará, 2014. 465 p. Disponível em: https://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/caderno_humanizaus_v4_humanizacao_parto.pdf. Acesso em: 21 mar. 2022.

PASALA, Carolina. **O cuidado de enfermagem no pré-natal com competência a partir do olhar de gestantes**. 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/75657/R%20-%20D%20-%20CAROLINA%20PASALA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 jul. 2022.
PRÉ-NATAL. Secretaria de estado de saúde–GO, 2019. Disponível em: <https://www.saude.go.gov.br/biblioteca/7637-pr%C3%A9-natal>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SERRUYA, Suzanne Jacob *et al.* O panorama da atenção pré-natal no Brasil e o Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 4, n. 3, p. 269-279, set. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1519-38292004000300007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/XzNYDhjZKvvMg5fqBvDjN9f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 abr. 2022.

CONSTRUÇÃO DE ELEMENTOS ESTRUTURAIS PARA UM VÍDEO EDUCATIVO PARA ORIENTAÇÃO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE DOCENTES E ESCOLARES DA REDE PÚBLICA

**Renman Fernandes de Lima¹ (Graduando do Curso de Enfermagem enfermagem do Centro Universitário Unijaguaribe. E-mail: renman.fernandes@fvj.br),
Sabrina Silva dos Santos² (Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Vinculada ao Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Aracati-CE e ao Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: sabinasilva.santos@fvj.br)**

RESUMO

Por passar grande parte do tempo em escolas, jovens e crianças, deveriam ter mais acesso a assuntos ligados a saúde que poderiam ser mais abordados e discutidos, pensando nesse aspecto, o objetivo do trabalho constitui-se na construção de um vídeo educativos para orientação de docentes e escolares sobre urgência e emergência para utilizar em possíveis intercorrências, utilizando o processo de pesquisa teórico-metodológico para formação de uma tecnologia em saúde. Realizado em escolas de ensino médio do município de Beberibe, esperando obter uma resposta satisfatória dos docentes e escolares em relação ao conteúdo apresentado no vídeo, bem como compreensão das técnicas mostradas de maneira lúdica.

Palavras-chave: vídeo educativo; primeiros socorros; escolas; enfermagem

1. INTRODUÇÃO

Primeiros socorros são os atendimentos prestados as vítimas de acidentes com o objetivo de minimizar os riscos posteriores, agravo da lesão, e estabilização do paciente. Por isso a grande importância da disseminação dos conhecimentos de cuidados imediatos, principalmente para a população mais jovem, para que esteja preparada para atuar frente a situações de risco e proporcionar de forma mais segura o primeiro atendimento, até que a unidade especializada chegue ao local e preste o devido cuidado.

Em escolas, pelo fato da grande concentração de jovens, pode-se considerar como um local de riscos. O momento de intervalo das aulas em escolas é o mais propício a incidentes, pois os alunos aproveitam para interagir uns com os outros, causando, pelo momento eufórico, acidentes (DE FARIA et al., 2020). Por isso as intervenções de emergência são de importante conhecimento principalmente em ambientes escolares, visto a possibilidade de eventualidades em alguns locais de risco, como pátios, corredores, parques e entre outros, podendo piorar o estado clínico do paciente pelo atendimento malfeito e/ou não realizado (GRIMALDI et al., 2020).

Por passar grande parte do tempo em escolas, jovens e crianças, deveriam ter mais acesso a assuntos ligados a saúde que poderiam ser mais abordados e discutidos (LIMA; NEVES JUNIOR, 2016), tendo em vista, que o conhecimento em primeiros socorros por parte de adolescentes é insuficiente para que possam agir em situações de urgência e emergência (SANTANA et al., 2020).

O número de profissionais que atuam em escolas e não receberam treinamento de prevenção de acidentes é alto. Mostrando que é necessário o desenvolvimento dessa prática para a população (BRITO et al., 2020) Além disso, por não terem o preparo necessário, para atuar em situações de intercorrência, os professores tem o sentimento de insegurança e nervosismo

(ZONTA et al., 2019). Portanto, uma das estratégias para melhor fornecimento de primeiros socorros é à implementação nos currículos do ensino médio (RANKIN et al., 2020; SANTANA et al., 2020).

Com o objetivo de unir forças, dois grandes ministérios, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, com objetivos em comum deram início a criação e implementação do Programa Saúde na Escola- PSE com o objetivo de promover aos estudantes da rede pública ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2007). Mesmo que a atuação do programa saúde na escola seja de grande importância, ainda existe a necessidade de ofertar qualificação em primeiros socorros aos professores (GALINDO NETO et al., 2018). Mais recentemente, foi decretado a LEI N° 13.722/18 (Lei Lucas), onde prevê que estabelecimentos de ensino públicos ou privados, assim como locais destinados a recreação infantil, deverão capacitar os profissionais em noções básicas de primeiros socorros (BRASIL, 2018).

Assim, por meio da instituição do PSE profissionais das mais diversas categorias cumprem um calendário de atuação nas escolas, onde são tratados os temas mais diversos saúde sexual e reprodutiva; saúde bucal; prevenção de álcool e outras drogas; cuidados com a saúde mental; higienização; nutrição; obesidade infantil e outros. A iniciativa conta o envolvimento dos profissionais das Equipes de Saúde da Família, diretores e docentes das escolas, a fim de que possam garantir o cuidado, promoção e prevenção da saúde na fase escolar. As formas como os assuntos são abordados compreendem palestras, rodas de conversas, reuniões, aulas expositivas jogos e vídeos educativos de modo que a temática seja abordada dentro das metodologias ativas possíveis e disponíveis (BRASIL, 2009).

Em face disso, a enfermagem, como uma das profissões percursoras no campo da promoção e prevenção tem aprimorada a abordagem das temáticas seja no PSE ou em outros momentos. Ademais, com o PSE outras necessidades de saúde, capacitações e educação em saúde se tornou mais evidente com a chegada dos profissionais da saúde na escola, como por exemplo, a necessidade da capacitação referente às situações de urgência e emergência. Por conseguinte, a possibilidade da utilização de orientações sobre esse assunto, no formato de vídeo educativo, constituição além de um recurso tecnológico acessível e interativo, oportunidade de inovação no campo da educação em saúde o que tem ganhado cada vez, mas força pela enfermagem. Ademais, a utilização de jogos educativos, vídeos, cartilhas, cadernetas etc. reiteram a preocupação e sofisticação presentes nos processos de trabalho dos profissionais e, sobretudo, na relação do ensino-aprendizagem com as temáticas da saúde (JÚNIOR et al., 2017; BRASIL, 2009).

Por se tratar de um tema que remete a prática em saúde e algumas complexidades, pensar nas situações de urgência e emergência no espaço escolar torna-se relevante, pois as situações estarão presentes diariamente, sendo necessário que alunos e professores estejam aptos a realizar as primeiras medidas diante de uma situação de risco. A construção de um vídeo educativo remete a versatilidade, aplicabilidade e interação com o público com o qual deseja estabelecer contanto e promover cuidado em saúde (BRASIL, 2015).

Ante o exposto, o vídeo educativo possibilitará que alunos e docentes possam se aproximar da temática, receber orientações e, sobretudo, na ausência do profissional enfermeiro, estarem atuando como multiplicadores das informações dentro e fora do espaço escolar. Vale ressaltar que umas das especificidades dos vídeos educativos dizem respeito a chamar a atenção para um conteúdo que poderia ser considerado “maçante”, mas que por meio das imagens em movimento, cores, sons diversos despertam novo interesse pela temática e, conseqüentemente, direcionam para novas possibilidades de ensino-aprendizado (JÚNIOR, 2017; CHAMPANGNATTE, 2011).

Segundo Júnior (2017 p. 2) “ao utilizar o recurso audiovisual, o enfermeiro oferece ao público uma base sólida de conhecimentos para que ele compreenda melhor as informações, tenha a capacidade de formar uma opinião crítica”. O cuidado em saúde com base na promoção e prevenção de cuidados é fundamental para uma assistência integralizada e qualificada. Diante disso, a utilização de tecnologia educativa por meio dos profissionais enfermeiros se constitui em uma ferramenta de auxílio para abordagem de diversas temáticas visando melhorias nos processos de trabalhos realizado e, conseqüentemente, o incremento de tecnologias aos modelos tradicionais de cuidados, intencionando a sua ampliação e inovação (CHAMPANGNATTE, 2011).

Tendo em vista tudo o que já foi dito acima, surgiu a seguinte pergunta norteadora do projeto: quais as vivências dos alunos e professores de escolas públicas, em situações de urgência e emergência? A fim de responder a problematização o objetivo do trabalho constitui-se na construção de elementos estruturais de um vídeo educativo para orientação de docentes e escolares em urgência e emergência para utilizar em possíveis intercorrências, de acordo com as suas respectivas vivências.

2. MÉTODO

Estudo teórico-metodológico, com o objetivo de desenvolvimento de tecnologia em saúde com contribuições de conteúdos educacionais e audiovisuais (Kindem & Musburger, 2005; Filatro & Cairo, 2015), elaborado em três fases: pré-produção, produção e pós produção do vídeo educativo, incluindo as três fases estima-se um período de 6 meses, entre junho a dezembro de 2022. Salienta-se que o vídeo é uma ferramenta poderosa composta por diversos recursos que chamam atenção dos estudantes proporcionando o apoio ao processo ensino-aprendizagem (Filatro & Cairo, 2017).

Para a obtenção do objetivo do estudo, foram percorridas duas etapas: 1) Levantamento do conteúdo a ser utilizado no vídeo; e 2) Construção das cenas do vídeo para apreciação por juízes na área.

2.1 Primeira fase- Levantamento do conteúdo a ser utilizado no vídeo

Na primeira etapa, realizada entre fevereiro a novembro de 2022, o levantamento do conteúdo do vídeo ocorreu em dois passos: identificação do conhecimento da população por meio de uma atividade de extensão no decorrer da graduação em enfermagem e por revisão narrativa da literatura.

2.1.1 Revisão Integrativa da Literatura

A Revisão Integrativa da Literatura sobre tecnologias em saúde, tecnologias educacionais e urgência e emergência objetivou o levantamento científico das produções de modo sistemático a fim de conhecer e evidenciar as produções nesse contexto, tendo em vista que são essenciais para balizar o direcionamento e desenho do estudo, tendo como base o que está sendo produzido no meio acadêmico (GALVÃO, MENDES, SILVEIRA, 2010).

O método de RI seguiu seis etapas: 1) elaboração da questão de pesquisa; 2) amostragem ou busca na literatura dos estudos primários; 3) extração de dados dos estudos primários; 4) avaliação dos estudos primários incluídos na revisão integrativa; 5) análise

e síntese dos resultados da revisão integrativa e 6) apresentação da revisão integrativa (GALVÃO, MENDES, SILVEIRA, 2010).

As buscas foram realizadas nas bases de dados da *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS)*, *U.S. National Library of Medicine and the National Institutes Health (PubMed)* no período de outubro a novembro de 2022.

A questão que guiou a revisão integrativa foi: quais os tipos de tecnologias educacionais ou de saúde tem sido utilizadas para informar sobre as temáticas de urgência e emergência no ambiente escolar?

Adotou-se como critérios de inclusão: estudos científicos disponíveis eletronicamente na íntegra, nas bases de dados escolhidas para coleta; artigos disponíveis no idioma português ou inglês, que atendessem ao alcance dos objetivos da temática. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados e cujo texto não estivesse disponível na íntegra, revisões, opiniões de especialistas e cartas ao editor.

Os descritores foram obtidos junto aos Descritores Medical Subject Headings-MesSH e Ciências da Saúde-DeCS, sendo estes: *tecnologia em saúde; tecnologia educacional*; os quais foram interligados pelos operadores booleanos AND e OR.

Os cruzamentos dos descritores utilizados durante a RI estão detalhados no Quadro 1.

QUADRO 1- Cruzamentos realizados nas bases de dados e periódicos selecionados. Aracati-CE, 2022.

Cruzamento	Descritores + operador booleano
01	Tecnologia em Saúde OR tecnologia educacional AND enfermagem AND urgência e emergência
02	Tecnologia em Saúde AND Enfermagem AND Urgência e Emergência
03	Tecnologia em Saúde OR Tecnologia educacional AND Urgência e Emergência AND enfermagem

Fonte: Descritores indexados no Medical Subject Headings-MesSH e Descritores em Ciências da Saúde-DeCS.

O acesso a cada base de dados foi feito pelo pesquisador em dois dias e cada busca durou em média quatro horas. Essa etapa correspondeu às fases de seleção e busca do material literário.

Os artigos identificados nas bases de dados e periódicos foram submetidos a três etapas de avaliação, a saber: 1ª) *apreciação do título, resumo e descritores que abordassem a temática da pesquisa*; 2ª) *leitura do material na íntegra objetivando identificar a adequação dos artigos as perguntas norteadoras, aos critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos conforme Protocolo da Revisão Integrativa da Literatura*; 3ª) *extração das características essenciais: tecnologia em saúde; tecnologias essenciais na promoção da saúde e assistência de enfermagem*.

A seguir, os resultados iniciais após as buscas, com os respectivos cruzamentos, proposto em cada base de dados e o quantitativo final após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e exame do título, resumo e descritores (Quadro 2).

QUADRO 2- Resultados obtidos dos três cruzamentos realizados em cada base de dados. Aracati-CE, 2022.

Cruzamento	Base de dados	Amostra inicial	Após critérios de inclusão e exclusão	Após exame inicial dos artigos filtrados	Seleção da amostra final
Tecnologia em Saúde OR tecnologia educacional	Lilacs	24	13	08	08
	PubMed	38	13	08	01

AND enfermagem AND urgência e emergência					
Tecnologia em Saúde AND Enfermagem AND Urgência e Emergência	Lilacs	153	28	28	0
	PubMed	98	28	13	0
Tecnologia em Saúde OR Tecnologia educacional AND Urgência e Emergência	Lilacs	24	13	08	0
	PubMed	35	28	13	0
TOTAL		372	123	78	08

Assim, um total de oito artigos resultantes dos três cruzamentos foram analisados por meio da leitura completa e apurada e considerados adequados para compor a amostra final que seguiu para a terceira etapa.

Para síntese e análise dos estudos selecionados, os quais atenderam aos critérios de inclusão foi construído um instrumento de revisão adaptado de Ursi (2005). Nesse instrumento foram incluídas variáveis específicas à temática. O instrumento contemplou as seguintes variáveis: título do estudo; autores; ano de publicação; objetivo do estudo; resultados; conclusões.

2.2 Segunda fase- Construção dos elementos estruturais do vídeo

2.2.1 Pré-produção

Essa fase corresponde a todo o processo criativo do projeto que se origina no processo de pensar qual será a ideia central do vídeo, as cenas, o roteiro, desenhos e a filmagem propriamente dita. Para realização dessa fase é orientado que seja seguido quatro passos, a saber:

1. elaboração da sinopse ou storyline;
2. criação do argumento;
3. organização do roteiro;
4. desenvolvimento do storyboard (KINDEM; MUSBURGUER, 2009).

Como percebido em estudos semelhantes, cada etapa possui a sua singularidade e importância durante a etapa da pré-produção, sendo indispensável a aplicação de cada uma desses momentos.

- 1) **Sinopse:** Trata-se do resumo do vídeo, ou seja, a ideia central do que se pretende tratar. Segundo Comparato (2009) deve ser possível de ser descrita em um único parágrafo.
- 2) **Argumento:** Esse passo tem por objetivo elucidar como se desenvolverá cada cena presente no vídeo. Diferentemente da sinopse, o autor do vídeo, deverá apresentar pequenos resumos de cada cena, intencionando contextualizar o leitor/expectador com a história. Embora mais longo do que a sinopse, o argumento deverá ser conciso sem necessidade de ser muito extenso, ou seja, claro e objetivo (KINDEM; MUSBURGUER, 2009).
- 3) **Roteiro:** Surgiu a partir dos passos anteriores. Nesse momento da pré-produção o objetivo é detalhar todas as cenas contidas na história do vídeo com a linguagem técnica, mas acessível a fim de que seja capaz o entendimento para quem vai elaborar. Ademais, aqui será definido os personagens, o tempo de fala de cada um

e os recursos necessários para as próximas fases. (KINDEM; MUSBURGUER, 2009).

- 4) **Storyboard:** Entende-se como a fase “real” do vídeo, pois deve ser iniciado o processo de construção dos personagens para a sua visualização para a pesquisa. Neste estudo, a limitação quanto ao financiamento limitou essa passo, de modo que as construção foram feitas pelo próprio pesquisador em formato de desenhos primários (KINDEM; MUSBURGUER, 2009).

A criação da sinopse, argumento e roteiro do vídeo educacional aconteceram em outubro de 2022, sendo o pesquisador central responsável por todas as etapas a partir das sugestões da orientadora. Dessa forma, após identificar as demandas e o déficit sobre a temática no ambiente escolar por meio da RI houve a construção e o consenso sobre a principal história/situação de que o vídeo trataria.

2.4 Análise dos dados

A análise dos dados foi composta pela avaliação dos artigos encontrados na RI e a sua contribuição para a elaboração do construtor do vídeo educacional de acordo com a temática do estudo. Os dados da RI serão dispostos em tabelas do Word contendo variáveis qualitativas dos artigos selecionados e que compuseram as bases literárias RI e, sobretudo, da pesquisa.

No que se refere a segunda fase do estudo, os dados da sinopse, argumento e roteiro, bem como o esboço das cenas que fizeram parte da tecnologia em saúde foram descritos em quadros a fim de facilitar a avaliação e visualização no momento da leitura e ideação de cada cena. Ademais essa apresentação será útil para o momento futuro da Validação de conteúdo, a qual deverá acontecer em outro momento da pesquisa.

2.5 Aspectos éticos

Considerando os aspectos éticos e legais da pesquisa, o estudo não envolveu coleta com seres humanos e dessa forma não houve a necessidade da submissão ao Comitê de Ética e Pesquisa. Além disso, respeitou-se os direitos de autoria e publicação dos autores envolvidos na pesquisa em consonância com a Lei de Direitos Autorais Nº 2.853, de 14 de agosto de 2013.

3. RESULTADOS

3.1 Revisão Integrativa da Literatura

3.2 Construção dos elementos estruturais do vídeo

3.2.1 Pré-produção

Neste tópico, serão apresentados os resultados do desenvolvimento da sinopse, argumento, roteiro e storyboard, sendo as partes essenciais e fundamentais para essa parte de criação do vídeo.

3.2.1.1 Sinopse

A sinopse para este vídeo foi descrita da seguinte forma: trata-se da representação da manobra de heimlich para o público escolar. Essa manobra deve ser explicada de

maneira simples para que os alunos e professores compreendam de maneira mais simples a aplicação do procedimento, quem pode e como deve se proceder de forma eficaz.

3.2.1.2 Argumento

No que consiste no argumento do vídeo para alcance dos objetivos propostos com a disseminação das informações por meio da utilização da tecnologia em saúde, o mesmo foi apresentado da seguinte forma: Inicialmente será realizado uma pequena introdução ao conteúdo: Descomplicando a manobra de heimlich. Para a demonstrar de maneira didática o conteúdo do vídeo, serão utilizadas animações com personagens e imagens criados especificamente para o vídeo educacional. Após a saudação inicial, explicando a que se refere o conteúdo e apresentação dos personagens, dará início a explanação do conteúdo de maneira descontraída, como se os personagens estivessem conversando com os alunos da sala, mostrando diversas formas/maneiras desta manobra ser executada e suas particularidades de acordo com as necessidades do paciente. Mantendo um equilíbrio de linguagem formal e coloquial, trazendo expressões regionais para a facilitação do conteúdo para os jovens, afim de proporcionar a melhor fixação e atenção dos alunos no respectivo conteúdo.

3.2.1.3 Roteiro

Realizada as construções da sinopse, argumento seguiu-se para a construção do roteiro que comporá a fase de validação do material, sendo este material apresentado no quadro a seguir :

Vídeo	Áudio
<p>Introdução</p> <p>1. O personagem enfermeiro de jaleco e com um estetoscópio entra na sala de aula de uma escola e inicia a introdução ao conteúdo.</p>	<p>Oi gente meu nome é José, sou enfermeiro e vim aqui hoje falar um poquinho com vocês, tudo bem ?</p> <p>1. Olá, você por acaso já ouviu falar na manobra de heimlich? Ou até mesmo presenciou alguém realizando essa manobra?</p> <p>1.1 Bem, para simplificar deixe-me explicar oque é essa manobra com um nome tão estranho.</p> <p>1.2 Heimlich é nada mais que a manobra utilizada para desengasgar tanto adultos como crianças, seja de pedaço de comida ou quaisquer outras coisas que venham a impossibilitar a passagem de ar, impedindo a respiração.</p> <p>1.3 É muito eficaz e bem simples, podendo ser utilizada mesmo por pessoas que não sejam da área da saúde, até mesmos vocês desta sala.</p>
<p>2. Um dos alunos da escola, Rogerinho ajudará a explanação do conteúdo junto ao enfermeiro José.</p>	<p>2. Agora irei chamar meu amigo, o nome dele é Rogerinho e ele irá passar para vocês o processo dessa manobra, como faze-la de maneira bem simples e descomplicada.</p> <p>2.2 Olá pessoal meu nome é rogerinho e vou explicar para vocês a manobra de heimlich, é uma manobra tão fácil que eu já aprendi e agora irei ensinar para vocês.</p>
<p>Explanação do conteúdo</p>	<p>3. Se a pessoa for um adulto você deve se</p>

<p>3. Neste momento do vídeo será mostrado uma imagem das mãos posicionadas corretamente.</p> <p>3.1 O enfermeiro com expressão de confusão corrigi o aluno.</p> <p>3.2 Rogerinho sem graça coça a cabeça.</p> <p>3.3 Aparece uma imagem mostrando de como se fazer a pressão de maneira correta.</p> <p>3.5 Um dos alunos da classe que está ouvindo a explicação levanta a mão e faz uma pergunta.</p> <p>3.6 Rogerinho faz sinal de positivo com as mãos para o aluno.</p> <p>3.7 Uma nova imagem é mostrada para facilitação do entendimento da classe.</p> <p>3.8 Novas imagens sendo inseridas no vídeo a medida em que a explicação se ocorre.</p> <p>3.9 Enfermeiro José com expressão de atenção.</p> <p>3.10 Rogerinho sussurra.</p> <p>3.11 Imagem mostrando a boquinha da criança.</p>	<p>posicionar como se fosse abraçar a pessoa pelas costas, deixar uma mão fechada e a outra mão você deixa aberta encobrindo a outra mão, bem na região da “boca do bucho”</p> <p>3.1 Epgástrico Rogerinho!</p> <p>3.2 Ah! É verdade, não sei falar esses nomes estranhos!</p> <p>3.3 Enfim, com as mãos apoiadas no epgástrico você vai fazer pressão como se estivesse abraçando a pessoa, porém as mãos devem fazer um movimento de baixo pra cima, como se fosse um “J”, vou mostrar uma imagem pra vocês entenderem melhor.</p> <p>3.4 Você pode pedir para pessoa forçar uma tosse, para que o objeto seja expulso das suas vias aéreas mais rapidamente.</p> <p>3.5 Uma pergunta, e em bebês? Dá pra fazer?</p> <p>3.6 Mas é claro! Em bebês é um pouco diferente.</p> <p>3.7 Você deve apoiar a cabeça da criança na sua mão e o resto do corpo você deixa apoiada no seu antebraço, com a cabeça um pouco mais baixa comparada ao corpo, para que a gravidade ajude no processo de desengasgar.</p> <p>3.8 Com a criança de barriga para baixo dê 5 palmadinhas no “miolo das costas”, ou melhor, entre as escápulas, como se estivesse tentando empurrar o objeto em direção ao chão, se a criança ainda estiver engasgada vire-a de barriga pra cima e faça 5 compressões com os dedos indicador e dedo médio na “caixa dos peitos” ...</p> <p>3.9 Onde?!</p> <p>3.10 No esterno... Bicho chato viu.</p> <p>3.11 Depois olhe na boquinha da criança se consegue ver o objeto ou comida que ela se engasgou e o retire. Repita o processo caso necessário.</p>
<p>Finalização</p> <p>4. Enfermeiro José volta à cena principal.</p> <p>4.2 Aparece um sinal de atenção no vídeo com o enfermeiro José alertando a turma.</p>	<p>4. Isso aí rogerinho gostei de ver!</p> <p>4.1 Aprendeu direitinho, falta agora só falar os nomes corretos neh? Mas isso a gente vê depois. Mas enquanto a vocês pessoal, alguma dúvida?</p> <p>4.2 ATENÇÃO! Essa manobra é feita para ajudar situações do cotidiano, mas sempre ligue para a emergência e peça ajuda.</p>

Fonte: Elaborador da pesquisa

3.2.1.4 Storyboard

No processo de criação do storyboard, inicialmente, foram criados os personagens, ícones e tipografia do vídeo, bem como as cores a serem utilizadas (Figura2), os quais foram submetidos à avaliação de docentes do curso de enfermagem de modo informativo. A partir dessa avaliação, foram realizadas as seguintes alterações: 1) o personagem principal que parece representar um profissional e um jovem aluno da escola em que está sendo reproduzido o vídeo 2) as cores do fundo da imagem foram modificadas, sendo utilizadas tonalidades frias, a fim de tornar a visualização mais agradável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 13.722, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018. **Presidência da República Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos**, 2018.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 maio 2016.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013.

BRITO, J. G. et al. Effect of first aid training on teams from special education schools. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 73, n. 2, 2020.

CHAMPANGNATTE DMO, Nunes LC. **A inserção das mídias audiovisuais no contexto escolar**. Educ Rev. 2011 Dez; 27(3):15-38.

DE FARIA, W. A. et al. Primeiros socorros para professores em âmbito escolar: Revisão integrativa. **Nursing (São Paulo)**, v. 23, n. 267, 2020.

GALINDO NETO, N. M. et al. Teachers' experiences about first aid at school. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 71, 2018.

GOMES, G. I.; MISSIO, L.; BERGAMASCHI, F. P. R. Sondagem vesical de demora masculina e feminina: o processo de construção de um vídeo educativo. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, 2021.

GRIMALDI, M. R. M. et al. A escola como espaço para aprendizado sobre primeiros socorros. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 10, 2020.

LIMA, L. L. N.; NEVES JUNIOR, R. Brigada Estudantil de Prevenção de Acidentese Primeiros Socorros em Palmas (TO). **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 40, n. 2, 2016.

RANKIN, T. et al. Recent high school graduates support mandatory cardiopulmonary resuscitation education in Australian high schools. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 44, n. 3, 2020.

RODRIGUES JUNIOR, J. C. et al. Construção de vídeo educativo para a promoção da saúde ocular em escolares. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017.

SANTANA, M. M. R. et al. Intervenção educativa em primeiros socorros para escolares da educação básica. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 10, 2020.

ZONTA, J. B. et al. Autoconfiança no manejo das intercorrências de saúde na escola: contribuições da simulação in situ. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 27, 2019.

FARMÁCIA

ANÁLISE DAS ALTERAÇÕES CLÍNICAS E HEMATOLÓGICAS ASSOCIADAS ÀS ARBOVIROSES DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA

Ana Beatriz de Sousa Silva¹ (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: beatriz.silva@fvj.br);
Orientadora: Darcielle Bruna Dias Elias² (Professora Dra. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: darcielle.elias@fvj.com.br).

RESUMO

As arboviroses são enfermidades virais transmitidas, principalmente, por mosquitos que afligem o mundo inteiro, causando diversas epidemias. Elas são consideradas graves problemas de saúde pública, devido a sua rápida transmissão e adaptação, tanto ao ambiente, quanto ao seu hospedeiro. Dessa forma, considerando que as principais arboviroses existentes no Brasil são: Dengue, Zika e Chikungunya, a presente pesquisa teve como objetivo discorrer sobre as principais alterações clínicas e hematológicas associadas a essas arboviroses. Assim, este estudo se caracteriza como uma revisão qualitativa da literatura científica disponível em publicações bibliográficas íntegras e originais, tendo o levantamento dos acervos científicos sido executado no intervalo de agosto a outubro de 2022. Nesse ponto, a revisão selecionou no período de 2016 a 2022, periódicos científicos e registros de pesquisas científicas de plataformas digitais. De modo geral, as arboviroses causam diversas alterações clínicas e hematológicas na fisiologia humana, podendo ser constatadas através da anamnese do paciente e pela realização do hemograma. Com relação à Dengue, os principais achados clínicos foram: artralgia, dor de cabeça, manchas avermelhadas pelo corpo, mialgia e febre. Leucopenia e plaquetopenia foram as alterações com o maior percentual encontrado considerando as manifestações hematológicas. A Chikungunya, por sua vez, apresentou artralgia, dor de cabeça, febre e mialgia como principais sintomas clínicos, e, leucopenia e plaquetopenia como os principais resultados hematológicos encontrados. A Zika, não obstante, retratou como principais alterações clínicas a artralgia e manchas avermelhadas pelo corpo e, leucopenia, linfopenia, trombocitopenia com o mesmo percentual de frequência de manifestações hemáticas.

palavras-chave: arboviroses; dengue; Chikungunya; zika; alterações clínicas; alterações hematológicas.

INTRODUÇÃO

Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos, principalmente, por mosquitos. As mais comuns em ambientes urbanos são Dengue, Zika e Chikungunya. Os vírus causadores dessas doenças são transmitidos pelo vetor *Aedes aegypti* (SANTOS, 2017). As arboviroses são um crescente problema de saúde pública no mundo, principalmente, pelo potencial de dispersão, pela capacidade de adaptação a novos ambientes e hospedeiros (vertebrados e invertebrados), pela possibilidade de causar epidemias extensas, pela susceptibilidade universal e pela ocorrência de grande número de casos graves, com acometimento neurológico, articular e hemorrágico (DONALISIO et al., 2017).

No tocante, a tripla epidemia por arboviroses no cenário brasileiro nos últimos anos impõe vários desafios aos serviços nacionais de saúde. Essa conjuntura, na verdade, foi

construída a partir do isolamento do vírus da dengue (DENV), ainda na década de 1980 e, mais recentemente, com a detecção do vírus da febre Chikungunya (CHKV), em 2014, e do vírus da febre Zika (ZIKV) em 2015 (CAVALCANTI et al., 2019).

Neste aspecto, a dengue é uma arbovirose transmitida principalmente pela picada do mosquito *Aedes aegypti*. Pode ser assintomática ou apresentar amplo espectro clínico, variando de doença febril autolimitada até formas graves, que podem evoluir com choque circulatório e óbito (DIAS et al., 2010). Já a apresentação clínica da infecção por ZIKV é inespecífica e, por essa razão, pode ser confundida, também, com outras doenças febris, principalmente dengue e febre Chikungunya (LUZ et al., 2015). A Chikungunya, por sua vez, é uma arbovirose causada pelo vírus *Chikungunya* (CHKV), da família *Togaviridae* e do gênero *Alphavirus*. Sua viremia persiste por até dez dias após o surgimento das manifestações clínicas. E a transmissão se dá através da picada de fêmeas dos mosquitos *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* infectadas pelo CHKV (BRASIL, 2017).

Partindo desse pressuposto e compreendendo que todas essas infecções acarretam diversas alterações no organismo, impactando, diretamente, o cotidiano das pessoas, tanto no período infeccioso, mediante ação sintomática, quanto na fase pós-infecção, com a possibilidade de sequelas crônicas, ou até mesmo em casos mais graves, que levam o paciente a óbito, o presente estudo tem o objetivo de comparar as principais alterações clínicas e hematológicas de pacientes acometidos por Dengue, Zika e Chikungunya, com a finalidade de se compreender as semelhanças e/ou diferenças das ações dessas arboviroses na fisiologia humana. Para que, assim, se possam levantar dados adicionais das ações desses arbovírus na fisiologia dos pacientes infectados, o que contribuirá com informações importantes para o sistema de saúde, como também para os profissionais da área, no estudo e combate a essas patologias.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, a priori foram utilizados artigos científicos obtidos por meio de bases digitais. Assim, apresenta-se discussões conceituais sobre o tema estudado, destacando para as quais são as principais alterações clínicas e hematológicas presentes nas três arboviroses, Dengue, Zika e Chikungunya, encontradas no Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão integrativa da literatura sobre a Análise das alterações clínicas e hematológicas associadas às arboviroses Dengue, Zika e Chikungunya. O levantamento de dados foi realizado em plataformas digitais de periódicos como: SciELO, ARCA-Fiocruz, BioMed Central, MDPI, SaBios, Repositório UFC, BVS, entre outros, para assim, identificar os principais artigos pertinentes ao trabalho, chegando assim, a totalidade de 30 artigos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No presente estudo, foram analisados artigos originais publicados com informações referentes às principais alterações clínicas e hematológicas das arboviroses: Dengue, Chikungunya e Zika, com o objetivo de comparar essas alterações em pacientes acometidos por essas patologias, para compreender as semelhanças e/ou diferenças das ações dessas arboviroses na fisiologia humana.

As três arboviroses apresentam perfis clínicos parecidos, no entanto, alguns deles podem auxiliar em um diagnóstico mais preciso. Considerando a Dengue, febre alta, dores musculares e manchas avermelhadas são sugestivas ao prognóstico da doença. Em contrapartida, por mais que a Chikungunya também apresente febre alta, suas dores são concentradas principalmente nas articulações, o que impossibilita o paciente de realizar atividades simples do dia a dia, como andar. A Zika não possui achados clínicos tão marcantes, a não ser, quando está relacionado ao desencadeamento da microcefalia, por exemplo, que pode desenvolver complicações neurológicas.

O hemograma, por sua vez, mostra-se como uma ferramenta imprescindível no auxílio do diagnóstico precoce das doenças. Com tudo, por mais que estas sejam consideradas graves problemas de saúde mundial, o Brasil pouco investe em estudos sobre tais, principalmente, quando está relacionado a Chikungunya e Zika, o que reflete em pouco acervo acerca do tema.

Torna-se indispensável, então, investir na elaboração de protocolos que relatem de forma clara e precisa as principais alterações clínicas e, principalmente hematológicas, presentes nas três arboviroses, uma vez que sua progressão pode levar o paciente à morte. Com mais investimentos e acervos com dados explícitos na íntegra, é esperado que o número de diagnósticos para Dengue, Zika e Chikungunya seja mais preciso e precoce. O que, certamente, facilitará no processo de tratamento, e, conseqüentemente, no processo de cura mais rápido.

REFERÊNCIAS

- SANTOS, D. C. et al. Interação universidade-escola: uso de jogos didáticos para conhecer e prevenir o *Aedes aegypti*. **Revista Extensão & Sociedade**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 57–68, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2178-6054.2017v8n1ID11958>. Acesso em: 11-AGO-2022.
- CAVALCANTI, L. P. G et al. Experiência do Comitê de Investigação de Óbitos por Arboviroses no Ceará em 2017: avanços e desafios. Relato de Experiência. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília. vol 28. n 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/S1679-49742019000300011>. Acesso em: 01-JUN-2022.
- DIAS, Larissa B. A. et al. Dengue: transmissão, aspectos clínicos, diagnóstico e tratamento. Simpósio: Condutas em enfermagem de clínica médica de hospital de média complexidade - Parte 1. Capítulo VI. **Portal de Revistas da USP**. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/171/172/>. Acesso em: 01-JUN-2022.
- DONASILIO, M. R.; FREITAS, A. R. R.; ZUBEN, A. P.B.V. Arboviroses emergentes no Brasil: desafios para a clínica e implicações para a saúde pública. **Revista de Saúde Pública**. 2017; vol 51. n 30. P. 1-6. Disponível em: <http://www.rsp.fsp.usp.br/>. Acesso em: 01-JUN-2022.
- LUZ, K. G. et al. Febre pelo vírus Zika. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília. vol 24. n 4. pp. 785-788, out-dez, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/pSzRK3MvvvCh7dr_NLZVDW3N/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 02-JUN-2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Chikungunya: manejo clínico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/chikungunya_manejo_clinico.pdf. Acesso em: 03-JUN-2022.

EVIDÊNCIAS DO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO NO COMBATE AO ALCOOLISMO

**Antonia Paloma Valente Maia¹ (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia da
Unijagaribe, e-mail: paloma.maia@fvj.br);**

**Orientador: Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa² (professora-especialista do
Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijagaribe, e-mail: anakarenina@fvj.br).**

RESUMO

O consumo de bebidas alcoólicas é uma prática antiga e está associado a culturas, religiões e vida social, porém o exagerado pode causar malefícios tanto para indivíduo, família e sociedade. No Brasil a sociedade médica recomenda o uso do dissulfiram, naltrexona, acamprosato. O tratamento farmacológico deve ser realizado em conjunto com as intervenções psicossociais. A busca dos materiais necessários para a confecção da revisão integrativa foi realizada nos seguintes bancos de dados: Biblioteca Eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PubMed). Foram utilizados os descritores: alcoolismo, abuso de álcool e alcoólatras. Em geral observou-se que naltrexona é o fármaco de primeira escolha no tratamento da maioria dos estudos analisados, em segundo plano ficam o dissulfiram e acamprosato. O acamprosato e naltrexona são utilizados para diminuir o desejo da bebida enquanto o dissulfiram é utilizado para desencadear abstinência total. O público mais propenso a receber fármacos para o tratamento do alcoolismo são mulheres, pessoas com idade mais avançada, raça branca, maior poder aquisitivo e doenças psicológicas associadas. Mesmo que uma parte da população seja acometida pelo vício do álcool, apenas uma pequena porção é tratada com fármacos, reforçando o tratamento psicológico. O baixo índice de prescrição de fármacos para o alcoolismo é decorrente da falta de conhecimento, experiência e competência dos profissionais habilitados para o tratamento.

Palavras-chave: alcoolismo; abuso de álcool; alcoólatra.

INTRODUÇÃO

O abuso de álcool é um dos fatores que contribuem para a disfunção da família, sendo uma doença que causa conflitos entre os familiares e amigos. A genética pode explicar o desenvolvimento da dependência, já que 50% da vulnerabilidade está ligada a fatores genéticos, sendo o sexo masculino afetado com mais frequência. Estudos afirmam que 14,2% dos alcoólatras têm depressão, ainda sem informação de qual patologia desencadeou a outra, porém sabe-se que o tratamento para ambas se torna mais complicado. É notório que o hábito da ingestão de álcool também está relacionado à influência familiar, pois estima-se que filhos de pais alcoólatras têm quatro vezes mais chances de desenvolver dependência ao álcool ou outras substâncias (MANGUEIRA; LOPES, 2013). Nos EUA os medicamentos utilizados para o tratamento do alcoolismo, são: dissulfiram, naltrexona e acamprosato. Na Europa também é acrescido o uso de gama-hidroxiturato e nalmefeno. Também pode ser utilizadas combinações de fármacos que tratam o alcoolismo e outros transtornos mentais, pois seria irrelevante tratar apenas o vício e esquecer os problemas associados. Estudos sugerem que no início do tratamento deve ser realizada uma terapia psicoeducativa para

posteriormente adicionar os fármacos, sendo a naltrexona o fármaco de primeira linha. Nas recaídas são mais utilizados os inibidores seletivos da recaptção de serotonina (fluoxetina), inibidores da recaptção da noradrenalina e dopamina (bupropiona) e antagonistas opióides (naltrexona), já o dissulfiram caiu em desuso, pois causava efeito de antabuse. O tratamento do alcoolismo não é apenas farmacológico, mas um conjunto de estratégias psicoterapêuticas com foco na terapia cognitiva comportamental (CARVALHO; CARVALHO; LOPES, 2021). O objetivo deste trabalho é analisar as principais evidências encontradas sobre os fármacos utilizados no tratamento do alcoolismo, como também determinar o perfil dos indivíduos propensos a receber prescrições farmacológicas para essa dependência. Esse trabalho é relevante, pois o alcoolismo é causador de diversas doenças no organismo podendo levar até a morte, além de afetar o meio familiar e social. É notório que essa dependência pode ser influenciada pela genética, ambiente familiar e doenças que causam desequilíbrio emocional. O tratamento farmacológico dessa compulsão é extremamente importante para a diminuição de dependentes, pois eles geram custos altos para o serviço de saúde na tentativa de cura das doenças causadas pelo alcoolismo, diminuição da produtividade no trabalho e consequentemente aposentadoria por invalidez.

MARCO TEÓRICO

O presente estudo foi realizado através de artigos científicos extraídos de bancos de dados digitais que tinham como características principais informações pertinentes ao assunto para que fosse possível a produção do trabalho. No estudo foram selecionadas as melhores evidências encontradas sobre o tratamento do alcoolismo nos últimos anos.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo que tem como objetivo principal explicar as principais evidências encontradas na literatura nos últimos anos a respeito do tratamento farmacológico do alcoolismo, respondendo os seguintes questionamentos: quais os fármacos utilizados no tratamento do abuso de álcool e qual perfil dos indivíduos propensos a receber esses fármacos perante o sexo, idade e fatores socioeconômicos. A busca dos materiais necessários para a confecção da revisão integrativa foi realizada nos seguintes bancos de dados: biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e biblioteca nacional de medicina dos Estados Unidos (PubMed). Após a busca e aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados 15 estudos para compor os resultados do artigo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Uma análise de dados de 2000 a 2018 sobre os tratamentos de transtorno por uso de substância nos EUA evidenciou que 23% são relacionados à dependência do álcool, também foi observado que poucos recebiam medicação, pois as unidades prescreveram e dispensaram em baixas proporções. Dos medicamentos prescritos estava a naltrexona que é um antagonista do receptor opióide, sendo considerada a droga de tratamento de primeira linha, ela reduz a vontade de ingerir álcool e diminui a recaída, porém tem baixa adesão do tratamento e para reverter esse quadro foi desenvolvida a forma injetável com ação prolongada para aumentar a adesão (QEADAN et al., 2021). Diante do fato da naltrexona ser considerada a droga de

primeira linha no tratamento do alcoolismo, Adhikari et al. (2020) comparou o uso da naltrexona versus dissulfiram. Nesse estudo foi observado que as duas drogas causaram redução na quantidade de álcool ingerida, mas a naltrexona revelou ser mais eficaz na diminuição do desejo pelo álcool e foi mais tolerada em relação ao dissulfiram, infelizmente foi evidenciado mais recaídas e menor adesão no tratamento feito com a naltrexona. Em relação aos efeitos colaterais causados pelas duas drogas, foi visto que a naltrexona causava náuseas, dor de cabeça, febre e cansaço, o dissulfiram causava cansaço, nervosismo e dor de cabeça. Apesar dos efeitos colaterais de ambos, o tratamento farmacológico se faz necessário pois 70% dos casos tratados apenas com tratamento psicológico têm recaídas. Nos EUA, apenas 9% dos alcoólatras recebem medicamentos para a dependência. Um estudo realizado com 39.980 pacientes, detectou que 67,5% eram homens com faixa etária média de 45 anos, apenas 11,7% usaram medicamento no prazo de 12 meses de diagnóstico. Mesmo sendo o sexo que mais consome álcool os homens são os que recebem menos tratamento farmacológico e quando recebem iniciam tardiamente. O fato das mulheres receberem mais prescrições, deve ser pelo motivo delas sofrerem mais com os malefícios causados pelo álcool ou elas são mais abertas a receber tratamento, outra hipótese é que as mulheres têm mais dificuldade em acessar o serviço de saúde para tratar a dependência e quando tem o acesso a patologia já está mais avançada (THOMPSON et al., 2017). Através das evidências abordadas, a naltrexona é o fármaco de primeira linha para o tratamento da dependência alcoólica, provavelmente por esse motivo é mais acessível a obtenção de estudos referentes à naltrexona do que em relação ao dissulfiram e acamprosato. Os estudos atuais referentes ao dissulfiram estão mais voltados ao uso off-label para o tratamento do câncer. Existe uma grande dificuldade na busca de materiais nacionais sobre o assunto, isso demonstra o desinteresse das entidades competentes para tentar diminuir o alcoolismo na população, apesar de ser uma patologia que está associada ao surgimento de diversas doenças. Os pacientes quando tratados tendem a obedecer a um perfil sociodemográfico, sendo os mais favorecidos pessoas com renda alta, raça branca, portadoras de doenças psicológicas, idade avançada e mulheres.

REFERÊNCIAS

- ADHIKARI, Sandarba *et al.* Comparison of Disulfiram and Naltrexone in Cases of Alcohol Dependence Syndrome. **Journal Of Nepal Health Research Council**. Nepal, p. 75-81. mar. 2020. Disponível em: <http://www.jnhrc.com.np/index.php/jnhrc/article/view/1921>. Acesso em: 15 out. 2022.
- CARVALHO, Cainã Salmon Lima; CARVALHO, Guilherme Soares; COSTA, Nadine Cunha. AVANÇOS NO TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DO ALCOOLISMO: revisão integrativa / advances in the pharmacological treatment of alcoholism. **Brazilian Journal Of Development**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 11271-11283, 2021. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n1-770>.
- MANGUEIRA, Suzana de Oliveira; LOPES, Marcos Venícios de Oliveira. Família disfuncional no contexto do alcoolismo: análise de conceito. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 67, n. 1, p. 149-154, fev. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/CMzcvzQtttFKSRcyb59pRkp/abstract/?lang=en>. Acesso em: 10 out. 2022.

QEADAN, Fares *et al.* Trends in the Use of Naltrexone for Addiction Treatment among Alcohol Use Disorder Admissions in U.S. Substance Use Treatment Facilities. **Environmental Research And Public Health**. Basileia, p. 1-16. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34444639/>. Acesso em: 18 out. 2022.

A PRESCRIÇÃO DE MIPS: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA O FARMACÊUTICO

Danielle Ferreira da Silva¹ (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: danyzinhamc@hotmail.com); **Ana Karenina de Sousa Gondim Pedrosa²** (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ana.karenina@fvj.br).

RESUMO

Os medicamentos isentos de prescrição (MIP's) são medicamentos que necessitam de uma autorização da vigilância sanitária para serem vendidos e comercializados nas farmácias e drogarias, eles são utilizados para o tratamento de transtornos menores e autolimitados. O tratamento para essas patologias pode envolver o uso dos MIP's. Esta é revisão bibliográfica que tem por objetivo estudar, relacionar e descrever os fenômenos ligados ao tema da pesquisa. Buscou-se artigos nas bases de dados PubMed, LILACS, Scielo e MedLine recorrendo de informações em periódicos nacionais e internacionais, utilizando os descritores: *prescrição farmacêutica; MIP's, Resolução 585; Resolução 586*. Analgésicos, anti-inflamatórios e antitérmicos são as categorias de MIP's mais utilizadas no Brasil, de acordo com uma pesquisa realizada por Soterio e Dos Santos (2016). Conforme Pedott (2018), a busca por esses medicamentos se dá pela facilidade de acesso, reforçada pela dificuldade para conseguir atendimento médico. Características relacionadas ao risco do uso dos MIP's foram confirmadas no estudo de Neves et al. (2013), que aborda a polifarmácia como um problema de saúde pública. Lima et al. (2016) chama atenção para a orientação farmacêutica. Diante disso, um dos papéis fundamentais do farmacêutico é promover o uso dos MIP's de maneira segura e racional.

Palavras-chave: cuidado farmacêutico; problemas relacionados aos medicamentos; uso racional de medicamentos.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos isentos de prescrição (MIPS) são medicamentos que necessitam de uma autorização da vigilância sanitária para serem vendidos e comercializados nas farmácias e drogarias, eles são utilizados para o tratamento de transtornos menores e autolimitados, não sendo obrigatório o uso de prescrições médicas para dispensá-los, pois os mesmos se apresentam bastantes seguros e eficazes quando são utilizados conforme as orientações descritas nas bulas e rótulos dos medicamentos (GUIMARÃES, 2021). Os problemas de saúde autolimitados e/ou transtornos menores são caracterizados como patologias agudas de baixa gravidade, como dor de cabeça, tosse seca, cólicas, resfriados, dentre outros que tendem a progredir sem necessariamente causar algum dano para o paciente, sendo elas identificadas apenas por sinais e sintomas descritos pelos pacientes. O tratamento para essas patologias menores pode envolver o uso dos medicamentos isentos de prescrição (MIPS) e utilização de medidas não farmacológicas, como mudanças na dieta alimentar, caminhada, redução de peso, dentre outras medidas que podem ainda serem utilizadas dependendo do tipo de transtorno menor acometido pelo paciente (DE MIRANDA FILHO et al., 2021).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter qualitativo, que tem por objetivo estudar, relacionar e descrever os fenômenos ligados ao tema da pesquisa. Para isso, a abordagem metodológica utilizada procurou perceber a importância dos estudos, suas contribuições para a ciência, bem como conhecer e levar adiante novos conceitos, rever como estão as teorias já existentes e por fim analisar os problemas encontrados (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010). Em face disso, a pesquisa realizada buscou estudos e artigos nas bases de dados PubMed, LILACS, Scielo e MedLine, pelo período de 02 meses, os quais foram coletados por meio do emprego dos descritores: *prescrição farmacêutica; MIP's, Resolução 585; Resolução 586.*

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto ao critério inadequação do título ao objeto de pesquisa, bem como após a leitura dos resumos, mais vinte e sete (n=27) foram eliminados. Assim, após leitura completa, somente quinze (n=15) estudos, atenderam ao objetivo da pesquisa e foram incluídos nessa revisão integrativa. Após as leituras aprofundadas dos artigos acima citados, foi necessário que as informações fossem organizadas em tópicos, o primeiro falando sobre os MIP's, o segundo abordando os riscos dos usos dos medicamentos isentos de prescrição e o terceiro sobre a relevância da orientação farmacêutica.

Medicamentos isentos de prescrição (MIP's)

Os medicamentos isentos de prescrição (MIP's) são fármacos regulamentados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), podendo ser vendidos sem que haja a apresentação de receituário médico. Tais medicações são consideradas seguras e eficazes e os pacientes e/ou compradores devem usar seguindo as orientações apresentadas nos rótulos e bulas conforme afirma Cruz Júnior (2021). A legislação brasileira já passou por diversas adequações para autorizar o uso desses tipos de medicações, sendo a primeira delas no ano de 1973, quando foi sancionada a primeira lei³ prevendo o controle sanitário de medicamentos. Posterior a esse fato, somente em 2003 a ANVISA lançou a lista contendo os grupos de indicações terapêuticas e especificadas, a qual chamou de GITE, com a função de respeitar as restrições impostas pela RDC⁴ N° 138. De acordo com Possagno (2015), a Organização Mundial da Saúde estabeleceu vários critérios para que os MIP's sejam comercializados, são eles: benefícios e riscos; eficácia e incidência de efeitos adversos; absorção, metabolismo e excreção dos fármacos quando ingeridos associados a outras substâncias; avaliação dos riscos em grupos restritos de pacientes; baixo risco de mascarar sintomas e potencial de abuso e baixo grau de dependência.

Riscos dos usos de medicamentos isentos de prescrição

Mesmo com vários benefícios dos MIP's diante do seu uso, não se pode esquecer que tais medicações apresentam riscos quando utilizadas de forma indiscriminada. Desde 2012, considerando a base de dados de análise deste estudo, Oliveira et al. (2012), já concluía em seus estudos estes riscos em uma população de idosos em uma amostragem na cidade de Campinas – SP. Este estudo chama atenção para o uso de analgésicos e antipiréticos, sendo

³ Lei N° 5991, de 17 de dezembro de 1973 – Dispõe sobre o controle sanitário de medicamentos.

⁴ Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) – documento oriundo da ANVISA que tem a finalidade de regulamentar sobre as várias questões pertinentes àquele órgão.

que a dipirona se apresentou como a mais consumida diante das proporções analisadas. Ainda nesse estudo, Oliveira et al. (2012) consegue constatar que esse grupo de medicações ocupa a primeira colocação de consumo desde achados em estudos de 1980, tanto brasileiros como internacionais, chamando atenção para o fato de que o sintoma de dor é um dos mais comuns entre os idosos e que o diclofenaco é o princípio ativo mais consumido. Outra característica relacionada ao risco do uso dos MIP's foi confirmada no estudo de Neves et al. (2013), que aborda a questão da polifarmácia⁵ como um problema de saúde pública, haja visto que tal prática está associada à piora das condições de saúde física e mental entre idosos.

Relevância da prescrição e orientação farmacêutica

Pelas arguições e observações apresentadas no tópico anterior é inegável a relevância da prescrição e da orientação farmacêutica como mecanismos a serem adotados como políticas ao uso racional dos MIP's e também voltadas à questão do combate à prática da automedicação. O estudo de Oliveira et al. (2012) na Comunidade de Paraisópolis obteve como resultado que a atenção farmacêutica promove aumento na adesão à terapia medicamentosa, resolve a maioria dos problemas farmacoterapêuticos e melhora o controle dos parâmetros clínicos das doenças. Ou seja, os pacientes que obtêm essa assistência de maneira adequada conforme foi mostrado no estudo, apresentam um grau de satisfação pelos serviços e como já foi citado, sucesso no tratamento. Lima et al. (2016), já chama a atenção da importância do trabalho da orientação farmacêutica, tendo como amostragem para seu estudo pacientes transplantados. Resultado disso é que nesse estudo, as intervenções farmacêuticas realizadas no momento da alta do paciente preveniram o surgimento de eventos adversos garantindo a segurança do paciente.

CONCLUSÃO

Conclui-se que os medicamentos isentos de prescrição são fármacos utilizados para aliviar, tratar e prevenir quadros sintomáticos incluídos na categoria de baixa gravidade. Deve-se considerar que mesmo diante das condições da fácil aquisição desses medicamentos, não se pode descartar o fato de que estes podem causar reações adversas, efeitos colaterais, interações medicamentosas, além de outros problemas. Diante disso, um dos papéis fundamentais do profissional farmacêutico é o de promover que o uso dos MIP's possa acontecer de maneira segura e racional.

REFERÊNCIAS

LIMA, Livia Falcão; MARTINS, Bruna Cristina Cardoso; OLIVEIRA, Francisco Roberto Pereira de; CAVALCANTE, Rafaela Michele de Andrade; MAGALHÃES, Vanessa Pinto; FIRMINO, Paulo Yuri Milen; ADRIANO, Liana Silveira; SILVA, Adriano Monteiro da; FLOR, Maria Jose Nascimento; NÉRI, Eugenie Desirée Rabelo. Pharmaceutical orientation at hospital discharge of transplant patients: strategy for patient safety. *Einstein*, São Paulo, SP, Brasil, v. 14, n. 3, p. 359-365, set. 2016. FapUNIFESP (SciELO).

⁵ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), polifarmácia é o uso concomitante e rotineiro de 4 (quatro) ou mais medicamentos (com ou sem prescrição médica). Essa condição é vista mais frequentemente em pacientes portadores de doenças crônicas (como a Doença de Crohn e a Retocolite Ulcerativa, por exemplo) e em decorrência do envelhecimento que, em muitos casos, a utilização de múltiplos medicamentos é necessária para o tratamento das condições clínicas destes pacientes.

<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-45082016ao3481>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/eins/a/4kkYyQr6QvqrL5P5RGgrhZD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MIRANDA FILHO, Jorge Paulo de; ANDRADE JÚNIOR, Francisco Patricio de; MONTENEGRO, Camila de Albuquerque. Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: revisão integrativa da literatura. **Archives Of Health Investigation**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 153-162, 12 jan. 2021. Archives of Health Investigation. <http://dx.doi.org/10.21270/archi.v10i1.4903>. Disponível em:
<https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/4903>. Acesso em: 17 nov. 2022.

OLIVEIRA, Marcelo Antunes de; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; COSTA, Karen Sarmiento; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Automedicação em idosos residentes em Campinas, São Paulo, Brasil: prevalência e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, Campinas, SP, Brasil, v. 28, n. 2, p. 335-345, fev. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-311x2012000200012>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/CCqsGdqS9hGJhQhKffDmZHP/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2022.

POSSAGNO, Geresa Clazer Halila. Atuação do farmacêutico em farmácias comunitárias privadas e Pesquisa de evidências sobre medicamentos isentos de prescrição. **Repositório UFPR**, Curitiba, PR, Brasil, v. 3, n. 2, p. 1-23, 11 fev. 2015. Disponível em:
<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40349/R%20-%20T%20-%20GERUSA%20CLAZER%20HALILA%20POSSAGNO.pdf;sequence=1>. Acesso em: 25 nov. 2022.

PREVALÊNCIA DO USO DE PSICOTRÓPICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Elianí Fernandes de Melo Carvalho Maia¹ (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: elianymelo@hotmail.com),
Ana Karenina de Souza Gondim Pedrosa² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anakarenina@fvj.br)

RESUMO

Os psicofármacos são definidos como medicamentos que tem por característica principal agir diretamente no sistema nervoso central (SNC), que este por sua vez produz efeitos como: alterações de comportamento, percepção, pensamentos e até emoções, podendo levar, em alguns casos, à dependência. Assim o objetivo do estudo buscou mostrar a partir da revisão literária a prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária à saúde, descrevendo aspectos essenciais desse tipo de medicação, bem como os índices de uso e a importância da orientação da atenção primária em acompanhar de perto os pacientes que fazem uso desses fármacos. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter qualitativo, que tem por objetivo estudar, relacionar e descrever a prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária à saúde. Após analisar todos os artigos e considerando os critérios de inclusão e exclusão do mesmo, a revisão integrativa incluiu quinze (n=15) artigos. Os resultados foram divididos por tópicos de discussão, onde o primeiro discutiu a prevalência do uso de psicotrópicos e o segundo a importância do papel da atenção primária à saúde. Em vista disso conclui-se que a prevalência do uso de psicotrópicos pela população é uma questão que deve ser discutida em toda a sociedade, bem como a promoção do uso responsável dos psicotrópicos, que vai depender diretamente de ações que garantam uma responsabilidade terapêutica no serviço de saúde e que esta não deve se restringir à figura do médico, mas sim de toda uma equipe.

Palavras-chave: psicotrópicos; atenção primária; pacientes; farmacoepidemiologia.

INTRODUÇÃO

Os psicofármacos são definidos como medicamentos que tem por característica principal agir diretamente no sistema nervoso central (SNC), que este por sua vez produz efeitos como: alterações de comportamento, percepção, pensamentos e até emoções, podendo levar, em alguns casos, à dependência. Estas medicações são prescritas às pessoas que apresentam transtornos emocionais e psíquicos, como também às pessoas que possuem problemas que afetam o funcionamento da mente.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013), no período de 2013 a 2020, estima-se que cerca de 90 milhões de pessoas poderão apresentar alguma patologia relacionada ao abuso ou dependência de drogas psicotrópicas, sendo que o mais preocupante dessa situação é que isso pode acontecer independente da presença ou não de transtornos psiquiátricos.

Assim o objetivo do estudo buscou mostrar a partir da revisão literária a prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária à saúde, descrevendo aspectos essenciais desse tipo de medicação, bem como os índices de uso e a importância da orientação da atenção primária em acompanhar de perto os pacientes que fazem uso desses fármacos.

MARCO TEÓRICO

Dados relacionados aos transtornos mentais no Brasil, apontam que até um terço da demanda dos pacientes são atendidos na atenção básica, podendo esses números chegarem a expressivos 50% da demanda, quando incluídos dados subsindrômicos como os TMC (VIDAL *et. al.* 2013).

Para Santos, Menezes e Nemes (2002), os quadros de TMC, constituem dentro dessa categoria sintomas depressivos e ansiosos, dentre os quais podemos citar: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas, sendo que, isoladamente, não atendem aos critérios formais para diagnósticos de depressão e/ou ansiedade.

Os transtornos citados anteriormente, embora prevalentes, são subnotificados ou subestimados pelos por alguns profissionais de saúde. A este fato atribui-se a ausência do diagnóstico de certa forma incentiva os pacientes a buscarem informações e/ou respostas para os seus sintomas, causando assim um excesso de informações aos sistemas de saúde. Em caminho contrário a essa observação tem-se que, quando ocorre o exagero no número de diagnósticos tanto de TMC quanto dos transtornos mentais específicos, pode estar relacionado ao aumento de prescrições e ao consumo de psicofármacos, com atenção especial aos antidepressivos e aos benzodiazepínicos (VIDAL *et. al.* 2013).

No Brasil o órgão regulador da prescrição dessas medicações fica a cargo do Ministério da Saúde, que por sua vez entende a importância deste acompanhamento porque eles entendem que os mesmos devem ser usados de forma racional, evitando assim que aconteça um potencial abuso destes, o que pode desencadear processos de dependência e o surgimento de efeitos colaterais relevantes (BRASIL, 2017).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter qualitativo, que tem por objetivo estudar, relacionar e descrever a prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária à saúde. Tal metodologia apresenta-se como uma ferramenta capaz de perceber a importância das contribuições acadêmicas para a ciência, bem como trazer o conhecimento à tona, mostrando novos conceitos, revendo como estão organizadas as teorias já existentes e por fim analisar os problemas encontrados (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008) a metodologia aplicada irá sintetizar os resultados já existentes na literatura e estes são obtidos em diversas fontes de pesquisa. Para o presente estudo optou-se pela seguinte pergunta: *Qual a prevalência do uso de psicotrópicos na atenção primária?*

Foi realizada a busca de material nos meses de setembro a novembro de 2022, no site da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas seguintes bases de dados: Base de Dados de Enfermagem (BDENF), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Foram utilizados como descritores: “psicotrópicos”, “atenção primária”, “pacientes” e “farmacoepidemiologia”.

Como critérios de inclusão: artigos que responderam à questão norteadora, textos online na íntegra, em língua portuguesa, publicados no período dos últimos dez anos. Critérios de exclusão: artigos que possuíam delineamento metodológico incompleto, publicações duplicadas, dissertações e teses.

Na análise de dados cada estudo selecionado foi analisado detalhadamente. Além disso, a competência clínica do pesquisador também foi levada em consideração. Para a discussão dos resultados, foi identificada as principais lacunas do conhecimento e as futuras pesquisas que ainda podem ser realizadas. A discussão foi embasada por dados da literatura que se confrontou com o quadro sinóptico que foi elaborado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após analisar todos os artigos e considerando os critérios de inclusão e exclusão do mesmo, a revisão integrativa incluiu quinze (n=15) artigos, sendo eles divididos por anos de publicação de acordo com o espaço temporal da pesquisa definido na metodologia.

Assim, em 2013 (n=01), 2014 (n=01), 2015 (n=01), 2016 (n=01), 2017 (n=03), 2018 (n=01), 2019 (n=01), 2020 (n=01) e 2021 (n=03) e 2022 (n=01). Em relação aos aspectos metodológicos, o tipo mais presente foi a qualitativa.

Os resultados foram divididos por tópicos de discussão, onde o primeiro discutiu a prevalência do uso de psicotrópicos e o segundo a importância do papel da atenção primária à saúde.

Em vista disso conclui-se que a prevalência do uso de psicotrópicos pela população é uma questão que deve ser discutida em toda a sociedade, pois como foi visto as informações nos trazem dados preocupantes e que merecem atenção, principalmente relacionada a grupos específicos de usuários, como exemplo das mulheres e idosos que tiveram destaque nos estudos.

Nesse sentido, a promoção do uso responsável dos psicotrópicos vai depender diretamente de ações como: realização de grupos temáticos, educação permanente para os usuários e profissionais de saúde envolvidos, além do matriciamento dos casos complexos pelos serviços de saúde mental, de forma a garantir que a responsabilidade terapêutica no serviço de saúde não deve se restringir à figura do médico, mas sim trabalhar em equipe, articular-se com outros equipamentos de promoção da saúde, bem como uma comunicação contínua entre usuários e familiares são elementos a serem considerados como primordiais para o sucesso do tratamento do paciente.

REFERÊNCIAS

ABI-ACKEL, Mariza Miranda et al. **Uso de psicofármacos entre idosos residentes em comunidade: prevalência e fatores associados**. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 20, p. 57-69, 2017.

ALENCAR, Tatiane de Oliveira Silva et al. **Promoção do uso racional de medicamentos: uma experiência na estratégia saúde da família**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 27, n. 4, p. 575-582, 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução - RDC nº 143, de 17 de março de 2017. **Dispõe sobre a atualização do Anexo I Listas de substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursoras e outras sob controle especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BORGES, Tatiana Longo; HEGADOREN, Kathleen Mary; MIASSO, Adriana Inocenti. **Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres atendidas em**

unidades básicas de saúde em um centro urbano brasileiro. Revista Panamericana de Salud Pública, v. 38, n. 3, p. 195-201, 2015.

BUENO, Denise; DE ALMEIDA, Taiana Trindade; ROCHA, Bruno Simas. **Prevalência de prescrição de medicamentos potencialmente inapropriados para idosos em uma unidade de saúde da família de Porto Alegre/RS.** Revista de APS, v. 19, n. 3, 2016.

FARMACOTERAPIA DO VITILIGO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Emilly Kerolly Silva de Medeiros¹ (aluna do curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: emilly.medeiros@fvj.br);
Orientador: Rodolfo de Melo Nunes² (professor-doutor do Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaribe, e-mail: Rodolfo.nunes@fvj.br).

RESUMO

O vitiligo é uma patologia estigmatizante caracterizada pela despigmentação da pele, por resultado da redução ou perda de função de melanócitos. Ela ocorre sem distinção de raça, sexo ou idade. Essa hipomelanose, atinge cerca de 2% da população mundialmente, sendo em torno de 1% da população antes de completar 20 anos de idade e 23% a 26% antes de completar 12 anos. Dada à relevância do tema, até o momento, embora o vitiligo seja uma doença muito antiga, estigmatizante, ainda não existe uma padronização com relação as formulações para o tratamento do vitiligo. Muitas das terapias são experimental, inclusive uma boa parte delas, não possuem estudos científicos e clínicos. O estudo foi uma revisão bibliográfica de caráter descritivo, que utilizou artigos nas bases de dados: Biblioteca Virtual(BVS), Anais Brasileiros de Dermatologia (ABD), na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medline e PubMed. Utilizou como critérios de inclusão artigos publicados com a temática, escritos na língua portuguesa, inglesa e espanhola e disponibilizados de forma gratuita nas plataformas. Os critérios de exclusão foram artigos repetidos que não correspondiam à pergunta problema, e artigos de revisão. Baseado em um levantamento das terapêuticas para o tratamento do vitiligo, focando na disponibilidade de pomadas e cremes e seus devidos princípios ativos e suas concentrações. Das formulações encontradas, quais delas tem respaldo científico e quais foram publicados artigos científicos comprovando o seu efeito.

Palavras-chave: vitiligo; farmacoterapia; tratamento; princípios ativos.

INTRODUÇÃO

A palavra vitiligo derivada do grego Vitellius, tem suas características semelhante a de "manchas brancas de um bezerro", por conta das misturas da perda das cores da pele. Trata-se de uma doença autoimune relacionada à produção de anticorpos antimelanócitos, entretanto sua patogênese ainda não é completamente explicada (VIZANI et al., 2014; VARASCHIN et al.,2017).

Essa problemática pode transformar com um todo o aspecto estético e visual dos pacientes, causando muitos constrangimentos. Diversos estudos verificaram o estado de qualidade de vida em pacientes com vitiligo, e obtiveram resultados de 25% dos acometidos como baixa autoestima e imagem corporal ruim, além de importantes distúrbios psiquiátricos (BELLET; PROSE, 2005).

A doença ficou mais conhecida, após um músico famoso chamado Maycon Jackson ser diagnosticado, nessa época não se tinha muitos estudos sobre o vitiligo, causando espanto das pessoas. O mesmo nasceu com sua cor predominante negra, e após sua despigmentação resultante da doença, tornou-se seu tom de pele branco. Baseado em pesquisas, mundialmente o vitiligo atinge aproximadamente 2% da população (SACHT et al., 2017).

A manifestação da doença na pele ocorre de diferentes formas e tamanhos, e podem se classificar de acordo com a distribuição na parte do corpo e tamanho da despigmentação. Possui a forma localizada, generalizada e universal. Possuem propensão à distribuição simétrica e predileção por áreas maleolares, como punhos, regiões do pescoço e face, dorso das mãos, anterolateral das pernas, regiões dos dedos, axilas e genitália. Raramente surge em regiões como palmas das mãos e plantas dos pés, porém frequente nas regiões perioral e periorbitária, e atingem os olhos.

O vitiligo é uma doença que ainda não tem cura, mas o uso de medicamentos de uso tópico, oral ou físico é uma possibilidade de tratamento para amenizar os sintomas ou tardar o avanço da doença. (CORREIA; BORLOTI, 2013).

Com base nos estudos pode-se observar que o Vitiligo apesar de ser uma doença antiga, ainda é um desafio para os portadores por conta das dificuldades para o tratamento, na literatura destacasse a utilização dos imonomoduladores *tracolumus* e *primecolimus*, porém não possuem somente esses princípios ativos em formulações farmacêuticas tópicas. Com isso o projeto pretende fazer uma revisão bibliográfica com levantamento das terapêuticas para o tratamento do vitiligo.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, a priori foram utilizados artigos científicos obtidos através das bases digitais destacadas na metodologia. Dessa forma, apresenta-se discussões conceituais sobre o tema pesquisado, destacando para a farmacoterapia utilizada em pacientes com vitiligo.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo fundamenta-se em revisão integrativa de caráter descritivo, de cunho bibliográfico e de natureza teórica, foram utilizados 10 artigos obtidos através das bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Medical Literature Analysis (MEDLINE) e outros que embasassem sobre o tema estabelecido.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Com os dados apresentados e discutidos podemos inferir que apesar do avanço dos tratamentos para o vitiligo, nenhum deles tem histórico de cura da patogenicidade. Outrora possuem estudos que comprovam a eficácia de algumas formulações para a terapêutica do mesmo, com princípios ativos e concentrações na qual se destaca o *Tracolumus*, *Pimecrolimus*, *Propionato de clobetasol*, *Quelina*, extrato de *Brosimum Gaudichadii*, *psoralenos* e *begaptenos*, ambos com intuito de maior eficácia. Dentre as formulações encontradas e comparadas através da pesquisa pode-se afirmar eficácia de formulações a base de *Tracolumus* com (0,03% e 0,1%), já no caso do *Pimecrolimus* com concentrações de (1%), *Quelina* com concentrações de (2ª 4%), *Piper nigrum L.* (20%), *Propionato de clobetasol* (0,05%) e *Seiva de brosimum gaudichaudii* mais conhecida como *mama cadela* (suas concentrações variam de (15 a 20%). Outro fator observado é as associações de terapêuticas para um maior resultado e evolução do tratamento. Com relação aos efeitos adversos pode-se concluir que alguns dos princípios, com um determinado tempo, e exposição da pele ao sol, causa queimação, por isso a importância do manejo adequado das terapêuticas, assim também

como o tratamento individual resultante da sensibilidade de pele do paciente. Além do tratamento físico é suma importância o tratamento psicológico para um bom desempenho e qualidade de vida do paciente.

REFERÊNCIAS

BELLET, J. S.; PROSE, N. S. Vitiligo em crianças: uma revisão de classificação, hipóteses sobre patogênese e tratamento. **An. Bras. Dermat.**, v. 80, n. 6, p. 63-66, 2005. Acesso em: 14 set. 2022.

CORREIA, Karyne M. L.; BORLOTI, Elizeu. Convivendo com o vitiligo: uma análise descritiva da realidade vivida pelos portadores. **Acta Comportamentalia**, [s. i.], V. 21, N.2, P. 227-240, 2013. Disponível em: Acesso em: 11 abr. 2022.

SACHT, Gabriely L.[et al]. Vitiligo na síndrome poliglandular autoimune - Relato de caso. Perspectivas Experimentais e Clínicas, Inovações Biomédicas e Educação em Saúde - **PECIBES**, [S.I.], v.1, n.16, p. 15-17, 2017. Acesso em: 11 jul. 2022.

VIZANI, Ricardo Oliveira et al. O vitiligo: uma doença orgânica e psíquica. **Brazilian Journal Of Surgery And Clinical Research**, Cianorte, v. 6, n. 3, p. 47-52, mar. 2014. Trimestral. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140515_1959322.pdf#page=47. Acesso em: 23 mar. 2022.

FATORES QUE LEVAM A AUTOMEDICAÇÃO POR PROFISSIONAIS DA SAÚDE

**Fernanda Jamille Viana Ribeiro¹ (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: fernandajam_tab@hotmail.com),
Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).**

RESUMO

Os medicamentos têm uma importante função no decorrer de cuidados aos pacientes, aos que se encontram doentes, que usufruem da sua ação preventiva ou até mesmo aqueles que utilizam para possíveis diagnósticos. Entretanto esse cenário torna-se complexo quando ocorre junto aos profissionais de saúde, sendo que estes tem em suas demandas a conscientização junto a população sobre os problemas da automedicação. Dessa forma, a vigente pesquisa tem por objetivo central analisar os riscos da automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos por profissionais da área da saúde. Para alcançar o êxito, efetivou-se uma pesquisa de revisão de literatura, por meio da compilação de estudos disponíveis nas bases de dados: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO), MEDLINE, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os descritores “Automedicação”, “Profissional” e “Saúde”. Os estudos buscados são aqueles publicados entre as temporalidades de 2010 a 2021 e que respondessem ao problema de pesquisa. Entre os medicamentos relatados como mais frequentes na automedicação estão os antidepressivos, analgésicos, antibióticos, antigripais e vitaminas. Com relação ao motivo pelo qual realizam a prática da automedicação apresentam-se: o acesso facilitado aos medicamentos, o entendimento acerca de seus efeitos, poucos recursos financeiros para consultas e compra de novos medicamentos e concepções familiares. Por fim, conclui-se que é preciso melhor abordagem sobre o assunto, ainda nos cursos de graduação, visando minimizar esses impactos depois que os profissionais passam a ter acesso aos fármacos, em larga escala.

Palavras-chave: automedicação; conscientização; profissionais de saúde; saúde.

INTRODUÇÃO

Os medicamentos têm uma importante função no decorrer de cuidados aos pacientes, aos que se encontram doentes, aos que usufruem da sua ação preventiva ou até mesmo aqueles que utilizam para possíveis diagnósticos. Porém também possuem seus pontos negativos, como por exemplo, os eventos indesejáveis. São considerados eventos adversos aqueles que causam cenários de incômodo junto ao paciente, mesmo estes sendo usados para minimizar os problemas sentidos. São considerados eventos adversos aqueles que causam cenários de incômodo junto ao paciente, mesmo estes sendo usados para minimizar os problemas sentidos. A literatura aponta que a população brasileira faz intenso uso de medicamento e é influenciada por diversos motivos, estando entre eles o crescimento da perspectiva de vida populacional e a consecutiva ampliação do número de doenças crônicas. Mesmo tendo atendimento médico e medicamentos acessíveis, não quer dizer essencialmente que se tenha melhor qualidade de saúde ou de vida, pois existem prescrições feitas de formas errôneas, além de dispensação inadequada, e a automedicação inapropriada tornam os tratamentos ineficientes e sem segurança. Com relação ao uso de medicamentos sem

acompanhamento profissional, é importante destacar que o uso indiscriminado de medicamentos por profissionais da área da saúde é intensamente observado, apresentando riscos para a saúde dessa população, principalmente porque grande parte deles estão em contato direto com os medicamentos devido a sua atuação profissional. Compreende-se que é de suma importância analisar os principais motivos que levam esses profissionais a praticarem a automedicação e quais os fármacos mais utilizados, a fim de criar ações de saúde para diminuir essa prática. O estudo também colabora para que os farmacêuticos se atentem ao uso irracional de medicamentos, sendo que estes também são fundamentais no processo de cuidado contra essa prática. Neste sentido, o estudo buscou avaliar os riscos da automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos por profissionais da área da saúde. Assim como elencar os fatores que acarretam a automedicação por esses profissionais; avaliar a categoria de fármacos mais usadas e estabelecer ações de saúde a fim de ressaltar a importância do uso racional de medicamentos.

MARCO TEÓRICO

No Brasil, cerca de 35% das medicações são obtidas sem prescrições. Sobre a automedicação podemos enfatizar o consumo de medicamentos sem nenhum tipo de interferência de um médico ou outro profissional da saúde, habilitado para essa prática, nem no diagnóstico nem na prescrição, durante o acompanhamento do tratamento (PEREIRA *et al.*, 2008). Tiramos como exemplo os analgésicos/antipiréticos sendo um dos principais grupos terapêuticos usados na prática da automedicação no Brasil, ficando atrás apenas dos anti-hipertensivos. Os anti-inflamatórios não esteroidais (AINES), da mesma forma são atrativos por serem analgésicos, antipiréticos e anti-inflamatórios. Um fator que também induz a essa prática é a propaganda da indústria farmacêutica ligada às mídias em geral (ARRAIS *et al.*, 1997). Outro fator que influencia negativamente a prática da automedicação é o grande número de farmácias e drogarias, além disso, existem também as práticas comerciais éticas e legalmente questionáveis por muitos estabelecimentos. Para além disso, é possível citar ainda as propagandas, os preços baixos, e a empurroterapia (PEREIRA *et al.*, 2008). A existência de um elevado consumo de medicamentos sem prescrição médica, na maioria das vezes é seguida da falta de conhecimento sobre os danos que eles podem trazer para a saúde. É por isso que são considerados como o principal causador de intoxicações humanas documentadas no país.

METODOLOGIA

A pesquisa em questão trata-se de uma revisão integrativa, que segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não experimentais para uma total compreensão do fenômeno avaliado. A grande amostra gera um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas de saúde de grande importância. A revisão integrativa se baseia em seis fases: 1ª fase (Identificação do tema e pergunta norteadora); 2ª fase: (Critérios de inclusão/ exclusão/ amostragem); 3ª fase: (Categorização dos estudos); 4ª fase: (Avaliação dos estudos incluídos na revisão); 5ª fase: (Interpretação dos resultados) e 6ª fase: (Apresentação da revisão/síntese do conhecimento). Com relação a primeira fase da pesquisa se trata da identificação do tema e seleção da questão norteadora, sendo que para estes estudos formulou-se a seguinte questão: quais os fatores que levam os profissionais da área da saúde praticarem a automedicação?

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os profissionais farmacêuticos têm por uma de suas atribuições garantir que as pessoas façam uso de medicamentos de maneira consciente. Por esta razão é fundamental que estes profissionais conheçam sobre cada medicamento, suas dosagens, seus benefícios e efeitos adversos, visando enfatizar aos pacientes a relevância de cada um e a necessidade dos mesmos frente a seus tratamentos. Neste sentido, tanto estes profissionais quanto os demais da área da saúde compreendem sobre os riscos da automedicação, o que deveria conscientizar os mesmos acerca da não relevância a se efetivar esta prática. Com relação aos profissionais de saúde, pode-se dizer que a automedicação se associa, sobretudo, a facilitação com que estes conseguem ter acesso aos medicamentos. No caso dos profissionais farmacêuticos, estes ainda apontam sobre serem conscientes acerca de quais fármacos podem ser usados em cada caso específico. Pissarra, Gallardo e Rosado (2017) falam acerca dos profissionais de saúde terem excesso de confiança quanto a automedicação e não enxergam o cenário como errôneo, já que conhecem sobre os efeitos dos medicamentos, mas os autores apontam sobre a relevância de haver conscientização de que os remédios que são usados devem ser direcionados aos pacientes e não para uso dos profissionais, portanto, a conscientização compreende não apenas um cenário, mas variados, o que exige também fiscalização acerca desse contexto por parte de fiscais sanitários. Ou seja, a minimização da automedicação só pode acontecer por meio de atuação conjunta e não de forma isolada daqueles que estão em torno de instâncias como hospitais. Lima et al., (2017) dizem que as ações desenvolvidas, sobretudo, pelos profissionais farmacêuticos, são fundamentais para que a sociedade perceba a relevância do autocuidado ao usar medicamentos sem prescrição médica. Conclui-se que esta pesquisa não se encerra com esse estudo, sendo necessário ampliar as informações, sobretudo, porque a literatura apresenta-se escassa quanto ao cenário tratado, sendo viável mais publicações de estudos de campo sobre o contexto, melhorando o acesso a informações, principalmente dos profissionais de saúde que realizam a automedicação.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Paulo Sérgio D *et al.* Perfil da automedicação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 31, p. 71-77, 1997.
- LIMA, Marina Guimarães *et al.* Indicadores relacionados ao uso racional de medicamentos e seus fatores associados. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, 2017.
- PEREIRA, Wellison Amorim *et al.* Prevalência de automedicação em profissionais de saúde de um hospital privado de São Luís-MA. **RevInvestigBioméd**, v. 10, n. 2, p. 142-154, 2019.
- PISSARA, Inês; GALLARDO, Eugenia; ROSADO, Tiago. Prevalência da automedicação em profissionais da saúde. **Revista de ciências da saúde da ESSCVP**, v. 9, 2017.
- SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Raquel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL FARMACÊUTICO E PERFIL TERAPÊUTICO DO MASTRUZ: *Chenopodium ambrosioides*⁶

Jaqueline Sousa Silva Guimarães¹ (Aluna do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: @fvj.br),
Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O uso apropriado das plantas medicinais pode acarretar uma série de benefícios a saúde, contribuindo para a melhoria de muitas doenças, porém, mesmo com os efeitos benéficos, precisa-se levar em consideração a sua ação tóxica, uma vez que, existe uma linha tênue entre a dosagem terapêutica e a dosagem tóxica e deve ser utilizada de forma correta, com doses apropriadas indicadas por um profissional. O presente trabalho tem como objetivo revisar na literatura sobre o perfil terapêutico do mastruz, bem como a importância do profissional farmacêutico na fitoterapia. Tratou-se de uma revisão narrativa de caráter qualitativo a partir da busca de artigos que abordassem o perfil farmacológico e terapêutico do mastruz. O levantamento dos acervos científicos foi executado no período de agosto a outubro de 2022 através de plataformas virtuais nos respectivos endereços eletrônicos: BVS, na SCIELO, na LILACS e MEDLINE, resultando em 08 artigos para as discussões. De modo geral, em relação aos artigos encontrados e selecionados, pode-se compreender que os autores fizeram um debate teórico bastante grande abordando o tema e consideram que a planta medicinal mastruz possui grandes efeitos terapêuticos e farmacológicos, como antifúngico, antiviral, antiparasitário, antibacteriano, dentre outros. Por fim, é considerado importante o farmacêutico, pois o mesmo ajuda na orientação do uso racional desses medicamentos fitoterápicos e/ou preparações caseiras feitas pela população.

Palavras-chaves: efeito terapêutico; mastruz; *Chenopodium Ambrosioides*; farmacêutico.

INTRODUÇÃO

A fitoterapia é definida como o estudo e aplicação dos efeitos terapêuticos de drogas vegetais e derivados. É a ciência que estuda a utilização dos produtos de origem vegetal com fins terapêuticos para prevenir, aliviar ou mesmo curar uma doença. Essa terapia compreende as plantas medicinais, extratos e medicamentos fitoterápicos. Desde os primórdios as plantas medicinais são utilizadas como alternativas terapêuticas para o tratamento de diversas doenças. Estima-se que 80% da população mundial precisam da fitoterapia em relação a atenção primária em saúde. O uso apropriado das plantas medicinais pode acarretar uma série de benefícios a saúde, contribuindo para a melhoria de muitas doenças, porém, mesmo com os efeitos benéficos, precisa-se levar em consideração a sua ação tóxica, uma vez que, existe uma linha tênue entre a dosagem terapêutica e a dosagem tóxica e deve ser utilizada de forma correta, com doses apropriadas indicadas por um profissional. O princípio ativo de uma planta medicinal é capaz de curar ou mesmo recuperar um desequilíbrio fisiológico de uma pessoa,

contudo, se consumido sem orientação profissional ou comprovação científica pode ocasionar danos à saúde.

MARCO TEÓRICO

Na maioria das vezes, as preparações de remédios caseiros com as ervas medicinais não têm uma orientação científica, muitas vezes são desenvolvidas de forma errada, carecendo de uma técnica mínima para que não se perca a absorção almejada do princípio ativo. No entanto é sempre importante estar atento ao seu estado físico, a identificação da espécie, parte utilizada, forma de armazenamento, entre outros aspectos (SANTOS et al., 2019). Deste modo, para certificar a segurança sobre a utilização das plantas medicinais e seus remédios, é necessário não somente medidas de controle, mas profissionais devidamente capacitados para orientar as pessoas sobre os riscos do uso e identificação errada das plantas medicinais (MATTOS et al., 2018). É indispensável que seus praticantes disponham de uma responsabilidade e respeito com esta grande arte, visto que a ausência de entendimento em relação as mesmas e seu mau uso é capaz de ocasionar intoxicação e, em casos extremos, a morte (PEREIRA, 2015). Medicamento fitoterápico são aqueles obtido exclusivamente de matéria-prima ativa vegetal, cuja sua segurança e eficácia são evidenciadas por intermédio de sua ação clínica e a constância na qualidade. Onde o medicamento deverá passar pelos processos industriais (solo, colheita, testagem microbiológica, entre outros) (BRASIL, 2019). A Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS) lista várias plantas com potencial terapêutico usadas na medicina popular, com o objetivo de apoiar a fitoterapia e incentivar pesquisas para validar as propriedades farmacológicas das mesmas (BRASIL, 2009). Nesse contexto, a *Chenopodium ambrosioides* L., conhecida popularmente como “Mastruz” ou “erva-de-santa-maria”, é bastante usada em quase todas as regiões brasileiras, incluindo o Nordeste (SILVA et al., 2015). Essa espécie é cultivada principalmente em climas temperado e subtropical (DEGENHARDT, 2016). Dentre às várias indicações, *C. ambrosioides* é utilizada como antehelmíntica, expectorante e cicatrizante, além de ser empregada no reparo de fraturas. Experimentos laboratoriais in vivo verificaram a eficácia das folhas desse vegetal para a cicatrização óssea (SOUSA, 2010). Destaca-se também neste contexto a assistência farmacêutica, tanto por meio de orientação verbal, escrita ou por meios de palestras, dando a população uma maior ciência sobre os riscos e efeitos adversos quanto a utilização errada das plantas medicinais, assim mostrando a importância do farmacêutico na orientação e uso racional e/ou correto das plantas medicinais e fitoterapia.

METODOLOGIA

O estudo desenvolvido seguiu os preceitos do estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica do tipo revisão narrativa da literatura. Os artigos científicos sobre a temática escolhida foram acessados nas bases de dados, levando em consideração a facilidade e a gratuidade do acesso: SciELO; LILACS; MEDLINE e BVS. Para a busca dos artigos foram utilizadas palavras-chaves em português selecionadas mediante consulta aos DeCS da Bireme: Efeito terapêutico. Matruz. *Chenopodium ambrosioides*. Farmacêutico. As palavras-chave em língua inglesa foram: Therapeutic effect. Campus. *Chenopodium ambrosioides*. Pharmacist. As palavras-chave em língua espanhola foram: Efecto terapêutico. Sede. *Chenopodium ambrosioides*. Farmacêutico. Para a seleção das fontes, foram elegidos critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: a fonte esta dentro do período de 2015 a 2022; língua portuguesa, inglesa e/ou espanhola; apresentar o efeito terapêutico do mastruz dentre as temáticas principais, bem como a importância do profissional farmacêutico e ser

artigos científicos no formato de revisões de literatura. Enquanto isso, os critérios de exclusão foram: ser preferencialmente teórico; não apresentar resumos no início das bases de dados e nas bibliotecas pesquisadas, apresentar duplicidade, ser relatos de pesquisa e estudos de casos. A coleta dos artigos foi realizada durante todo o primeiro semestre do ano de 2022. Além disso, o mesmo ocorreu em três etapas, sendo elas: leitura rápida, que tinha como objetivo consultar se a obra é de interesse para o trabalho, onde acabou selecionando 65 textos; leitura seletiva, onde seria uma leitura mais aprofundada, que acabou excluindo 25 trabalhos por não explicitarem a natureza da pesquisa ou não apresentarem a normatização científica estipulada; na última etapa foram excluídos ainda 07 trabalhos, pois os mesmos apresentaram referência em duplicata. Dessa forma, ao final restaram 08 artigos, onde os mesmos foram analisados. Foram selecionados 08 artigos que serviram de arcabouço teórico para a elaboração dos resultados e da discussão.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os estudos dos artigos científicos encontrados e selecionados no quadro, pode-se compreender que os autores fazem um debate teórico abordando o tema e consideram que a planta medicinal mastruz possui grandes efeitos terapêuticos e farmacológicos.

A utilização de plantas medicinais na terapêutica é uma prática que remonta desde a antiguidade, sendo transmitida de geração em geração até os dias atuais. No entanto, é notório observar que o consumo descontrolado e errôneo dessas plantas medicinais tem contribuído para uma formação grande de intoxicações e outros efeitos nocivos à saúde dessas pessoas. Diante disso, há um crescente interesse no estudo de plantas medicinais, principalmente com o objetivo de analisar o princípio ativo, mecanismos de ação e presença da eficácia no controle ou tratamento de certas enfermidades (SÁ et al., 2016). *Chenopodium ambrosioides* L., popularmente conhecida como “mastruz” ou “erva-de-santa-maria” é uma espécie encontrada em regiões tropicais e subtropicais do Brasil, em quase todo o território, a mesma apresenta um aroma forte e bastante característico. Na medicina popular, o óleo extraído dessa planta é utilizado no tratamento de diversos problemas de saúde, como por exemplo, antipirético, cicatrizante, antirreumático, antimicrobiano, fungicida e vermífugo, além das infecções de forma geral. Sua ação anti-helmíntica é bastante característica das folhas e frutos dessa planta, além do óleo essencial ser rico em ascaridol, o que propõe uma melhora no controle de parasitos, evitando ainda a resistência a eles (RIOS et al., 2017). Além disso, foi encontrado alguns artigos que elencaram a *Chenopodium ambrosioides* L. como uma excelente planta com atividade anti-inflamatória, principalmente pelo fato da mesma ser rica em flavonoides, alcaloides e compostos fenólicos, favorecendo ainda a ação de inibição de enzimas cicloxigenases, impedindo a ação das prostaglandinas e ácido araquidônico, promovendo assim seus efeitos anti-inflamatórios (SILVA et al., 2020). Segundo Hou et al. (2017), existe ainda o efeito de inibição da produção de óxido nítrico estimulado por lipopolissacarídeos, sendo avaliados quanto a sua atividade anti-inflamatória relacionadas a substâncias monoterpenos de poliol. Outra pesquisa realizada mostrou que 200 mL do extrato etanólico da planta é similar a atividade anti-inflamatória do medicamento de referência, dexametasona, mostrando grande atividade por inibição da lise da membrana celular dos glóbulos vermelhos ou hemácias (ACOPUSTA et al., 2017). Jesus & Bauermann (2018), relata que essa planta possui ação antibacteriana, sendo relatado que o extrato bruto e frações da mesma foram ativos contra microorganismos importantes, como por exemplo, *S. aureus*, *P. aeruginosa*, *E. faecalis*, *P. apiarius* e *P. thiaminolyticus*. Em outro estudo realizado posteriormente, evidenciou-se ainda a propriedade como vermífugo, sendo relacionada ao

ascaridol, presente no óleo essencial da mesma. A ação desse composto está associada ao efeito de dificultar a aderência dos parasitas intestinais aos tecidos, sendo utilizada bastante como um recurso terapêutico no tratamento de diversas parasitoses intestinais, porém, seu consumo deve ser realizado com cautela para que não aja nenhum efeito adversos posteriormente (KASALI et al., 2021). Diante disso, a prática de uso através de medicamentos fitoterápicos tem crescido bastante, havendo a necessidade cada vez mais de ter cuidado em relação a isso, pois mesmo que seja natural, não significa que não possa trazer malefícios (DEGENHARDT et al., 2016). Por todos esses pontos relevantes no cuidado dos medicamentos fitoterápicos e preparações caseiras, principalmente quanto a intoxicação e os riscos de efeitos adversos e/ou colaterais, é que o farmacêutico configura como profissional essencial na assistência primária em saúde, principalmente nas farmácias e serviços públicos. O farmacêutico deve agir correto nessas situações, visando sempre o bem-estar do paciente e da população como um todo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTUPA, F. M., CHÁVEZ, A., MEJÍA, S. E., PAUTA, M. M. & TUCUNANGO, J. L. (2017). Efecto antiinflamatorio in vitro de los extractos etanólicos de cuatro plantas medicinales peruanas. **Revista Peruana de Medicina Integrativa**. 2(2): 79-85.
- BRASIL. Resolução de Diretoria Colegiada n.º 17, de 24 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 24 abr. 2000, Seção 1, 2019.
- DEGENHARDT, R.T. et al. Characterization and evaluation of the cytotoxic potential of the essential oil of *Chenopodium ambrosioides*. **Rev. bras. farmacogn.**, Curitiba, v.26, n.1, p.56-61, 2016.
- JESUS, R. S.; BAUERMAN, L. F. (2018). In vitro antimicrobial and antimycobacterial activity and HPLC–DAD screening of phenolics from *Chenopodium ambrosioides* L., **Braz. J. Microbiol.**, 49(2), 296-302.
- KASALI, F. M., TUSIIMIRE, J., KADIMA, J. N. & AGABA, A. G. (2021). Ethnomedical uses, chemical constituents, and evidence-based pharmacological properties of *Chenopodium ambrosioides* L.: extensive overview. **Future Journal of Pharmaceutical Sciences**. 7(153), 1-36.
- MATTOS, G.; CAMARGO, A.; SOUSA, C.; ZENI, A. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.23, n.11, nov. 2018.

NOVAS EVIDÊNCIAS DA UTILIZAÇÃO DA *CANNABIS SATIVA* NO TRATAMENTO DA DOR

José Arthur Félix de Lima¹ (Aluno do curso de Bacharelado em Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Arthur.lima@fvj.br);
Orientador: Anielle Torres de Melo² (Professora Dra. do curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: anielle.torres@fvj.br).

RESUMO

Cannabis é gênero de uma planta, popularmente conhecida no Brasil como maconha, aproximadamente mais de 420 substâncias químicas podem ser encontradas e observadas na resina da planta, das quais 60 fazem parte da categoria dos canabinoides. Suas propriedades farmacológicas só foram desvendadas na década de 1960, com a descoberta do Δ 9-Tetrahydrocannabinol (Δ 9-THC) e o canabidiol (CBD). Diante disso, alguns estudos explicam que o uso de medicamentos à base de canabinoides se tornaram uteis no tratamento de pacientes que relatam sofrer de algum tipo de dor. Dessa forma a presente pesquisa tem como objetivo falar sobre as aplicações terapêuticas da *Cannabis sativa* no tratamento da dor. Trata-se de uma revisão integrativa com caráter qualitativo a partir da busca de artigos nas bases de dados: PubMed, Scielo, Lilacs e Medline que abordassem sobre a utilização da *Cannabis sativa* no tratamento da dor, no que resultou em 10 artigos para as discussões. De modo geral, os estudos apresentaram resultados satisfatórios e ação analgésica na dor crônica, com poucos efeitos adversos. Ocasionalmente pontos positivos sobre a ansiedade, depressão e insônia. Concluiu-se que o uso medicinal da planta pode ser visto como um tratamento adjuvante ou de primeira escolha, permitindo que os pacientes possam recuperar a sua qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

Cannabis é gênero de uma planta, popularmente conhecida no Brasil como maconha, oriunda da Ásia e que pertence à família cannabaceae, onde as subespécies mais notórias são a *Cannabis sativa* subespécie *sativa*, a *Cannabis sativa* subespécie *indica* e a *Cannabis sativa* subespécie *ruderalis*. Elas se diferenciam, principalmente, em função do modo de crescimento, quantidade de princípios ativos e características morfológicas. Aproximadamente mais de 420 substâncias químicas podem ser encontradas e observadas na resina da planta, das quais 60 fazem parte da categoria dos canabinoides.

Em consideração a isso, as propriedades farmacológicas da *cannabis sativa* só foram desvendadas na década de 1960, através dos estudos realizados pelo grupo do professor Raphael Mechoulam, que isolaram os principais componentes encontrados em extratos da planta, identificaram as suas estruturas químicas e os nomearam de “canabinoides”. Entre eles o Δ 9-Tetrahydrocannabinol (Δ 9-THC), sendo o principal canabinoide encontrado em maior quantidade e o componente responsável pelos efeitos psicoativos, e o canabidiol (CBD), presente em até 40% dos extratos da planta, responsável pelas propriedades terapêuticas e que não possui efeitos psicoativos.

De acordo com isso, a Associação Internacional para o Estudo da Dor (IASP), descreve a dor como uma experiência sensitiva e emocional desagradável associada a uma lesão tecidual real ou potencial, ou descrita nos termos de tal lesão. Podendo variar quanto a sua intensidade, duração e qualidade, possuindo vários mecanismos fisiopatológicos. Salienta-

se que a dor é uma experiência subjetiva, que pode ser influenciada por fatores biológicos, psicológicos e sociais, e quando não é tratada pode acarretar diversos problemas na função e no bem-estar do indivíduo (RAJA *et al*, 2020). Diante disso, alguns estudos explicam que o uso de medicamentos à base de canabinoides se tornaram úteis no tratamento de pacientes que relatam sofrer de algum tipo de dor.

O primeiro medicamento com princípios ativos à base de THC e CBD é o Sativex, sintetizado no laboratório britânico GW Pharmaceuticals. Foi submetido a testes clínicos e aprovado para prescrição médica, é encontrado na forma de spray oral o que permite dose individual, podendo ser titulada pelo próprio paciente de acordo com as suas necessidades. Pacientes com dor neuropática, oncológica e esclerose múltipla utilizam esse medicamento (BONFA *et al*, 2008). O Sativex em alguns casos tem sido utilizado no tratamento da dor causada pelo câncer refratária ao uso de opioides e para o alívio de sintomas relacionados a esclerose múltipla. Também apresentou resultados positivos para os pacientes com dor crônica, melhorando a qualidade do sono pela significativa redução dos sintomas

Dessa forma este trabalho tem como objetivo falar sobre as aplicações terapêuticas da *Cannabis sativa*. Reforçando a existência de trabalhos de pesquisa e estudos que têm se desenvolvido nessa área, destacando as novas evidências e perspectivas para a utilização dessas substâncias no tratamento da dor crônica

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica, a priori foram utilizados artigos científicos obtidos através das bases digitais destacadas na metodologia. Dessa forma apresenta-se discussões conceituais sobre o tema pesquisado, destacado sobre a utilização da *Cannabis sativa* no tratamento da dor.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo fundamenta-se em revisão integrativa de caráter descritivo, de cunho bibliográfico e de natureza teórica, foram utilizados 10 artigos obtidos nas bases de dados: PubMed, Scielo, Lilacs e Medline que embasassem sobre o tema estabelecido.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os estudos dos artigos científicos encontrados e selecionados, pode-se compreender que os autores fazem uma análise detalhada sobre a utilização e as formas de aplicação da *cannabis sativa* como uma alternativa no tratamento da dor crônica. Os dois primeiros estudos evidenciaram que tanto a *Cannabis Medicinal* e o óleo rico em THC, apresentaram uma resposta analgésica no tratamento da enxaqueca e na dor crônica. Já o terceiro estudo também destacou resultados positivos, no entanto, houve alguns efeitos adversos. Isso poderia ser explicado por uma diferença na dose administrada ou sensibilidade dos indivíduos aos canabinoides. A conclusão a partir das evidências que foram apresentadas mostram que os canabinoides THC e CBD exerceram um efeito analgésico na dor neuropática, fibromialgia, crises de enxaqueca e dor crônica, destacando poucos efeitos colaterais. Além disso, ocasionou resultados positivos sobre a ansiedade, depressão e insônia, visto que, os indivíduos que sofrem com essa patologia é comum apresentarem esses transtornos emocionais. Sendo assim, o uso medicinal da planta pode ser visto como um

tratamento adjuvante ou de primeira escolha, permitindo que os pacientes possam recuperar a sua qualidade de vida.

REFÊRENCIAS

- BONFA, L. et al. Uso de Canabinóides na Dor Crônica e em Cuidados Paliativos. **Revista Brasileira de Anestesiologia** Vol. 58, N 3, p.267 – 279, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/ZWVq3GBC3FafxqDLyX7jKck%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/ZWVq3GBC3FafxqDLyX7jKck%20(2).pdf). Acesso em: 10. maio.2022.
- LESSA, M, A; CAVALCANTI, I, L; FIGUEIREDO, N, V. Cannabinoid derivatives and the pharmacological management of pain. **Revista Dor**, [S.L.], v. 17, n. 1, p. 47-51, 17 jan. 2016. GN1 Genesis Network. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/wQZXSJSt4YwzjB5RHZ47Snn%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/wQZXSJSt4YwzjB5RHZ47Snn%20(2).pdf). Acesso em: 30.jun.2022.
- MATOS, R. L. A. et al. O uso do canabidiol no tratamento da epilepsia. **Rev. Virtual Quimica**.V.9, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/v9n2a24%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/v9n2a24%20(1).pdf). Acesso em: 25.jun.2022.
- RAJA, N. S. et al. Definição revisada de dor pela Associação Internacional para o Estudo da Dor: conceitos, desafios e compromissos. **Associação Internacional para Estudos da Dor (IASP)**. 2020. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Definic%CC%A7a%CC%83o-revisada-de-dor_3.pdf. Acesso em: 14.ago.2022.
- RAPHAEL MECHOULAM. Endocanabinoides e transtornos psiquiátricos: a estrada à Frente. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. V 32. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/vSkDzsp6whKm4NN6mRyRFCk.pdf>. Acesso em: 22.maio.2022.

O USO DE ERVAS PARA O TRATAMENTO DE INFECÇÕES GINECOLÓGICAS

José Lauro Coelho Júnior¹ (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: lauro.junior@fvj.br),
Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O uso de ervas medicinais está bastante presente na sociedade, principalmente por conta do difícil acesso a saúde em algumas comunidades, muitas das vezes influenciados apenas pela sabedoria popular e sem nenhuma comprovação científica. A presente pesquisa teve como objetivo discorrer sobre a utilização de ervas para o tratamento de infecções ginecológicas e efeitos adversos e possíveis toxicidades que o uso pode trazer quando não utilizadas da forma correta. O estudo foi uma revisão integrativa de caráter qualitativo, que utilizou artigos identificados nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Utilizou como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos 10 anos, escritos em língua portuguesa, inglesa e espanhola e disponibilizados de forma gratuita nas plataformas. Os critérios de exclusão foram artigos repetidos e que não respondiam à pergunta problema, e artigos de revisão. Com o sistema imune fragilizado os micro-organismo acabam se proliferando de forma exacerbada assim podendo causar algum tipo de infecção o que vem prejudicando muito as mulheres ou logo do tempo com isso além dos tratamentos convencionais utilizados para tratar infecções, as mulheres tem buscado cada vez mais novas opções de tratamento entre eles, a utilização ervas, isso se dar em parte a grande influência da ginecologia natural no qual utiliza da natureza como uma forma alternativa de tratamento, o que tem agradado muito as mulheres.

Palavras-chave: ginecologia; infecções; ervas.

INTRODUÇÃO

A utilização de plantas vem ganhando bastante visibilidade nos últimos anos com a expansão da Ginecologia Natural, o que pra muitas mulheres parece ser uma novidade na pauta feminina, mas é o extremo oposto. O assunto vem de uma ancestralidade e está diretamente relacionado à natureza dos ciclos femininos. O termo não está somente ligado ao tratamento dos sintomas da mulher, mais sim de todo um acompanhamento relacionado a saúde feminina. Ou seja a ginecologia natural traz uma visão integral e ampla para a saúde da mulher e não apenas de um tratamento de uma doença específica que possa surgir. Esse movimento tem como um dos pilares a naturalização do ciclo menstrual assim permitindo a mulher uma relação mais saudável com as alterações comuns dessa época. O outro ponto importante que está ligado com a ginecologia natural é ao uso de ervas, entre eles trazendo um alívio a cólicas menstruais, tratamento de infecções e inflamações vaginais (RATTON, 2021)

Em relação as infecções vaginais os micro-organismos são os maiores causadores, porém vale lembrar que a vagina é um ambiente propicio aos micro-organismos, com isso as mulheres precisam tomar algumas precauções, como evitar roupas muito apertadas e que o tecido não seja absorvente. As infecções vaginais geralmente são acompanhadas pela

presença de corrimentos com coceira, vermelhidão e ardência, odor também pode estar presente. No entanto, esses sintomas não indicam necessariamente uma infecção. As vezes esses sintomas podem ser causados por outros fatores que afetam a vagina como por exemplo, produtos usados para higienização íntima, detergentes para a lavagem roupa íntimas, e uso de roupas sintéticas entre outros que podem irritar a vagina e causar o corrimento e o desconforto. A inflamação resultante desses fatores é denominada vaginite não infecciosa que acaba gerando um grande desequilíbrio na microbiota vaginal (GOJE, 2021).

MARCO TEÓRICO

Para a realização do estudo foi necessário uma busca de publicações nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com o objetivo de encontrar publicações de artigos científicos relacionados ao tema de estudo do período de 2012 a 2022. Sendo utilizados os descritores Fitoterapia, Ginecologia, Infecções, ambos foram pesquisados na língua portuguesa, inglesa e espanhola.

METODOLOGIA

Para a realização do estudo foi necessário uma busca de publicações nas bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), com o objetivo de encontrar publicações de artigos científicos relacionados ao tema de estudo do período de 2012 a 2022. Sendo utilizados os descritores Fitoterapia, Ginecologia, Infecções, ambos foram pesquisados na língua portuguesa, inglesa e espanhola.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Porém a procura por conhecimento sobre a fitoterapia como uma terapia alternativa para tratamentos de doenças tem sido bastante expansiva, principalmente pelo o público feminino que tem procurado alternativas naturais, como mostra um estudo realizado nas mídias digitais em 2019 pelo Instituto da Saúde do Mulher, da criança e do adolescente e com parceria com a Fiocruz mostrou que pesquisa no Google ultrapassam mais 144 mil resultados, incluindo PDFs, sites, blogs e manuais online, no instagram perfis com mais de 35 mil seguidores e hashtags com mais de 9 mil publicações sobre assuntos relacionados a práticas terapêuticas à ginecologia natural, onde são estão incluindo chás, banhos de assento, vaporização uterina entre outras (LIMA – 2019).

Em Sobral – CE uma amostra de estudo foi realizada com a finalidade de descobrir os principais uso de plantas medicinais para moradores da região, quando perguntados com quem adquiriram o conhecimento sobre as ervas 78,6% dos entrevistados responderam que foi repassado com alguém mais velhos como país, tios, avós e curandeiras, dentre as plantas utilizadas pelas mulheres nos relatos estavam o alho que segundo as entrevistadas utilizavam para tratamento de infecções causadas por fungos, bacterianas e também como antigripal, a aroeira também foi bastante citada para tratamento de infecções no geral, e relataram um alto poder cicatrizante, no quesito inflamação e infecção a romã também foi bastante citada, e com foco maior no tratamento de inflação na garganta e herpes genital (SANARE, 2013).

REFERÊNCIAS

REZENDE HA, Cocco MIM. A utilização de fitoterapia no cotidiano de uma população rural. *Revista Escola de Enfermagem, USP*. 2002; 36(3): 282-8.

ALVES, A.R.; SILVA, M.J.P. O uso da fitoterapia no cuidado de crianças com até cinco anos em área central e periférica da cidade de São Paulo. **Revista Escola de Enfermagem, USP**. 2003; 37(4):85-91.

NOGUEIRA MJC. Fitoterapia popular e enfermagem comunitária. [tese]. São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 1983

ANGELIN, Rosângela. A “**caça às bruxas**”: uma interpretação feminista. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2012/08/04/a-caca-as-bruxas-uma-interpretacao-feminista/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

THOMAS, Keith. *Religion and the Decline of Magic*. Hammondsworth, Middlessex, Penguin, 1973, pp.769-770.

PLANTAS MEDICINAIS QUE AJUDAM NO CONTROLE DA ANSIEDADE

Larissa Lima Paz¹ (Aluna do Curso de Farmácia da Universidade do Vale do Jaguaribe
e-mail: larissa.paz@fvj.br),

Rodolfo de Melo Nunes² (Professor da Universidade do Vale do Jaguaribe e-mail:
rodolfo.nunes@fvj.br)

RESUMO

O uso das plantas medicinais para tratamentos de doenças vêm desde a antiguidade. A presente pesquisa teve como objetivo identificar plantas medicinais que ajudam a controlar sintomas causados pela ansiedade, as partes utilizadas das plantas, benefícios, malefícios, contra indicação e interações medicamentosas. O estudo foi uma revisão bibliográfica qualitativa que utilizou artigos publicados na plataforma PUBMED. Utilizou-se como critério artigos que tenham sido publicados nos últimos 12 anos, escritos na língua inglesa e gratuitos na plataforma na sua integralidade. Os critérios de exclusão foram artigos que não abordassem a temática proposta, revisões bibliográficas, editorial, errata e mini revisões. As plantas medicinais que mostraram eficácia no controle da ansiedade foram principalmente a *Melissa officinalis L.*, *Matricaria chamomilla L.*, *Passiflora incarnata L.* e *Valeriana officinalis L.* As plantas medicinais podem ser utilizadas afim de reduzir os sintomas da ansiedade, porém é necessário utilizá-las durante um tempo para perceber os efeitos desejados. Além disso, é necessário utilizá-las com cuidado pois elas podem causar efeitos adversos e interagir com alguns medicamentos.

Palavras-chave: plantas medicinais; transtorno de ansiedade; ansiedade generalizada.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define plantas medicinais como todo e qualquer vegetal que possui substâncias que podem ser utilizadas com fins terapêuticos ou que sejam precursores de fármacos semi-sintéticos. As plantas são utilizadas desde a antiguidade como tratamento de diversas doenças, porém essa prática pode trazer riscos desconhecidos à saúde. Segundo dados da OMS, 80% da população depende da medicina tradicional e destes, 85% utilizam as plantas. Estudos mostram eficácia de algumas plantas no controle da ansiedade, um transtorno que segundo a OMS, afeta cerca de 3,6% da população mundial. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre plantas medicinais que podem ser utilizadas como complemento para controlar sintomas causados pela ansiedade, identificar quais partes das plantas podem ser utilizadas para garantir a ação terapêutica desejada, identificar benefícios, malefícios e contraindicações de uso e identificar possíveis interações medicamentosas presentes nos mesmos.

MARCO TEÓRICO

Por volta dos anos 1940 e 1950, a utilização das plantas começaram a diminuir devido a descoberta de várias substâncias, que começaram a ser sintetizadas em laboratórios, porém no ano de 1978 a Declaração de Alma Ata reconheceu o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos com finalidade profilática, curativa e paliativa. E desde então a

OMS passou a reconhecer as plantas medicinais e a fitoterapia e desde então iniciou-se estudos afim de comprovar a eficácia das plantas medicinais.

METODOLOGIA

O estudo tratou-se de uma revisão bibliográfica sobre plantas medicinais que ajudam no controle da ansiedade e sucedeu através de artigos de estudos clínicos publicados na plataforma PUBMED, utilizando os seguintes descritores: Plantas Mediciniais, Transtorno de Ansiedade e Plantas Mediciniais Utilizadas para Ansiedade. Os critérios de inclusão foram artigos relacionados a temática proposta de acordo com os descritores citados, com até 12 anos de publicação e que tenham sido publicados na Língua inglesa. E os critérios de exclusão foram: título e texto provenientes de relatos de casos, editorial, errata, mini revisões, artigos que não abordassem a temática proposta e artigos de revisões bibliográficas. Foram encontrados 185 artigos de acordo com os descritores utilizados, mas após análise baseada nos critérios de inclusão e exclusão, foram excluídos 172 artigos, restando 13 artigos para compor o estudo. Por tratar-se de um estudo de revisão bibliográfica, não fez-se necessário a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa para a realização do trabalho.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Após estudo dos artigos selecionados, observou-se que a *Melissa officinalis* possui eficácia na redução da frequência de episódios de palpitação cardíaca e quando associada a *Nepeta menthoide*, reduz insônia associada a ansiedade. A *Matricaria chamomilla* produz efeito ansiolítico e antidepressivos em indivíduos com depressão associada ao transtorno de ansiedade generalizada, é contra indicada para mulheres gestantes e possui interação com anticoagulantes. A *Passiflora incarnata* comparada ao midazolam, também produz efeito ansiolítico, além de manter a pressão arterial e a frequência cardíaca estáveis durante procedimento de extração dentária, é contra indicada para pessoas com pressão baixa, mulheres que estejam gestantes ou lactantes, possui interação com sedativos e anticoagulantes e potencializa o efeito da isocarboxazida, fenelzina e tranilcipromina. E a *Valeriana officinalis* possui eficácia significativa na melhora do sono e na redução da ansiedade em pacientes HIV-positivos que recebem efavirenz, é contra indicada para pessoas que apresentam reações alérgicas, tontura, indisposição gastrointestinal, dor de cabeça e midríase e possui interação com medicamentos barbitúricos, anestésicos e benzodiazepínicos. Após essa análise, conclui-se que as plantas medicinais possuem eficácia em determinadas situações, porém é preciso utilizá-las por um período de tempo maior e utilizar as partes indicadas da planta para obter os efeitos desejados, mas é preciso ter cuidado pois pode haver interação entre as plantas e alguns medicamentos, além de causar reações adversas no organismo.

REFERÊNCIAS

AHMADI, M. et al. **Effect of Valerian in Preventing Neuropsychiatric Adverse Effects of Efavirenz in HIV-Positive Patients: A Pilot Randomized, Placebo-Controlled Clinical Trial.** *Annals of Pharmacotherapy*, v. 51, n. 6, p. 457–464, 1 fev. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28478716>.

ALIJANIHA, F. et al. **Heart palpitation relief with *Melissa officinalis* leaf extract: double blind, randomized, placebocontrolled trial of efficacy and safety.** *Journal of*

Ethnopharmacology, v. 164, p. 378–384, 22 abr. 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25680840>.

AMSTERDAM, J. D. et al. **Putative Antidepressant Effect of Chamomile (*Matricaria chamomilla* L.) Oral Extract in Subjects with Comorbid Generalized Anxiety Disorder and Depression.** *The Journal of Alternative and Complementary Medicine*, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31808709>.

DANTAS, L. et al. **Effects of *passiflora incarnata* and midazolam for control of anxiety in patients undergoing dental extraction.** *Medicina Oral Patología Oral y Cirugía Bucal*, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27918731>.

RANJBAR, M. et al. **Effects of Herbal combination (*Melissa officinalis* L. and *Nepeta menthoides* Boiss. & Buhse) on insomnia severity, anxiety and depression in insomniacs: Randomized placebo controlled trial.** *Integrative Medicine Research*, v. 7, n. 4, p. 328–332, dez. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30591886>.

ORIENTAÇÃO FARMACEUTICA À GESTANTES HIPERTENSAS

Marcia Andrea de Araújo¹ Rocha (aluno do curso de Bacharelado em Farmácia da Unijagaribe, e-mail: andrea.rocha@fvj.br);

Orientador: Francisco Wanderlei Lima Silva² (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijagaribe, e-mail: Wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

A hipertensão arterial ou pressão alta, doença crônica caracterizada pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias é um dos problemas enfrentados por gestantes e desta forma, é fundamental a orientação farmacêutica às gestantes hipertensas neste período, por compreender um serviço importante no acompanhamento e monitoramento do uso racional de medicamentos. O presente trabalho trata-se de uma revisão integrativa de literatura, de caráter qualitativo, apresentando as etapas de realização da pesquisa de coleta e análise de dados. A pesquisa tem como objetivo investigar a importância da participação do farmacêutico para o monitoramento, acompanhamento e tratamento de gestantes com diagnósticos de hipertensão. Os tratamentos das gestantes hipertensas variam, acontecendo de forma farmacológica ou não, e desta forma, é preciso acompanhamento médico e/ou farmacêutico, no uso de medicamentos com intuito de evitar automedicação e riscos à saúde da gestante e formação da criança. Portanto, é fundamental o acompanhamento com orientação farmacêutica às gestantes hipertensas, alertando sobre os riscos da hipertensão na gravidez, podendo ser evitados durante o pré-natal.

Palavras-chave: gravidez; hipertensão arterial; orientação, pré-natal.

INTRODUÇÃO

A Hipertensão arterial é um dos principais problemas de saúde pública, tendo o Brasil cerca de 17 milhões de pessoas afetadas. Desta forma, compreende-se a importância de orientação farmacêutica às gestantes hipertensas, por compreender um serviço importante no acompanhamento e monitoramento do uso racional de medicamentos.

A gestação é um estado fisiológico que, embora para a maioria das mulheres não apresentem nenhuma manifestação patológica, ocorrendo dentro de uma normalidade biológica, para outras a gravidez resulta em um estágio permeado por aguçamento de doenças, muitas delas crônicas, que requer cuidados especializados e acompanhamentos sistemático de profissionais, das diversas áreas da saúde, inclusive o profissional farmacêutico.

Dentre as patologias mais recorrente na gravidez, a Hipertensão Arterial (HA) “é um fator de injúria que pode interferir na prematuridade do feto e no baixo peso ao nascer” (RODRIGUES et al 2018, p. 541). Ser diagnosticada com HA incorre em adentrar no quadro clínico crítico, que requer atenção permanente e um acompanhamento por cardiologistas e, a prescrição de medicamentos específicos para a manutenção da estabilidade da pressão arterial da gestante.

É função do profissional farmacêutico, prestar uma assistência eficaz a gestante, orientando a mesma sobre a ação dos medicamentos a serem usados para controle da hipertensão arterial na gestação e a principal consequência de seu uso incorreto durante a gestação, deve explicar sobre a administração de todos os medicamentos a serem usados pelas

gestantes, ministrar conhecimentos de possíveis interações medicamentosas ou alimentares que possam vir a surgir, deste modo, a gestante estará bem informada, desde a primeira semana de gravidez até o fim de sua gestação (NETO; SOUZA; AMORIM, 2010).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma revisão integrativa de caráter qualitativo, onde as etapas englobam as seguintes fases: identificação do tema, elaboração do plano de trabalho, em seguida a caracterização dos critérios de inclusão e exclusão, localização nas bases de dados, com a elaboração do quadro de síntese dos resultados encontrados, categorização dos estudos encontrados, análise a partir da interpretação dos resultados.

A revisão integrativa é definida como um método específico, um resumo da literatura empírica ou teórica de um determinado assunto, no intuito de fornecer uma ampla compreensão de um fenômeno estudado. Essa técnica concretiza **objetivo** de analisar sobre o conhecimento construído por meio de pesquisas um assunto específico.

Esse tipo de pesquisa possibilita a condensação de vários estudos já publicados, além disso, permite a agregação de novos conhecimentos e experiências citadas nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores (BENEFIELD, 2003; MENDES et al., 2008;).

Buscou-se os artigos e estudos nas seguintes bases de dados decorrentes do ano de 2021 de fevereiro a maio: Biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SCIELO), e na Literatura Latino-Brasileira e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis (MEDLINE), BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE (BVS) com o objetivo de encontrar publicações de artigos científicos relacionados ao tema de estudo do período de 2017 a 2021.

Os critérios de inclusão previamente determinados foram artigos publicados nas bases eletrônicas citadas anteriormente que tivessem pelo menos 4 anos de vigência da publicação, além de estarem escritos em Língua Portuguesa e gratuitos na plataforma na sua integralidade. Desta forma, para critérios de exclusão: artigos publicados fora do período estipulados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Sobre as características e índices de gestantes hipertensa, no estudo de SANTOS (2020), apresentaram índices maiores em estudo de gestantes hipertensas, com 27,5% relataram que residem com um número de até cinco membros familiares e as demais a maioria moram com mais de cinco membros na mesma casa, e relataram que não há nenhum tipo de acompanhamento ou orientação farmacêutica relacionada ao tratamento de hipertensão arterial. No mesmo estudo, comprova-se que 33,3% das grávidas, a hipertensão arterial aconteceu com até 20 semanas de gravidez, com resultado de hipertensão prévia desconhecida.

Com relação aos Diagnósticos de Hipertensão arterial, ainda nos estudos de SANTOS (2020), salienta-se que, dentre as gestantes pesquisadas das, 43% tinham declarado o diagnóstico de hipertensão arterial crônica antes da atual gestação. Com relação aos possíveis fatores associados à hipertensão arterial, foram encontrados: gestantes com mais idades, antecedentes familiares de hipertensão, preexistência de hipertensão, gestações tardias, diabetes, obesidade e frequente consumo de alimentos processados/ultra processados.

A importância da orientação farmacêutica à gestantes hipertensas é destaque em alguns estudos. O cuidado farmacêutico é de grande relevância clínica, pois através de

possíveis orientações são acarretadas diversas contribuições na saúde da gestante, orientações essas baseadas em educação em saúde, promovendo o fornecimento de informações visando a promoção, recuperação do quadro clínico (SOUZA, 2018).

REFERÊNCIAS

MENDES KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Integrative review: research method for the incorporation of evidence in health and nursing. **Texto Contexto Enferm**, 2008;17(4):758-64.

NETO, C. N., SOUZA, A. S. R., AMORIM, M. M. R. Tratamento da pré-eclâmpsia baseado em evidências. **Rev. Brasileira Ginecologia e Obstetricia**. vol.32, nº9, 2010; p.458–459.

RODRIGUES, A. S. et al. (2018). Assistência farmacêutica no âmbito de cuidados a gestantes com hipertensão arterial. **Revista Científica FAEMA**, 9, 540-546.

SANTOS, Sandna Larissa Freitas dos et al. Automedicação em gestantes de alto risco: foco em atenção farmacêutica. **Rev Med UFC, Fortaleza**, v. 58, n. 3, p. 36-43, jul./set. 2018.

SOUZA, Yure Bastos et al. Cuidado farmacêutico no período gestacional: a utilização da enoxaparina em um serviço de gestação de alto risco. **Mostra Científica da Farmácia**, [S.l.], v. 5, mar. 2019. ISSN 2358-9124. Disponível em: <http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/mostracientificafarmacia/article/view/2968>. Acesso em: 05 Dez. 2022.

O USO DO PROBIÓTICO-KEFIR PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DISLIPIDEMIAS

Maria das Graças da Silva Martins¹ (Aluna do curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, gracamartins1977@gmail.com).
Francisco Wanderlei Lima Silva² (Orientador – Professor Me. do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, Wanderlei.lima@fvj.br)

RESUMO

O probiótico kefir, alimento funcional que contém micro-organismos vivos, compostos por bactérias e leveduras, atua na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O objetivo geral deste estudo consistiu em revisar os efeitos da suplementação do probiótico kefir na prevenção e no tratamento de alterações do perfil lipídico. A metodologia adotada para este estudo trata-se de uma Revisão Bibliográfica, com abordagem qualitativa. Para a coleta das informações foram analisados artigos publicados nos sites da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), da Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO) a partir dos seguintes descritores: Probiótico Kefir; Prevenção de Doenças; Dislipidemia. O levantamento dos artigos científicos foi realizado durante o período de junho de 2022 a novembro de 2022. O processo de inclusão dos artigos contemplou os seguintes critérios: artigo disponível na íntegra, com a versão online e gratuita de produções nacionais e internacionais, diretamente relacionados ao tema proposto, publicados entre os anos de 2008 a 2022. Os critérios de exclusão compreenderam os artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas e que não respondiam à pergunta problema. Os resultados obtidos revelaram que embora os estudos divulgados apresentem o potencial do kefir em atuar na melhora do perfil lipídico, é essencial que sejam realizados mais estudos acerca do tema, pois não há um número significativo de ensaios feitos em humanos, o que pode impossibilitar o uso do kefir na prática clínica, em razão da falta de evidências. Concluiu-se com esta pesquisa que o uso do kefir, enquanto alternativa viável para prevenção e controle do perfil lipídico, não deve se restringir apenas à tradição cultural, mas considerada como área da ciência, que deve ser estudada e aperfeiçoada para ser aplicada com segurança e eficácia.

Palavras-chaves: probiótico *Kefir*; prevenção de doenças; dislipidemias.

1 INTRODUÇÃO

O probiótico kefir, objeto de estudo desta pesquisa, teve sua origem nas montanhas do Cáucaso, aproximadamente há 2.000 anos. As tribos muçulmanas daquela região tinham a crença de que os grãos de kefir eram um presente de Alá. (MARSH et al., 2013). O termo probiótico é de origem grega, que significa “para vida”. Biologicamente, os probióticos são seres vivos que ao serem ingeridos trazem benefícios à saúde. (ANTONIO, 2022). A palavra kefir deriva do turco *keif*, que significa “bom sentimento”, pois, após bebê-lo deixa uma boa sensação (LEITE et al., 2015).

Estudos realizados por Santos et al (2012) sobre “*Kefir*: uma nova fonte alimentar funcional”, com o intuito de proporcionar a inclusão funcional das famílias de capacidade financeira inferior aos produtos probióticos, apontam que o kefir, também conhecido como

quefir, tibico, cogumelo tibetano, planta de iogurte, cogumelo do iogurte, é utilizado no tratamento não farmacológico para o controle de algumas patologias, como as doenças crônicas não transmissíveis.

2 MARCO TEÓRICO

Para atender ao objetivo proposto neste estudo, discorreu-se acerca da origem do kefir e suas características, bem como sobre os benefícios que este probiótico propicia na prevenção e controle do perfil lipídico nas dislipidemias, fundamentadas nas concepções teóricas de alguns autores, como, Fathi et al (2017); Ostadrahimi et al (2015; Yilmaz; Arslan (2022).

3 METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma Revisão Bibliográfica qualitativa. Neste sentido buscou-se responder ao seguinte problema levantado neste estudo: “O que a literatura científica tem apresentado acerca do uso do probiótico *kefir* para prevenção e controle do perfil lipídico nas dislipidemias?”.

Para a coleta das informações foram analisados artigos publicados nos sites da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), da Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO), a partir dos seguintes descritores: Probiótico *Kefir*; Prevenção de Doenças; Dislipidemia.

O processo de inclusão dos artigos contemplou os seguintes critérios: artigo disponível na íntegra, com a versão online e gratuita de produções na língua portuguesa e inglesa, diretamente relacionados ao tema proposto, publicados entre os anos de 2008 e 2022. Os critérios de exclusão compreenderam os artigos repetidos nas referidas bases eletrônicas, artigos de revisão e que não respondiam à pergunta problema.

Em se tratando dos Aspectos Éticos não se fez necessária a aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa para a realização deste estudo, pelo fato desta pesquisa utilizar como fonte de dados uma base secundária e de acesso público.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensaio clínico randomizado que Yilmaz e Arslan (2022) projetaram para investigar o efeito do consumo de kefir no perfil lipídico de indivíduos com propriedades normais e dislipidêmicas comprovou que o consumo de kefir pode afetar positivamente os parâmetros sanguíneos do colesterol total e do LDL-Colesterol de indivíduos dislipidêmicos com altos valores de lipídios séricos. O kefir de leite e o kefir de água demonstraram potencial para serem usados como alimento funcional em estratégia para combate e/ou controle de alguns problemas de saúde, em conjunto ou não com outros tipos de terapias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os diferentes pressupostos teóricos enunciados na realização desta pesquisa contribuíram para perceber a importância e o uso do probiótico kefir na prevenção e controle de doenças não transmissíveis, com destaque para as dislipidemias.

Segundo os estudos, o kefir pode ser utilizado na melhora do perfil lipídico. De

acordo com a pesquisa de Fathi (2017) o Kefir comprovou agir na redução de colesterol total, LDL, e lipoproteínas não HDL, mas, conforme o estudo de Ostadrahimi et al (2015) realizado com seres humanos, o kefir não trouxe alterações significativas nos níveis de triglicerídeos, colesterol total, HDL e LDL, e nem está associado à melhoria do desenvolvimento de aterosclerose. Foi notado que, na maioria dos estudos experimentados em animais houveram mudanças significativas, no entanto em humanos não foram alcançados resultados semelhantes. Como não há muita evidência científica dos efeitos do kefir no perfil lipídico em humanos, recomenda-se que sejam realizados novos estudos para conjecturar o real efeito de seus constituintes.

Até este momento não é preconizado utilizá-lo em pacientes com alterações no lipidograma, pois, não há muito fundamento científico a respeito deste assunto. De acordo com o exposto, apercebe-se a relevância de se compreender os mecanismos de ação do kefir no metabolismo de carboidrato e lipídeo, visto que, quando estes mecanismos vierem ser melhor explicitados, o farmacêutico será capaz de indicar a utilização deste, de maneira mais palpável, no contexto clínico. Embora os estudos divulgados apresentarem o potencial do kefir em atuar na melhora do perfil lipídico, é essencial que sejam feitos mais estudos acerca do tema, pois não há um número significativo de ensaios feitos em humanos, o que pode impossibilitar o uso do Kefir na prática clínica, em razão da falta de evidências.

REFERÊNCIAS

- ANTONIO, Beatriz Barros. **Probióticos: conhecimento, impressões e consumo por indivíduos da cidade de Marília-SP**. Curso superior de Tecnologia em Alimentos – Faculdade de Tecnologia Estudante Rafael Almeida Camarinha (FATEC), Marília/SP, 2022. Acesso em: 20 agosto. 2022. Disponível em: <https://www.fatecmarilia.edu.br>
- FATHI, Y. Kefir drink causes a significant yet similar improvement in serum lipid profile, compared with low-fat milk, in a dairy-rich diet in overweight or obese premenopausal women: A randomized controlled trial. **Journal of clinical lipidology**, Irã, v. 11, n. 1, p. 136-146, 2017. . Acesso em: 13 agosto 2022. Disponível em: <https://ir.nctu.edu.tw>
- LEITE, Analy MO . Probiotic potential of selected lactic acid bacteria strains isolated from Brazilian kefir grains. **Journal of dairy science**, v. 98, n. 6, p. 3622-3632, 2015. Acesso em: 28 junho. 2022. Disponível em: <http://www.semanticscholar.org>
- MARSH, A.; O’SULLIVAN, O.; HILL, C.; PAUL ROSS, R. . **Sequencing-Based Analysis of the Bacterial and Fungal Composition of Kefir Grains and Milks from Multiple Sources**. 2013. e69371 p. Acesso em: 28 junho. 2022. Disponível em: <http://read.qxmd.com>
- OSTADRAHIMI, A. . Effect of Probiotic Fermented Milk (Kefir) on Glycemic Control and Lipid Profile In Type 2 Diabetic Patients: A Randomized Double-Blind Placebo-Controlled Clinical Trial. **Iranian Journal of Public Health**, Irã, v. 44, n. 2, p. 228–237, 2015 Feb;44(2):228-37. PMID: 25905057; PMCID: PMC4401881. Acesso em: 28 junho. 2022. Disponível em: <https://www.unboundmedicine.com>
- YILMAZ, Ilkay; ARSLAN, Bahattin. O efeito do consumo de kefir no perfil lipídico em indivíduos com propriedades normais e dislipidêmicas: um ensaio clínico randomizado. **Revista de Nutrição**, v. 35, p. e210098, 2022. Acesso em 28 out. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/9hmgwGfsPJD3nrxj9HWpjpyh/?format=pdf&lang=en>

CARACTERIZAÇÃO DO USO DE INSULINAS EM DIABÉTICOS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA-CEARÁ

Maria Eduarda Sales Rebouças (aluno do curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaripe, e-mail: Eduarda.reboucas@fvj.br); Orientador: Francisco Wanderlei Lima Silva (professor-mestre do Curso de Bacharelado em Farmácia da Unijaguaripe, e-mail: Wanderlei.lima@fvj.br).

RESUMO

O diabetes mellitus é um distúrbio metabólico crônico que afeta grande parcela da população mundial, no Brasil o número de diabéticos vem crescendo significativamente com o passar dos anos. A qualidade de vida destes pacientes está intimamente relacionada ao tratamento adequado o que pode reduzir as complicações decorrentes da doença. O estudo teve como objetivo identificar dificuldades no uso de insulinas em pacientes da unidade de saúde do município de Jaguaruana-Ceara que possam estar relacionados a falhas no tratamento. Tratou-se de uma análise do tipo descritivo, transversal e observacional com uma abordagem quantitativa, o questionário foi aplicado aos pacientes no momento da consulta na Unidade Básica de Saúde (UBS). A pesquisa ocorreu entre os meses de setembro a outubro de 2022 com mulheres e homens insulino-dependentes acima de 18 anos. Os dados mostraram maior prevalência de mulheres, 20 (67%), a maior faixa etária foi acima de 40 anos, 19 (63%) e a renda familiar prevaleceu de 1 à 2 salários mínimos, 14 (47%). O profissional de prestou maior orientação quanto ao uso da insulina foi o enfermeiro, citado por 12 (40%) pacientes, 20 (67%) relataram armazenar a insulina na porta da geladeira, 22 (74%) relataram desconhecer o motivo das aplicações dolorosas e 9 (30%) confirmam perder ou pular uma das aplicações diárias. Nota-se, portanto, a necessidade da atuação do farmacêutico na saúde da família, na avaliação e orientação quanto ao uso correto das insulinas, garantindo assim o uso racional e com maior eficácia.

Palavras-chave: diabetes mellitus; insulino-terapia; farmacêutico.

INTRODUÇÃO

Doenças crônicas são relativas a vários fatores, podem se expor ao longo dos anos e se representam-se por serem permanentes. O acréscimo de doenças crônicas é visto como um impacto à saúde e economia no mundo inteiro. É perceptível a fixação dos órgãos e entidades ligadas à saúde com metas que contenham o avanço dessas doenças, visto seu potencial negativo de comprometer a saúde dos indivíduos, como sequelas, incapacidade e morte (SESI, 2022).

O diabetes mellitus (DM) é uma doença crônica que afeta o metabolismo da glicose, comprometendo diversos mecanismos patogênicos. É um problema de saúde que vem surgindo cada vez mais na vida humana, tornando-se um problema relevante em todos os países (CHAVES et al., 2021).

A classificação do DM proposta feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Associação Americana de Diabetes (ADA) se baseia na etiologia da doença, sendo classificada em quatro classes clínicas: DM tipo 1, que caracteriza a destruição das células beta pancreáticas, resultando na insuficiência de insulina. O DM tipo 2, caracterizado por ter falhas na ação e secreção da insulina. Outros tipos menos comuns de DM são gestacionais,

diagnosticado durante a gestação e outras formas de diabetes, que envolvem formas menos comuns da doença (SBD, 2015).

A DM tipo 1, se encontra presente em pacientes de 5% a 10% dos casos, e na grande maioria, uma doença autoimune, poligênica, decorrente de destruição das células β pancreáticas, ocasionando deficiência completa. O DM tipo 2 está presente em 90% a 95% dos casos, envolvendo componentes genético e ambiental, podendo ocorrer em qualquer faixa etária, sendo que, na maioria das vezes diagnosticada depois dos 40 anos de idade (SBD, 2020). O uso de insulina em pessoas com DM tipo 1, pode ser a melhor opção para o tratamento da doença, sendo de uso obrigatório para pacientes no controle da DM (NICOLETTI, TSUBAK 2020).

O método clínico de atenção farmacêutica acontece por meio de consultas, o farmacêutico colhe informações necessárias sobre o paciente com uma entrevista clínica. O profissional poderá revisar e avaliar as medicações dadas ao paciente, identificando problemas relacionados à farmacoterapia. É desenvolvido também um plano de cuidado ligado ao paciente, contendo intervenções farmacêuticas e encaminhamentos a outros serviços de saúde. E em seguida, o farmacêutico deverá agendar o retorno para avaliação dos resultados obtidos (LAVRINS, 2016).

Nesse contexto, o presente trabalho teve então como objetivo identificar dificuldades no uso de insulinas em pacientes da unidade de saúde do município de Jaguaruana-Ceara que possam estar relacionados a falhas no tratamento.

MARCO TEÓRICO

Com fundamentação teórica e com os dados obtidos através dos questionários realizado na unidade básica de saúde do município de Jaguaruana-Ce, dessa forma apresenta-se dados e discussões evidenciadas relacionadas ao uso inadequado de insulinas em diabéticos.

METODOLOGIA

Constitui-se de uma análise do tipo descritivo, transversal e observacional com uma abordagem quantitativa. A pesquisa foi realizada com 30 pacientes em uma unidade básica de saúde no município de Jaguaruana-Ceará, o questionário foi composto por perguntas objetivas, elaborado pelo pesquisador, onde inicialmente eram respondidas perguntas sociodemográficas como: sexo, idade, renda familiar e em seguida as perguntas específicas sobre o tema abordado, tais como, qual o tipo de DM, há quantos anos foi diagnosticado, qual dispositivo era utilizado para aplicar a insulina entre outras. Depois de serem feitas as organizações dos dados, realizou-se a análise no Programa Excel©, da Microsoft Windows versão 2019, onde foram realizadas as tabulações, tendo os resultados exibidos através de tabelas e gráficos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Participaram do estudo 30 indivíduos com Diabetes Mellitus, em que a proporção de indivíduos diabéticos do sexo feminino em uso de insulina foi consideravelmente maior que no sexo masculino, onde ambos com faixa etária de 25 à 35 anos e com renda de um à dois salários mínimos também são características de maior prevalência no estudo entre pessoas com DM, possivelmente representado por aposentados.

Quanto às características clínicas, observa-se DM tipo 2 em maior número, em relação ao dispositivo mais utilizado foi a caneta e o local mais utilizado para realizar injeções foi o braço e mais de um local. Cerca de 74 % dos pacientes relataram que desconhece o motivo da causa da dor após uma aplicação, mas de acordo com a pesquisa de Gouveia, et al. 2019 sensação dolorosa configura-se ao desconhecimento sobre a correta administração da insulina, fragilidade ou ausência no rodízio dos locais de aplicação, como também o uso de agulhas de má qualidade ou aplicação da insulina gelada podendo causar dor ou desconforto.

Apesar dos números entre enfermeiro e outros estarem iguais, observamos a participação direta dos profissionais de enfermagem quanto a ajuda sobre a aplicação, isso pode ser justificada por estarem ligados diretamente na atenção básica com foco na Estratégia Saúde da Família (ESF) e observar-se a falta do farmacêutico na atenção básica, onde o mesmo tradicionalmente é um profissional que trabalha com o conhecimento e técnicas ligadas ao medicamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria conjunta nº 08, de 15 de março de 2018: Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Diabetes Mellitus Tipo 1. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria conjunta nº 08, de 15 de março de 2018: Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Diabetes Mellitus Tipo 1. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2018.

SILVA, Elecir Gomes da; SANTOS, Karine Balles dos; SILVA, Genival Gomes da. A importância da atenção farmacêutica. *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research – BJSCR*. Vol.35, n. 2, pp.86-91 (Jun - Ago 2021)

SBD – SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Diretrizes-SociedadeBrasileira-de-Diabetes-2019-2020.pdf>. Acesso em 07/04/2022

EXISTEM EVIDÊNCIAS DE CORRELAÇÃO ENTRE HIPOCLORIDRIA E DESENVOLVIMENTO DA DOENÇA DO REFLUXO GASTROESOFÁGICO?

**Roberto Rocha de Holanda Sousa¹ (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: robertorhsousa@hotmail.com),
Prof Me Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).**

RESUMO

Diversas patologias podem acometer o trato gastrointestinal causando danos aos tecidos e órgãos, bem como causando um desequilíbrio na microbiota intestinal, tais como a Hipocloridria e a Doença do Refluxo Gastroesofágico. Ambas se assemelham em sinais e sintomas podendo ser facilmente confundidas durante um atendimento clínico, gerando erros de diagnóstico e agravamento do quadro do paciente. O estudo foi uma revisão integrativa que usou as bases de dados SCIELO, LILACS e PUBMED. Foram incluídos trabalhos relacionados com a hipocloridria, na língua inglesa ou portuguesa, monografias, teses e dissertações. Foram excluídos estudos incompletos ou de difícil acesso na internet, artigos de revisão, relatos de caso, sem resumo e que fugiram da temática proposta. Pacientes com hipocloridria podem apresentar sensação de pirose e regurgitação, podendo ser enquadrado como um paciente portador de DRGE, tornando-se relevante entender por que alguns pacientes são refratários ao uso de IBP's. Diversos mecanismos estão envolvidos no aparecimento de sintomas em ambas as doenças avaliadas como a PGE2, Histamina e Gastrina e essas substâncias necessitam de um maior entendimento quanto a sua ação no desenvolvimento de sintomas. Acerca do tema foi pesquisado o que pode ser encontrado na literatura que comprove ou que refute essa correlação e a partir dos resultados foram desenvolvidas hipóteses sobre o assunto.

Palavras-chave: hipocloridria; DRGE; pirose.

INTRODUÇÃO

Diversas patologias podem desarticular o correto funcionamento do TGI, dentre elas a Doença do Refluxo Gastroesofágico e a Hipocloridria, ambas atuando na região do esôfago e do estômago, mas que trazem prejuízo para o TGI como um todo.

Diversas estruturas formam, do ponto de vista anatômico, a barreira anti-refluxo que é constituída pelo esfíncter esofágico inferior, esôfago abdominal, crura diafragmática, ângulo de His, válvula de Gubaroff e ligamento frenoesofágico (COSTA et al. 2019).

De acordo com a Sociedade Brasileira de Motilidade Digestiva e Neurogastroenterologia (SBMDN), o percentual da população brasileira que sofre com a Doença do Refluxo Gastroesofágico está entre 12% e 20% (BRASIL, 2019).

O principal achado que se busca ao fazer uma endoscopia em um paciente que relata sentir os sintomas de refluxo são danos na mucosa esofágica ou estomacal, danos que acredita-se serem causados pelo ácido presente no estômago, entretanto alguns estudiosos acreditam que uma possível causa da DRGE é a hipocloridria, onde ocorre uma redução do ácido produzido pelo estômago e conseqüentemente uma redução do pH gástrico.

O ácido gástrico é considerado um mecanismo de defesa contra os microrganismos consumidos e os componentes da microbiota, entende-se que a supressão contínua desse ácido

causa efeitos adversos como alterações da microbiota do trato gastrointestinal e leva a complicações como má absorção de nutrientes e infecções entéricas como *Salmonella typhi* e *Clostridium difficile* (OLIVEIRA, 2019).

Além do prejuízo que a redução de ácido pode trazer na barreira antimicrobiana existe também uma perda no processo nutricional, pois diversas substâncias como o ferro, cálcio e vitamina B12 são melhor absorvidos em meio ácido, podendo então um paciente portador de hipocloridria apresentar deficiências na quantidade desses minerais. Sem contar o dano no processo digestivo, pois a principal enzima que digere proteína, a pepsina, necessita de um pH baixo para sua melhor ação. Para que o ácido seja produzido em quantidades ideais o principal hormônio regulador é a gastrina (PITHAWA, 2011).

MARCO TEÓRICO

Além da gastrina, a histamina e a acetilcolina são sinais fisiologicamente importantes; no entanto, a forma como todos eles interagem para estimular a secreção de ácido gástrico ainda está sendo debatido. Atualmente o que se sabe é que a gastrina atua liberando histamina das células enterocromafins, além de se ligar aos receptores de gastrina na célula parietal, e que a histamina estimula o receptor de H₂ na célula parietal, ambas atuando na liberação de HCL (MARTINSEN et al, 2019).

Mediante o exposto torna-se relevante apresentar o que existe de mais atual na literatura sobre a relação da hipocloridria com surgimento da DRGE, assim como demonstrar possíveis causas e as consequências a longo prazo.

METODOLOGIA

O estudo foi uma revisão integrativa da literatura em que foram utilizadas as bases de dados SCIELO, LILACS e PUBMED para pesquisa de artigos científicos.

Como critério de inclusão foram utilizados trabalhos relacionados com a hipocloridria, na língua inglesa ou portuguesa, monografias, teses e dissertações, que discorressem a temática deste estudo. Foram excluídos estudos incompletos ou de difícil acesso na internet, artigos de revisão, relatos de caso, sem resumo e aqueles que fugiram da temática proposta.

Ao todo foram identificados nas bases de dados 87 trabalhos científicos e que após a aplicação dos critérios de exclusão ficaram 6 trabalhos que compuseram as discussões.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com Martinez *et al.*, (2003) foi observado que 82,05% dos pacientes com refluxo não erosivo e que não apresentaram refluxo ácido tiveram episódios de pirose, o que indica que a sensação de azia foi causada por outros fatores já que este grupo não apresentou refluxo ácido durante a medição do pH de 24h.

Weijenborg *et al.*, (2012) realizou um estudo em que avaliou o percentual de pacientes que eram refratários ao uso de IBP's, neste estudo subdividiu os pacientes em 2 grupos: NERD (pacientes sem danos na mucosa) e ERD (pacientes com danos na mucosa), dentre os pacientes do grupo NERD a taxa de refratariedade foi de 15 % a 27%, o que contrasta de outros artigos que trazem valores entre 40% a 50% analisados pelo próprio autor. Entretanto a pesquisa contou como método de diagnóstico a medição de pH de 24h e fatores clínicos relatados pelos pacientes e levou em conta apenas a pirose como fator principal a ser

avaliado pelo uso do IBP, não trazendo dados acerca da regurgitação, que é o principal determinante segundo a definição da SBMDN e outras definições aceitas atualmente.

Dentre os dados que Sadatomi trouxe quase 50% dos pacientes que tiveram contato com ácidos fracos (pH 4 - 7) tiveram a sensação de pirose em outros estudos citados pelo autor, sendo, portanto, uma possível explicação para os sintomas de pacientes que são refratários aos IBP's, pois estes podem ter tido refluxo do conteúdo gástrico em que o pH estivesse maior que 4 não passando portanto pelo critério estabelecido pelos autores que deveria apresentar pH menor ou igual a 4 na sonda de pH de 24h. Minimamente este estudo mostra que o refluxo do conteúdo gástrico, mesmo não contendo quantidades altas de HCl, pode desencadear sintomas incômodos ao paciente, bem como deve ser ajustado o tratamento para tentar fazer com que a taxa de alívio dos sintomas seja ainda maior do que apenas com o uso de IBP's.

Como é possível observar no gráfico 2 o pH pré-prandial é semelhante tanto entre a população idosa quanto a população jovem, mas no período pós-prandial existe uma discrepância. Sabendo disso é preciso avaliar muito bem o quadro de um paciente idoso que se queixa de sintomas de azia, pois a hipocloridria pode trazer para esse paciente uma deficiência nutricional significativa de substâncias que necessitam de meio ácido para serem melhor absorvidas, como o ferro, cálcio, bem como vitaminas (K, B12), logo a administração de omeprazol ou outros IBP's seria contraindicada já que agiria inibindo a produção de HCl.

Os exames utilizados atualmente para diagnóstico de DRGE ainda não são totalmente eficazes em identificar as reais causas dessa patologia, como no caso da endoscopia que pode não trazer achados significativos; a sonda de pH (pH 24h), pois nem sempre o refluxo é ácido; ou até mesmo os sintomas clínicos, pois várias outras patologias podem desencadear sintomas parecidos ou até iguais aos da DRGE. Portanto é indispensável a busca por exames mais precisos e mais confiáveis.

Ainda existe uma dúvida entre os pesquisadores acerca da real condição entre os pacientes que apresentam um quadro de DRGE do tipo não erosiva, pois não se sabe ao certo o mecanismo que causa os sintomas. Através do exposto é possível observar que ainda são necessárias pesquisas direcionadas, bem como é necessário que se desenvolvam métodos melhores e menos invasivos para diagnóstico de doenças como a hipocloridria e a DRGE.

É necessário ainda que seja desenvolvidas pesquisas experimentais ou de campo afim de estudar melhor a possível relação entre essas duas doenças, para avaliar na prática se é ou não plausível que a hipocloridria seja uma possível causa da DRGE.

REFERÊNCIAS

Guilliams TG, Drake LE. Meal-Time Supplementation with Betaine HCl for Functional Hypochlorhydria: What is the Evidence? **Integr Med (Encinitas)**. 2020 Feb;19(1):32-36. PMID: 32549862; PMCID: PMC7238915. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32549862/> Acesso em: 07 out. 2022

Martinez SD, Malagon IB, Garewal HS, Cui H, Fass R. Non-erosive Reflux Disease (NERD) - Acid Reflux and Symptom Patterns. **Food Pharmacol Ther**. 2003;17:537-45. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12622762/> Acesso em: 13 nov. 2022

MARTINSEN; FOSSMARK; WALDUM. The Phylogeny and Biological Function of Gastric Juice—Microbiological Consequences of Removing Gastric Acid. **International Journal Of Molecular Sciences**, [s.l.], v. 20, n. 23, p. 6031, 29 nov. 2019. MDPI AG.

<http://dx.doi.org/10.3390/ijms20236031>. PMID: 31795477; PMCID: PMC6928904.
Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31795477/>. Acesso em: 03 nov. /2022

SADATOMI, Daichi; KONO, Toru; MOGAMI, Sachiko; FUJITSUKA, Naoki. Weak acids induce PGE2 production in human oesophageal cells: novel mechanisms underlying gerd symptoms. **Scientific Reports**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 1-1, 27 nov. 2020. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-020-77495-z>. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7695745/> Acesso em: 29 out. 2022.

WEIJENBORG, P. W.; CREMONINI, F.; SMOUT, A. J. P. M.; BREDENOORD, A. J.. PPI therapy is equally effective in well-defined non-erosive reflux disease and in reflux esophagitis: a meta-analysis. *Neurogastroenterology & Motility*, [s.l.], v. 24, n. 8, p. 747-750, 6 fev. 2012. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-2982.2012.01888.x>. Acesso em: 10 nov. 2022.

O CUIDADO FARMACÊUTICO NA PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DAS ARBOVIROSES: DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA.

Samuel de Lima Gondim¹ (aluno do curso de Bacharelado em Farmácia da UniJagaribe, e-mail: samuel.gondim@fvj.br); **Orientadora: Darcielle Bruna Dias Elias²** (professora-doutora do Curso de Bacharelado em Farmácia da UniJagaribe, e-mail: darcielle.elias@fvj.br).

RESUMO

As arboviroses dengue, zika e chikungunya são doenças infecciosas emergentes e reemergentes, sendo assim um importante problema de saúde pública, devido a possibilidade de causar repetidas epidemias em várias regiões do mundo e da sua capacidade de adaptação e dispersão. Nesse cenário, os farmacêuticos devem ter o seu papel reconhecido e devem ser inseridos junto a equipe multidisciplinar. O presente estudo teve como objetivo a avaliação da aplicabilidade do cuidado farmacêutico na educação, orientação e prevenção das arboviroses, junto a equipe multidisciplinar de saúde. Sendo assim, foi utilizado o estudo de caso descritivo, com abordagem quantitativa e qualitativa. O mesmo foi realizado com pacientes acometidos por alguma arbovirose, residentes no município de Russas/CE, em 04 Estratégias de Saúde da Família do município. De acordo com os dados epidemiológicos é possível constatar a capacidade de adaptação e dispersão do vetor da dengue, zika e chikungunya, o que nos leva a ter uma atenção contínua para essas arboviroses. Por fim, é esperado que este estudo possa incentivar os farmacêuticos a assumirem o seu verdadeiro papel de cuidador da saúde perante a sociedade, para em conjunto com a equipe de saúde, buscar um avanço na qualidade de vida do paciente.

Palavras-chave: arboviroses; chikungunya; cuidado farmacêutico; dengue; zika.

INTRODUÇÃO

Os vírus causadores da dengue, zika e chikungunya, são arbovírus e têm em comum o seu vetor, as fêmeas infectadas com o vírus, dos mosquitos do gênero *Aedes*, nomeadamente *A. aegypti* e *A. albopictus*, duas espécies muito semelhantes e que se reproduzem em águas paradas. Essas arboviroses são classificadas como uma doença infecciosa emergente e reemergente, sendo assim um importante problema de saúde pública.

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a dengue é uma doença infecciosa, causada pelo vírus (DENV), que é representado por quatro sorotipos, DENV-1 a DENV-4. As épocas do ano de maior transmissão da doença são nos meses mais chuvosos de cada região, devido as chances de aumento no acúmulo de água parada. (BRASIL, 2022).

O zika vírus (ZIKV), pode ter a maioria das infecções de forma assintomática ou apresentar uma doença febril autolimitada semelhante às infecções por chikungunya e dengue. Esses riscos podem aumentar quando a pessoa tem alguma comorbidade, até mesmo em idosos e gestantes. (BRASIL, 2022).

Por fim, o vírus da chikungunya (CHIKV) tem como principais aspectos clínicos, febre, mialgias, cefaleia, exantema e artralgias. Dentre estes, destaca-se a artralgia, esse sintoma pode persistir durante meses e até anos, ocasionando em uma artropatia crônica (ROCHA, 2021).

No que se concerne à imunidade da dengue, sua memória imunológica irá conferir imunidade apenas para o sorotipo DENV contraído, ou seja, não concede imunidade aos quatro sorotipos. No atual contexto, ainda não existe vacinas ou antivirais que imunize simultaneamente contra os 4 sorotipos da dengue, zika ou chikungunya, sendo a profilaxia dependente do controle do vetor e o uso de cuidados paliativos, o que é desafiador.

Nesse cenário, os farmacêuticos devem ter o seu papel reconhecido e devem ser inseridos junto a equipe multidisciplinar, pois, enquanto profissional da saúde, o farmacêutico tem o dever de cumprir o seu papel na sociedade como um todo, disseminando os conhecimentos, solucionando os problemas de saúde e promovendo o bem-estar, isso pode até agilizar os atendimentos no serviço de saúde, além de colocar o farmacêutico em contato direto com a comunidade, através da consulta farmacêutica que tem a finalidade de efetivar a promoção, proteção e recuperação da saúde.

Posto isto, o estudo buscou avaliar a aplicabilidade do cuidado farmacêutico na educação, orientação e prevenção das arboviroses, junto a equipe multidisciplinar de saúde, demonstrando a relevância do cuidado farmacêutico no cenário do SUS e no manejo das arboviroses, juntamente com a população.

METODOLOGIA

O presente estudo é um estudo de caso descritivo, que usa os métodos quantitativos e qualitativos. O estudo foi realizado com pacientes acometidos por alguma arbovirose, residentes no município de Russas/CE, e a sua aplicação se deu em 04 Estratégias de Saúde da Família do município – Dom Lino I e II e Catumbela I e II.

Para a coleta de informações foram utilizados 01 questionário para educação em saúde e 01 ficha de atendimento farmacêutico, ambos semiestruturados. Foram utilizados também dados epidemiológicos oriundos da Secretaria Municipal da Saúde de Russas. A pesquisa teve início somente com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelo paciente. Todos os passos dessa pesquisa foram em concílio com a equipe de saúde.

O procedimento aplicado originou em alguns momentos uma carta ao médico responsável pelo paciente, constando a identificação dos problemas do paciente ou observações, além da proposta de alternativas de resolução dos mesmos, tudo em concílio junto ao prescritor.

Os dados foram analisados e expostos em gráficos pelo software Excel® versão 2016, depois de serem feitas as organizações dos dados e o cruzamento das informações relevantes.

O projeto de pesquisa foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIJAGUARIBE, outorgado com parecer de nº 5.606.156. Os dados coletados serão arquivados por cinco anos, terão acesso a esses dados apenas o pesquisador e o orientador.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Antes de partir para os pacientes, foi realizada uma consulta nos dados epidemiológicos das arboviroses no município de Russas-CE. Foi constatado que o ano de 2021 apresentou o maior número de casos confirmados de dengue, 2066 casos, comparado aos outros anos. Em 2022 podemos ver uma diminuição brusca no número de casos confirmados de dengue, 153 casos, até setembro de 2022. Essa mudança súbita nos dados

epidemiológicos da dengue pode trazer hipóteses que podem ser relevantes para estudos futuros.

Em relação aos casos notificados e confirmados de chikungunya foi visto que o maior ano de casos confirmados foi em 2017, com 795 casos. Em 2022 houve 301 casos confirmados, um aumento bastante expressivo, se comparado a 2021, que teve 01 caso confirmado.

De acordo com o boletim epidemiológico do mês de agosto de 2022, foram confirmados 43 casos de dengue e 12 casos de chikungunya nas UBS Catumbela I e II, e 36 casos de dengue e 26 casos de chikungunya nas UBS Dom Lino I e II, sendo essas as escolhidas para o estudo.

Em relação aos dados coletados pelo pesquisador, foram entrevistadas 50 pessoas com dengue ou chikungunya, pois, não foram relatados casos de zika nas UBS estudadas. Ambas doenças prevaleceram mais sobre o público feminino.

Ao observar de modo geral o que foi respondido no questionário para a educação em saúde podemos ver que os participantes tem uma boa educação em saúde, souberam responder bem principalmente em relação aos cuidados para evitar criadouros do mosquito Aedes, ao tratamento, sintomatologia e o reconhecimento do vetor, na parte da imunidade o pesquisador teve que conversar com os participantes sobre o mecanismo imunológico da dengue.

No quesito da sintomatologia foi relatado, em sua maioria, sintomas como febre, dor de cabeça (principalmente na região dos olhos), dor muscular, cansaço, dor abdominal e exantemas. Um adendo interessante seria o fato de algumas pessoas, devido à pandemia do COVID-19, ainda tem aquele pensamento de que seja algo relacionado ao contexto pandêmico, porém ao passar pelo médico, pela anamnese e observando o contexto clínico-epidemiológico naquela área, é possível constatar que pode ter mais relação com alguma arbovirose.

Na parte da farmacoterapia foi visto que a maioria dos pacientes seguem o regime terapêutico recomendado pelo médico, com uso de paracetamol ou dipirona, sendo o mais receitado a dipirona. Em casos mais graves foi realizado acompanhamento hospitalar, principalmente em caso da não melhora da febre e da dor, ou teve prescrição de Anti-inflamatórios não-esteroidais (AINEs). Foi recomendado que para qualquer mudança no estado saúde-doença buscassem auxílio médico, para evitar futuras complicações.

Apenas dois pacientes recorreram a automedicação com nimesulida, devido as sequelas decorrentes da chikungunya, nesse caso o pesquisador fez o levantamento da farmacoterapia que ambos usavam, prestou orientações e escreveu uma carta ao médico.

Além do mais, foi visto que os pacientes acometidos pela chikungunya ainda sofrem com as sequelas da doença. Isso nos mostra que os pacientes ainda não tiveram uma meta terapêutica alcançada, necessitando assim de um monitoramento e de cuidados, já que ainda não existe uma terapia antiviral específica para esses casos.

No que se concerne à adesão do paciente ao tratamento apenas dois pacientes relataram não fazer uma correta adesão por se sentirem bem ou por esquecimento de tomar os medicamentos prescritos, por outro lado 100% dos pacientes mostraram-se capazes de compreender e de entender que devem cumprir o regime terapêutico recomendado, apesar dos fatores externos, afinal, buscamos para uma melhora positiva do paciente, evitando alguma complicação futura. Outro dado positivamente coletado foi de que os pacientes, em sua totalidade, são capazes de tomar seus medicamentos sem assistência.

Podemos concluir que de acordo com os dados epidemiológicos é possível constatar a capacidade de adaptação e dispersão do vetor da dengue, zika e chikungunya, o que nos leva

a ter uma atenção contínua para essas arboviroses, seja nos cuidados em casa, na vizinhança e os profissionais de saúde devem ficar vigilantes a isso. As farmácias atualmente são uma das principais portas de entrada no cuidado a saúde, e é visto que muitas estão adotando também a aplicação do cuidado farmacêutico, fazendo com que os farmacêuticos assumam um papel fundamental na sociedade e seja mais disponível à população. Essa visão também seria interessante de se ver na Atenção Primária à Saúde, visto que o farmacêutico devidamente instruído e integrado a equipe multiprofissional, terá o paciente como foco principal, auxiliando no cuidado inicial ao paciente, e realizando o seu acompanhamento farmacoterapêutico, até o estágio final da doença, procurando alcançar resultados positivos.

Por fim, é esperado que este estudo possa incentivar os farmacêuticos a assumirem o seu verdadeiro papel de cuidador da saúde perante a sociedade, além de serem mais proativos nos sistemas de saúde, para em conjunto com a equipe, buscar a melhoria da qualidade de vida do paciente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde de A a Z: D: Dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde de A a Z: Z: Zika Vírus**. Brasília: Ministério da Saúde Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/z/zika-virus/zika-virus>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ROCHA, Paloma Fiuza. **Atenção farmacêutica e prescrição de fitoterápicos no acompanhamento das complicações clínicas relacionadas à chikungunya**. 2021. 101 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Farmácia) - Centro Universitário Maria Milza, Governador Mangabeira, 2021. Disponível em: <http://131.0.244.66:8082/jspui/handle/123456789/2501>. Acesso em: 13 jun. 2022.

RUSSAS. Secretaria Municipal da Saúde. **Boletim Epidemiológico: Arboviroses n. 5**. Coordenação de Vigilância Epidemiológica. Russas, p. 8, 2022.

RUSSAS. Secretaria Municipal da Saúde. Coordenação de Vigilância Epidemiológica **Série histórica do cenário epidemiológico das arboviroses (dengue e chikungunya) no município de russas, no período de 2017 a 2022**. Russas: Secretaria Municipal da Saúde, 2022.

OS BENEFÍCIOS DO USO CONTÍNUO DE PROBIÓTICOS AO NOSSO ORGANISMO

**Luís Felipe Lima Ribeiro Ribeiro¹ (Aluno do Curso de Farmácia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: luis.ribeiro@fvj.br),
Francisco Wanderlei Lima Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: wanderlei.lima@fvj.br).**

RESUMO

O objetivo da pesquisa se relaciona a apresentar os benefícios do uso contínuo de probióticos ao organismo humano. Entre os benefícios estão as questões que se voltam ao intestino, já que o uso dos probióticos auxilia na minimização de hipersensibilidade, também de proteção imunológica, desequilíbrios no intestino e problemas com inflamação e por fim, controle de peso. O uso de probióticos também ajuda em problemas neurológicos, que se voltam a depressão, encefalopatia hepática e autismo. Compreendendo este cenário, o estudo é desenvolvido sob um aspecto de revisão integrativa, e apresenta informações de pesquisadas publicadas entre os anos de 2017 a 2021 alcançadas por meio das bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO). O estudos selecionados abordam sobre a ingestão de probióticos, sendo 71,4% dos estudos relacionam-se a introdução alimentar com qualidade e 28,6% associam-se a tratamento de doenças como acnes e problemas intestinais. O uso contínuo de probióticos permitem benefícios como melhora da constipação intestinal, a diminuição da ocorrência de alergias e o aumento da imunidade. Outros benefícios se relacionam a melhorias no que tange a patologias respiratórias e dermatológicas, sendo que os sujeitos precisam fazer uso de anticorpos de forma regular, ou seja, com uso mensal, semanal ou mesmo quinzenal.

Palavras-chave: funcionamento do organismo; micro-organismos benéficos; probiótico.

INTRODUÇÃO

Os probióticos tratam-se de microrganismos vivos, que ao serem digeridos, auxiliam na tratativa do contexto gastrointestinal do organismo de um sujeito, permitindo que esse cenário garanta um melhor balanço microbiano intestinal. Dessa forma, pode-se dizer que os benefícios

apresentados pelos probióticos relacionam-se ao aumento de absorção de minerais e equilíbrio intestinal. O termo probiótico apresenta-se inicialmente, por intermédio de Lilly Stillwel no ano

de 1965. O autor enfatizou no momento sobre como uma substância que apresenta-se secretamente no organismo, por meio de microrganismos e que pode estimular o nascimento ou crescimento de outros. Compreende-se que os probióticos tratam-se de alimentos funcionais,

que auxiliam na promoção da saúde, compreendendo importantes componentes de nutrição considerados convencionais, entretanto, não atua sob umas perspectiva voltada a doenças. Vale

saber que os probióticos como microrganismos vivos precisam ser administrados em quantidades consideradas adequadas, a fim de que consigam estabelecer benefícios para a

saúde

do indivíduo. Considerando a relevância dos probióticos, pode-se afirmar que o papel dos profissionais farmacêuticos é fundamental na orientação das pessoas que sofrem com problemas relacionados de constipação intestinal assim como também alergias e mesmo dificuldades psíquicas. Estes profissionais precisam garantir resistência às condições fisiológicas adversas assim como também a viabilidade e eficácia do probiótico direcionado de

paciente a paciente Com relação ao gênero das cepas de bactérias probióticas é possível citar: os *Lactobacillus* spp, que são: *L. acidophilus*, *L. delbrueckii* subsp. *bulgaricus*, *L. helveticus*, *L. casei* - subspécies. *Paracasei* e subsp. *tolerans*, *L. paracasei*, *L. fermentum*, *L. reuteri*, *L. johnsonii*, *L. plantarum*, *L. rhamnosus* e *L. Salivarius*. Assim como os *Bifidobacterium* spp., que são: *B. lactis*, *Bif. bifidum*, *B. breve*, *B. Infantis*, *B.thermophilum* e *B. Longum*. Além deles, é possível citar as bactérias *Enterococcus faecium* e *Streptococcus thermophilus*.

MARCO TEÓRICO

Diversos tratamentos podem ser realizados por meio do uso de probióticos, sendo que estes permitem a prevenção de Candidíase, Infecções do trato urinário, efeitos cardiovasculares, problemas com cancro, Intolerância à lactose, Eczemas, entre outros. Também, os probióticos são relevantes para tratamento de Diabetes, Obesidade, Hipertensão e infecções diversas (PLAZA-DIAZ; RUIZ-OJEDA; GIL-CAMPOS, 2019; REID, 2016). Marques et al., (2020) apontam que no tratamento da constipação idiopática crônica (CIC), usando probióticos, os efeitos benéficos relacionam-se a minimização dos sintomas relacionados a doença, assim como também significativa melhora na qualidade de vida dos pacientes. Já Nogueira (2015) destaca sobre os benefícios dos probióticos no doenças neurológicas. Conforme aponta o autor,

esse mecanismo auxilia em problemas que se voltam a depressão, encefalopatia hepática e autismo.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão integrativa de literatura, sendo que esta direciona o estudo por meio de seis fases específicas. A primeira fase trata sobre elaboração da pergunta norteadora, ou seja, a pergunta que o estudo vai responder ao longo da pesquisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Na segunda fase, busca-se a amostragem na literatura, sendo esta uma quantidade de estudos que permitam o alcance aos objetivos do estudo.

Essas pesquisas em questão serão alcançadas em bases de dados específicas, sendo elas o Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), por meio da utilização dos seguintes descritores: “Probióticos”. “Organismo”. “microrganismos vivos”, sendo que estas palavras combinadas, permitem o encontro das pesquisas pertinentes ao estudo. Foram estabelecidos alguns critérios de inclusão e exclusão para se chegar a amostra desejada. Os de inclusão foram: ser escrito em língua vernácula ou Inglês; ser apresentado na íntegra, estar na temporalidade de 2017 a 2021 e responder ao problema de pesquisa.

Com relação aos de exclusão, compreendeu-se arquivos escritos em língua estrangeira, que não seja o inglês, os relatos de caso, as revisões, e os arquivos duplicados e que não estivessem disponíveis na íntegra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Existem diversos alimentos que garantem que probiótico tenha suficientes nutrientes capazes de garantir benefícios para o corpo humano, entretanto, os mesmos autores discorrem sobre para que estes sejam eficazes se faz necessário que as bactérias inseridas nos alimentos estejam vivas até finalizar o prazo de validade dos produtos ingeridos. Tesser et al., (2021) discorrem sobre a maioria das pessoas realizarem o consumo dos probióticos, mas não sabem em quais alimentos eles se apresentam e também não sabem quais são os seus benefícios. Para aqueles sujeitos que entendem sobre a importância dos probióticos para seu organismo, relatam que fazem uso de forma mensal, semanal e ainda quinzenal. Os estudo apontam sobre os problemas intestinais estarem relacionados a questões psicológicas. O estudo destaca sobre alterações no microbioma intestinal (disbiose) permitirem estresse nos sujeitos, o que aumenta as possibilidades destes apresentarem problemas psíquicos. A disbiose permite a liberação de inflamações, ficando em concordância com a teoria do eixo intestino-cérebro-pele, que é o estudo que aponta sobre essa associação comprovada. O leite não pasteurizado ser fundamental para o consumo de probióticos, visto que possuem uma diversidade de bactérias. Entre as resistências estão o pH ácido do estômago e ainda às enzimas pancreáticas e digestivas. Considerando as informações que se apresentam ao longo do estudo percebe-se ainda é preciso mais estudos para identificar os reais benefícios dos probióticos para o organismo humano, entretanto, já existem diversos motivos para que as pessoas passem a fazer uso do mesmo, visando uma qualidade de vida melhor.

REFERÊNCIAS

- MARQUES, C. G et al. **Prebióticos e probióticos na saúde e no tratamento de doenças intestinais: uma revisão integrativa.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, v. 9, n. 10, pág. e6459109071-e6459109071, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9071>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- NOGUEIRA, B. L. **Probióticos para o tratamento de doenças neurológicas: uma revisão.** 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AC4EEJ>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- PLAZA-DIAZ, J et al. **Mecanismos de ação dos probióticos.** Avanços na nutrição, v. 10, n. suppl_1, p. S49-S66, 2019. Disponível em: https://academic.oup.com/advances/article/10/suppl_1/S49/5307225?login=false. Acesso em: 12 jun. 2022.
- SOUZA, M. T; SILVA, M. D; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

TESSER, H. C. et al. Avaliação do consumo e percepção dos efeitos dos probióticos por universitários com diferentes fenótipos ABO. **R. bras. Tecnol. Agroindustr.**, Francisco Beltrão, v. 14, n. 2, p. 3418-3434, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbta/article/view/11335>. Acesso em: 15 nov. 2022.

FISIOTERAPIA

UMA PESQUISA INTEGRATIVA ACERCA DAS ABORDAGENS FISIOTERAPÊUTICAS NO TRATAMENTO DA DISPAREUNIA EM MULHERES ADULTAS.

**Anne Gabrielle Sales Barbosa¹, (Aluno do curso de Bacharelado em Fisioterapia da
Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: (gabrielle.barbosa@fvj.br),
Orientadora: Karisa Lopes Barreto², (Professora do Centro Universitário do Vale do
Jaguaribe, e-mail: Kariza.barreto@fvj.br).**

RESUMO

A Disfunção Sexual Feminina (DSF) em mulheres é uma patologia complexa. A sensação e a intensidade da dor muitas vezes não correspondem ao local da lesão identificada, mas são sentidas em outro lugar, levando a distúrbios musculoesqueléticos e miofasciais e disfunção sexual (DS). A dispareunia pode afetar a função sexual feminina e a qualidade de vida. Portanto os exercícios do assoalho pélvico podem aumentar a consciência da área vaginal e melhorar a função sexual. Este estudo visa responder quais os métodos e técnicas mais comumente utilizados no tratamento da dispareunia em mulheres adultas, e tem como objetivo chamar a atenção e a conscientização das mulheres sobre as disfunções do assoalho pélvico, além de trazer uma contribuição acadêmica da saúde aos profissionais da área de fisioterapia, especialmente na dispareunia. O presente estudo trata-se de uma revisão do tipo integrativa com abordagem quantitativa e discursiva para abordar dados sobre os tipos de tratamento fisioterapêutico na dispareunia, Métodos destinados a sintetizar os resultados obtidos no estudo acerca do tema em trabalhos publicados a partir de 2012 até o ano atual, disponíveis nas bases de dados LILACS, PubMed e PeDro. Foram encontrados um total de 37 artigos, que passaram pelos critérios de inclusão que excluiu um total de 26 artigos, somando assim um total de 11 artigos que foram lidos na íntegra para a seleção final. Com base nos estudos analisados supracitados foi observado uma abordagem abrangente da fisioterapia, pois ela pode contribuir significativamente para a avaliação multidisciplinar e tratamento da dor pélvica e das disfunções sexuais feminina.

Palavras-chave: disfunção sexual feminina (DSF); disfunção sexual (DS); dor; sexualidade; fisioterapia

INTRODUÇÃO

A sexualidade é um componente vital da vida humana. A sexualidade lida com a procriação e o prazer. Os comportamentos e orientações sexuais diferenciam e podem estar associados à saúde mental. Algumas orientações sexuais são capazes de ser discriminadas ou censuradas por crenças religiosas ou políticas, e isso tem um enorme impacto nas mudanças sexuais. Constantemente, as mudanças sexuais são consideradas patológicas e têm necessidade de ser tratadas medicamente. Contudo, tem de se aceitar que a sexualidade integra um sequente de comportamentos, pensamentos, fantasias, atos e atrações que estão além da reprodução. A sexologia moderna instituiu o conceito de identidade de gênero e fluidez sexual para retratar como gênero e orientação sexual mudam e são moldável ao longo do tempo (VENTRÍGLIO; BHUGRA, 2019).

A disfunção sexual (DS) é definida como a incapacidade de desempenhar satisfatoriamente a atividade sexual. Vários estudos foram conduzidos em áreas relacionadas à função e disfunção sexual feminina. Atualmente, dados indicam que aproximadamente 49%

da população feminina brasileira possui pelo menos um SD (PURIFICAÇÃO; ADRIANA; DOMINGUEZ, 2021).

A Disfunções Sexuais Femininas (DSF) é um termo abrangedor que compreende diversas facetas da sexualidade em termos de desejo, excitação, orgasmo e/ou dor sexual. Complicações persistentes e recorrentes com excitação sexual, desejo, orgasmo ou dor que afetam o paciente ou acometem o relacionamento com seu parceiro são considerados como disfunção sexual. A mesma, é capaz de acontecer em qualquer fase da vida e consegue diminuir completamente a qualidade de vida de diversas mulheres. É provável que profissionais da saúde tenham educação básica e ferramentas disponíveis para nortear os pacientes e auxiliar os médicos acerca das viáveis causas e estratégias de tratamento (A REED, 2022).

A DSF é considerada um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Eles fazem parte de uma série de distúrbios, como o distúrbio da excitação sexual feminina, o distúrbio da libido hipoativa, o distúrbio do orgasmo feminino, a dispareunia e o vaginismo (WOLPE; TORIY; SILVA; ZOMKOWSKI; SPERANDIO, 2015).

A dispareunia é a reclamação de dor ou desconforto perseverante ou recorrente associado à tentativa ou completa penetração vaginal. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais- V-texto (DSM-VT), a dispareunia é subclassificada em disfunções gênero-pélvicos/penetração nos quais uma mulher experimenta dor genital recorrente antes, durante ou após a penetração vaginal. Apesar do aumento predominante de dispareunia, poucos ensaios clínicos foram efetuados no diagnóstico e tratamento da dispareunia (GHADERI; BASTANI; HAJEBRAHIMI; JAFARABADI; BERGHMANS, 2019).

A fisioterapia previne e trata as limitações e incapacidades físicas, restaura a função, a mobilidade e promove o alívio da dor. Nas doenças pélvicas, previne e trata disfunções em vários sistemas como o sistema urinário, sistema fecal, sistema ginecológico e sistema sexual. A fisioterapia inclui o exame do histórico médico do paciente por meio de inspeção visual e palpação dos aparelhos pélvicos, identificação das condições da musculatura, pontos de dor, presença ou ausência de incontinência urinária, incontinência fecal e flatulenta, distopia, testes de sensibilidade (toque, temperatura e dor), e Reflexos e AP na região pélvica (BATISTA, 2017).

Dessa forma o objetivo do presente estudo foi observar quais os métodos e técnicas mais comuns utilizadas na fisioterapia para tratar a dispareunia em mulheres adultas.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão do tipo integrativa com abordagem qualitativa e discursiva para avaliar dados sobre as principais abordagens fisioterapêuticas no tratamento da dispareunia em mulheres adultas, A presente pesquisa foi realizada entre o mês de agosto e outubro de 2022 nas bases de dados: Physiotherapy Evidence Database (PEDro), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), PubMed e LILACS. Os critérios de recrutamento foram: artigos de Ensaio clínico envolvendo tratamentos para a dispareunia, sejam eles isolados ou associados a outras técnicas, em mulheres com essa patologia, descritores que estivessem sido publicados na língua portuguesa, língua inglesa ou espanhol. Foram excluídos os artigos de revisão de literatura, artigos com acesso limitado, estudos realizados com homens e modalidades terapêuticas que não abordassem os tratamentos para a dispareunia. Os descritores foram selecionados de acordo com as seguintes palavras chave: Dyspareunia; Physiotherapy; através do Descritores em Ciências da Saúde (DeCs/MeSH) no portal BVS

(BIREME). Em seguida, com estes descritores, no site PeDro foram criadas e selecionadas as seguintes combinações (Dyspareunia and physiotherapy, Perineum or genito-urinary system, clinical trial). Assim, foram empregadas as seguintes combinações de palavras chaves na língua Portuguesa e Inglesa: (Dyspareunia) AND (physiotherapy). Foram analisados os temas e resumos dos referidos artigos para verificar se adequava aos critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 16 artigos na plataforma PubMed, 07 artigos na LILACS e 14 na PeDro, dando um total de 37 artigos. Quando avaliados com os critérios de exclusões apresentados na pesquisa, foram excluídos um total de 02 artigos, restando assim 35 estudos que passaram pelos critérios de inclusão que excluiu um total de 26 artigos, somando assim um total de 09 artigos que foram lidos na íntegra para a seleção final, segundo o fluxograma. Dos 09 estudos analisados, 7 deles foram retirados para a coleta de dados com tratamentos para a dispareunia (PEREIRA, Franciele da Silva et al, 2020; e todos concluíram que o mesmo estudo clínico atual demonstrou que o tratamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) experimentaram melhora da dor e menos interferência na qualidade de vida; (GHADERIL, Fariba et al, 2019), concluiu-se que um programa de reabilitação e biofeedback digital é uma técnica simples e eficaz para aumentar a consciência dos MAP dos pacientes e também melhorar a dor gênito-pélvica, função sexual, intensidade dos MAP e resistência em mulheres com dispareunia; (HURT, Karel et al, 2021), Concluiu-se que a ESWT parece uma opção de tratamento segura e eficaz para dispareunia em mulheres, pois demonstrou um impacto na percepção da dor e a dispareunia pode ser reduzida a um nível aceitável com esta abordagem moderna e não invasiva; (NYGAARD, Ane Sigrid et al, 2020), concluir que uma intervenção baseada em grupo, abrangendo terapia de consciência corporal, educação do paciente e técnicas cognitivas, seja clinicamente melhor do que a fisioterapia de cuidados primários para mulheres com DPC; (LÓPEZ, Elena Castellanos et al, 20220), Conclui-se então que não foram encontradas diferenças na HPA ou na DRI supra umbilical e infra umbilical. Os achados deste estudo sugerem que a relação entre a estrutura abdominal e ani hipertonia do elevador e dispareunia permanece incerta; (SILVA, Ana Paula Moreira da et al, 2017), concluiu-se que a massagem de Thiele é um tratamento eficaz a longo prazo para dispareunia causada por músculos sensíveis do assoalho pélvico e que a técnica é de fácil aprendizado e pode ser realizada de forma não invasiva pela mulher ou parceiro; (BERGHMANS, Bary et al, 2018), Em conclusão, o papel da fisioterapia pélvica para esses pacientes continua sendo um recurso relativamente inexplorado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo mostraram uma alta prevalência de dispareunia no estudo, entretanto a fisioterapia tem sido um recurso amplamente diversificado na prevenção e tratamento das disfunções sexuais, com técnicas bastantes usadas no alívio da dor pélvica, sendo elas o TENS; Terapias Manuais; Massagem Perineal; o Biofeedbk; Protocolos da Fisioterapia; Massagem de Thiele; Treinamento dos Músculos do Assoalho Pélvico (TMAP) e ESWT são utilizadas para prevenção de trauma perineal e redução dessa disfunção. A aplicação dessas técnicas pode efetivamente tratar a dispareunia causada pela hipertonia dos músculos do assoalho pélvico e proporcionar alívio da dor a longo prazo. Sendo assim as informações são importantes, pois alertam os profissionais de saúde sobre a necessidade de ações de prevenção e de promoção a saúde que visem melhorar a funcionalidade de mulheres

com dispareunia. Porém ficou perceptível que o acesso e a busca dos artigos se apresentaram escassos sendo necessário o desenvolvimento de novos estudos científicos relacionado a este tema.

REFERÊNCIAS

BERGHMANS, Bary. Physiotherapy for pelvic pain and female sexual dysfunction: an untapped resource. **International Urogynecology Journal (2018): REVIEW ARTICLES**, [s. l], n. 29, p. 631-638, 9 janeiro de 2018.

ERCOLE, Flávia. Revisão integrativa versus revisão sistemática: Integrative review versus systematic review. www.reme.org.br/Home, 2014.

FERNANDES, Ana Carolina Nociti Lopes et al. Clinical functional evaluation of female's pelvic floor: integrative review. **Review Articles: Fisioter. mov.**, Curitiba, 2018.

GHADERI, Fariba et al. Pelvic floor rehabilitation in the treatment of women with dyspareunia: a randomized controlled clinical trial. [s. l], v. 11, n. 30, p. 1849-1855, **International Urogynecology Journal**, 2019.

HURT karel et al. Extracorporeal shock wave therapy for treating dyspareunia: A prospective, randomized, double-blind, placebo-controlled study. **Annals of Physical and Rehabilitation Medicine** **64**, 9 março de 2021.

LÓPEZ, Castellanos Elena et al. Ultrasonography Comparison of Pelvic Floor and Abdominal Wall Muscles in Women with and without Dyspareunia: A Cross-Sectional Study. **Diagnostics**, 29 julho de 2022.

NYGAARD, Sigrid Ane et al. Group-based multimodal physical therapy in women with chronic pelvic pain: A randomized controlled trial. **Acta Obstet Gynecol Scand**, 4 maio de 2020.

PURIFICAÇÃO, Emanuelle Rocha da et al. Disfunções sexuais em mulheres jovens universitárias: estudo transversal. [s. l], p. 307-319, **Revista Pesqui. Fisioter.**, Salvador, maio 2021.

A EFETIVIDADE DO TREINO DE FORTALECIMENTO MUSCULAR DO ASSOALHO PÉLVICO EM MULHERES IDOSAS COM INCONTINÊNCIA URINÁRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

**Aparecida de Lima Batista¹, (Aluno do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: aparecida.batista@fvj.br),
Orientador: Hínkilla dos Santos Giló², (Especialista em Fisioterapia Traumatológico-ortopédica – FAVENI, Orientadora e Coordenadora de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE, e-mail: hinkilla@fvj.br)**

RESUMO

A incontinência urinária é definida como a perda involuntária de urina e afeta significativamente a qualidade de vida, bem estar e segurança, tendo maior prevalência em mulheres idosas, visto que, já sofrem desequilíbrios na musculatura, normais do processo de envelhecimento, como é o caso da sarcopenia. O Treinamento Muscular do Assoalho Pélvico comumente utilizado como tratamento conservador, surge como um método de tratamento que visa a diminuição dos sintomas de incontinência e da fraqueza muscular dessa região. Mensurar a efetividade do treinamento muscular do assoalho pélvico na melhora da incontinência urinária em mulheres idosas, através de uma pesquisa de literatura integrativa. Refere-se a uma revisão de literatura integrativa realizada mediante uma pesquisa bibliográfica acerca da utilização do treinamento muscular do assoalho pélvico em pacientes idosas com incontinência urinária, sendo usadas as bases de dados PubMed e PEDro com a finalidade de buscar artigos com relevância científica dos últimos 5 anos (2017-2022), priorizando ensaios clínicos randomizados com nota a partir de 5 no idioma em inglês, evidenciando os achados científicos da aplicação da mesma e seus principais resultados. Através das buscas foram encontrados um total de 14 periódicos, que após aplicação de critérios de inclusão e exclusão resultaram na seleção de 5 ensaios clínicos randomizados, 3 na base de dados PEDro e 2 na base de dados PubMed. O trabalho apresentou achados interessantes sobre a efetividade do tratamento, salientando os dados positivos ao final de sua aplicação, como melhora dos sintomas e da perda de urina, além de melhorar significativamente a qualidade de vida das pacientes, entretanto mais estudos focando em mulheres idosas se faz necessário, visto a escassez de artigos que abordassem esse público.

Palavras-chave: incontinência urinária; assoalho pélvico; fisioterapia. Mulheres; idosos.

1 INTRODUÇÃO

Em idosas, a IU torna-se uma patologia frequente, tendo em vista, o processo de senescência humana, onde ocorre alterações na musculatura como a sarcopenia, que se caracteriza pela redução da força e massa muscular proveniente do envelhecimento, além de diversos outros fatores que corroboram com o aumento da prevalência nesses casos. (DUMOULIN *et al*, 2020)

Sendo definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a perda de urina de forma involuntária, a IU é considerada uma controversa de âmbito médico e social, fazendo-se motivo de vergonha, insegurança e autopercepção negativa, que pode levar à redução da interação social, da frequência e desejo em realizar atividades físicas, ou mesmo na vida

sexual e atividades de vida diárias, interferindo na saúde e na qualidade do processo de envelhecimento. (DUMOULIN *et al*, 2020)

Por conseguinte, dando enfoque na etiologia e fisiopatologia dessa disfunção, podemos classificar a IU em 3 tipos: IU de esforço, definida como a perda involuntária de urina durante atividades que exijam esforço, a IU de urgência (“bexiga hiperativa”) que se caracteriza pelo vazamento involuntário de urina precedido por um forte e súbito desejo de urinar, e a IU mista, que consiste numa junção dos dois tipos citados anteriormente. (RADZIMIŃSKA *et al*, 2018).

Os músculos do assoalho pélvico funcionam na sustentação dos órgãos pélvicos através da contração e relaxamento coordenados, fornecendo suporte ativo por meio de um estado constante de contração muscular. Desta forma, subtende-se que a fraqueza dessa musculatura e quaisquer alterações da mesma podem gerar disfunções desagradáveis relacionadas a controle da continência urinária, proporcionando efeitos negativos na qualidade de vida dessas pessoas. (EICKMEYER *et al*, 2017).

O treinamento dos músculos do assoalho pélvico (TMAP) surge como uma opção de tratamento conservador para IU. A realização regular do TMAP fortalece o MAP, aumenta a resistência e reduz o risco de insuficiência dessa musculatura. O TMAP consiste na contração voluntária e seletiva realizada repetidamente. (HAGOVSKA *et al*, 2020).

Visto que, é uma patologia decorrente e que tem bastante impacto na qualidade de vida dos pacientes, pode-se afirmar que com a obtenção de informações mais específicas sobre o assunto referenciado, pode-se tomar melhor posicionamento e decisões na abordagem de cada paciente, além de ressaltar para os portadores maiores discernimentos a respeito da afecção.

2 METODOLOGIA

O presente estudo refere-se a uma revisão integrativa da literatura sobre a eficácia do treinamento dos músculos do assoalho pélvico em mulheres idosas. Tal revisão pode ser caracterizada como um método de estudo que visa analisar todo o conhecimento previamente construído sobre determinado assunto. (BOTELHO, CUNHA, MACEDO, 2011). Os descritores e operador booleano utilizados nas pesquisas das bases de dados PEDro e PubMed, entre setembro a novembro de 2022 foram: *pelvic floor muscle AND urinary incontinence AND elderly*. Foram utilizados ensaios clínicos, avaliados com pontuação igual ou superior a 5 na escala PeDro, publicados nos últimos 5 anos, tendo como participantes, mulheres idosas com faixa etária igual ou acima de 55 anos e com algum grau de IU.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 122 periódicos na PubMed e 111 periódicos na PEDro, sendo 7 selecionados em cada plataforma restando 14 artigos, onde apenas 5 mostraram-se aptos para utilização no trabalho. Em um dos estudos utilizados, Dumoulin *et al*. (2020) realizou a aplicação do TMAP em grupo e TMAP individual por um período de 12 semanas, em 362 idosas com sintomas de IU, obtendo resultados positivos quanto a redução na frequência de perda urinária, noctúria, diminuição na quantidade de vazamento de urina, sintomas vaginais, qualidade sexual, sintomas do trato urinário inferior feminino e melhora na qualidade de vida, com resultados semelhantes em ambos os grupos. Diante disso, Cacciari *et al*. (2021), desenvolveu outro estudo baseado na pesquisa citada anteriormente, juntamente com os mesmos autores, como um complemento de informações, constatando que a fisioterapia dos

MAP resulta em mudanças positivas no assoalho pélvico ao longo do tempo evitando o vazamento de urina. Ademais a ampla utilização dessa intervenção, que se mostrou eficaz, pode afetar positivamente a acessibilidade dos cuidados de continência e a disponibilidade de tratamento para públicos de diferentes classes sociais, outro ponto importante observado no estudo de Domoulin *et al.* (2020) que foi evidenciado também em um ensaio clínico realizado por Wagg *et al.* (2019) onde foi avaliado similarmente esses mesmos pontos, apresentando resultados semelhantes, o que corrobora para a conclusão da efetividade do uso dessa modalidade de aplicação do TMAP. Concomitantemente, um estudo de Bech *et al.* (2021) também trouxe resultados equivalentes aos dos 3 artigos analisados anteriormente, em alguns quesitos, contrastando apenas nas informações sobre o maior efeito do TMAP na força do assoalho pélvico nos grupos individualizados de treinamento do assoalho pélvico, comparados aos grupos constituídos por várias pessoas. Por fim, Kannan *et al.* (2021), em seus estudos relatou resultados, que novamente, reforçam a aplicabilidade com efeitos positivos do TMAP em pacientes idosas incontinentes, sugerindo ainda que a utilização em conjunto pode trazer maiores benefícios para os indivíduos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do TMAP como tratamento da IU em idosas, aplicado por um período médio de 12 semanas, apresenta resultados significativos em relação a melhora da incontinência urinária. Foi perceptível que o acesso e busca de artigos foram escassos para a faixa etária designada. Novos estudos científicos com maior número de amostras, especificidade e descrição de técnicas de aplicação em diferentes tipos e IU são necessários.

REFERÊNCIAS

EICKMEYER, Sarah M. Anatomy and Physiology of the Pelvic Floor. **Physical Medicine And Rehabilitation Clinics Of North America**, Kansas City, v. 28, n. 3, p. 455-460, ago. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28676358/>. Acesso em: 12 out. 2022.

DUMOULIN, Chantale *et al.* Group-Based vs Individual Pelvic Floor Muscle Training to Treat Urinary Incontinence in Older Women. **Jama Internal Medicine**, [s. l.], v. 180, n. 10, p. 1284-1293, 1 out. 2020. American Medical Association (AMA). Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32744599/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MILSOM, I.; GYHAGEN, M. The prevalence of urinary incontinence. **Climacteric: the journal of the International Menopause Society**, [s. l.], v. 22, n. 3, p. 217-222, 21 dez. 2018.. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30572737/>. Acesso em: 12 out. 2022.

RADZIMINSKA, Agnieszka *et al.* The impact of pelvic floor muscle training on the quality of life of women with urinary incontinence: a systematic literature review. **Clinical Interventions In Aging**, [s. l.], v. 13, p. 957-965, maio 2018. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2147/cia.s160057>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29844662/>. Acesso em: 12 out. 2022.

HAGOVSKA, Magdalena *et al.* A randomized, intervention parallel multicentre study to evaluate duloxetine and innovative pelvic floor muscle training in women with uncomplicated stress urinary incontinence—the DULOXING study. **International Urogynecology Journal**,

[s. l.], v. 32, n. 1, p. 193-201, 27 ago. 2020. Springer Science and Business Media LLC.
<http://dx.doi.org/10.1007/s00192-020-04516-w>. Disponível em:
<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32852574/>. Acesso em: 20 nov. 2022

LESÕES DE MEMBROS SUPERIORES EM TRABALHADORES DE INDÚSTRIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Francisca Paula do Nascimento Correia¹ (Graduanda do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe (UNIJAGUARIBE), e-mail: paula.correia@fvj.br);

Orientador (a): Kariza Lopes Barreto Orientadora², (docente do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe- (UNIJAGUARIBE), e-mail: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

O complexo do ombro é composto pelas articulações: esternoclavicular, acromioclavicular, escapulotorácica e glenoumeral, que através deste conjunto funcional dão origem ao esqueleto axial e apendicular, mediante sua complexidade é a mais suscetível para desenvolver doenças osteomusculares relacionada ao trabalho DORT e lesão por esforço repetitivo LER (BAO et al., 2019). Na metodologia a pesquisa se caracterizou como uma revisão do tipo integrativa com abordagem qualitativa e discursiva para avaliar dados sobre tipos de lesões em trabalhadores de indústria. Os artigos científicos que possuem relação com o tema proposto foram acessados nos bancos de dados: PubMed, BVS e Scielo. Para isso, foram utilizados os seguintes descritores: Lesões, ombro, Articulação, Indústria, Transtornos traumáticos cumulativos, Dor, Lesão por esforços repetitivos (LER), Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Como critérios de inclusão foram selecionados artigos que abordavam a temática proposta além disso, estudos que sejam livres ou gratuitos, que tenha o seu delineamento ou desenho do tipo transversal, coorte, rastreamento ou epidemiológico, que tenham sido publicados nos anos de 2007 a 2022, dentro da Língua portuguesa e inglesa. Desse modo, concluiu-se que as lesões nos membros superiores mais suscetível a desenvolver distúrbios musculoesqueléticos em colaboradores de indústria com predominância nos seguimentos de ombro, mão/punho e pescoço é a LER/DORT devido à falta de rotatividade, tarefas repetitivas, má postura, que provoca fadiga em determinados grupos musculares com isso os resultados mostram um percentual de maneira significativa de homens e mulheres da população de trabalhadores industriais estão trabalhando com dores musculoesqueléticas.

Palavras-Chave: lesões de ombro; transtorno de trauma cumulativos; indústria.

INTRODUÇÃO

O complexo do ombro é composto pelas articulações: esternoclavicular, acromioclavicular, escapulotorácica e glenoumeral, que através deste conjunto funcional é conectado ao braço, punho, mão e dedos, dando origem ao esqueleto axial e apendicular. A flexibilidade/maleabilidade do ombro depende das estruturas conhecidas como glenoumeral uma articulação do braço ao tronco que forma o complexo articular, composto por várias articulações, mediante sua complexidade é a mais suscetível para desenvolver doenças osteomusculares relacionada ao trabalho DORT e lesão por esforço repetitivo LER (BAO et al., 2019).

Sendo uma condição patológica a LER/DORT gera um alto custo para a empresa devido a perda da produtividade, a diminuição da qualidade do trabalho, levando a altos números de faltas com o aumento da ausência dos colaboradores em seus setores e

consequentemente elevando os números de atestados e afastamentos (JAKOBSEN et al., 2018).

A falta de ergonomia nos setores de trabalho resulta em posturas inadequadas, do mesmo modo que, pela aplicação do trabalhador devido à pressão mecânica localizada, à sobrecarga mecânica musculoesquelética leva a uma condição invariável de atividade e às imposições cognitivas. O uso exacerbado das estruturas osteomusculares por meio de movimentos repetitivos, entretanto, não deixa tempo suficiente da recuperação da estrutura e com os sintomas aparecendo de forma capciosa causando doenças ocupacionais (PAULA; AMARAL, 2019).

As indústrias necessitam de maior desempenho e capacidade humana para seu desenvolvimento e exigem muito mais das tarefas de movimentos contínuos, repetitivos e prolongados, que geram fadiga da musculatura do manguito rotador. A literatura diz que fatores de risco psicossociais estão relacionados ao trabalho como uma das principais causas de risco associados a cargas físicas para desenvolver distúrbios osteomusculares e musculoesqueléticos das extremidades superiores (SUBRAMANIAM et al., 2018).

Contudo este trabalho tem o propósito de alertar a percepção do indivíduo no que diz respeito aos distúrbios musculoesqueléticos causando LER /DORT, que trazem como consequências dores e fadiga na região da extremidade superior (ombro), afinal, com aumento desse adoecimento nos últimos anos afetando não só o aspecto físico-motor, mas também seu estado psicossocial devido à sobrecarga excessiva desenvolvendo distúrbios osteomuscular (JAKOBSEN et al., 2018).

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão do tipo integrativa com abordagem qualitativa e discursiva para avaliar dados sobre tipos de lesões em trabalhadores de indústria. Os artigos científicos que possuem relação com o tema proposto e foram acessados nos seguintes bancos de dados: Physiotherapy Evidence Database (PEDro), Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Cochrane Library e Medline via de acesso PubMed. Descritores que foram selecionados de acordo com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCs), bem como, no Medical Subject Headings (MeSH), foram utilizados para a busca os seguintes descritores: Lesões, ombro, Articulação, Indústria, Transtornos traumáticos cumulativos, Dor, Lesão por esforços repetitivos (LER), Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT). Foram incluídos artigos que estejam relacionados a temática proposta, além disso, estudos que sejam livres ou gratuitos, que tenha o seu delineamento ou desenho do tipo transversal, coorte, rastreamento ou epidemiológico, que tenham sido publicados entre o ano de 2007 a 2022 dentro da língua portuguesa e inglesa. Sendo excluídos trabalhos do tipo: TCC: graduação, especialização, cartas ao editor, pré-print, opinião de especialista, revisão ensaio clínicos, não entram no trabalho. Foram achados 786 artigos na plataforma PubMed, BVS: 230 e SciELO: 100, dando um total de 1.116 artigos encontrados com os descritores; Injuries, Shoulder, Joint, Industry, Cumulative Traumatic Disorders, Pain, Repetitive Strain Injury (RSI), Work-Related Musculoskeletal Disorders (WMSD). Quando implementado os critérios de exclusão expostos na pesquisa foram excluídos um total de 716 periódicos, restaram assim um total de 400 estudos que passaram pelos critérios de inclusão que removeu um total de 300 artigos, passando assim para etapa avaliativa do STROBE 100 estudos, há qual após passa avaliação do STROBE, restou-se assim um total de 5 artigos que foram incluídas na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o estudo proposto por Fernandes, Carvalho e Assunção (2011) foi realizado em uma população alvo que incluiu todos os trabalhadores empregados nas atividades de manutenção e operação na indústria de plásticos na Região Metropolitana da cidade de Salvador. O caso de distúrbio musculoesquelético foi definido como a ocorrência de dor em um ou mais das seguintes partes do corpo: dedos, pulsos, mãos, antebraços, cotovelos, pescoço, ombro, região superior das costas, parte inferior das costas, quadris e coxas, joelhos, pernas ou tornozelos. A prevalência de dor nos últimos doze meses também foi descrita para cada segmento corporal sem os critérios de gravidade para fins de comparação com dados da literatura, considerando que alguns estudos não usem critérios de gravidade, mas apenas o registro de dor nos últimos doze meses. Um caso de dor refere-se a esta queixa geral de dor em nos doze meses anteriores, para os quais cada indivíduo tinha a opção de responder sim ou não, enquanto distúrbio musculoesquelético designará casos de dor, usando a critérios de gravidade. Conclui-se que a prevalência de distúrbios musculoesqueléticos entre os trabalhadores da indústria de plásticos que foram em plena atividade laboral foi elevada. Os resultados mostram que um percentual de maneira significativa de homens e mulheres da população de trabalhadores industriais estão trabalhando com dores musculoesqueléticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessa Revisão integrativa conclui-se que as lesões nos membros superiores mais suscetível a desenvolver distúrbios musculoesqueléticos em colaboradores de indústria com predominância nos seguimentos de ombro, mão/punho e pescoço é a LER/DORT devido à falta de rotatividade, tarefas repetitivas, má postura, inclinação $>30^\circ$ e $>120^\circ$ que provoca fadiga em determinados grupos musculares com isso os resultados mostram que um percentual de maneira significativa de homens e mulheres da população de trabalhadores industriais estão trabalhando com dores musculoesqueléticas. Porém ficou perceptível que o acesso e a busca dos artigos se apresentaram escassos sendo necessário o desenvolvimento de novos estudos científicos relacionado a este tema.

REFERÊNCIAS

- BAO, Stephen *et al.* Are Work-Related Musculoskeletal Disorders Claims Related to Risk Factors in Workplaces of the Manufacturing Industry? *Annals of Work Exposures and Health*, [s. l.], v. 64, n. 2, p. 152, mar. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31785202/>. Acesso em: 12 abr. 2022.
- FERNANDES, Rita de Cássia; CARVALHO, Fernando Martins; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Prevalência de distúrbios musculoesqueléticos em trabalhadores da indústria plástica. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 27, v.1, p. 78-86, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/G73bcNHk5MhZw6WzN33kgtr/?lang=en>. Acesso em: 27 ago. 2022.
- JAKOBSEN, Emma *et al.* Long-term prognosis for neck-shoulder pain and disorders: a 14-year follow-up study. *Occup. Environ. Med.*, [s. l.], v. 75, n. 2, p. 90-97, fev. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28835395/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MALTA, Monica et al. STROBE: subsídios para a comunicação de estudos observacionais. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 3, jun. 2010 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/3gYcXJLzXksk6bLLpvTdnYf/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2022.

PAULA, Elaine Antônia de; AMARAL, Rosa Maria Monteiro Ferreira do Atuação interdisciplinar em grupos de qualidade de vida para pacientes com Lesões por esforços repetitivos/Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: LER/DORT. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 44, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/C3Hts7JXfZBzv9J3dTgjQL/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SUBRAMANIAM, Shankar et al. Evaluation of vibrant muscles over the shoulder region among workers of the hand screen printing industry. *Int J Occup Saf Ergon*, v. 24, n. 22, p. 278-285. jun. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28075248/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

EFEITO DO TREINO DOS EXERCÍCIOS TERAPÊUTICOS NA MELHORA DO EQUILÍBRIO EM CRIANÇAS COM PARALISIA CEREBRAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA INTEGRATIVA

Jamyle Maria Moreira dos Santos, (Aluna do curso de Bacharelado em Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jamyle.santos@fvj.br). Orientadora: Cláudia Vaz Pupo de Mello, (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Claudia.pupo@fvj.br).

RESUMO

Introdução: A paralisia cerebral é uma lesão não progressiva que pode ocorrer desde a vida intrauterina até os primeiros meses de nascimento, trazendo como consequências: Déficits de comportamento, compreensão, tônus muscular e alteração de equilíbrio. Sendo classificada em espástica, atáxica e atetóide, de acordo com o local da lesão. O tratamento da paralisia deve ser multidisciplinar e de forma individual para cada criança, tendo participação também dos pais. Uma das formas de tratamento é o fisioterapêutico através dos exercícios terapêuticos, utilizando-se como meios: hidroterapia, equoterapia, cinesioterapia, dentre outros. **Objetivo:** Explanar a eficácia do treino de exercícios terapêuticos para a melhora do equilíbrio nas crianças portadoras de Paralisia Cerebral. **Metodologia:** Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura por meio de uma pesquisa bibliográfica referente a paralisia cerebral e o equilíbrio. Foram realizadas pesquisas durante o período de agosto de 2021 a outubro de 2022, nas bases de dados PEDro e PUBMED utilizando os descritores *Cerebral Palsy*, *balance* e *training* e os operadores booleanos *AND* e *OR*. Foram incluídos ensaios clínicos ou testes aleatorizados que abordassem a Paralisia cerebral, equilíbrio e algum tipo de exercício terapêutico para obter melhora do equilíbrio que fossem completos e gratuitos e publicados de 2017 a 2022 e foram excluídos os artigos de revisão sistemática, metanálises e trabalhos de Conclusão de Curso. Os estudos foram avaliados através da escala PEDro e incluídos no estudo aqueles que tivessem pontuação ≥ 5 . **Resultados:** Foram selecionados oito artigos e incluídos na tabela, ambos com diferentes pontuações e que abordavam algum tipo de exercício que melhorou o equilíbrio das crianças com PC. **Considerações Finais:** Neste estudo pode-se observar que os exercícios terapêuticos apresentaram efeito benéfico para o equilíbrio das crianças com Paralisia Cerebral quando associados à fisioterapia convencional.

Palavras-Chave: Paralisia Cerebral; crianças; equilíbrio; exercícios terapêuticos.

1 INTRODUÇÃO

A Paralisia Cerebral (PC) é uma lesão não progressiva que pode ocorrer desde o período pré-natal até os primeiros meses de nascido, sendo causada por asfíxia, idade da mãe, má formação fetal, prematuridade, condições e intensidade de trabalho de parto. (SANTOS *et al.*, 2017).

A PC ocasiona Déficits de comportamento, compreensão e tonicidade muscular, dentre os comprometimentos neuromusculares está alteração de equilíbrio devido a fraqueza muscular, levando a dificuldade de realizar atividades de vida diárias (AVD 's) e deixando a criança propensa a quedas. (SALES *et al.*, 2022).

De acordo com Oliveira *et al.* (2013) o tratamento para crianças com Paralisia Cerebral deve ocorrer de maneira multidisciplinar, tendo participação ativa dos pais e uma das formas de tratamento é fisioterapia preventiva ou motora através de exercícios, utilizando-se dos meios: Hidroterapia, equoterapia, cinesioterapia dentre outros.

O presente trabalho tem a finalidade de responder a seguinte pergunta: Qual o efeito dos exercícios terapêuticos na melhora do equilíbrio em crianças com Paralisia cerebral? E se justifica pela importância de explanar mais sobre o tema com o objetivo de aglomerar mais periódicos e contribuir com a ciência.

2 METODOLOGIA

Este estudo é uma revisão de literatura integrativa através de uma pesquisa bibliográfica referente a paralisia cerebral e o equilíbrio. As pesquisas foram realizadas durante os meses de agosto de 2021 a outubro de 2022, nas bases de dados de predominância de língua inglesa PEDro e PubMed, sendo usados os descritores: *Cerebral Palsy*, *balance* e *training* e os operadores booleanos: *AND* e *OR*.

Foram incluídos ensaios clínicos ou testes aleatorizados de 2017 a 2022, que abordassem a Paralisia cerebral, equilíbrio e treino de exercícios para melhora do equilíbrio e que fossem completos e gratuitos. Foram excluídos artigos de revisão sistemática e metanálise, trabalho de conclusão de curso e ensaios em que a criança com PC tenha fratura traumato ortopédica ou que tenham realizado algum procedimento cirúrgico que interferisse na realização dos exercícios.

Os estudos foram avaliados pela Escala PEDro e foram incluídos aqueles que tivessem nota ≥ 5 , sendo incluídos neste estudo oito artigos para a tabela de resultados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado final desta revisão foi composto por oito artigos selecionados pelo critério de inclusão dispostos nas bases de dados PEDro e PubMed. Segundo Elnaggar *et al.* (2022) um programa de exercícios de resistência variável pode ser incorporado a fisioterapia usual para melhorar a simetria de sustentação de peso, marcha e equilíbrio dinâmico.

Por conseguinte, Abd-Elfattah *et al.* (2022) observou que o Pilates e a fisioterapia convencional melhoram a capacidade de equilíbrio e coordenação motora em crianças com PC diplégica e que se associados às duas modalidades obtêm-se melhores resultados.

Ainda Kara *et al.* (2019) em um teste clínico randomizado e aleatorizado mostrou que um programa de força e potência em membros inferiores pode melhorar o equilíbrio e coordenação motora de crianças com paralisia cerebral espástica.

De acordo com Pneungsuwan *et al.* (2017) através de um ensaio clínico randomizado controlado constituído por quinze crianças, um programa de treinamento de exercícios combinados pode melhorar a marcha, funcionalidade e equilíbrio em crianças com Paralisia Cerebral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos mencionados neste artigo científico, é possível perceber que os exercícios terapêuticos como: Resistência Variável, Pilates, Treinamento Funcional Progressivo de força e potência, exercícios combinados ao desempenho funcional, de estabilidade do Core, de suspensão e exercícios com tipóia, são eficazes na melhora do

equilíbrio em crianças com Paralisia Cerebral quando associados à fisioterapia regular.

Porém, são necessários estudos futuros, visto que ainda há uma limitação de artigos relacionados ao exercício terapêutico convencional na PC.

REFERÊNCIAS

ABD-ELFATAH, Hanaa Mohhsen et al. Effect of Pilates Exercises on Standing, Walking, and Balance in Children With Diplegic Cerebral Palsy. **Ann Rehabil Med**, [S.l.], v.46, n. 1, p. 45-52, 28 fev. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35272439/>. Acesso em: 20 mar. 2022

CHO, Hye-Jin; LEE, Byoung-Hee. Effect of Functional Progressive Resistance Exercise on Lower Extremity Structure, Muscle Tone, Dynamic Balance and Functional Ability in Children with Spastic Cerebral Palsy. **Children**, [S.L.], v. 7, n. 8, p. 85, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32751813/>. Acesso em: 30 dez. 2021.

ERCOLE, Flávia Falci; MELO, Laís Samara de; ALCOFORADO, Carla Lúcia Goulart Constant. Integrative review versus systematic review. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 9-11, 2014. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 10 set. 2021.

ELNAGGAR, Ragab K. et al. Accommodating variable-resistance exercise enhance weight-bearing/gait symmetry and balance capability in children with hemiparetic cerebral palsy: a parallel-group, single-blinded randomized clinical trial. **European Journal of Physical and Rehabilitation Medicine**, [S.l.], v. 58, n. 3, p. 327-345, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34870387/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ELSHAFEY, Mohamed Ali; ABDRABO, Mohamed Samy; ELNAGGAR, Ragab Kamal. Effects of a core stability exercise program on balance and coordination in children with cerebellar ataxic cerebral palsy. **Journal Of Musculoskeletal And Neuronal Interactions**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 172-178, 01 jun. 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35642697/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

EFICÁCIA DOS EXERCÍCIOS DE EQUILÍBRIO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS

**Kayron Moreira Freitas¹. (Aluno do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe - UNIJAGUARIBE, e-mail: kayronfreitas@gmail.com),
Hínkilla dos Santos Giló² (Coordenadora do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe- UNIJAGUARIBE, e-mail: hinkilla@gmail.com).**

RESUMO

O envelhecimento pode ser caracterizado como uma série de alterações morfofisiológicas desfavoráveis em um organismo que se acumulam diretamente com a idade. Essas alterações podem levar a complicações, prejudicando a adaptação do indivíduo ao meio, desencadeando alterações psicossociais, além do desempenho das habilidades motoras. O presente estudo tem como objetivo verificar a eficácia dos exercícios de equilíbrio na prevenção de quedas em idosos. Metodologia do estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura através de um levantamento bibliográfico sobre a eficácia dos exercícios de equilíbrio na prevenção de quedas em idosos. Os resultados corroboram os autores que realizando diferentes exercícios para equilíbrio e em vários cenários de ambiente ou até mesmo virtual, obtiveram resultados relevante com relação ao índice de quedas em idosos caidores ou em ricos de quedas, podendo esses resultados serem potencializados com associação de treino de força e resistência. Considerações Finais: Os resultados dessa revisão integrativa sintetizam evidências sobre os efeitos do treino de equilíbrio em idosos. Há evidência de que o treino de equilíbrio é eficaz na redução da incidência de quedas em idosos.

Palavras-Chave: equilíbrio postural; idoso; exercício; fisioterapia.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento pode ser caracterizado como uma série de alterações morfofisiológicas desfavoráveis em um organismo que se acumulam diretamente com a idade. Essas alterações podem levar a complicações, prejudicando a adaptação do indivíduo ao meio, desencadeando alterações psicossociais, além do desempenho das habilidades motoras (CANDELORO & CAROMANO, 2007). O Brasil, que ocupava a 16ª posição em 1960 (KARUKA ET AL. 2011), atualmente ocupa sexta posição de população idosa do mundo, sendo a faixa etária de 80 anos a mais crescente, reforçando a necessidade de pesquisas para atender às necessidades associadas a essa importante população (ALVES, JED. 2022). É um fator inegável que nossa fisiologia muda à medida que envelhecemos, e é normal que as patologias relacionadas ao envelhecimento aumentem à medida que a concentração de idosos aumenta drasticamente, destacando as doenças crônico-degenerativas que os acometem. A grande maioria das regiões cerebrais responsáveis pelo controle e equilíbrio tornam os idosos propensos a quedas (MACIEL & GUERRA, 2005). A queda é definida como um momento inesperado que faz com que a posição inicial do indivíduo mude para um nível igual ou inferior e é caracterizada por uma síndrome geriátrica complexa envolvendo a interação de múltiplas condições clínicas (GASPAROTTO et al., 2014). De acordo com o Sistema Único de Saúde (DATASUS), entre 1996 e 2005, aproximadamente 24.645 idosos no Brasil morreram por quedas, a terceira maior taxa de mortalidade e a terceira maior taxa de hospitalização. Estima-se que 30% das pessoas com 65 ou mais anos caíam, pelo menos, uma

vez por ano (SANTOS et al. 2011). Gotijo e Leão (2013) defendem que as causas de quedas em idosos podem ser diversas e relacionadas aos fatores que os levam a cair. A fisioterapia pode auxiliar ativamente na prevenção e promoção da saúde. Exercícios fisioterapêuticos podem ser usados para melhorar o equilíbrio e prevenir quedas. O treinamento por meio de exercícios proprioceptivos ou sensório-motores melhora as habilidades de controle motor e restaura a estabilidade individual (PRENTICE; VOIGHT, 2003).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo caracterizado por uma revisão integrativa da literatura, que identifica, sintetiza e realiza uma extensa revisão de literatura sobre um tema específico. Para tanto, sua interpretação segue os seguintes passos: Definição do tema de pesquisa e construção das questões norteadoras da pesquisa; Investigação das publicações nas bases de dados selecionadas; Classificação e análise das informações encontradas em cada manuscrito; Análise dos estudos selecionados; Achados encontrados; Síntese de inclusão, análise crítica dos resultados e revisão da literatura (Souza et al., 2010). O estudo foi realizado entre agosto de 2022 e setembro de 2022 nas bases de dados PubMed, PEDro e BVS. Os descritores foram escolhidos com base no DeCS e MeSH, que são: Postural Balance, Aged, Exercise e Physiotherapy, utilizando o descritor booleano AND entre eles. Foram inseridos os estudos, ensaios clínicos randomizados em inglês ou português nos últimos cinco anos (2017-2022) sobre o tema exercício de equilíbrio para prevenção de quedas em idosos. Foram excluídos os trabalhos de pós-graduação e profissionais, dissertações e dissertações, periódicos duplicados, periódicos não livres, revisões sistemáticas com ou sem metanálises, estudos transversais, estudos longitudinais, relatos de casos e periódicos não indexados nos últimos cinco anos. Para determinar a metodologia dos artigos selecionados, o estudo foi realizado em duas fases de avaliação, triagem inicial e final. A triagem inicial inicia-se com uma leitura preliminar do título, palavras-chave, resumo e introdução, para que sejam selecionados aqueles relevantes ao tema, porém, aqueles que não estão diretamente relacionados ao tema, e os requisitos acima são excluídos. A partir disso, após a coleta de dados, foi desenvolvida uma triagem final dos trabalhos e os artigos foram lidos na íntegra para verificar se atendiam aos critérios de inclusão supracitados. Logo, durante a análise dos artigos foram identificados um total de 596 periódicos nas bases de dados e 56 periódicos duplicados, restando 540 periódicos, após o crivo inicial restaram apenas 108 periódicos, logo houve o crivo final, e foram excluídos 76 periódicos, na análise qualitativa ficaram 25 periódicos, após houve a síntese quantitativa e atendendo aos seus critérios restaram assim apenas 7 periódicos a serem inclusos no presente estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Zhao Y et al. (2017), os resultados deste estudo mostram que um programa de exercícios baseado na comunidade e focado no equilíbrio (ou seja, ExBP) pode melhorar a aptidão funcional em idosos que não caem em risco de queda. Períodos de exercício mais longos e intensidades de exercício mais altas podem beneficiar a aptidão funcional de idosos. Considerando os benefícios semelhantes do exercício dos grupos ExBP e TC na maioria dos componentes da aptidão funcional, além da melhora significativa da resistência aeróbica no grupo ExBP, o ExBP pode ser implementado como um exercício alternativo adequado na intervenção do condicionamento físico e promoção da saúde.

Corroboram os autores Zhao Y et al. (2017); Penn Iw et al. (2019); Liu-ambrose T et al. (2019); Zhou Ty et al. (2020); Sadeghi H et al. (2021); Dejvajara D et al. (2022) que realizando diferentes exercícios para equilíbrio e em vários cenários de ambiente ou até mesmo virtual, obtiveram resultados relevante com relação ao índice de quedas em idosos caidores ou em ricos de quedas, podendo esses resultados serem potencializados com associação de treino de força e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dessa revisão integrativa sintetizam evidências sobre os efeitos do treino de equilíbrio em idosos. Há evidência de que o treino de equilíbrio é eficaz na redução da incidência de quedas em idosos. Com base nos achados atuais, estudos futuros são recomendados para explorar as relações profundas entre o equilíbrio e outros componentes da aptidão funcional (ou seja, resistência, força, flexibilidade e composição corporal) em idosos. Exercícios focados em agilidade e equilíbrio devem estar envolvidos na prática diária para manter a aptidão funcional.

REFERÊNCIAS

ALVES, JED. Demografia e Economia nos 200 anos da Independência do Brasil e cenários para o século XXI (com a colaboração de GALIZA, F), ENS, maio de 2022. Disponível em: https://ens.edu.br:81/arquivos/Livro%20Demografia%20e%20Economia_digital_2.pdf

DEJVAJARA D, AUNGKASURAPHAN R, PALEE P, PIANKUSOL C, SIRIKUL W, SIVIROJ P. Effects of Home-Based Nine-Square Step Exercises for Fall Prevention in Thai Community-Dwelling Older Adults during a COVID-19 Lockdown: A Pilot Randomized Controlled Study. **Int J Environ Res Public Health**. 2022 Aug 24;19(17):10514. doi: 10.3390/ijerph191710514. PMID: 36078234; PMCID: PMC9517798.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C. L.G. Integrative review versus systematic review. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 1-3, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 20 set. 2020.

GASPAROTTO LPR, FALSARELLA GR, COIMBRA AMV. As quedas no cenário da velhice: conceitos básicos e atualidades da pesquisa em saúde. **Rev. Bras. Geriatr gerontol**. 2014; 17(1):201-209.

GONTIJO RW, LEÃO MRC. Eficácia de um programa de fisioterapia preventiva para idosos. **Rev med minas gerais**. 2013; 23(2):173-180.

PROTOCOLOS DE EXERCÍCIOS AERÓBICOS PARA O TRATAMENTO DA DOR E QUALIDADE DE VIDA DE MULHERES COM FIBROMIALGIA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Kelyn Fabiana do Nascimento Silva Oliveira¹, (Aluna do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ketlyn.silva@fvj.br), Orientador: Jefferson Pacheco Amaral Fortes², (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefferson.fortes@fvj.br).

RESUMO

A fibromialgia (FM) é uma doença musculoesquelética caracterizada por dores persistentes em todo o corpo e hipersensibilidade à pressão exercida em regiões em que se localiza o tecido fibroso dos músculos. Estudos recentes afirmam que o exercício aeróbico (EA) tem sido eficaz no tratamento da FM, aumentando o condicionamento físico, diminuindo a dor e melhorando a qualidade de vida das pacientes. Este estudo é uma revisão integrativa da literatura que teve como objetivo identificar os principais protocolos de EA no tratamento da FM. A pesquisa foi realizada nas bases de dados PubMed, PEDro e LILACS, resultando em 357 artigos (sendo 16 incluídos na revisão) e ocorreu no período de 01 Agosto à 25 de Novembro do ano de 2022. Nos 16 estudos analisados foi possível observar 4 tipos de protocolos de EA, onde três deles obtiveram eficácia e apenas 1 obteve ineficácia. Dentre os protocolos de EA analisados, o EA aquático, o EA de caminhada e o EA associado a exercícios mistos obtiveram melhores resultados quando comparados aos outros protocolos.

Palavras-chave: fibromialgia; exercício aeróbico; treinamento de resistência; resistência física.

1 INTRODUÇÃO

A fibromialgia (FM) é uma doença musculoesquelética extremamente complexa e bem comum na sociedade atual, estima-se que pelo menos 2% à 5% da população em geral seja afetada, e na maioria das vezes o público alvo são as mulheres (MACFARLANE et al, 2017). As características que a definem são multifatorial, apresentando dor difusa persistentes em todo o corpo, que perdura por pelo menos 3 meses, a presença de dor em pelo menos 11 dos 18 pontos específicos do corpo, que é quantificada através do exame físico palpatório realizado pelo médico, fadiga ou diminuição da capacidade física, alterações cognitivas e psicológicas (HEYMANN, et al., 2017).

Dentre estas técnicas fisioterapêuticas para o tratamento da FM, pode-se destacar o exercício aeróbico, que se dá através de atividades físicas que trabalham uma grande quantidade de grupos musculares de forma rítmica e que necessita de uma quantidade maior de oxigênio para ser realizada. Estudos recentes afirmam que o exercício aeróbico tem sido muito eficaz no tratamento da fibromialgia, aumentando o condicionamento físico, diminuindo a dor e melhorando a qualidade de vida das pacientes (WANG, 2018; ANDRADE, 2017).

Segundo Andrade (2019), pacientes com fibromialgia possuem baixa capacidade funcional aeróbica, o que significa que suas células produtoras de energia não trabalham como em um organismo normal, isso explica a baixa funcionalidade aeróbica e consequentemente a piora da sensibilidade à dor. A prática de exercícios físicos é um dos

tratamentos com resultados mais consistentes e apropriados para pacientes afetados pelas doenças reumáticas (GIANNOTTI, 2014).

Para a melhor realização da técnica baseada em exercícios aeróbicos nas pacientes com FM, é necessário identificar o protocolo de tratamento mais aplicável e eficiente. Diante disso, fez-se necessário a realização deste estudo, com o objetivo de explanar a modalidade fisioterapêutica baseada em exercícios aeróbicos e seus métodos de aplicação, no tratamento da dor ocasionada pela fibromialgia, com o intuito de auxiliar clínicos em suas condutas.

2 METODOLOGIA

Esta revisão trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada de acordo com as diretrizes do PRISMA, que objetivou responder à seguinte questão: Qual a eficácia dos exercícios aeróbicos na melhora da dor e qualidade de vida de mulheres com fibromialgia? O processo das pesquisas foi efetuado entre os meses de agosto a novembro de 2022 nas bases de dados de periódicos científicos: Pubmed, PEDro, Lilacs e Cochrane Library. A busca foi realizada utilizando-se as seguintes palavras com seus respectivos operadores booleanos: Fibromyalgia and Aerobic exercise, Fibromyalgia and endurance, Fibromyalgia and physical endurance.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados Pubmed, Pedro e Lilacs, resultou em 357 artigos (sendo 16 incluídos na revisão). Dos 16 estudos analisados, 4 deles realizaram o EA no ambiente aquático (MEDEIROS, Suzi Araújo de et al, 2020; LATORRE, Pedro A. et al, 2013; SEVIMLI, Dilek et al, 2015; KURT, Emine Eda et al, 2016); 6 deles realizaram o EA de caminhada (VALIM, Valéria et al, 2003; VALIM, Valéria et al, 2013; GENC, Aysun et al, 2015; SAÑUDO CORRALES, Francisco de Borja et al, 2015; MANNERKORPI, Kaisa et al, 2010; LÓPEZ-POUSA, Secundino et al, 2015); 4 deles realizaram o EA de forma mista, contendo vários exercícios (VURAL, Meltem et al, 2014; SAÑUDO CORRALES, Francisco de Borja et al, 2011; SAÑUDO, Borja et al, 2010; HECKER, Celina Dani et al, 2011); 2 deles realizaram o EA através vídeos (SCHACHTER, Candice L. et al, 2003; HERNANDO - GARIJO, Ignacio et al, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exercício aeróbico (EA) se mostrou eficaz na melhora dos sintomas da Fibromialgia (FM), sendo ressaltado como tratamento eficiente na maioria dos estudos incluídos para avaliação. Dos protocolos de EA analisados neste estudo, o EA aquático, o EA de caminhada e o EA associado a exercícios mistos obtiveram melhores resultados quando comparados aos outros protocolos.

REFERÊNCIAS

HEYMANN, Roberto E. et al. New guidelines for the diagnosis of fibromyalgia. **Revista brasileira de reumatologia**, v. 57 Suppl 2, p. 467–476, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbr/a/kCdwgDXPSXQMSXn5VKMFB3x/?lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2022.

KURT, Emine Eda et al. Which non-pharmacological treatment is more effective on clinical parameters in patients with fibromyalgia: balneotherapy or aerobic exercise?. **Archives of Rheumatology**, v. 31, n. 2, p. 162-169, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29900959/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

LATORRE, Pedro A. et al. Effect of a 24-week physical training programme (in water and on land) on pain, functional capacity, body composition and quality of life in women with fibromyalgia. **Clin Exp Rheumatol**, v. 31, n. 6 Suppl 79, p. S72-80, 2013. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24373364/>. Acesso em: 03 de outubro de 2022.

LÓPEZ-POUSA, Secundino et al. Sense of well-being in patients with fibromyalgia: Aerobic exercise program in a mature forest—A pilot study. **Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine**, v. 2015, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26557151/>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

MACFARLANE, Gary J. et al. EULAR revised recommendations for the management of fibromyalgia. **Annals of the rheumatic diseases**, v. 76, n. 2, p. 318-328, 2017.

PERCEPÇÃO DA DOR DAS MULHERES PARTURIENTES QUE FIZERAM PILATES DURANTE A GESTAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA

Leonita Lopes Rodrigues Oliveira¹, (Aluno do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universidade do Vale do Jaguaribe, e-mail: leonita.oliveira@fvj.br),
Orientador: Kariza Lopes Barreto² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: kariza.barreto@fvj.br).

RESUMO

O parto pode ser uma experiência muito estressante para as mulheres. Gravidez e trabalho envolvem eventos complexos que são únicos para cada mulher individualmente. O pilates têm se mostrado bastante eficaz na analgesia e na melhora da qualidade de vida das mulheres grávidas. Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que teve como objetivo encontrar na literatura mais atual evidências da eficácia da intervenção do pilates na melhora da lombalgia das parturientes durante o parto. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Pubmed, PEDro e Cochane, resultando em 165 artigos (sendo 8 incluídos na revisão) e ocorreu no período de setembro a outubro de 2022.

Palavras-chave: grávidas; gravidez; pilates; fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

O parto pode ser uma experiência muito estressante para as mulheres. Gravidez e trabalho envolvem eventos complexos que são únicos para cada mulher individualmente. A gestão do trabalho e a dor nessas parturientes, geralmente é feita com analgésicos e anestesia, que demonstraram ter algum efeito colateral. (WADHWA et al., 2020).

Na gravidez a mulher passa por fortes mudanças em sua vida, na estrutura familiar, nas relações interpessoais, assim como também em aspectos emocionais, físicos e hormonais. Dessa forma, o fisioterapeuta pode atuar no período gravídico-puerperal, desde atendimentos durante a gestação, com o objetivo de preparar a mulher para as alterações corporais e para o parto, chegando até a assistência e as orientações após o nascimento do bebê, como por exemplo em relação à amamentação e ao uso de técnicas de relaxamento. (BRAZ et al., 2019)

Segundo SANTOS *et al* (2017), na gestação e no puerpério o fisioterapeuta previne complicações e desconfortos típicos do período gestacional, tais como dores e disfunções musculoesqueléticas e uroginecológicas. Além de se responsável por emitir orientação postural, e orientações para a amamentação e para as atividades da vida diária (AVDs), e promover a realização de exercícios físicos e respiratórios.

Uma preparação para o parto pode ser eficaz em diminuir as respostas adversas durante o trabalho de parto. O uso de métodos não farmacológicos para redução da dor pode ser mais eficaz fisicamente, psicologicamente e emocionalmente, bem como menos prejudiciais para a mãe e o feto (WADHWA et al., 2020).

O método Pilates foi desenvolvido no início do século XX, pelo alemão Joseph Hubertus Pilates e enfatiza o recrutamento e fortalecimento dos músculos centrais, flexibilidade e respiração, para promover estabilidade e controle do movimento. Já segundo AKTAN *et al*, (2021), o exercício pilates é baseado na combinação entre mente e corpo e originou-se da filosofia grega antiga e da abordagem da atividade física e que mais tarde foi concluído como a coordenação da mente, corpo e poder, e em 2002 foi adaptado para a clínica

sob o nome de exercícios de Pilates modificados ou exercícios clínicos de pilates por fisioterapeutas australianos. Desde então, as práticas clínicas de pilates dos fisioterapeutas tornam-se vastas áreas de benefício terapêutico e estão se expandindo cada vez mais. Quando utilizado na área da saúde da mulher e da obstetrícia, os exercícios de Pilates permitem que o corpo da gestante esteja idealmente preparado para o parto e desempenhe um papel importante na recuperação do corpo da parturiente após o parto.

Sendo assim, um programa de atividade física utilizando o método Pilates melhora parâmetros funcionais em gestantes e podem beneficiar a finalização do trabalho de parto. (RODRÍGUEZ-DÍAZ et al., 2017).

Dessa forma o objetivo do presente estudo foi observar a percepção da dor nas mulheres parturiente que fizeram pilates durante a gestação.

2 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura integrativa e objetivou responder à seguinte questão: O pilates realizado durante a gestação, é eficaz para diminuir a dor lombar das mulheres na hora do parto? A pesquisa e seleção dos artigos foi realizada no período de setembro a outubro de 2022 nas bases de dados de periódicos científicos: Pubmed, PEDro e Cochrane Library. A busca foi realizada utilizando-se os seguintes descritores e combinações com seus respectivos operadores booleanos: 1.Pregnant Women OR parturient AND Exercise Movement Techniques OR exercise pilates AND Physical Therapy Modalities OR Physiotherapy OR Physiotherapy Techniques; 2.Exercise pilates AND Pregnancy; 3. Pregnant Women* exercise pilates*; 4. Pregnant Women AND exercise pilates.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada nas bases de dados Pubmed, Pedro e Cochane, resultou em 165 artigos, sendo excluídos 12 deles considerados duplicatas (estudos encontrados em pelo menos duas fontes de dados), 22 pelo tempo de publicação, e 11 por estarem indisponíveis para download, e 24 foram excluídos mediante a leitura apenas do título, restando assim 96 artigos. Após a leitura dos resumos foram excluídos 80 artigos, e selecionados 16 para serem lidos na íntegra. Depois da leitura do texto completo dos artigos, 8 deles foram selecionados para o estudo, e alguns dos 8 restantes foram utilizados na introdução. Dos 8 estudos analisados, 3 deles abordaram a realização de programas de exercícios de pilates para grávidas (DASTENAEI, B. M. *et al*, 2020; RODRÍGUEZ-DÍAZ, L. *et al*,2017; GHANDALI, N. Y. *et al*, 2021), 3 deles compararam o pilates com outra intervenção em mulheres grávidas (DIAS, N. T. *et al*, 2017; HYUN, A.-H.; Cho, J.-Y.; Koo, J.-H. 2022; AKTAN, B. KAYIKÇIOĞLU, F. AKBAYRAK, T. 2021) e 2 deles avaliaram a eficácia do pilates especificamente na dor (SONMEZER, E.; ÖZKÖSLÜ, M. A.; YOSMAOĞLU, H. B. 2020; OKTAVIANI I. 2017). Todos os 9 estudos chegaram a conclusão de que um programa de exercícios para mulheres grávidas incluindo o pilates, e independentemente de quais exercícios e quando aplicados com um mínimo de 2x na semana por 8 semanas com uma variação entre 50min a 70min diários, é capaz de diminuir as dores lombares das parturientes, diminuindo assim a aplicação da analgesia convencional na hora do parto e consequentemente melhorando a qualidade de vida destas mães. Além de também melhorar o processo gestacional e os resultados neonatais, melhorar a saúde mental materna, reduzindo assim a depressão (gestacional), não causa riscos para o recém-nascido, é seguro para a redução da fase ativa e do segundo estágio do trabalho de parto, aumenta a satisfação da mãe com o

trabalho de parto, e até quando praticado de forma online (tele-pilates) tem estes mesmos benefícios desde que seja bem acompanhado e orientado por um instrutor ou profissional em tempo real. E da mesma forma, os estudos concluíram que o pilates deve estar sendo supervisionado por um profissional especialista na área para alcançar melhores resultados. Porém quando realizada a comparação entre um programa de exercícios de Pilates com contração dos músculos do assoalho pélvico (MAP) com uma intervenção convencional em gestantes, foi constatado que o programa de exercícios de Pilates com contração dos MAP não é capaz de alterar a força destes músculos avaliada pelo manômetro em gestantes, mas melhorou a adesão à intervenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora sendo abordagens diferentes, todos os estudos concluíram que o pilates independentemente do tipo, contribui significativamente para a melhora e diminuição da dor na hora do parto. De forma que a adesão por parte das grávidas para este tipo de exercício é comprovadamente maior do que em relação a outros tipos de exercícios. Dentre os estudos abordados nesta revisão, prevaleceu que o tempo mais utilizado foi o de 8 semanas, 2x na semana, variando de 50min a 70min por sessão. E o período de gestação varia entre 8 a 36 semanas. Sendo assim, mediante a esta revisão integrativa da literatura foi observado que a percepção de dor das mulheres parturientes que fizeram pilates durante a gestação diminuiu. Porém se faz necessário a realização de mais pesquisas para se obter resultados mais amplos.

REFERÊNCIAS

- BRAZ, M. M.; RIBAS, C.Z.M; MACEDO, J.B. Fisioterapia na atenção ao parto [recurso eletrônico]. Santa Maria, RS, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1D_-Yxl9r-KYLVFFDhfnJxCb46akPyyOH/view. Acesso em: 03 out. 2022.
- DASTENAEI, B. M. *et al.* Designing an intervention program over the effects of Pilates on pregnancy outcomes among the pregnant women: A protocol study. **International Journal of Surgery Protocols**. v. 24, P. 27-30, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2468357420300322?via%3Dihub>. Acesso em: 26 out. 2022.
- DIAS, N. T. *et al.* A Pilates exercise program with pelvic floor muscle contraction: Is it effective for pregnant women? A randomized controlled trial. **Journal of Polymer Science Part A: Polymer Chemistry**, v.55, ed. 7, p. 1117-1120, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/pola.28299>. Acesso em: 26 out. 2022.
- GHANDALI, N. Y. *et al.* The effectiveness of a Pilates exercise program during pregnancy on childbirth outcomes: a randomised controlled clinical trial. **BMC Pregnancy and Childbirth**. N. 480, 2021. Disponível em: <https://bmcpregnancychildbirth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12884-021-03922-2>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- HYUN, A.-H.; Cho, J.-Y.; Koo, J.-H. Effect of Home-Based Tele-Pilates Intervention on Pregnant Women: A Pilot Study. **Healthcare**. 2022, 10, 125. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-9032/10/1/125>. Acesso em: 15 nov. 2022

EXERCÍCIOS AERÓBICOS NO TRATAMENTO PARA OSTEOARTRITE DE JOELHO EM IDOSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Luana da Silva Costa Santos, (Aluno do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: luana.costa@fvj.br), Orientador: Jefferson Pacheco Amaral Fortes, (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefferson.fortes@fvj.br).

RESUMO

A osteoartrite (OA), é conhecida como uma doença degenerativa da cartilagem articular, sendo uma das patologias mais frequentes na população idosa, que podem afetar a articulação e causar disfunções e incapacidades gerais. A atividade física é um fator considerável para retardar o surgimento de doenças crônicas, dentre elas está o Exercício Aeróbico (EA). O objetivo deste estudo foi investigar quais os protocolos de EA e seus principais efeitos sobre a população idosa portadora de OA do joelho. As pesquisas iniciaram no dia 2 de setembro ao dia 18 de outubro de 2022, realizadas nas bases de dados COCHRANE, Retrieval System Online (PubMed), scopus e WEBOFSCIENCE, resultando em 557 artigos, sendo somente 8 selecionados para análise. O EA de caminhada foi o protocolo usado em todos os artigos selecionados, com um tempo de treino de aproximadamente de 20 a 60 minutos, aplicando uma intensidade de 40 a 80% da frequência cardíaca dos participantes envolvidos. Em suma, esta revisão indica a caminhada como protocolo ideal em idosos com OA no joelho, portanto, mais estudos são necessários para confirmar os efeitos positivos e negativos que os vários tipos de exercício aeróbico proporcionam para esta população.

Palavras-chave: osteoartrite de joelho; exercício aeróbico; idoso; terapia física

1 INTRODUÇÃO

A osteoartrite (OA), é o mesmo que a osteoartrose ou artrose (JÚNIOR, O. L. e INÁCIO, A. M 2013), sendo conhecida como uma doença degenerativa da cartilagem articular, sendo uma das patologias mais frequentes que podem afetar a articulação e causar a disfunção e incapacidade, aumentando gradativamente com o avanço da expectativa de vida e obesidade. Normalmente, apresenta a perda de cartilagem, onde causa um estresse na articulação, inflamação da membrana sinovial e rigidez articular (WU, Quilling, 2022).

Esta condição musculoesquelética atinge muitos idosos em todo o mundo, causando dor, diminuição da amplitude de movimento, perda da mobilidade articular, medo de cair e quedas, prejudicando a qualidade de vida (CHEUNG, Corjena et al., 2017). Segundo Gomes W.F et al (2012), a OA afeta especialmente as articulações de sustentação de peso, sendo mais frequente no joelho.

Com aumento da quantidade da população idosa (IBGE, 2018), e o envelhecimento como um dos fatores etiológicos mais importantes para a OA (Shahine, N.F et al 2020), conseqüentemente haverá o crescimento de idosos com dor, incapacidades físicas, riscos de queda e sem uma boa qualidade de vida. Muitos estudos utilizaram o exercício aeróbico como intervenção de tratamento para uma população acima de 60 anos. Diante disso, qual seria o protocolo de exercício mais adequado para tratar pacientes com essa comorbidade? E quais seriam os efeitos do exercício aeróbico nessa população?

A atividade física é um fator considerável para poder retardar o surgimento de doenças crônicas, adicionando a longevidade e a melhora das funções cognitivas e físicas nos idosos (Lin, Yi-Hsuan et al, 2020). O exercício aeróbico abrange exercício físico de baixa a alta intensidade que depende do uso de oxigênio para atender às demandas de energia, como caminhada, ciclismo estacionário ou step, propondo-se a reduzir a sensibilidade da dor ativando mecanismos inibitórios descendentes da dor (TAN, Lynn et al 2022).

Com base nessas informações, objetivamos investigar quais os protocolos de exercícios aeróbicos e seus principais efeitos sobre a população idosa portadora de artrose de joelho, visando proporcionar um tratamento benéfico e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida para esta amostra.

2 METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma revisão integrativa da literatura de natureza qualitativa baseado nas diretrizes do PRISMA (MCKENZIE et al., 2021), com objetivo de sintetizar os resultados dos estudos envolvendo protocolos de exercícios aeróbicos nos tratamentos de osteoartrite de joelho. Os artigos usados para a coleta de dados foram fornecidos pelas seguintes bases de dados em saúde: Cochrane, Pubmed, Scopus e Web of Science. A pesquisa iniciou no dia 2 de setembro até o dia 18 de outubro de 2022. Foram utilizados os seguintes descritores pesquisados na plataforma MESH (Medical Subject Headings): knee osteoarthritis, aerobic exercise or endurance training.

Considerando os critérios de inclusão: Artigos publicados em português, inglês; que retratam a temática definida, porém sem restrição a data de publicação, sendo estudos randomizados, ensaio clínico, testes controlados aleatórios envolvendo exercícios aeróbicos isolados e estudos desenvolvidos em idosos a partir de 60 anos. Como critérios de exclusão foram retiradas as publicações que não atenderam os critérios estabelecidos na metodologia e estudos que não tenham sido publicados na íntegra. A pesquisa foi realizada por um único revisor. Após identificados os registros nas bases de dados conforme os descritores, foram exportados o arquivo para serem posteriormente analisados na ferramenta de automação do Website Rayyan (Intelligent Systematic Review).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa realizada nas bases de dados Pubmed (n= 67), Cochrane (n=95), Scopus (n=249), Web of Science (n=146), foram encontradas no total de 557 artigos, destes 177 foram removidos antes da triagem por serem registros duplicados ou ilegíveis por ferramentas de automação. Dos 380 registros selecionados foram excluídos 355 artigos com a leitura dos títulos e resumos. Após os 25 artigos restantes serem avaliados para elegibilidade, 17 artigos foram excluídos, pois não preenchiam os critérios de inclusão, fazia parte do Registro central cochrane ou não foram publicados na íntegra. Foram selecionados 8 estudos para inclusão e síntese dos resultados. Esta revisão integrativa, proporcionou evidências dos protocolos de exercícios aeróbicos e seus efeitos em idosos com idade igual ou acima de 60 anos e diagnosticados com artrose de joelho. Todos os artigos mostraram que exercícios aeróbicos resultaram em benefícios para redução de sintomas como dor, incapacidade autorreferida e apresentou melhora na situação geral de saúde, desempenho funcional e qualidade de vida, porém, não houve melhoras significativas nos escores de equilíbrio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa de EA de caminhada foi o único protocolo utilizado nos oito estudos avaliados nesta pesquisa, com a amostra de idosos apresentando idade igual ou acima de 60 anos. Assim, há evidências sobre o efeito do exercício na melhora na dor, na força, no desempenho funcional, atividades de vida diária, situação geral de saúde, na qualidade de vida e um aumento significativo nos escores de depressão, nos níveis de concentração do BDNF e STNR2. Em suma, esta revisão indica a caminhada como protocolo ideal em idosos com OA no joelho, portanto, mais estudos são necessários para confirmar os efeitos positivos e negativos que os vários tipos de exercício aeróbico proporcionam para esta população.

REFERÊNCIAS

ETTINGER, W. H et al. Um estudo randomizado comparando exercícios aeróbicos e exercícios de resistência com um programa de educação em saúde em idosos com osteoartrite de joelho: o Fitness Arthritis and Seniors Trial (FAST). *Jama*, v. 277, n. 1, pág. 25-31, 1997. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8980206/>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

GOMES, W. F et al. Effect of aerobic training on plasma cytokines and soluble receptors in elderly women with knee osteoarthritis, in response to acute exercise. *Clinical rheumatology*, v. 31, n. 5, p. 759-766, 2012. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84863727760&doi=10.1007%2fs10067-011-1927-7&partnerID=40&md5=925604b95724a5dd87f694fdc9ca4223>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

GOMES, W. F. et al. Effect of exercise on the plasma BDNF levels in elderly women with knee osteoarthritis. *Rheumatology international*, v. 34, n. 6, p. 841-846, 2014. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-84901618309&doi=10.1007%2fs00296-013-2786-0&partnerID=40&md5=6f0b6ba97e476a1a7f761b6cf4208ed4>. Acesso em: 07 de setembro de 2022.

PENNINX, B. W et al. Exercise and depressive symptoms: a comparison of aerobic and resistance exercise effects on emotional and physical function in older persons with high and low depressive symptomatology. *The Journals of Gerontology Series B: Psychological Sciences and Social Sciences*, v. 57, n. 2, p. P124-P132, 2002. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11867660/>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

REJESKI, W. J et al. Treating disability in knee osteoarthritis with exercise therapy: a central role for self-efficacy and pain. *Arthritis & Rheumatism: Official Journal of the American College of Rheumatology*, v. 11, n. 2, p. 94-101, 1998. Disponível em: <https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85000259706&doi=10.1002%2fart.1790110205&partnerID=40&md5=c82b7cb01db8a866bbac0be3eee13ecb>. Acesso em: 02 de setembro de 2022.

A EFICÁCIA DO KINESIO TAPING NA DIMINUIÇÃO DO LINFEDEMA EM PESSOAS COM CÂNCER DE MAMA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Maria Albeiza da Silva¹ (Aluna do curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: albeizasilva22@gmail.com),
Hínkilla dos Santos Giló² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: hinkilla@fvj.br)

RESUMO

Introdução: O linfedema é caracterizado pelo acúmulo de linfa em determinada parte do corpo causada pelo mau funcionamento do sistema linfático, sendo uma patologia recorrente em pacientes mastectomizadas devido ao câncer de mama. Como forma de tratamento, a fisioterapia realiza procedimentos que auxiliam na redução do edema, sendo o kinesio taping uma das abordagens utilizadas. **Objetivo:** Mensurar a eficácia do kinesio taping na redução de linfedemas em mulheres mastectomizadas. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura através de levantamento bibliográfico sobre eficácia do kinesio taping. **Resultados:** Delimitado o critério de nota mínima 6 na escala PEDro, foram selecionados cinco ensaios clínicos randomizados, 4 na base de dados PubMed e 1 na base de dados PEDro. **Considerações Finais:** Evidenciou-se resultados relevantes no uso do procedimento para redução do linfedema.

Palavras-Chave: linfedema; câncer de mama; kinesio taping.

INTRODUÇÃO

O câncer é por uma degeneração ocasionada pelo acúmulo de lesões de material genético das células que induz um processo de crescimento de células cancerígenas as quais vão crescendo de forma incontrolada. Dentre os tipos de câncer, o de mama tem se mostrado o segundo mais frequente no mundo, entre mulheres, sendo o mais frequente na população brasileira.

Quando diagnosticada a neoplasia, em casos de intervenções cirúrgicas, a paciente pode apresentar algumas complicações, entre elas o linfedema que pode ser definido como uma doença crônica, cujos sintomas se dão pelo aumento de volume de uma região do corpo, causado pela má circulação linfática.

O tratamento para patologia visa estimular tal circulação, sendo necessária uma equipe multidisciplinar, da qual faz parte o fisioterapeuta. Diversos autores indicam o uso da Fisioterapia Complexa Descongestiva (FCD) como principal forma de tratamento.

Dentre as técnicas utilizadas para o tratamento do linfedema, o kinesio taping consiste na aplicação de bandagens elásticas, que tem tratado disfunções, incluindo linfática. A elasticidade do taping junto ao edema cutâneo provoca uma elevação na pele, aumentando os espaços entre a derme e a epiderme, sendo esse processo denominado de circunvolução. O espaço liberado, reduz a pressão no local, permitindo um fluxo linfático de melhor deslocamento para área de menor pressão.

Diante do exposto, esse trabalho pretende responder a seguinte pergunta PICO: P – mulheres mastectomizadas com idade de 18 a 70 anos, I – kinesio taping, C – comparado a roupas compressivas, O – diminuição do edema. Vemos importância e necessidade de se

pesquisar e aprofundar sobre a temática, o uso do kinesio taping para diminuição de linfedema, e consequente melhoria da qualidade de vida de pacientes.

METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma revisão de literatura integrativa através de levantamento bibliográfico sobre a eficácia do linfotaping em mulheres mastectomizadas para a redução de linfedema. Foi realizada a pesquisa entre os meses de setembro a outubro de 2022, utilizando as bases de dados PubMed, e Physiotherapy Evidence Database (PEDro), com descritores selecionados de acordo com o Medical Subject Headings (MeSH), são eles: lymphedema, breast cancer e kinesiotape. As pesquisas foram realizadas em base de dados em que a língua inglesa predomina, como PubMed e PEDro.

Foram selecionados ensaios clínicos randomizados, tendo como população mulheres entre 18 e 59 anos, no idioma inglês ou português, e artigos referentes aos últimos dez anos (2012-2022). Os estudos selecionáveis com nota mínima 6 na Escala PEDro e que atenderam os critérios de elegibilidade foram de 5 ensaios clínicos randomizados contidos no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme o estudo de Otero *et al.* (2019) que teve como objetivo determinar a eficácia do Kinesio taping em comparação com roupas compressivas durante a TDC, um estudo randomizado, cruzado e controlado, realizado com 30 mulheres com linfedema devido ao câncer de mama. As participantes receberam duas intervenções, Kinesio Taping e malha de compressão com duração de quatro semanas. Os desfechos foram a alteração do volume do linfedema, amplitude de movimento das articulações do braço, autopercepção de conforto e sintomas relacionados ao linfedema (dor, aperto, sensação de peso e dureza).

Por conseguinte, o estudo desenvolvido por Tantawy *et al.* (2019) com a finalidade de comparar os efeitos da bandagem Kinesio e da malha compressiva em linfedema secundário teve como foco de análise dois grupos de trinta e três mulheres cada, um grupo com Kinesio e outro com roupas de pressão. É um estudo realizado com 66 mulheres, distribuídas no grupo Kinesio taping (KT) e roupa de pressão (PG). O grupo KT recebeu aplicação (2 vezes por semana durante 3 semanas), enquanto o grupo PG recebeu roupas de pressão (20-60 mmHg) por pelo menos 15-18 horas por dia durante 3 semanas. A soma das circunferências dos membros, o SPADI, a força de prensão manual e a qualidade de vida melhoraram significativamente após o tratamento no grupo KT. Enquanto o grupo PG não apresentou melhora significativa no SPADI, a força de prensão manual, o escore físico, de papel, dor e fadiga, enquanto a soma das circunferências dos membros diminuiu.

Do mesmo modo, Unubol *et al.* (2019) realizou um estudo avaliando a eficácia da aplicação de kinesio taping em comparação com a roupa de compressão no tratamento do linfedema associado ao câncer de mama em estágio inicial (BCAL). A pesquisa foi realizada com pacientes entre 18-70 anos de idade que apresentaram BCAL unilateral estágio 1 e foram randomizados em grupo I kinesio taping e grupo II roupa de compressão. A KT foi aplicada com a técnica de correção linfática em intervalos de três a quatro dias por quatro semanas. Trinta e cinco pacientes com BCAL estágio 1 foram incluídos e randomizados para os grupos. Os dados demográficos e as características clínicas basais foram semelhantes. Os grupos tiveram reduções em todos os níveis de diferenças na circunferência do braço.

Ainda de acordo com Melgaard (2016), um estudo randomizado controlado, com o propósito de identificar se o tratamento com CDP com Kinesio Textape foi tão eficaz quanto o CDP com tratamento de bandagem para câncer de mama. A pesquisa incluiu 10 pacientes

tratadas para SL após câncer de mama, sendo incluídos e rastreados para LS por um fisioterapeuta. Eles foram randomizados para tratamento com CDP com Kinesio Textape ou bandagem por 4 semanas. Os desfechos foram qualidade de vida, circunferência do braço, custos e ambiente de trabalho para o fisioterapeuta. Em relação à redução da circunferência não houve diferença.

Um estudo realizado por Pekyavas et al (2014) para investigar os efeitos da aplicação do Kinesio Taping com Terapia Descongestiva Complexa (CDT) em pacientes com linfedema teve como análise três grupos distintos: (CDT incluindo Bandagem; CDT incluindo Bandagem + Kinesio Tape; CDT incluindo Kinesio Tape sem bandagem). Estudo realizado com 45 pacientes que foram divididos aleatoriamente nos 3 grupos. Os sintomas foram diminuídos nos três grupos. A CDT mostrou-se eficaz apenas durante o tratamento no volume do braço. Kinesio Taping aplicado com CDT teve efeito de diminuição do edema. Apenas a aplicação do grupo Kinesio Taping também apresentou diminuição no edema. Kinesio Taping. Aplicação juntamente com CDT pode ter um melhor efeito na diminuição do linfedema que pode estimular a redução do edema para efeitos a longo prazo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os estudos mencionados evidencia-se que a aplicação da Kinesio Taping apresentou melhoras na redução do linfedema em pacientes com câncer de mama em tratamento com TDC em comparação com o uso de malhas compressivas. Diante das pesquisas, observamos ainda uma melhoria na qualidade de vida dos pacientes, melhorias na amplitude de movimentos do membro afetado, além na relação custo/benefício de seu uso em comparativo com as outras abordagens.

REFERÊNCIAS

- MELGAARD, Dorte. What is the effect of treating secondary lymphedema after breast cancer with complete decongestive physiotherapy when the bandage is replace with kinesio textape - a pilot study. **Physiotherapy theory and practice: an international journal of physical therapy**. V. 32, Issue 6, p. 446 – 451. Aug. 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27260219/> Acesso em: 02 out, 2022.
- OTERO, Violeta Pajero et al. Kinesio taping versus compression garments for treating breast cancer – related lymphedema: a randomized, crossover, clinical trial. **Clinical Rehabilitation**. V. 33, Issue 12, p. 1887-1897, set. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31495192/> Acesso em: 20 set. 2022.
- PEKYAVAS, Nihan Ozunlu et al. Complex decongestive therapy and taping for patients with postmastectomy lymphedema: A randomized controlled study. **European journal of oncology nursing**. V. 18, Issue 6, p. 585 – 590, dec. 2014. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25066648/> Acesso em: 01 out. 2022.
- TANTAWY, Sayed A et al. Comparative study between the effects of kinesio taping and pressure garment of secondary upper extremity lymphedema and quality of life following mastectomy: a randomized controlled trial. **Integrative cancer:therapies**. V. 18, Jan, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31068019/> Acesso em: 01 out. 2022.

UNUBOL, T. Ozsoy et al. Efficacy of kinesio taping in early stage breast cancer associated lymphedema: a randomized single blinded study. **Lymphology**. V. 52, Issue 4, p. 166 – 176. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32171183/> Acesso em: 20 set. 2022.

IMPACTO DOS EXERCÍCIOS AERÓBICOS NO RETARDO DOS SINTOMAS DE SARCOPENIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mateus Santos Silva, (Aluno do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universidade do Vale do Jaguaribe, e-mail:mateus.silva@fvj.br), Orientador: Jefferson Pacheco Amaral Fortes, (Professor da Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jefferson.fortes@fvj.br).

RESUMO

A palavra “sarcopenia” foi incorporada para descrever uma perda progressiva e generalizada do músculo esquelético, massa muscular e declínio simultâneo na força e desempenho muscular. A execução do exercício como intervenção tem benefícios comprovados para a saúde de idosos, Programas de atividade física podem promover benefícios nos sistemas cardiovascular, musculoesquelético e nervoso. Este estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura que teve como objetivo pesquisar os principais estudos clínicos que averiguasse os impactos do treino aeróbico no retardo dos sintomas de sarcopenia. A pesquisa foi realizada nas bases de dados Pubmed, Cochrane, Lilacs e Scielo resultando em 350 artigos que ocorreram no período de 10 de setembro de 2022 a 01 de outubro de 2022. Dos protocolos analisados neste estudo sendo exercício aeróbico isolado, exercício aeróbico junto com o treinamento de resistência e exercício aeróbico junto ao treino multicomponente obtiveram melhores resultados quando comparados aos outros protocolos, porém, se faz necessário a realização de mais pesquisas para obtenção de resultados mais abrangentes.

Palavras-chave: Sarcopenia; exercício aeróbico; exercícios resistidos; treino multicomponente.

1 INTRODUÇÃO

A palavra “sarcopenia” foi incorporada para descrever uma perda progressiva e generalizada do músculo esquelético, massa muscular e declínio simultâneo na força e desempenho muscular. Envelhecimento, maus hábitos e doenças crônicas podem também alavancar a perda da integridade esquelética e muscular, sendo ela associada a muitas condições de risco, como incapacidade, fragilidade, e internações hospitalares. (YING ZHU et al., 2018)

Qualifica-se que, a partir dos 40 anos, começa-se a diminuição de cerca de 5% de massa muscular a cada 10 anos, com a queda se tornando mais acentuada aos 65 anos, principalmente nos membros inferiores. (JANSSEN et al., 2000) Os diferentes estágios de perda de massa e força muscular em idosos variam de 10% a 60% sendo que o aumento da atividade física pode reduzir, mas não interromper esse processo em populações idosas de alto risco. Os pilares recomendados de uma estratégia de tratamento relativamente bem-sucedida são o treinamento muscular regular e uma dieta que aumenta a ingestão de proteínas e nutrientes suplementares (VIKBERG et al., 2019).

O crescimento populacional de idosos no Brasil e no mundo tem provocado diversas modificações no sistema. A expectativa é somar mais de 33 milhões de idosos até 2025, transformando o Brasil no sexto país do mundo com maior quantidade de idosos. À medida que a expectativa de vida aumenta, expandindo também os números de comorbidades e

doenças associadas ao processo de envelhecimento, das quais a sarcopenia é particularmente proeminente. (PARAHYBA et al., 2006)

Segundo Hirsch., (2010) a execução do exercício como intervenção tem benefícios comprovados para a saúde de idosos, Programas de atividade física podem promover benefícios nos sistemas cardiovascular, musculoesquelético e nervoso. “Exercício físico” entende-se como a todo movimento do corpo; entretanto, em estudos epidemiológicos que analisam seu quadro na saúde, tem ligação a atividades que geram aumentos abundantes do uso de oxigênio (O₂). Os exercícios aeróbicos em primeiro lugar exaustam o sistema de condução de O₂ e engloba exercícios como ciclismo, natação, caminhadas e corrida. O treinamento com essas atividades feitas constantemente são capazes até de melhorar o funcionamento dos sistemas do corpo humano.(TAYLOR-TOLBERT et al., 2000)

Diante do que foi exposto, o seguinte trabalho será destinado a responder a seguinte pergunta PICO: P- Pessoas com sintomas de sarcopenia I- treino de aeróbicos C- comparado a nada O- melhora da força muscular. Portanto, o objetivo da pesquisa foi realizar uma verificação na literatura sobre o impacto dos exercícios resistidos no retardo dos sintomas de sarcopenia que apresentem melhores evidências.

2 METODOLOGIA

Esta revisão trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada de acordo com as diretrizes do PRISMA (MCKENZIE et al., 2021), que objetivou responder à seguinte questão; Qual o impacto dos exercícios aeróbicos no retardo dos sintomas de sarcopenia? O processo das pesquisas foi efetuado entre os meses de setembro a novembro de 2022 nas bases de dados de periódicos científicos: Pubmed, Cochrane Library, Lilacs e Scielo. A busca foi realizada utilizando-se as seguintes palavras com seus respectivos operadores booleanos: Foi utilizado o operador booleano do tipo “AND”. As combinações incluídas foram: Sarcopenia AND ("Resistance Training" or "Endurance Training")

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os efeitos dos exercícios aeróbicos podem ser benéficos para melhoria da qualidade de vida e da redução dos efeitos deletérios da sarcopenia, podendo ser observados nos protocolos selecionados nesta revisão sistemática, corroborando com outro estudo de revisão sistemática, na qual analisou os efeitos de treinamentos físicos envolvendo diversas modalidades de treinos, na qual observou a melhoria da força e massa muscular em indivíduos com diagnóstico de sarcopenia (MELLO et al., 2021; SHEN et al., 2022). Com tal característica, Courel-Ibañez et al. 2021 tratou de investigar o treinamento multicomponente onde ele concluiu que os efeitos benéficos do treinamento aeróbico continuaram depois de intervalos de tempo curto (4 semanas) e longo (24 semanas) em idosos sarcopênicos institucionalizados. Assim como visto, Makizako et al. 2020 apresentou um estudo treino de exercícios conteve 12 semanas de treinamento com duração de 60 minutos incluindo treino aeróbico, flexibilidade, equilíbrio e resistência onde ratificou que um treino multicomponente seria um tratamento eficiente para função física em idosos com sarcopenia e apresentando uma tendência a prevenir a perda de massa muscular. Outrossim, Yoshiko et al. 2017 avaliou o treinamento aeróbico durante 12 meses sendo 2 vezes por semana onde se confirmou que o treinamento pode eficientemente melhorar funções físicas e nos testes funcionais realizados ajudando no restados da perda de massa muscular. Dessa forma Gopal et al 2017 constatou o impacto de treinamento aeróbico de baixa intensidade juntamente com o treino de resistência,

demonstrando que o exercício físico demonstrou melhora em todas as variáveis. Diferentemente Ghayomzadeh et al. 2021 apresentou um estudo os participantes tiveram 6 meses de treinamento combinado (aeróbico com resistência) onde o treino resultou em um meio eficiente para estagnar o avanço da sarcopenia e de outras doenças inflamatórias mas não deixando evidente se é age de forma eficaz no ganho de massa muscular.

Entretanto, Estima-se que o treinamento aeróbico isolado pode reduzir e às vezes até estagnar a perda de massa muscular. Postula-se que o treinamento aeróbico, seja em baixa ou alta intensidade, é uma intervenção eficaz para tratá-la independentemente da idade. Mesmo tendo efeitos positivos para os sintomas de sarcopenia o resultado do treinamento de força muscular pode não ser significativo para a mesma. Sob o mesmo ponto de vista Kerling et al 2018, realizou um investigação sobre o efeito dos exercícios aeróbicos na massa muscular de pacientes com transtorno depressivo maior onde detectou que o treino de exercício é uma terapia eficiente para a sarcopenia em pacientes com TDM. Semelhantemente em Mckendry et al. 2019 onde os participantes foram separados em 4 grupos de intensidade de exercícios de acordo com seu equivalente metabólico sendo comparados a idosos fisicamente ativos, foi apresentado que o treino aeróbico crônico atrasa a taxa de decaimento fisiológico ou o local onde essa queda inicia. Diferenciando parcialmente Harber et al. 2006 elaborou um treino aeróbico progressivo com duração de 12 semanas resultando no aumento de hipertrofia significativa e aumento de produção de energia nos músculos

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os achados evidenciados neste estudo, foi possível constatar que o Exercício aeróbico (EA) se mostrou eficaz na melhora dos sintomas de sarcopenia, sendo acentuado como tratamento efetivo e acessível em todos os estudos incluídos para avaliação, sendo realizado como treino aeróbico isolado ou treino multicomponente.

REFERÊNCIAS

- HIRSCH, Calvin H.; DIEHR, Paula; NEWMAN, Anne B.; *et al.* Physical Activity and Years of Healthy Life in Older Adults: Results From the Cardiovascular Health Study. **Journal of Aging and Physical Activity**, v. 18, n. 3, p. 313–334, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3978479/>. Acesso em: 10 set. 2022.
- JANSSEN, Ian; HEYMSFIELD, Steven B.; WANG, ZiMian; *et al.* Skeletal muscle mass and distribution in 468 men and women aged 18–88 yr. **Journal of Applied Physiology**, v. 89, n. 1, p. 81–88, 2000. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/10904038/>. Acesso em: 10 set. 2022.
- KERLING, Arno; HARTUNG, Dagmar; STUBBS, Brendon; *et al.* Impact of aerobic exercise on muscle mass in patients with major depressive disorder: a randomized controlled trial. **Neuropsychiatric Disease and Treatment**, v. Volume 14, p. 1969–1974, 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6086564/>. Acesso em: 16 set. 2022.
- VIKBERG, Sanna; SÖRLÉN, Niklas; BRANDÉN, Lisa; *et al.* Effects of Resistance Training on Functional Strength and Muscle Mass in 70-Year-Old Individuals With Pre-sarcopenia: A Randomized Controlled Trial. **Journal of the American Medical Directors Association**, v. 20, n. 1, p. 28–34, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30414822/>. Acesso em: 12 set. 2022.

FISIOTERAPIA EM QUEIMADOS: UMA PESQUISA INTEGRATIVA SOBRE OS BENEFÍCIOS DOS RECURSOS FISIOTERAPÊUTICOS.

**Paloma Souza Pinheiro¹, (Aluno do curso de Bacharelado em Fisioterapia da Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: paloma.pinheiro@fvj.br),
Orientador: Kariza Lopes Barreto², (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: kariza.barreto@fvj.br).**

RESUMO

As queimaduras tornaram-se uma grande dificuldade da saúde pública, não só pela gravidade das lesões e pelo grande número de complicações, mas também pelas sequelas associadas que afetam os pacientes, o tratamento é desafio, tanto pela gravidade quanto pelas muitas complicações que ocorrem e a fisioterapia desempenha sua função na prevenção de distúrbios funcionais gerados por queimaduras. E esse estudo tem como objetivo explorar a relevância da fisioterapia na reabilitação de pacientes com queimaduras e os benefícios dos tratamentos. A estratégia de busca nas bases de dados eletrônicas incluiu pesquisas publicadas nos últimos 10 anos (2012-2022), em três idiomas (inglês, português e espanhol). Os descritores utilizados variaram de acordo com as bases de dados pesquisadas e foram selecionados por meio da consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Assim, foram empregadas as seguintes combinações de palavras chaves na língua portuguesa e inglesa: (Burns) AND (Physical Therapy). E assim concluiu-se que a fisioterapia tem um relevante papel na reabilitação dos pacientes com queimaduras, é de máxima importância na recapacitação, restabelecendo sua funcionalidade, no que se atribui à prevenção e redução das sequelas físicas e motoras que podem ocorrer por causa da lesão.

Palavras-chave: fisioterapia; queimaduras; reabilitação.

1 INTRODUÇÃO

Segundo a OMS, estima-se que 180.000 pessoas no mundo morrem de queimaduras a cada ano, principalmente em países de baixa e média renda, devido à falta de estratégias de prevenção. Segundo dados divulgados pelo governo brasileiro em 2017, estima-se que ocorram cerca de 1 milhão de acidentes com queimaduras no meu país todos os anos. Como tal, constituem um grave problema de saúde pública, tornando as queimaduras um dos acidentes não fatais mais onerosos. (FRAGA *et al.*, 2018).

As lesões por queimaduras são consideradas um dos mais graves problemas de saúde pública no mundo, principalmente em maneiras de ações de prevenção e recuperação. Nos últimos anos, foram registradas mais de 15.000 internações por queimaduras em crianças que tem entre 0 e 10 anos, tornando-as uma importante causa de morbimortalidade em crianças e adultos. (PRESTES *et al.*, 2019)

A fisioterapia desempenha sua função na prevenção de distúrbios funcionais gerados por queimaduras nas etapas agudas e crônicas. Intervenções de fisioterapia podem ser prescritas em conjunto com programas de exercícios isocinéticos, isotônicos e de resistência com o objetivo de retornar o paciente a um estado totalmente funcional e sem dor. Esse tratamento leva a um melhor desenvolvimento da força muscular e resistência à fadiga, melhora do condicionamento cardiorrespiratório e independência das atividades funcionais musculoesqueléticas. (PRESTES *et al.*,2019)

2 METODOLOGIA

Este artigo é uma revisão integrativa qualitativa, e foram selecionados estudos para investigar os tratamentos e os benefícios da fisioterapia em pacientes com queimaduras, utilizando os seguintes critérios de inclusão: estudos observacionais, ensaio clínico controlado, triagem de pesquisa clínica e ensaio randomizado; publicados nos últimos 10 anos, nos idiomas inglês, português e espanhol, artigos gratuitos e com disponibilidade de texto completo. Foram excluídos os estudos que não atenderam os critérios de inclusão e os estudos que não eram compatíveis com o tema. A estratégia de busca nas bases de dados eletrônicas incluiu pesquisas publicadas nos últimos 10 anos (2012-2022), em três idiomas (inglês, português e espanhol). Os descritores utilizados variaram de acordo com as bases de dados pesquisadas e foram selecionados por meio da consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Assim, foram empregadas as seguintes combinações de palavras chaves na língua portuguesa e inglesa: (Burns) AND (Physical Therapy).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encontrados 127 artigos na plataforma PubMed, 122 artigos na LILACS e 2.141 na MEDLINE, dando um total de 2.390 artigos. Quando avaliados com os critérios de exclusão foram excluídos um total de 2.134 artigos, restaram assim 256 estudos que passaram pelos critérios de inclusão que excluiu um total de 240 artigos, sobrando assim 16 artigos que foram lidos na íntegra para a seleção final, usando 6 estudos para a construção do artigo. No estudo do Clark et al (2013) descobriram uma diminuição em muitas complicações no grupo pós-programa de mobilidade precoce, os resultados indicam que durante o período inicial do programa de mobilidade, os pacientes diminuíram significativamente as complicações respiratórias, pulmonares e vasculares. No estudo de FIGUEREDO et al (2012) defendeu que a fisioterapia é de imensa importância na restauração da vítima queimada, o estudo mostra o progresso satisfatório por conta do aumento de ADM, força muscular, evoluindo a reabilitação física e psicológica dos pacientes. Certificou que teve aumento da ADM e da força muscular depois do tratamento fisioterapêutico, provando a importância desse atendimento. O estudo do FONCERRADA et al (2020) os desfechos do estudo mostraram que 12 semanas de exercício aumentaram o índice de massa corporal, o consumo máximo de oxigênio e a força muscular dos pacientes. Os resultados indicam que programas de exercícios podem ser eficazes quando incluídos como parte da reabilitação pós-queimadura. O estudo do PORTER et al (2014) mostrou que o programa de 12 semanas após a alta hospitalar melhorou a massa muscular e a função em crianças gravemente queimadas. Sugerindo um papel positivo do treinamento físico em melhorias a longo prazo na recuperação da queimadura. Conforme o estudo CHAI et al (2015) os exercícios terapêuticos podem restaurar suas habilidades à sua condição antes da lesão, retornar à família e à sociedade com AVD independentes, estudando e trabalhando. No estudo MORAIS et al (2015) pacientes queimados apresentam diversas sequelas físicas,

como sequelas locomotoras e respiratórias. A fisioterapia funciona com o objetivo de evitar e cuidar das sequelas imediatas e tardias.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos citados no trabalho, conclui-se que a fisioterapia tem um relevante papel na reabilitação dos pacientes com queimaduras, tanto enquanto ele fica hospitalizado e também após ele ter a alta e ir para sua casa. É de máxima importância na recapacitação, restabelecendo sua funcionalidade, no que se atribui à prevenção e redução das sequelas físicas e motoras que podem ocorrer por causa da lesão. Assim, obtendo ótimos resultados e benefícios as vítimas de queimaduras.

REFERÊNCIAS

CEN, Ying *et al.* Guidelines for burn rehabilitation in China. **Burns & Trauma**, 2015.

CLARK, Diane E. *et al.* Effectiveness of an Early Mobilization Protocol in a Trauma and Burns Intensive Care Unit: A Retrospective Cohort Study. **PTJ:Physical Therapy e Rehabilitation journal**, 2013.

FRAGA, Iasmin Borges *et al.* Influência da cicatrização e amplitude de movimento na qualidade de vida de pacientes queimados em acompanhamento ambulatorial. **Revista Brasileira de Queimaduras**, 2019.

HARDEE, Justin P. Hardee *et al.* Early Rehabilitative Exercise Training in the Recovery from Pediatric Burn. **Official Journal of the American College of Sports Medicine**, 2014.

PRESTE, Yandra Alves *et al.* Cinesioterapia aplicada em crianças e adultos queimados: Uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Queimaduras**, 2019.

SANTANA, Cintia Monique Lima *et al.* Importância da fisioterapia na reabilitação do paciente queimado. **Revista Brasileira de Queimaduras**, 2012.

SILVA, Aurenita Luiz; SILVA, Jéssica Malena Pedro; ARAGÃO, Lilian; SANTANA, Edielson José ; LIMA, Cláudia Fonsêca . Nível de sobrecarga em cuidadores primários de crianças com queimaduras em tratamento ambulatorial de fisioterapia. **Revista Brasileira de Queimaduras**, 2019.

VOIGT, Charles D. *et al.* Effects of community-based exercise in adults with severe burns: a randomized controlled trial. **Arch Phys Med Rehabil**, 2020.

O EFEITO DO PILATES NA MELHORA DA DISFUNÇÃO DE EQUILÍBRIO AFIM DA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS

**Sandy Anny de Albuerque Freitas¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: sandy.freitas@fvj.br.),
Hínkilla dos Santos Giló² (Coordenadora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: hinkilla@fvj.br.).**

RESUMO

O envelhecimento é algo que faz parte da realidade da maior parte das sociedades. E com essa idade a queda é um acontecimento muito normal. Os fatores responsáveis pelas quedas podem ser intrínsecos e extrínsecos, dentro das causas intrínsecas tem a disfunção de equilíbrio. E uma das atividades físicas propostas para os idosos é o pilates, onde a literatura engloba um número gradativo de estudos que validam a eficácia do pilates na melhoria da força, o que ajuda a prevenir a perda do equilíbrio e diminuindo assim os riscos de quedas. Com objetivo de identificar se o pilates contribui com a diminuição da disfunção de equilíbrio em idosos. A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura integrativa onde foi usado os bancos de dados Pubmed e PeDro resultando em 26 artigos, a pesquisa aconteceu entre o período de 13 de setembro de 2022 a 25 de outubro de 2022. O protocolo analisado nesse estudo foi a pratica do pilates onde obteve bons resultados na diminuição da disfunção do equilíbrio entre outros benefícios. O estudo destacou bons resultados nos artigos utilizados, porém seria indispensável à realização de mais pesquisas já possuem poucos artigos falando a respeito do tema em questão.

Palavras-chave: quedas; equilíbrio; fisioterapia; idosos; pilates.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população está difundido por diversas regiões do mundo. Esse fato é decorrente da diminuição da fecundidade ao longo dos anos. Assim, a proporção que se modifica a estrutura etária da sociedade brasileira, nota-se a modificação no perfil epidemiológico. (SOUZA et al.,2019). E nessa idade a queda é um acontecimento muito normal e arrasador. Ainda que não seja um efeito inevitável do envelhecimento, pode apontar o princípio de fraqueza ou mostrar doença aguda. As quedas também indicam custo social, econômico e psicológicos grandes, intensificando a dependência e a institucionalização. (BRASIL, 2009). Os fatores de risco de queda podem ser divididos em extrínsecos e intrínsecos: Os fatores intrínsecos resultam das modificações fisiológicas que são relativas ao decorrer da idade, do aparecimento de enfermidades, de motivos psicológicos e de respostas adversas de medicamentos em utilização. Os fatores extrínsecos estão associados aos modos, atividades dos indivíduos idosos e ao ambiente onde está inserido. (BRASIL, 2006). O equilíbrio é significativo para a preservação do equilíbrio postural e, conseqüentemente, para a prevenção de quedas. O envelhecimento é capaz de afetar o sistema nervoso central e as propriedades do sistema neuromuscular, levando a déficits no equilíbrio e no funcionamento da marcha.

METODOLOGIA

O atual estudo é uma revisão de literatura integrativa por meio de um levantamento bibliográfico. Desse modo, a revisão de literatura integrativa dispõe-se sintetizar resultados de modo sistemático, amplo e ordenado, proporcionando informações abrangedoras sobre a temática. Uma revisão da literatura se propõe a fornecer um entendimento mais abrangente do tema, analisando pesquisas anteriores sobre um determinado tema, com base em uma síntese de pesquisas já publicadas, experimentais ou não experimentais, combinadas com a literatura empírica e teórica, assim colaborando para o desenvolvimento de pesquisas científicas. A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de setembro de 2022 à outubro de 2022, nas bases de dados PubMed, Physiotherapy Evidence Database (PEDro) que possuem periódicos indexados exibidos na forma de artigos nos últimos dez anos (2012 a 2022). Os descritores foram escolhidos conforme o MeSH (Medical Subject Headings), são eles: Pilates, elderly e fall. Para pesquisas em base de dados com predomínio da língua inglesa, como PubMed e Physiotherapy Evidence Database (PeDro) assim como foi usado o booleano and. Incluídas também as seguintes combinações: Pilates AND elderly AND fall na PubMed e pilates AND fall na PEDro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o estudo apresentado por Sharon *et al.* (2016) elaborado de modo a identificar se o pilates é mais eficiente do que exercícios tradicionais de força e equilíbrio para melhorar o equilíbrio e diminuir o risco de quedas em idosos da comunidade. Ao final restaram trinta e um participantes, pois os outros foram excluídos devido à falta de risco de queda. Os resultados do estudo presente é que tanto o programa de pilates como os exercícios tradicionais podem melhorar o equilíbrio nos pacientes com risco de quedas. O programa de pilates desenvolveu a confiança no equilíbrio em relação ao programa tradicional. Por sequência no estudo elaborado por Pata *et al.* (2013) tem como propósito averiguar a eficácia de um programa baseado no pilates na melhoria do equilíbrio dinâmico, mobilidade e estabilidade postural, com o objetivo de reduzir o número de quedas nos idosos. A pesquisa encaminhou-se com trinta e cinco participantes aptos a participar. Esse estudo validou o impacto de um programa comunitário embasado no pilates sobre confiança e medo de queda, os resultados do estudo indicam que um programa de curta duração baseado no pilates focado na estabilidade do core e fortalecimento pode melhorar o equilíbrio além também da melhora da mobilidade e estabilidade postural com propósito de diminuir as quedas na população idosa. Do mesmo modo, Barker *et al.* (2015), realizou um piloto RCT para aferir a viabilidade de um exercício de pilates que engloba a diretriz de melhores práticas para exercícios de prevenção de quedas. As teses sugerem que um futuro estudo absoluto exigiria 804 participantes para detectar uma diferença nas taxas de lesões por queda. O estudo randomizado controlado desenvolvido por Roller *et al.* (2017), teve como finalidade averiguar se o pilates melhorariam além do equilíbrio, diminuiriam o risco de queda, aperfeiçoariam a mobilidade funcional e melhora a segurança no equilíbrio em idosos de 65 anos com risco de quedas. Em resumo os exercícios de pilates reformer resultaram em uma diminuição do risco de queda além de melhoras consideráveis em outros pontos. Também devem ser feitos estudos de acompanhamento de grande prazo para documentar avanços duradouros nas medidas nos riscos de quedas. Desenvolvido por Airbar-Almazán *et al.* (2019), se trata de um estudo controlado randomizado com a finalidade de examinar os efeitos de um projeto de exercícios fundado no método do pilates na confiança do equilíbrio, medo de cair e domínio postural em mulheres ≥ 60 anos. Por fim, o estudo presente mostrou que em 12 semanas do programa de pilates tem propósitos benéficos na confiança no equilíbrio e FoF analisados respectivamente pelos questionários ABC e FES-I.

CONCLUSÃO

Esse artigo buscou compreender o efeito da prática do pilates na melhora da disfunção de equilíbrio afim da prevenção de quedas para contribuir e acionar a correlação da prática do pilates com a melhora do equilíbrio em idosos e com isso a diminuição das quedas. O pilates por auxiliar no alongamento e fortalecimento das musculaturas tem papel relevante para os benefícios que foram obtidos, como por exemplo: ajudar os participantes a desenvolver confiança no equilíbrio, melhorias no equilíbrio estático e dinâmico, melhora na amplitude de movimento do tornozelo e quadril e teve, além disso, uma interação estatisticamente considerável no tempo de realização do TUG. Sendo assim, com base nos estudos que foram utilizados, a resposta da problemática foi satisfatória, visto que os 5 artigos que foram utilizados trazem bons resultados a respeito da melhora do equilíbrio e com isso diminuindo os riscos de quedas além de outros benefícios citados. Porém ainda existem poucos estudos sobre a temática. Em pesquisas futuras, pode ser realizados mais estudos para que obtenham mais resultados e uma boa resposta sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. de A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. [s. l.], v. 5, n. 11, p. 121-136, dez. 2011. **Revista Gestão e Sociedade**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar>. Acesso em: 20 setembro de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (**Cadernos de Atenção Básica**, n. 19) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível: <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTE5NQ>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S. de; ALCOFORADO, C. L.G. Integrative review versus systematic review. **Reme: Revista Mineira de Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 1-3, 2014. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 20 setembro 2022.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília, 2007. (**Cadernos de Atenção Básica**) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs>.
- SOUZA, A. Q. DE et al. Incidência e fatores preditivos de quedas em idosos na comunidade: um estudo longitudinal. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 9, p. 3507–3516, set. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/csc/a/H4tJXz4p9wcjDrg5zzFLHSt/?lang=pt>. Acesso em: 18 setembro de 2022.

BENEFÍCIOS DO MÉTODO PILATES NA FUNCIONALIDADE E DOR EM PACIENTES COM LOMBALGIA: REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Lidiana Cruz¹ (Aluna do Curso de Fisioterapia da UniJagaribe, email: lidianacruz.lc@gmail.com),

Kariza Lopes Barreto² (Professora da UniJagaribe, email: karizabarreto@hotmail.com).

RESUMO

Comumente, a região lombar é afetada por alterações sensitivas e musculares, ocasionando dores de origem idiopática ou conhecida. A lombalgia pode ser do tipo aguda, subaguda ou crônica, considerando a cronicidade da sintomatologia, bem como do tipo axial, lombar ou referida. Os prejuízos físicos, sociais e econômicos requerem a necessidade de um tratamento direcionado. O programa de Pilates se apresenta como um conjunto de exercícios específicos com objetivos traçados e relevantes. O objetivo do estudo foi analisar a atuação do Pilates no tratamento de pacientes com dor lombar. Tratou-se de uma revisão sistemática composta por ensaios clínicos indexados na Lilacs, Pedro e Medline via Pubmed, utilizando-se os descritores lombalgia, método Pilates, terapia por exercício, técnicas de exercício e de movimento. Incluíram-se estudos gratuitos e disponíveis integralmente publicados no intervalo temporal (2017 – 2022), do tipo aleatório, randomizado, duplo-cego, estudo de caso-controle transversal, entre outros, com seres humanos maiores de 18 anos. Excluíram-se, dentre outros, teses, fichamentos e dissertações. Foram encontrados, inicialmente, 296 artigos, porém, após a aplicação de filtros, somente 15 ensaios compuseram a amostra. Os estudos evidenciaram que o método Pilates é uma ferramenta eficiente para melhorar os níveis de capacidade funcional e minimizar os escores de dor em pacientes com lombalgia crônica ou inespecífica. Observou-se, logo, melhora na estabilidade postural; ganho de força muscular pós-intervenção com equipamentos, especialmente da musculatura posterior da coluna vertebral; melhorias na amplitude de movimento e na dor, assim como houve efeitos positivos na espessura de músculos posturais e no alinhamento de ombros e quadris.

Palavras-chave: lombalgia; método pilates; terapia por exercício; técnicas de exercício e de movimento.

INTRODUÇÃO

Diante do tema acima, tornou-se significativa a elaboração de estudos sistemáticos que compreendessem as possíveis vantagens terapêuticas do método Pilates na dor e funcionalidade de indivíduos com lombalgia crônica, especialmente do tipo inespecífica, visto que esse tipo de disfunção é predominante na área traumato-ortopédica. Sendo assim, o ajuntamento de dados sobre este tema busca a amplificação dos conhecimentos e viabiliza a estruturação de planos terapêuticos mais específicos e eficazes. O estudo justificou-se, portanto, pela necessidade de identificar a relevância dos protocolos de Pilates sobre a função e dor de indivíduos que possuem condições álgicas no segmento lombar. Nessa conjuntura, artigos bem fundamentados e práticos irão melhorar o entendimento da sociedade sobre as dimensões biofísicas, emocionais e os impactos assistenciais e de saúde da dor lombar, sanando dúvidas sobre medidas de tratamento não farmacológico baseado em exercícios. Este

trabalho buscou responder à seguinte questão problema: De que forma o Método Pilates atua na dor e funcionalidade de pacientes com lombalgia? O objetivo do estudo foi analisar a atuação do Pilates no tratamento de pacientes com dor lombar.

MARCO TEÓRICO

A lombalgia é definida pela localização da dor, tipicamente, entre as margens das costelas inferiores e as dobras dos glúteos, comumente acompanhada de dor em uma ou ambas as pernas (WILL; BURY; MILLER, 2018). A lombalgia engloba três fontes distintas de dor: axial, lombar e referida: (1) Axial: dor no segmento dorsal; (2) Dor lombar: refere-se à dor no segmento lombar e; (3) Dor referida, que se espalha para uma região distante de sua fonte, mas ao longo de uma trajetória dermatomal (MEUCCI et al., 2020). No aspecto funcional, a disfunção dos músculos do complexo lombopélvico-quadril é uma característica da Lombalgia (SADLER et al., 2019). O método Pilates é um conceito de exercícios de corpo e mente, fundado por Joseph H. Pilates no início de 1900 (HOFFMAN; GABEL, 2017). Na lombalgia crônica inespecífica, o método Pilates se apresenta com uma abordagem terapêutica diversa, e seus princípios incluem: controle motor, ativação dos músculos profundos do tronco e ativação dos músculos do assoalho pélvico (ELICKS et al., 2019).

METODOLOGIA

Estudo do tipo revisão sistemática da literatura. As bases de dados escolhidas foram: Lilacs, Pedro e Medline via Pubmed. Os descritores usados foram: lombalgia, método Pilates, terapiapor exercício, técnicas de exercício e de movimento. Foram incluídos estudos gratuitos, disponíveis integralmente, publicados em português ou inglês no período de 2017 – 2022, do tipo aleatório, randomizado, duplo-cego, estudo de caso-controle transversal, entre outros. Excluíram-se, dentre outros, teses, fichamentos e dissertações, anais de congresso e cartas ao editor. A análise dos estudos seguiu os parâmetros das Diretrizes Nacionais para Elaboração de Revisão Sistemática. Foram estabelecidos filtros específicos, na intenção de categorizar os estudos mais relevantes para a presente revisão. No refinamento dos estudos, foram encontrados, inicialmente, 296 estudos, dos quais, somente 16 compuseram a amostra.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A amostragem final da RS consistiu em 16 (dezesseis) referências. Contudo, devido à multiplicidade de desfechos avaliados, não foi possível a realização de metanálise. Destarte, a abrangência do Método Pilates no campo da Lombalgia inviabilizou a presença de homogeneidade entre os estudos. Os artigos abordaram: (1) Controle postural de jovens com lombalgia inespecífica; (2) Pilates com equipamento e esteira; (3) Estabilização lombar, fortalecimento dinâmico e Pilates na dor lombar crônica; (4) Percepção da dor e parâmetros estabilométricos; (5) Controle de movimento e exercícios de estabilização; (6) Pilates com água versus esteira; (7) Pilates clínico na incapacidade funcional, dor, qualidade de vida e estabilização lombopélvica em gestantes com lombalgia; (8) Método Mackenzie e exercícios de controle motor baseados em Pilates; (9) Exercício do core baseado em Pilates; (10) Eficácia do Mat Pilates ou exercícios de Pilates baseados em equipamentos; (11) Método Pilates e o Exercício Terapêutico, entre outros. considerou-se que os programas de exercícios baseados em Pilates atuam de forma benéfica na capacidade funcional e condição álgica – dor

– de pacientes acometidos por Lombalgia, especialmente do tipo crônica ou inespecífica. Neste sentido, o conjunto de técnicas atreladas à restauração funcional e à qualidade de vida mostrou-se significativo na maioria dos pacientes alocados, constatando, deste modo, a eficácia clínica do referido protocolo para atenuar as sintomatologias intrínsecas a quadros álgicos conhecidos ou desconhecidos no segmento lombar. Através dos achados encontrados, observou-se que os benefícios do Pilates para indivíduos com lombalgia foram: melhora dos níveis de estabilidade postural, o que implica diretamente na capacidade de controle do movimento; ganho de força muscular pós-intervenção com equipamentos, especialmente da musculatura posterior da coluna vertebral; melhora na amplitude de movimento e na dor, assim como houve efeitos positivos na espessura de músculos posturais e no alinhamento de ombros e quadris, entre outros. Fica claro, pois, que a aplicação de terapias neuromusculares, como o Pilates, isoladamente ou paralelamente a outros tipos de exercícios, configura-se como um plano terapêutico exitoso para maximizar de maneira geral o bem-estar físico do sujeito com dor lombar.

REFERÊNCIAS

- ELIKS, Malgorzata; ZGORZALEWICZ-STACHOWIAK, Malgorzata; ZÉNCZAK-PRAGA, Krystyna. Aplicação de exercícios baseados em Pilates no tratamento da lombalgia crônica inespecífica: estado da arte. **Revista Médica, Polônia**, v. 95, n. 11, p. 41 – 45, jan. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30636192/>. Acesso em: 25 Mar. 2022.
- HOFFMAN, Jonathan; GABEL, Philip. As origens dos métodos ocidentais de exercícios mente-corpo. **Revista de Fisioterapia, Israel**, v. 20, n. 6, p. 315 – 324, nov. 2017. Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5022134/?report=reader#__ffn_sectitle. Acesso em: 11 Jun. 2022.
- MEUCCI, Rodrigo Dalke; PERCEVAL, Aline Henriques; LIMA, Daniel Ramos de; EWERTON, Primo; MARMITT, Luana Patrícia; PIZZATO, Paula; SILVA, Priscila Arruda; JESIEN, Stephanie; CESAR, Juraci Almeida. Ocorrência de dor combinada na coluna lombar, cintura pélvica e sínfise púbica em gestantes do extremo sul do Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio Grande/RS, v. 23, n. 2, p. 1 – 7, jun. 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32491051/>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- SADLER, Sean; CASSIDY, Samuel; PETERSON, Benjamin; SPINK, Martin; CHUTER, Vivienne. Função do músculo glúteo médio em pessoas com e sem dor lombar: uma revisão sistemática. **Distúrbio Musculoesquelético BMC**, Austrália, v. 20, n. 1, p. 463 – 470, out. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31638962/>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- WILL, Joshua Scott; BURY, David; MILLER, John. Dor lombar mecânica. **Am. Fam. Med**, Estados Unidos, v. 98, n. 7, p. 421 – 428, out. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30252425/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LETRAS

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS COMO UMA CONSTANTE NA EDUCAÇÃO: UMA ABORDAGEM SOCIOINTERACIONISTA

Keoma Felipe Castro Lobão¹ (Aluno do Curso de Letras do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: keoma.lobao@fvj.br),
Renildo Franco da Silva² (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: renildo.franco@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

Esta pesquisa pretende expor os possíveis benefícios da instrumentalização das artes, sob uma perspectiva sociointeracionista da educação. Para isso, buscou-se demonstrar prós e contras das metodologias atuais, em contraste com as qualidades pedagógicas apresentadas pela arte e pelas estratégias de aprendizagem ativa. Para tanto, enfatiza-se através de autores como Aristóteles (1973), as competências que essa abordagem pode trabalhar, como os sentidos, a criatividade, o senso crítico, a sensibilidade, a desenvoltura e traquejo social, o talento e etc;

Palavras-chave: educação; sociointeracionismo; arte; metodologia; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação tradicional tem sido dominante no Brasil durante muitos anos, o que se deve ao fato de algumas instituições insistirem em mantê-la. Esta pesquisa partiu do pressuposto de que isso é problemático, tendo em vista que, à partir de vivências do pesquisador como discente, percebeu-se uma grande incidência de educadores que reclamavam do método tradicional, mas que mesmo assim utilizavam-no. Diante desse cenário, julgou-se necessário buscar entender tal fenômeno, e pensar em uma possível solução para ele.

Primeiramente, buscou-se analisar e compreender os resultados do método tradicional, objetivando entender se há validação nas críticas dos docentes. Por outro lado, também houve uma análise sobre o valor da arte enquanto instrumento docente, e suas contribuições em uma educação sociointeracionista. Foi exatamente essa ideia que levou à parte prática da pesquisa, onde professores foram entrevistados sobre o uso das artes em suas aulas, seus resultados, prós e contras, bem como outras observações.

MARCO TEÓRICO

O método tradicional predomina no ensino brasileiro, entretanto, aparentemente não tem uma eficácia tão satisfatória. Dados do INAF¹ demonstram que o índice de analfabetismo funcional no Brasil chegou a 8% entre 2017 e 2018, enquanto o índice de pessoas proficientes, nível considerado adequado, foi de 12%. À primeira vista tais resultados podem parecer bons, mas não quando se analisa os critérios do INAF, em que o nível proficiente é nada mais do que alguém que consegue elaborar textos complexos baseados em um dado contexto.

Além disso, o maior número de pessoas está no nível alfabetizado rudimentar, que conta com 37% dos pesquisados. Segundo os critérios de divisão, esse nível compreende pessoas que são capazes de localizar informações explícitas. Ou seja, quando se entende que a

maioria das pessoas se limita a uma competência tão básica, nota-se que de fato há um problema.

Freire (*apud* Mizukami, 1986, p.10) criticava o método tradicional, tratando-o como uma “educação bancária”, onde o professor apenas “deposita” os conhecimentos na cabeça dos seus alunos. Considera ainda esse tipo de educação de cunho “catequético”, cujo caráter alienador dispõe de processos metódicos minuciosos, rígidos e repetitivos, em um tom inquestionável que beira o sacramental.

Todas essas afirmações estão em consonância com o pensamento de Saviani (1992), que trazendo o contexto da criação desse método, segundo ele, um momento de consolidação do poder burguês, naturalmente se estabelecerá entre aluno e professor uma relação comparável à de empregado e patrão, respectivamente. E de fato a chamada educação tradicional surgiu para suprir as demandas da revolução industrial, no início do século XVII, que carecia de mão de obra rápida. (RODRIGUES, 2019)

Segundo Aristóteles (1973) a arte é composta por “mímese”, do grego, representação, e por isso teria grande valor para o ensino. Ainda conforme o que ele afirma, desde a infância tudo o que se aprende vem da observação e assimilação dos exemplos, sendo esse um processo natural dos seres humanos, e por isso a arte é educativa.

Vygotsky (2009) enfatiza o valor moral da arte e sua utilidade na capacidade de lidar com conflitos internos, enquanto Glasser (2001) afirma que o ser humano é propenso à busca pelo conhecimento através de cinco estímulos, visão, audição, leitura, interação e prática. Nessa teoria, ele demonstra que a aprendizagem ativa, composta por interação e prática, tem resultados melhores do que as demais formas de aprendizado.

METODOLOGIA

Esse estudo é uma pesquisa bibliográfica e de campo, que investigou uma população de dez professores na escola Porto Gonçalves, situado em Aracati-CE, dos quais apenas quatro responderam. A pesquisa é de abordagem qualitativa, que considera a dinâmica entre mundo e sujeito, considerando tanto a realidade quanto o sujeito que a analisa como objetos móveis e subjetivos. (CHIZZOTTI, 1995)

Foi aplicado um questionário com cinco perguntas, que objetivaram compreender as opiniões dos respondentes a respeito do uso das artes como meios pedagógicos. Com o intuito de resguardar a instituição e seus profissionais, foram usados nomes fictícios para ambos, sendo os educadores nomeados como A, B, C e D na ordem em que responderam o questionário.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este tópico apresenta as discussões decorrentes dos resultados das indagações presentes no questionário. As perguntas iniciais buscaram saber se os professores já haviam utilizado as artes como instrumento didático antes, e qual o feedback dos educandos em relação a isso. Os entrevistados responderam todos que sim, e contaram que suas experiências foram excelentes, e que os alunos gostaram muito delas. Alguns relataram que utilizavam aulas com as dinâmicas artísticas como uma espécie de prêmio, de tanto que seus alunos gostam.

O terceiro questionamento indagou sobre a incidência de outros professores em aplicar a mesma abordagem. Os respondentes mais uma vez entraram em concórdia, pois disseram que viam com pouca ou nenhuma frequência seus colegas aplicando esse recurso.

Citaram também os problemas que poderiam ser a causa para isso, como a falta de recursos e infraestrutura, o desinteresse de alguns educandos, a carga horária sufocante, dentre outros. Apenas o professor B teve uma observação diferente dos demais: *“Por aqui onde leciono parece-me haver pouca preocupação com o lúdico. A maioria dos professores apenas empurra o conteúdo sem de algum modo tentar torná-lo mais agradável.”*

A quarta pergunta procurava entender a opinião dos docentes sobre a valorização das artes na educação brasileira. Como resposta todos afirmaram que ela não recebia a atenção que deveria, mas que isso provavelmente já está enraizado na sociedade, pois as pessoas vêm a arte como mero entretenimento, e apenas isso. Seria necessário segundo alguns deles, uma mudança que conscientizasse as pessoas do valor moral e pedagógico das artes.

A quinta e última pergunta indagava aos entrevistados se eles viam como necessário o uso das artes na educação. Todos disseram que sim, e que as artes traziam grande contribuição para o processo educacional, destacando o fascínio que ela produz nos alunos, bem como sua contribuição para a formação deles.

Alguns autores também foram citados em colaboração com as falas dos respondentes. Porcher (1982) afirma que a arte colabora na construção da personalidade e intelectualidade dos educandos. Boal (2011) enfatiza a constante prática teatral leva a discussões que trazem à sociedade importantes reflexões. Enquanto Oliveira e Stoltz (2010) complementam trazendo a capacidade motivadora do teatro, e as habilidades que ele trabalha.

Como conclusão, entendeu-se que apesar das artes serem vistas com bons olhos por alguns profissionais da educação, e de ajudar no processo de ensino-aprendizagem, muitos são os fatores negativos que contribuem para o negligenciamento dela nas escolas. Desde a falta de material para a realização das dinâmicas artísticas, até um desenho curricular que os prende a uma rotina cansativa, muita coisa desmotiva e impossibilita os educadores a realizar esse trabalho.

REFERÊNCIAS

ASPECTUM. **O que é e como funciona a pirâmide de aprendizagem de William Glasser?**

Novembro de 2019. Disponível em:

<https://aspectum.com.br/blog/piramide-de-aprendizagem-de-william-glasser>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ARAÚJO, L. C. Concepções do lúdico, in: **O lúdico no ensino/aprendizagem de língua portuguesa**. Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011.

ARISTÓTELES. **Poética**. São Paulo: Abril cultural, 1973. (Col. Os pensadores)

BARBOSA, A. M. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, pp. 170-182, 1989. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.scielo.br/j/ea/a/yvtmjR7MGvYKjPDGPgqBv6J/%3Flang%3Dpt&ved=2ahUKEwjU0drq4N_6AhVcr5UCHXYMC3YQFnoECG8QAQ&usg=AOvVaw0DUUpATXVsoZtW9RKOW8r2E. Acesso em: 14 de out. 2022.

BARROS, A; LEHFELD, A. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

APRENDER NO CONTEXTO PÓS PANDÊMIA: METODOLOGIA DE EAD DE LÍNGUA PORTUGUESA EMERGENCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lara Francelí Lima Gondim¹ Aluna do curso de Letras do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lara.gondim@fvj.br,
Renildo Franco da Silva² (Orientador- Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Renildo Franco da Silva, e-mail: renildo.franco@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O estudo é baseado na vivência docente dos profissionais de Letras atuando no Ensino Médio na instituição de ensino E. E. M. Bento Costa, buscando compreender a realidade vivida antes, durante e após pandemia, refletindo os desafios, falhas e êxitos e o que perdurou no ensino após a pandemia. Com a ajuda de um questionário enviado aos educadores pôde-se obter os dados para a análise e discussão do assunto. O estudo também contou com o embasamento teórico dos autores: Dewey (1979), Silva e Correa (2014), De Paula Belo (2021), Corradin e Mizukami (2013). Foram identificados durante a análise as dificuldades do professor para se adaptar ao ensino remoto, a ausência da participação dos discentes durante as aulas e o quanto a tecnologia foi importante para que o ano letivo fosse contínuo mesmo em meio ao isolamento social.

Palavras-chave: docente; ensino remoto; adaptação; pandemia.

INTRODUÇÃO

O estudo busca transparecer a experiência vivida pelos professores de Língua Portuguesa da instituição de nome fictício EEM Bento Costa, frente a pandemia e as adaptações que o âmbito educacional precisou criar para dar continuidade ao ano letivo sem que os alunos fossem prejudicados, tem como objetivo também analisar o que permaneceu quando as aulas presenciais retornaram, partindo da seguinte problemática: Como se deu o processo de adaptação do professor de Língua Portuguesa quando houve a necessidade de inserir o método EAD emergencialmente, e o que perdurou no período pós pandêmico?

Mesmo que o método EAD fosse bastante utilizado em diversas esferas do ensino, porém ainda não tinha sido colocado em prática na educação básica e precisou ser implementado emergencialmente devido aos decretos de isolamento social com o objetivo de priorizar a diminuição do contágio do vírus Covid-19. Foi enviado um questionário aos professores da instituição através do Google Formulários, mantendo a identidade preservada com o intuito apenas de extrair dados.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar os efeitos causados pelo ensino remoto de Língua Portuguesa refletidos na educação do ponto de vista docente, além disso, busca-se compreender a realidade do docente que se adaptou a um método de ensino que não era utilizado com frequência; identificar as possíveis falhas e êxitos no ensino a distância da Língua Portuguesa e entender a importância do uso da tecnologia na educação e seus benefícios para o docente. A contribuição dos autores Dewey (1979), Silva (2014), Franco (2012), Corradini (2013) e Mynayo (2002) foi de suma importância para o embasamento teórico deste estudo.

PANDEMIA E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO EM CONTEXTO PANDÊMICO E PÓS PANDEMICO

O estudo busca compreender a realidade do docente que precisou se adaptar a uma metodologia de ensino que não era utilizada na esfera da educação básica, mas que passou a ser necessária, pois com a chegada da pandemia no Brasil e os decretos de isolamento, utilizar o ensino remoto como ferramenta fora o único recurso capaz de fazer com que os discentes não perdessem o ano letivo. Silva e Correa (2014) dissertam que a educação era constituída por uma metodologia tradicional com recursos consideravelmente arcaicos, considerando a modernidade do século XXI. E assim prevaleceu até a necessidade emergencial de utilizar o método de ensino a distância.

Dewey (1979) afirma que cada ambiente tem seus hábitos e convém ao indivíduo conviver e compartilhar essa vivência onde eles sentirem que devem estar, todavia, o ambiente escolar sempre será um exemplo típico, preparado sobretudo para inspirar uma direção mental e moral das pessoas que frequentam. Alunos e professores tiveram que adaptar seu ambiente residencial para torna-lo um abstrato escolar e inserir nele também as atividades que habitualmente eram feitas dentro das instituições de ensino, e essa fora uma das dificuldades durante esse processo de adaptação.

Buscou-se também entender na pesquisa os benefícios que a tecnologia trouxe para a educação no período atual após o retorno das aulas considerando que os docentes aprenderam a utilizar plataformas que facilitam o trabalho que sempre estiveram disponíveis, mas que só foram difusas no período pandêmico. Corradini e Mizukami (2013) alegam que as tecnologias, sendo utilizadas única e exclusivamente para o lazer, perdem a eficácia no que se refere ao propósito de educar e acabam por se tornar antagônicas à educação, à medida que se transformam em alienadores. Trazendo a reflexão de que as instituições tornavam a tecnologia um tabu para os discentes, antes de haver a necessidade de implementar como único recurso capaz de dar continuidade ao ensino.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e de campo. O recurso utilizado para realizar a pesquisa foi o questionário, segundo Demo *apud* Minayo (2002), o pesquisador em seu dever de descobrir precisa questionar através desses questionamentos estimular a criatividade e o conhecimento. Delimitando seu campo de pesquisa é possível se conectar com a realidade daquele meio e, acima de tudo, se identificar com o tema da pesquisa. O questionário fora aplicado através do Google Formulários, plataforma que emite formulários que podem ser compartilhados através de *links* onde cada participante pode expor sua opinião, todavia, sem comprometer sua identidade, pois foram usados nomes fictícios para caracterizar cada docente que respondeu o questionário, a população fora de 15 pessoas e a amostra 8 pessoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram elaboradas 5 questões dissertativas voltadas para o docente, para entender a realidade do ensino a partir da sua percepção, na primeira questão o pesquisador interrogou se os professores faziam uso do laboratório de informática antes da pandemia. A maioria deles respondeu que não, de 8 pessoas apenas 3 faziam uso e uma delas raramente. Notou-se que de

fato a realidade da educação na instituição não era próxima da tecnologia, mesmo a instituição promovendo os recursos para o uso.

A segunda questão pede para que os respondentes dissertem sobre quais dificuldades eles passaram durante a transição do ensino presencial para o ensino remoto. Mais da metade dos educadores relataram que tiveram dificuldades para aprender a utilizar as plataformas, outros citam que a ausência de formação implicou diretamente nesse processo de adaptação. Um dos docentes relata que a falta de participação dos alunos dificultou mais ainda. Na questão 3 a pesquisadora pede para que os docentes reflitam quanto ao aproveitamento de conteúdo dos alunos, quais foram os pontos positivos e negativos, a maioria citou pontos negativos dissertando que a adesão a aprendizagem foi baixa e que os alunos não participavam das aulas, e que retornaram à instituição mais preguiçosos.

A 4ª questão pede que os professores citem as plataformas mais utilizadas durante o ensino remoto, a maioria citou o *Google Meet*, metade deles citou o *Kahoot*, e 3 deles citaram o *Jamboard*, esses foram os mais utilizados. Na 5ª e última questão foi perguntado se os docentes ainda faziam uso de alguma plataforma que aprenderam a utilizar durante a pandemia e se eles acham que a tecnologia trouxe benefícios para a educação. Em unanimidade todos citam alguma plataforma que ainda utilizam mesmo após o retorno das aulas presenciais, já para a 2ª questão apenas professores não concordam que a tecnologia foi benéfica para a educação, todavia intriga com as ideias pois cita uma plataforma que ainda faz uso.

CONCLUSÕES

É fato que a tecnologia contribuiu positivamente para dar continuidade ao ano letivo e não deixar os docentes no prejuízo quanto a sua formação na educação básica, todavia o contexto inserido de ter que aplicar o método EAD emergencialmente afetou diretamente os professores, pois a maioria citou de que teve dificuldades pois não tiveram formação para fazer uso dos recursos tecnológicos, o peso dessa ausência recai também para as instituições de ensino que afastam tanto o docente quanto o discente da tecnologia, espera-se que os impactos refletidos no período atual tenha feito com que as instituições repensem sobre a aproximação da educação com a tecnologia. Silva e Correa (2014) quando dizem que “as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica de 13 de julho de 2010, já previa o uso dessas tecnologias como recurso pedagógico e tentava assegurar a presença das TICs no currículo escolar”. Esse uso data de 2010 nas diretrizes curriculares, todavia a realidade encontrada através da pesquisa é bem diferente.

Também fora concluído que a tecnologia ainda permeia o cotidiano dos educadores, pois mesmo após o retorno das aulas presenciais todos ainda fazem uso de alguma plataforma que aprenderam a utilizar durante a pandemia, pode-se observar que a reverberação das plataformas é um grande passo para a educação, pois o uso delas facilita o fazer docente. No que concerne ao aprendizado dos alunos o resultado não fora positivo, pelo contrário foi impactado diretamente pois além das circunstâncias não serem boas, os alunos estavam dispersos e com a opção de “desligar a câmera” não participavam da aula e como resultado o aprendizado e aproveitamento de conteúdo foi baixo, isso implica diretamente na produtividade do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

CORRADINI, S. N.; MIZUKAMI, M. G. N. Práticas pedagógicas e o uso da informática. **Revista Exitus**, v. 3, n. 2, p. 85-92, 2013.

DEWEY, J. Democracia e educação. 4. ed. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1979, p.20.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 2002.

SILVA, R. F.; CORREA, E. S. Novas tecnologias e educação: a evolução do processo de ensino e aprendizagem na sociedade contemporânea. **Educação e Linguagem**, 2014, v. 1, n. 1, p. 23-25, 2014.

IMPLEMENTAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS DE APRENDIZAGEM PÓS-PANDEMIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Camila Moraes Araújo Matos¹ (Aluna do curso de Letras do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.camila@fvj.br)
Eudaizya Mateus Lins² (Orientador- Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe Eudaizya Mateus Lins, e-mail: eud)

RESUMO

Este documento foi elaborado com base na vivência dentro do âmbito escolar durante o período da pandemia de Covid-19, tendo como local de observação escola de Ensino Fundamental do município de Icapuí. Observou-se as dificuldades enfrentadas pelo núcleo gestor, professores e alunos, diante da necessidade de implantação repentina do uso das novas tecnologias, especificamente o uso do aparelho celular. É importante ressaltar que o uso delas sempre dividiu opinião entre o corpo docente, porém, é unânime a preferência dos discentes quanto ao uso. O que sempre foi visto como “vilão” em escolas e seu acesso proibido com punições, ou às vezes até recolhido pelo professor no período de avaliações, agora é a ferramenta de solução para este enfrentamento. O estudo baseou-se em autores como Oliveira (2020), Pontes (2000), Ferreira (2014), Otsuka (2017) e Bonilla (2010). Foi utilizado um questionário afim de ouvir a opinião desde os pais/responsáveis ao núcleo gestor e identificar possíveis problemas de infraestrutura na escola para esta implementação.

Palavras-chave: pandemia; novas tecnologias; plataformas educacionais; educação.

INTRODUÇÃO

Considerando cenário, de volta as aulas pós-pandemia e partindo da vivência através dos estágios, observou-se os efeitos do processo de readaptação nas instituições de educação básica, na cidade de Icapuí-CE. Os alunos e professores se adaptaram ao uso das plataformas digitais de comunicação, esse movimento se deu através de celulares e computadores, ferramentas essenciais durante o ensino remoto. Por meio das quais as aulas aconteceram em tempo real, possibilitando um contato mesmo que distante, na busca por manter o contato, esclarecimento de dúvidas e promoção da interação dos alunos.

Nota-se que apesar do seu uso implantado de forma remota, as novas tecnologias foram essenciais como ferramenta pedagógica, garantindo que durante o afastamento físico da escola, o conteúdo fosse entregue da melhor forma possível. Com base na pesquisa realizada na escola municipal de Ensino Fundamental R.L.D, em Icapuí, notou-se que após o período de volta as aulas presenciais, a tecnologia na escola limitou-se novamente apenas aos grupos de conversas com os pais e alunos, usados apenas para repassar informações e tirar dúvidas. As situações destacadas foram relatadas por professores que participaram da pesquisa. Além disso, a circunstância acontece também em casa, quando o professor entra em um determinado assunto e pede aos alunos que façam uma pesquisa na internet, trazendo um resumo para ser discutido em sala de aula com os demais alunos, uma vez que a escola não dispõe de computadores suficientes para toda a turma.

Essa pesquisa foi citada pelo professor de linguagem como uma maneira de garantir que os alunos continuem usando as ferramentas digitais para fins pedagógicos, assim como era feito no período de pandemia, despertando desta maneira o interesse deles por outros

assuntos no meio virtual. Sendo essa já uma realidade de algumas instituições de ensino no Brasil, especificamente nas instituições públicas de ensino médio e ensino superior, que utilizam das plataformas digitais.

Com base na pesquisas realizadas na escola de ensino fundamental, na cidade de Icapuí, constatou-se que nem todos os alunos têm acesso direto ao uso do celular, e nesse caso, a escola deve ser responsável por garantir esse acesso, juntamente com os pais ou responsáveis.

OS DESAFIOS E A IMPORTANCIA DA TECNOLOGIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Os novos horizontes abertos pós-pandemia trazem a tecnologia como aliada, está se tornou essencial após o momento vivido. Esse legado foi deixado pelas medidas emergenciais, porém, é necessária a formação e capacitação dos professores e da escola para a inserção dessas novas tecnologias (OLIVEIRA, V. H. N. 2020 p. 19–25)

A pandemia da COVID-19 vem mudando várias práticas educativas na educação básica. O principal objetivo é provocar discussão sobre os panoramas antes e durante e possíveis horizontes após a pandemia do novo corona vírus, na educação básica.

É de fundamental importância a garantia do aluno no acesso à internet dentro da escola, pois dadas as desigualdades sociais do Brasil, distintas realidades podem ser observadas no âmbito escolar. A escola possui internet via *wi-fi*, mas até os alunos e professores estarem familiarizados com a plataforma, é necessário que o município tenha um responsável pelo projeto, além de cursos de capacitação.

Os desafios que as novas tecnologias trazem, ocorre principalmente devido à falta de estrutura e capacitação das escolas da rede pública em geral. A tecnologia traz o modernismo que marca a sociedade atual, destacando sempre que são crianças e adolescentes, sendo inseridos cada vez mais cedo no mundo virtual. Trazer para a escola o que atrai esse público fora dela, usando sempre a favor da educação, é o principal objetivo desta pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, segundo afirma Godoy (1995) Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Foi utilizado o questionário, sendo aplicado via WhatsApp aos demais.

O questionário foi realizado com 12 pessoas entre alunos, professores, responsáveis e diretor. Também foi questionado a poder público da cidade na pessoa do vice-prefeito e vereador, porém, a resposta chegou após a conclusão desta pesquisa. A amostra foi realizada com 04 pessoas, sendo 01 representante de cada grupo que compõem a educação escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista foi realizada com os 04 grupos principais que juntos formam a educação, a opinião de todos expressa o quanto a internet tem contribuído de forma positiva na educação. Para as famílias o acesso a informações referentes a matrícula do aluno, garante que eles estejam sempre cientes e mantenham assim um controle maior mesmo em casa, pois, o acesso a esse conteúdo pode acontecer de qualquer lugar. Para os pais e responsáveis

ouvidos para esta pesquisa, a maior dificuldade encontrada é o acesso á escola, pois essas informações são disponibilizadas nas reuniões de pais que acontecem no final de cada bimestre.

Para os alunos do 9º ouvidos para esta pesquisa a grande preocupação é quando sair do Ensino Fundamental para ingressar na rede estadual por exemplo, especificamente na escola técnica que foi inaugurada neste ano de 2022 na cidade de Icapuí, sendo onde a grande maioria dos alunos da rede municipal tem interesse em cursar o ensino médio e técnico. Essa preocupação ocorre, pois, eles não conseguem ter na escola um acompanhamento completo em relação a tecnologia no modo geral. Ou seja, sobre ferramentas que podem ser utilizadas para a produção de trabalhos e eventuais necessidades que possa surgir diante do novo ambiente escolar onde serão integrados.

A maioria cita a importância de ter sempre acesso as informações de matrícula, pois, ao se aproximar o final do ano letivo, que é quando os alunos começam a se organizar com as notas para saber quanto falta em cada matéria. A praticidade de ter uma plataforma especializada contendo essas informações sendo acessadas de qualquer lugar nos aparelhos moveis e na escola com os computadores dela.

As atividades e conteúdo que podem ser disponibilizados, uma vez que a escola não possui material para aplicação em sala de aula, quando as aulas aconteciam no modo remoto, vídeos e páginas da “web” era disponibilizados nos grupos. Com base no material audiovisual foi possível planejar executar aulas dinâmicas e que despertassem o interesse dos alunos. Atualmente os professores entrevistados citam que iniciam alguma discursão sobre determinado conteúdo e pedem para que os alunos em casa façam uma pesquisa, nesse momento que o laboratório de informática seria o local ideal.

As plataformas digitais apresentadas ao público entrevistado foi o AVA e todas as ferramentas que ela pode oferecer, diante do que foi apresentado a resposta foi positiva. Abrindo discursões sobre como a tecnologia foi importante no período das aulas remotas e quanto garantir que ela continue sendo cada vez mais inserida na educação, pois, para o educador trata-se de algo que pode abrir ainda mais os horizontes educacionais. Ou seja, com os recursos disponibilizados além de utilizar o audiovisual como já citado, o professor poderá incluir jogos interativos, leituras na biblioteca virtual e as pesquisas que no momento só são possíveis em casa.

CONCLUSÕES

Igualmente no mundo digital é longo, mas é necessário. As plataformas digitais inseridas agora neste contexto pós-pandemia, é a garantia de não regredir tecnologicamente, seus inúmeros benefícios atingem todo o contexto escolar, desde os alunos e seus responsáveis ao núcleo gestor e professores. A ideia é que a escola esteja buscando o conhecimento tecnológico e insira o aluno no mesmo, uma vez que a tecnologia já faz parte do dia a dia da maioria das crianças e adolescentes.

E para os que não possuem acesso à internet em casa, a escola junto ao governo municipal, deve garantir um ambiente dentro dela, para que todos possam usufruir dos benefícios disponibilizados pelas plataformas digitais de ensino. O caminho a ser percorrido para que todas as escolas da rede pública estejam inseridas.

REFERÊNCIAS

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **In Revista de Administração de Empresas**, v.35, n.2, mar./abr. 1995.

OLIVEIRA, V. H. N. O. **“O papel da Geografia diante da pandemia da COVID-19”**. Boletim de Conjuntura (BOCA), vol. 3, n. 7, 2020.

NUTRIÇÃO

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM LACTANTES USUÁRIAS DO AMBULATÓRIO DE UMA MATERNIDADE NO INTERIOR DO CEARÁ

**Bruna Fonseca Regis¹ (aluna do Curso de Nutrição da Unijaguaripe - Centro
Universitário do Vale Do Jaguaribe, 2022, e-mail: bruna.fonseca@fvj.br),
Orientadora: Ma. Cristiane Souto Almeida² (Professora do curso de Nutrição, Mestre
em Saúde Coletiva e Esp. Em Nutrição Materno Infantil e Fitoterapia da Faculdade do
Vale do Jaguaribe. Orientadora da Pesquisa, e-mail: cristiane.souto@fvj.br).**

RESUMO

A amamentação é a maneira mais adequada de alimentar o bebê. Devido o leite materno possuir a composição adequada as necessidades do recém-nascido, a OMS recomenda sua oferta de forma exclusiva até o sexto mês de vida, e posteriormente a inserção de novos alimentos com a intenção de complementar a alimentação da criança e não a substituir. Apesar dos inúmeros benefícios proporcionados pelo aleitamento materno, é comum o desmame precoce ou a oferta de outros alimentos ao invés do leite humano, assim, faz-se necessário que os profissionais da saúde desenvolvam constantemente ações de educação alimentar e nutricional com gestantes e nutrizes visando o incentivo a prática da amamentação. Assim, nesse presente artigo será apresentado o processo de produção de um material educativo para orientação acerca do aleitamento materno para as lactantes, tendo como base teórica o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos e o Caderno de Atenção Básica, nº 23 - Saúde da Criança: Aleitamento Materno e Alimentação Complementar com intuito de oferecer suporte a ações com essa temática no âmbito público.

Palavras-chave: aleitamento materno; educação alimentar e nutricional; nutriz.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é a maneira mais ideal de nutrir os neonatos, devido sua capacidade de promover o crescimento e desenvolvimento adequado da criança. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a amamentação deve ser ofertada de forma exclusiva até o sexto mês do lactente e posteriormente em conjunto com outros alimentos, sendo mantido o aleitamento materno complementar até os 24 meses de vida ou mais (RAMINELLI; HAHN, 2019). Apesar dos inúmeros benefícios para a lactante e o lactente, a amamentação não é uma tarefa fácil, ela engloba diversas problemáticas, sejam de natureza biológica, psíquica ou sociocultural. Assim, se faz necessário que a mãe seja orientada sobre o processo de lactação o quanto antes, tendo o início desde o pré-natal, com o objetivo de facilitar a melhor compreensão acerca da importância e incentivá-la a continuar persistindo com essa prática (SOUSA et al, 2021). É papel do nutricionista desenvolver ações para contribuir que os indivíduos de todas as idades tenham acesso ao direito humano de uma alimentação adequada. É fundamental que ele tenha pleno conhecimento sobre a amamentação, dominando as técnicas e os meios de prevenção e tratamento a eventuais complicações acarretadas por essa prática. Desse modo, o profissional nutricionista é capaz de empoderar a mãe através do incentivo ao aleitamento materno (NASCIMENTO et al, 2022). Diante do exposto acima, observa-se que se fazem necessários estudos que promovam ações de educação alimentar e nutricional com mães acerca da amamentação, o que justifica a importância da temática

escolhida, devido aos benefícios que o aleitamento promove as crianças, as mães, a sociedade e ao ecossistema. Dessa maneira, o objetivo deste estudo foi desenvolver um material educativo para alertar as lactantes usuárias do ambulatório de uma maternidade no interior do Ceará sobre a importância do aleitamento materno.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de um artigo científico, do tipo qualitativo, com natureza de desenvolvimento experimental, que se propõe a descrever o processo de produção de um material didático para ações de Educação Alimentar e Nutricional voltado para as mães dos lactentes atendidos em uma maternidade do interior do Ceará. A referida maternidade tem abrangência regional para a Rede Materno Infantil, contemplando assistência ao parto de mulheres de 4 municípios da Região do Litoral Leste/Jaguaribe. Decidiu-se realizar a confecção de um material educativo com a finalidade de dar suporte às ações de educação alimentar e nutricional sobre a amamentação e disponibilizar informações às mães dos lactentes acompanhados pela unidade, para que as mesmas compreendam a importância do aleitamento e sanem suas dúvidas sobre o assunto. Em relação aos procedimentos adotados para o desenvolvimento do material, tratou-se de uma pesquisa metodológica desenvolvida em três etapas: a) levantamento bibliográfico; b) construção da cartilha informativa; c) decisão sobre a formatação adequada da cartilha. Com intenção de verificar a eficiência do material produzido, foi realizado um pré-teste com um grupo de mães atendidas na maternidade na qual a pesquisadora estava sob supervisão de estágio.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A versão final da cartilha recebeu o título de “Amamentação: um ato de amor e cuidado”, com o intuito de simbolizar os diversos benefícios do AM e o fortalecimento do vínculo mãe-filho que ele proporciona (SOUSA et al, 2021). Para que a leitura do material não se torne cansativa visualmente, definiu-se uma paleta de cores claras e neutras. O material final obteve 10 folhas no total, sendo essas a capa e 9 páginas. Após a finalização da produção da cartilha, foram impressas algumas cópias para serem distribuídas às mães na ação do estudo piloto e nas demais ações desenvolvidas pela maternidade. Também foi disponibilizado o arquivo do material, para que conforme a necessidade a unidade pudesse imprimir mais cópias para serem distribuídas. Embora o leite materno seja um alimento inigualável e proporcionar inúmeros benefícios para a mulher e para a criança, a taxa de amamentação na América ainda é baixa, no começo é quase unânime a criança ser alimentada com o leite materno, porém o período da oferta de maneira exclusiva na maioria dos casos é curto. Tendo em consideração o Brasil, é lamentável constatar que embora seja empenhado esforço nacional e internacional para o incentivo ao AM, os índices estão distantes do que se é almejado, é ainda mais preocupante quando se leva em conta a amamentação de forma exclusiva (SILVA; BASTOS; PIMENTEL, 2019). Diante da importância do aleitamento e das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que amamentam, é fundamental que o nutricionista realize ações que contribuam com a promoção, a proteção e o apoio a essa prática. Assim, é atribuição do nutricionista planejar e desenvolver ações e intervenções com o intuito de normalizar e regulamentar amamentação, além de empoderar as nutrizes, visto que ele é o profissional capacitado a auxiliar na formação de hábitos alimentares adequados para a criança e seus familiares de maneira plena e constante (NUNES et al, 2019). Nessa circunstância, verifica-se a necessidade de confecção de materiais educativos para serem

utilizados em ações de Educação Alimentar e Nutricional tratando da amamentação, com propósito de dar suporte às nutrizes nessa fase tão marcante de suas vidas, assim evidenciando a relevância do presente trabalho.

CONCLUSÃO

O leite materno é a maneira mais ideal de nutrir o lactente, e embora amamentar seja uma prática natural, ela não é fácil, é um momento cercado por insegurança, dúvidas e dificuldades a serem enfrentadas pela lactante, que está passando por uma série de mudanças biopsicossociais. Dessa maneira, o seguinte trabalho almeja contribuir com a Atenção Primária à Saúde (APS), por meio da produção de um material educativo para ser utilizado nas ações de educação alimentar e nutricional, auxiliando na promoção e proteção do aleitamento materno e no empoderamento das nutrizes.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, Lorena; *et al.* Criação de cartilha sobre amamentação para a clínica escola de fisioterapia e nutrição. **Revista Universo Acadêmico/ISSN**, v. 33 n. 01, 2022. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2022/04/revista-universo-academico-v33-n01-artigo02.pdf>. Acesso em: 24 out. 2022.

NUNES, Andreia; SÁ, Guilherme; MOURA, Luana; MONTE, Thiago; ALMEIDA, Camila. Intervenções nutricionais para a promoção do aleitamento materno exclusivo. **Revista Uningá**, [s. l.], v. 56, n. 2, pág. 124–133, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/2828>. Acesso em: 8 nov. 2022.

RAMINELLI, Michele; HAHN, Siomara. Medicamentos na amamentação: quais as evidências?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 573-587, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2019.v24n2/573-587/>. Acesso em: 19 out. 2022.

SILVA, Ana; BASTOS, Rafael; PIMENTEL, Zilma. Desmame precoce: uma revisão sistemática. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 30, p. e1013, 31 ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e1013.2019>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SOUSA, Francisco; *et al.* Benefits of breastfeeding for women and newborns. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. e12710211208, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i2.11208. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11208>. Acesso em: 21 out. 2022.

ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES USUÁRIAS DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE NO INTERIOR DO CEARÁ

Dalila Cunha Andrade¹ (Aluna do Curso de Nutrição da Unijaguaripe Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: dalila.andrade@fvj.br)
Ma. Cristiane Souto Almeida² (Professora da Unijaguaripe Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: cristiane.souto@fjv.br)

RESUMO

Gestação é um período extenso tornando indispensáveis intervenções que garantam uma gravidez saudável. Estado nutricional apropriado antes e após a concepção é necessário para o desenvolvimento fetal e um consumo alimentar impróprio pode atrapalhar essa evolução. No decorrer das consultas de pré-natal é essencial orientações de hábitos de vida saudáveis e acompanhamento do estado nutricional. A relevância deste estudo se dá pela forte influência que a nutrição tem na saúde da grávida e no desenvolvimento fetal, objetiva avaliar o estado nutricional de gestantes atendidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de Itaiçaba-Ce. Foi aplicado um estudo de método indutivo, quantitativo e descritivo de corte transversal com 24 grávidas assistidas em 3 UBSs de Itaiçaba visando avaliar o estado nutricional pré-gestacional e gestacional. Foi constatado que 37,54% das voluntárias tinham a classificação de obesidade antes de engravidar e esse mesmo percentual se manteve durante a gestação. O IMC pré-gravídico de eutrofia era de 29,16% e 28,7% dessas mulheres durante a gravidez passaram para a classificação de sobrepeso ou obesidade. 66,6% da amostra analisada não recebeu orientações nutricionais e sobre amamentação. A maior parte das gestantes estudadas, apresentavam obesidade, um achado preocupante devido ao risco de desenvolver doenças crônicas, mostrando a relevância do acompanhamento nutricional individualizado com as gestantes da cidade de Itaiçaba, sendo necessária a implementação de políticas públicas de saúde que mudem tal cenário ao incentivar hábitos de vida saudáveis e mostrar a importância do estado nutricional pré-gestacional e sua influência durante e após a gestação.

Palavras-chaves: gestantes; atenção básica à saúde; estado nutricional; cuidado pré-natal; nutrição da gestante.

INTRODUÇÃO

A gestação é tida como uma prática de vida saudável, porém é também uma fase rodeada de expectativas, medos preocupações que são únicos na vida da mulher, vale enfatizar que o período gestacional é bem extenso, então se torna indispensável fazer intervenções para garantir uma gravidez saudável. Mulheres com estado nutricional apropriado no decurso da gestação tem viabilidade consideravelmente maior de ter filhos hígidos. Tem-se que o estado nutricional pré-gestacional e gestacional representam parâmetro expressivos do desenvolvimento da gravidez, visto que a evolução do feto decorre do ambiente uterino, que é um local benéfico quando existe a ingestão de nutrientes adequada pela mãe. O consumo alimentar impróprio contribui para acontecimento de uma série de problemas de saúde que podem vir acometer a gestante e o bebê. Quando a atenção é voltada para a mulher em casos da inadequação da oferta nutricional, sucede-se que aconteça restrição no oferecimento de nutrientes fundamentais para o crescimento fetal. O déficit de peso pré-

gestacional e o ganho de peso materno erradamente são relacionados ao baixo peso (BP) ao nascer, ao mesmo tempo em que o aumento de peso materno excessivo se torna um relevante fator de risco que pode desencadear várias doenças, entre elas a diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, macrosomia e possíveis complicações no parto, implicando na saúde do binômio mãe-filho. Deste modo, a relevância da pesquisa se dá pela forte influência que o estado nutricional tem na saúde da gestante e do desenvolvimento fetal, visto que essas mulheres que estão em fase reprodutiva algumas encontram-se com o estado antropométrico inadequado. O objetivo geral do presente estudo foi avaliar o estado nutricional de gestantes atendidas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) na cidade de Itaiçaba-Ce.

METODOLOGIA

Esta pesquisa teve como finalidade a realização de um estudo de método indutivo, quantitativo e descritivo de corte transversal com 24 gestantes usuárias de Unidades Básicas de Saúde situadas no município de Itaiçaba, Ceará. Foram incluídas as gestantes cadastradas e acompanhadas nas 3 UBS do município que frequentaram as consultas de pré-natal que ocorreram nos dias que se realizou as coletas de dados. Foram excluídas da pesquisa gestantes gemelares, com idade inferior a 19 anos e superior a 60 anos. Inicialmente foi aplicado um formulário de identificação para as voluntárias questionando o nome, idade e idade gestacional. Foi usado o peso aferido pela enfermeira durante a consulta pré-natal, o peso pré-gestacional e o estado nutricional atual da gestante foi o registrado na caderneta gestacional, e a altura autorreferida pela voluntária. Os dados coletados foram estruturados em uma tabela do programa Microsoft Excel® com posterior análise manual dos dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo de Da Veiga e Zemolin (2018), observou na amostra analisada que a maioria das grávidas antes da concepção estavam com sobrepeso (SB), achado que vai de encontro com o presente trabalho, onde 25% e 37,54% das voluntárias apresentavam SB e obesidade (OB), respectivamente. Esses resultados não se repetiram nos ensaios de Pereira e Wichmann (2016), Pacheco *et al.* (2020) e Pacheco *et al.* (2022), já que mais de 50% das grávidas observadas nas amostras tinham como classificação pré-gestacional a eutrofia (E), diferentemente das mulheres de Itaiçaba-Ce, onde somente 29,16% eram eutróficas. Esse achado é preocupante, o estudo evidenciou que a grande maioria das mulheres que iniciaram a gestação com desvios nutricionais o mantiveram no decorrer dela. O SISVAN (2020), que entrevistou 81.753 gestantes cearenses, denunciou que 24,2% dessas mulheres estavam com OB, a pesquisa realizada em Itaiçaba, no interior do mesmo estado, apontou que a prevalência da obesidade entre as grávidas assistidas nas UBSs foi maior que a média estadual, 37,5%. Em relação as outras classificações de estados nutricionais, o SB teve a prevalência de 33,34% nas mulheres analisadas, o trabalho de Da Veiga e Zemolin (2018) mostrou uma menor incidência, somente 28% das gestantes tinham SB. 8,3% das voluntárias estavam com baixo peso, valor abaixo da média da região nordeste, SISVAN (2020) evidenciou que 15,2% das nordestinas gestantes eram classificadas com BP, e ao olhar mais especificamente do estado do Ceará, 12%. O achado mais preocupante realizado no presente estudo foi quanto a classificação nutricional de adequado (A) das gestantes, uma vez que só 20,8% de toda a amostra levava essa classificação, Ao ampliar o olhar para o Brasil, a pesquisa do SISVAN (2020) realizada com 892.980 mulheres adultas grávidas acompanhadas na atenção primária no mesmo ano evidenciou que 32,3% estavam com Índice de Massa Corporal (IMC)

adequado, a mesma pesquisa que também estudou o estado nutricional por regiões do Brasil, evidenciou que no nordeste 38% das gestantes estavam com o IMC adequado e no Ceará 31,9%. As mulheres de Itaiçaba estão abaixo da média nacional, regional, estadual e de outros estudos equivalentes. As voluntárias do presente estudo foram questionadas quanto ao recebimento de orientação nutricional voltada para gestação e para amamentação no pós-parto, 66,6% relataram que até aquele momento não tinham recebido, dado diferente do observado no trabalho de Pacheco *et al.* (2020), que evidenciou que mais da metade das gestantes, mais precisamente 71,3%, receberam informações sobre uma alimentação balanceada e adequada.

CONCLUSÃO

Constatou-se que a maior parte das gestantes estudadas, apresentavam obesidade, o que torna assim preocupante, devido ao risco de desenvolver doenças crônicas, além disso, a mortalidade materna infantil e fetal. As gestantes apresentaram também obesidade tanto no período pré-gestacional, fator este preocupante, pois insere as gestantes no quadro nutricional de risco para o desenvolvimento de patologias e consequências negativas para o bebê e a própria saúde materna. Este cenário mostra a necessidade do cumprimento das políticas públicas nutricionais na estratégia da assistência pré-natal, que orientem a importância da orientação nutricional, estado antropométrico antes e após a concepção, incentivando hábitos de vida saudáveis entre as mulheres com intuito prevenir doenças e agravos entre a mãe e o bebê.

REFERÊNCIAS

- DA VEIGA, C. J.; ZEMOLIN, G. P. Estado Nutricional de Gestantes Atendidas em Unidades Básicas de Saúde de Erechim, RS. **Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 14, n. 26, p. 156- 168, maio. 2018. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_026/artigos/pdf/Artigo_13.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022.
- PACHECO, C. R. *et al.* Estado Nutricional e Condições Socioeconômicas de Gestantes Atendidas em uma Unidade de Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública de Mato Grosso do Sul**, v. 3, n. 1, p. 41-54. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/90-Texto%20do%20artigo-823-1-10-20201230.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- PACHECO, J. G. *et al.* Estado nutricional e hábitos alimentares de gestantes de uma comunidade socialmente vulnerável. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 7, p. 50253-50266. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/50077/pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.
- PEREIRA, V.; WICHMANN, F. Estado Nutricional Materno e peso ao nascer do bebê no Município de Candelária RS. **Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção a Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 4, p. 22-26. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/8154-Texto%20do%20Artigo-37509-1-10-20161017.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2022.
- Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN: Relatórios Públicos do Sisvan. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020.

ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES ADULTOS SUBMETIDOS AO TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO

Géssica Nogueira Da Silva¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: gessica.silva@fvj.br),
Cristiane Souto Almeida² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: Cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO

O câncer é um conjunto de mais de 100 doenças, que se caracteriza como crescimento anormal e desordenado das células, que podem causar a formação de massas de tecidos, resultando na formação do tumor. O câncer é um dos mais prevalentes problemas de saúde pública no Brasil e no mundo e está entre as quatro principais causas de mortalidade. No Brasil existe uma estimativa para cada ano do triênio 2020-2022 a ocorrência de 625 mil casos novos de câncer (INCA, 2020). A quimioterapia é um dos recursos terapêuticos que podem ser indicados para o tratamento neoplásico. Os agentes quimioterápicos iram atuar de forma não específica, causando danos tanto as células malignas quanto benignas. O tratamento quimioterápico tem feitos adversos significativos para a saúde e bem-estar dos pacientes, tendo com um dos principais efeitos/sintomas os relacionados ao sistema gastrointestinal, como: fadiga, vômito, diarreia, desnutrição, anemia, mucosite, disfagia e caquexia entre outros que resulta num déficit no estado nutricional, tem reflexo na aceitação do tratamento, nos resultados da terapia, qualidade de vida e alterações psicossociais dos pacientes. As neoplasias que mais podem causar insuficiência nutricional são aquelas que estão estabelecidas no trato gastrointestinal, regiões de cabeça, pescoço e no pulmão. Portanto, o acompanhamento nutricional adequado e constante durante todo o tratamento é de suma importância para manter o paciente em estado nutricional adequado e assim contribui para o bom andamento do tratamento.

Palavras-chave: estado nutricional; quimioterapia; qualidade de vida; nutrição; câncer; adulto; neoplasias.

INTRODUÇÃO

A palavra câncer é um termo global destinado ao um conjunto de mais de 100 doenças, que têm como característica principal o crescimento anormal e pela disseminação desordenada de células com alguma deformidade, que por sua vez, podem causar a formação de massas de tecidos, resultando na formação do tumor. Estas patologias podem ser classificadas com doença crônica não transmissível (INCA, 2020). A quimioterapia é um dos recursos terapêuticos que podem ser indicados para o tratamento neoplásico, constitui-se na utilização de substâncias químicas antitumorais, com o intuito de erradicar as neoplasias malignas. A maioria dos agentes quimioterápicos iram atuar de forma não específica, causando danos tanto as células malignas quanto nas benignas do organismo. O tratamento é aplicado em ciclos periódicos, permitindo a reabilitação da medula óssea e da mucosa do trato gastrointestinal (VIEIRA, 2016).

Associado ao tratamento quimioterápico estão os efeitos adversos que acometem os pacientes durante todo o tratamento antineoplásico, tendo com um dos principais efeitos/sintomas os relacionados ao sistema gastrointestinal que resulta num déficit no estado

nutricional. A intervenção quimioterápica pode provocar fadiga, vômito, diarreia, desnutrição, anemia, mucosite, disfagia e caquexia, entre outros, que iram prejudicar diretamente a qualidade de vida e a aceitação do tratamento (MONTEIRO e FONTES, 2022).

O estado nutricional de paciente oncológico pode sofrer graves instabilidades das mudanças subsequentes a aparição do tumor e do tratamento quimioterápico. Os efeitos adversos apresentados no trato gastrointestinal são relatados frequentemente durante o tratamento antineoplásico. Via de regra, as neoplasias que mais podem causar insuficiência nutricional são aquelas que estão estabelecidas ao trato gastrointestinal, regiões de cabeça, pescoço e no pulmão (INCA, 2015).

Pacientes submetidos ao tratamento quimioterápico que desenvolve perda de peso significativa tem maior instabilidade na resposta terapêutica do que pacientes com peso estável. A toxicidade pode ser aumentada pela desnutrição ou perda de peso não desejado, resultando em manifestações adversa, possível não aceitação quimioterápica, perda da qualidade de vida e elevando o de níveis de mortalidade (GOMES e MAIO). 2015). A desnutrição calórica e proteica é um dos efeitos indesejados ocorrido frequentemente em paciente oncológico e pode ser resultante do crescimento da demanda nutricional causada pelas necessidades do tumor, do desequilíbrio metabólico e pelo tratamento antineoplásico. Pacientes diagnosticados com neoplasias no trato gastrointestinal são mais predispostos a um déficit no estado nutricional e na diminuição da ingesta alimentar e/ou absorção de nutrientes e/ou utilização de nutrientes (GOMES; MAIO, 2015).

MARCO TEÓRICO

O câncer é um dos mais prevalentes problemas de saúde pública no Brasil e no mundo e está entre as quatro principais causas de mortalidade. No Brasil existe uma estimativa para cada ano do triênio 2020-2022 a ocorrência de 625 mil casos novos de câncer (INCA, 2020). As neoplasias que mais podem causar insuficiência nutricional são aquelas que estão estabelecidas no trato gastrointestinal, regiões de cabeça, pescoço e no pulmão. Portanto, o acompanhamento nutricional adequado e constante durante todo o tratamento é de suma importância para manter o paciente em estado nutricional adequado e assim contribui para o bom andamento do tratamento. A nutrição é um fator primordial para a qualidade de vida de todos os pacientes oncológicos em tratamento ou em remissão. A dietoterapia, além de promover a redução e a melhora dos efeitos adversos do câncer e do tratamento, da mesma forma tem como finalidade de contribuir para a recuperação ou manutenção do estado nutricional, promover um estilo alimentar adequado para cada indivíduo conforme as suas necessidades alimentares e para a prevenção de novos agravos nutricionais (INCA, 2016).

O acompanhamento nutricional de pacientes submetidos ao tratamento quimioterápico deve ser avaliado sobre dois relevantes aspectos: os efeitos adversos da toxicidade das drogas utilizadas sobre as células cancerígenas, bem como as influências dos impactos positivos e negativos sobre a qualidade de vida do paciente (MANSANO-SCHLOSSER; CEOLIM, 2012).

Profissional nutricionista é habilitado e capacitado para conduzir o tratamento terapêutico nutricional e realizar todo o acompanhamento nutricional desde a admissão até a sua alta nutricional, visando sempre as demandas nutricionais associadas ao caso clínico, monitorando frequentemente o seu estado nutricional, promovendo adequações nutricionais ao cotidiano do paciente, incentivando um consumo alimentar de qualidade e de quantidade adequada (BUONO et al, 2017).

Nota-se que o impacto do tratamento quimioterápico no estado nutricional e nos hábitos alimentares dos pacientes podem ter efeitos negativos, então, deve ser realizada uma terapia nutricional adequada proporcionando uma atenção individualizada para todos os aspectos e condições clínicas do paciente (INCA, 2016).

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de Revisão Literatura. As Revisões Literárias são estudos amplos, adequados para descrever e debater o desenvolvimento de um determinado tema, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Baseando-se nas análises de publicações científicas, na compreensão e análise crítica pessoal do autor. Em relação ao levantamento bibliográfico para a execução das buscas dos artigos científicos foi realizado a partir da pesquisa eletrônica na base de dados: Biblioteca Virtual em Saúde – BVS e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* – MedLine. As publicações utilizadas foram no período de 2012 a 2022.

Os termos utilizados para busca artigos utilizados foram: Estado Nutricional; Quimioterapia; Qualidade De Vida Nutrição; Câncer; Adulto; Neoplasias, e em inglês foram: Nutritional Status; Chemotherapy; Quality Of Life; Nutrition. Cancer; Adult; Neoplasms. A seleção dos artigos foi realizada a partir da leitura exploratória, considerando os artigos científicos publicados em periódicos ou revistas, em português e na língua estrangeira inglês. Serão excluídos os artigos que não atenderem os critérios de inclusão ou se apresentarem de modo repetido no levantamento realizado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os presentes estudos abordam pacientes oncológicos submetidos ao tratamento quimioterápico, esses indivíduos correm grandes riscos de desenvolver alterações metabólicas além do que já é apresentado pelo carcinoma maligno, também poderá apresentar efeitos adversos como: desnutrição, vômitos, náuseas, fadiga e anorexia e todos esses fatores têm influência negativa no estado nutricional, na qualidade de vida, na resposta terapêutica e na tolerância a toxicidade do tratamento (COLLING et al., 2012).

A avaliação prévia de pacientes oncológicos irá contribuir para evitar riscos de déficit nutricional. Métodos de avaliação nutricional devem ser aplicados no primeiro instante do diagnóstico do carcinoma maligno, com o objetivo de identificar e classificar precocemente possíveis pacientes que possam desenvolver desnutrição, essa classificação precoce irá contribuir para uma melhor decisão de utilização de terapia nutricional (COLLING et al., 2012).

A prevalência de pacientes com câncer que apresentam quadros de desnutrição é considerada alta, cerca de 40% a 80% dos pacientes são acometidos por esse quadro da doença. A desnutrição é um fator de risco mais elevado, dependendo do tipo de tumor e onde o tumor se localiza, como, por exemplo, na região da cabeça, pescoço, pulmão, esôfago, estômago, cólon, reto, fígado e pâncreas. O déficit no estado nutricional pode ocasionar uma maior toxicidade às drogas do tratamento, trazer complicações no pós-operatórias, e o agravamento dos efeitos adversos (COLLING et al., 2012). Paciente com carcinoma maligno pode apresentar caso de desnutrição em todo o decorrer da patologia. De 15 a 20% dos pacientes apresentam o quadro de déficit nutricional no momento do diagnóstico, cerca de 80 a 90% apresentam desnutrição nos estágios mais avançados de câncer. Os efeitos relacionados à desnutrição podem ocasionar quadros de caquexia

oncológica, caracterizada pela exacerbada perda de massa muscular esquelética de pacientes oncológicos e sarcopenia é a identificada como a perda de massa magra e de força (PASTORE et al., 2012). As drogas utilizadas no tratamento quimioterápico, por conta da sua toxicidade, consegue prejudicar diretamente a ingesta alimentar, afetando os hábitos alimentares individuais e traz alterações na percepção do gosto dos alimentos e pode aumentar a sensibilidade olfativa, pois no período em que as drogas usadas permanecem ativas no organismo, as células sensoriais do paladar e olfato podem passar por alterações. Essas modificações refletem na baixa ingestão alimentar e na diminuição do peso corporal (Andrade et al. 2019).

É indispensável o acompanhamento de um nutricionista durante e após o tratamento quimioterápico e uma boa estratégia de terapia nutricional em conjunto com o tratamento farmacológico pode minimizar e prevenir os sintomas resultantes da doença e do seu tratamento, contribuindo significativamente para a melhora da saúde e contribui para melhores resultados do tratamento. A utilização de estratégias de avaliação nutricional é essencial para determinar precocemente desequilíbrios nutricionais e buscar técnicas para restaurar ou manter o estado nutricional desses pacientes (CARVALHO et al. 2018).

Outras técnicas são essenciais para fazer o acompanhamento nutricional dos pacientes, como: A verificação dos parâmetros antropométricos e classificação pelo Índice de Massa Corporal (IMC) que irá contribuir para uma melhor avaliação do estado nutricional, analisar a composição corporal e um melhor entendimento da evolução do paciente (MIRANDA et al., 2012). A partir dos estudos revisados, foi visto que os pacientes oncológicos, submetidos ao tratamento quimioterápico, podem desenvolver carências nutricionais e necessitam de um acompanhamento do seu estado nutricional, dos agravos relacionados e a toxicidade do tratamento. É imprescindível a utilização de estratégias nutricionais, bem como acompanhamento com profissional nutricionista de forma regular, a fim de minimizar os efeitos adversos que poderão prejudicar o andamento do tratamento, a sua resposta positiva e para manter ou recuperar o estado nutricional.

Mesmo com a ampla discussão sobre nutrição e câncer nos últimos anos, o assunto ainda se mostra escasso, no que diz respeito ao estado nutricional específico do paciente com câncer. Assim é visto a importância e a necessidade da realização de mais estudos relacionados com intuito de melhorar os dados bibliográficos, assim como atualizar protocolos de terapia nutricional para os pacientes com câncer.

REFERÊNCIAS

CONSENSO NACIONAL DE NUTRIÇÃO ONCOLÓGICA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Coordenação Geral de Gestão Assistencial, Hospital do Câncer I, Serviço de Nutrição e Dietética; organização Nivaldo Barroso de Pinho. 2. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2015. 182p

DE SOUZA GOMES, Nayara; MAIO, Regiane. Avaliação subjetiva global produzida pelo próprio paciente e indicadores de risco nutricional no paciente oncológico em quimioterapia. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 61, n. 3, p. 235-242, 2015. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/253>. Acesso em: 22 nov. 2022

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Estimativa 2020**. Rio de Janeiro: INCA, 2020. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/estimativa/introducao#:~:text=Para%20o%20Brasil%2C%20a%20es>

timativa,c% C3% A2ncer% 20de% 20pele% 20n% C3% A3o% 20melanoma. Acesso em: 26 de set. de 2022.

MONTEIRO, Ana Paula Vilas Boas; FORTES, Renata Costa. **Principais reações adversas provocadas pelos quimioterápicos: Contribuição da enfermagem frente às reações adversas e/ou efeitos colaterais relacionados à quimioterapia**/Main adverse reactions caused by chemotherapy: Contribution of nursing in the face of adverse reactions and/or side effects related to chemotherapy. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 6790-6806, 2022.

FATORES DE RISCOS PARA AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ingrid Sousa Santos¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail: ingrid.santos@fvj.br),
Gláucia Porto de Freitas² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail: glauucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

Identificar na literatura artigos que demonstram a relação dos fatores de riscos para as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) relacionadas à alimentação. Trata-se de uma revisão da literatura por meio das bases de dados ScieLO e PubMed em outubro de 2022, onde foram escolhidos os descritores: “Fatores de riscos”, “doenças crônicas” e “alimentação”. Com base nas pesquisas, foram revisados 5 artigos que se encaixaram nos critérios de inclusão, que demonstram haver relação entre os fatores de riscos e o desenvolvimento das DCNT, principalmente no que se refere à alimentação. Portanto evidenciou-se que os fatores de risco que são o consumo de tabaco e álcool, uma alimentação rica em gorduras saturadas, ultraprocessados e alimentos açucarados juntamente com a falta de práticas de exercícios físicos influenciam para o aparecimento das DCNT. O excesso de peso e obesidade em conjunto com questões socioeconômicas, desigualdades sociais, baixa renda e a escolaridade são também fatores que induzem o surgimento destas doenças nos indivíduos.

Palavras-chave: doenças crônicas; fatores de riscos; alimentação.

1 INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são definidas por uma junção de afecções de diversas causas e fatores de riscos, sendo estas não infecciosas e podendo a partir delas ocorrer consequências de inaptidões funcionais. O sistema de saúde tem sofrido grandes impactos negativos na economia, visto que nos últimos anos houve um aumento considerável de DCNT (FIGUEIREDO *et al*, 2021).

As principais patologias incluídas no grupo de DCNT incluem doenças respiratórias, cardiovasculares, diabetes e câncer e todas elas têm em comum fatores de riscos e de proteção. O aumento dessas enfermidades pode estar associado ao envelhecimento da sociedade, desigualdades socioeconômicas, dificuldades nos acessos dos serviços de saúde, alterações nos hábitos e na qualidade de vida (SIMÕES et al, 2021).

Os fatores de riscos que estão relacionados com as DCNT são os chamados fatores modificáveis devido a uma alimentação super calórica e rica em alimentos ultraprocessados, a ausência de práticas de atividades físicas, o consumo de álcool e a utilização exagerada de tabaco. E os não-modificáveis que estão ligados a fatores socioeconômicos, sendo estes baixa escolaridade e baixa renda, gênero, etnia e a falta de convenio de saúde (MALTA et al, 2020).

Os alimentos consumidos pela sociedade estão ligados de forma direta com os fatores socioeconômicos e as particularidades nutricionais e culturais. A alimentação está conectada com as DCNT visto que os benefícios de uma alimentação balanceada e equilibrada,

juntamente com as práticas de atividades físicas estão relacionadas com as suas formas de prevenções (CARVALHO; ROCHA, 2010).

2 METODOLOGIA

Este estudo se trata de uma revisão da literatura, na qual foram avaliados estudos associados aos fatores de riscos e DCNT. E a partir destes foram retiradas informações necessárias para se obter o resultado do objetivo a que se propõe este trabalho.

Para a elaboração desta pesquisa aplicaram-se os critérios de inclusão: artigos acessíveis de formato gratuito, os quais referem-se ao objetivo de estudo desta revisão, publicados entre os anos de 2011 a 2022. E foram excluídas teses irrelevantes, estudos sobre relatos de casos, artigos em formatos duplicados, estudos de revisão e artigos que não se adequavam ao tema. Os artigos foram selecionados em outubro de 2022. Com base nos critérios de inclusão, foram 8 artigos inclusos para a elaboração da revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a pesquisa, foram selecionados os artigos sistematizados em tabela, na qual foram citados o nome do autor e o ano, objetivo, metodologia e os resultados, para a melhor visualização dos resultados encontrados. Ao todo foram inclusos 8 artigos os quais abordavam assunto relevante sobre o tema escolhido no presente trabalho.

Os artigos revisados neste trabalho exibem os fatores de riscos das DCNT, sendo estes o consumo exagerado de álcool e tabagismo, ingestões de alimentos não saudáveis e a inatividade física, os mesmos estão interligados com questões socioeconômicas, desigualdades sociais, escolaridade e baixa renda, voltados para a alimentação.

No Brasil, segundo Melo *et al.*, 2019 os indivíduos moradores das regiões urbanas que são desfavorecidas, equivale a cerca de 11 milhões de cidadãos. Nas regiões do nordeste do país, foi observada uma elevada taxa de DCNT, podendo estas estarem relacionadas com situações de vida precárias e a falta do sistema de saúde para identificar e controlar os fatores de riscos, prevenindo assim as DCNT. Nesse contexto, faz-se necessário considerar a realidade de cada pessoa, suas diferenças, condições de saneamento e a carência ou inexistência dos serviços de saúde, para que assim possa fazer intervenções necessárias com o propósito de reduzir as morbimortalidades das DCNT nas regiões desfavorecidas.

No estudo de Filha *et al.*, 2022, notou-se o impacto que as DCNT têm quanto ao aumento do aparecimento de portadores de doenças crônicas. Devido ao aumento de maus hábitos de vida da população, as taxas de mortalidade por DCNT vêm crescendo cada vez mais. Desta maneira medidas voltadas para o enfrentamento destas doenças devem ser adotadas, com o intuito de reduzir esses números que estão cada vez mais alarmantes.

Cardoso *et al.*, 2021, citam que, nos últimos tempos, o consumo de alimentos processados e ultraprocessados vem se tornando mais frequente entre os indivíduos, quando comparado aos alimentos naturais. As modificações na qualidade de vida proporcionaram mudanças nos hábitos alimentares, sendo estas ingestões diminuídas de verduras, legumes e frutas. Em contrapartida há uma elevada utilização de produtos com alto teor de calorias, sódio e gorduras saturadas. Existem alguns indícios de que as frutas e hortaliças estão relacionadas à diminuição do surgimento de DCNT.

Adotar hábitos alimentares mais saudáveis são de fato uma das medidas mais eficazes de melhorar a qualidade de vida. Desta maneira, faz-se necessário intervir com estratégias com o intuito de melhorar a qualidade alimentar, incentivar a prática de atividade física e orientar quanto aos malefícios do consumo do tabaco e álcool.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que os fatores de risco, como o uso de tabaco e a ingestão álcool, a alimentação rica em gorduras saturadas, ultraprocessados e alimentos açucarados juntamente com a falta de práticas de exercícios físicos, influenciam para o aparecimento das DCNT. Portanto é primordial adotar medidas de intervenções para auxiliar no controle e prevenção das DCNT, implementando métodos e estratégias enfatizando a alimentação, na perspectiva de declinar os números da morbimortalidade, reduzir a quantidade de indivíduos portadores das mesmas e evitar o aparecimento exacerbado de novas casos destas doenças.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, L. S. DE M. et al. Fruit and vegetable consumption, leisure-time physical activity and binge drinking in Belo Horizonte, Brazil, according to the Health Vulnerability Index. **Revista Brasileira De Epidemiologia = Brazilian Journal of Epidemiology**, v. 24, n. suppl 1, p. e210013, 2021. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33886886/>. Acesso em: 28/10/2022.
- CARVALHO, Edilaine; ROCHA, Emersom. Consumo alimentar de população adulta residente em área rural da cidade de Ibatiba (ES, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], 13 dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/jVthwDHtDwXsqdLWvzD6mbh/?lang=pt>. Acesso em: 28/10/2022.
- FIGUEIREDO, Ana Alisa *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis e suas implicações na vida de idosos dependentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], 25 jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/n4nH53DFx39SRCC3FkHDzy/?lang=pt#>. Acesso em: 28/10/2022.
- MALTA, Deborah *et al.* Doenças Crônicas Não Transmissíveis e fatores de risco e proteção em adultos com ou sem plano de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], 5 ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bDmncMK4SJyPfNsNmVqzsHv/?lang=pt#>. Acesso em: 28/10/2022.
- MELO, S. P. DA S. DE C. et al. Doenças crônicas não transmissíveis e fatores associados em adultos numa área urbana de pobreza do nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 3159–3168, 5 ago. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PWvhHXfyGfsv7H3cXqzhwrf/?lang=pt>. Acesso em: 28/10/2022.
- SIMÕES, Taynãna César *et al.* Prevalências de doenças crônicas e acesso aos serviços de saúde no Brasil: evidências de três inquéritos domiciliares. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], 27 set. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pYFSm9d883CVfKVBbg99xRf/?lang=pt>. Acesso em: 28/10/2022.

THEME FILHA, M. M. et al. Prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e associação com autoavaliação de saúde: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, n. suppl 2, p. 83–96, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/z5BVRyB7cG67yLg9BYCMmgQ/?lang=pt>. Acesso em: 28/10/2022.

EDUCAÇÃO NUTRICIONAL E ALIMENTAR EM AMBIENTES ESCOLARES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Isadora da Costa Silva¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe),
Orientadora: Gláucia Porto de Freitas² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe)

RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional se mostra um ponto pertinente a ser elucidado e trabalhado no âmbito escolar, diante a inserção de profissionais da Nutrição, que é de fundamental importância, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, além de ajudar na formação de hábitos alimentares saudáveis. Baseado nisso, o presente trabalho teve como objetivo principal revisar e “descrever o panorama de periódicos científicos acerca da educação nutricional e alimentar de alunos em ambientes escolares”. O término desta pesquisa proporcionou compreender melhor a educação alimentar e nutricional no âmbito escolar e todo seu contexto, observando as informações coletados com os artigos lidos e analisados, constata-se que o objetivo foi efetivamente alcançado. A pesquisa evidenciou a importância do PNAE na situação de fornecimento da merenda escolar e conseqüentemente a situação alimentar dos alunos nas escolas, válido também salientar o valor do profissional nutricionista dentro desse contexto, tendo em vista que sua formação proporciona todo um aparato na melhoria do cardápio e merenda escolar de forma geral.

Palavras-chaves: nutrição; merenda escolar; educação.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a transição nutricional tem ocorrido rapidamente, caracterizada pela redução dos casos de déficits nutricionais e aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade não só na população adulta, mas também em crianças e adolescentes. (MATOS *et al.*, 2011; BATISTA FILHO *et al.*, 2008).

Tendo em vista que o excesso de peso, sobre peso e obesidade vem se destacando muito nos últimos anos, além de que as mudanças nos padrões alimentares é uma chave para o início para esses quadros. A alimentação não adequada, baseadas em guloseimas (bolachas, recheadas, salgadinhos, doces) e refrigerantes, destacasse ainda mais nos ambientes escolares. De acordo com o (IBGE) meninos e meninas respectivamente, entre 5 a 10 anos de idade atinge o percentual de 51,4% e 43,8%. (TRICHES; GIUGLIANI, 2005).

Nesse caso, a alimentação adequada e saudável de crianças e adolescente em idade escolar requer um acompanhamento de profissionais da nutrição, que é de total importância, pois contribui para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem e no rendimento escolar. (SPINELLI; CANESQUI, 2002).

Perante o exposto, o objetivo deste presente trabalho foi revisar e descrever o panorama de periódicos científicos acerca da educação nutricional e alimentar de alunos em ambientes escolares.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada através de Revisão Sistemática de Literatura (RSL), utilizando-se as bases de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), biblioteca eletrônica SciELO e na biblioteca virtual em saúde – Brasil, nas quais buscou-se artigos científicos publicados no recorte temporal do período de outubro de 2012 a outubro de 2022. Durante a busca *online* pelos artigos utilizaram-se as seguintes palavras-chaves em português: Educação Alimentar e Nutricional, Escolas e Adolescentes e as correspondentes em língua estrangeira - inglês: *Food and nutrition education, schools and adolescents*.

A metodologia de análise se realizou através da técnica de temática de Minayo (2007), na qual é realizada com aplicação de 3 etapas distintas, a 1ª pre-análise, com a estruturação dos dados obtidos; a 2ª dar-se através da análise do material, no qual se obtenha o escopo principal dos materiais pesquisados com a criação de categorias para melhor entendimento dos textos em si, e a 3ª apresenta-se os resultados com os dados devidamente tabulados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desse modo a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos e leitura das 189 publicações encontradas inicialmente nas bases de dados, obtiveram-se publicações de acordo com o objetivo do referido trabalho. Houve o descarte de 177 publicações (169 artigos, 7 teses e uma monografia). Dentre os artigos excluídos, 2 foram devido a não possibilitarem acesso gratuito na íntegra. Assim, dentro do material selecionado, totalizou-se 9 artigos da biblioteca virtual em saúde-Brasil, 02 artigos da plataforma Scielo e 01 artigo da plataforma LILACS.

A escola para Silva *et. al* (2019) se configura como uma instituição que integra o sistema educacional, refletindo as ambiguidades desse sistema, ou seja, de um lado, a escola atua como aparelho da reprodução social, de outro, como possibilidade de uma formação emancipatória dos sujeitos. No contexto das escolas públicas brasileiras, identidades estigmatizadas são atribuídas à própria escola, aos alunos e à alimentação escolar, o que envia posturas para questionar a origem e o propósito desse estereótipo.

Assim, a alimentação desempenha um papel fundamental no ciclo de vida de qualquer indivíduo. Silva e Caivano (2022) apontam que a idade escolar é uma fase decisiva para a formação de “hábitos alimentares, que tendem a continuar na vida adulta e, por isso, a importância de estimular o consumo de uma alimentação variada e equilibrada”.

Nesse contexto, Silva *et. al.* (2015) alegam em seu estudo que “as práticas educativas alimentares podem servir de meio para conscientização as crianças e adolescentes sobre como e por que se alimentar de forma adequada, tendo em vista que a alimentação e a nutrição correspondem a requisitos básicos para a promoção de boas condições de saúde”. Isto é, a educação nutricional engloba muito mais do que uma apenas dieta, e sim qualidade de vida, informar os riscos causados por uma alimentação inadequado, onde visa também a cuidados com a saúde, prevenindo doenças, tais como diabetes, colesterol. Hipertensão, doenças cardiovasculares dentre outras.

Perante o exposto o papel do nutricionista ganha destaque no PNAE, na medida em que ele pode contribuir para imprimir mudanças no hábito alimentar e escolar ne perspectiva das práticas alimentares saudáveis, e na busca da segurança alimentar e nutricional embora ainda incipientes no ambiente escolar. O profissional nutricionista ganha cada vez mais destaque com sua capacitação, atribuindo com seu trabalho a importância e a qualidade de

vida para esse público, passando confiança, forma do autocuidado consigo mesmo e o mais importante a saúde (MELLO *et. al.*, 2012).

CONCLUSÕES

A pesquisa evidenciou a importância do PNAE na situação de fornecimento da merenda escolar e conseqüentemente a situação alimentar dos alunos nas escolas, válido também salientar o valor do profissional nutricionista dentro desse contexto, tendo em vista que sua formação proporciona todo um aparato na melhoria do cardápio e merenda escolar de forma geral, observando o contexto de vivência dos alunos obedecendo as necessidades nutricionais, e assim fornecer uma dieta que siga as instruções legais e políticas públicas vigentes no contexto educacional e nutricionais.

Os resultados desta pesquisa proporcionaram compreender melhor a educação alimentar e nutricional no âmbito escolar e todo seu contexto, e, observando as informações coletados com os artigos revisados.

Assim, fica a proposição da elaboração de trabalhos pelo curso de nutrição da UNIVAJAGUARIBE sobre a temáticas nas Escolas do Aracati e Vale Jaguaribe. Sugere-se ampliar a produção de trabalhos de pesquisa nas mais diversas metodologias científicas para contribuir com o conhecimento acerca de diagnósticos quantitativos e qualitativos na perspectiva de serem subsídios para a elaboração e aprimoramento de políticas públicas que abordem EAN nos ambientes escolares e fortalecimento da segurança alimentar e nutricional aos estudantes.

REFERÊNCIAS

- BATISTA FILHO, M., et al. **Anemia e obesidade: um paradoxo da transição nutricional brasileira**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, p. 247-257, 2008.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.
- MATOS, S.M.A., et al. Weight gain rate in early childhood and overweight in children 5-11 years old in Salvador, Bahia State, Brazil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 714-722, 2011.
- MELLO, A. L.; VIDAL JÚNIOR, P. O.; SAMPAIO, L. R.; SANTOS, L. A.; FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista Nutrição.**, Campinas, 25(1):119-132, jan./fev., 2012.
- MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 406 p 2007.
- MELLO, A. L.; FREITAS, G. C. S.; SAMPAIO, L. R. SANTOS, L.A.A.S. FREITAS, M.C.S.; FONTES, G.A.V. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Revista Nutrição.**, Campinas, 25(1):119-132, jan./fev., 2012.

OS BENEFÍCIOS DA LINHAÇA NA PREVENÇÃO DE CÂNCERES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

THE BENEFITS OF LINSEED IN CANCER PREVENTION: A LITERATURE REVIEW

Janaína Clemente da Costa Aluna do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: janaina.clemente@fvj.br.
Gláucia Porto de Freitas Orientadora - Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br

RESUMO

O câncer é a segunda principal causa de morte no mundo e continua sendo uma das doenças mais difíceis de tratar. As plantas medicinais são conhecidas por conter uma rica fonte de compostos anticancerígenos clinicamente relevantes, dentre elas, a linhaça tem mostrado contribuir na redução dos riscos de câncer de mama, devido às suas propriedades antiestrogênicas e por conter alto teor de lignanas. Assim, este estudo teve como objetivo conhecer na literatura nacional e internacional estudos que relacionem os efeitos benéficos da linhaça na prevenção de cânceres. Foram pesquisados estudos nas bases de dados Medline, Scielo e Lilacs, os critérios de busca foram os termos “câncer” e “lignana”, “linho” e “câncer” e “linum” e “câncer” nos idiomas inglês e português. Foram encontrados 69 artigos dos quais foram selecionados 4 estudos para revisão, estudos estes, com ratos, camundongos e humanos. Em síntese, a linhaça é um importante alimento funcional que está relacionada com a redução do risco do desenvolvimento do câncer de mama, por meio, dos seus efeitos antiproliferativos no tecido mamário, porém, os estudos existentes ainda são inconclusivos e apresentam poucos dados, portanto, mais estudos tornam-se necessários referentes aos efeitos benéficos da linhaça na prevenção de cânceres para oferecer maior suporte no uso deste alimento como um potencial agente alimentar na prevenção e promoção a saúde.

Palavras-chave: câncer; linho; Linum; Lignana.

1. INTRODUÇÃO

O câncer é a segunda principal causa de morte no mundo e continua sendo uma das doenças mais difíceis de tratar. O câncer é caracterizado pelo aumento celular descontrolado, perda do controle do ciclo celular e insensibilidade à apoptose, levando muitas vezes à formação de tumores malignos que podem invadir partes adjacentes do corpo (MOUNA *et al.*, 2022).

O câncer é um importante problema de saúde pública e é considerado a segunda causa de morte nos países desenvolvidos, depois das doenças cardiovasculares. Nos países em desenvolvimento, é responsável por metade das mortes registradas. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as estimativas para o período de 2007 a 2030 sugerem num aumento de 45% nas mortes globais por câncer (MARQUES, 2008).

Vários estudos relataram que as espécies de *Linum* podem inibir o crescimento de vários tipos de linhagens de células cancerosas, interrompendo o ciclo celular e induzindo a apoptose. A investigação da composição fitoquímica da espécie *Linum* revelou a presença de um componente denominado lignana (MOUNA, 2022).

A linhaça é uma fonte rica em fitoestrogênio (lignan). Ele contém níveis elevados de proteínas e níveis muito baixos de carboidratos. A linhaça também contém compostos fenólicos, como ácido ferúlico, ácido clorogênico e ácido gálico, conhecidos por suas propriedades anticâncer e antioxidante. (Beejmohun V et al, *Phytochem Anal.*, 2007).

A linhaça é a fonte natural mais rica de lignanas, pois seu teor de lignanas é 100 vezes maior do que outros alimentos que possui este componente. As lignanas de linhaça demonstraram possuir atividade antitumoral potente para cânceres sensíveis a hormônios (EZZAT *et al.*, 2018).

Além disso, a linhaça contribui para prevenção dos cânceres de próstata, ovário e cólon, podendo também, diminuir os riscos de câncer de mama, devido às suas propriedades antiestrogênicas. Elas ajudam a bloquear as enzimas envolvidas na produção de hormônios que fazem com que as células tumorais cresçam e se espalhem. Ademais, o ômega-3 encontrados na linhaça desempenha um papel vital no combate às células cancerígenas (COSTA, 2017).

A suplementação dietética de linhaça ou seu precursor lignano: secoisolariciresinol diglucoside (SDG) por duas semanas preveniu a metástase de células de melanoma murino B16BL6 em camundongos. Além disso, 5% de linhaça na dieta inibiu o crescimento e desenvolvimento do adenocarcinoma de próstata transgênico em camundongos (EZZAT *et al.*, 2018).

Tais resultados estão relacionados à ação de um composto denominado secoisolariciresinol diglicosídeo (SDG). A linhaça é a maior fonte vegetal de SDG, responsável pela redução de fatores bioquímicos que predispõem ao carcinoma. Esta substância produz outras substâncias com efeitos antioxidantes e antiestrogênicos como o enterodiol e o e enterolactona. Ter efeitos antiestrogênicos significa diminuir os efeitos do hormônio "estrogênio", que tem sido associado ao desenvolvimento de certos tipos de câncer, como o câncer de mama.

Diante do exposto, o presente trabalho objetivou apresentar os benefícios desempenhados dos componentes bioativos presentes na linhaça na prevenção de cânceres.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho consiste em uma revisão de literatura, dos últimos 5 anos, nas bases de dados Medline (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*), Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*) e Lilacs (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

Uma revisão de literatura é caracterizada pela análise e síntese de informações fornecidas por todos os estudos relevantes publicados sobre um determinado assunto, a fim de resumir o corpo de conhecimento existente e tirar conclusões sobre um tópico de interesse (MANCINI, SAMPAIO, 2006)

A busca foi realizada em modo avançado, considerando artigos publicados somente em português e inglês. Os descritores foram selecionados a partir do dicionário Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e *Medical Subject Heading Terms* (MeSH). Foram propostos para as buscas os seguintes descritores: lignana, linho, câncer e linum combinados da seguinte forma: câncer and lignana, linho and câncer e linum and câncer.

Para a inclusão dos artigos na presente pesquisa ~~utilizou-se~~ utilizaram-se os seguintes critérios: (1) estudos com ratos, camundongos e seres humanos e (2) estudos abordando os mecanismos de ação desempenhados pelas substâncias bioativas presentes na linhaça. Os critérios de exclusão foram: (1) estudos que utilizaram outros modelos animais; (2) estudos

repetidos nas bases de dados; (3) estudos que misturaram linhaça a outras sementes, óleos ou farinhas.

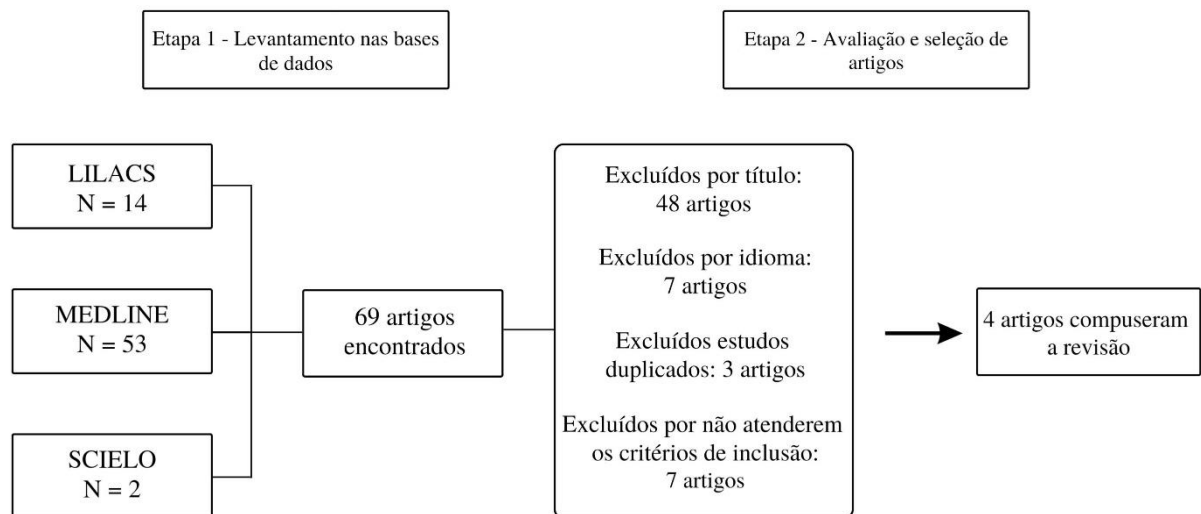
Os artigos foram analisados e selecionados primeiramente pela leitura dos títulos, seguida dos resumos e, por fim, através da leitura na íntegra, a fim de refinar a amostra aplicando-se critérios de inclusão e exclusão. A análise dos artigos consistiu na leitura de cada estudo na íntegra, seguida da elaboração detalhada do fichamento e sintetização deles.

3. RESULTADOS

Dos 69 artigos encontrados, foram excluídos 48 estudos pela leitura do título, em seguida foram excluídos 3 artigos que estavam duplicados restando apenas 18 artigos, após isso, foram excluídos 7 artigos por não atender o tipo de idioma escolhido. Logo após, os artigos restantes foram lidos na íntegra, no qual foram excluídos 7 artigos por não atenderem os critérios de inclusão proposto. Por fim, restaram 4 artigos para serem incluídos na revisão, como é demonstrado no fluxograma figura 1.

Fluxograma 1 – Metodologia aplicada para refinamento da amostra

Fonte: elaborada pela autora (2022).



A apresentação dos dados encontrados foi inserida com a descrição do conteúdo e os artigos selecionados dispostos na tabela a seguir

Tabela 1 - Características e resultados dos estudos incluídos na revisão de literatura.

Autor/ano	Desenho do estudo	Participantes	Tipo de intervenção	Resultados/conclusões
Thompson <i>et al.</i> , 1996	Estudo experimental	Ratas	Durante 20 semanas as ratas inoculadas com carcinoma mamário receberam 1,5 mg de SDG	Foi observado efeito antitumoral. Tais resultados, estaria relacionado ao efeito fraco de estrogênio/antiestrogênio da lignana.
Haggans <i>et al.</i> , 1999	Estudo experimental	28 mulheres pós-menopausa	Receberam dietas suplementadas com 5g ou 10g de linhaça	Observou-se durante a execução do estudo que na excreção de urina de 24 horas, o 2-OH-Estrógeno foi

				consideravelmente maior no grupo que recebeu 10 g de linhaça. Em decorrência disso a linhaça mostrou ter eficácia em mulheres na pós-menopausa, induzindo a redução do 2-OH-Estrógeno.
Chen <i>et al.</i> , 2002	Estudo experimental	Camundongos	O objetivo foi de observar o efeito da linhaça sobre o crescimento e metástase em células tumorais mamárias com receptor estrogênio negativo	concluíram, que a linhaça inibe a progressão da tumorigênese mamária induzida quimicamente. O mecanismo que permite a inibição sobre a célula de câncer com receptor estrogênio negativo ainda não é claro
Tou & Thompson, 1999	Estudo experimental	Ratas	Receberam diferentes porções de linhaça a seguir: 5%, 10%, 1.82% de óleo de linhaça e 5% isolado da linhaça de SDG.	Ao decorrer do estudo foi observado diferentes efeitos sobre as glândulas mamárias quando a linhaça foi consumida de 5% e 10%. Conclui-se que as ratas alimentadas pela linhaça ou SDG tiveram os tumores menores reduzidos já o consumo do óleo de linhaça não teve resultados significativos.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4. CONCLUSÃO

Diante dos fatos mencionados, pode-se concluir que a linhaça é um importante alimento funcional a ser incluído na alimentação visando a prevenção de doenças, visto que, possui várias propriedades com características benéficas para a saúde.

Diante das evidências obtidas através dos estudos analisados indicam que a linhaça está relacionada com a redução do risco do desenvolvimento do câncer de mama, por meio, dos seus efeitos antiproliferativos no tecido mamário e com base nesses estudos a linhaça pode prevenir o câncer mamário primário. Porém, os estudos existentes ainda são inconclusivos e apresentam poucos dados, portanto, mais estudos tornam-se necessários referentes aos efeitos benéficos da linhaça na prevenção de cânceres para oferecer maior suporte no uso deste alimento como um potencial agente alimentar na prevenção e promoção a saúde.

Deste modo, a linhaça crua e seu componente Secoisolariciresinol diglicosídeo apresentaram resultados significativos quando comparado ao óleo de linhaça pelo fato de

conter baixas concentrações de lignanas, assim, a semente de linhaça possui maior quantidade de fibras solúveis e insolúveis como em lignanas compostos que estão associados a redução de carcinomas mamários.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Rosângela, Fernandes; Pedro L.; Barbosa, Leandro. A. semente de linhaça e o efeito de seus compostos sobre as células mamárias. **Revista Brasileira de Farmacognosia** [online]. 2009, v. 19, n. 3 [Acessado 2 dezembro 2022], pp. 727-732. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-695X2009000500013>.

CHEN J, Stavro PM, Thompson LU 2002. Dietary flaxseed inhibits human breast cancer growth and metastasis and downregulates expression of insulin-like growth factor and epidermal growth factor receptor. **Nutr Cancer** 43:187-192.

FRADE, Rogério _et al., 2012 Papel dos compostos bioativos da linhaça (*Linum usitatissimum* L.) no câncer / The role of bioactive compounds of flaxseed (*Linum usitatissimum* L.) in cancer. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva-INCA. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2020a.

HAGGANS CJ, Hutchins AM, Olson BA, Thomas W, Martini MC, Slavin JL 1999. Effect of flaxseed consumption on urinary estrogen metabolites in postmenopausal women. **Nutr Cancer** 33: 188-195.

MANCINI, Marisa Cotta e Sampaio, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Brazilian Journal of Physical Therapy** [online]. 2006, v. 10, n. 4 [Acessado 23 novembro 2022], Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552006000400001>. Epub 17 Jan 2007. ISSN 1809-9246. <https://doi.org/10.1590/S1413-35552006000400001>.

MARQUES, A. C. Propriedades funcionais da linhaça (*Linum usitatissimum* L.) em diferentes condições de preparo e de uso em alimentos. Dissertação de mestrado. Santa Maria, RS: Centro de Ciências rurais da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

TOU JCL, Thompson LU 1999. Exposure to flaxseed or its lignan component during different developmental stages influences rat mammary gland structures. **Carcinogenesis** 20: 1831-1835.

THOMPSON LU, Seidl MM, Rickard SE, Orcheson LJ, Fong H 1996a. Antitumorigenic effect of a mammalian lignan precursor from flaxseed. **Nutr Cancer** 26: 159-165.

THOMPSON LU, Rickard SE, Orcheson LJ, Seidl MM 1996b. Flaxseed and its lignan and oil components reduce mammary tumor growth at a late stage of carcinogenesis. **Carcinogenesis** 17: 1373-1376.

INFLUÊNCIA DA NUTRIÇÃO EM MULHERES PORTADORAS DE ENDOMETRIOSE

Karine Costa Maia¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: karine.maia@fvj.br), **Glaucia Porto de Freitas²** (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br).

RESUMO

O presente estudo se trata de uma Revisão Narrativa da Literatura (RNL), onde foram examinadas publicações em periódicos dos últimos 10 anos, no ano de 2012 a 2022, a respeito da Nutrição no tratamento da endometriose. O levantamento para busca dos artigos científicos foi realizado a partir da pesquisa eletrônica na base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Scientific Electronic Library* (Scielo) e *US National Library of Medicine National Institutes of Health* (Pubmed). A seleção dos artigos foi feita a partir da leitura exploratória, considerando os artigos científicos publicados em periódicos ou revistas, em português e na língua estrangeira inglês, com data de publicação dos últimos 10 anos, com evidências da influência da nutrição no tratamento eficaz da endometriose. Esclarece-se que o objetivo deste estudo foi identificar na literatura nacional e internacional estudos que apontam a influência da nutrição no tratamento eficaz da endometriose. Os resultados apontam que o público feminino é que o mais se preocupa com uma dieta balanceada, visando a melhor qualidade de vida. Entre os alimentos e nutrientes que se destacam nas evidências dos estudos são verduras, a vitamina D, a vitamina C, a vitamina E e alimentos ricos em ômega-3. Destaca-se que a reeducação alimentar é fundamental para minimizar inflamações sentidas pelas pessoas, onde inclui-se o problema com endometriose. Por fim, evidencia-se que a pesquisa sobre este assunto não se encerra com este trabalho, visto que descobertas sobre os benefícios da reeducação alimentar se apresentam constantemente junto as novas pesquisas.

Palavras-chave: endometriose; inflamações; nutrição; qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

A endometriose é uma das principais causas de dor pélvica em mulheres durante a idade reprodutiva, atingindo 1 em cada 10, e aproximadamente 200 milhões em todo mundo podem sofrer com a patologia. Por ser uma doença inflamatória crônica, decorrentes de distúrbios ginecológicos que se caracterizam pela presença de glândulas e estroma fora da cavidade uterina, ela atinge trompas de falópio, bexigas e intestino. Em média, 30-50% sofrem de infertilidade em decorrência da endometriose. Embora seja uma doença assintomática, o seu diagnóstico é feito através de sintomas relatados pelas pacientes, como dismenorrea, dispareunia, infertilidade e desconforto gástrico. Além de um diagnóstico mais preciso como exames laboratoriais, exames de imagem, ecoendoscopia retal (ecocolonosopia), ultrassonografia pélvica, transvaginal, entre outros. A doença implica diretamente na qualidade de vida e bem-estar das mulheres. Nesse contexto, o objetivo desse estudo é identificar na literatura nacional e internacional estudos que apontem a influência da nutrição no tratamento eficaz da endometriose, tendo em vista que se observa a necessidade de estudos na área da nutrição voltados para a melhoria das condições de saúde no tratamento

da endometriose. Além disso, pretende-se contribuir para ampliação de estudos na área de endometriose, para diminuição e melhoria das complicações.

MARCO TEÓRICO

Apesar da endometriose ser uma doença que acomete uma porcentagem significativa de mulheres, sua causa não é totalmente conhecida, embora é pressuposto alguns elementos como fatores predominantes para o surgimento da mesma, que podem ser gênica, endócrinas, imunológica e anatômicas. Dentre as causas do aparecimento da endometriose estão associados o desequilíbrio entre os radicais livres e os antioxidantes, causando o estresse oxidativo, a má alimentação, sedentarismo e fator ambiental, são outros pontos relevantes para o surgimento da doença. (CALDEIRA *et al*, 2017; CHALUB; LEÃO; MAYNARD, 2020). O tratamento da endometriose tem como objetivo aliviar os sintomas, principalmente o controle da dor para melhorar a qualidade de vida, por meio da administração de antagonistas orais GnRh (Hormônio liberador de gonadotrofina), inibidores da aromatase e dos marcadores inflamatórios. Entretanto, é indispensável que sejam realizadas mudanças na alimentação e no estilo de vida para resultados mais duradouros (UCHOA; FIGUEIRA; DIAS, 2022). A nutrição parece estar associada com o surgimento da endometriose, passando assim a ser estudada em razão da sua origem e progressão da doença. Há evidências recentes as quais demonstram que os alimentos e nutrientes estão relacionados com a patogênese da doença, sugerindo assim que a reeducação alimentar pode ser uma alternativa relevante na prevenção e tratamento da doença. (PORFÍRIO *et al*, 2017). Desse modo, buscar alternativas terapêuticas para melhorar a qualidade de vida das pacientes torna-se indispensável. Considerando esse contexto, a mudança de estilo de vida e hábitos alimentares saudáveis configura-se em uma das alternativas de fácil acesso, com mínimos efeitos colaterais e baixo custo. (SILVA *et al*, 2021)

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de Revisão Narrativa da Literatura (RNL). Revisões narrativas são estudos amplos, adequados para descrever e debater o desenvolvimento de um determinado tema, sob o ponto de vista teórico ou contextual. Fundamentam-se basicamente da análise de publicações científicas, na interpretação e análise crítica pessoal do autor. Com relação ao levantamento para busca dos artigos científicos foi realizado a partir da pesquisa eletrônica na base de dados: *Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde* (LILACS), *US National Library of Medicine National Institutes of Health*- (Pubmed), e (SciELO). O recorte temporal entre as publicações foi de junho de 2012 a junho de 2022. Os termos utilizados para busca dos estudos foram: em português nutrição e alimentação e endometriose, e, em inglês *food and nutrition and endometriosis*. A seleção dos artigos foi realizada a partir da leitura exploratória, considerando os artigos científicos publicados em periódicos ou revistas, em português e na língua estrangeira inglês, com data de publicação de junho de 2012 a junho de 2022. Serão excluídos os artigos que não atenderem os critérios de inclusão ou se apresentarem de modo repetido no levantamento realizado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A endometriose se designa pela comparência do endométrio fora da cavidade uterina, acompanhado de sintomas como cólica menstrual intensa, alterações gastrointestinais, dispaurenia e infertilidade. Há uma estimativa de mais de 70 milhões de mulheres sejam

diagnosticada com endometriose, sendo maior durante o período fértil cerca de 3% a 5%, no período reprodutivo e 5% a 15% e até 3% a 5% na pós-menopausa. Adotar hábitos alimentares saudáveis é apontado como forma de tratamento e prevenção, pois fatores dietéticos mostram diversos benefícios fundamentais na regulação dos processos fisiológicos, surgindo efeito positivo na diminuição da inflamação, na patogênese, como na progressão da doença. Foram coletadas informações de um estudo realizado em Atlanta, EUA, onde avaliou 59 mulheres com idade entre 19 e 41 anos, com dor pélvica e relato de infertilidade e/ou endometriose, que foram separados em dois grupos onde o primeiro recebeu suplementação de Vitamina E (3 cápsulas de 400mg cada) e Vitamina C (2 comprimidos de 500mg cada) e o segundo recebeu placebo, durante 8 semanas regulamente, para analisar as resultâncias dessa suplementação, que em decorrência ao final do estudo, ficou inteligível que a suplementação de vitamina E junto a de vitamina C levou à diminuição evidente dos marcadores inflamatórios em pacientes que tiveram a suplementação comparado com os que fizeram uso do placebo. Nutrientes que estão ligados à diminuição e progressão da Endometriose são, o cálcio, zinco, selênio, vitamina C, vitamina E e compostos bioativos em alimentos (como fitoquímicos – carotenóides, flavonóides, indóis, isotiocianatos) em processos relacionados à fisiopatologia da doença, pois bem como equilíbrio hormonal, sinalização celular, controle do crescimento celular, apoptose. Foram feitos ensaios clínicos com 39 pacientes, 19 fizeram uso da vitamina D e 20 do placebo, 24 semanas após o procedimento laparoscópico da endometriose, não existiu diferença relevante entre o resultado da vitamina D3 (colecalfiferol) e placebo na dismenorrea e/ou dor pélvica, preconiza que a vitamina D seja eficaz na deficiência da própria vitamina e não na intervenção da dor na endometriose. São necessários mais estudos para comprovar os resultados da suplementação de vitamina D na intervenção da endometriose. A curcumina pode regular negativamente a inflamação e o estresse oxidativo na endometriose, além de atuar diretamente na invasão, adesão, apoptose e angiogênese em lesões endometriais, seu uso pode ser interessante na prevenção dietética e no manejo da doença. O resveratrol demonstrou forte associação na interrupção dos principais fatores contribuintes para o desenvolvimento da endometriose em modelos experimentais e *in vitro*, já em estudos *in vivo* não apresentaram efeitos significativos na redução da dor quando comparado com outros tratamentos.

REFERÊNCIAS

CALDEIRA, Thais de Brito et al. **Infertilidade na endometriose: etiologia e terapêutica.** *HU rev*, p. 173-178, 2017.

CHALUB, Juliana; DE CASTRO LEÃO, Natânia Silvério; DA COSTA MAYNARD, Dayanne. Investigação sobre os aspectos nutricionais relacionados à endometriose. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n. 11, pág. e65591110215-e65591110215, 2020.

UCHOA, Silvia Neide; FIGUEIRA, Larissa Lima; DIAS, Daniela de Araújo Medeiros. O potencial efeito do resveratrol no tratamento da endometriose. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 8, pág. e52111831262-e52111831262, 2022.

SILVA, Carla Marins et al. Experiências das mulheres quanto às suas trajetórias até o diagnóstico de endometriose. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021. See More

PREBIÓTICOS E PROBIÓTICOS NA SAÚDE DO INTESTINO

Roberta da Conceição Lima¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNJAGUARIBE. e-mail: roberta.lima@fvj.br,
Gláucia Porto de Freitas² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, -- UNJAGUARIBE. e-mail: glaucia.freitas@fvj.br

RESUMO

Objetivo: Avaliar acerca dos benefícios dos prebióticos e probióticos na saúde do intestino. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão da literatura por meio das bases de dados Lilacs via BVS; Medline via BVS; e ScieLO em outubro de 2022, onde foram escolhidos os descritores: “Prebióticos”, “Probióticos” e “Saúde do intestino.” **Resultados:** Com base nas pesquisas, foram revisados 20 artigos que se encaixaram nos critérios de inclusão, que tem relação com os prebióticos e probióticos principalmente no que se refere à saúde do intestino. **Conclusão:** Portanto evidenciou-se com o desequilíbrio, podem ocorrer diversos distúrbios desde a destruição de vitaminas, alteração na mucosa, redução da absorção de nutrientes até o surgimento de patologias devido ao aumento do número de microrganismos patogênicos, chamado de disbiose intestinal.

Palavras-chave: Prebióticos; probióticos; saúde do intestino.

ABSTRACT

Objective: To assess the benefits of prebiotics and probiotics on gut health. **Methodology:** This is a literature review using Lilacs databases via VHL; Medline via BVS; and ScieLO in October 2022, where the descriptors were chosen: “Prebiotics”, “Probiotics” and “Gut health.” **Results:** Based on the research, 20 articles were reviewed that met the inclusion criteria, which are related to prebiotics and probiotics, mainly with regard to gut health. **Conclusion:** Therefore, with the imbalance, several disorders can occur, from the destruction of vitamins, changes in the mucosa, reduced absorption of nutrients to the appearance of pathologies due to the increase in the number of pathogenic microorganisms, called intestinal dysbiosis.

Keywords: prebiotics; probiotics; gut health.

1 INTRODUÇÃO

O trato gastrointestinal humano abriga uma significativa densidade e variedade de microrganismos que em conjunto compõem um complexo de ecossistema microbiano, em que a sua interação com o hospedeiro é essencial no processo saúde-doença (SILVA, 2016).

Com os avanços nas pesquisas metagenômicas, nos últimos anos, sabe-se nos dias atuais que trilhões de microrganismos colonizam o corpo humano, em que o intestino é o local que concentra quantidade maior, que se aproxima, a 0,20kg de biomassa microbiana (SILVA, 2021).

Diante de evidências acerca dos benefícios de prebióticos e probióticos e do seu potencial efeito positivo nas condições de saúde, o presente trabalho foi realizado na perspectiva de compreender benefícios dos prebióticos e probióticos na saúde do intestino.

2 METODOLOGIA

Em conclusão, o trabalho possui foco maior em mostrar a eficácia dos prebióticos e probióticos na saúde intestinal. Depois da seleção dos trabalhos, com a aplicação dos filtros pré-estabelecidos, foram usados na presente pesquisa 20 publicações.

3 RESULTADOS

3.1 Probióticos: Caracterização, história e Conceitos Primários

Os probióticos são comumente empregados durante a infância por serem indispensáveis na comprovação para a formação do sistema imunológico. Logo, diferentes estudos fomentam tal utilização por reduzir fielmente a morbidade pediátrica (RIOS *et al.*, 2020).

Guerra (2010), define os probióticos como “microrganismos vivos que, quando administrados em quantidade apropriada, conferem efeito benéfico na saúde do hospedeiro” (p. 22).

Ademais, torna-se notório evidenciar que as principais bactérias presentes neste nicho são as bifidobactérias e os lactobacilos, sobretudo o *Saccharomyces*. Nesta conjuntura, aplica-se os probióticos em dissemelhantes apresentações, isto é, desde drogas e suplementos até em leites fermentados. Todavia, compreende-se que os níveis de preservação e melhorias dependem estritamente da concentração e das características do próprio humano que está fazendo o consumo (GUERRA, 2010).

3.2 Funções da microbiota intestinal

A microbiota afeta diversas funções que ocorrem em nosso corpo. Em estado normal, impede a reprodução de microrganismos altamente patogênicos. O sistema protetor da mucosa intestinal possui uma microbiota dinâmica que tende a evoluir e são componentes importantes do sistema imunológico (SANTOS *et al.*, 2011).

A microbiota intestinal desempenha diversas funções, o principal mecanismo desempenhado pela microbiota bacteriana é a resistência à colonização, que é facilitada pelos sítios de ligação das células da mucosa, o que proporciona adesão e estimulação do sistema imunológico. As bactérias que fornecem proteção ao intestino são conhecidas como bactérias autóctones, que impedem o crescimento de bactérias patogênicas (SANTOS *et al.*, 2011).

3.3 Desequilíbrio da microbiota bacteriana

Um desequilíbrio da microbiota pode levar à perda da influência imunorreguladora normal na mucosa intestinal, que está associada a uma série de doenças inflamatórias e imunomediadas. Alcançar a homeostase adequada durante a colonização do GTI é um dos elementos-chave para a modulação adequada do sistema imunológico e indução da tolerância imunológica (FRANCINO, 2014)

A disbiose é um agravante quando associada a outros distúrbios, como aumento da permeabilidade intestinal e constipação intestinal. Em uma microbiota anormal, a quebra de peptídeos e a reabsorção de toxinas do lúmen intestinal ocorrem de forma inadequada, causando o aparecimento de patologias devido ao mau funcionamento das funções da microbiota intestinal (ALMEIDA *et al.*, 2009).

Uma pessoa considerada saudável tem uma microbiota estável. Os patógenos adquiridos são rapidamente destruídos devido à presença da microbiota comensal, composta principalmente por bactérias anaeróbicas (CARLET, 2012).

3.4 Microbiota Intestinal: Composição e Desenvolvimento

O intestino humano é base de pesquisas há décadas por sua importância ao organismo como um todo, além de sua respectiva significação para o meio médico e científico (SERDOURA, 2017).

À vista disso, a saúde pública nacional enfrenta incontáveis controvérsias a despeito dos problemas decorrentes da obesidade, similarmente no que ocorre na má-nutrição, sendo que ambos os pilares demonstram impactos na flora intestinal (PEREIRA; SILVA, 2019).

4 DISCUSSÃO

Os probióticos são organismos vivos que, quando administrados em quantidades suficientes, beneficiam a saúde do hospedeiro. A fim de aumentar a atividade das bactérias intestinais, promovendo a saúde do hospedeiro (MACHADO, 2008).

As funções das bactérias probióticas são: função alimentar, síntese de vitaminas do complexo B e vitamina K; função digestiva com a síntese de enzimas digestivas, como a lactase (SANTOS *et al.*, 2011).

Devido aos efeitos benéficos dos probióticos e prebióticos, a indústria e pesquisadores têm demonstrado considerável interesse no desenvolvimento de produtos alimentícios e pesquisas que contenham esses microrganismos e ingredientes funcionais (RAIZEL *et al.*, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de prebióticos e probióticos pode trazer tanto benefícios preventivos quanto terapêuticos à saúde intestinal, agindo de forma a melhorar a composição da microbiota com influências importantes na imunidade e processos metabólicos do hospedeiro. O uso desses alimentos mostra efeitos benéficos para a saúde humana, recomposição da flora intestinal entre outros fatores.

Nesse sentido o sistema imunológico da microbiota intestinal deve ser protegido através de uma barreira imunológica e antimicrobiana que pode ser conseguida pela ingestão de alimentos prebióticos e probióticos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luciana Barros, *et al.* Disbiose intestinal. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 58-65, 2009. Disponível: <https://www.portaldenutricao.com/wp-content/2019/12/artigo-de-revisao-disbioseintestinal.pdf>. Acesso em 28/10/2022.

CARLET, J. The gut is the epicenter of antibiotic resistance. **Journal Antimicrobial Resistance & Infection Control**, Paris, v. 1, n. 1, p. 1-7, nov. 2012. Disponível em: doi: 10.1186/2047-2994-1-39. Acesso em: 28/10/2022.

FRANCINO, M. P. Early development of the gut microbiota and immune health. **Pathogens, Basel**, v. 3, n. 3, p. 769- 790, set. 2014. Disponível em: doi: 10.3390/pathogens3030769. Acesso em: 28/10/2022.

MACHADO, A. S. Importância da microbiota intestinal para a saúde humana, enfocando nutrição, probióticos e disbiose. 2008. 33 f. **Dissertação (Especialização em Microbiologia)** – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GUERRA, P. V. **Avaliação do uso de probiótico no tratamento de crianças e adolescentes com constipação intestinal crônica funcional não complicada: um estudo randomizado e duplo mascarado.** Dissertações de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/>. Acesso em: 28/10/2022.

PEREIRA, J. R.; SILVA, E. S. da. Microbiota Intestinal e Obesidade: Revisão de Literatura. **Anais I CONIMAS e III CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/>. Acesso em: 28/10/2022.

RAIZEL, Raquel *et al.* Efeitos do consumo de probióticos, prebióticos e simbióticos para o organismo humano. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 66- 74, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0100204X201500100095800023&lng=en. Acesso em: 28/10/2022.

RIOS *et al.* Probióticos: como uma microbiota Intestinal saudável ajuda a combater infecções respiratórias virais agudas, similares à COVID-19. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**. Volume Especial 46 - COVID-19, 2020. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/>. Acesso em: 28/10/2022.

SANTOS, Rosilene Brito; BARBOSA, Larissa Paula Jardim de Lima; BARBOSA, Flávio Henrique Ferreira. Probióticos: microrganismos funcionais. **Ciência Equatorial**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.27-29, 2011. Disponível: <https://periodicos.unifap.br/index.php/cienciaequatorial/article/view/562>. Acesso em: 28/10/2022.

SERDOURA, S. V. Microbiota intestinal e Obesidade. **Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto**. Porto, Portugal. 2017. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/>. Acesso em: 28/10/2022.

SILVA, Ludmila Malva. Importância da Metagenômica para o avanço da Biotecnologia. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 2, n. 1, p. 39-39, 2021.

SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA D EM PACIENTES COM ARTRITE REUMATÓIDE

Rubênia Almeida de Souza¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail:rubenia.almeida@fvj.br),
Cristiane Souto Almeida² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe – UNIJAGUARIBE. E-mail:Cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO

A Artrite Reumatóide (ar), é uma doença autoimune sistêmica que apresenta uma inflamação crônica podendo afetar várias articulações, com maior frequência em mãos e pés e com significativo impacto na qualidade de vida do paciente. A etiologia é desconhecida e acomete as mulheres duas vezes mais do que os homens. O sistema vitamina D é um determinante bem conhecido da saúde óssea. O metabolismo insuficiente da vitamina D foi descrito em pacientes com reumatismo inflamatório. O objetivo geral deste trabalho é revisar a literatura a respeito da suplementação de vitamina D em pacientes com artrite reumatóide. Podemos concluir que os pacientes com doenças autoimunes, principalmente artrite reumatoide caracterizam-se por níveis séricos de vitamina D baixos. Por outro lado, resultados benéficos e alívio, de condições autoimunes podem ser determinados ao suplementar com essa vitamina imunomoduladora. Essas descobertas ressaltam a necessidade de pesquisas intensivas no campo, incluindo estudos clínicos.

Palavras-chave: artrite reumatóide; vitamina D; suplementação de vitamina D; doenças autoimunes.

1 INTRODUÇÃO

A artrite reumatoide (AR) pode ser definida como uma doença inflamatória e autoimune em que o sistema imunológico do corpo ataca os tecidos ao redor das articulações, podendo levar à deformidade e limitação das atividades diárias. A causa é desconhecida, mas acredita-se que fatores ambientais, genéticos e infecções virais e bacterianas sejam responsáveis. A incidência é maior em mulheres do que em homens e aumenta com a idade (Sociedade Brasileira de Reumatologia, 2021).

Os sinais e sintomas são dor, rigidez matinal, fadiga, mobilidade reduzida e diminuição da força muscular. A AR pode ocorrer em todas as articulações sinoviais, afetando principalmente o punho, articulações metacarpofalângicas e interfalângicas proximais das extremidades superiores (DA MOTA, 2019).

Acredita-se que a cronicização da doença resulte em deformidades da estrutura esquelética que, em associação com outros fatores extra-articulares (fadiga e desconforto) podem produzir mudanças importantes no cotidiano desses pacientes, prejudicando a função e a incapacidade deixando de realizar as atividades anteriormente desempenhadas e a qualidade de vida muda, criando uma dependência do sujeito (ROCHA, 2017).

Em relação a deficiência de vitamina D e a artrite reumatoide, observa-se que há controvérsias sobre a ingestão deste composto como fator de risco para o aparecimento de AR. Entretanto é importante lembrar que a principal fonte de vitamina D é por síntese endógena mediante a exposição da pele à luz solar. Desta forma, observa-se que pacientes com AR apresentam riscos para desenvolverem alterações no status da vitamina D. Um destes

fatores é que pacientes que apresentam menor mobilidade por causa da AR, podem ter maior dificuldade de se expor à luz solar. (BATISTA,2017).

A vitamina D é um hormônio esteróide cuja principal função é controlar o processo osteometabólico .função principal é controlar o processo osteometabólico .É produzido , de forma endógena , nos tecidos da pele após exposição solar ,após a exposição solar , além de ser tratada por meio do consumo de determinados alimentos ou por meio de suplementação .bem como ser tratado pelo consumo de determinados alimentos ou por meio de suplementação .Numerosos tipos de células contêm receptores de vitamina D ,receptores de e , nos últimos anos, várias ações da vitamina D , além de seus efeitos calcêmicos , foram investigadas .e nos últimos anos, várias ações da vitamina D , além de seus efeitos calcêmicos , foram investigadas.

A deficiência de vitamina D pode ser causada pela ingestão inadequada de alimentos que contenham essa vitamina, exposição insuficiente ao sol ou pela presença de certas condições, como vegetarianismo, cirurgia bariátrica ou condições de saúde como insuficiência renal e doenças inflamatórias intestinais.Alguns sintomas e sinais de deficiência de vitamina D no corpo incluem diminuição dos níveis sanguíneos de cálcio e fósforo, dor e rigidez muscular, ossificação dos ossos, osteoporose em idosos, raquitismo em crianças e osteomalacia em adultos.(BOSTON,2012)

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão integrativa descritiva sobre a suplementação de vitamina D em pacientes com artrite reumatóide onde foram utilizadas as plataformas de pesquisa, Literatura Internacional em Ciências da Saúde e Biomédica (MEDLINE), *National Library of Medicine National Institutes of Health* dos EUA (PUBMED), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Índice Bibliográfico Espanhol e Ciência da Saúde (IBECS).Os critérios de inclusão artigos realizados em seres humanos, experimentalmente em animais e revisões bibliográficas e de exclusão foram teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, monografias e artigos que não foram publicados em periódico.

A obtenção de dados foi realizada através de um reconhecimento de estudos que apresentava sobre a suplementação de vitamina D na artrite reumatoide, durante os meses de junho a novembro de 2022. Foram encontrados 39 artigos publicados nas línguas inglesa e portuguesa entre os anos de 2013 a 2022. Destes, 39 estudos prevalecendo revisões bibliográficas sendo 6 de estudos em humanos sendo utilizado 24 artigos e após a leitura 15 artigos por não se adequarem ao tema proposto foram excluídos.

A pesquisa utilizou a combinação dos descritores, Artrite Reumatóide. Vitamina D. Suplementação de vitamina D. Doenças autoimunes. Foram considerados como critérios de inclusão os artigos científicos publicados em inglês e português, no período de 2017 a 2022. Para critérios de exclusão foram retirados da busca artigos que não foram localizados na íntegra, duplicados, que não trataram da temática e que eram pagos.

3 RESULTADOS

A vitamina D desempenha um papel na manutenção da homeostase relacionada ao crescimento do organismo, diferenciação celular e apoptose, regulação imune, cardiovascular e de células musculares (KIM et al., 2020). Também está envolvido no metabolismo da insulina e na regulação de cerca de 3% do genoma humano (ALVES et al., 2021). Regula e

mantém os níveis de fósforo e cálcio em um indivíduo, auxilia na função intestinal e pode reduzir problemas renais (BRITO et al., 2017).

O conhecimento sobre os efeitos imunomoduladores e anti-inflamatórios das vitaminas está em expansão. Habka (2017) encontrou em seu estudo uma relação benéfica entre a suplementação de vitamina D e doenças autoimunes, principalmente no caso de psoríase, vitiligo e artrite reumatoide, sugerindo que a vitamina reduz a autoimunidade no processo dessas doenças. Bitencourt e Coan (2019) relataram que a suplementação vitamínica ajudou a reduzir os sintomas da artrite reumatóide como dor, inchaço, calor e vermelhidão, as articulações mais frequentemente afetadas são as das mãos, pés, pernas, cotovelos e tornozelos que são os membros que importantes para fazer as coisas do dia-dia e muitas pessoas que se encontram com essa comorbidade são impossibilitadas de fazer alguma atividade rotineira.

A osteoartrite por ter sua causa desconhecida é considerada uma doença autoimune que é quando o sistema monológico ataca as partes saudáveis do corpo, essa doença é influenciada por vários fatores como ambientais, genéticos e socioeconômicos. A suplementação de vitamina D pode desempenhar um papel importante na regulação do sistema imunológico e na prevenção de doenças autoimunes. Essa vitamina e seus análogos são eficazes na prevenção e auxílio no tratamento de doenças autoimunes (ANDRADE et al., 2018).

4 DISCUSSÃO

O papel da vitamina D não se limita à homeostase do cálcio, ela também parece ser um importante regulador do sistema imunológico, exercendo efeitos endócrinos nas células imunes. Assim, em indivíduos geneticamente predispostos, a deficiência de vitamina D contribui para uma variedade de doenças autoimunes, como a artrite reumatoide (PEREIRA, 2013).

Pesquisadores associaram baixos níveis de vitamina D (abaixo de 20 nanogramas por mililitro) a vários problemas de saúde, como aumento da mortalidade, doenças cardiovasculares, diminuição da densidade óssea, fraturas, infecções e problemas metabólicos (HIEMSTRA et al., 2019).

A osteoartrite por ter sua causa desconhecida é considerada uma doença autoimune que é quando o sistema monológico ataca as partes saudáveis do corpo, essa doença é influenciada por vários fatores como ambientais, genéticos e socioeconômicos. A suplementação de vitamina D pode desempenhar um papel importante na regulação do sistema imunológico e na prevenção de doenças autoimunes. Essa vitamina e seus análogos são eficazes na prevenção e auxílio no tratamento de doenças autoimunes (ANDRADE et al., 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Claramente, os suplementos de vitamina D são essenciais na saúde do paciente com artrite reumatóide. Os benefício vão desde ao auxílio na reposição de cálcio, imunomodulado e prevenção da degeneração óssea e cartilaginosa.

Podemos concluir que os pacientes com doenças autoimunes, principalmente artrite reumatoide apresentam níveis séricos de vitamina D baixos, o que pode impactar negativamente na saúde do paciente, aumentando suas dores e aumentando os riscos de infecção.

Por outro lado, resultados benéficos e alívio, de condições autoimunes podem ser determinados ao suplementar com essa vitamina imunomoduladora. Essas descobertas ressaltam a necessidade de pesquisas intensivas no campo, incluindo estudos clínicos

REFERÊNCIAS

ALVES, A. M. P.; CESILIO, I. A. M.; ALVES, E. P. B.; DEFANI, M. A.; SCHNEIDER, L. C. L. Implicações da insuficiência/deficiência da vitamina d nas doenças autoimunes: uma revisão bibliográfica. **REVISTA UNINGÁ, Paraná**, v. 58, p. eUJ3437-eUJ3437, jan.-mar. 2021.

ANDRADE, F.; MOREIRA, A.; MÔÇO, R.; ALVES, R.; VASCONCELOS, A.; EIRAS, E.; FERREIRA, A. Metabolismo da Vitamina D e Dor na Artrite Reumatóide. **Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, Portugal**, v. 25, n. 1, p. 36-39, jan.-mar. 2018.

BITENCOURT, R. M.; COAN, F. C. The use of vitamin D in autoimmune diseases. **Inova Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 12-33, jul.-set. 2019.

DA MOTA, L.M.H., Laurindo, I.M.M. & Net, L.L.S. Artigo artrite reumatóide precoce - conceitos. **O Rev. disse. Associado Med.** Brasil 2019; 56, 227-229.

PEREIRA, D. C.; BRAGA, D. O.; SWENSON, L. B.; SILVA, M. L. S.; FROTA, M. V. M.; ZOCCAL, K. F. Network dos mediadores lipídicos com doenças autoimunes: uma revisão de literatura. **Revista Científica Multidisciplinar, São Paulo**, v. 2, n. 4, p. e24238- e24238, jul.-out. 2021

PEREIRA, KEINE. Controle glicêmico na gestação e a interferência dos micronutrientes: magnésio, selênio, zinco, cálcio e vitamina D: Glycemic control during pregnancy and interference of micronutrients: magnesium, selenium, zinc, calcium and vitamin D. **Artigo, 1 Programa de Residência em Nutrição Clínica (PRNC), Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília-DF**, Brasil, p. Com. Ciências Saúde. 2013; 24(2): 169-178, 14 nov. 2013. Acesso em: 1 dez. 2022.

REICH, K. M. et al. Vitamin D improves inflammatory bowel disease outcomes: **basic science and clinical review.** **World J Gastroenterol**, v. 20, n. 17, p. 4934-47, May 2014. ISSN 1007-9327.

OS EFEITOS DO CONSUMO DO BETA-GLUCANO DA AVEIA NO PERFIL LIPÍDICO DE PACIENTES COM HIPERCOLESTEROLEMIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Salvina de Oliveira Lima¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: salvina.lima@fvj.br).
Gláucia Porto de Freitas² (Orientadora – Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: glaucia.freitas@fvj.br)

RESUMO

A hipercolesterolemia familiar é uma das DCNT's mais prevalentes no mundo. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, um a cada sete adultos brasileiros apresenta níveis séricos de colesterol elevado, o equivalente a 14,6% das pessoas de 18 anos ou mais. As recomendações dietéticas propõem a adoção de uma dieta variada, pobre em gorduras (saturadas e trans) e rica em fibras, onde o beta-glucano vem ganhando destaque pelo seu efeito de alterar as concentrações de colesterol no sangue. Assim, este estudo teve como objetivo identificar na literatura nacional e internacional os efeitos do consumo do beta-glucano da aveia no perfil lipídico de pacientes com hipercolesterolemia. Foram pesquisados nas base de dados Pubmed, Scielo e LILACS, estudos que demonstraram os efeitos do beta-glucano no controle lipídico de pacientes hipercolesterolêmicos até novembro de 2022. A partir da aplicação dos critérios pré-estabelecidos de busca com os termos “aveia”, “colesterol”, “beta-glucano” e “hipercolesterolemia”, foram encontrados 81 artigos, dos quais foram selecionados 4 estudos contemplando os objetivos para esta revisão integrativa. Em síntese, a maioria dos estudos mostrou que a suplementação com 3 g/dia de beta-glucana de aveia tem sua eficácia a médio prazo confirmada na redução de LDL-c e CT em indivíduos hipercolesterolêmicos, não apontando mudanças significativas no HDL-c e triglicérides. Portanto, o uso do beta-glucano da aveia mostrou-se como uma estratégia dietoterapêutica que pode auxiliar no controle lipídico de pacientes hipercolesterolêmicos quando associado a uma alimentação saudável.

Palavras-chave: Beta glucano; Hipercolesterolemia; Aveia; Colesterol.

1 INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's) constituem a principal causa de incapacidade e mortalidade prematura no mundo, sendo responsáveis pela morte de 41 milhões de pessoas por ano, o equivalente a 71% de todas as mortes (SILVA *et al*, 2022).

O avanço das DCNT's é decorrente do gradativo envelhecimento populacional associado ao processo de transição epidemiológica, que se caracteriza pelo aumento de doenças crônico-degenerativas e pela diminuição de doenças infecciosas agudas (SILVA *et al*, 2022).

A hipercolesterolemia familiar é uma das DCNT's mais prevalentes no mundo, caracterizando-se principalmente por concentrações plasmáticas elevadas de lipoproteínas de baixa densidade e maior probabilidade do desenvolvimento de doenças cardiovasculares (DCV) pelos indivíduos afetados (DUARTE, 2017).

Junto com as doenças cardiovasculares, diabetes, câncer e a doença respiratória crônica, a hipercolesterolemia é uma das DCNT's que mais contribuem para a carga de

morbimortalidade, acarretando em uma menor qualidade de vida, além de complicações clínicas permanentes, perda da autonomia e incapacidade funcional, sobretudo na população idosa (SILVA *et al*, 2022).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, um a cada sete adultos brasileiros referiu ter diagnóstico de colesterol elevado, o equivalente a 14,6% das pessoas de 18 anos ou mais (23,2 milhões), percentual que em 2013 era de 12,5% (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019).

Além disso, 7,5% dos adultos nunca haviam realizado exame de sangue para medir o colesterol e triglicerídeos, sendo esse percentual de 4,4% entre as mulheres e de 11,0% entre os homens. A pesquisa mostrou também que, no Brasil, são as mulheres quem lideram os diagnósticos de colesterol alto, com proporção de 17,6%, percentual que para os homens é de 11,1% (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019).

Na área urbana a proporção de diagnosticados com colesterol alto foi de 15,0%, e na área rural de 12,1%. Dentre as Grandes Regiões, a Região Nordeste apresentou proporção de 14,2%, a Região Sudeste 15,8%, a Região Sul apresentou percentual de 14,1% e a Região Centro-Oeste 13,0%. Apenas a Região Norte apresentou percentual não equivalente ao nível nacional, identificando a menor proporção, de 11,8% (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019).

Das pessoas diagnosticadas, há uma frequência mais representativa nas faixas de maior idade: 27,4% das pessoas de 60 a 64 anos de idade, 28,7% das pessoas de 65 a 74 anos de idade e 24,4% para aqueles com 75 anos ou mais. A proporção de diagnósticos avançava conforme a faixa de rendimento per capita crescia: variando de 9,5% daqueles sem rendimento até ¼ do salário mínimo a 20,0% dos com mais de 5 salários mínimos (PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE, 2019).

Com relação ao tratamento medicamentoso da hipercolesterolemia são utilizadas as estatinas, hipolipemiantes que agem bloqueando a síntese hepática do colesterol pela inibição de uma das enzimas chave na sua síntese intracelular, a HMG-CoA redutase. Estes medicamentos reduzem o risco de morte cardiovascular e a incidência de eventos isquêmicos e apresentam como efeitos adversos mais comuns: mialgia, miosite ou até rabdomiólise (MICHEL *et al*, 2018).

Além do tratamento medicamentoso, é possível reduzir consideravelmente os níveis séricos de colesterol efetuando uma intervenção precoce e eficaz, implementando um estilo de vida saudável com mudanças nos hábitos alimentares e adoção de uma dieta variada, equilibrada nutricionalmente, pobre em gorduras (saturadas e trans) e rica em fibras (DUARTE, 2017).

A intervenção não medicamentosa também diz respeito a fatores como o sedentarismo; com incentivo a prática de atividade física regular e ao controle do peso corporal; a cessação do tabagismo; a restrição do consumo excessivo de álcool; a diminuição do consumo de sal e ao tratamento de outras comorbidades como hipertensão arterial, obesidade e diabetes tipo 2 (DUARTE, 2017).

Relacionado ao consumo das fibras, são as fibras solúveis que apresentam ação na redução do colesterol, pois estas, agem formando um gel que se liga aos ácidos biliares no lúmen intestinal, aumentando sua excreção nas fezes e diminuindo sua reabsorção durante o ciclo entero-hepático. Essa redução induz a síntese de novos ácidos biliares, fazendo diminuir o colesterol disponível para incorporação em lipoproteínas. A ingestão recomendada mínima de fibras por dia é de 25 g, a fim de proteger contra DCV e câncer. Grau de Recomendação: I; Nível de Evidência: A (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2017).

Quanto maior o grau de viscosidade da fibra, maior é o efeito de redução do colesterol. Além disto, as fibras solúveis e o amido resistente, por serem fermentados por bactérias presentes no intestino grosso e produzirem ácidos graxos de cadeia curta, também auxiliam na redução dos níveis de colesterol. Entretanto, o consumo de fibras insolúveis não mostra efeitos na redução do colesterol e do risco cardiovascular (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2017).

Dentre as fontes de fibras, o farelo de aveia tornou-se nos últimos tempos objeto de diversos estudos mais aprofundados em função de suas propriedades funcionais e benefícios à saúde humana, por auxiliar na redução dos níveis séricos de colesterol (NEVES, 1997; GUTKOSKI e PEDÓ, 2000).

Uma revisão de estudos realizados com a aveia, indica potencial de redução de 5,3 a 5,6% do LDL-c, sem efeitos significativos sobre o HDL-c e os TG) Tais efeitos são conferidos pelas propriedades do beta-glucano, um polissacarídeo natural presente na parede celular da aveia, que é considerado um ingrediente alimentar funcional. O consumo recomendado é de aproximadamente 3 g por dia, o que pode ser fornecido por ≤ 40 g de farelo de aveia ou ≤ 60 g de aveia (MURPHY et al, 2020; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2017).

Existem duas formas de beta-glucanos, formas insolúveis e solúveis, divididas com base nas suas propriedades físicas (capacidade de retenção, absorção, adsorção de água, capacidade de troca catiônica e absorção de moléculas orgânicas) e funções fisiológicas. As fibras solúveis incluem pectinas, mucilagens, beta-glicanos e algumas hemiceluloses (GUTKOSKI e PEDÓ 2000).

Com relação as fontes alimentares, os beta-glucanos são classificados em beta-glucanos de cereais e não-cereais. São exemplos destes primeiros, além da aveia, o trigo, o arroz e a cevada, que exibem principalmente atividades metabólicas, como a capacidade de reduzir o colesterol e a glicose no sangue. Já os beta-glucanos não-cereais são caracterizados pelos fungos, leveduras, cogumelos, algumas bactérias e algas marinhas, e têm funções imunomoduladoras mais pronunciadas, sendo foco de estudos de imunomodulação e anticâncer (MURPHY *et al*, 2020).

Os efeitos dos beta-glucanos no perfil lipídico são atribuídos as propriedades de aumento da excreção de ácidos biliares, que por sua vez estimula o metabolismo e a eliminação do colesterol e pela diminuição da absorção dessa gordura devido ao aumento da viscosidade causado pela presença dos β -glucanos. Entretanto, esses fatores sofrem influência da concentração ofertada, do peso molecular e da solubilidade, está relacionada com o alimento associado e o processamento que passou, uma vez que vários fatores podem alterar essa ação (HENRION *et al*, 2019).

Dessa forma, o beta-glucano da aveia vem mostrando destaque pelas suas propriedades hipolipemiantes, sendo uma intervenção nutricional em potencial no controle do perfil lipídico dos pacientes com níveis altos de colesterol no sangue. Nesse sentido, visando a contribuir com a prática profissional do nutricionista, pretende-se com este estudo dar acesso a informações que possam melhorar a eficácia das estratégias dietoterapêuticas no tratamento da hipercolesterolemia.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um artigo de revisão integrativa elaborado entre os meses de setembro a novembro de 2022. A investigação literária para base teórica foi realizada a partir da análise das bases de dados *US National Library of Medicine (PubMed)*,

Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS).

Este tipo de estudo se inicia com uma pergunta norteadora a respeito de uma temática, que neste trabalho foi “O consumo do beta-glucano da aveia demonstra efeitos na hipercolesterolemia?”, e segue com as demais etapas, passando por seleção da amostra geral de artigos, triagem dos artigos que serão revisados de acordo com critérios pré-estabelecidos e categorização dos trabalhos relacionados ao tema pesquisado. Como última etapa do processo de revisão integrativa, faz-se a interpretação dos resultados e apresentação do conhecimento sintetizado (BEYEA; NICOLL, 1988).

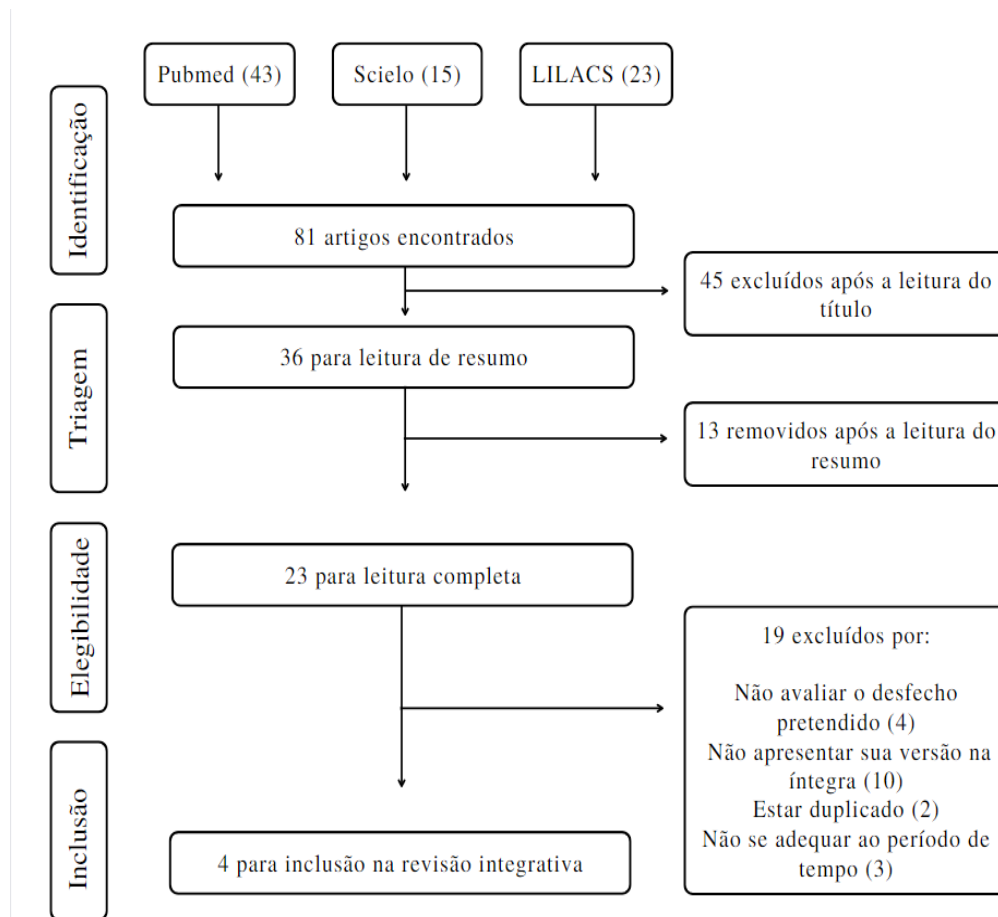
A pesquisa foi realizada com os seguintes termos determinados através dos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS): “beta glucano”, “hipercolesterolemia”, “aveia” e “colesterol” associados ao operador booleano “AND”.

Para a avaliação de inclusão, utilizaram-se: artigos publicados no período de 2016 a 2022, nos idiomas inglês, português e espanhol, sendo revisões sistemáticas ou ensaios clínicos limitados a seres humanos. Para o processo de exclusão, retiraram-se: revisão que não apresentava sua versão na íntegra, trabalhos em duplicatas, pesquisas utilizando animais e estudos com mais de sete anos. Os artigos foram selecionados inicialmente pela análise do título e leitura do resumo, e em seguida, foram classificados como incluídos e excluídos de acordo com os critérios estabelecidos para esses fins.

3 RESULTADOS

Foram encontrados 81 estudos através dos descritores e critérios escolhidos, sendo 43 resultados da Pubmed, 15 resultados da Scielo e 23 resultados da LILACS. Dos 81 artigos selecionados para leitura de título, restaram 36 artigos para a leitura de resumo, que se reduziram a 23 estudos para leitura completa, dos quais, 4 não avaliavam o desfecho clínico pretendido, 10 foram excluídos por não apresentarem sua versão na íntegra, 2 estavam duplicados e 3 artigos não se adequavam ao período de tempo. Por fim, restaram 4 artigos para serem incluídos na revisão, como é demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Fluxograma de seleção dos estudos.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Tabela 1. Informações dos artigos incluídos na revisão integrativa de acordo com a questão norteadora. Aracati, 2022.

Autores	Objetivos	Métodos	Resultados	O consumo do beta-glucano da aveia demonstra efeitos no perfil lipídico de hipercolesterolêmicos?
Cicero <i>et al</i> , 2020.	Avaliar o efeito de uma formulação proprietária de beta-glucanos, na dosagem de 3 g/dia, sobre lipídios e glicose plasmáticos em jejum, bem como sua tolerabilidade, em uma amostra italiana de indivíduos com hipercolesterolemia leve.	Ensaio clínico randomizado, cruzado, duplo cego, controlado por placebo, de médio prazo.	O consumo do suplemento de beta-glucano reduziu os níveis médios de colesterol LDL desde a linha de base em 12,2% após 4 semanas e em 15,1% após 8 semanas de suplementação. Entre a linha de base e 4 semanas, os níveis de colesterol total mostraram uma redução	A suplementação com 3 g/dia de beta-glucana teve sua eficácia a médio prazo confirmada na redução de LDL-C, CT e não-HDL-C em indivíduos hipercolesterolêmicos leves, mesmo em contexto de um cenário mediterrâneo.

			média de 6,5%, enquanto as concentrações plasmáticas de não-HDL-C diminuíram 11,8%. Além disso, após 8 semanas de suplementação de beta-glucana, o CT foi reduzido em 8,9% e os níveis não-HDL-C em 12,1%.	
Souza <i>et al</i> , 2016.	Avaliar o efeito do farelo de aveia em conjunto com o aconselhamento nutricional sobre o perfil lipídico e glicêmico, parâmetros antropométricos, qualidade da dieta e ingestão de alimentos ultraprocessados e aditivos em hipercolesterolêmicos.	Estudo randomizado em bloco, duplo-cego, controlado por placebo, de 90 dias, realizado em 132 homens e mulheres com LDL-c \geq 130 mg/dL.	Ambos os grupos apresentaram diminuição significativa dos parâmetros antropométricos e da pressão arterial, além de redução significativa do colesterol total e do LDL. Houve também melhora no DQI-R em ambos os grupos e diminuição no consumo de AUP. Os valores de açúcar no sangue, HOMA-IR e QUICKI foram significativamente menores apenas no OBG.	Tanto o grupo com intervenção de 3g/dia de beta-glucano quanto o grupo que recebeu placebo, apresentaram diminuição significativa do colesterol total e do LDL-c.
Yu <i>et al</i> , 2022.	Investigar o efeito do consumo da beta-glucana da aveia nos perfis lipídicos séricos (colesterol total, triglicerídeos totais, lipoproteína-colesterol de alta densidade e lipoproteína-colesterol de baixa densidade).	Revisão sistemática em ensaios clínicos randomizados de beta-glucana de aveia.	A suplementação de beta-glucana de aveia reduziu significativamente os níveis de TC (WMD agrupado = -0,24 mmol/L; IC 95%: -0,28 a -0,20 mmol/L), LDL-c (WMD agrupado = -0,27 mmol/L; 95 %CI: -0,35 a -0,20 mmol/L). Além disso, o consumo de beta-glucana não mostrou efeitos significativos em TG (WMD agrupado = -0,04 mmol/L; IC 95%: -0,13 a 0,05 mmol/L), HDL-c (WMD agrupado = 0,00 mmol/L; 95 % CI: -0,05 a 0,05 mmol/L).	A ingestão de beta-glucana de aveia pode diminuir significativamente o nível de CT e LDL-c, enquanto não foram observadas alterações significativas de TG e HDL-c.

Vizuete; Anta 2016.	Analisar na literatura os efeitos do consumo da beta-glucana de aveia no colesterol sanguíneo.	Revisão de ensaios clínicos randomizados.	Dos estudos realizados com a beta-glucana da aveia, 78% encontraram efeitos redutores do colesterol. A redução do CT variou de 2,9 a 12% e a redução do LDL de 2,0 a 12,9%, não tendo encontrado Alterações significativas na concentração sérica de (HDL) ou triglicerídeos.	A inclusão em dieta, de forma regular, de pelo menos 3g de beta-glucana da farinha de aveia aponta efeitos benéficos sobre os níveis de colesterol no sangue da população, especialmente em pessoas com hipercolesterolemia.
---------------------	--	---	---	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4 DISCUSSÃO

O beta-glucano é referido como o componente da aveia que confere efeitos terapêuticos a saúde humana. A fibra destaca-se por sua alta solubilidade em água, formando géis viscosos no trato gastrointestinal, que age retardando o esvaziamento gástrico e a absorção de nutrientes, e aumentando a excreção de ácidos biliares. Dentre os vários benefícios do seu consumo à saúde, muitos estudos vêm investigando seus efeitos na redução do colesterol sanguíneo (VIZUETE, ANTA, 2016).

Um ensaio cruzado, duplo-cego, controlado por placebo e randomizado, com 83 participantes com hipercolesterolemia moderada, com idade entre 20 e 65 anos, tinha como intervenção um suplemento de 3g/dia de beta-glucana de aveia ou placebo por um período de 2 meses (CICERO *et al*, 2020).

Os resultados mostraram uma redução nos níveis médios de LDL Colesterol (LDL-c) entre a linha de base e após 4 semanas de suplementação em 12,2% (IC 95%: -15,4 a -3,8) e em 15,1% (IC 95%: -17,8 a - 5,9) após 8 semanas. Já os níveis de Colesterol Total (CT) entre a linha de base e 4 semanas mostraram uma redução média de 6,5% (IC 95%: -10,9 a -1,9), e após 8 semanas de suplementação de beta-glucana, a redução foi de 8,9% (IC95%: -12,6 a - 2,3). As concentrações plasmáticas de não-HDL-C diminuíram em 12,1% (IC95%: -15,6 a - 5,3) no período de 4 semanas de intervenção e após 8 semanas reduziu-se a 11,8% (IC 95%: - 14,6 a -4,5) (CICERO *et al*, 2020).

Os efeitos observados no perfil lipídico destes pacientes correspondem a uma redução média de 15,1% e 8,9% das concentrações basais de LDL-c e CT, respectivamente. Estes resultados são ainda maiores do que o esperado com base na meta-análise mais recente e parecer da EFSA, que estimam, respectivamente, uma alteração média de cerca de 7-10% das concentrações basais desses níveis lipídicos (CICERO *et al*, 2020).

As razões desse melhor desempenho não são facilmente explicadas, mas se deve considerar a possibilidade de que a formulação testada, ao ser dissolvida em líquido antes do consumo, pode ter propriedades farmacêuticas específicas capazes de aumentar a eficácia das fibras na ligação de colesterol e/ou sais biliares e gorduras. No entanto, o fornecimento de beta-glucano de aveia na forma de bebidas (onde os nutrientes estão em contato com a água livre) foi pensado nesta intervenção para se obter, em geral, um efeito mais regular na redução do colesterol em comparação com matrizes mais complexas. Ademais, os resultados mostram que a utilização de beta-glucano de alto peso molecular apresenta uma maior eficácia na

redução dos níveis de colesterol do que a de médio e baixo peso molecular (CICERO *et al*, 2020).

Um outro estudo randomizado em bloco, duplo-cego e controlado por placebo, também analisou os efeitos do beta-glucano da aveia em indivíduos hipercolesterolêmicos. O ensaio teve duração de 90 dias e utilizou uma amostra de 132 participantes com mais de 20 anos de idade e com LDL-c ≥ 130 mg/dL, em uso ou não de hipolipemiante. Os indivíduos foram separados em dois grupos: Grupo Farelo de Aveia (OBG) e Grupo Placebo (PLG), e receberam orientação nutricional baseada nos *Dez Passos para uma Alimentação Saudável*, do Ministério da Saúde (SOUZA *et al*, 2016).

Os participantes foram monitorados por meio de 3 visitas mensais, onde a cada visita, receberam uma caixa contendo 30 porções diárias de uma mistura matinal, composta por leite em pó desnatado, corante artificial e 40 g de farelo de aveia (OBG) contendo o equivalente a 3 g de beta-glucanos, ou 40 g de amido de milho e farinha de arroz (PLG), com orientação para consumir a preparação como mingau pela manhã (SOUZA *et al*, 2016).

Os resultados mostraram que o grupo que recebeu intervenção com farelo de aveia apresentou diminuição significativa dos níveis médios de colesterol total e LDL-c, principalmente ao fim do primeiro mês de estudo. Entretanto, essa redução média diminuiu ao passar do segundo mês, reduzindo-se ainda mais ao fim do terceiro mês de estudo, ocorrendo da mesma maneira com o grupo placebo. No entanto, embora os dois grupos tenham apresentado redução significativa nas concentrações plasmáticas de CT e LDL-C, o grupo OBG obteve resultado mais relevante quando comparado ao PLG. Com relação aos níveis séricos de HDL, não foram apresentadas mudanças relevantes nos pacientes de ambos os grupos do estudo e apenas o grupo OBG apresentou redução significativa nos níveis de triglicérides (SOUZA *et al*, 2016).

Dessa forma, o estudo demonstrou que a intervenção dietoterápica aliada ao aconselhamento nutricional apresenta benefícios no perfil lipídico ao longo do tempo, principalmente quando as mudanças de estilo de vida propostas são seguidas, tanto na prevenção primária quanto na secundária (SOUZA *et al*, 2016).

Yu, *et al*, 2022, realizaram uma busca sistemática em ensaios randomizados com intervenção de beta-glucana de aveia a fim de investigar seu efeito nos perfis lipídicos séricos. No total, foram analisados 13 ensaios com 927 participantes randomizados para beta-glucana de aveia ou grupos de controle. Os participantes tinham idade entre 38 e 76 anos, onde a maioria eram indivíduos levemente hipercolesterolêmicos e o restante eram pacientes com graus variados de hipercolesterolemia. A duração da intervenção variou de 3 a 8 semanas com consumo diário de β -glucana variando de 1,5 g a 6 g. Os grupos de controle receberam pão, arroz, sopa e uma dieta sem beta-glucana de aveia ou aveia como placebo.

Em síntese, 4 ensaios relataram que a intervenção de beta-glucana de aveia não teve efeitos significativos sobre o CT; 1 ensaio mostrou que a beta-glucana poderia aumentar notavelmente o HDL-c e 1 estudo demonstrou uma diminuição significativa no nível de HDL-c em comparação com o grupo controle. Com relação aos níveis de triglicérides, 2 estudos mostraram que o beta-glucano da aveia diminuiu significativamente esses níveis, enquanto 2 outros estudos relataram um aumento nesse nível total (YU *et al*, 2022).

Entretanto, a maioria dos estudos analisados demonstrou impactos significativos do consumo do beta-glucano da aveia na redução dos níveis de TC (WMD agrupado = -0,24 mmol/L; IC 95%: -0,28 a -0,20 mmol/L) e LDL-c (WMD agrupado = -0,27 mmol/L; 95 % CI: -0,35 a -0,20 mmol/L), não sendo demonstradas evidências que determinem efeitos significativos nos níveis de TG (WMD agrupado = -0,04 mmol/L; IC 95%: -0,13 a 0,05

mmol/L) e HDL-c (WMD agrupado = 0,00 mmol/L; 95% CI: -0,05 a 0,05 mmol/L) (Yu, *et al*, 2022) (YU *et al*, 2022).

A análise de subgrupo indicou que fatores críticos, como a gravidade da doença dos participantes, a intervenção diária de beta-glucana de aveia, a fonte de beta-glucana e a duração da intervenção tiveram impactos nos resultados (YU *et al*, 2022).

Seguindo a mesma linha de pesquisa, uma outra revisão buscou estudos de intervenção que analisassem o efeito redutor de colesterol no sangue após o consumo de alimentos com aveia. Os resultados mostraram que 78% dos estudos encontraram efeitos significativos na redução do CT, a qual variou de 2,9 a 12% e de LDL, com variação de 2,0 a 12,9%, não tendo encontrado alterações significativas na concentração sérica de lipoproteínas de alta densidade (HDL) ou triglicérides (VIZUETE, ANTA, 2016).

Foi demonstrado, assim como no estudo de Cicero, *et al*, que esse efeito redutor de colesterol pode sofrer variação de acordo com o peso molecular do beta-glucano da aveia, onde os grupos que a consumiram em alto (2.210kDa) e médio peso molecular (530kDa), tiveram diminuição da concentração sérica de LDL de forma semelhante (5%), sendo essa redução 50% menor quando o peso molecular do beta-glucano foi baixo (210kDa) (VIZUETE, ANTA, 2016).

Além disso, a análise mostrou também que o tipo de processamento, as condições de armazenamento e a matriz alimentar na qual esse ingrediente é incorporado, também podem afetar a solubilidade e viscosidade do beta-glucano da aveia, influenciando suas propriedades redutoras de colesterol (VIZUETE, ANTA, 2016).

No entanto, apesar da influência dos fatores citados, a maioria dos estudos analisados sustentam a ideia de que, a inclusão regular de pelo menos 3g/dia de beta-glucano de aveia na dieta apresenta efeitos benéficos sobre os níveis lipídicos de pessoas com hipercolesterolemia, devido a sua capacidade de aumentar a viscosidade no trato gastrointestinal, elevando a excreção de ácidos biliares e diminuindo a absorção de colesterol.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se a partir dos estudos revisados que o beta-glucano da aveia pode ajudar no controle lipídico dos pacientes com hipercolesterolemia quando associado a um estilo de vida saudável, uma vez que promoveu mudanças significativas nos níveis de colesterol total e LDL – C dos indivíduos, independente do gênero, mostrando-se como uma estratégia dietoterapêutica que pode ser implementada no tratamento da patologia.

Por fim, sugere-se a realização de mais estudos que visem avaliar as variáveis associadas ao consumo do beta-glucano da aveia, como concentração, matriz alimentar, duração da intervenção e a gravidade da doença dos participantes, a fim de que se esclareça cada um desses fatores e os efeitos hipolipemiantes do beta-glucano da aveia possam ser potencializados.

REFERÊNCIAS

BEYEA, S. C; NICOLL, L. H. **Writing an integrative review.** AORN J. 1998;67(4):877-80.

CICERO, A.F.G. *et al*. A randomized placebo-controlled clinical trial to evaluate the medium-term effects of oat fibers on human health: The beta-glucan effects on lipid profile, glycemia and intestinal health (BELT) study. **Nutrients**, 2020, 12, 686; doi:10.3390/nu12030686. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32138344/>.

DUARTE, R.A.S. **Hipercolesterolemia Familiar: uma nova abordagem no tratamento.** Universidade do Porto, 2017.

GUTKOSKI, L. C; PEDÓ, I. **Aveia: composição química, valor nutricional e processamento.** São Paulo: Varela, 2000. 191 p.

HENRION, M. et al. Cereal B-glucans: the impact of processing and how it affects physiological responses. **Nutrients**, v. 11, n. 8, p. 1729, 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31357461/>.

MICHEL, J. M. *et al.* **Tratamento atual da hipercolesterolemia e novas perspectivas.** ISSN: 0103-5037, Vol. 39, n. 1, 2018.

MURPHY, E. J. *et al.* β -Glucan metabolic and immunomodulatory properties and potential for plinical application. **Journal of Funji**, v. 6, n.4, p. 356, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33322069/>.

NEVES, N. M. S. **Nutrição e doença cardiovascular.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 109 p.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. **Percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal – 2019.** Rio de Janeiro. ISBN 978-65-87201-33-7.

SILVA, D. S. M. *et al.* Doenças crônicas não transmissíveis considerando determinantes sociodemográficos em coorte de idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** 2022;25(5):e210204.

CONSUMO ALIMENTAR DE GESTANTES USUÁRIAS DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO INTERIOR DO CEARÁ

Sandyelly Lima da Costa¹ (Aluna do Curso de Nutrição do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: sandyelly.lima@fvj.br), **Orientadora: Cristiane Souto Almeida²** (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: cristiane.souto@fvj.br).

RESUMO

A gestação é um período de diversas mudanças e para manter-se saudável é necessária uma boa alimentação que supra as necessidades nutricionais auxiliando a saúde materna e fetal. Muitos fatores impedem uma alimentação saudável. Questões socioeconômicas, demográficas e idade podem impossibilitar o consumo alimentar satisfatório nesse período. Foi avaliado o consumo alimentar de 21 gestantes usuárias de Unidades Básicas de Saúde de Itaiçaba, realizando um estudo de método indutivo, quantitativo e descritivo de corte transversal. O consumo de frutas ou copo de suco natural alcançou o valor satisfatório de 61,90%, mas metade das gestantes afirmaram realizar a ingestão majoritariamente do suco coado. A ingestão de legumes e verduras foi insatisfatória, somente 9,52% das mulheres relataram consumir 8 ou mais colheres de sopa por dia, resultado repetido com o consumo de laticínios. Foi observado que somente 42,86% consumiam pescados 2 ou mais vezes por semana. Sobre a ingestão de gorduras, 66,14% a retiravam das carnes ou pele de frango e 71,93% utilizavam óleo vegetal para cozinhar. 90,48% não tinham o hábito de utilizar sal de adição. 47,62% das gestantes faziam o consumo raramente ou nunca de ultra processados. A ingestão hídrica foi insatisfatória, somente 33,33% bebiam 8 ou mais copos de água ou outros líquidos. 80,95% das grávidas eram sedentárias. Em relação a pontuação do teste aplicado 76,19% obtiveram pontuação que indicava mais atenção a uma alimentação saudável e prática de atividade física. Espera-se que os dados obtidos contribuam para um olhar mais atento e diligente ao consumo alimentar das gestantes.

Palavras-chave: gestantes; ingestão de alimentos; dieta; atenção básica à saúde; gravidez.

INTRODUÇÃO

Ter boas práticas alimentares contribui diretamente para a qualidade de vida e saúde das pessoas. A importância de uma alimentação saudável e balanceada é tão expressiva que a emenda constitucional nº64 alterou o artigo 6 da Constituição Federal para que a alimentação fosse incluída como um direito social. Entende-se assim que todas as pessoas deveriam ter acesso a uma boa alimentação para usufruir os benefícios que essa oferece. Muitos fatores podem influenciar na ingestão alimentar, como a cultura, a situação socioeconômica, aspectos fisiológicos e emocionais, são algumas das condições que afetam a alimentação das pessoas ao longo da vida. Para gestantes, observar esses fatores é ainda mais importante, visto que uma boa alimentação é essencial durante esse período, onde aumentam as necessidades nutricionais para dar suporte ao desenvolvimento do bebê e ao metabolismo da mãe. Assim, a mudança de peso é natural durante a gestação, e o consumo alimentar tem forte impacto no sucesso gestacional. Entende-se que é fundamental uma alimentação balanceada que se adapte às necessidades da gestante. Desse modo, pode-se evitar que grávidas fiquem com peso insuficiente ou excedente, pois ambos podem trazer problemas, por exemplo, o ganho

ponderal muito abaixo do adequado ou em excesso, talvez acarretem diversas consequências como: o crescimento intrauterino atrasado, prematuridade e mortalidade perinatal, desenvolvimento de diabetes na gestante, pré-eclâmpsia, entre outros. Dessa forma, para evitar problemas nesse momento é o ideal, assim como um acompanhamento nutricional pré-natal adequado. Entretanto, muitas questões como fatores socioeconômicos e demográficos, idade da gestante e quantidade de filhos podem fazer com que diversas mulheres não tenham acesso a um acompanhamento apropriado ou a alimentos de qualidade e na quantidade que elas precisam. Para melhor compreensão e análise da situação do ingesta alimentar durante a gestação, o presente trabalho teve como objetivo analisar o consumo alimentar de gestantes usuárias de unidades básicas de saúde em um município do interior do Ceará.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de método indutivo, descritivo, transversal e com abordagem quantitativa com 21 gestantes acompanhadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Município de Itaiçaba-CE. Os critérios de inclusão adotados para seleção amostral foram: ter idade maior ou igual 19 anos, ser acompanhada nas UBS de Itaiçaba e excluíram-se gestantes gemelares e consideradas de alto risco. O instrumento de coleta de dados foi o teste de alimentação saudável do Guia Alimentar do Ministério de Saúde de 2006, composto por 18 perguntas sobre quantidade e frequência do consumo de alimentos e também foi aplicado o questionário socioeconômico do Ministério da Educação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Os dados coletados foram organizados e tabulados no programa Microsoft Excel® com posterior análise e interpretação manual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Coqueiro, Anjos e Pereira (2021) ao analisarem gestantes evidenciou que 81,6% da amostra utilizada em sua pesquisa apresentava uma ingesta inadequada de fibras. Resultado parecido com o do presente estudo, que ao questionar sobre o consumo de alimentos fontes de fibras, como frutas, legumes e vegetais, 61,09% relataram a ingestão de 3 ou mais porções de frutas em unidades/fatias/pedaços, ou copo de suco natural, um resultado aparentemente satisfatório, entretanto ao serem questionadas sobre os tipos de frutas as voluntárias relataram fazerem a ingestão predominante de suco natural de frutas coado. Brasil (2014) evidencia a importância de não coar o suco, já que essa prática retira do alimento final as fibras presentes no bagaço das frutas. Em relação ao consumo habitual de peixes 2 ou mais vezes por semana, somente 42,86% da amostra respondeu positivamente, é importante frisar a necessidade do consumo de ômega-3 durante a gravidez. A revisão sistemática de Middleton *et al.* (2018), evidenciou os benefícios desse nutriente na redução do parto prematuro, formação de todas as membranas celulares no sistema nervoso do feto, aumento do peso e do comprimento do recém-nascido, melhora na acuidade visual e na cognição no geral. Almeida, Pimentel e Fonseca (2019), explicam que a disponibilidade do ômega-3 na dieta brasileira é abaixo do ideal, sendo recomendado o consumo de pelo menos de 2 a 3 porções de pescados por semana ricos no nutriente pelo público gestante. Foi evidenciado que 80,95% da amostra investigada no presente estudo não praticava nenhum tipo de atividade física regular de pelo menos 30 minutos ao dia. Malta *et al.* (2021) em seu ensaio com 362 gestantes que objetivou reconhecer a importância da atividade física, mais especificamente das caminhadas de 150 minutos por semana, durante os três trimestres gestacionais, concluiu que a prática regular e habitual de exercícios, por mais leve que sejam, tem influência direta na redução no consumo de

refrigerantes e/ou biscoitos industrializados desde o período pré-gestacional até o fim do terceiro trimestre.

CONCLUSÃO

As gestantes acompanhadas necessitam adequações na ingesta alimentar e, na prática de atividades físicas, mesmo que o consumo de ultra processados não seja a maior prevalência entre as participantes, a ingestão de alimentos in natura está abaixo do esperado para o público. Os resultados obtidos evidenciam a necessidade de políticas públicas de saúde que reforcem hábitos de vida saudáveis durante o pré-natal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos; PIMENTEL, Carolina; FONSECA, Eduardo. **ALÉM DA NUTRIÇÃO: O impacto da nutrição materna na saúde das futuras gerações**. 1. ed. São Paulo: Luiz Martins Editorial, 2019. *E-book*.

BRASIL. Ministério da Saúde. **GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA: promovendo a alimentação saudável**. 2. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. *E-book*.

COQUEIRO, Karen; ANJOS, Fabiana; PEREIRA, Renata. Ingestão de nutrientes por gestantes da atenção básica no Tocantins. **Revista Ciência Plural**, v. 8, n. 1, p. 255-285, out. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2022v8n1id25585>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MALTA, Maíra Barreto. *et al.* Effectiveness of an intervention focusing on diet and walking during pregnancy in the primary health care service. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 5, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00010320>. Acesso em: 19 nov. 2022.

MIDDLETON, Philippa. *et al.* Omega-3 fatty acid addition during pregnancy. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/14651858.cd003402.pub3>. Acesso em: 23 nov. 2022.

PEDAGOGIA

EFETOS DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL NA TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA OS ANOS INICIAIS

Adeline Farias Silva¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: adeline.silva@fvj.br),
Artemizia Ribeiro Lima Costa² (Doutoranda em Educação (UFC). Mestra em Educação. Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

Este artigo tem como objetivo identificar quais foram os efeitos do ensino remoto emergencial mediante a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, após voltarem da pandemia do Covid-19, que estavam estudando na Educação Infantil e realizaram a transição de maneira remota para o presencial. Buscou-se ainda analisar os desafios enfrentados pelos professores no processo de desenvolvimento da alfabetização após seus alunos retornarem à sala de aula. A metodologia aplicada foi dividida em referencial teórico e pesquisa de campo, tendo como proposta um cunho qualitativo. Para a fundamentação teórica foram feitos estudos que tratavam da pandemia e da alfabetização, destacando autores como Soares (2020), Vygotsky (1991), Freire (1996), Gomes (2021), além de documentos e leis, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017), Documento Curricular Referencial do Ceará – DCRC (2019) e Lei das Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/1996. Para a obtenção de resultados da pesquisa de campo, aplicou-se um questionário, tendo como respondentes, docentes do 1º ano do Ensino Fundamental de 4 escolas localizadas na zona rural da rede pública de ensino do município de Jaguaruana - CE. Este estudo pode proporcionar reflexões sobre como se encontra a aprendizagem dos alunos após a pandemia, confirmando que a mesma ocasionou efeitos educacionais negativos para a Educação Infantil onde os alunos pouco obtiveram desenvolvimento na aprendizagem acadêmica. Dificultando, o processo de alfabetização, pois as professoras do 1º ano do Ensino Fundamental tiveram que primeiramente desenvolver as habilidades as quais deveriam acontecer no infantil.

Palavras-chave: alfabetização; ensino remoto emergencial; educação infantil; ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

Mediante ao cenário pandêmico vivenciado entre os anos 2020 e 2021, pelo vírus cientificamente identificado como SARSCOV-2, causador da doença COVID-19 que ocasionou um impacto mundial e obrigou as pessoas a adotarem medidas rígidas de prevenção para a saúde, o Ministério da Educação teve que fazer declarações que interviam na educação, a qual tiveram que aderir um ensino remoto emergencial. Com isso, as aulas aconteceram de forma on-line por quase dois anos, provocando alguns efeitos educacionais. Assim, este estudo buscou investigar os efeitos deixados no processo de transição da Educação Infantil para os anos iniciais frente à pandemia.

Diante desse cenário no qual os alunos fizeram essa transição de maneira on-line e retornaram à escola de forma presencial, tal assunto tem sido recorrente, pois os professores têm sentido o efeito e o retardamento na aprendizagem e no processo de alfabetizar seus alunos. Assim, a realização desta pesquisa tem como objetivo geral identificar quais foram os efeitos do ensino remoto emergencial mediante a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos

do 1º ano dos anos iniciais no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental na perspectiva da alfabetização. E como objetivos específicos: verificar os efeitos deixados pelo ensino remoto emergencial; analisar as metodologias usadas pelas professoras do 1º ano do Ensino Fundamental a fim de recuperar a aprendizagem e alfabetizar os alunos; refletir a partir de pesquisas bibliográficas para entender sobre a temática proposta.

A metodologia usada para obtenção dos resultados foi a pesquisa de cunho qualitativo, onde foram realizados estudos em artigos já publicados e a aplicação de questionários com as professoras do 1º ano dos anos iniciais nas 4 escolas escolhidas no município de Jaguaruana-Ce, a partir disso destinou-se a análise de dados.

A PANDEMIA E OS EFEITOS DA TRANSIÇÃO PARA A ALFABETIZAÇÃO

No final de dezembro de 2019, o mundo tomava conhecimento de um novo vírus advindo da China, o qual a proporção em que se espalhava e contaminava a todos tornou-se preocupante, pois colocava a vida de todos em perigo. Logo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou no dia 30 de janeiro de 2020 que o surto da doença conhecida como coronavírus era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, sendo, portanto, de grande risco para a saúde. É de conhecimento geral que com este cenário em que se vivia, era preciso adotar inúmeras medidas públicas, diante delas estava a suspensão das atividades escolares. Assim, o Ministério da Educação se manifestou para definir as orientações para amenizar ao contágio da Covid-19 nas escolas, portanto, na Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020, no Art.1 deixa claro que fica aprovado a substituição das aulas presenciais e utilizem de mecanismos tecnológicos de informação e comunicação. O Conselho Nacional de Educação junto com o Ministério da Educação listou algumas diretrizes que serviriam para guiar gestores e professores desde a educação básica até o ensino superior, com o intuito de orientar sobre os meios que poderiam traçar neste momento pandêmico, usando de aplicativos como *WhatsApp*, *youtube*, *google classroom* ou atividades impressas.

A transição da Educação Infantil para os anos iniciais requer uma atenção e um trabalho redobrado, pois as crianças saem de um percurso que é traçado por brincadeiras e interações lúdicas, para serem inseridas na alfabetização e letramento nos anos iniciais. Tornando assim necessário realizar o processo de mudança aos poucos, para que a criança se familiarize com os novos conteúdos e as metodologias de um novo professor. Sendo então relevante dar continuidade às práticas pedagógicas com esses alunos aos quais ainda são crianças e não entendem de forma objetiva essa transição (LUIZ, 2020). No contexto da pandemia tornou-se dificultoso realizar essas práticas, tendo ciência de que o ensino passou a ser por meios de aplicativos virtuais, necessitando assim de meios tecnológicos e acesso à internet. Entretanto, é preciso levar em consideração que os pais ou os responsáveis por aquela criança seja uma pessoa analfabeta, ou sem condições de possuir acesso à internet e meios tecnológicos. Essas diversidades certamente contribuirão para o não desenvolvimento do aluno, a qual chegará nos anos iniciais sem as devidas aprendizagens e com dificuldade para iniciar a alfabetização. Pois como a BNCC (BRASIL, 2017) fala, ao entrar nos anos iniciais os professores devem dar segmento às aprendizagens desenvolvidas na Educação Infantil de forma mais detalhada e extensa.

Alfabetizar crianças em sala já é desafiador e carece que seja trabalhado através da ludicidade para despertar o interesse dos alunos. Entretanto, esse exercício se tornou fatigante para professores, aos quais tiveram que elaborar aulas para serem repassadas por meios que fossem do alcance das famílias, sabendo que se tornavam mais do que nunca um agente participativo na educação de seus filhos. Os educadores assim, tentaram se reinventar da

melhor maneira possível com o intuito de garantir os ensinamentos e dar seguimento ao processo introdutório da alfabetização. Sendo, portanto, flexíveis e usando da criatividade para que a interação do aluno acontecesse e a comunicação entre os responsáveis e os professores procedesse sem empecilhos. Soares (2020), fala que o processo de alfabetizar é complexo e exige práticas de ensino para que as crianças tenham consciência dos sons da língua, portanto, os responsáveis precisam ter entendimento para orientar o aluno e dificilmente o processo de alfabetização será alcançado por um adulto sem formação. Portanto, todo exercício pedagógico necessita do educador e do educando para que ambos se complementem, fazendo o uso da interação para o ensino e aprendizagem (FREIRE, 1996).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual está dividida em pesquisas bibliográficas e pesquisa de campo. Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário de maneira impressa, percorrendo sobre questões relacionadas ao tema apresentado. Sendo aplicado a professores do 1º ano do Ensino Fundamental em escolas da rede educacional do município de Jaguaruana - Ceará. Foram selecionadas 4 escolas para efetuar uma melhor análise de dados, desse modo, foram respondidos pelas professoras P1 e P2 das determinadas salas escolhidas. Uma das professoras P2 não respondeu, assim, totalizando 7 respondentes que serão identificados como S1, S2, P1, P2, C1, F1 e F2. A escolha se deu por considerar a investigação da transição dos alunos da Educação Infantil para os anos iniciais do Ensino Fundamental após a pandemia de maneira remota e conseqüentemente as respostas das educadoras atenderam aos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pergunta norteadora da pesquisa é (como ocorreu o processo de transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental pós isolamento social no processo de alfabetização?) Com base nisso, foi aplicado um questionário com 11 perguntas referentes ao assunto.

Ao analisar as respostas das professoras, percebe-se que a pandemia ocasionou grandes efeitos educacionais, onde se destaca que esse processo de transição foi muito complicado. As respondentes relatam que isso se deu devido ao distanciamento de dois anos das salas de aula regulares, outros fatores citados foram a falta de concentração nas aulas on-line, o não desenvolvimento das habilidades necessárias para o ingresso no 1º ano, como por exemplo a própria oralidade. As participantes da pesquisa concordam que o processo de transição além do acolhimento pessoal, deve-se levar em consideração também a preparação do ambiente de aprendizagem e a rotina de sala de aula. Quanto ao retorno a sala de aula é perceptível que não foi fácil para as crianças se acostumarem, tendo em vista que existia todo um protocolo recomendado pela Organização Mundial da Saúde, que as escolas precisavam seguir. Sem esquecer que as crianças se adaptaram a estar em casa, dispersas, brincando ou fazendo uso do aparelho celular desregulamente.

A fim de recuperar a aprendizagem e desenvolvimento do aluno mediante os efeitos deixados pela pandemia, todas as respondentes destacam que usam atividades lúdicas para que possam despertar o interesse da criança, entretanto uma relata que trabalha junto com o reforço escolar que a escola possui, assim, seus alunos podem obter um avanço significativo, pois estudam além da sala de aula. É notório o quanto a ludicidade é importante para recuperar os efeitos deixados pelo ensino remoto na aprendizagem dessas crianças e para isso

as professoras usam de recursos como contação de história, brincadeiras, jogos e materiais impressos, quanto ao *Youtube*, apenas 3 responderam que usam e o *WhatsApp* apenas 1 faz o uso. É importante destacar que em duas das escolas, as duas professoras disseram que só fazem o uso de jogos. Com base nisso, é importante que o professor não deixe essa metodologia ser trabalhada apenas na Educação Infantil, mas que ele utilize no 1º ano do Ensino Fundamental.

Quanto aos aspectos necessários a serem desenvolvidos na Educação Infantil, é possível perceber que parte dos alunos não mostraram ter desenvolvido a imaginação e criatividade durante o ensino remoto. Tendo em mente que estas são habilidades importantes para a criança, a qual deveria ser explorada através da ludicidade. Entretanto, com o ensino remoto, os professores não conseguiram obter êxito total. Sabe-se também que a oralidade e a escrita são necessárias que sejam desenvolvidas antes de entrar nos anos iniciais. No entanto, com o advento da pandemia e a falta de recursos, as crianças pouco introduziram. Com isso, vem o atraso na alfabetização, pois primeiro foi preciso recuperar o desenvolvimento dos alunos, onde as professoras tiveram que trabalhar o desenvolvimento motor das crianças no 1º ano. Por mais esse motivo é importante a participação dos responsáveis na vida dessas crianças, que devido à falta de acompanhamento durante a pandemia, obtiveram um grande atraso em sua alfabetização.

Ao analisar as respostas dadas é possível perceber que alguns pais se fazem presentes na vida escolar de seus filhos, querendo contribuir no processo de desenvolvimento e aprendizagem. Logo, aqueles alunos que não possuem um participante familiar que possa contribuir para recuperar os efeitos causados pelas aulas on-line consequentemente é mais afetado no seu desenvolvimento, pois este percurso deve ser traçado além da sala de aula

Diante do questionário apresentado, percebe-se a grande influência da pandemia para a dificuldade na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, ao qual mostrou com clareza que as habilidades e os aspectos necessários a serem desenvolvidos na Educação Infantil não foram garantidos para essas crianças. Nitidamente foram os mais prejudicados para sua alfabetização, sabendo que para começar a ser trabalhada as professoras precisaram desenvolver as habilidades da Educação Infantil.

Diante dos resultados alcançados nesta pesquisa pelas respostas das professoras, é evidente que o ensino remoto emergencial para a Educação Infantil não trouxe resultados favoráveis para seu cotidiano escolar, uma vez que a pandemia modificou e transformou suas aulas, onde o principal objeto de estudo passou a ser o aparelho celular e o ambiente a sua casa. Se fazendo necessário um maior acompanhamento de um responsável familiar para que a criança conciliasse a nova forma de aprender e realizasse as atividades pelas quais iam se desenvolver. Identifica-se que os objetivos propostos para esse artigo foram devidamente alcançados, visto que foram expostos os efeitos deixados para a alfabetização dos alunos que não tiveram seus direitos garantidos durante a Educação Infantil no ensino remoto. Pois, pelas respostas das professoras os alunos não tinham as práticas necessárias de introdução a alfabetização. Dado que, pouco eram desenvolvidos na oralidade, escrita, coordenação motora, criatividade e imaginação. Sem esquecer que a volta à escola após dois anos estudando em suas residências foi mais um processo e desafio que as professoras tiveram que trabalhar, pois, as recomendações para prevenção do Covid-19 ainda tinham que ser seguidas e para as crianças entenderem que tinham que manter distância se tornou complicado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2014.

LUIZ, S. S. F. **Alfabetização na pandemia:** realidades e desafios. Paraíba, 2020.

SOARES, M. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

FORMAÇÃO CONTINUADA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE BEBERIBE/CE: O QUE PENSAM OS DOCENTES?

Alice Ferreira Rodrigues¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alice.rodrigues@fvj.br),
Maria Theresa Costa Zaranza² (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: theresa@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa, tem como tema a percepção dos docentes em relação a formação continuada, o seu principal objetivo é de analisar os significados nela atribuídos aos docentes da rede pública municipal de Parajuru, distrito de Beberibe, por meio de palestras, cursos, oficinas, entre outros meios de capacitação e qualificação, que tem utilidade não apenas no processo de valorização, crescimento e conhecimento profissional como pessoal. As participantes desta pesquisa foram quatro professoras atuantes na rede pública de ensino, as quais responderam um questionário, com uma abordagem qualitativa que por registros de narrativas e experiências contadas pelas docentes, através do WhatsApp e de forma presencial, permitiu conhecer as percepções e interesses sobre a formação continuada. O estudo teve como suporte bibliográfico, a contribuição de teóricos tais como: Imbernón (2009), Pretto (2004), Gill (1999). Os resultados alcançados permitiram a percepção acerca da necessidade que as professoras têm em uma formação mais aprofundada, em relação ao desenvolvimento com crianças deficientes, além das tecnologias, que mesmo durante a pandemia elas não aprofundaram o uso das ferramentas e a instituição de ensino não disponibiliza de recursos para desenvolver aulas mais dinâmicas e diferenciadas. Compreende-se, portanto, a relevância de um tema dessa natureza em perspectivas futuras agregando o processo de crescimento do profissional docente.

Palavras-chave: formação continuada; processo de ensino e aprendizagem; docente; educação.

1 INTRODUÇÃO

Considerando um significativo número de docentes que buscam pela formação continuada e percebendo que não ficaram acomodados apenas com a graduação, surge o interesse de saber qual a relevância na busca da formação continuada, mesmo já exercendo sua função na docência, a procura por novos conhecimentos e capacitações não param, afim de melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos seus discentes e ter reconhecimento nas diferentes instâncias do saber, carregando um sentido prático, pedagógico e transformador.

A pesquisa, portanto, busca compreender a percepção dos docentes de uma escola de rede pública municipal da cidade de Beberibe, em relação a formação continuada, o que eles pensam e o que os conduziram na busca por essa capacitação, qualificação e aprimoramento dos seus conhecimentos e aprendizagem que influi tanto de forma profissional quanto pessoal.

Compreende-se a importância da formação continuada docente no contexto educacional, porém ainda existe uma lacuna de que as secretarias de educação e instituições, não veem esse processo como algo prioritário e que venha a melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, a pesquisa tem como pergunta norteadora: De que maneira a

formação continuada influencia no processo de ensino e aprendizagem, mediante os desafios existentes?

O estudo adotou ao método qualitativo, através de um questionário de dez questões voltadas à formação continuada e suas contribuições, contando com a participação de quatro professoras respondentes, relatando suas experiências e desafios encontrados durante as suas caminhadas.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA: SEU PROCESSO ENTRE PANDEMIA COM O USO DAS TECNOLOGIAS E AS DIRETRIZES NORTEADORAS

A Formação Continuada é uma busca constante pela qualificação profissional, com o intuito de melhoria da prática e trajetória, não apenas na área da educação, mas em todas as demais áreas das profissões, na qual o profissional se dispõe a buscar por essa qualificação e melhoria, não apenas pensando de forma singular, mas sim em conjunto, pois quando a pessoa se dedica a qualificar-se, melhora não apenas a si e seu currículo, como também a instituição na qual está inserido, atuando, trazendo bons rendimentos e realizando um trabalho notável e de excelência.

Conforme Imbernón (2009, p. 105) ao dizer que: “O formador deve assumir mais um papel de prático colaborador num modelo mais reflexivo, no qual será fundamental criar espaços de formação para ajudar a analisar os obstáculos que o professorado encontra para ter acesso a um projeto formativo que os ajude a melhorar”. Nesse sentido os órgãos direcionados a área da educação devem disponibilizar de espaços para que ocorra a capacitação dos profissionais docentes, melhorando os seus desempenhos nos obstáculos e na resolução dos problemas que venham a surgir

Durante a pandemia como reconhece Pretto (2004, p.2), “se não forem dadas as condições adequadas, os professores não terão como enfrentar esse enorme desafio. Precisamos de políticas públicas que considerem o professor e a professora, diferentes entre si e entre todos, como sujeitos capazes de liderar todo o processo escolar.” E diante desse momento, pode-se abrir os olhos e a mente para novas aprendizagens e oportunidades, se desprendendo daquela educação tradicional e de materiais físicos, pois é necessário esse contato com o mundo tecnológico e fazer o uso desses meios e plataformas que viraram costume, ao entrar de tal maneira na rotina de todos.

Como assegurado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para (BNCC-Formação), no artigo 6º e incisos abaixo:

- VI -a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;
- VII -a articulação entre a formação inicial e a formação continuada;
- VIII -a formação continuada que deve ser entendida como componente essencial para a profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de Educação Básica na qual atua o docente

Portanto, ainda que esses alinhamentos já sejam praticados pelos professores, é preciso reconhecer e intencionalizar mais ainda para que as formações continuadas sejam vivenciadas e não apenas pensadas como cursos, palestras ou eventos simples, pois ela exige o domínio de conhecimentos específicos, aplicações ativas e contextualizadas para facilitar a aprendizagem dos conteúdos e desenvolvimento pautados pela base.

5 METODOLOGIA

A pesquisa foi aplicada em uma escola pública municipal, de Parajuru, distrito da cidade de Beberibe-Ce, onde foi realizada por meio de uma entrevista semi estruturada, a qual, segundo Gil (1999), “o entrevistador permite ao entrevistado falar livremente sobre o assunto, mas, quando este se desvia do tema original, esforça-se para a sua retomada”. A pesquisa qualitativa possibilitou a percepção de quatro professoras entrevistadas quanto a formação continuada e uma reflexão sobre suas respostas, contribuindo também para que pudéssemos refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem na formação profissional.

6 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Contudo, é importante ressaltar que existe uma falta de preparo e auxílio para os professores, que necessitam trabalhar com crianças deficientes, que cada vez mais estão sendo diagnosticadas com alguma deficiência e o uso das ferramentas digitais, que durante a pandemia foi tão essencial para a comunicação e modo geral para a circulação do cotidiano e mesmo assim, as docentes ainda não conseguiram se aprofundar dessas ferramentas, além da instituição não ter condições de disponibilizar os materiais necessários para ofertar aulas mais dinâmicas e proveitosas, despertando o interesse dos alunos. Além da não parceria dos “superiores”, uma vez que estes se mostraram distantes, causando assim atrasos no processo de especialização e desinteresse dos docentes.

Questionou-se como pergunta norteadora da pesquisa: De que maneira a formação continuada influencia no processo de ensino e aprendizagem, mediante os desafios existentes? Considerando o referencial teórico utilizado e também as perguntas aplicadas às respondentes, compreende-se que de forma geral a formação continuada tem proporcionando muitas aprendizagens, principalmente na ampliação dos conhecimentos, apesar de existir certos empecilhos que afetam esse processo, como por exemplo, as condições financeiras e a falta de tempo.

Portanto, mediante os resultados da pesquisa, é necessária uma análise de como está acontecendo a formação para os futuros professores buscarem cada vez mais capacitação para estarem aptos a exercerem a docência, conforme necessita a sociedade. E assim, se tornarem facilitadores de excelência no processo de ensino e aprendizagem

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parecer CNE/CP2/2019 - **Diretrizes Curriculares Nacionais** para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECPN22019.pdf. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. Disponível em: https://www.academia.edu/42358979/M%C3%A9todos_e_T%C3%A9nicas_de_Pesquisa_Social_Antonio_Carlos_Gil_6_ed_2008. Acesso em 28 de novembro de 2022.

IMBERNÓN. F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em:

<https://docplayer.com.br/49783634-Formacao-docente-e-profissional.html>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

PRETTO, N. L. **As Tecnologias da Informação Desafiam a Educação**. Jornal O Dia de Teresina/ Piauí. 2004. https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15033/1/escola-sem-com-futuro_RI.pdf. Acesso em: 24 de maio 2022.

A PERSPECTIVA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS SOBRE A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Ellen Barbosa Ferreira de Jesus¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: ellen.ferreira@fvj.br),
Roseane Barbosa Capibaribe² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: roseane.capibaribe@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

É comum as instituições de ensino ofertarem métodos teóricos e práticos para receberem alunos ouvintes, mas essas instituições também devem apropriarem-se de acessibilidades adequadas para receber e educar alunos com as mais variadas necessidades educacionais especiais. Incluir, independe de gênero, idade, deficiência e classe social. Não apenas inserir alguém no contexto, mas incluir integralmente e proporcionar oportunidades igualitárias para todos os indivíduos presentes. Com isso, a pesquisa tem como objetivo conscientizar a sociedade ouvinte em relação às pessoas surdas, identificando e analisando as dificuldades que surgem no processo de inclusão do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio da visão do intérprete de Libras. Para a realização desse estudo, contou-se com a colaboração teórica de Goffredo (1999); Pinheiro, Lima e Silva (2019); e Mantoan (2003); visando embasar e reforçar a relevância do assunto pesquisado. Refere-se a uma pesquisa bibliográfica exploratória e qualitativa, realizada com profissionais atuantes em diferentes instituições de ensino. O método utilizado para coleta de dados foi um questionário aplicado por meio do Google Forms, estruturado com dez perguntas, onde dois profissionais intérpretes de Libras responderam à pesquisa. De acordo com os resultados obtidos, foi possível entender como a inclusão acontece no âmbito escolar, por intermédio de experiências distintas relatadas, e analisar as dificuldades e facilidades expostas, dado que estão inseridos em um contexto onde os ouvintes não conhecem a sua língua principal. Portanto, torna visível a obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais na grade comum curricular das instituições de ensino, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a fim de melhorar a interação do aluno surdo com o contexto escolar.

Palavras-chave: inclusão; intérprete; libras; ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

A relevância da pesquisa se deu através da notável inevitabilidade de propostas pedagógicas que viabilizem a criação de estratégias educacionais que possibilitem e forneçam a educação bilíngue as pessoas surdas desde sua educação básica, em especial os anos iniciais do ensino fundamental, etapa responsável pela alfabetização e letramento do indivíduo.

Destarte, o estudo justifica-se pela necessidade de apoio e suporte, como, por exemplo, a obrigatoriedade de um profissional capacitado para auxiliar o aluno surdo a se conectar com os conteúdos sistematizados, evitando que o processo de ensino-aprendizado se torne árduo, desmotivador e de exclusão, à medida em que o aluno não se sentiria pertencente ao contexto escolar e não conseguiria assimilar e absorver os conhecimentos exigidos para sua idade. Da mesma forma em que dar abertura para desistência de concluir os estudos e a dificuldade de assumir seu papel como cidadão em seu convívio em sociedade.

Refere-se a uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e qualitativo. O estudo visa trazer perspectivas e práticas vivenciadas por profissionais intérpretes de Libras que tenham atuado com alunos surdos no âmbito educacional, onde possam relatar suas experiências em relação à inclusão física e intelectual desses alunos numa turma regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi aplicado um questionário através do *Google Forms* com TILS dos estados Maranhão e Ceará.

MARCO TEÓRICO

Surdez é o termo usado para nomear quem não consegue ouvir, podendo ela acontecer de diversas formas, tanto de maneira genética, por trauma, como por alguma doença. A audição é formada por um conjunto de canais que fazem a ligação das ondas sonoras com a parte do cérebro responsável por identificar e reconhecer aquilo que está sendo escutado, seja uma fala ou mesmo sons diversos ao redor.

Há pessoas que não possuem essa capacidade de detecção de efeitos sonoros, estas são classificadas como pessoas surdas, onde, no Brasil existem cerca de 5,8 milhões de pessoas com essa deficiência, o que corresponde a 3,2% de habitantes. Os surdos não foram sempre tratados com humanidade, alguns tiveram uma trajetória dolorosa até chegar aqui. A Língua Brasileira de Sinais — Libras, surgiu no século XIX, através de um francês chamado Ernest Huet, que era surdo desde os seus 12 anos de idade. Ele foi convidado em 1855 por Dom Pedro II, imperador entre 1840 e 1889, com o objetivo de ensinar os surdos no Brasil. Em 26 de setembro de 1857, registrado na Lei nº 839, foi fundada por ele a escola Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, onde só eram aceitos em regime de internato alunos do sexo masculino. Atualmente é conhecida por Instituto Nacional de Educação de Surdos — INES (Duarte, *et al*, 2013).

A lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, determinando que a Libras deve ser utilizada como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, assim determina-se a Libras a ser a primeira língua (L1) da pessoa surda, ficando a língua portuguesa como segunda (L2), o contrário da pessoa ouvinte. Esses acontecimentos foram dando norte para que a igualdade de direitos fosse tomando força cada vez mais. Durante a fase escolar do aluno surdo é indispensável que a escola disponibilize um profissional intérprete para traduzir as informações e conteúdos ministrados pelo professor titular da classe onde o surdo está inserido, tendo em vista sua incapacidade de ouvir e língua diferente utilizada para comunicar-se, visando atender suas necessidades educativas e auxiliando em sua interação com o meio educacional.

O intérprete de Libras pode atuar em variadas áreas, sendo o intérprete de sala de aula o responsável por traduzir e estabelecer relações do aluno surdo com o professor e os demais alunos ouvintes. Situações de cuidados com o aluno, como seu comportamento e o ensino da Língua de Sinais para aqueles surdos que ainda não fazem uso, não é um papel do intérprete. O mesmo deve agir como mediador, estando sempre atento para transferir corretamente o que está sendo oralizado para a língua de sinais. Vale ressaltar que a postura do intérprete ao realizar a tradução, deve acontecer da maneira mais neutra possível, visto que os movimentos corporais e expressões faciais são a base para a comunicação em sinais, podendo mudar o significado do que estar traduzindo, podendo ser mal interpretado e dar outro sentido para o que o professor titular está ministrando (SANDER, 2002).

METODOLOGIA

A entrevista foi efetivada no mês de novembro de 2022, com declarações coletadas através de um questionário elaborado pela pesquisadora, contendo 10 perguntas subjetivas. Foi realizado de maneira remota através da plataforma *Google Forms*. Com autorização de usar os relatos e opiniões como norte para embasar a pesquisa.

As perguntas pretendiam compreender como aconteceu o processo de ensino-aprendizagem desses alunos e se aconteceu de fato a inclusão dentro do contexto, considerando as interações e participações dos alunos entre si e com o professor titular da turma. Visando obter informações a respeito da sua autonomia na aquisição de conhecimentos e habilidades.

As respostas foram coletadas assegurando o anonimato dos participantes, como forma de garantir esse sigilo de identidade dos profissionais, foi adotado um método alfanumérico para mencionar os entrevistados, utilizando-se da sigla do profissional, TILS (tradutor e intérprete de Libras), e seguindo a ordem dos números naturais (exemplos: TILS 1 — Tradutor Intérprete Libras 1).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

De acordo com os dados coletados nessas três primeiras perguntas, foi possível perceber a diferença na quantidade de anos na profissão, onde segundo a informação de TILS 1 tem o dobro de anos de trajetória de TILS 2. Já observando o fator trajetória com diferença na quantidade de crianças acompanhadas percebemos que TILS 2 tem mais do que o dobro de TILS 1. Dois pontos que podem interferir na quantidade de desafios e realizações encontradas no fazer profissional de cada um.

Um ponto que deve ser sempre avaliado se está acontecendo da maneira mais inclusiva possível é a abertura para que o aluno surdo possa ter participação nas aulas e poder se expressar nas situações que sentir necessidade de esclarecimento. A pergunta lançada sobre esse aspecto foi se o aluno recebe a devida abertura para esclarecer suas dúvidas e expor suas percepções. Ambos relatam positividade sobre o aluno surdo se expressar na sala de aula, uma possível dificuldade mencionada por TILS 1 está no aluno ainda estar em processo de aprendizagem tanto na Libras quanto na Língua Portuguesa, o que pode causar um pouco de impedimento no aluno querer expor suas ideias. TILS 2 menciona que os demais se mostram empáticos com a necessidade de facilitar a inclusão do surdo em todos os aspectos.

Não foi relatado apenas dificuldades, dentre o que foi relatado expuseram-se situações positivas, acontecimentos que proporcionam ao aluno surdo uma segurança maior na aquisição de seu conhecimento e contribuindo para que se sinta um ser pertencente aquele contexto, sem discriminação e indiferença. Exemplos do que foi dito é de como algumas escolas dispõem de estrutura física adequada para acessibilidade correta dos alunos surdos, facilitando sua interação com o meio, como a boa relação com as crianças ouvintes, ao ser bem recebido e acolhido, estabilizando suas emoções e proporcionando bem-estar para estimular uma boa aprendizagem e o espaço correto que é dado em sala de aula para que esses alunos apresentem suas ideias, esclareçam dúvidas e criem cada vez mais o interesse de estar em constante aprendizado, contribuindo para despertá-lo em sua curiosidade, criticidade e reflexão, pontos importantes para se desenvolver em uma criança.

A pesquisa trouxe um contato mais próximo da pesquisadora com o tema, concedendo conhecimento a respeito de questões pertinentes e significativas, visto que é um tema pouco explorado e pouco lembrado pela maioria das pessoas. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de que as instituições de ensino juntamente com o Ministério da Educação analisem e providenciem a possibilidade de inserção da Língua Brasileira de Sinais na grade

comum curricular dos anos iniciais do ensino fundamental, sendo a Libras reconhecida como a segunda língua nata do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei de Diretrizes. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 23-23, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 23 de maio de 2022.

DE GOFFREDO, V. L. F. S. A ESCOLA COMO ESPAÇO INCLUSIVO. **Educação especial: tendências atuais**. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/49089644/E._E_tendencia_atual-libre.pdf?1474742446=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DE._E_tendencia_atual.pdf&Expires=1671561878&Signature=Xegmma3AnIx~RzavQwN~fFDxX978MDzc6lslRzzG8yz14gWUN8yuDrprUpb~HLtgHelHQqEGKnKdXsOAJ09OhnWfdEBxfUQfgNawydlnsR9pVRRvEibtCtcKms7swPO36vqIqIJQrgh4UsKGWcR-AyzFS77ZjP2f3nr6~VBLr3INGSPd42SUpKZv6ceFfW8GI9SXTWQTugver8BWwiku49diF1ZMDIX9mDnI52jatjpXcL7IpOjNV7r1WJIvzlKbo7UDi1d3UpnMqUIHXPnK9HckL9kVS-sTWGZqNK31HxJZlzDiOVc8Oq-wyIrFTveBbVdWCwxXgF34NvSi~gvgA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=43> Acesso em: 10 de abril de 2022.

DUARTE, S. B. R. *et al.* **Aspectos históricos e socioculturais da população surda**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QkzPkkNgwTzG69wJKDzN66p/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna. 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%20-%20ESCOLAR%20-%20Maria-Teresa-Egl%20-%20Mantoan-Inclus%20-%20Escolar.pdf>. Acesso em: 04 out. 2022.

PINHEIRO, M. O.; LIMA, J. W. B.; SILVA, A. M. (Orgs.) **Surdez e inclusão educacional: diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: https://www.editorafi.org/_files/ugd/48d206_9e17684a87cb4b2e87ed274ba46fb0ef.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

SANDER, R. **Questões do intérprete da língua de sinais na universidade**. In: Letramento e Minorias. Org. LODI, A. C. B.; HARRISON, K. M. P.; CAMPOS, S. R. L. e TESKE, O. Editora Mediação, Porto Alegre, 2002.

O PAPEL DA LUDICIDADE NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Antonio Joel das Chagas Monteiro¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: antonio.monteiro@fvj.br),
Maria das Graça Silva¹ (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.silva@fvj.br).**

RESUMO

A pesquisa discorre sobre o papel da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil, através da análise do lúdico como método de ensino, e a forma como o professor pode trabalhar essa metodologia nas turmas infantis. No desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber que as brincadeiras desempenham uma grande influência na Educação Infantil, e é vista como uma forma essencial para a construção e o desenvolvimento humano. Os autores Bacelar (2009), Laurindo (2010), Luckesi. (2014), Piaget (1972), Vygotsky (1998), abordam em seus artigos que a ludicidade é um meio utilizado para facilitar a metodologia de ensino-aprendizagem e colaborar para a construção social e intelectual dos alunos. O lúdico não está relacionado apenas ao ato de brincar, um lazer, ou recreação, e sim no aprendizado e desenvolvimento da criança. A pesquisa conceituou-se como uma revisão sistemática de literatura, com base na consulta de artigos na plataforma virtual Google Acadêmico.

Palavras-chave: ludicidade; educação infantil; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O ensino lúdico desempenha uma grande influência na educação infantil, e é visto como um método essencial para a construção e o desenvolvimento humano. É um meio utilizado para facilitar a metodologia de ensino-aprendizagem, e colaborar para a construção social e intelectual dos alunos. Sabe-se que educar crianças na Educação Infantil é um desafio constante e incerto, pois é necessário estabelecer um diálogo com alunos que ainda não conseguem se expressar de forma explícita, tentando compreender o que eles querem emitir através do seu choro, da negação em efetivar as atividades propostas e de todas as suas expressões corporais.

Um fator importante para trabalhar por meio do lúdico é estabelecer uma forma de afeto, ter uma relação boa com as crianças e impulsioná-las a estabelecer seus primeiros convívios com a sociedade, dessa forma elas conseguem se comunicar melhor e criar uma certa segurança, confiança e intimidade com seu educador. Em razão dessa conexão do professor com a criança, essa constrói vínculos com outras pessoas que fazem parte do seu mundo, e isso é que possibilita construir seus valores éticos e morais. É por meio da afeição que as crianças se conectam com o mundo figurativo, possibilitando ações cognitivas e proporcionando seu desenvolvimento.

Segundo Bacelar (2009) a ludicidade refere-se como a forma de realizar jogos, brincadeiras e atividades que exercitam a imaginação e a fantasia. Teoricamente, quando se fala em ludicidade, de imediato imaginamos exercícios relacionados à divertimento, brincadeiras e prazer. Entretanto, não é suficiente apenas sugerir brincadeiras, estas têm que apresentar um objetivo que possa propiciar aos estudantes todos os seus direitos e deveres

simultâneos a sua preparação e desenvolvimento para séries seguintes. Cada criança possui o direito de brincar, direito à individualidade, aprimorar a sua imaginação, curiosidade e a capacidade de se expressar.

Assim, observa-se e compreende-se que quando uma criança brinca, adquire ainda mais conhecimentos, além de assumir responsabilidades em suas brincadeiras, pois os brinquedos trazem esses incentivos, a partir do momento que ela cria uma conexão e um vínculo natural com o brinquedo, através da sua imaginação, que pode demonstrar medo, tristeza, alegria, agressividade, raiva e afeto.

MARCO TEÓRICO

Foram divididos em quatro tópicos sendo o primeiro o lúdico na educação infantil para (Vygotsky, 1998) o brinquedo proporciona possíveis formas de desenvolver os pensamentos e as perspectivas das crianças, visto que lida com a imaginação, possibilitando com que elas dominem diversas oportunidades que surgirem em seu cotidiano.

O segundo tópico retrata sobre a Ludicidade na escola onde (Laurindo, 2010) afirma que as escolas precisam utilizar dentro das salas de aulas, ou no intervalo, as mesmas brincadeiras praticadas pelas crianças em extramuros, para que possam despertar nos alunos diferentes meios de pensar, agir e interagir com o outro.

O terceiro aborda sobre a relação do professor com a ludicidade onde (Luckesi, 2014) relata que não é suficiente lecionar apenas com os livros, mas instruir o estudo lúdico de forma que o professor possa compreender quando estiver trabalhando com o outro suas experiências pessoais.

E por fim o quarto e último que discorre sobre o lúdico e o processo de aprendizagem, quando é falado sobre a importância do lúdico no aprender, logo pensamos sobre as fases de desenvolvimento de cada criança desde o nascimento, até a pré-adolescência. Segundo (Piaget, 1972) as fases do desenvolvimento cognitivo infantil, são divididas em quatro fases estágio sensório-motor (0-2 anos), estágio pré-operacional ou simbólico (2 a 7 anos), estágio operatório-concreto (7 a 11/12 anos), estágio operatório-formal (a partir de 12 anos). Assim, acompanhando essas fases, em cada uma delas o lúdico e as brincadeiras vão se adaptando e construindo um papel importante na aprendizagem de cada aluno.

METODOLOGIA

A pesquisa define-se como uma revisão sistemática de literatura com análise qualitativa, baseando-se em estudos que abordaram o papel da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem na educação infantil. Os artigos científicos para elaborar essa pesquisa foram retirados da plataforma virtual: Google Acadêmico. E para elaboração desse estudo, os critérios de inclusão foram: artigos publicados que discorressem sobre o tema, que fossem gratuitos e na íntegra e que estivesse na língua portuguesa. Já os critérios de exclusão foram: artigos incompletos, que estivessem em outra língua e que não abordasse o tema proposto.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No decorrer dessa pesquisa, foi observado que trabalhar a ludicidade nas turmas de educação infantil é de extrema importância, pois seu papel no processo de ensino-aprendizagem é proporcionar através de jogos e brincadeiras um crescimento profissional e pessoal para as crianças. O lúdico trabalhado em sala de aula não contribui apenas para o

aprendizado dos estudantes, como proporciona ao educador aulas mais prazerosas e dinâmicas. Portanto a organização desse método de ensino deve iniciar pela instituição escolar, elaborando ideias e sugestões de atividades que os professores possam aplicar e utilizar em sua sala de aula com as crianças. Atividades essas que chamem a atenção dos meninos e meninas para que se sintam interessados em realizá-las, pois é impossível criar uma metodologia nova sem a participação das crianças.

Levando em consideração as informações observadas nessa pesquisa, é evidente que o ensino lúdico promove para as crianças um desenvolvimento global (cognitivo, social e motor), sendo necessário que a criança explore, respeite, vivencie e reconstrua seu mundo. Nesse ponto de vista, o professor deve entender que cada criança é única e possui características individuais e, portanto, elas precisam de estímulos para que possam crescer inventivas, criativas e sobretudo críticas.

Diante disto, a pesquisa evidenciou que lecionar por meio de atividades e exercícios lúdicos transforma a maneira de aprender das crianças, tornando o aprendizado das mesmas mais atrativo e dinâmico, além de trabalhar com elas o raciocínio, a atenção, a linguagem oral, a habilidade em se relacionar com o meio e com o outro e um melhor desenvolvimento da criatividade e da imaginação.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. Ludicidade e educação infantil. 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/23789>. Acesso em: 09 abr. 2022.

LAURINDO, Moises. **Ludicidade na escola pública**: opiniões, vivências e cotidiano de um grupo de professores. 2010. 113 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2010. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/3530>. Acesso em: 01 jun. 2022.

LUCKESI, Cipriano. Ludicidade e formação do educador. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9168/8976>. Acesso em: 29 maio 2022.

PIAGET, J. A vida e o pensamento do ponto de vista da psicologia experimental e da epistemologia genética. In: **Piaget**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/psicoeduc/piaget/publicacoes-de-piaget-no-brasil/>. Acesso em 30/10/2022.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente. Acesso em: 18/11/2022.

MÉTODO FÔNICO COMO APOIO PARA O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Daiane Rufino de Sousa¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: daiane.sousa@fvj.br,
Artemízia Ribeiro Lima Costa¹ (Orientadora – Doutoranda em Educação (UFC);
Mestra em Educação (UFC); Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe,
e-mail: artemizia@fvj.br

RESUMO

O artigo tem o intuito de apresentar o papel do método fônico e seu objetivo é analisar o método fônico e sua aplicação nas escolas no processo de alfabetização, tendo como curiosidade saber como os professores o usam em suas salas de aula. Pretende averiguar se há uma formação continuada a respeito deste método e como é visto pelos docentes. Sabe-se que há uma quantidade imensa de métodos de ensino, de estratégias para que a criança aprenda e desenvolva, pois o alvo do professor é que seu aluno se alfabetize, mas também seja letrado. Para este artigo foi necessário recorrer para pesquisas bibliográficas com difusores como: Soares (2020), Vagones (1980), Capovilla (2004), Medeiros e Oliveira (2008), entre outros. A metodologia adotada na pesquisa de campo foi a aplicação de um questionário para professores da alfabetização em duas escolas diferentes. Baseado nos documentos e nos referenciais teóricos, bem como nos professores participantes da pesquisa, ressalta-se o papel do método fônico. Os resultados mostraram a necessidade de formação continuada para que os professores se apropriem de forma completa, mas percebe-se o uso do método na prática pedagógica, mesmo sendo algo superficial e não tendo domínio, ainda não deixa de aplicar atividades relacionadas ao método fônico.

Palavras-chave: alfabetização; método fônico; consciência fonológica.

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem como foco o método fônico e como suas estratégias podem ter ou não relevância na aprendizagem das crianças. Mas, para isso as pesquisadoras levantaram o seguinte problema: os professores estão preparados para fazer uso do método fônico no processo de alfabetização em sala de aula? Diante da indagação, pretende-se verificar e investigar essa prática no espaço escolar.

A curiosidade sobre este assunto surgiu a partir da recomendação do MEC com uso da consciência fonológica dentro das escolas recentemente, mas também pelas pesquisas de cientistas que abordam o assunto como eficaz e que já é utilizado por países desenvolvidos (CAPOVILLA, 2004). Dito isso, o objetivo da pesquisa é analisar e compreender o método fônico e sua aplicação pelos professores dos anos iniciais com o foco na alfabetização.

O material apresentado descreve o processo de alfabetização, a definição, sua importância e o seu ciclo. Em seguida, tem-se um breve histórico de como surgiu o método fônico diante de outros métodos de ensino, como: o método alfabético, o global, o silábico, o de sentencição e o de palavração. No entanto, neste artigo destaca-se o papel do método fônico e sua prática pedagógica como um auxílio para a aprendizagem.

O último passo foi coletar e analisar os dados a partir de um questionário direcionado aos professores dos anos iniciais e para subsidiar a pesquisa, contou-se com os seguintes teóricos, Soares (2020), Vagones (1980), Capovilla (2004), Medeiros e Oliveira (2008) que

fortaleceram nas referências destacando o tema: método fônico como apoio para o processo de alfabetização.

Percebe-se que os professores fazem o uso de atividades relacionada ao método fônico, fazendo uso da consciência fonológica e que o lúdico é primordial no conteúdo. Usa-se de vários trajetos para conseguirem atingir seu o objetivo: a alfabetização.

A CONTRIBUIÇÃO DO MÉTODO FÔNICO E A VISÃO DOS AUTORES

A pesquisa fala inicialmente sobre o processo de alfabetização que segundo SOARES (2020) é uma etapa em que o indivíduo constrói suas habilidades de ler e escrever, desenvolvendo o seu cognitivo e seu movimento motor. O ciclo da alfabetização afirma que a criança deve ser alfabetizada até o segundo ano do ensino fundamental e visando o letramento.

Aborda-se o surgimento do método fônico diante de outros métodos de ensino, como: o método alfabético, segundo Silva e Frade (2007) que é a decoração mecânica verbal das letras do alfabeto e após a memorização das sílabas. O global, apresenta-se primeiro o texto (parte maior, pode ser um conto e após analisa fragmentando em partes menores, frase, palavras, sílaba até chegar na letra); o silábico estuda a família silábica (primeiro as mais simples para depois as mais complexas); o de sentencição (o foco é na frase, no seu significado, memoriza e posteriormente a leitura de cada palavra e finaliza com a sílaba para formar novas palavras) (SILVA e FRADE, 2007).

Há uma variedade de métodos de ensino no percorrer da história (os analíticos e sistemáticos). No Brasil nos anos 80 predominava o alfabético silábico. Em outros países como França e Alemanha o de soletração, o surgimento do método fônico foi a partir da reformulação do método de soletração que no começo não houve sucesso. Já em 2019 na busca de um método que realmente funcionasse o Mec lança a proposta de promover a consciência fonológica nas escolas e de acordo com CAPOVILLA (2004) o método fônico é um método de alfabetização que se baseia na percepção dos sons dos grafemas do alfabeto, ou seja, fonema e grafema (som e letra) recomendado por cientistas que afirmam sua eficácia e seus bons resultados em países desenvolvidos

Na prática pedagógica o professor deve seguir as etapas e não pular níveis segundo JERKE (2021) para que o ensino seja de forma lúdica e significativa a criança deve subir degrau por degrau para então, chegar no seu destino. Estas etapas trarão compreensão, conhecimento alfabético, fluência em leitura, desenvolvimento de vocabulário e outras, e assim gerando conexões cerebrais.

O educador deve apresentar as letras em forma de contação de história por exemplo, ensinar as letras mais simples até a mais complexa. Conta-se com o apoio do método fonovisuarticulatório conhecido como o método da boquinha, os sons produzidos pela boca são codificados e decodificados para transformar em grafema (a letra) favorecendo o uso da língua escrita, a professora poderá emitir o som e mostrar imagens da articulação da boca. Assim, a criança capta as informações e consegue formar as sílabas.

Diante deste contexto histórico e conceitual, surge a necessidade de entender qual o papel do método fônico no processo de alfabetização, a partir da compreensão de sua utilização nas turmas que contemplam o ciclo de alfabetização, que segundo a BNCC (2017), é formado pelo 1º e 2º ano do ensino fundamental e que essa etapa vise o letramento.

METODOLOGIA

Com a intenção de coletar dados, foi elaborado um questionário para subsidiar a pesquisa com professoras da alfabetização que atuam em sala de aula, os artigos científicos e os livros, fortaleceram a ideia de que os métodos de ensino são diversos e o educador recorre aquele que melhor se adequa ao aluno, ou seja, que consiga sanar suas dificuldades de aprendizagem.

Averiguando as respostas dos professores propõe uma pesquisa qualitativa em que as informações contidas são de suma importância para responder um problema. Dito isso, a aplicação foi realizada em duas escolas, no total de 5 professores formados em Pedagogia, uma com graduação em Letras e especialista em Educação Especial e outra com especialização em Neuropsicopedagogia.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os respondentes da pesquisa atuam nas escolas da cidade de Fortim, são professores que atuam na educação atualmente nas turmas de 1º e 2º ano do ensino fundamental das duas escolas, porém dos 8 questionários entregues apenas 5 responderam. Sendo, 1 do sexo masculino e as demais do sexo feminino, a faixa etária dos respondentes estão entre 22 e 48 anos, o tempo de experiência na alfabetização variam de 3 a 5 anos. Há educadores que trabalham na educação em torno de 5 a 25 anos. No artigo os nomes dos respondentes serão substituídos por P1, P2, P3, P4 e P5 para a confidencialidades dos nomes dos participantes.

Para entender a prática do professor em relação ao método fônico foram elaboradas perguntas norteadoras, tais como: Perfil do respondente; como você conceituaria alfabetização? Você já ouviu falar sobre o método fônico? Se sim, descreva um pouco e qual a importância dele; cite algumas atividades que não poderia faltar no processo de alfabetização; defina consciência fonológica e como ela poderia contribuir para o desenvolvimento do aluno correlacionado ao ensino da leitura e uma sobre a formação continuada do método fônico.

A professora P4 descreve a importância da alfabetização nos primeiros anos da escolarização, pois aplicará na formação cidadã do indivíduo gerando a comunicação, já a respondente P3 diz que é um processo de cada vez, que não é algo que já nasce pronto, o professor como mediador deverá ser criativo para que a criança desperte em si as habilidades e competências, as vezes é algo do dia pro outro, e outras demoram bem mais para essa aquisição.

Segundo os respondentes o método fônico deve ser estimulado ao aluno por meio da consciência fonológica que permite que eles pronunciem palavras completas, ressaltam também que no método fônico se ensina por meio dos sons das letras e este auxilia no manuseio da escrita e leitura.

Em sala de aula os participantes da pesquisa afirmam a utilização de vários métodos de ensino tanto os sistemáticos que partem das unidades menores como a letra até chegar a textos mais complexos. Já os analíticos trabalham inicialmente com um texto, analisando e fragmentando em partículas menores até chegar na sílaba ou letras.

De acordo com os docentes a consciência fonológica é o conhecimento em que a criança tem de perceber que cada letra tem um som, propiciando a formação de palavras. Esta deve estar presente nas atividades no processo de alfabetização, como o ditado, rimas a ludicidade...

Ao analisar os relatos dos respondentes, estes afirmaram que utilizam em suas aulas o lúdico, o ditado, a compreensão de textos e a estrutura das palavras, não especificam

claramente o método fônico em seu planejamento, mas todos aplicam atividades que fazem parte do processo de alfabetização.

Percebe-se que a ludicidade não pode faltar no aprendizado das crianças, o brincar na educação infantil para o início dos anos iniciais é precioso, mas precisa continuar no ciclo de alfabetização, não é apenas o brincar, tem uma intencionalidade, construindo um indivíduo em seus diversos aspectos, pois segundo Rolim, Guerra e Tassigny (2008, p. 45),

o brincar relaciona-se ainda com a aprendizagem. Brincar é aprender; na brincadeira, reside a base daquilo que, mais tarde, permitirá à criança aprendizagens mais elaboradas. O lúdico torna-se, assim, uma proposta educacional para o enfrentamento das dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Porém na prática, o professor não utiliza um método específico em sala de aula, mas sim uma mesclagem, ou seja, conforme com o conteúdo aplica-se o que melhor se encaixa. Percebe-se que há sim um conhecimento por parte dos docentes, que existe uma formação continuada, e que é considerado eficaz em alguns contextos, contudo, pelos dados coletados na pesquisa, os professores não utilizam o método fônico com propriedade, a maioria até o conhece, mas não relatam sua utilização em sua prática pedagógica.

Portanto, a pesquisa proposta mostrou que os professores não conseguem identificar se utilizam o método fônico no processo de alfabetização de seus alunos, pois mesmo sabendo explicar seu conceito, não tem segurança sobre que método ou métodos utilizam. Cabem aos órgãos públicos proporem formações continuadas mais objetivas e focadas, trazendo para o professor mais confiança na utilização destes métodos.

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA –Política Nacional de Alfabetização**. Brasília: MEC, SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022

CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra.; CAPOVILLA, Fernando Cesar **Alfabetização: método fônico**. São Paulo: Memnon, 2004.

DA SILVA FRADE, Isabel Cristina Alves. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdo da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação**, v. 32, n. 1, p. 21-39, 2007.

JERKE, Raquel Braum. **Método fônico de alfabetização: a nova indicação do MEC**. 2021.

ROLIM, Amanda Alencar Machado.; GUERRA, Siena Sales Freitas; TASSIGNY, Mônica Mota. Uma leitura de Vygotsky sobre o brincar na aprendizagem e no desenvolvimento infantil. **Revista Humanidades**, Fortaleza, v. 23, nº 2, p. 176-180, jul./dez. 2008. Disponível em: http://200.253.187.1/joomla/joomla/images/pdfs/pdfs_notitia/2633.pdf. Acesso em: 02 abr. 2022.

SOARES, Magda. **Alfaetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

O PAPEL DO BRINCAR NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Danielly Almeida de Souza¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: Danielly.almeida@fvj.br),
Albano Oliveira Nunes² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br).**

RESUMO

Essa pesquisa é de cunho bibliográfico, seguida por uma pesquisa de campo, que teve como local a escola E.E.F de Coqueirinho por meio da realização de um questionário, diante dos professores participantes, foram identificados os seguintes dados: as educadoras utilizam jogos e brincadeiras constantemente na sala de aula, apesar da falta de recursos para a construção dos jogos e brinquedos, as mesmas utilizam uma didática que resultam no desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, conseguindo atingir uma excelente atuação em diferentes pontos de vistas, corporal, sentimental e emocional. Com objetivo de apresentar a maneira que a execução do brincar pode ajudar na aprendizagem e no desenvolvimento das crianças na educação infantil, considerando que o lúdico desempenha um papel essencial no conhecimento dos estudantes na atualidade.

Palavras-chave: aprendizagem; desenvolvimento; estudantes.

INTRODUÇÃO

O brincar é uma etapa da vida que contribui para desenvolvimento da criança. Pois é durante as brincadeiras que as crianças iniciam a vivência do respeito ao outro, que a competição se alia a cooperação, que novos desafios são colocados e elas buscam superar a si mesma, pelo simples prazer proporcionado pelas atividades lúdicas. Segundo Garcia e Marques (2001) brincar faz parte do processo do desenvolvimento infantil para compreender o mundo. Permitindo a criança expressar seu imaginário durante a interação com o outro.

Desta forma a criança vai explorar seus conhecimentos a partir de atividades lúdicas, onde ela possa apreender sobre seus direitos e deveres com o auxílio do educador. Nesta perspectiva a instituição possui certa responsabilidade relevante na condição de simplificadora dos estudos, promovendo o crescimento completo do infantil por meio de atividade cerca de confronto, executando a investigação, imaginar e propagar de você inteligência acompanhando o propósito de transmitir seu talento. Segundo Bomtempo (1999), se faz necessária à compreensão por parte dos educadores das instituições escolares a importância do brincar, pois esta atividade é um meio de promoção de aprendizagem.

Ao brincar o estudante investiga, explora e simboliza a respeito da veracidade e da educação onde encontram-se agregados, dessa forma mais tarde, será capaz de argumentar no que diz a norma e o dever sociável. O aluno ao distrair-se melhora o crescimento, visto que desse modo desenvolve o saber, concretiza o estudo, tenta viver e, especialmente, tenta existir. Nesta pesquisa, objetivou-se discutir o papel do brincar como método didático no exercício do instrutor que ensina crianças da educação infantil.

MARCO TEÓRICO

A prática e o ato de brincar é uma das fases primordial na vivência da infância, é algo natural, que determina inúmeras formas de comunicações que faz ao educando criar possibilidades de construção de valores sociais e culturais. Nascimento (2000, p.1) nos afirma que o “brincar é tão importante para a criança como trabalhar é para o adulto. É o que a torna ativa, criativa, e lhe dá oportunidade de relacionar-se com os outros; também a faz feliz e, por isso, mais propensa a ser bondosa, a amar o próximo, a ser solidária”.

Desta forma, o momento da brincadeira para a criança é uma oportunidade de desenvolver aspecto físico, motor e cognitivo. Tornando-se uma criança com valores sociais, morais, um ser responsável, comunicativo e aptos a assumir sua obrigação na comunidade. A recreação auxilia na evolução da criança de modo definitivo, criando um ser experiente que confia acerca de sua inteligência, semeando internamente uma determinação de aproveitar a humanidade.

Sabe-se que o brincar é uma fase em que as crianças exploram, aprendem e se desenvolvem. Por isso deve-se ter uma interação entre o adulto e a criança para que haja uma aprendizagem onde a mesma vá se adaptando as regras que a sociedade lhe transmite. Esse contato com o outro vai proporcionar o desenvolvimento cognitivo, onde o mesmo vai estar com o seu desenvolvimento ligado numa relação com o outro num ambiente sociocultural. Segundo Wajskop (1995), “numa perspectiva sociocultural, define-se como a maneira com a qual as crianças interpretam o mundo, os objetos, as relações e o afeto das pessoas”.

Portanto, ao jogar a criança vai está estimulando a sua aprendizagem, o seu desenvolvimento, aprimorando a sua concentração, criando a partir de tudo isso uma atmosfera onde vai fazer-la sentir uma tensão, entusiasmos, prazer e alegria ao jogar. Com o intuito de chegar a tão esperada vitória. Friedmann (1998) define o “jogo como sendo uma atividade física ou mental que se fundamenta a partir de um sistema de regras que irão definir os critérios para a perda ou para o ganho daquela disputa”.

O jogo tem uma importância na aprendizagem da criança ao fazer ela tomar decisões, resolver conflitos e desafios. Trabalhando em si a autonomia e o autoconhecimento sobre sua formação como ser humano.

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida com de recursos bibliográficos, baseada em referências teóricas como artigos acadêmicos e internet, os quais possibilitaram um suporte para a construção do mesmo, apresentando uma abordagem qualitativa.

O objeto de estudo deu-se por meio de questionamento. Elaborado com perguntas abertas, contendo questões subjetivas de forma a proporcionar liberdade de comunicação com educador e captar a visão do educador sobre o objeto de estudo.

Com o objetivo de analisar o processo do brincar na vivência de sala de aula, procurou-se através da entrevista com as docentes, identificar de que forma os alunos participa das aulas lúdicas, como se concede a interação com as professoras e com os colegas de classe mediante as atividades propostas e realizadas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir do desempenho, constatou-se que o brincar: as brincadeiras, os jogos e os brinquedos estão relacionados à aprendizagem na educação infantil, pois a prática do brincar no progresso possui fundamento relevante com destino a ensino de qualidade. É visível que o

docente cumpri a prática do lúdico em suas aulas, propondo à criança ter um absoluto crescimento.

A disponibilidade das professoras sucedeu no momento em que as educadoras acharam melhor, onde obtive as respostas de forma clara e objetiva, o resultado do questionário foi almejado na realização da pesquisa. As docentes mostraram um interesse em inserir sempre a prática do lúdico no momento da realização das atividades. Pois é um momento de descontração e ao mesmo tempo de construção do conhecimento.

O aspecto que mais me instigou foi a forma que elas atribuem a brincadeira ao dia a dia de seus alunos, a rotina que eles têm para ser executada todos os dias, o entusiasmo das crianças quando a aula vai ter conteúdo lúdico, com jogos e brincadeiras. Onde o desenvolvimento da criança se dá através das suas experiências cotidianas, o brincar espontâneo, a cultura que está inserida na relação ambiente/tarefa, dentre outros elementos.

A pesquisa permitiu identificar que os desafios são grandes na área da educação infantil para o desenvolvimento integral da criança, incluindo a autonomia. O professor precisa estar aberto e disposto para as mudanças e valorizar a criança como um ser de direito e dever em meio a sociedade.

Por fim, após os estudos realizados, ficou evidente que o brincar é um ato de aprendizagem, o professor ao planejar cria várias possibilidades para as crianças explorarem o seu mundo, a sua imaginação e a sua maneira de adaptação as regras propostas pela atividade. Chegando a um dos objetivos principais que é o desenvolvimento integral e a autonomia da criança

REFERÊNCIAS

BOMTEMPO, Edda. **Brincar, fantasiar e aprender**. Temas em Psicologia, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 51-56, 1999.

FRIEDMANN, Adriana. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e Inclusão**. São Paulo: Moderna, 2012.

GARCIA, Rose Marie Reis e MARQUES, Lilian Argentina. **Aprendendo a brincar**. Porto Alegre, RS: Novak Multimídia, 2001.

NASCIMENTO, K. Sandra. **Desenvolvimento infantil: a importância de brincar**. Revista Alô Bebê, São Paulo, n.3, 2000. Disponível em: [http://www.alobebe.com.br/revista/desenvolvimento-infantil-a-importancia de brincar.html](http://www.alobebe.com.br/revista/desenvolvimento-infantil-a-importancia-de-brincar.html),351. Acesso: 30 ago. 2018.

WAJSKOP, Gisela. **O brincar na educação infantil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 92, p. 62-69, fev. 1995. Disponível em: <http://www.fcc.org.br>. Acesso em 12 fev. 2014.

GÊNEROS, SEXUALIDADES E OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

Érika Maria Silva e Silva¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: erikamaria2602@gmail.com),

Maria das Graças Silva¹ (Professora da Faculdade do Vale do Jaguaribe, e-mail: maria.silva@fvj.br.).

RESUMO

A proposta da pesquisa foi buscar um entendimento acerca dos gêneros, sexualidades e os desafios da prática docente, com a finalidade de proporcionar um entendimento quanto a diversidade de gênero. Partindo dessa premissa realizou-se uma pesquisa bibliográfica a fim de fomentar o embasamento teórico, de acordo com as ideias defendidas por (FERREIRA, 2018), (BRAGA, 2009), (SOUZA; MENDONÇA, 2019) e (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018), com finalidade em contribuir quanto a diversidade de gênero e suas diferentes formas de se comportar e viver, levando em conta não somente a questão biológica. Nesse sentido, a pesquisa foi bastante relevante para podermos compreender a importância da diversidade de gênero, de forma a contribuir no processo de combate a desinformação que venham despertar a compreensão quanto a orientação sexual dentro de uma sociedade marcada pelo preconceito. Logo, a pesquisa foi importante quanto aos alertas, desafios, riscos e problemas que avassalam vidas inteiras quanto a diversidade de gênero

Palavras-chave: gênero; desafios; orientação sexual.

INTRODUÇÃO

A significação quanto ao sexo é pré definida durante o período gestacional, gerando expectativas em suas vidas, sendo oportuno considerar sua questão social, histórica e cultural. Diante dessa realidade, sente-se a necessidade de ser discutida na escola por todos/as aqueles que dela fazem parte. Neste contexto, a pesquisa apresenta questões relacionadas à diversidade que se torna fundamental, principalmente no ambiente escolar e no ambiente familiar, mas não deixa de ser importante também na sociedade como um todo. O objetivo geral da pesquisa é refletir sobre as diferenças e desigualdades sexuais nas escolas, além de enfatizar a importância da diversidade de gênero dentro do contexto escolar, de forma proporcionar um entendimento quanto ao respeito a orientação sexual, considerando a necessidade de identificar qual o papel da educação na perspectiva da diversidade sexual e de gênero. Esta pesquisa traz informações que justifica a necessidade de buscar pilares norteadores que venham contribuir no entendimento da diversidade de gênero, na tentativa de alcançarmos a compreensão e o respeito. Diante do que se apresenta, vale ressaltar marcos que relevem premissa adentro do contexto escolar, nascendo de tal modo, a conscientização da importância da diversidade e principalmente das ações empenhadas pelos profissionais da educação, com a finalidade de alcançar sua eficácia, afim de contribuir na formação integral do educando, que norteará os passos de edificação da presente pesquisa.

MARCO TEÓRICO

É sabido que, a sexualidade precisa ser compreendida como aquilo que identifica e diferencia sexos opostos, seguidas de características masculinas e femininas. Esse conceito

sugere um conjunto de questões que tem por base os significados que indicam o ser mulher e ser homem, ou seja, é o modo como às diferenças sexuais são apresentadas no seu contexto social como apresenta (REIS, 2018). Dessa forma, a igualdade de gênero não ignora a existência de diferenças entre homens e mulheres, mas sim afirma que o gênero não deve ser um critério de discriminação negativa. O que a igualdade de gênero propõe é que o gênero não deve ser um critério de discriminação negativa, ou seja, que o gênero não pode ser a causa para que se reconheça a uma pessoa menos direitos ou mais obrigações (LOPES; VELOSO; LACERDA, 2019, apud ACIOLI e BARROS, 2020). Assim, para melhor compreensão, a escola possui um papel fundamental na formação dos educandos, um ambiente onde os indivíduos passam uma boa parte da vida, onde se desenvolvem, interagem, se informam e erguem os seus conhecimentos. De tal modo, é essencial frisar sobre a importância do seu desenvolvimento e reconhecimento com relação a questão da igualdade entre os gêneros. A segunda função seria a educativa, onde é propiciado ao aluno uma maior compreensão e apreensão do mundo, por isso, a importância do equilíbrio entre essas duas funções. Sobre esse assunto (SILVA; GOMES; KRUCZEVESKI, 2018, p. 96) comenta, “É preciso conscientizar os alunos de que as diferenças entre homens e mulheres são, sobretudo, construídas pela própria sociedade, de acordo com cada momento histórico e social.” Tal constatação aproxima-se de uma realidade quanto ao senso-comum as identidades de gênero, onde ainda se constituem essas base em concepções dos papéis que cada indivíduo deve desempenhar de acordo com o sexo biológico, demonstrando um percurso totalmente preconceituoso. Nesse contexto buscando um entendimento sobre a junção dos direitos humanos na diversidade de gênero, é importante demonstrar a compreensão da sexualidade (FOUCAULT, 2003, citado por SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da, 2013), quanto aos direitos, humanos, sexuais Preconceitos e Discriminações – muitas vezes veladas –, como também regulamentações através de Leis, Normas e padrões de comportamento que impõem regras sociais e relações de poder que, por vezes, contribuem para a reprodução de violências e deturpação da realidade social, especialmente nos casos de agressões físicas e emocionais a alguns grupos como de mulheres, homossexuais, afrodescendentes, indígenas, entre outros. Nesse sentido, desde o momento que o ser humano nasce já recebe uma classificação de gênero e aprende que a sociedade está estruturada segundo uma dicotomia: homens e mulheres. É comum que os pais no momento que descobrem o sexo das crianças, criem expectativas e associem a cor azul a meninos e rosa a meninas, isso é predominantemente presente na sociedade, tendo como exemplo, em brinquedos, enxovais e roupas. Assim, crianças desde o ventre das mães já aprendem e carregam as formas do que é ser um homem e o que é ser uma mulher (CARVALHO; TORTATO, 2009).

METODOLOGIA

A metodologia empregada refere-se a uma revisão de literatura, através de uma pesquisa bibliográfica, buscando relacionar as informações sobre gêneros sexualidades e os desafios da prática docente por meio de uma abordagem descritiva para compreender os objetivos pretendidos. Contudo, os primeiros passos a serem executados foram as pesquisas a sites, na tentativa de fomentar a fundamentação teórica, visto que, foram encontrados diversos trabalhos abordando a temática em questão que corroboraram na realização dessa pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa realizada traz uma compreensão sobre a diversidade de gênero e sua orientação sexual, enfatizando sua importância quanto à compreensão dos direitos e ao respeito, que legitimam as diferenças entre o papel social de homens e mulheres, surgindo assim os desafios, com todos eles, família, sociedade e tudo que os cerca. Em vista disso, a pesquisa foi essencial para buscar maiores informações quanto aos desejos e anseios de uma sociedade marcada pelo o processo de discriminação e de ações preconceituosas. A propósito, é necessário argumentar sobre os objetivos traçados que serviram de norte a luz da pesquisa, onde enfatizou-se acerca da importância da diversidade de gênero, onde pudemos perceber a importância da informação quanto ao respeito a orientação sexual, dessa forma, os autores estudos proporcionaram um maior conhecimento acerca das necessidades de identificar o verdadeiro do papel da educação no seu processo de formação do educando, principalmente no entendimento da diversidade de gênero. Em ênfase, a pesquisa realizada foi essencial para compreender a importância do respeito com o outro e ao mesmo tempo buscarmos informações acerca de um assunto tão relevante para a sociedade, de forma a contribuir no âmbito de um contexto social, trazendo apontamentos que venham favorecer um em enraizamento da diversidade no ambiente social. Portanto, os caminhos percorridos foram fundamentais para podermos perceber a importância do respeito a diversidade, uma vez que, a sociedade é tão marcada pelo o preconceito gerado pelo processo de desinformação. Outro ponto relevante ao que tange a pesquisa é o papel da escola como ações voltadas a inclusão da diversidade de gênero e orientação sexual.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, B. DE O. *et al.* "**Não tem essas pessoas especiais na minha área**": saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde TT - "There are no such special people in my field of working": health and invisibility of LGB.

REIS, Juliana Fernandes Silva dos. **A importância das discussões de gênero e sexualidade no ambiente escolar**. Licenciatura em Pedagogia-UFBA. Faculdade de Educação – FACED. 2016

CARVALHO, L. DE; LISBOA FILHO, F. F. **Representações LGBTQIA+ e estudos culturais**: invisibilidades da diversidade de gênero em audiovisuais publicitários de moda. RECIIS (Online), v. 13, n. 3, p. 671–680, 2019.

SILVA, Aline Oliveira Gomes; GOMES, Daiane Aparecida Alves; KRUCZEVESKI, Lais Regina. **Considerações pedagógicas sobre ensino de sociologia através da perspectiva de gênero**. In: MACHADO, Gabriella Eldereti; OLIVEIRA, Valeska Maria Fortes (Org.). *Gênero, diversidade sexual e educação*. Rio de Janeiro: Eulim, 2018. p. 76-105.

LOPES, J. W.; VELOSO, M. DO S. F.; LACERDA, J. DE S. **#VoteLGBT e o ciberativismo da representação política no Brasil**. Reciiis – Rev. Eletron Comun Inf Inov Saúde. 2019 jul.-set.;13(3):457-70. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br e-ISSN 1981-6278. Acesso em: 23 nov. 2022.

INCLUSÃO ESCOLAR E DOCÊNCIA: LIMITES E DESAFIOS NUMA SALA DE AEE DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE ARACATI/CE

**Evanilda da Silva Teixeira¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: evanilda.teixeira@fvj.br),
Maria Theresa Costa Zaranza² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: theresa@fvj.br).**

RESUMO

A pesquisa trata sobre a importância das salas de AEE em duas escolas distintas, ambas com ensino de rede pública do município de Aracati, visto que o papel do profissional que atua nestas, consegue auxiliar o professor das salas de aulas regulares, visando a qualidade no ensino voltado, sobretudo, às pessoas com necessidades educativas especiais (NEE). Neste sentido, o objetivo central do estudo é analisar os aspectos pedagógicos da educação inclusiva na sala do AEE. Para tanto, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, estudos diversos, concentrados em livros, artigos, monografias e afins, visando apresentar as considerações dos mais variados autores sobre a temática discutida, estando entre eles: Freitas (2007), Santos (2020) e Oliveira (2021). Ao longo da pesquisa de campo, identificou-se que os professores da sala de AEE experienciam dificuldades para conseguir atuar com qualidade junto aos alunos, visto que muitas vezes faltam recursos pedagógicos (lúdicos), em que se insere os tecnológicos, assim como também falta apoio dos professores inseridos em salas de aulas regulares, alguns insistem em atuar com práticas pedagógicas ultrapassadas ou mesmo tradicionais. Identifica-se que é preciso um apoio mais incisivo das gestões escolares, visando a integralidade na atuação dos professores que atuam nas escolas. Por fim, compreende-se a importância de que pesquisas com esta temática continuem acontecendo, em busca da melhoria e inclusão no ensino, visando acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

Palavras-chave: atendimento educacional especializado; docentes; inclusão social; práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão social enfrentou um longo caminho até ser alcançada, sobretudo, quando fala-se do contexto educacional, isso porque há algum tempo as escolas já recebem os alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), porém recentemente estes alunos deixaram de estar apenas em sala de aula e passaram a se socializar junto aos demais sujeitos, sobretudo, no sentido de participar das aulas e se desenvolver. Neste sentido, a educação especial passou a se fazer presente no dia a dia dos sujeitos desde a disponibilização de recursos e serviços capazes de orientar o processo de educação de turmas regulares, que têm em sala de aula, alunos com NEE. Importante salientar que quando fala-se em recursos, não aborda-se apenas as questões materiais, mas também humanos, sendo estes responsáveis por direcionar o melhor aprendizado aos discentes. Entretanto, mesmo com salas de aula recebendo esses alunos e ofertando um ensino integrado junto aos demais, percebe-se a necessidade de direcionar ainda mais essa educação, sendo viável a abordagem realizada nas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Entendendo esse cenário abordado, enfatiza-se que o problema de pesquisa deste estudo busca responder: quais os desafios encontrados pelos pedagogos na sala do AEE? Com relação a esse contexto, o objetivo geral deste estudo é

o de analisar os aspectos pedagógicos na educação inclusiva na sala do AEE. No que tange aos objetivos específicos, estes visam: analisar as dificuldades do ensino inclusivo na sala do AEE; verificar os métodos utilizados para atender às necessidades desses alunos e identificar o papel do professor no ensino inclusivo para o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Corcini e Casagrande (2016), a educação especial no Brasil tem como marco a criação do Instituto dos Meninos Cegos, ocasionada no ano de 1854, o qual era dirigido por Benjamin Constant. Aponta-se ainda sobre haver vertentes responsáveis por este cenário, sendo especificamente duas: a primeira relacionando-se à médico-pedagógica, que retrata acerca do diagnóstico das necessidades educativas especiais das crianças direcionado ao médico, e a outra vertente trata-se da psicopedagógica, que já relaciona-se aos princípios psicológicos. Acerca da sala de AEE, é relevante destacar que para um melhor atendimento ao sujeito, é importante que se tenha informações precisas sobre sua condição, pois isto auxiliará o profissional nas tomadas de decisão necessárias ao seu desenvolvimento. Importante destacar que o atendimento AEE tem objetivos específicos, assim como formas contundentes para elaborar recursos pedagógicos, minimizando barreiras sentidas pelos alunos para seu progresso no ensino e aprendizagem que lhe compete (MOLENA; ANDRADE; VERASZTO, 2017). Portanto, o diagnóstico detalhado é fundamental para a escolha das atividades que são direcionadas aos alunos com NEE. Ruiz e Batista (2014) apontam que os professores precisam ter um leque de abordagens, com relação aos métodos de ensino aos alunos com NEE, pois cada caso exige uma infinidade de situações a serem abordadas. Assim, é importante compreender que estas adaptações permitem a inclusão de alunos em sala de aula, onde se insere aqueles com dificuldades intelectuais. Fávero (2002) ainda discorre sobre os novos métodos de ensino beneficiarem a todos que se inserem em um mesmo espaço educativo, visto que potencializa conhecimento tanto coletivos quanto individuais dos sujeitos, aumentando sua motivação e interesse pelo campo da educação.

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida sob um aspecto de pesquisa de campo, pois aplica um questionário com duas docentes atuantes em sala de aula AEE em escolas situadas no município de Aracati-CE. Ambas atuam em salas de AEE nas escolas “A” e “B”, sendo estas escolas da rede pública do município de Aracati. O questionário aplicado contém dez perguntas e foi direcionado às professoras por meio de whatsapp, visando dar celeridade ao processo, visto que as professoras estão atuando nas escolas e não compreendem tempo disponível para contato pessoal. Foram utilizadas bases de dados específicas, sendo elas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Google Acadêmico e revistas sobre a educação, em contextos diversos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As professoras são experientes no setor da educação e conscientes em relação à importância da formação continuada, sobretudo, a I que apresenta sua valorização no que tange ao estudo. Também é importante apresentar a docente II e sua trajetória em sala de aula

regular, assim como também ao atendimento no AEE, ao destacar sobre os desafios do atendimento com foco à inclusão escolar. Vale salientar que as salas de AEE apresentam-se nas escolas com o objetivo de apoiar as salas comuns que recebem alunos com deficiência ou necessidades educativas específicas, mas nem sempre efetivam seu trabalho com a devida qualidade. Isto acontece, sobretudo, porque estas salas precisam de materiais diversos para conseguir atuar com os alunos, o que nem sempre acontece. Os professores de sala de aula regular também precisam auxiliar neste processo, descartando práticas pedagógicas antigas e assumindo que a inovação necessita chegar ao contexto educacional, por meio, sobretudo, de uma parceria entre os profissionais da sala de aula comum, assim como também AEE. Vale discorrer que muitos professores ainda têm essa limitação no pensamento, o que de certa forma permite identificar a necessidade de formação continuada, que auxilia na desmistificação com relação a esta teoria sobre inclusão em sala de aula. As tecnologias podem ser manuseadas de diversas maneiras pelo contexto educacional, permitindo que os profissionais consigam envolver todos os alunos nas atividades propostas. É visto, em diversos estudos, que esse cenário tem minimizado as diferenças entre os alunos, permitindo que estes sintam-se mais estimulados e próximos aos seus professores, de tal maneira que a inclusão social acontece de fato. Por fim, fica evidente que o papel dos professores que se inserem em sala de AEE é fundamental para conseguir que os discentes consigam avançar em sua aprendizagem em sala de aula regular, sendo autônomos e se envolvendo com todos que estão a seu entorno, deixando de ser um aluno presente e passando a ser um discente envolvido no cenário escolar. Por fim, identifica-se que esta pesquisa é importante para que professores atuantes assim como aqueles ainda em formação percebam os desafios que as salas de AEE demandam ao professor, visando que estes consigam se capacitar o máximo possível para atuar com discentes NEE, com qualidade e responsabilidade.

REFERÊNCIAS

- CORCINI, M. A. C.; CASAGRANDE, R. C. Educação Especial e sua trajetória histórico política: uma abordagem por meio de grupos de discussão. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor. **Cadernos PDE**, v. 1, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.
- FÁVERO, E. A. G. Educação Especial e Inclusão. **Revista Criança. Ministério da Educação – MEC**, n. 36, jun.2002, p.34-36.
- MOLENA, J. C.; ANDRADE, P. G.; VERASZTO, E. V. Indicadores da inclusão de alunos surdos em salas de aula regulares. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/EstefanoVeraszto/publication/317176423_Indicadores_da_inclusao_de_alunos_surdos_em_salas_de_aula_regulares/links/5929a422458515e3d469c78c/Indicadores-da-inclusao-de-alunos-surdosem-salas-de-aula-regulares.pdf. Acesso em: 02 mai. 2022.
- RUIZ, L. C.; BATISTA, C. G. Interação entre crianças com deficiência visual em grupos de brincadeira. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, p. 209-222, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sYZX7Wn8n86ZfkwHvkNJcbt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2022.

O USO DO JOGO COMO RECURSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PESQUISA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ITAIÇABA/CE

**Francisca Fabiana Alves Pereira¹ (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Unijaguaribe, e-mail: unijaguaribe.edu.br),
Maria Theresa Costa Zaranza² (Professora do Centro Universitário Unijaguaribe, e-mail: theresa@fvj.br).**

RESUMO

Importante destacar que os docentes conseguem, por meio dos jogos, estimular as crianças ao que tange a sua socialização e exploração de seus sentimentos, como citado. Isso porque muitas delas, por vezes, não entendendo o que se está sendo abordado e com vergonha de questionar novamente, não conseguindo exercer seu direito de aprender como aos demais passa a se isolar e ficar sem o conhecimento. Compreendendo este cenário, a pesquisa tem por objetivo verificar como o uso de jogos pode se tornar uma ferramenta pedagógica de ensino e aprendizagem em crianças de 5 anos de idade. Para que o estudo tenha êxito, desenvolve-se uma pesquisa de campo, onde um questionário é aplicado junto a três professoras de sala de aula infantil. Depois de aplicado o questionário, percebe-se, por meio da fala das docentes que uma criança não pode se desenvolver sem a ludicidade, portanto, inserem jogos, brincadeiras e afins no cenário da educação, visando sempre deixar que estes sujeitos se tornem autônomos em seu processo de ensino e aprendizagem. Por fim, percebe-se que este estudo sobre o assunto não se encerra com esta pesquisa, visto que o cenário da ludicidade está sendo abordada cada dia mais por pedagogos assim como também pais das crianças. Dessa forma, para as próximas pesquisas seria interessante que os pais também respondessem ao questionário, enfatizando quais ganhos percebem nas crianças que se desenvolvem a partir do momento em que a escola insere ludicidade em sala de aula.

Palavras-chave: educação infantil; jogos; escola; ensino-aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Os jogos por muito tempo foram vistos, sobretudo, no contexto educacional como algo que relacionava-se apenas a diversão e brincar, e não como recurso educativo que permite às crianças desenvolver suas habilidades cognitivas e motoras, o que foi sendo desmistificado com o tempo, quando identificado que determinados jogos ajudavam no desenvolvimento da criança. É relevante destacar que o uso desses jogos, no momento, não acontecem apenas por meio da ludicidade física, mas também digital. Esse segundo cenário faz-se presente e necessário, principalmente, depois que os professores tiveram que continuar a desenvolver crianças, por meio remoto, exigido pelo distanciamento social ocasionado pela doença da COVID-19. Dessa maneira, a problemática do estudo busca responder: Qual a importância dos jogos no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil? E, algumas hipóteses surgem para responder esse problema, estando entre eles as seguintes respostas: Auxilia no desenvolvimento psicomotor e cognitivo da criança; Apresenta-se como um recurso didático/ferramenta pedagógica; Permite a inclusão social de todos os alunos de uma mesma sala, mesmo com necessidades educativas distintas; Explora mais incisivamente os aspectos físicos de uma criança, desenvolvendo nele habilidades diversas. Com relação aos

objetivos do estudo, o geral busca verificar como o uso de jogos pode se tornar uma ferramenta pedagógica de ensino e aprendizagem em crianças de 5 anos de idade. No que tange aos específicos, estes buscam: Analisar os jogos como ferramentas educativas; Analisar a rotina escolar das crianças; e Identificar se os planos de trabalho docente da Escola X contemplam o uso do jogo como recurso pedagógico.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Do canto, Nunes e Rodrigo (2021), os jogos são necessários em sala de aula de ensino fundamental porque ajuda a criança a entender os conteúdos programados, sobretudo, porque deixa de ser um ensino abstrato e passa a ser “palpável” e consequentemente mais atrativo. Cipriano (2017) destaca sobre os jogos educativos garantirem estimulação junto às crianças, causando interesse, concentração e consequentemente motivação para iniciar e finalizar as atividades apresentadas pelos profissionais, sem grandes êxitos. O autor ainda acrescenta que os jogos evitam o distanciamento entre os alunos, pois eles deixam dividir conhecimentos, e passam a somar estes, com o intuito de convivência saudável. Os jogos mais usados em sala de aula, estão relacionados às questões sensoriais, em que apresentam-se os jogos de tabuleiro, cartas e memórias. Além disso, apresentam-se o quebra-cabeças, competição de soletrar ou mesmo gincanas com perguntas e respostas (TAVARES, 2014). Frente os jogos em si, Lima e Marteniuk (2022) destacam sobre as crianças apresentarem suas frustrações quando não vencem estes, exigindo que o sentimento da perda seja trabalhado nelas desde cedo, visando que não seja uma emoção que permita paralisia nos sujeitos, mas sim impulso para novas descobertas. Cabe destacar a relevância de se atuar esse pesar das crianças, visando que elas aprendam a lidar com as situações vividas também fora do contexto educativo.

METODOLOGIA

O estudo é desenvolvido sob uma perspectiva de pesquisa de campo, já que utiliza o viés de pesquisa de campo, pois foi aplicado um questionário com docentes de uma escola de educação infantil no município de Itaíçaba/CE, visando entender, na visão destas acerca da importância dos jogos no processo de ensino-aprendizagem. Para apresentar os resultados, o questionário é destinado via whatsapp para 03 (três) docentes participantes do estudo, visando realizar uma comparação acerca das informações que são enfatizadas pelos professores sobre o assunto abordados.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os professores compreendem que uma criança não pode se desenvolver sem a ludicidade, portanto, inserem jogos, brincadeiras e afins no cenário da educação, visando sempre deixar que estes sujeitos se tornem autônomos em seu processo de ensino e aprendizagem. O que se percebe é a importância de deixar as crianças livres para se desenvolverem, visto que as práticas tradicionais em sala de aula não permitem este cenário de desenvolver-se por meio de alegria e motivação. De acordo com as falas apresentadas pelas profissionais o lúdico auxilia no desenvolvimento de sentimentos dos sujeitos, que quando estimulados conseguem transparecer melhor, apontando, sobretudo, suas dificuldades de aprendizagem em cenários distintos. Pode-se dizer que, sobretudo, depois da pandemia, por causa do ensino remoto, os professores identificaram que fazer uso de práticas distintas,

deixando o tradicional mais em segundo plano, permite um melhor desenvolvimento dos alunos, mesmo os professores ainda sentindo diversos entraves para colocar o lúdico em prática. As professoras afirmam que a gestão das escolas ajudam no desenvolvimento de atividades lúdicas, o que se apresenta como contraditório, visto que anteriormente discorrem sobre dificuldades para preparar materiais devido as questões financeiras. Por fim, percebe-se que este estudo sobre o assunto não se encerra com esta pesquisa, visto que o cenário da ludicidade está sendo abordada cada dia mais por pedagogos assim como também pais das crianças. Dessa forma, para as próximas pesquisas seria interessante que os pais também respondessem ao questionário, enfatizando quais ganhos percebem nas crianças que se desenvolvem a partir do momento em que a escola insere ludicidade em sala de aula.

REFERÊNCIAS

CIPRIANO, C. C. **Jogos no ensino fundamental**: um recurso pedagógico. 47f. Monografia (licenciada em Pedagogia), Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19050/1/2017_ClaudiaCorreiaCipriano.pdf. Acesso em: 05 abr. 2022.

LIMA, B. B.; MARTNIUK, V. C. Jogos e brincadeiras na educação infantil. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT**, 2022. Disponível em: http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/uNkj8gypmE92CEj_2022-1-31-19-48-23.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

TAVARES, M. I. S. **Jogos pedagógicos na educação infantil**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino), 37f. Medianeira, 2014. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20805/3/MD_EDUMTE_2014_2_63.pdf. Acesso em: 06 jun. 2022.

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR - UM ESTUDO DE CASO NUMA TURMA DE 5º ANO - BEBERIBE - CE

**Jeciane Fonseca de Moraes¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jeciane.moraes@fvj.br),
Kamillo Karol Ribeiro e Silva¹ (Doutor em História Social. Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: kamillo.silva@fvj.br).**

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo entender como a participação efetiva da família no contexto escolar, impacta diretamente na relação ensino-aprendizagem dos estudantes da turma do 5º ano da Escola Municipal Manuel de Lima, localizada na comunidade de Sucatinga, na cidade de Beberibe-CE, durante o ano de 2022. Para a realização deste trabalho, foram realizadas pesquisas teóricas, como por exemplo, a revisão de bibliografia e práticas, com aplicação de questionário semiestruturado com professores, gestores e pais, sobre o tema pesquisado. Os autores utilizados durante esse percurso foram: Vale (2014), Oliveira Junior e Maio (2013), Caetano (2004), Montandon (1994), Silva e Cavalcante (2012) Em linhas gerais, eles discorrem em seus artigos sobre como a participação da família é essencial no processo de ensino e desenvolvimento do aluno. Tais ideias são confirmadas na pesquisa, à medida em que verificamos que a família e a escola não educam sozinhas, em si mesmas. Como pudemos verificar, ambas devem caminhar sempre juntas, para o melhor resultado e desempenho do estudante.

Palavras-chave: família; participação; ensino.

INTRODUÇÃO

Iniciamos a reflexão defendendo a premissa de que a família é essencial no processo de ensino e desenvolvimento da criança. Para provocar maior reflexão, pode-se completar: “Mas que novidade há em tal afirmação?” Ora, desde o primeiro contato com a existência um do outro, é durante a infância que começam a ser desenvolvidos o caráter, a personalidade, os princípios e valores, a construção psíquica e cidadã de cada indivíduo. Nesse contexto, a família é o primeiro espaço de formação no qual a criança vai adquirindo e construindo conhecimentos, ou seja, o que se aprende na família é a base para viver em sociedade.

Concorda-se com Vale (2014), quando afirma que a família é responsável pela educação dos seus filhos, pois é nela que as crianças recebem seus primeiros ensinamentos e onde se inicia o processo educacional. Desde o início de sua vida, o bebê começa a interagir com a família e é nesses momentos em que acontece o afeto, o cuidado, que o aprendizado acontece e as primeiras lições são de suma importância no processo de ensino e desenvolvimento da criança.

Conforme Oliveira Junior e Maio (2013), a integração entre escola e família tem motivado o interesse de outras áreas do conhecimento e tem sido o centro de políticas educacionais, objetivando a cooperação entre família e escola e assim contribuindo para o desempenho escolar dos alunos e um melhor resultado. Desse modo, um bom relacionamento entre família e escola, pautado no respeito mútuo fará toda diferença, visto que são complementares na formação dos discentes.

Para Caetano (2004), entende-se que as escolas têm a necessidade de dar assistência

para as famílias, pois os professores devem conhecer as realidades que as crianças estão inseridas, o universo sociocultural vivido pelos alunos, além de poder compreender melhor o seu desenvolvimento em sala de aula, já que muitas vezes, os docentes não entendem o porquê de o aluno não está se adaptando e mesmo assim não procura saber o motivo e isso ocasiona o fracasso escolar desse aluno.

O objetivo principal da pesquisa é entender como a participação efetiva da família no contexto escolar, impacta na relação ensino-aprendizagem dos estudantes da turma do 5º ano da escola Municipal Manuel de Lima durante o ano de 2022, para enfim, de forma mais abrangente propor soluções para a promoção de tal integração.

A relação Família-Escola nos estudos e na legislação.

A família e a escola têm o comprometimento de construir e transmitir fundamentos que mudam o desenvolvimento psicológico dos indivíduos, além de ajudarem a progredirem no ciclo da evolução pessoal. A escola é assim compreendida como uma instituição de suma importância para a sociedade contemporânea. Diferentemente das primeiras estruturas familiares que não apresentavam nenhuma preocupação em aproximar as famílias dessa instituição, com tempo, tal posição foi mudando.

Para Montandon (1994), antigamente as famílias e escolas eram vistas apenas pelas entidades e mestres. Os profissionais presumiam que os pais não possuíam nenhum poder na escola, desse modo as famílias poderiam apoiar os professores, mas nada relacionada a matéria de ensino e nem fazer críticas, apenas contribuições que envolvesse os docentes.

Nesse contexto, não havia uma relação próxima, era apenas uma maneira de ensinar e além do mais, o currículo da maioria da escola não permitia momentos de interação, de tiradúvidas, de formação cidadã. O diálogo professor-aluno é primordial no processo de ensino e aprendizagem, pois isso cria um vínculo, que passa a conhecê-lo melhor, favorecendo uma troca de conhecimento. Isso, sem dúvida, aproxima a família da escola. Por isso, através dessa parceria, promover o diálogo é fundamental, relacionando gestores, professores, escola e família, compartilhando o desenvolvimento do educando.

Corroborando a CF-88, os artigos 2º e 6º da LDB afirmam que a educação é dever da família e do estado e é um direito de todos. Especificamente, afirmam que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos a partir de 7 anos de idade, no ensino fundamental. Filosoficamente, a legislação defende que a educação tem por objetivo o desenvolvimento do aluno, além da prática da cidadania e do preparo e qualificação para o mercado de trabalho.

É notório, que a família passou por mudanças ao longo do tempo. De acordo com Silva e Cavalcante (2012) há muitos anos, na Idade Média, a família era a base formal da criança. Com o tempo, ela foi passando por variações em seu processo estrutural, deixando de lado a sua importância sentimental, quebrando e alterando seus valores.

Diante do exposto, nota-se que de acordo com os teóricos e a legislação, a família tem como responsabilidade exercer o papel educacional e não só deixar essa função para a escola, pois apesar de ambas terem o mesmo objetivo, possui modelos educacionais diferentes. A educação exercida em casa, sem planejamento e sem avaliação a ser cumprida, é denominada educação informal, já a educação formal, é aquele que acontece no sistema tradicional, ou seja, possui um planejamento a ser seguido. Assim, a família por ser o centro que permeia a vida da criança tem a função de complementar sua educação para que a aprendizagem escolar aconteça com sucesso.

METODOLOGIA

A pesquisa define-se como um estudo de campo no modo qualitativo e transversal. Foi aplicado um questionário aberto dissertativo contendo no mínimo 3 perguntas, na Escola Municipal Manuel de Lima, localizada na comunidade de Sucatinga, em Beberibe-Ce. A população abordada na pesquisa está constituída por 1 gestor, 5 pais e 3 professores que lecionam nas turmas do 5º ano.

Segundo Duarte (2002), os estudos de forma qualitativa precisam realizar entrevistas de longa duração na maioria das vezes. Nessas circunstâncias, definir os critérios que serão escolhidos para a elaboração do trabalho é algo fundamental, pois está ligada de modo direto na qualidade das informações afim de edificar a análise e compreender sobre a dificuldade abordada. Como será descrito a seguir, também delimitar a população base das pessoas que serão entrevistadas, assim como a sua representação no grupo em estudo.

A pesquisa foi executada no período de agosto de 2022 a novembro de 2022. Os artigos científicos para a elaboração desse projeto foram pesquisados na plataforma virtual do Google Acadêmico e estão devidamente referenciados ao final desse artigo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A visita a escola Municipal Manuel de Lima de Ensino Fundamental aconteceu no dia 25 de outubro de 2022, quando foi aplicado os questionários da pesquisa com o gestor, professores e famílias.

A pesquisa foi realizada de forma presencial e remota, sendo presencial para o gestor contendo 3 perguntas e 4 perguntas para os professores. Já as famílias responderam os questionários de forma remota pois para eles, demonstrou-se ser uma alternativa mais viável. Esse questionário continha 4 perguntas de cunho dissertativo e 5 mães foram entrevistadas.

Ao início do questionário o gestor foi indagado sobre como os pais se relacionam com a gestão escolar, quais os interesses de pais e mães quando procuram o diretor/coordenador escolar e por fim, como o gestor definiria um pai presente, referente as respostas do gestor a família está presente em reuniões escolares, formação do conselho escolar, e pra ele um pai presente é aquele que acompanha o desenvolvimento na escola e que participa das tomadas de decisões escolar.

O questionário dos professores está relacionado ao papel da família na aprendizagem do estudante, sobre o nível de envolvimento dos responsáveis pela educação da criança e com qual frequência eles iam à escola, finalizando o questionário dos pais falava sobre como o responsável contribui para a educação dos seus filhos, a análise feita pelas respostas dos professores, relata que é a família é de suma importância no processo de desenvolvimento do aluno, que atualmente as famílias tem se envolvido pouco e isso causa uma grande dificuldade, mais que possui sim pais ativos, mais a maioria não e que os responsáveis não pergunta como está o comportamento e apenas sobre as notas e avaliações.

Finalizando o questionamento dos pais no qual as perguntas são sobre o papel na aprendizagem do estudante pelo qual você é responsável, o nível de envolvimento na educação dessa criança, qual frequência você vai à escola de seu filho e como você contribui para a educação de seu filho, analisando as respostas dos pais, eles compreendem a importância de ser ativo na escola, do incentivo a ler e escrever, porém não conseguem está 100%, por isso pagam reforço, perguntam via *WhatsApp*, outro assumem o fato de estarem ausentes e não acompanhar de forma adequada, a rotina é cansativa por isso torna difícil o acompanhamento, além do mais tem famílias que não possui uma leitura fluente.

Levando em conta o que foi observado no decorrer desse estudo é evidente a importância da participação da família no processo educacional. A pesquisa mostrou que a atuação familiar na turma do 5º ano não está satisfatória, que a falta de comunicação com o professor é nítida e isso não deve acontecer, uma vez que essa participação é essencial no desenvolvimento do aluno. A família tem como dever procurar a escola para saber como está o comportamento e o desempenho de seus filhos em sala de aula, a fim de mostrar efetivo interesse.

Diante do exposto, nota-se que a escola e a família precisam uma da outra; separadas, elas não vão ter sucesso no objetivo que é tornar os estudantes cidadãos críticos, conscientes, visando um futuro melhor. As crianças precisam da junção de ambas para que tudo isso ocorra, e que o aluno perceba o apoio dos pais e que com sua aproximação, sintam-se protegidos dentro e fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

CAETANO, L. M. **Relação escola e família: uma proposta de parceria**. *Dialógica*, v. 1, p. 51-60, 2004. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/1.6.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 de maio de 2022.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 1, p. 139-154, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/PmPzwqMxQsvQwH5bkrhrDKm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

MONTANDON, Cléopâtre. **“Lês relations parents-enseignants dans e École primaire: de quelques causes d’incompréhension mutuelle”**. In: DURNING, P., POURTOIS, J.P., (Org.). *Éducation et famille*. Bruxelas: De Boeck, 1994b, p.189-205. . Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227044010.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2022.

OLIVEIRA JUNIOR, I. B.; MAIO, E. R. Família e escola: um novo (re) pensar e (re) agir pedagógico. **Revista LABOR**, v.1, p. 102- 114, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6685/4890>. Acesso em: 25 de outubro de 2022

SILVA, M. L. G; CAVALCANTE, L. M. **Relação família/escola: as contribuições da família no processo pedagógico vivido na educação infantil**. 2012. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/7521662baf0ae9d3a041718d472f1c8b_1822.pdf. Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

VALE, A. L. O. **O papel da família na gestão escolar**. 16f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração em Gestão Pública) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/65076>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

O USO DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SEUS IMPACTOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: PERCPÇÕES DOS PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO ARACATI-CE

**Josimara Pereira Pinto¹ (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: josimara.pinto@fvj.br),
Maria Theresa Costa Zaranza² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: theresa@fvj.br).**

RESUMO

O isolamento social estabelecido como principal estratégia para controle da transmissão do vírus durante a pandemia de COVID-19 trouxe graves consequências sociais, obrigando a educação a utilizar o ensino remoto como a única estratégia para a manutenção do ensino formal. O objetivo geral deste estudo foi reconhecer o impacto do uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, no município do Aracati, Ceará, durante a pandemia de COVID-19. Tratou-se de uma pesquisa de campo exploratória e descritiva com abordagem qualitativa, realizada em uma escola de anos iniciais do ensino fundamental, localizada no município do Aracati, Ceará, no período de agosto a dezembro de 2022, cujos participantes foram professores da referida escola. Os principais resultados apontaram para a necessidade do ensino à distância e os impactos positivos e negativos advindos do uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, durante a pandemia de COVID-19; principais dificuldades encontradas pelos professores na utilização dessas tecnologias e utilização das principais ferramentas tecnológicas para a efetivação das aulas. O estudo concluiu que o uso das tecnologias na educação básica durante a pandemia da COVID-19 trouxe de acordo com a percepção dos professores investigados, muitos impactos para a vida dos docentes, pais e alunos, corroborando a hipótese inicial do problema da pesquisa, sendo que esses impactos se manifestam tanto de forma positiva quanto negativa na vida dos atores envolvidos.

Palavras-chave: aprendizagem; covid-19; educação básica; pandemia; tecnologia.

INTRODUÇÃO

A COVID-19 é uma doença respiratória infecciosa causada por um novo tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2, que tem como principais sintomas: febre, cansaço, tosse seca, perda de paladar e ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos e ou articulações, erupções cutâneas, náuseas ou vômitos, diarreias, calafrios ou tonturas (BRASIL, 2022). Por tratar-se de uma pandemia com fácil e rápida transmissibilidade e alta taxa de mortalidade, a Organização Mundial de Saúde (OMS) destacou a importância das políticas públicas e sociais que limitassem a transmissão do vírus e o número de mortes provocadas pela doença, com ênfase para a adoção das medidas de contenção do vírus, incluindo o distanciamento social (OMS, 2020). Neste cenário caótico de instabilidade social em todas as áreas do conhecimento humano, inúmeros foram os prejuízos para a sociedade, enfatizando-se, aqui, os concernentes à educação, cujos resultados, segundo pesquisa realizada pelo Instituto DataSenado, do Senado Federal Brasileiro, manifestaram-se em vários seguimentos que envolvem o contexto educacional formal, com repercussão

negativa na rotina de casa pela dificuldade de conciliar trabalho com aulas dos filhos; no ensino com prejuízos para o aprendizado de crianças e adolescentes e na sociabilidade, interferindo na saúde física e emocional (BRASIL, 2022). O problema da pesquisa se evidenciou no contexto atual do processo de ensino e aprendizagem, caracterizado pela implantação e ou implementação do ensino à distância (EaD) e do ensino híbrido (EH), com aulas remotas, no período de isolamento social da pandemia da COVID 19, centrado no uso de ferramentas tecnológicas para a sua efetivação, aqui, representado por meio da seguinte pergunta norteadora: quais são os impactos, de acordo com a percepção dos professores, advindos do uso das tecnologias para a educação básica, no município do Aracati, Ceará, durante a pandemia de COVID-19? Para responder ao problema da pesquisa, este estudo teve por objetivo geral reconhecer o impacto do uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, no município do Aracati, Ceará, durante a pandemia de COVID-19 e por objetivos específicos pretendeu-se: demonstrar a necessidade do uso da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, durante a pandemia de COVID-19; descrever as principais dificuldades encontradas pelos professores na utilização das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, durante a pandemia de COVID-19 e listar as principais ferramentas tecnológicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem na educação básica, durante a pandemia de COVID-19.

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de campo com objetivo exploratório e descritivo (GIL, 2010), e abordagem qualitativa (MINAYO, 2007), realizada no período de agosto a dezembro do ano 2022, em uma Escola dos anos iniciais do Ensino Fundamental (EEF) do município do Aracati, Ceará, localizada na zona urbana com séries do primeiro ao quinto ano. Os sujeitos da pesquisa foram professores da escola participante, selecionados conforme os seguintes critérios de inclusão: ser professor do ensino fundamental; ter trabalhado durante a pandemia de COVID-19; ter utilizado tecnologias nas práticas de ensino e aprendizagem do EaD e ou híbrido e ter continuado no ensino após retorno presencial às salas de aula. Foram excluídos os professores que estavam de licença no período da coleta das informações e aqueles que não responderam ao questionário em tempo hábil. As informações foram coletadas através de um questionário misto (GIL, 2010), composto por dados sociodemográficos e por 10 perguntas norteadoras. A análise e interpretação dos resultados se deram com base na Técnica da categorização de falas de Minayo (MINAYO, 2002).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Houve predominância do sexo feminino e a média de idade foi de 32,8 anos; todos tinham, pelo menos, uma pós-graduação lato sensu; uma média de 8 anos de graduados; 9 anos de experiência docente e a maioria não tinha capacitação no EaD. Para a primeira categoria temática, definida como necessidade e impactos do uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, durante a pandemia de COVID-19, os participantes destacaram como impactos positivos, o acompanhamento mais próximo dos familiares no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, a inovação das aulas com possibilidades de melhor aprendizado e a oportunidade de reprisar o mesmo conteúdo sempre que necessário. Como impactos negativos os professores citaram: a dispersão dos alunos, a falta de concentração, não cumprimento dos horários das aulas, aumento das dificuldades para com a escrita e socialização, além das dificuldades para o acompanhamento das aulas por falta

da INTERNET em casa, inadequação do ambiente familiar necessário ao bom aproveitamento das aulas e a falta de avanços dos alunos no processo de alfabetização. A segunda categoria temática que explorou as principais dificuldades encontradas pelos professores na utilização das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem da educação básica, durante a pandemia de COVID-19, teve como dimensionamento o conhecimento prévio acerca das tecnologias que poderiam ser utilizadas nas aulas remotas e ou híbridas antes da pandemia, para o que a maioria dos professores respondeu que tinha algum conhecimento, porém, apenas um professor tinha realizado curso de capacitação para utilização das estratégias tecnológicas no ensino remoto durante a pandemia, ofertado pela própria secretaria municipal de educação. Apesar da falta de capacitação para a maioria dos professores, dois deles consideraram que o conhecimento prévio sobre a utilização das tecnologias facilitou o desempenho na preparação e dinâmica das aulas; um professor não respondeu e outro mencionou como principais impactos negativos para a sua prática docente, a sobrecarga de trabalho, o uso excessivo de telas, aparelhos atualizados e novos e as dificuldades para utilizar as plataformas digitais, destacando-se como principais dificuldades vivenciadas pelos professores, pais e alunos no ensino remoto durante a pandemia: dificuldades na utilização da INTERNET, falta de INTERNET em casa, evasão escolar e falta de conhecimento dos alunos e pais sobre como utilizar a tecnologia. Quanto as principais ferramentas tecnológicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem na educação básica, durante a pandemia de COVID-19 que constituíram a terceira categoria temática, os professores responderam que utilizaram mais, frequentemente, nas suas aulas, durante a pandemia da COVID-19, ao aplicativos online, jogos, vídeos e músicas; Pacote Office e Youtube; Plataforma, gamificação, bibliotecas virtuais, conteúdos multimídias, Google Meet, Google Forms e aplicativos de whatsapp. A partir destes resultados, o estudo concluiu que o uso das tecnologias na educação básica durante a pandemia da COVID-19 trouxe, de acordo com a percepção dos professores investigados, muitos impactos para a vida dos docentes, pais e alunos, sendo que esses impactos se manifestaram tanto de forma positiva quanto negativa na vida dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Novo Coronavírus (Covid-19):** informações básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/#:~:text=Formas%20de%20cont%C3%A1gio%3A&text=%E2%80%93%20tosse%3B,a%20boca%20nariz%20ou%20olhos>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social (Org.). **Teoria, Método e Criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MINAYO, M. C. S. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta In. MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, p. 61-77, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE-OMS. Considerações para implementar e ajustar medidas de saúde pública e sociais no contexto da COVID-19: orientação provisória. **OMS**, 4 nov. 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665>. Acesso em: 22 ago. 2022.

JOGOS E BRINCADEIRAS NO PROCESSO DE ENSINO–APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Joyce Batista Paulino¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: joyce.paulino@fvj.br),
Adriana Wandermuren² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@fvj.br).

RESUMO

O objetivo deste estudo é refletir sobre o papel dos jogos e brincadeiras no processo de desenvolvimento do ser humano. Isto porque percebe-se que nas escolas, sobretudo, “os recreios” eram apenas momentos de diversão, permitindo que a criança saísse da situação de cansativas aulas a que eram submetidas, o que tem mudado no século XXI, já que jogos e brincadeiras passam a ser vistos como atividades relevantes para o desenvolvimento intelectual e cognitivo dos indivíduos. Isto porque identifica-se que com o uso dos recursos lúdicos, as crianças tem a possibilidade de manifestar como conseguirão se desenvolver, por quais meios os professores podem atuar, auxiliando em seu processo de ensino/aprendizado. Para que o estudo atenda a seu intento, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, que faz uso de arquivos já efetivados acerca do mesmo assunto para fundamentar as ideias apresentadas no texto. Este aborda que especialmente os jogos evidenciam os valores que direcionam as crianças, sendo estes necessários de serem difundidos em contexto escolar, sobretudo, porque é a partir deste cenário que estas conseguem se preparar para o ambiente social, com emoções mais centradas, assim como também capacidade de inclusão de todos que se inserem em mesmo ambiente. Conclui-se que o estudo sobre este assunto não se encerra com esta pesquisa, visto que é relevante desenvolver uma pesquisa de campo, onde professores discorrem sobre a importância das brincadeiras e jogos junto a indivíduos em processo de desenvolvimento e abordam quais mudanças conseguiram perceber acerca do antes e depois da ludicidade entrar no cenário de sala de aula.

Palavras-chave: aprendizado; educação infantil; brincadeiras; jogos.

INTRODUÇÃO

A brincadeira, por muito tempo, foi vista pela sociedade como forma de diversão, onde as crianças podiam ser o que elas quisessem acerca das predileções delas para sua vida como um todo. Nas escolas, sobretudo, “os recreios” eram apenas momentos de diversão, permitindo que a criança saísse da situação de cansativas aulas a que eram submetidas. Entretanto, com o passar dos anos, notou-se que esse cenário, na verdade apresentava-se de forma mais complexa, já que foi percebido que as crianças, frente ao cenário de brincadeiras, aprendiam em diversos sentidos. Mais especificamente, a brincadeira passou a ser vista como um recurso didático a partir do século XVIII, com o romantismo, ou seja, era romantista. A partir de então, as escolas passaram a ser pressionadas a atuar com os discentes, desde tenra idade, de modo que eles pudessem se desenvolver melhor. Esse cenário se tornou ainda mais aparente quando alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE) passaram a frequentar salas de aulas regulares, já que o lúdico é visto como um recurso que melhora questões cognitivas, físicas e psicológicas de um indivíduo. A pesquisa também é importante para a sociedade, pois estes precisam entender sobre o processo de ensino e desenvolvimento de uma

criança, visando que as pessoas cobrem das instituições de ensino melhores formas de aprendizado. Dessa maneira, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: Como os docentes trabalham jogos e brincadeiras na educação infantil melhorando a ludicidade nas suas práticas de ensino? Com relação aos objetivos do estudo, o geral busca: Refletir sobre o papel dos jogos e brincadeiras no processo de desenvolvimento do ser humano. Já com os objetivos específicos, buscam: Reconhecer os conceitos básicos sobre jogo, brinquedo e brincadeira; Perceber as diversas possibilidades de utilização do lúdico na escola; e Compreender como os docentes utilizam os jogos e brincadeiras nas vivências escolares.

MARCO TEÓRICO

Conforme aponta Xexéo (2013), os jogos são consideradas atividades sociais, que permitem que fora da realidade sejam efetivadas negociações em busca de resolutiva de situações conflitantes. De acordo com o autor, os jogos permitem que as pessoas consigam envolver diversão, entretenimento e desafios em um mesmo cenário. Atualmente, os jogos que mais se apresentam aos discentes são os digitais, sendo estes responsáveis por manter a atenção dos alunos por horas a fio, e que podem ser usados para garantir o direcionamento dos alunos para seu desenvolvimento. Cabe salientar que a sociedade vivencia a era digital, portanto, os profissionais precisam acompanhar a utilização desses novos recursos. Os jogos são considerados ferramentas capazes de inovar a sala de aula e conseqüentemente o processo de ensino e aprendizado. Os jogos potencializam a motivação pelo aprendizado, permitindo o alcance das metas institucionais. Ou seja, os recursos lúdicos permitem que as crianças identifiquem a realidade como realmente é, experimentando por meio das brincadeiras que imitam a vida real. Neste sentido, elas aprendem a como se comportar em situações diversas em sociedade. Ainda aprofunda Monteiro, Almeida e Oliveira Neto (2021) sobre a postura do professor ao levar jogos e brincadeiras para sala de aula mediando desenvolvimento e estímulo para tanto. Os autores ainda discorrem sobre a reelaboração de atividades, garantindo as crianças uma diversão que permita a sua evolução no cenário educativo. Compreende-se que as mudanças permitem o melhor progresso dos alunos em vertentes educativas, visto que nota-se que os objetivos de aprendizado passam a ser mais rapidamente alcançados (SANTOS; SOBRINHO, 2017).

METODOLOGIA

O estudo é desenvolvido sob uma ótica de pesquisa bibliográfica, pois faz uso de arquivos como dissertações, monografias, artigos e afins para responder ao problema da pesquisa assim como atender aos objetivos, geral e específicos traçados. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois busca entender o pensamento dos indivíduos com relação a uma transformação social, efetivada por meio de crenças estabelecidas por determinados grupos. Sobre os estudos qualitativos desenvolverem-se por meio de cortes temporal-espacial, que neste estudo em questão se relaciona entre os anos de 2012 a 2022. Importante esclarecer que houveram critérios para que os estudos fossem aplicados na pesquisa. Os critérios de inclusão relacionam-se a serem pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2012 a 2022, se apresentarem na íntegra para leitura e serem estudos desenvolvidos em Português. Com relação aos critérios de exclusão, foram retirados os estudos que não atendiam ao objetivo central do estudo e aqueles que se apresentaram em duplicidade. As bases de dados usadas para localizar as pesquisas foram SCIELO, Google Acadêmico, e revistas que abordam sobre a educação,

sendo elas: Revista Brasileira de Educação, Educação em Revista e Revista Educação & Formação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Rau (2012) discorre que o maior desenvolvimento da criança quando faz utilização de recursos lúdicos como jogos e brincadeiras se associa a melhor resolutive de conflitos, sobretudo, porque nas salas de aula existem diversos perfis de alunos, sendo necessário que estes se desenvolvam mutuamente e por meio de socialização, o que nem sempre ocorre quando as atividades são desenvolvidas por meios tradicionais, visto que as concepções individuais são mais presentes que aquelas que se desenvolvem coletivamente. Cabe lembrar que as práticas lúdicas fazem com que a imaginação da criança vá mais além, permitindo que ela construa cenários que em determinadas situações podem ser vistas como desejos impossíveis. Rau (2012) aponta sobre este momento reduzir o estresse das crianças, o que permite que as mesmas se tornem mais flexíveis em suas ações. Vale enfatizar que o manuseio de brinquedos e espaços faz com que as crianças desenvolvam linguagens simbólicas. Rau (2012) destaca que as ações efetivadas nos espaços possibilitam desenvolvimento relevantes, que relacionam-se a questões motoras e cognitivas dos indivíduos. Reflete-se ainda sobre o jogo em específico e fala que as orientações com relação as regras que de cada atividade faz com que os alunos passam a assimilar melhor o conhecimento que precisam, assim como se orientar melhor com relação a seu comportamento diante de cenários diversificados. Conclui-se que o estudo sobre este assunto não se encerra com esta pesquisa, visto que é relevante desenvolver uma pesquisa de campo, onde professores discorrem sobre a importância das brincadeiras e jogos junto a indivíduos em processo de desenvolvimento e abordam quais mudanças conseguiram perceber acerca do antes e depois da ludicidade entrar no cenário de sala de aula.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, M. C. S. D.; ALMEIDA, L. B.; OLIVEIRA NETO, J. F. Jogos e brincadeiras na educação infantil: um diálogo com professoras da rede municipal de aparecida de Goiânia, GOIÁS. *Revista UNIARAGUAIA*, v. 16, n. 3, p. 234-244, 2021. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/999/o/1082-3878-1-PB_%281%29.pdf. Acesso em: 19 out. 2022.

RAU, M. C. T. D. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SANTOS, I. M. F.; SOBRINHO, D. M. S. **Jogos, brinquedos e brincadeiras e suas contribuições para a aprendizagem e desenvolvimento da criança na educação infantil**. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/41850/2/JogosBrinquedosBrincadeiras_Monografia_2017.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

XEXÉO, G. **O Que São Jogos?** Edição Prévia. Disponível em: <https://ludes.cos.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/07/LJP1C01-O-que-sao-jogos-v2.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS: UMA PESQUISA DE CAMPO NUMA ESCOLA DA CIDADE DE FORTIM/CE

Joyce Costa Felipe¹ (Aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: (joyce.felipe@fvj.br), Albano Oliveira Nunes² (Orientador, Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe – Unijaguaribe, E-mail: (albano@fvj.br).

RESUMO

As tecnologias digitais de Informação e Comunicação – TIC's estão presentes na sociedade atual, sendo parte importante do cotidiano de alunos e professores. Dessa forma, é inevitável falar de tecnologias e não considerar o ambiente educacional. Nesse sentido, essa pesquisa busca abordar aspectos sobre a utilização dos recursos tecnológicos no Ensino fundamental (anos iniciais), uma das etapas da Educação Básica, conhecendo como os professores estão fazendo uso dessas ferramentas na sala de aula. Além disso, busca analisar as principais mudanças ocasionadas pela Pandemia do COVID-19 e quais são os possíveis limites e possibilidades para a inserção efetiva das tecnologias na educação. Para isso, foi realizada pesquisa de cunho bibliográfico, a partir da leitura de autores e documentos que discutem sobre a temática abordada e pesquisa de campo, a partir da aplicação de um questionário com professoras que atuam nessa etapa de ensino, em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Fortim – CE. Diante da análise dos dados, verificou-se que as docentes fazem uso das tecnologias, expondo que está sendo satisfatório e que os alunos se sentem mais motivados nas aulas. Em adição, notou-se que a pandemia proporcionou um aumento na utilização das tecnologias, que a ausência de recursos é ainda um empecilho para a efetivação e que muitas são as contribuições desses recursos para as práticas pedagógicas.

Palavras-chave: tecnologias; ensino fundamental; professores; pandemia

INTRODUÇÃO

As tecnologias encontram-se em todo contexto social, portanto, não podem ficar distantes do cenário educacional. Entretanto, compreende-se que existem diversos professores que ainda não fazem uso desses recursos, por diversos motivos, estando entre eles: o pouco conhecimento acerca das tecnologias e/ou a não credibilidade quanto a sua relevância ao aprendizado das crianças. Porém, com o surgimento da pandemia mundial no ano de 2020, causada pelo COVID-19, onde os alunos tiveram que ter aulas à distância, os professores perceberam que sua utilização é fundamental. Neste sentido, a pesquisa busca responder a seguinte problemática: “Como ocorre o uso das tecnologias no ensino fundamental? A pandemia proporcionou mudanças no contexto educacional? Quais os desafios e as possibilidades do uso desses recursos?”. Justifica-se a pesquisa por entender que no contexto educacional, a tecnologia tem ficado em segunda instância, sobretudo, quando fala-se nesses recursos com relação ao ensino fundamental, mesmo a sociedade estando na era da tecnologia, onde desde cedo as crianças conseguem manusear celulares, computadores e outras ferramentas. Apresenta-se como objetivo geral: Compreender a utilização das tecnologias no ensino fundamental pelos docentes, identificando possíveis limites e possibilidades para a inserção dessas ferramentas na sala de aula. Além disso, propõe-se a observar mudanças no uso desses recursos após a pandemia.

MARCO TEÓRICO

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2018), o trabalho na etapa do Ensino Fundamental deve ser pautado nos interesses manifestados pelas crianças, considerando suas vivências e o contexto em que estão inseridas. Partindo desse pressuposto, é fundamental discutir acerca do uso das TIC's nessa fase estudantil, tendo em vista que os alunos já nascem imersos no universo tecnológico. Sobre isso, Garcia (2013) argumenta que a sociedade atual é tecnológica, de forma que não se pode falar mais de educação sem tecnologias, pois o processo de ensino-aprendizagem já não é como antigamente, onde o professor era o detentor do saber e o aluno um mero receptor. Nesse sentido, compreende-se que as tecnologias proporcionam mudanças significativas dentro do meio educacional, ao considerar que as mesmas contribuem para a implementação de aulas mais inovadoras, dinâmicas, que atraiam a atenção dos discentes e possibilitem uma aprendizagem mais significativa, que esteja atrelada ao meio social. Acerca disso, Miranda et al. (2020) discorrem que a tecnologia se tornou uma grande aliada no processo de ensino-aprendizagem, sendo uma ferramenta que ajuda a personalizar as atividades dentro da sala de aula, facilitando a obtenção de conhecimentos. Dessa forma, é fundamental que os professores reconheçam que as tecnologias colaboram efetivamente para as suas práticas pedagógicas. Nesse contexto, Feronato (2012) defende que estar em constante atualização para melhor realização do seu trabalho, é uma condição do fazer dos professores. Assim, eles precisam analisar que os recursos tecnológicos estão cada vez mais presente na vida das pessoas, dentro e fora da escola. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica (2019) destacam que é competência dos docentes compreender e utilizar as tecnologias de forma crítica e reflexiva, como recurso pedagógico e como ferramenta de comunicação e informação, produzindo conhecimentos e potencializando aprendizagens

METODOLOGIA

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, realizada a partir de revisão bibliográfica, fazendo a leitura de autores que discorrem sobre a temática abordada, utilizando artigos e livros já publicados como embasamento para refutar ou concordar com as discussões apresentadas. Além disso, para maior aprofundamento do tema, realizou-se também pesquisa de campo, a partir da aplicação de um questionário, realizado através do *Google Forms*, com cinco professoras do Ensino Fundamental, que atuam em uma instituição pertencente à rede pública de ensino da cidade de Fortim – CE, visando reunir dados acerca da percepção dessas profissionais sobre a utilização das tecnologias nessa etapa da educação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Buscando aprofundar os conhecimentos sobre o uso das tecnologias no Ensino Fundamental, foi aplicado o questionário com 5 professoras que atuam nessa etapa da educação básica, sendo: as 5 graduadas em Pedagogia, 2 com pós graduação em Psicopedagogia, 1 com especialização em Letras/Libras e 2 pós-graduadas em Alfabetização e Letramento. Quanto ao tempo de atuação na área educacional, 2 atuam há mais de 10 anos e 3 atuam entre 1 a 5 anos. Em relação à faixa etária, 4 possuem mais de 30 anos e apenas 2 possuem entre 20 a 30 anos. O questionário foi realizado de forma *online*, através do Google formulários, composto por 15 perguntas, sendo 13 objetivas e 2 subjetivas. Nesta seção serão apresentadas as principais considerações das docentes sobre o assunto, as mesmas serão nomeadas de A, B, C, D, E, visando manter em sigilo e segurança suas identidades. Um dos primeiros questionamentos levantados procurou saber se as professoras tiveram acesso, durante o processo formativo, a cursos ou formações para uso de tecnologia na sala de aula. Das 5 respondentes, 3 alegam que não e 2 afirmam que tiveram parcialmente. Por meio das respostas, percebe-se que uma formação de qualidade para a utilização das tecnologias

digitais de informação e comunicação (TIC's), ainda se configura como uma barreira a ser solucionada. Quando questionadas se a utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação tem sido satisfatória na sala de aula, 4 docentes afirmam que concordam com a afirmativa, apenas 1 diz que concorda parcialmente. Dessa forma, pode-se aferir que as professoras reconhecem que as tecnologias estão sendo importantes no contexto educacional, contribuindo com suas práticas pedagógicas. Na mesma vertente, foi perguntado se os discentes participam mais das aulas, se sentem mais motivados com a utilização das TIC's, 4 professoras concordaram com a afirmação e 1 diz que concorda parcialmente. Posto isso, deduz-se que as tecnologias proporcionam aulas mais dinâmicas, que motivam os alunos e possibilitam uma participação mais efetiva.

No tocante ao uso das tecnologias antes e após a pandemia do COVID-19, foram apresentadas as seguintes afirmativas “Antes da pandemia do COVID 19, muitos docentes tinham receio de usar as tecnologias na sala de aula” e “As tecnologias estão sendo mais utilizadas na educação no período pós-pandêmico.” Todas as professoras concordaram com as duas afirmações, o que mostra que o período pandêmico foi decisivo para o uso dos recursos tecnológicos, permitindo que estes fossem inseridos de forma ativa no ambiente educacional. Quando questionadas sobre os maiores desafios para o uso de tecnologias na sala de aula, a professora B diz que é a falta de uma sala preparada exclusivamente para o uso das tecnologias. Na mesma linha, a professora D destaca que uma dificuldade é o acesso dos alunos. A partir das respostas, pode-se perceber que a estrutura física, configura-se como um empecilho para a efetivação do uso das tecnologias, sendo necessário, portanto, um maior investimento nessa área. A professora C afirma que um dos maiores problemas é a falta de formação na tecnologia digital, comprovando que a ausência de palestras, oficinas, minicursos sobre o assunto dificulta a utilização das TIC's, tendo em vista que os docentes não se sentem totalmente seguros para inserir em suas aulas essas ferramentas. Diante dos dados apresentados, foi possível conhecer um pouco mais sobre as percepções de docentes que atuam no Ensino Fundamental, compreendendo como fazem a utilização das tecnologias na sala de aula, assim como os principais limites e possibilidades para a inclusão dessas ferramentas no ambiente escolar. Além disso, possibilitou reflexões acerca do uso das TIC's antes da pandemia e após, comprovando que houve uma mudança significativa durante esse período.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica** (BNC-Formação). Brasília: MEC, 2019. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em 23 nov. 2022.

FERONATO, R. M. S. **O professor e o uso das tecnologias digitais**. Serafina Corrêa, 2012.

Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102850/000919963.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GARCIA, Fernanda Wolf. **A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.** Educação a Distância, Batatais, v. 3, n. 1, p. 25-48, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://intranet.redeclaretiano.edu.br/download?caminho=upload/cms/revista/sumarios/177.pdf&arquivo=sumario2.pdf>. Acesso em 25 nov. 2022.

MIRANDA, Rozania Viana.; MORET, Arthur de Souza; SILVA, Jeferson Cardoso.; SIMÃO, Berecine Perpetua. **Ensino Híbrido: Novas Habilidades Docentes Mediadas pelos Recursos Tecnológicos.** EaD em Foco, V10, e913. 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/913>. Acesso em: 21 nov. 2022.

REFORÇO ESCOLAR: EXPERIÊNCIAS DA ROTINA DO PROFESSOR FORMADO EM PEDAGOGIA

Karine da Silva Amaral¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: karine.amaral@fvj.br),
Artemizia Ribeiro Lima Costa² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

O artigo tem como objetivo geral compreender como o pedagogo exerce a prática de reforço escolar, por meio de relatos de experiências advindas desses profissionais. Trata-se de uma pesquisa descritiva de cunho qualitativo, com utilização de questionário para a obtenção de dados que serão avaliados e discutidos. Sendo respaldado com fontes bibliográficas de autores como Aranha (2012), Luckesi (1999), Pimenta, Rolim e Severo (2022), Libâneo e Pimenta (1999). Durante a pesquisa ficou evidenciado pelas respostas que o reforço escolar advindo de um pedagogo auxilia com mais ênfase os alunos que possuem maiores dificuldades na resolução de atividades escolares, em provas externas, alunos com maiores dificuldades cognitivas e emocionais, como também no auxílio da rotina escolar fora da escola, sendo realizado com abordagens significativas e lúdicas. Reconhece-se que o conhecimento produzido neste artigo, pode contribuir para profissionais que exercem a prática do reforço escolar, particularizando os professores formados em pedagogia.

Palavras-chave: reforço escolar; pedagogo; fracasso escolar; aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Visto que o campo de atuação do Pedagogo é bastante amplo, que pode atuar tanto em espaços formais como em espaços não formais e diante de indagações que buscam compreender seu papel nos espaços não formais, mas especificamente no espaço do reforço escolar. Já que, é uma área que vem crescendo cada vez mais, por diversos fatores, simplificando aqui em defasagem na aprendizagem escolar dos alunos.

Para mais, esta pesquisa foi pensada de forma a adentrar em outros campos em que o pedagogo vem a atuar, abrangendo a educação não formal, visando o reforço escolar, em como se dá essa ferramenta de ensino, a importância para a melhoria do rendimento escolar e como o profissional de pedagogia atua e quais as dificuldades encontradas. Sendo um tema que não possui muitas informações em escritos acadêmicos, mas é bastante comum na realidade destes profissionais formados em pedagogia.

Para alcançar os objetivos propostos, esse artigo está alicerçado na pesquisa qualitativa, apresenta uma abordagem direcionada para exploração e entendimentos de significados atribuídos a um problema social ou humano. O artigo está dividido em duas etapas, estudo teórico e pesquisa de campo com a aplicação de questionários impressos aos pedagogos que trabalham com reforços escolares na cidade de Palhano-Ce.

Portanto, espera-se que o presente estudo possa servir como ferramenta para nortear os demais profissionais que estão adentrando no ambiente do reforço escolar. Como também auxiliar aqueles que já se fazem da prática e guiando possíveis estudos advindo do proposto.

MARCO TEÓRICO

O reforço escolar foi surgindo como um meio de complementar o Ensino Regular, podendo ser entendido de três modos: primeiro é utilizado como uma ferramenta de apoio para suprir os problemas de aprendizagem dos educandos; no segundo é utilizado pelos profissionais de educação, aqui retratados os pedagogos, como forma de driblar o desemprego; e terceiro, como uma espécie de laboratório onde esses profissionais podem validar as teorias vistas em sua formação (GOMES *et al*, 2010). Sendo assim, como o próprio dicionário Aurélio (1999) traz em sua nomenclatura a palavra reforço, quer dizer “Ato ou efeito de reforçar” ou "Auxílio". Portanto, o reforço escolar auxilia os estudantes a desenvolver e ampliar seus conhecimentos.

Nessa condição relacionada a problemas de aprendizagem que se encaixa o reforço escolar. Pois, “o fracasso escolar é produzido pelo currículo vigente na escola descolado da realidade e das necessidades dos discentes, configurando-se o reforço escolar como instrumento paliativo, porém relevante para suprir essas lacunas” (PINHEIRO, 2017, p. 9). Sendo assim, o reforço escolar, torna-se aliado para a melhoria desses alunos, proporcionando um atendimento individualizado, considerando também outras metodologias, entendendo melhor a individualidade do aluno ao mesmo tempo levando-o a compreensão de si próprio.

Concomitantemente, a formação do pedagogo visa preparar profissionais capazes de envolver-se e atuar em busca de uma melhoria na qualidade da educação na realidade brasileira, envoltos em sua formação da ideia de transformação social. Por esse motivo que o artigo visa indagar sobre as experiências do profissional de pedagogia no ambiente do reforço escolar,

Ao aderir a esse cenário, o profissional de pedagogia poderá colocar toda a sua teoria vista na prática. Utilizando-se em sua didática, metodologias ativas que salientam “um novo horizonte de possibilidade de formação, que se faz mais sólida, coerente e efetiva o que se conhece por aprendizagem significativa” (FERREIRA *et al*, 2017, p.7). Sendo que, cada criança tem o seu tempo de aprendizagem, tem suas condições psicomotoras, sociais e cognitivas. O pedagogo no reforço escolar trará meios os quais farão com que essas crianças que têm defasagem na aprendizagem possam de fato assimilar os conteúdos, para serem utilizados posteriormente.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi pautada no objetivo do artigo que é compreender como ocorre o reforço escolar e as experiências dos profissionais de pedagogia que a exercem. Para mais, como falado anteriormente, para validar este trabalho foram formulados questionários e entregues impressos aos pedagogos que prestam serviços de reforço escolar na cidade de Palhano-Ce, aqui o cerne da investigação.

O *locus* da pesquisa encontra-se no centro do município de Palhano-Ce, onde encontram-se três estabelecimentos de reforço escolar com pedagogas já formadas, os quais localizam-se em suas próprias residências. As entrevistadas foram três pedagogas que exercem a prática de reforço escolar no município, sendo duas que só ofertam meio período, pois também ensinam na rede particular do município. Para identificar os respondentes serão utilizados nomes fictícios de flores: Girassol, Tulipa e Lírio.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

No questionário havia nove perguntas do tipo abertas e apenas uma pergunta fechada. A começar com a fechada que perguntava se elas viam o reforço escolar como uma alternativa de renda, as três responderam “Sim!”, no entanto, nenhuma fez comentário sobre a resposta dada. Assim como deferiu Araújo e Purificação (2021, p.2) quando fala que “Procura-se associar o trabalho do professor a uma atividade celestial, que deve ser realizada por amor, sem pensar em compensação social ou financeira”.

Na segunda pergunta, elas foram indagadas sobre quais eram os perfis dos alunos pertencentes aos seus reforços escolares. Tulipa e Lírio responderam que são alunos com dificuldade de aprendizado e que os pais eventualmente não conseguem acompanhar as atividades escolares por conta do trabalho e também por desprovido em sua própria escolaridade, tudo isso faz com que ou não auxiliem ou fiquem sem paciência, causando mais problemas para a aprendizagem da criança. Segundo Bayma - Freire *et al* (2015, p. 2), “o nível de estresse provocado pelos fatores que interferem na aprendizagem do aluno promove a vulnerabilidade para o enfrentamento das atividades escolares do dia a dia”.

Já Girassol diz que “Na maioria das vezes são alunos bons, que realmente querem aprender mais. São estudiosos e têm bom comportamento”. Um fato a ser considerado aqui, é que Girassol relatou que a maioria de seus alunos no reforço são os mesmos da sala de aula na escola regular.

Quando inferidas quanto ao papel do reforço escolar frente às dificuldades de aprendizagens, todas concordaram que compete reforçar as atividades que são propostas nas salas de aula, mas também apresentá-las aos alunos de forma lúdica, auxiliando-os a compreender melhor os conteúdos. Como pode ser expresso pelas respostas a seguir: “O papel do reforço é reforçar as atividades propostas, estudadas na sala de aula” (GIRASSOL); e “Reforçar atividades que fazem parte das disciplinas estudadas na escola e diversificar de forma lúdica conteúdos para que o aluno possa aprender de forma rápida e eficaz” (LÍRIO).

Também foram perguntadas se havia alguma diferença em um reforço escolar promovido por pedagogos e profissionais sem a formação de pedagogia. As três responderam que “Sim!”, tendo em vista que o pedagogo sabe quais ações pedagógicas que envolvem o ensino e o processo de aprendizagem.

Posteriormente elas comentaram quais eram as dificuldades enfrentadas nas aulas do reforço escolar. Destacaram o tempo curto de aulas no reforço escolar, as conversas paralelas das crianças que acarretam a falta de atenção e por fim atividades diferenciadas numa mesma turma. Girassol destacou a falta de planejamento e concordou com Tulipa e Lírio quando citavam as atividades diversificadas trazidas pelos alunos que estudam em escolas diferentes e possuem diferentes níveis de aprendizado.

As respondentes não iniciaram a sua prática de reforço escolar enquanto cursavam a faculdade, mas alegaram que sua formação contribuiu de forma significativa no seu trabalho, trazendo para a prática as metodologias vistas durante o curso de pedagogia. E quando questionadas sobre qual era o seu papel dentro do ambiente do reforço escolar, as pedagogas registraram o fato de auxiliarem as atividades escolares dos alunos, mas também, norteá-los e instruí-los em frente às suas dificuldades de aprendizagem.

Santos (2013) explana quanto ao papel do professor para a propagação de uma aprendizagem significativa, pois deve pesquisar diversos modos que provocam em seus alunos uma inconstância cognitiva, ou seja, significa buscar sempre por novas metodologias, que estimulem e desafiem o intelecto de seus alunos. Por último deixou-se no questionário um espaço onde as respondentes pudessem retratar algum momento significativo no reforço escolar que marcou suas trajetórias como profissionais de pedagogia, ao que escreveram que

sentem-se realizadas quando veem o avanço de seus alunos, o reconhecimento dos pais e a evolução na aprendizagem daqueles com deficiências educacionais.

Conclui-se, portanto, que ser professor é auxiliar, nortear, contribuir na vida de outro ser humano, é ter tato quando para se obter um diálogo, é ter coerência nos conhecimentos repassados, é buscar sempre por novos meios de se conseguir uma aprendizagem efetiva de seus alunos tanto na sala de aula quanto na sala de um reforço escolar. Que esta pesquisa venha a contribuir também para novos estudos em prol do crescimento e desenvolvimento no âmbito educacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. F.; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. Ser professor: vocação ou falta de opção? Os motivos que envolvem a escassez de jovens na profissão docente no Brasil. **Revista Científica Novas Configurações–Diálogos Plurais**, v. 2, n. 1, p. 11-18, 2021.

BAYMA-FREIRE, H; ROAZZI, A; & ROAZZI, M.M. O nível de escolaridade nos dois países interfere na permanência de duas crianças na escola? |A escolaridade dos pais interfere na permanência dos filhos na escola?. **Revista de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Educação**, n. 2 (1), 35-40, 2015. <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.2.1.721>

GOMES, C. A. *et al.* **Sistema educativo sombra**: recortes no Brasil e em Portugal. *Revista Iberoamericana de Educación*, v. 52, n. 6, p. 1, 2010.

HOLANDA, A. B. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 1999.

PAIVA, M. R. F.; PARENTE, J. R. F.; BRANDÃO, I. R.; QUEIROZ, A. H. B. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem: revisão integrativa. SANARE - **Revista de Políticas Públicas**, [s. l.], v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1049>. Acesso em: 10 out. 2022.

PINHEIRO, G. J. Produções e reproduções: diálogos entre o currículo, fracasso escolar e reforço. **Monografia**, Universidade Federal Fluminense, 2017.

SANTOS, J. C. F. dos. O papel do professor na promoção da aprendizagem significativa. **Revista ABEU**, v. 1, n. 1, p. 9-14, 2013.

ATUAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO DO NAEI – NÚCLEO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E INCLUSÃO DE ARACATI – CE

Leticia Almeida França¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, leticiafranca022@gmail.com),
Adriana Wandermurem² (Orientadora - Professora do Cento Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@fvj.br).

RESUMO

Este estudo analisa a atuação do profissional psicopedagogo no NAEI – Núcleo de Atendimento Especializado e Inclusão de Aracati. Tem como objetivo principal analisar a função do profissional psicopedagogo do NAEI do município de Aracati. A metodologia utilizada nesta pesquisa é exploratória com abordagem qualitativa, foi observado um profissional psicopedagogo dentro do seu exercício da profissão no NAEI do município de Aracati. No embasamento teórico o estudo conta com autores como: Pontes e Pires (2021), Dessen e Polonia (2007), Barancelli e Albrecht (2022), além de documentos oficiais como a LDB (1996) e a Constituição Federal (1988). Em seus resultados o estudo aponta o cotidiano do profissional, sua função e relevância dentro do NAEI – Aracati. Sua contribuição para o desenvolvimento educacional e social dos alunos atendidos.

Palavras-chave: NAEI; NEE; psicopedagogo.

INTRODUÇÃO

O atendimento educacional especializado – AEE aparece na Constituição Federal de 88, que assegura “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Com o passar dos anos aumentaram a necessidade de ampliação das normativas legais sobre o tema, já que a demanda aumentou consideravelmente e a inclusão passou a ter mais atenção, tendo em vista garantir vida digna e com equidade para todos.

Para garantir esse atendimento foram criados, além do AEE que funciona nas escolas, os Núcleos de Atendimento Especializado e Inclusão - NAEI. O município de Aracati na perspectiva de melhorar a qualidade de ensino e vida dos estudantes e munícipes, possui um órgão municipal que cuida do atendimento de crianças e adolescentes da rede pública municipal de ensino, dando a elas suporte para desenvolvimento de habilidades educacionais e sociais.

Um dos profissionais que atuam no ambiente de Atendimento Educacional Especializado é o psicopedagogo, sua função é entender como acontece a aprendizagem e o que faz para melhorar a forma como os alunos aprendem, levando em consideração a realidade em que os alunos estão inseridos, como exemplificam os autores Edenir Pontes e Herivelton Pires (2021, p. 69), quando dizem que o psicopedagogo é essencial à sociedade, pois articula os conhecimentos e ações de forma transdisciplinar, com o intuito de responder as necessidades de cada indivíduo.

O NAEI de Aracati oferece aos alunos da rede municipal pública de ensino, que apresentem alguma deficiência que dificulte seu aprendizado ou inclusão na sociedade e/ou contextos escolares, atendimento profissional pedagógico especializado. Os atendimentos multiprofissionais incluem: intérprete de Libras, Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia,

Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Professor de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Diante disso, esta pesquisa apresenta a seguinte problemática: qual a função do psicopedagogo dentro do NAEI – Aracati?

O objetivo geral deste estudo é: Analisar a função do profissional psicopedagogo do NAEI do município de Aracati, e traz em seus objetivos específicos a função de analisar a atuação do psicopedagogo do NAEI de Aracati; compreender a importância do psicopedagogo para o desenvolvimento das aprendizagens de alunos; observar como acontecem os atendimentos no NAEI de Aracati; entender como funciona o trabalho do psicopedagogo escolar.

MARCO TEÓRICO

O NAEI é o Núcleo de Atendimento Especializado e Inclusão de Aracati, ele foi criado para atender crianças e adolescentes com necessidades especiais do município é mantido pelo governo municipal e atua juntamente com as escolas no desenvolvimento de atendimentos que fortaleçam a inclusão e desenvolvimento dos estudantes que apresentem necessidades especiais. O prédio fica situado na rua Coronel Alexanzito, nº 538 no Centro de Aracati.

Os atendimentos do NAEI acontecem em exclusiva parceria com as escolas públicas municipais, as escolas através do professor identificam se aquele aluno apresenta características de crianças que necessitam de atendimento especializado. A partir de então é realizado um relatório e uma ficha de aptidão solicitando que o estudante seja atendido pelo NAEI.

O espaço conta com o serviço de multiprofissionais, tais como, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores de Atendimento Educacional Especializado – AEE. O espaço conta também com uma equipe técnico administrativa, com diretora e coordenadora. Todos à disposição das escolas para realizar os atendimentos com os alunos da rede municipal pública de ensino.

Isso acontece após a escola já ter conversado com a família, observado por mais tempo a criança na escola e conversado com outros professores. Ao chegar no NAEI a criança ou adolescente é atendida pela equipe de profissionais que identificam sua necessidade especial, caso precise de medicamento ou acompanhamento com outros profissionais além dos que estão no Núcleo.

Quando iniciados os atendimentos no NAEI os estudantes são recepcionados pela pedagoga que realiza conversa com o estudante que será atendido e com a família, em seguida ela é encaminhada para o profissional que necessita para desenvolvimento do seu acompanhamento.

Todos os atendimentos são realizados semanalmente com dez atendimento diários para cada profissional, com crianças de dois anos até quatorze ou quinze anos, todas aquelas que estejam incluídas na rede pública de ensino municipal.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Marx e Platão tinham em suas concepções que a educação dá ao indivíduo autonomia para mudar suas vidas, é uma ferramenta importante para a mudança social. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996, traz para base da educação brasileira os seguintes princípios:

Art. 3: I – Igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar etc.; III – Pluralismo a ideias e de concepções pedagógicas; IV – Respeito a liberdade e apreço à tolerância; [...] (BRASIL, 1996).

Essas expectativas foram sinalizadas na CF de 88, e fortalecidas com a LDB. De acordo com o inciso I do Art. 3 da LDB deve ser ofertado aos alunos iguais condições para acesso e permanência na escola, isso, de forma evidente, inclui os alunos com necessidades educacionais especiais, desde físicas à relacionadas ao aprendizado.

No Núcleo de Atendimento Especializado e Inclusão de Aracati, o psicopedagogo atende os alunos das escolas públicas do município, após as escolas identificarem alguma possível necessidade que o aluno venha a possuir, ele é encaminhado ao NAEI. Os encontros são realizados semanalmente com os alunos, o primeiro encontro é feito com o familiar responsável, ele é apresentado à psicóloga do Núcleo e é dito como acontecerão os atendimentos e a necessidade que a criança possui.

Posteriormente iniciam-se os atendimentos com as crianças, a profissional atende em média diária dez alunos, cada atendimento é realizado de acordo com a necessidade da criança, todas as estratégias para evolução do aprendizado são feitas de acordo com o laudo dado por outros profissionais, como o neurologista.

Os atendimentos envolvem sempre a ludicidade e uma parceria sólida entre família, escola e NAEI, a fim de proporcionar ao aluno o melhor progresso e fazer com que obtenha sucesso não só em sua vida acadêmica, mas social também.

Com as observações feitas percebeu-se que o psicopedagogo do município desempenha um papel fundamental para que os alunos alcancem sucesso. A profissional retira do aluno a culpa de que o insucesso do seu aprendizado pertence somente a ele, leva em consideração as incontáveis contribuições que levam esse aluno a não acompanhar, da maneira esperada, o currículo que a escola oferece.

Nota-se também, e não há como não mencionar nesta pesquisa, o interesse dos pais em fazer com que seus filhos alcancem êxito em seu aprendizado e vida social. Antes, em tempos não tão distantes, crianças com necessidades especiais eram vistas pela maioria, principalmente pelos pais, apenas como um meio de receber benefícios que o governo concede para pessoas com necessidades especiais.

Hoje vemos a reversão deste conceito e realidade, identificando que, mesmo em passos lentos, a inclusão está fazendo-se presente em vários espaços e principalmente, mudando a forma como as pessoas enxergam a população com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 nov. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 28 nov. 2022.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha, 1994.

PONTES, E. M., PIRES, H. P. A importância do psicopedagogo na escola. Editora e-Publicar – **Metodologias, práticas e inovação na educação contemporânea**, v.2. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Leonardo-Perovano-Camargo/publication/353273698_Prazer_me_chamam_de_Educacao_Fisica_o_que_e_educacao_fisica_na_visao_de_estudantes_iniciantes_da_licenciatura_em_educacao_fisica/links/60f089d40859317dbde5f3de/Prazer-me-chamam-de-Educacao-Fisica-o-que-e-educacao-fisica-na-visao-de-estudantes-iniciantes-da-licenciatura-em-educacao-fisica.pdf#page=69. Acesso em: 15 de out 2022.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA SALA DO AEE

Lívia Costa Nascimento¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: livia.nascimento@fvj.br),
Artemizia Ribeiro Lima Costa² (Doutoranda em Educação (UFC). Mestra em Educação. Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) faz parte do primeiro passo para uma educação inclusiva no ambiente escolar. O conhecimento docente no AEE está envolvido em ações que exigem convivência voltada à formação dialógica dos sujeitos que protagonizam a inclusão escolar envolvendo família, escola e sociedade. O artigo tem como proposta expor os resultados da pesquisa e objetivou compreender a contribuição do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento das crianças com dificuldades no ensino e aprendizagem, e o objetivo geral foi analisar quais os desafios existentes ao ensinar nas salas do AEE, em uma escola na cidade de Aracati-CE. Essa pesquisa é de caráter qualitativo, tendo como base teórica, autores como: Lima (2006), Silva e Galuch (2009), dentre outros. Em seguida vivenciou-se a pesquisa de campo, utilizando como instrumento na coleta de dados uma entrevista com dez perguntas semiestruturadas, aplicada a duas pedagogas de sala regular e uma professora da sala do AEE. Os resultados desse artigo permitiram compreender que ainda falta muito para a educação inclusiva acontecer, as Salas de AEE são espaços existentes em algumas escolas e são custeadas pelo governo federal através de políticas públicas e os professores que nela atuam fazem parte da rede pública municipal, no entanto, ainda precisa haver maior diálogo entre os docentes destas salas e os docentes das salas regulares, afinal ambos são responsáveis pelo processo de aprendizagem das crianças que são atendidas pela escola.

Palavras-chave: docentes; atendimento educacional especializado; escola.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem ocorrido de maneira lenta, bem como os meios na infraestrutura das escolas para criar um ambiente em que os alunos possam ser acolhidos de maneira igualitária, dando a eles tanto um docente capacitado, quanto materiais que possam ajudar o seu aprendizado na escola, sendo assim minimizando os problemas com a rotina dentro da sala de aula regular.

O projeto tem como pergunta norteadora: Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem para favorecer os alunos atendidos na Sala de AEE? E como objetivo geral, compreender os processos pedagógicos da prática docente da sala de recursos multifuncional, analisando os desafios e progressos desenvolvidos no atendimento educacional especializado do município de Aracati/CE.

O artigo está dividido em três momentos: no primeiro, o texto destaca a inclusão escolar, seus fundamentos e o atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência; no segundo, apresenta a caracterização do campo de pesquisa e seus sujeitos; e no terceiro, abordou os resultados da pesquisa, por meio das análises das respostas dadas pelas entrevistadas.

Espera-se que esta pesquisa possa ser relevante para futuros professores, auxiliando a entender a contribuição do AEE para o desenvolvimento das crianças com dificuldades de aprendizagem e/ou socialização, auxiliar nos avanços do aluno na sala de ensino regular e para informar pais de alunos que precisam desse atendimento, pois muitos não aceitam a deficiência do seu filho e acabam excluindo o mesmo, prejudicando esse processo que é essencial para sua formação.

SALA DO AEE: INCLUSÃO, CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS.

É cada vez mais necessária uma educação com respeito às diferenças, de tal maneira que a diversidade seja vista como a entrada para um bom diálogo e para o pensamento e não para o processo de exclusão.

Essa educação inclusiva envolve toda comunidade como direção, família, professores e, principalmente, alunos, tendo uma mudança de atitude frente a diversidade que se encontra na escola, pois como diz Lima (2006), não existe inclusão se não houver mudança e não há inclusão plena se a mudança não for constante, consciente e efetiva. Assim, percebe-se que a escola que implanta a inclusão escolar além de respeitar deve obter uma postura para a construção de um processo escolar inclusivo para todos.

A educação é um direito humano e os indivíduos com deficiência devem fazer parte das escolas. Isso é consenso entre todos: poder público, legisladores, educadores e sociedade em geral. Mesmo assim, sendo hoje a inclusão escolar um fato previsto em lei, percebe-se uma grande dificuldade de se trabalhar com esses alunos. Para Rodrigues (2006, p. 303), a educação inclusiva, “pressupõe uma participação plena uma estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo”.

A educação especial deve abrir caminhos para se articular com a escola comum, quebrando preconceitos, não deixando de lado os alunos com deficiências e/ou dificuldades de aprendizagem. É necessário que haja rapidamente mudanças para que não exista escolas divididas e que esses alunos não fiquem excluídos em ambientes educacionais.

É importante que os alunos com deficiências e transtornos funcionais específicos se sintam seguros e inclusos dentro da escola, participando de atividades e convivendo com os demais. A vivência com outras crianças, auxilia no desempenho e no desenvolvimento do aluno especial, gerando assim experiências e ajuda mútua, enxergando e aceitando o outro com suas diferenças e limitações. Pelo prisma dos preceitos histórico-culturais, crianças com deficiências necessitam de momentos interativos de maneira contínua durante seu desenvolvimento, já que sua condição não é igual a de uma criança sem deficiência (SILVA E GALUCH, 2009).

As diferenças têm sido olhar de constantes discussões no âmbito da educação, sobretudo, da educação especial. Falar sobre as diferenças no cenário em que emerge a perspectiva de educação inclusiva significa propor um espaço em que todos possam aprender em conjunto, no convívio com as especificidades de cada um, sem que esse ou aquele discente permaneça excluído do processo de escolarização em decorrência de suas necessidades.

Entende-se que a educação inclusiva consiste em um trabalho árduo, que exige comprometimento, coragem para romper com as estruturas fixas que se encontra nas escolas. Nessa perspectiva Mantoan (2003, p. 16) acrescenta que “[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”.

Ainda sobre esta temática, Carvalho (2006) afirma que é preciso entender que somos diferentes, entender que a inclusão deve ser pensada e proporcionada para todos e não um grupo específico de alunos. E é importante que cada um contribua para a cidadania, compreendendo que a cidadania pode ser construída em grupo, ou seja, que esta construção se dê, a partir das práticas.

Desse modo, há ainda muitas barreiras a se superar, entretanto, não se pode esquecer as realizações e êxitos que foram alcançados com o decorrer do tempo na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Todavia, a educação inclusiva demonstra ser uma aliada para o amadurecimento de procedimentos que venham a melhorar o suporte às pessoas com deficiência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta uma investigação qualitativa, por acreditar em um processo que proporciona a construção de conhecimentos por meio de trocas entre o pesquisador e a realidade pesquisada. Se utiliza também de recursos bibliográficos baseados em livros, artigos acadêmicos, os quais possibilitaram um suporte para a construção do mesmo.

Certamente, é também um estudo de campo, pois busca dados juntos à realidade específica do problema para ter uma dimensão desses processos de atendimentos, fazendo estudo, entrevistas para colher informações sobre a pesquisa.

Este estudo possibilita o detalhamento de fatos e significados, se preocupando com o andamento e a qualidade do processo. Segundo Richardson (2015), a pesquisa qualitativa se caracteriza pela tentativa de compreender de forma detalhada os significados e as características de uma determinada situação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pergunta norteadora da pesquisa é Como ocorre o processo de ensino e aprendizagem para favorecer os alunos atendidos na Sala de AEE?. Com base nisso, foi realizada uma entrevista com 10 perguntas referentes ao assunto.

Ao analisar as respostas das professoras, verifica-se que a escolha pela área de AEE foi de forma positiva para ensinar esses alunos com deficiências. Isso demonstra que as professoras se sentem felizes na área que escolheram para incluir esses alunos, auxiliando cada dia mais, criando metodologias que possam ajudá-los ao seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

Ser professor de AEE é um desafio diário e repleto de atribuições difíceis e trabalhosas. Mas o principal estímulo para a estabilização dessa prática se exprime na compreensão da verdadeira inclusão, isto é, desafios que se define em reinventar, reelaborar, ressignificar, reconstruir, readaptar às necessidades quando necessário, desenvolver atividades para o aprendizado dos alunos, estabelecer uma relação de colaboração e orientação com outros profissionais, docentes, amigos e familiares, expor recursos pedagógicos de forma que anexa as habilidades com o objetivo de solicitar a autonomia e a efetiva participação do aluno com deficiência, para que o mesmo, não se sinta excluído dentro do âmbito escolar (PRIETTO, 2005).

As professoras afirmam que o Atendimento Educacional Especializado não é tarefa fácil, é assumir compromisso com o educando e com a escola, com os avanços adquiridos, isto é, a arte de ensinar é uma virtude que vai ao encontro do novo sem receio de inovar, sem fazer com que esses alunos com deficiências possam desistir de procurar suas possibilidades futuras.

Quanto aos métodos desenvolvidos na sala de recursos, os mesmos vão além do planejamento, avaliação diagnóstica do aluno, construção de material didático, entre outros, o professor, para organizar um plano de AEE favorável, precisa ter uma boa observação como também conhecimento e compreensão das demandas dos alunos a serem atendidos e reconhecer suas habilidades, pois cada um tem uma dificuldade diferente e outros com uma inteligência além.

Percebe-se, pelas respostas dadas que as professoras não percebem muito a influência da sala de AEE para o resultado na sala regular. Durante as falas, as docentes afirmam ter um contato direto com a professora do AEE, para combater desafios à procura de um melhor conhecimento com esses alunos com deficiências, mas que infelizmente a sua construção na sala de recurso multifuncionais não ajuda na aprendizagem dentro da sala de aula regular.

Nesse contexto, a ação de inclusão de crianças com deficiências no ensino regular é um processo novo em nosso âmbito, gerando ansiedade nas famílias e nas escolas, prejudicando assim as crianças. Fica a cargo dos profissionais envolvidos estarem ágil para a falta constante de atualização de dados durante todo o desenvolvimento de inclusão. Que juntos possam analisar novas ideias do que é educação inclusiva, e o que se pode fazer para amparar essa inclusão.

É possível afirmar com base nas respostas das entrevistas realizadas com as três professoras, que existe uma comunicação entre a professora do AEE e as professoras de sala regular para obter resultados satisfatórios na aprendizagem das crianças atendidas por elas. A escola se esforça na medida do possível para atender a todo tipo de necessidades especiais, adquirindo recursos e realizando planejamentos de acordo com a especificidade de cada um, para que se possa ter um atendimento completo e eficiente para desenvolver competências e habilidades esperadas em cada aluno.

Também ficou claro a necessidade de mais estudos e pesquisas com foco na prática do professor em um contexto tão diversificado como é a sala de aula regular e de quais planos podem ser utilizados objetivando a aprendizagem de todos os alunos para serem incluídos no cotidiano de sala de aula.

Durante a entrevista verificou-se que as professoras se sentem desafiadas a ensinar alunos e fazer com que os mesmos superem suas limitações, mas também, nota-se o quanto estão buscando meios para desenvolver um bom trabalho, seja em busca de novas metodologias para melhorar o desempenho dos alunos com deficiência, seja por meio de conversas com outros profissionais.

Enfim, é importante que o professor faça uma análise da sua prática e reconheça suas dificuldades, é natural se sentir incapaz quando se depara com o novo, pois trabalhar com pessoas diferentes nos faz pensar nos desafios que se tem para desenvolver um bom trabalho.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R.E. **Educação inclusiva com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/educacao-inclusiva-com-os-pingos-nos-is-material-para-concurso-publico/112058>. Acesso em: 02/11/2022.

LIMA, F.J. **Ética e inclusão o status da diferença**. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos, et al. (orgs). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/semintegricao/article/view/8996>. Acesso em: 13/11/2022.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** Summus Editorial, 2003. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/45/resenha-do-livro-inclusao-escolar-o-que-e-por-que-como-fazer>. Acesso: 15/11/2022.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/1261/1291>. Acesso em: 22/11/2022.

REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA NO ARACATI NO ANO DE 2022

**Luciana da Hora dos Santos¹ (Aluno do curso de pedagogia da Universidade do Vale do Jaguaribe, e-mail: Luciana.hora@fvj.br),
Dr.Kamillo Karol Ribeiro e Silva² (Professor da Universidade do Vale do Jaguaribe, e-mail: kamillo.silva@fvj.br).**

RESUMO

Esse trabalho apresenta um estudo sobre a educação de jovens-EJA, no município de Aracati. Utilizou-se o método de pesquisa qualificativa, com entrevistas e pesquisa de campo. Espera-se conhecer os alunos, e analisar a formação docente e os desafios da EJA.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; formação de professores; políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como principais objetivos discutir características da EJA e formação continuada dos seus professores. Espera-se com este, contribuir para melhorias com a conscientização da sua importância e incentivar outros pesquisadores sobre o tema.

2 HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL E NO CEARÁ

A história da educação de jovens e adultos no Brasil e no Ceará se começou com a chegada dos jesuítas, e passou por várias transformações durante os séculos, mas ainda hoje precisa de muitas melhorias para atender as necessidades dos professores e alunos.

3 A EJA COMO UM DIREITO PARA TODOS.

A Educação de Jovens e Adultos buscam através dos estudos melhores nas condições de vida e de trabalho dos seus alunos, mas para que isso aconteça é necessário maior investimento de políticas públicas da formação docente e no EJA em vários setores.

4 METODOLOGIA.

Para elaboração desse trabalho utilizou o método de pesquisa qualificativo através de entrevista e pesquisa de campo aplicadas a professora e alunas da EJA da E. E. F. José Bernardo de Sousa, situada no município de Aracati. Com o objetivo de conhecer os desafios enfrentados por alunos e professores.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta dos dados dessa pesquisa aconteceu em datas diferentes, na qual professores e alunos falaram de assuntos relevantes como; seus objetivos, evasão e sobre a falta de investimento do governo tanto na formação docente, como em matérias e outros itens.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel. Formar educadores e educadoras de jovens e adultos. In: SOARES, Soares et al. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 296 p. Disponível em; <http://unesco.org/images0016/001626/162640por.pdf>. Acesso em: 20 de outubro 2022

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários para a Prática Educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir Educação de jovens e adultos: correntes e tendências. In: GADOTTI, Moacir.; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.35-47.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n° 14, maio/ago. 2000.

OS JOGOS MATEMÁTICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA ESCOLA DE BEBERIBÉ/CE

Lucrecia Lima da Silva¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: lucrecia.lima@fvj.br),
Artemizia Ribeiro Lima Costa² (Doutoranda em Educação (UFC); Mestra em Educação (UFC); Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).

RESUMO

O trabalho tem como objetivo avaliar a aprendizagem dos alunos na disciplina de matemática em uma turma da educação infantil. E tem como objetivos específicos: observar qual a metodologia abordada pela professora da turma; avaliar o desenvolvimento de aprendizagem dos alunos por meio da aplicação de jogos; e analisar o lúdico como aliado para a aprendizagem matemática. Essa pesquisa teve como referência em sua grande parte, a sala de aula, a professora titular e as crianças. A metodologia adotada é de cunho qualitativo, por meio da pesquisa em livros e periódicos científicos e a pesquisa de campo, inicialmente pelo processo de observação de oito dias da aula da professora titular da turma da educação infantil. Por meio da observação da aula foi possível identificar as dificuldades de aprendizagem da turma nos objetos do conhecimento relacionados a conceitos matemáticos. Diante disso, foi elaborado um projeto de jogos matemáticos para se trabalhar o lúdico na turma auxiliando na melhoria do processo de aprendizagem dos alunos. O projeto foi aplicado na turma das crianças pequenas de 4 anos, tendo um desenvolvimento positivo, onde os alunos brincavam e aprendiam ao mesmo tempo.

Palavras-chave: educação infantil; observação; jogos matemáticos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contribuir com a ludicidade especializada em educação infantil, para que os professores desse segmento da educação encontrem benefícios teóricos que valorizem a cultura da infância através das práticas educativas, bem como proporcionar uma reflexão sobre as relações sociais e de poder que estão presentes na sala de aula.

As motivações na escolha deste tema nasceram das experiências em sala de aula da graduanda em pedagogia como auxiliar pedagógica da educação infantil, onde aprendeu muito com as crianças, suas descobertas, alegrias, fantasias e pela inquietação em relação à postura de alguns colegas no tratamento dispensado às crianças por ainda não compreenderem que estas possuem modos diferentes de se relacionar e atuar no mundo em que as cerca.

O ensino através desta abordagem permite que as vivências das crianças sejam cenários para contextualizar o que de fato está presente nas orientações para essa fase. Diante desses fatos que este estudo se fundamentou buscando evidências que fomentem a utilização de jogos como representatividade de pensamentos matemáticos para crianças de 4 e 5 anos de idade dando ênfase ao seguinte problema de pesquisa: Os jogos matemáticos aplicados em turmas de Educação Infantil contribuem positivamente com a aprendizagem? Sintam-se convidados a adentrar nesta pesquisa.

OS JOGOS MATEMATICOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo o dicionário Aurélio (1988), jogo é uma atividade física ou mental organizada por um sistema de regras que define a perda ou ganho, brinquedo, passatempo, divertimento. Passatempo ou loteria, sujeitos a regras e no qual, às vezes, se arrisca dinheiro. Regras que devem ser observadas quando se joga.

Os jogos matemáticos são opções que podem auxiliar o professor como uma forma lúdica, prazerosa e dinâmica. Tais jogos podem ser aplicados de várias formas, diversificando a maneira de ensinar nessa fase. Através do brincar, a criança desenvolve autonomia e imaginação, facilitando seu crescimento integral e cognitivo. O brincar é universal, auxilia o crescimento completo dos indivíduos, o que resulta em amadurecimento intelectual, saúde, conduz a relacionamentos grupais e comunicação consigo mesmo e com os outros (WINNICOTT, 1997)

METODOLOGIA

O presente trabalho será desenvolvido utilizando uma abordagem qualitativa por meio de estudo de caso. Para tanto, torna-se importante delimitar o que cada ação intrinsecamente interligada pode nos orientar, assim, facilitando todo o percurso metodológico que gere este trabalho.

Para aprofundar a abordagem qualitativa do estudo, será utilizado o estudo de caso que segundo Yin (2005, p. 20) *apud* Oliveira (2007, p. 55) é:

um método que facilita a compreensão de fenômenos sociais complexos e em geral se aplica com mais frequência às áreas das ciências humanas e sociais, destacando-se (...). o método do estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real, tais como: ciclo de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas (...).

A autora define que o estudo de caso é um tipo de método eclético e deve ser aplicado em diversas áreas do conhecimento. Evidentemente a aplicabilidade, deste método fundamenta-se no atendimento aos objetivos preestabelecidos pelos pesquisadores, como sendo um tipo de estudo muito aprofundado com o intuito de buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou tipo de fenômeno da realidade de forma empírica (OLIVEIRA, 2007).

Como forma de delimitar o campo de trabalho, na perspectiva do estudo de caso, a pesquisa foi realizada numa instituição educacional da rede pública de ensino do município de Beberibe, de forma mais específica na escola da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, numa turma de Crianças Pequenas (4 anos) da Educação Infantil por um período médio de um mês com isso foram aplicados jogos matemáticos com a finalidade de auxiliar na aprendizagem das crianças.

INSTRUMENTOS E MATERIAS

Foi utilizado também um roteiro de aplicação dos jogos juntamente com a professora titular da turma. Tendo a seguinte sequência: a) a avaliação do assunto abordado pela docente, onde foi avaliado a interação dos alunos e suas dificuldades apresentadas; b) aplicação dos jogos pela discente, onde a turma foi dividida em dois grupos e assim foi

abordado os conteúdos de forma lúdica, como o intuito de sanar as dificuldades apresentadas na turma. Os pontos avaliados foram o desempenho dos alunos em relação a prática da matemática de forma lúdica (brincando); e c) as atividades abordadas tanto pela docente quanto pela discente, que teve seu processo avaliativo de acordo com o desenvolvimento de aprendizagem da aula abordada no dia.

ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS VIVENCIADAS NOS JOGOS E SEU RESULTADO.

Em seguida, foi elaborado um plano de aula juntamente com a professora titular da turma, com o intuito de incluir os jogos para trabalhar em cima das dificuldades apresentadas pela turma. Assim, a docente fez a explanação dos conteúdos e a discente confeccionava os jogos de acordo com o conteúdo abordado pela professora. Logo, foram trabalhados os seguintes conteúdos: associação de números a sua respectiva quantidade (Jogo A); estabelecimento de números a sua quantidade (Jogo B); desenvolver o raciocínio lógico e sua sequência numérica (Jogo C).

Os jogos foram aplicados numa turma da educação infantil de 4 anos, em uma escola localizada em Paripueira, município de Beberibe/CE. A turma citada tem 24 alunos, dividida em dois grupos, sendo 12 meninas e 12 meninos (conforme sugestão da professora titular de sala), no horário vespertino, onde cada grupo foi avaliado de acordo com o seu desenvolvimento na prática dos jogos e assim foram obtidos os resultados da pesquisa. Neste resumo expandido, será destacado o Jogo A, para que entendam como se deu o processo de vivência e análise dos jogos nas pesquisas.

4.3.1 Jogo A – Jogo de encaixe

Dando início ao momento de aplicação do jogo, a discente dividiu a turma em dois grupos com autorização da professora, diante disso GRUPO I ficaram as meninas e GRUPO II, os meninos. O primeiro jogo a ser aplicado foi o JOGO DE ENCAIXE, onde eles teriam que encaixar os números de 1 a 15 em sua respectiva quantidade. A regra do jogo delimitava um tempo máximo de execução de 40 minutos para finalizar.

4.3.1.1 Processo de avaliação GRUPO I

Grupo I ficou com as meninas, diante o jogo aplicado, às participantes concluíram o jogo em 30 minutos, com todos os números corretos com a sua respectiva quantidade de 1 a 15, mostraram dedicação, parceria entre elas, algumas com um pouco de dificuldades mais o restante do grupo ajudava umas às outras sempre que fosse necessário a professora docente e a discente estavam presentes, tendo um resultado positivo.

4.3.1.2 Processo de avaliação GRUPO II

Grupo II ficou os meninos, diante do jogo aplicado os participantes finalizaram o jogo com 42 minutos, com apenas dois números que não estavam associados a quantidade correta, que foram os números 12 e 13, além do grupo estourar o tempo delimitado, ainda haviam números incorretos. Pode-se perceber que o GRUPO II apresentou mais dificuldade mesmo trabalhando de forma colaborativa. Ao final, o GRUPO I juntou-se com o GRUPO II para a conclusão do jogo, desta vez, de maneira correta.

4.3.1.3 Conclusão do jogo A

Diante desse processo de avaliação dos dois grupos foi visto que o GRUPO II teve seu índice de aprendizagem um pouco mais lento que o GRUPO I. É importante enfatizar que, houve esforço, dedicação e cooperativismo entre eles, provado quando houve a união entre os dois grupos para a finalização do jogo. Essa união mostra o quanto é importante para as crianças da educação infantil manter a interação social, possibilitando a aprendizagem contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências aqui relatadas, mostram o quanto o lúdico é necessário para a aprendizagem da criança pequena, ainda está numa fase em que experienciar de forma concreta, faz compreender conceitos abstratos, no caso da matemática, torna-se algo prazeroso e de fácil entendimento, além de despertar a resolução de problemas, proporciona a integração da turma e o desenvolvimento do raciocínio lógico.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2º ed. Editora vozes. 2007.

Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. vol. 2. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006.

WINNICOTT, D. W. **Pensando sobre crianças**. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

O USO DE MATERIAIS DIVERSIFICADOS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mardila Maria de Lima¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. e-mail: mardila.lima@fvj.br),
Albano Oliveira Nunes² (professor orientador do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br).

RESUMO

O artigo é um registro de informações resultantes de uma pesquisa com os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, realizado pela acadêmica do curso de licenciatura em pedagogia do CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIJAGUARIBE. A educação ainda apresenta resquícios do ensino tradicional onde o professor é o detentor de todos os saberes enquanto os conhecimentos dos alunos não são considerados. Por inúmeros motivos os docentes não fazem uso de materiais diversificados em suas aulas, seja pela falta de tempo em planejar, a falta de recursos a formação continuada, entre outros. Desse modo, a pesquisa visa analisar como acontecem as aulas de ciências e como os professores fazem uso desses materiais diversificados em sala de aula. Os dados da pesquisa foram obtidos a partir de uma entrevista que aconteceu de maneira virtual através do Google Form, com cinco professores de diferentes escolas da rede pública municipal de Beberibe.

Palavras-chave: ensino de ciências; materiais diversificados; docentes.

INTRODUÇÃO

A educação ainda apresenta resquícios do ensino tradicional, onde o professor é visto como o dono do conhecimento, enquanto o aluno é considerado o sujeito passivo no processo de aprendizagem, isso acarreta nos alunos desmotivação, que a cada dia só vai perdendo o interesse de participar das aulas e os recursos didáticos diversificados proporcionam aos mesmos interação e participação entre eles e o professor o que se torna importante, pois, eles serão estimulados a expor suas ideias e pensamentos, por isso surgiu a motivação para estudo e escrita do trabalho.

A pesquisa busca investigar como são utilizados os diversos recursos didáticos nas aulas de ciências nos anos iniciais, buscando identificar problemas decorrentes na disciplina, por meio de um questionário *online*.

A pesquisa buscava responder a uma pergunta norteadora, como são utilizados os diversos recursos didáticos nas aulas de ciências nos anos iniciais? e com isso, se fez necessário trabalhar com alguns objetivos específicos como: inferir a visão dos professores sobre como acontecem as aulas de ciências, analisar o papel da utilização dos materiais diversificados em sala e investigar a importância do lúdico nesse processo de aprendizagem.

O CONTEXTO DO ENSINO DE CIÊNCIAS E OS MÉTODOS INOVADORES

O ensino de ciências é marcado por diversas reformas curriculares. Na década de 1940 os materiais bases para as aulas eram apenas apostilas e livros e com uma grande defasagem de soluções problemas a serem solucionados pelos discentes, ou seja, eram propostas desafiadoras aos mesmos. Em 1946, é criado um órgão responsável por produzir

materiais próprios e o aumento da qualidade do ensino de ciência é mais significativo de acordo com o Instituto de Educação Ciência e Cultura (IBECC) que foram a representação da Unesco no Brasil.

Em 1967, com o apoio do IBECC foi criada a (FUNBEC), Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências, cujo objetivo era oferecer cursos aos docentes para comercializar e industrializar o material didático para as escolas. Com isso, o ensino ganhava mais caráter de investigação científico e ao longo dos anos a disciplina ia ganhando mais espaço no meio escolar e foram diversos projetos criados, eram muitos desafios, acertos e erros, mas, a cada programa criado um benefício ficava.

Logo após, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi inserido grandes temas no currículo como saúde, tecnologia, ciência e meio ambiente, o que foi fundamental para o processo de aprendizagem dos alunos pois puderam vivenciar práticas do seu cotidiano.

Nos dias de hoje, ciência é uma disciplina que desperta a curiosidade, pois, ela instiga no aluno raciocínio, pensamentos criativo, criatividade e imaginação, ou seja, ela permite que o aluno vivencie a prática de maneira lúdica e a aula pode se tornar mais prazerosa se o professor for capaz de trabalhar em sala esses pontos, propondo atividades investigativas e interação entre os discentes e o meio.

É uma disciplina experimental, que para estudá-la é necessário aulas práticas, visto que, a teoria também é fundamental e as duas devem seguir em conjunto. Almeida, Costa, Nunes e Nunes (2022) reforçam esse pensamento quando dizem que para ter uma boa aula de ciências é preciso se aprofundar no conteúdo, estudar metodologias que se encaixem com o cotidiano da turma, pois, o aluno precisa ser estimulado a todo momento ser incentivado, fazer com que ele interaja e para isso o docente deve estar buscando sempre o novo, visando atrair e despertar os discentes a potencializar seus aprendizados em sala.

Nos dias de hoje a educação apresenta diversas características do ensino tradicional, as aulas ainda acontecem muito de maneira monótona, ou seja, não chamam atenção dos alunos e por consequência disso os discentes pouco têm conhecimento e motivação de ir à escola e participar das atividades propostas em sala.

Contudo, muitos professores ainda trabalham de forma tradicional e não utilizam recursos diversificados em suas aulas, muitas vezes, por achar que isso seja algo desnecessário ou até mesmo indisposição e vontade de não sair da sua zona de conforto para preparar um bom plano e quem perde é o aluno já que o mesmo se sente desmotivado nesse processo. De acordo com Castoldi e Polinarski (2009, p.685), [...]

Com a utilização de recursos didático-pedagógicos, pensa-se em preencher as lacunas que o ensino tradicional geralmente deixa, e com isso, além de expor o conteúdo de uma forma diferenciada, fazer dos alunos participantes do processo de aprendizagem.

Chamar a atenção dos alunos para engajarem na aula é primordial para o aprendizado deles, pois se sentem motivados e participando, eles conseguem absolver aprendizados mais significativos.

ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa foi realizada com cinco professores de instituições distintas a fim de saber como funcionava o ensino de ciências, como eram as metodologias dos mesmos em salas de aula, os desafios enfrentados e os recursos utilizados por eles no cotidiano escolar.

A pergunta norteadora da pesquisa que serviu de base para estudo e escrita desse trabalho foi: Como são utilizados os diversos recursos didáticos nas aulas de ciências nos anos iniciais? foi necessário a aplicação de uma entrevista com os docentes, que contou com perguntas objetivas e subjetivas para saber como ocorrem as aulas e como fazem o uso dos materiais diversificados em sala.

As respostas foram satisfatórias, os professores fazem uso de materiais diversificados como apresentação de slides, material biológico usados em sala, aulas práticas, modelos didáticos, jogos, vídeos, tecnologias e imagens, textos, mapas e sons, isso faz com que o aluno tenha contato direto com objetos concretos. Mesmo os professores fazendo uso desses materiais, eles não recebem formação adequada para trabalhar com esses materiais, o que dificulta na hora de manusear certos objetos. As formações geralmente são voltadas para a língua portuguesa e a matemática deixando a desejar as outras disciplinas, ou seja, ainda continua aquela ideia de que o mais importante seja trabalhar a língua portuguesa e a matemática em sala, deixando a desejar para as outras disciplinas que também são essenciais, por isso, estão na matriz curricular, mas isso não impediria de ser vista como uma disciplina que precisa de um olhar diferenciado, assim, como as outras, pois é de suma importância para o desenvolvimento do aluno, ajuda a compreender sobre seu corpo a natureza em que vive e a ter uma qualidade de vida melhor.

Além disso, os desafios são constantes para os professores, isso acaba com que eles desanimem nesse processo de ensino e aprendizagem, a falta de recursos é um cenário muito comum nas escolas e os professores deixam de dar uma boa aula por falta desses recursos e acabam tirando do seu próprio bolso para supri-las e a falta de formação específica ou continuada.

São muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores em salas, desde a falta de um espaço adequado, a uma formação continuada do professor, pois deixam de gerir um bom plano por falta de recursos, que por muitas vezes são básicos e a escola não disponibiliza, assim os docentes se sentem desmotivados nesse processo de ensino e aprendizagem pois precisam arcar do seu bolso para supri-las, e o discente por sua vez acarreta dificuldades, pois além da falta de materiais necessários, as aulas tem uma carga horária muito pequena durante a semana o que dificulta ainda mais o trabalho do professor.

Contudo, foi possível observar o quanto os docentes buscam por uma melhoria na disciplina, os desafios enfrentados são diversos e diários, desde a falta de material até as poucas formações por parte da secretaria de educação, onde os professores sempre tem que dar seu jeito para aplicar a sua aula, o que desmotiva os mesmo nesse processo de ensino/aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de ciências, principalmente nas escolas públicas são muito tradicionais, pois as dificuldades que os professores enfrentam são constantes, dentre elas a falta de recursos materiais, espaços próprios para trabalhar a disciplina, a falta de tempo de planejamento, dentre outros. Dessa forma, surgiu a motivação para a escrita e estudo dessa pesquisa com o objetivo de analisar a visão dos professores sobre como acontecem as aulas de ciências, assim, visando o melhor entendimento do assunto, desse modo, veio a necessidade de aplicar um questionário com os professores para fazer essa investigação de como acontecem essas aulas.

Nessa pesquisa, observou-se a realidade das escolas em relação ao ensino de ciências no ensino fundamental, foi visto que para ensinar ciências é necessário utilizar materiais

diversificados por ser uma disciplina com o conteúdo bem amplo onde envolve conscientização, prática, proteção e cuidado com o meio em que está inserido, conhecimento sobre o seu corpo e experimentações, ou seja, o estudo da vida em sua totalidade e isso pode ser ministrado de uma forma que seja atrativa para as crianças e o uso de materiais diversificados auxiliam nesse processo, no qual foi citado pelos professores no questionário como a utilização de slides, jogos, vídeos, tecnologias, imagens, textos, entre outros mas, que isso nem sempre pode ser utilizado pois a falta de recursos e a infraestrutura não ajudam na diversificação das atividades.

Contudo, o uso de recursos didáticos diferenciados nas aulas de ciências tem um efeito significativo em uma melhor fixação e compreensão dos conteúdos estudados, pois são através desses meios que os discentes vão sendo motivados e aprendem de forma mais significativa, já que a disciplina viabiliza conhecimento através de ideias, descobertas, experimentações, vivências práticas e resoluções de problemas e isso contribui com o processo de ensino/aprendizagem tanto para os alunos quanto para os professores, pois acaba por aprender experiências novas com a troca de saberes uns com os outros.

REFERÊNCIAS

CASTOLDI, R.; POLINARSKI, C. A. **A utilização de Recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 1, Ponta Grossa, 2009. Anais do I SINECT. Acesso em: 16 maio. 2022.

O PAPEL DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Isabely Freitas Carvalho¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: mariaisabely016@gmail.com),
Adriana Valentim Wandermurem² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@fvj.br).

RESUMO

Esse artigo aborda o papel da Psicomotricidade, no âmbito escolar, especialmente na etapa da educação infantil. E tem como objetivo compreender o papel da Psicomotricidade para o desenvolvimento e a aprendizagem na educação infantil, promovendo uma reflexão sobre a dimensão psicomotora e sua relação com o desenvolvimento infantil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com base em dados coletados em artigos científicos e leituras de livros, para entender o papel da psicomotricidade com as crianças da Educação Infantil. Busca responder ao seguinte problema: de que forma a psicomotricidade ajuda no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos? Isso porque é sabido que a Psicomotricidade é uma ciência que contribui, através da prática, para uma melhora na coordenação motora de crianças, em tarefas de praxia global e finas, ajudando na aprendizagem da leitura, escrita, concentração e raciocínio lógico. A educação psicomotora deve ser praticada desde a mais tenra idade; conduzida com perseverança, permite prevenir inaptações difíceis de conduzir quando já instaladas (LE BOULCH; 1988, p. 11). Com a seguinte metodologia em base de estudos, em artigos científicos e leituras de livros, considerando a importância desses aspectos citados.

Palavras-chave: aprendizagem; educação infantil; leitura; psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

A psicomotricidade tem como trabalho na vida das crianças uma formação de base indispensável em seu desenvolvimento motor, afetivo e dos fenômenos mentais, dando oportunidade para que através de atividades de entretenimento e de exploração do conhecimento, possam ter conhecimento do e sobre o seu corpo, passando a perceber que podem desenvolver diferentes ações, melhorando sua aprendizagem.

O artigo tem como seguinte problema, de pesquisa: de que forma a psicomotricidade ajuda no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos? Tendo como objetivo compreender o papel da Psicomotricidade para o desenvolvimento e a aprendizagem na educação infantil, promovendo uma reflexão sobre a dimensão psicomotora e sua relação com o desenvolvimento infantil.

Deste modo contribui para uma melhora na coordenação motora, nas tarefas de praxia fina e global, que por sua vez irá ajudar na aprendizagem da escrita, leitura, concentração e conseqüentemente no raciocínio lógico. Portanto devemos trabalhar com a intenção de que a criança consiga desenvolver o controle mental de suas expressões motoras, assim realizando atividades sempre levando em consideração a sua maturidade biológica de cada um.

O QUE A PSICOMOTRICIDADE E COMO ELA SURTIU NO BRASIL

No século XIX, o corpo passou a ser estudado por neurologistas após algumas manifestações médicas sobre o caso, com o objetivo de compreender as estruturas cerebrais, e por psiquiatras para conhecer a patologia mental. O termo psicomotricidade surgiu quando houve a necessidade de nomear algumas áreas específicas do córtex cerebral. Mas somente no século XX tornou-se uma ciência.

Ernest Dupré no ano de 1990, diante de seus estudos, nomeou a síndrome da debilidade motora, que é constituída pelas existências de sincinesias, paratonias e inabilidades que são fragilidades psicomotoras. Ele foi o responsável por romper com os pressupostos da correspondência biunívoca entre a localização neurológica e perturbações motoras da infância e formulou a noção de Psicomotricidade através de uma visão neurológica, dando ênfase a correlação psicomotora, ou seja, associando o desenvolvimento da psicomotricidade, a efetividade e ao conhecimento (LEVIN, 2003).

Henry Wallon, considerado o "Pai da Psicomotricidade", o pioneiro no âmbito psicomotor foi pedagogo, médico e psiquiatra que em 1925, a partir de seus estudos sobre os transtornos do desenvolvimento mental e motor da criança, ele conclui em suas análises uma diferença que permite relacionar o movimento ao afeto à emoção, e o meio ambiente à aos hábitos do indivíduo (WALLON, 1978).

A área psicomotora não se resume em si mesma e faz ponte com outros conhecimentos, que visam conhecer o universo da mente e do corpo, propiciando à criança o diagnóstico, acompanhamento e o avanço em suas múltiplas aprendizagens, mesmo quando são portadoras de deficiência.

A psicomotricidade no Brasil se deu início na década de 70, quando profissionais da área foram à França para se aprofundar sobre o assunto. A Psicomotricidade chegou como uma abordagem de psicoterapia junguiana que também é conhecida como psicologia analítica, no curso de especialização no Instituto Sedes *Sapientia* e grande polo do estudo sobre saúde mental.

Airton Negrine foi um dos pioneiros nos estudos dessa área, que é de suma importância para o desenvolvimento psicomotor no Brasil, aproximando educação à psicomotricidade, dando ênfase no curso de educação física.

Segundo Negrine (2002), um dos primeiros trabalhos sobre psicomotricidade no Brasil foi realizado por professores do ensino superior associados a disciplinas do ensino infantil nos cursos de educação física. Vários profissionais das áreas da Educação e Saúde, começaram a se reunir para trabalhar constantemente em busca de informações, tudo isso em um período de dois anos, com objetivo de organizar e criar uma Sociedade.

Em 19 de abril de 1980 na Clínica Beatriz Sabóia, no Rio de Janeiro, foi fundada a Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora (SBTP).

A Sociedade Brasileira de Terapia Psicomotora é uma instituição sem fins lucrativos que tem o objetivo de acolher os profissionais que vinham se formando e trabalhando na área. Apesar de não ser um órgão oficial, a associação continua ativa, buscando sempre lutando pelos dos profissão através de projetos de lei.

Os profissionais da educação enfrentaram uma grande batalha para que a psicomotricidade se tornasse oficialmente uma disciplina obrigatória nos cursos da educação, pois antes só era aplicada em cursos da área psíquica e em clínicas privadas.

METODOLOGIA

Esse artigo se configura como pesquisa bibliográfica, com objetivos exploratório, descritivo e explicativo, utilizando-se de textos, artigos científicos e livros relacionados à

psicomotricidade e o desenvolvimento motor encontrados em plataformas digitais e livros sobre o tema. Defino este trabalho como um artigo científico com pesquisa exploratória a fim de explorar ideias e novas hipóteses, de acordo com o tema proposto.

Para o desenvolvimento deste então trabalho, foi usado as seguintes ferramentas de pesquisas como; *Google Acadêmico*, pesquisando artigos científicos, selecionando os de maior importância para a leitura e dando ênfase em pontos consideravelmente importantes para a pesquisa. Tendo em vista uma leitura interpretativa associando a temática com o problema e considerando a ideia de novas hipóteses

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A principal fase do desenvolvimento do indivíduo é na primeira infância, pois é nessa fase que sucedem os pontos mais importantes do desenvolvimento infantil, os saltos de desenvolvimento e os picos de crescimento. Nessa circunstância, que se inicia o desenvolvimento cerebral, motor, cognitivo e socioemocional da criança. O desenvolvimento psicomotor tem etapas a serem seguidas. A cada idade teremos um estágio diferente para ser enfrentado.

O desenvolvimento psicomotor é uma aprendizagem que só se concretiza a partir das experiências do sujeito, tais como se pode observar durante a etapa em que a criança está aprendendo a andar e essa ação está ligada ao desenvolvimento motor. É importante levar em consideração que essas experiências devem ser bem aproveitadas, a fim de que se tenha um bom desenvolvimento psicomotor. Portanto, a criança precisa de um ambiente com atividades e estímulos diversificados, principalmente nos primeiros anos de vida, para que seja estimulada para o seu desenvolvimento.

No processo de desenvolvimento psicomotor, a criança é vista como um todo, ou seja, não se separa raciocínio do emocional, sempre levando em consideração a suas habilidades como uma área a ser explorada de modo aproveitador e exploratório. Para que esse processo aconteça de maneira harmônica é de suma importância respeitar a capacidade de adaptação de cada criança.

Temos que compreender que o que caracteriza a psicomotricidade são três conhecimentos básicos: movimento, intelecto e o afeto. Sendo composta por três pilares: emocional (sistema límbico), motor (sistema reticular) e o cognitivo (córtex cerebral). É importante que haja uma harmonia entre esses pilares, pois caso contrário poderá ocorrer um desalinhamento no processo de aprendizagem da criança.

O professor tem o papel fundamental, pois ele é um dos responsáveis no processo da aprendizagem. É o educador que irá saber o momento certo para intervir, quando o aluno encontra alguma dificuldade.

Atualmente é solicitado que os educadores devam se aperfeiçoar para atender essa demanda no ambiente escolar, quebrando paradigmas e transformando a exclusão em inclusão, a incapacidade em possibilidades. Buscando a reeducação para tornar a educação efetiva e eficaz, em seus conceitos mais amplos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Psicomotricidade: Corpo, Ação e Emoção**. 3. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022. Rio de Janeiro: 2003. Disponível em: <https://www.abnt.org.br/>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE. **A Psicomotricidade**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: www.psicomotricidade.com.br/apsicomotricidade.htm. Acesso em: 12 nov. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GALAHHUE, D; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2003.

GALAHHUE, D; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. São Paulo: Phorte, 2005.

LAPIERRE, A. **A Educação psicomotora na escola maternal**. São Paulo: Manole, 1986.

NEGRINE, A. **A Coordenação psicomotora e suas implicações à psicomotricidade**. Porto Alegre: Palloti, 1987.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DE CRIANÇAS COM TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA) DURANTE A EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA PRIVADA NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE – CEARÁ

**Maria Pâmyla Costa da Silva¹ (Aluna do curso de Pedagogia pela Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – Ce, 2021. E-mail: pamilya.silva@fvj.br),
Maria das Graças Silva² (Professora Mestre da UNIJAGUARIBE. Orientadora da pesquisa. E-mail: maria.silva@fvj.br).**

RESUMO

Essa pesquisa de caráter qualitativo é fundamentada à luz do referencial bibliográfico de autores como Leo Kanner (1943), Hans Asperger (1944), Lorna Wing (1981). Essa investigação busca evidenciar o processo de adaptação de crianças com autismo durante a Educação Infantil apresentando as metodologias utilizadas por professores nos processos de inclusão e aprendizagem desses sujeitos, além de analisar o uso da ludicidade durante esse período. Para maior aprofundamento, foram realizadas pesquisas de campo utilizando-se de entrevistas com cinco professores da rede privada de Ensino de Beberibe, no Ceará. A análise dos dados permitiu apurar que todos os profissionais tiveram contato direto com pelos menos três crianças com autismo e que este contato ocorreu tanto em sala de aula como fora dela, porém, todos afirmaram que a escola foi a principal fonte de convívio e interação com essas crianças.

Palavras-chave: autismo; adaptação; educação infantil; ludicidade; inclusão.

INTRODUÇÃO

São notórias as inúmeras necessidades educacionais especiais apresentadas atualmente, bem como um número cada vez maior de alunos que as requer. Nesse sentido, é evidente também a importância de profissionais e espaços qualificados para receber e auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. A criatividade, a ludicidade e uma didática eficaz, fazem parte das demandas educacionais que garantem um ambiente acolhedor e funcional para esses alunos.

Para Mrech (1999), a educação inclusiva é entendida como o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ou com distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Desta forma, a educação inclusiva visa perceber cada aprendiz como um ser único e suas particularidades como uma diversidade e não como um problema. Sendo assim, cada professor deve tratar seus alunos de forma igualitária em relação a seus direitos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN), a Educação Especial diz respeito a uma modalidade de educação escolar que permeia todas as etapas e níveis de ensino. A Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE 02/2001 regulamentou que os artigos 58, 59 e 60 da LDBEN garantem aos alunos deficientes o direito de acesso e permanência no sistema regular de ensino, operando devidas adaptações curriculares no contexto necessário da educação especial.

Essa pesquisa apresenta como questão norteadora: “Qual a percepção dos professores quanto a adaptação de crianças com autismo na Educação Infantil?”. Todas as informações

nela contida foram adquiridas através de pesquisas bibliográficas, análises de dados e entrevistas com professores da rede privada de Ensino do município de Beberibe.

Diante do exposto, salienta-se ainda que, esta pesquisa busca contribuir de maneira positiva no estudo sobre adaptação de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). São objetivos prioritários investigar estratégias utilizadas pelo pedagogo durante o ensino dessas crianças na Educação Infantil, compreender o papel desses profissionais no processo de aprendizagem de alunos com autismo, assim como de analisar o processo de desenvolvimento cognitivo de crianças com TEA e investigar estratégias que facilitem sua adaptação na Educação Infantil.

MARCO TEÓRICO

A Educação Infantil é etapa escolar em que a criança é integrada na educação institucionalizada, ou seja, ingressa na educação formal. Nessa etapa, cada cenário tem como objetivo desenvolver e estimular a criança durante seu processo de aquisição de novas informações. É durante esse processo que a criança adentra novos ambientes e conhece novas pessoas, regras, costumes e valores, por isso, é considerada uma etapa de adaptação.

A adaptação escolar busca promover o contato e familiarização de alunos com um novo ambiente, o que para crianças de até 06 anos acaba tornando-se um período complicado, uma vez que esta encontra-se em um ambiente desconhecido, com pessoas diferentes e longe de seus pais. Normalmente, o choro é a forma pela qual a criança se expressa e é comumente interpretado como um fator de descontentamento.

Para Bersh (2007), a Educação Infantil é uma proposta nos espaços da creche e pré-escola que possibilita a criança com deficiência experimentar aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivendo como, brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias e cores, por exemplo. Ela busca construir bases e alicerces para o aprendizado, uma vez que, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar ações, movimentos e emoções comuns entre crianças da mesma idade.

Amy (2001) afirma a importância de uma educação voltada para a percepção, na imitação e na motricidade, que são ferramentas indispensáveis à comunicação e assim, no desenvolvimento das crianças. A autora cita ainda que “esperança e decepção são partes permanentes de um trabalho cujos os resultados se medem ao microscópio, em que a noção de tempo se congela em um universo estático e fechado, e em que, dia após dia, o mesmo cerimonial se repete com seus rituais e suas estereotípias”. Evidenciando assim, que o ensino de crianças com autismo requer muita paciência, e que o foco desse processo deve ser a criança e não o tempo que ela levará para aprender.

Lopes (2000) afirma que, é essencial a conscientização da família sobre a influência que exerce em relação ao indivíduo e a maneira que o prepara para o mundo. Para ele, os educadores também devem tomar conscientização de sua importância no que diz respeito ao aluno e seu desenvolvimento familiar. Portanto, em tal contexto, os educadores devem contar com a família como um agente ativo nos processos de integração e inclusão, para que, desta forma, as crianças aprendam de forma qualitativa e eficaz.

METODOLOGIA

Este estudo possui caráter qualitativo e foi realizado a partir de revisão bibliográfica de autores que abordam o tema apresentado, além de pesquisa de campo caracterizada por entrevista e apreciação dos dados coletados. De acordo Laperriere (1984), a pesquisa

qualitativa apresenta vantagens tais como a redução das tensões ligadas às questões éticas, uma maior mobilidade física e social do pesquisador e um questionamento mais sistemático e exaustivo do tema pesquisado.

Sendo a observação a etapa de trabalho que corresponde a investigação, coleta e análise de dados, é nela também que se percebe o indivíduo e o ambiente onde ele está inserido, além de seus comportamentos e hábitos. Essa etapa é responsável também por fornecer ao pesquisador, informações relevantes sobre o assunto pesquisado e permite abordá-lo de maneira mais direta e eficaz. Becker e Geer (1960) afirmam que o observador participa da vida diária das pessoas em estudo, tanto diretamente, quando assumi o papel de pesquisador, quanto indiretamente, quando assume papéis disfarçados, observando os fatos que acontecem, estudando o que é dito e questionando as pessoas que fazem parte do processo ao longo de um período de tempo.

Baseando-se na fala de Ludke e André (2013) ao firmarem que o tipo de entrevista mais adequado para o trabalho de pesquisa que ocorrem atualmente em educação aproxima-se mais dos esquemas mais livres, menos estruturados. As informações que se querem obter, e os informantes que se querem contatar, em geral professores, diretores, orientadores, alunos e pais, são mais convenientemente abordáveis através de um instrumento mais flexível.

A instituição onde foi desenvolvida a pesquisa está localizada no município de Beberibe, no Ceará. A escola possui estrutura pequena e atende alunos matriculados desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental – Anos Finais, funcionando apenas durante o turno matutino. A entrevista ocorreu com cinco pedagogos que atuam na Educação Infantil. Para preservar a identidade dos profissionais, estes serão representados por adjetivos e identificados como Professor Amoroso, Professora Bondosa, Professora Carinhosa, Professora Dedicada e Professora Eficiente.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Ao início desta pesquisa, intencionava-se estudar e debater questões relacionadas com o contexto de adaptação de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Buscou-se também, identificar as percepções de docentes atuantes na área, analisando as metodologias e práticas adotadas por eles, assim como, expor suas opiniões e vivências. Dessa forma, compreende-se que, a partir da pesquisa de campo realizada e de levantamentos bibliográficos, foram obtidas imensuráveis descobertas e auferidas numerosas considerações, que serão enumeradas a seguir.

Frente aos resultados dessa pesquisa pôde-se analisar também a importância da ludicidade durante a adaptação de crianças com autismo na Educação Infantil. Evidenciando ainda, a contribuição que jogos, brincadeiras, músicas, contos, desenhos e brinquedos agregam a esse processo. Ademais, verificou-se que os professores entrevistados afirmam que a ludicidade foi o principal elemento utilizado por eles para se aproximar das crianças e promover interações de alunos atípicos com os demais, garantindo desta forma, um ambiente mais propício a interação da turma e à aprendizagem.

Quanto as complicações experienciadas pelos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) abordados tanto nas pesquisas bibliográficas quanto nas falas dos professores, configura-se a relação negativa da família frente o transtorno como um dos principais elementos prejudiciais na adaptação dessas crianças. Isso porque, existem pais que superprotegem seus filhos fazendo com que a resistência à socialização seja ainda maior e o processo de adaptação mais difícil, além da existência daqueles que não reconhecem as necessidades de seus filhos, negando-os assim, uma educação especializada e adequada

durante a Educação Infantil.

Em meio as principais contribuições desta pesquisa, pode-se destacar que esta possibilitou aperfeiçoamentos profissionais e científicos, além de que ampliou a visão sobre as questões que envolvem a adaptação escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil, por meio das percepções e opiniões de professores que atuam na área. Outrossim, permitiu que os profissionais refletissem sobre suas experiências e atitudes para que assim busquem garantir uma educação inclusiva e de qualidade para seus alunos, respeitando suas limitações e os enxergando além das dificuldades que apresentam.

Destaca-se ainda que, apesar do número de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) está em constante crescimento em salas de aulas em todo o país, infelizmente, o número de profissionais qualificados para auxiliá-los não condiz com essa realidade. Essa pesquisa busca possibilitar uma ampliação da visão do ensino inclusivo, abordando diferentes realidades de professores que tiveram em suas salas de aula crianças com autismo. Além de destacar o papel fundamental da família e da escola nesse processo, para que juntas possam auxiliar essas crianças na construção de suas identidades, autonomia e potencialidades para a plenitude de suas vidas.

REFERÊNCIAS

AMY, M. D. **Enfrentando o autismo: a criança autista seus pais e a relação terapêutica.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Decreto N° 6571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008.

LOPES, R. P. V.; MARQUEZAN, R. **O Envolvimento da Família no Processo de Integração/Inclusão do Aluno com Necessidades Especiais.** Cadernos de Educação Especial, Santa Maria - RS, 2000.

LOPES, V. G. **Linguagem do Corpo e Movimento.** Curitiba, PR: FAEL, 2006. MRECH, L.M. **O que é educação inclusiva.** Educação on-line. 2001.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA E O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR

**Maria Rita Nascimento da Silva¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: rita.silva@fvj.br),
Artemizia Ribeiro Lima Costa² (Doutoranda em Educação (UFC). Mestra em Educação.
Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: artemizia@fvj.br).**

RESUMO

O artigo tem como objetivo geral investigar o papel do gestor escolar no processo democrático na escola; e seus objetivos específicos envolveram: compreender os princípios da gestão democrática; identificar o papel do gestor escolar mediante o processo; e entender o processo democrático na gestão escolar. Para alcançar esses objetivos, foram utilizados como referenciais teóricos os autores: Libâneo (2007), Lück (2007), Paro (2008), Burak e Flack (2010), dentre outros. Além da parte teórica, foram aplicados cinco questionários com cinco questões abertas, com a diretora, a coordenadora pedagógica e três professoras da rede pública, da cidade de Aracati-CE. A análise de dados coletados foi realizada com o intuito de compreender a gestão democrática na escola e entender a importância do papel do gestor escolar mediante o processo democrático escolar. Conclui-se que a gestão democrática é dever de todos, principalmente do gestor escolar, pois ele é quem organiza e lidera os demais funcionários.

Palavras-chave: gestão escolar; gestão democrática; escola; educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como pergunta norteadora: Qual o papel do gestor escolar no processo democrático? Tendo como objetivo geral, investigar o papel do gestor escolar no processo democrático na escola e como objetivos específicos: compreender os princípios da gestão democrática; identificar o papel do gestor escolar mediante o processo; e entender o processo democrático na gestão escolar.

A elaboração deste artigo está dividida em três momentos: o primeiro momento trata-se da gestão democrática na escola, seus conceitos, legislação e o papel do gestor escolar mediante o processo. Dentre os autores citados estão Libâneo (2007), Lück (2007), Paro (2008) entre outros.

O segundo momento, traz o percurso metodológico, onde é relatado como ocorreu e quais métodos foram utilizados para a elaboração deste artigo. E no terceiro, tem a análise de dados, que traz uma reflexão diante das respostas das participantes, sobre o papel do gestor escolar mediante o processo democrático na escola. E, por fim, as considerações finais que abordam a conclusão do pesquisador diante o tema apresentado.

Em vista disso, a produção deste artigo, vem para mostrar para os profissionais da educação, um modelo de uma gestão democrática, participativa, a qual todos os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, devem participar de todas as ações da escola, com o foco sempre em uma educação boa e de qualidade. Deste modo, também trazendo o papel do gestor escolar mediante o processo democrático na escola.

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: O PAPEL DO GESTOR E A LEGISLAÇÃO

O termo gestão escolar está associado a escola e toda a sua organização e trabalha com a concepção socio-crítica. Nessa concepção, a gestão escolar é formada por um sistema

que agrega pessoas, “considerando o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sócio-político, nas formas democráticas de tomada de decisões” (LIBÂNEO, 2007, p. 324). Entende-se que o processo de tomadas de decisões é realizado pelo coletivo, possibilitando a todos do grupo, discussão e decisão em conjunto. Sendo assim, a gestão é aquela que por meio de procedimentos, consegue atingir os objetivos da organização, envolvendo aspectos administrativos.

Burak e Flack (2010) também associam gestão escolar a ações coletivas e democráticas, em que todos os membros da equipe da escola, estejam participando em busca de objetivos, metas e decisões. Evidencia-se o caráter político democrático, que segundo o autor, deve transpassar a cultura organizacional das instituições escolares.

Atualmente a gestão escolar está focada no envolvimento de todos os membros da equipe que compõem a escola, para assim, obter qualidade. Portanto, a gestão democrática é definida como “prática político-pedagógica e administrativa, onde o gestor, através da articulação entre os diversos segmentos da unidade escolar, modifica as relações de poder, transformando-as em ações colegiadas, transparentes e autônomas” (LUCE, 2003, p. 2).

Diante dessa perspectiva, o gestor escolar é aquele que tem uma formação específica e continuada para desenvolver competências que possam promover a organização escolar possibilitando a participação da comunidade educativa nas decisões da escola, além disso, é o responsável por mediar as condições financeiras para garantir o desenvolvimento da aprendizagem, exercendo a verdadeira democracia.

Em vista disso, o diretor é aquele que deve garantir práticas educativas de qualidade, com o foco em construir uma identidade escolar, baseada na cooperação, está sempre aberto ao diálogo proporcionando um ambiente interativo e dinâmico. Este que é o responsável por gerenciar e coordenar a participação de todos os segmentos envolvidos na comunidade escolar no planejamento e ações desenvolvidas, dialogando, mediando e incentivando o grupo (LIBÂNEO, 2004).

Diante da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/1996, determina que a gestão democrática é um dos princípios que deve reger o ensino público no país, garantido qualidade, tornando possível formar pessoas críticas e participativas.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico é a primeira e principal das atribuições da escola, diante disso a gestão deve se orientar para essa finalidade. A proposta pedagógica é o norte da escola, ou seja, por meio dela é definido caminhos que a comunidade escolar busca para si e para todos os envolvidos que se agregam em seu entorno (BRASIL, 1996).

Portanto, legalmente a gestão democrática pode ser definida através dos princípios de integração da escola com a família, com a comunidade e com a sociedade, através da descentralização do poder e com a participação democrática de todos os segmentos envolvidos no processo educacional, através de conselhos e comissões.

A gestão escolar democrática possui uma função essencial no ambiente escolar, visto que presume a participação da comunidade no processo das tomadas de decisões, concebe a sua relevância como um recurso de formação para a cidadania, assim como da necessidade de construir uma sociedade mais justa, mais humana e mais igualitária. Esta, por sua vez, assenta-se na oferta de um ensino de qualidade a todos os alunos, de modo que todos tenham igualdade de acesso e progresso educacional efetivo, em que promovam a democracia.

METODOLOGIA

Para a construção deste artigo foi realizada uma pesquisa qualitativa, a partir das leituras de artigos científicos, periódicos, livros, relacionados ao tema e baseado em falas e pensamentos de alguns autores, permitindo entender e se aperfeiçoar a respeito do assunto para então ser entendido sobre a gestão democrática na escola e o papel do gestor escolar mediante esse processo.

Diante disso, a busca de informações para a coleta de dados foi feita através de uma pesquisa de campo com a elaboração de um questionário de forma impressa, contendo cinco questões abertas, a fim de entender, compreender e identificar o papel do gestor escolar no processo democrático na escola. A pesquisa foi realizada em um Centro de Educação Infantil da rede pública na cidade de Aracati-CE. Para efetuar uma melhor análise de dados, o questionário teve como respondentes, a diretora e a coordenadora pedagógica, ou seja, o núcleo gestor e contou também com a participação do corpo docente, tendo três professoras como respondentes, totalizando cinco participantes.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa se deu por meio de um questionário entregue para cinco profissionais: a diretora da escola denominada com a letra D, a coordenadora pedagógica na qual foi representada com as letras CP e as três professoras foram representadas por P1, P2 e P3. Os questionários apresentavam a mesma estrutura, sendo compostos por 5 questões abertas.

A primeira pergunta pedia para descreverem a função da gestão escolar. As participantes apresentaram conceitos semelhantes, de acordo com os seus conhecimentos. CP mostrou um conceito mais aprofundado, mostrando seu conhecimento sobre a gestão escolar e o profissional responsável, quando ela fala que “*É a forma de administrar a escola como um todo sendo o profissional responsável pela área, deve observar as necessidades e particularidades de cada setor promovendo uma melhor relação e desenvolvimento das atividades*”.

Diante da segunda pergunta, que teve como finalidade saber o que cada uma entende por Gestão Democrática. D ressaltou que “*Entende-se que é um modelo de organização no qual se prioriza a participação do coletivo. Nela, gestores, professores, funcionários, pais, alunos e todos os envolvidos na comunidade escolar podem opinar de maneira ativa nas decisões*”.

A terceira pergunta aborda o papel de cada uma das participantes na área em que são atuantes. O papel do diretor/coordenador/professor na Gestão Democrática. D afirma que “*O diretor, que é o dirigente fundamental, responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e unifica os vários setores (setor administrativo, setor pedagógico, secretaria, serviços gerais, relacionamento com a comunidade*”.

Diante da quarta pergunta, como estimular a participação da comunidade escolar como instrumento de democratização da gestão? A P1 ressaltou que “*Para que haja a participação efetiva dos membros da comunidade escolar é necessário que o gestor em parceria com o conselho escolar crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos que considere igualmente todos os segmentos, coordenando os esforços de toda comunidade educativa e local*”.

Ao último questionamento, para você, quais são os maiores desafios enfrentados na Gestão Democrática? As professoras ressaltaram que “*Um dos maiores desafios da gestão democrática é fazer com que a comunidade escolar, através de suas representações, esteja envolvida neste processo, de ajudar a administrar a escola, de uma forma realmente participativa e responsável, buscando na qualidade de ensino a melhoria do educando*” (P1).

“Abrçar todas as ideias respeitando as diversas opiniões” (P2). “O principal deles acredito ser a resistência de alguns gestores em relação a democratização na escola, preferindo uma gestão individualista” (P3).

Diante das respostas analisadas foi concluído que a gestão democrática, deve permear toda a escola, a comunidade e adentrar as salas de aula, deixando de ser apenas uma proposta da administração. É fundamental que professores, pais, funcionários e toda a comunidade escolar participem da proposta pedagógica da escola, para que assim, ela seja democrática e participativa.

Diante dessas informações, o gestor escolar tem um papel de liderança que busca incentivar o desenvolvimento das ações escolares, o compromisso pedagógico, a responsabilidade e a qualidade de forma positiva no processo educacional. Dessa forma, espera-se que o gestor tenha uma visão geral e conhecimentos para iniciar as mudanças dentro da instituição escolar.

Portanto, ainda existe um longo caminho a trilhar, para que a gestão democrática, venha acontecer de fato. Ainda é possível enfrentar estes desafios, que permeiam as práticas educativas, em busca da transformação da realidade, de forma conjunta e participativa, viabilizando a gestão democrática nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Texto na íntegra Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Saraiva, 1996.

BURAK, D. M. A.; FLACK, S. de F. Concepções de gestão escolar presentes no trabalho do diretor nas escolas municipais em Ponta Grossa-PR. In: **Jornada Nacional do Histedbr**, 10, 2011, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa: UEPG, 2011.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática, 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNIO, J. C. **A organização e a gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2007.

LUCE, M. B. **Gestão democrática escolar**. In: Salto para o futuro/TV Escola. Brasília: MEC, 2003.

A UTILIZAÇÃO DO PROCESSO ARTÍSTICO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA SOUZA CORREIA

**Mariana de Souza Rocha¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: marianaahcor19@gmail.com),
Renildo Franco² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: renildo.franco@fvj.br).**

RESUMO

Este estudo investiga o uso da Arte como instrumento da educação inclusiva e objetiva analisar como este processo artístico pode facilitar a prática da educação inclusiva para alunos do Ensino Fundamental de uma instituição filantrópica na cidade de Aracati-Ceará. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo com duas professoras através de um questionário abordando a temática e a observação dos alunos com deficiência. A observação foi embasada em teóricos como Ana Mae Barbosa (2006), Souto (2014) e Matias (2017). Observou-se que as maiores dificuldades dos profissionais da educação com educandos com deficiência é trabalhar a sua identidade, sua coletividade, a socialização e a comunicação. Com isso, percebeu-se que a Arte pode se integrar a essa educação como elemento facilitador. Além disso, novas pesquisas sobre a proposta da Arte, como instrumento de inclusão podem ser levantadas, considerando que há poucos estudos sobre o assunto.

Palavras-chave: inclusão; prática pedagógica; arte/educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa como a Arte/Educação atua na educação inclusiva nos alunos do Ensino Fundamental, portanto houve a necessidade de explorar como de forma prática a arte é utilizada para as ações do processo inclusivo, visto que o conhecimento de tais práticas se torna um aporte para docentes e para a comunidade de modo que a inclusão é um processo de importância social.

Como objetivo geral, buscou-se compreender como os processos artísticos podem ser utilizados no processo de inclusão na Escola de Ensino Fundamental Souza Correia. Para mais, quis-se distinguir os principais processos artísticos aplicados no ambiente escolar; apresentar os principais desafios encontrados na educação inclusiva e mostrar como a Arte pode agir na educação de pessoas neurodivergentes na Escola de Ensino Fundamental Souza Correia.

No que segue a ordem do trabalho, se apresenta a introdução com uma breve explicação sobre o trabalho, apresentando os objetivos e a justificativa. O marco teórico abordando três subtemas: a inclusão no contexto educacional-imersão histórica, os desafios da educação inclusiva no cotidiano escolar e o ensino da Arte para pessoas neurodivergentes, a metodologia explanando o caminho da pesquisa, a análise de resultados obtidos por entrevista e as considerações, realizando a síntese do trabalho.

MARCO TEÓRICO

Para a compreensão do processo de inclusão e os desafios que o acompanha, é necessário entender seu contexto histórico, seus marcos, as lutas sociais, as leis e os desafios.

As pessoas com deficiência sofrem exclusão desde o princípio da humanidade, para algumas culturas elas eram consideradas uma maldição e costumavam ser mortas ainda bebê.

Com o avançar dos séculos e o surgimento das grandes guerras, os próprios soldados costumavam perder parte de seus corpos em batalhas e, com isso, se tornavam pessoas com deficiências, através dessa realidade países como EUA, Grã-Bretanha e França criaram estruturas para acolher seus militares e, com o avanço da ciência e das ideologias, estimularem a população a ter uma nova visão para as pessoas com deficiência (DE ANDRADE PEREIRA e SARAIVA, 2017). Como consequência, a proposta da educação inclusiva tornou-se uma pauta, com isso líderes de 92 países e 25 organizações internacionais se reuniram para redigir o documento denominado Declaração de Salamanca. O documento foi desenvolvido na Conferência Mundial sobre Educação Especial, na cidade de Salamanca, na Espanha. Tal evento aconteceu em 1994, com o intuito de discutir e elaborar estratégias para a Educação Inclusiva.

É indiscutível a importância do processo de inclusão para a formação escolar, visto que esse processo auxilia não só no contexto do aluno atípico, mas também na formação social de todos. Entretanto, sabe-se das muitas dificuldades enfrentadas para desenvolver esse processo, dentre elas se observou três principais: ausência de estruturas como rampas e elevadores em espaços públicos, dificuldades de comunicação com a LIBRAS, o braile e a cultura da segregação.

Segundo Ana Mae Barbosa, a Arte no Brasil foi inserida ao contexto escolar desde 1971 por norte-americanos através do acordo MEC-USAID, que reformulou os objetivos e currículos na Lei Federal n.º 5.692, denominada “Diretrizes e Bases da Educação”. A Arte é uma disciplina essencial na formação dos discentes, através dela é possível desenvolver a oralidade, a criatividade, a coletividade e a identidade, além disso, o processo artístico é mediador da razão e emoção do indivíduo, responsável por desenvolver diferentes pensamentos (MATIAS, 2017). Com isso, tal ciência se torna agente de criticidade na formação humana.

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, visando as bases históricas do campo em destaque, procurou-se também abordar as estruturas sociais do seu público-alvo. A pesquisa se enquadra como exploratória, pois se observa uma pequena quantidade de estudos sobre a problemática, Os dados da pesquisa foram coletados por observação de campo, entrevista com profissionais da educação e pesquisas em bibliotecas virtuais como *Google Acadêmico* e *SciELO*.

Empregou-se como universo da pesquisa, seis profissionais da instituição observada cujo nome fictício foi Souza Correia, que trabalhava diretamente com alunos com deficiência. Desta população, apenas uma pequena amostra de duas pessoas responderam às indagações propostas, os nomes delas serão substituídos por professora A e professora B.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Segundo Franco (2008, p. 12), “[...] o ponto de partida para a Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”, baseado nessa premissa foi primeiramente construído um questionário e Para colaborar com as reflexões, foram escolhidos dois profissionais da educação que atualmente trabalham com alunos com deficiência. A professora A é

psicopedagoga e professora do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da instituição, a professora B é professora auxiliar, acompanha diretamente um estudante com deficiência no Ensino Fundamental Anos Iniciais com formação na área de pedagogia.

Dessa forma, o primeiro questionamento foi: **“Como você analisa a área da educação inclusiva no seu campo profissional?”** a professora A respondeu: *“Além de ser uma área que está ofertando grande oportunidade profissional, também vejo a oportunidade de contribuir com nossos alunos com deficiência [...]”* a professora B falou: *“Ainda bem limitada, acredito que está em processo”*.

Ao continuar o assunto, foi indagado para as professoras o seguinte: **considerando seu “dia a dia”, quais os maiores avanços que a educação inclusiva obteve nos últimos anos?** Para a professora A: *“[...]Hoje a educação ver a presença do psicopedagogo de extrema importância para uma nova forma de pensar, sentir e agir frente aos conteúdos e no sentido de auxiliar nos processos de ensino-aprendizagem dos alunos [...]”* já para a professora B: *“Direito à educação, e ao convívio com todas as crianças”*.

O próximo tópico do questionário abordou a temática das dificuldades em que a área da educação inclusiva apresenta: **“Atualmente quais são suas maiores dificuldades na prática da educação inclusiva?”** as respostas foram: *“Hoje o maior desafio é desconstruir a metodologia educacional tradicionalista e conteudista impedindo de investir em uma educação personalizada para cada aluno respeitando seu tempo e individualidade de aprender[...]”*(professora A) e *“Conhecimento específico, estratégias pedagógicas”* (professora B).

Neste ponto do questionário, abordou-se a temática da Arte como instrumento da educação inclusiva, no processo pedagógico: **“Como a Arte/educação influencia no processo de educação inclusiva?”** A professora A respondeu: *“a Arte/educação são fortes aliados na construção dos saberes, a arte nos inspira para o lúdico e o concreto que são ferramentas muito importantes para trabalhar o cognitivo dos nossos alunos”*. Já a professora B: *“Proporciona um alto conhecimento, ajudando no desenvolvimento integral da criança. A arte ajuda em vários campos, principalmente na comunicação e socialização”*.

A quinta e última questão abordada com as educadoras estava relacionada diretamente aos seus educandos: **“Como você observa a relação dos seus educandos com a Arte/Educação?”** Segue as respostas: *“[...]A arte é uma forte aliada para a inclusão das crianças com deficiência, pois lhe permite desenvolver a sensibilidade e autoconhecimento, ajudando no desenvolvimento global da criança, na socialização com seus pares contribuindo de forma significativa na sua vida escolar e social [...]”*(professora A) e *“Eles se tornam protagonistas, é o momento que eles se expressam e colocam para fora seus sentimentos, se sentem livres na construção de conhecimento”* (PROFESSORA B).

Diante das análises efetuadas, concluiu-se que a arte não é uma metodologia, mas um componente curricular. Após essa desmistificação, foi compreendido sua importância para inclusão, pois aproxima o aluno da sua realidade, estimulando nele a individualidade, coletividade e comunicação. Observou-se também que a Arte contribui para o trabalho do professor, pois amplia seus métodos e conhecimentos, possibilitando-lhe flexibilidade nas suas aulas e auxilia na comunicação com seus alunos, desta forma constrói uma aula significativa, proporcionando uma melhor aprendizagem para seus alunos.

Tendo em vista que a educação inclusiva é uma conquista recente e, profissionalmente, vem tendo uma ascensão, considerar um componente já existente no âmbito escolar como seu facilitador pode ser benéfico para a prática e formação de professores e educandos. Sabe-se que a Arte não é o único elemento facilitador da educação inclusiva, entretanto, considerando a sua concreta influência no contexto humano, apresenta ser um dos que traz resultados mais

positivos.

REFERÊNCIA

BARBOSA, A. M. **Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras**. Estudos avançados, v. 3, p. 170–182, 1989.

ESPECIAIS, Educativas. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades, 1994.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008

MATIAS, J.F. **A arte como elemento facilitador no contexto da educação inclusiva**. 2017.

PEREIRA, J.A; SARAIVA, J. **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão a inclusão social**. SER Social, v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017.

A NEUROCIÊNCIA PARA O FAZER DOCENTE

**Milena Cavalcante Gomes Fernandes¹ (Aluna do curso de Pedagogia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: milena.fernandes@fvj.br),
Ma. Adriana Valentim Wandermurem² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, e-mail: adriana.valentim@fvj.br).**

RESUMO

O estudo sobre o sistema nervoso está em constante desenvolvimento e sempre surgindo novas informações, por isso, é de grande valia para o educador esse conhecimento, que pode auxiliar na sala de aula. A partir desses assuntos apresentados e com as pesquisas bibliográficas, é possível perceber que a neurociência teve grandes avanços e para educação tem suas contribuições, uma delas é auxiliar o professor a entender melhor o processo memória/aprendizagem. A memória por muito tempo foi usada na educação tradicional, era focada apenas na reprodução, mas na atualidade têm de reformular essa ideia, pois a memória é fundamental para uma aprendizagem significativa. Este artigo tem como objetivo apresentar a Neurociência para os professores e suas contribuições na sala de aula. Utilizando a pesquisa bibliográfica destacando alguns teóricos como Hipócrates (século IV, a.C) o pai da medicina, o primeiro a apresentar a sua visão sobre o encéfalo e sua importância, Fernanda que destaca a importância dos professores em buscar a formação continuada, conhecendo o funcionamento do encéfalo que pode auxiliar os professores no seu fazer pedagógico que inicialmente descreve o surgimento da neurociência até os dias atuais e a funcionalidade do sistema nervoso, além de abordar a mesma na sala de aula.

Palavras-chave: neurociência; sala de aula; educação; aprendizagem; memória.

INTRODUÇÃO

A Neurociência é uma área da Biologia que estuda o sistema nervoso que é responsável por várias funções do corpo humano, é possível perceber a importância do estudo sobre esse tema na formação docente, pois é fundamental para o desenvolvimento dos profissionais da educação e dos alunos.

O artigo tem como objetivo apresentar para os professores a importância de conhecer sobre a neurociência para auxiliar no seu planejamento, assim suas aulas ter um bom desenvolvimento para os alunos, pois o professor que tem conhecimento sobre a funcionalidade do sistema nervoso, as suas observações e os planejamentos podem ser mais eficaz para o processo de aprendizagem dos seus alunos.

As concepções do artigo estão em tópicos que abordam a origem da Neurociência. Por muito tempo a visão sobre o corpo humano era diferente, o encéfalo não era visto como o órgão principal do corpo humano, foram milhares de anos e estudos para chegar a essa conclusão de que ele é responsável por várias funções do corpo humano. O sistema nervoso pode trazer muitas explicações sobre funcionalidade do cérebro, hipocampo, entre outros, todas essas informações contribuem para a didática do professor.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi utilizado alguns livros e artigos, que auxiliaram na compreensão da neurociência no fazer docente, destacando alguns teóricos

como Hipócrates (IV.a.C), Galeno (130-200 d.C0) e Iván Antônio (2013), que deram grandes contribuições para a neurociência.

O papel da Neurociência para a docência

Cerca de 7 mil anos atrás, com os registros arqueológicos percebe-se que o encefálico já era o alvo em uma briga para se proteger ou cirurgia com a intenção de tratar algum transtorno mental ou epilepsia, pois alguns crânios encontrados são notórios a agressão ou trepanação, porém acreditava-se que o coração era o órgão responsável pelas emoções, memórias e o comportamento humano, era visto como o principal, já que em muitas situações é normal sentir o coração mais acelerado, por isso pensava-se que o coração era o único responsável pelas emoções e sentimentos.

Segundo Hipócrates (século IV a.C) o encéfalo é responsável por todo o funcionamento dos seres humanos seja os funcionamentos motores, as emoções, os prazeres e até os medos, embora essa teoria de Hipócrates não foi muito aceita na época, afinal o coração era o único astro do corpo humano.

Nos últimos cem anos se teve mais avanços na neurociência do que nos séculos passados, surgiu quatro ideias chaves. Nervos como fios, localização de funções específicas em diferentes partes do encéfalo, evolução do sistema nervoso e o neurônio unidade funcional básica do encéfalo. (*apud* MARK BEAR; MARRY CONNORS; MICHAEL PARADISO, 2017).

A neurociência está em constante desenvolvimento, pois sempre surge algo novo para acrescentar e entender um pouco mais sobre o encéfalo, é fundamental que nas escolas os profissionais conheçam sobre a neurociência que pode contribuir para a didática do professor. (*apud* MARK BEAR; MARRY CONNORS; MICHAEL PARADISO, 2017).

O Sistema Nervoso é o que permite que se mova, sinta e pense, é dividido em sistema nervosa central (composto pelo cérebro, cerebelo, bulbo, ponte e medula) e o sistema nervoso periférico dividido em voluntário (que são os movimentos voluntários) e autônomo (movimentos involuntários dos músculos do sistema respiratório e cardíaco), cada hemisfério tem sua funcionalidade, porém eles comunicam entre se para que as atividades do dia a dia sejam bem desenvolvidas. (CARLA, 2019)

O Cérebro é formado por neurônios que é célula principal do sistema nervoso, os neurônios mandam impulsos seguidamente, dezenas de vezes por segundo, as informações passam de uma célula para outra muito rápido e são denominadas sinapses.

Em contrapartida, oportunizar aos professores a compreensão de como o cérebro trabalha dá condições mais adequadas para que ele estimule a motivação em sala de aula e, de certa forma, assegura a possibilidade de sintonizar com os diversos tipos de alunos, os quais terão suas capacidades mais profundamente exploradas. (FERNANDA 2011, p. 545)

Como apresentado por Fernanda (2011) o educador que tem oportunidade em conhecer as funcionalidades do cérebro e se preocupa em aplicar estratégias que estimulem essas funções, a aprendizagem dos alunos será mais significativa estimulando os próprios alunos para seu desenvolvimento.

“A Neurociência veio contribuir muito com a educação atual, principalmente no que tange aos aspectos neuroanatômicos e funcionais da aprendizagem.” (MICHELLE, 2016, p. 34) O professor deve começar conhecendo os primeiros passos da neurociência, conhecendo algumas funções do sistema nervoso, sobre o encéfalo, as áreas de cada função, seja a linguagem, a memória ou as emoções, a partir desses conhecimentos, ele pode observar a sua

sala, lembrando-se que cada aluno tem suas diferenças e dificuldades, com essas informações o professor pode elaborar o seu planejamento de acordo com a sua sala e usando a neurociência assim proporcionando o aluno a desenvolver um autoconhecimento, estimulando ele ter as suas próprias estratégias para novas aprendizagens que façam sentido no seu cotidiano e acrescentar informações relevante para um maior desenvolvimento cognitivo.

A memória também é importante para o processo de aprendizagem, existe 3 tipos de memória, a de trabalho, longa duração e curta duração, a memória de trabalho tem a duração de segundos a minutos ela auxilia na tomada de decisão diante das circunstâncias do momento, como por exemplo o número de uma senha em uma fila, logo depois o cérebro descarta essas informações, um outro exemplo é a leitura, guarda algumas palavras para se entender o assunto que está sendo abordado. (IVÁN, JOCIANE e CRISTIANE, 2013,)

A memória de curto prazo ela tem a duração de alguns minutos ou até 6 horas, ela é muito importante em uma conversa, que é necessário a informação ficar retida por mais tempo, podendo até se tornar uma memória de longo prazo que é outro tipo de memória, ela tem a duração com mais de 6 horas, podendo ficar armazenada por toda vida do indivíduo. A aprendizagem e a memória estão sempre ligadas, a aprendizagem é aquisição de conhecimentos e habilidades e a memória é responsável por armazenar e como explicado anteriormente é notório a importância delas no processo de desenvolvimento do aluno. (IVAN, 2013).

METODOLOGIA

Para compreender o estudo da Neurociência com mais propriedade foram realizadas pesquisas bibliográficas. Segundo Telma e Regina (2007, p.38), a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório.

Com abordagem qualitativa que faz uma análise dos artigos e livros, no caso que se trata da evolução da Neurociência e assim compreender os avanços até os dias atuais, o funcionamento do Sistema Nervoso e como o professor pode utilizá-lo na sua prática docente diante da sua realidade. Teóricos como Hipócrates (século IV, a.C), Galeno (130, d.C), Iván Antônio (2013) entre outros. As pesquisas foram realizadas no *google acadêmico* e em livros, buscando ter diferentes opiniões sobre a Neurociência no fazer docente.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Quadro 1- Análise de alguns artigos selecionados

FERNANDA.A	2011	Abordar a possibilidade de inserção dos significativos avanços da neurociência, como constituintes de saberes disciplinares, nos cursos de formação de professores.	É necessário aproximar os achados na área da neurociência da educação sustenta a premissa de que instituições responsáveis pela formação de professores precisam examinar e discutir os componentes curriculares das licenciaturas, revendo a estrutura desses cursos, a fim de que os alunos, futuros profissionais da educação, possam buscar otimizar sua ação pedagógica.
------------	------	---	---

ALANA.T ANA.A MANUEL.D MICHELE.G NORA.C SIRLÂNDIA.T	2016	Conhecer as contribuições da neurociência para sala de aula para que percebam o ponto de partida para aplicação da mesma.	A neurociência colabora com um novo conhecimento para o professor.
--	------	---	--

O quadro tem como finalidade destacar as ideias dos autores sobre a neurociência para educação, todos os artigos utilizados nas pesquisas bibliográficas apresentam pontos positivos sobre a importância de os professores conhecerem a Neurociência, porém cada autor traz sua visão sobre o assunto. Fernanda (2011) destaca sobre a formação continuada dos professores agregando a Neurociência nessa formação. Michele (2016) reforça que Neurociência contribui com novas estratégias e conhecimentos para o professor aplicar a mesma na sala de aula. Cada autor destacado no quadro destaca o quanto a Neurociência é importante para o professor e a educação.

Conforme a análise dos artigos, percebe-se que a Neurociência é eficaz para o professor na sala de aula, pois diante das dificuldades apresentadas pelos alunos ela contribui na criação de estratégias, para que o professor tenha bons resultados, a Neurociência estuda o sistema nervoso, um tecido do corpo humano, responsável pelo pensar, mover, sentir. O professor deve ter em mente que ele está contribuindo para o desenvolvimento dos seus alunos, é fundamental que o professor conheça sobre a Neurociência pois sem esse conhecimento suas aulas podem não estimular os alunos a aprendizagem significativa.

REFERÊNCIAS

BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. Neurociências: desvendando o sistema nervoso. **Artmed editora, 2002.**

CARVALHO, Fernanda. Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, p. 537-550, 2010.

GUITAHY, Michele. Construção da Aprendizagem- uma abordagem neurobiológica. **Wak editora, 2016.**

TIEPPO, Carla. Uma viagem pelo cérebro: A via rápida para entender neurociência: 1a edição revisada e atualizada. **Editora Conectomus, 2019.**

IZQUIERDO, Iván A. et al. Memória-Tipos e mecanismos-achados recentes. **Revista USP**, 2013.

UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nájela Vitória de Sousa Costa Oliveira¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: najelavitoria17@gmail.com),
Albano Oliveira Nunes² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: albano@fvj.br).

RESUMO

Sendo a escola um ambiente em que acontece a educação formal e sistematizada, é um ótimo lugar em que se pode trabalhar com tecnologias, de forma organizada e planejada, promovendo assim, uma aprendizagem significativa, buscando mais de um caminho para se chegar ao conhecimento. Na educação de jovens e adultos (EJA) é interessante que tal implementação seja realizada, uma vez que, com seu uso permite que o discente participe ativamente deste processo de construção dos seus saberes. Esta pesquisa é de caráter qualitativo e foi fundamentada sobre o referencial bibliográfico de autores como Aquino *et al* (2022), Freitas e Almeida (2012), Zednik (2020), entre outros. Busca compreender como acontece a utilização de Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na EJA, se há algum desafio no manuseio em sala de aula, mostrando a realidade que os professores vivenciam e quais recursos são disponibilizados para os discentes. Para se aprofundar no assunto, foi elaborado um questionário e enviado para duas escolas do município de Russas, no Ceará. No total, 5 professores se disponibilizaram a responder as perguntas, após a análise de dados, constatou-se que os docentes compreendem o que de fato são tecnologias digitais e reconhecem sua importância para melhor assimilação dos conteúdos, porém, há alguns percalços para se conseguir colocar em prática. Mediante os resultados coletados, entende-se que as TDIC podem colaborar como um instrumento pedagógico, contribuindo com o desenvolvimento de indivíduos que participam ativamente e buscam construir seus conhecimentos.

Palavras-chave: tecnologias digitais; instrumento pedagógico; EJA.

INTRODUÇÃO

A ideia proposta nesta pesquisa surgiu a partir de indagações feitas a respeito do uso de tecnologias na educação de jovens e adultos (EJA), como acontece essa utilização e se de fato acontece. Visto que este recurso é uma ótima ferramenta a ser utilizada e que possibilita uma aprendizagem significativa, além de contribuir no dia a dia dos discentes.

Vê-se que as TDIC estão presentes cada vez mais na sociedade, fazendo parte do cotidiano dos alunos. No ambiente escolar não deve ser diferente, pois percebe-se que a inclusão digital promove uma educação com o intuito de contribuir para o desenvolvimento integral do indivíduo e não o prepara apenas para a mão de obra, assim, contribui com a formação de seres humanos mais críticos e participantes ativos que usufruem cada vez mais destes aparatos tecnológicos.

A pesquisa é de natureza qualitativa e tem como metodologia utilizada a pesquisa bibliográfica, buscando autores que contribuíssem com o tema e que trouxessem a realidade da EJA atualmente e como os meios tecnológicos estão inseridos nessa modalidade, bem

como as suas contribuições para ela. Além disso, foi aplicado um questionário com professores que são atuantes no município de Russas, no Ceará.

Trajatória da EJA e a utilização das TDIC no processo de ensino-aprendizagem

A educação de jovens e adultos (EJA) passou por grandes transformações ao longo dos anos, a sua realidade atual advém de ações feitas séculos atrás. Mesmo sendo instituída em função das classes dominantes, durante seu processo e avanços, trouxe benefícios para as pessoas mais pobres e que não tinham acesso à educação. Isso foi resultado de programas desenvolvidos com o intuito de diminuir as taxas de analfabetismo no país, entre eles estão o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e MOVA-SP desenvolvido por Paulo Freire. A LDB traz em seu documento, leis que abrangem e reconhecem os jovens e adultos como sujeitos que têm o direito a uma educação de qualidade, visando suas especificidades, suas vivências, garantindo também para aqueles que trabalham o acesso e permanência na escola. Assim, a EJA teve muitos avanços no âmbito da legislação, grandes educadores foram à luta por uma educação de qualidade para todos e que não se limitassem a apenas repassar conteúdos, levando também em consideração as vivências dos alunos, relacionando ao dia a dia. Porém, ainda se faz necessário mais apoio aos professores da EJA, para que consigam promover experiências que tragam de fato uma aprendizagem significativa para os educandos.

A realidade da EJA em sala de aula mudou ao longo dos anos nos aspectos em que diz respeito à legislação e conquistas para esta modalidade, porém o perfil dos alunos, de professores, o preconceito com os analfabetos, políticas públicas direcionadas para as pessoas que têm acesso, não mudaram. Boa parte dos alunos que procuram terminar sua escolarização por meio da EJA são, normalmente, pessoas que fazem parte da classe menos favorecida da sociedade, pobres, negros, trabalhadores rurais que precisaram trabalhar desde cedo para sobreviver e que não puderam dar continuidade aos estudos. Além do contexto em que estão inseridos não ser favorável para sua aprendizagem, ao chegar na escola há outra realidade a ser enfrentada. Segundo Aquino *et al* (2022), os professores relataram que os livros não são atualizados, não há recursos multimídia, a internet é lenta ou não tem no âmbito escolar, computadores, softwares, escassez de equipamentos nos laboratórios de ciências e informática.

A sala de aula tem mudado ao longo dos anos, não só o perfil do público, mas o nível e o acesso a quantidade de informação que se tem, são em uma velocidade superior ao que se estava acostumado, isso tem feito os professores mudarem as suas metodologias. As TDIC fazem parte do cotidiano de boa parte da população, por isso é necessário repensar o fazer docente não se limitando ao método tradicional de ensino, mas buscando incluir em sua prática pedagógica os meios digitais pois permitem que os alunos explorem todos os seus sentidos e ir além dos muros da escola, podendo buscar informações com pessoas de outros estados ou até mesmo países, deixando de lado as respostas prontas e acabadas, pesquisando em diferentes canais de informação como sites, plataformas de vídeo, portais de educação, jornais e entre outros.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida no segundo semestre de 2022, com professores da educação de jovens e adultos em uma escola do município de Russas, no estado do Ceará. A pesquisa é de natureza qualitativa em que o método de coleta de dados foi por meio de um questionário aplicado com 5 docentes.

Ao analisar os dados coletados e apresentá-los nesta pesquisa, para garantir o sigilo da identidade dos profissionais que participaram serão identificados como Professor A, Professor B, Professor C, Professor D e Professor E.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Através das repostas coletadas por meio do questionário foi possível perceber que os respondentes compreendem o que são tecnologias digitais e identificaram como algo que foi criado para trazer avanços e melhorias, podendo trazer benefícios em sala de aula, quando bem utilizadas auxiliam em diversas atividades e contribuem potencialmente no processo de ensino-aprendizagem. Porém, pontuam que não tem acesso a estes recursos, o que corrobora com a pesquisa feita por Aquino *et al* (2022), neste mesmo ano em que os professores relatam a falta de materiais nos ambientes escolares para que se possa promover e oferecer um ensino de qualidade, esta é uma realidade enfrentada em diversas instituições.

Entende-se que mesmo vivendo em um mundo onde a tecnologia está em diversos lugares ainda há dificuldades de fazer uso desta, principalmente em sala de aula, onde deve ser pensado em como se dará o manuseio deste instrumento, sendo necessário planejamento, reflexão e formação continuada, estes elementos se tornam imprescindíveis neste momento para que os docentes tenham domínio e consigam explorar da melhor forma, elaborando meios que possibilitem a aplicação desses recursos contribuindo para uma aprendizagem significativa.

Quando questionado se havia algum componente mais propício ao uso de tecnologias um dos docentes responderam que todos, porém as ciências da natureza é um dos mais. Vê-se que há uma visão que os meios digitais e tecnológicos são mais favoráveis à área de ciências da natureza e matemática, o que é um equívoco, pois a própria BNCC traz em uma das competências gerais algo a ser desenvolvido que é a compreensão, utilização e criação de TDIC, não especificando a um só componente, sendo possível que o professor faça uma adaptação de acordo com a turma e o que será trabalhado.

Os professores relataram o pouco tempo para planejamento, compreende-se o ato de planejar como um momento primordial em que o docente pontuará quais caminhos ele irá percorrer para conseguir atingir seus objetivos, para se aplicar tais recursos não seria diferente, principalmente porque como relatou um dos respondentes, boa parte dos alunos não têm acesso, então tem que se pensar em como incluir todos, considerando as dificuldades a serem enfrentadas.

Por meio das respostas, conclui-se que as TDIC quando colocadas à disposição dos educadores e alunos traz muitos benefícios nos componentes curriculares, porém, na prática isso não acontece, poucos conseguem disponibilizar sites, jogos e aplicativos para se aprofundar no que está sendo estudado. Não há acesso a tais recursos, os professores relataram que é pouco tempo para planejar, impossibilitando que seja proporcionado uma aula diferente e mais atrativa, tendo que ministrar a disciplina apenas de maneira tradicional. Além disso, outro aspecto para ser pontuado é a formação continuada, o quanto ela é necessária para que os docentes se sintam seguros em manusear as tecnologias digitais, a falta de domínio impossibilita a inclusão de tais recursos, pois nem mesmo os professores têm conhecimento de suas formas de aplicação como também da sua contribuição.

Considerando que as tecnologias digitais fazem parte do dia a dia da sociedade, percebe-se a necessidade de incluir não só os alunos nesse mundo tecnológico, mas primeiramente os professores, pois estes não conseguem inserir as TDIC em suas aulas, por não terem familiaridade e por falta de formação nesta área. Portanto, essa instrução permitirá

que se aprofundem mais e consigam colocar em prática com os alunos como uma ferramenta pedagógica que irá contribuir para o ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. A, et al. **Desafios e metodologias de ensino na EJA:** um estudo do ponto de vista dos docentes. Aracati: Educação e Linguagem, 2022. Disponível em: 2_REdLi_2022.1.pdf (fvj.br). Acesso em: 23 de setembro de 2022.

AS CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTIL NO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA PARA ALUNOS DO 2º ANO A, DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL RUTH ROCHA

Priscila Quelven Nunes de Lima¹ (aluna do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: limaprisila745@gmail.com), Renildo Franco da Silva² (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: renildo.franco@unijaguaribe.edu.br)

RESUMO

O estudo objetiva analisar processos discursivos presentes na leitura e escrita desenvolvidas por alunos e um professor da Escola de Ensino Fundamental Ruth Rocha da cidade de Palhano-Ce. Para isso realizou-se uma pesquisa de campo com o professor e vinte e duas crianças da sala de 2º A dessa escola. Foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas relacionadas às contribuições da Literatura Infantil e sua importância no processo de aprendizagem dos educandos. Identificou-se o quanto válida é a Literatura Infantil no processo de ensino aprendizagem para os educandos e o significado desse gênero para o ato de aprender a ler.

INTRODUÇÃO

Este estudo reflete sobre as possibilidades proporcionadas aos educandos através, do desenvolvimento do hábito de ler, desde cedo, a partir de experiências vivenciadas por alunos e seu professor, quanto às contribuições da Literatura Infantil no cotidiano educacional do educando. Para isso, partiu-se da seguinte problemática: quais são as contribuições da Literatura Infantil no processo de leitura e escrita dos alunos do 2º ano A da EEF Ruth Rocha?

É na escola que o ser humano passa boa parte do seu tempo, desde a infância até a iniciação da vida adulta e é, nesse espaço, onde o educando dá os seus primeiros passos referentes ao ato de aprender a ler.

O ser humano, ao longo da sua vida, tem a necessidade de ler. Ora a leitura das palavras, ora a leitura do mundo. E essa necessidade o torna apto a desenvolver diversas habilidades, desde a escrita, a oralidade, etc. Por isso, faz-se necessário que o professor desperte o gosto do aluno pela leitura, propiciando momentos de inserção na sala de aula para que tenham a oportunidade de ler.

Nesse trabalho, visou-se investigar as contribuições da Literatura Infantil no processo de leitura e escrita dos alunos do 2º ano da EEF Ruth Rocha.

Utilizou-se ainda da literatura acerca do assunto, tais como: Coelho (2010), Cardoso (2012), Raimundo (2019), Paulino (2012), Santos (2010), para fomentar essa construção acadêmica.

MARCO TEÓRICO

Tem-se registros de que a história da literatura infantil começou a partir do século XVIII, a partir da ideia do conceito de criança do momento. Este é o período no qual o conceito de criança começou a mudar, pois antes eram vistas como adultos em miniatura.

Na antiguidade, o sentimento pela infância não existia, pois com as altas taxas de mortalidade infantil, quando uma criança nascia e morria, não havia aquele luto, os pais logo estavam substituindo aquele filho por outro que em breve viria. Por volta dos 7 anos, as crianças já estavam exercendo atividades braçais e adultas. Nesse período, percebe-se que não havia um espaço para literatura infantil e as crianças viviam igualmente com os adultos, ou seja, não havia um mundo infantil ou algo dedicado exclusivamente para elas.

No Brasil a exploração da Literatura Infantil deu início no século XIX, junto com a abertura da Imprensa Régia, que foi o primeiro folhetim brasileiro. É através dela que começam a ser publicados os primeiros livros infantis.

Todavia, enfatiza-se que no Brasil poucas crianças desenvolvem o hábito da leitura, por isso, forma menos leitores críticos. Por isso, alerta-se que as crianças devem ter o contato com a literatura desde o início de sua vida escolar ou mesmo em casa, por alguns minutos por dia. Isso se justifica porque as crianças pequenas não conseguem ficar por muito tempo quietas, mas esse ato seria significativo para a formação do leitor. Seria importante que os pais e/ou responsáveis propiciasse momentos de interação com livros, revistas, folheando, observando e fazendo leitura de imagens, *etc.* (SOUSA, 2016).

Segundo o Livro Metodologia do Ensino da Literatura Infantil, pode-se entender que este componente assume função formadora, quando aproveitada em sala de aula na sua natureza ficcional, que aponta a um conhecimento de mundo e não enquanto súdita do ensino de boas maneiras. Pode ser compreendida como o elemento propulsor que levará a escola à ruptura com a educação contraditória e tradicional (COELHO, 2010).

Por meio da Literatura Infantil, pode se expressar palavras e sentimentos, que direcionam o leitor para o seu desenvolvimento intelectual e da sua personalidade, pois pode atender suas necessidades de prática leitora, elevando sua competência crítica ao lidar com os livros. Então, o ato de ouvir histórias tem grande importância, já que vai além do prazer de falar. É através dela que se abre para a criança conhecer novos horizontes, exercitando a linguagem, a oralidade, desenvolvendo ideias, valores e sentimentos, que fomentarão em sua vida adulta (BARROS, 2013).

A literatura é a arte da palavra, através dos livros, dos textos, dos contos, as pessoas podem viajar por lugares inimagináveis. O ser humano que possui o hábito de ler, torna-se rico em conhecimentos, tem uma visão crítica mais aguçada e passa a ser um ser humano mais pensante. É importante que, desde cedo, as pessoas possuam uma história com a leitura. Como se sabe é dentro da sala de aula, que a maioria dos alunos dão seus primeiros passos rumo a aprender a ler e o responsável por essa mediação é o professor. É através dos métodos utilizados, que será gerado o encantamento pelo incrível mundo literário.

Através da narrativa a criança começa a entender o mundo ao seu redor e estabelecer relações com o outro. Consequentemente, são mais criativas, saem-se melhor no aprendizado e são adultos mais felizes. Através da literatura, nossas crianças podem ser transformadas e é através de todo esse círculo educacional, envolvendo o encantamento literário que muitas mudanças podem acontecer no contexto geral do mundo, pois um ser humano rico em educação, capaz de criticar e pensar pode muito.

É nessa fase da vida que a criança pode desenvolver nos diversos aspectos: sensorial, motor, intelectual e psíquico, por isso, deve ter mais contato com as palavras, desenvolvendo dessa forma melhor sua escrita e a leitura. Daí a importância do professor deve selecionar bem os materiais que utilizará em sala de aula para incentivar e melhorar a leitura de seus alunos. Além disso pode criar um ambiente que desperte o gosto pela leitura, dentro da sala de aula, propiciando momentos individuais e coletivos, onde as crianças possam ler, fazer apresentações dos livros, comentários, *etc.*

METODOLOGIA

Essa investigação foi realizada na EEF Ruth Rocha, localizada na cidade de Palhano. O desenvolvimento da pesquisa, pautou-se, na pesquisa bibliográfica, com enfoque qualitativo e exploratório evidenciando as contribuições da Literatura Infantil para o desenvolvimento leitor de crianças do 2º ano A. foi aplicado um questionário contendo 4 (quatro) perguntas, nas quais 3 (três) perguntas eram fechadas e 1 (uma) aberta. Na escola estudam 375 alunos e lecionam 23 professores. Desta população foi selecionado um grupo com uma quantidade específica para a pesquisa, sendo todos os convidados a participar voluntariamente como colaboradores. Por ser uma pesquisa qualitativa, a amostra envolveu apenas alguns sujeitos, 22 estudantes (nomeados de acordo com as letras que compõem o alfabeto) e 1 (um) professor, denominado de Francisco (nome fictício).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com relação aos questionamentos feito às crianças, deu-se de acordo com o exposto a seguir. A primeira pergunta questionava se as crianças se consideravam bons leitores e leitoras. As vinte e duas (22) crianças responderam que sim. Pinto (2010) explica que quando a escola propicia aos alunos um espaço de leitura e de literatura, de modo a permitir a criação e recriação do universo de possibilidades que o texto literário oferece, faz-se com que esse aluno se perceba leitor. A escola é um local privilegiado, que tem a oportunidade de estimular o gosto pela leitura, pois proporciona um lugar lúdico onde a criança realiza um “encontro” com a leitura.

O segundo questionamento indagou: quando você lê uma história bem legal, ou escuta alguém lendo, o que você sente? Essa questão trazia algumas opções para melhor canalizar as ideias das crianças quanto aos seus sentimentos e elas marcaram dessa forma: alegria (10 alunos), viaja na imaginação juntos aos personagens (8 alunos) e se emociona (4 alunos).

A terceira pergunta do questionário era aberta e pedia para que eles respondessem qual história gostava mais de ouvir ou ler. As respostas foram dadas, conforme se denominou os alunos com as letras do alfabeto, a seguir:

Aluno A- respondeu- Boi tá tá e Aluno B- das Formiguinhas;

Aluno C- O Saci Pererê e Aluno D - O dinossauro e a lagartixa;

Aluno F- A lebre e a tartaruga e Aluno G- Os três porquinhos;

Aluno H- Super-heróis e Aluno J- O pato pacato;

Aluno L, R e V- Os três porquinhos e Aluno N – De princesas;

Aluno O – A princesa que nunca sorriu e Aluno P, Q, T e V- Chapeuzinho vermelho;

Aluno S e X – Rapunzel. Já os alunos E, I e M responderam que não lembravam de nenhuma.

Na quarta questão foi perguntado se eles achavam importante aprender a ler, marcando uma opção: Sim ou Não. Todos os 22 (vinte e dois) alunos marcaram a opção SIM.

Paulino (2012) alerta que são muitas as possibilidades de se explorar as histórias infantis, desde a formação moral, social e literária, fazendo com que a criança relacione a realidade com o que é lido. Cada uma delas tem seus momentos particulares, de vivências com outros e por isso, ouvem diferentes histórias reais que podem ser relacionadas com as literárias. Se a criança desenvolve o hábito de ouvir histórias contadas pelos pais, responsáveis, outras crianças ou pelos professores, dar-se início a um processo significativo de leitura e de aprendizagem.

A seguir se expõe o que foi perguntado aos professores e as respostas dadas. O primeiro questionamento diz respeito a quais são as contribuições da Literatura Infantil para

as crianças do 2º ano A. De acordo com o Professor Francisco, “a literatura faz com que a criança desperte o gosto pela leitura, amplia o vocabulário e favorece a compreensão de leitura posteriores. Melhora a capacidade de produzirem seus próprios textos orais ou escritos, a forma de comunicar o que pensam e possibilitou a criação de um ambiente lúdico para a alfabetização”. Quando se questiona se é importante ter por hábito utilizar livros de literatura Infantil nas aulas, Francisco responde que “a leitura tem sido fundamental para aprendizagem, pois é através dela as crianças se encantam e se envolvem mais nas atividades de alfabetização e de compreensão do código escrito. No terceiro questionamento, deseja-se saber quais são os métodos que utiliza para promover momentos literários, na sala de aula e o educador enumera diferentes estratégias. De prontidão, o Professor Francisco responde que explora “leituras de livros escolhidos pelas crianças, rodas de conversas sobre os livros lidos, desenvolvimento de projetos das leituras de determinados livros e incentivo à leitura em casa com o empréstimo de livros às crianças”. Quando questionado sobre qual ou quais são os critérios que você utiliza na escolha dos livros que lê para as crianças, enfatiza que “seleciono exemplares que tenham vocabulário adequado à faixa etária, qualidade dos textos, sejam bem ilustrados e o tipo de gênero. É preciso que se conheça o gosto dos alunos, a obra a ser escolhida, bem como diferentes sugestões de leituras literárias: gibis, histórias em quadrinhos, contos, fábulas, etc”. A última pergunta diz respeito aos tipos de atividades que são desenvolvidas, em sua sala de aula, para criar um ambiente de encantamento no processo de trabalho com a Literatura Infantil. O professor elenca: “leitura em casa; rodas de leituras colaborativa; rodas de conversas sobre os livros lidos individualmente; utilização do cantinho da leitura com um pequeno acervo à mão das crianças; produção de trabalhos sobre determinadas obras: desenhos, dobraduras, fichamentos, etc.”

A leitura para o professor é um instrumento básico de aperfeiçoamento de sua prática, no atual contexto educacional, em que a transmissão e imposição de certezas e verdades pré-definidas e ultrapassadas, veiculadas pelos livros didáticos, estão sendo substituídas pela descoberta, crítica e transformação dessas verdades, presentes na realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem (SANTOS, 2010).

CONCLUSÕES

Muitas vezes a dificuldade da falta do hábito de ler, vem desde o ambiente familiar, na maioria das vezes as crianças não encontram no seio da família esse aconchego literário.

A escola é um dos lugares ideais e propenso para a inserção literária, porém em alguns casos a forma que a literatura é apresentada, não chama atenção das crianças.

Os aprendizes já conseguem identificar a necessidade de desenvolver a leitura e que ao ler ou ouvir histórias sentem um imenso prazer e viajam no mundo da imaginação.

Ao levar a Literatura Infantil para sua aula, o professor estabelece uma convivência dialógica com os alunos, envolvendo-os no mundo mágico da imaginação e trazendo elementos da realidade para a vivência diária.

As contribuições dessa pesquisa para o contexto educacional é incentivar novos estudos relacionados a esse assunto, principalmente sobre os usos da Literatura Infantil no espaço pedagógico.

REFERÊNCIAS

BARROS, P. R. P. D. B. **A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura.** 2013. 54f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro

Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/biblioteca/monografias/56015.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

COELHO, N. N. **Panorama histórico da literatura infantil/juvenil:** das origens indo europeias ao Brasil contemporâneo. 5ª ed. Barueri: Mande, 2010.

PAULINO, R. V. da S. **A importância da literatura infantil na sala de aula.** Guarabira: UEPB, 2012. Disponível em:
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1501/1/PDF%20-%20Regina%20Vicente%20da%20Silva%20Paulino.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SANTOS, T. S. **Leitura Interdisciplinar:** relato de experiência. V.1. Guarabira:Unilec, 2010.

SOUSA, V. A importância da prática da leitura desde os anos iniciais do ensino fundamental tendo como estratégia pedagógica o gênero literário. **Cadernos da FUCAMP**, Minas Gerais, v. 15, n. 22, p.35-52, 2016. Disponível:
<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/623>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BNCC-EI: PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA SUA APLICABILIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

**Raquel Sousa Barbosa¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: raquel.sousa@fvj.br),
Maria Thereza Costa Zaranza² (Orientador – Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thereza@fvj.br).**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo fazer a análise das implicações que a Base Nacional Comum Curricular pode trazer aos currículos da Educação Infantil, tendo em vista a criação instantânea desse processo. O intuito de descobrir quais seriam essas complicações, motivou o processo investigativo que teve caráter bibliográfico com observação feita através de questionário online de natureza qualitativa. Baseou-se nos trabalhos da autora LOPES (2015), a qual têm escritas voltados para análise e discussão da BNCC. A pesquisa evidenciou que os participantes não mostraram imposições quanto as normas estabelecidas pelo documento, no entanto, concordavam sobre a BNCC ser falha em aspectos socioculturais e de inclusão. A produção da escrita mostra a construção da base e o seu elo com a criação da identidade da Educação Infantil juntamente com os Campos de Experiência, apresentando as complicações presentes nessa correlação, reforçando a necessidade de serem feitas revisões no documento normativo. A relevância desse apuramento se dá pela tentativa de motivar a criticidade sobre o que já foi previsto para a educação, com o intuito criar discussões sobre o assunto.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular; educação infantil; campos de experiência.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, o qual define as aprendizagens necessárias que todo aluno deve desenvolver ao longo da Educação Básica. Se configura como primeira etapa a Educação Infantil, na qual foi inserida na construção da BNCC, documento que está presente nos currículos escolares há 5 (cinco) anos. Levando em consideração a sua recente criação e visando a possibilidade de ainda haver lacunas abertas envolvendo o documento, surgiu a pergunta norteadora desse trabalho: Quais as implicações vividas com a BNCC, por profissionais da educação na etapa da Educação Infantil.

A relevância desse apuramento se dá por meio da tentativa de despertar a criticidade sobre o que já foi previsto para a educação, no esforço de abrir discussões sobre o assunto em busca de reparações. No passado, o pensamento crítico e o esforço por mudanças trouxeram as melhorias que conhecemos hoje, no entanto, é preciso perpetuar esses avanços, pois estamos falando do pilar mais importante da sociedade que é a educação. Esta investigação se baseou nos diálogos e escritas da autora LOPES (2015), a qual têm trabalhos voltados para análise e discussão da Base e a sua finalidade.

O trabalho tem por objetivo apresentar tópicos sobre a BNCC no contexto escolar, discorrendo sobre a trajetória da criação do documento até a sua implementação na educação infantil, a qual estabeleceu os Campos de Experiência, que são as vivências responsáveis por criar meios de interação em que a criança possa se expressar. Além disso, destacou-se

algumas considerações sobre a BNCC-EI e buscou reconhecer as complicações presentes no documento como também a atuação dos professores nesse contexto discutível.

BNCC: DA CONSTRUÇÃO A IMPLEMENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, QUAIS AS IMPLICAÇÕES NESSE PROCESSO?

O processo de construção da BNCC se iniciou ainda em 2010, através de seminários, debates, consultas com especialistas nacionais e internacionais, e começou a ser elaborada em 2015, a partir de uma análise profunda dos documentos curriculares. Após esse movimento, o documento foi homologado em 22 de dezembro de 2017, sendo aprovada pelo CNE e oficializada pelo MEC.

Documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar. (BRASIL, 2017).

Atualmente, pensar na Educação Infantil, é materializar as habilidades e competências estabelecidas pela BNCC. O intuito é que a Base norteie os currículos de ensino, assim como as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas. A Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC-EI) organiza-se em quatro elementos fundamentais: direitos de aprendizagem, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, grupos etários e os campos de experiências.

O documento é sistematizado a partir da concepção dos “campos de experiência”, o qual é o principal norteador para a construção do planejamento da Educação Infantil. Os campos de experiência têm o intuito de superar a lógica disciplinar, considerando as experiências de cada criança. Dessa forma, a BNCC propõe que a educação infantil reconheça as vivências e os conhecimentos que são construídos pela criança desde o contexto familiar.

Ao longo do período em que a Base Nacional Comum Curricular foi se estabelecendo, houve análises de sua utilidade e se de fato era algo bom para os currículos. Os conteúdos que devem ser ensinados são avaliados de forma cautelosa, a fim de que seja construído o crescimento dos alunos. Para Lopes (2015) eleger um conjunto de conhecimento sobre o que deve ser ensinado nas escolas como essenciais é impossível, além disso ver a Base como um cânone:

Um corpo de conhecimento selecionados para garantir a transmissão, às gerações mais novas, da lógica do conhecimento produzido pela humanidade. A escola por meio do currículo deve ser capaz de ensinar os princípios racionais que garantem a compreensão do cânone e permitem o desenvolvimento do estudante. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 72).

Trata-se de um documento que traz benefícios para a educação brasileira, principalmente quando falamos de Educação Infantil, área na qual seus direitos foram por muitos anos deixados de lado. Chico Soares para o site Centro de Referências em Educação Integral (2017) menciona que “o documento deve ser visto como uma conquista para a educação pública brasileira, além de ser importante por especificar os direitos”. No entanto, está relacionado a um documento imperfeito, como complementa o autor: “agora, concordo que ela é imperfeita e que é fruto de um processo também imperfeito”.

METODOLOGIA

Para obter os resultados e respostas acerca da problematização apresentada neste trabalho, a pesquisa se pautou em um caráter bibliográfico. Ruiz (2006) aborda que a pesquisa bibliográfica é a primeira etapa da pesquisa, antes mesmo de ir a campo. A relevância de um estudo bibliográfico para executar qualquer pesquisa se constrói através do aprofundamento teórico sobre o tema a ser discutido.

Dessa forma, foi feita uma pesquisa de campo, e para a coleta de dados foi aplicado um questionário, por meio da ferramenta *Google Form*. O link do questionário foi enviado através de mensagem instantânea, via *WhatsApp*. A proposta foi de que pudessem responder ao questionário, de acordo com as suas disponibilidades de tempo, facilitando assim para as entrevistadas.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A Base é um documento que contribuiu nos avanços ocorridos na Educação, trazendo um norte para os currículos escolares e mostrando uma nova forma de planejar o ensino, focando em habilidades, competências e principalmente nas experiências de cada aluno. Ainda assim, é um documento que precisa de revisões quanto a questões sociais, de gênero e de inclusão. Um ensino hegemônico aponta-se bom em aspectos de nivelamento do ensino, mas ao mesmo tempo deixa de fora as minorias. O ensino não pode ser igual a todos, precisa ser adaptado de acordo com a realidade vivida em cada comunidade. Adaptação essa que pode sim ser feita pelos docentes, porém é necessário que esse profissional consiga se apoiar nos documentos que regem a educação e os currículos.

Inicialmente abordada no texto, a questão que norteou e instigou a origem desse trabalho, discutia sobre quais as implicações vividas com a BNCC, por profissionais da educação na etapa da Educação Infantil. Desse modo, investigou-se as percepções que professores de uma instituição de Educação Infantil do município de Fortim, tinham a respeito da BNCC. Durante o percurso de investigação foi possível observar que as professoras tinham êxito com o documento, afirmando que o processo de planejar foi facilitado com a construção da Base. No entanto, algumas concordavam que a BNCC é falha em aspectos socioculturais e, principalmente, de inclusão, na qual não disponibiliza de subsídios necessários para os professores lidarem com essas questões em sala.

A pesquisa apresentou um olhar diferente sobre a BNCC, mostrando ser necessário dar importância a assuntos que não são abordados pelo documento, incentivando aos docentes a discussão sobre o que foi apresentado. Espera-se que essa investigação faça parte do desencadeamento crítico, e participativo nos avanços futuros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº2, de 22 de dezembro de 2017. Brasília, DF. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em: 19 out. 2022.

LOPES, A. C. **Por um currículo sem fundamentos**. Linhas Críticas. Brasília, V. 21, N. 45, pp. 445-466, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76632904006>. Acesso em: 20 d out. de 2022.

RUIZ, J. Á. **Metodologia Científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. Disponível em:
https://www.academia.edu/26729600/Metodologia_Científica_guia_para_eficiência_nos_estudos. Acesso em: 14 de nov. de 2022.

Sob críticas, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é aprovada. **Centro de Referências em Educação Integral**, 2017. Disponível em:
<https://educacaointegral.org.br/reportagens/sob-criticas-base-nacional-comum-curricular-bncc-e-aprovada/>. Acesso em: 19 de out. de 2022.

ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (MAIS PAIC): ANÁLISE DAS AÇÕES PEDAGÓGICAS EMPREGADAS NAS TURMAS DE 2º ANO DA EEF REGINALDO SABINO

**Régina Lima Fernandes¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe email: regina.fernandes@fvj.br),
Renildo Franco da Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, email: renildo.franco@unijaguaribe.edu.br).**

RESUMO

Este artigo tem como finalidade investigar como as ações pedagógicas do programa MAIS PAIC, que objetiva diminuir o índice de analfabetismo no Ceará, contribuem para a alfabetização das crianças do 2º ano de uma escola da rede pública de ensino, localizada no município de Fortim – CE. Com esse propósito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e de campo com três professoras que ensinam os componentes curriculares de Língua portuguesa e Matemática na série em análise. As docentes responderam a um questionário com cinco questões subjetivas relacionadas às suas práticas pedagógicas ligadas ao Programa de Alfabetização na Idade Certa – MAIS PAIC. A pesquisa contou com documentos e teóricos fundamentais, como: Libâneo (2006), Soares (2011), Vygotsky (1982) e Freire (1985). Por fim, a pesquisa proporcionou grandes reflexões, percebeu-se que o Programa é fundamental para o desenvolvimento educacional do Estado do Ceará, e contribui de forma direta na metodologia usada pelas professoras, fornecendo subsídios essenciais para que os alunos sejam alfabetizados e letrados no período proposto, conseqüentemente, qualificando a educação.

Palavras-chave: alfabetização; MAIS PAIC; metodologias.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa a relação do Programa MAIS PAIC e as ações pedagógicas empregadas nas turmas do 2º ano dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública situada no município de Fortim, no estado do Ceará.

Desse modo, essa pesquisa além de análises bibliográficas, apresentará dados, tais como, metodologias e recursos utilizados pelos professores, que são fundamentais para o desenvolvimento do programa e do processo de alfabetização, que poderá contribuir também com futuras pesquisas para o eixo educativo, em especial para professores atuantes nas séries com foco no SPAECE - Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (2º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental) e temas relacionados a alfabetização na idade certa.

Como objetivo geral deste artigo, buscou-se compreender como as ações pedagógicas do programa MAIS PAIC contribuem para a alfabetização das crianças do 2º ano da EEF Reginaldo Sabino, assim como, as ferramentas utilizadas pelos professores auxiliam nesse processo.

No que diz a respeito à organização da pesquisa, a introdução traz uma breve apresentação sobre o tema, pergunta e investigação, justificativa e objetivos, ligados ao Programa MAIS PAIC e o Processo de Alfabetização da EEF Reginaldo Sabino, situada no município de Fortim. Seguido da fundamentação teórica numa discussão significativa sobre a problemática, a metodologia refletindo os caminhos traçados para a realização da

investigação; a análise dos resultados trazendo reflexões feitas em campo e as considerações finais apresentando os principais resultados alcançados, conforme planejou-se nos objetivos.

MARCO TEÓRICO

O MAIS PAIC - Programa de Alfabetização na Idade Certa, foi criado em 2004 pelo comitê cearense para diminuir o índice de crianças fora da faixa de alfabetização nas escolas. Tem como objetivo, ajudar os municípios do Ceará visando a qualidade de ensino, em especial da leitura e escrita.

Dessa forma, pensando em estimular e valorizar o trabalho feito nas escolas, o MAIS PAIC, oferece anualmente a premiação “Escola Nota 10”, para as escolas que alcançarem os melhores resultados nas avaliações do SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará. De acordo com CEARÁ (2016, s/p.) “O prêmio funciona como política indutora para as escolas melhorarem seus resultados e política apoiadora às escolas com menores resultados.”

Diante disso, o programa MAIS PAIC tem obtido grandes resultados nas escolas cearense, consequentemente colaborando de forma ativa para a melhoria da educação nacional, intensificando o trabalho pedagógico, visando combater o analfabetismo cearense, buscando estratégias para que os alunos estejam alfabetizados no momento certo e assim possam, por meio da educação, serem protagonistas do seu aprendizado.

Uma das atividades do MAIS PAIC é a formação continuada para os professores, esse importante processo ocorre durante a prática profissional, possibilitando novas estratégias no fazer docente. Afinal, como cita Gagotti (2010, p.25), “[...] aprender é pesquisar, produzir. Só existe professor se o aluno aprende, e não há aluno que aprenda se o professor não aprende, não pesquisa. O professor aprende trabalhando e refletindo sobre o seu trabalho.”

Nesse sentido, o processo formativo do programa fornece orientações de planos para os docentes trabalharem com a intenção de alfabetizar e letrar os alunos da rede pública de ensino do Ceará. Por exemplo, a “implementação de cantinhos de leitura em todas as salas de aula de Educação Infantil e 1º e 2º anos do Ensino Fundamental” (CEARÁ, 2012, p.135), estratégia que busca incentivar a formação de leitores e o desenvolvimento do gosto pela leitura.

Portanto, nas formações continuadas os professores, além de adquirir novos conhecimentos para serem colocados em prática, trocam experiências e estratégias para alcançar seus alunos e assim terem êxito no processo de alfabetização na idade certa.

Entre as dificuldades de aprendizagem, a de aprender ler e escrever são um dos grandes obstáculos, principalmente depois que os tiveram que adaptar-se a realidade pandêmica e começar a etapa de alfabetização de forma remota. Agora, dentro das salas de aula presenciais, o processo de alfabetização, que segundo Soares (2011), é um processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita, se tornou ainda mais difícil.

Diante disso, o professor possui um papel delicado no desenvolvimento dos alunos. Ao identificar suas dificuldades, deve trabalhar de forma criativa, apoiando e estimulando-os com a intenção de que não se rotulem como os que nunca conseguirão aprender e assim, se sintam capazes de concluir o processo de alfabetização, construindo e adaptando seu próprio método.

E é a partir dessa experiência que o professor busca estratégias diárias, para que os alunos tenham aprendizagem significativa e avance no processo de alfabetização.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em uma escola pública no município de Fortim no Ceará, a EEF Reginaldo Sabino considerada pelo Programa MAIS PAIC como Escola Nota 10. Apresenta caráter bibliográfica, que é a base para qualquer trabalho científico, traz uma exploração com base em livros, artigos, sites (FONSECA,2002), fundamentados no MAIS PAIC, Programa de Alfabetização na Idade Certa e o processo de alfabetização.

Além disso, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, visando coletar dados junto à população investigada (FONSECA, 2002), ou seja, professoras da série de 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Orientou-se que os três docentes, de um universo de 62 docentes, respondessem a um questionário com 5 perguntas. O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito as pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”

Ressalta-se que a pesquisa qualitativa é um método importante para a realização do projeto apresentado, uma vez que, propicia tanto compreensão, como a interpretação de problemas apresentados em uma amostra (MALHOTRA, 2006).

Contudo, para proteger as imagens das professoras e da escola analisada, os nomes utilizados nesta pesquisa são de origem fictícia, promovendo, assim, segurança e maior veracidade nas respostas dadas pelas pessoas entrevistadas para este trabalho de conclusão de curso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados e a análise dos resultados são etapas indissociáveis na pesquisa, uma vez que, respondem o motivo pelo qual este trabalho precisou ser realizado, que é o de compreender como as ações pedagógicas do programa MAIS PAIC contribuem para a alfabetização das crianças do 2º ano.

Para iniciar a pesquisa com o objetivo de entender como funcionam os processos de formação do Programa MAIS PAIC aplicados com os professores de 2º ano da rede municipal de ensino de Fortim, foi questionado aos três docentes entrevistados o que acontecia nos encontros de formações. Eles responderam que acontecem de forma presencial, com as formadoras do eixo de alfabetização MAIS PAIC, são organizadas em 4 módulos e as professoras descobrem novos métodos de trabalhar com as crianças dentro de sala de aula.

Em seguida, foi perguntado as professoras a importância do Programa MAIS PAIC para o processo de alfabetização. E eles responderam que ele fornece total suporte para desenvolvermos um trabalho com qualidade. O Programa MAIS PAIC é de suma importância para a eficiência no processo de alfabetização e riquíssimo para a prática em sala de aula.

Considerando que a metodologia é um dos pontos mais importantes do trabalho do professor, e para que se torne melhor é necessário observar e reelaborar o que já existe, foi perguntado as professoras entrevistadas: Qual a metodologia utilizada durante as aulas? E foi respondido que o material estruturado de alfabetização utilizado é o livro “Novo Lendo Você Fica Sabendo”, da Editora APRENDER. As aulas tem uma metodologia firmada no sociointeracionismo e são utilizadas atividades focadas na dificuldade dos alunos, com jogos e brincadeiras. Contudo, para que as metodologias usadas pelas professoras sejam empregadas é necessário que se tenham subsídios disponíveis, por esse motivo, foi questionado a elas quais são os recursos e materiais disponibilizados pela escola para que esse trabalho aconteça. E as

respostas foram as seguintes: A escola fornece todos os recursos/materiais estruturados e jogos necessários e apoio pedagógico.

Logo após, as professoras compartilharem as metodologias utilizadas por elas e o apoio da Escola, foi questionado sobre os desafios enfrentados para que a metodologia proposta aconteça. Obteve-se a seguinte resposta: alunos faltosos, desinteressados ou com algum déficit. Fazer a recomposição de aprendizagens perdidas durante esse tempo em que os alunos estiveram fora da escola. Além da própria família do aluno e o seu comprometimento com o processo de alfabetização do discente.

CONCLUSÕES

À vista disso, na busca de respostas para a indagação que foi o ponto de partida para essa pesquisa, algumas reflexões foram apresentadas. Com a implementação e o contexto histórico do Programa, os processos de formações aplicadas para os professores, metodologias e os desafios do processo de alfabetização no contexto da sala de aula.

Com essas observações, ficou compreensível como acontecem os processos de formações proporcionados pela equipe MAIS PAIC para os professores da escola analisada, que segundo as respostas dadas pelas entrevistadas, acontecem em quatro módulos e contribui de forma positiva no processo de alfabetização da turma de 2º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da EEF Reginaldo Sabino.

Dado o exposto da pesquisa, a investigação realizada poderá servir de subsídios para posteriores estudos referentes a temática MAIS PAIC e o processo de alfabetização. Além de expor a importância do Programa para o processo de alfabetização da escola pública investigada e sua contribuição para a educação cearense.

REFERÊNCIAS

CEARÁ, Secretaria da Educação. **Proposta Mais PAIC / Secretaria da Educação, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**. Fortaleza: SEDUC, 2015.

GADOTTI, M. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Editora e Livraria instituto Paulo Freire, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

A INCLUSÃO DIGITAL DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NA ESCOLA JOAQUIM VENÂNCIO EM JAGUARUANA-CE

Simone Ferreira Lima¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: simone.lima@fvj.br),
Kamillo Karol Ribeiro e Silva² (Doutor em História Social. Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: kamillo.silva@fvj.br).

RESUMO

Este artigo apresenta discussões sobre o processo de inclusão digital de professores e a necessidade que têm parte do corpo docente de uma determinada escola pública municipal em renovar seus métodos de ensino. Optou-se pela abordagem qualitativa, aplicando-se um questionário a dois professores e ao gestor da Escola Joaquim Venâncio, localizada na comunidade de Figueiredo do Epifânio, em Jaguaruana-Ce. Para fundamentação teórica utilizamos os seguintes autores: MORAN (2001), CARMO (2011), FERREIRA (2014), dentre outros. A partir deste cenário, com base nas falas postas dos docentes e do gestor, chegamos à conclusão de que a necessidade para melhor se utilizar as ferramentas digitais em sala de aula é crescente, em virtude das grandes transformações que vem ocorrendo na sociedade. Neste sentido, entendemos que para suprir a carência desses recursos em sala de aula, é de suma importância a busca permanente de capacitação dos professores para que assim os mesmos possam desenvolver novas habilidades e práticas para então proporcionar uma aprendizagem significativa, com o uso das mídias tecnológicas no ambiente escolar.

Palavras-chave: inclusão digital; ferramentas digitais; docente.

INTRODUÇÃO

O uso de novas tecnologias na sociedade vem aumentando progressivamente com o passar dos anos. O acesso a informações e a busca de conhecimentos estão se tornando ainda mais abrangentes e essenciais na vida de todos indivíduos. No ambiente escolar não é diferente.

O avanço das ferramentas tecnológicas está tornando o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, acessível e significativo, popularizando assim, na sociedade e no meio educacional, essas ferramentas, que nos últimos dois anos, passaram a ser mais utilizadas pelos docentes e discentes.

Com a crescente imersão tecnológica que o mundo veio tendo a partir de então, tornou-se necessário a análise de seus efeitos no campo da educação, pois como se sabe, o processo de ensino e de aprendizagem se dá a partir do contato do aluno com o ambiente em que o mesmo está inserido, com os docentes e os recursos que mediam tal relação. No entanto, diante de tamanha transformação, é importante que os professores reflitam sobre a força de tais recursos na prática de sala de aula, pois não há como negar a relevância e o efeito das novas tecnologias no contexto atual.

Dessa maneira, este artigo busca apresentar as necessidades da inclusão digital de professores na Escola de Ensino Fundamental Joaquim Venâncio, na comunidade de Figueiredo do Epifânio, na cidade de Jaguaruana-Ce, durante o ano de 2022 como forma de aprimorar o ensino e torná-lo mais dinâmico e atrativo em sala de aula. Da mesma forma, indagamos as dificuldades enfrentadas pelos docentes para lidar com novos recursos no

processo de ensino, trazendo as contribuições do uso das mídias digitais em sala de aula a favor do professor e do aluno e os investimentos realizados para que o letramento digital aconteça.

A organização deste artigo encontra-se dividida em duas partes: uma de reflexão teórica para contextualização do tema e outra de diálogo dos dados coletados, lugar que também é retratado a caracterização do espaço em que foi realizada a pesquisa.

Em suma, este artigo discute sobre a utilização das ferramentas digitais em sala de aula e a necessidade da implementação delas nas instituições, uma vez que, esses recursos passaram a fazer parte dos processos de ensino em decorrência das mudanças no âmbito educacional, advindas de uma pandemia ocasionada pela covid-19.

A CONTEXTUALIZAÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DA INCLUSÃO DIGITAL PARA PROFESSORES E ALUNO NO AMBIENTE ESCOLAR

A inclusão digital deve fazer parte dos processos de ensino nas escolas e ser integrada aos conteúdos curriculares das instituições, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa, democrática e que tenha participação social ativa, tornando a vida dos indivíduos mais digna e com novas oportunidades. Tais determinações, presentes hoje na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em outros documentos educacionais, já figuravam em meados do século XX, quando começou a surgir na vida cotidiana dos indivíduos, inovações tecnológicas que cada vez mais foram tomando espaço no dia a dia das pessoas, no trabalho, em diversões, nas ruas e inclusive nas salas de aula. Atualmente, percebe-se que grande parte da sociedade é integrada por meio dessas inovações que continuam abrangendo diversos grupos humanos e modificando o modo pelo qual os indivíduos agem, pensam, relacionam-se e repassam seus conhecimentos.

Não se pode negar que recentemente professores e alunos se submeteram a grande iniciativa referente ao uso tecnológico no cotidiano escolar, ao vivenciar uma pandemia ocasionada pela Covid-19. Todos tivemos que nos adaptar ao novo meio de ensino virtual. Com isso foi perceptível uma vasta dificuldade dos docentes para incluir tais métodos digitais em suas aulas e em parte dos alunos, um grande obstáculo para aprender a usar e se apropriar dessa modalidade digital. Nesses últimos dois anos, a pandemia exigiu também uma aprimoração na formação do professor e uma ampliação de sua rede de apoio, principalmente de novas e melhores políticas públicas.

Embora o letramento digital e a alfabetização tecnológica sejam vistos como algo inovador e necessário nas salas de aula, é preciso que além de investir estruturalmente no ambiente escolar, as instituições possam realizar a junção da aprendizagem com os equipamentos tecnológicos, pois conforme WARSCHAUER (2006, p. 21), para fornecer acesso significativo a novas tecnologias, conteúdo, linguagem, alfabetização, educação e estruturas comunitárias e institucionais devem ser considerados.

Assim, acreditamos que o uso da internet no ambiente escolar poderia auxiliar o professor a melhorar sua didática em sala de aula, proporcionando um ambiente mais atrativo e dinâmico, além de oportunizar aos discentes uma busca maior de informações. Inúmeros poderiam ser os benefícios e vantagens que a inclusão digital traria para o meio educacional, seja pelo modo de atuação dos docentes frente às novas mídias digitais, seja pelo modo que o aluno se apropria e cria interesse pelo mundo virtual. A partir disso, podemos afirmar que bom seria ver professores inovando em suas metodologias e estudando aprendendo de forma significativa, porém, ainda é possível notar que a era digital é desconsiderada como parte

integrada dos currículos pedagógicos e o foco dentro da sala de aula segue na perspectiva apenas dos conteúdos de livros, ficando assim o letramento digital de lado.

No atual contexto, ressaltamos que a escola assumiu um importante papel na formação digital dos discentes e docentes, pois sendo capaz de possibilitar a utilização de ferramentas digitais estará apta a relacionar-se com o resto do mundo, passando a ser considerada uma instituição de rede, no qual despertará em seus alunos e professores uma nova visão de educação, tornando o ensino-aprendizagem mais significativo. Pois, sabe-se que o mundo da era digital é um mundo inovador e o simples fato de ter contato com esse universo traz ao indivíduo grandes vantagens, especialmente aos docentes que após a pandemia da covid-19, buscaram compartilhar e abranger seus conhecimentos a partir das novas ferramentas e dos avanços tecnológicos da sociedade.

Assim sendo, todas as inovações trazidas pela era digital na educação serviram para auxiliar as instituições de como deve ser tratado essa nova fase no ambiente de sala de aula, seja no nível de ensino fundamental, médio ou superior. Ademais, é de suma importância que em todos os níveis de educação seja dado aos alunos oportunidades de acesso às tecnologias, tornando o ensino qualificado e trazendo para sua didática métodos inovadores.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo foi empregado a metodologia de cunho qualitativo, em que buscou-se investigar os fatos sobre a inclusão digital dos professores e compreendê-los no ambiente onde ocorre. A pesquisa ocorreu no segundo semestre do ano de 2022, na Escola Joaquim Venâncio, localizada no Figueiredo do Epifânio, Jaguaruana-Ce. Foi realizada uma entrevista com dois professores da instituição, buscando informações sobre os desafios enfrentados durante a pandemia para utilização das ferramentas digitais, a visão dos docentes sobre a aplicação desses recursos em sala de aula e os efeitos deixados pela pandemia no processo de ensino-aprendizagem. Logo após a coleta de informações foi realizada uma análise dos dados obtidos, tentando compreender a utilização das tecnologias no ambiente escolar e como é realizado o emprego das mesmas no processo de ensino-aprendizagem.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para a realização da pesquisa, visitamos a Escola Joaquim Venâncio em novembro de 2022, quando tivemos a oportunidade de aplicar um questionário com dois docentes e o gestor da instituição. O questionário era composto por cinco perguntas voltadas aos professores e três voltadas ao gestor, com intuito de obter resultados que contribuíssem nas reflexões acerca do tema.

Ao início do questionário os docentes foram indagados sobre o que entendem como tecnologia, e a partir de suas falas foi possível perceber o que entendem a respeito do assunto, quando falam que acreditam ser algo inovador, capaz de diminuir a distância e facilitar no aprendizado, além de uma visão positiva frente ao uso delas na educação. Em seguida, os docentes foram questionados sobre como visualizam a utilização das ferramentas tecnológicas voltadas à educação, e a partir de nossa análise as respostas dos entrevistados são pertinentes, visto que, a globalização e sua imersão tecnológica cresceu de forma exponencial e todo esse crescimento trouxe efeitos significantes a educação, fazendo com que a inclusão digital escolar fosse tratada e aplicada de forma abrangente.

Continuamos o estudo perguntando como os recursos tecnológicos impactaram no processo de ensino-aprendizagem no período de pandemia. Diante das respostas dos entrevistados notamos uma fala coletiva, quando os dois interrogados falaram que tais recursos impactaram de forma positiva no processo de ensino-aprendizagem durante os últimos dois anos. Apesar das dificuldades apresentadas, foi notável a satisfação deles em ver que o corpo docente buscou medidas para dar continuidade ao processo de aprendizagem dos alunos.

Em continuidade, para aperfeiçoar os resultados obtidos pelos professores da instituição, indagou-se ao diretor da instituição sobre o papel da secretaria de educação no processo de formação tecnológica dos professores. E a partir de sua fala, é possível verificar a importância da relação da secretaria de educação com as escolas, visto que essas precisam de planejamento, suporte e todos os aparatos necessários para que os docentes estejam aptos a executarem suas atividades de forma organizadas, criativas e com todos os recursos que a inclusão digital pode proporcionar.

Por fim, o gestor foi questionado sobre como ele avaliava o uso das tecnologias no momento pós-pandemia na escola Joaquim Venâncio. Diante de sua fala, constatamos o quanto o período de pandemia foi desafiador para o corpo docente, mas também foi importante para a implementação dos recursos tecnológicos, pois notou-se que houve melhorias significantes na relação família e escola, uma vez que, os pais se tornaram mais participativos na vida escolar de seus filhos. Relacionado a isso, ORTEGA E ROCHA (2020, p. 12) contribui que, possivelmente, novas formas de interação e diálogo aberto entre pais e professores levarão à coordenação das atividades, e a comunicação se tornará um canal construtivo sobre quem, para quê e como ensinaremos. Está claro que a pandemia permitiu que as plataformas *online* provem seu valor, não apenas como recurso educacional, mas também como comunicadores no espaço escolar e social.

Portanto, no decorrer da pesquisa foi possível enxergar na instituição escolar Joaquim Venâncio a busca constante para assegurar aos docentes, os equipamentos tecnológicos que auxiliem de forma positiva e significativa na educação dos alunos, visto que, os mesmos trazem para sala de aula dispositivos digitais para explanação de conteúdo, e no tempo recente, a utilização dos mesmos tornou-se imprescindível.

Como manifesto acima, percebe-se o quanto foi desafiador aos docentes lidarem com as tecnologias no período de pandemia, mas que buscaram se adaptar aos recursos tecnológicos e inseri-los nos seus métodos de ensino, uma vez que, tais recursos continuam fazendo parte dos processos de ensino na instituição pesquisada.

Percebemos também que apesar das várias dificuldades enfrentadas no âmbito educacional, a necessidade da imersão tecnológica escolar vem crescendo gradativamente, na vez que ela é vista como uma forma de democratizar a tecnologia e torná-la acessível ao maior número de pessoas possível. Além disso, ela proporciona um meio de ensino mais lúdico, dinâmico e com uma participação mais ativa dos alunos, pois sabe-se que a utilização de ferramentas tecnológicas nas escolas é bem escassa, logo quando os alunos têm acesso ao uso dessas, o mesmo desperta seu interesse pelo que está sendo ministrado.

Assim, ao discutir nesta pesquisa o papel da inclusão digital de professores na instituição Joaquim Venâncio e a necessidade desta ferramenta no ambiente escolar, foi notável que mesmo com os vários desafios postos no ambiente educacional, as ferramentas digitais estão se tornando essenciais, além de exploradas de forma significativa nos processos educacionais, uma vez que, percebe-se o uso delas por parte de alguns profissionais, possibilitando a construção do processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico e significativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 28/11/2022.

ORTEGA, L. M. R; ROCHA, F. V. O dia depois de amanhã – na realidade e nas mentes – O que esperar da escola pós-pandemia? 13 ed. **Pedagogia em ação**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/pedagogiacao/article/view/23782/16820>. Acesso em: 21 nov. 2022.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia E inclusão social: a exclusão Digital em debate**. São Paulo: Editora Senac, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235360>. Acesso em: 16/11/2022.

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL-UM ESTUDO DE CASO NO CEI SEMENTES DO AMANHA PARIPUEIRA-BEBERIBE-CEARÁ

**Valbéria Martins da Silva¹ (Aluna do curso de pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: valberio.silva@fvj.br),
Kamillo Karol Ribeiro e Silva² (Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe e-mail: kamillo.silva@fvj.br).**

RESUMO

Esse trabalho é uma discussão que busca abarcar o momento em que os esforços da equipe escolar, associados ao espaço físico fazem frente ao processo de ensino-aprendizagem, dessa forma tentamos discutir os problemas de aprendizagem, adequação da rotina e futuras dificuldades no processo de alfabetização.

Palavras-chave: ação da família; contexto educativo; educação infantil.

INTRODUÇÃO

É importante salienta-se que a visão que se tem da criança é algo historicamente construído por isso é que se podem perceber os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos, Assim o presente momento de cada uma delas é obter seu lugar na escola, pois sua interação é única perante todos os colegas da turma, faz-se um desenvolver bem diferente das demais no diálogo e na interação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A história da Educação Brasileira não é uma história difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui em rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada mesmo dos portugueses ao território do novo mundo.

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

Esta pesquisa traz reflexões e análises que colaboram com a compreensão acerca deste fenômeno educacional que ocorre com bastante frequência nas escolas brasileiras, embora o incentivo para acesso e permanência no processo de escolarização tenha sido expandido.

METODOLOGIA

O estudo se compreende como uma pesquisa de campo, utilizando-se do método quantitativo para compreensão de dados e informações acerca do tema escolhido, assim como assume teor bibliográfico, por buscar nos estudos de Arroyo (1991), Silva (1978), Souza (2011) e Digiácomo (2011) que contribuem e norteiam esse trabalho com a fundamentação para realização do diálogo entre realidade e teoria.

ANÁLISE DE DADOS

De acordo com o que se foi observado, as crianças são curiosas e buscam compreender o ambiente em que vivem, suas características, suas qualidades, os usos e a procedência de diferentes elementos da natureza e da cultura com os quais entram em contato, explorando-as e criando explicações sobre o como o quando e o porquê das coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que foi oportuno reforçar que as práticas pedagógicas, especialmente aquelas recomendadas no desenvolvimento dos alunos, são de fundamental importância para a superação das dificuldades da aprendizagem, elas materializam o conhecimento prévio para a etapa da Educação Infantil, e educadores e as educadoras vão garantir a efetivação desses direitos para a vida em comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília: Casa Civil, 1990.

BRASIL, Presidência da República. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório de Desenvolvimento 2012. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD: 2012.

A CONTRIBUIÇÃO DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E APRENDIZAGEM INFANTIL

**Valquíria Neri de Oliveira¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: valquiria.neri@fvj.br),
Maria das Graças Silva² (professora orientadora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail:maria.silva@fvj.br).**

RESUMO

A pesquisa aborda a temática da contribuição da contação de história para desenvolvimento da leitura e aprendizagem infantil. As histórias contadas pelos docentes tem como referência os contos infantis, trazendo aos pequenos leitores histórias e vivências para o mundo da imaginação, como o lúdico e a dinâmica em sala de aula, com isso desperta o interesse nas crianças pelos livros para alcançarem a aprendizagem. A contação de história é muito valiosa no processo formativo das crianças colaborando para seu desenvolvimento sócio emocional e estimulando a imaginação e a criatividade. Os sujeitos da pesquisa foram 3 educadoras da educação infantil, o campo da pesquisa foi o Centro de Educação Infantil que não terá seu nome apresentado, no Distrito de Paripueira Município de Beberibe-Ce o estudo teve caráter qualitativo.

Palavras-chave: leitura; aprendizagem; histórias.

INTRODUÇÃO

A pesquisa propõe como reflexão sobre a contribuição da contação de história para o desenvolvimento da leitura e aprendizagem na Educação Infantil. Podemos citar alguns métodos eficazes para contar histórias, como as rodas de conversas, os bonecos de pano, fantoches e entre outros materiais pedagógicos que possam contribuir para um interesse maior pela leitura, envolvendo assim os livros infantis. Pois percebe-se que, por muito tempo essas práticas têm trazido uma curiosidade maior nesses pequenos, ou seja, resultando assim em um estímulo para obter e conhecer mais sobre os livros.

A análise dos resultados das práticas pedagógicas mediadas pelos professores sinaliza que a na Educação Infantil as práticas que visam ao desenvolvimento de diversas habilidades e competências da criança, explorando seu potencial criador, questionador e autônomo frente ao conhecimento

Os objetivos da pesquisa são: interpretar a arte de contar histórias incentivando o hábito da leitura e assim despertando imaginação, entender as principais práticas que estão sendo elaboradas em sala de aula que envolve o desempenho da aprendizagem e da leitura infantil, estimular a imaginação, a oralidade e a escrita.

COMO A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA SE EXTERIORIZA NA LEITURA

A contação de história junto com os avanços tecnológicos das plataformas digitais vem trabalhando para obter novas formas de aplicação nas salas de leitura, trazendo um interesse nos pequenos leitores.

É muito importante ressaltar que as histórias contadas nas escolas, praças, e casas têm como objetivo a interação social e educativa, estimulando a leitura e a percepção de vida

para comunicação social entre as pessoas, envolvendo o uso de narrativas clássicas, de contos e mitos populares e de dramatizações, a criança na fase de alfabetização busca aproveitar a curiosidade em relação ao mundo que a rodeia, motivando na fantasia, da imaginação da criança para planejar para descrição do adulto.

Assim as crianças criam maneiras de aprender e aumenta o repertório comportamental através dos estímulos aumentado com o ajustamento para o divertimento da brincadeira criando noção de espaço e tempo e desenvolvimento físico e mental.

Os jogos e brincadeiras é importante envolver em todas áreas do conhecimento tanto motora como cognitiva, desenvolvendo assim um aprendizado contínuo eficaz.

A criança tem o direito de brincar e se divertir, para melhoria do seu aprendizado físico, cognitivo, emocional, provocando uma interação de trocas de aprendizagem se expressando de várias formas por meio de brincadeiras, esses momentos são únicos proporcionando à criança demonstrar seus sentimentos e interesses e desinteresse de suas habilidades cognitivas.

De acordo com (BUSATTO, 2006) as histórias são verdadeiras fontes de sabedoria, que tem papel formador da identidade. Há pouco tempo, elas foram redescobertas como fonte de conhecimento de vida, tornando-se um grande recurso para educadores. Com o avanço da comunicação, ampliação dos recursos e globalização das informações, a linguagem falada teve a necessidade de resgatar os valores tradicionais. Diante disso, a tradição oral dos contos não só apareceu, como está ganhando força nos últimos tempos.

ANÁLISE DE DADOS

Para o desenvolvimento da pesquisa, foi aplicado um questionário com 3 professoras, da educação infantil graduada em pedagogia e pós graduação em educação infantil na CEI no município de Beberibe-Ce. Os sujeitos da pesquisa são do sexo feminino, o instrumento aplicado foi um questionário, via google forms contendo oito (8) questões. As educadoras estavam em concordância em participar da entrevista e contribuir com a pesquisa.

Como professor(a) da Educação Infantil, poderiam explicar um pouco sobre o cotidiano em sala de aula com as crianças?

A educadora A às vezes é um pouco difícil. Tem crianças que não costumam obedecer regras e se torna um pouco difícil realizar alguma atividade.

A educadora B acontece de acordo com a rotina: chegada, acolhida, roda de conversa, higiene, lanche, recreação, relaxamento, contação de história, brincadeira dirigida, atividade didática, brincadeira livre, avaliação do dia e despedida.

Educadora C O cotidiano acontece através de atividades dirigidas, livres e cuidados pessoais.

Dessa forma as crianças realizam construção de regras e desenvolvem o seu processo de adaptação na escola, onde mostra desenvolvimento integral do processo educativo da criança, com isso percebe-se o papel essencial que a professora tem em sala de aula com seus recursos metodológicos para compreender que a criança é um ser brincante.

A pesquisa possibilitou um conhecimento amplo, onde a diretora e as professoras apresentaram como funciona a creche e seus desafios encontrados. Em que as dificuldades citadas pelos docentes.

A professora colocou os livros sobre a mesa para que as crianças desenhassem sobre a história, assim depois que fizessem a atividade logo após começou a perguntar a cada aluno o que estava desenhado as crianças relataram o que tinha desenhado em seu livros sobre a história contada pela professora, assim lembra que as gravuras favorecem sobretudo, as

crianças pequenas, e permitem que observem detalhes e contribuindo para a organização do seu pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa foi desenvolvida de maneira significativa, a partir dos primeiros diálogos entre os professores e grupo gestor da instituição, com o intuito de abordar as diversas maneiras de ensino elaborada por educadores que ensinam em turmas da educação infantil.

O objetivo da pesquisa é como a contação de história estimula o desenvolvimento da leitura na educação infantil? estimulando o desenvolvimento, trazendo como objeto pedagógicos livros infantis e práticas relacionadas à criança.

A experiência vivenciada na pesquisa de campo auxiliaram na elaboração e conclusão da pesquisa de campo, por meio de análises pelo que foi apresentado. Os métodos utilizados na pesquisa foram livros infantis, instrumento de aprendizagem para os referidos alunos, mostrando uma leitura que desperta a curiosidade, além de demonstrar como a prática da leitura beneficia o vocabulário infantil.

Portanto temos como embasamento sobre o assunto alguns autores que tratam sobre o tema abordado, dando ênfase sobre a forma que os contos infantis ocasionam nas crianças, como também pode ser trabalhado, desde cedo para melhorar o desenvolvimento de sua leitura e interesse pelos livros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. As contribuições da contação de histórias como incentivo à leitura na educação infantil. Contação de história, Educação Infantil, Leitura. **Revista interação**, ano X, n. 2, ed. 14, p. 34, 2014. Disponível em: http://minaqk.com/pdf/os_0012_16_fam_revista_interativa_n-12.pdf#page=29. Acesso em: 16 maio 2022.

ALMEIDA, Anne *et al.* O lúdico na educação infantil. lúdico. educação infantil. brincar., **Revista Online de Magistro de Filosofia**, ano X, p. 100-108, 2017. Disponível em: <https://www.catolicadeanapolis.edu.br/revistamagistro/wp-content/uploads/2017/04/o-1%c3%badico-na-educa%c3%a7%c3%a3o-infantil.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

SILVA, Christian Eduardo *et al.* A arte de contar histórias e suas contribuições para a formação de futuros leitores na educação infantil. Contação de Histórias, Formação de futuros leitores, Educação Infantil, Conedu- VI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA9_ID_2_52_29092019121110.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

ENTRE AFETOS E APRENDIZAGENS: QUE RELAÇÕES SÃO ESSAS NO PROCESSO DE ENSINO?

Vitória Correia de Arruda¹ (Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale Jaguaribe, e-mail: vitoria.correia@fvj.br),

Maria Theresa Costa Zaranza² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: theresa@fvj.br).

RESUMO

Afetividade é sempre um tema pertinente no contexto educacional; a importância do afeto na relação aluno e professor é considerada importante no desenvolvimento infantil. Nessa perspectiva, o professor tem a facilidade de estimular ou bloquear todo o processo de aprendizagem das crianças. A afetividade não se limita apenas às emoções, sentimentos, prazer, simpatias e sim abrange outras emoções e sentimentos. Existem vários problemas no processo de aprendizagem, entre eles, os comportamentos em sala de aula, falta de atenção, brincadeiras em horas erradas, trabalhos inacabados e a baixa frequência em sala de aula. Este estudo, portanto, tem como objetivo discutir a afetividade em sala de aula. Com vistas a fomentar a pesquisa, foi aplicado um questionário, contendo seis perguntas, e foi respondido por duas professoras, de uma escola pública e uma de escola privada, em Aracati-Ceará. Os teóricos que contribuíram com a pesquisa foram Almeida, Andrade, Bezerra e entre outros. Os resultados alcançados foram importantes para o desenvolvimento do artigo.

Palavras-chave: afeto; aprendizagem; aluno e ensino.

INTRODUÇÃO

Quais são as relações afetivas que se concretizam no processo de ensino e aprendizagem?

Para que fosse possível realizar esse levantamento de informações, foram utilizados como: a pesquisa bibliográfica, como base teórica para esta pesquisa, além da coleta de dados por meio de um questionário com um total de seis perguntas abertas e que foram aplicadas aos professores da educação infantil. Para pesquisa, buscou-se diálogo com alguns teóricos, tais como, Almeida (2014), Andrade (2010), Azevedo (2011): bem como de uma pesquisa de campo realizada com 3 professores de instituições distintas, porém todos fazem parte do mesmo município de Aracati/CE.

A pesquisa proporcionou uma ideia de como o afeto é capaz de influenciar na aprendizagem dos alunos. Os elementos captados proporcionam a análise dos possíveis aspectos mais importantes para os professores que se encontram em sala de aula, que buscam melhorias no processo de ensino.

A pesquisa está dividida em introdução, que traz uma abordagem breve da problemática e tema estudados, descrição simplificada da metodologia abordada: referencial teórico, onde se estabelece uma relação, conversação de aspectos iguais ou diferentes entre autores que abordam a temática estudada, dialogada com os objetivos delineados; materiais e métodos que vem trazendo uma abordagem mais profunda de como a pesquisa foi delineada e realizada; resultados e discussão, que se abre um debate sobre os resultados apontados pela pesquisa, alinhados aos objetivos e problemática; além das considerações finais expondo de forma breve, racional, objetiva e clara o resultado da pesquisa.

O trabalho se justifica pela necessidade de se entender melhor a relação entre afetividade e o processo ensino-aprendizagem, bem como se dá às relações nesse meio e quais são os pressupostos teóricos que podem contribuir nesse processo.

AFETIVIDADE: DESENVOLVIMENTO EMOCIONAL E UMA PEDAGOGIA DO AFETO.

Quando se fala em afetividade, várias são as definições que vem à mente, como por exemplo: afetuoso, carinhoso, dedicado, afeto, etc. Entretanto, é difícil sintetizar em poucas palavras a complexidade do seu verdadeiro significado, visto que ela é a própria dinâmica do ser humano que envolve sentimentos e emoções, que vão desde a raiva a saudade, além do medo, paixões, alegria ou tristeza, agrado ou desagrado, insatisfação, perda, até do amor.

O afeto manifesta-se de diferentes formas por meio de sentimentos subjetivos e de expressões. Aprender a administrar esses sentimentos é o que vai proporcionar uma vida emocional equilibrada e para isso é necessário que na relação com o outro sejam estabelecidos limites necessários para a promoção da fonte maior que é o amor. O processo de ensino e aprendizagem requer esse olhar afetivo sobre aquilo que se aprende, pois aprender envolve compreensão, necessitando de estratégias de ensino dinâmicas, métodos atrativos e de fácil conexão ao mundo infantil.

A vida emocional da criança na primeira infância é bastante simples, ela se expressa para atender ou não suas necessidades básicas. Ela ainda não aprendeu a reprimir suas emoções. “Quando surgem necessidades como a fome, os bebês parecem aflitos e choram, quando são alimentados ou aconchegados, suas necessidades são satisfeitas e surge o prazer”. O contato físico é de fundamental importância para o desenvolvimento emocional da criança. O primeiro contato social é com a família, sendo significativa a contribuição na formação das atitudes básicas do indivíduo. O tipo de disciplina que a criança recebe, a forma como os pais se relacionam, o modo de tratar e ser tratado pelos irmãos são fatores que constituem o processo de desenvolvimento da personalidade do indivíduo e as formas dimensionais do comportamento.

A relação professor e aluno devem ser essenciais para um bom suporte afetivo, pois não aprendemos com qualquer um, e sim com aquele que passa uma confiança e oferece o direito de estudar. O trabalho da pedagogia emocional assenta em três pilares: a própria pedagogia, a emoção e o conjunto de valores e princípios que orientam no trabalho. A pedagogia é a ciência que estuda o processo de ensino e aprendizagem e se concentra nos aspectos cognitivos. Este é o primeiro pilar. O segundo é a emoção, que é a parte importante dessa abordagem. Tem a ver com o fato de cuidar e ser cuidado. Valores e princípios nesse pilar encontraram 8 habilidades. Tudo aquilo que é pensado, falado, sentido é mostrado a cada sujeito de seus processos sociais que formam a história de cada pessoa vivida. Essa experiência vem abrangendo várias informações sobre o mundo. Todas as suas ideias são transmitidas através de sentimentos agradáveis e desagradáveis, que colocam em risco toda a evolução da criança. Dependendo de seus comportamentos, a criança pode evoluir mais rápido na escrita e na leitura.

METODOLOGIA

As informações foram coletadas através de uma pesquisa com a elaboração de um questionário que tinha seis (6) perguntas abertas, afim de compreender como se dá o modo de afetividade no processo de ensino em sala de aula, as escolas foram denominadas de maneira

fictícia com os nomes de EEF. Caio Noberto e EEF Silveira Filho, na intenção de preservar os nomes originais das referidas escolas. No que se refere aos sujeitos da pesquisa, as professoras receberam nomes também fictícios.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A pesquisa se deu por meio de um questionário entregue para 3 profissionais: as professoras, da escola denominada por Tulipa, Rosa e Girassol.

A primeira pergunta foi. Na sua experiência docente, de que maneira você compreende o papel do afeto no processo de ensino e aprendizagem? *“O afeto é uma ferramenta de tamanha importância no processo de ensino e aprendizagem. Pois é através dele que o docente consegue conquistar o discente e assim conseguir fazer com que os alunos tenham apego ao professor e ao mesmo tempo adquirir gosto em estar presente na aula, estudar e como os alunos dizem “amar a matéria que o discente ensina”. Principalmente neste período pós pandemia. Onde os alunos estão carentes de carinho, atenção e amor.*

Segunda pergunta. Certamente você se deparou com situações em sala de aula, com crianças isoladas demais ou muito inquietas, as quais chamaram a sua atenção? De que maneira, você entrevistou em comportamentos como esses? *“Sim! Deparei-me com ambas as situações. Com a criança quieta demais, eu busquei a aproximação dela, fazendo perguntas, brincadeiras, incluindo ela nas aulas, dinâmicas e principalmente a aproximação e confiança. Já com a criança inquieta demais, eu busquei trabalhar projetos com que ela pudesse refletir sobre o seu comportamento e tentar melhorar em sala”.*

Terceira. Para você, como o afeto e a interação devem estar presentes nas práticas da rotina escolar? *“Ambos devem caminhar juntos. Pois o aluno se dando bem com o professor, eles terão uma boa interação e colherão bons frutos”.*

Quarta. Você acredita que a afetividade se manifesta em sua prática em sala de aula? Se sim, de qual forma? Em quais situações? *“Sim. Quando falo com a turma dando um direcionamento e eles atendem respeitosamente, compreendendo que na nossa rotina tem tempo pra tudo. Através dessa afetividade, conquisto o aluno fazendo com que ele aprenda a respeitar todos os momentos. Incluisse o de aprender e brincar”.*

Quinta. Em sua opinião, na sala de aula, quais os elementos que podem influenciar no processo de ensino e aprendizagem da educação infantil ou ensino fundamental? *“Sem dúvidas a metodologia tem grande importância, mas buscar conhecer a história de vida, a realidade a qual o aluno está inserido, faz toda diferença. Então, posso dizer que conhecer o aluno é fundamental para conseguir melhorar o processo de ensino e aprendizagem”.*

Sexta e última. Como você se descreve enquanto professora da educação básica e as relações interpessoais estabelecidas com a sua turma? *“Procuro fazer o meu melhor todos os dias. Busco sempre trabalhar de forma humana, com conteúdos e metodologias voltadas para a realidade dos alunos. O diálogo também é muito importante, ouvir o que eles, tem a dizer e poder orientar de forma correta, acredito que estou no caminho certo”.*

Ao escrever este artigo refletimos sobre inúmeras coisas, entre elas o verdadeiro papel da afetividade em nosso cotidiano e a sua importância no afeto e na vida das crianças, e percebemos que a afetividade está no nosso dia a dia, tendo em vista que a criança só aprende quando se ensina com amor e carinho. O ser humano precisa ter limites em suas decisões e palavras. O aluno aprende a respeitar quando vê o educador como um amigo, que conversa, dar conselho, alguém que se preocupa de verdade com ele e que dá uma palavra amiga quando ele mais precisa.

Como se sabe, o professor nunca para de buscar novos conhecimentos e a formação é

constante. É preciso esclarecer a importância da parceria escola e família, para que se possa criar novos avanços e para que esclareça os pontos positivos e negativos sobre a afetividade.

Desta forma, o trabalho propõe auxiliar os pais no entendimento das questões necessárias para uma educação mais afetiva, permitindo uma reflexão no processo ensino-aprendizagem, visando a realização e ampliação de pesquisas futuras. Essas abordagens teóricas contribuem na efetivação de uma educação com afetividade, relacionando o processo ensino-aprendizagem ao desenvolvimento cognitivo e afetivo, visando identificar possibilidades que envolvam sentimentos para uma aprendizagem significativa frente aos novos desafios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. S. A afetividade no desenvolvimento da criança: contribuições de Henri Wallon. **Inter-ação: Rev. Fac. Educ.** EFG, v. 33, n. 2, p. 343-357, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/download/5271/4688>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AZEVEDO, I., B de. **O prazer da produção científica**: descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. São Paulo: Hagnos, 2011.

ARTE/EDUCAÇÃO: METODOLOGIAS COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DA AUTOCONFIANÇA, SENSIBILIDADE E PROTAGONISMO DOS ALUNOS DO 5º ANO DA EEF MARISA RIBEIRO

Vitória Jéssica de Paula Santos¹ (Aluna do Curso de Pedagogia do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, email: vitoria.jessica@fvj.br),
Renildo Franco da Silva² (Professor do Centro Universitário UNIJAGUARIBE, email: renildo.franco@unijaguaribe.edu.br).

RESUMO

Este estudo objetiva compreender como Arte/Educação é usada pelos professores para o desenvolvimento da autoconfiança, sensibilidade e protagonismo das crianças, levando em consideração que ela é usada como instrumento do desenvolvimento pessoal e cognitivo. Para isso, buscou-se analisar o contexto histórico da Arte/Educação no Brasil; descrever os métodos utilizados pelos educadores dentro do âmbito escolar pelo componente curricular artes e investigar os seus benefícios para os alunos do 5º ano da EEF Marisa Ribeiro da cidade de Aracati – CE. Para isso, realizou-se uma pesquisa de campo com duas professoras formadas em Pedagogia, onde um questionário foi aplicado com perguntas abertas levando em consideração as suas experiências dentro da sala de aula. A investigação pautou-se em autores como Barbosa (1989) e Urrutigaray (2011). Identificou-se que a Arte/Educação protagoniza a maneira que o aluno atua em sala, ressaltando aqueles mais tímidos que passam a serem mais ativos, confiantes e críticos.

Palavras-chave: arte/educação; currículo; métodos de ensino.

INTRODUÇÃO

Este estudo busca compreender como a Arte/Educação é utilizada dentro da escola pelos professores. Para isso ambas as entrevistadas compartilharam o currículo e suas observações em sala, onde as mesmas buscam utilizar como processo de formação humana a Arte, assim, dando sentido ao que o aluno sente e percebe sobre o mundo, utilizando da cultura, memória e criatividade do discente. Para esse propósito, partiu-se da problemática: Como a Arte/Educação contribui para o desenvolvimento da autoconfiança, da sensibilidade e do protagonismo das crianças do 5º ano da EEF Marisa Ribeiro? Deste modo, é importante trazer essa pesquisa no campo acadêmico sobre ensinar por meio da Arte, visto que amplia o conhecimento dos leitores da área da Educação, dando-lhes a oportunidade de expandir a forma que Arte/Educação é vista e ensinada por eles. Como objetivo geral, viu-se a necessidade de compreender como Arte/Educação é usada pelos professores do 5º ano da Escola de Ensino Fundamental Marisa Ribeiro, para o desenvolvimento da autoconfiança, sensibilidade e protagonismo das crianças, buscando proporcionar-lhes o desenvolvimento de diversas habilidades, e fazer com que se expressem utilizando da criatividade através da pintura, música, dança, teatro, etc.

ARTE/EDUCAÇÃO: SENSIBILIDADE, AUTOCONFIANÇA E PROTAGONISMO.

A Arte/Educação no Brasil teve início em 1970, com o ensino do Desenho Geométrico, porém, desde o século XIX que já se buscava implementar a Arte como

disciplina obrigatória, iniciando diversos movimentos culturais, na ligação entre arte e educação (BARBOSA, 1989). Mas, foi a partir do ano de 1920 que aconteceram as primeiras mudanças. Para Urrutigaray (2011), a Arte nas escolas pode ser considerada terapêutica e educativa, ela assegura o desenvolvimento racional e irracional, colaborando com a auto-organização, e equilibrando a razão e emoção do ser humano. Espera-se que ela desenvolva as potencialidades do aluno como autoconfiança, pensamento crítico, criatividade, sensibilidade, etc. Através da Arte (música, dança, teatro, pintura e escultura) expressamos sentimentos, ela nos permite entender melhor o que se passa no nosso interior e como lidar com isso. A autoconfiança pode ser desenvolvida no meio social que o aluno está inserido, mas dentro da escola o professor deve reforçar de alguma forma comportamentos que mostram que seu aluno é capaz. São inúmeros os benefícios das práticas artísticas dentro da escola, é através da Arte que os alunos se beneficiam da criatividade e novas habilidades são descobertas nesse período em que os alunos se tornam protagonistas e criadores da sua própria Arte.

Como reforça a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019) o componente curricular Arte pode contribuir para a interação social e crítica do aluno, aprendendo a lidar com a complexidade do mundo favorecendo com que os estudantes aprenderem sobre respeito a diversas culturas, além de um diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o convívio na sociedade em que vivem. De acordo com Rabêllo (2004), a atuação que as crianças e adolescentes tem, por meio da participação construtiva, vai ser a responsável por envolver as questões sociais da adolescência e, podem assegurar os seus direitos para que possam lutar por melhorias da sua comunidade e até da sua própria escola, tornando-se protagonista da sua vida por completo. Ou seja, dentro ou fora da escola, o aluno adquire novos conhecimentos. A sociedade é um espaço de troca e construção de conhecimento e na escola é lhe dado a oportunidade de crescer aprendendo sempre mais.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada na Escola de Ensino Fundamental Marisa Ribeiro com duas professoras. A escola localiza-se na cidade de Aracati-CE e é filantrópica. Na realização do desenvolvimento do projeto, utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa, visando maior compreensão da vida humana. A pesquisa é exploratória e foram utilizadas pesquisas através do Google Acadêmico, artigos, livros e revistas. O estudo é descritivo, pois traz, com “exatidão”, a veracidade dos fatos. Essa investigação também se caracteriza como uma pesquisa de campo, pois busca a informação diretamente com a população pesquisada, investigando por meio de coleta de dados. Um questionário com cinco questões abertas acerca do tema “O papel da Arte/Educação para os alunos do 5º ano da Escola Marisa Ribeiro”, foi aplicado via aplicativo de *WhatsApp* com o intuito de compreender como a Arte/Educação funciona dentro da escola, suas maiores dificuldades e principalmente seus benefícios. Na pesquisa foram usados nomes fictícios tanto para instituição como para as pessoas pesquisadas de forma a preservar suas identidades.

Na escola estudam 545 alunos e lecionam 30 professores. Todos os convidados aceitaram participar voluntariamente da pesquisa, buscando colaborar para o desenvolvimento do presente trabalho. O universo da pesquisa foi de trinta professores. E a amostra foi de dois professores.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para dar início à pesquisa, foi-se perguntado como acontece a elaboração do currículo do componente curricular Artes e quais temáticas são abordadas para que haja uma aprendizagem significativa e de acordo com as respostas, ambas seguem um planejamento anual, porém, ficam a critério delas quais didáticas serão utilizadas. Embora a PA tenha chegado após o início do ano letivo e assumindo a turma de outra professora, sua rotina e percepção de currículo não se divergem tanto da PB que está acompanhando a turma desde o começo do ano.

Seguindo adiante, as docentes foram questionadas sobre o processo de incluir Arte/Educação com seus alunos e se estavam ensinando de acordo com a realidade dos seus alunos, como era o desempenho deles em sala de aula, se eram participativos e se havia dificuldades. Para as professoras, não houve dificuldades em incluir Arte/Educação com seus alunos e nem para pois ambos são participativos.

Também se foi questionado: “De acordo com as suas metodologias, como você descreveria os benefícios que a arte/educação vem trazendo para seus alunos? Quais habilidades estão sendo desenvolvidas?”. Segundo a PA, que tem poucos meses atuando em sala com estes alunos, mas vê grandes avanços quanto ao desenvolvimento da autonomia, pois segundo ela todos os alunos vão evoluindo de alguma maneira. Já a PB cita que os alunos mais tímidos são os que mais demonstram avanço quanto à sua autonomia e habilidades, mostrando que a arte proporciona muitos momentos de interação social de forma dinâmica, podendo usar da música, dança e teatro. As respostas foram sucintas, visto que o questionário foi aplicado via aplicativo de *WhatsApp*, dificultando a análise dos dados. Professora A e B mostraram, de acordo com suas realidades, que trazer Arte/Educação para as escolas não é difícil quando se tem planejamento e apoio. As duas entrevistadas falaram de forma clara e sucinta como o componente curricular de Artes funciona e que ter um currículo é essencial, pois norteará o educador.

Diante das análises do contexto histórico da Arte/Educação no Brasil, percebeu-se que Arte vai muito além da pintura, é preciso conhecer sua história para que se entenda sua importância. O currículo e as metodologias são o norte para que o pedagogo consiga atingir seus respectivos alunos. A EEF Marisa Ribeiro demonstrou que seus alunos estão sendo desenvolvidos por essa metodologia, usando da arte para educar e transformar vidas. Cada um com suas diferenças e sendo mais habilidosos naquilo que tem mais afinidade, mas sempre evoluindo e mostrando que a teoria se aplica na prática. Arte é vida, ela ajuda tanto no desenvolvimento cognitivo quanto no pessoal, tornando os alunos sensíveis e capazes de olhar o outro com olhos de empatia, respeito às culturas e diversidades, já que transitar pelo mundo artístico é conhecer o universo de possibilidades, pessoas e pensamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**–BNCC (2019). Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso 26/11/2022.

BARBOSA, A. M. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. **Estudos avançados**, v. 3, p. 170-182, 1989.

RABÊLLO, M. E. D. L. O que é protagonismo juvenil. **Acesso em**, v. 5, 2004.

TRIVISIOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais. **A pesquisa**, p. 133, 1987.

URRUTIGARAY, Maria Cristina. Arteterapia: a transformação pessoal pelas imagens. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

A LUDICIDADE E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Zenádia Martins da Costa¹ (Aluno do Curso de Pedagogia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: zenadia.martins@fvj.br),
Maria Theresa Costa Zaranza² (Orientador - Professor do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: theresa@fvj.br).

RESUMO

O estudo objetivou reconhecer a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem, assim como no desenvolvimento infantil. Em suma, pode-se afirmar que a presente pesquisa se justifica por trazer um debate necessário ao campo da educação, uma vez que a prática de atividades lúdicas nunca foi tão necessária e imprescindível como nos dias atuais. Realizou-se também um estudo bibliográfico embasado por autores como Piaget (1976), Vygotsky (1994), Almeida (2008), Oliveira (2011) e entre outros que nos ajudam a entender a inserção do lúdico nos anos iniciais. Em seguida, foi realizado um estudo de campo do tipo exploratório com abordagem qualitativa (Gil, 2007), e um questionário com três professores de uma escola da rede pública municipal de Aracati-CE, a fim de saber a compreensão e percepção destes sujeitos acerca da importância do lúdico no contexto de sala de aula. Ao final, concluiu-se que a utilização do lúdico no âmbito escolar é de fundamental importância e que os professores devem buscar estratégias e possibilidades para efetivar a participação dos alunos nesse processo.

Palavras-chave: lúdico; ensino-aprendizagem; infância; professores; escola.

INTRODUÇÃO

A educação vive um cenário de constante reflexão e mudanças em relação às metodologias e ferramentas utilizadas no processo ensino e aprendizagem. Diante disso, o tema “A ludicidade e o processo de ensino e aprendizagem no desenvolvimento infantil” e a questão norteadora “De que maneira a ludicidade pode ser usada como ferramenta pedagógica e na construção do desenvolvimento infantil?”, surgiu a partir de reflexões quanto ao uso da ludicidade no ensino, reconhecendo o papel fundamental da brincadeira na infância.

Sabendo que a atividade lúdica vem sendo inserida no contexto escolar como uma prática de grande importância no desenvolvimento das crianças, por fazer parte do mundo imaginário delas e permitindo aprender de forma espontânea, a pesquisa tem como objetivo geral reconhecer a importância da ludicidade no processo de ensino-aprendizagem, assim como no desenvolvimento infantil. E, como objetivos específicos, identificar o lúdico como uma das ferramentas importantes no processo de ensino e aprendizagem, analisar os limites e possibilidades do desenvolvimento de práticas lúdicas no ambiente escolar e observar a interação professor-aluno em situações lúdicas.

Com a finalidade de se alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, o levantamento bibliográfico apoiou-se sobretudo, em autores como Piaget, Vygotsky, Almeida, Oliveira e entre outros que nos ajudaram a entender a importância do lúdico na sala de aula. Também foi realizado um estudo de campo do tipo exploratório com abordagem qualitativa em uma escola da rede pública municipal da cidade de Aracati-CE, no qual contamos com a participação de professores colaboradores na coleta de informações. Com

isso, buscamos conhecer as ações lúdicas desenvolvidas em sala de aula, como os docentes compreendem o conceito do lúdico e em quais momentos utilizam jogos e brincadeiras no planejamento pedagógico.

Pesquisar e estudar sobre temas contemporâneos é indispensável aos profissionais que atuam na área da educação. Nesse campo profissional há uma necessidade de estudos e capacitação contínuos para que estas ferramentas possam sempre estar progredindo e possibilitando melhores resultados à nossa sociedade.

Este trabalho teve como principais pontos norteadores: levantamento bibliográfico do tema, a pesquisa realizada na escola, a apresentação e discussão dos resultados.

MARCO TEÓRICO

De origem latina, a palavra “lúdico”, vem de “ludere”, significando “ilusão, simulação”, compreendendo os aspectos da imaginação, sonhos e desenvolvimento infantil. O lúdico é visto como uma atividade educadora que vem se desenvolvendo dentro das salas de aula, a sua fundamental importância é valorizar o conhecimento da criança, através de jogos e brincadeiras.

Por meio da brincadeira, a criança reproduz e internaliza a realidade com mais leveza, construindo seu próprio conhecimento. Vygotsky (1984) atribui relevante papel ao ato de brincar na constituição do pensamento infantil: “É brincando, jogando que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor, seu modo de aprender e de entrar em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos”.

Neste contexto, observa-se que através das brincadeiras, contação de história e do lúdico, há possibilidade de forma significativa de obter um bom desempenho na aprendizagem do aluno, pois este por ter um mundo de fantasia na sua mente, nessa idade de 0 a 6 anos, tornando assim mais prazeroso o ato de aprender brincando.

A educação deve ser voltada para a prática da cidadania de forma dinâmica valorizando e respeitando as diversidades dos discentes, estimulando-os a construir seu processo de conhecer, aprender, reconhecer e construir sua própria cultura. A prática de atividades lúdicas na sala de aula auxilia a criança a obter um melhor desempenho na aprendizagem através de uma metodologia espontânea que identifica as preferências individuais de cada um. Por isso, as ações lúdicas vêm sendo apontadas e aceitas como estratégias bastante significativas para serem usadas no contexto escolar como estímulo à construção do conhecimento.

“A atividade lúdica é uma prática social constante de grande valor na formação do indivíduo. O brincar, as brincadeiras e os jogos fazem parte do cotidiano infantil precisando ser valorizado e trabalhado na escola; uma vez que são importantes para o desenvolvimento das crianças” (MACEDO *et al.*, 2005).

O lúdico influencia de maneira considerável no progresso da criança ao longo de sua vida. “A ludicidade poderia ser a ponte facilitadora da aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre a sua forma de ensinar relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula” (CAMPOS, 1993, p. 25).

Conforme o autor cita acima, é necessário que o professor utilize os brinquedos educativos disponíveis e utilize-os ao seu favor no processo pedagógico. É preciso um olhar mais apurado em relação às atividades lúdicas na sala de aula e interligá-las com a aprendizagem. Cabe ao docente, optar por estratégias, que mais se encaixam com a realidade dos alunos e que permitam maior confiança para aplicar de forma contextualizada com os conteúdos estudados.

O professor pode incluir na rotina atividades com brinquedos educativos, quebra-cabeça, caça-palavras, entre outros que busquem estimular tanto o aspecto físico quanto o cognitivo dos alunos, também é possível utilizar os espaços externos da escola como jardim, praça, quadra de esportes, auditório para realizar ações que vão além do espaço da sala de aula.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi inicialmente a pesquisa bibliográfica, embasada por autores como Piaget (1976), Vygotsky (1994), Almeida (2008), Oliveira (2011) e entre outros que nos ajudam a entender o lúdico. Em seguida, foi realizado um estudo de campo, do tipo exploratório, com abordagem qualitativa, onde foi aplicado um questionário com 3 (três) professores da rede pública municipal de Aracati-CE.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Quanto ao questionário, foram elaboradas dez questões, com a intenção de perceber a concepção dos professores acerca da importância da ludicidade no processo de ensino e aprendizagem, na infância.

Quando se perguntou aos professores, o que estes compreendiam por lúdico, as respostas foram bastante congruentes. Eles descreveram o lúdico como qualquer atividade que proporciona momentos de descontração e integração, permitindo uma vivência de plenitude e felicidade. Apontaram também, o lúdico como um processo facilitador da aprendizagem, no sentido de “acrescentar leveza à rotina escolar e fazer com que o aluno registre melhor os ensinamentos que lhe chegam, de forma mais significativa” (Docente A).

É válido ressaltar que todos afirmaram que o lúdico faz parte da rotina, por meio de brincadeiras, peças teatrais e jogos, principalmente nas aulas de Português, Matemática, Artes e Inglês, utilizando-o como ferramenta para ajudar no processo de aprendizagem, quando surge alguma dificuldade de assimilação do conteúdo. Verifica-se que eles se utilizam do lúdico de forma pontual para agregar conhecimento e facilitar a memorização de conteúdos.

Ao indagar se eles se sentem preparados para trabalhar de forma lúdica em sala de aula, dois disseram que sim, e um disse que “mais ou menos”, justificando que é difícil para o aluno compreender o brincar como forma de aprender, e vê apenas como uma simples brincadeira.

Referente às principais dificuldades encontradas na prática de atividades lúdicas, obteve-se tais repostas.

Sim, como já citei antes, a minha maior dificuldade é fazer que os alunos compreendam o lúdico não apenas como um momento de lazer, mas sim de aprendizado e conhecimento. (Docente A).

Sim, tenho dificuldade em como despertar o interesse do aluno para se envolver nas atividades e atingir os objetivos propostos. (Docente B).

Sim, embora a ludicidade seja vista como facilitador da aprendizagem, é preciso muito trabalho e dedicação para que realmente surta efeitos desejados na sala de aula. (Docente C).

Em relação ao material didático disponibilizado pela escola e como a gestão auxilia no desenvolvimento de atividades lúdicas, os participantes falaram que a instituição disponibiliza material quando necessário e que há contribuição no planejamento pedagógico na realização de atividades lúdicas na escola, pois faz parte da proposta educacional.

A realização desta pesquisa nos apresentou diferentes perspectivas sobre a questão “De que maneira a ludicidade pode ser usada como ferramenta pedagógica e na construção do desenvolvimento infantil?” e como ela se desdobra no contexto educacional, mediante os desafios mais pertinentes que os profissionais dessa área podem enfrentar em seu cotidiano.

Em suma, pode-se afirmar que a pesquisa se válida por trazer um debate necessário ao campo da educação, uma vez que a prática de atividades lúdicas nunca foi tão necessária e imprescindível no desenvolvimento infantil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 2008.

CAMPOS, M.M. **Pré-escola:** entre a educação e o assistencialismo. *In:* ROSEMBERG, Fúlvia. (org). Creche. São Paulo, Cortez, 1993.

MACEDO, L; PETTY, A.L.S; PASSOS, N.C. 2005. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed. 110 p.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos.7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Pedagogia.** Trad. Por Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

PSICOLOGIA

A MASCULINIDADE NAS CORPORAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA: O TABU E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE A SAÚDE MENTAL DOS MILITARES

Adeliane Carvalho de Lima¹ (Aluna do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: adeliane.lima@fvj.br),
Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A masculinidade é vista como algo vultoso entre homens, principalmente entre profissionais da segurança pública, pois esse constructo é, sistematicamente, repassado de maneira machista, sexista e simplista, reproduzindo implicações, que ponderam apenas diferenças físicas e sexuais predominantemente femininas ou masculinas. Os padrões comportamentais ensinados aos meninos em distinção das meninas, no seio familiar, aliado ao regime autoritário, patriarcal e arcaico das corporações militares, produz sujeitos comedidos, que estão em constante conflito interno à guisa das próprias crises de identidade. Associando isso a própria construção da subjetividade e individualidade, que amiúde, é prejudicada pelo parco conhecimento e discernimento sobre a concepção de masculinidade. Objetivo: discutir acerca do conceito e seus impactos sobre a saúde mental desses sujeitos. Utilizando-se da revisão de literatura bibliográfica, baseando-se na análise de literaturas já publicadas pelo formato de livros, artigos e literatura cinzenta, visando coletar e levantar dados realísticos e casuísticos, buscando elucidar como opera essa dinâmica e como se configura esse conceito nas corporações e na visão dos indivíduos. Resultando dessa junção de informações, a observação que a masculinidade tóxica tem papel substancial quanto aos danos psicológicos e sociais que advêm dela nessa classe de indivíduos. Portanto, é relevante, ao modo das distinções não só físicas ou sexuais, que esse constructo seja melhor formulado nas corporações, sem prefácios e tabus, dando espaço à naturalização do termo sem tensão, preconceitos ou complexidade, visto que a masculinidade, disseminada de forma tóxica pela falta de informação e diálogo, compromete a saúde mental.

Palavras-chave: masculinidade; segurança pública; saúde mental.

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva fazer uma discussão sobre a masculinidade, em subjacente à masculinidade tóxica, nas corporações de segurança pública. Ademais, pretende-se abordar os impactos deste constructo na saúde mental dos sujeitos. O método escolhido para incorporar tal pesquisa foi a revisão de literatura bibliográfica, que se baseia na análise de literaturas já publicadas, no formato de livros, artigos e/ou literatura cinzenta (a saber: teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios, etc.) Tendo objetivo maior de coletar e levantar dados realísticos e casuísticos na tentativa de elucidar como funciona a dinâmica das corporações de segurança pública e como se configura, dentro destas, o elemento masculinidade na visão dos sujeitos em questão. O interesse pelo estudo surgiu pela observação do entendimento do conceito de masculinidade e como seu aprendizado equivocado impacta nas relações interpessoais dos indivíduos. A problemática norteadora se referiu ao conceito de masculinidade tóxica nas corporações de segurança pública e como isso interfere na saúde mental dos sujeitos. Os primeiros contatos com o tema surgiram a partir da

convivência com esses profissionais, pois alguns deles fizeram parte do círculo de amizades e/ou estudaram com a pesquisadora em épocas anteriores. Ademais, tal interesse outrora surgiu a partir da observação da forma como esses sujeitos se comportam nas abordagens policiais, além de relatos informais em conversas ocasionais do dia a dia. No primeiro semestre do curso, a pesquisadora já manifestava desejo e curiosidade pelo tema, pois a área da segurança pública sempre foi assunto de interesse e, anteriormente, aspiração profissional.

METODOLOGIA

O estudo do tipo revisão de literatura bibliográfica foi o método escolhido para a pesquisa, pois, de acordo com Martins (2018) se baseia na análise de literaturas já publicadas, seja no formato de livros, artigos e/ou literatura cinzenta (a saber: teses, dissertações, trabalhos apresentados em congressos, relatórios, etc.). E por se tratar de uma fundamentação teórica, o tema e o problema de pesquisa são traçados a partir de quadros teóricos e estruturados conceitualmente de forma a dar sustentação ao desenvolvimento da pesquisa, através da análise de literaturas. Essa metodologia também tem como objetivo recolher e selecionar conhecimentos prévios e informações sobre determinado problema ou hipótese uma vez já organizados e trabalhados por outro(s) autor(es), explicando dado problema, partindo de referências teóricas e/ou revisão de literatura de documentos e obras relacionadas ao tema pesquisado. (ROSA, 2019). Com isso, procurou-se definir conceitos e analisar estudos prévios, para compreender melhor a dinâmica dos constructos da masculinidade, em contrapartida a tóxica e suas implicações sobre os processos de saúde mental dos profissionais da segurança pública, de suas condutas e desempenho nas relações interpessoais, e como isso impacta nas organizações e na vida dos sujeitos implicados. Tendo isso em vista, o estudo pretende entender como a masculinidade pode ter um papel determinante na construção da individualidade dos sujeitos e, por esse motivo, avaliar se a desconstrução do círculo vicioso da masculinidade tóxica poderia ser de singular relevância para que futuramente sejam evitados maiores prejuízos aos sujeitos e à sociedade.

MARCO TEÓRICO

Segundo Delboni (2019), aos meninos é ensinado que não se deve chorar, nem sofrer ou reclamar. Não mostrando, assim, suas dores ou temores. A masculinidade é uma construção social e cultural perpetuada ao longo das gerações. Em pesquisa feita pelo site Papo de homem e pelo Instituto PHD, entre os 28 mil homens entrevistados, 6 a cada 10 afirmaram nunca ter aprendido, durante a infância ou na adolescência, a expressar as emoções. A pesquisa também revelou que mais da metade deles tinha o pai como referência primeira de masculinidade e, apenas 1 em cada 10 chegou a ter conversas com o pai sobre o significado de ser homem. Segundo Badinter (1992), os regimes autoritários, opressores e impositores das corporações militares reforçam pensamentos arcaicos. No ano de 1910 se originou a instituição dos escoteiros, tendo como presidente honorário Theodore Roosevelt, então presidente dos EUA, que era considerado modelo de “homem supremamente viril”: sedutor, individualista, atlético, senhor de si e, se preciso, agressivo. O objetivo da implantação desse regime, declarado por Theodore (1910) era “fazer dos garotos pequenos grandes homens e lutar contra as forças da feminização” (BADINTER, 1992). Oliveira (2004) considera que, desde muito cedo, os indivíduos são condicionados a fazer distinções bem machistas entre os termos masculino e feminino. Excepcionalmente os meninos, passam por uma espécie de processo cultural e educacional que atravessa gerações, baseado na ideia de

que a mulher é o sexo frágil e homem detentor de toda força. Encerrando essa discussão, Alves (2004), compilando seus achados, propôs que os valores da masculinidade são representados pela virilidade e gênero ativo e, em contrapartida, os femininos seriam docilidade, sensibilidade e gênero passivo; o meio termo seriam os homossexuais. O falo seria o marcador social da diferença de gêneros.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Não obstante, as questões corpóreas também têm grande relevância nessa construção dentro das corporações, como afirma Oliveira (2010). A dualidade entre um indivíduo magro e franzino, e outro forte e viril; um corpo musculoso como sinônimo de masculinidade. Oliveira (2010) ressalta que disputas de representações fazem parte das relações entre os policiais, em que o que está em jogo é qual é o melhor representante da polícia, se o mais jovem com vigor, agilidade, inexperiência e, acima de tudo, disposição para combater o crime; ou o policial mais velho, sábio, experiente e, para o qual, a frase “macaco velho não põe a mão em cumbuca” faz muito sentido. Mais interessante é observar que “velho” e “novo” são categorias de acusação que os policiais utilizam dependendo da faixa etária que estão. Para Badinter (1992), é urgente ensinar aos meninos outro modelo viril, que permita o reconhecimento da vulnerabilidade e para que possam expressar emoções, pedir ajuda, cooperar, solucionar conflitos sem violência e aceitarem comportamentos e atitudes considerados femininos, imprescindíveis ao desenvolvimento dos sujeitos. Diante disso, se faz necessário pensar redes de apoio que promovam ações para o cuidado e suporte adequado desses sujeitos tão fragilizados, mas que demonstram, a todo custo, a figura de macho-alfa. Não obstante, o machismo acarreta prejuízos individuais e sociais pela busca desse ideal masculino, aparado pela lógica binária simplista que constrange o homem de fazer usufruto e desenvolvimento de seus potenciais, ora estimulados somente nas mulheres (CORTEZ, 2019). Este autor pondera que, para que haja uma reconstrução da masculinidade de forma mais sadia, o homem precisa se permitir, se cuidar e se expressar. Apropriar-se de comportamentos e lugares considerados ora, somente femininos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Linguagem e as representações da masculinidade**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv3121.pdf>. Acesso em: 06 set. 2022.
- BADINTER, Elisabeth; ESTRADA, Maria Ignez Duque (Trad.) **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1993. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/394081420/253328117-BADINTER-Elisabeth-XY-Sobre-a-Identidade-Masculina-Rio-de-Janeiro-Nova-Fronteira-1993-1>. Acesso em: 06 set. 2022.
- CORTEZ, Mirian Béccheri. “O machismo fragiliza todo mundo”. [Entrevista concedida a Luiz Felipe Stevanim]. **Radis Comunicação e Saúde**. Rio de Janeiro. Novembro, 2019. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/o-machismo-fragiliza-todo-mundo>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DELBONI, Carolina. Isso não é coisa de homem. **Estado**, 14 set. 2019. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/isso-nao-e-coisa-de-homem/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

CONTRIBUIÇÕES DA DEPENDÊNCIA EMOCIONAL PARA A MANUTENÇÃO DE CONTEXTO DE RELACIONAMENTO ABUSIVO

Ana Karoline dos Santos Siqueira¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: karoline.siqueira@fvj.br),
Thahyana Mara Valente Lima² (Professora Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: thahyana.valente@fvj.br)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender o que é a dependência emocional e identificar de que forma ela contribui para que relacionamentos abusivos se mantenham, identificando quais os principais fatores que compõem esse tipo de relacionamento. Trata-se de uma revisão bibliográfica, desenvolvida através de pesquisas em bancos de dados eletrônicos e livros. A dependência emocional é caracterizada pela busca de ter estabilidade emocional através de outra pessoa, esta acarreta prejuízos e contribui para a manutenção de contexto de relacionamento abusivo. Embora discutida em alguns meios, a dependência emocional continua sendo pouco explorada quando se diz respeito às pesquisas.

Palavras-chave: dependência emocional; relacionamento abusivo; abuso psicológico em relações conjugais

INTRODUÇÃO

A dependência emocional (D.E) é um tema abordado e discutido com frequência pelo senso comum, porém é pouco estudado de maneira científica. Caracterizada pela necessidade de estar em um relacionamento com o intuito de atingir estabilidade emocional (BUTION; WECHSLER, 2016), a dependência emocional dá os seus primeiros indícios ainda na infância e assim é transmitida para a vida adulta, ocasionando que dentro da relação um seja a extensão do outro. Esses aspectos ocasionam desgaste da relação e tornam-se propícios para que se tenha um relacionamento disfuncional, com predisposição a sofrimento e violência dentro dele. Assim a D.E mostra-se como um fator que contribui para que relacionamentos abusivos se mantenham, uma vez que a pessoa dependente tende a criar padrões para negar os abusos sofridos, o que acaba permitindo que eles continuem. A justificativa do estudo se dá a partir do pressuposto de que a D.E tem sido tema frequentemente abordado, porém ainda é um tema pouco aprofundado e explorado de forma científica, necessitando de mais discussões acerca da mesma. Com isso, o objetivo geral da pesquisa é compreender como a dependência emocional contribui para que relacionamentos abusivos se mantenham.

MARCO TEÓRICO

A dependência emocional é caracterizada pela necessidade de estar em um relacionamento com intuito de atingir estabilidade emocional (BUTION; WECHSLER, 2016). Segundo Schwanke (2012) a dependência emocional pode ser identificada nos indivíduos a partir de suas características, dentre elas pode-se enfatizar a baixa autoestima, insegurança elevada e o ciúme em excesso. Ela dá seus primeiros indícios ainda na infância, na família, e é transmitida até a vida adulta. A dependência ocasiona a absorção do outro,

fazendo com que um seja a extensão do outro, o que ocasiona o desgaste da relação e da individualidade, dado a abdicação da independência. Assim esses fatores se tornam propícios para um relacionamento disfuncional e torna-se fator de predisposição a sofrimento de violências dentro dele. No que se diz respeito ao relacionamento abusivo pode-se destacar que é uma relação marcada por traumas que ocasionam consequências difíceis de reparar. Neal (2018) descreve que esse tipo de relacionamento torna-se abusivo aos poucos, visto que inicialmente o abusador mostra-se encantador, ludibriando para fazer esse relacionamento se manter, e com um tempo ele muda de comportamento deixando o outro confuso e imponente por não compreender os motivos que levaram a relação àquele estágio que acaba fazendo mal. Bution e Wechsler (2016) acrescentam que a dependência emocional deve ser entendida como um transtorno multifatorial, tendo influência também de fatores neurológicos e psicológicos. Schwanke (2012) evidencia que uma forma de lidar com a dependência emocional é através da psicoterapia, que irá atuar como uma forma de auxiliar os indivíduos em seu sofrimento devido às manifestações da dependência emocional e buscar meios para a mudança.

METODOLOGIA

O Estudo se trata de uma pesquisa bibliográfica, que faz uso fundamentalmente de contribuição de vários autores sobre determinado assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013). Foram realizadas buscas em bases de dados como, Google acadêmico, Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), Lilacs (Brasil América Latina e Caribe) e livros sobre o tema. Os descritores utilizados foram dependência emocional, relacionamento abusivo, *glasligh* e abuso psicológico em relações conjugais. Assim, foram selecionados os arquivos que apresentassem similaridade do tema com os descritores de busca, estarem disponíveis de forma online e gratuita, serem escritos em língua portuguesa e terem relevância para o tema estudado.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A dependência emocional tem se mostrado algo recorrente dentro de relacionamentos, e apesar de não ser exclusiva de um gênero em si, os estudos trazem com maior frequência a figura da mulher como vítima dessas situações, e dado o contexto histórico de machismo na sociedade pode-se compreender esse aspecto, visto que desde cedo mulheres são condicionadas a manterem um padrão de tolerância a contingências aversivas o que pode favorecer ou mantê-las em situação de risco, conforme trás Santos (2017). De acordo com Neal (2018) a dependência no relacionamento deixa o indivíduo em situação de impotência, fazendo com que se criem padrões comportamentais para tentar negar esse abuso o que de certa maneira acaba permitindo que estes continuem. Assim, os autores, dentre eles Bution e Wechsler (2016) trazem como forma de tratamento a psicoterapia, que busca proporcionar consciência sobre a condição em que o indivíduo para que assim haja autoconhecimento. Porém, ainda que se tenha a possibilidade de tratamento com psicoterapia, o caminho até a chegada desse tratamento envolve um caminho árduo de aceitação. Assim, a partir dos dados obtidos conclui-se que a dependência emocional colabora para que relacionamentos abusivos se mantenham, uma vez que um indivíduo dependente tende a negar os abusos vividos dentro do relacionamento e encarar as manipulações como gestos de amor. Assim, o relacionamento já disfuncional torna-se ainda mais perigoso, visto que os abusos podem propiciar outros tipos de violência. Desta forma percebe-se o quanto a psicoterapia, que é tida como forma de

tratamento, é necessária para que indivíduos dependentes alcancem o autoconhecimento e tornem-se assim, eles o centro de suas vidas e não o outro.

REFERÊNCIAS

BUTION, Denise Catricala; WECHSLER, Amanda Muglia. **Dependência emocional: uma revisão sistemática da literatura.** Est. Inter. Psicol, Londrina, v. 7, n. 1, p. 77-101, jun. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 set. 2022

NEAL, Avery. **Relações destrutivas: se ele é tão bom assim, por que eu me sinto tão mal?.** São Paulo: Editora Gente, 2018.

PRODANOV, C. C.; Freitas, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.

SANTOS, M., O., P.; GRELIN, D., M. **Violências invisíveis: o não óbvio em evidência.** In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil (pp. 35-39), 2017. Disponível em: <https://tinyurl.com/feminismo96>

SCHAWANKE, Martini, J. **Dependência Emocional Familiar: possíveis manifestações nos filhos.** *Revista Da Graduação*, 5(2), 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/graduacao/article/view/12430>

ADAPTAÇÃO DO ENSINO POR CONTA DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) COMO SOBRECARGA DE PROBLEMAS EMOCIONAIS EM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE O BURNOUT

Apolo Jeter Barbosa da Silva¹ (Aluno do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: apolo.silva@fvj.br),
Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br).

RESUMO

A adaptação das metodologias de ensino durante o período da pandemia contribuiu para a sobrecarga emocional dos educadores. Estudos apontam a profissão docente como uma das mais estressantes. Dentre os estressores ocupacionais observados estão: remuneração, indisciplina escolar, participação familiar, organização do tempo e jornada de trabalho. A pesquisa objetivou compreender a relação entre os níveis de esgotamento mental dos professores diante da adaptação do ensino no período pandêmico. Para tal compreensão foi utilizada a abordagem metodológica da triangulação que permite a utilização de dados qualitativos e quantitativos, sendo realizada a técnica do grupo focal e aplicação do Inventário em Burnout de Maslach (MBI). O Burnout trata-se de estresse crônico de trabalho não controlado de modo eficiente, sensação de esgotamento, sentimentos negativos em relação ao trabalho e reduzida eficácia profissional. Foi percebido na pesquisa níveis de estresse que demandam atenção, foi ressaltado a importância pela busca de ajuda profissional. Conclui-se que esse período impactou a saúde mental da comunidade escolar como todo, tendo efeitos que serão sentidos a longo prazo. Dados obtidos indicam que o estresse ocupacional teve um aumento considerável. O desenvolvimento de mais pesquisas voltadas à saúde mental são necessárias para promoção de qualidade de vida aos professores.

Palavras-chave: docente; Burnout; pandemia; saúde mental.

INTRODUÇÃO

Os educadores de nosso país atuam em uma profissão que, segundo Diehl e Marin (2016), é considerada uma das mais estressantes. E em seu estudo de revisão sistemática da literatura observaram que o estresse e a síndrome de burnout estão entre os principais adoecimentos que levam os docentes ao afastamento. Dentre as patologias que atingem os docentes, iremos nos atentar a respeito da Síndrome de Burnout. Segundo Benevides-Pereira (2012) a Síndrome de Burnout é um processo que se desenvolve a partir do estresse ocupacional, quando este se torna crônico, é um meio de responder ao estresse com objetivo de superar os problemas decorrentes do mesmo. Características que nos ajudam a definir essa síndrome são: a exaustão emocional, a despersonalização e a reduzida realização pessoal no trabalho. Dessa forma pretende-se investigar se adaptação das metodologias e formas de ensino-aprendizagem no período de pandemia atuaram como fator estressor e adoecedor, favorecendo o surgimento de novos casos dessa síndrome do esgotamento em professores da Educação Básica. Segundo Benevides-Pereira (2012) o burnout acarreta grandes prejuízos ao processo de ensino-aprendizagem, mediante as faltas do profissional, o contato distante com os alunos e a prática profissional exercida de modo automático. Atrelado a isso devemos levar

em consideração o contexto pandêmico, que trouxe também déficits na qualidade do ensino. Desse modo surge a seguinte questão: qual a avaliação dos professores da educação básica acerca da sua saúde mental diante do processo de adaptação do ensino em tempos de pandemia de Covid-19? O pressuposto que se origina é que esse período propiciou e agravou fatores estressores que podem favorecer o desenvolvimento da Síndrome de Burnout. O objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre os níveis de esgotamento físico e mental de professores da educação básica diante da adaptação das metodologias de ensino no período da pandemia de COVID-19. Os objetivos específicos são: apreender as percepções de professores da educação básica acerca da sua saúde mental durante o processo de adaptação do ensino em tempos de pandemia de COVID-19; analisar os níveis de esgotamento físico e mental de professores da educação básica após a vivência de adaptações ao modelo de ensino, provocadas pelas restrições sanitárias associadas à pandemia da COVID-19; e comparar os diferentes contextos de ensino-aprendizagem antes e depois das restrições sanitárias resultantes da pandemia de COVID-19.

MARCO TEÓRICO

Moreno-Jiménez et al. (2002) fazem considerações a respeito das características que constituem o Burnout. A exaustão emocional é a dimensão manifestada por meio do esgotamento dos recursos emocionais do profissional, o docente não se sente capaz de doar mais de si em relação à perspectiva emocional. Está mais atrelada ao estresse no âmbito físico e mental, sensação de falta de energia, aliado a sintomas que contribuem para um baixo rendimento no trabalho. Problemas de sono, dificuldade de atenção e memória, ansiedade, depressão e perturbações gastrointestinais são decorrentes dessa exaustão. Mediante todos esses fatores é considerada a dimensão mais representativa do estresse ocupacional de acordo com Benevides-Pereira (2012). A síndrome de Burnout, afeta negativamente a qualidade de vida e de ensino do profissional. O trabalho remoto afetou diretamente a saúde mental dos docentes, estudos realizados por Pinho (2021), em relação a saúde mental dos profissionais do sexo feminino da rede particular foi encontrado que 53,7% tiveram crises ansiosas durante o período remoto, 78,0% apresentaram mau humor, 69,0% outros transtornos mentais e 84,6% tiveram problemas em relação ao sono.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada se trata de uma triangulação, pois será utilizado mais de um método. E quanto a forma de abordagem uma pesquisa qualitativa. Para a coleta de dados foi utilizada a técnica de pesquisa qualitativa, o Grupo Focal, como instrumento complementar foi utilizado o Inventário em Burnout de Maslach (MBI). A pesquisa ocorreu em uma cidade do Litoral Leste do estado do Ceará, em uma escola também do interior. A população foi composta por docentes da rede de ensino público municipal. A amostragem foi feita por conveniência, tendo como plano de recrutamento: inicialmente, a escolha dos profissionais para entrevistas, sendo estes homens e mulheres, levando em conta os que trabalharam na escola durante o período da pandemia e serem professores. A pesquisa foi dividida entre: 1) realização do Grupo Focal; e 2) aplicação do questionário, Inventário em Burnout de Maslach (MBI). A análise dos dados se deu por meio de uma análise qualitativa, onde as falas e relatos dos educadores, realizadas no grupo focal a respeito do burnout foram transcritas. Os dados obtidos por meio do Inventário foram organizados em gráficos e estes dados e relatos obtidos foram comparados com outros dados obtidos na revisão bibliográfica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Em relação às características que definem o Burnout foi percebido nesse período por meio da aplicação do Inventário, aliado a falas do Grupo focal, níveis e relatos que demandam atenção. Tendo em vista que o Inventário não substitui um diagnóstico, foi ressaltado a importância da busca ao profissional especializado para os participantes que obtiveram valores elevados. Foi percebido que adaptação do ensino atuou com uma sobrecarga nos educadores. A saúde mental dos educadores, de acordo com os participantes, é um ponto que ainda requer mais investimentos e políticas públicas, pois muitos colegas estão sob o uso de medicações para conseguir trabalhar, enquanto outros desistiram de lecionar. Desse modo, a correlação dos dados obtidos na pesquisa com a literatura e produções acadêmicas atuais foi um desafio, em virtude de ser um acontecimento ainda recente e estudos ainda estarem em desenvolvimento. Durante o período, produções acadêmicas sobre Burnout são encontrados quantitativos maiores sobre profissionais da saúde. O efeito do impacto da pandemia no contexto educacional a longo prazo ainda tem efeitos desconhecidos em virtude da escassez de estudos no contexto brasileiro. E também a longo prazo a qualidade do ensino poderá afetar diretamente na qualidade da saúde mental dos profissionais da educação. Sugere-se futuras pesquisas em campo na temática da educação, a respeito do impacto a curto, médio e longo prazo do período de ensino remoto durante a pandemia no desenvolvimento escolar e na saúde mental dos professores. Pesquisas a respeito da adaptação das metodologias de ensino, os aspectos positivos que podem ser aperfeiçoados, no uso das tecnologias dentro de sala de aula, tendo em vista que a utilização dessas tecnologias aconteceram de modo repentino, sem formação e preparo.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria Teresa. Considerações sobre a síndrome de burnout e seu impacto no ensino. **Bol. Psicol**, São Paulo, v. 62, n. 137, p. 155-168, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432012000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2022.
- DIEHL, Liciane. MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Est. Inter. Psicol**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set. 2022.
- MORENO-JIMENEZ, Bernardo *et al.* A avaliação do Burnout em professores. Comparação de instrumentos: CBP-R e MBI-ED. **Psicologia em Estudo**. 2002, v. 7, n. 1, pp. 11-19. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pe/a/BJRWs9FSj8fN4KGjGt4wszt/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.
- PINHO, Paloma de Sousa *et al.* Trabalho remoto docente e saúde: repercussões das novas exigências em razão da pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**. 2021, v. 19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fWjNP9QqhbGQ3GH3L6rjswv/?lang=pt>. Acesso em: 7 nov. 2022.

A MÚSICA COMO FATOR DE INTERAÇÃO EM CRIANÇAS DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Cecília Caúla de Paula Braga¹ (Estudante de graduação em Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: cecilia.caula@fvj.br),

Marcia Skibick Araújo² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe. E-mail: marcia.skibick@fvj.br).

RESUMO

A pesquisa enfatiza sobre a importância da música para o desenvolvimento dos indivíduos como diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Compreende-se que estes são sujeitos com características de isolamento social, e que portanto, tendem ao não desenvolvimento de cognições cognitivas e emocionais. Além disso, também apresentam-se problemas no que tange a sua alimentação, sendo a mesma limitada devido os problemas que envolvem seu paladar. Cabe destacar que por muito tempo, os profissionais buscaram meios para minimizar esses bloqueios dos TEA, o que foi localizado junto a musicoterapia, sendo que por meio do uso de instrumentos físicos e vocais houve um desenvolvimento significativo nestes indivíduos. Compreendendo todo este cenário, o objetivo geral do estudo busca analisar as contribuições da música enquanto recurso psicoterapêutico no acompanhamento de pessoas diagnosticadas com TEA. Visando que este estudo tivesse êxito, foi realizada uma pesquisa de revisão integrativa, sendo que esta sintetiza arquivos e apresenta informações relevantes para que o alcance efetivo desta pesquisa. Como resultados da pesquisa, identifica-se que dos instrumentos que se apresentam ao longo do texto como fundamentais para o desenvolvimento das crianças com TEA, surgem: o violão, o teclado, a flauta doce, o soprano, o agogô, as clavas, o pandeiro, o pandeirão, o afoxé e o caxixi. Com relação aos ganhos das crianças com TEA ao fazer uso da música em seu dia a dia, percebe-se que existe uma melhora significativa na sua condição emocional, já que estes passam a ser mais sociáveis. Conclui-se que a pesquisa é relevante para auxiliar na identificação de alternativas para o desenvolvimento de indivíduos com TEA, minimizando os problemas que envolvem o sujeito.

Palavras-chave: espectro autista; musicoterapia; terapia.

INTRODUÇÃO

A musicoterapia é uma terapia que se utiliza de sons, trabalha questões emocionais e sociais. Utiliza-se da arte, da dinâmica, se aproveita de sons externos e também de sons que estão internalizados. Dependendo do objetivo de cada paciente a resposta imediata do tratamento varia. Um musicoterapeuta, colhe informações desde a gestação, faz uma anamnese sonora para trabalhar questões específicas com esse sujeito, e estimula a memória musical. Esta não é efetivada junto as crianças, apenas como um mecanismo para diversão, pelo contrário, atualmente, utiliza-se desta ferramenta para auxiliar os indivíduos com relação a sua concentração e seu desenvolvimento, tanto nas funções cognitivas quanto nas criativas. No que tange a essa construção, é importante salientar, sobretudo, os quesitos relacionados a questão afetiva e social dos sujeitos, principalmente quando fala-se sobre crianças com espectro autista. Compreendendo as informações que são apresentadas, esta pesquisa tem por objetivo geral: analisar as contribuições da música enquanto recurso psicoterapêutico no acompanhamento de pessoas diagnosticadas com transtorno do espectro

autista. Com relação aos objetivos específicos, estes visam: Identificar como a música ajuda na socialização de pacientes autistas; Descrever as melhorias na cognição do indivíduo diagnosticado com TEA no contexto musicoterapêutico; Discorrer sobre o funcionamento da sessão de musicoterapia e quais instrumentos são utilizados pelos profissionais junto aos sujeitos autista.

MARCO TEÓRICO

A música no contexto da saúde é ancestral. A disposição dos psicólogos para entender como funciona a música no cérebro humano é de grande destaque. O ano 1990 ganha destaque pelo fenômeno à formação de profissionais em cursos superiores, junto desse marco, amplia-se a musicoterapia igualmente com a medicina, também o reconhecimento do musicoterapeuta. (OLIVEIRA; GOMES, 2014). No Brasil existem musicoterapeutas desde a década de 60. A compreensão do homem e da música no decorrer do processo histórico é de fundamental para a importância dos profissionais que interagem com pessoas por meio de práticas musicais (CUNHA; ARRUDA; SILVA, 2014). Do ponto de vista da psicologia, existe uma lei federal que aborda quais são as funções privativas do psicólogo, e dentro dessas funções privativas, existem técnicas psicológicas a fim de mudança de comportamento, avaliação psicológica, psicodiagnósticos. O profissional psicólogo pode utilizar esses instrumentos para geração de bem estar, ajudar em tratamentos de desordens, ou psicopatologias, crise de ansiedade, pânico, problemas de insônia, estresse. Compreende-se que atividades musicais estão internamente ligada as atividades sociais. Logo, as atividades sociais para pessoas com TEA forneceriam convívio e comunicação, consequentemente ajudaria a linguagem e habilidades motoras. O Contato com a música, mesmo que seja indiretamente ajuda no desenvolvimento de capacidades não musicais, como as pró-pró-social. Trainor e Hannon (2013), explica que o contato com a música auxilia em situações não musicais, como as habilidades sociais. A voz humana cria variantes situações de entonações seguido de padrões rítmicos. A música sendo uma janela para visualizar o mundo, a mesma ajuda na capacidade de compreender os pontos dinâmicos de uma espera. Entendendo esse contexto, percebe-se que o cenário da musicoterapia é devidamente relevante para o desenvolvimento de crianças com espectro autista. Isso porque estes tendem a não se sentir à vontade quando em socialização, e, portanto, precisam de estímulos para desenvolver suas habilidades de maneira mais direcionada. A música, comprovadamente permite que as pessoas com autismo consigam minimizar suas situações de estresse, expressão melhor seus sentimentos e como passam a socializar de forma mais tranquila, também conseguem se comunicar melhor. (ARAÚJO; LEITE; SOLIDADE, 2019).

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura de carácter exploratório, qualitativo e descritivo com base no pensamento de vários autores, a partir de busca de artigos e materiais bibliográficos que explorassem os benefícios da musicoterapia no desenvolvimento psicoterapêutico em crianças do Espectro Autista. A revisão integrativa de literatura é um método que tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas sobre um tema ou questão, de maneira sistemática. A realização da revisão integrativa foi construída com base na seguinte pergunta norteadora: quais os benefícios da música como fator de interação em crianças do espectro autista? Os descritores utilizados foram: Criança; Musicoterapia, Terapêutica; Transtorno autístico. Visando o alcance de estudos

proporcionais para auxiliar na construção do artigo, foram definidos critérios de inclusão e exclusão dos estudos. Como critérios de inclusão foram selecionados artigos publicados na Língua Portuguesa ou Inglesa que atendiam aos descritores e publicados nos últimos dez anos (2010 – 2020), artigos gratuitos e disponíveis integralmente, estudos qualitativos, descritivos, exploratórios. Já os critérios de exclusão foram: arquivos duplicados, e que não respondessem ao problema de pesquisa. Visando uma devida fundamentação teórico, foi efetivada uma análise bibliográfica sobre os benefícios da musicoterapia no desenvolvimento psicoterapêutico em crianças do espectro autista. As bases de dados escolhidas para a busca dos arquivos foram: Google Acadêmico; SCIELO e LILACS. No *GoogAcadêmico*, foram encontrados 30 (trinta), considerando critérios já definidos. Já na base de dados SCIELO, foram identificados 10 (dez) e no LILACS, 25 (vinte e cinco) publicações.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

As pessoas com diagnóstico TEA compreendem grandes problemas com relação a socialização, isso porque apresentam-se diversas informações a seu entorno o que faz com que eles fiquem agitados, já que o cenário ao seu redor foge a seu controle. Além disso, as pessoas com TEA possuem dificuldades com relação a comunicação, o que consequentemente minimiza ainda mais a possibilidade deste indivíduo conseguir estar em um lugar com barulho. Entretanto, cabe saber que, por intermédio da música, muitos jovens têm realizado tratamento com relação a TEA, já que os instrumentos e seus sons possibilitam euforia positiva junto a esses indivíduos. Os aspectos cognitivos das crianças com TEA compreendem melhoria significativa quando estes tem contato com a música, cabe saber que esses aspectos são o sensorio-motor, o pré-operatório, o operatório concreto e o operatório formal. Sendo assim, podemos entender que não apenas a comunicação das crianças melhora, mas também o controle sobre seu corpo, melhorando inclusive a sua alimentação. O desenvolvimento também oferece a possibilidade de expressar melhor seus sentimentos. Sobre a utilização de instrumentos como agogô, clavas, pandeiro, pandeirão, afoxé e caxixi, entretanto, os mesmos autores ainda enfatizam sobre não existir uma ordem para uso dos instrumentos, entretanto destacam a necessidade de explorar diversos recursos e não apenas alguns específicos. Identifica-se que a música pode ser utilizada tanto por professores em sala de aula comum como também junto aos profissionais psicólogos, que fazem uso expansivo da musicoterapia para ter acesso ao indivíduo com TEA, auxiliando o mesmo a encontrar meios para manifestar suas necessidades de comunicação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N. A.; LEITE, T. S. A.; DA SOLIDADE, D. S. A musicoterapia no tratamento de crianças com autismo: Revisão integrativa. **Revista Ciência & Saberes-UniFacema**, v. 4, n.2, p. 1102-1106, 2019. Disponível em: <http://www.facema.edu.br/ojs/index.php/ReOnFacema/article/view/349>. Acesso em: 15 mai. 2022.
- CUNHA, R.; ARRUDA, M.; DA SILVA, S. M. Homem, música e musicoterapia. **Revista InCantare**, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/168>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OLIVEIRA, C. C; GOMES, A. **Breve história da musicoterapia, suas conceptualizações e práticas**. 2014. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/39982>. Acesso em: 10 abr. 2022.

TRAINOR, L. J; HANNON, E. E. **Musical Development**. *In*: DEUTSCH, D. (Ed.). *The Psychology of Music*. 3. ed. San Diego, CA: Elsevier, p. 423-497, 2013.

REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DO ABANDONO AFETIVO NO ENCARCERAMENTO FEMININO

**Débora de Souza Lelis Scholl¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: debora.jelis@fvj.com),
Aline Maria Barbosa Domicio Sousa² (professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: alinedomicio@fvj.com).**

RESUMO

O artigo foi realizado com base em revisão de literatura de caráter qualitativo do tipo descritivo, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs). A metodologia se trata de uma revisão de literatura que se enquadra dentro de uma abordagem qualitativa, mediante busca nos sites de buscar, uma vez que não visa a restringir generalizações, mas analisar de forma crítica os dados e as informações. O artigo visa estudar as dificuldades que as mulheres enfrentam nos presídios femininos no Brasil e alguns elementos que trazem consequências a sua saúde mental e a ressocialização.

Palavras-chave: encarceramento; abandono; mulheres presas.

INTRODUÇÃO

Abordar o abandono afetivo de mulheres encarceradas implica em pensar acerca do fato que o encarceramento feminino voltou a subir. Desde 2016, houve uma queda na quantidade de mulheres presas e, atualmente, chegaram a ser 41 mil mulheres. Em 2018, foram contabilizadas 36,4 mil mulheres e, em junho de 2020, aumentou para 38 mil mulheres, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de junho de 2020.

MARCO TEÓRICO

SAÚDE MENTAL DE MULHERES ENCARCERADAS

Um fator que influencia, negativamente na saúde mental das mulheres durante o encarceramento, é a quebra das relações familiares e a falta de vínculos das relações anteriores (SANTOS *et al.*, 2009).

CONCEPÇÃO DE ABANDONO AFETIVO E SEUS MOTIVOS

Muitas dessas mulheres depois que são detidas são abandonadas pelos cônjuges e pelos familiares pelo fato do crime cometido. Sobre isso, Vingert (2015, p. 29) explicita que apenas as mães das detentas acompanhadas dos filhos pequenos as visitam, sendo raras as visitas de pais e maridos. Geralmente, os companheiros refazem a vida, casando-se novamente ou se encontram presos também”.

O PAPEL DO PSICÓLOGO NOS PRESÍDIOS

De acordo com a resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) 012/2011, o psicólogo quando está em prática dentro do presídio deverá visar fielmente os direitos humanos dos sujeitos em cumprimento de pena privativa de liberdade, e também o resgate de sua cidadania e a inserção na sociedade. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2011)

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO PSICÓLOGO COM OS FAMILIARES DAS DETENTAS

O papel do psicólogo é de suma importância para que se possa mudar essa maneira de enxergar as presidiárias, devendo assim atuar junto às que estão cumprindo sua pena, aos familiares das mesmas e à comunidade em que elas estavam inseridas. Podemos dizer que o homem não poderia viver sozinho, isolado ou até desamparado. Assim, familiares, amigos, parentes e companheiros do dia a dia passam a ser elementos presentes na vida das pessoas (MORAES; DALGALAR- RONDO, 2006; TYE; MULLEN, 2006).

METODOLOGIA

Este artigo é uma revisão de literatura que se enquadra dentro de uma abordagem qualitativa, uma vez que não visa a restringir generalizações, mas analisar de forma crítica os dados e as informações. Sobre isso, Appolinário (2009) afirma que “a análise de dados terá por objetivo simplesmente compreender um fenômeno em seu sentido mais intenso, em vez de produzir inferências que possam levar à constituição de leis gerais”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Abordar as questões do abandono afetivo por meio dos atravessamentos sociais e históricos que a mulher sofre, faz com que se pense e se reflita que a sociedade tanta incutir aspectos que vão além do poder judiciário, são questões de ordem moral e sexistas. O estudo reafirma que as rupturas que caracterizam as instituições prisionais femininas e estão para além do isolamento penal. A perda de laços afetivos familiares, de relacionamentos amorosos, a negação da maternidade, causam nas mulheres o medo, a tristeza, o desconforto, a ansiedade, a insegurança do futuro são experiências ameaçadoras à saúde mental destas mulheres.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2000. Conselho Federal de Psicologia. Resolução CFP, nº 007/2003.

MORAES, P. A. C; DALGALARRONDO. Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 50-56, 2006.

SANTOS, M. V., *et al.* Saúde Mental de Mulheres Encarceradas em um Presídio do Estado do Rio de Janeiro. **Texto e Contexto Enfermagem**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e5980015. Acesso em: 10 jun. 2022.

VINGERT, A. C. **Mulheres invisíveis**: uma análise sobre a presidiária brasileira. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Direito. Assis, SP: Fundação Educacional do Município de Assis, 2015. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1211400247.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA PREVENÇÃO DE CASOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Eduarda de Farias Facundo¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: eduarda.facundo@fvj.br)
Orientadora Anna Paula Fagundes Bezerra² (Professora Centro Universitário UniJaguaribe. E-mail: anna.bezerra@fvj.br)

RESUMO

Esse artigo abordou a atuação do psicólogo em casos de violência de gênero. Nele, foram apresentadas discussões acerca das raízes da violência contra a mulher, assim como seus fatores perpetuantes e agravantes. Discorre também sobre os autores, teorias e aparatos nos quais o profissional de Psicologia se pauta em sua prática enquanto participante ativo das Políticas Públicas. Como resultado foi possível observar a prática de uma psicologia voltada não só para o prognóstico dos efeitos da violência de gênero como também para a prevenção. A atuação do psicólogo é referenciada na promoção de reflexões sobre o papel da mulher e seus direitos, na criação de espaços que reforcem a disseminação do conhecimento e no fortalecimento da autonomia da mulher na sociedade. Percebeu-se que a psicologia é de extrema importância na prevenção e enfrentamento dessas questões, apesar do foco ser mais voltado para situações prognósticas, no acolhimento e escuta clínica de mulheres afetadas pela violência, há experiências positivas no campo de prevenção e elaboração de políticas que visem, pela perspectiva psicológica, o trabalho de erradicação da violência contra mulher.

Palavras-chave: mulheres; atuação do psicólogo; violência de gênero; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Durante longos períodos, a mulher foi colocada em um lugar de submissão ao homem, onde foi uma questão reforçada por conta da cultura patriarcal existente. A história de lutas e busca de direitos trouxeram retornos para as mulheres, onde a pequenos passos puderam ir ressignificando o seu lugar, tomando o protagonismo de suas decisões sem ficar à mercê da autoridade masculina. Esse novo lugar, não foi totalmente aceito, resultando na possibilidade de ainda serem vistas muitas questões de violência como forma de assegurar a cultura patriarcal e machista. O artigo aborda as questões de atuação do psicólogo em casos de violência contra mulheres, levando o leitor a percorrer pela contextualização da formação da cultura patriarcal, aliado com as consequências e apresentando as diversas posições acerca do papel da mulher na sociedade. É realizada uma análise acerca das violências praticadas, as estratégias de enfrentamento e como o psicólogo pode estar atuando nessas situações, ressaltando a importância das políticas públicas nesse processo. O objetivo é analisar a construção da cultura e o papel da mulher e apontar na literatura, as ações e estratégias dentro das políticas públicas para a atuação desse profissional no atendimento à mulher vítima de violência.

MARCO TEÓRICO:

O artigo foi baseado nas discussões teóricas propostas por diversos autores, principalmente Vasconcelos, que visa uma revisão acerca dos fazeres da psicologia através do tempo e de

como isso contribui atualmente. Eles citam sobre a importância das reflexões críticas acerca do fenômeno e como isso pode possibilitar a recriação das relações de gênero e a função da mulher. Outro marco teórico significativo para o desenvolvimento deste trabalho foi a Referência para atuação de psicólogos em serviços de atenção à mulher em situação de violência, proposta pelo Crepop (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas), órgão do CFP - Conselho de Psicologia Federal, que norteia o exercício da profissão levando em consideração o contexto delicado e heterogêneo social, pautado na defesa dos direitos e no combate às violências contra mulher.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo realizado por meio de um apanhado bibliográfico e nomeado de revisão integrativa, onde a construção dos dados deu-se a partir de artigos em bases de dados eletrônicos como SciELO - Scientific Electronic Library Online e LILACS - Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde, durante o mês de setembro e outubro do ano vigente. Os descritores aplicados para filtrar as pesquisas foram: violência de gênero contra mulher, atuação do psicólogo e políticas públicas. A partir disso, foram utilizados os seguintes critérios de escolha: (i) artigos disponíveis na internet entre os anos de 2000 a 2020, pois esse intervalo de tempo proporciona uma análise acerca dos avanços e retrocessos que estão implicados nos casos de violência, como também, quais medidas ainda precisam ser tomadas para total eficácia das políticas públicas. Outro critério utilizado foi (ii) textos escritos e publicados na língua portuguesa e que abordassem em seu resumo os descritores preestabelecidos. Foram excluídos artigos que não atendiam os critérios mencionados acima, como também, que não apresentavam linguagem objetiva e conteúdo claro acerca do tema.

RESULTADOS E CONCLUSÕES:

Foram achados nas pesquisas, discussões principalmente acerca da análise da construção histórica do papel da mulher e as possíveis causas e consequências acerca do fortalecimento do patriarcado, bem como, vários estudos acerca das possíveis atuações do psicólogo junto a sua contribuição em redes de atendimento e como isso é abordado dentro das políticas públicas, ressaltando assim, a importância de uma atuação baseada na disseminação do conhecimento e nas formas de reconhecer e enfrentar a violência, fortalecendo a autonomia e os direitos de cada mulher. Como também, ao psicólogo cabe adotar a posição de que não há justificativa para a violência, evitando o reforço dos estereótipos existentes. Em suma, é importante salientar também o reconhecimento da psicologia como prática necessária nessas questões, contrapondo a posição de atuação apenas na clínica. Com isso, tem-se uma abertura para uma prática preocupada com questões psicossociais, onde na atuação desse profissional permite então ações psicoeducativas em diversos espaços acerca dos direitos das mulheres, das violências explícitas e implícitas e das inúmeras possibilidades de reconstrução social e ressignificação do papel da mulher, reforçando que não é apenas uma questão individual, mas que tem raízes sociais que precisam ser mudadas, uma ação de contracultura. Entretanto, ainda é uma questão desafiadora, pois na prática é voltada mais para atuações prognósticas, havendo uma lacuna na atuação preventiva.

REFERÊNCIAS

VASCONCELOS, Celia Maria. **Violência contra a mulher:** Uma revisão integrativa sobre os fazeres da psicologia. Sobral, 2017.

PORTO, Madge. Intervenção Psicológica em Abrigo para Mulheres em Situação de Violência: Uma Experiência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 24, n. 3, p. 369-374, 2008.

BARONI, Arethusa; CABRAL, Flávia; CARVALHO, Laura. **Uma análise da história da mulher na sociedade.** São Paulo, 2020.

TEIXEIRA, Adriana Nunes. Violência Contra a Mulher. *Revista Núcleo de Criminologia*, 2010, v.7 n.7, p.24-37.

CFP. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2012b. 82 p. Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/05/2013-05-02bMULHER.pdf>

INDISCIPLINA NO AMBIENTE ESCOLAR: PERCEPÇÃO DE ALUNOS ACERCA DA INDISCIPLINA EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FORTIM-CE

Evanildo Amaro da Silva¹ Graduando do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: evanildo.amaro@fvj.br.
Mayra Serley Barreto de Oliveira² Docente do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. Orientadora da Pesquisa. Especialista em Psicodrama Socioeducacional e Terapêutico pelo Centro Universitário Sete de Setembro–UNI7 e em Psicologia Existencial Humanista e Fenomenológica pela Faculdade da Região Serrana–FARESE. E-mail: mayra.serley@fvj.br

RESUMO

A presente pesquisa busca fazer uma análise sobre a percepção dos alunos de uma escola pública de Fortim, estado do Ceará, acerca da frequente ocorrência de episódios de indisciplina no ambiente de sala de aula. O trabalho teve como objetivo analisar as percepções dos alunos sobre a ocorrência de episódios de indisciplina no ambiente escolar. A metodologia adotada para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, através da técnica da observação participante, com a aplicação de uma entrevista, além de uma oficina desenvolvida em dois encontros. Observou-se que para minimizar os comportamentos indisciplinados que ocorrem na escola, torna-se indispensável que sejam adotadas políticas internas com ações orientadoras que atendam crianças e jovens no processo do seu próprio crescimento. Pretendeu-se com este estudo incitar novos debates sobre esse tema tão pouco discutido no contexto da Educação, reconhecendo a necessidade de se refletir sobre essas questões complexas que se fazem presentes na dinâmica das relações sociais, sobretudo no âmbito das escolas brasileiras.

Palavras-chave: educação pública; indisciplina; emoções.

INTRODUÇÃO

O tema delimitado nesta pesquisa fez uma análise sobre a percepção dos alunos de uma escola pública de Fortim, estado do Ceará, acerca da frequente ocorrência de episódios de indisciplina no ambiente de sala de aula, difíceis de serem contornados, o que constitui um sério problema para os profissionais que lidam com a educação pública deste município. Assis, Constantino e Avanci (2010) atestam em suas pesquisas que o clima de indisciplina dentro da sala de aula, manifestado através de agressão verbal e/ou física, tem sido uma das grandes inquietações dos educadores. Frente a esta realidade justifica-se a realização desta pesquisa que convergiu para a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca desta problemática educacional que interfere de forma negativa na convivência da comunidade escolar. Considerando tal proposição, elegeu-se como questão norteadora deste estudo, o seguinte problema: “Como o aluno considerado indisciplinado se percebe nessa condição no contexto educativo?”. Ante o exposto, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar as percepções dos alunos de uma escola pública do município de Fortim-CE sobre a ocorrência de episódios de indisciplina no ambiente escolar.

MARCO TEÓRICO

Considerando as constantes discussões no contexto da sociedade brasileira acerca do fenômeno da indisciplina escolar, buscou-se no desenvolvimento estrutural desta pesquisa evidenciar esse problema agravante. Para atender aos objetivos propostos, discorreu-se acerca das seguintes temáticas: conceito de indisciplina escolar; fatores desencadeadores da indisciplina; o papel da família e da escola; e as emoções no contexto escolar e sua relação com a indisciplina, fundamentadas nas concepções teóricas de alguns autores, como Freire (1992), Tomas (2020), Vygotsky (1991), ressaltando a importância do Estado, da Família e da Escola como sujeitos colaboradores pela manutenção da disciplina na escola.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo foram a pesquisa bibliográfica aliada à pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, através da técnica da observação participante, com a aplicação de uma entrevista a 17 alunos do Ensino Fundamental, de uma escola pública, nos meses de agosto e setembro de 2022, além de uma oficina desenvolvida em dois encontros. Para este estudo realizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica como fundamento na construção do Referencial Teórico. Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando como técnica a observação participante. Como forma de discutir o problema, optou-se pela abordagem qualitativa a partir de argumentos e posicionamentos teóricos variados. A pesquisa qualitativa não se preocupa com dados quantitativos, mas busca emitir a compreensão do pesquisador sobre o objeto estudado. (SILVA; MENESES, 2005). Em se tratando dos resultados e discussão foi aplicada a técnica de análise de conteúdo obtidos com a realização da oficina e da entrevista aplicada, na busca sobre a compreensão que os alunos têm a respeito da indisciplina na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos pressupostos teóricos de alguns autores buscou-se com este estudo enfocar a indisciplina escolar na visão dos alunos, enquanto produto de uma sociedade, cujos valores humanos como a ética, o respeito, o amor, a compreensão, a valorização da família estão sendo ignorados. Assim, crianças e jovens reproduzem na escola o que presenciam em seus próprios lares. Nesta perspectiva, as famílias necessitam manter diálogos com profissionais especializados para saber lidar com as diversas situações problemáticas que ocorrem no seu cotidiano, pois há ocasiões em que os pais não sabem como agir. No contexto da escola pôde-se constatar que a proposta pedagógica da escola não atende às reais necessidades e aspirações dos alunos, as relações afetivas são pouco trabalhadas. Quando um professor vivencia com seus alunos o sentimento da afetividade, promove um ambiente saudável de troca de experiências propiciando a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades emocionais. Para Tomas et al (2020) uma relação mais afetiva traz maior abertura e confiança entre educador e aluno, ao evitar inclusive os bloqueios cognitivos. Vygotsky (1991) afirma que o ser humano aprende com o outro. Essa troca de experiências interpessoais e de relacionamento contribuem para a formação da pessoa, inclusive na questão das manifestações afetivas, cuja emoção é sempre associada a ideias complexas. Assim, nas escolas, os alunos manifestam, emotivamente, diversos comportamentos, desde o prazer em conseguir realizar uma atividade, à raiva de discutir com os colegas e/ou professores. Os alunos afirmaram que embora a raiva seja uma forma de expressão desagradável, eles não se contentavam em externá-la apenas através da fala, o que resultava em conflitos com os

professores e colegas. Presume-se assim que ser indisciplinado é estar emocionalmente afetado. Freire (1992) ressalta que não há perspectiva de intervenção nem de mudança social sem um projeto, sem um sonho possível. O processo de construção do conhecimento precisa ter como ponto de partida a realidade social e cultural dos nossos alunos. Discorrer acerca das concepções sobre a indisciplina escolar possibilita retratar e interpretar as formas de ser e estar das crianças e adolescentes no seio da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, incitam-se novas discussões sobre esse tema no contexto da Educação, reconhecendo a necessidade de se refletir sobre essas questões complexas que se fazem presentes no cenário da sociedade brasileira e na dinâmica das relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo proporcionou conhecimentos significativos sobre a questão da indisciplina na escola. Pôde-se perceber que cada aluno tem a sua própria história que se reflete na vida e nos mais diversos ambientes de que ele participa. No contexto escolar, é imprescindível que se elabore um projeto de ensino capaz de atender as todas necessidades dos alunos dos mais obedientes aos mais indisciplinados. Constatou-se durante as observações que por não saberem lidar com as emoções alguns alunos manifestam comportamentos de indisciplina. Saber quais são os sentimentos, ideias e ações dos adolescentes dentro do processo de ensino e aprendizagem passa pela compreensão de como é que eles, de fato, vivem, avaliam e interpretam tal processo. Nesta perspectiva, o planejamento precisa levar em conta as exigências do contexto social no qual os alunos estão inseridos, suas aspirações, projetos e necessidades. O grande desafio é levar os educadores à formação continuada, para que realizem trabalhos diferenciados na perspectiva de inserir os alunos ao meio social, conscientes de seus deveres e direitos como cidadãos. No sentido de minimizar os comportamentos indisciplinados que ocorrem na escola, torna-se indispensável que sejam adotadas políticas internas com ações orientadoras que atendam crianças e jovens no processo do seu próprio crescimento. Pretendeu-se com este estudo incitar novos debates sobre esse tema tão pouco discutido no contexto da Educação, reconhecendo a necessidade de se refletir sobre essas questões complexas que se fazem presentes na dinâmica das relações sociais, sobretudo no âmbito das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia; AVANCI, Joviana Quintes. **Impactos da violência na escola: um diálogo com professores**. Editora Fiocruz, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SILVA, E. L.; MENEZES, M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.
- TOMAS, Nataely dos Prazeres Sousa et al. Afetividade como instrumento facilitador no processo de ensino-aprendizagem. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 2, p. 5738-5749, 2020. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/6642/5859>. Acesso em: 11 nov.2022.
- VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OS BENEFÍCIOS DOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO NA SAÚDE MENTAL DE INDIVÍDUOS ACOMETIDOS POR SINTOMAS DEPRESSIVOS

**Jaqueline da Silva Caretta¹ (Aluna do curso de psicologia no Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jaqueline.caretta@fvj.br),
Thahyana Mara Valente Lima² (Orientadora e Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unjaguaribe.edu.br).**

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de analisar os benefícios dos animais de estimação como contribuição na saúde mental de pessoas com sintomas depressivos. A relação homem-animal, com o passar do tempo, se tornou genuína, criando laços de afeto. Uma pesquisa feita pela Edelman Intelligence em nome da HABRI e da Mars Petcare, em maio de 2019, afirma que ao brincar, olhar, ou acariciar um pet, isso é capaz de produzir o hormônio ocitocina, (a molécula do amor). Esse trabalho se propõe a apresentar a relação entre a convivência com um pet de estimação e benefícios na saúde mental de indivíduos com sintomas de depressão. Passando pela evolução dessa relação, que teve ao longo dos anos mudanças não só de convívio como de afeto até a explicação biológica e química dessa relação.

Palavras-chave: Animais de Estimação; Sintomas Depressivos; Saúde mental

INTRODUÇÃO

A temática deste artigo é construída em torno dos processos de vinculação afetiva entre animais de estimação em indivíduos com sintomas depressivos.

Considerado uma prática universal, o convívio com os animais existe desde a pré-história, e esse convívio vem passando por modificações ao longo dos anos. Ao analisar essa transformação é possível identificar arranjos diferentes entre essa relação. Lantzman (2004) afirma que a relação homem-animal se iniciou há cerca de 10 mil anos, acarretando em uma aproximação entre ambos. O homem sempre dependeu de interações com outras espécies para a sua sobrevivência, mas o que antes era uma relação de predação, ao longo dos anos passou a ser um relacionamento de domesticação HART (1985).

Para Ramos (2021) hoje, essa relação de humano com animais domésticos pode ser vista como uma fonte de afeto, criando assim uma conexão, e com essa conexão, os seres humanos constroem pontes importantes nos seus contextos de vida.

Segundo Lamperte (2014), os animais de estimação assumem um papel de destaque nas famílias, proporcionando vantagens para a saúde física e mental dos indivíduos. Para Souza (2011) os animais trazem uma comunicação com seu dono, de forma única, rica em sinais não verbais, e tende a criar um vínculo menos estressante e mais natural. Costa (2013), diz que a interação entre humanos e animais se reveste de um caráter favorável e energético na medida em que inclui não somente o aspecto da companhia proporcionada pelos animais, mas também as trocas de vivências emocionais, psicológicas e físicas.

O presente estudo objetivo identificar e analisar as contribuições do vínculo afetivo de animais de estimação em pessoas acometidas por sintomas depressivos.

MÉTODO

O método utilizado para a escrita do artigo caracteriza-se em uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, efetuada por meio de uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Scielo e Lilacs, compreendendo artigos publicados nos anos entre 2012 e 2022. Assim possibilitando uma análise do tema apresentado para resultados e discussão.

DISCUSSÃO

A partir da literatura selecionada, os dados foram divididos, na base de análise temática, em quatro categorias. Na primeira parte apresentou-se a introdução à temática deste estudo. Na segunda parte consta a fundamentação teórica, apresentando os aspectos e conceitos sobre evolução dos animais de estimação ao longo dos séculos e estudos sobre saúde mental e tipos de depressão. Na terceira, o método da pesquisa. Na quarta, os resultados e as discussões. Nessa última parte, são apresentados os principais estudos que buscaram analisar a vinculação afetiva a partir da perspectiva do convívio com animais de estimação e seus respectivos resultados, bem como o papel facilitador dos pets nesse processo. Enfim, quinta parte, nas considerações finais foi retomada ao tema e elencados os resultados.

Categoria de Análise Temática 01 – Saúde Mental

Almeida (2014) Por muito tempo a saúde mental era considerada como modelo biomédico, ou seja, era vista como a ausência de alguma doença. E isso levava o homem a ser comparado a uma máquina onde a doença mental figurava como um componente quebrado dessa máquina.

Com o passar dos anos, a Organização Mundial de Saúde na Conferência Internacional da Saúde em Nova Iorque (1948) estabeleceu a saúde mental como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de doenças. Ainda sobre a visão do autor, o conceito de saúde mental é muito complexo, uma vez que estão diretamente relacionados a crenças, valores, que depende do contexto de vida de cada pessoa.

Categoria de Análise temática 02 - Sintomas de Depressão

Os sintomas depressivos podem criar danos em todos os aspectos da vida do indivíduo. Segundo o DSM (2013), algumas características dos sintomas de depressão incluem: perturbações, irritabilidade, tristeza, pensamentos suicidas, letargia, falta de memória, apetite diminuído ou aumentado, sonolência ou insônia, cansaço excessivo, vazio, falta de libido, dores pelo corpo, queixas digestivas, dores no peito, taquicardia, sudorese entre outros, os sintomas depressivos causam mudanças somáticas e cognitivas que afeta o desempenho do indivíduo no ciclo de vida que se encontra. Caso haja um agravamento dos sintomas, esse impacto pode ser bem maior que outras doenças crônicas.

Para Camon (2003) o homem é subjetivo, possuindo cada um seu espaço onde é criado através de suas vivências e experiências, juntamente com questões sociais e biológicas, portanto os sintomas dependem de cada um, de acordo com seu ciclo de vida; o que determinará a percepção da realidade desse homem e a forma que reage através da tristeza, da felicidade, da melancolia entre outros

Categoria de Análise temática 03 - Relação homem e animal

A relação homem animal está em constante evolução e os laços de afeto estão cada vez mais fortes, e isso, segundo Ramos (2021) pode influenciar diretamente na saúde física e mental. Quando se fala dessa relação homem e animal é importante destacar que foi através da evolução de ambas as espécies que se consolidou as interações e consequentemente laços afetivos. (NOBRE, 2017 p. 86)

Conforme Jofre (2005) há muitos estudos que destacam que essa relação gera melhoria na autoestima, proporciona lazer, diminui a tensão e ansiedade, além de diminuir a pressão arterial e colesterol. Um estudo no Projeto Pet Terapia da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (2017), traz como resultados uma diminuição do estresse e medo, socialização, além de interação com os profissionais e membros da equipe do projeto ao utilizar cães como co-terapeutas.

De acordo com Souza (2022, p. 402) conforme citado Alvez e Steyer (2019), os animais de estimação proporcionam companhia para seus cuidadores em relação a rotina diária, como em momentos de descanso e lazer ou durante um passeio ou entre as refeições, proporcionando otimismo, facilitando e ofertando propósito a essa relação. Estreitando laços e ocupando positivamente espaço na vida de seus cuidadores, expandindo a presença e o companheirismo desse vínculo.

CONCLUSÕES:

O artigo científico teve como objetivo investigar os benefícios dos animais de estimação em relação à saúde mental de indivíduos com sintomas depressivos. Ter um animal de estimação é promover um ciclo de amor proporcionando durante a rotina momentos alegres melhorando a qualidade de vida, mesmo que sejam necessários mais estudos que expliquem essa relação. Ter saúde hoje em dia, não é somente não possuir uma doença, vai além, e abrange o bem-estar psicossocial, e buscar alternativas para diminuir o sofrimento e focar na recuperação de um indivíduo é essencial. Seja ele cachorro, gato, ave, peixe, hamster, coelhos independentes da sua espécie, ter a companhia e construir laços, auxilia nas dificuldades da vida, tornando mais suportáveis, os animais estimulam seu dono a realizar atividades que devido aos sintomas depressivos já não se sentia mais prazer. Mesmo que não falem, possuem uma sensibilidade enorme, e mesmo que muitos estudos ainda precisam ser feitos, essa relação independe disso.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L., Almeida, L. P. D., & Braga, P. D. S. (2009). **Aspetos psicológicos na interação homem-animal de estimação**. IX Encontro Interno & XIII Seminário de Iniciação Científica. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Maira_Almeida7/publication/336221784_Aspe. Acesso em: 20 set. 2022.

GARCIA, Gabriela. **No Brasil, zooterapia ainda é incipiente**. Viver Mente e Cérebro, n. 152, set. 2005. Reportagens. Disponível em <http://www.periodicos.unc.br/index.php/agora/article/view/138>. Acesso em 05 de nov de 2022.

LAMPERT, Manoela. **Benefícios da Relação Homem e Animal**, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/104881/000940550.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 set. 2022.

LANTZAMAN, Mauro. **O cão e sua família**: temas de amor e agressividade. 2004. 272 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15658>. Acesso em 05 de Set 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Depressão**: causas, sintomas, tratamentos, diagnóstico e prevenção. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 21 set. 2022.

RAMOS, Ana Margarida. Animais de estimação & Saúde Mental de adultos e idosos em tempo de Covid-19.202 Disponível em: <https://repositorio.ismai.pt/bitstream/10400.24/1442/1/Tese%20Ana%20Margarida%20Ra%20mos.pdf>. Acesso em 28 set. 2022.

AS IMPLICAÇÕES DA CULTURA DO IMEDIATISMO NA SAÚDE MENTAL DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Jayanne Kelvia de Lima Silva¹ (Aluna do Curso Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: jayannekelvia1@gmail.com),
Thahyana Mara Valente Lima² (Orientadora e Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijagaribe.edu.br).

RESUMO

A cultura do imediatismo é utilizada para referir a uma tendência de comportamento que vem se consolidando na sociedade moderna, essa tendência é caracterizada pelo crescente comportamento de fazer várias coisas ao mesmo tempo, diminuindo a capacidade de espera e de concentração. Esse comportamento está associado ao desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e cansaço mental nos indivíduos. No ensino superior, o fluxo de demandas acadêmicas costuma se sobrepor a qualidade da aprendizagem e das produções e podem gerar tanto o esgotamento físico como mental dos estudantes, principalmente pela pressão exercida pelo cumprimento de prazos e tarefas. Um exemplo disso, é o número crescente de estudantes universitários brasileiros que sofrem algum tipo de problema emocional ou mental: sete em cada dez alunos de instituições federais de ensino no Brasil sofriam de algum tipo de problema como estresse, ansiedade ou depressão. À vista disso, este trabalho tem como objetivo discutir a *cultura do imediatismo* como um fenômeno capaz de afetar a saúde mental de estudantes universitários brasileiros através da revisão de literatura sobre a problemática e análise documentais sobre a relação entre os níveis de ansiedade, esgotamento e desmotivação dos alunos com a *cultura do imediatismo*. Para isso, foram utilizadas as contribuições de autores como Zygmunt Bauman (2001), Byung-Chul Han (2015) e Douglas Rushkoff (2013)

Palavras-chave: cultura do imediatismo; saúde mental; estudantes universitários; ensino superior.

INTRODUÇÃO

A inserção dos dispositivos tecnológicos, de fácil e rápido acesso a diversas fontes de informação no cotidiano fizeram dessas ferramentas quase indispensáveis nas esferas social, profissional e acadêmica dos indivíduos, gerando muitas mudanças no ambiente e na forma de perceber, receber e dar informações.

Passamos a obter respostas mais rápidas e fornecê-las em igual velocidade. Com tantas formas de otimizar o tempo, passamos a acelerar os processos cotidianos nos adaptando a fazer tarefas múltiplas e interdisciplinares, ampliamos as formas de aprender e esquecemos como esperar. Essa tendência comportamental é o que podemos chamar de cultura do imediatismo (RUSHKOFF, 2013).

A cultura do imediatismo é um conceito apresentado por Douglas Rushkoff (2013), para se referir a uma tendência comportamental imediatista que vem se consolidando na sociedade moderna. Essa tendência é caracterizada pelo crescente comportamento de fazer várias coisas ao mesmo tempo, diminuindo a capacidade de espera e de concentração.

Tal comportamento está amplamente associado a quadros de ansiedade, depressão e cansaço mental nos indivíduos, uma vez que estamos submetidos a um fluxo constante de informações, ideias e eventos (RUSHKOFF, 2013), podendo impactar certas capacidades psicológicas, como atenção, concentração, consistência e o chamado pensamento linear. (BAUMAN, 2016).

No campo educacional, a tecnologia proporcionou mudanças estruturais desde as ferramentas de comunicação e ensino utilizadas pelas instituições até os horários destinados

às atividades acadêmicas. Atualmente, as instituições contam com um conjunto de ferramentas que possibilitam o acesso cada vez mais rápido e eficiente a grandes volumes de informações em vários formatos que não limitam questões temporais ou geográficas (WANG; STRONG; GUARASCIO, 1994). Com isso, os estudantes passaram a acessar conteúdos com maior frequência e volume, ultrapassando os limites entre estudo, trabalho e descanso.

Por estarem inseridos em um ambiente de constante pressão e cobranças por resultados, é comum que os estudantes se encontrem cada vez mais esgotados (GOMES; CALIXTO, 2019). No entanto, a vivência acadêmica tem sido um objeto de pouco estudo e discussão, fazendo com que haja uma invisibilização do debate sobre a saúde mental dos estudantes nas próprias instituições de ensino (ANDRADE *et al.*, 2016). Diante disso, este trabalho tem como objetivo investigar como a cultura do imediatismo se relaciona com a saúde mental dos estudantes universitários brasileiros por meio da revisão de literatura.

MARCO TEÓRICO

O conceito de Cultura do Imediatismo foi, inicialmente apresentado por Douglas Rushkoff (2013), um pensador crítico da indústria tecnológica no livro *Present shock: When everything happens now* (“Choque do presente: quando tudo acontece agora” em tradução livre), onde o conceito de cultura do imediatismo é inicialmente apresentado, o autor discute como a tecnologia transformou o modo de os indivíduos perceberem o mundo.

As narrativas que, antes apresentavam uma construção linear com início, meio e fim, deu lugar a histórias comprimidas – que não seguem uma linearidade, apresentando apenas os pontos “altos” da história – para atenderem a realidade das mídias interativas, onde a mudança, caso não chame a atenção do espectador, está a um clique de distância. Outros pensadores como Zygmunt Bauman (2001) também discutem esse conceito.

Em sua análise da sociedade moderna, identifica uma espécie de liquidez na estrutura social, e laços efêmeros e passageiros entre os indivíduos, onde as mudanças são cada vez mais comuns e o futuro é incerto, Bauman (2016, s/p) enfatiza isso ao afirmar que “não temos ainda uma visão de longo prazo, e nossas ações consistem principalmente em reagir às crises mais recentes”. Nesse sentido, para ele a cultura do imediatismo é fortemente marcada pela liquidez das relações sociais e pela dificuldade de estabelecimentos de planos a longo prazo. Baseadas na concepção de cultura do imediatismo para estes dois autores, estabelecemos o nosso marco teórico.

METODOLOGIA

Essa é uma pesquisa exploratória que teve como principais técnicas de pesquisa a revisão de literatura integrativa e a análise documental de dados relacionados à elevação dos índices de ansiedade e depressão ocasionados ou ressaltados pelo fluxo informacional da cultura do imediatismo – fenômeno característico da sociedade do desempenho.

De acordo com Marília Cecília Minayo (2009), a pesquisa exploratória constitui apenas uma das etapas das produções acadêmicas, no entanto, essa abordagem foi escolhida por se tratar de um tema ainda em consolidação nas produções científicas brasileiras na qual ainda não há uma definição sólida do que é a *cultura do imediatismo* e como isso afeta a saúde mental/psíquica dos estudantes universitários. Ao realizar buscas sobre esse conceito no Google Acadêmico, por exemplo, essa categoria foi encontrada de maneira mais recorrente apenas a partir de 2019 (GOOGLE ACADÊMICO, 2022).

Na mídia nacional, por sua vez, essa noção ganhou notoriedade a partir de 2020 com a eclosão da pandemia (ESTEVES, 2020). Nesse sentido, este trabalho é uma tentativa de reunir a literatura existente sobre a temática e apresentar, no primeiro momento, uma definição clara sobre o que significa imediatismo e a *cultura do imediatismo*.

Após essa definição, o esforço foi concentrado no levantamento de dados empíricos sobre o agravamento dos problemas psicológicos relacionados às pressões sociais enfrentadas pelos estudantes universitários através de relatórios, produções acadêmicas e matérias jornalísticas. Em síntese, na técnica de análise documental.

A partir disso, foi possível perceber uma possível relação entre o fenômeno do imediatismo na sociedade do desempenho e a elevação do sofrimento psíquico pelos jovens estudantes. Partimos do pressuposto que existe uma forte relação entre fatores sociais e fatores psicológicos, por esse motivo utilizamos como referências pensadores das Ciências Sociais e Humanas, como Zygmunt Bauman (2001, 2016), Byung-Chul Han (2015), filósofo sul-coreano que analisa a sociedade contemporânea responsável pela elaboração dos conceitos de *sociedade do cansaço* e *sociedade do desempenho*, e Douglas Rushkoff (2013), crítico da indústria tecnológica.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Nesta seção reunimos os principais resultados do nosso estudo exploratório e o estruturamos da seguinte maneira: inicialmente, apresentamos uma síntese do conceito de imediatismo e cultura do imediatismo como um fenômeno presente na sociedade moderna; no segundo momento, discutimos a inserção das novas ferramentas digitais – com foco no WhatsApp – no ensino superior; por último, apresentamos os índices de ansiedade e depressão dos estudantes e refletimos se isso pode ser uma consequência dessa cultura.

Embora tenhamos estabelecido uma divisão clara no nosso delineamento, a complexidade do objeto de estudo, que liga (i) cultura do imediatismo, (ii) ensino superior e (iii) elevação dos índices de ansiedade e depressão entre os estudantes ultrapassam os limites previamente estabelecidos, fazendo com que os três tópicos de discussão se entrelacem constantemente.

Os resultados dessa pesquisa apresentam a necessidade de realização de outros estudos que relacionem de maneira direta a concepção de cultura do imediatismo e os avanços dos problemas de saúde mental no campo da Psicologia, sobretudo com a utilização de dados empíricos. Como principal fragilidade, reconhecemos a não utilização de dados primários coletados em instituições de ensino superior. Entretanto, como contribuição principal, destacamos a sistematização das principais referências sobre a temática do estudo em consonância com a análise de dados estatísticos.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001;

GOMES, Lidiane Florentino; CALIXTO, Mayara Ferreira. **Saúde Mental e Ensino Superior: a relação da universidade com o surgimento e/ou agravo de sofrimento mental em estudantes universitários**. Palmeira dos Índios: 2019. TCC (Graduação em Enfermagem) - Faculdade CESMAC do Sertão/AL. 2019

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 53p.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 28ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

RUSHKOFF, Douglas. **Present shock: When everything happens now**. Current. 2013;

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 E OS AGRAVOS NA SAÚDE MENTAL DE PACIENTES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS – CAPS-AD

**Juliégi da Silva dos Santos Mendes¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: juliegi.santos@fvj.br),
Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br).**

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender os impactos da pandemia da COVID-19 nos pacientes da saúde mental, no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas - CAPS-AD, verificando junto a equipe multiprofissional a ocorrência do aumento de recaídas, crises de pânico, ansiedade, depressão e ideação suicida nos pacientes. Investigando como pacientes com transtornos mentais e uso de psicoativos conseguiram lidar com a situação de isolamento social e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde mental. Buscando assim identificar quais estratégias o CAPS-AD pôde criar para amenizar possíveis crises desses pacientes, mesmo em período de distanciamento e restrição dos atendimentos. Para isso seguiu-se o método qualitativo exploratório, possibilitando uma melhor familiarização do problema, através de planejamento flexível dos aspectos estudados. Através da análise dos resultados foi possível perceber os impactos e os agravos na saúde mental dos usuários de álcool e outras drogas do CAPS-AD, ocasionados pela pandemia da COVID-19, constatando assim que foi um gerador de crises e recaídas. Espera-se que a partir desta pesquisa obtenham-se novos achados em relação ao tema abordado, e que esta possa servir como base teórica para pesquisas futuras.

Palavras-chave: distanciamento social; saúde mental; pandemia da COVID-19; álcool e drogas; recaídas; CAPS-AD.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, o mundo se deparou com o anúncio da Organização Mundial da Saúde – OMS, onde declarava um surto de uma nova doença, o novo Coronavírus. Dando assim início a um estado de emergência de saúde pública de importância internacional. Afirmado haver um alto risco de propagação da doença da COVID-19 por outros países em todo o mundo. Em março de 2020, a OMS avaliou a doença do novo Coronavírus como pandemia. (PEREIRA *et al.*, 2020). A interrupção dos serviços essenciais de saúde mental no mundo todo, justo quando esta se fez necessária, prejudicou à população com transtornos mentais, incluindo os dependentes químicos. Impulsionados por medo, ansiedade e incertezas, ocasionando o consumo excessivo de álcool, por ser algo mais acessível e de fácil armazenamento. Uma crise mundial como a da pandemia da COVID-19 tornou-se um agravante maior para esses usuários. Sabendo-se que os CAPS-AD são essenciais para o acolhimento de pessoas em uso abusivo de drogas, com intenção de promover a reinserção social ao trabalho e ao lazer, estruturando os laços comunitários e familiares. (Santana *et al.*, 2021). Objetivou-se assim compreender os impactos da pandemia do COVID-19 nos pacientes do CAPS-AD, verificando junto a equipe multiprofissional se houve aumento de, crises de pânico, ansiedade, depressão, recaídas e ideação suicida nos pacientes. Investigando

como pacientes com transtornos mentais e uso de psicoativos conseguiram lidar com o isolamento social e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde mental. Identificando quais estratégias o CAPS-AD pôde criar para conduzir os atendimentos dos pacientes, mesmo em período de distanciamento e restrição.

MARCO TEÓRICO

De acordo com Santana *et al.*, (2021) os CAPS-AD são dispositivos essenciais para o acolhimento de pessoas em uso abusivo de drogas, os quais buscam promover a reinserção social ao trabalho, ao lazer, ao desempenho dos direitos civis fortalecendo assim os laços comunitários e familiares. Soares *et al.* (2020), destaca que o álcool é usado com frequência pelas pessoas como forma de socialização, e em circunstâncias ao isolamento e distanciamento os indivíduos buscaram meios de consumo de álcool, em festas particulares, fazendo uso abusivo das substâncias. Segundo Aguiar *et al.*, (2021) situações de estresse ocasionadas pela COVID-19 e pelo distanciamento social, somados ao consumo de álcool como fuga para lidar com tais situações, tornaram-se desfavoráveis para pessoas dependentes de álcool e outras drogas, pois puderam estimular o uso abusivo dessas substâncias, ocasionando diversos prejuízos na saúde mental destes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa segue o método qualitativo exploratório, na qual compreende, estudo bibliográfico, entrevistas com pessoas que vivenciaram na prática o problema pesquisado e análise exemplificada para melhor compreensão (GIL, 2002). A coleta de dados foi dividida em duas etapas: observação participante do grupo da permanência diária com 06 pacientes, em masculino, adultos e idosos, com faixa etária entre 25 e 60 anos; Já as entrevistas semiestruturadas com 06 profissionais do serviço (enfermeiro, psicólogo, assistente social, técnico de enfermagem, profissional de educação física, médico psiquiatra) sendo estes homens e mulheres, levando em conta as especialidades e o conhecimento em relação aos pacientes. A fundamentação teórica se deu através de fontes de dados em pesquisa científica, sendo a Biblioteca Virtual em Saúde - BVS; Scientific Electronic Library Online - SciELO e Google Acadêmico. Utilizados os seguintes descritores: “saúde mental” e “COVID-19”; “uso de álcool e drogas na pandemia da COVID-19”; “recaídas e COVID-19”.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A observação participante possibilitou uma percepção mais ampla de como está a saúde mental dos pacientes, devido aos impactos da pandemia da COVID-19. Constatou-se sério agravamento nos aspectos emocionais e cognitivos, porém alguns bem mais afetados não conseguindo formular um diálogo coeso. Conversado com o grupo relataram que foi difícil não poder ir ao CAPS, sentiram falta das atividades, da companhia do grupo e dos profissionais. Nesse sentido, os profissionais relataram que para pacientes em abstinência e com transtornos mentais, ficar recolhidos, e alguns isolados até mesmo da família, acarretou nas recaídas. Em consequência da pressão psicológica da pandemia, procuraram recurso das substâncias, principalmente o álcool, por ser mais acessível. Pacientes que segundo a equipe estavam estáveis e recaíram necessitando internação, e ao retornar para o serviço ainda fragilizados mentalmente vão se recuperando com o apoio da equipe e das atividades oferecidas pelo serviço, como a hidroginástica que possibilita uma melhor reabilitação.

Constatou-se que a pandemia ocasionou muitos prejuízos na saúde mental dos pacientes do CAPS-AD, principalmente os inseridos na permanência diária, devido ao distanciamento e isolamento social. Considerando-se ser um público de difícil aderência ao tratamento e propício a recaídas, com a pandemia afastaram-se mais, por não poderem ficar no serviço diariamente, com a interrupção dos grupos terapêuticos. Não foi possível identificar agravantes em tentativas de suicídio, já que a equipe relatou dificuldade na atuação com a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, embora exista um protocolo para isso, porém muitas vezes não são notificados, o que dificulta o acesso aos casos de tentativa de suicídio. A equipe relatou que foi um período de muitas dificuldades e desafios por ser um momento atípico em que tiveram que adaptar-se à nova realidade de restrição nos atendimentos. E durante a pandemia dificultou-se o acesso ao contato com os pacientes que não tinham meio de comunicação e por morarem em localidades distantes, tendo em vista a interrupção das visitas domiciliares, devido às restrições do distanciamento. Os pacientes afirmaram que foi muito difícil ficar em casa, sentiram falta da companhia do grupo e das atividades com os profissionais da equipe, aliado ao fato de muitos viverem sozinhos afastados do convívio familiar e sem perspectiva de nada. Podemos concluir que a presente pesquisa alcançou o objetivo em investigar os agravos na saúde mental dos usuários de álcool e outras drogas do CAPS-AD, e os impactos ocasionados pela pandemia da COVID-19, onde constatou-se que foi um gerador de crises e recaídas. Espera-se que a partir desta obtenham-se novos achados em relação ao tema abordado, e que servirá como base teórica para pesquisas futuras. Além de contribuir para melhor compreensão da atuação dos serviços de saúde mental diante do atual contexto da pandemia. Visando também a necessidade de novas estratégias de atuação pós pandemia dos CAPS-AD, para readaptação dos usuários.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K.G.M.; SOUSA, L.C.; SOUSA, L.A.; SILVA, R.S.; AMORIM, M.V.; WRZECIONEK, M.A.S. & SILVA, F.E. da C. **Estratégias Interventivas a Usuários de Álcool e Outras Drogas em Tempos de COVID-19.** v.2, n. 2, p. 41-51 – Julho/2021.
- GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002
- PEREIRA, M. D; OLIVEIRA, L.C; COSTA, C.F.T; BEZERRA, C.M.O & SANTOS, C.K.A. **A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa.** Universidade Tiradentes - UNIT, Aracaju/SE, Brasil. 2020.
- SANTANA, G.V; SANTOS, J. L. S; SANTOS, J. M. J; ALVES, L. J; MENEZES, A. F; FREITAS C. K. A. C. **Perfil sociodemográfico e de dependência química dos usuários de um Centro de Atenção Psicossocial especializado.** SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drogas. 2021.
- SOARES, J.; REINALDO, M. A. S; GOMES, N. M. R; SILVEIRA B.V; PILLON, S.C e PEREIRA, M. O. **O consumo de substâncias psicoativas na pandemia de COVID-19.** In: Esperidião E, Saidel MGB (org.). *Enfermagem em saúde mental e COVID-19.* 2.ed.rev. Brasília, DF: Editora ABEn; 2020. p. 37-44.

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA E O ESPAÇO ESCOLAR: UMA REVISÃO DA LITERATURA

**Letícia Antunes Ferreira Romão Lobo¹ (Aluna do Curso Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: leticia.antunesromao@gmail.com),
Thahyana Mara Valente Lima² (Orientadora e Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unijagaribe.edu.br).**

RESUMO

A Comunicação Não-Violenta (CNV) desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg é uma abordagem que teve por finalidade aprimorar os contatos interpessoais com base na observação, sentimento, necessidade e pedido. Assim, o presente trabalho tem por objetivo entender a Comunicação Não-Violenta (CNV) no espaço escolar brasileiro a partir de uma revisão de literatura. Para isso, o estudo qualitativo utilizou os descritores “Comunicação Não Violenta” *and* “Escola” *and* “Brasil” para buscar artigos científicos, trabalhos de monografia e especialização indexadas em língua portuguesa (Brasil) na BVS-Psi, PePSIC, SciELO e BVSalud entre os anos de 2018 e 2021. Após a categorização dos materiais científicos, avaliações e interpretações dos mesmos, realizou-se reflexões junto ao referencial teórico sobre os benefícios e melhorias da CNV nas escolas, as parcerias entre a Comunicação Não-Violenta, família e comunidade escolar e a identificação dos campos de trabalho e intervenção sobre a CNV nas instituições de ensino. Por fim, a pesquisa foi uma oportunidade de um maior aprofundamento teórico sobre a CNV nas instituições de ensino do Brasil, bem como ofereceu novas ideias para os profissionais da educação, psicólogos, gestores, coordenadores e demais colaboradores a planejar intervenções e criar materiais didáticos para serem trabalhados nas escolas a respeito da temática proposta.

Palavras-chave: Comunicação Não-Violenta; Escolas; Brasil; Revisão da Literatura.

INTRODUÇÃO

A Comunicação Não-Violenta (CNV) é uma abordagem que se baseia nas habilidades da comunicação e linguagem para combater a violência no seu sentido mais amplo nas relações interpessoais através da observação, sentimentos, necessidades e pedidos em ambientes sociais. Assim, o presente artigo científico surgiu com o objetivo de entender a Comunicação Não-Violenta no espaço escolar brasileiro a partir de uma revisão da literatura. Visto que a escola é um espaço de construção de práticas e reflexão, no qual as divergências de opiniões, modos distintos de pensar e viver tendem a existir entre alunos, professores e demais profissionais das instituições de ensino.

Interessante, ainda, destacar que no Brasil pesquisas têm apontado que a violência entre professores e alunos cresceu no ano de 2017, bem como 80% dos jovens presenciaram violência nas escolas e 23% dos alunos brasileiros já sofreram bullying no espaço escolar. Dessa forma, percebe-se dados bastante preocupantes para o contexto brasileiro e a necessidade de se fazer o seguinte questionamento de pesquisa: como a abordagem da Comunicação Não-Violenta pode contribuir no espaço escolar brasileiro?

A partir dessa problemática, foi possível estudar os benefícios e melhorias da Comunicação Não-Violenta nas instituições de ensino, pesquisar as possibilidades de parcerias entre a Comunicação Não-Violenta, família e comunidade escolar e identificar os

campos de trabalho e intervenção da CNV nas escolas brasileiras. Para isso, trabalhou-se com as seguintes hipóteses: a) a Comunicação Não-Violenta proporciona a melhoria das relações entre alunos-professores, alunos entre si e os estudantes com os demais profissionais da escola; b) para que a CNV venha apresentar efeitos no dia a dia dos estudantes é importante que a família tenha conhecimento dessa prática, assim a escola pode incluir os pais nas atividades escolares sobre a temática; c) a Comunicação Não-Violenta pode ser trabalhada em sala de aula, em atividades educativas, materiais didáticos, feiras científicas e tarefas para casa.

MARCO TEÓRICO

A Comunicação Não-Violenta (CNV) foi desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Marshall Rosenberg no início dos anos 60, Rosenberg criou quatro fundamentos norteadores da Comunicação Não-Violenta, a saber: observação dos fatos, identificação dos sentimentos, reconhecimento das necessidades e elaboração de pedidos. A partir desses princípios, é pertinente trazer a seguir a CNV dos espaços escolares, pois a escola como uma comunidade apresenta uma série de desafios nas relações estabelecidas entre educadores e alunos, estudantes entre si e demais profissionais.

Cabe, ainda, explicar que a escola como um espaço sociocultural é fundamental o estabelecimento de normas e regras para um funcionamento eficaz e relações de qualidade no local. Contudo, no cotidiano a complexa rede de identificações e diversidade de opiniões e visões podem acabar por surgir conflitos, divergências de normas e transgressões de acordos. Além disso, para que as intervenções da CNV ocorram de modo mais eficaz, é essencial a participação familiar na escola para também compreender a Comunicação Não-Violenta e os seus efeitos no dia a dia do estudante.

A família tem o seu papel de acompanhar os filhos no seu processo de aprendizagem escolar, mas também conhecer e entender as relações estabelecidas, dificuldades existentes e possibilidades de melhorias para o conhecimento do estudante. Compreendendo isso e visando novos campos de reflexão dentro da escola, revela-se importante entender a Comunicação Não-Violenta juntamente a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) criada pelo psicólogo Carl Rogers. Professor do Marshall Rosenberg e fonte de inspiração para que ele criasse a CNV, a ACP destaca-se como uma abordagem psicológica que incentiva práticas humanizadas e soluções seguras, aspectos essenciais para compreender a Comunicação Não-Violenta nas escolas brasileiras.

METODOLOGIA

O estudo qualitativo é caracterizado pela explanação de dados, informações e a busca por opiniões, saberes e percepções sobre um dado fenômeno. Considera-se, ainda, a pesquisa como uma revisão da literatura, pois não se busca a solução imediata de um problema, mas levantar reflexões e possibilidades de aprofundamento teórico.

A partir da temática Comunicação Não-Violenta e o espaço escolar brasileiro, optou-se pela utilização da *string* de busca “Comunicação Não Violenta” *and* “escola” *and* “Brasil” ao procurar pelos os termos exatos em qualquer parte das produções científicas. Assim, as produções são artigos científicos, trabalhos de monografia e especialização indexadas em língua portuguesa (Brasil) entre os anos de 2017 e 2021 nas bases de busca da BVS-Psi, PePSIC, SciELO e BVSsalud.

Posteriormente, após a categorização dos materiais científicos encontrados,

avaliações e interpretações dos mesmos, realizou-se intersecções com as demais literaturas para buscar responder aos objetivos específicos da pesquisa.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O presente estudo totalizou em 7 (sete) materiais científicos para análise de cunho qualitativo distribuídos entre: 4 (quatro) artigos científicos, 2 (dois) trabalhos de monografia e 1 (um) trabalho de especialização. Publicados entre os anos de 2018 e 2021, eles são das áreas das Ciências Jurídicas (1), Ciências Humanas (2), Pedagogia (2) e Educação (2).

Visando entender a Comunicação Não-Violenta nas escolas brasileiras foram criadas três categorias de análises: os benefícios e melhorias da Comunicação Não-Violenta nas instituições de ensino; as possibilidades de parcerias entre a CNV, família e comunidade escolar; e os campos de trabalho e intervenção da Comunicação Não-Violenta nas escolas.

Assim, a Comunicação Não-Violenta levanta a reflexão sobre a importância de uma maior atenção sobre os sentimentos elaborados por uma pessoa para que, posteriormente, estes sejam reconhecidos e as suas necessidades atendidas. Desse modo, é importante sensibilizar os jovens estudantes sobre os problemas do mundo e do outro, pois através de uma comunicação clara será possível de uma mudança individual e interna para transformações maiores.

Ao trazer esses assuntos em rodas de conversas junto com a CNV será possível promover uma autopercepção, trabalhar emoções e frustrações, mudanças e melhorias no convívio com os demais na escola para justamente diminuir a violência. Além disso, trabalhar com a CNV nas escolas é também discutir com o campo da saúde mental, uma vez que é possível com que professores, alunos, diretores, coordenadores e demais funcionários venham debater sobre o respeito às diferenças, a escuta ativa, empatia, acolhimento, confiança, compaixão, autoconhecimento e segurança no campo da saúde mental.

A escola como um ambiente de ensino-aprendizagem traz possibilidades de desenvolver o bem-estar dos sujeitos, crescer com os conhecimentos adquiridos e repassá-los para outras pessoas. Portanto, é imprescindível que as instituições de ensino apresentem um espaço de escuta para os alunos e valorizem suas opiniões, assim como a família tem o seu dever de acompanhar os filhos, entender as demandas existentes no processo de aprendizagem e pensar nas melhorias do convívio escolar junto à instituição de ensino.

Cabe, ainda, considerar que a CNV também pode ser trabalhada fora das salas de aula com os estudantes em rodas de conversas, elaboração de materiais e atividades, pois a proposta da Comunicação Não-Violenta é ultrapassar os muros institucionais. Justamente por buscar com que as aprendizagens didáticas possam tornar alunos responsáveis, capazes de perceber as injustiças sociais e lidar de forma crítica.

Por fim, o presente estudo confirmou as hipóteses elaboradas e possibilitou esclarecimentos para estudantes, professores, gestores, coordenadores, orientadores, psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais da educação a enriquecer suas atuações e suscitar mais o interesse pela temática desenvolvida. Com base nos poucos estudos encontrados na área da Psicologia sobre a temática, sugere-se para as próximas pesquisas um maior aprofundamento sobre o campo da saúde mental e a atuação dos profissionais da Psicologia utilizando a abordagem da Comunicação Não-Violenta nas escolas.

REFERÊNCIAS

BOUER, Jairo. 23% dos estudantes brasileiros já sofreram bullying, diz pesquisa. **Uol, Saúde Mental**, 2 jan. 2022. Disponível em: <https://doutorjairo.uol.com.br/leia/23-dos-estudantes-brasileiros-ja-sofreram-bullying-diz-pesquisa/>. Acesso em: 25 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 24 mai. 2022.

OLIVEIRA, Terezinha *et al.* Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. *Políticas Educativas*, v. 6, n. 2, p. 145-160, 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/Poled/article/download/45662/28843>. Acesso em: 28 mai. 2022.

ROGERS, Carl. **Sobre o poder pessoal**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2006.

O LUTO NÃO RECONHECIDO NAS MATERNIDADES E HOSPITAIS: UMA REVISÃO DE LITERATURA NARRATIVA

**Maria Consuelo Alves Campos¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Jaguaribe. E-mail: consuelo.campos@fvj.br),
Mayra Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br).**

RESUMO

O presente trabalho é uma revisão de literatura narrativa com a finalidade de aprofundar sobre o luto não reconhecido nas maternidades e hospitais, algumas vezes ignorado, por uma questão de incompreensão e entendimento da sociedade, assim também como a família. A pesquisa pretende intensificar os estudos no que concerne ao processo do reconhecimento desse luto, buscando despertar a empatia nos familiares e na sociedade, por meio de uma revisão literária narrativa, sobre a ótica de alguns autores, onde eles escreveram sobre relatos de mulheres que perderam seus filhos com pouco tempo de gestação, esse luto passa despercebido, assim como essas mulheres que necessitam permanecer nas maternidades com os recém-nascidos em incubadoras, fototerapias, entre outros cuidados essenciais, vivem essa dor no seu recolhimento interior, com receio de manifestar e não ser compreendida. Destaca-se ainda a importância da intervenção do psicólogo hospitalar nesse momento vivenciado por essas pessoas. Se faz necessário toda uma estrutura para acolher esses pacientes, a fim de dar suporte necessário para a superação de suas complicações de saúde, assim também como psicológica.

Palavras-Chave: luto não reconhecido; perdas; psicologia hospitalar.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o intuito de compreender o processo de luto das mães e parturientes, assim como despertar nos leitores o sentimento da empatia sobre o luto não reconhecido, vivenciado por essas mulheres. Os efeitos emocionais nesta experiência dolorosa de modo geral são deprimentes, devastadoras. Para Rodrigues (2018), alguns sentimentos são gerados como angústia, medo, arrependimentos; e esses sentimentos não podem ser reparados e expressados, pois, a pessoa se encontra desfalecida e não poderá escutar. Inúmeras são as experiências vivenciadas por essas mulheres. Experiências dolorosas que não tem volta, a criança morreu, fica o vazio do abraço ausente que não pôde ser dado. Quando se olha para o ciclo da vida, se compreende que a morte fetal percorre caminho contrário do percurso natural. Segundo Freitas e Michel (2021) os pais sempre devem morrer primeiro que os seus filhos, caso seja o inverso parece algo inadmissível dentro do ciclo da vida. Essa ruptura se torna insuportável.

MARCO TEÓRICO

Para Papalia (2013) o luto está muito ligado ao vínculo com a pessoa que morreu, um confronto consigo e uma nova adaptação na vida, compreendendo e fazendo um novo jeito de viver. E para Cunha (2015) é uma questão de elaboração no processo cognitivo. As pessoas quando falam de vínculo ligam isso ao tempo, esquecendo a intensidade e a conexão forte que

as pessoas costumam vivenciar no processo da maternidade. Negar essa dor, será como negar a si mesmo, a sua existência, a sua humanização. A não permissão de viver o luto pode ser tanto dada pela própria pessoa, quanto pela sociedade, esse processo acontece por diversas razões. Reconhecer a dor é admitir uma coisa como verdadeira, de modo geral a negação com relação ao luto não reconhecido passa pela ignorância de sua existência, por ambiguidades existentes ou para se defender de uma emoção que ela provoca (CASELLATO, 2015). A cultura exerce um poder muito grande sobre as pessoas e a sociedade como um todo. Os sofrimentos ocasionados pelo meio ambiente, pode romper esperança, alegrias e expectativas de dias melhores.

METODOLOGIA

O estudo apresentado se trata de uma revisão de literatura narrativa. De acordo com Rother (2007), nos artigos na forma narrativa o pesquisador tem como se apropriar da narração e nela escrever e discutir os pontos relevantes para pesquisa, dentro do seu modo de pensar e suas perspectivas de acordo com suas teorias e ideologias. A pesquisa narrativa se torna envolvente para os pesquisadores e autores que se propõem a escreverem suas histórias ou de outras pessoas, pois a narração traz experiências da vida das pessoas que se propuseram a relatar sua história. A forma narrativa proporciona ao autor ou pesquisador trocas de experiências enriquecendo, assim, a pesquisa, assim como aos leitores com seus relatos (CALADININ; CONNELLY, 2011). Foram utilizados artigos publicados nas bases de dados Google acadêmico, Scientific Electronic Library Online - Scielo, Periódicos Eletrônicos de Psicologia - Pepsic e livros. As palavras-chave utilizadas nas buscas, foram: luto e perdas, psicologia, luto não reconhecido, luto e estratégias de enfrentamento, intervenção psicológica. Sendo que foi selecionados 30 artigos e excluídos 4, sendo incluso 26 artigos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Cada pessoa faz sua experiência de luto. As imposições da sociedade tendem a sufocar os sentimentos experienciados neste momento de dor, e as falas das pessoas mais próximas podem contribuir para a superação ou dificuldade de expressar sua dor neste momento. A dor não manifestada ocasiona outras dores que podem romper com toda estrutura humana capaz de superação. Mesmo sendo apenas um embrião, essa interrupção afeta o emocional de toda a família, para mãe ou para toda família não se tratava de um pequeno embrião, mas se de um filho, neto, sobrinho, esse embrião na maioria das vezes já possui nome e sobrenome. Então cada palavra dita neste momento pode ser considerada uma violência aos sentimentos de uma mulher, de uma mãe, que se esforça para manter-se de pé para dar continuidade à sua vida. O artigo narra a história da vida das pessoas que perderam ou negaram o direito de manifestar a sua dor. De modo geral quando as crianças nascidas com baixo peso ou alguma outra patologia que necessite de cuidados especiais em fototerapias, Unidade Terapia Intensiva - UTI, suas mães experienciam a morte antecipada, uma angústia constante com medo de perder seu filho, sem expressar a ausência de casa, pois quando os bebês nascem de modo geral no dia seguinte vão para casa, neste caso tiveram que permanecer internado na unidade hospitalar. O termo luto não reconhecido pode ser visto nas mudanças de uma cidade para outra e perda de emprego. Pais também sofrem perda neonatal, a cultura no Brasil só visualiza a pessoa da mulher. A temática do luto não reconhecido surge também em outros estudos como os estudos de caso nas maternidades, luto no caso de paternidade, o homem também perde seus filhos recém nascidos, mas são ignorados, voltado seu olhar somente para a mãe. A

negação da dor sempre trará outras dores ou enfermidades, que de algum modo tem o poder de desanimar permanentemente quem dela experimentar.

REFERÊNCIAS

BARTILOTTI, M. R. M. B. Obstetrícia e Ginecologia: Urgências Psicológicas. Em: Angerami-Camon (org), V. A. **Urgências psicológicas no Hospital**. São Paulo: Pioneira, 1998.

CASELLATO, G. Luto não autorizado: o fracasso da empatia nos tempos modernos. **Suporte psicológico ao luto não reconhecido**. São Paulo: Summus, 2015. p. 15-28.

CUNHA, M. I. Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23, n. 1-2, p. 1-7, 1997.

MARTORELL, Gabriela; PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **O Mundo da Criança-: Da Infância à Adolescência**. McGraw Hill Brasil, 2019.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO SEXUAL COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR

**Maria Vitória Silva Nunes¹ (Aluna do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe E-mail: maria.vitoria@fvj.br),
Mayra Serley Barreto de Oliveira² (Professora do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, E-mail: mayra.serley@fvj.br).**

RESUMO

O presente estudo busca descrever a importância da formação dos educadores para a inserção eficaz da educação sexual na escola. Parte do pressuposto de que a educação sexual inserida nas escolas, atuará como agente de prevenção do abuso sexual infantil. Apesar da existência do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, criado para garantia dos direitos da criança e a mudança em relação à criança, que hoje ocupa um lugar central no seio familiar, sob um olhar de cuidado e proteção, ainda existem situações de perigo a que estas estão submetidas. Uma delas é o abuso sexual infantil. Entendendo a importância da escola na vida da criança, para o seu desenvolvimento e sua formação, ela possui também o papel de falar sobre sexualidade, respeitando a fase da vida de cada criança e sua compreensão. Porém, alguns fatores impossibilitam a abordagem da temática, como o preconceito que ainda existe, envolvido por tabus e dogmas e a falta de formação dos profissionais da educação. Visto que, profissionais capacitados, agirão de forma adequada frente a determinadas situações, e manterão os alunos a par do conhecimento que eles têm direito de possuir.

Palavras-chave: criança; abuso sexual; educação sexual; formação; profissionais; escola.

INTRODUÇÃO

A criança teve seu lugar, papel e significado modificados ao longo dos anos. A sociedade como um todo enxergava a criança como um mini adulto, as mesmas se comportavam e se vestiam como tal. Apenas uma pequena parcela das crianças possuíam cuidados, e se dava em um período específico, apenas nos primeiros anos de vida. Ao passar dos anos, a família teve a sua dinâmica modificada e com isso, a criança passa a assumir um novo papel; de um ser sem importância passa a ser o centro da família. No processo de mudança a criança é vista sob uma nova ótica, com um olhar de cuidado e proteção. Esse período da infância ganha novos significados de acordo com aspectos sociais, econômicos ou culturais. Com isso, considera-se que a infância é relativa e muda de acordo com o tempo e as diferentes circunstâncias em que a criança está inserida (ARIÉS, 1978). Um momento muito importante na vida da criança é a sua entrada na escola, permeado por novas experiências. Dentro desse contexto, a escola assume um papel muito importante na vida do ser, para sua formação e desenvolvimento. Visto que, é o primeiro meio distante da sua família, o que contribui diretamente no aspecto social. Permitindo que nesse contexto relações sociais sejam estabelecidas, vínculos criados se tornando um ambiente confortável e propício para crescimento. O conhecimento adquirido não tem relação somente no que diz respeito ao aspecto cognitivo: atenção, memória e criatividade. Mas, comportamento social e consciência cidadã. (COHN,2005). No ambiente escolar, surgem muitas dúvidas e situações, é o local propício para se ter acesso à informações no que concerne à sexualidade. Assim, é possível

entender a necessidade da inserção da temática educação sexual dentro do contexto escolar como estratégia de prevenção do abuso sexual infantil. Sabendo que a escola é um espaço de formação, entende-se que a escola não substitui a função da família, mas o complementa, contribuindo para a formação de indivíduos, é importante salientar que as crianças estão aprendendo sobre sexualidade a todo momento, pois lidam com diversos estímulos, assim a partir do seu entendimento formulando conceitos (ARCARI,2017). Determinados fatores impedem que a educação sexual seja aplicada e inserida na escola de forma eficaz, um deles é a falta de capacitação dos profissionais da educação, com isso, o ponto central do trabalho é entender a importância da formação em educação sexual dos educadores. A inserção da temática abuso sexual infantil na formação do professor, é determinante para que saibam agir frente a determinadas situações. Com uma capacitação apropriada o olhar do professor muda para com o seu aluno, o conhecimento garante que determinados comportamentos possam ser identificados e de fato aconteça a prevenção através do acesso a informações e momentos que podem ser proporcionados dentro da sala de aula (SPAZIANI; MAIA, 2015).

METODOLOGIA

Foi utilizada a revisão narrativa da literatura, a revisão narrativa é um tipo de trabalho de visão ampla sobre determinada temática, usado para representar e dissertar o processo de desenvolvimento ou o “estado da arte” de um assunto, neste caso, o tema do trabalho, de caráter teórico ou contextual. A partir da análise da literatura de livros, artigos científicos, artigos de revistas impressas e/ou virtuais (ATALLAH,2005). A busca foi realizada em artigos científicos nacionais disponíveis online em texto completo, acessadas nas bases de dados do Biblioteca Eletrônica Científica - Scielo, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - Lilacs e Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia - Pepsic, livros, revistas eletrônicas nacionais, documentos oficiais do governo e Periódicos com os seguintes descritores: abuso sexual infantil, escola, criança, educação sexual, formação e profissionais. Foram utilizados artigos publicados entre 2000 e 2020 e livros publicados a partir do ano de 1978, foram utilizados artigos que se correlacionam com o tema do trabalho. Sendo selecionados 38 artigos.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O abuso sexual diz respeito a toda intervenção abusiva com a criança, com caráter de imposição, usando da autoridade para gerar um ambiente em que a vítima se sente culpada. Sendo muito comum o intrafamiliar, quando o ato violento é cometido por algum parente ou pessoa próxima (ARCARI,2017). O abuso é uma importante questão de saúde pública, com números de casos alarmantes, que provoca nas vítimas uma série de prejuízos tanto físicos, quanto psicológicos, em muitos casos, desenvolvem transtornos e têm consequências a longo prazo. Dessa forma, as crianças precisam ter acesso à informação como forma de prevenção. Através da educação sexual é que serão ofertadas ferramentas para identificarem as situações do cotidiano, buscarem ajuda e selecionarem valores construídos a partir da reflexão, na relação com o outro e consigo mesmo. A educação sexual com caráter de proteção e prevenção, proporciona um ambiente seguro e de liberdade para que as crianças se comuniquem com familiares, educadores e outros profissionais, caso estejam enfrentando esse tipo de violência (ARCARI,2017). Posto isto, é possível compreender através das pesquisas e resultados que, a educação sexual é um importante agente preventivo do abuso sexual infantil, quando inserida no contexto escolar. É interessante que seja introduzida já na Educação

Infantil, com o objetivo de propor a reflexão das crianças sobre a sexualidade. Porém, é possível identificar algumas dificuldades, como o tabu e dogmas da sociedade em geral e a falta de capacitação dos docentes, aspecto esse, trabalhado na pesquisa. A capacitação dos professores referente à temática é necessária para uma atuação baseada na teoria aprendida, além de efetuar um trabalho de forma muito mais eficaz, é preciso implementar o conteúdo da sexualidade humana e gênero na formação dos/as educadores/as, uma vez que, essas questões irão, muito provavelmente, fazer parte do cotidiano escolar. (SPAZIANI; MAIA, 2015). Um ponto significativo para um trabalho eficaz e conciso é a capacitação dos profissionais da educação. A inserção da temática somente, não fará a diferença, se os educadores não estiverem preparados. A capacitação necessária permite que os profissionais identifiquem comportamentos-problema, trabalhem temáticas importantes e pertinentes, disponibilize nas aulas uma demanda de informações sobre o corpo, formas de se proteger e a quem buscar ajuda, além de que saiba agir frente a determinadas situações que surgem no dia-a-dia. A capacitação dos profissionais se dá através da inserção da temática na grade curricular ou como formação continuada. Através dos estudos realizados foi possível identificar um atraso das escolas no que diz respeito à inserção da temática educação sexual e a capacitação dos professores, mesmo reconhecendo a sua importância, além de ser possível constatar a falta de estudos práticos, pesquisa de campo, após uma experiência vivenciada que fortaleçam os argumentos aqui descritos.

REFERÊNCIAS

- ARCARI, Carline. Educação sexual como prevenção da violência sexual. **Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Direitos sexuais são direitos humanos: coletânea de textos. Brasília: Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**, p. 23-28, 2017.
- ARIÈS, P. A História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978
- ATALLAH, Alvaro Nagib; CASTRO, Aldemar Araujo. Revisão sistemática da literatura e metanálise. **Medicina baseada em evidências: fundamentos da pesquisa clínica**. São Paulo: Lemos-Editorial, p. 42-48, 1998.
- COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.
- SPAZIANI, R.B.; MAIA, A.C.B. Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras. **Revista Psicopedagogia**, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015

A DANÇA E SEUS BENEFÍCIOS PARA A SAÚDE MENTAL

**Nayra Raquel Pereira dos Santos¹ (Aluna do curso de psicologia do centro universitário do vale do Jaguaribe, e-mail: nayra.santos@fvj.br),
Thahyana Mara Valente Lima² (Orientadora e Professora do cento universitário do vale do Jaguaribe, e-mail: thahyana.valente@unjaguaribe.edu.br)**

RESUMO

O seguinte estudo tem como intuito falar um pouco de como a dança pode influenciar positivamente na saúde mental avaliando alguns aspectos para que se chegue a essa conclusão. Segundo a OMS (2018) a saúde mental é onde a pessoa se sente bem e assim conseguindo ter uma relação produtiva no seu dia. A dança de acordo com o ministério da saúde (2018) é uma ótima atividade física, onde usa de alguns elementos como movimentos e som, assim gastando energia, independente do estilo de dança que a pessoa faz, esta vai fazer um bem para a saúde física e mental. A dança pode ser realizada por pessoas de várias idades, bastando o profissional da dança adaptar cada coreografia para as idades e limitações dos participantes, estes escolhendo o estilo de dança com que se identifiquem mais, de acordo com seu estilo de pessoal e de vida. Esta revisão narrativa bibliográfica, tem como objetivo mostrar as informações que foram encontradas em artigos online e livros sobre o tema em questão, mostrando que há muito tempo atrás a dança era usada para expressar muitas coisas para com seu povo e as figuras religiosas que eles acreditavam, sendo realizadas por todos os seres biológicos, o que vai mudar é somente o objetivo dessa expressão e como ela é realizada. A dança, principalmente no Brasil, é um elemento cultural, nosso país é cercado de cultura, em vários aspectos. Outro elemento importante trazido neste estudo, é onde diz quem pode praticar a dança, que no caso seriam todas as pessoas e onde elas eram realizadas. Por tanto, com todos esses aspectos citados entramos em conclusão, sobre o por que essa dança faz bem as pessoas, entrando nos aspectos mente e corpo como sendo inteiramente beneficiado.

Palavras-chave: dança; saúde mental; cultura.

INTRODUÇÃO

A dança ela tem significados, Guimarães (apud. Garcia; Cestaro; Dias; Glitz; Paz; Braz,2009) destacam que ela é uma arte expressiva, portanto, a pessoa se comunica com o corpo, vai transmitir o que ela está sentindo e passando. A dança existe há muito tempo, antes sendo usada como ritual, assim, se comunicando com os deuses e as pessoas que estão naquela pequena civilização, fazendo com que o humano se desenvolva até o que é hoje. Mas, a dança não é somente uma arte humana, ela habita em vários elementos e abriga várias espécies, como os animais, que usam da dança para se comunicarem. Vários tipos de comunicação podem ser relatados, como exemplo as abelhas, que dançam quando encontram alimentos, assim, a cada passo que ela dá mais próximo aquele alimento, mais intensa fica a sua dança. Von Frisch (apud Yamamoto; Volpato, 2007) explica que até mesmo a forma em que o corpo da abelha está em relação a sua colmeia vai determinar e mostrar a mesma onde está o alimento com base também na localização do sol. Outros exemplos de animais que se comunicam por meio da dança são rãs e elefantes. Narins (apud Yamamoto; Volpato, 2007), diz que as rãs apresentam um padrão estabelecido de batida de pé para atrair sua parceira,

dessa forma, quanto mais intenso ele realizar essa atividade, mais parceiras vai atrair. Percebemos através dos trechos acima, que a dança tem uma voz tanto no âmbito humano quanto no âmbito animal, assim, temos a dança como um elemento que tem diversas maneiras de ser manifestada.

Os autores Sousa e Pereira (apud Tirintan; Oliveira, 2021), nos comunica que a dança é um elemento a qual nos faz ter a real percepção de mundo, dessa forma, vamos nos perceber e também a todos que estão naquele mesmo espaço que nós, fazendo com que ocorra mudanças para a vida dos indivíduos, onde vai ser levado em consideração os limites da pessoa e como adaptar aquilo para que todos se sintam incluídos, ou seja, a dança nos faz perceber como indivíduos os aspectos corporais dos outros, a nossa e com os elementos que nos cercam. Os autores concordam que essas atividades experienciais fazem com que sua vivência se torne mais rica. Outro ponto que os autores falam, é sobre esse expressar corporal, que cada pessoa vai realizá-la de sua forma, respeitando seus limites e adaptando para seu corpo e o corpo dos outros que estão nessa prática, dessa maneira despertará cada vez mais o interesse do outro para o exercício dessa dança. Além do bem-estar, a dança é a prática de atividade física, por meio desta ocorre a liberação de um hormônio que sua função é dar a sensação de prazer e bem estar, segundo os autores Cruz; Filho e Hakamada (2013), a endorfina é um hormônio que é liberado durante o processo de atividade física, assim, ajudando na melhoria da ansiedade e depressão. Nesse sentido, sendo benéfico. A endorfina, também trabalha no sistema nervoso, então na prática da dança esse hormônio vai sendo liberado, assim, o corpo todo vai sendo beneficiado, podemos destacar essa relação corpo e mente. Então, quando o corpo vai bem, a mente vai bem, são dois elementos que são beneficiados com a prática dessa atividade.

O presente artigo visa demonstrar que a dança é uma atividade que vai além da promoção de saúde física, ela é expressão, cultura, história, e uma construção social, portanto estando presente de diversas formas no nosso meio. É uma ferramenta potente na promoção e manutenção de saúde mental, uma forma de expressar para esta.

MARCO TEÓRICO

A dança é uma arte que se desenvolve a partir da dedicação e experiência que o praticante dedica à ela, isto é, quanto mais a pessoa gostar e se dedicar realmente aquilo, será uma arte de aprovação benéfica. Freire (2001) aponta também para o potencial inclusivo da dança, através da prática para pessoas com deficiência, este por seguinte sendo de facilidade adaptativa. Portanto, vai depender do profissional que está passando a atividade fazer com que todas as pessoas daquele meio se sintam confortáveis e incluídas, sendo beneficiada de todas as maneiras possíveis.

Segundo Freire (2001), a dança é uma arte prática, vivenciada, assim, como a música e o teatro. Na hora da realização da dança os dançarinos avaliam, dividem e aprendem uns com os outros. Isto é, a dança é algo que precisa ser sentido e vivenciado para que seja realmente sentida, é uma arte que é de cunho compartilhado, pois se dividem sentimentos, vivências entre as pessoas que estão naquele meio, para ser algo compartilhado a todos. Sendo assim, a dança é uma arte que pode ser apresentada para um grupo de maneira formal ou não formal. Então, a dança é feita para todos os públicos, basta ter uma adequação de local e como fazê-la.

As autoras Liberato e Dimenstein (2009) fizeram sua tese voltada para a dança, uma reflexão interessante foi sobre a quem se destina a prática da dança. Muitos pensam que a dança é feita somente para pessoas com boas condições financeiras, que tem um dom, ou que

prática a anos, mas a verdade é que ela pode sim ser feita por várias pessoas de todas as idades e em quem se interessar. Outro ponto muito importante para se ressaltar é para aquelas pessoas que pensam que psicólogos, profissionais voltados para essa área fazem o uso da dança somente para preencher tempo, ou como as autoras mesmas usam: “como atividades recreativas”, quando na verdade, a dança ajuda em vários aspectos, ela é uma maneira mais leve e livre de se expressar, sem precisar falar. Ao frequentar aulas de dança, podemos perguntar as pessoas que estão ali o porque delas escolherem a dança como atividade, muitos falam que por meio dela conseguem desestressar de momentos do dia a dia, é um momento da pessoa, um momento que ela pode se conhecer e conhecer pessoas novas, sendo uma forma terapêutica leve e gentil a ser trabalhada.

Brasileiro (2010) aponta que ao longo da história brasileira a dança foi e é um meio onde ocorrem diversas manifestações, fé e estados emocionais, assim como de manifestações culturais e tradições de um povo. O carnaval, por exemplo, é uma festa popular vivenciada no Brasil inteiro, revelando-se como um componente popular antigo, podendo se afirmar como o elemento mais bem preservado, onde alguns países tentam reproduzir, mas como culturalmente falando é algo pertencente ao Brasil, não é fácil de ser entendido, pois perpetua na cultura brasileira a muito tempo.

METODOLOGIA

Este artigo trata-se de uma revisão narrativa de literatura, cujo objetivo é expor que a dança é um fator benéfico para uma boa saúde mental através de dizeres de outros autores. O seguinte artigo tem o objetivo de tratar deste assunto de forma direta e objetiva. As pesquisas se iniciaram no ano de 2022, nos meses de setembro a novembro para a obtenção do título de bacharel em psicologia. As informações contidas nesse artigo, foram tiradas do scielo (Scientific Electronic Library Online); ministério da saúde e E. Fdeportes e o livro online comportamento animal, todos estes tratando do assunto em questão, com a temática deste artigo.

Para o artigo em questão ser feito, pesquisei alguns artigos que relataram sobre o tema em questão ou alguma relação entre eles, encontrei o total de 17 artigos e 3 livros, mas foram usados neste artigo o total de oito artigos, porém, seguindo os seguintes descritores: saúde mental, dança, saúde geral, biologia, humanidade, benefícios, hormônios liberados, atividade física; e os seguintes detratores: idosos, infância e juventude.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Para a produção deste trabalho foram pesquisados artigos ou livros encontrados de maneira online com o tema em questão, cujo foram encontradas algumas dificuldades, pois em meio a pesquisa foi percebido que quem produzia os trabalhos, levava para uma via, que tinha como o corpo sendo evidenciado como o elemento central das práticas dessa dança. Quero destacar que esse corpo ideal para a prática dessa dança não existe, pois todos podem realiza-la, independentemente de qualquer coisa. Mente e corpo andam juntos, em uma sintonia, quando o corpo vai bem, a mente também vai, não se pode trabalhar um e esquecer do outro, os dois estão interligados.

Esse tema pode ser pesquisado e estudado por profissionais de várias áreas, a psicologia por exemplo, pode estar utilizando dessa temática para provar que a dança é sim uma maneira mais leve de tratar algum problema, já que algumas pessoas pensam que profissionais da área da saúde usam da dança como atividade para preencher o tempo, mas a

psicologia pode dizer o contrário, que a dança é sim um fator importante que pode ser bastante explorado. Então, a dança é uma forma ativa e prática de expressão de sentimentos.

Espero que mais pessoas tenham interesse em pesquisar sobre esse tema que é de grande importância, não só para praticantes como para estudiosos. É um tema que cerca todas as pessoas, por isso vi a importância em aprofundar meus conhecimentos para fazer esse artigo.

REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, Livia Tenório; **A dança é uma manifestação artística que tem presença marcante na cultura popular brasileira**, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/Ch9QvNkbYvw5xNKZF9RdkPw/?lang=pt>, acesso dia: 02 nov. 2022.

GUZZO, Marina Souza Lobo; SPINK, Mary Jane Paris; **Arte, dança e políticas**; 2015.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/wsF4CnGCnPwfjSDYzgX4bDS/?lang=pt#:~:text=A%20dan%C3%A7a%20teria%20papel%20privilegiado,social%20que%20pressup%C3%B5e%20uma%20mobiliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 20 nov. 2022

FREIRE, Ida Mara; **Dança-educação: o corpo e o movimento no espaço do conhecimento**, 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/DCrTySKB3KpC9knsrTg7Drf/?lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2022

LIBERATO, Mariana Tavares Cavalcante; DIMENSTEIN, Magda. **Experimentações entre dança e saúde mental**, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/fractal/a/7tWPggX4XZDkddBHhqZ4nJc/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2022

AMARANTE, Paulo; **Saúde mental e atenção psicossocial**, 2018, 4ª edição; p.11 e 12; 15. disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ihb0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=sciELO+sa%C3%BAde+mental&ots=PtEmjji26E&sig=SW_kqv0bxVeeHhX8ZVzX1orhbHU#v=onepage&q&f=false)

[BR&lr=&id=Ihb0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=sciELO+sa%C3%BAde+mental&ots=PtEmjji26E&sig=SW_kqv0bxVeeHhX8ZVzX1orhbHU#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Ihb0AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=sciELO+sa%C3%BAde+mental&ots=PtEmjji26E&sig=SW_kqv0bxVeeHhX8ZVzX1orhbHU#v=onepage&q&f=false) acesso dia: 01 nov. 2022

SERVIÇO SOCIAL

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

**Francisco Francivaldo Sabino da Silva Filho¹ (Aluno do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: francivaldo.filho@fvj.br).
Yara Ketlin Silva Lima de Freitas² (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).**

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo debater acerca do exercício profissional do assistente social na política pública de saúde no Brasil, tratando as possibilidades e desafios apresentados pelos profissionais inseridos nesse campo de atuação. A participação do Serviço Social na política de saúde desenvolveu-se desde as primeiras ações ligadas à proteção social até o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando sua importância na efetivação dessa política pública. O trabalho em questão trata-se de uma revisão narrativa, no qual a busca de dados foi realizada em meio digital, portanto, todos os artigos foram selecionados a partir de bases de dados eletrônicos, utilizados como base de referência para o desenvolvimento do referencial teórico. Dessa forma, a amostra deste trabalho foi realizada com base na seleção de artigos científicos voltados para a temática proposta. Com as buscas, podemos perceber que na área da saúde o Serviço Social trabalha com o atendimento direto, informativo e educativo junto aos usuários, buscando garantir a defesa dos direitos sociais e o pleno exercício da cidadania, compreendendo em sua atuação o conceito amplo de saúde e o trabalho multiprofissional para intervir nos aspectos sociais, culturais e econômicas que afetam as condições em saúde dos usuários, por isso, a necessidade de um profissional capacitado que faça um acolhimento humanizado. O trabalho do assistente social na saúde não pode se afastar das atribuições específicas da profissão e dos valores e princípios dispostos na Lei 8.662/93 e no Código de Ética.

Palavras-chaves: Saúde pública; SUS; Assistente Social; Serviço Social.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir acerca do exercício profissional do assistente social na política pública de saúde no Brasil, tratando os desafios e possibilidades apresentados pelos profissionais inseridos nesse campo de atuação. A participação do serviço social na política de saúde desenvolveu-se desde as primeiras ações ligadas à proteção social até o surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), ressaltando sua importância na efetivação dessa política pública.

Dessa forma, o objetivo geral é debater o exercício profissional do assistente social no Sistema Único de Saúde, buscando abordar os conhecimentos estudados para todos que tenham interesse pela temática, tendo como objetivos específicos: Investigar a atuação profissional do Serviço Social no SUS; Compreender o papel do Assistente Social como profissional de saúde na equipe multiprofissional; Refletir sobre a intervenção do profissional diante dos usuários.

MARCO TEÓRICO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a definição de saúde ultrapassa a perspectiva da ausência de doença e compreende o completo bem-estar físico, mental e social. Esse conceito, atualmente, orienta a política de saúde pública no Brasil, em outros tempos, modelos como o biomédico e o hospitalocêntrico centralizavam o atendimento, voltando-o ao adoecimento do indivíduo e a especialidade médica.

O Serviço Social, uma profissão regulamentada pela Lei nº 8.662/93, por meio da Resolução nº 218 de 06/03/1997, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que se enquadra no campo de atuação da saúde, colabora para concretização das propostas do SUS, principalmente na questão da prática educativa voltada para o conseguimento da Saúde Pública no Brasil em que o Assistente Social é caracterizado profissional da saúde, conforme Resolução CFESS Nº 383/99 de 29/03/1999, e vem a contribuir muito com o processo de consolidação de direito à saúde/doença, onde buscam fundamentar-se na legislação social brasileira, sendo comprometidos profissionalmente com os direitos sociais, as políticas públicas e a democracia (BRAVO, 2000).

METODOLOGIA

Conforme Gil (2008, p. 26) a pesquisa pode ser definida como “[...] o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Nesse sentido, a pesquisa científica está presente em todos os campos do aprendizado, principalmente no que se diz respeito aos cursos de graduação e pós-graduação.

O trabalho em questão trata-se de uma revisão narrativa, no qual a busca de dados foi realizada em meio digital, portanto, todos os artigos foram selecionados a partir de bases de dados eletrônicas, como: PubMed, Biblioteca Virtual Scientific Electronic Libray Online (SCIELO) e literatura latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Para elaboração do trabalho a busca se deu através dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS): Política de Saúde Pública, Assistente Social, Serviço Social e atuação. Em geral, todos os artigos selecionados preencheram os critérios clínicos, revisões bibliográficas ou revisões sistemáticas e estudos retrospectivos e observacionais.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O exercício profissional na saúde, não deve ser visto, apenas, como atividade prática, onde cada especialidade atua de forma isolada, é importante que o trabalho seja multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial. Essa articulação é necessária para o atendimento das necessidades sociais e de saúde da população usuária, visando atender a garantia constitucional do direito universal à saúde e a construção institucional do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse sentido, o assistente social que hegemonicamente orienta o trabalho no projeto profissional do Serviço Social, em consonância com o Projeto da Reforma Sanitária e do SUS constitucional, posiciona-se em defesa dos direitos da classe trabalhadora, fortalecendo a universalidade e o controle social. Inclusive, a categoria profissional elaborou coletivamente os Parâmetros para a Atuação de Assistente Sociais na Política de Saúde para ratificar o compromisso do profissional na defesa das necessidades de saúde da população usuária.

Portanto, a atuação do assistente social na saúde requer um profissional crítico e propositivo, capaz reconhecer seu papel na efetivação da política de saúde, devendo levar em consideração as bases legais e os compromissos éticos-políticos para embasar sua

intervenção cotidiana. Dessa forma, o profissional tem uma leitura da realidade social dos usuários, para e além da doença, sobretudo, consegue identificar as determinações que interferem nas condições de vida e de trabalho, reconhecendo a saúde como direito e apontando caminhos para superação dos problemas.

REFERÊNCIAS

BRAVO, M. I. S. Política de Saúde no Brasil. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. As Políticas de Seguridade Social Saúde. In: CFESS/CEAD. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo III: Política Social. Brasília: UnBCEAD/CFESS, 2000.

COSTA, M. D. H. da C. **O Trabalho nos Serviços de Saúde e a Inserção dos (as) Assistentes Sociais**. São Paulo, Cortez, 1998.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Resolução nº 383 de 29 de março de 1999. Caracteriza o assistente social como profissional da Saúde.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde. Trabalho** e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília: CFESS, 2010. (p.17-23).

MOTA, Ana Elisabete *et al.* **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde.

O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO COMO CONTRIBUIÇÃO PARA O EMPODERAMENTO FEMININO

Mariana Ribeiro da Silva¹ (Aluna do Curso de Serviço Social do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e mail: mariana.silva@fvj.br),
Yara Ketlin Silva Lima de Freitas² (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

Este trabalho monográfico aborda o empoderamento feminino nas escolas e a importância do Assistente Social nesse processo. O profissional enfatiza as consequências que ocorrem, como a proliferação dos preconceitos relacionados ao gênero feminino, o processo de luta das mulheres pelos seus direitos à educação e demonstram através da práxis, como é necessário abordar esse tema atualmente. A política nacional de educação é bastante intitulada na garantia de direitos, contribuindo para que o conhecimento chegue a todos os brasileiros, porém existe uma fragilidade nas escolas quando se percebe o preconceito. A pesquisa utilizada foi a bibliográfica e de campo, onde aborda sobre a atuação do profissional de Serviço Social e a importância da sua inserção no âmbito escolar como processo principal na garantia de direitos dos discentes e de suas famílias, com foco no empoderamento feminino, ou seja, fazendo os discentes e funcionários perceberem a importância do respeito dos homens em relação às mulheres. O Assistente Social dentro da escola, desempenha um papel primordial no conhecimento e na viabilização dos direitos.

Palavras-chave: empoderamento feminino; Serviço Social; educação.

INTRODUÇÃO

O empoderamento feminino, além de ser um assunto extremamente importante e necessário, foi o motivo deste trabalho durante a realização do Estágio Supervisionado I, II e III na Instituição de ensino integral Darcy Ribeiro, localizada em Aracati - Ceará, onde notou-se uma necessidade de realizar debates acerca do empoderamento feminino, com meninas e meninos a fim de conscientizar e ajudá-los na formação de um mundo com menos machismo e misoginia. A importância do trabalho do Assistente Social deve ser de potencializador do empoderamento feminino, e como o mesmo deve ser trabalhado nas escolas. Esse processo não busca somente empoderar meninas, mas como também as informar sobre o processo de lutas das mulheres para terem seus direitos garantidos e a necessidade da busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

O presente trabalho monográfico aborda a importância do trabalho do Assistente Social como potencializador do empoderamento feminino, e como o mesmo deve ser trabalhado nas escolas.

MARCO TEÓRICO

A educação nacional passou por várias mudanças para que se chegasse ao modelo atual, não somente de ensino como também de maneira organizacional. Podendo citar a educação feminina, que não era vista como prioridade, já que as pessoas do sexo feminino não

precisariam dela para ser donas de casa, e conseqüentemente recebendo uma certa educação as mulheres iriam se rebelar contra o sistema patriarcal e machista, que não era o que a sociedade de anos atrás desejava, dessa forma elas eram proibidas de estudarem.

Com o intuito de oferecer uma educação igualitária e justa que surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, também estabelece as diretrizes e bases da educação brasileira. A sua origem é datada no ano de 1961, mas devido ao golpe militar que o Brasil sofreu no ano de 1964, de maneira cruel pausou todas as ações na área da Educação, ela não conseguiu ser implementada, porém esta primeira legislação contribuiu de forma significativa para a criação da LDB que é vigente atualmente.

O âmbito escolar é amplo de informações e conhecimentos, além de demandas para o Assistente Social, esse local deve se estabelecer a proteção social, a equidade, o combate ao preconceito e a violência. Vai ser através dessa atuação que o profissional de Serviço Social irá contribuir de forma significativa dentro das escolas, com mais ênfase na educação pública que presencia um nível mais elevado de desigualdades sociais. O assistente social não tem como obrigação acabar com a misoginia, o ódio e a aversão às mulheres, o seu trabalho dentro das escolas é amenizar esse preconceito e prevenir estes jovens de serem futuros propagadores da herança patriarcal.

METODOLOGIA

O processo de pesquisa, a qual foi utilizado o método qualitativo conforme PEREIRA et al. (2018 p.67): “Os métodos qualitativos são aqueles nos quais é importante a interpretação por parte do pesquisador com suas opiniões sobre o fenômeno em estudo. Neles a coleta de dados muitas vezes ocorre por meio de entrevistas com questões abertas”.

O Estudo bibliográfico faz parte de uma grande parte desse trabalho, mas somente esse levantamento não seria necessário para analisar a realidade atual do ensino brasileiro, por isso, com a finalidade de obter a opinião de profissionais do Serviço Social atuantes na educação no município de Aracati tanto do setor público quanto do privado sobre o determinado tema, esse trabalho visou também sondar as ideias das entrevistadas como fruto para um trabalho futuro através da pesquisa qualitativa.

A pesquisa foi realizada no mês de novembro com o auxílio da ferramenta Formulário do Google Docs, onde foram inseridas 10 questões relacionadas ao empoderamento feminino nas escolas e a importância do Assistente Social nesse processo, as quais foram respondidas por 6 profissionais do Serviço Social. Vale ressaltar que as respostas deste questionário foram autorizadas pelas entrevistadas para estar presente neste trabalho.

As perguntas do questionário enviado aos profissionais foram divididas em identificação das entrevistadas e logo após com perguntas subjetivas com base no assunto deste trabalho, com o intuito de obter uma opinião mais crítica, aprofundada e com mais embasamento de Assistentes Sociais que trabalham na área da educação.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Na pesquisa realizada foi possível perceber que existem profissionais também dispostas a utilizarem o empoderamento feminino no seu cotidiano no âmbito escolar como forma de amenizar o machismo e os mais diversos tipos de discriminações contra as mulheres.

O trabalho do profissional de Serviço Social com base no seu código de ética vai em combate a todo tipo de preconceito e intolerância contra mulheres causando nesses jovens

alunos um referencial transformador, que conseqüentemente contribuirá não somente na vida particular de cada um, mas como também para toda a sociedade.

Embora o processo de transformação do meio educacional caminhe a passos lentos, é possível vislumbrar um futuro com mais estudos sobre o tema, com enfoque no trabalho do Assistente Social que contribuirá para a conquista dos direitos das mulheres e bem como seu reconhecimento na sociedade.

Portanto, diante desse contexto compreende-se a necessidade de profissional menos conservador, como ponto principal para se chegar a conquista do que foi apresentado, pois o conservadorismo contribui para uma sociedade mais machista, e aos demais preconceitos ligados ao gênero, por isso a necessidade de um Assistente Social capaz de lidar com novos/velhos temas e que faça a reflexão sobre os mesmos a fim de gerar uma diferença na forma de ensino nas escolas.

REFERÊNCIAS

CARRA, Patrícia R. Augusto. **Educação de mulheres no Brasil Colônia PARTE II (1540 – 1759)**. Histori-se, Porto Alegre, março 2021. Disponível em: <https://historise.com.br/brasil-colonia-educacao-de-mulheres/>.

ÁLVARO, Mirla Cisne; QUEIROZ, Fernanda Marques de; SILVA, Telma Gurgel da (org.) **Feminismo e serviço social: debates contemporâneos**. Mossoró. RN: EDUERN, 2018. 318p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

SAVIANI, Demerval. **A Lei da Educação: LDB trajetória, limites e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. 3 ed. São Paulo: IBRASA, 1986.

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO ACESSO AOS CUIDADOS DAS CRIANÇAS COM MICROCEFALIA NA DEFICIÊNCIA DE COORDENAÇÃO.

Aluna: Thayná Lourenço Lima, aluna do 8º período do Curso de Graduação em Serviço Social na Faculdade UNIJAGUARIBE

Yara Ketlin Silva Lima de Freitas (Professora Especialista do Centro Universitário do Vale do Jaguaribe, e-mail: yara.freitas@fvj.br).

RESUMO

Este estudo monográfico está baseado na estimulação precoce da coordenação motora das crianças que foram afetadas pela microcefalia, gerando um paradoxo familiar em relação à aceitação e o desenvolvimento futuro com suas consequências múltiplas, trazendo consigo um apoio social que envolve a família, a comunidade e o Estado de direito em relação às necessidades fisiológicas e psicológicas dos envolvidos nesse novo desafio. A atuação do assistente social tem como praxis as atividades de controle, acompanhamento, desempenho familiar e social, garantias dos direitos da criança, cadastro em programas governamentais e assistenciais, com atendimento específico pelo SUS e a preparação dos profissionais de saúde incumbidos de tratamentos, e apoio às mães em suas próprias residências, e se necessário, internações especiais.

Palavras-chave: criança, microcefalia, família e sociedade.

INTRODUÇÃO

A sugestão do presente trabalho se baseia na estimulação precoce de coordenação das crianças com microcefalia junto a família, para poder ser mais desenvolvida esse trajeto com mais rapidez onde a família pode ser o pilar é de muita importância para esse tratamento para que possa trazer resultados mais positivos e melhorando o bem estar maior das crianças, e é onde as famílias possam se engajar cada vez mais para dar qualidade de vida melhor para essas crianças.

Em relação ao Serviço Social, também se enumerou uma gama de responsabilidades por parte crescente destes agentes sociais. Mas, uma em especial, veio à tona com uma preocupante situação, que além dos estudos e treinamentos, o psicossocial detonou uma série de indulgências, negligências e despreparo para atuar nessa nova rotina de hospitais, lares, comunidades, entre outros.

Refere-se aqui, prontamente, a uma anomalia da anatomia humana, que se implanta mesmo no período da gestação - a microcefalia, que é a má formação do cérebro e conseqüentemente do crânio que se torna reduzido em seu tamanho, vindo a gerar uma dependência do recém-nascido e uma enorme preocupação de um futuro próximo e ao longo prazo.

Diante dessa incógnita, profissionais de saúde, assistentes sociais, família e comunidade se veem de mãos atadas em relação a nova convivência, aceitação, menosprezo, discriminação, rejeição, entre outros tantos inconvenientes encontrados não só na família, como também na saúde. Não há políticas sociais voltadas ao assunto, não há profissionais suficientes para dar amparo a essas famílias, não há hospitais especializados para se tratar ou pelo menos amenizar a dor da criança com microcefalia.

MARCO TEÓRICO

Dentro de um período conflitante, mediado por epidemias e a pandemia, surge uma nova problemática que, assim como nos casos citados, precisou-se de uma emergente solução e múltiplos estudos referentes aos fenômenos ocasionados em pleno século XXI, este tendo tecnologias avançadas, a medicina gera novas perspectivas de cuidados com a saúde e profissionais são preparados para entrar em ação.

Diante dessa incógnita, profissionais de saúde, assistentes sociais, família e comunidade se veem de mãos atadas em relação a nova convivência, aceitação, menosprezo, discriminação, rejeição, entre outros tantos inconvenientes encontrados não só na família, como também na saúde. Não há políticas sociais voltadas ao assunto, não há profissionais suficientes para dar amparo a essas famílias, não há hospitais especializados para se tratar ou pelo menos amenizar a dor da criança com microcefalia.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada baseia-se na pesquisa em livros, sites e revistas ligadas ao assunto. E este trabalho fundamenta-se principalmente em uma avaliação da “evolução satisfatória no quadro clínico da criança, que é essencial que seja incentivada a participação dos pais e demais familiares no tratamento, uma vez que é no meio social que a criança deve receber a maioria dos estímulos”.

O primeiro passo dado para construir esse trabalho se deu na busca de literaturas geradas a partir de órgãos públicos como a UNICEF que criou junto com a REDE DE INCLUSÃO – organização especializada em fomentar a inclusão de pessoas com anomalias caracterizadas, uma revista intitulada “REDES DE INCLUSÃO - Garantindo direitos das famílias e das crianças com Síndrome Congênita do Zika vírus e outras deficiências”. Está em o apoio da: UNICEF - Iniciativa Funda das Nações Unidas para a Infância; e da Fundação Altino Ventura (FAV) - Presidente do Conselho Curador – Liana Ventura.

“Porém, sabe-se que o diagnóstico de má formação congênita traz consigo uma série de estigmas, medos e sentimentos, como rejeição, de culpa, tristeza e desespero, já que a família depara com uma realidade oposta à planejada”. De acordo com o Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia – Ministério da Saúde; e Silva PLN, Soares ABA, Ferreira TN, Rocha RG. Maternal perception in terms of newborns with congenital malformations: a descriptive study. (Referencias Nº 00 e 01).

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Este trabalho terá uma grande influência para dar continuidade aos estudos dessa temática, pois o desenvolvimento e aprimoramento ao estímulo para a atuação do assistente social para casos específicos como o da Microcefalia. É muito estimulante se pensar sobre assistentes sociais integrantes de um projeto que acompanhará bebês, mães e famílias, bem como a comunidade em torno destas.

Há pejorativamente, uma consequência da aceitação, como sinal já previsto da depreciação da má formação (anomalia) que acarretará a vida funcional destas famílias. E o papel importante das assistentes sociais em amenizar o sofrimento destas pessoas, tanto no estado psicológico, quanto social e econômico, e a participação de órgãos públicos adequados a nova realidade apresentada.

Por meio de estímulos de autores, pesquisadores, profissionais da área de Serviço Social, faz-se enorme a aceitação do que aqui se assimilou pelos meses e anos, dias e horas de

austero estudo, tendo que combinar as atividades da família, da faculdade e do trabalho. Não é tão fácil se cronometrar uma carga horária de atividades para suprir as necessidades e anseios provindos da luta e da conquista de um sonho a se realizar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Orientações integradas de vigilância e atenção à saúde no âmbito da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional: procedimentos para o monitoramento das alterações no crescimento e desenvolvimento a partir da gestação até a primeira infância, relacionadas à infecção pelo vírus Zika e outras etiologias infecciosas dentro da capacidade operacional do SUS. Brasília, 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm. Acesso em: 22 maio 2017.

BRITO, N. J. **Intervenção Precoce com crianças nascidas com a Síndrome Congênita do Zika Vírus**: dinâmicas de regulação afetivo-semiótica construídas por profissionais de saúde (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia UFBA, Salvador, BA, Brasil, 2019.